Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Diccionario das Antiquidades de Portugal:
História e Edição Crítica de um manuscrito
(séculos XVIII e XIX)

Daniel Carvalho de Paula

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História

Orientadora: *Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani*

São Paulo
2015

RESUMO

Nosso trabalho consiste em produzir uma edição crítica e investigar a história, modo de composição e transmissão da obra inédita *Diccionario das Antiguidades de Portugal*. Inicialmente, este trabalho se dedicou a uma cópia manuscrita do século XIX, depositada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A análise das referências bibliográficas de cada verbete e sistema de escrita nos convenceu de que a obra original teria sido composta no século XVIII. O estudo desta cópia levou-nos a encontrar o manuscrito original localizado na Academia das Ciências de Lisboa, sob a autoria de Pedro José da Fonseca (1737-1816), professor do Colégio dos Nobres, membro fundador e diretor da tipografia da Academia, fundada em 1779. Manoel José Maria da Costa e Sá, Oficial Maior da Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar, é quem entendemos ser o autor da cópia manuscrita do IHGB, sua trajetória é muito desconhecida e pudemos aclará-la. Também tratamos da participação nessa história do Conselheiro Antônio Menezes Vasconcellos de Drummond, que trouxe para o IHGB a cópia feita pelo amigo Costa e Sá. Uma rede transatlântica envolvendo homens de letras em Portugal e no Brasil se torna clara através deste estudo, mostrando que o *Diccionario das Antiguidades de Portugal* é uma sólida janela através da qual podemos muito bem mirar a história da Cultura Escrita nos séculos XVIII e XIX.

PALAVRAS-CHAVES: História do Livro – História da Cultura Escrita – Edição Crítica de Manuscrito – História Ibérica – História Custodial.

ABSTRACT

Our work consists in the production of a critical edition and the investigation of the history, composition, and transmission of the unpublished *Diccionario das Antiguidades de Portugal* (Dictionary of Antiquities of Portugal). Initially, our work was focused on a single manuscript, a copy from the 19th century, deposited in the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB). The analysis of the bibliographic references pertaining to each entry of the dictionary and the writing system convinced us that the original work was written in the 18th century. The study of this copy led us to find the original manuscript located in the Lisbon Academy of Sciences, under the authorship of Pedro José da Fonseca (1737-1816), who was professor at the College of Nobles, founding member and director of typography in the Academy, founded in 1779. Manoel José Maria da Costa e Sá, Higher Official at the Secretary for the Navy and Overseas Affairs, is the man who we understand to be the author of the manuscript copy belonging to the IHGB; his trajectory is quite unclear and we were able to shed some light upon it. We have also approached the participation in the story of Counselor Antônio Menezes Vasconcellos de Drummond; he brought to the IHGB the copy made by his friend Costa e Sá. A transatlantic network involving Portuguese and Brazilian men of letters becomes clear through this study, rendering it patent that the *Diccionario das Antiguidades de Portugal* is a steadfast window throughout which we can very well gaze upon the history of Literate Culture in the 18th and 19th centuries.

KEYWORDS: History of Books – History of Literate Culture – Critical Edition of Manuscript – Iberian History – Custodial History.

AGRADECIMENTOS

Não haveria pesquisa possível sem o apoio e colaboração de diversas pessoas e instituições que passo a nomear e agradecer.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social agradeço o apoio institucional e a outorga da bolsa de mestrado CAPES que financiou minha pesquisa. À Cátedra Jaime Cortesão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e Instituto Camões do Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal agradeço por ter sido contemplado com auxílio para desenvolvimento de estágio de pesquisa em Portugal, sem o qual não poderia ter consultado grande parte do corpus documental que foi de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Agradeço imensamente a orientação amiga e rigorosa da Profa. Ana Paula Torres Megiani, que conheci no primeiro ano da graduação em História na USP e que me acompanhou desde então, possibilitando a realização desta dissertação. Confiou no meu trabalho, compartilhou seus conhecimentos sem reservas, se fez amiga ao passarmos pelos desafios e alegrias que esta trajetória nos rendeu. Também agradeço ao supervisor do estágio em Lisboa, o Prof. Tiago dos Reis Miranda, CIDEHUS-Universidade de Évora, pela acolhida, por ter compartilhado comigo sua experiência com os arquivos portugueses, iluminando os caminhos sem me sonegar ajuda e orientação. À Profa. Regina Wanderley do IHGB agradeço a generosidade com que me recebeu e os conselhos da professora e arquivista experimentada que me franqueou acesso ao seu cabedal intelectual e aos documentos, sem menosprezar meus questionamentos de iniciante, despertando em mim grande admiração. Agradeço também a Marcos Amorim e Carlos Henrique Campos da equipe da Profa. Regina Wanderley, responsáveis pelo trabalho de transcrição paleográfica do manuscrito do IHGB, objeto primeiro desta dissertação.

Faço um agradecimento especial à Profa. Laura de Mello e Souza pela leitura que fez do meu trabalho, pelas contribuições enquanto arguidora no Exame de Qualificação deste mestrado, pelos ensinamentos indelévels, mas, sobretudo, agradeço a amizade e o carinho que sempre estendeu ao menino do interior em meio as linhas duras da metrópole paulistana. Pela arguição na Qualificação e pelo apoio agradeço também à Profa. Iris Kantor, que acompanhou desde cedo esta investigação.

Aos queridos do GEHIM-USP agradeço o companheirismo e amizade sincera, as leituras que fizeram dos projetos de pesquisa, os conselhos, as risadas. Agradeço em especial aos amigos Clara Couto, Marcella Miranda, Flávia Godoy, Ximena León, Viviane Kawata, Marcos Veiga, Ivan Feijó, Aldair Rodrigues, André Sekkel, Bruno Rodrigues e Ricardo Cardoso.

Aos muito chegados, cujas trajetórias se cruzaram com a minha desde cedo ou mais tarde no caminho, em especial aos irmãos de estrada Guilherme Casali e Benvindo Rodrigues; àqueles que dividiram comigo a vida em São Paulo, especialmente Artur de Paula, cuja amizade não falha; à Joyce Henrique, que tanto me apoiou nesses últimos meses e me deu forças; a todos esses e outros ofereço minha gratidão afetuosa.

Por fim, agradeço o mais especialmente à minha família, Rubens, Ieda, Filipe e Camila, sem deixar de lado avós, tios e primos, que têm me ensinado a arte de viver, que comigo cerraram fileiras nesta jornada, não permitindo que minhas forças se acabassem, que meus tropeços se tornassem em quedas, que meus olhos deixassem de fitar Aquele que me amou e tudo possibilitou.

Muito obrigado!

SUMÁRIO

Estudo Introdutório.....	6
Introdução.....	7
Capítulo 1: A Cópia	
1.1 Do suposto autor.....	14
1.2 Do manuscrito do IHGB.....	15
1.3 Dos papéis sobre os quais se fez a cópia.....	20
Capítulo 2: O Original	
2.1 Da localização do manuscrito original.....	29
2.2 Do autor.....	32
2.3 Do copista.....	46
Capítulo 3: Leitura e Análise	
3.1 Dos paratextos que acompanham a obra.....	62
3.2 Da composição da obra.....	70
3.3 Da submissão à Censura Régia em 1807.....	80
Considerações Finais.....	89
Bibliografia.....	91
Anexo 1.....	102
Anexo 2.....	103
Edição Crítica.....	1
Esclarecimentos.....	1

Estudo Introdutório

"Ha, Senhores, hum objecto classico dos prazeres e delicias do Sabio; hum valhacouto privado dos seus passatempos e recreios; alvo e ponto central dos seus maiores entretenimentos e desenfados. Ha hum Idolo permanente dos seus cultos, e mais sinceros e fervorosos amores; o estimulo indefinido da sua innocente cobiça; emprego generoso de todos os teres, e fortunas; a alfaia, o thesouro mais rico que destina deixar, como primoroso legado, entre os despojos da sua herança. Estes encantos, estes enlevos do Sabio, todos os sabeis, são os Livros!"

RECREIO. In: *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. 1848, p. 43.

Introdução

Talvez isto já seja um truísmo, mas dos bons truísmos não se pode furtar-se: “os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem”¹. Quando o leitor comum passa os olhos e as mãos sobre o códice, só aquele artefato físico não o deixa ver a densa malha relacional que o propiciou, que o deu à luz, mas, se o examinarmos com cuidado, atentaremos para a encadernação, o papel, a caligrafia, a cosedura, as marcas de posse e de uso. Se o lermos, talvez a possamos vislumbrar, apenas como reflexo pálido da concretude da obra no tempo e no espaço. Não queremos, aqui, partir da obra que nos ocupa, o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, tomando-a apenas como pretexto para falarmos do seu contexto histórico. Queremos, mesmo, aprender sua própria história e as histórias daqueles que a produziram, copiaram, transportaram e com ela se relacionaram em alguma medida.

As personagens cujas trajetórias se conectam em nosso estudo eram homens medianos, sua agência histórica não é das grandes decisões políticas ou da abertura de novíssimas e transformadoras sendas intelectuais. São representantes do funcionalismo médio português, seus nomes não figuram entre aqueles que ganharam lugar no senso comum. Talvez por isso mesmo seja pertinente recuperar traços das suas biografias e contribuições, uma vez que não há larga tradição historiográfica construída a respeito de suas ideias e ações, nem paixões mobilizadas sobre seus legados, o que nos permite distanciamento para localizá-los nos processos mais gerais em que estavam inseridos. Inevitável e felizmente, não poderemos divorciar nosso objeto principal, o *Diccionario das Antiguidades*, das relações que inserem tal obra nos contextos sociais e políticos mais amplos. Por este livro, e nunca apesar dele, veremos um Portugal que se reinventa e um Brasil que se inventa: dois projetos de História, vestígios de uma realidade passada que queremos conhecer. Tais projetos talvez acabem por se mostrar como expressão da agência dos indivíduos envolvidos na produção do livro, mais do que a vontade das instituições nas quais estavam abrigados. Isso não importa muito, posto que vemos nosso objeto, um livro, como uma janela entre o presente e o passado, através da

¹ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette, Mídia, Cultura e Revolução*, trad. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 131.

qual temos acesso a mais uma vista, um ângulo, e nunca ao todo da paisagem histórica.

Sabemos que a relação entre impressos e manuscritos na Época Moderna não é a de concorrência nem de preeminência de um sobre o outro e, sim, a de convivência². Mesmo inventada a imprensa na infância da primeira Modernidade o mundo dos manuscritos não perdeu sua representatividade, pelo contrário, ganhou novos usos e significados para além dos que já possuía. A reprodutibilidade dos impressos faziam deles menos únicos em relação aos manuscritos, cujo regime de produção mais lento e pessoal faziam de cada códice e cópia um artefato com alto nível de singularidade. Não que cada exemplar impresso não tivesse sua singularidade, pois ganhavam marcas de uso nas mãos dos seus leitores e alguns, até mesmo, possuíam espaço reservado para receberem, por exemplo, ornamentação manuscrita e iluminuras no frontispício, fazendo único aquele exemplar.

Os dois manuscritos de que nos ocupamos nesta dissertação são da obra *Diccionario das Antiguidades de Portugal*: um original do século XVIII, localizado na Academia das Ciências de Lisboa, e uma cópia do século XIX que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi essa cópia que primeiro nos chegou às mãos e possibilitou a localização do original como um dos resultados mais importantes desta pesquisa. Esses documentos também tiveram “vida própria”, circulando manuscritos entre membros e arquivos de suas instituições de guarda em Portugal e no Brasil, sendo o original escrito e copiado no âmbito da Academia das

² Destacamos as obras a seguir como representantes da historiografia sobre a Cultura Escrita: BOUZA-ALVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo del Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001; _____. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Editorial Síntesis, 1992; CASTILLO-GÓMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro*. Madrid: Ediciones Akal, 2006; CHARTIER, Roger. *The Author's Hand and the Printer's Mind*. Malden: Polity Press, 2014; _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999; ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (org.). *O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009; ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livreria particular no século XVIII. In: *Revista de História das Ideias - O livro e a leitura*, vol. 20. Coimbra, 1999; CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS, 2007; DARNTON, Robert. *L'aventure de l'Encyclopédie*, Perrin, 1982. _____. *O Beijo de Lamourette, Mídia, Cultura e Revolução*, trad. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; _____. *Boemia Literária e Revolução. O submundo das letras no Antigo Regime*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; _____. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800*, TRAD. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "Antônio Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783): no espelho de Pombal". In: *Penélope*, 30/31. Oeiras: Celta Editora, 2004 [2007-2008], pp. 93-134; LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda (orgs.). *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*. Vol. 1, 2 e 3. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE/CHC-UNL, 2002-2011.

Ciências de Lisboa e a cópia trazida posteriormente para o IHGB por um amigo daquele que a produziu. Todavia, também é verdade que o objetivo do autor da obra era vê-la editada e impressa, pois submeteu seu manuscrito original a Censura Régia em 1807, logrando aprovação para imprimir, o que não ocorreu finalmente. A cópia manuscrita também não ganhou edição, contudo, não encontramos evidências de que seu produtor a quisesse imprimir. Ambos, autor e copista, como veremos, cultivaram os manuscritos, fomentando coleções em que conviveram com os livros impressos, sem que se possa reconhecer hierarquia entre uma forma e outra de existência das obras. Portanto, é possível aqui corroborar a afirmação de que:

“Os mundos do impresso e os mundos do manuscrito relacionavam-se, competiam, completavam-se, por toda a Europa, entre os séculos XV e XVIII. O alcance do manuscrito prolonga-se para além do que habitualmente se crê, como por exemplo, na Irlanda, onde a força da leitura de publicações manuscritas será ainda significativas no século XIX. Quanto ao Império português, em finais do século XVIII em Pernambuco e em meados e finais do XIX, no Algarve, há exemplo de jornais manuscritos com circulação confirmada.”³

O trabalho que aqui enfrentamos é primeira, e principalmente, o de trazer à luz uma edição crítica⁴ da cópia manuscrita inédito, embora conhecida, que se encontra sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁵. Para subsidiar a leitura do documento e oferecer algumas chaves de interpretação àqueles que vierem a ocupar-se dele, também nos dedicamos à redação de um estudo introdutório. Tomara seja proveitoso aos historiadores que lançarem mão desta fonte ao fazerem suas próprias pesquisas.

O manuscrito em questão é da obra *Diccionario das Antiguidades de Portugal*⁶. Essa nos foi dada a conhecer primeiramente como cópia manuscrita do século XIX, fazendo parte do acervo do IHGB⁷, como já dissemos, feita a partir de

³ LISBOA, João Luís. *Chegou Pacote e pelas cartas se sabe (manuscritos cruzados)*. In: LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda (orgs.). **As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora**. Vol. 3. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE/CHC-UNL, 2011.

⁴ As opções que fizemos para fixação e edição do texto manuscrito se encontram na seção chamada “Esclarecimentos” que antecede a Edição Crítica do *Diccionario das Antiguidades de Portugal*.

⁵ IHGB, Manuscrito-Lata 46, doc. 1 (vol.1 “A-C”), 2 (vol. 2 “D-M”) e 3 (vol. 2 “N-Z”).

⁶ Muitas das questões abordadas no estudo que ora lançamos foram tocadas ou enunciadas de maneira propositiva em artigo citado a seguir, mas vão nesta dissertação desdobradas, aumentadas e mesmo contraditas, nalguns casos, a medida que nos distanciamos do contexto de elaboração desta nossa primeira publicação: MEGIANI, Ana Paula T.; PAULA, Daniel Carvalho de. **Dicionário das Antiguidades de Portugal: dois manuscritos como pontes entre o IHGB e a Academia das Ciências de Lisboa**. *Revista Convergência Lusitana*, on-line, Rio de Janeiro, Número 29, janeiro-junho, 2013.

⁷ A digitalização e transcrição paleográfica do documento, com as quais trabalhamos muito antes que pudéssemos examinar o documento *in loco*, deram-se entre julho de 2007 e dezembro de 2009, sob um

um manuscrito original, cuja localização era desconhecida e a autoria não havia sido formalmente estabelecida. Os arquivistas do Instituto consideravam que tal original seria obra de Manuel Severim de Faria (1583-1655), autor erudito português que aparece sendo louvado no prefácio da obra.

O manuscrito não logrou fortuna editorial, nunca foi publicado, nem no século XVII entre os trabalhos de Severim de Faria, aquele que se supunha ser o seu autor; nem postumamente. A cópia oitocentista do IHGB traz na folha de rosto um “parecer” de publicação desfavorável datado de 6 de março de 1823, que arbitra o seguinte: “Não foi julgado digno da impressão”⁸. A obra sobreviveu praticamente incógnita, citada unicamente por Inocêncio Francisco da Silva no seu *Dicionário Bibliográfico Português*⁹ de 1858, como parte de uma lista de manuscritos comprados pela Academia das Ciências de Lisboa de um antigo sócio. Todavia, só chegamos a essa referência de Inocêncio numa fase posterior da pesquisa, quando já abandonáramos a hipótese inicial de paternidade do *Diccionario* que postulava ser Severim de Faria seu autor. Vale adiantar que a citação de Inocêncio ao *Diccionario* se encontra em um verbete sobre o professor de Poética do Colégio dos Nobres e latinista Pedro José da Fonseca. O verbete nos dá conhecer a lista de manuscritos comprados pela Academia das Ciências de Lisboa, então Academia Real, ao professor e sócio, que, mais tarde, veremos tornar-se a personagem central desta nossa história, uma vez que atribuiremos a Fonseca a autoria do manuscrito. Inocêncio foi membro da Academia e conhecia a obra de Fonseca, inclusive seus manuscritos que lá ficaram guardados.

A estrutura geral dessa cópia é a seguinte: *Prefação*, *Adição* (composta de preâmbulo e uma carta transcrita pelo prefaciador), índice de verbetes e os verbetes, propriamente ditos, de A a Z. Os verbetes tratam principalmente das cidades portuguesas, famílias nobres daquele reino, heráldica, numismática, cargos e

protocolo de colaboração firmado entre o IHGB e a Cátedra Jaime Cortesão do Instituto Camões e FFLCH-USP, integrado ao Projeto Temático FAPESP *Dimensões do Império Português*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Laura de Mello e Souza. Devemos o minucioso trabalho de transcrição aos pesquisadores Marcos Amorim e Carlos Henrique Campos da equipe da Prof^a. Regina Wanderley do IHGB. A revisão e fixação do texto transcrito, e a edição crítica do manuscrito couberam ao autor desta investigação.

⁸ Parecer de impressão. *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, DAP, Tomo 1.

⁹ INOCÊNCIO Francisco da Silva. **Dicionário Bibliográfico Português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973. tomo VI, p. 423.

funções na corte, nas armas e na Igreja, além de cerimoniais, fábulas e outras antiguidades¹⁰.

No capítulo primeiro desta dissertação, intitulado “A Cópia”, tratamos da hipótese inicial de trabalho sobre a autoria do *Diccionario*, aquela de que teria sido o erudito seicentista Severim de Faria o autor da obra. Também buscamos oferecer informações sobre o manuscrito do IHGB e sobre a própria instituição que o guarda. Por último, encontra-se ali uma análise sobre a materialidade do manuscrito, partindo dos suportes da cópia, lidando com questões ligadas à origem dos papéis utilizados, às marcas d’água e marcas de uso, como anotações não relacionadas aos conteúdos do documento, mas que nos serviram para nos acercarmos da datação do códice. A cópia foi realizada no verso de papéis timbrados do Consulado Português em Argel no mandato do consul “Henrique McDonell”, cuja trajetória também procuramos ali recuperar.

No capítulo segundo, “O Original”, tratamos da localização do manuscrito pertencente a Academia das Ciências de Lisboa, atribuindo a paternidade do *Diccionario das Antiguidades de Portugal* a Pedro José da Fonseca (1736-1816), Professor Régio e membro da Academia das Ciências. Ali fazemos considerações sobre a trajetória de vida e a obra desse linguista português que viveu as reformas pombalinas dos Estudos Secundários. Numa terceira parte do capítulo, fizemos a atribuição de autoria da cópia manuscrita produzida no século XIX a Manoel José Maria da Costa e Sá (1791-1843), membro da Academia das Ciências e sócio-correspondente do IHGB. Também tratamos do Secretário da Academia, Marquês de Paranaguá, que negou a publicação do *Diccionario* em 1823. Oferecemos também resposta à pergunta de quem teria trazido a cópia manuscrita para o Brasil, inserindo-a no acervo do IHGB: o responsável por esse traslado foi o diplomata do Império do Brasil Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond (1794-1865), consócio do copista no IHGB, que ficou com parte do seu espólio documental quando da morte do amigo português.

¹⁰ Por ocasião do Colóquio Internacional “Raízes do Privilégio: Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime”, ocorrido em junho de 2009 no Rio de Janeiro, apresentou-se os resultados iniciais da pesquisa que então fazia Ana Paula Torres Megiani sobre o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, que, mais tarde, foi publicado na forma de um artigo no livro homônimo ao Colóquio. MEGIANI, Ana Paula Torres. “*Dicionário das antiguidades de Portugal: estudo introdutório sobre um manuscrito aberto*”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes, CALAINHO, Daniela Buono, FEITLER, Bruno e FLORES, Jorge. (orgs.) **Raízes do Privilégio: Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp. 50-68. Desde 2011 integrou-se à pesquisa, como aluno de Iniciação Científica, Daniel Carvalho de Paula, que, desde 2012, dedicou o seu trabalho de Mestrado ao estudo do dicionário manuscrito.

No terceiro capítulo, chamado “Leitura e Análise”, nos debruçamos sobre os paratextos que acompanham o *Diccionario* e nos dão chaves interpretativas importantes por se tratarem de explicações do próprio autor sobre sua obra. Esclarecemos o regime de composição dos verbetes como sendo o de compilação e justaposição de excertos de diversas obras para formar o texto de cada entrada. Na última seção desse capítulo, tratamos do processo de submissão do *Diccionario* à Censura Régia, cujos trâmites tiveram início no ano de 1807 e se encerraram em 1808 com a aprovação do manuscrito para ser impresso, o que nunca ocorreu, permanecendo inédito.

As trajetórias do *Diccionario das Antiguidades de Portugal* e do autor desta dissertação se cruzaram no segundo semestre de 2010 quando se deu início a um projeto de Iniciação Científica que visava uma primeira aproximação ao documento. Gozamos de uma bolsa da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP (IC-RUSP) para o desenvolvimento desse projeto entre março e julho de 2011. Entre agosto do mesmo ano e junho de 2012, contamos com o financiamento de outra bolsa, CNPQ-PIBIC. Em julho de 2012, se dá o ingresso como mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social, nos sendo outorgada uma bolsa CAPES para a realização da pesquisa, entre julho de 2013 e julho de 2015. Também contamos com um auxílio para estágio de pesquisa em Portugal com que fomos contemplados pela Cátedra Jaime Cortesão, FFLCH-USP, e Instituto Camões do Ministério de Negócios Estrangeiros de Portugal, o que nos permitiu desenvolver a pesquisa em arquivos lisboetas, entre agosto e outubro de 2014, sob a supervisão do Prof. Dr. Tiago dos Reis Miranda, CIDEHUS-Universidade de Évora. Em Portugal nossa pesquisa se concentrou na Torre do Tombo, onde localizamos o dossiê da Relação Mensal Censória sobre o *Diccionario*, Arquivo Histórico Ultramarino, onde buscamos lançar alguma luz sobre a questão da autoria da cópia manuscrita do IHGB e dos papéis sobre os quais se fez tal cópia. Ali realizamos largas buscas na tentativa de localizar exemplares dos papéis timbrados do Consulado Português em Argel, principalmente no fundo pouco conhecido e descrito *Norte da África*, que oferece muitos subsídios para uma história das relações comerciais e diplomáticas de Portugal com as Potências Norte-Africanas e outros atores mediterrâneos; também trabalhamos na Biblioteca Nacional. Pudemos consultar o acervo da Academia das Ciências de Lisboa somente em estada anterior em Lisboa, de 2013, quando apresentamos nossa pesquisa em encontro acadêmico na Universidade de Évora. No Brasil, além

das bibliotecas universitárias da USP, consultamos o arquivo do IHGB, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Wanderley.

Capítulo 1: A Cópia

1.1 Do suposto autor

Manuel Severim de Faria¹¹ fora Chantre da Sé de Évora, alto posto na hierarquia eclesiástica portuguesa. Em carta anexa ao prefácio da obra, suas virtudes religiosas e literárias são louvadas com prodigalidade, fato que embasou a atribuição da autoria desse *Diccionario das Antiguidades de Portugal* ao clérigo eborense. Sua obra inclui alguns trabalhos impressos, como *Discursos Vários Políticos* (1624), e o mais referenciado, *Notícias de Portugal* (1655), publicado no ano de sua morte, além de uma vasta quantidade de manuscritos¹². O autor seiscentista teria possuído ainda grande número de manuscritos e impressos em sua coleção, que acabou por desmembrar-se e espalhar-se por acervos do mundo todo. Essa cópia no Brasil poderia ser de um desses manuscritos. O *Diccionario*, como se acreditava, seria o único dessa natureza em toda sua obra conhecida, fato que chamava a atenção dos arquivistas do IHGB, postulantes dessa hipótese inicial, visto que se verdadeira tal ideia, estaríamos presenciando o pioneirismo de Severim de Faria na composição de uma obra “enciclopédica” *avant la lettre*.

Quando iniciamos nossa pesquisa o estado geral de coisas era o seguinte: acreditávamos ter em mãos a cópia oitocentista de uma obra do século XVII, que teria sofrido intervenções e adições posteriores por diversas mãos até chegar a nós, como havíamos de esperar, sabendo ser essa a prática corrente no mundo letrado na Época Moderna¹³. Contudo, pudemos constatar que a obra não poderia ser de autoria de Severim de Faria, que em momento algum do texto aparece indicado como autor, apenas como tendo sido fonte útil à sua feitura¹⁴. Ademais, não poderíamos crer na existência de um dicionário de estrutura não lexicográfica, e sim enciclopédica, com ordenamento alfabético, produzido em meados dos seiscentos,

¹¹ Verbete riquíssimo sobre Severim de Faria em MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana: histórica, crítica e cronológica**. Lisboa: Occidental na Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759. Tomo III, pp. 368-374.

¹² MEGIANI, Ana Paula Torres. *Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria*. Rio de Janeiro: **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 24-48.

¹³ Cf. BOUZA-ALVAREZ, Fernando. **Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo del Oro**. Madrid: Marcial Pons, 2001.

¹⁴ “Manoel de Severim de Faria Conego e Chantre da Sé de Evora, a quem inalteravelmente todos seus contemporaneos e posteriores dedicão louvores assaz merecidos e competentes, posto q[ue] remontados e extraordinários, he quem m[ui]to. contribue p[ar]a o util dese Diccionario, como nelle se vê com freqüência”. “Adição”, DAP, Tomo 1.

em Portugal, uma vez que fontes mais autorizadas não nos permitiriam tal afirmação. Michel Foucault em *As Palavras e as Coisas* nos informa que “A primeira enciclopédia alfabética é o *Grand dictionnaire historique* de Moreri, 1674”¹⁵. E mesmo esse primeiro já não sobreviveu incólume por muito tempo, pois segundo Paul Hazard, Pierre Bayle, já em dezembro de 1690, formou “[...] o desejo de compor um dicionário crítico que contivesse uma recolha dos erros que foram cometidos, tanto por aqueles que fizeram dicionários como por outros escritores, e que pusesse, sob cada nome de homem ou de cidade, os erros respeitantes a este homem e a esta cidade”¹⁶. Hazard nos revela o intento de Bayle com o seu *Dictionnaire historique et critique*, de 1697, e sua opinião sobre Moreri:

*“Avante, contra os ‘lendários’! Toda a gente se engana: os Antigos, que mentiam como a gente fala, espontaneamente; os Modernos, cegos pelo prestígio dos Antigos [...] Há profissionais da mentira, como Moreri, que fez um dicionário como se não deve fazer, um dicionário incrítico, um dicionário transbordante de falsidades. É um envenenador público; refutêmo-lo ponto por ponto; numeremos as suas mentiras: mentiu doze vezes aqui, quinze acolá; deitemos-lhe as mãos ao pescoço, esquartejêmo-lhe.”*¹⁷

Queremos defender mais veementemente nossa escolha em descartar a hipótese de ser Severim de Faria o autor do *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, reatribuindo sua autoria, e virá hora oportuna, mas não poderemos fazê-lo antes de apresentar outras informações concernentes à trajetória percorrida por esta pesquisa.

1.2 Do manuscrito do IHGB

Durante a pesquisa de Iniciação Científica, as primeiras informações que tínhamos sobre a fonte advinham da sua catalogação no IHGB e daqueles que frequentaram o arquivo do Instituto e conheciam a obra. Acreditava-se que a cópia

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Sobre a cultura dos dicionários ver também ALMEIDA, Átila. *Dicionários parentes e aderentes, uma bibliografia de dicionários, enciclopédias, glossários, vocabulários e livros afins em que entra a língua portuguesa*. João Pessoa: FUNAPE/Nova Stela, 1988 e VERDELHO, Telmo. “Dicionários: testemunhos da memória linguística”. *Encontro de Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa*, em homenagem a Helena Paiva, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-6 de Novembro de 2003. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6300.pdf>.

¹⁶ BAYLE, Pierre. Carta ao primo Naudé, 22 de maio de 1692. Apud. HAZARD, Paul. *Crise da Consciência Europeia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p.87.

¹⁷ HAZARD. 1971, p.88.

do *Diccionario* teria sido realizada e inscrita no acervo por um de seus membros fundadores, o Brigadeiro Cunha Matos¹⁸. Havia, sim, razão para tal crença, uma vez que o militar e letrado fez grandes contribuições para o acervo documental do Instituto Histórico, copiando e oferecendo várias obras manuscritas à instituição que ajudara a fundar em 1838¹⁹.

A pesquisa nos mostrou que a inscrição do manuscrito no acervo do IHGB não teria sido de responsabilidade do Brigadeiro Cunha Matos, e sim do Conselheiro de Sua Majestade D. Pedro II e Diplomata do Império Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond (1794-1865)²⁰. Isso concluímos através de um parecer publicado na Revista do IHGB, no ano de 1874, redigido pelo 1º secretário do Instituto, o Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, a respeito de duas caixas de documentos deixadas à instituição pelo Conselheiro Drummond. Entre os documentos mencionados pelo parecer está o manuscrito ao qual nos dedicamos, o “Diccionario das antiguidades de Portugal para servir a intelligencia da historia antiga d'estes Reinos”²¹. Essa notícia resolve definitivamente a questão da inscrição do documento no acervo do Instituto. A ideia de que a caligrafia do copista seria de Cunha Mattos foi refutada através do cotejamento desse manuscrito com outros copiados pessoalmente pelo Brigadeiro, e que pudemos consultar no IHGB. O Instituto promoveu a busca de documentação útil à História do Brasil nos arquivos europeus e do próprio Império, funcionando como instituição de guarda e construção da memória nacional “[...] que se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias do Império [...]”²², como afirmam

¹⁸ Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) foi militar e historiador luso-brasileiro. Combateu na Revolução Pernambucana de 1817. Propôs, em 1838, junto ao cônego Januário da Cunha Barbosa a fundação do IHGB. Vide: SILVA LOPES, João Batista da. **Corografia ou, Memoria economica, estadistica, e topografica do Reino do Algarve**, 1841; RODRIGUES, Neuma Brilhante. **Pelos caminhos do império: a trajetória de Raymundo José da Cunha Mattos**, 2010. Tese de doutoramento e CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**. Lisboa: ICS, 2007, p. 122.

¹⁹ Podemos ver, apenas a título de exemplo, algumas dessas contribuições nos volumes IX e X da **Revista do IHGB**, de 1847 e 1848.

²⁰ Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond (1794-1865). Um dos fundadores e redator do jornal *O Tamoio*, em 1823. Obteve o hábito da Ordem de Christo em 1810 por serviços na Chancelaria do Reino. Vide: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883-1902. 7 vols. V. edição fac-similar. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1970. 7v., pp. 265-267; DRUMMOND, Antônio M. V. “Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biographia publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*”. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. XIII, 3ª parte. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1890.

²¹ Esta referência nos foi dada pelo Prof. Tiago dos Reis Miranda, a quem agradecemos a generosidade. “Parecer do 1º secretário do Instituto Histórico acerca dos documentos legados pelo Conselheiro Drummond”. “8.ª Sessão em 11 de setembro de 1874. Honrada com a ilustre presença de S. M. o Imperador”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 37, 2ª parte, pp. 424-432, 1874.

²² Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 1: 4, 1839.

Raymundo José da Cunha Mattos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, ambos fundadores do Instituto. Pode-se aventar a hipótese de que o *Diccionario das Antiguidades de Portugal* tenha feito parte da coleta desse *corpus* documental. Segundo Arno Wehling:

*“A coleta de documentos e de informações para a constituição do acervo do Instituto foi feita a partir do momento imediato à fundação. Livros raros ou não, manuscritos, peças museológicas foram buscadas no Brasil e no exterior, pois logo o governo apoiou o plano de uma missão para a identificação e cópia de documentos importantes para o Brasil nos arquivos portugueses. Também as nascentes missões diplomáticas passaram a ter esse encargo e o Diplomata-Historiador Francisco Adolfo de Varnhagen teve desde a juventude, ainda na década de 1840, um importante papel na reunião desse material. Por isso, desde cedo o Instituto concentrou uma biblioteca, um arquivo e um museu, este último o mais antigo do Brasil, criado em 1851.”*²³

Poderíamos identificar quatro objetivos principais do Instituto quando da sua criação sob a tutela do jovem D. Pedro II, a saber: liderar a construção da nacionalidade brasileira e despertar da “consciência” nacional num Império de partes tão refratárias; ser a cabeça da produção do conhecimento sobre os territórios, as gentes e os acontecimentos passados do Brasil; desenvolver um discurso legitimador da monarquia brasileira como elemento de coesão nacional. Por último, o IHGB seria o espaço dentro do qual se formariam intelectualmente os quadros letrados e burocráticos da nação²⁴.

Segundo Lucia Guimarães, na percepção dos intelectuais dessa instituição, ao fim e ao cabo, ela fora vencedora no seu projeto:

*“A paz fora garantida e a unidade das províncias preservada. A turbulência política e o perigo da fragmentação do Império, tal como ocorrera às Repúblicas vizinhas, sucessoras das antigas colônias espanholas, passaram ao largo da Terra de Santa Cruz. O ‘Príncipe Perfeito’, pupilo predileto dos fundadores da ‘Casa’, cumpria o seu papel de monarca conciliador e amante das letras. A Memória vencera definitivamente a História.”*²⁵

²³ WEHLING, Arno. **Construindo o Estado e a Nação (nas origens do IHGB)**. Carta Mensal. CNC. Rio de Janeiro, n. 689, pp. 10-11, agosto de 2012.

²⁴ Idem. p. 8. Ver também: GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1830-1889)**. Prefácio Arno Wehling. São Paulo: Annablume, 2012; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Os Institutos Históricos: guardiões da história oficial*. In: **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993; _____. *Um monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II*. In: **As barbas do Imperador**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998; WEHLING, Arno. *De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010.

²⁵ GUIMARÃES. 2012, p. 156.

Ao tratar desse papel fundamental desempenhado pelo Instituto e seus quadros para a construção da história e memória da nação, e de como a escrita da história foi privilegiada como caminho para alcançar tal objetivo, José Honório Rodrigues no seu *A Pesquisa histórica no Brasil* assevera que Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond:

"foi um dos poucos diplomatas que atendeu aos apelos do Instituto Histórico de colher documentos brasileiros na Europa. Na sua correspondência com o Instituto, lida nas sessões e publicadas na Revista, vê-se o interesse que dava à história e à pesquisa. Ofereceu ao Instituto inúmeras cópias, colecionou ainda maior número e doou a Melo Moraes grande parte dos originais e cópias que adquiriu e extratou na Europa. Esta coleção consta não só de segundas vias de despachos e minutas de ofícios e notas, cujos originais devem fazer parte do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, como também de cartas particulares e documentos sobre a Independência e revolução de 1824".²⁶

José Honório Rodrigues vai além, afirmando que Drummond e Francisco Adolfo de Varnhagen, consócios no IHGB, eram os mais proeminentes investigadores da história imperial brasileira. É plausível que o *Diccionario* seja uma dessas cópias de documentos que se “extratou” da Europa. No número 37 da Revista do IHGB, ano de 1874, na sua segunda parte, diz-se que o Instituto aprovou o parecer “minucioso” redigido pelo 1º Secretário da instituição sobre os documentos manuscritos doados e entregues ao IHGB pelo Conselheiro Drummond, que falecera havia 9 anos, em 1865. Ali também consta publicada a lista de documentos que se encontravam nas duas caixas doadas pelo Conselheiro, entre eles figurava o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*. Esses documentos não partilhavam a mesma origem, possuindo tipologias variadas. Parece ser de grande interesse saber que documentos acompanhavam o *Diccionario* nos maços que Drummond deixou depositados no Instituto, uma vez que o conjunto dos manuscritos foi avaliado de forma negativa pelo “todo poderoso Primeiro Secretário [Cônego Fernandes Pinheiro], investido de funções semelhantes às de um editor-chefe”²⁷ na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, influenciando, por conseguinte, a história do *Diccionario*. Os membros do Instituto presentes na sessão de leitura do parecer

²⁶ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4 ed. [1ª edição 1952]. São Paulo: Ed. Nacional, 1982, p. 41.

²⁷ GUIMARÃES. 2012, p. 129.

supracitado chegaram à conclusão de que os tais documentos deveriam ser guardados junto ao arquivo da instituição e que poderiam ser publicados pela Revista aqueles que merecessem, como era o costume daquele periódico a divulgação de obras manuscritas inéditas desde a sua fundação em janeiro de 1839²⁸.

*“A Revista, publicada regularmente à custa do governo, além dos artigos temáticos passou a publicar documentos relevantes para a história do Brasil, além de possuir uma seção denominada “biografia dos brasileiros distintos por letras, armas e virtudes”, que evidenciava o desejo de erigir literariamente um Pantheon que reforçasse a consciência e a identidade nacional.”*²⁹

Fernandes Pinheiro, ao redigir seu parecer, revela que a motivação e expectativa em relação aos maços de documentos contidos nas caixas era de poder lançar luz sobre os processos que se deram no tocante à independência do Brasil, visto ter sido Drummond uma personagem notável em tal empresa. Esperava encontrar ali documentos preciosos e inéditos que lhe permitisse contribuir para a história daqueles episódios. Entretanto, decepcionou-se ao encontrar somente cópias da comunicação entre o falecido sócio e o governo imperial sobre as missões que cumpriu em cidades hanseáticas entre os anos de 1838 e 1852, quando do seu serviço junto à secretaria dos negócios estrangeiros como diplomata do Brasil nas Cortes de Lisboa. Parte do conteúdo daqueles documentos seria, segundo o parecer, impublicável, tratando até mesmo de crimes, como de contrabando e falsificação de moedas, entre outras “indiscrições” cujos envolvidos teriam escapado às reprimendas da lei. Fernandes Pinheiro também assevera que seria imprudente publicar o conteúdo das correspondências por estarem ainda vivos os envolvidos em episódios vexatórios em que se envolvera Drummond junto a outros frequentadores das Cortes em Portugal, situação na qual o Conselheiro do Imperador do Brasil teria sido acusado de interferir indevidamente nos assuntos portugueses de governo, por possuir tendências beligerantes, o que não ficava bem, tendo em vista sua posição de diplomata. Trata também das cartas pessoais que ali se encontravam, estimáveis somente como autógrafos que eram, sem valor histórico, na opinião do parecerista. Recortes de jornais do Rio de Janeiro que haviam sido remetidos a Lisboa também

²⁸ “[...] jamais interrompida, que faz deste o periódico científico mais antigo editado nas três Américas”. WEHLING. 2012, p. 3.

²⁹ Idem. p. 11.

figuravam entre os documentos encontrados nas caixas e atestariam os afetos que Drummond, como representante do Brasil em Portugal, nutria pela sua pátria. A série de cartas figurativas de gabinete foi reputada importantíssima, visto que única no acervo do Instituto, que não possuía outras epístolas desse gênero. Os únicos documentos de verdadeiro valor histórico existentes nas duas caixas seriam, segundo o Cônego Fernandes Pinheiro, registros diplomáticos que tocavam às questões da fronteira entre o Império do Brasil e a Guiana Francesa, assunto caríssimo ao IHGB³⁰ e mesmo a Drummond que escreveu uma *Dedução dos direitos do Brasil a propriedade e posse da sua atual linha de fronteira do Norte do Império do Brasil pelo conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond*³¹. Sobre o *Diccionario* diz-se: “Existe ainda outro volume manuscripto d’um diccionario das antiguidades de Portugal sem nome d’autor e de somenos importância”³². O parecer termina com uma “Relação dos papéis que se acharam nas duas caixas de folha depositadas no archivo do Instituto Histórico pelo Exm. Sr. conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, e abertas depois do seu falecimento, conforme recommendára”³³. Como veremos no desenrolar desta história, Drummond desempenhará um papel essencial, conectando Lisboa e o Rio de Janeiro, o manuscrito original e a cópia dele trazida ao IHGB.

1.3 Dos papéis sobre os quais se fez a cópia

As considerações que passaremos a fazer nesta seção podem parecer, à primeira vista, como uma interrupção abrupta da narrativa que vimos traçando, todavia, as informações que aqui levantaremos ajudarão a compor nossa história, funcionarão como novos feixes de luz lançados sobre a realidade passado que procuramos conhecer. Por isso é que o estudo dos papéis sobre o verso dos quais se realizou a cópia do documento são chave importante para a interpretação da história do *Diccionario das Antiguidades de Portugal* e datação do manuscrito do

³⁰ F. A. Varnhagen dedicou-se ao assunto enquanto diplomata e publicou *As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil*, na *Revista do IHGB*, sessão de 15 de dezembro de 1842.

³¹ “Dedução dos direitos do Brasil a propriedade e posse da sua atual linha de fronteira do Norte do Império do Brasil pelo conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond”, in: MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho. Tomos I-V, 1858-1863, no Tomo II, 1859, pp. 05-18.

³² *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 37, 2ª parte, p. 426, 1874.

³³ Idem. p. 427.

IHGB³⁴. Serão extraídas das marcas d'água, timbres e mensagens impressas nesses papéis informações para a reconstrução do contexto de produção dessa cópia.

Um primeiro suporte, sem marca d'água, são folhas em branco, sobre as quais estão as primeiras 28 páginas do documento. O segundo tipo de papel, também sem marca d'água, mais de quinhentas folhas sobre os quais foi escrita a obra quase que na sua inteireza, são laudas timbradas do Consulado Português em Argel que possuem formulários de base de dois tipos documentais. O primeiro delas parece ser um certificado genérico, trazendo impressos, no alto da folha, um brasão do Reino de Portugal ao centro, e cabeçalho com as palavras: “Consulado da Nação Portuguesa em Argel. Henrique M.c Donell, Consul da Nação Portuguesa em Argel por Sua Magestade Fidelissima.”, segue-se a isso somente a palavra “Certifico”, e o resto da folha em branco para preenchimento a tinta (FIGURA 1). A segunda é uma espécie de passavante com função de certidão sanitária específica com vistas a garantir a mobilidade do seu portador em tempos de peste na cidade portuária de Argel; nela constam impressos o mesmo brasão e cabeçalho, identificando o consulado e o oficial responsável por ele, bem como a seguinte declaração do Cônsul:

"Faço saber a todos os Ministros, e Officiaes de Saude, e a todas as mais pessoas, a quem esta minha Certidão for apresentada em como esta Cidade, pela Divina Misericórdia de Deos Nosso Senhor, está sã, e livre de mal de peste, e de outro qualquer contagio: E porque della vai para [...] de que he [...] com [...] pessoas de serviço d[...] mesm[...] com o dito [...] e se lhe não ponha impedimento algum, lhe mandei passar a presente, por mim assignada, e sellada com o Sello Real deste Consulado. Dad[...] nesta Cidade de Argel aos [...] de [...] de mil oitocentos e [...]". (grifo nosso)(FIGURA 2)

Encontramos menção a tal peste em registro para o ano de 1818 no *Supplement to the bibliography of Algeria from the earliest times to 1895* que noticia “Plague raging at Algiers”³⁵. Essa obra nos ajuda a contextualizar as informações impressas nos papéis consulares e possui algumas das poucas notícias que se pode obter sobre o tal Cônsul, como veremos. Na opinião de outros pesquisadores da história

³⁴ Para fazermos o estudo dos papéis utilizados no manuscrito do IHGB consultamos BRIQUET, C.-M. **De la valeur des filigranes du papier comme moyen de déterminer l'âge et la provenance de documents non datés**, dans le Bulletin de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Genève, t. 1, p. 192 et S. Genève, 1892; MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e. **O Papel como Elemento de Identificação**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

³⁵ PLAYFAIR, Robert Lambert. **Supplement to the bibliography of Algeria from the earliest times to 1895**. London: Murray, 1898, p. 260.

FIGURA 1¹

¹Papel timbrado do Consulado Português em Argel. "Certificado". Manuscrito do IHGB. Lata 46.

FIGURA 2¹

¹ Papel timbrado do Consulado Português em Argel. "Passavante". Manuscrito do IHGB. Lata 46.

de Portugal, pode ser que os papéis timbrados nem tenham ido à África e tivessem sido colhidos no próprio Reino, ou comprados da gráfica que os imprimia, ou até mesmo doados. Os documentos referentes aos consulados portugueses no Norte da África encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), no fundo com descrição bem limitada chamado *Norte da África*. Não conseguimos encontrar exemplares de papéis como os que foram usados no manuscrito do IHGB. Contudo, encontramos diplomas análogos para o porto de Gibraltar³⁶ da época do Cônsul José Agostinho Parral: um certificado com cabeçalho e a palavra “Certifico” impressos (FIGURA 3) e um passavante para o transporte de mercadorias (FIGURA 4). Esses documentos seguem um mesmo estilo e nos ajudam a localizar os papéis utilizados no manuscrito do IHGB geográfica e historicamente.

Sobre “Henrique McDonell” nada se pode encontrar, todavia algumas informações se acham sobre “H. McDonell”; notícias dispersas nos levam a crer que esse seja, de fato, o cônsul britânico Hugh McDonell³⁷. Talvez o fato de os papéis

³⁶ H. McDonell teria servido como membro de corpo diplomático na praça de Gibraltar, como se pode ver na nota 36.

³⁷ “McDonell (Aberchalder), Hugh, miliciano e militar, agrimensor, político e burocrata; nascido em c. 1760 na Casa Aberchalder, Escócia, filho de Alexander McDonell de Aberchalder; casado pela primeira vez com certa Miss Hughes; casado pela segunda vez com certa Miss Ulich, filha do Cônsul Dinamarquês em Argel (Argélia) [nota do tradutor - no *Supplement to the Bibliography of Algiers* há menção à presença do Almirante Ulich, cônsul da Dinamarca naquela praça, no ano de 1809, em que foi preso pelas autoridades locais. Essa informação coloca McDonell e a sua segunda esposa em Argel na mesma época, pode ser que tenham se conhecido ali], e tiveram dois filhos e oito filhas; morreu em 1833 em Florença (Itália).

Em 1773 o pai de Hugh McDonell e seus tios, John de Leek e Allan de Collachie, encabeçaram uma migração massiva de escoceses rumo à América do Norte, se fixando na propriedade de Sir William Johnson no Vale Mohawk em Nova Iorque. Em janeiro de 1776, McDonell com seu pai e tios foram presos pelo Major-General Philip John Schuyler. Mais tarde, ele escaparia e retornaria para Johnstown. Tendo reunido cerca de 100 monarquistas, fugiu com eles para Montreal em maio de 1777. Ali, ele se juntou ao Real Regimento de Nova Iorque na posição de alferes; foi promovido a lugar-tenente em 1781, aposentando-se com metade do ordenado quando o regimento foi dissolvido em 1783. No ano seguinte, ele se juntou a parentes seus no que viria a ser o Norte do Canadá, ocupando uma área de 500 acres de terra que recebeu como mercê na Municipalidade nº 1 (Charlottenburg). Em 1788 foi nomeado agrimensor adjunto. Até aposentar-se do posto em 1794, ele mediu e marcou os limites de terrenos, concessões e municípios na região da floresta virgem do Distrito Oriental.

Em 1792, McDonell e seu irmão John foram eleitos representantes do Condado de Glengarry no primeiro parlamento do Norte do Canadá, evidência da proeminência local de sua família. Talvez tenha sido como homem-político que McDonell chamou a atenção de Governador-Tenente John Graves Simcoe. Em junho de 1794, apesar de sua modesta experiência militar, ele foi nomeado o primeiro general adjunto de milícia da província. Mais tarde, pela influência de seu irmão John, ele juntou-se como capitão ao Real Regimento Voluntário do Canadá. A dissolução dos voluntários em 1802 o deixou em quase total falência, estado esse exacerbado pelo fato de o governo não pagar parte de seu ordenado. Em 1803, ele tornou-se Tenente-Coronel da milícia de Glengarry, sendo John Coronel.

McDonell viajou a Inglaterra em 1804. Ali, Robert Mathews, antigo secretário militar do governador Frederick Haldimand, tentou achar-lhe uma posição: ‘um valioso oficial está perdido para si e para o serviço, cujas habilidades [seriam úteis] tanto para uma função civil como militar, particularmente no Canadá, onde seu conhecimento da língua francesa, dos costumes e maneiras do povo, bem como dos interesses da nação indígena, poderão ser de bom proveito, enquanto os serviços e sofrimentos de um oficial muito merecedor seriam recompensados’. Em Londres, McDonell procurou o patrocínio do Duque de Kent [Edward Augustus], que conheceu quando o duque esteve na América do Norte britânica. Edward assegurou-lhe nomeação para comissário geral assistente em Gibraltar, em 1805; cinco anos depois, McDonell acompanhou Lord Cochrane a Argel e, no ano seguinte, ele se tornou Cônsul Geral naquele lugar, posição que ocupou até 1820, quando

FIGURA 3¹

¹ Papel timbrado do Consulado Português em Gibraltar. "Certificado". AHU_CU_147, Cx. 392, documento não numerado.

FIGURA 4¹

¹ Papel timbrado do Consulado Português em Gibraltar. "Passavante". AHU_CU_147, Cx. 392, documento não numerado.

terem sido impressos com o nome “Henrique” seja o motivo pelo qual eles nunca foram enviados à praça de Argel, pois nos parece pouco provável que “Henrique” fosse um aportuguesamento possível para “Hugh”, se tratando verdadeiramente de um equívoco de quem compoz os diplomas. Segundo encontramos no *Supplement to the Bibliography of Algeria*, Hugh McDonell chegou a Argel em 1º de abril de 1812, como Pró-Cônsul, para servir na ausência do Cônsul H. S. Blanckley, que havia partido. O *Dictionary of Canadian Biography* é menos preciso na datação dessas movimentações africanas do seu biografado, colocando-o como Cônsul já em 1811 e datando o término do seu serviço em 1820, veremos adiante que ele serviu até 1826 como Cônsul, mesmo estando ausente. Seu nome começa a aparecer como Cônsul-Geral em 1816. Em *Sketches of Algiers* há registros da movimentação do Cônsul estadunidense dia-a-dia, tocando seu contato com o Cônsul britânico, o qual teria ajudado a embarcar em 31 de janeiro de 1824 para que partisse com a sua família daquele porto rumo à Europa, logo após a expulsão das tropas napoleônicas de Portugal. Consta no *Supplement* menção a uma carta de McDonell escrita de Lisboa em 1825 para o seu pró-consul que tinha ficado em Argel. Encontramos em *Sketches of Algiers* a informação de que McDonell administrava o consulado português naquela cidade, como também os consulados de Nápoles, Áustria e Toscana, cujos reinos estavam sob o ataque francês. Em 14 de junho de 1813, foi assinado um *Tratado de paz e Amizade entre Portugal e Argel; concluído através da Mediação da Grã-Bretanha*³⁸ na pessoa do Plenipotenciário William A’Court; o tratado tem entre as assinaturas a do Marquês de Borba, Governador do Reino, e a do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar de Portugal, D. Miguel Pereira Forjaz³⁹. A esse último é que McDonell respondia na qualidade de Cônsul Português em Argel; estão na caixa 395 do fundo *Norte da África* do Arquivo Histórico Ultramarino várias cartas do cônsul britânico destinadas ao Secretário de Estado, todas escritas em francês, idioma diplomático da época e que McDonell dominava, como informa o verbete a seu respeito no

aposentou-se, fixando-se em Florença” [tradução nossa]. MACDONALD, Allan J. “McDONELL, HUGH”. In: *Dictionary of Canadian Biography*, vol. 6, University of Toronto/Université Laval, 2003. Acesso de 27 de maio de 2015, http://www.biographi.ca/en/bio/mcdonell_hugh_6E.html.

³⁸ **British and Foreign State Papers. 1812-1814.** Vol. I.-Part. I. compiled by the Librarian and keeper of the papers, foreign Office. London: James Ridgway and Sons, Piccadilly. 1841. pp.183-189.

³⁹ Veremos quando tratarmos daquele que cremos ser o autor da cópia do *Diccionario das antiguidades de Portugal* presente no IHGB que D. Miguel Pereira Forjaz, na qualidade de Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar se correspondia com McDonell e com o nosso copista.

Dictionary of Canadian Biography. Incluímos aqui uma carta autógrafa de H. MacDonell, de 1815, destinada ao Forjaz para que o leitor veja sua assinatura (FIGURA 5).

McDonell serviu ao consulado português desde 26 de fevereiro de 1813, meses antes da assinatura do tratado de paz, como fica demonstrado numa cópia de carta que encontramos no Arquivo Histórico Ultramarino no dito fundo *Norte da África* que faz menção à nomeação de McDonell como cônsul, seu ordenado e ao dito tratado:

Tendo S. A. R. O Principe Regente Nosso Senhor, por carta de 26 de Fevereiro de 1813 confirmado a Nomeação de Consul da Nação Portuguesa junto da Regencia d'Argel, feita interinamente pelos governadores do reino a H. M.^c Donnell, que alli serve de Consul da Nação Britannica: Manda O Mesmo Senhor, que o Marquez de Borba, hum dos Governadores do Reino, e Administrador Geral do Real Erario [desse?], que pela Folha competente se satisfaça ao procurador bastante do dito M.^c Donnell o Ordenado de 1500 Duros de Hespanha, q. ha por bem estabelecer-lhe, em razão do referido Emprego de Consul Portuguez, devendo contar-se o vencimento do mesmo Ordenado desde 14 de Junho do sobredito anno de 1813, dia em que se ajustou, e assignou a Paz definitiva entre Portugal, e Argel. Palacio do Governo em 14 de Setembro de 1814 = Com duas Rubricas dos Governadores do Reino⁴⁰.

Na *Gazeta de Lisboa*, de número 224, que saiu na sexta-feira, 20 de setembro, no ano de 1816, encontramos notícia de acontecimento interessante passado um mês antes em Cagliari, na Sardenha, em 12 de agosto; o episódio nos revela a tensão vivida nos reinos europeus do sul, pressionados por Napoleão às suas costas e as potências do norte da África à frente⁴¹:

"Giovani della Valle, Mestre de Feluca a Annunciada, vinda de Argel, referio que 5 navios Barbarescos tinham sido atacados por huma Fragata Americana e hum Brige, e que esta tomára hum navio no qual vinha hum Sobrinho do Dey d'Argel; que tendo na sua derrota

⁴⁰ AHU_CU_147, Cx. 395, D. 13. Cópia "Nº 2".

⁴¹ Sabe-se que o porto de Argel seria bombardeado, em 27 de agosto de 1816, por uma frota anglo-holandesa comandada pelo Almirante Visconde Exmouth numa tentativa de erradicar a escravidão de cristãos europeus naquela Regência Otomana – lembremo-nos do furor abolicionista inglês daquele momento –, bem como combater a pirataria norte-africana que prejudicava as atividades mercantis dos Estados Europeus. Importa ressaltar que, até aquele momento, as potências europeias procuraram cooperar com a concorrência turca no Mediterrâneo, pois necessitavam buscar outras fontes de abastecimento via mar interior por conta do bloqueio imposto por Napoleão. O ataque àquele porto resultou num tratado abolindo a escravidão de europeus assinado com o Dey de Argel, soberano dessa Regência, que, ao contrário dos seus pares em Túnis e Trípoli, permanecia irredutível previamente ao bombardeio. Ver: TEMINI, Abdeljelil. *Documents Turcs inédits sur le bombardement d'Alger em 1816*. In: *Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée*, vol. 5, n. 5, 1968, pp. 111-133; OSLER, Edward. *The life of Admiral Viscount Exmouth*. Londres: Smith, Elder and Co., Cornhill. 1841.

FIGURA 5¹

* Respondido en 18 de
 Algier le 25 Septembre 1815.

Monseigneur

J'ai l'honneur de prévenir Votre Excellence,
 qu'une Escadre Algérienne composée de
 Trois Frégates et quatre Corvettes, a mis
 à la voile le 16 de ce mois, avec la ferme
 détermination d'aller combattre les
 Hollandais, Tunisiens ou tout autre
 Ennemi qu'elle pourrait rencontrer: on ne
 lui connaît point d'autre but.

Quant aux ordres qu'elle a pu recevoir
 relativement au Pavillon Espagnol, on les ignore.

Je suis avec un profond respect
 de votre Excellence

Monseigneur
 Le très humble
 Et très obéissant serviteur

A. S. E. Don Miguel
 P. Forjas. V. V. } H. M. Donnell

¹ AHU_CU_147, Cx. 395, D. (não foi possível encontrar numeração específica para o documento). "Algier le 25. Septembre 1815. / Monseigneur: / J'ai l'honneur de prévenir Votre Excellence, qu'une Escadre Algérienne composée de Trois Frégates et quatre Corvettes, a mis à la voile le 16 de ce mois, avec la ferme détermination d'aller combattre les Hollandais, Tunisiens ou tout autre Ennemi qu'elle pourrait rencontrer: on ne lui connaît point d'autre but. / Quant aux ordres qu'elle a pu recevoir relativement au Pavillon Espagnol, on les ignore. / Je suis avec un profond respect de votre Excellence / Monseigneur / Le très humble / Et très obéissant serviteur / H-M-Donnell / A S. E. Don Miguel P. Forjas. V^a V^a".

*encontrado o navio Napolitano Christina, encarregado de pagar tributo pela liberdade dos escravos, mandára o Capitão Americano reconhecer o navio, e que depois de se ter certificado da sua carga e do seu destino, se oppozera a que continuasse a sua viagem. Tendo o Official Napolitano passado a bordo do navio Americano, o Capitão deste, que estava conversando com o Sobrinho do Dey, lhe disse: "Os presentes fazem que aquelles a quem se offerecem, exijão mais: he hum acto de fraqueza submeter-se a isso. Só o ferro dá a liberdade e a independencia; e vinga as injurias dos contratos vergonhosos. Voltai para Napoles, e dizei a vosso amo que hum filho da America tem libertado o Mediterraneo do jugo das Potencias Barbarescas." - Depois destas jactanciosas expressões, arvorou o navio Napolitano a bandeira Americana, e foi enviado o Sobrinho do Dey em troco das sommas destinadas para a Regencia.*⁴²

Henrique McDonell continua cônsul até 1826. A partir de 1827, o *Supplement* já traz o nome de outros cônsules britânicos e seus pró-cônsules, dando a entender que McDonell tenha deixado o cargo. Da administração britânica de consulados de outras nações e da saída de Henrique McDonell de Argel encontramos as seguintes notícias: "*January 31st, 1824. [...] The Consulates of Naples, Portugal, Austria, and Tuscany, which were administered by the British Consul, are left, together with his pecuniary affairs [...]*"⁴³. Também localizamos referências a despesas feitas pelo cônsul inglês em nome de Portugal: "*No. 35 (F. O., No. 23), 1821.— Consul H. McDonell, and miscellaneous. [...] His claim for a large sum of money expended on account of Portugal and for salary*"⁴⁴. Outra notícia do consul pudemos achar em *The Naval and Military Magazine*: "*McDONELL Mr. – Consul General – At Algiers in 1816*"⁴⁵.

Encontramos um terceiro e último tipo de papel, apenas duas folhas colocadas no primeiro tomo do manuscrito, que trazem marca d'água. Essas folhas são rascunhos e foram cortadas verticalmente em duas, resultando em quatro tiras de papel, no verso das quais o copista colocou quatro verbetes curtíssimos. Nessas folhas encontramos mensagens a tinta legíveis que permitem acercar-nos ainda mais do tempo e espaço de produção dessa cópia manuscrita. Colhemos essas informações ao examinarmos fisicamente o documento em visita ao IHGB, pois a

⁴² *Gazeta de Lisboa*, n. 224, sexta-feira, 20 de setembro de 1816, sem paginação.

⁴³ SHALER, William. *Sketches of Algiers*, political, historical, and civil: containing an account of the geography, population, government, revenues, commerce, agriculture, arts, civil institutions, tribes, manners, languages, and recent political history of that country. Boston: Cummings, Hilliard and Company, 1826, p.189.

⁴⁴ PLAYFAIR. 1898, pp. 259-261.

⁴⁵ *The Naval and Military Magazine*, v.1, n.1, Londres, março de 1827.

digitalização dessas páginas nos passava a impressão de estarem apenas embaralhadas naquele códice, entre os verbetes *Almoxarife* e *Anadel*, sem guardarem com eles relação direta (FIGURAS 6, 7, 8 e 9). Vejamos o conteúdo do que está escrito nessas páginas:

O Illmº Snrº Conselheiro Antonio Esteves Costa, em quanto não se encontra com o Illmº Snrº Conselheiro dá_ Pede não só a brevidade, como o bom resultado do Requerimento que Manoel Ribeiro da Silva, fêz a S. Magde. para despençar de levar Capelaõ o Brigue Espirito Santo que segue Viagem para Pernambuco, em rasaõ da pouca tripulação, e de não ter lugar decente, e nem capacidade para se poder celebrar o Santo Sacreficio da Missa [Rubrica]

Com os verbetes “Aguazil – vej. Guazil” e “Ala. Cavallaria da ordem militar da ala Vej. aza.” no verso. Relacionadas às informações presentes nessa primeira folha pudemos coligir as seguintes notícias que nos permitem identificar, na medida do possível, as personagens citadas: “1822. Recibo de Rs300\$000 reis redigido e assinado pelo Conde dos Arcos, Governador da Bahia e último Vice-Rei do Brasil, recebendo do Sr. Antonio Esteves Costa ‘a dita quantia mesada que me são pagas em consequência da ordem do Sr. João Alves da Silva Porto’. Lisboa 2 de Julho de 1822. Assinado em duas vias ‘dos quais só uma terá vigor’” e “1823. Recibo de Rs300\$000 reis redigido e assinado pelo Conde dos Arcos, Governador da Bahia e ultimo Vice-Rei do Brasil, recebendo do Sr. Antonio Esteves Costa ‘a dita quantia mesada que me são pagas em consequência da ordem do Sr. João Alves da Silva Porto’. Lisboa 4 de Outubro de 1823. Assinado em duas vias ‘dos quais só uma terá vigor’”, são estes autógrafos reais e imperiais⁴⁶. Seria esse o oitavo Conde dos Arcos Dom Marcos de Noronha e Brito, Governador da província da Bahia, entre 1810 e 1818, e último Vice-Rei do Brasil, entre 1806 e 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro⁴⁷. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa (1807-1838) foi Presidente das províncias de Sergipe (1835-1836) e Rio Grande do Norte (1837-1838)⁴⁸. Essas referências colocam as personagens no espaço reinol do

⁴⁶ Encontramos as transcrições desses documentos sem nenhuma referência formal na *webpage* de um sebo que os teria vendido. Em face da escassez de notícias sobre essas personagens nos valem de fonte tão heterodoxa conscientes da sua falta de rigor científico. Acesso em 27 de maio de 2014: <http://sebofino.com.br/autografos.htm>.

⁴⁷ NUNES, Antonietta D’Aguiar. **O governo do 8º Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito) na Bahia (1810-1818) e sua política educacional**. In: Anais do VI Colóquio do Museu Pedagógico da UESB, Vitória da Conquista, 27 a 29 de novembro de 2006.

⁴⁸ LISBÔA, Manoel Ribeiro da Silva. **Relatorio de todos os Actos do Governo da Provincia de Sergipe, na Presidencia do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisbôa e por elle publicados**. Bahia, Typ. do Correio Mercantil, de Precourt e Cia. Rua d’Alfandega, No. 24. 1835.

FIGURA 6¹

O M^{te} Sr^o Conselheiro Antonio Esteves Costa, em quanto não se encontra
com o M^{te} Sr^o Conselheiro de - Pode não se a brevidade, como o bom recultante
do requerimento que Manoel Ribeiro da Silva, fez a S. Mage^d para despensar de
levar Capelão e Sangue Espírito Santo que segue viagem para Pernambuco, em ra-
zão da pouca tripulação, e de não ter lugar decente, e nem capacidade para se po-
der celebrar o Santo Sacrifício da Missa. &

¹ Fólio partido ao meio. Verbetes "Aguazil" e "Ala". Manuscrito do IHGB. Lata 46, doc. 1.

FIGURA 7¹

¹ Transcrição do fólio partido ao meio, figura 3. Verbetes “Aguazil” e “Ala”.

FIGURA 8¹

Tendo em 31 de mez de janeiro proximo
passado requerido se consultasse a Vossa Mage-
stade a vantagem, e a justiça de se admitir
o pagamento das collectas de maior quantia com
^{agora} ~~e importante~~ ^{em}
prata; ~~são de praxe~~ ^{sempre} ~~f. realidades~~ ^{na pratica}
e providencias Vivas por distribuir ^{na pratica}
sejam accertas nas publicações de 2008 cada
um para satisfação de chancelaria e os outros
f. lra por conceder ~~chancelaria~~ ^{Banco f. odes}
" digito ~~algunha~~ ^{de longos}
e f. lra, sob a presença do Sr. com muni-
cipalidade de Curitiba.

¹ Fólio partido ao meio. Verbetes “Altitra” e “Amaias”. Manuscrito do IHGB. Lata 46, doc. 1.

FIGURA 9¹

¹ Transcrição do fólio partido ao meio. Verbetes “Altitra” e “Amaias”. Manuscrito do IHGB. Lata 46, doc. 1

século XIX, mas sempre em contato com as províncias americanas. A trajetória desses homens é análoga à trajetória do objeto desta pesquisa: uma cópia manuscrita, que como passamos a asseverar, foi produzida em Lisboa e trazida para o IHGB, no Rio de Janeiro, pelo Conselheiro Drummond. Procedamos à segunda folha:

Senhor. [que na digitalização não se pode ver]

Tendo em 31 do mez de janeiro proximo passado requerido se consultasse a Vossa Magestade a vantagem, e a justiça de se admitir o pagamento das collectas de maior quantia com prestações; agora que [em cima] [rasura] Vicente José António me parece que[?] sejam acceitas suas[?] prestações de 200x cada ano para satisfação de [chada? - ilegível] dessas muitas q-he pra[?] cancela: [rasura] peço q. o req.[uerimento] de suppl.[supplica] suba a presença de V. Mag. Com muito da bondade[?] depuinte..

Voss

Com os verbetes “Altitra – Vej. azaqui” e “Amaias – vej. Maias.” no verso. Dessa não pudemos depreender nada que tocasse à mensagem nela escrita, mas encontramos notícia de mais dois verbetes que, como os primeiros, fazem referência a outros verbetes do próprio dicionário, nos quais estão desenvolvidas as entradas dos termos aqui enunciados. Porém, a importância dessa segunda folha não fica aí restrita, pois, ao contrário da primeira, traz a mesma caligrafia encontrada no restante do documento, foi redigida pelas mesmas mãos. Malgrado sua ilegibilidade e aridez, esse fólio nos dá segurança ao plantearmos serem esses papéis avulsos chaves, mesmo que rústicas, para abrirmos portas que nos levem mais além na direção de reconstruir uma história desta fonte.

Nos falta agora, para encerrarmos esta seção sobre os papéis, nos ocuparmos da marca d’água que se encontra nesse terceiro e último tipo que identificamos. Trata-se da marca do papelheiro italiano Giorgio Magnani. Encontramos algumas referências a esses papéis toscanos que os localizam em vários acervos do mundo, o que não nos ajuda em precisar a origem dos nossos exemplares, mas nos dão uma ideia da sua circulação e de como eram comuns em Portugal e no Brasil. Em estudo sobre *Os músicos e seus manuscritos* Mary Angela Biason afirma:

"As marcas d'água encontradas nos documentos musicais do Museu da Inconfidência confirmam a procedência do papel: muitos são italianos,

*como os do papeleiro Giorgio Magnani e seus descendentes, e outros que apresentam o desenho de três luas crescentes. Estas duas marcas coincidem com as encontradas, por exemplo, no acervo de música do Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa [...]*⁴⁹

Também localizamos em *Shelleyan Writing-Material in The Bodleian Library: A Catalogue of Formats, Papers and Watermarks* as seguintes notícias que descrevem o desenho dessa marca d'água, o mesmo que encontramos nos exemplares do manuscrito do IHGB (FIGURA 10), e informam mais da origem desses papéis e o período no qual eles estavam em maior uso, que coincide grosso modo com as nossas datações para a cópia do *Diccionario*:

*"The watermark-patterns of papers used in Italy also sometimes include names or initials, mostly presumably of paper manufacturers. The commonest pair of initials is 'G M', which appears frequently in various forms, as plain capital letters or entwined in monograms of several styles: the most likely identification is the Tuscan firm of Giorgio Magnani [...] [p. 14] [...] Italy, 1818-22 [p. 63] [...] 'GIOR[GI]O MAGNANI' whose name appears thus spelt out below an elaborate coat of arms, containing a bird flying up above a building [...] 'used in North Africa 1822-23' [...] used at New York, 1805 [...] the name 'GIOR[GI]O MAGNANI' appears by itself as countermark to an heraldic design of a two-headed eagle under a crown, The firm of Magnani is mentioned as one of the few successful firms at this latter period in Tuscany by Piccardi, La cartiera de La Briglia, p. 247, whilst 'G. Magnani e F.' is listed as the largest of the paper-making firms of Pescia [...]" (p. 64)*⁵⁰

⁴⁹ BIASON, Mary Angela. **Os músicos e seus manuscritos**. Per musi [online]. 2008, n.18, pp. 17-27. ISSN 1517-7599.

⁵⁰ BARKER-BENFIELD, B. C. **Shelleyan Writing-Material in The Bodleian Library: A Catalogue of Formats, Papers and Watermarks** / Papers used in the autograph notebooks, home-made booklets, loose sheets and letters of Percy Bysshe Shelley, Harriet Shelley, Mary Wollstonecraft Shelley (to Dec. 1823), and Claire Clairmont (to Sept. 1822), held at the Bodleian Library in its own collections and in the Abinger deposit, with indexes of watermarks and of other features / compiled by B. C. Barker-Benfield. London: Routledge, 2002. p. 14 e pp. 63-64.

FIGURA 10¹

Fig.8 - Marca d'água Gior Magnani. MI-FCLange 014.

¹ BIASON, Mary Angela. Os músicos e seus manuscritos. Per musi [online]. 2008, n.18, pp. 17-27. ISSN 1517-7599. Acesso em 27 de maio de 2014: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-75992008000200003&script=sci_arttext&tlng=en

Capítulo 2: O Original

2.1 Da localização do manuscrito original

Faremos mais adiante um comentário detido sobre todo o conteúdo do prefácio ao livro e da sessão chamada *Addição*, em que se encontra a tal carta transcrita, que em nossa opinião faz louvar à autoridade de Manuel Severim de Faria como referência bibliográfica, se assim podemos dizer, na confecção do *Diccionario*. Permita-nos adiantar apenas um comentário sobre determinado trecho da *Addição* a fim de que possamos relatar das veredas pelas quais andamos até chegarmos àquele que talvez seja o resultado mais importante da nossa investigação: a localização do manuscrito original que serviu de base para se fazer a cópia a qual o estudo foi dedicado.

Desde a primeira leitura que fizemos da fonte, lendo e relendo seus paratextos – que logo nos saltaram aos olhos como de suma importância para esta aproximação que fazemos à história deste livro –, um trecho nos ocupava com especial interesse, a saber: “Se alguém o quizer examinar, depois de publicado, na Bibliotheca d’Academia Real das Sciencias, onde será entregue p[ar]a este mesmo fim, poderá inteirar se da sua certeza”. De início julgávamos ser essa informação referente ao paradeiro do *Diccionario*, que estaria, então, muito provavelmente, ainda depositado no acervo da Academia das Ciências, como afirmou que faria o indulgente prefaciador. *A posteriori*, nos demos conta de que estávamos redondamente enganados, que tal referência dizia respeito à localização do original da carta transcrita pelo prefaciador e não do manuscrito todo. A correta leitura do trecho seria a seguinte: quem quisesse examinar a carta original poderia fazer isso na Biblioteca da Academia, onde a tal carta seria depositada. O trecho seguinte ao que já citamos corrobora essa última leitura que propusemos: “O sobredito original he do anno de 1655 [data da carta] ultimo da vida do preclaríssimo Chantre de Evora [Severim de Faria]. O informante [a carta é “informação” feita em segredo a D. João IV, por isso usa-se esse termo] he o padre Francisco Pinheiro [autor da carta]”.

Não obstante, foi esse equívoco exegético inicial o motivador da busca que fizemos à procura do documento original no livro da Série Azul de Manuscritos da

Academia das Ciências de Lisboa⁵¹. Tal busca logrou sucesso e encontramos relacionado certo *Diccionario das Antiguidades de Portugal* que não poderia deixar de ser o mesmo e que lá estava listado, não pelas razões que primeiro supusemos e, sim, porque fora ele vendido à Academia pelo seu autor, Pedro José da Fonseca, nova e central personagem que transformou, de certa forma, os rumos do presente trabalho. A catalogação do manuscrito é bem detalhada, nos levou ao verbete de Inocêncio sobre o autor, como já indicamos na primeira parte desta dissertação, e nos possibilitou, logo à primeira vista, ter certeza da relação deste manuscrito com o da Academia das Ciências para com a cópia pertencente ao IHGB. Veja-se o registro encontrado no catálogo:

“240 - FONSECA, Pedro José da (1737-1816)

Diccionario das Antiguidades de Portugal. Para servir á intelligencia da Historia Antiga deste Reino. Tomo I e II / [por] Pedro José da Fonseca .- [S.l., s.d.] .- 3 fls. em branco inums. + 358 fls. de texto nums. a lápis, incluindo o fl. de rosto e os índices + 1 fl. em branco inum.; 4º [221 x 167 mm].

CÓDICE [Original]. Enc. com lombada e cantos de pergaminho e pastas de papel manchado. Compreende dois tomos encadernados juntos. Adquirido pela Academia ao Autor (cf. Inocêncio, VI, p. 423)⁵².

No rosto do primeiro tomo lê-se o seguinte despacho: ***Não foi julgada digna de impressão. 6 de Maio de 1823. F. B. S.^a*** No final (fl. 357v. e 358), encontram-se mais dois despachos: ***Imprima-se appontadas as Leis respectivas notadas nos artigos da Cenzura, e torne para se conferir. Lx.^a a 6 de Fevereiro de 1808***” (com seis rubricas), e ***“vay com este Manuscripto o Extracto da censura, para à vista dele se observar a determinação do desp.^o de 6 de Fevr.^o de 1808.”***⁵³

Lê-se quase exatamente o mesmo na cópia manuscrita do IHGB, com exceção do mês e do nome do parecerista responsável pelo despacho de 1823 e localização dos despachos da Censura de 1808, de que trataremos depois, a saber:

Diccionario das antiguidades de Portugal. Para servir á intelligencia da História Antiga deste Reino.

No rosto do primeiro tomo lê-se o seguinte despacho: ***Não foi julgado digno da impressão 6 de março de 1823. Villela V. S.*** Ao

⁵¹ Catálogo de Manuscritos da Série Azul da Academia das Ciências de Lisboa. Online, sem paginação.

⁵² “Catalogo dos manuscritos que o professor Pedro José da Fonseca, sócio da Academia Real das Sciencias, vendeu á mesma Academia. (Copiado do autographo, por elle escripto, que se conserva no archivo da sobredita.) *Diccionario das antiguidades de Portugal, para servir á intelligencia da historia antiga d'este reino.*—Em 4.” 2 tomos.” INOCÊNCIO, VI, p. 423.

⁵³ Catálogo de Manuscritos da Série Azul da Academia das Ciências de Lisboa. Online, sem paginação.

*final do índice de verbetes, encontram-se mais dois despachos: **Imprima-se apontadas as leis respectivas notadas em artigos da Censura, e torne p[ar]a se cumprir. L[isboa] a 6 de Fev[ereir]o de 1808. com 6 rubricas.**” e “**Vay com este Ms. o extracto da Censura, p[ar]a à vista delle se observar a Determinação do Despacho de 6 de Fev[ereir]o de 1808.** (grifo nosso)*

Assim, podemos afirmar, com certeza: o manuscrito original foi encontrado, e está na Academia das Ciências de Lisboa. Queremos, assim, redefinir a data da fonte original para algo entre 1779, ano de fundação da Academia Real das Ciências, e 1810, data de publicação da obra mais tardia referida nos manuscritos.

As diferenças encontradas entre a descrição do catálogo da Academia das Ciências e a da cópia do IHGB, no que toca a localização dos despachos censórios de 1808, explicam-se quando se percebe que na cópia a *Addição* e índice dos verbetes, ao final do qual se localizam tais despachos, foram copiados na sequência do prefácio, enquanto no documento original – a que tivemos acesso através de digitalização completa encomendada à Academias das Ciências de Lisboa – encontram-se ao final do volume, encerrando o códice. Em relação à diferença na data e nome do parecerista de 1823, percebemos ser esse um erro de transcrição do catálogo (FIGURAS 11, 12, 13 e 14). Consta no manuscrito original: “Não foi julgada digna da impressão 6 de Março de 1823. Villela V[ice].S[ecretário].”; abaixo consta a lápis nota extemporânea identificando o parecerista: “Francisco Vilela Barbosa [1769-1846] Marquês de Paranaguá, no Brasil”, de quem nos ocuparemos mais adiante. Afirmamos ainda que a cópia é posterior a 1823, pois apresenta no seu frontispício aquele parecer de impressão do referido ano, que também se encontra no manuscrito original que logramos encontrar. Seria, então, 6 de março de 1823 nossa baliza mínima de datação da cópia manuscrita do IHGB. Coincidem totalmente as datas e despachos da censura de 6 de fevereiro de 1808: “Imprima-se apontadas as Leis respectivas notadas nos artigos da Cençura, e torne para se conferir. Lx.^a a 6 de Fevereiro de 1808”, acompanhado das seis rubricas dos censores, e “vay com este Manuscripto o Extracto da censura, para à vista dele se observar a determinação do desp.^o de 6 de Fevr.^o de 1808.” Isso é dizer: o *Diccionario das Antiguidades de Portugal* foi submetido ao aparato censor português para ir a prensa, recebendo liberação para tanto, todavia nunca chegando a ser impresso “com todas as licenças necessárias” – e as possuía, como aqui constatamos –, nem pela tipografia da Academia das Ciências de Lisboa, nem por

FIGURA 11¹

¹ Folha de rosto do Manuscrito do IHGB, com parecer desfavorável de publicação. Lata 46, doc. 1.

FIGURA 12¹

¹ Dois despachos da Censura de 1808 ao final do índice de verbetes (início do códice). Manuscrito do IHGB, Lata 46, doc. 1.

FIGURA 13¹

¹ Folha de rosto do Manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa, com parecer desfavorável de publicação.

qualquer outra. Em 1794, durante a regência de D. João, que viria a ser o sexto de seu nome, é revogado o alvará de 1768 que sujeitava a Real Mesa Censória somente à autoridade real, de maneira a restabelecer o exercício da censura pelas três instâncias: Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço⁵⁴. É por essa estrutura censora que passou o *Diccionario* em Lisboa, culminando no deferimento para impressão trazido pelo despacho de seis de fevereiro de 1808, já sem a presença da família real que rumava para o Brasil. Esse aparato permaneceu o mesmo até dois de março de 1821, data de suspensão da censura.

2.2 Do autor

"AUTHOR, Authôr, ou Auctor, ou Author. Aquelle, que dá principio a alguma coufa, & como o Auctor, idest, o instituidor, ou executor della. [...]".

BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez & Latino*, 1728, p. 684

O manuscrito localizado no Catálogo da Academia das Ciências de Lisboa é ali atribuído a Pedro José da Fonseca e, partindo dessa informação, afirmamos ser mesmo ele quem escreveu o prefácio e compôs todo o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*. Não apenas a notícia fornecida no catálogo da Academia das Ciências de Lisboa nos leva a acreditar que Fonseca seja o compilador do *Diccionario*, mas também o levantamento das obras utilizadas na composição dos verbetes, uma vez que entre elas se acham abundantemente aquelas que estariam ligadas a Fonseca por lhe serem contemporâneas, por serem de autoria de colegas, por terem sido editadas sob seus auspícios, final e mais significativamente, por ele escritas, estas sem que fosse citado seu autor, o que corrobora ainda mais a hipótese aqui lançada. Dessas obras que estão diretamente ligadas a Fonseca devemos destacar uma que cita em alguns dos verbetes e da qual foi autor: *Catalogo dos Autores que se lerão, e de que se tomarão as Autoridades para a composição do Diccionario da Lingoa Portuguesa. Formado pela ordem das abreviaturas dos nomes e appellidos dos mesmos Autores, e dos títulos das obras anonymas*, que vem anteposto ao primeiro

⁵⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**. Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec e Fapesp, 2004, pp. 135-137.

e único tomo do *Diccionario da Lingoa Portuguesa*⁵⁵, que contém apenas a letra A, findando no verbo *Azurrar*, e que foi publicado em 1793 pela Academia Real das Ciências de Lisboa. No *Aviso ao Leitor* Fonseca cita alguns dos autores e obras que tomou como autoridades e entre esses muitos coincidem com aqueles utilizados na composição do *Diccionario das Antiguidades*: o que nos leva a crer que o trabalho de erudição que empreendeu na composição do *Diccionario da Lingoa Portuguesa* tenha sido essencial para o nascimento do *Diccionario das Antiguidades Portugal*:

*“Começar-se-ha a leitura dos Autores Portuguezes, que conservamos, pelos primeiros Escretores, que principiárão a formar a nossa lingua. Taes são o Nobiliario do Conde D. Pedro*⁵⁶ *[sobre o qual existe verbete no Diccionario das Antiguidades], as Chronicas de Fernão Lopes*⁵⁷*, Gomes Eannes d’Azurara*⁵⁸*, (...) o cancioneiro geral, publicado por Garcia de Resende*⁵⁹ *[sobre o qual existe verbete no Diccionario das Antiguidades], (...) Authores que se seguem a Fr. Luiz de Sousa*⁶⁰ *até o fim do século passado (...).”*

⁵⁵ FONSECA, Pedro José da. *Diccionario da Lingoa Portuguesa* da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1793.

⁵⁶ Fonseca utiliza duas edições dessa obra na composição de alguns de seus verbetes, contudo é preciso esclarecer desde já que na maior parte das vezes em que o Nobiliário do Conde D. Pedro aparece citado não se trata de citação direta colhida por Fonseca nestas edições, como se poderá ver na edição crítica do *Diccionario das Antiguidades de Portugal*. O que ocorre habitualmente é que o Nobiliário vem mencionado dentro dos trechos da Monarquia Lusitana transcritos por Fonseca, cujos autores, sim, consultaram diretamente o texto do Conde. Seguem as edições: CONDE D. PEDRO, LAVAÑA, Juan Bautista. Nobiliario de D. Pedro Conde de Bracelos Hijo del Rey D. Dionis de Portugal, ordenado y ilustrado con notas y indices por Ivan Bautista Lavaña Cronista Mayor del Reyno de Portugal. En Roma, Por Estevan Paolinio M.D.C.X.L. [1640] Con licencia de los Superiores.

CONDE D. PEDRO, FARIA E SOUSA, Manuel. Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal, traduzido casigado y con nuevas ilustraciones por Manuel de Faria i Sousa Cavallero dela ordén de christo i de la Casa Real Al Sr. D. Francisco Antonio de Alarcon, Cavallero de la Orden de S. Tiago del Conss.^o i Camara de su Mag.^o i Presidente enel Supremo de Hazienda &. En Madrid Por Alonso de Paredes, M.DC.XL.VI. [1646].

⁵⁷ LOPES, Fernão. Chronica Del Rey D. Ioam I. De Boa Memoria, E dos Reys de Portvgal o Decimo. Primeira Parte. Em Que se contem A Detensam Do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade Del Rey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez. Anno de1644. Em Lisbôa. Com todas as licenças necessárias. A custa de Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S.; LOPES, Fernão. Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escereveo Fernão Lopes[...] copiada fielmente do seu original antigo[...] pelo Padre Jozé Pereira Bayam. Lisboa Occidental: Na Offic. de Manoel Fernandes Costa, 1735.

⁵⁸ ZURARA, Gomes Eanes de (1410/20-1474). Chronica do Conde D. Pedro de Meneses. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

⁵⁹ REZENDE, Garcia de. Cancioneiro geral: cum preuilegio [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do principe]. - Almeyrym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa: per Hermã de Câmpos, 28 Sete[m]bro 1516.

⁶⁰ Fonseca cita aqui Frei Luis de Sousa, nome de pluma de Manuel de Sousa Coutinho. As duas obras desse autor mais citadas pelo *Diccionario das Antiguidades* são: GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis. **Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres** Da Ordem dos Prêgadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na notavel Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis. **Historia de S. Domingos** Particular do Reino, e das Conquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifita dela. Reforma em

Fonseca foi o principal responsável por esse dicionário, como podemos averiguar no artigo que Inocêncio escreve sobre esta obra, artigo esse que também nos oferece valioso testemunho biográfico sobre o Professor Régio. Apesar de alongado, transcrevemos a seguir um trecho do artigo que nos serve como fonte documental para dar a conhecer do valor da obra e de seu autor que, como veremos aqui e noutros lugares, sofreu agruras no fim da vida cujo peso não pôde ser aplacado pela longa trajetória acadêmica e pelo fato de Pedro José da Fonseca ter publicado diversas obras durante a vida:

“A proposito d’este Diccionario diz o sábio acadêmico José Corrêa da Serra: ‘N’elle se descobrem a cada pagina provas da actividade, da paciencia e do bom gosto dos seus auctores. Bem longe de se limitarem á significação de cada uma das palavras, elles se applicaram a verificar as modificações ainda mais fugitivas, dadas pelos escriptores a esta significação primitiva, ou seja na disposição das phrases, ou seja na associação de uma palavra principal com outras palavras. (...)’

Grande louvor cabe por certo aos tres benemeritos academicos e distinctos professors, que principalmente se deram a este trabalho improbo com incalculaveis fadigas, empregando n’elle as horas de descanso que lhes ficavam livres dos encargos do magisterio nas respectivas cadeiras. Assim conseguiram para a Academia a gloria de publicar, decorridos apenas quarto annos depois da sua fundação, aquellas primicias monumentaes, a que só a meledicencia, ou a inveja pôdem negar o devido apreço. E o mais é, que deixaram ainda elaborados e promptos numerosos subsidies para os volumes seguintes, os quaes a incuria deixou perder de todo, sem que hoje se saiba o destino que levaram, com quanto não reste duvida de que existiram, pelo testemunho auctorizado dos que affiançam tel-os visto.

Entre os tres collaboradores principaes, ou quasi unicos do Diccionario, merece mais distincta e especial menção o laboriosissimo Pedro José da Fonseca, a quem se deve, além da parte que lhe tocou na letra A, todas as peças accessorias que a esta precede no volume; isto é, a Dedicatoria, Planta, e cathalogo dos auctores, tudo trabalhos de notavel erudição, e exclusivamente seus, como verifiquei em grande parte pelos autographos, que vi da sua prorpia letra. As vigalias e fadigas que isto lhe custou arruinaram de todo a sua já deteriorada saude, reduzindo-o ao estado valetudinario em que houve de arrastar ainda por bastantes annos os restos de uma vida atribulada. Seus companheiros, Agostinho José da Costa de Macedo e Bartholomeu Ignacio Gorge perderam um e outro a vista ao fim de alguns annos, para mais não a recuperarem. E o premio de seus trabalhos? Foi um

*exemplar do Diccionario, que cada um d'elles recebeu, como qualquer dos outros socios!”*⁶¹

Além do testemunho de Inocêncio sobre a participação de Fonseca nessa obra, podemos aqui testemunhar do que vimos na Torre do Tombo em pesquisa no fundo da *Real Mesa Censória*, na seção dos documentos que compunham a *Biblioteca* da instituição, no subgrupo *Dicionários*. Ao consultarmos as três caixas que compõem tal subgrupo na esperança de encontrarmos algo sobre o *Diccionario das Antiguidades* tivemos a surpresa de nos depararmos com o manuscrito original do *Diccionario da Lingoa Portuguesa* de quando foi submetido à Censura em 1791, como consta nos extratos de aprovação da Mesa para publicação presentes no documento. Não temos notícia de que o parideiro desse manuscrito fosse de conhecimento geral⁶², mas, para além de o localizar, o que nos importou mais foi que nele pudemos reconhecer a caligrafia de Pedro José da Fonseca na maior parte dos fólhos, o que confirma que ele fora o principal autor da obra, capitaneando a empreitada.

Fonseca também cita, já no prefácio do *Diccionario das Antiguidades*, os *Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira*⁶³, cuja segunda edição de 1771 foi por ele mesmo preparada. Esses poemas tinham sido editados pela primeira vez em 1598 e dedicados pelo filho do poeta a Filipe I de Portugal⁶⁴. Outras fontes citadas abundantemente no *Diccionario das Antiguidades* e que apontam na direção de Fonseca são as *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, de Gomes Eannes de Zurara, *Chronica d'elRey Dom João II*, *Chronica d'elRey D. Duarte*, *Chronica d'elRey D. Affonso V*, as três de Ruy de Pina, e o *Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V*. Todas essas obras se encontravam manuscritas até a publicação da *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de*

⁶¹ INOCÊNCIO, tomo VI, p. 137, 1973.

⁶² Real Mesa Censória, Biblioteca, Dicionários, Caixa 358(4099-4106).

⁶³ FERREIRA, Antonio. FONSECA, Pedro José da. **Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira**. Segunda impressão emendada, e accrescentada com a vida, e comedias do mesmo poeta. Tomo I. Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno M DCC LXXI (1771) Com licença da Real Meza Censoria. Á custa dos Irmãos Du-Beux, á Cruz de Páo.

⁶⁴ FERREIRA, Antonio. *Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira*. Dedicados por seu filho Miguel Leite ferreira, ao Príncipe D. Philippe nosso Senhor. Em Lisboa. Impresso com licença, Por Pedro Crasbeeck. M.D.XCVIII. (1598) Com Privilegio, A custa de estevão Lopez Livreiro.

*varias outras*⁶⁵, vinda à luz em Lisboa na oficina tipográfica da mesma Academia. O responsável por essa obra em três tomos, Corrêa da Serra, é o mesmo que veio citado acima por Inocêncio no testemunho que faz a respeito do *Diccionario da Lingoa Portuguesa*. O que é de especial interesse nesse caso é que Fonseca não cita diretamente a *Collecção*, mas cita as obras nela colecionadas: os textos manuscritos inéditos citados acima. Foi na preparação da edição crítica, buscando essas crônicas para cotejarmos seus textos com o do *Diccionario das Antiguidades*, que nos deparamos com essa *Collecção* que dava à luz esses textos. Corrêa da Serra foi consócio de Fonseca na Academia das Ciências, cuja oficina tipográfica foi dirigida pelo ultimo até 1791, querendo dizer que o primeiro tomo da *Collecção*, de 1790, foi publicado ainda no mandato de Fonseca como diretor de tipografia.

Entre todas as referências bibliográficas do *Diccionario das Antiguidades* não encontramos obra manuscrita alguma, não seria diferente no caso dessas crônicas reais, o que nos leva a afirmar que Fonseca as cita a partir das suas versões impressas, organizadas na *Collecção* de Corrêa da Serra. Ainda das obras citadas por Fonseca salientamos aquela que já mencionamos como teto do friso cronológico de produção do *Diccionario*, obra de João Pedro Ribeiro (1758-1839), também sócio da Academia das Ciências, publicada no ano de 1810, ou seja, dois anos depois do *Diccionario* ter passado pela Real Mesa Censória, querendo dizer que Fonseca continuou a fazer acréscimos ao manuscrito mesmo depois de aprovada a sua publicação. A obra de que falamos é *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa*⁶⁶. Faremos, a seguir, outros apontamentos sobre a vida e obra do autor, procurando sustentar nossa atribuição de autoria.

Começemos por Inocêncio no seu *Dicionário Bibliográfico*, referido pelo próprio Catálogo da Academia, que possui extenso verbete sobre Fonseca, que havia sido seu consócio na Academia das Ciências. É interessante notar que na trajetória acadêmica de Inocêncio figuram ambas as instituições que são, ao mesmo

⁶⁵ **Collecção de Livros Ineditos de Historia Portuguesa, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II.** Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Lisboa na Officina da mesma Academia. Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv. Tomo I (1790), Tomo II (1792) e Tomo III (1793).

⁶⁶ RIBEIRO, João Pedro (1758-1839). **Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal**, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro. Tomo I. Lisboa Na Typographia da mesma Academia 1810.

tempo, cenários e atores na história que contamos: Academia das Ciências de Lisboa e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi sócio-correspondente em Lisboa. Outro testemunho disso é que um dos volumes do seu *Dicionário Bibliográfico* é dedicado a essas duas instituições de que fez parte. Através do erudito bibliógrafo foi que encontramos as primeiras informações sobre Fonseca:

*“Socio fundador da Academia Real das Sciencias de Lisboa (A.R.Sc.), confirmada por aviso regio de 24 de Dezembro de 1779, assistiu já na qualidade de effectivo da classe de Litteratura á primeira sessão que a Academia teve em 16 de Janeiro de 1780. Foi eleito Director da typographia da mesma Academia, e tambem Director da commissão encarregada em 28 de Junho de 1780 da composição do Diccionario da, lingua portugueza [1793]. Passou a Socio veterano em 27 de Março de 1790.”*⁶⁷

Pedro José da Fonseca também foi professor de Retórica no Colégio Real dos Nobres, tradutor de obras latinas e francesas, escreveu várias obras que permaneceram manuscritas e desconhecidas, também localizadas na Academia das Ciências de Lisboa. Banha de Andrade, no segundo volume do seu *A Reforma Pombalina dos estudos Secundários*, copia diversos documentos que nos trazem informações sobre a trajetória de Fonseca. Há ali a primeira consulta de 1759, sobre o provimento de professores régios para a cidade de Lisboa. Essa consulta original data de 8 de agosto de 1759 e traz à margem o despacho real de 14 do mesmo mês e ano:

*“Como parece e nomeyo para primeiros Professores Regios [...]. Pelo que toca às classes de Retorica, nomeyo a Jozeph Caetano Mesquita e a Pedro Jozeph da Fonseca, com os mesmos cem mil reis para cazas e trezentos e sincoenta mil reis de ordenado. Quanto aos Relligiozos Congregados, achando-se já aprovados, não há para que se lhes passem cartas. E nas occasioins em que concorrerem os Professores Regios para os exames, hey por bem que seja chamado hum dos ditos Relligiozos, qual parecer ao Director Geral. Nossa Senhora da Ajuda em 14 de Agosto de 1759”*⁶⁸.

Aquele que seria colega de cátedra de Fonseca, José Caetano Mesquita, por ocasião dos exames que vieram fazer, como citado na carta acima, teria se recusado a submeter-se ao escrutínio devido ao fato de um dos avaliadores ser

⁶⁷ INOCÊNCIO. 1973, tomo VI, p. 419.

⁶⁸ Arquivo Geral das Alfândegas – Consultas originais, nº 34. Apud. ANDRADE, A. A. Banha de. **A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários** (1759-1771). 2º volume, Documentação. Por ordem da Universidade. Coimbra, 1981, pp. 101-102.

Religioso da Congregação dos Oratorianos, o que, segundo Mesquita, seria contrário à vontade do Rei, desacatando ao Diretor-Geral dos Estudos, D. Thomás, Principal de Almeida, que convocara os professores àqueles exames. Mesquita, ao ficar sabendo quem comporia a banca examinadora, teria se dirigido a Fonseca, candidato da cadeira de Retórica, para persuadi-lo a recusar-se a participar da prova. A equivocada acusação de desobediência à ordem real feita por Mesquita ao Diretor-Geral deu origem a um processo administrativo que se refere à “sedição de José Caetano de Mesquita” em que Fonseca serviu como testemunha, uma vez que ficou implicado na confusão pelas ações do colega. Podemos acompanhar esse episódio conturbado do começo da carreira de Fonseca através de alguns documentos presentes no mesmo *A Reforma Pombalina dos estudos Secundários*⁶⁹.

Banha de Andrade também transcreve a *Carta de provimento de Professor Regio de Rethorica nesta Corte e cidade de Lisboa a Pedro José de Afonseca*, datada de 5 de outubro de 1759, que se encontra na Torre do Tombo, no fundo do Misnistério do Reino. Na carta de Sua Majestade o Rei D. José I se lê:

“Faço saber aos que esta minha carta de nomeação virem que, sendo-me presente, em consulta do Directo-Geral dso Estudos destes Reynos e seus Dominios, a capacidade, procedimento e letras de Pedro Jozé de Afonseca e que seria muito capaz de ensinar Rethorica nesta cidade de Lisboa, pelo methodo que em meu Alvará e Instruções por mim ordenadas e mandadas publicar em vinte e outo de Junho do presente anno, e Alvará meu do mesmo dia e anno, debaxo das pennas, cominadas no dito Alvará, como tembém a observar exactamente todas as mais determinações que eu for servido prescrever-lhe, e as que o Director-Geral dos Estudos, em virtude das faculdades que lhe tenho concedido, lhe determinar. E haverá de seu ordenado, em cada hum anno, trezentos e cincoenta mil reis, e mais cem mul reis para cazas. E jurará aos Santos Evangelhos, em minha Chancelaria, de guardar o serviço de Deos e meu e às partes seu direito; e fará a profiçam de Feé pelo capítulo Ego N. De jure jurando, perante os mesmo Director-Geral dos Estudos, na forma em que está determinado pelo S. Padre Pio IV, e igualmente jurará a Immaculada Conceiçam da Virgem Maria Nossa Senhora, especial Patrona destes Reynos e seus Dominios, para que bem e verdadeiramente sirva, observando em tudo a mais perfeita Religiam e as minhas reaes ordens. Pello que mando a todos os Ministros, officiaes e mais pessoas, a que esta minha Carta for apresentada e o conhecimento della pertencer, deyxem usar o dito Pedro José de Afonseca, plena e

⁶⁹ Arquivo Geral das Alfândegas – Consultas originais, nº 27; e ANTT – Resgisto de Consultas, fls. 32-32v. Apud. ANDRADE, 1981, pp. 330-334.

*livremente, do exercicio de Professor Regio de rethorica e gozar de todas as onras e privilégios que por mim lhe sam concedidos. [...].*⁷⁰

Da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra copiou ainda Banha de Andrade manuscrito autógrafo de Fonseca de 1760, ano seguinte à sua nomeação como professor régio, a respeito da tradução, que lhe havia sido comissionada, de um dicionário de italiano. A carta a Francisco Luiz de Sousa também traz esclarecimentos sobre um episódio que passara em sala de aula envolvendo alunos seus que o teriam afrontado e não se esmeravam em aprender as lições que ensinava. Na carta Fonseca começa por beijar as mãos de Sua Excelência o Diretor-Geral pela “incomparável honra com que a sua innata bondade se digna[va] de se servir da minha [sua] insuficiencia”. Faz ainda pedido de diversos dicionários latinos e italianos para que pudesse realizar uma tradução mais bem acurada, inclusive, pede a *Prozodia* do padre jesuíta Caeiro, cujo uso procuravam substituir em acordo com as reformas pombalinas. Fonseca afirma que fará todo esforço para terminar a tradução do *Diccionario de Turim* o mais brevemente possível, porém, receia que lhe falem as forças necessárias, pois estariam empregadas nos “gravissimos encargos da cadeira, isto hé, fazer oraçoens⁷¹, etc. Por que ainda não há[via] dois annos que estive[ra] sacramentado e totalmente dezemparedado dos médicos, por algum excesso, fora do ordinário, que fiz [fez] em o estudo”. O relato que Fonseca dá a respeito dos estudantes mal comportados parece ser em resposta à queixa que levaram diante do Diretor-Geral sobre o professor. Diz ele que esses alunos teriam vindo das aulas de Gramática, que precederiam as suas de Retórica, sem preparo e queixosos também do professor daquela cadeira, queixas essas que Fonseca julgou serem falsas e fruto do caráter duvidoso de alguns dos rapazes. Mesmo com insuficientes conhecimentos ele os teria aceitado devido ao pequeno número de alunos que possuía e na esperança de que com o tempo poderiam adquirir os pré-requisitos que lhes faltavam. Fora esse engano seu, pois só pioraram os educandos

⁷⁰ ANTT – Ministerio do Interior, livro nº 166. Apud. ANDRADE, 1981, pp. 115-116.

⁷¹ Como professor régio Fonseca tinha, de fato, responsabilidades para além da ministração de lições de retórica. Inocêncio afirmar ser obra de Fonseca, aparecendo sob o pseudônimo *Verissimo portuguez*, a pequena obra “*Romance genethliaco no nascimento do real príncipe da Beira: / Emfim, Deus grande, a vossa piedade / Os votos atendeu da Lusa gente, etc / Coimbra, na real offic. Da Universidade, 1762. 4º de 8 pag*”. INOCÊNCIO, tomo XVII, p 210, 1973. Parece-nos ser uma primeira referência a essa obra de Fonseca uma carta régia, de 5 de dezembro de 1761, dirigida ao Reitor da Universidade de Coimbra, “determinando que todo o corpo académico assista ‘à abertura dos novos Estudos’ e assista no dia próprio à Oração de St.^a Isabel, que o Professor de Retórica proferirá, bem como à de congratulação pelo aniversário natalício del-Rei”. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Ms. 2530, nº 25. Apud. ANDRADE, 1981, p. 22.

e por terem sido por ele asperamente repreendidos é que foram se queixar com o Diretor, passando por cima da autoridade do professor. Fonseca relata ainda que os meninos mais velhos teriam feito pouco caso das reprimendas e ameaçaram o propedeuta, dizendo que por “lhes dizer aquillo, elles lhe darião remedio”. Fonseca se ressentia muitíssimo do fato e pede ao Diretor permissão para castigar pública e exemplarmente os rapazes para que atitudes semelhantes não se popularizassem entre o alunato. Também queria o professor fazê-los retroagir às aulas de Gramática, visto não possuírem e nem darem sinal de que poderiam, voluntariamente, adquirir as bases para prosseguirem os estudos de Retórica. Essa carta data de 17 de novembro de 1760⁷².

É interessante também uma carta de 16 de outubro de 1769, em que João Mendes da Costa, responsável pelas avaliações a que se submetiam os egressos do Colégio dos Nobres em Coimbra, ali ele faz pedido para que o professor de retórica José Caetano Mesquita fosse substituído, pois que falhava muito na instrução dos seus alunos, também aproveita para criticar os professores de Évora, o do Convento de Mafra e “Pedro Jozé da Fonseca [que] manda[va] este anno os estudantes com certidão, sem saberem mais que o 1º tomo de Quintiliano, e do 2º nada. Para lá lhos vou mandando reprovados e outros ficam *ad exercendum* para estudarem o 2º tomo”⁷³.

Ainda sobre as atividades de Fonseca na produção de obras “didáticas”, por assim dizer, encomendadas para substituírem outras mais antigas e contrárias às reformas dos estudos no reinado de D. José I, temos notícia feita pelo Direto-geral dos Estudos, D. Thomás, que diz assim:

“[...]Do professor da mesma arte [retórica], Pedro Jozé da Affonseca não se pode alcançar o mesmo fim, porque todos os estudantes do primeiro anno, no fim delle se forão do Estudo, huns para as Religiões e outros para Coimbra, e hé certo que em hum só anno se não pode adquirir o que hé preciso para o magistério, e este Professor tem estado todo este anno ocupado, compondo o Diccionario⁷⁴, de forma a que, muito poucas vezes, tem hido à aula e

⁷² Biblioteca Geral da Universidade Coimbra – Ms. 2536, nº 4, II e VI. Apud. ANDRADE, 1981, pp. 371-373.

⁷³ Biblioteca Geral da Universidade Coimbra – Ms. 2535, nº 6, LXI. Apud. ANDRADE, 1981, pp. 589-590.

⁷⁴ Ao que nos parece “o Diccionario” aqui referido é o seguinte: FONSECA, Pedro José da. **Parvum Lexicon Latinum** Lusitana interpretatione adjuta, ad usum Lusitanorum Adolescentium: in lucem editum jussu Josephi I Regis Fidelissimi. Lisboa: Olisipone, 1762. Sobre essa obra temos uma carta, de 3 de agosto de 1762, que tem por remetente Fonseca e fala sobre o preço do seu dicionário: “M. R. Snr. Luiz Francisco de Sousa. O Ex.^{mo} Snr. Conde de Oeyras me fez saber que S. Mag.^e, por sua clemencia e grandeza, me havia feito a mercê da primeira impressão do meu Diccionario. E, attendendo o mesmo Ex.^{mo} Snr. que, emquanto se não lavrava o decreto, esta demora seria de prejuizo ao publico, me ordenou o fosse desde já espalhando. Eu buscei (sic) logo pessoas

*tem esta sido substituhida por alguns dos discipulos de Jozé Caetano [Mesquita], e por este motivo, os discípulos daquela aula não fizeram este anno os exercicios publicos que V. Mag.^e ordena, e não os obriguey a fazellos, porque havendo posto na real presença de V. Mag.^e, a necessidade que havia de Dicionario e que o desejava encarregar a este Professor, pelo achar muito capaz deste emprego, o houve V. Mag.^e assim por bem, e por ser esta utilidade muito mayor, e muito mais perciza para os progressos dos estudos, a perferi aos actos e exercicios públicos. [...]*⁷⁵

Inocência afirma que os únicos esclarecimentos que até o momento que estava escrevendo existiam impressos a respeito da trajetória de vida de Fonseca, “laborioso professor e distintíssimo filólogo”, vinham expostos em um folheto publicado pouco tempo depois de haver morrido o biografado. O manuscrito de tal memória também deve estar lá, quem nos informa é o bibliógrafo. O pequeno livro teve tiragem baixa de 150 exemplares e saía com o título de *Agradecimento de um homem á memória de outro homem virtuoso, sábio e filósofo*⁷⁶, que veio à luz em Lisboa, na imprensa régia, no ano de 1816, em quarto, possuindo 44 páginas. O autor do *Agradecimento* foi o “honrado velho Francisco Coelho de Figueiredo [...]”⁷⁷. O verbete sobre Pedro José da Fonseca composto por Inocência traz ainda transcrita uma curta nota autobiográfica de 1780, que ele tira de Francisco Figueiredo, que a teria copiado primeiro. Segue-se a essa nota a resenha circunstanciada das obras impressas publicadas por Fonseca e uma cópia do catálogo autógrafo de manuscritos vendidos à Academia das Ciências, em que consta o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*. Recomendamos a leitura do tal verbete para que os interessados possam averiguar por eles mesmos a riqueza das informações, a beleza das palavras de Inocência, a tal nota autobiográfica de Fonseca e a lista das obras de *Veríssimo Lusitano*, pseudônimo utilizado por

inteligentes e de saã conciencia, e especialmente Miguel Manescal, para que estas arbitrassem o preço mais racionavel e conforme às leis da justiça, por que esta obra se devia vender, não só sem detrimento, mas ainda com algum favor da utilidade commua. Depois de pezadas bem as cousas e feita huma exacta conta, se resolveo que o preço mais accomodado era o de outocentos reis cada volume em papel. E esta hé a resolução que eu abraço, attendidas as referidas circunstancias. De tudo isto dará V. M. noticia ao Ex.^{mo} Snr. Principal Director Geral dos Estudos, e particularmente, que a obra está por inteiro ao dispôr de sua Ex.^a, que pode detriminar sobre ella, o que for servido, pois eu nunca jámais saberie discrepar, em cousa alguma, dos seus para mim tão veneraveis preceitos. Deos guarde a V. M. muitos annos. Caza 3 de Agosto de 1762. Creado e muito venerador. Pedor jozé da Fonseca”. Biblioteca Geral da Universidade Coimbra – Ms. 2536, nº 4, III. Apud. ANDRADE, 1981, p. 452.

⁷⁵ Arquivo Geral das Alfândegas – Consultas originais, nº 28; e ANTT – Resgisto de Consultas, fls. 32-32v. Apud. ANDRADE, 1981, p. 427.

⁷⁶ FIGUEIREDO, Francisco Coelho de. **Agradecimento de um homem á memória de outro homem virtuoso, sábio e filósofo**. Lisboa: Impressão Régia, 1816.

⁷⁷ INOCÊNCIA. Tomo VI, p.419.

Fonseca quando publicou, em 1767, pela primeira vez, a sua *Invectiva ou satyra contra os maus poetas*⁷⁸.

Pelo que já se conhecia dessa personagem⁷⁹ e pelo que pudemos averiguar, foi um letrado muito pródigo com a pena, papel, tinta e tipos. Dalgumas obras que se ocuparam de Fonseca especificamente passamos a tratar.

Ana Margarida de Almeida Borges, no ano de 2011, defendeu tese de doutoramento, que nos foi extremamente instrutiva, intitulada *Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica*. No primeiro capítulo da obra nos esclarece sobre a vida e morte de Fonseca e o contexto intelectual em que se inseriu. Seu pensamento linguístico, filológico e lexicográfico ocupam os segundo, terceiro e quarto capítulos. A autora nunca trata do nosso *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, parece mesmo que ela não o tenha examinado de maneira alguma; claro está que por sua natureza enciclopédica, e não lexicográfica, ele não estivesse abarcado na investigação de Borges, que só menciona o manuscrito *en passant* nas listas das obras de Fonseca que retira de Inocêncio. Não obstante, os elementos compilados por ela nos ajudam muito na aproximação que ora fazemos à personagem do professor de Retórica e Poética. Ao final da tese, encontra-se até mesmo um quadro cronológico da vida e obra de Fonseca, sincronizando dados da biobibliografia do autor, contexto histórico cultural e da produção dicionarística da época⁸⁰.

⁷⁸ FONSECA, Pedro José da. *Invectiva ou satyra contra os maus poetas*. Lisboa, na Offic. da Viuva de Ignacio Nogueira Xisto 1767. 4.o - Com o nome de Verissimo Lusitano. Saiu novamente, ibi, na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira 1785. 4.o.

⁷⁹ Pudemos encontrar os seguintes trabalhos que trataram diretamente de Fonseca, todavia, abarcam somente a obra lexicográfica, gramatical e pedagógica impressa do autor: ALMEIDA, Justino Mendes. **Os Dicionários de Pedro José da Fonseca**. Revista Guimarães, n.º79, 1969, pp. 198-210. [de uma série de estudos de lexicografia latino-portuguesa]; BORGES, Margarida de Almeida. **Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica**. Tese doutoramento em Linguística, 2011; COELHO, Sónia. "As ideias linguísticas nos Prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822)." In: **Textos Seleccionados**, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 2011, pp. 168-181; FILIPE, Raquel Teixeira. "A herança dos satíricos: Horácio e Pedro José da Fonseca. Tópicos horacianos na *Invectiva contra os maus poetas*." In: MORA, Carlos de Miguel (coord.). **Sátira, paródia e caricatura: da Antiguidade aos nossos dias**. Aveiro, 2003, pp. 237-251; OLIVEIRA, Emília M. Rocha de. **A Arte Poética de Horácio por Pedro José da Fonseca**. Ágora. Estudos Clássicos em Debate 2, 2000, pp. 155-183. Outros o tocam vagamente: COUTO, Manuel Amor. **Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa**. Revista Galega de Filoloxía, n.º5, 2004, pp. 11-31; VERDELHO, Telmo. **Dicionários: testemunhos da memória linguística**; ALMEIDA, Átila. **Dicionários parentes e aderentes, uma bibliografia de dicionários, enciclopédias, glossários, vocabulários e livros afins em que entra a língua portuguesa**. João Pessoa: FUNAPE/Nova Stela, 1988 e GALVÃO, Ramiz. **Lexicologia portuguesa. Os melhores léxicos**. Revista da Academia Brasileira de Letras, n.º51, 1936, pp. 182-201.

⁸⁰ BORGES, Ana Margarida de Almeida. **Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica**. Tese doutoramento em Linguística, Universidade de Aveiro, 2011. pp. 326-338. Assim explica a linguista seu intento no resumo da obra: "Este trabalho tem por objecto de estudo a obra de Pedro José da Fonseca, precipuamente a obra lexicográfica - Parvum Lexicon (1762), Diccionario Portuguez, e Latino (1771), Diccionario abbreviado da

A autora nos informa ter nascido Fonseca aos 11 de julho de 1736, e o faz munida do registro de batismo que colheu na Torre do Tombo, no fundo da Paróquia de Santa Justa, resolvendo o certame enunciado por Inocêncio sobre a verdadeira data de nascimento do Professor de Retórica; estariam tanto ele quanto Figueiredo, o biógrafo, enganados quanto ao ano certo⁸¹. 1743 seria o ano em que Fonseca iniciou seus estudos com o mestre Antônio Felix Mendes⁸², para mais tarde ir ao Colégio de Santo Antão, aonde o seguiria, em 1751, seu biógrafo. No ano de 1759, o latinista se tornaria professor régio, aos 23 anos de idade⁸³. Parecer da Real Mesa Censória de 1779 afirmava:

*“[...] um dos melhores e mais singulares professores que se encontram na corte e que tem desempenhado com manifesta distinção os seus deveres, já no ensino de muitos e excelentes discípulos, já na composição de várias e admiráveis obras, com que tem enriquecido o público, fazendo-se útil á nação”.*⁸⁴

Sobre os rendimentos de Fonseca como professor, Borges faz leitura bem a propósito das informações coligidas por Manuel Busquets de Aguilar, que ela reputa como “o mais bem documentado autor no que diz respeito a notícias de interesse pedagógico desta instituição de ensino”, o Real Colégio dos Nobres. Segundo a autora, encontram-se em Aguilar informações sistematizadas sobre os professores que serviram no colégio no período entre 1764 e 1830. Também há ali dados acerca das disciplinas que lecionaram, datas de nomeação e aposentadoria, bem como informação salários de cada docente. Para Borges, “a leitura dessa relação indica que as nomeações eram uma espécie de contrato e que os ordenados eram muito irregulares, variando de professor para professor”. Os rendimentos de Pedro José da Fonseca seriam de 450\$000, o que seria uma soma “bastante satisfatória”, levando em consideração “que este professor se encontrava entre os três professores

fabula (1779) e o Dicionario da Lingoa Portuguesa (1793). Necessidade premente num contexto de remodelação de todo o panorama do ensino em Portugal e de modificação das estruturas e hábitos da sociedade portuguesa, a composição destas obras iria corresponder ao consumo escolar e às solicitações da prática pedagógica almejada pela reforma pombalina. No plano geral da descrição crítica destes dicionários, atribui-se especial relevância, no cotejamento com as fontes, ao aperfeiçoamento da técnica lexicográfica. Propõe-se: o esboço da biografia do autor e um breve enquadramento histórico cultural da 2ª metade do século XVIII; o estudo da obra literária de Pedro da Fonseca, examinando o seu pensamento linguístico; análise da técnica de composição dicionarística a nível macro e microestrutural e, por fim, uma reflexão em torno do “corpus” lexical português nos dicionários de Fonseca.” BORGES. 2011. Sem página.

⁸¹ INOCÊNCIO. VI, p.419.

⁸² A quem teria sido encomendado o dicionário latino que acabou a cargo de Fonseca. BORGES. 2011, p. 33.

⁸³ FIGUEIREDO, Francisco Coelho de. **Agradecimento de um homem á memória de outro homem virtuoso, sábio e filósofo**. Lisboa: Impressão Régia, 1816, p. 04. Apud. BORGES. 2011, p. 46.

⁸⁴ Apud. AGUILAR, Manuel Busquets de. **O Real Colégio dos Nobres (1761-1837)**. Lisboa, 1935. p. 61.

portugueses mais bem pagos”. Borges nos revela que 70% do corpo docente do Colégio dos Nobres recebiam salário menor que o de Fonseca, orbitando os 280\$000. Ainda segundo a autora, “Estes ordenados eram pagos pelo cofre do subsídio literário, devendo requerer esse pagamento à Mesa da comissão geral sobre o exame e a censura de livros.”⁸⁵

Malgrado a relativa bonança que podemos depreender desse retrato financeiro do jovem Fonseca, conhecemos, por Inocêncio, naquele seu verbete biobibliográfico, e por Figueiredo no seu *Agradecimento* a triste situação de miséria em que faleceu aquele que tão abundantes fortunas literárias possuiu:

*“Quando em 3 de Julho se lhe conheceo maior abatimento, e foi preciso chamar o Medico, e mandar á Botica, não havia naquella casa cinco reis [...] vem o Reverendo Prior da sua Freguezia, seu Confessor, e achando-o já com a maior ternura, e contrição fallando ao seu Redemptor naquella tremenda hora: e com que affectos? tendo pouco que lhe advertir nos soliloquios, orações, supplicas, e jaculatorias conhecidas; pois todas repetia com o seu verdadeiro conhecimento, o que continuou em quanto o pôde expressar: he fortificado com o sagrado Viatico, que devotamente recebe, sendo neste acto ajudado pelo seu Discipulo, e depois a pôr-se-lhe hum caustico (já com poucas esperanças), e quando o foi agazalhar, então se volta para elle, e lhe diz: Ora pois, a Deos eu darei as devidas graças, e a V.M.Dominus pro me retribuat; e depois a Unção quando se julgão os proprios momentos; com estes verdadeiros socorros entra naquella tremenda batalha, em que continúa a patentear as armas, de que sempre cuidou, as Virtudes, Fé, Esperança, e Caridade, Temor de Deos, e Resignação [...]”*⁸⁶

Fonseca morreu aos oito de julho de 1816⁸⁷, solteiro, sem haver constituído família, residindo no Rossio muito humildemente, sem condições de sustentar-se, sendo amparado pela irmã de criação e as filhas dela, que, como disse Inocêncio, cuidavam dele com os modestos rendimentos do seu trabalho.

A obra impressa de Fonseca, que como podemos averiguar, teve grande circulação em Portugal devido ao seu carácter pedagógico, eram dicionários e tratados para serem usados nas instituições de ensino, para substituírem aqueles materiais que existiam e passaram a carregar reputação de antiquados⁸⁸, e até

⁸⁵ BORGES. 2011, p. 46.

⁸⁶ FIGUEIREDO. 1816, p. 11. Apud. BORGES. 2011, p. 56.

⁸⁷ Ana Margarida nos traz o registro de óbito de Fonseca, que também colheu na Torre do Tombo, no fundo da Paróquia de Santa Justa. BORGES. 2011, p. 56.

⁸⁸ “A recolha e tratamento dos dados biográficos e histórico-culturais permitiu concluir que grande parte da produção literária de Pedro José da Fonseca, enquadrada no contexto da reforma pombalina que oficializa um

mesmo evitar que obras estrangeiras tivessem de ser compradas em detrimento do mercado livreiro nacional; prova disso é o fato de Fonseca ter se dedicado tanto a fazer traduções de obras estrangeiras, principalmente francesas, isso também carregava intuito pedagógico, uma vez que entendemos ser o público maior dessas traduções a mocidade portuguesa e os não acadêmicos, pois entre professores e letrados poucos se encontrariam que não pudessem ler as edições em outros idiomas. A maior parte da obra de Fonseca se enquadra nesse movimento mais geral, que implicou na recuperação dos autores gregos e latinos no contexto das reformas pombalinas, em especial àquela:

“[...] referente ao ensino do latim, que permanecendo a base da formação escolar, passou a ser estudado de um modo claro, simples e acessível, contrastando com o ‘escuro e fastidioso Methodo dos jesuítas, acusados pelo Marquês de Pombal de serem os responsáveis pela decadência das Letras Humanas. A valorização da Antiguidade greco-latina manifesta-se também pela proliferação de gramáticas, manuais escolares, textos didáticos, obras de retórica, sintaxe e mitologia, sendo ainda de destacar a abundância de traduções de textos clássicos [...]”⁸⁹

Todavia, podemos perceber que o *Diccionario das Antiguidades de Portugal* não se encaixa totalmente nessas demandas do seu tempo, que Fonseca teria tentado responder com sua obra. Na sua forma poderia passar como um livro da era pós-pombalina e ilustrada portuguesa: era um dicionário enciclopédico de antiguidades, nada mais adequado! Porém seu conteúdo não falava de gregos e romanos da Lusitânia e sim da Baixa Idade Média Portuguesa, mobilizando para isso autores antigos dos seiscentos e setecentos, o que condiz com a epistême do velho lexicógrafo. Procuraremos desenvolver mais essas ideias noutra seção por vir.

ensino cimentado na doutrina estética do neoclassicismo, foi elaborada para responder a necessidades específicas decorrentes da sua actividade de professor. As suas adaptações e/ou traduções correspondem à compilação das reflexões dos clássicos Quintiliano, Horácio e Aristóteles, a que acomodou a crítica francesa de Rollin, Gibert e Dacier com os exemplos dos nossos autores quinhentistas e seiscentistas. Estes livros, elaborados em estrita obediência à pedagogia pombalina e veiculadores das ideias estéticas francesas, terão certamente contribuído para acentuar o carácter normativo da estética neoclássica em Portugal”. BORGES. 2011, p. 284.

⁸⁹ FILIPE. 2003, pp. 238-239.

2.3 Do copista

Para falarmos daquele que copiou o manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa temos de nos ocupar de duas personagens com quem tivemos contato e que nos levaram à identificação do verdadeiro copista.

O primeiro desses homens é o Marquês de Paranaguá, que deu o parecer em 26 de março de 1823, negando a publicação do *Diccionario* pela Academia das Ciências de Lisboa. Francisco Vilela Barbosa nasceu no Brasil, em 1769, e vai a Coimbra jovem, aos 18 anos, onde se graduou em Matemáticas, em 1796, fez carreira nas armas e nas letras. Também foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro por ocasião das Cortes Liberais, em 1821. Por decreto de 17 de maio de 1823, lhe é concedida demissão de seus cargos em Portugal, retornando ao Brasil em junho, depois da data em que dá o parecer no *Diccionario*, 6 de março de 1823. Vilela foi recebido pelo monarca, tornando-se ministro e senador do Império. Recebeu vários prêmios da Academia Real de Sciencias de Lisboa por seu trabalho na área das Matemáticas, publicou alguns livros por essa mesma instituição, inclusive seu *Cantata à Primavera*, que lhe rendeu lugar na história da literatura lusófona⁹⁰. Foi ele sócio e vice-secretário da Academia⁹¹.

Outros manuscritos de Pedro José da Fonseca listados na Série Azul da Academia das Ciências receberam parecer de publicação negativo, no mesmo dia, com a mesma rubrica de Vilela, a saber: *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal* por Duarte Nunes do Leão, edição preparada por Fonseca⁹², adquirido pela Academia a Fonseca, no rosto encontra-se o despacho: “Não foi julgada digna de impressão. 6 de Março de 1823. Villela. V.S.”, bem como o manuscrito intitulado *Os Historiadores Portuguezes, notados de vários erros, enganos, descuidos, e omissões, em que incorrêrão, segundo as observações feitas por Críticos judiciosos, a fim de que a sua leitura seja proveitosa e livre de dúvidas*, adquirido pela Academia a Fonseca, no rosto encontra-se o despacho: “Não foi julgada digna da publicação. 6 de Março de 1823. B. Villela. V.S.”⁹³. Provavelmente essas obras rejeitadas pelo Marquês possuíam licença da censura, mas não pudemos examinar

⁹⁰ PARANHOS, Haroldo. *História do romantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937.

⁹¹ INOCÊNCIO. 1973, Tomo III, pp. 81-82; Revista do IHGB, Tomo IX, pp. 398-408.

⁹² Essas crônicas abundam entre as referências utilizadas por Fonseca na redação do *Diccionario das Antiguidades*, como se pode ver em nossa edição crítica.

⁹³ *Catálogo de Manuscritos da Série Azul da Academia das Ciências de Lisboa*. Online, sem paginação

os manuscritos para averiguá-lo. Contudo, examinamos outros manuscritos de Fonseca presentes na Academia das Ciências que, sim, possuíam as licenças necessárias da Censura, mas que também não ganharam impressão. O primeiro deles é o *Diccionario abbreviado das Antiguidades*⁹⁴, vendido por Fonseca à Academia, contendo apenas um tomo, sem local, nem data. Esse códice original tem lombada e cantos feitos de uma pele branca. O subtítulo versa: “Para servir á intelligencia da Historia Antiga, tanto Sagrada, como Profana, e á dos Autores Gregos e Latinos. Traduzido do Francez em Portuguez (por Pedro José da Fonseca)”. No último fôlio do volume temos os seguintes despachos: “Imprima-se e volte a conferir. Meza, 25 de Fevereiro de 1779”, “Imprima-se e torne a conferir. Lxa, 17 de outubro de 1805”, ambos com rubricas. Um segundo é o *Promptuario de Apothegmas e Ditos Sentenciosos*⁹⁵, nele encontra-se o seguinte despacho: “Imprimase, e torne a conferir. Lx.a 12 de Julho de 1803”, na folha de rosto do primeiro volume lê-se a indicação de ter sido comprado pela Academia a Pedro José da Fonseca por 50\$000 réis. Outro manuscrito traz em dois lugares despacho seguido de cinco rubricas: “Imprimasse, e torne para conferir. Lixª 8 de Jan[eir]º de 1802”. Esse manuscrito é intitulado *Passatempo Proveitoso* e possui dois tomos, ambos sem local e data, em quarto, numerados a lápis, com lombada de percalina. O primeiro tomo faz “considerações de carácter moral e social como: affectação, decência no vestir, generosidade, boa convivência, educação dos filhos, etc.” No segundo tomo o autor “aborda outros temas tais como: riqueza e glória, provérbios, inventos, contos poéticos, fábulas, diálogos morais, etc.”⁹⁶. Essa obra manuscrita faz parte daquela lista de livros comprados pela Academia das Ciências a Fonseca no fim da vida. Ali encontramos referida a *Quinta Parte da Monarquia Lusitana* do frei Bernardo de Brito, bem como a *Historia de S. Domingos* de Frei Luis de Sousa, ambas muito utilizadas na composição do *Diccionario das Antiguidades*. Na introdução Fonseca diz: “Sou já velho, a voz falece”, o que nos dá a vislumbrar o estado em que se encontrava na sua velhice, mesmo que esse pudesse ser um discurso de autocomiseração.

O momento em que Villela, vice-secretário da Academia, dá os pareceres negativos para a impressão dos manuscritos de Fonseca é certamente conturbado politicamente, ainda mais para um “brasileiro” em Lisboa. Seria inconsistente dizer que Villela tenha negado a publicação dos manuscritos por improbidade pelo fato de, àquela altura, muito provavelmente, já estar preparando sua viagem de volta ao Brasil, em outras palavras, que tenha se sentado um dia na secretaria da Academia das Ciências de Lisboa, com a mesa repleta de documentos que deveria despachar

⁹⁴ **Catálogo de Manuscritos da Série Azul da Academia das Ciências de Lisboa.** Online, sem paginação.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

e assim, meio displicentemente, tenha julgado os grossos manuscritos de Fonseca sem os examinar conscienciosamente. Achamos mais válido supor que tenham concorrido tanto a conturbação dos tempos quanto as convicções acadêmicas do matemático, uma vez que “Em certa medida, as diretrizes fixadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa (1779) convergiam com a perspectiva marcadamente fisiocrática e pragmática dessas sociedades patrióticas, que se multiplicaram não só pela Europa, mas também pela América, nas últimas décadas do século XVIII”.⁹⁷

O Conselheiro Vasconcellos de Drummond, nossa segunda personagem chave para chegarmos ao dono da letra no manuscrito do IHGB, em suas *Anotações* a sua biografia, publicadas no volume XIII dos *Anais da Biblioteca Nacional*, declara que Vilela Barbosa:

*(...) não se distinguiu nas côrtes senão pela oposição que fez aos projectos de separação do Brasil e pela defesa da justiça com que Portugal o pretendia tyrannizar. Chegou ao excesso de dizer em um discurso que tinha vergonha de ter nascido no Brasil, e que era tal a sua raiva que estava pronto, posto que velho, a marchar, ainda que fôsse a nado, com a espada na boca, para castigar os degenerados brasileiros que queriam a separação”.*⁹⁸

A veracidade do testemunho do Conselheiro pode ser questionada, sua biografia revela a acidez com que tratava seus desafetos, mas não é isso que importa aqui, interessa-nos, de fato, perceber que essas personagens estavam, em algum nível, relacionadas, deixando-nos entrever os pontos de encontro de uma rede de intelectuais luso-brasileiros entre finais do século XVIII, adentrando profundamente no século XIX.

Estando a independência do Brasil ainda em gestação, Drummond (FIGURA 15), que nascera no Rio de Janeiro em 1794, se encontrava no Reino e participava nas Cortes, onde teve contato com o futuro Marques de Paranaguá, entretanto, uma vez feita a separação com Portugal, o Conselheiro é recebido no Rio de Janeiro e mandado por D. Pedro I a Pernambuco. Como fica patente na sua biografia, Drummond possuía ligações as mais estreitas com a família Andrada e suas filiações políticas e, dissolvida a Constituinte pelo Imperador, vai com eles exilado a Paris. As experiências de Drummond no exterior e sua larga formação acadêmica o

⁹⁷ KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana, 1724-1759**. São Paulo: Hucitec / Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA. 2004, p. 41.

⁹⁸ DRUMMOND, A. M. V. *Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biographia*, 1836.

FIGURA 15¹

¹ Sem autoria, sem local, data provável: 1840-1850, "Ao Arquivo Público Mineiro Oferece Salomão De Vasconcelos. 15-4-943." Conselheiro Antonio De Menezes Vasconcellos De Drumond. Autor Das Cartas Andradinas." (Notável Da Independência)." (Verso) Cônsul Geral Do Império - 1830-1853. Arquivo Público Mineiro. Acesso em 29 de maio de 2014: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31185

ajudaram a entrar para o corpo diplomático brasileiro, sendo enviado como Cônsul Geral na Prússia. Depois, passa por temporada mediterrânea, cuidando de negócios do Brasil na Sardenha, Roma e Toscana. O ápice de sua carreira veio com a nomeação a Ministro Residente e, depois, Ministro Plenipotenciário em Portugal. Sua aposentadoria chegou em 1862, e indo fazer tratamento médico em Paris, lá faleceu em 1865⁹⁹. Como veremos adiante, Drummond teria ficado com espólios documentais após a morte daquele que veremos ser o autor da cópia do *Diccionario das Antiguidades de Portugal* trazida ao Brasil pelo Conselheiro.

O interesse pela figura do Marquês de Paranaguá nos levou a procurar mais informações sobre ele e, visitando o arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sabendo das ligações que teve com essa instituição, julgamos que acharíamos proveito em consultar quaisquer documentos daquele acervo que estivessem a ele ligados. Algumas cartas nos chegaram às mãos e, para nossa imensa surpresa, uma delas possuía caligrafia idêntica àquela que temos na cópia manuscrita do IHGB. Tal carta tinha o Marquês de Paranaguá como destinatário e como remetente e autor um Manuel José Maria da Costa e Sá. Vejam o conteúdo da epístola (FIGURA 16):

“Ill.o Ex. S.r

Fallando a ElRei Nosso Senhor, Excelso Presidente da nossa Academia, em objectos ~q. me eram concernentes, Teve o Mesmo Augusto Senhor a bondade de me perguntar se tinha noticias de V. S. e se lhe escrevia; ~q. V. S. em razão da elevação ~q. teve pelo seu merecimento, não poderia cooperar para os progressos d'Academia como os muitos conhecim.tos de V. S. permittião; dando Sua Magestade nessa occasião demonstração viva da gratta impressão ~q. confessa[?] de V. S. como de Pessoa a quem presta o seu Real affecto: Em consequencia[?] signifiquei[?] a ElRei Nosso Senhor o meu reconhecimento, e ~q. indicaria o referido a V. S. _ Assim o faço, suppondo a interrupção ~q. V. S. julgou dar a sua corresp.a para comigo, ~q. longa de le[?]ao, poderia ser proximo aos interesses do ~q. só nascem para ter máxima e reciproca intelligencia_

Seu com toda a esttimação_

Ill.o Ex. S.r Marquez de Paranaguá_

D[?]

All.o S.r e antigo Im[?] o.xis

Manoel José Maria da Costa e Sá”¹⁰⁰

⁹⁹ BLAKE. 1970, pp. 265-267.

¹⁰⁰ **Carta de Manuel José Maria da Costa e Sá ao Marquês de Paranaguá** acerca da conversa que teve com o Rei a seu respeito. Manuscrito. Arquivo do IHGB. S/L. Lata 354A. Documento 38.

FIGURA 16¹

M. J. M.

Fallando a El Rei Nosso Senhor, Excmo
 Presidente da nossa Academia, em objectos
 q' lhe eram concurrentes, teve o mesmo Augu-
 sto Senhor a bondade de me perguntar se tinha
 noticias do V. R. e da sua escriptura; q' V. R. com razão
 da elevação q' teve pelo seu merecimento, não
 poderia cooperar para os progressos d' Academia
 como os muitos contribuintes do V. R. permitto;
 dando a Sua Magestade essa occasião de man-
 tração viva da grata impressão q' conserva de
 V. R. como de pessoas a quem prouto o seu Real
 Affecto. Com consequencia, signifiquei a El Rei
 Nosso Senhor o meu reconhecimento, e q' indi-
 caria o respeito ao V. R. — Assim o faz, e offerece
 a interrupção q' V. R. julga dar a sua compa-
 nha comigo, q' longe de deixar, poderia ser
 propicio aos interesses de q' se nasce, para
 ter intima e reciproca intelligencia —

Sou com toda a attenção —
 M. J. M. Marquez de Paranaguá —
 Des B

M. J. M. e outros do V. R.
 Manuel José Maria da Costa e Sá

Lata 354A. Doc. 38

¹ Carta de Manuel José Maria da Costa e Sá ao Marquês de Paranaguá acerca da conversa que teve com o Rei a seu respeito. Manuscrito. Arquivo do IHGB. S/L. Lata 354A. Documento 38.

Manuel José Maria da Costa e Sá¹⁰¹ (FIGURA 17) nasceu em Lisboa, no dia 11 de maio de 1791, morrendo solteiro e passando por privações na vila de Sintra, em seis de outubro de 1843; as condições miseráveis em que morreu parecem ser análogas às de Pedro José da Fonseca, ambos teriam falecido em circunstâncias semelhantes. A profissionalização dos escritores no século XVIII pode ser uma causa, ao menos no caso de Fonseca. Duclos nas suas *Considérations sur les mœurs de ce siècle* de 1750 mostra-nos que a prática de escrever e cultivar as letras havia se tornado uma nova profissão, que poderia conferir a um homem modesto algum reconhecimento social, mas sabemos que na sua maioria aqueles que procuraram viver das letras tiveram trajetórias claudicantes. Raphael Bluteau comenta do “miserável estado dos que cultivão as ciências”, dizendo: “os impressores são os Tesoureiros dos homens letrados, com as folhas que dão à luz, colhem os frutos do seu saber, e muitas vezes por falta de compradores, estas riquezas de letras são tesouros de duendes, que em carvão se convertem”¹⁰². Os proventos que deveriam advir do trabalho intelectual desses homens muitas vezes não bastavam para o seu sustento, ademais, a questão da propriedade intelectual permaneceu em acalorado debate. Diderot assevera:

*“Quel est le bien qui puisse appartenir à un homme, si un ouvrage d'esprit, le fruit unique de son éducation, de ses études, de ses veilles, de son temps, de ses recherches, de ses observations ; si les plus belles heures, les plus beaux moments de la vie ; si ses propres pensées, les sentiments de son coeur ; la portion de lui même la plus précieuse, celle qui ne périt point; celle qui l'immortalise, ne lui appartient pas?”*¹⁰³

¹⁰¹ Nossa personagem foi eternizada em gravura de Gregório Francisco de Queirós que se encontra na Biblioteca Nacional. Esse fato é indicativo de Costa e Sá ganhou certa notoriedade no seu tempo, pois apenas personalidades muito notáveis da administração do Reino é que ficavam representados em gravura. O texto colocado sob o busto e o brasão de Costa e Sá nos oferece boa informação sobre sua notoriedade e valor, versando assim: “Do Conselho de Sua Magestade, Commendador da Ordem de Christo, Cavalheiro da Ordem de N. Snr.^a da Conceição de Villa Viçosa, Fidalgo da Casa Real, Commendador da Ordem da Rosa do Brazil, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Conservatorio Real, Chronista Mor do Ultramar, e do Instituto Historico Geographico do Brazil. Nasceo em Lisboa a 11 de Maio de 1791. Falleceo em 6 de Outubro de 1843”. QUEIROS, Gregório Francisco de, 1768-1845. Manoel Jose Maria da Costa e Sá [Visual gráfico / G. F. de Queiroz de ideia del. e sculp. em 1843 de idade 76 annos. - [S.l. : s.n., 1844?]. - 1 gravura : pontado, p&b. Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁰² BLUTEAU. **Prosas portuguesas**. 2ª parte. Lisboa: Officina de José Antonio da Silva, 1728, p. 178. Apud. CURTO. 2007, p. 350.

¹⁰³ DIDEROT. **Lettre sur le commerce de la librairie**. Ed. John Lough et Jacques Proust. Paris: Herman, 1976, pp. 509-510. Apud. CHARTIER. *The Author's Hand and the Printer's Mind*. Malden: Polity Press, 2014. p. 195.

FIGURA 17¹

¹ QUEIROS, Gregório Francisco de, 1768-1845. Manoel Jose Maria da Costa e Sá [Visual gráfico / G. F. de Queiroz de ideia del. e sculp. em 1843 de idade 76 annos. - [S.l. : s.n., 1844?]. - 1 gravura : ponteados, p&b. Biblioteca Nacional de Portugal. Acesso em 29 de maio de 2014: <http://purl.pt/4318>.

Uma personagem de *Le pauvre diable* composto por Voltaire encontra alguma ressonância nas trajetórias de Pedro José da Fonseca e Manoel José Maria da Costa e Sá, mais do primeiro, que viva dos seus dotes acadêmicos, que do segundo, que ganhava a vida como burocrata. Porém, quando vemos esses homens oferecendo exemplares dos seus livros e vendendo partes de suas bibliotecas, seus impressos e manuscritos colecionados, em momentos de dificuldades econômicas, logo nos vem à mente o tipo descrito por Voltaire: “Il entassait adage sur adage; / Il compilait, compilait, compilait; / On le voyait sans cesse écrire, écrire”¹⁰⁴, não é isso que fazem as nossas personagens? Compilam, copiam, compõem diversos escritos que procuram dar à luz. Não são um Abbé La Senne, “homme à projets”, sempre em busca de uma posição como professor, ou revisor, tradutor, compilador, ou mesmo como espião da polícia dos livros francesa, como nos mostrou Robert Darnton¹⁰⁵. Mas, assim como La Senne, esses portugueses sofreram as mazelas da desvalorização do trabalho intelectual. Lembremos o testemunho de Inocêncio nos contando que a recompensa de Fonseca pelo trabalho hercúleo desempenhado na composição do *Diccionario da Lingoa Portuguesa* fora um mísero exemplar da obra. São pobres diabos portugueses que morrem no Rossio aos cuidados de uma irmã de criação ou que se enterram em Sintra com as despesas pagas por um amigo brasileiro.

Enterro e sepultura de Costa e Sá teriam sido custeados pelo amigo e “velador” nos últimos anos de vida, ministro do Brasil naquela Corte de Lisboa, o nosso conhecido António de Meneses Vasconcellos de Drummond. Costa e Sá foi Conselheiro de Sua Majestade e Fidalgo da Casa Real¹⁰⁶. Ele recebeu comenda da Ordem de Cristo, e, como também o fora Drummond, era membro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição em Portugal e oficial da Ordem Imperial da Rosa no Brasil. Foi Oficial Maior da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, instituição em que fez carreira como fica demonstrado pela carta seguinte que trata da promoção para a qual ele foi considerado; a carta é um parecer de

¹⁰⁴ VOLTAIRE. *Le pauvre diable*. A Paris, 1758, p. 13.

¹⁰⁵ DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução. O submundo das letras no Antigo Regime*. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁰⁶ *Autos de Justificação de Nobreza de Manuel José Maria da Costa e Sá*. ANTT, Feitos Findos, Justificações de Nobreza, mç. 27, n.º 6, 1833.

Caetano José Ribeiro¹⁰⁷, Oficial Maior da Secretaria, sobre os merecimentos de Costa e Sá. O parecer não está datado, porém encontramos junto ao parecer um Aviso datado de 2 de novembro de 1813, do Rio de Janeiro em que o Conde de Aguiar, D. Fernando José de Portugal e Castro, ordena ao Patriarca Eleito de Lisboa, D. António José de Castro, “parecer sobre requerimento do oficial supranumerário da secretaria de estado da Marinha e Ultramar, Manuel José Maria da Costa e Sá, que solicita o lugar de oficial ordinário por falecimento de Lázaro José de Brito”¹⁰⁸. A carta que ora transcrevemos parece ser resultado dessa ordem:

III^{mo}; e Ex^{mo}. Snr.

Manoel José Maria da Costa e Sá, foi nomeado official supranumerario desta secr.^a d. Estd. da Mar.^a em 15 de maio de 1805, tendo passado da Secret.^a da Fas.^a aonde servio dois annos: Desde que está aqui empregado tem sempre desempenhado dignamente as funçoens do seu lugar, e em attenção ao seu conhecido prestimo, e a ser supranumerario mais antigo, como já tive a honra de informar a V. Ex.^a; o considero merecedor de ser promovido a off^{el} Ordinario.

*Caetano José Ribeiro
Official Maior Graduado¹⁰⁹*

Um *Ofício* do ano seguinte, 1814, datado de 23 de maio, do Rio de Janeiro, partindo do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, António de Araújo de Azevedo ao mesmo D. António José de Castro, faz informação da promoção outorgada aos oficiais supranumerários da Secretaria José Pedro Tomás, Manuel José Maria da Costa e Sá e João Torcato Soares, que passavam a oficiais ordinários¹¹⁰. Sobre sua passagem de oficial ordinário a oficial maior não temos certeza da data, todavia encontramos para o ano de 1825 um *ofício* de Joaquim José Maria de Góis, Oficial Maior do Conselho Ultramarino, destinado a Manoel José Maria da Costa e Sá, que aparece ali já como Oficial Maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar¹¹¹. Na caixa 394 do fundo *Norte da África* do Arquivo Histórico Ultramarino encontramos diversas cartas de Costa e Sá referentes aos negócios consulares e diplomáticos. O destinatário principal de Costa e Sá já foi mencionado na parte em que tratamos do Cônsul McDonell, personagem que nos

¹⁰⁷ Sobre ele encontramos notícia em carta do ano de 1793 a ele dirigida, datada de Lisboa, 25 de maio, em que aparece nomeado “Official da Scretaria dos Negocios Ultramarinos”. Apud: ALMEIDA, Manuel Lopes de. **Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)**. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, p.249, 1964.

¹⁰⁸ AHU_CU_035, Cx. 23, D. 1894.

¹⁰⁹ Carta microfilmada do Arquivo Histórico Ultramarino: AHU_CU_035, Cx. 23, D. 1894.

¹¹⁰ AHU_CU_035, Cx. 23, D. 1923.

¹¹¹ AHU_CU_089, Cx. 19, D. 1791.

permitiu datar e contextualizar mais precisamente os papéis timbrados do Manuscrito do IHGB. Essas correspondências de Costa e Sá são enciadas a D. Miguel Pereira Forjaz, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, chamado por McDonell “Ministre de la Marine et des Affaires Etrangères”. Isso coloca o copista e o papel usado por ele num mesmo contexto e circuito de personagens.

Em 1839, Costa e Sá foi nomeado cronista das Províncias Ultramarinas, e, em 1842, pelo Ministério do Reino, foi encarregado de compor uma *Historia da Monarchia Portuguesa dos Ultimos Periodos Decorridos*, não poderia ter ido muito longe com tal empresa, uma vez que faleceria pouco tempo depois. Já em 1815, foi eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Em 1821, foi sócio livre e tornou-se vice-secretário em 1827, mesmo cargo que ocupou Vilela Barbosa até 1823. Veio a ser sócio efetivo em 1834, e diretor da Classe de Ciências Morais e Belas Letras em 1838. E, em dois de janeiro de 1840, três anos antes do seu falecimento, tornou-se sócio correspondente do IHGB, em cuja revista trimensal lemos: “em testemunho do apreço que fez da sua admissão á nossa Sociedade, nos deo importantes noticias de Manuscritos, sobre o Brasil, quasi ignorados pela sua antiguidade; mas que agora serão copiados para enriquecermos o nosso Archivo [...]”¹¹², notícia essa que nos permite saber da sua participação na composição do acervo documental do IHGB.

Entre sua obra figuram muitos trabalhos curtos, tratados, elogios, memórias e discursos publicados pela Academia das Ciências. Julgamos conveniente citar sua *Memoria sobre a serra que serve de limite ao Brasil pelo lado das Guianas e sobre o Rio Branco, que d'ella vem para o Rio Negro*¹¹³, bem como seu *Compendio historico do decorrido na demarcação dos limites do Brasil, do lado das Guiana francesa, oferecido a S. M. o imperador, o sr. D. Pedro II*¹¹⁴, lembrando que certo escrito de Drummond sobre esse assunto saiu no mesmo tomo dessa última na *Corografia Historica* de Morais. Ademais, o maço de número 12 das caixas de documentos deixadas para o IHGB pelo Conselheiro continha junto do *Diccionario das*

¹¹² Revista do IHGB, suplemento ao tomo II, 1840.

¹¹³ **Historia e Memoria da Academia das Ciências de Lisboa**, tomo X, parte I, 1827, pp. 235-250.

¹¹⁴ MORAIS, Alexandre José de Melo. **Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho. Tomos I-V, 1858-1863, no Tomo II, 1859, pp. 76-105.

Antiguidades de Portugal, manuscrito que julgamos ter pertencido a Costa e Sá, outros documentos que tratavam da questão da fronteira com as Guianas, talvez esses também tivessem pertencido ao copista, visto o interesse mútuo que tinham pelo assunto, e ficaram sob a guarda de Drummond após a morte do amigo em Sintra. Inocêncio nos informa ainda que muitos escritos de Costa e Sá, desconhecidos e nunca dados a público, tenham ficado com seu irmão e que neles conteria:

*“um peculio de noticias escolhidas em boas fontes, por quem teve, como elle, á sua disposição os archivos publicos, os das corporações scientificas, o tracto e conversão dos mais eruditos contemporaneos, e uma escolhida livraria, constante de septe a oito mil volumes, que juntou á custa de diligencia e grande despesa, e que era, dizem, amplissima na parte historica, mórmente com respeito a Portugal.”*¹¹⁵

O *Diccionario das Antiguidades de Portugal* teria pertencido à escolhida biblioteca, mais um entre os muitos volumes impressos e manuscritos que julgou valiosos no que se referia à História de Portugal.

No arquivo do IHGB encontramos alguns indícios de que muitas obras manuscritas de Costa e Sá tenham ficado sob os cuidados de Drummond depois de sua morte. Mas a ponte feita por Drummond entre o IHGB e o amigo lisboeta data desde antes, como demonstra uma carta escrita de Lisboa por Vasconcellos Drummond ao secretário perpétuo do Instituto, Cônego Januário da Cunha Barbosa, e lida em 16 de janeiro de 1841 em sessão dessa casa, apresentando o relatório do conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, relativo aos manuscritos de Alexandre Rodrigues Ferreira, o ilustre naturalista português¹¹⁶. Fazendo referência a tal assunto encontramos *Ofício* com data de 28 de setembro de 1818, escrito em Lisboa e partindo do oficial Costa e Sá ao Secretário de Estado dos Negócios da

¹¹⁵ INOCÊNCIO. 1973, tomo VI, p. 29.

¹¹⁶ **Revista do IHGB**. 1841, pp. 120-123. “Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756 e faleceu em Lisboa em 23 de abril de 1815. Foi indicado por Domingos Vandelli e nomeado em 1778 pela Rainha D. Maria I, para chefiar a comissão científica encarregada de empreender viagem pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá [...] Após a morte de Alexandre Rodrigues Ferreira, organizou-se uma relação de seus manuscritos e papéis. Esta relação e os manuscritos foram entregues, por ordem do Visconde de Santarém a Félix de Avelar Brotero em 5 de julho de 1815 para que ficassem sob a guarda e conservação do Real Museu d'Ajuda. A documentação permaneceu no Museu até o ano de 1838, quando foram transferidos para a Academia Real de Ciências, a fim de que Manoel José Maria da Costa e Sá, por ordem da mesma Academia, desse seu parecer para a publicação das obras concernentes à viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pela América Portuguesa no final do século XVIII. A publicação não se concretizou e os documentos se dispersaram entre várias instituições e colecionadores”. CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. Texto de Apresentação ao Dossiê da Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Webpage* da Biblioteca Nacional Digital.

Marinha e Domínios Ultramarinos, o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito. O ofício trata do envio de um exemplar do elogio feito por Costa e Sá ao seu falecido colega, o doutor Alexandre Rodrigues Ferreira¹¹⁷.

Encontramos no arquivo do IHGB certa carta de Drummond, de 1857, a Manuel de Araújo Porto Alegre, enviando um *Discurso Histórico e Político* do Conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, sobre a questão dos limites do Brasil com a colônia do Suriname, em dois volumes¹¹⁸, dela podemos depreender o que já enunciamos acima da relação entre o brasileiro, Drummond, e o português, Costa e Sá, bem como que a caligrafia presente nessa carta escrita por Drummond não se aproxima de forma alguma àquela presente na cópia manuscrita do *Diccionario*, nos cingindo ainda de maior certeza do papel desempenhado por Costa e Sá como copista. Também encontramos carta de Costa e Sá ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, datada de 21 de maio de 1843, oferecendo exemplares de sua obra *Elogio de Cipriano Ribeiro Freire*, publicada pela Academia das Ciências de Lisboa em 1842, em que louva a trajetória do diplomata português, seu consócio na Academia. Esta carta, do ano de sua morte, traz uma caligrafia muito corrida e cansada de um homem já alquebrado, como temos notícia de que estava seu autor nos seus anos derradeiros¹¹⁹ (FIGURAS 18a e 18b). Consultamos também outra carta destinada a Francisco de Borja Garção Stoekler, datada de 1821¹²⁰, em que se acham traços caligráficos recorrentes nos documentos autógrafos de Costa e Sá, todavia numa fase mais recuada de sua vida, em que vislumbramos alguém com maior destreza e vigor com a pena. Vejamos o conteúdo de tal epístola (FIGURA 19):

"Ill.mo Ex.mo S.r

Em quanto as actuaes occurencias, me não retirão do encargo, que ha annos tenho tido, de arranjar os negocios Barbarescos, e as relações polito-commerciaes do Levante e Mediterraneo, cumpre-me dar a esta commissão o desempenho que o Serviço d'ElRei Nosso Senhor sempre encontra em hum seu Criado e fiel Vassallo: Por isso lévo ao conhecimento de V. S., que espirando no dia 17 de Abril proximo futuro

¹¹⁷ AHU_CU_Reino, Cx. 26, pasta 53

¹¹⁸ Arquivo do IHGB, COLUSO, lata 177, pasta 132. Manuel José de Araújo Porto-Alegre, foi o único Barão de Santo Ângelo, sua obra literária insere-se na Escola Romântica, pelo que logrou cadeira na Academia Brasileira de Letras. Foi também pintor, caricaturista, diplomata e teatrólogo. Foi membro do IHGB. Nasceu em 29 de novembro de 1806, e faleceu em Lisboa, aos 30 de dezembro de 1879. OLIVEIRA, Alberto de; JOBIM, Jorge, org. *Poetas brasileiros*. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1921.

¹¹⁹ Arquivo do IHGB, COLUSO, lata 139, documento 27.

¹²⁰ Arquivo do IHGB, DL 178.44.

FIGURA 18a¹

Lida em sepa de 2
 d'Agosto de 1843.
 Lagoa
 (P. 1)
 Resp. em 9 do mes. mes.
 21
 Agradeço as expressões com que V. S. con-
 tina a correspondência que por aqui tivera
 e q. era devido a suas superiores qualidades;
 e a sua laboriosa e que vive, tal opportuna
 circunstancia no serviço da grande alente,
 p. q. o reconhecimento feito ao merecimento
 de V. S. ratifica a estima q. lhe tenho —
 Devido a natureza da grossa inco-
 munda me impediram a andada ao Instituto
 Progidado, q. tanto p. me com deciso acto
 demonstrativo de sua interesse, q. a sua
 edificação produzida p. o desempenho q. me
 cumpria: E como contra sempre com o favor
 de V. S. exp. q. p. sua intervenção me seja
 presente o exemplar de Elogio de Cythiano
 Pastore Príncipe q. me d'atino, a cessando
 V. S. o exemplar q. também me offereço —
 Lagoa q. a sua comedia de carta

¹ Carta de Manoel José Maria da Costa e Sá ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, datada de 21 de maio de 1843. IHGB_Lata 139_ Pasta 27.

[Faint handwritten notes at the top of the page]

[Faint handwritten notes in the middle of the page]

[Faint handwritten notes in the bottom left corner]

[Faint handwritten notes in the bottom right corner]

FIGURA 19¹

M. e S. J.

Em quanto as actuaes occorrencias, me não retirai do encargo, que ha annos tenho tido, de arranzar os Negocios Barbariseg, e as relações politicas commerciaes do Levante e Mediterraneo, cumpro-me dar a esta commissão o desempenho que o Serviço d'El Rei Nosso Senhor sempre encontra em hum seu Criado e fiel Vassallo: Por isso lizo no cartão de V. E., que espirando no dia 17 de Abril proximo futuro a Tragua com a Regencia de Tuniz, e não se havendo até agora tomado nenhuma providencia a este respeito; bem como sobre a possível desintelligencia com alguma das outras Potencias Barbarisegs, em consequencia tambem de se não haver tido, em tempo, as relações que com ellas mantemos; cresce a probabilidade de sahír ao mar no humas Esquadra Tunizina, em ajuda de alguma das outras Potencias, contra o commercio e navegação Portugueza, o que podendo prejudicar esta Capitania que V. E. sabiamente governa, essa prevenção sera avaliada por V. E. no valor que tiver; sendo com tudo certo, de que se he suggerida pelos sentimentos, fies e retos que me animam.

Approveito esta occasião para tributar a V. E. os protestos da minha profunda consideração, desejando que V. E. empregando-me no seu Serviço me de opportunidade em que mostre que sou

De V. E.

M. e S. J. Francisco de Borja
Garção Stoekler.

Lisboa em 13 de Fevereiro
de 1821.

Criado e Vassallo muito attento
Manuel José Maria da Costa e Sá.

¹ Carta de Manuel José Maria da Costa e Sá a Francisco de Borja Garção Stoekler, datada de 1821. Arquivo do IHGB, DL 178.44.

a Tregua com a Regencia de Tunez, e não se havendo até agora tomado nenhuma providência a este respeito; bem como sobre a possível desintelligencia com algumas das outras Potencias Barbarescas, em consequencia tambem de se não haver lembrado, em tempo, as relações que com ellas mantemos; cresce a probabilidade de sahir ao Oceano huma Esquadra Tunezina, ou ainda de alguma das outras Potencias, contra o commercio e navegação Portugueza, o que podendo prejudicar essa Capitania que V.S. sabiamente governa, esta prevenção será avaliada por V. S. no valor que tiver; sendo com tudo certo, de que só he suggerida pelos sentimentos fieis e zelosos que me animão.

Approveito esta occasião para tributar a V.S. os protestos da minha profunda consideração, desejando que V.S. empregando-me no seu serviço me dê oportunidade em que mostre que sou

De V.S.

*Criado e Venerador muito attento
Manuel José Maria da Costa e Sá.*

*Ill.mo Ex.mo S.r Francisco de Borja Garção Stockler.
Lisboa em 15 de Fevereiro
de 1821."*

Garção Stockler, destinatário da carta, foi matemático e historiador em Portugal, secretário da Academia das Ciências de Lisboa e era, em 1821, governador em Açores¹²¹, recebendo esse relatório de Costa e Sá sobre a situação tensa no Mediterrâneo. Interessa-nos notar que o copista tinha relação direta com os negócios de governo portugueses nas partes do Norte da África, ou nas "Potencias Barbarescas", como vemos aqui e vimos no trecho que trouxemos da *Gazeta de Lisboa*. Há ainda no IHGB um manuscrito seu que demonstra isso, uma *Nota Brevissima, relativa ao Commercio, e a Política da Regencia de Tunez, para servir de esclarecimento ás negociações de Portugal com a mesma Regencia. Escrita e composta por Manuel José Maria da Costa e Sá Official da Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha*, contendo onze folhas, sem data, sem local¹²².

Encontramos uma referência publicada no tomo quarto da *Historia e Memoria da Academia das Sciencias de Liboa*, no ano de 1815, que fala da relação entre seus sócios e as "Cortes Barbarescas" do norte da África, inclusive Argel.

"Assim nenhuma Escola tinha adquirido entre nós tamanha celebridade! Ao espirito que a animava deve a Congregação Terceira as mercês que tem recebido da grandeza do nosso Soberanos (b) [(b) O Sr. Rei D. José doou á Congregação Terceira em 1776, o Collegio

¹²¹ CALBUQUERQUE, Luís de, **Stockler, Francisco de Boraça Garção**, SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1981, vol. VI.

¹²² Arquivo do IHGB, Lata 29, pasta 9.

onde estava a antiga Universidade de Evora: e S. Magestade que Deos guarde, fez permanente no Convento de Jesus o ensino de Lingua Arabiga, pelo Seu providente Decreto de 12 de Abril de 1795.]: della sahirão então sujeitos benemeritos, que depois forão utilmente empregados, já como Enviados ás Cortes Barbarescas, já nos lugares Cívís e Ecclesiasticos de maior graduação, ainda mesmo n'aquelles em que quasi exclusivamente se requerem os Estudos Mathematicos (c) [(c) O Sr. Fr. João de Sousa foi mandado varias vezes a Marrocos e a Argel, ou como Interprete, ou como Enviado; Fr. Alexandre de Gouvea foi Bispo de Pekin; Fr. Marcellino José da Silva, de Macao; Fr. Caetano Brandão, do Pará, e depois Arcebispo de Braga: não fallando nos empregos que tiverão os Mestres Estrella, Maine, e Abrantes.]¹²³

Com isso fica praticamente comprovado que esses papéis timbrados do Consulado Português em Argel teriam sido colhidos naquela praça e trazidos para o âmbito da Academia, em cujo circuito de sócios de diferentes gerações – Fonseca e Costa e Sá – se deu o trabalho de copiar nas costas daquelas folhas o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*.

O *Elogio Necrologico do Illustrissimo Senhor Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá: que Em Sessão Litteraria de 9 de Outubro de 1844 recitou na Academia Real das Sciencias de Lisboa o Socio Effectivo da mesma Academia Francisco Recreio*¹²⁴ é a fonte mais completa para conhecimento da trajetória do copista, como o foi para Inocêncio na composição do seu verbete sobre Costa e Sá, estão ali originadas muitas das informações coligidas pelo bibliógrafo. "Munido e escudado com cabedaes de tanta monta e valia, vereis o Mancebo de esperanças [Manoel José Maria] comparecer na Republica das lettras com applauso e bom acolhimento dos intelligentes"¹²⁵. Recreio, lançando mão das mais agudas ferramentas da língua portuguesa, faz relato muito interessante da vida e obra do burocrata e homem de letras sobre que nos debruçamos agora e subsidia nossas hipóteses com depoimentos que tocam o fato de que Costa e Sá era um afamado antiquário e colecionador e copiador de manuscritos; manuscritos como o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*. O consócio e biógrafo nos conta que:

¹²³ **Historia e Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa**. Tomo IV. Parte I. Lisboa Na Typografia da mesma Academia. 1815. Com licença de S. Alteza Real. p. LXXX.

¹²⁴ RECREIO, Francisco. *Elogio Necrologico do Illustrissimo Senhor Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá: que Em Sessão Litteraria de 9 de Outubro de 1844 recitou na Academia Real das Sciencias de Lisboa o Socio Effectivo da mesma Academia Francisco Recreio*. In: **Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Lisboa: Typografia da mesma Academia. 1848. Série II, Tomo II, Parte I, pp. 39-60.

¹²⁵ Idem. p. 43.

"Para saciar pois a innata tendencia e amor que tinha ao estudo, [Costa e Sá] soubera refazer-se a tempo e com gosto, e critica de huma bem sortida e variada collecção de autores (e de alguns raros e preciosos Manuscritos) todos elles tendentes aos ramos litterarios para que mais propendia.

Esta collecção, que elle, em quanto seu estado de fortuna lho permittio, não cessou de augmentar [...]"¹²⁶

Costa e Sá teria escolhido das flores do seu jardim literário algumas preferidas, seriam elas a "Chronologia, a Geografia, a História e as Antiguidades."¹²⁷

Fora ele reputado grande numismata e paleógrafo:

"Não precisava elle de accessor para decifrar os enigmas intrincados das siglas, e encadeamentos característicos dos Manuscriptos antigos; de que nunca perdêra a insaciavel avidez de recheiar a sua Livraria. [...]

Na verdade imperfeito e mal bosquejado ficaria o quadro do saber secundario do Philologo, e particularmente do Antiquario; se não inscrevesse em fim também naquelles catalogo honroso a Sciencia tanto Heraldica, como Pragmatica (12)[(12) E a esta pertence O Papel ou Memoria sobre usos e costumes do Reino em Eleições, que por huma Carta de dara mais antiga, que vimos do sabio Consocio Bispo de Viseu, conta lhe remettêra por copia o Sñr. Costa e Sá][...]."¹²⁸

É Recreio que nos dá notícias da abundância de cartas existentes nos espólios de Costa e Sá, que seriam parte da correspondência oficial e pessoal dele com o Cônsul do Império do Brasil em Portugal, o Conselheiro Drummond. Também nos fala da morte do acadêmico em Sintra e do cuidado com seu enterro e sepultura que teve o amigo brasileiro.

Claro está que Costa e Sá e Drummond tiveram trajetórias de vida interligadas próxima e intimamente, corroborando a hipótese de que o primeiro teria copiado o *Diccionario das Antiguidades de Portugal* na Academia das Ciências de Lisboa e que o segundo teria ficado com esse manuscrito, legando-o ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde encontra-se até hoje. Contudo, também se veem pontos de contato, mesmo que poucos, indiretos e mais enuviados e distantes, entre as trajetórias de Manoel José Maria da Costa e Sá, o copista, e Predo José da Fonseca, o autor. O pai de Costa e Sá, Joaquim José, foi professor régio de Poética e Latim no Colégio dos Nobres, enquanto Fonseca ocupou a cadeira de Retórica, ambos foram contemporaneamente sócios da Academia das Ciências de Lisboa,

¹²⁶ Idem. p. 43.

¹²⁷ Idem. p. 44.

¹²⁸ Idem. p. 45.

demonstrando ser muito provável que se conheciam. Joaquim José era um especialista em Antiguidade Clássica da cidade de Lisboa¹²⁹, foi tradutor da *Arte Poetica de Horacio (Quinto Horacio Flaco)*, publicado em 1794, apenas quatro anos depois da publicação da tradução que fizera Fonseca da mesma obra, pela mesma oficina tipográfica lisboeta, a de Simão Thaddeo Ferreira. Pudemos consultar ambas no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e não encontramos referência alguma em Joaquim José¹³⁰ a Fonseca¹³¹. Costa e Sá teve por preceptor o tio José Anastácio, do qual também encontramos manuscritos no arquivo do IHGB, como um panegírico em louvor do Marquês de Pombal. José Anastácio era latinista e dicionarista como Fonseca, autor de um *Diccionario Italiano, e Português*¹³².

Localizamos no Arquivo Histórico Ultramarino um ofício de 27 de outubro de 1804 partindo do tio de Costa e Sá, José Anastácio, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar¹³³. Esse ofício consiste em interceção feita por José Anastácio em favor da família de seu irmão, Joaquim José – que em 1804, já havia falecido, ao que parece. Segundo consta no documento, era numerosa sua família e possuía muitas dívidas, sofrendo, até mesmo, ameaças de despejo de sua residência. Sobre o pai de Costa e Sá, o Professor Régio Joaquim José, consultamos um *Requerimento* feito por ele à Rainha D. Maria I, que deve datar entre 1798 e 1805, segundo anotam os organizadores do *Instrumento de Pesquisa dos Documentos Manuscritos Avulsos referentes ao Reino existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*¹³⁴. Nesse requerimento, Joaquim José vem nomeado como “oficial ordinário da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar”, o que demonstra que o pai de Costa e Sá ocupara o mesmo cargo que o filho naquela instituição. A solicitação ali feita é para que se fizesse cumprir a mercê régia pela qual deveriam

¹²⁹ FABIÃO, Carlos. *Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desastros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa*. In: PIMENTEL, Maria Cristina & ALBERTO, Paulo F. (eds.). **Vir bonvs peritissimvs aeqve. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos. 2013, pp. 389-409.

¹³⁰ **Arte poetica / Horacio (quinto Horacio Flaco)**. Tradução de Joaquim Jose da Costa e Sa. Lisboa: Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1794.

¹³¹ **Arte poetica, epistola aos pisões / Horacio (Quinto Horacio Flaco)**. Tradução de Pedro Jose da Fonseca. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790.

¹³² COSTA E SÁ, José Anastácio. **Diccionario italiano, e portuguez**, extrahido dos melhores lexicografos como de Antonini... / Joaquim Jose da Costa e Sa. - Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773-1774.

¹³³ À altura, a Secretaria era ocupada pelo Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior.

¹³⁴ Esse inventário da série *Reino* do fundo do *Conselho Ultramarino* foi elaborado por Heloísa Bellotto, Érika Dias, Tiago dos Reis Miranda, Patrícia A. R. Alves, Marta C. Páscoa, (investigadores do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”), Luiz Gustavo L. Freire (colaborador).

ser pagos ao requerente seu ordenado de oficial ordinário da Secretaria, bem como o de professor régio da cadeira de Língua Latina do Colégio Real dos Nobres¹³⁵, onde fora colega de Pedro José da Fonseca, como já dissemos. Também achamos *Ofício* de 6 de maio de 1805, de Lisboa¹³⁶, feito por Luís de Vasconcelos e Sousa ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar em que se consente a passagem de José Anastácio da Costa e Sá e de seu sobrinho, Manuel José Maria da Costa e Sá, para a repartição da Marinha e Ultramar, demonstrando que as ligações de Costa e Sá com essa Secretaria datam desde antes de 1805 e que seu tio e preceptor também fora funcionário da instituição, tal o fora seu pai, como já foi exposto. Ainda sobre a família de Costa e Sá temos um *Requerimento*, datado entre 1803 e 1807 pelos organizadores do *Instrumento de Pesquisa* supracitado, feito ao Príncipe Regente D. João pela “viúva D. Ana Maria do Nascimento Rosa de Oliveira Vilas Boas, solicitando uma pensão no valor do ordenado do seu falecido esposo, Joaquim José da Costa e Sá, que desempenhou as funções de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, ou de uma parte dele, tal como foi concedido a outras viúvas em situação semelhante, para sustento dos cinco filhos menores que tutela”¹³⁷. De 14 de junho de 1814, do Rio de Janeiro, data um *Aviso* do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, António de Araújo de Azevedo ao Governador do Reino, D. António José de Castro, dando ordem para que se desse “informações sobre requerimento de Ana Maria Joaquim da Costa e Sá, Jacinta Maria José e Maria Rufina do Carmo, filhas do oficial da secretaria de estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José da Costa e Sá, já falecido”¹³⁸. Ao que parece o requerimento que faziam era de pagamento de remuneração pelos serviços prestados pelo pai à Secretaria de Estado, como fica mais claro no *Ofício* de 23 de Fevereiro, 1816, do Rio de Janeiro, da parte do “Secretário de Estado do Reino e Mercês e dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Presidente do Real Erário”¹³⁹, o Marquês de Aguiar, ao Patriarca Eleito de Lisboa, “D. António José de Castro”¹⁴⁰, em que se vê ordem para que os “governadores do Reino informem com o seu parecer o requerimento de Ana Maria Joaquina da Costa e Sá e de suas

¹³⁵ AHU_CU_Reino, Cx. 30-A, pasta 14.

¹³⁶ AHU_CU_Reino, Cx. 174, pasta 29.

¹³⁷ AHU_CU_Reino, Cx. 28, pasta 29.

¹³⁸ AHU_CU_035, Cx. 23, D. 1934.

¹³⁹ *Instrumento de Pesquisa*, Arquivo Histórico Ultramarino.

¹⁴⁰ Idem.

irmãs, filhas do oficial da secretaria de estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José da Costa e Sá, solicitando remuneração pelos serviços de seu pai”¹⁴¹.

Agora que comprovamos a identidade daquele que fez a cópia do *Diccionario das Antiquidades de Portugal* que se encontra no IHGB, podemos refinar um pouco a datação da mesma: seis de março de 1823 a seis de outubro 1843, data de morte do nosso copista.

¹⁴¹ AHU_CU_035, Cx. 25, D. 2066.

Capítulo 3: Leitura e Análise

3.1 Dos paratextos que acompanham a obra

“esse texto [uma obra] raramente se apresenta em estado nu, sem o reforço e o acompanhamento de certo número de produções, verbais ou não, como um nome de autor, um título, um prefácio, ilustrações, que nunca sabemos se devemos ou não considerar parte dele, mas que em todo caso o cercam e o prolongam, exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ [...] Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público.”¹⁴²

O próprio nome da obra que Pedro José da Fonseca compôs nos dá os primeiros elementos de interpretação: *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, fórmula essa que conhecia muito bem e deve ter tirado do *Dictionnaire abrégé d'antiquités*, de Etienne-Jean Monchablon, que ganhou sua primeira edição de 1760. Afirmamos que Fonseca conhecia bem a obra do francês, pois a traduziu e entendemos ser essa tradução o manuscrito inédito encontrado na Academia das Ciências de Lisboa sob o título *Diccionario abreviado das antiguidades, para servir á intelligencia da historia antiga, tanto sagrada como profana, e á dos auctores gregos e latinos; traduzido do francez em portuguez*. Claro está que não seria uma questão apenas de inspiração, Fonseca ao escolher nomear seu livro de maneira análoga ao dicionário francês o queria inserir no contexto dos seus pares, dando à sua obra o prestígio que os dicionaristas franceses lograram, e aqui não fazemos referência somente à *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*¹⁴³ editada por Diderot e D'Alembert, mas também às demais obras do “gênero” que compuseram esse quadro geral; é muito representativa a quantidade de dicionários

¹⁴² GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Cotia: Ateliê Editorial, 2009. Tradução de Álvaro Faleiros. p. 9. Essa referência advém de indicação que generosamente me fez o colega André Sekkel Cerqueira, do Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH-USP, e Grupo de Estudos de História Ibérica Moderna, GEHIM-USP.

¹⁴³ DIDEROT & D'ALEMBERT (eds.). **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, par une société de gens de lettres. Mis en ordre & publié par M. Diderot, de l'Académie Royale des Sciences & Belles-Lettres de Pruffe; & quat à la Partie Mathématique, par M. D'Alembert, de l'Académie Royale de Sciences de Paris, de celle de Pruffe, & de la Société Royale de Londres. Tome Premier. A Paris, Chez Briasson, rue Saint Jacques, à la Science. David l'ainé, rue Saint Jacques, à la Plume d'or. Le Breton, Imprimeur ordinaire du Roy, rue de la Harpe. Durand, rue Saint Jacques, à Saint Landr, & au Griffon. M. DCC. LI. [1751] Avec approbation et privilege du Roy.

que se fizeram publicar entre as últimas décadas do século XVIII e primeiros decênios do XIX, referentes à matérias como a filosofia, teologia, direito, história natural, entre outras.

A “dedicatória” que segue é à Pátria Portuguesa: “Sejão á boa tenção obras iguais, / E a boa tenção, e obra á Pátria sirva, / Demos a quem nos deo, e devemos mais.”, retirado ao Doutor Antonio Ferreira nos seus *Poemas Lusitanos* de 1582¹⁴⁴. Fonseca conhecia muito bem a obra de Ferreira, em especial seus *Poemas Lusitanos*, que editou em 1771, junto com uma *Vida do doutor Antonio Ferreira* de sua autoria e que ocupa as quarenta primeiras páginas do tomo primeiro da edição que preparou e dirigiu, dada á luz pelos livreiros Du-Beux¹⁴⁵.

Iniciando o prefácio, Fonseca logo justifica a utilidade do seu trabalho, e o faz lançando mão de Voltaire, procurando colocar o projeto do *Diccionario* em ares, mesmo que rarefeitos e difusos, que sopravam das bandas do movimento filosófico e pedagógico do *Enciclopedismo*, que buscava catalogar todo o conhecimento humano a partir dos novos princípios da razão¹⁴⁶. Fonseca dá razão ao seu intento:

“A pronta e favorável acceitação, q[ue] os Diccionarios de qualq[ue]r materia instructiva ou scientifica encontrão entre todas as gentes civilizadas, he o mais abonado e seguro testemunho, q[ue] da sua utilid[ad]e pode produzir-se. Facilm[en]te se acha nelles à mão, e sem maior custo o q[ue] p[o]r m[ui]tos livros disperso em trabalhosa difficuld[ad]e vem a descobrir-se, e as vezes não chega a apparecer. Alem de q[ue] a multiplicid[ad]e de prelos, e de escritos se tornou de tal grandeza, que como bem adverte hum celebre Moderno, dentro de pouco tempo será preciso reduzir tudo a Extractos, e a Diccionarios¹⁴⁷ Hum Diccionario das antiguidades de Portugal, pareceu a quem ordenou este, q[ue] offerece a seus amabilíssimos Compatriotas, poder

¹⁴⁴ PEREIRA, Antonio. **Poemas Lvsitanos** do Dovtor Antonio Ferreira. Dedicados por seu filho Miguel Leite Ferreira, ao Príncipe D. Philippe noffo Senhor. Lisboa, 1582. Tomo II, Livro I, Carta III, p. 13.

¹⁴⁵ FERREIRA, Antonio; FONSECA, Pedro José. **Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira** Segunda Impressão Emendada, e accrefcentada com a Vida, e Comedias do Mefmo Poeta. Tomo I. Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno M DCC LXXI Com licença da Real Meza Cenforia. Á cufta dos Irmão Du-Beux, á Cruz de Páo.

¹⁴⁶ Cf. DARNTON, Robert. **L’aventure de l’Encyclopédie**, Perrin, 1982.

¹⁴⁷ Entre as obras de Fonseca encontram-se outros seis dicionários, a saber: **Parvum Lexicon Latinum** Lusitana interpretatione adjuta, ad usum Lusitanorum Adolescentium: in lucem editum jussu Josephi I Regis Fidelissimi. Lisboa: Olisipone, 1762; **Diccionario Portuguez e Latino**. Lisboa: 1771; **Diccionario abreviado da fabula**, para intelligencia dos poetas, dos paineis e das estatuas, cujos argumentos são tirados da historia poetica: por Mr. Chompré, licencado em direito. Agora traduzido do francez em portuguez. Lisboa: 1785; **Diccionario da lingua portugueza**, publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo I. Lisboa: Offic. da mesma Acad. 1793; **Diccionario abreviado das antiguidades**, para servir á intelligencia da historia antiga, tanto sagrada como profana, e á dos auctores gregos e latinos; traduzido do francez em portuguez [manuscrito inédito] – que entendemos ser o *Dictionnaire abrégé d’antiquités*, de Etienne-Jean Monchablon, 1ª edição de 1760.

entrar no numero daquelas applicações estudiosas, de q[ue] se lhes seguiria aproveitam[em]to inegável.”¹⁴⁸

“celebre Moderno” se refere a seguinte nota-de-rodapé: “M. Voltaire, Essais sur l’histoire Gen. Ecrivains du siecle de Louis XIV”. Que viemos a fixar como sendo o *Catalogue pour la plupart des écrivains français qui ont paru dans Le Siècle de Louis XIV, pour servir à l’histoire littéraire de ce temps*, encontrado em *Le Siècle de Louis XIV* de 1752. O prefaciador traduz e retira a citação do seguinte excerto: “[...] car la multiplicité des faits et des écrits devient si grande qu’il faudra bientôt tout réduire aux extraits et aux dictionnaire [...]”¹⁴⁹, isso é dizer: as notícias sobre as mais diversas matérias espalhadas numa infinidade de obras precisariam ser compiladas na forma de listas e dicionários; a isso serviria a obra que Fonseca queria dar à luz, à tarefa de oferecer aos contemporâneos informações extraídas a numerosos autores e dispersas em um sem número de livros de maneira a estarem ordenadas em uma só obra fruto da erudição laboriosa de seu produtor.

Como nos seus livros impressos, Fonseca dá explicação da utilidade pedagógica que possuía o seu trabalho, já que era este o papel que desempenhou desde os 24 anos como professor régio: aquele de instruir a educanda juventude e ao público em geral nas matérias proveitosas à inteligência, fossem elas a Gramática, a Língua Latina, Poética e Retórica, obras francesas e, agora, a História de Portugal. Visto que trataria da história nacional portuguesa, como o quis, de tamanha importância a toda gente, seu labor seria importante, pois o professor faria a ponte entre as informações encontradas pulverizadas nos autores antigos e o público contemporâneo que acharia dificuldade em compreendê-las sem a pertinente transladação e ordenação do erudito compilador:

¹⁴⁸ “Prefação”, DAP, Tomo 1.

¹⁴⁹ VOLTAIRE, Verbete: Hesnault (Jean), *Catalogue pour la plupart des écrivains français qui ont paru dans Le Siècle de Louis XIV, pour servir à l’histoire littéraire de ce temps*, In: **Le Siècle de Louis XIV**, 1752, pp. 111-112: “Hesnault (Jean), connu par le sonnet de l’Avorton, par d’autres pièces, et qui aurait une très grande réputation si les trois premiers chants de sa traduction de Lucrèce, que furent perdus, avaient paru et avaient été écrits comme ce qui nous est resté du commencement de cet ouvrage. Mort en 1682. Au reste, la postériorité ne le confondra pas avec un homme du même nom, et d’un mérite supérieur, à qui nous devons la plus courte et la meilleure histoire de France, et peut-être la seule manière dont il faudra désormais écrire toutes les grandes histoires; car la multiplicité des faits et des écrits devient si grande qu’il faudra bientôt tout réduire aux extraits et aux dictionnaire; mais il sera difficile d’imiter l’auteur de l’Abrégé chronologique, d’approfondir tant des choses, en paraissant les effleurer.” (grifo nosso). O prefaciador retira a citação de seu contexto original, ou seja, um “verbo” sobre Hesnault, autor do século XVII, e dá a ela novo uso ao tratar do seu próprio trabalho e justificar a feitura do seu dicionário de antiguidades. O fato de ele ter encontrado essa frase na forma que ela está no original, “emaranhada” na construção do texto de Voltaire, nos leva a crer que o autor do prefácio era leitor atento do filósofo francês, a ponto de se deparar com excerto tão a propósito para seu dicionário.

“A Historia da propria Nação he em particular tão necess[ari]a nos seus diff[eren]tes períodos a toda a sorte de pessoas, q[ue] não pertencem á infima classe; q[u]anto se faz reprehensivel e absurdo ignoralla. Do principio porém das diversas Constituições procedem os fundamentaes estabelecim[en]tos, a regularid[ad]e do publico Governo, a qualificação das classes civis, a origem da nomenclatura dos empregos do Estado, e tudo expressado p[or] termos ou já obsoletos, ou de intell[igenci]a ao presente embaraçada e a poucos perceptivel, fica pela maior p[ar]te a leitura dos antigos e mais authenticos historiadores fica sendo cansada, e fastidiosa, e quase sempre infructifera aos q[u]e desejão e procurão instruir-se em materia de tanta imp[ortânci]a.”¹⁵⁰

Ainda no prefácio, Fonseca esclarece como compôs os verbetes do dicionário, que autores mais usou, louvando-os e, por conseguinte, atribuindo valor à sua própria obra:

“Entende se q[ue] transcrevendo fielm[en]te dos nossos Authores, q[ue] com infatigável desvello, curiosa indagação, e zelo sinceram[en]te racional se empregarão neste assumpto, se conseguiria mais firme confiança do leitor naquillo, q[ue] lhe expressão os ditos Autores tão benemeritos de credito, como se vê no consenso e applauso comum dos intelli[gen]tes, que lhes seguirão. Nesta conta he sobresahirem com preferencia aos demais os dous Chronistas mores do Reino Fr. Ant[oni]o Brandão e seu sobrinho Fr. Francisco Brandão, e o chantre da Sé de Evora, Manoel de Severim de Faria¹⁵¹, digno, como se disse estando elle ainda vivo, de illustres elogios, pelo zelo que tem da honra de sua Patria, e pelo credito, que lhe tem alcançado com seus estudos e cujas mãos são deposito benemerito de todos os tesouros da antiguidade.

Fonseca também trata da possibilidade de o trabalho ser alterado e levado adiante no futuro por ele mesmo ou outra pessoa, visitando o lugar comum da humildade retórica que tanto conhecia o mestre em tal matéria, além de nos sugerir que talvez imaginasse que essa sua obra, por útil que fosse, lograria reedições “corrigidas e augmentadas”, como se dizia à época:

No demais pouco deve atender-se á exceção do desejo de ser util, segundo a sua ténue possibilid[ad]e, ao trabalho e delig[enci]a do compilador, em ordenar este pequeno Diccionario. Se for diminuto, poder-se há augmentar, e suprimir-lhe as faltas nas futuras edições, se as merecer; se for imperfeito, considera-se, ao menos, como um desenho, e seja estímulo p[ar]a corrigillo e aperfeiçoallo a quem com melhor auxilio, e mais vigorosa saude queira emprehendello.”¹⁵²

¹⁵⁰ “Prefação”, DAP, Tomo 1.

¹⁵¹ São ao todo 95 remissões ao Chantre, majoritariamente, ao seu Notícias de Portugal de 1655, entretanto, faz-se referência a Monarquia Lusitana ao menos três vezes mais

¹⁵² “Prefação”, DAP, Tomo 1.

Importa notar ainda o termo que ele utiliza acima para caracterizar-se a si mesmo: “compilador”. Recorremos mais uma vez a Raphael Bluteau para esclarecer os sentidos dessa palavra: “COMPILADOR. Compiladôr. Author, que colhe, & ajunta em huma obra, o que muytos outros Autores differão fobre certas matérias [...]”¹⁵³. Não é isso exatamente que faz Pedro José da Fonseca no seu *Diccionario das Antiguidades de Portugal*?

Encerra o prefácio citando o poeta Ferreira sobre a validade do intento do autor que, por si só, faz multiplicar a legitimidade da sua obra. Submete-se ao juízo do leitor benévolo e termina por louvar a sua pátria portuguesa, como ditava a boa retórica.

A *Adição* é composta de um preâmbulo mais a transcrição de uma carta de 1655 de Francisco Pinheiro¹⁵⁴ a D. João IV (1640-1656). Por pedido de André Fernandes¹⁵⁵, Bispo do Japão, o jesuíta faz a Sua Majestade a indicação de três nomes elegíveis ao cargo de bispo em Portugal. São esses os indicados: Manuel Severim de Faria, Chantre de Évora, a quem Pinheiro louva com mais demora¹⁵⁶, D. Veríssimo de Lancastro¹⁵⁷, Cardeal da Santa Igreja Romana, e Domingos Ribeiro

¹⁵³ BLUTEAU. 1728, p. 419.

¹⁵⁴ “Jesuita, Doutor Theologo pela Unversid[ad]e de Evora, onde dictou 16 annos Theologia Escolastica e Moral, com fama de excellentissimo Mestre e Doutor sapientissimo. De suas muitas letras e virtudes fazem honrosa memoria varios Autores, q[ue] podem ver se na Bibliotheca Lusitana. Sem abono seu diz tambem o erudito Author da m[es]ma Bibliotheca o seguinte: Não lhe impedio a continua applicação a este genero de Sciencia (a Theologia) p[ar]a q[ue] não fosse insinge juriconsulto, como o publicação as obras q[ue] imprimio, em q[ue] se admira a vasta erudição; q[ue] tinha de ambos os Direitos. Não foi menos estimavel pela virtude p[or] ser exemplar da observancia Religiosa. Governou os collegios de Evora e Coimbra com prudencia e afabilidade. Falleceo em 27 de julho de 1661 com 66 annos de idade, e 51 de Religião”. “Adição”, DAP, Tomo 1.

¹⁵⁵ “[Pe. António Vieira] escreveu em 1659 a seu confrade, o Pe. André Fernandes, bispo do Japão e confessor da rainha Luísa, a quem desejava consolar pela morte de D. João IV: trata-se das Esperanças de Portugal ou Quinto Império do Mundo. O documento, apropriado pelo Santo Ofício, constituiu a peça-chave do processo que Vieira iria sofrer a partir de 1663.” BOSI, Alfredo. **Antônio Vieira, profeta e missionário: um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição**. Estudos Avançados, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.22, n.64, pp. 241-254, Set./Dez. 2008.

¹⁵⁶ Pinheiro parece ter sido muito próximo de Severim de faria, a quem dedica o seu *De censv et emphytevsi tractatus: in duas partes distributus*. Eborae : Ex Typographia Academiae, Anno Domini 1681.

¹⁵⁷ **D. Verissimo de Lancastro**, Cardeal da Santa Igreja Romana, Inquisidor Geral, quarto neto del Rey D. João, o II, foi provedor da Misericórdia em Évora, Thezoureiro-mór da Sé da cidade de Évora, e Inquizidor da dita cidade, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, Conselheiro de Sua Alteza e seu Sumilier da Cortina. Vide: Fr. Alvaro da Fonseca, *Relação da nobre, e antiga família de Fonseca no Reino de Portugal, e da origem da dos Coutinhos, que sahio da dos Fonseca & Genealogia dos Reyes de Portugal*. Dedicados a Lancastro em 1643 e 1653, respectivamente. In: Biblioteca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica, tomo 1, p.103; *Panegyrico Funeral, em as honras do Eminentissimo Senhor D. Verissimo de Lancastro [...]que celebrou o Conselho Geral do Santo Officio em S. Pedro de Alcantara, convento da provincia da Arrabida em Lisboa, donde está sepultado o seu corpo*. Lisboa : na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, 1693 e *Sermam do Rosario da Virgem Senhora Nossa, offerecido ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Verissimo de Lancastro[...]*. Em Coimbra : na officina de Joseph Ferreyra, 1677.

Cirne¹⁵⁸, Chantre de Coimbra. Esse preâmbulo inicia-se afirmando ser Severim de Faria “quem m[ui]to. contribue p[ar]a o util desse Diccionario, como nelle se vê com frequencia” e que com a possível publicação do seu dicionário oferecia-se “[...] pois ocasião de manifestar ao Publico testemunho mais qualificado das virtudes Christãs de tão respeitavel Ecclesiastico, dignissimo exemplar das pessoas consagradas ao augusto Ministerio da Igreja, bem he q[ue] deva aproveitar-se”¹⁵⁹, assim é que ele explica o porquê da carta que ali ia transcrita, sendo o seu autor, Francisco Pinheiro, o arauto do “testemunho mais qualificado” a respeito de Severim de Faria. Mais adiante ele combate qualquer desconfiança que pudesse haver em relação à autenticidade da carta, dizendo que a informação dada:

“[...] em segredo ao serenissimo S[enho]r Rei D. João IV. sobre materia de tanta gravid[ad]e e imp[ortânc]ia [a indicação de nomes elegíveis a bispo], informação dada p[or] ordem do m[es]mo Soberano, e commettida a sугeito merecedor de tal confiança [Francisco Pinheiro], a lingoagem da verdade q[ue] nella reluz, a qual a adulação o particulares interesses mal sabem contrafazer, dão ao original [da carta] aqui fielm[em]te lançado [transcrito] o credito mais autentico e incontestavel”¹⁶⁰.

Fonseca vai ainda mais longe e recomenda que “Se alg[uém] o quizer examinar [ao original da carta], depois de publicado, na Biblioteca d’Academia Real das Sciencias, onde será depositado p[ar]a este mesmo fim [o exame], poderá inteirar se da sua certeza”. Já comentamos em pormenor esses trecho na seção em que tratamos da localização do manuscrito original.

Temos notícia através do *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio da Silva¹⁶¹ de que Fonseca teve sob sua guarda, na Academia Real das Sciencias de Lisboa, cartas que os padres e irmão da Companhia de Jesus escreveram dos reinos de Japão e China, publicadas muito antigamente em Évora por Manuel Lyra em 1588 e 1589. Referem-se a período anterior a esta de Francisco Pinheiro ao Rei D. João IV, mas acreditamos que valha a pena averiguar a possibilidade de essa carta estar entre os maços epistolares no acervo da Academia, que possuiria uma

¹⁵⁸ **Domingos Ribeiro Cirne**, Chantre da Sé da cidade de Coimbra, deputado da meza da consciência (criada por d. João III em 1532). Vide: *Carta do Chantre da Sé da cidade de Coimbra*, 1643, Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 9, f. 17-18 e *Índice Chronologico. e Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa posterior à publicação do Código Filippino*, dado à luz por ordem da Academia R. das Sciencias de Lisboa pelo seu sócio João Pedro Ribeiro, 1807.

¹⁵⁹ “Adição”, DAP, Tomo 1.

¹⁶⁰ “Adição”, DAP, Tomo 1.

¹⁶¹ INOCÊNCIO. Tomo II, pp. 43-50.

coleção de cartas manuscritas de grande monta que excederia em muito as que foram impressas. Os volumes manuscritos bem conservados teriam sido do colégio jesuíta de Évora e, depois da extinção da ordem em Portugal, teriam ficado em poder de Fonseca, que em 19 de outubro de 1797 os doou à Academia, acompanhados de uma carta explicativa de sua autoria, que teria se perdido.

A carta anexada ao *Diccionario* exerce um papel com ramificações interessantes: demonstra o favor do Rei para com Francisco Pinheiro, dada tão importante incumbência a ele “commettida”, ratificando a confiabilidade da informação que o jesuíta oferece sobre Severim de Faria. O elogio rendido à pessoa de Severim de Faria, a quem as referências abundam no *Diccionario*, atribui prestígio à obra, legitima Fonseca como colecionador e bom antiquário e coopera para uma possível publicação, que é o objetivo do autor/compilador, que chega a fazer nas margens da *Addição* indicações tipográficas, como “em redondo” e “em grifo”, especificando como queria que fossem compostas tipograficamente as partes do seu livro .

Essa relação “Fonseca leitor de Severim de Faria” aparece já no *Diccionario da Lingoa Portuguesa* de 1793, quando cita o “douto Manuel Severim de Faria”¹⁶² ao tratar da autoridade dos escritores antigos para a confecção do léxico. Fica clara também essa ligação ao examinarmos o *Notícias de Portugal*, de Severim, publicado no ano de 1655 e que contém uma “Taboada do qve se contem neste livro” e “Index dos appellidos de cvias armas se explicaõ os Brazoões”¹⁶³, cujos assuntos elencados estão quase todos contidos na lista de verbetes do *Diccionario* de Fonseca, conferindo a este autoridade pela antiguidade daquele. Esta relação fica ainda mais aparente quando olhamos para o “Index das cousas mais notaveis, que se contem neste livro” presente na edição de 1740 do *Notícias de Portugal* preparada e acrescentada pelo Padre D. José Barbosa¹⁶⁴, irmão de Diogo Barbosa Machado. Parece claro que Fonseca tenha se valido dessa lista em ordem alfabética composta por José Barbosa para definir o repertório que queria cobrir com o seu *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, retirando dessa lista aquilo que julgou não estar compreendido no escopo da obra que tencionava e acrescentando muitas outras

¹⁶² *Diccionario da Lingoa Portuguesa* da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1793, “Planta”, p. 4.

¹⁶³ SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal*, Offerecidas a EIRey N. S. D. João IV. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655.

¹⁶⁴ Essa questão já fora enunciada por Megiani em “*Dicionário das antiguidades de Portugal*”: estudo introdutório sobre um manuscrito aberto. op. cit. p. 63.

coisas que lhe pareceram proveitosas¹⁶⁵. Barbosa Machado, que é muito citado por Fonseca, foi membro fundador da Academia Real da História Portuguesa (1720-1776), cujo patrimônio intelectual foi, em grande medida, herdado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, fundada em 1779. Fonseca bebeu abundantemente nos autores e trabalhos legados pela Academia Real da História, na sua maioria dedicados ao patrono da instituição, D. João V, para a produção desta sua obra, como podemos constatar a partir do levantamento das referências contidas no *Diccionario*¹⁶⁶. E é aos autores até essa geração que Fonseca se demonstra mais afeito:

*“Quando se fecha o numero dos Escritores, que autorizão as vozes do Diccionario, no fim do século XVII, não he porque se entenda, que desde então até ao presente deixára de haver entre nós quantidade de bons escritores em diferentes generos. Porém como, particularmente do meio do passado século por diante, os estudos escolasticos, e o espirito commum de subtilizar, começãrão a corromper a arte de bem dizer; e a maior parte dos Literatos, empregada em erudições se foi descuidando de praticar os primores da nossa lingua, vindo esta depois com excesso a estragarse quasi de todo pela leitura de livros estrangeiros, especialmente Francezes, em que muitos só se occupãrão, e mais que tudo pelas pessimas traducções dos ditos livros fique por isso para tempo mais remoto do nosso, graduar o merecimento daquellas obras, que souberão preservarse de huma tal infecção.”*¹⁶⁷

¹⁶⁵ Veja no ANEXO 1 o “Index das cousas mais notaveis, que se contem neste Livro, e das Familias, de cujos Appellidos se explica os brasoens” contido na edição de 1740 de *Noticias de Portugal* editada pelo Padre D. José Barbosa.

¹⁶⁶ Veja alguns exemplos: ARGOTE, D. Jerónimo Cantador de. **História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1732-1747; BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Latino e Português**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728; BARBOSA, D. Joze. **Catalogo chronologico, historico, genealogico, e critico, das rainhas de Portugal, e seus filhos**, ordenado por D. Joze Barbosa, Clerigo Regular, Academico Real da Historia Portugueza, e Chronifta da Sereniffima Caça de Bragança. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1728; **Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa**, ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma Academia. Lisboa Occidental, Na Officina de Pascoal da Sylva, Impreffor de Sua Magestade, e da Academia Real, 1721-1736; FERREIRA, Francisco Leitão. **Noticias Cronológicas da Universidade de Coimbra**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729; MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana: histórica, crítica e cronológica**. Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759; _____. **Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo de D. Sebastião**. Lisboa: Academia Real da Historia Portuguesa, 1736-1751; SILVA, Fernão Teles da (Marquês de Alegrete). **História da Academia de História**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1727; SILVA, José Soares. **Memórias para a História do governo de D. João I**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1730-1734; SOUSA, D. António Caetano. **História Genealógica da Casa Real Portuguesa**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1735-1748.

¹⁶⁷ FONSECA. **Diccionario da Lingoa Portugueza** da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1793, “Planta”, p. 4.

Encontramos juízo análogo nos seus *Rudimentos da Grammatica Portugueza, Cómmodos à instrução da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores* de 1799, referindo-se aos exemplos colhidos nas autoridades para compor esse “material didático”:

“[...] todos estes exemplos são tirados dos nossos *Classicos*, isto he daquelles bons escritores Portuguezes, que ou pela sua ancianidade, ou por consenso commum fazem autoridade na lingua, a qual se nos transmittio por elles já formada, e enriquecida com preciosos dotes, gravando-lhe juntamente o indelevel character, que tanto a singulariza. Esta autoridade que só o tempo, e a constancia unanime da pública opinião podem fixar, serve para dar aos ditos exemplos força, e apreço.”¹⁶⁸

O conteúdo do *Diccionario das Antiguidades* está muito afinado com aquele das obras editadas pela Academia Real da História Portuguesa, dado o interesse que demonstram pela cronologia, os catálogos, a edição de obras antigas, e as crônicas da monarquia, dentro de um ambiente de academia, no qual viveu Fonseca na Academia das Ciências. Também a Academia da História dedicou-se à coleção de manuscritos e documentos úteis para a História Portuguesa. Desse interesse na história dos membros da monarquia, dos escritores antigos, das famílias nobres e das tradições ouvimos muito claros os ecos no *Diccionario das Antiguidades de Portugal*. Poderíamos crer que se Fonseca tivesse nascido no começo do século XVIII e se tornado sócio da Academia Real da História seu *Diccionario* sairia publicado sem hesitação, alinhado que estava com o projeto de história daquela agremiação. Contudo, talvez sua obra retórica e poética de valor pedagógico não encontrasse lugar antes das reformas pombalinas que as ensejaram.

3.2 Da composição da obra

Já tivemos a oportunidade de enunciar anteriormente o *Diccionario* foi produzido em formato “enciclopédico” e alfabético, valorizado no período, desde Pierre Bayle, atingindo seu ápice com a *Encyclopédie* de 1751. O *Diccionario das Antiguidades de Portugal* observa, só no nome, algo que nos parece, até onde pudemos investigar, ter se erigido como um “gênero” na cultura escrita do século

¹⁶⁸ FONSECA. *Rudimentos da Grammatica Portugueza*, Cómmodos à instrução da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores. 1799, pp. XII-XIII.

XVIII e começo do XIX: o dos dicionários de antiguidades, que tratam da Antiguidade Clássica. Entre ele queremos destacar o *Dictionnaire Abrégé da la Fable, pour l'intelligence des poètes, des tableaux et des statues, dont les sujets sont tirés de l'Histoire Poétique*, de 1727, escrito por Chompré e traduzido e publicado por Fonseca em 1785; o *Dictionnaire Abrégé d'Antiquités. Pour servir a l'intelligence de l'Histoire Ancienne, tant Sacrée que Profane, & à celle des auteurs grecs & latins*, de 1760, por E. J. Monchablon, cuja tradução por Fonseca permanece manuscrita na Academia das Ciências de Lisboa, como já dissemos; o *Bibliotheca Classica; or, A Classical Dictionary, containing a full account of all the proper names mentioned in antient authors; with tables of coins, weights, and measures in use among the Greeks and Romans*, de 1788, por J. Lemprière; o *Dictionnaire pour servir a l'intelligence des auteurs classiques grecs et latins, comprenant la géographie, la fable, l'histoire et les antiquités, avec une table chronologique, et un tableau des poids, mesures et monnoies des anciens, comparés avec les nôtres*, de 1805, escrito por Mathieu Christophe. Diferentemente, *Diccionario das Antiguidades* de Fonseca se refere a Portugal, em específico, compreendendo o período que vai de 1035 a 1495, do Conde D. Henrique ao fim do reinado de D. João II, todavia, como os seus pares franceses e ingleses, se refere às fábulas, à história profana e sagrada, pesos e medidas, moedas antigas e à heráldica. Fonseca nos deixa claro o que entende por antiguidade:

*“Por Antiguidad[ad]es de Portugal deve nesta Obra entender se tudo q[uan]to decorre desde o Conde D. Henrique, pai do nosso prim[eir]o e glorioso Rei até o fallecim[em]to d’el Rei D. João II isto he desde anno de 1035 até de 1495. Nova ordem de coisas, Chronicas mais exactas, noticias mais bem averiguadas, leis reduzidas a boa forma e juntas em hum só corpo, novos estabelecim[en]tos, escritores polidos, linguagem constante e sem a velha rudeza tornão desde o felicissimo reinado d’el Rei D. Manuel até os nossos dias quase tudo uniforme, e a todos accessível.”*¹⁶⁹

Esta obra de Fonseca parece ter seguido à risca nos seus temas o que define Raphael Bluteau como antiguidade:

"ANTIGUIDADE. Os tempos andados, os feculos paffados, as idades antigas. Antiquitas, ou vetuftas, atis. Fem. Cic. A antiguidade. os que viviaõ nos feculos paffados, os antigos. Antiqui, or~u. Prifcorion temporum homines. Tamb~e diz Antiquitas. Errabat

¹⁶⁹ “Prefação”, DAP, Tomo 1.

multis in rebus antiquitas. Cic. 2. de Divinat. *Em muitas coifas andava errada a antiguidade.*

Tomar das memorias da antiguidade as provas de fua nobreza. Ex annalium vetustate eruere nobilitatis memoriam. Ex Cic.

Amigo, ou curiofo da antiguidade. (Como de Palavras, de papeis, de coftumes, ou de medalhas antigas.) Antiquarius, ij. Sueton. in Auguft. Se he molher. Antiquaria, &. Fem. Antiquitatis ftudiofus, a, ton.

Nunhumas noticias tinha da antiguidade. Nullã antiquitatis memoriam colle erat. Cic.

*Antiguidade, nas familias nobres. Moftrafe contando nellas pelos tempos paffados, muitos grãos, idades, ou geraçoens.*¹⁷⁰

Interessa notar nessa definição do verbete “Antiguidade” de Bluteau mais uma vez a “filiação” de Fonseca com os programas caros a Academia Real da História Portuguesa. Antiguidade para Fonseca era o mesmo que Bluteau entendia ser antiguidade, e assim distanciava-se dos significados que a *Encyclopédie* atribuiu ela, que dizem respeito eminentemente à “Antiguidade Clássica”¹⁷¹.

Encontramos “antiguidades” em obras muito mais recuadas no tempo que, nos parece, trazem a mesma acepção do termo tratando à maneira do seu tempo de alguns grandes temas, como das famílias nobres e cidades portuguesas, abordados também por Fonseca, mas numa chave atualizada, num formato próprio de sua época, como vimos. Citamos duas: o manuscrito *Discursos compendiosos, em que se trata de varias antiguidades, com allegação copiosa de auctores chronistas, e historiadores, e declarações das materias em ambas as linguas latina e vulgar escripto no anno de 1640 pelo R[everen]do Conigo de Guimarães Symão Vaz Barbosa*¹⁷² e o impresso muito mais conhecido *Varias Antiguidades de Portugal* do cônego Gaspar Estaço de 1625¹⁷³.

Os verbetes do *Diccionario das Antiguidades* são resultado de uma compilação de excertos e notícias que trataram do mesmo assunto ao longo do tempo, “tudo que se viu e ouviu falar”, um cíclico entreglosar dos autores, expediente nada estranho a um professor de Retórica e Poética afeito aos *topoi* e preceptivas das *auctoritas*, cuja observação recomenda no seu *Arte poética* de Q. Horacio

¹⁷⁰ BLUTEAU. 1728, p. 405.

¹⁷¹ DIDEROT & D’ALEMBERT (eds.). 1751, p. 516.

¹⁷² BARBOSA, Simão Vaz. **Discursos compendiosos, em que se trata de varias antiguidades**, com allegação copiosa de auctores chronistas, e historiadores, e declarações das materias em ambas as linguas latina e vulgar escripto no anno de 1640 pelo R[everen]do Conigo de Guimarães Symão Vaz Barbosa, s/l. (Cód. 655, Fundo Geral, BNL)

¹⁷³ ESTAÇO, Gaspar. **Varias Antiguidades de Portugal** Autor Gaspar Estaço. *Com licença da S. Inquiificação, Ordinario, & Paço. Em Lisboa. Por Pedro Crasbeeck Impreffor delRey Anno Dñi. M.DC.XXV [1625].*

*Flacco*¹⁷⁴. Essa *episteme* tornara-se antiquada para o gosto dos contemporâneos de Fonseca¹⁷⁵, o que talvez tenha feito com que merecesse o parecer de 1823 pelo Marquês de Paranaguá desfavorável para publicação pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, de cuja tipografia tinha sido diretor e editor de muitas obras, entre os anos de 1780 e 1791¹⁷⁶. O parecer de 1874 do 1º secretário do IHGB, Fernandes Pinheiro, dizia que os documentos deixados por Drummond deveriam ser publicados pela Revista do Instituto, mas somente aqueles que parecessem “idoneos a respectiva comissão”. Sabemos que o *Diccionario das Antiguidades de Portugal* não foi publicado pela Revista e mais uma vez ele não foi dado à luz.

Outro aspecto da obra do qual nos ocupamos é a composição do texto, a formulação dos verbetes. Cada um dos verbetes contém notas e abreviaturas, por vezes, de difícil identificação, que se referem a autores e obras, em sua maioria, portugueses e espanhóis, construindo uma densa malha de referências, cuja catalogação e desdobramentos, como no exemplo da referência a Voltaire, apresentamos a cada verbete na edição crítica da fonte aqui realizada.

O estudo de cada entrada do *Diccionario*, o que chamados “arqueologia” dos verbetes, é que tem sido responsável por elucidar o regime de composição desta obra. Numa primeira leitura da cópia manuscrita, antes de localizarmos o manuscrito original da Academia das Ciências e possuindo apenas as informações catalogais do IHGB, já se pode perceber que se o autor fosse Manuel Severim de Faria ele não poderia ser o único, mas sim que se tratava de uma obra coletiva com intervenções e adições ao longo do tempo, expediente comum até o século XVIII e mesmo no XIX¹⁷⁷, essa foi a hipótese com a qual trabalhamos inicialmente. Muitas das referências encontradas na obra eram posteriores ao Chantre, e em algumas daquelas que lhe eram contemporâneas, encontramos trechos como este, do verbete *Azambuja*: “Já adverti em outro lugar (Ma. Lus. p. 3. l. 10. c. 29.)”, Monarquia Lusitana, parte 3, livro 10, capítulo 29, de Frei Antônio Brandão, publicado em Lisboa, no ano de 1632, levando a crer que o Cronista-Mór teria contribuído para a feitura do *Diccionario* e, ali, citava a si mesmo. Sabemos que

¹⁷⁴ FONSECA, Pedro José da. *Arte poetica de Q. Horacio Flacco. Epistola aos Pisões, traduzida em portuguez e illustrada com escolhidas notas dos antigos e modernos interpretes, e com um commentario critico sobre os preceitos poeticos, lições varias e intelligencia dos logares difficultosos*. Lisboa: na Offic. De Simão Thaddeo Ferreira, 1790.

¹⁷⁵ FOUCAULT. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*.

¹⁷⁶ BORGES. 2011, p. 51.

¹⁷⁷ MEGIANI. 2011.

Severim de Faria encomendava obras, como a *História do Brazil* de Frei Vicente do Salvador¹⁷⁸, e solicitava a participação de colegas nos seus trabalhos, tal informação corroboraria aquela hipótese. Entretanto, já munidos do manuscrito da Academia das Ciências e das novas informações que com ele vieram, fizemos o estudo “arqueológico” do verbete *Azambuja* e suas referências, procurando desdobrar as camadas textuais que compunham a entrada, concluimos tratar-se da cópia de um trecho da *Monarquia Lusitana*, no livro XII, em que o autor remete o leitor a um momento anterior da mesma obra, livro X. Em outros verbetes, Fonseca parece ter sido mais cuidadoso, substituindo expressões em primeira pessoa dos autores que cita por formas em terceira pessoa com sujeito oculto, neutralizando o discurso, ou mesmo obliterando as referências internas das obras, como essa que mencionamos acima. No verbete “Rendas do Reino em tempo del Rei Affonso Henriques”, por exemplo, Fonseca utiliza aspas enuncia a referência antes de copiar o trecho, já no verbete “Dapifer” o trecho copiado não vem entre aspas e a referência se encontra ao final trecho copiado:

<p>Rendas do Reino em tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques. O D[outo]r Fr. Bernardo de Brito Chronista geral, fallando da fundação do Mosteiro de Alcobaça na Chronica de Cister L.3. c.21. [*] escreve sobre este particular o seg[ui]nte: “A obra do Mosteiro hia em g[ran]de crescim[en]to, pela delig[enci]a q[ue] el Rei punha em a fazer, gastando liberalissimam[en]te q[uan]to era necess[ari]o p[ar]a sua grandeza. E com (sic) serem as rendas de seu Reino tão limitadas naquelle tempo, q[ue] não passavão de 11 contos, e 116 mil reis, conforme a huns rascunhos da receita e defeza, q[ue] vi do seu tempo, sustentava continua guerra contra Mouros, sem faltarem pagas ord[enad]as à gente de guerra, e fundava Mosteiros tão sumptuosos, e todos quasi em hum tempo, como erão Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora, S. João de Tarouca, com m[ui]tos outros,</p>	<p>Dapifer. O officio de <u>Dapifer</u>, ainda q[ue] parece ser o de Trinchante, todavia considerada bem a etymologia do nome deduzindo o a <u>ferendis dapibus</u>, q[ue] no latim quer dizer trazer as iguarias, mais se deixa ver q[ue] era o Veador da Casa, p[or] q[ue] trazia as iguarias á meza Real, p[or] ão de Moços Fidalgos, e assistia com huma canna de bengala na mão em hum dos cantos da casa, e n'outro o Mordomo mór, e depois o Mestre sala, e Trinchante com huma toalha lançada ao hombro descobria as m[es]mas iguarias, e as administrava á Pessoa Real. Este off[ici]o era removivel antig[amen]te, e p[or] isso se veem g[ran]des mudanças e varied[ad]es nelle. <u>Fr. A. Brand. Mon.</u> p.3. L.9. c. 5. [*]</p>
---	---

¹⁷⁸ “Desta maneira havendo-me Vossa Mercê pedido hum tratado das cousas do Brazil [...]”. SALVADOR, Frei Vicente do. “Dedicatória ao Licenciado Manoel Severim de Faria Chantre da Santa Sé de Évora”. In: **História do Brazil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889, pp. 3-4. Ver também: MEGIANI, Ana Paula Torres. *Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria*. Rio de Janeiro: **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 24-48; MEGIANI, Ana Paula Torres. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luis Mendes de Vasconcelos. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista e FERLINI, Vera Lucia Amaral. (Org.). **Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI e XIX**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, v. , p. 239-256.

<p>q[ue] ha pelo Reino, e os dotava de tantas rendas, q[ue] tem alg[un]s delles hoje muito mais do q[ue] então lhes rendia Portugal: e com t[od]os estes gastos deixou q[ua]ndo morreo a seu filho D. Sancho hum thesouro de mais de oitocentos e vinte mil cruzados, em moeda de ouro, q[ue] era naquelle tempo huma soma de dinh[eir]o amoadado, q[ue] tinham poucos Reis Christãos.”</p> <p>[*] BRITO, Bernardo de (1569-1617). Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade composta por Frey Bernardo de Brito (...) Em Lisboa: por Pedro Crasbeek, 1602.</p>	<p>[*] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defferro de Lisboa da Ordem de S. Bernarndo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.</p>
---	--

O verbete “Behetria” é bem representativo do método de composição utilizado por Fonseca. Vejamos um trecho do verbete em que o compilador oculta informações contidas no texto original que copiava pelo fato de serem datadas, caso dos regimes republicanos de governo comparados a instituição da “Behetria” que não mais vigoravam em Veneza e Holanda:

Diccionario das Antiguidades de Portugal	Monarquia Lusitana, Parte VIII
<p>[...] Houve antigam[em]te p[or] toda a Hespanha certos Povos, Villas, e Cid[ad]es livres de outro senhorio, e q[ue] não reconhecião sugeição a Principe alg[um]; mas ellegião quem os governasse, mais como cabeça política, do q[ue] não como senhor natural, chamavão a estes povos, <u>Behetrias</u>; e erão diferentes das Republicas; p[or] q[ue] nas Republicas he de m[ui]tos ou nobres ou populares; e nas Behetrias mandava só hum como Principe; [...] Fr. Man. dos Santos. M[on]. part.8.L.22.c.35.</p>	<p>[...] Houve antiguamente por toda Hespanha certos povos, Villas, e Cidades, livres de outro Senhorio, e que não reconheciaõ sugeiçaõ a Principe algum; mas eles elegiaõ quem os governasse, mais como cabeça política, do que não como Senhor natural; chamavaõ a estes povos <i>Behetrias</i>; e eraõ diferentes das Republicas, que vemos hoje; porque nas Republicas o governo he de muitos, ou nobre, [...][*], populares, [...][**]; e nas Behetrias mandava fó hum como Principe; [...]. [***]</p> <p>[*] como em Veneza [**] como em Holanda</p> <p>[***] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes</p>

<p>Bohemia, natural daquella p[ar]te, e discipulo de João de Monte Regio, incitados pelo dito Rei. Barros, Dec. 1. l. 4. c. 2. [2] Sous. de Maced. Flor. de Hesp. part. 1. c. 8. excellen. 7, e outros q[ue] ahi allega. [3] (grifo nosso)</p>	<p>encommendado efte negocio a <u>Mestre Rodrigo</u>, e a <u>Mefre Josepe Judeo</u>, ambos seus Medicos, e a hum <u>Martim de Boemia</u> natural daquellas partes, o qual fe gloreava fer discipulo de <u>Joanne Monte Regio</u>, affamado Astronomo entre os Professores desta sciencia, os quaes acháram maneira de navegar per altura do Sol [...]"(grifo nosso) [*]</p> <p>[*]Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto. Nova edição offerecida a Sua Magestade D. Maria I. Rainha Fidelissima &c. &c. &c. Lisboa. Na Regia Officina Typografica. Anno MDCCLXXVIII [1778]. Com Licença da Real Meza Cenforia, e Privilegio Real. <i>Decada Primeira. Livro IV. Capitulo II. pp. 280-282.</i></p> <p>[3] "Lo otro, que he dicho ser de gran alabanza para Portugal, es, q los Portugueses en tiempo del Rey Don Juan el Segundo fueron los primeros, que hallaron, y hizieron el Astrolabio, maravillosa invencion para navegar, como testifica <u>Juan de Barros</u>, Maffeu, y outros. f</p> <p>**[nota lateral: f / Barros dec. 1. lib. 4. cap. 2. / Maffeus lib. 1. pag. 7. / Freitas de iufs. Imper Lusit. cap. 8. n. 6.]". (grifo nosso) [*]</p> <p>[*]MACEDO, Antonio de Sousa de. Flores de España Excelencias de Portugal. En que brevemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tempos, y se descubren muchas cosas nuevas de provecho, y curiosidade. Primera Parte. A la Magestad del Rey Catholico de las Españas Don Phelipe IIII. nuestro Señor. Por Antonio de Sousa de Macedo su moço Fidalgo, y Cavallero del habito de Christo. En Lisboa. Con todas las licencias necessárias. Impressas por Iorge Rodriguez. Año 1631. <i>Capitulo VIII. Excelencia VII. Parágrafo 15. p. 64.</i></p>
--	---

É notória a erudição do compilador no fato de os verbetes trazerem diversas notícias do aparecimento dos assuntos de que tratam em várias obras, mesmo que Fonseca tenha consultado apenas uma delas em muitos casos, contudo tendo o cuidado de anotar as demais referências ali elencadas. Os verbetes do *Diccionario das Antiquidades de Portugal* são, por isso, pontos de partida muito úteis para aqueles que se ocuparem deles; a densa malha bibliográfica criada por eles podem servir como mapa para estudos que se ocupem da cultura escrita ibérica, por exemplo, de relatos aparecidos em obras raras diversas em diferentes momentos da História. A partir do verbete “Anel da Benção”, por exemplo, podemos encontrar o

relato fabuloso sobre a origem e legitimidade da nobreza dos Limas portugueses em três diferentes obras, publicadas em contextos históricos variados, o que serve para uma análise comparativa das composições e motivações de recontar a história cada vez que foi dada a público:

Dicionario das Antiguidades de Portugal	Nova Floresta
<p>“Annel de Benção. Conta se de D. Fernando Annes de Lima, filho de João Fernandes de Lima, progenitor da nobilissima família dos Limas, q[ue] vio huma vez pelejar huma cobra com duas doninhas, sobra lhes entrar na cova onde tinham os filhos: as quaes ora juntas, ora revezando se sustentavão a batalha e defendião a porta. E das feridas se remedeavão espojando se em huma moita de saramagos, q[ue] alli estava, e mastigando delles, e logo tornavão á peleja confortadas. Porem como em fim fossem vencidas e afugentadas: aquelle capitão q[ue] assistia curioso, desejando ver em q[ue] parava a briga, compadeceu se da p[ar]te mais fraca, e matou a cobra com o bastão. E voltando p[ar]a a barraca q[ue] tinha em campo contra os Mouros, contou alli o sucesso aos camaradas. Eis q[ue] no meio da pratica veio huma das doninhas p[or] meio da g[en]te, trazendo na bocca huma pedra preciosa, e foi p[or] aos pés do seu libertador. A qual elle engastada em hum annel, deixou com a sua benção na Casa dos Limas, morgado q[ue] he dos Viscondes de Villa Nova de Cerveira, onde he estimado, e chamado p[or] essa causa: o annel da benção. Fr. Pedro de S. Francisco, na explicação do salmo 50. [1] Villas Boas na Nobiliarchia Portugueza c.10.6. [2] P Mel Bern. Flor. Tom 2. p.158 [3], se remette a estes tit. citados na margem.” (grifo nosso)</p> <p>[1] FR. PEDRO DE S. FRANCISCO. Explicação do Salmo cincoenta, feita a rogo da madre Dona Isabel de Sacto Antonio, ou de Lima. Lisboa, por Pedro Craesbeck 1629.</p> <p>[2] VILLASBOAS E SAMPAYO, Antonio. Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiſſimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676. Capitvlo X. pp. 114-</p>	<p>"[...] Conta-se de D. Fernando Anes de Lima, filha de Joaõ Fernandes de Lima, progenitor da nobilissima familia dos Limas, que vio hua vez peleja hua cobra com duas doninhas, fobre lhes entrar na cova onde tinhaõ os filhos: as quaes hora juntas, hora revezando-fe, sustentavam a batalha, & defendião a porta. E das feridas fe remediavão espóçando-fe em hua mouta de saramagos, que ali estava, & mastigando delles, & logo tornavaõ á peleja confortadas. Porém como emfim fossem vencidas, & afugentadas: aquelle Capitaõ, que assistia curioso, defejando ver em que parava a briga, compadeceuse da parte mais fraca, & matou a cobra com o bastão. E voltando para a barraca que tinha em campo contra os Mouros, contou alli o successo aos camaradas. Eis que no meyo da pratica veyo hua das doninhas por meyo da gente, trazendo na bocca uma pedra preciosa, & a foy pôr aos pés do seu libertador. A qual elle engastada em hum annel, deixou com a sua benção na caza dos Limas, morgado que he dos Viscondes de Villa nova de Cerveira, onde he estimado, & chamado por esta causa, O Annel da benção. [nota lateral: Fr. Pedro de S. Francisco, na explicação do Pfal. 50. / Villasboas, na Nobiliarchia Portugueza, c. 10.]" (grifo nosso)</p>

115.

[3] BERNARDES, P. Manoel. Nova Floresta, ou Sylva de varios apophthegmas, e ditos fentenciofos efpirituaes, & moraes; Com Reflexoens, Em que o util da doutrina fe acompanha com o vario da erudição, affim divina, como humana: Offerecida, & dedicada A' Soberana Mãe Da Divina Graça Maria Santissima Senhora Nossa, pelo Padre Manoel Bernardes da Congregaçãõ do Oratorio de Lisboa. Segvndo Tomo. Lisboa. Na Officina de Valentim da Costa Deslandes. Impreffo de S. Mageftade. Com todas as licenças neceffarias, & Privilegio Real. Anno M.DCC.VIII. [1708]. Título IV, Beneficios. Parágrafo IV. p.158.

Pedro José da Fonseca, como podemos notar, transcreve o relato do Padre Manoel Bernardes, mas a análise do mesmo relato trazido nas outras obras referidas pode nos dar pistas importantes sobre os papéis desempenhados pela Cultura Escrita. “A história relatada, de tom fabuloso, trás em si uma moral e um ensinamento, e seus significados vão ainda mais além [...], dizendo respeito à antiguidade dos privilégios e propriedades de uma família nobre, os Lima, enraizados no reino português desde sua fundação [...]. Vemos esse expediente de afirmação de nobreza se proliferar na época e se fazer necessário, visto que à época da publicação da *Explicação do Psalmo 50* a corte real localizava-se em Madri e o rei estava ausente, distante da nobreza portuguesa, à qual se fazia necessário representar-se perante o rei¹⁷⁹; já o relato presente na *Nobiliarchia Portuguesa* de 1676, quando reinava D. Afonso VI de Portugal, o segundo Bragança, talvez pudesse desempenhar papel legitimador análogo ao relato filipino, procurando confirmar a nobreza dos Lima. A legitimidade da nobre família não se fundava somente no quesito antiguidade, mas [...] mobiliza-se também o caráter divino da sua linhagem, como fica patente através do relato, pois de maneira miraculosa D. Fernando de Lima é recompensado pela doninha com a pedra de anel pela sua atitude misericordiosa para com o animal, um sinal “verdadeiramente” divino da nobreza daquela família, cuja benção se transmite de geração em geração, a homens e mulheres, capitães e sórores, nas armas e na fé”¹⁸⁰.

¹⁷⁹ MEGIANI, Ana Paula Torres. **O Rei Ausente**. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619). São Paulo: Alameda/FAPESP/Cátedra Jaime Cortesão, 2004.

¹⁸⁰ PAULA, Daniel Carvalho de. “Legitimar e confirmar a nobreza: O relato do “Anel da Benção” dos Lima em Portugal (século XVII)”. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2013, sem paginação.

Essa “arqueologia”, que aplicamos a todo o documento, nos deu ainda mais segurança para descartarmos a hipótese colocada por Ana Paula T. Megiani¹⁸¹ de que o *Diccionario das Antiguidades de Portugal* seria uma obra feita a várias mãos, afirmando ser mesmo Pedro José da Fonseca quem compôs os verbetes por meio da justaposição de excertos retirados dos livros que referencia, suas autoridades, datados “desde o felicissimo reinado d'el Rei D. Manuel até os nossos dias”¹⁸² dos quais copia *ipsis litteris*.

3.3 Da submissão à Censura Régia em 1807

Sem grandes esperanças de encontrar o processo de submissão à Censura do manuscrito do *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, hoje sob guarda da Academia das Ciências de Lisboa, é que nos dedicamos ao exame das caixas do fundo da Real Mesa Censória no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em outubro de 2014. A notícia que tínhamos dos pesquisadores mais experimentados é que a forma na qual está organizado o fundo fazia dessa busca comparável àquela de “uma agulha no palheiro”! As caixas estão organizadas por ano e cada processo está separado em uma folha de papel almaço que traz na frente o ano de submissão do manuscrito avaliado e o nome do editor, o livreiro que pretendia imprimir a obra, encerrando-se aí a descrição de cada processo. Esse modo de registro faz com que aquele que queira encontrar um processo específico tenha de examinar cada almaço de cada caixa, como foi o nosso caso, ou saber o ano de submissão e o nome do livreiro que pretendeu editar a determinada obra – informação que não tínhamos –, pois os processos não trazem o nome do autor, eram todos feitos em nome do editor e dirigidos ao príncipe¹⁸³.

¹⁸¹ MEGIANI, Ana Paula Torres. “‘Dicionário das antiguidades de Portugal’: estudo introdutório sobre um manuscrito aberto”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes, CALAINHO, Daniela Buono, FEITLER, Bruno e FLORES, Jorge. (orgs.) **Raízes do Privilégio: Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp. 50-68.

¹⁸² “Prefação”, DAP, Tomo 1.

¹⁸³ Ver: ABREU, Márcia. A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834). In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Vol 6, ano VI, nº 3, julho/agosto/setembro de 2009; BASTOS, José Timóteo da Silva. **História da Censura Intelectual em Portugal**: ensaio sobre a compreensão do pensamento português. 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1983, p. 70; RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve História da Censura em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980; VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura; usos do livro na América Portuguesa**. 1999. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999; ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**. Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec e Fapesp, 2004, pp. 135-137.

Consultamos as caixas de 1806 a 1810. Ao abrirmos um alçaço com ano de 1808 e o nome “José António da Silva” na capa, nos deparamos com a caligrafia de Pedro José da Fonseca, requerendo em nome do livreiro as licenças para imprimir sua obra¹⁸⁴. É interessante notar que os alçaços em que se fez o requerimento possuem a marca d’água pertencente aos papéis produzidos pela companhia de Giorgio Magnani, tal como alguns dos papéis encontrados na cópia manuscrita do *Diccionario* pertencente ao IHGB. Em anexo a esta dissertação publicamos o processo todo e digitalizado, intercalado com a transcrição que fizemos dele¹⁸⁵; ademais, nele se confirmam pelo próprio punho do autor, Pedro José da Fonseca, nossas hipóteses a respeito do modo de composição da obra e atribuição de autoria única ao Professor Régio de Retórica. O primeiro requerimento parece ter sido submetido no ano de 1806 ao Ordinário, uma das colunas da censura tríplice restabelecida pelo príncipe regente D. João. Entendemos que fora depois remetido aos censores régios no Desembargo do Paço, onde recebeu parecer censório e as licenças necessárias para que se fizesse sua publicação. O fólho em que consta o texto protocolar do primeiro requerimento traz, no canto superior esquerdo, um despacho do Arcebispo responsável pela jurisdição ordinária dizendo: “O Diccionario de q.’ Tracta este Requerim.^o nada tem pelo q.’ Pertence á Jurisdição Ordinaria. Lisboa 11 de dezembro de 1806”. Como já dissemos, esse requerimento tem a letra de Fonseca, versando assim:

Ex.^{mo} Senhor

Diz Jozé Antonio da Silva, que elle pretende fazer imprimir o Livro intitulado Diccionario das Antiquidades de Portugal, e como não póde fazelo sem licença

P. a V. Excellencia seja servido conceder-lhe a licença, que supplica

E. R. M.^{cé}

No fólho pertinente ao segundo requerimento temos, também no canto superior esquerdo, o despacho do Desembargo do Paço reconhecendo ser o órgão responsável pela avaliação do *Diccionario*, dizendo: “Aprova o Diccionario de q.’ Aqui fáz menção este req.^{to}, pelo q.’ Pertence á competência deste tribunal / Lx.^a 17

¹⁸⁴ ANTT, Real Mesa Censória, Cx. 64, nº 23.

¹⁸⁵ Ver ANEXO 2.

de fevr.^o de 1807”, seguido de cinco rubricas. Já com letra diversa do primeiro, o requerimento apresenta a seguinte mensagem em acordo com o protocolo:

Senhor

Diz Jozé Antonio da Silva, que elle quer imprimir em dous tomos o Livro intitulado= Diccionario das Antiguidades Portugal; p.^o of.

P.a V. A. R. seja servido conceder a d.^a Li.^{ça}

E. R. M.^{ce}

O processo traz ainda um terceiro requerimento, esse novamente com a caligrafia de Fonseca, escrito no mesmo estilo, apenas adicionada a informação de pretendia imprimir em oitavo o manuscrito. Nesse fólio encontram-se ainda cinco despachos de diferentes momentos da trajetória do processo. Um primeiro despacho de Lisboa a 25 de fevereiro de 1807 em que “Manda o Principe Nosso Senhor q’ o Censor Regio Joze Antonio de Miranda veja estes dois Volumes, e com o seo parecer os remta a esta Meza”, com duas rubricas. Um segundo despacho de Lisboa a 20 de julho de 1807, 5 meses depois do primeiro, trata de nomear outro censor para dar seu parecer no lugar do primeiro, não é possível saber o porquê dessa mudança: “Manda o Principe N. S. q. O Censor Regio João P.^o Ribr.^o veja a obra de q. se. tracta, e com o seu parecer a remeta a esta Meza, da m.^{ma} sorte, q. estava mand.^o ao Censor J.^e An.^{to} de Mir.^{da}”, com duas rubricas. O parecer de João Pedro Ribeiro, que começa no próprio verso desse fólio em que consta o terceiro requerimento, data de Lisboa a 21 de agosto de 1807. Um outro despacho, ainda no mesmo fólio, na frente, diz “Deuse Vista ao Editor do extracto da Censura, q’ responderâ no tr.^o de quinze dias Lx.^a 25 de Agosto de 1807”, com duas rubricas. A resposta ao parecer do censor, juntada ao processo em fólhos separados, veio em 2 de novembro de 1807, todavia não em nome do editor, mas, sim, em nome de Pedro José da Fonseca, que, ao que nos parece, quebra o protocolo praticado nesses processos e se identifica como autor e responde ao censor do próprio punho. O editor José Antonio da Silva parece ser aquele que possuía sua morada na rua das Gaivotas e era irmão de Joaquim José da Silva¹⁸⁶; dele não possuímos mais nenhuma informação. Junto aos outros despachos que margeiam o terceiro

¹⁸⁶ CURTO, Diogo Ramada. **As gentes do livro: Lisboa, século XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 129.

requerimento também temos o seguinte: “Torne ao Censor, Lx.^a 9 de Novembro de 1807”, com duas rubricas, dado após a réplica de Fonseca. A tréplica do Censor foi dada em Lisboa no dia 1 de fevereiro de 1808.

Um último despacho, no canto inferior esquerdo do fólio em que se encontra o terceiro requerimento, diz: “Deu se Extracto ao Ms., em 30 de outubro de 1807 / Imp.^{se} apontadas as Leis respectivas notadas nos artigos da Censura e torne p.^{ra} se Conferir, p.^o(?) Desp.^o(?) de 6 de Fevr.^o de 1808. / Com o Ms., se tornou a dar o Extracto da Censura p.^{ra} o Editor se regular”.

Sobre o primeiro censor a que foi designada a leitura do *Diccionario das Antiguidades*, José Antonio de Miranda, encontramos alguns esclarecimentos em um artigo de Márcia Abreu intitulado *Um leitor muito peculiar: José Antonio de Miranda, censor régio*¹⁸⁷ em que trata da história da leitura e do funcionamento da censura em Portugal entre as últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX e de como os editores se ressentiam da atuação dos censores e, por muitas vezes, os lembravam em suas respostas de que sua censura deveria ser estritamente legal, deixando de lado comentários sobre o estilo e o mérito das obras que estavam avaliando, queixa essa que vemos na réplica de Fonseca ao parecer de João Pedro Ribeiro. O artigo também afirma que, apesar desse pleito dos livreiros, o favor do rei acabava mais comumente por ficar com os seus censores, obrigando os editores a aquiescerem aos reparos da Censura. Segundo Abreu, pouco se sabe sobre José Antonio Miranda, mas que há registros de que era “juiz do Crime do Bairro de Ribeira e foi nomeado censor régio pelo decreto de 28 de Agosto de 1795, permanecendo no cargo até 1824. Ao longo desses 29 anos, ele leu centenas de obras e escreveu sobre elas, mostrando que era um leitor muito peculiar” e atento, pois o artigo discorre sobre a diligência com que compunha os muitos pareceres que escreveu sobre as obras que censurava. Podemos reconhecer o caso do processo do *Diccionario* nos exemplos abordados pela autora em que censor e editor travavam, muitas vezes, uma batalha a tinta e papel pela licença para publicação de livros. Márcia Abreu relata que a atuação de Miranda “junto aos organismos de censura portugueses deixa claro que ler não é atividade abstrata em que um leitor sem corpo encontra um texto sem matéria. A atividade de leitura o colocou em

¹⁸⁷ ABREU, Márcia. “Um leitor muito peculiar: José Antonio de Miranda, censor régio”. In: **Escritos**. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 2, n. 2, 2008, pp. 35-48, p. 38. Disponível em: http://www.casarui Barbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_2_Marcia_Abreu.pdf

contato com manuscritos e impressos, o fez ler e reler continuamente os escritos, e o afetou, não apenas intelectualmente, mas também deixando marcas em seu corpo, que sofreu e adoeceu de tanto ler”¹⁸⁸.

Sobre o censor a quem foi mandado avaliar o *Diccionario das Antiguidades* existe um artigo importante no *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*¹⁸⁹. João Pedro Ribeiro (1758-1839) foi “Presbítero secular, doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, cônego doutoral nas sés de Faro, Viseu e Porto, desembargador honorário da Casa da Suplicação, conselheiro da fazenda, cronista dos domínios ultramarinos, censor régio do desembargo do paço, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa”. Pela sua membresia na Academia das Ciências podemos conjecturar que foi essa a razão para Fonseca se revelar como autor do livro censurado, pois, com certeza, o censor reconheceria o nome do consócio. Esse censor é reputado como fundador da ciência diplomática em Portugal, foi por seus esforços que se fundou em Coimbra, depois transferindo-se para a Torre do Tombo em Lisboa, a cadeira de Diplomática que o teve como seu primeiro lente e fundador. A Academia das Ciências de Lisboa o comissionou à busca e seleção de documentos úteis à História da nação nas mais diversas instituições de guarda do reino. Mesmo sofrendo as turbulências da invasão napoleônica, ele conseguiu compor e dar à luz sua obra mais importante, as *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias*, cujo primeiro tomo saiu em 1810 e o segundo em 1811. Essas notáveis credenciais é que talvez tenham feito dele o censor mais apropriado para avaliar uma obra sobre as antiguidades de Portugal. Ele também cultivou a numismática e toda sorte de antiquarismo erudito.

João Pedro Ribeiro começa seu parecer afirmando que só mesmo a obediência à vontade do Rei seria capaz de fazê-lo ler até o fim uma obra que trouxesse incorreções como as que trazia, como ele alega, em pleno século XIX, depois de tantos trabalhos esclarecedores dados à luz pela Academia Real da História Portuguesa e Academia das Ciências de Lisboa. Ribeiro ainda diz: “Não

¹⁸⁸ Idem, p. 48.

¹⁸⁹ **Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**, Volume VI, págs. 263-265. Edição electrónica, 2000-2010, Manuel Amaral. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/ribeirojp.html>.

sendo porem do meu officio a Censura critica, mas sim a legal, desta mesma me parece digna esta Obra”. E passa a fazer alegações como a de que o verbete dedicado à família dos Tavoras vem sem que se faça advertência para a proibição de se lhe usar o tal nome, cuja lei data de 1773. Ainda assevera que, apesar de alguns artigos estarem corretos no seu conteúdo, não seria de interesse da realza que esses fossem dados a público por tratarem de assuntos delicados tangendo os direitos de arrecadação da Coroa e as relações hierárquicas entre o rei e seus fidalgos, e tudo isso faz embasado nas leis e ordenações do reino de Portugal, tão proximamente conhecidas pelo jurisconsulto, autor de obras como *Índice chronologico remissivo da Legislação portugueza, posterior á publicação do Código Filippino; publicado por ordem da Academia Real das Sciencias, Lisboa, de 1805 a 1820*, em seis tomos, bem como a *Dissertação historica, juridica e economica sobre a reforma dos foraes no reinado do sr. rei D. Manuel*, publicada em Lisboa no ano de 1812.

Fonseca rebate a cada alegação de Ribeiro na sua resposta ao censor. Ali ele chama o seu livro de “Compilação” e, nos parece, se exime por quebrar o protocolo, dizendo que ele, o “Redactor toma a si (sem embargo de se achar muito doente) o satisfazer ao superior mandato, declarando o seu nome e profissão. A pureza de seus sentimentos, e o inviolavel respeito que dedica á Soberana autoridade parece lho permittem”. Fonseca diz que poderia responder ao censor somente por recomendar a leitura atenta do subtítulo de sua obra, pois esta se dedica à História Antiga do Reino, cobrindo o período desde o Conde D. Henrique até 1495, ano de morte de D. João II, fazendo das demandas do censor incompatíveis com o escopo do livro. As informações que Ribeiro cobra estarem presentes nos verbetes não pertencem ao friso cronológico a que estes pretendem se referir. Fonseca ainda diz, confirmando as hipóteses que vimos avançando antes de encontrarmos estes documentos da Censura:

“Os Artigos, já de sobreaviso, e pelos motivos na mesma Prefação extendidos, são todos transcritos dos nossos mais autorizados Escretores, e que andão nas mãos de todos com as suas Legítimas Licenças. Os nomes e lugares dos taes Autores se indicão exactamente no fim de cada hum dos dittos Artigos. Como póde ser vedado ler-se aqui o que naqueles póde ler-se livremente [?]”.

Depois disso, Fonseca continua dizendo que é “com a mais sincera, pronta e obsequiosa obediencia” que irá responder aos “reparo” feito pelo censor. A primeira

resposta é feita ao reparo sobre o verbete dedicado aos cristãos novos e velhos, e diz: “O Artigo sobredito he fielmente trasladado do nosso grande Historiador e Chronista mór do Reino, Fr. Bernardo de Brito, como se vê no fim delle. Dá-se aqui noticia da origem desta differente denominação, e de como ao depois se usou della impropriamente. Se isto não he antiguidade digna de saber-se, qual outra sera?”. Sobre o verbete dedicado aos Tavoras Fonseca diz que o transcreveu de Frei Bernardo de Brito e Frei Antonio Brandão, que viveram nos séculos XVI e XVII, não sendo possível que ali houvesse informação sobre o que se sucederia na década de cinquenta do século XVIII. Como poderiam saber da oposição que faria tal família ao Marquês de Pombal, das acusações de participação no atentado contra D. José I, do processo a que seria submetida família e da condenação subsequente? Abaixo trazemos o verbete dos Tavoras, com cotejamento do texto presente no *Diccionario* (coluna esquerda) e aquele na obra de onde o transcreveu Fonseca (coluna direita), a *Terceira Parte da Monarquia Lusitana* de Frei António Brandão, publicada em 1632:

TAVORAS	
<p>Tavoras. Da Familia dos Tavoras, e de sua antiguid[ad]e trata largam[en]te o P. Fr. Bernardo de Brito na Hist. de Cister l.3. c.12. e 13 e conforme ao q[ue] alli diz he mui antiga e illustre, p[o]r q[ue] a reduz a el Rei D. Ramiro de Leão o 2º do nome. Houve desta geração a casa titular dos Condes de S. João da Pesqueria q[ue] tem m[ui]tos vassallos, e grossas rendas, e outros Morgados p[o]r varonia: e p[o]r casam[ent]os procede della m[ui]ta p[ar]te da Nobreza do Reino. São suas armas em campo de ouro cinco Faixas de azul ondeadas de agoa, e p[o]r timbre hum Delfim da sua côr sobre hum capella de ramos vermelhos floridos de flores de liz de ouro. <u>Fr. A. Br. Mon.</u> p.3. L.11. c.20. [1]</p> <p>[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.</p>	<p>Da familia dos Tavoras, e de sua antiguidade trata largamente o Padre Frey Bernardo de Brito na historia de Cister [nota lateral: livro 3. c.12. e 13.], e conforme ao que alli diz he muy antiga e illustre, porque a reduz a elRey Dom Ramiro de Leão o segundo do nome. Ha desta geração a casa titular dos Condes de S. loão da Pesqueria, que tem muitos vassallos, e grossas rendas, e outros Morgados por varonia, e por casam~etos procede della muita parte da nobreza do Reyno. São suas armas em campo de ouro sinco faixas de azul ondadas de agoa, e por timbre hum Delfim da sua côr sobre hua capella de ramos vermelhos floridos de flores de Lis de ouro. (<i>Monarquia Lusitana</i>, 1632)</p>

Ribeiro recomenda que verbetes sobre prerrogativas antigas dos Nobres, moedas e impostos, como a instituição das Sizas, sejam suprimidos, pois poderiam ser mal interpretados por “sinistra intelligencia”, apesar de corretos, diz, por exemplo: “se não deve hoje formar idea das Sizas, como hum patrimonio dos povos na sua origem mas sim como hum verdadeiro Tributo [...]”; a isso Fonseca responde ceticamente, sem, contudo, perder totalmente a piedade: “Não se deve dizer a verdade historica pela sinistra intelligencia que se lhe póde dar! Se este principio fosse admissivel, que fica para dizer-se? Que cousa ha (sem exceptuar as mais sagradas) que não esteja exposta a sinistras intelligencias?”. Mais uma vez Fonseca adverte que os nomes das suas autorizadas fontes se encontram ao cabo de cada verbete, atribuindo autoridade e valor à sua obra.

“Por fim o Redactor da Obra censurada repete o protesto da sua devida submissão ao que o Supremo e por todos os titulos augusto e respeitavel Tribunal fôr servido ordenar-lhe. Lisboa 2 de Novembro de 1807.

*Pedro Jozé da Fonseca
Professor de Rhetorica do Collegio
Real de Nobres.”*

A tréplica de João Pedro Ribeiro, dada em Lisboa no dia 1 de fevereiro de 1808, e reza assim:

Senhor.

Na Censura do Diccionario de Antiguidades de Portugal não neguei serem os Artigos notados dos Authores, a que os atribue o Redactor da mesma Obra: nem este nega acharem-se nela esses Artigos. Ponderei na Censura o merecimento das proposiçoens, que elles contem, e que o Redactor na sua Resposta sô abona com a authoridade dos Authores de que os transcreveu. Se ellas são dignas de novamente se darem à luz V. A. R. o Determinará. Lisboa 1.o de Fevereiro de 1808.

*Joaõ Pedro Ribeiro.
Censor Regio.*

O resultado desse verdadeiro certame a respeito dos méritos do *Diccionario das Antiguidades de Portugal* para que fosse ou não impresso já conhecemos. Foi dada a ele a licença necessária para a publicação, com despacho da Censura de 6 de fevereiro de 1808, mas nem José Antonio da Silva, nem outro livreiro algum, o imprimiu. Achamos bem possível, como já enunciamos noutro lugar, que as tormentas trazida pela invasão francesa e pela trasladação da Família Real tenham concorrido com as dificuldades financeiras e os problemas de saúde de Pedro José da Fonseca para que o *Diccionario* nunca ganhasse sua versão editada.

Considerações Finais

Nosso trabalho resultou na produção de uma edição crítica e um estudo sobre a história, modo de composição e transmissão do *Diccionario das Antiquidades de Portugal*. Como ficou explicado, começamos nossa pesquisa a partir da cópia manuscrita do século XIX, depositada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A análise das referências bibliográficas de cada verbete e sistema de escrita nos convenceu de que a obra original teria sido composta no século XVIII. O estudo dessa cópia levou-nos a encontrar o manuscrito original localizado na Academia das Ciências de Lisboa, sob a autoria de Pedro José da Fonseca, professor do Colégio dos Nobres, membro fundador e diretor da tipografia da Academia, fundada em 1779. Na busca pelo autor da cópia do IHGB chegamos a Manoel José Maria da Costa e Sá, Oficial Maior da Secretaria dos Negócios da Marinha e Ultramar, cuja sua trajetória é bem desconhecida e sobre ela pudemos lançar alguma luz. Também tratamos da participação nessa história do Conselheiro Antônio Menezes Vasconcellos de Drummond, que trouxe para o IHGB a cópia feita pelo amigo Costa e Sá.

Uma rede transatlântica envolvendo homens de letras em Portugal e no Brasil se torna clara através deste estudo. Os autores e obras utilizados na confecção do *Diccionario* e as trajetórias de vida de Fonseca e Costa e Sá revelam a existência de uma relação muito próxima entre o repertório erudito mobilizado no *Diccionario* e o legado da Academia Real de História Portuguesa, mesmo que indiretamente, e, agora sim de maneira a mais direta possível, a Academia Ciências de Lisboa e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Podemos localizar o nosso objeto inserido num processo mais amplo, que excede sua própria feitura e a vida do seu criador e daqueles que o tiveram em suas mãos, olhando a partir dele como ângulo e janela através da qual podemos muito bem mirar a história da cultura escrita nos séculos XVIII e XIX. A história desse livro evidencia as relações existentes dentro desses ambientes letrados que pensaram e produziram um discurso histórico e científico legitimador dos seus projetos, discurso filho do século XVIII e XIX, nascido num berço cultural adornado pela erudição ilustrada no Portugal de D. João V, Pombal e D. João VI, alcançando o Reino Unido do Brasil, posteriormente o Império americano de D. Pedro II.

Pedro José da Fonseca era um filho da Ilustração no sentido de que sua obra serviu aos princípios pedagógicos de (re)construção da Nação por meio das belas-letras, compondo essa obra da qual nos ocupamos num modelo “enciclopédico”, porém sem seguir o projeto de hierarquização do saber levado adiante pelos *encyclopédistes*, antes compilando as informações num expediente mais onomástico que enciclopédico, sendo que sua matéria eram as “antiguidades” das vetustas eras portuguesas, e não lusitanas, mas, sim, eminentemente Portuguesas - como ele quis entender o seu intento - para que seus contemporâneos conhecessem a história pátria, reavivando neles a consciência nacional através do interesse pelas antiguidades de Portugal. Manoel José Maria da Costa e Sá era um burocrata e homem de muitas letras, a quem importava copiar e colecionar obras sobre a história do Reino – cuja soberania defendia com pena empunhada enquanto funcionário régio –, obras que o reputassem como acadêmico e o ajudassem no seu ofício de cronista, para tanto também importou a ele conhecer a história antiga da Nação portuguesa. António de Meneses Vasconcellos de Drummond tornou-se Brasileiro com maiúscula já na idade adulta, cooperando para ver independente sua terra natal e trabalhando para vê-la reconhecida no Velho Mundo através da sua prática de diplomata, uma vez mais importou conhecer a história de Portugal desde o seu “nascimento”, a fim de que esses conhecimentos pudessem contribuir para a escrita da História de um Brasil que há pouco era também Portugal, uma história ainda por ser “forjada” por letrados compatriotas no calor do encontro da pena com o papel.

Bibliografia

FONTES

Autos de Justificação de Nobreza de Manuel José Maria da Costa e Sá. ANTT, Feitos Findos, Justificações de Nobreza, mç. 27, n.º 6, 1833. Acesso em 30 de maio de 2014: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4678672>

ARGOTE, D. Jerónimo Cantador de. **História Eclesiástica do Arcebispado de Braga.** Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1732-1747.

BARKER-BENFIELD, B. C. **Shelleyan Writing-Material in The Bodleian Library: A Catalogue of Formats, Papers and Watermarks** / Papers used in the autograph notebooks, home-made booklets, loose sheets and letters of Percy Bysshe Shelley, Harriet Shelley, Mary Wollstonecraft Shelley (to Dec. 1823), and Claire Clairmont (to Sept. 1822), held at the Bodleian Library in its own collections and in the Abinger deposit, with indexes of watermarks and of other features / compiled by B. C. Barker-Benfield. London: Routledge, 2002.

BARBOSA, D. Joze. **Catalogo chronologico, historico, genealogico, e critico, das rainhas de Portugal, e seus filhos,** ordenado por D. Joze Barbosa, Clerigo Regular, Academico Real da Historia Portugueza, e Chronifta da Sereniffima Cafa de Bragança. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1728.

BARBOSA, Simão Vaz. **Discursos compendiosos em que se trata de varias antiguidades,** com allegação copiosa de Auctores Chronistas, e Historiadores e declarações das materias em ambas as lingoas Latina, e vulgar Escritos no Anno de 1640, pelo reverendo Doutor Cónego de Guimarães, Simão Vaz Barbosa, s/l. (Cód. 655, Fundo Geral, BNL)

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Latino e Português.** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BRANDÃO, Frei António. **Monarquia Lusitana.** 3ª e 4ª parte. Lisboa: Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, 1632.

British and Foreign State Papers. 1812-1814. Vol. I.-Part. I. compiled by the Librarian and keeper of the papers, foreign Office. London: James Ridgway and Sons, Piccadilly. 1841. pp.183-189.

CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis. **Historia de S. Domingos** Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Catálogo de Manuscritos da Série Azul da Academia das Ciências de Lisboa. [<http://s1.acad-ciencias.pt/PDF/catalogoma.pdf>]

CHOMPRÉ. **Dictionnaire Abrégé da la Fable,** pour l'intelligence des poètes, des tableaux et des statues, dont les sujets sont tirés de l'Histoire Poétique, 1727. and Romans, 1788.

CHRISTOPHE, Mathieu. **Dictionnaire pour servir a l'intelligence des auteurs classique grecs et latins;** comprenant la géographie, la fable, l'histoire et les antiquités, avec une table chrnologique, et un tableau des poids, mesures et monnoies des anciens, comparés avec les nôtres, 1805.

Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma

Academia, e Socio de varias outras. Lisboa na Officina da mesma Academia. Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv. Tomo I (1790), Tomo II (1792) e Tomo III (1793).

Colecção dos Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa, ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma Academia. Lisboa Occidental, Na Officina de Pascoal da Sylva, Impreffor de Sua Magestade, e da Academia Real, 1721-1736.

CONDE D. PEDRO, LAVAÑA, Juan Bautista. **Nobiliario de D. Pedro Conde de Bracelos** Hijo del Rey D. Dionis de Portugal, ordenado y ilustrado con notas y indices por Ivan Bautista Lavaña Coronista Mayor del Reyno de Portugal. En Roma, Por Estevan Paolinio M.D.C.X.L. [1640] Con licencia de los Superiores.

CONDE D. PEDRO, FARIA E SOUSA, Manuel. **Nobiliario del Conde de Barcelos** Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal, traduzido casigado y con nuevas ilustraciones por Manuel de Faria i Sousa Cavallero dela ordén de christo i de la Casa Real Al Sr. D. Francisco Antonio de Alarcon, Cavallero de la Orden de S. Tiago del Conss.^o i Camara de su Mag.^e i Presidente enel Supremo de Hazienda &. En Madrid Por Alonso de Paredes, M.DC.XL.VI. [1646].

COSTA E SÁ, José Anastácio. **Diccionario italiano, e portuguez**, extrahido dos melhores lexicografos como de Antonini... / Joaquim Jose da Costa e Sa. - Lisboa: Regia Officina Typografica, 1773-1774.

COSTA E SÁ, Manoel José Maria da. **Carta de Manuel José Maria da Costa e Sá ao Marquês de Paranaguá** acerca da conversa que teve com o Rei a seu respeito. Manuscrito. Arquivo do IHGB. S/L. Lata 354A. Documento 38.

DIDEROT & D'ALEMBERT (eds.). **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**, par une société de gens de lettres. Mis en ordre & publié par M. Diderot, de l'Académie Royale des Sciences & Belles-Lettres de Pruffe; & quat à la Partie Mathématique, par M. D'Alembert, de l'Académie Royale de Sciences de Paris, de celle de Pruffe, & de la Société Royale de Londres. Tome Premier. A Paris, Chez Briasson, rue Saint Jacques, à la Science. David l'ainé, rue Saint Jacques, à la Plume d'or. Le Breton, Imprimeur ordinaire du Roy, rue de la Harpe. Durand, rue Saint Jacques, à Saint Landr, & au Griffon. M. DCC. LI. [1751] Avec approbation et privilege du Roy. Acesso em 29 de maio de 2014: <http://encyclopedia.uchicago.edu/>.

DIDEROT. **Lettre sur le commerce de la librairie**. Ed. John Lough et Jacques Proust. Paris: Herman, 1976.

ESTAÇO, Gaspar. **Varias Antiguidades de Portugal** Autor Gaspar Estaço. Com licença da S. Inquiçaõ, Ordinario, & Paço. Em Lisboa. Por Pedro Crasbeeck Impreffor delRey Anno Dñi. M.DC.XXV [1625]. Acesso em 31 de maio de 2014: [http://books.google.com.br/books?id=WV9JAAAcAAJ&pg=PA98&lpg=PA98&dq=conego+gaspar+esta%C3%A7o+varias+antiguidades&source=bl&ots=p4HNWhAV37&sig=6EXbqJpfRUQ-kUCGZWL8REs3Ya8&hl=pt-](http://books.google.com.br/books?id=WV9JAAAcAAJ&pg=PA98&lpg=PA98&dq=conego+gaspar+esta%C3%A7o+varias+antiguidades&source=bl&ots=p4HNWhAV37&sig=6EXbqJpfRUQ-kUCGZWL8REs3Ya8&hl=pt-BR&sa=X&ei=W_6MU73KLnMsQTs8YL4Aw&ved=0CCgQ6AEwAQ#v=onepage&q=conego%20gaspar%20esta%C3%A7o%20varias%20antiguidades&f=false)

[BR&sa=X&ei=W_6MU73KLnMsQTs8YL4Aw&ved=0CCgQ6AEwAQ#v=onepage&q=conego%20gaspar%20esta%C3%A7o%20varias%20antiguidades&f=false](http://books.google.com.br/books?id=WV9JAAAcAAJ&pg=PA98&lpg=PA98&dq=conego+gaspar+esta%C3%A7o+varias+antiguidades&source=bl&ots=p4HNWhAV37&sig=6EXbqJpfRUQ-kUCGZWL8REs3Ya8&hl=pt-BR&sa=X&ei=W_6MU73KLnMsQTs8YL4Aw&ved=0CCgQ6AEwAQ#v=onepage&q=conego%20gaspar%20esta%C3%A7o%20varias%20antiguidades&f=false)

FERREIRA, Francisco Leitão. **Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729.

FERREIRA, Antonio. **Poemas Lvsitanos** do Dovtor Antonio Ferreira. Dedicados por seu filho Miguel Leite Ferreira, ao Príncipe D. Philippe noffo Senhor. Lisboa, 1582.

FERREIRA, Antonio; FONSECA, Pedro José. **Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira** Segunda Impressão Emendada, e accrefcentada com a Vida, e

Comedias do Mefmo Poeta. Tomo I. Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno M DCC LXXI Com licen;ca da Real Meza Cenforia. Á cufta dos Irmão Du-Beux, á Cruz de Páo. Acesso em 30 de maio de 2014: http://books.google.com.br/books?id=WDMTAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

FIGUEIREDO, Francisco Coelho de. **Agradecimento de um homem á memória de outro homem virtuoso, sábio e filósofo**. Lisboa: Impressão Régia, 1816.

FONSECA, Pedro José da. **Arte poetica de Q. Horacio Flacco. Epistola aos Pisões, traduzida em portuguez e illustrada com escolhidas notas dos antigos e modernos interpretes, e com um commentario critico sobre os preceitos poeticos, lições varias e intelligencia dos logares difficultosos**. Lisboa: na Offic. De Simão Thaddeo Ferreira, 1790.

_____. **Rudimentos da Grammatica Portugueza**, Cómmodos à instrução da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores. 1799,

_____. **Diccionario da lingua portugueza**, publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo I. Lisboa: Offic. da mesma Acad. 1793.

_____. **Diccionario Portuguez e Latino**. Lisboa: 1771.

_____. **Diccionario abreviado da fabula**, para intelligencia dos poetas, dos paineis e das estatuas, cujos argumentos são tirados da historia poetica: por Mr. Chompré, licenciado em direito. Agora traduzido do francez em portuguez. Lisboa: 1785;

_____. **Diccionario abreviado das antiguidades**, para servir á intelligencia da historia antiga, tanto sagrada como profana, e á dos auctores gregos e latinos; traduzido do francez em portuguez (Que entendemos ser o *Dictionnaire abrégé d'antiquités*, de Etienne-Jean Monchablon, 1ª edição de 1760). [manuscrito inédito].

_____. **Diccionario das Antiguidades de Portugal**, para servir á intelligencia da historia antiga d'este reino. [manuscrito inédito]. Academia das Ciências de Lisboa.

_____. **Diccionario das Antiguidades de Portugal**, IHGB, manuscrito inédito, lata 46, doc. 1 (vol.1 "A-C"), 2 (vol. 2 "D-M") e 3 (vol. 2 "N-Z").

_____. **Invectiva ou satyra contra os maus poetas**. Lisboa, na Offic. da Viuva de Ignacio Nogueira Xisto 1767. 4.o - Com o nome de Verissimo Lusitano. Saiu novamente, ibi, na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira 1785. 4.o.

_____. **Parvum Lexicon Latinum** Lusitana interpretatione adjuta, ad usum Lusitanorum Adolescentium: in lucem editum jussu Josephi I Regis Fidelissimi. Lisboa: Olisipone, 1762.

Gazeta de Lisboa, n. 224, sexta-feira, 20 de setembro de 1816, sem paginação. Acesso em 29 de maio de 2014: http://books.google.com.br/books?id=D2xVAAAAYAAJ&pg=RA1-PT236&lpg=RA1-PT236&dq=barbareseas&source=bl&ots=tVZMJGZsxu&sig=B4ciMf6B7wVzEHvx5V3AhCl3_e0&hl=pt-BR&sa=X&ei=qZ-HU9SUK8WAqgbh7IDIBA&ved=0CC8Q6AEwAQ#v=onepage&q=barbareseas&f=false

GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis. **Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres** Da Ordem dos Prêgadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do

Conuento de Bemfica. Impressa na notavel Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.;

Historia e Memoria da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Typografia da mesma Academia. Tomo X, parte I, 1827.

Historia e Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa. Tomo IV. Parte I. Lisboa Na Typografia da mesma Academia. 1815. Com licença de S. Alteza Real. p. LXXX. Acesso em 29 de maio de 2014: http://books.google.com.br/books?id=H7E0AQAAMAAJ&pg=PR80&lpg=PR80&dq=b+arbareseas&source=bl&ots=7Kr1jccFZG&sig=ZQ_guVWZz2YXeLvChXRS0wx9cE&hl=pt-BR&sa=X&ei=qZ-HU9SUK8WAqgbh7IDIBA&ved=0CDIQ6AEwAg#v=onepage&q&f=false

HORACIO; COSTA E SÉ, Joaquim José. **Arte poetica / Horacio (quinto Horacio Flaco)**. Tradução de Joaquim Jose da Costa e Sa. Lisboa: Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1794.

HORACIO; FONSECA, Pedro José da. **Arte poetica, epistola aos pisões / Horacio (Quinto Horacio Flaco)**. Tradução de Pedro Jose da Fonseca. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1790.

LEMPRIERE, J. **Bibliotheca Classica**; or, A Classical Dictionary, containing a full account of all the proper names mentioned in ancient authors; with tables of coins, weights, and measures in use among the Greeks, 1788.

LOPES, Fernão. **Chronica Del Rey D. Ioam I.** De Boa Memoria, E dos Reys de Portvgal o Decimo. Primeira Parte. Em Qve se contem A Detensam Do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade Del Rey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez. Anno de1644. Em Lisbôa. Com todas as licenças necessárias. A custa de Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S.; LOPES, Fernão. **Chronica del Rey D. Pedro I** deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escereveo Fernão Lopes[...] copiada fielmente do seu original antigo[...] pelo Padre Jozé Pereira Bayam. Lisboa Occidental: Na Offic. de Manoel Fernandes Costa, 1735.

MACDONALD, Allan J. "McDONELL, HUGH". In: **Dictionary of Canadian Biography**, vol. 6, University of Toronto/Université Laval, 2003. Acesso de 27 de maio de 2015, http://www.biographi.ca/en/bio/mcdonell_hugh_6E.html.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana : histórica, crítica e cronológica.** Lisboa: Occidental na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759.

_____ **Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo de D. Sebastião.** Lisboa: Academia Real da Historia Portuguesa, 1736-1751.

Panegyrico Funeral, em as honras do Eminentissimo Senhor D. Verissimo de Lancastro [...]que celebrou o Conselho Geral do Santo Officio em S. Pedro de Alcantara, convento da provincia da Arrabida em Lisboa, donde està sepultado o seu corpo. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade, 1693.

MONCHABLON, Etienne-Jean. **Dictionnaire Abrégé d'Antiquités.** Pour servir a l'intelligence de l'Histoire Ancienne, tant Sacrée que Profane, & à celle des auteurs grecs & latins, 1ª ed. 1760.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Edições do século XIX, 1839-1900. Acesso em 30 de maio de 2014: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>.

PINHEIRO, Francisco. **De censv et emphytevsii tractatus: in duas partes distributus.** Eborae : Ex Typographia Academiae, Anno Domini 1681.

RECREIO, Francisco. *Elogio Necrologico do Illustrissimo Senhor Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá: que Em Sessão Litteraria de 9 de Outubro de*

1844 recitou na Academia Real das Sciencias de Lisboa o Socio Effectivo da mesma Academia Francisco Recreio. In: **Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Lisboa: Typografia da mesma Academia. 1848. Série II, Tomo II, Parte I, pp. 39-60.

REZENDE, Garcia de. **Cancioneiro geral**: cum preuilegio [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do principe]. - Almeyrym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa: per Hermã de Cãmpos, 28 Sete[m]bro 1516.

RIBEIRO, João Pedro. **Índice Chronologico. e Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa posterior à publicação do Codigo Filippino**. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1807.

_____. **Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal**, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro. Tomo I. Lisboa Na Typographia da mesma Academia 1810.

SALVADOR, Frei Vicente do. "Dedicatoria ao Licenciado Manoel Severim de Faria Chantre da Santa Sé de Évora". In: **Historia do Brazil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889, pp. 3-4. <http://purl.pt/154/1/P34.html>

Sermam do Rosario da Virgem Senhora Nossa, oferecido ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Verissimo de Lancastro[...]. Coimbra: na officina de Joseph Ferreyra, 1677.

SEVERIM DE FARIA, Manuel. **Discursos Varios Politicos**. Évora: Manuel Carvalho, Universidade de Évora, 1624. [<http://purl.pt/966>]

_____. **Noticias de Portugal**, Offerecidas a ElRey N. S. D. João IV. Lisboa: Officina

Craesbeeckiana, 1655. [[http://books.google.com.br/books?id=WF5JAAAcAAJ&prints ec=frontcover&hl=pt-](http://books.google.com.br/books?id=WF5JAAAcAAJ&prints ec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)

[BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=WF5JAAAcAAJ&prints ec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)]

_____. **Noticias de Portugal**, acrescentada pelo Padre D. José Barbosa. Lisboa Occidental: Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740. [<http://purl.pt/698>]

SILVA, Fernão Teles da (Marquês de Alegrete). **História da Academia de História**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1727.

SILVA LOPES, João Batista da. **Corografia ou, Memoria economica, estadistica, e topografica do Reino do Algarve**, 1841.

SILVA, José Soares. **Memórias para a História do governo de D. João I**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1730-1734.

SHALER, William. **Sketches of Algiers, political, historical, and civil: containing an account of the geography, population, government, revenues, commerce, agriculture, arts, civil institutions, tribes, manners, languages, and recent political history of that country**. Boston: Cummings, Hilliard and Company, 1826. [<http://archive.org/details/sketchesofalgier00shal>]

SOUSA, D. António Caetano. **História Genealógica da Casa Real Portuguesa**. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1735-1748.

Supplement to the bibliography of Algeria from the earliest times to 1895. London: Murray, 1898. [<http://archive.org/details/supplementtobibl00play>]

VOLTAIRE. Verbetes: “Hesnault (Jean)”, “Catalogue pour la plupart des écrivains français qui ont paru dans Le Siècle de Louis XIV, pour servir à l’histoire littéraire de ce temps”. In: **Le Siècle de Louis XIV**, 1752.

_____. **Le pauvre diable**. A Paris, 1758, p. 13.

The Naval and Military Magazine, v.1, n.1, London, March, 1827.
[<http://www.genuki.org.uk/big/Indexes/RN-1827.txt>]

ZURARA, Gomes Eanes de. Chronica do Conde D. Pedro de Meneses. In: **Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza**, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Márcia. A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834). In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Vol 6, ano VI, nº 3, julho/agosto/setembro de 2009;

ABREU, Márcia. “Um leitor muito peculiar: José Antonio de Miranda, censor régio”. In: **Escritos**. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 2, n. 2, 2008, pp. 35-48, p. 38. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_2_Marcia_Abreu.pdf

AGUILAR, Manuel Busquets de. **O Real Colégio dos Nobres** (1761-1837). Lisboa, 1935. p. 61.

ALBUQUERQUE, Luís de, **Stockler, Francisco de Boraça Garção**, SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1981, vol. VI.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**. Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec e Fapesp, 2004.

ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula (org.). **O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda, 2009.

ALMEIDA, Átila. **Dicionários parentes e aderentes, uma bibliografia de dicionários, enciclopédias, glossários, vocabulários e livros afins em que entra a língua portuguesa**. João Pessoa: FUNAPE/Nova Stela, 1988.

ALMEIDA, Justino Mendes. **Os Dicionários de Pedro José da Fonseca**. Revista Guimarães, nº79, 1969, pp. 198-210.

ALMEIDA, Manuel Lopes de. **Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)**. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, p.249, 1964.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981.

ANSELMO, Artur. **Filologia e história do livro**. *Cultura* [Online], Vol. 28, 201. Acesso em 28 de maio de 2014: <http://cultura.revues.org/105> ; DOI : 10.4000/cultura.105.

ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. In: **Revista de História das Ideias - O livro e a leitura**, vol. 20. Coimbra, 1999;

- AZEVEDO, J. Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua Época**. Lisboa: Clássica Editora, 1990.
- BASTOS, José Timóteo da Silva. **História da Censura Intelectual em Portugal**: ensaio sobre a compreensão do pensamento português. 2. ed. Lisboa: Moraes Editores, 1983, p. 70;
- BIASON, Mary Angela. **Os músicos e seus manuscritos**. Per musi [online]. 2008, n.18, pp. 17-27. ISSN 1517-7599. Acesso em 27 de maio de 2014: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-75992008000200003&script=sci_arttext&tling=en
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883-1902. 7 vols. V. edição fac-similar. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1970. 7v.
- BORGES, Margarida de Almeida. **Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica**. Tese de doutoramento em Linguística, 2011.
- BOSI, Alfredo. **Antônio Vieira, profeta e missionário: um estudo sobre a pseudomorfose e a contradição**. Estudos Avançados, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.22, n.64, pp. 241-254, Set./Dez. 2008.
- BOUZA-ALVAREZ, Fernando. **Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1640)**. Trad. Pedro Cardim. Lisboa: Cosmos, 2000.
- _____. **Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo del Oro**. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- _____. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madri: Editorial Síntesis, 1992.
- BRANCO, Camilo Castelo. **Perfil do Marquês de Pombal**. Porto: Porto Editora, 1882.
- BRIQUET, C.-M. **De la valeur des filigranes du papier comme moyen de déterminer l'âge et la provenance de documents non datés**, dans le Bulletin de la Société d'Histoire at d'Archéologie de Genève, t. 1, p. 192 et S. Genève, 1892;
- CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. **Texto de Apresentação ao Dossiê da Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Webpage da Biblioteca Nacional Digital. Acesso em 08 de setembro de 2014: <http://bndigital.bn.br/dossies/alexandre-rodrigues-ferreira/>
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Edição Saraiva, 1978.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Entre la pluma y la pared. Una historia social de la escritura en los Siglos de Oro**. Madrid: Ediciones Akal, 2006.
- CHARTIER, Roger. **The Author's Hand and the Printer's Mind**. Malden: Polity Press, 2014.
- _____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- COELHO, Sônia. "As ideias linguísticas nos Prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822)." In: **Textos Seleccionados**, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2011, pp. 168-181.
- CORREIA, Pedro Lage Reis. **O caso do Padre Francisco Pinheiro: estudo de um conflito entre a Inquisição e a Companhia de Jesus no ano de 1643**. Lusitania Sacra, 2ª série, 11, 1999, pp. 295-322.

- COUTO, Manuel Amor. **Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa**. Revista Galega de Filoloxía, nº5, 2004, pp. 11-31.
- CURTO, Diogo Ramada. **Cultura escrita: séculos XV a XVIII**. Lisboa: ICS, 2007.
- _____. **As gentes do livro: Lisboa, século XVIII**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007, p. 129.
- DARNTON, Robert. **L'aventure de l'Encyclopédie**, Perrin, 1982.
- _____. **Boemia Literária e Revolução. O submundo das letras no Antigo Regime**. Tradução. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **O Beijo de Lamourette, Mídia, Cultura e Revolução**, trad. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. **O Iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800**, TRAD. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;
- DIAS, Elizangela Nivardo. **Subsídios para um estudo do reclame a partir de manuscritos e impressos em português (séculos XVI a XIX)**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006.
- Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**, Volume VI, págs. 263-265. Edição electrónica, 2000-2010, Manuel Amaral. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/ribeirojp.html>.
- DRUMMOND, Antônio M. V. "Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biographia publicada em 1836 na *Biographie Universelle et Portative des Contemporains*". In: **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. XIII, 3ª parte. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1890.
- http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_013_1885-1886.pdf
- FABIÃO, Carlos. *Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desastros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa*. In: PIMENTEL, Maria Cristina & ALBERTO, Paulo F. (eds.). **Vir bonvs peritissimvs aeqve. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo**. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos. 2013, pp. 389-409. Acesso em 30 de maio de 2014: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10033/1/Escavandoentrepapeis.pdf>
- FILIFE, Raquel Teixeira. "A herança dos satíricos: Horácio e Pedro José da Fonseca. Tópicos horacianos na *Invectiva contra os máos poetas*." In: MORA, Carlos de Miguel (coord.). **Sátira, paródia e caricatura: da Antiguidade aos nossos dias**. Aveiro, 2003, pp. 237-251.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira, **Portugal na Época da Restauração**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GALVÃO, Ramiz. **Lexicologia portuguesa. Os melhores léxicos**. Revista da Academia Brasileira de Letras, nº51, 1936, pp. 182-201.
- GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- GRAFTON, Anthony. **The Footnote: A Curious History**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- GUIMARÃES, Lucia M. Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1830-1889)**. Prefácio Arno Wehling. São Paulo: Annablume, 2012;
- HAZARD, Paul. **Crise da Consciência Europeia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.
- KANTOR, Íris. "A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madrid (1648-1750)". In: BICALHO,

Maria Fernanda Baptista e FERLINI, Vera Lucia Amaral. (Orgs.). **Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI e XIX.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, pp.257-276.

_____. **Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana, 1724-1759.** São Paulo: Hucitec / Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA. 2004.

LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda (orgs.). **As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora.** Vol. 1, 2 e 3. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE,/CHC-UNL, 2002-2011.

LISBOA, João Luís. *Chegou Pacote e pelas cartas se sabe (manuscritos cruzados)*. In: LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis; OLIVAL, Fernanda (orgs.). **As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora.** Vol. 3. Lisboa: Colibri/CIDEHUS-UE,/CHC-UNL, 2011.

LISBOA, Manoel Ribeiro da Silva. **Relatorio de todos os Actos do Governo da Provincia de Sergipe, na Presidencia do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa e por elle publicados.** Bahia, Typ. do Correio Mercantil, de Precourt e Cia. Rua d'Alfandega, No. 24. 1835.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo.** Rio de Janeiro: Paze Terra, 1996.

MEGIANI, Ana Paula Torres. “Dicionário das antiguidades de Portugal”: estudo introdutório sobre um manuscrito aberto”. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes, CALAINHO, Daniela Buono, FEITLER, Bruno e FLORES, Jorge. (orgs.) **Raízes do Privilégio: Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp. 50-68.

_____. **Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria.** Rio de Janeiro: Topoi, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 24-48.
[http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi15/topoi%2015%20-%20artigo2n.pdf]

_____. “Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luis Mendes de Vasconcelos”. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista e FERLINI, Vera Lucia Amaral. (Orgs.). **Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império Português. Séculos XVI e XIX.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, pp.239-256.

_____. “Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640)”. In: **Anais de História de Além-Mar**, Vol. VII, Lisboa, 2006, pp. 231-250.

_____. **O Rei Ausente. Festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619).** São Paulo: Alameda/FAPESP/Cátedra Jaime Cortesão, 2004.

_____.; PAULA, Daniel Carvalho de. **Dicionário das Antiguidades de Portugal: dois manuscritos como pontes entre o IHGB e a Academia das Ciências de Lisboa.** *Revista Convergência Lusíada*, on-line, Rio de Janeiro, Número 29, janeiro-junho, 2013. Disponível: <http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=2219>. Acesso em 26 de maio de 2014. ISSN 2316-6134.

MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e. **O Papel como Elemento de Identificação.** Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926;

- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "Antônio Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783): no espelho de Pombal". In: **Penélope**, 30/31. Oeiras: Celta Editora, 2004 [2007-2008], pp. 93-134;
- MORAIS, Alexandre José de Melo. **Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. Americana de José Soares de Pinho. Tomos I-V, 1858-1863, no Tomo II, 1859.
- MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.
- MUNTEAL Filho, Oswaldo. **Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial**. Tese de doutoramento em História Social, UFRJ. Ano de Obtenção: 1998.
- NUNES, Antonietta D'Aguiar. **O governo do 8º Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha e Brito) na Bahia (1810-1818) e sua política educacional**. In: Anais do VI Colóquio do Museu Pedagógico da UESB, Vitória da Conquista, 27 a 29 de novembro de 2006. Acesso em 27 de maio de 2014: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewArticle/2980>
- OLIVEIRA, Alberto de; JOBIM, Jorge, org. **Poetas brasileiros**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1921.
- OLIVEIRA, Emília M. Rocha de. **A Arte Poética de Horácio por Pedro José da Fonseca**. Ágora. Estudos Clássicos em Debate 2 (2000), pp. 155-183.
- OSLER, Edward. **The life of Admiral Viscount Exmouth**. Londres: Smith, Elder and Co., Cornhill. 1841. Acesso em 07 de julho de 2014: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=nyp.33433082350194;view=1up;seq=11>.
- PARANHOS, Haroldo. **História do romantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1937.
- PAULA, Daniel Carvalho de. "Legitimar e confirmar a nobreza: O relato do "Anel da Benção" dos Lima em Portugal (século XVII)". In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2013, sem paginação.
- PLAYFAIR, R. Lambert. **Supplement to the bibliography of Algeria from the earliest times to 1895**. London: Murray, 1898. [<http://archive.org/details/supplementtobibl00play>]
- RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve História da Censura em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980;
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 4 ed. [1ª edição 1952]. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- RODRIGUES, Neuma Brilhante. **Pelos caminhos do império: a trajetória de Raymundo José da Cunha Mattos**, 2010. Tese de doutoramento.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973. tomo VI, pp. 419-424.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os Institutos Históricos: guardiões da história oficial*. In: **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993;
- _____. *Um monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II*. In: **As barbas do Imperador**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998;
- TEMINI, Abdeljelil. *Documents Turcs inédits sur le bombardement d'Alger em 1816*. In: **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée**, vol. 5, n. 5, 1968, pp. 111-133. Acesso em 07 de julho de 2014:

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remmm_0035-1474_1968_num_5_1_985.

VASCONCELOS, José Leite de. **Severim de Faria - Notas biográfico-literárias**. Coimbra, 1914.

VERDELHO, Telmo. **Dicionários: testemunhos da memória linguística**. *Encontro de Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa*, em homenagem a Helena Paiva, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-6 de Novembro de 2003 (no prelo) <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6300.pdf>.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura; usos do livro na América Portuguesa**. 1999. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999;

WEHLING, Arno. **Construindo o Estado e a Nação (nas origens do IHGB)**. Carta Mensal. CNC. Rio de Janeiro, n. 689, agosto de 2012

_____. **De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2010.

ANEXO 1

Vai aqui publicada a transcrição do “Index das cousas mais notaveis, que se contem neste Livro, e das Familias, de cujos Appellidos se explicaõ os brasoens” de SEVERIM DE FARIA, Manuel. **Noticias de Portugal**, acrescentada pelo Padre D. José Barbosa acrescentada pelo Padre D. José Barbosa. Lisboa Occidental: Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740. [<http://purl.pt/698>].

I N D E X

DAS COUSAS MAIS NOTAVEIS, QUE SE CONTEM NESTE Livro, e das Familias, de cujos Appellidos se explicaõ os braçoens. Vay notado com tres numeros o primeiro he do Difcurfo, o fegundo do Paragrafo, e o terceiro da Pagina.

A

Abella Cidade nella havia Efcolas publicas de todas as Sciencias, e Artes. Difcurfo 5. §. 1. p. 196.

Abreus feu brazaõ. 3. 14. 99.

Aboim feu brazaõ. 3. 5. 90.

Abyas de Judà de idade de 18. annos deu batalha a Jeroboão Rey dos dez Tribus. Difc. 8. p. 312.

Abul feu brazaõ. 3. 4. 88.

Achiolis feu brazaõ. 3. 4. 88.

Adail que officio he 2. 6. 42. Seu principio em Portugal. Ceremonias com que eraõ eleitos. *Ibidem*.

Rey D. Affonfo Henriques fundou muitas Villas. 1. 2. 7. Armoufe Cavalleiro a fi mefmo. 3. 28. 142.

Rey D. Affonfo III. Povoou muitas Villas. 1. 2. 7.

Rey D. Affonfo V. paffou a Africa com 220. Vellas, e a Arzilla com 338. Difc. 2. §. 15. pag. 68.

Rey D. Affonfo de Congo fez hum Collegio de que sahiraõ Mefres que puzeraõ Efcolas por todo o Reyno. 6. 5. 226.

D. Affonfo Cardeal feu Elogio. 8. 12. 263.

Affonfo Tello, grandeza com que foy creado Conde por ElRey D. Pedro 3. 28. 142.

Affonfo de Albuquerque o que refpondeu a ElRey D. Manoel fobre a defenfa de Goa. 1. 3. 11.

Affabilidade de Principes Difc. 8. p. 341.

Africa defcobrimento de fua Cofta em que tempo. 1. 2. 7.

Agoa de poços bebefe em varias Cidades, e Villas de Portugal. 1. 5. 22.

Aguias nos Efcudos fua origem. 3. 4. 87.

Que familias as trazem nos Efcudos. 3. 4. 88.

Agomia feu brazaõ. 3. 14. 99.

Aguiar feu brazaõ. 3. 14. 99.

Alentejo porque não he taõ povoado como as demais Provincias do Reyno. 1. 3. 21. Como fe pòde povoar. *ibidem* p. 24.

Alarcaõ feu brazaõ. 3. 6. 93.

Alabardeiros fua origem. 2. 4. 41.

Alardo feu brazaõ. 3. 9. 96.

Alas vanguarda, retaguarda, em que tempo fe introduziraõ eftes nomes em Portugal. 2. 8. 46. Como fe chamavaõ antigamente. *ibidem*.

Albarnoz feu brazaõ. 3. 5. 90.

Alcaide Mòr que officio he. Sua origem. 2. 12. 59. Sua ethimologia 2. 12. 60.

Albergaria feu brazaõ. 3. 6. 93.

Alexandre Magno que eftimava a Illiada de Homero Difc. 8. p. 411. amor que teve às letras p. 412. o que fazia quando fe deitava na cama. p. 355. Sua fortaleza. pag. 359. Foy morto com peçonha, e porque. 360. Quam eftimado, e honrado dos feus. 361.

Albuquerque feu brazaõ. 3. 15. 102.

Alexandre mandou crucificar em h-u fó dia 800. Judeos. Disc. 8. p. 325.

Alcaçova feu brazaõ. 3. 13. 99.

Alma compofta de proporçoens de Mufica. Difc. 8. pag. 418.

Alcaforado feu brazaõ. 3. 15. 102

444

Index

Alferes Mòr

Aldana

Almocadem

Alfare

Almirante

Almas
Almada
Almeidas
Alpoem
Altro
Alvarenga
Alvelo
Alvernas
Alvos
Amarras
Amafias
Amaral
Amafis
Ambiçaõ
Anadeis
Animaes
Andaluzia
Angola
D. Antaõ Martins de Chaves
Anti[rela]
Anibal Bentivoglio
Appellidos
Aragãõ
Aranha
Araujo
Aragonezes
Arca
Arco
Arnão
Armas de fogo
Armas
Armas
Armas
Armas
Armador
Armada
Armada
Armazem
Arquitetura
Artes

445

Das coufas notaveis.

Arte militar
Artaxerxes
Arruelas
Artelharia

Arzila
Afpas
Afclepiades
Afa
Afpereza
Aftronomia
Afturias
Affucar
Ataide
Atouguia
Atouguia
Athalia
Athila
Atheniefes
Augusto Cefar
Avelar
Avreo
Avinhal
Avareza
Auftria
Ayala
Azambuja
Azambuja
Azeredo
Azevedo
Azevedo
Azinhal

B

Baceo
Bacelar
Badajòs
Bairros
Bandeira
Bandas
Barras
Barbança
Barbato
Barbedo
Barboza
Baraõ
Barboza
Barbuda
Barbudo
Barbudo
Bardes

Barradas
Barrayola
Barreira
Barreto
Barriga
Barros
Barrofo
Barrofo
Bayaõ
Batalhas
Barbuda
Bemaventurança
Beja
Belchira
Belliagua
Bembo
Benambia
Beringes
Bermudês
Beffa
Betancor
Bifpos
Bicado
Bifcaya
Bivar
Biveiro
Bondade
Botero
Borges
Borreco
Botado
Botelho
Botilher
Botto
Bovadilha
Brazoens
Bracamonte
Brandaõ
Brandaõ
Britto
Broncilde
Bulhoens
Buzio

Cabras
Cabo Verde
Cacena
Cacheu
Caça
Cateres
Caldeiras
Calvárias
Caligula
Calças
Caldeira
Calheiro
Calvo
Cambyfes
Caõ
Camello
Camello
Câmera
Caminha
Camões
Campo
Canto
Çapata
Capitaõ Mòr do Mar
Capua
Cardozo
Carneiro
Carrafco
Carregueiro
Carrilho
Carvalhaes
Carvalhofa
Carvalho
Carvoeiro
Cardeaes Portugueses

Das coufas notaveis.

Cardeal S. Damafo
Cardeal D. Payo Galvaõ
Cardeal D. Joaõ Froes
Cardeal Joaõ 10. dito 21.
Cardeal D. Martinho
Cardeal D. Joaõ Affonfo de Azambuja
Cardeal D. Pedro da Fonseca

Cardeal D. Antão Martins de Chaves
Cardeal D. Luiz de Amaral
Cardeal D. Gemes
Cardeal D. George da Cofta

448

Index

Cardeal D. Affonfo
Cardeal D. Miguel da Sylva
Cardeal D. Henrique
Cardeal D. Veriffimo de Lancastro
Cardeal Luiz de Soufa
Cardeal Nuno da Cunha de Ataide
Cardeal D. Jozè Ferreira de Lacerda
Cardeal D. João da Motta, e Sylva
Cardeal D. Thomàs de Almeida
Carlos Magno
Caftanheda
Caftel branco
Caftilho
Caftro
Caftella
Caftellos
Cayado
Cazal

449

Das coufas notaveis.

Caza
Cavallaria
Cavalleiros
Cavalleiro bom
Cataõ
Cataõ Uticenfe
Cataõ Valerio
Celeme
Cerqueira
Cerveira
Cefar
Cera
Cetro
Ceita
Chacins [pag. 100]
Chanoca
Chaves[pag. 100]
China
Chinas

Chindafvindo Rey
Cio
Cirne
Cidades
Cifras dos appellidos
Ciro Rey
Clemencia
Coelho
Coelho
Cogominho
Conesftagio
Contreiras
Cordeiro
Cordovil
Coronel
Correa
Correa
Correlhas
Corte Real
Cofta
Cota
Cotifer
Cotrim
Covas
Couro
Coutinho
Couto
Colonias
Condestable
Condell Mòr
Condes
Conde
Confulado

450

Index

Congo
Confelheiros
Comendas
Comarca
Cobiça
Collegio
Coftumes
Correyos
Cretenfes
Cruzes
Cruz
Cruz

Cruz de S. Jorge
Cruz da Cruzada
Cruzes Floreteadas
Cunha
Cuniga

D

Dario
Dragão
S. Damafo
David
Dante
Rey D. Diniz
Delgado
Descendencia
Deos
Demonios
Devoção
Dignidade
Diogo da Silva
Diocleciano
Dinheiro
Dobras Mourifcas
Dobras validias
Dobras de Sevilha
Dobras

451

Das coufas notaveis.

Dote
Dauteis [consta 'Doutriz' à pág. 97]
Drago
Dragos
Durmaõ
D. Duarte
Duque de Alva
Duque
Ducado de Apulha

E

Ecclefiasticos
Rey Egica
Egypto
Elefantes

Elyfa
Elogio de S. Damafo Summo Pontifice
Elogio de D. Payo Galvaõ
Elogio de D. Joaõ Froes
Elogio de Joaõ XX
Elogio de D. Martinho
Elogio de D. Joaõ Affonfo
Elogio de D. Pedro da Fonseca
Elogio de D. Antaõ Martins de Chaves
Elogio de D. Luiz do Amaral
Elogio de D. Gemes
Elogio de D. George da Cofta
Elogio de D. Affonfo
Elogio de D. Miguel da Sylva
Elogio de D. Henrique
Elogio de D. Veriffimo de Lancastro
Elogio de Luiz de Soufa
Elogio de Nuno da Cunha de Ataide
Elogio de D. Jozè Pereira de Lacerda
Elogio de D. Joaõ da Mota, e Sylva
Elogio de D. Thomas de Almeida
Elogio de delrey D. Joaõ III
Elogio de delrey D. Joaõ III
Elogio da Infanta Dona Maria
Elogio de Fr. Bernardo de Brito
Elogio da Cidade de Evora
Emperador Theodozio II
Embarcaçoens
Emperadores de Roma

452

Index

Ervigio Rey
Efcrocio
Efmeraldes
Efparragofa
Efpindola
Effa
Efcaques
Eftrellas
Eftados
Eftrabo
Efcholas
Eftrangeiros
Efpadins
Ethiopes
Euridice
Evora

Evangelhos
Exemplo
Exercitos
Exercito

F

Fabrica
Fabio
Fafes
Fagundes
Família
Faria
Farinha
Faro
Faxas
Ferraz
Ferreira
Feyo
Fe Catholica
Frederico II. Imperador
Felippe Rey da Macedonia
Felippe
Rey D. Felippe da Serra Leoa
Felicidade
Ferro
D. Fernando

453

Das coufas notaveis.

D. Fernando Infante
Fialho
Figueira
Figueiredo
Filofofia
Fidalgos
Flores
Flandes
Flores de Liz
Fogaça
Folgueiro
Fonseca
Formozura
Fortalezas
Fortaleza
Fortes
Frade

Fragofo
Franca
França
Francifco
Frafaõ
Frafaõ
Freire de Andrade
Freitas
Frias
Froes
Frotas
Fronteiro
Fufeiro
Funchal

G

Gago
Galhardo
Galvaõ
Galeazo
Gales
Gama
Gamboa
Gançofo
Gariço
Garces
Garro
Gatos
Gatacho
Gatto [ou Garro]
Gaviaõ
Gaftos
General de Gales
Gentil
D. Gemes Cardeal
D. George da Cofta Cardeal
Geraldes

454

Index

Giraõ
Gimetes
Godinho
Godim
Godes
Goes

Gomes
Goudim
Gouvea
Governo
Governador
Gracioza
Gramacho
Graã
Gramada
Grandes do Reyno
Graves
Gravas
Grecia
Guantes
Guarda
Guedes
Guerra
Guimaraens
Guinë
Gurvar
Gundemaro Rey

H

Hare
Henriques
D. Henrique Cardeal
Hermenegildo Rey
Hercules
Heredes
Hefpanha
Homem
Homens

455

Das coufas notaveis.

Homem
Homero
Horta
Hyrcano
Holandezes

J

Jacome
Idade

Jeremias
Jezabel
Igreja
Ilhas
Impreffaõ
Indios
Infantaria
Infançam
Injuftiça
Infignias militares
D. Joaõ I. Rey de Castella
Rey D. Joaõ II
Rey D. Joaõ III
D. Joaõ Froes
Joaõ XX. dito XXI
D. Joaõ Affonfo de Azambuja
D. Joaõ da Motta, e Sylva
Jabil
Joza
Jozaphas

456

Index

D. Jozè Pereira de Lacerda
Joraõ
Ira
Italia
Judeos
Julio Cefar
Juftiça

L

Lacerda
Ladroens
Lagarto
Lago
Laãs
Lançaõ
Lancrastre
Landim
Lara
Lazedo
Leaes
Leal
Leão
Ley

Leytaõ
Leitão
Leite
Ley, Agraria feu principio. 1. 5. 25.
Leys, fobre a grandeza dos dotes. 1. 8. 30.
Leys, não pòdem permanecer sem a milícia.
 2. 1. 32.
Ley, de Lycurgo a favor dos que morrem pela
 patria.2. 1. 33.
Leys, que fe guardavaõ nos Exercitos. 2. 8.
 46.
Ley, dos Lacedomonios fobre a
 peregrinação. 8. 1. 245.
Leys, mais modernas que os coftumes. Dific.
 8. p. 295.
Ley, verdadeiro mantimento do povo. Dific. 8.
 p. 409. As de Julio Cefar, e Lycurgo fobre a
 temperança no comer. Dific. 8. p. 307.
Leme
Lemes
Leoens
Leovigildo
Letras
Liberdade
Lima
Limpo
Linho
Lisboa
Lifongeiros
Liuva Rey
Livras

457

Das coufas notaveis.

Livrinhas
Lobato
Lobeira
Lobia
Lobo
Lobo
Loja
Lopo
Lordelo
Loronha
Louça
Loureiro
Loufada
Louver

Lucena
Lucio
Lugares, ou Colonias
D. Luiz de Amaral
Luiz de Soufa
Luiz Landrafi
Luna

M

Mando
Machado
Maciel
Madeira
Madureira
Magalhaens
Magnanimidade
Malafaya
Maldonado
Mamertino
Manoel
Manfidaõ
Maracote
Marinho
Mariz
Martins
Marichal
Marquezes
Marques
Maravedi
Marco Atilio
Marco Craffo
Mardochea
Dona Maria Infanta
Mascarenhas
Rey D. Manoel
Matrimonio
Mathematica

458

Index

Matta
Matela
Mattos
Maya
Matagao
Meira

Medeiros
 Meirelles
 Mello
 Mello
 Menagem
 Mendaõ
 Mendoza
 Mefquita
 Mexia
 Meias Luas
 Mealhas
 Meridas
 Medicina
 Milho
 Milicia
 Mina
 Miffoens
 Mitridates
 D. Miguel da Sylva
 Montarroyo
 Monteiro
 Moraes
 Moreira
 Morel
 Motta
 Moura
 Mo[u]tinho
 Mo[u]finho
 Morgados
 Monges Giragavos [Giravagos]
 Mofteiro de N. Senhora dos Remedios
 Moyfés
 Moedas, batidas em Merida. 4. 2. 146.
 Moedas, Goticas. *ibidem*.
 Moedas, de Leovigildo
 Moedas, de Hermenegildo
 Moedas, de Recaredo
 Moedas, de Liuva Rey
 Moedas, de Uviterico Rey
 Moedas, de Gundemaro Rey
 Moedas, de Sifebuto Rey
 Moedas, de Svinthila Rey
 Moedas, de Sifenando Rey
 Moedas, de Tulgan Rey
 Moedas, de Chindafvindo Rey
 Moedas, de Recefvinto Rey
 Moedas, de Uvamba Rey
 Moedas, de Ervigio Rey

Moedas, de Egica Rey
 Moedas, de Uvitiza Rey
 Moedas, delrey D. Rodrigo

459

Das coufas notaveis.

Moedas, Arabigas
 Moedas, Portuguezas em que parte se
 baterão primeiro.
 Moedas, delrey D. Sancho
 Moedas, delrey D. Affonfo IV
 Moedas, delrey D. Pedro
 Moedas, delrey D. Fernando
 Moedas, delrey D. João I
 Moedas, delrey D. Duarte
 Moedas, delrey D. Affonfo V
 Moedas, delrey D. João II
 Moedas, delrey D. Manoel
 Moedas, delrey D. João II
 Moedas, delrey D. Sebastião
 Moedas, delrey D. João IV
 Moedas, delrey D. Affonso VI
 Moedas, delrey D. Pedro II
 Moedas, delrey D. João V
 Mulheres
 Mulheres
 Mufica

N

Nabucodonofofor
 Nabais
 Nãos
 Naufrágios
 Navarra
 Negreiros
 Negro
 Nerva
 Netto
 Nobrega
 Nobreza
 Nobres
 Nobre
 Nomes
 Noronha
 Novaes
 Nogueira

Numa
Nuno da Cunha

460

Index

O

Octaviano Cefar
Octaviano Augusto
Officiaes
Officina
Officio
Oliveira
Onças
Ordenanças
Ordens Militares
Ordem de SanTiago
Ordem de Christo
Ordem do Hospital de S. Joaõ de Jerufalem
Orfaons
Ornela
Orofeu
Ortiz
Offem
Ourem
Ouro
Ozorio

P

Paçanha
Pacheco
Padilha
Paim
Palameque
Palha
Pamplona
Panos de Bäs
Panegyrico
Paõ
Paõ
Papel
Palatim
Pato
Patria
Patacaõ

Pavia
Pavia
D. Payo Galvaõ
Paz

461

Das coufas notaveis.

Pedrofo
Pedrofo
D. Pedro da Fonseca
Rey D. Pedro I
Rey D. Pedro de Castella
Pegado
Pega
Peixoto
Peixoto
Pelicano
Penha
Perdigaõ
Pereira
Peregrinaçaõ
Pereftrello
Pereftrello
Peffos
Peftana
Pilartes
Pimentel
Pimentel
Pinheiro
Pinto
Pytagora
Plinio
Platão
Pó
Poços
Poetas
Poezia
Polvora
Politica
Pompeo
Porra
Porto
Portos
Portugal
Portuguefes
Portuguefes
Povo
Pragas

Preto
Prefas
Principe

462

Index

Principes
Privado
Prudencia

Q

Quadros
Quiròs
Querena
Quintal

R

Rangel
Raposo
Reaes brancos
Rebaldo
Rebelo
Rey Recaredo
Rey Recefvinto
Refoyos
Rego
Regras
Reimondo
Reys
Reys Suevos
Reys
Reys Filósofos
Reys das Armas
Reynos
Religioens
Relogios
Republica
Refende
Retaguarda

463

Das coufas notaveis.

Reba fria

Ribeira
Ribeiro
Ricos homens
Roboredo
Rocha
Rocha
Rodrigues
Rodrigues
Rey D. Rodrigo
Roja
Rolaõ
Rolim
Roma
Romanos

S

Sà
Sabedoria
Salomaõ
Salazar
Saldanha
Salvago
Sampayo
Rey D. Sancho
Sande
Sandoval
Santarem
Saraiva
Sardinha
Sarmento
Sarzildes
Saul Rey
Sande
Sciencias
Rey D. Sebastiaõ
Seda
Sedechias
Segurado
Seixos
Seminarios
Seneca
Senhor
Sequeira
Serpa
Serpe
Serpes

Serraõ
Serra Leoa
Sertario

464

Index

Sefinando Rey
Setuval
Sevilha
Severim
Sicilianos
Simaõ Gonçalves da Camera
Simoens
Sifebuto Rey
Soares de Albergaria
Soares de Toledo
Sobrinho
Sobrenomes
Socrates
Sodré
Solar
Soldos
Solon
Soufa
Soufa
Souto Mayor
Sylva
Sylva
Sylveira
Sylio Italico
Svinthila Rey
Sueiro Mendes de Maya

T

Taborda
Tangere
Tavares
Taveira
Tavora
Terve
Teixeira
Tempo
Temperança
Ternote
Terra
S. Thome Ilha

S. Thomás de Almeida
Rey Theodorico
Theodorico Emperador
Tibério Gracco
Timbres
Timudo
Tinoco
Tintas
Toledo
Tomadias
Torquemada
Torrefes
Torres
Torre velha
Torre de Outaõ

465

Das coufas notaveis.

Torre de Cafeaes
Torre velha de Caparica
Torre de Bellem
Torre de S. Giaõ
Toftaõ
Tofcano
Touvar
Tourinho
Touros
Trajano
Travaços
Trigueiros
Tuy
Tulgan
Turcos
Turdolos
Turdetanos

V

Valladaref
Valdes
Valente
Valente
Valles
Vanguarda
Varejola
Varella
Vargas

Vafconcellos
Vaffalo
Verga
Velho
Vellafques
Vellez
Veloze
Venezianos
D. Veriffimo de Lancastro
Veftidos
Vicios
S. Vicente
Vieyras
Vieyra
Villa lobos
Villa nova
Villas boas
Villas
Viriato
Virtude
Vifcondes
Ungria
Unha

466

Index

Univerfidades, de Hespanha
Univerfidade, de Coimbra
Univerfidade, de Evora
Univerfidades, de Palencia, e Salamanca
Univerfidade, de Salamanca
Univerfidade, de Toledo
Univerfidade, de Siguença
Univerfidade, de Alcalà de Henares
Univerfidade, de Oíma
Univerfidade, de Avilla
Univerfidade, de Valhadolid
Univerfidade, de Oropeza
Univerfidade, de Offuna

Univerfidade, de Sevilha
Univerfidade, de Granada
Univerfidade, de Baeça
Univerfidade, de Murcia
Univerfidade, de Compoftella
Univerfidade, de Onhate
Univerfidade, de Oviedo
Univerfidade, de Huefca
Univerfidade, de Çaragoça
Univerfidade, de Lerida
Univerfidade, de Perpinhaõ
Univerfidade, de Barcellona
Univerfidade, de Tarragona
Univerfidade, de Girona
Univerfidade, de Valença
Univerfidade, de Luchente
Univerfidade, de Origuella
Univerfidade, de Candia
Univerfidade, de Hirache
Univerfidade, de Pamplona
Vogado
Utre
Uviterico Rey
Uvamba Rey
Uvitiza Rey

X

Xarce
Xenocrates

Z

Zagallo
Zelo

FINIS LAUS DEO.

LISBOA OCCIDENTAL.

Na Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA.

Anno de MCCXL.

ANEXO 2

Vai aqui publicada a digitalização e a transcrição paleográfica do processo de requerimento de licença régia feito em nome do livreiro Jozé Antonio da Silva para imprimir o *Diccionario das Antiguidades de Portugal*, datado de 1807. O processor se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo, localizado no fundo da Real Mesa Censória, na caixa 64, dentro do almanco numerado 23.

1807

1

Requerimento de José Antonio
da Silva para imprimir o

Diccionario das Antiquidades
de Portugal

[Signature]

Yto e Editor — — p 4

Resp^o — — p 7

Forne as cens^{as} p^{as} Respl. de 3 de Nov.

1807

1

Requerimento de Jozé Antonio
da Silva para imprimir o __.

Diccionario das antiguidades
de Portugal _____ .

_____ \\ _____

V.ta ao Editor _____ f 4

Respd.o _____ f 7

Torne ao Censor p.o Desp.o(?) de 9 de Novr.o

FRENTE

MARCA D'ÁGUA
AL MASSO

VERSO

Diccionario de Fructo
este requerido. Na data tem
pelo q. pertence a Jurisdicção
Ordinaria Lisboa 11 de Dezembro
de 1806

Ex.^{mo} Senhor 2

João Freixo de Sousa

Diz José Antonio da Silva, que
elle pretende fazer imprimir o Livro
intitulado Diccionario das Antiquida-
des de Portugal, e como não pôde fazê-lo
sem licença,

Para V.^{ra} Excellencia seja
servido conceder-lhe a licen-
ça, que supplica

E. R. N. cé

Ex.mo Senhor

2

*O Dicionario de q. ' tracta
este Requerim.o nada tem
pelo q. ' pertence á Jurisdicção
Ordinaria. Lisboa 11 de Dezembro
de 1806.*

A. Arcebispo de L(?)

Diz Jozé Antonio da Silva, que
elle pretende fazer imprimir o Livro
intitulado Diccionario das Antiguidades de Portugal, e como não póde fazelo
sem licença

P. a V. Excellencia seja
servido conceder-lhe a licença,
que supplica

FRENTE

E.R.M.cê

St. Louis

Received of the
Hon. Secy of the Interior
for the
Bureau of Land Management
the sum of \$100.00
for the purchase of
land in the State of
California

For the purchase of land in the State of California

for the purchase of land in the State of California
for the purchase of land in the State of California
for the purchase of land in the State of California

for the purchase of land in the State of California
for the purchase of land in the State of California
for the purchase of land in the State of California

2000

MARCA D'AGUA
AGUA
GIOR.º MAGNANI

VERSO

Aprovado o Diccionario seg.^o por
 mencao. este reg.^o pelo q.^o pertence
 a competencia deste Tribunal
 de 17 de Nov. de 1807
 M.^o J. M. R. P. B. P. J.

Senhor 3

Dez Loze Antonio da Silva, que elle quer im-
primir em dois tomos o livro intitulado = Dicciona-
rio das Antiquidades de Portugal; p. 2.

C. H. A. R. sega sendo
conceder a D. Lica

E. P. M^a

Aprova o Dicionario de q.' aqui fáz
menção este req.to, pelo q.' pertence
á competencia deste Tribunal
Lx.a 17 de Fevr.o de 1807.

Senhor
3

Rubr. Rubr. Rubr. Rubr. Rubr.

*Diz Jozé Antonio da Silva, que elle quer im-
primir em dous tomos o Livro intitulado = Dicciona-
rio das Antiquidades das Antiquidades de Portugal; p.o of.*

*P.a V. A. R. seja servido
conceder a d.a Li.ça*

E. R. M.ce

Handwritten text at the top of the page, including a signature and several lines of cursive script.

Handwritten text in the upper middle section of the page.

Handwritten text in the middle section of the page, featuring a large circular flourish on the right side.

Handwritten text in the lower middle section of the page.

Handwritten text at the bottom of the page, including a signature and several lines of cursive script.

MARCA D'ÁGUA
ÁGUI BIFRONTTE COM COROA

VERSO

Manda o Principe D. João 6.º Senhor
 não defforanda vga estes dois volumes, e como os parecer os cometa
 a esta Mesa. L.º 25 de Fev.º de 1807

A

Int. Castello

Jornal de 1807

Manda o Principe D. João 6.º Senhor
 veja a obra de q. se tracta, e como seu parecer a remitta a esta
 Mesa, da m. m. sorte, f. estava mand.º ao Cons. D.º Ant.º de
 M.º. D.º L.º 2.º de Julho de 1807.

Int. Castello

Diz Sr.º Antonio da Silva que elle

Desistiu ao editor
 do extracto da lense, pretende fazer imprimir em duas volu-
 ra q. responderá no mes em oitavo o manuscrito, que apresenta
 tr.º de quinzadiar de
 25 de agosto de 1807 com o titulo de Diccionario das Antiquida-

des de Portugal, e como para isto necessita

licença

Torne a lense, L.º
 9 de Novembro de 1807

Int. Castello

P.º A.º V.º Alçada Real seja
 servido de conceder. Na a
 referida licença, que humil-
 damente supplica

Imp.º extracto da M.º em 30
 de Outubro de 1807

Imp.º apontada ar.º de 1.º de Outubro
 notada nos artigos da Censura do
 torne p.º de Censura p.º de 6
 de Fev.º de 1808

com o M.º se tornou adad ob.º
 tr.º de censura p.º de 1.º de Outubro de 1808

E.º R.º M.º c.º
 Senhor

Senhor

Manda o Principe Nosso Senhor q' o Censor Regio Joze Antonio de Miranda veja estes dois Volumes, e com o seu parecer os remeta a esta Meza. Lx.a 25 de Fevr.o de 1807 4

AnMastell(?)(Rubrica)

GomesRib...(?)(Rubrica)

Manda o Principe N. S. q. o Censor Regio João P. o Rib. o veja a obra de q. se. tracta, e com o seu parecer a remeta a esta Meza, da m. ma sorte, q. estava mand. o ao Censor J. e An. to de Mir. da Lx. a 20 de Julho de 1807.

Men.t(?)(Rubrica)

AnMastell(?)(Rubrica)

Deuse Vista ao Editor do extracto da Censura, q' responderâ no tr.o de quinze dias Lx.a 25 de Agosto de 1807.

Rubr.

Rubr.

Diz Jozé Antonio da Silva que elle pretende fazer imprimir em duos volumes em oitavo o manuscrito, que apresenta com o titulo de Diccionario das Antiguidades de Portugal, e como para isto necessita licença

Torne ao Censor, Lx.a
9 de Novembro de 1807

Rubr.

Rubr.

Deu fe Extracto ao Ms., em 30 de Oitubro de 1807

Imp. se apontadas as Leis respectivas notadas nos artigos da Censura e torne p. ra se Conferir, p. o(?) Desp. o(?) de 6 de Fevr. o de 1808.

Com o Ms.. se tornou a dar o Extracto da Censura p. ra o Editor se regular

P. a V. Alteza Real seja servido de conceder-lhe a referida licença, que humildemente supplica

E. R. M. cê

Senhor (...)

Senhor

Se as Ordens de V. M. R. podiam obrigar-me a levar ao fim a leitura de hum Diccio-
nario de Antiquidades de Portugal em qua
no seculo 13. e depois dos trabalhos da Real
Academia de Historia Portugueza e das Sci-
encias de Lisboa, e os de tantos outros fide-
ratos, cujas Obras correm impregadas, ainda se
acredita o tributo das Lem Dancelas da
Alauregato, o milagre das Vieiras do Re-
gulo da Maia, e como tudo de este
Reino ao Porteiro de Claraval, como se lê
af. 144. 317. e 318. em q. a f. 225. v. se suppoem
principiado oCodigo do S. R. D. 1770. no Rei-
nado do S. R. D. Duarte, e não no do S. R. D. Joao,
e se conta por 1.ª edição doCodigo Manoeli-
no a de 1528. Não sendo porém do meu officio
a censura critica, mas sim a legal, desta mes-
ma me parece digna esta obra. f. porq. a
f. 87 traz hum Artigo de Christiano novo
e velho e af. 295. outro da familia dos Pa-
voras, sem advertir o seu Rector na ley de
25 de Maio de 1773, e na sentença de 12 de
Jan. de 1759, confirmada pelo Placa de
17. do mesmo mez e anno. ff. 179 se lembra
ainda da disposicao da Ordenacao C. 3. 764.
inpr. sobre a obervancia no foro do Dir. Ca-
nonico nas materias, q. trazem peccado, sem
apontar a sua revogacao no §. 12. da ley de
12 de Agosto de 1769. ff. 220 e v. trazem
ve hum Artigo sobre Moeda, de D. Rodrigo
da Cunha. O facto ahi referido do S. R. D. 1773.
alia

Senhor

Só as Ordens de V. A. R. podiaõ obrigar-me a levar ao fim a leitura de hum Diccio= nario de Antiguidades de Portugal, em que no Seculo 19. e depois dos trabalhos das Reaes Academias de Historia Portugueza, e das Sci= encias de Lisboa, e os de tantos outros lite= ratos, cujas Obras correm impresfas, ainda se acredita o tributo das Cem Donzelas de Mauregato, o Milagre das Vieiras do Re= gulo da Maia, e o mesmo feudo deste Reino ao Mosteiro de Claraval; como se lê a f. 144-317 - e 141: em q~. a f. 245. v.o se suppoem principiado o Codigo do S.r D. Aff.o 5.o no Rei= nado do S.r D. Duarte, e não no do S.r D. Joaõ 1.o, e se conta por 1.a Edição do Codigo Manoeli= no a de 1521. Não sendo porem do meu officio a Censura critica, mas sim a legal, desta mes= ma me parece digna esta Obra. 1.o porq.~ a f. 87 traz hum artigo de Christaons (sic.) novos e velhos e a f. 295. outro da Familia dos Ta= voras, sem advertir o seu Author na Ley de 25 de Maio de 1773, e na Sentença de 12. de Jan.ro de 1759, confirmada pelo Alvarâ de 17. do mesmo mez, e anno. A f. 179 se lembra ainda da Desposição (sic.) da Ordenação L. 3.o f. 64. impr.o sobre a observancia no fóro do Dir.to Ca= nonico nas materias, q.~ trazem pecado, sem apontar a sua revogação no §. 12. da Ley de 18 de Agosto de 1769. A f. 220, e v.o transcre= ve hum Artigo sobre Moeda, D. Rodrigo da Cunha. O facto ahi referido do S.r D. Aff.o 3.o

aliás

VERSO

GIOR. MAGNANI
ÁGUA
MARCA D'ÁGUA

alias verdadeiro, e q. ainda se pode combi-
nar com o 3.^o da Ordenação 2.^o 26. das
Dire. Reaes; com tudo me pareceria mais
oportuno se omitisse, p.^{la} vniuersal inteli-
gencia, q. se lhe podesse dar em prejuizo dos
Direitos da Coroa de D. 1.^o O mesmo pen-
so e pelo mesmo motivo, do que se diz sobre
Sizas a f. 288, e v.^o, pois não obstante ser tão-
bem verdadeiro q. se refere, se não deve
já hoje formar idea das Sizas como hum
Patrimonio dos D.ºs na sua origem mas
sim como hum verdadeiro tributo, a face
da Reporta do D.º D. João 2.^o ao Cap. 6.^o 23.
das Cortes de Évora de 1488, Reporta q. foram
adoptada p.^{lo} D.º João 3.^o no Cap. 74. 275.
das Cortes de 1535, e p.^{lo} D.º João 4.^o no
Cap. 77. das Cortes de 1641.

2.^o pelas falcas ideas de Dir. Publico da
Nação, q. se encontram nesta Obra. ff. 37. v.^o
e 115. e v.^o se fazem dependentes as Douçens
Reaes da outorga dos Prelados do Reino e
dos grandes Seculares. O mesmo se repete
a f. 275. v.^o e 278. v.^o aonde com as expressões
relativas aos Ricos Homens, de q. podia o
fazer guerra aos seus Reis proprios em
certos casos, sem dize resultar damno, ou
infamia a seus descendentes = de que afi-
nação as Cartas de Privilegios e Heres =
não como testemunhas e ministros ~~seus~~
como

aliás verdadeiro, o q.~ ainda se pode combi-
 nar com o § 3.o da Ordenação L. 2.o f.o 26. dos
 Dir.tos Reaes; com tudo me pareceria mais
 opportuno se ommitirfe, p.la sinistra inteli-
 gencia, q.~ se lhe pode dar em prejuizo dos
 Direitos da Coroa de V. A. R. O mesmo pen-
 so e pelo mesmo motivo, do que se diz sobre
 Sizas a f. 288, o v.o, pois não obstante ser taõ-
 bem verdadeiro o q.~ se refere, se não deve
 ja hoje formar idea das Sizas, como hum
 Patrimonio dos Povos na sua origem mas
 sim como hum verdadeiro Tributo, à face
 da Reposta do S.r D. Joaõ 2.o ao Cap.o 6.o e(?) 23.
 das Cortes d'Evora de 1481, Reposta doravan.te
 adoptada p.lo S.r D. Joaõ 3.o no Cap. 74. e 75.
 das Cortes de 1535, e p.lo S.r D. Joaõ 4.o no
 Cap.o 77. das Cortes de 1641.

2.o pelas falças ideas de Dir.to Publico da
 Nação, q.' se encontraõ nesta Obra. A f. 37. v.o
 e 115, o v.o se fazem dependentes ao Doações
 Reaes da outorga dos Prelados do Reino, e
 dos Grandes Seculares. O mesmo se repete
 a f. 275 v.o e 278 v.o aonde com as expreçoens
 relativas aos Ricos Homens, de q' = podiaõ
fazer guerra aos seus Reis proprios em
certas cazas, sem difso resultar damno,
ou infâmia a seus descendentes = de que afsi-
 navaõ as Cartas de Privilegios e Mercês =
não como testemunhas e ministros senaõ
 como

AL MASSO
 MARCA D'ÁGUA

2
señal como convento d'ouros, e guari como com=
panheiros = com taes expressões, digo pa=
reces repetida a distincção de Nobres e No=
bilissimos, e estes isentos das feys: Doutri=
na, q. ja merecendo R. Desagrado da Ju=
gosta May de V. M. R. e forçou a sua Pier=
dade a seria Demonstraçao. Hoque
achei digno de nota nesta Obra em razão
do meu officio, e em execuçao das Ordens
de V. M. R. q. Mandará o que for servido.
Lisboa 26. de Agosto de 1807.

João Pedro Ribeiro.
Censor Regio.

senaõ como consentidores, e quasi como com=
panheiros = com taesexpressõens digo, pa=
rece repetida a distincão de Nobres, e No=
bilifsimos, e estes isentos das Leys: doutri=
nas, q.' ja merecendo R. Desagrado da Au=
gusta May de V. A. R. e forçou a Sua pie=
dade a serias demonstraçoens. Ao que
achei digno de nota nesta Obra em razaõ
do meu officio, e em execuçaõ das Ordens
de V. A. R., q.' Mandará o que for servido.
Lisboa 21. de Agosto de 1807.

Joaõ Pedro Ribeiro.

Censor Regio.

VERSO

MARCA D'ÁGUA
GIOR. MAGNANI
(metade do almaço com
água biffonte)

FRENTE

VERSO

MARCA D'ÁGUA
AL MASSO
(segunda metade do almaço
em que se escreveu o
número de página 2)

FRENTE

Deutscher Museum für Natur- u. 25. Jahrg. 1807

Ao Censor Miranda p.a Port.a(?) de 25 de Fevr.o de 1807

VERSO

7
João Antonio da Silva, que supplicou a licença
para imprimir o Diccionario das Antiquidades
de Portugal, para cumprimento da ordem de res-
ponder á Censura, cujo Extracto se lhe deu, como
municou este a quem havia formado a dita
Compilação. O Redactor toma a si (sem embar-
go de se achar muito doente) o satisfazer ao su-
perior mandado, declarando o seu nome e pro-
fissão. A pureza de seus sentimentos, e o in-
vulgar respeito que dedica á Soberana Autoridade,
parece-lhe permittem.

A Censura toda se pode responder como
a leitura attenta do Titulo, a qual deixou de
se fazer. O Titulo he: Diccionario das Antiqui-
dades de Portugal para servir á intelligencia
da Historia antiga deste Reino. Na Prefação
se dá a causa de se haver emprehendido hum
tal projecto, e o que se entende por Historia
antiga do novo Reino, vem a ser desde o Conde
D. Henrique até o anno de 1495. em que pa-
receo ellei D. João II. O Artigo, já de sobre-
aviso, e pelos motivos na mesma Prefação ex-
pendidos, são todos transcriptos dos nossos
mais autorizados Escritores, e que andão nas
mãos de todos com as suas legitimas licenças.
Os nomes e lugares dos saes Autores se indicão
exactamente no fim de cada hum dos ditos
Artigos. Como pôde ser vedado ler-se aqui o
que naquelles pôde ler-se livremente. A Censura
radir-se legal; como pôde a decisão de o ser
ou não compete ao supremo e supranumero
Tribunal a que pertence, e esta só decisão
se submette desde já o Redactor, sem outra

Jozé Antonio da Silva, que supplicou a licença para imprimir o Diccionario das Antiguidades de Portugal, para cumprimento da ordem de responder á Censura, cujo Extracto se lhe deo, communicou este a quem havia formado a dita Compilação. O Redactor toma a si (sem embargo de se achar muito doente) o satisfazer ao superior mandado, declarando o seu nome e profissão. A pureza de seus sentimentos, e o inviolavel respeito que dedica á Soberana Autoridade, parece lho permittem.

Á Censura toda se pode responder com a leitura attenta do Titulo, o qual deixou de se fazer. O titulo he: Diccionario das Antiguidades de Portugal para servir á intelligencia da Historia antiga deste Reino. Na Prefação se diz a causa de se haver emprendido hum tal projecto, e o que se entende por Historia antiga do nosso Reino, vem a ser desde o Conde D. Henrique até o anno de 1495. em que faleceo elRei D. João II. Os Artigos, já de sobre-aviso, e pelos motivos na mesma Prefação extendidos, são todos transcritos dos nossos mais autorizados Escriitores, e que andão nas mãos de todos com as suas Legitimas Licenças. Os nomes e lugares dos taes Autores se indicão exactamente no fim de cada hum dos ditos Artigos. Como póde ser vedado ler-se aqui o que naqueles póde ler-se livremente. A Censura diz-se Legal; como porém a decisão de o ser ou não compete ao Supremo e sapientissimo Tribunal a que pertence, a esta só decisão se submette desde já o Redactor, sem outra

MARCA D'ÁGUA

∞ Γ M ∞ Σ ∞ C

FRENTE

alguma réplica, com a mais sincera, pronta e obsequiosa obediencia. Isto salver que com a simples leitura de qualquer dos Artigos notados, seja mais que de sobejo; mas, para inteira satisfação do preceito superior, responder-se-ha a cada hum dos reparos com a mais succinta brevidade. Os reparos são os seguintes.

Primeiro reparo: A fol. 87. ha hum artigo de
Christão novo e Velho.

Resposta: O Artigo sobredito he fielmente trasladado do nosso grande Historiador e Chronista-mór do Reino, D. Bernardo de Brito, como se vê no fim d'elle. Dá-se aqui noticia da origem desta differente denominação, e de como ao deffeito se usou della impronpiamente. Se isto não he antiquidade digna de saber-se, qual outra o sera?

Segundo reparo: A fol. 225. ha outro [Artigo]
da Família dos Tavoras, sem advertir, &c.

Resposta: Os Autores deste artigo são os dous Chronistas mores D. Bernardo de Brito e D. Antonio Brandão, alli citados. Mal podião advertir o que agora se lhes adverte, e muito menos que em tempo algum houvesse lei que mandasse cousas impronpicias, como são, que não se civesse ou proferisse já mais a palavra Tavoras; que não se nomeasse neste Reino tal familia, nem seoubesse que foi illustrissima; que teve Armaz, &c.

Terceiro reparo: A fol. 179. se lembra ainda
da disposição, &c.

Resposta: O artigo he do Chronista-mór D. Francisco Brandão. Trata-se nelle do que foi, e não do que se passou no anno de 1759. periodo a que não pertencem as noticias antigas da que se fallava no Diccionario.

alguma réplica, com a mais sincera, pronta e obsequiosa obediencia. Dito talvez que com a simples leitura de qualquer dos Artigos notados, seja mais do que de sobejo; mas, para inteira satisfação do preceito superior, responder-se-ha a cada hum dos reparos cõ a mais succinta brevidade. Os reparos são os seguintes.

Primeiro reparo: A fol. 87. traz hum artigo de Christãos novos e Velhos.

Resposta: O Artigo sobredito he fielmente trasladado do nosso grande Historiador e Chronista mór do Reino, Fr. Bernardo de Brito, como se vê no fim delle. Dá-se aqui noticia da origem desta differente denominação, e de como ao depois se usou della impropriamente. Se isto não he antiguidade digna de saber-se, qual outra sera?

Segundo reparo: A fol. 295. traz outro [Artigo] da Familia dos Tavoras, sem advertir, Vs.a

Resposta: Os Autores deste artigo são os dous Chronistas móres Fr. Bernardo de Brito e Fr. Antonio Brandão, alli citados. Mal podião advertir o que agora se lhes adverte, e muito menos que em tempo algum houvesse lei que mandasse cousas impossiveis, como são, que não se escrevesse ou proferisse já mais a palavra Tavoras; que não se nomeasse neste Reino tal familia, nem se soubesse que foi ilustrissima; que teve Armas, Vs.a

Terceiro reparo: A fol. 179. se lembra ainda da disposição, Vs.^a

Resposta: O artigo he do Chronista mór Fr. Francisco Brandão. Trata-se nelle do que foi, e não do que se passou no anno de 1759. período a que não pertencem as noticias antigas de que só falla o Diccionario.

Quarto reparo: Transcreve (a fol. 288) hum
artigo de D. Rodrigo da Cunha. O facto ali re-
ferido he verdadeiro... com tudo me parece-
ria mais opportuno pela sinistra intelligencia
que se he pôde dar... se omitir, &c.

Resposta: Não se deve dizer a verdade histo-
rica pela sinistra intelligencia que se he pôde
dar! Se este principio fosse admittivel, que
fica para dizer-se? Que coisa ha (sem excep-
tuar as mais sagradas) que não esteja exposta a
sinistras intelligencias?

Pelo mesmo principio recommenda se suprimir
o artigo dos Sizes a fol. 288 v. Este artigo he
de Pedro de Mariz no seu Dialogo de Varia
Historia, muitas vezes impresso e approvado
pelos competentes Tribunaes do nosso Reino.

Outro tanto para a respeito do que se aceta
a fol. 37 e 115. — 275 V. com o seu exemplo para
confirmar que tudo se pôde dar sinistra intelli-
gencia, e por tanto o que se dir das inrogati-
vas antiquissimas dos Ricos Homens, que já não
existam, e do que tanto se falla na nova anti-
ga Historia, o applica ao que succedea em no-
dias, dizendo: Com faer expresso, digo, parece rep-
tida a distincção de Nobres e Nobilissimos, &c.
No fim de todos estes artigos estão os nomes de
seus conpizcos e doutos Autores.

Por fim o Redactor da Obra censurada re-
tenete o protesto da sua devida submissão
ao que o Supremo e por todos os Titulos augus-
to e respeitavel Tribunal for servido orde-
nar. He Lisboa 2 de Novembro de 1807.

Pedro José da Fonseca

Professor de Rhetorica do Collegio
 Real de Nobres.

Quarto reparo: Transcreve (a fol. 288) hum artigo de D. Rodrigo da Cunha. O facto ahi referido he verdadeiro... com tudo me parecia mais opportuno pela sinistra intelligencia que se lhe póde dar... se omittise, Vs.a

Resposta: Não se deve dizer a verdade historica pela sinistra intelligencia que se lhe póde dar! Se este principio fosse admissivel, que fica para dizer-se? Que cousa ha (sem exceptuar as mais sagradas) que não esteja exposta a sinistras intelligencias?

Pelo mesmo principio recomenda se supprima a artigo das Sizas a fol. 288 v.o Este artigo he de Pedro de Mariz nos seus Dialogos de Varia Historia, muitas vezes impressos e approvados pelos competentes Tribunaes do nosso Reino.

Outro tanto passa a respeito do que se acha a fol. 37. e 115.-275 v.o com o seu exemplo quiz confirmar que a tudo se póde se dar sinistra intelligencia, e por tanto o que se diz das prerogativas antiquissimas dos Ricos Homens, que já não existem, e de que tanto se falla na nossa antiga Historia, o applica ao que succedeo em nos-(sic) dias, dizendo: Com taes expressões, digo, parece repetida a distincção de Nobre e Nobilissimos, Vs.a No fim de todos estes Artigos estão os nomes de seus conspicuos e doutos Autores.

Por fim o Redactor da Obra censurada repete o protesto da sua devida submissão ao que o Supremo e por todos os titulos augusto e respeitavel Tribunal fôr servido ordenar-lhe. Lisboa 2 de Novembro de 1807.

Pedro Jozé da Fonseca
Professor de Rhetorica do Collegio
Real de Nobres.

Senhor.

Na Censura do Dictionario de
Antiquidades de Portugal não neguei
serem os Artigos notados dos Autho-
res, a que os attribue o Redactor
da mesma Obra: nem este nega
acharem-se nella os Artigos. Pen-
derei na Censura o merecimento da
proposicao, que elle contém, e que
o Redactor na sua Reporta-ção a-
bona com a authoridade dos Au-
thores de que os transcreveu. Se el-
las são dignas de novamente se
darem a luz V. Ex. R. o determi-
nará. Lisboa 4.º de Fevereiro de 1788.

João de Deus Ribeiro.
Censor Regio.

Senhor.

Na Censura do Diccionario de
Antiguidades de Portugal não neguei
serem os Artigos notados dos Autho-
res, a que os atribue o Redactor
da mesma Obra: nem este nega
acharem-se nela efses Artigos. Pon-
derei na Censura o merecimento das
proposiçoens, que elles contem, e que
o Redactor na sua Resposta sô(sic) a-
bona com a authoridade dos Au-
thores de que os transcreveu. Se el-
ls são dignas de novamente se
darem à luz V. A. R. o Determi-
narâ. Lisboa 1.o de Fevereiro de 1808.

Joaõ Pedro Ribeiro.

Censor Regio.

OF PLATE IN

MARCA D'ÁGUA
ÁGUIA
GIOR. MAGNANI
(segunda metade do almoço
marcado com o número de
página 1)

VERSO

Edição Crítica

Esclarecimentos

Aqui editamos a cópia manuscrita oitocentista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do *Diccionario das Antiguidades de Portugal*¹. O manuscrito original da Academia das Ciências de Lisboa nos serviu nessa edição para cotejarmos seu conteúdo com o da cópia. Costa e Sá copiou todo o manuscrito de Fonseca, as mudanças que fez foram no sentido de abreviar palavras e mudar a grafia de outras (e.g: “Autores” no original tornou-se “Authores” na cópia). A maior diferença está no fato de a estrutura do manuscrito do IHGB ser: *Prefação, Adição, Índice* e verbetes, enquanto que no manuscrito da Academia das Ciências a estrutura é a seguinte: *Prefação, verbetes, Adição e Índice*. O índice preparado por Fonseca ficou incompleto, não incluindo todos os verbetes que compôs. Essa incompletude também se encontra na cópia de Costa e Sá. O que damos a público é a revisão do trabalho de transcrição que havia sido feito a partir do manuscrito do IHGB, fixando assim o texto desse documento. Além disso, procuramos no presente esforço desdobrar todas as referências bibliográficas encontradas ao longo da obra, identificando-as o mais precisamente possível. Utilizando-nos de versões digitalizadas das obras referenciadas presentes em repositórios digitais online os mais diversos, nos foi possível trilhar no sentido contrário o caminho aberto por Pedro José da Fonseca ao escrever seu livro, em outras palavras, partimos do *Diccionario* e fomos a cada obra que cita, consultando-as e comparando o seu conteúdo com aquilo que consta em cada verbete. Encontrar-se-á em todas as entradas desta edição o desdobramento “arqueológico” das camadas textuais que foram concatenadas para sua composição. Procuramos utilizar sempre que possível as primeiras edições das obras citadas. Nos caso em que havia indicação da página em que se encontraria o trecho transcrito, procuramos achar a edição em que a paginação referida era a mesma, sabendo assim ser aquela a utilizada pelo próprio Fonseca. No caso das *Notícias de Portugal* fizemos uso da edição de 1740, pois, como indicamos no *Estudo Introdutório*, há indícios de que o compilador do *Diccionario* tenha consultado a dita edição para compor sua obra. A estrutura da nossa edição é a seguinte: título do verbete no topo, texto do manuscrito do IHGB na

¹IHGB, Manuscrito-Lata 46, doc. 1 (vol.1 “A-C”), 2 (vol. 2 “D-M”) e 3 (vol. 2 “N-Z”).

coluna esquerda e, na coluna direita, os trechos correspondentes nas obras citadas. Ainda na coluna esquerda, na forma de nota-de-rodapé, numeradas [1], [2], [3], etc., vão identificadas e citadas as obras referidas lacunarmente no corpo texto. No rodapé da coluna direita inserimos notas sobre trechos suprimidos por Fonseca ao transcrever das obras que consultou e outras informações afins.

As diretrizes para a transcrição do manuscrito do IHGB foram elaboradas *mutatis mutandis* com base nas *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil*², nas soluções adotadas por Adriana Angelita da Conceição em *A prática epistolar moderna e as cartas do Vice-Rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio – Sentir, escrever e governar (1768-1779)*³, também nos baseamos nas soluções descritas por Alcir Pécora em *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*⁴. As adaptações que fizemos visaram atender às necessidades peculiares do documento objeto desta edição crítica. Foram as diretrizes adotadas as seguintes:

- Por questões de diagramação as linhas foram recorridas, isto é, ajuntadas sem obedecer terminação idêntica ao manuscrito, conservando-se a organização original em parágrafos;
- As abreviaturas foram desenvolvidas e completadas (e.g.: “q.” grafou-se q[ue], “mmo” grafou-se “m[es]mo”);
- A pontuação original foi mantida na transcrição;
- A acentuação gráfica original foi mantida na transcrição;
- Foram separadas palavras grafadas juntas, com exceção de pronomes proclíticos, mesoclíticos e enclíticos;
- As variantes do grafema <s> foram transcritas como “s”;
- As letras ou palavras ilegíveis por deterioração do manuscrito serão indicadas com “[ilegível]”;
- Nos casos em que restou dúvida quanto à transcrição de palavras elas serão seguidas de “[?]”;

² *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil* estabelecidas no II Seminário para a História do Português Brasileiro, maio de 1998. Ver: FACHIN, Phablo Roberto Marchis. **Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008, p. 39. À essas referências chegamos através de CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. **A prática epistolar moderna e as cartas do Vice-Rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio – Sentir, escrever e governar (1768-1779)**. São Paulo: Alameda, 2013.

³ CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. **A prática epistolar moderna e as cartas do Vice-Rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio – Sentir, escrever e governar (1768-1779)**. São Paulo: Alameda, 2013.

⁴ PÉCORA, Alcir. *Nota editorial*. In: **As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)**. SCHWARTZ, Stuart B. e PÉCORA, Alcir (orgs.); PÉCORA, Alcir e ANTUNES, Cristina (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DICCINARIO DAS ANTIGUIDADES DE PORTUGAL

Para servir à intelligencia da História Antiga deste Reino

Sejão á boa tenção obras iguais,
E a boa tenção, e obra á Patria sirva
Demos a quem nos deo, e devemos mais
O Doutor Antonio Ferreira.

Poem. Lusit. Liv.1. cap.3. [1]

Sejam á boa tenção obras iguais,
E a boa tenção, e obra á patria firva,
Demos a quem nos deo, e devemos
mais.” (*Poema Lusitanos*, 1582)

[1] Poemas Lvsitanos do Dovtor Antonio Ferreira.
Dedicados por sev filho Miguel Leite Ferreira, ao
Príncipe D. Philippe noffo Senhor. Lisboa, 1582.
Tomo II, Livro I, Carta III, p. 13.

Tomo I

Não foi julgado digno
da impressão 6 de março
de 1823.
Villela V. J.

A-C
Caderno 1º

PREFEÇÃO

Dsc01218

A pronta e favorável acceitação, q[ue] os Diccionarios de qualq[ue]r materia instructiva ou scientifica encontram entre todas as gentes civilizadas, he o mais abonado e seguro testemunho, q[ue] da sua utilid[ad]e pode produzir-se. Facilme[nt]e se acha nelles à mão, e sem maior custo o q[ue] p[or] m[ui]tos livros disperso com trabalhosa difficuld[ad]e vem a descobrir-se, e as vezes não chega a apparecer. Alem de q[ue] a multiplicid[ad]e de prelos, e de escritos se tornou de tal grandeza, que como bem adverte hum celebre Moderno¹, dentro de pouco tempo será preciso reduzir tudo a Extractos, e a Diccionarios.

Hum Diccionario das antiguid[ad]es de Portugal, pareceu a quem ordenou este, q[ue] offerece a seus amabilíssimos Compatriotas, poder entrar no numero daquelas applicações estudiosas, de q[ue] se lhes seguiria aproveitam[en]to e inegavel. A Historia da propria Nação he em particular tão necess[ari]a nos seus diff[eren]tes períodos a toda a sorte de pessoas, q[ue] não pertencem á infima classe; q[uan]to se faz reprehensivel e absurdo ignoralla. Do principio porém das diversas Constituições procedem os fundamentaes estabelecim[en]tos, a regularid[ad]e do publico Governo, a qualificação das classes civis, a origem da nomenclatura dos empregos do Estado, e tudo expressado p[or] termos ou já obsoletos, ou de intell.o ao presente embaraçados e a poucos perceptivel, fica pela maior p[ar]te a leitura dos antigos e mais authenticos historiadores² fica sendo cansada, e fastidiosa, e quase sempre infructifera

¹ M Voltaire, Essais sur l'histoire [Gen.] Ecrivains du siecle de Louis XIV. [« [...] car la multiplicité des faits et des écrits devient si grande qu'il faudra bientôt tout réduire aux extraits et aux dictionnaire » . Catalogue pour la plupart des écrivains français qui ont paru dans Le Siècle de Louis XIV, pour servir à l'histoire littéraire de ce temps, *Le Siècle de Louis XIV*, 1752, pp. 111-112]

² O Doutor Fr. Bernardo de Brito, Monarquia Lusitana, p[arte]. I, l[ivro].I, tit[ulo].7, diz: Na verdade dos Antigos, e a authorid[ad]e dos annos, fica bem fundada a fé da Historia, e o credito de quem a conta [Primeira Parte da Monarquia Lusitana, contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo / por Frei Bernardo de Brito. Impressão: Mosteiro de Alcobaça, 1597. Livros I a III. Livro Primeiro da Monarchia Lvsytana. Titvlo VII. "Das Mvdanças & fucceffos vários, que ouue no mundo, Reynando Gerião em Espanha". Página 23 verso]. E em outro lugar, ibid. cap.21: Da lição antiga, q[uan]do he verdadeira, pende o gosto do leitor, e a gravidade da Historia [Livro Primeiro da Monarchia Lvsytana. Capítvlo XXI. "De Gorgoris Rey da Lvsytania, & do que em feu tempo fucedeu nefte Reyno, com alg~uas coufas particulares, ~q os authores referem defte tempo". Página 63 frente]. Desse parecer he também Fr. Luiz de Sousa Historia de S. Domingos p[arte] 2, l[ivro] 2, c[apitulo]18: Ordinariamente reluz nas palavras toscas, e mal polidas da antiguidade huma certa pureza, que faz grande estribo á verdade [Segunda Parte da História de S. Domingos. 1626. Livro II. Capítulo XVIII. "Das memorias, que n'este Convento permaneceram dos Reis, e de como lhe foi doada a Ermida de Nossa Senhora do Cabo Espichel." Página 180].

aos q[u]e desejo e procurão instruir-se em materia de tanta imp[ortânci]a.

Por Antiguidad[ad]es de Portugal deve nesta Obra entender se tudo q[uan]to decorre desde o Conde D. Henrique, pai do nosso prim[eir]o e glorioso Rei até o fallecim[em]to d’el Rei D. João II isto he desdo anno de 1035 até de 1435. Nessa ordem de coisas, Chronicas mais exactas, noticias mais bem averiguadas, leis reduzidas a boa forma e juntas em hum só corpo, novos estabelecim[en]tos, escritores polidos, linguagem constante e com a velha rudeza tornão desde o fellicissimo reinado d’el Rei D. Manuel até os nossos dias quase tudo uniforme, e a todos accessivel.

Entendeu se q[ue] transcrevendo fielm[en]te dos nossos Authores, q[ue] com infatigável desvello, curiosa indagação, e zelo sinceram[en]te racional se empregarão neste assumpto, se conseguiria mais firme confiança do leitor naquillo, q[ue] lhe expressão os ditos Autores tão benemeritos de credito, como se vê no consenso e applauso comum dos intell[igen]tes, q[ue] se lhes seguirão. Nesta conta he sobresahirem com preferencia aos demais os dous Chronistas mores do Reino Fr. Ant[oni]o Brandão³ e seu sobrinho Fr. Francisco Brandão⁴, e o chantre da Sé de Evora,

³ Acrescentaremos aqui ao q[ue] se acha na Bibliotheca Lusit[ana] t.1.p.225 [*Diogo Barbosa Machado. Bibliotheca Lusitana : histórica, crítica e cronológica*. Lisboa: Occidental na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759.] e no catalogo dos Authores L. p. CXXIII anteposto ao 1º tomo do Diccionario da Lingua Portugueza publicado pela Acad[emia] R[eal] das Sciencias de Lisboa [*Pedro José da Fonseca. Diccionario da Lingoa Portugueza publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Officina da mesma Academia, 1793] os seg[ui]ntes louvores dos sobreditos chronistas móres. O doutor Fr. Ant[oni]o Brandão, verdadeiro Hercules das difficuld[ad]es da Hist[ória] Portug[uesa]. D. José Barbosa C[...] das [R...] p.8.n. [D. Joze Barbosa. Catalogo chronologico, historico, genealogico, e critico, das rainhas de Portugal, e seus filhos. 1728]

A cuja erudição histórica se deve a resolução de m[ui]tas duvidas [A]. id.p.85.n.105.

Verdadeiram[em]te Chronista mór de Portugal, não só pela occupação, mas pela delig[encia] e pelo estudo.p.91.n.114. Grande homem. p.96 n.121. Doutissimo – Insigne. p.230 n.274.

Doutissimo Autor. Leit. Ferr. Nov. Chron. p.1.n.16. [Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra, de Francisco Leitão Ferreira (1729)] Diligentissimo. Id ib. n71. Insigne chronista. n.397. O grande com incansavel, estudo, e laboriosa delig[encia]. n.512. Hum dos Escriitores Portuguezes desta classe (isto he, grandes) e o q[ue] mais se cançou em revolver cartorios e indagar noticias deste Reino. n.515. Tamanho homem. – Insigne indagador n.516. Porq[ue] este Autor (Fr. A. Brand.) em tudo se faça singular, pois com incansavel estudo, e profundissimo juizo, convence todas as outras opiniões com tanto cuid[ad]o. [?]. O Visconde de Asseca Diogo Correa de Sá, Not. do Confº q[ue]a Academ[ia] Real de Hist[ória] Port[uguesa] fez em 12 de Março de 1722. Sendo (F.A.B.) o q[ue] mais trabalhou em averiguar as cousas dos prim[eir]os tempos dos nossos Reis, e a q[ue]m se deve [...] com incançavel trabalho examinando os principaes Archivos do reino, e extrahir delles todas aquelas Bullas, Doações, e mais docum[en]tos, q[ue] podião servir p[ar]a autorizar o destes Principes (os Reis D. Sancho I e D. Aff[ons]o II) refere de mais do q[ue] elle traz noa pp[...] destas duas vidas. O Conde de Assamar D. João de Almeida, do Conselho de Estado. Not. do Consº q[ue] a Academ[ia] Real de Hist[ória] Port[uguesa] fez em 15 de Julho de 1722.

⁴ O Doutor Fr. Fran[cis]co Brandão. Os dous grandes Chronistas Fr. Ant[oni]o Brandão, e...inextinguiveis lumes da Hist[ória] Port[uguesa] Leitão Ferr. Nov. Chron. n.536.[[Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra, de Francisco Leitão Ferreira (1729)] Nosso insigne e prespicacissimo Chronista id. ibid. n.310 – Doutissimo Escriptor

Manoel de Severim de faria, digno, como se disse estando elle ainda vivo, de illustres elogios, pelo zelo q[ue] tem da honra de sua Patria, e pelo credito, q[ue] lhe tem alcançado com seus estudos⁵ e cujas mãos são deposito benemerito de todos os thesouros da antiguidade⁶.

No demais pouco deve attender-se

Dsc01220

á exceção do desejo de ser util, segundo a sua tênue possibilid[ad]e, ao trabalho e delig[enci]a do compilador, em ordenar este pequeno Diccionario. Se for diminuto, poder-se há augmentar, e suprimir-lhe as faltas nas futuras edições, se as merecer; se for imperfeito, considera-se, ao menos, como um desenho, e seja estímulo p[ar]a corrigillo e aperfeiçoallo a quem com melhor auxilio, e mais vigorosa saude queira emprehendello.

Se me deixarem com o insigne

Poeta Ferreira⁷

Já outros tempos, outros claros dias.

Nos nascerão: entrou ate a sciencia

De nosso espirito mais seguros guias.

Cresce [borrado] tempo mais a experiência,

Não louvamosjá bons succedimentos,

louvamos bom conselho, boa prudencia.

Contrapor-lhe-hemos desde já o q[ue] também diz o m[es]mo Poeta⁸, vem a ser:

Tanto val, tanto pode o santo intento,

Que só per si honra e louvor merece,

e a obra q[ue] val dez, faz valer cento.

n.42. Douto chronista n.121. O Eruditissimo n.13. Chronista q[ue] sem duvida tem em tudo authorid[ad]e grandíssima n.140. Eruditissimo n.389. O dig[nissim]o Chronista nosso n.550.

⁵ Fr. A. Brand. [...] p.3 Port. [Terceira Parte da Monarquia Lusitana que contém a História de Portugal desde o Conde Dom Henrique, até todo o reinado de el rei D. Afonso Henriques / por Frei António Brandão. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1632. Livros VIII a XI]

⁶ Fr. Fr. Brand. [...] p.5.1.17 e 5 [Quinta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história dos primeiros 23 anos de el rei D. Dinis / por Frei Francisco Brandão. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1650. Livros XVI e XVII]

⁷ Poemas Lusit. L.1 canto 2. [FERREIRA, Antonio; FONSECA, Pedro Jozé. **Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira** Segunda Impressão Emendada, e accrefcentada com a Vida, e Comedias do Mefmo Poeta. Tomo I. Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno M DCC LXXI Com licen;ca da Real Meza Cenforia. Á cufta dos Irmão Du-Beux, á Cruz de Páo]

⁸ Ibid. L.2 c.1

Em tudo mais leitor benevolo me submetterei em respeitoso silencio ao acertado juízo (se fôr imparcial) q[ue] com intellig[ência] formares. Permitta se me pois q[ue] concluindo com as palavras de hum nosso escritor elegantissimo⁹ possa em todos os veras[?] segurar te, q[ue] nisto, e em tudo mais desta qualidade até agora, se servisse trabalhei, fizo q[ue] devia á Pátria, fiz o q[ue] me devia

Dsc01221

a mim mesmo: e quem se desempenhou de tamanhas dividas, não ha de esperar outra paga.

E juntando meus votos aos de todos os bons e leaes Portuguezes, supplico de todo coração ao
ceo,

Que sempre este grão Reino Lusitano

Em Honra vai crescendo, gloria e fama

Livre de todo o mal, de todo engano¹⁰.

⁹ P. Ant. Vieira Serm. t.1 [cap?].315 [Padre Antonio Vieira, Sermões]

¹⁰ Bernard. Var. Rim. Eleg. á morte del Rei D. João III. [Diogo Bernardes. Varias rimas ao Bom Jesus e a Virgem Gloriosa sua Mae e a santos particulares, com outras mais de honesta e proveitosa licao. Lisboa, por Simão Lopes, 1594]

ADDIÇÃO

Dsc01222

Em gryfo

Manoel de Severim de Faria Conego e Chantre da Sé de Evora, a quem inalteravelm[en]te todos seus contemporaneos e posteriores dedicação louvores assaz merecidos e competentes, posto q[ue] remontados e extraordinários¹¹, he quem m[ui]to. contribue p[ar]a o util dese Diccionario, como nelle se vê com frequencia. Offerecendo se pois occasião de manifestar ao Publico o testemunho mais qualificado das virtudes Christãs de tão respeitavel Ecclesiastico, dignissimo exemplar das pessoas consagradas ao augusto Ministerio da Igreja, bem he q[ue]. deva aproveitar-se. Cresce assim a reputação das letras, p[or] serem as referidas virtudes, a unica e solida base, sobre q[ue] só podem com segurança firmar se as [doses] mais preciosas, q[uan]do cultivados, com q[ue] a Divina Provid[ênci]a. nos enriquece e felicita. A informação feita em segredo ao serenissimo S[enho]r Rei D. João 4 sobre materia de tanta gravid[ad]e e imp[ortânci]a, informação dada p[or] ordem do m[es]mo Soberano, e commettida a sugeito merecedor de tal confiança, a lingoagem da verdade q[ue] nella reluz, a qual a adulação ou particulares interesses mal sabem contrafazer, dão ao original aqui fielm[em]te lançado o credito mais authentico e incontestavel. Se alg[uém] o quizer examinar depois de publicado, na Bibliotheca d'Academia Real das Sciencias, onde será entregue p[ar]a este mesmo fim, poderá inteirar se da sua certeza.

O sobred[it]o original he do anno de 1655 ultimo da vida do preclarissimo Chantre de Evora. O Informante he o Padre Francisco Pinheiro, Jesuita, Doutor Theologo pela Universid[ad]e de Evora, onde dictou 16 annos Theologia Escolastica e 3 Moral com fama de excellentissimo Mestre e Doutor sapientíssimo¹² De suas muitas letras e virtudes fazem honrosa memoria varios Authores, q[ue] podem

¹¹ Varão adornado de muitas virtudes, letras e notícias principalm[en]te. das antiguid[ad]es. Portuguesas, e Romanas, em q[ue]lfoi insigne. P. [Franc.] Del. Mar. An. Hist. tomo 3.p.504. [num] 5.[Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada De peffoas grande, e coufas notáveis de Portugal [...] Composto Pelo Padre Mestre Francisco de S. Maria Conigo da Sagrada Congegação de S. Joam Evangelifta, 1744]

² P. Ant.Franco Imag. da virt. do Coll. [Naria] de Coimb. L.2 f.618 [col]2. [Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra, na qual se contem as vidas, e virtudes de muytos religiosos, que nesta santa caza foraõ noviços. ... Pelo P. Antonio Franco da Companhia de Jesus. Segundo tomo. v. 2: Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus anno 1719]

Dsc01223

ver se na Bibliotheca Lusitana¹³. Sem abono seu diz tambem o erudito Author da m[es]ma Bibliotheca o seguinte: „, Não lhe impedio a continua applicação a este genero de Sciencia (a Theologia) p[ar]a q[ue] não fosse insigne juriconsulto, como o publicação as obras q[ue] imprimio, em q[ue] se admira a vasta erudição; q[ue] tinha de ambos os Direitos. Não foi menos estimavel pela virtude p[o]r ser exemplar da observancia Religiosa. Governou os collegios de Evora e Coimbra com prudencia e afabilidade., Falleceo em 27 de julho de 1661 com 66 annos¹⁴ de idade, e 51 de Religião.

Dsc01224

Senhor

Em redondo

O Bispo eleito do Japão, e confessor de V. Mag[estad]e, me escreveu q[ue] V[ossa] Mag[estad]e avia p[o]r seu serviço, q[ue] eu apontasse a V. Mag[estad]e as pessoas, q[ue] conhecia, e julgava por mais dignas, para o cargo de Bispos. Em cumprimento desta ordem de V[ossa] Mag[estad]e, direi com a verdade, e sinceridade que devo a Deos, e a V[ossa] Mag[estad]e, e a materia de sy pede, o q[ue] sei, e em minha consciencia iulgo. As pessoas, de cuja sufficiencia para tam grande cargo tenho bastante noticia, são somente tres; q[ue] para o muito que elle requiere, não vem a ser poucas.

A primeira he o Chantre de Evora Manoel de Faria Severim, do qual por em Evora tratar familiarm[em]te por nosso de mais de 20 annos, sei as cousas seg[ui]ntes. He m[ui]to pio para com Deos: m[ui]to continuo na sua sé, assistindo a todas as horas, e continuando muito nos mais dias, do q[ue] pello[s] statutos della he obrigado: diz missa todos os dias até quando anda caminho: he m[ui]to dado à oração em tanto q[ue] todos os dias pella manhã, antes de ir p[ar]a a sé, tem huã hora inteira de oração mental recolhido no seu appozento: E costumava huns annos por outros, quando as occupaões lho permittião, retirar se a algum lugar de devoção, fora da cid[ad]e (como a nossa Senhora das Brotas e sem[elhan]tes.) a tratar só com Deos, p[o]r espaço de 8 ou dez dias, na forma q[ue] Santo Ignacio aconselha no livro dos Exercícios: E ainda, agora fará o m[es]mo. He m[ui]to

¹³ Biblioth. Lus. tomo [?] f.223 [Biblioteca Lusitana, de Diogo Barbosa Machado (1741-1759)]

¹⁴ An 29 de julho, diz o L. do Ann.[Hist.] tomo 2. f.426 n. [Anno Historico, Diario Portuguez 1744]

penitente, e rigoroso consigo: não usa de colchão, nem de lençóis na cama: e assi m[es]mo faz m[ui]tas outras penitencias de iejuns cilicios [etc]. He m[ui]to zeloso do bem publico, assi no spiritual, como no temporal: m[ui]to esmoler, e amigo dos pobres: com os quaes despende tudo, q[uan]to de sua moderada sustentação lhe sobeja das rendas Ecclesiasticas: de sorte q[ue] a parentes, ainda em tempo q[ue] necessitavão delle os ajudar, não dava nada. E p[or] esta causa nunca para sy comprou quinta ou propried[ad]e alguma, nem a tem: os pobres lhe levão tudo: para bem dos quaes fundou há poucos annos cem g[ran]de despesa o collegio das Meninos orfãos, para o qual tem comprado m[ui]ta fazenda, e actualmte.lhe vai fazendo a Igreja: mostrando se nesta fundação tam pouco ambicioso da honra, e fama q[ue] d'ahi lhe podia ficar para o diante; q[ue] nenhum titulo, nem authoride. reservou para sy, nem para os seus, sobre o d[it]o Collegio, e causas delle: mas totalm[en]te largou a administração, e superintend[ênci]a delle á meza do hospi-tal da pied[ad]e da m[es]ma Cid[ad]e, a qual o sugitou. He doutor em Canones, e versado em toda a sorte de letras, e sabe m[ui]to bem moral: he de g[ran]de Verd[ad]e., no

Dsc01225

valor, e inteireza: g[ran]de prud[ênci]a, g[ran]de [...], e intell[igênci]a de [nosos] E para q[ue] deixe m[ui]tas outras cousas, q[ue] sei de m[ui]to louvor seu, eu o tenho por homem santo, e cabal em tudo, para delle se poder, e dever fiar q[ual]q[ue]r Bispado deste Reino.E este he o voto, e opinião commum, q[ue] delle se tem, especialm[en]te em Evora, onde he mais conhecido, e onde eu alcancei estas noticias. Pello q[ue] fora V[ossa] Mag[estad]e hua cousa não só bem aceita, e applaudida universalm[en]te, mas muito digna de que[m] V[ossa] Mag[estad]e he, e de g[ran]de gloria de Deos, e bem dos proximos nomealo p[ar]a Bispo em alg[um] dos lugares, q[ue] no Reino estão vagos.

A outra pessoa que se me offerece, he D. Verissimo de Lancastro, Thesoureiro mór da Sé de Evora, e Inquisidor na m[es]ma cid[ad]e tenho tambem deste sugeito g[ran]de noticia, pelo tratar m[ui]to de perto, e residir m[ui]tos annos em Evora,aonde seus procedimentos, e talentos são mais conhecidos. Concorrem nelle,alem da qualid[ad]e do sangue, grande pureza de vida e costumes, de sorte q[ue] não se lhe resta vicio alg[um], nem ainda de leve suspeita, de q[ue] em alg[um]a hora soubesse, ou ouvisse falar. Todos os dias diz missa: he de amavel condição g[ran]de prud[ênci]a g[ran]de iuizo em todas as materias, grande comprehensão, e grandes letras. M[ui]to zeloso do bem

publico; para a qual não perdoa o trabalho. Donde sendo Provedor da Misericordia em Evora, p[or] sua propria mão, trasladou, e lançou em livro, q[uant]os papeis de importancia andavão soltos, arriscados a se perderem, pertencentes à casa da Misericordia. Finalm[en]te he pessoa, de taes p[ar]tes, e talentos q[ue] por vezes ouvi dizer a pessoas q[ue] tinham m[ui]to conheci[men]to das Ecclesiasticas principaes deste Reino, que não avia melhor barrete em Portugal. E assi he digníssimo, q[ue] V[ossa] Mag[estad]e: fie delle alg[um]dos principaes Bispados, que hão de prover.

A terceira he o Chantre de Coimbra, Domingos Ribeiro Cirne. O qual esta tão accreditado nesta Cid[ad]e. de virtuas, amigo de Deos, e zeloso do bem publico, principalm[en]te no espirital, q[ue] iulgo ser digno, de q[ue] V[ossa] Mag[estad]e ponha tambem nelle os olhos, para o nomear em alg[um] Bispado. O q[ue] eu posso afirmar, como testemunho da vista he, q[ue] no seu gesto, compustura de acções, e termos de falar, he como hum appontado noviço da mais reformada Religião. Consta me tambem q[ue] he m[ui]to bom Theologo, e p[or] tal he conhecido.

Isto he senhor o que iulgo acerca destas pessoas. Deos nosso Senhor assista com grandes auxilios da sua divina graça a V[ossa] Mag[estad]e, para q[ue] em materia de tantas consequencias, acerte com o melhor, de q[ue] ão mesmo [etc] se siga grande gloria, e a V[ossa] Mag[estad]e, e todos seus vassallos g[ran]de felicit[ad]e, espirital, e temporal. Coimbra 15 de fevereiro de 655,

Francisco Pinheiro

ÍNDICE

CIRCUNSTANCIADO

Letra A

1. Abbade
2. Abbade de Alçobaça (*consta Abbades de Alcobaca*)
3. Abranches
4. Abreus (*consta Abreus ou Avreus*)
5. Acontiado
6. Açoeiro
7. Açúcar
8. Adail
9. Adail mor
10. Adiantado (*consta Adiantado, ou adiantado mór, ou do Reino, mesmo verbete*)
11. Adro (*inexistente*)
12. Adultério
13. Advogado das Igrejas (*constam Advogados das Igrejas e Advogados Forenses em verbete separado*)
14. Afilhado
15. Agricultura
16. Aguazil (*inexistente*)
17. Aguiar
18. Aio
19. Ala (*inexistente*) – (*em Aza consta: “A Cav[alari]a ou Ordem militar da Ala ou da Aza[...]”*(grifo meu))
20. Alarde (*consta Alardo*)
21. Alcaçova
22. Alçada (*consta Alçadas*)
23. Alcaide dos Donzeis
24. Alcaide mor
25. Alcaide pequeno
26. Alcunhas
27. Alemquer
28. Alfama
29. Aleo
30. Alferes (*constam ‘Alferes mór, ou Alferes mór d’el Rei’ e ‘Alferes pequeno’ em verbetes separados*)
31. Alfitra (*inexistente*)
32. Alfonsim
33. Almadas
34. Almeidas
35. Almirante
36. Almirante mor
37. Almocaden
38. Almoxarife
39. Alteza
40. Alvarengas
41. Alvaril (*constam Alvasil e Alvasis gerais dos feitos crimes em verbetes separados*)
42. Alvelos
43. Alvias (*possível erro de transcrição; consta Alvins*)
44. Ama (*consta Amas*)
45. Amadigo
46. Amo
47. Amortização
48. Anadel
49. Andrade (*consta Andrades*)
50. Anduva (*consta Anuduva*)
51. Animaes nos escudos
52. Annoss uzuaes e annos emergentes
53. Aposentador mor
54. Apostoligos (*consta Apostólicos*)
55. Appelido (*consta Apelidos*)
56. Arabi mor
57. Arauto
58. Arcebispo de Lisboa
59. Ardingo
60. Argamil (*consta Arganil*)
61. Armada
62. Armadador mor
63. Armas das Famílias
64. Armas Reaes de Portugal
65. Armeiro mor

66. Arnás (*consta Arnáo*)
67. Arrabalde
68. Arraial (*consta Arraial, Arraial*)
69. Arrudas (*inexistente*)
70. Artilharia
71. A[steas?] (*inexistente*)
72. Aspas
73. Assumpção de Nossa Senhora (*consta Assumpção de N Senhora*)
74. Astrolábio
75. Athaides
76. Avelar
77. Avis
78. Áureo
79. Aza
80. Azambuja
81. Azaqui
82. Azeredos (*possível erro de transcrição; consta Azevedos*)

Não constam no índice inicial:

1. Amigo
2. Anel de Benção
3. Assinatura dos Bispos nas doações Reaes
4. Arruelas
5. Asna
6. Auto de Fé
7. Adua

Letra B

1. Bacinete
2. Balsão
3. Bandeiras
4. Bandos
5. Barão
6. Barbas
7. Barbosa (*consta Barbozas*)
8. Barbuda (*Barbudas, em verbete separado, não consta no índice inicial*)
9. Barra
10. Barregão

11. Barretos
12. Barros
13. Barrosos
14. Batida
15. Bastos
16. Behetria (*consta embaralhado com verbetes da letra A*)
17. Belém...Mosteiro de
18. Berredo
19. Betancor (*consta Betãcor*)
20. Bispos em Portugal
21. Botelhos
22. Bonças (*possível erro de transcrição; consta Bouças*)
23. Braganças
24. Brandões
25. Breves pontifícias
26. Briteiros
27. Britiandos
28. Brito
29. Bugalhos
30. Bulhões
31. Bulla da cruzada

Não constam no índice inicial:

1. Banda
2. Bispo
3. Barbudas
4. Barreiros (*verbeta sem texto*)

Letra C

1. Cabelleira
2. Cabello
3. Cab[o] de S. Vicente Vej. Promptório sacro.
4. Cabraes
5. Caçador mor
6. Çaga
7. Çalemas
8. Çaloios
9. Calheiros
10. Calvário

11. Calvos
12. Câmaras (*consta Cameras*)
13. Camareiro mor
14. Camões
15. Campolide
16. Cancioneiro geral
17. Canonicas em S. Cruz[a]da (*possível erro de transcrição; consta Canonicas em S. Cruz de Coimbra*)
18. Capella Real no Paço
19. Capellão mor
20. Capitão mór do Reino (*consta Capitão mór do Reino ou Capitão mór do Mar*)
21. Cardeal
22. Cardosos
23. Carneiros
24. Carpinteiros
25. Carpir sobre os finados
26. Carrácas (*consta Carraca*)
27. Carregueiros
28. Carvajales (*consta Carvaiales, Carvalhales ou Carvalhaes*)
29. Carvalhos
30. Casa da supplicação
31. Casa de Bragança
32. Casa da Moeda
33. Casa de vinte e quatro
34. Casa forte
35. Casamentos
36. Castanhedas
37. Castello Branco
38. Castros
39. Cathedral de Lisboa
40. Cavallaria
41. Cavalleiros de Espada
42. Causas e demandas
43. Ceitil
44. Celleiros
45. Cerda (*consta ...ou La Cerda*)
46. Cerveiras
47. César
48. Cetro (*possível erro de transcrição; consta Cetra*)
49. Cevadeiro
50. Chacim
51. Chamorro
52. Chancellor Ecclesiastico (*inexistente*)
53. Chancellor mor (*consta embaralhado com verbetes da letra A*)
54. Chefes de linhagem (*consta Chefe...*)
55. Christãos novos (*consta ...e Christãos velhos*)
56. Cidadãos de Lisboa
57. Cinquinho
58. Clérigos del Rei (*consta Clérigo d'el Rei*)
59. Coelhos
60. Cogominhos
61. Collaço
62. Coimbra – armas de...
63. Coirmão
64. Combate judicial
65. Comida em publico dos Príncipes de Portugal (*consta Comida em publico dos Reis e Principes*)
66. Com[erci]o de Portugal (*consta Commercio em Portugal*)
67. Compadre
68. Conceição de Nosso Senhor (*consta Conceição de Nossa Senhora*)
69. Concelho
70. Concordata
71. Concubina
72. Condado
73. Conde
74. Condestable
75. Conegos Regrantes (*consta Conegas regrantes*)
76. Cônegos
77. Conselho del Rei (*consta Conselho d'El Rei*)
78. Convento da Ordem de S. Domingos [...]

79.Conventos Duplicos (*consta Conventos Duplecos*)

80.Copeiro mor

81.Coroa

82.Corpo de Deos

83.Correas

84.Correas [Baharens?]

85.Corregedor

86.Corte Real

87.Cortes

88.Costaneiro (*consta Costaneiras*)

89.C[...] [*rasurado*]

90.Coudel mor (*consta Condel-mor*)

91.Coutinhos

92.Couto (*possível erro de transcrição; consta Conto(território)*)

93.Creação dos mancebos (*consta Criação*)

94.Crato Vej. Priorado do Crato

95.Criadas

96.Criados (*consta Criado, Criada*)

97.Cruzado

98.Cruzes em aspa

99.Cruzes de S. Jorge

100.Cunhas

101.Curutelo

102.Cuvilheiro (*consta Cuvilheira, ou cubicularia*)

Não constam no índice inicial:

1.Caldeiras

2.Canonização

3.Carreiras

4.Cavalleiro

5.Chellas

6.Clamores

7.Collegiadas

8.Costas

9.Cotica

10.Conceiros

11.Cruzes da Cruzada

12.Cruzes Floreteadas

13.Cirnes

Letra D

1. Dapifer

2. Demandas

3. Denodados (*consta Denodados votos*)

4. Descobrimentos marítimos (*consta Descobrim[en]tos Marítimos na costa centro o sul em Africa*)

5. Desembargo do Paço

Não constam no índice inicial:

1.Dinheiro

2.Dizimas ou Dízimos

3.Dó

4.Doações Reaes

5.Dobra

6.Dom

7.Dona

8.Donzella

9.Ducado moeda antiga

10.Ducatão

11.Duque

12.Duroos

13.Dinheiro Alfonsim

14.Divisa

15.Donzel

Letra E

1. Eça

2. Emparedadas (*consta Emparedadas e Encelladas*)

3. Empreza

4. Encilladas (*consta junto a Emparedadas*)

5. Encentos (*possível erro de transcrição; consta Encoutos*)

6. Era de César

7. Eremitica vida

8. Escanção

9. Escaques

10. Escolar (*consta Escolas*)
11. Escrituras antigas
12. Escrivão da Purid[ad]e
13. Escudeiro
14. Escudo
15. Escudo de Ouro
16. Escudo Real
17. Esmoler mor
18. Espada
19. Espada Ordem militar
20. Espadas Portuguezas
21. Espadim
22. Esses (*possível erro de transcrição; consta Essas*)
23. Estaís (*consta Estais de Lisboa*)
24. Estaços
25. Estrang[eir]os (*consta Estrangeiros admittidos para Povoadores*)
26. Espírito Santo – Vej. Festa do
27. Estrellas
28. Estremadura
29. Estribeiro mor
30. Eulegia (*consta Eulogia*)
31. Exercito antigo
32. Eychão (*consta Eychão ou Uchão*)

Não consta no índice inicial:

1. Engenhoso

Letra F

1. Façanha
2. Fajes (*consta Fafes*)
3. Falcoeiro mor
4. Familiares do Santo Off[ici]o
5. Faria
6. Fa[xas] (*consta Faxa*)
7. Feo
8. Festa do Espírito Santo
9. Feudo
10. Fidalgo de linhagem
11. Fidalguias da Beira

12. Figueiredos
13. Figueiroas
14. Filhamento
15. Fogaças
16. Firmas antigas
17. Foncecas (*consta FONSECAS*)
18. Foral
19. Fortes
20. Frades
21. Francos
22. Fratrissa
23. Freires
24. Freitas
25. Frizante
26. Frojaz
27. Fronteiro
28. Fronteiro mór
29. Furtado

Não constam no índice inicial:

1. Facha
2. Farinhas
3. Fidalgo
4. Fiéis de Deos
5. Freiras

Letra G

1. Gagos
2. Galilé (*inexistente*)
3. Galvões
4. Gança
5. Ganha dinheiro (*inexistente*)
6. Gascos
7. Gazua (*inexistente*)
8. Gedeões (*consta Gedeãos*)
9. Genealogia Real Portugueza
10. Gentil
11. Ginete (*consta Ginetes*)
12. Godinhos
13. Góes
14. Governador da Casa do Cível de Lisboa

15. Governador da casa e Relação do Porto (*consta Governador da Casa do Civel, e Relação do Porto*)
16. Governo Feudal
17. Grandes de Portugal
18. Grave
19. Guarda mór del Rei
20. Guedelha
21. Guedes
22. Guerra guerreada
23. Gusmão (*consta Gusmões*)

Não constam no índice inicial:

1. Gineta
2. Gramaxos
3. Guerra
4. Guete

Letra H

1. Henriques
2. Herança de bens de raiz prohibidas aos Ecclesiasticos
3. Honras
4. Hospital das Caldas da Rainha
5. Hospital grande de Lisboa
6. Hospital de S. Eloy em Lisboa
7. Hoste

Não consta no índice inicial:

1. Homenagem

Letra I/J

1. Janeiros (*possível erro de transcrição; consta Janeiras e Mayas*)
2. Jantar del Rei
3. Igrejas
4. Immunid[ad]e Ecclesiastica
5. Impressão
6. Índios
7. Industria dos antigos Portuguezes
8. Infanço

9. Infançóis (*possível erro de transcrição; consta Infanções*)
10. Infante
11. Invocação dos Santos nas batalhas
12. Judeos
13. Judi[aria] (*consta Judiarias*)
14. Juiz de Fora
15. Juiz dos Filhos del Rei (*possível erro de transcrição; consta Juiz dos Feiros del Rei*)
16. Justo
17. Juízo de Deos

Letra L

1. Lacerda
2. Lanças ou Lanceiros
3. Leal
4. Lei Mental
5. Leis
6. Leitões
7. Lemos
8. Limes (*possível erro de transcrição; consta Limas*)
9. Limoeiro de Lisboa
10. Lingua Latina
11. Lingua Portuguesa (*consta Lingoa Portuguesa*)
12. Lisonja
13. Livra
14. Livra de dez soldos
15. Livra pequena
16. Livraria
17. Lobeira
18. Lobos
19. Luar (*possível erro de transcrição; consta Luas*)
20. Lusitânia
21. Luto
22. Luxo

Não constam no índice inicial:

1. Lago

2. Leites

Letra M

1. Maceira
2. Machados
3. Madeira (*consta Madeiras*)
4. Madresilva (*consta Madre Silva*)
5. Magnates (*consta Magnates e Proceres*)
6. Magriços (*consta Magriço*)
7. Magros
8. Maias (*consta Maias – Vej. Janeiras*)
9. Malta
10. Manreis (*possível erro de transcrição; consta Manoeis*)
11. Mantellatas
12. Mãos mortas
13. Maravidis (*consta Maravidi*)
14. Marichal
15. Marinhos
16. Márquez
17. Martyres
18. Mascarenhas
19. Mattos
20. Mealha (*consta Mealhas*)
21. Médicos
22. Meirelles (*consta Meireles*)
23. Meirinho mór
24. Meirinhos mores das comarcas (*consta Meirinhos mores da comarca*)
25. Mellos
26. Mendonças
27. Meneses (*consta Menezes*)
28. Mercearias da Sé de Lisboa
29. Merlos
30. Mero e Mixto Imperio
31. Mesquitas
32. Mesteres (*consta Mesteres de Camara de Lisboa*)
33. Mestre Sala
34. Micer
35. Michões

36. Miles

37. Milícia

38. Mina

39. Minas de Portugal

40. Mirandas (*inexistente*)

41. Misericordia

42. Missa

43. Missionarios do Congo

44. Moabita (*possível erro de transcrição; consta Moabite*)

45. Modio

46. Moeda (*consta Moedas*)

47. Momizes (*consta Monizes*)

48. Monteiro mór

49. Montaria do Porco Preto

50. Monteiros

51. Morabitos (*consta Morabitos ou Maravides*)

52. Mordomo mór

53. Moradia

54. Moreiras

55. Mouras

56. Mouros

Não constam no índice inicial:

1. Maldonados

2. Moraes

3. Mottas

4. Mourarias

5. Muçarabes

6. Muleter

7. Maias ou Amaias

8. Meiras

Letra N

1. Namorados

2. Nápoles

3. Nazareth (*consta Nazareth, Nossa Senhora de*)

4. Negros

5. Nettos

6. Nobiliário
7. Nobregas
8. Nobreza
9. Nogueiras
10. Nomaes
11. Nomeada
12. Noronhas
13. Novaes
14. Números antigos

Letra O

1. Offícios da Casa Real
2. Oliveiras
3. Omenagem
4. Ordem da Cavallaria de Ala
5. Ordem da Cav[alari]a de Aviz
6. Ordem da Cav[alari]a de Santiago V. Santiago
7. Ordem de Christo
8. Ordem de S. João do Hospital
9. Ordenação do Reino (*consta Ordenações do Reino*)
10. Órfãos de Lisboa
11. Ouvidor

Não constam no índice inicial:

1. Ordem dos Templários
2. Ourigues
3. Oussia

Letra P

48 no índice inicial do documento

2 inexistentes no corpo do documento

6 não constam no índice inicial:

TOTAL: 52

1. Paceiro mor (*inexistente*)
2. Pachecos
3. Padrão das Medidas do pão (*consta Padrão de Medidas do pão*)

4. Padrinho dos Infantes (*consta Padrinhos dos Infantes no Baptismo*)
5. Padroado
6. Padroeiros (*consta Padroeiros das Igreja e Mosteiros*)
7. Palavra do Rei (*consta Palavra de Rei*)
8. Palla (*consta Pallas*)
9. Pão bento
10. Parentes p[o]r afinid[ad]e
11. Passavante
12. Passes (*possível erro de transcrição; consta Passos*)
13. Patacão
14. Peças
15. Pegado
16. Peixotos
17. Pelourinho de Lisboa
18. Penalvas
19. Pendão e Caldeira
20. Pereira (*consta Pereiras*)
21. Pestanas
22. Pé-terra
23. Pilarte
24. Pimenteis
25. Pintos
26. Plebeus miles
27. Pobres de Lisboa
28. Policia de Lisboa (*consta Policia de Lisboa e do Reino*)
29. Porco preto em Braga
30. Porcalho
31. Porteiro mor
32. Portugaes de Ouro (*possível erro de transcrição; consta Portuguez de Ouro*)
33. Portugal
34. Potentea
35. Pratores (*possível erro de transcrição; consta Prottores*)
36. Pranteadeiras
37. Prata
38. Preceptorio (*consta Preceptoria*)

39. Prestemo
40. Préstito
41. Príncipe
42. Priorado do Crato
43. Privado del Rei
44. Procissões de Lisboa
45. Procissões do Enterro e Ressurreição do Senhor
46. Promontório Sacro
47. Próceres (*inexistente; porém, consta 'Magnates e Proceres' na letra M*)
48. Provedores de Comarca

Não constam no índice inicial:

1. Patronímicos
2. Pinheiro
3. Pousador
4. Provincial
5. Prestimonio
6. Prereiro, S. Julião de

Letra Q

3 no índice inicial do documento

0 inexistentes no corpo do documento

0 não constam no índice inicial:

TOTAL: 3

1. Quantia
2. Quatro vinténs
3. Queroz

Letra R

22 no índice inicial do documento

0 inexistentes no corpo do documento

1 não constam no índice inicial:

TOTAL: 23

1. Rabuda
2. Rainha

3. Ratinhos
4. Reaes
5. Reaes brancos
6. Reaes pretos
7. Rebellos
8. Rebollos (*consta Rebolos*)
9. Rebotins
10. Regedor das Justiças
11. Reis de Armas
12. Reguengos (*consta Requengos*)
13. Relação de Lisboa
14. Relação do Porto
15. Rendas em terras da Coroa
16. Rendas do Reino em tempo del Rei Aff[ons]o Henriques
17. Reposteiro mor
18. Ribeiras ou Ribeiros
19. Rico Homem
20. Rochas
21. Rolins
22. Roquete

Não consta no índice inicial:

1. Reposteiro

Letra S

36 no índice inicial do documento

2 inexistentes no corpo do documento

3 não constam no índice inicial:

TOTAL: 37

1. Sacavera (*possível erro de transcrição; consta Sacavem. Ponte...*)
2. Saimentos dos Reis
3. Saldanhas
4. Salemas (*inexistente*)
5. Salgado
6. Salvado
7. Sandes
8. Santiago

9. Santos (*possível erro de transcrição; consta Santor*)
10. Santos o novo e Santos o velho
11. Saquitario (*consta Saquitario ou Zaquitario*)
12. Sás
13. Sciencia dos Ecclesiasticos
14. Sé de Lisboa
15. Seabra
16. Sello Real
17. Senhorio (*possível erro de transcrição; consta Senhoria*)
18. Sênior (*consta Senior*)
19. Separadas (*inexistente*)
20. Sepulturas
21. Sequeiras
22. Serviço
23. Severoas (*possível erro de transcrição; consta Severosas*)
24. Signiter
25. Silvas
26. Silveiras
27. Sizas
28. Soares de Albergaria
29. Sobrejuiz
30. Solar
31. Soldo
32. Sotil
33. Soveral (*consta Soveraes*)
34. Sousas
35. S. Vicente de Fora
36. Supplicação (*consta Supplicação, Casa da*)

Não constam no índice inicial:

1. Sanches
2. Sena
3. Santiago, Ordem da Cavallaria de
4. Senhor

Letra T

28 no índice inicial do documento

1 repetido

0 inexistentes no corpo do documento

2 não constam no índice inicial:

TOTAL: 29

1. Tabelliães
2. Talento
3. Taracenas (*consta Taracenas em Lisboa*)
4. Tavares
5. Taveiras
6. Tivolado
7. Tavoras
8. Taxas
9. Teives
10. Teixeira
11. Templários
12. Terçaria
13. Theologia
14. Titulos dos Reis de Portugal (*consta Titulo de Reis de Portugal*)
15. Titulos de grandeza
16. Topete
17. Tornes (*consta Tornés*)
18. Torre do Tombo
19. Tortões
20. Touro (*consta Touro, Touros, Tourinhos*)
21. Traducções
22. Tratam[em]to com q[eu] se [falla] aos Reis (*consta Tratamento com q[ue] se fallava aos Reis*)
23. Tregoa
24. Trinchante mor
25. Trem (*consta Tron; “fica sendo paronomaria de Trem”*)
26. Trovas
27. Trovas (*repetido*)

28. Typografia

Não constam no índice inicial:

1. Toscanos
2. Tostão

Letra U/V

25 no índice inicial do documento

1 inexistentes no corpo do documento

6 não constam no índice inicial:

TOTAL: 30

1. Vadios
2. Valentes
3. Valedia
4. Valles
5. Varellas (*consta Varelas*)
6. Vasconcellos
7. Vassallo
8. Vchão
9. Veador ou Vedor mór das obras
10. Veiros
11. Velhos
12. Vellascos
13. Vereador
14. Versos
15. Vida Eremitica
16. Vieiras
17. Vilhenas (*inexistente*)
18. Vinténs (*consta Vintem*)
19. Viola
20. Visconde
21. Visitas dos Reis pelo Reino
22. Vivas
23. Ulveirass
24. Universidade
25. Votos

Não constam no índice inicial:

1. Valadares

2. Veigas

3. Vicente

4. Vida Pobre

5. Vizinho

6. Vodo

Letra X

1 no índice inicial do documento

0 inexistentes no corpo do documento

0 não constam no índice inicial:

TOTAL: 1

1. X

Letra Z

2 no índice inicial do documento

0 inexistentes no corpo do documento

0 não constam no índice inicial:

TOTAL: 2

1. Zagallo (*consta Zagallos*)

2. Zarco

Imprima-se appontadas as leis respectivas notadas em artigos da Censura, e torne p[ar]a se cumprir. L[isbo]a a 6 de Fev[ereir]o de 1808. com 6 rubricas.

Vay com este Ms. o extracto da Censura, p[ar]a à vista delle se observar a Determinação do Despacho de 6 de Fev[ereir]o de 1808.

Dsc01259

Abba des de Alcobaça. – Os Abba des do Mosteiro de Alcobaça, da ordem de Cister, forão sempre mui respeitados neste Reyno, e estimados dos Reis delle. Erão Esmoleres mores, preeminencia q[ue] se concedeo aos primeiros Abba des, e se continuou em os mais até o tempo presente. Forão algum tempo Confessores dos Reis de Portugal. Erão do conselho dos mesmos Reis, e confirmavão nas doações immediatas aos Bispos, e primeiro q[ue] os Mestres das Ordens Militares. Em o tempo das guerras acudirão com certo numero de soldados como os mais Bispos. Visatarão alg[um] tempo os Mosteiros da Ordem de S. Bento, e os da Ordem de Cister m[ui]tos annos por comissão do Capitulo geral, e depois por mandato do Summo Pontífice e authoridade Real. Em o anno de 1393 se nomea o Abba de D. João Dornellas Visitador e reformador de todos os Mosteiros de Cister de Portugal, e deste titulo usarão os outros Abba des até os Infantes de Portugal D. Affonso e D. Henrique últimos Prelados perpetuos. Em os triennaes se renovou esta dignidade com maior firmeza. Provião muitas Abbadias de Mosteiros de sua filhação, como erão Ceiça, Bouro, S. Paulo, Tamarães, Maceiradam, Estrella,

Dsc01260

Priorado de Odivellas, sem os conventos terem liberdade de eleger, mas os Abba des de Alcobaça onde quer q[ue] estavam nomeavão os Prelados. Confirmavão as Abadessas outro sim da sua filhação, quaes erão Coz, Odivellas, Almoester, S. Bento de Evora, S. Bernardo de Portalegre, e N. Senhora de Tavira. Erão Prelados maiores da Ordem Militar de Christo. Quando se elegiao Grão Mestre assistia o Abba de Alcobaça, confirmava a sua eleição, e visitava a Ordem. Perdeo se o uso desta preeminencia em tempo do Cardeal D. Henrique Abba de Alcobaça. O Abba de D. Estevão, o qual floreceo pelos annos de 1260 governou o Arcebispado de Lisboa p[o]r mandado do Papa. Fr. A. Brandão Mon. part.3 L.10.cap.32. [1]

Forão sempre os Abba des de Alcobaça muy respeitados neste Reyno, e estimados dos Reys delle. Erão Esmoleres móres, preeminencia q' se concedeo aos primeiros Abba des, e se continuou em os mais até o t~epo presente [...][1]. Forão alg~u t~epo Cõfessores dos Reis de Portugal. Erão do cõselho dos mesmos Reys, e confirmavão nas doações immediatos aos Bispos, e primeiro q' os Mestres das Ord~es Militares [...][2]. Em o tempo das guerras acudirão com certo numero de soldados como os mais Bispos. Visatarão algum tempo os Mosteiros de Portugal da Ordem do Patriarcha S. B~eto de habito negro, e os da Ordem de Cister muitos annos primeiro por cõmissão do Capitulo geral, e depois por mãdato do S~umo Pontífice e autoridade Real. Em o anno de 1393 se nomea (sic) o Abba de Dom João Dornellas Visitador e reformador de todos os Mosteiros de Cister do Reyno de Portugal, e deste titulo usarão os outros Abba des até os Infantes de Portugal Dom Afonso e Dom Henrique ultimos Prelados perpetuos. Em os triennaes se renovou esta dignidade com maior firmeza. Provião muitas Abbadias de Mosteiros de sua filhação, como erão, Ceiça, Bouro, Saõ Paulo, Tamarães, Maceiradam, Estrella,

Priorado de Odivellas, sem os conventos terem liberdade de eleger, mas os Abba des de Alcobaça onde quer que estavam nomeavão os Prelados. Confirmavão as Abadessas outro si da sua filhação, quais erão Coz, Odivellas, Almoeste,r Saõ Bento de Evora, Saõ Bernardo de Portalegre, e Nossa Senhora de Tavira. Erão Prelados maiores da Ordem Militar de Christo. Quando se elegia Gram Mestre assistia o Abba de Alcobaça, confirmava a sua eleição, e visitava a Ordem. Perdeose o uso desta preeminencia em tempo do Cardeal D. Henrique Abba de Alcobaça, [...][3]. O Abba de D. Estevão, o qual floreceo pelos annos de mil duzentos e sessenta, governou o Arcebispado de Lisboa por mandado do Papa. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio.Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

[1]em q os Abbades cõmentatarios prov~e esta dignidade, como cousa daquela Abbadia.

[2](o q' em direito he grande preminencia, como adverte Caffaneo)

[3]que como a respeito de sua pessoa fosse pouca cousa de sua consideração, se não fez então caso dela, e hoje esta esquecida.

Abbate – O titulo de Abbades se dava antigamente aos Confessores particulares, deduzindo-o da palavra Abbas, q[ue] quer dizer, pai, por serem os Confessores pais espirituaes. Isto se prova de varios testamentos. Era tanto assim q[ue] tinham naquelle tempo por synonimos os nomes de Confessor e Abbate, q[ue] até o Conde D. Pedro tit.19 quando escreve o caso d’el Rei D. Ramiro do furto da Moura, e o engano com q[ue] o lançára em prizão el Rei Alboazar, seja qual for a certeza desta historia, diz q[ue] el Rei Ramiro dissera, vendo-se em poder de Alboasar: Confessei este pecado a meu Abbade, e elle me deo de pendença, q[ue] me viesse metter em teu poder. Durou o costume de chamar aos Confessores Abbades até o tempo d’el Rei D. João I. Fr. Fr. Brand. Mon.5.1.16.cap.37. [1]

Era coisa mui usada a qualquer ermitão antigo e veneravel chamar-lhe de Abbade, por q[ue] como Abbade queira dizer pai, e a elles se devia este nome, não differem em mais q[ue] chamar-lhe em grego Abba, e em Latim Pai. Fr. Bernard. de Brit. Chron. de Cister. Liv.2.cap.2. [2]

O titulo de *Abbades* davaõ entã aos Confessores particulares, deduzindo da palavra, *Abbas*, que quer dizer, *pay*, por serem os Confessores paes espirituaes. Nesta forma o acho em outros testamentos. [...] Era tanto assi, que tinham naquelle tempo por synonimos os nomes de *Cõfessor* e *Abbate*, que até o Conde Dõ Pedro [nota lateral: tit. 19] quando escreve o caso delRey D. Ramiro do furto da Moura, e o engano com que o lançára em prisão elRey Alboasar, seja qual for a certeza desta historia, diz q’ elRey Ramiro dissera, v~edose em poder de Alboasar: *Confessei este pecado a meu Abbade, e elle me deo de pendença, que me viesse metter em teu poder.* Durou o costume de chamar aos Confessores Abbades, até o tempos mais modernos. (*Monarquia Lusitana*, pp. 73-73v, 1650)

[...] coisa muy usada a qualquer ermitão antigo, e veneravel chamarlhe de Abbade [...] porque como Abbade queira dizer pay, e a elles se devia este nome, não differem em mais que chamarlhe em Grego Abba, ou em Latim Pay, [...] (*Primeyra parte da Chronica de Cister*, 1602)

[1] O trecho encontra-se, de fato, no capítulo 27 (XXVII), todavia, por erro tipográfico da edição o capítulo está erroneamente numerado 37 (XXXVII), o que indica ser mesmo esta edição da Quinta Parte da Monarquia Lusitana que o Pedro José da Fonseca tinha em mãos ao compilar este verbete: BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2] BRITO, Bernardo de, O. Cist. 1569-1617. Primeyra parte da Chronica de Cister : onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade / composta por Frey Bernardo de Brito... - Em Lisboa : por Pedro Crasbeek, 1602.

Abranches. Alguns Fidalgos do appellido de Almadas tomarão o de Abranches, por se lhes haver conferido o Condado deste nome, e tem as m[es]mas Armas dos Almadas. V[er]. Almadas. Fr. A Brand. Mon. part.3.l.10 cap. 29. [1]

Com tudo poderia ser ficassem herdados nella aquelles Capitães, cujos descend~etes pelo tempo adiãte tomariaõ o apelido de Almada, [...] Alcançaraõ eles [...] o Condado de Abranches [...] família com o appellido de Abranches , e de Almadas. [1] (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

[1] Segue-se a esse trecho a descrição das armas. O compilador deste verbete remete o leitor ao verbete sobre a família “Almada”, em que descreve suas armas.

Dsc01264

Abreus ou Avreus. Dos deste appellido trata o Conde D. Pedro em alguns lugares, dos quaes se colhe bem sua antiguidade e nobreza. Alem de outros Morgados possuem a casa de Regalados, q[ue] he humas das principaes de entre Douro e Minho. Trazem por armas em campo vermelho cinco cotos de aguia de ouro direitos em aspa, e por timbre hum dos cotos das armas estentido. Fr. A. Brand. Mon. part.4.1.13.c.24. [1]

Dos deste appellido trata o Conde D. Pedro em alguns lugares, dos quaes se colhe bem sua antiguidade e nobreza. Alem de outros Morgados possuem a casa de Regalados, que he humas das principaes de entre Douro e Minho. Trazem por armas em campo vermelho cinco cotos de aguia de ouro direitos em aspa, e por timbre hum dos cotos das armas estentido. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Açoeiro. Era officio da Casa Real, e tinha cargo das aves de volataria. Com este titulo nomeia el Rei D. Diniz a Ruy Paes Bugalho, confirmando-lhe no anno de 1290 huma casa, q[ue] o Infante D. Affonso seu irmão lhe dera em Arronches. Este fidalgo Ruy Paes Bugalho foi muito privado del Rei D. Diniz, e seu vassalo, e o foi também do sobredito Infante, irmão do m[es]mo Rei. Residia elle na villa de Santarem, onde os Reis de Portugal tinhão as aves de caça de volataria, por ser a dita villa vizinha das campinas de Almeirim tão dispostas para esta caça. As taes aves se guardavão dentro da Alcaçova em humas casas q[ue] chamavão as casas das mudas, p[or] q[ue] nellas as mandava el rei mudar em cada hum anno. Fr. Fr. Brand. Mon. part.6.Lib.18.c.2. [1]

Casou o irmão de Rui Paes em Santarem, como diz o Conde D. Pedro, e na própria Villa residiu também Rui Paes por ser Açoeiro del Rey D. Dinis, que tinha cargo das aves de volataria, titulo com que o mesmo Rey o nomea confirmandolhe no anno de 1290 hua casa que o Infante D. Afonso seu irmão lhe dera em Arronches. [p. 5a] Este fidalgo Ruy Paes Bugalho foi muito privado del Rei D. Diniz, e seu vassalo, e o foi também do Infante D. Afonso irmão del Rey. [p. 4b] Como as campinas de Almeirim são tão dispostas para a caça de volataria, tinhaõ os Reys de Portugal na vila de Santarem visinha as aves desta caça, e dentro da Alcaçova estavaõ as casas, as quaes chamavão as casas de mudas, por que nelas se recolhiaõ as taes aves, em particular no tempo da muda. [p. 5a][...] *onde el Rey manda mudar as suas aves em cada hum anno: [...][1] [p. 6a] (Monarquia Lusitana, 1672)*

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[1] Este trecho à página 6 é parta da transcrição que faz o Frei Francisco Brandão de um assento do Rei D. Manuel sobre as casas de muda.

Acontiado. Constava antig[amen]te o exercito de gente de cavallo e de pé. Os de cavallo ou erão Fidalgos vassallos d'el Rei, ou lanças q[ue] os Senhores trazião, ou Cavalleiros da Ordenança dos povos do Reino. Os homens de armas erão principalm[en]te os Fidalgos d'el Rei a q[ue] também chamavão Vassallos, os quaes erão obrigados a servir com certas lanças, p[or] cada huma das quaes lhes pagava el Rei certa quantia de livras conforme ás lanças, com q[ue] havião de servir, e erão obrigados a estar prestes com ellas, cada vez q[ue] fossem chamados. E se na ocasião da guerra levavão mais lanças das q[ue] erão obrigados, nem por isso lhes davão mais. O soldo destas lanças, ou se dava a dinheiro cada anno das rendas d'el Rei, ou o recebião os Fidalgos vassallos em terras, q[ue] lhes os Reis tinhão dado, como se vê dos Registros d'el Rei D. Fernando, nos quaes está huma doação, por q[ue] el Rei deo a Martin Vasques da Cunha as terras de Tarouca e Valdigem com condição q[ue] servisse com tantas Lanças armadas de todo ponto ao modo de França e Inglaterra, q[uan]tas se montassem nas rendas destes lugares a razão de 150 livras p[or] Lança. Porem aos Fidalgos q[ue] não servião mais q[ue] com sua própria Lança lhes dava el Rei p[or] ella 75 Libras, q[ue] era a qantia: e el Rei D. Pedro I os accrescentou o cento (Chr. d'el Rei D. João I. cap.72 e 130). Destes Vassallos, q[ue] el Rei assim pagava, levava quando morrião, o Cavallo e Loriga de Lestrosa[?] para ter sempre os cavalleiros

armados e providos: e a todo o filho de Fidalgo Vassallo, q[ue] nascia, se mandava logo huma carta da contia de seu pai, com q[ue] cresceo este este[sic] numero de Vassallos acontiados em grande maneira até o tempo d'el Rei D. Fernando: o qual querendo evitar huma tamanha despeza, mandou q[ue] se não desse a carta de contia senão ao filho mais velho do fidalgo vassallo e q[ue] em caso q[ue] morresse o primeiro, então succedesse o mais chegado. Vindo depois el Rei D. João I p[or] as alterações, q[ue] em tantos annos teve no Reino, não deo

Constava o Exercito de gente de cavalo, e de pé. Os de cavalo, ou erão Fidalgos Vassallos delRey, ou Lanças, que os Senhores trazião, ou Cavalleiros da Ordenança dos povos do Reyno. Os homens de armas erão principalmente os Fidalgos delRey, a que também chamavão Vassallos, os quaes erão obrigados a servir com certas lanças, por cada huma das quaes lhes pagava ElRey certa contia de livras confôrme ás lanças, com que havião de servir, e erão obrigados a estar prestes com ellas, cada vez, que fossem chamados. E se na ocasião da guerra levavão mais lanças das que erão obrigados, nem por isso lhes davão mais. O soldo destas lanças, ou se dava a dinheiro cada anno das rendas delRey, ou o recebião os Fidalgos Vassallos em terras, que lhes os Reis tinhão dado, como se vê dos Registros delRey D. Fernando, nos quaes está huma doação, porque ElRey deu a Martin Vasques da Cunha as terras de Tarouca, e Valdigem com condição, que servisse com tantas lanças armadas de todo ponto ao modo de França, e Inglaterra, quantas se montassem nas rendas destes lugares, a razão de 150 livras por lança. Porem aos Fidalgos, que não servião mais que com sua própria lança lhes dava ElRey por ella 75 Libras, que era a contia ordinaria: e ElRey D. Pedro os accrescentou o cento (14) [rodapé: *Chr. delRey D. João I. c.72. e 130. p.2.*]. Destes Vassallos, que ElRey assim pagava, levava, quando morrião, o cavalo, e loriga de luctuosa para ter sempre os Cavalleiros

armados, e providos: e a todo o filho de Fidalgo Vassallo, que nascia, se mandava logo huma carta da contia de seu pay, com que cresceo este numero de Vassallos acontiados em grande maneira até o tempo delRey D. Fernando: o qual querendo evitar huma tamanha despeza, mandou que se não desse a carta de contia, senão ao filho mais velho do Fidalgo Vassallo, e que em caso que morresse o primeiro, então succedesse o mais chegado. Vindo depois ElRey D. João I por as alteraçoes, que em tantos annos teve no

contia aos Fidalgos, mas som[en]te soldo; até q[ue] depois seguindo a usança antiga pôs de contia a cada Fidalgo mil libras para a Lança de sua pessoa; e p[o]r cada huma das q[ue] a segurião 700 e q[ue] o filho não houvesse contia se não como pudesse servir. Sev. de Far. Not. disc.2. [parágrafo] 7. Vej. Vassallo.^[1]

Reyno, não deu contia aos Fidalgos, mas somente soldo; até que depois seguindo a usança antiga, pos de contia a cada Fidalgo mil libras para a Lança de sua pessoa; e por cada huma das que a segurião 700 e que o filho não houvesse contia, senão como pudesse servir. (*Noticias de Portugal*, pp.43-44, 1655, 1740)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Açucar. Na Ilha do Funchal descoberta no anno de 1420 em menos de tres legoas desta Capitania se dava tanta novidade de açúcar em o tempo, q[ue] João de Barros escreveo a sua 1ª Decada, q[ue] alg[uns] annos rendeo o quinto ao Mestrado da Ordem de Christo, mais de sessenta mil arrobas. Mariz Dial. de var. Hist. dial. 4 cap. 4.p.149. [1]

Na Ilha do Funchal descoberta no anno de 1420 em menos de tres legoas desta Capitania se dava tanta novidade de açúcar em o tempo, que João de Barros escreveo a sua 1ª Decada, que alguns annos rendeo o quinto ao Mestrado da Ordem de Christo, mais de sessenta mil arrobas. (*Dialogos de Varia Historia*, 1672)

[1]MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz *Dedicados* Ao S.Õr Diogo Soares Lxa. Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffor Da [Cavapral] Anno. 1672.

Adail mór. Nos exercitos do Reino havia tambem adail mór, q[ue] hia com alguns ginetes diante do arraial descobrindo campo, como se vê da Historia del Rei D. Affonso V o qual parece q[ue] foi o primeiro q[ue] introduzio este officio trazendo-o de Africa, o qual ultim[amen]te andou na familia dos Peixotos, Senhores de Penafiel. Sever. de Far. Not. Disc.2 [parágrafo] 6. pag. 43. [1]

Nos exercitos do Reino havia tambem adail mór, que hia com alguns ginetes diante do arraial descobrindo campo, como se vê da Historia del Rei D. Afonso V o qual parece que foi o primeiro que introduzio este officio trazendo-o de Africa, o qual ultimamente andou na familia dos Peixotos, Senhores de Penafiel. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc01253

Adail. – He palavra Arabica, e significa guia de caminho emcoberto. Deriva de Delil. Em Castella ha m[ui]tos años se usou este nome á imitação dos Mouros: e no titulo 22 da L[ei] Partida se trata largam[en]te deste officio. Em Portugal se costumou depois da tomada de Ceita, e nas outras fronteiras de Berberia, e no Algarve os adais erão capitães do campo, q[ue] he o seu proprio officio. No Regim[en]to da guerra se referem ceremonias com q[ue] erão creados os Adais: o q[ue] tudo he tirado das Partidas de Castella, erão as seg[ui]ntes:

Havia de ser eleito p[ar]a Adail hum homem, q[ue] tivesse g[ran]de pratica de guerra, esforço, prudencia e leald[ad]e: e depois de escolhido tal homem, mandava el Rei p[or] doze adastirar informações com juram[en]to do Adail, q[ue] estava para se fazer, e affirmando elles q[ue] lhe dava el Rei espada, cavallo e armas, e mandava a hum Rico Homem, q[ue] lhe umgissem a espada sem pescoçada; e posto então o escudo no chão, com o concavo p[ar]a cima, se punha sobre elle o q[ue] havia de ser feito Adail, e el Rei lhe tirava a espada da cinta, e lhe dava nua na mão; e então os doze adais o levantavão o escudo no ar omais alto q[ue] podião, e olhando para o Oriente dava com a espada dous golpes em cruz, dizendo:

Dsc01254

Eu Fuão desafio todos os inimigos da Fé, e de meu Senhor el rei e da terra, e o m[es]mo fazia para as outras tres partes do Mundo. Depois mettia a espada na bainha, e el Rei lhe mettia na mão huma Bandeira dizendo q[ue] lhe outorgava q[ue] fosse Adail dalli em diante. E com isto ficava novam[en]te creado nesta dignid[ad]e, e podia trazer armas e cavallos, e assentar se a comer com os Cavalleiros del Rei, e podia capitanear os Almocadens e Almogavares, e qualquer outra gente de pé e de cavallo, q[ue] lhe fosse assignada. Erão juizes das cavalgaduras, para as dividirem e julgarem tudo o q[ue] nellas acontecesse. Sever. de Far. Not. Disc. 2 [parágrafo] 8 p.42. [1]

He palavra Arabica, e significa guia de caminho emcoberto. Deriva de Delil. Em Castella ha muitos años se usou este nome á imitação dos Mouros: e no titulo 22 da Lei Partida se trata largamente deste officio. Em Portugal se costumou depois da tomada de Ceita, e nas outras fronteiras de Berberia, e no Algarve os adais erão capitães do campo, que he o seu proprio officio. No Regimento da guerra se referem ceremonias com que erão creados os Adais: o que tudo he tirado das Partidas de Castella, erão as seguintes:

Havia de ser eleito para Adail hum homem, que tivesse grande pratica de guerra, esforço, prudencia e lealdade: e depois de escolhido tal homem, mandava el Rei por doze adastirar informações com juramento do Adail, que estava para se fazer, e affirmando elles que lhe dava el Rei espada, cavallo e armas, e mandava a hum Rico Homem, que lhe umgissem a espada sem pescoçada; e posto então o escudo no chão, com o concavo para cima, se punha sobre elle o que havia de ser feito Adail, e el Rei lhe tirava a espada da cinta, e lhe dava nua na mão; e então os doze adais o levantavão o escudo no ar omais alto que podião, e olhando para o Oriente dava com a espada dous golpes em cruz, dizendo:

Eu Fuão desafio todos os inimigos da Fé, e de meu Senhor el rei e da terra, e o mesmo fazia para as outras tres partes do Mundo. Depois mettia a espada na bainha, e el Rei lhe mettia na mão huma Bandeira dizendo que lhe outorgava que fosse Adail dalli em diante. E com isto ficava novamente creado nesta dignidade, e podia trazer armas e cavallos, e assentar se a comer com os Cavalleiros del Rei, e podia capitanear os Almocadens e Almogavares, e qualquer outra gente de pé e de cavallo, que lhe fosse assignada. Erão juizes das cavalgaduras, para as dividirem e julgarem tudo o que nellas acontecesse. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Adiantado ou adiantado mór, ou do Reino. El Rei D. João II nas cortes q[ue] celebrouem Evora no anno de 1481 tirou os adiantados, q[ue] em cada commarca do Reino havia. Seu pai el Rei D. Affonso V os creou. Erão pessoas principaes, e de títulos, q[ue] punhão por si Ouvidores q[ue] ouvião como corregedores. Rezend. Chron. del Rei D. João II cap.28. [1]

O governo das commarcas nas matérias de justiça antigam[en]te estava a cargo dos Meirinhos...Havia hum em cada commarca subordinado ao adiantado do Reino, justiça maior q[ue] lhes tomava a residencia, a q[uem] succedeo Meirinho Mor, p[or] q[uan]to darem pouco neste Reino a dignid[ad]e de Adiantado. Villas Boas Nobiliarch. c.15. [2]

Adiantado del Rei, ou Adiantado Mór da Cavallaria del Rei milicia antiga era o m[es]mo q[ue] Capitão General.

O adiantado q[ue] nos foraes antigos se tornaria algumas vezes Triumphado, Thynphado ou Thyunphado tinha por superior não só o Conde, mas tambem o vicecomos, ou Propositus Comiteis o Visconde. Veja se a Lei dos Visigodas. Liv.2 tit.2. Lei 26, e Liv.9.tit.1 Leis1,3,4. Gonçalo Mendes daMaia foi o primeiro adiantado, q[ue] houve emPortugal. Toda a sua vida exercitou a guerracontra os Mouros até a idade de [95?] annos em q[ue] morreo no anno de 1170, p[or] cuja causa lhe chamarão o Lidador. Morch[?]. Lus. L.11 cap.17. [3] Menezes Portugal Rest. tom.2 pag.22. [4]

El Rei D. João II nas cortes que celebrouem Evora no anno de 1481 tirou os adiantados, que em cada commarca do Reino havia. Seu pai el Rei D. Affonso V os creou. Erão pessoas principaes, e de títulos, que punhão por si Ouvidores que ouvião como corregedores. (*Chronica delRey D. João II, 1544*)

O governo das commarcas nas matérias de justiça antigamente estava a cargo dos Meirinhos...Havia hum em cada commarca subordinado ao adiantado do Reino, justiça maior que lhes tomava a residencia, a quem succedeo Meirinho Mor, por quanto darem pouco neste Reino a dignidade de Adiantado. (*Nobiliarchia Portugueza, 1676*)

Adiantado del Rei, ou Adiantado Mór da Cavallaria del Rei milicia antiga era o mesmo que Capitão General.

O adiantado que nos foraes antigos se tornaria algumas vezes Triumphado, Thynphado ou Thyunphado tinha por superior não só o Conde, mas tambem o vicecomos, ou Propositus Comiteis o Visconde. Veja se a Lei dos Visigodas. Liv.2 tit.2. Lei 26, e Liv.9.tit.1 Leis 1,3,4. Gonçalo Mendes da Maia foi o primeiro adiantado, que houve emPortugal. Toda a sua vida exercitou a guerra contra os Mouros até a idade de 95 annos em que morreo no anno de 1170, por cuja causa lhe chamarão o Lidador. (*Monarquia Lusitana, 1632*) (*Portugal Restaurado, 1679-1698*)

[1]REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bôdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofa principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

[2]VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiffimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde

de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

[3]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[4]MENEZES, D. Luís de, Conde da Ericeira (1631-1690). Historia de Portugal restaurado: offerecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor / escrita por Dom Luis de Menezes Conde da Ericeyra, do Conselho de Estado de S. Alteza, seu Vêdor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c. : tomo I [-II]. - Lisboa : na Officina de João Galraõ,, 1679-1698.

Adua. Esta palavra está hoje esquecida; significa certa gente plebéa obrigada ao reparo dos muros e castellos das Villas e Cidades pelo Reino; segundo consta de huma sentença, q[ue] deo a favor da Villa de Mertola, o Corregedor de Lisboa Affonso Fajeiro na Era de Cezar de 1442 e se conserva no Archivo da Meza da Consciencia e Ordens em hum Livro da ordem de Santiago, copiado por Álvaro Dias de Treollas, e reformado por Francisco Nunes de Paiva. Fr. Man. dos Santos Mon. part.8.liv. 22.cap.27.[1]

[...]significa certa gente plebéa obrigada ao reparo dos muros e castellos das Villas e Cidades pelo Reino; segundo consta de huma sentença, que deo a favor da Villa de Mertola, o Corregedor de Lisboa Affonso Fajeiro na Era de Cezar de 1442 e se conserva no Archivo da Meza da Consciencia e Ordens em hum Livro da ordem de Santiago, copiado por Álvaro Dias de Treollas, e reformado por Francisco Nunes de Paiva. (*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. *Monarquia Lusitana Parte VIII*. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Adulterio. Foi costume de Hespanha, introduzido pelos Godos, de q[ue] nas Historias antigas se faz menção, q[ue] os accusados de adultério, para provarem a sua innocencia tomavão [na mão] hum ferro em braza, antes de os queimarem (q[ue] era a pena daquella culpa) e se a mão ficava illesa, livravão da pena, porque se tinha por indício infalível de estarem innocentes; porem se a mão padecia o fogo, lhes confirmava a culpa, e erão logo queimados; uso ou abuso q[ue] se havia communicado a outras nações como se vê na Epistola Decretal de Honório III q[ue] em fim o prohibia a toda a Christandade; e deste estilo procedeo o proverbio de q[ue] quando queremos certificar alguma coisa costumamos dizer q[ue] poremos por isso a mão no fogo. José Soar. da Silv. Memor. del Rei D. J. o I T.I. L.1. cap.21 n. 164. [1]

[...] costume de Hespanha, introduzido pelos Godos, de que nas Historias antigas se faz menção, que os accusados de adulterio, para provarem a sua innocencia tomavaõ na maõ um ferro em braza, antes de os queimarem, (que era a pena daquella culpa) e se a maõ ficava illesa, livravaõ da pena, porque se tinha por indício infallível de estarem innocentes; porém se a maõ padecia o fogo, lhes confirmava a culpa, e eraõ logo queimados; uso ou abuso que se havia communicado a outras naçoens como se vê na Epistola Decretal de Honório III que em fim o prohibia a toda a Christandade; e deste estylo procedeo o proverbio, de que quando queremos certificar alguma cousa, costumamos dizer que, *poremos por isso a maõ no fogo.* (*Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I, 1730*)

[1] SILVA, José Soares da. “Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Historia Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças necessarias”. Livro I, Cap. XXI, pp.117-118.

Dsc01273

Advogados das Igrejas. O titulo de Advogado, em latim Advocatos, em tempos antigos se costumava nas Igrejas e Mosteiros assim em Hespanha, como nos mais Reinos da Christandade. Para resguardo e amparo dos Mosteiros e Igrejas, e defensão de suas herdades, e dotações, e privilegios tomarão os fundadores a tutela e a defensão delles, ou a encarregarão a alg[um] Principe e Cavalleiro principal. Estes taes chamavão advogados, Advocati, por lhes tocar a advocação e patrocínio do tal convento, cathedral, ou particular Igreja; e se tinha a Igreja jurisdições, o Advogado lhe administrava justiça. Por discurso do tempo vierão os Advogados e patrocinadores a ser os dannificadores dos m[es]mos bens das Igrejas q[ue] patrocinavão, levando grandes salarios, não entrando no principio a advocatura com outro interesse mais, q[ue] de amparar as Igrejas. Em tempo do nosso Rei D. Diniz vendo se as Igrejas opprimidas dos advogados se forão alliviando delles. Fr. F. Brand. Mon. part.5. l.17. e cap. 46.[1]

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. “Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a historia dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. *Offerecida à Real Magestade delRey D. Ioão o Quarto Nosso Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa.* Efcrita pelo Doutor Frei Francisco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Consciencia, & Ordens. *Com todas as licenças necessarias.* Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650”. Livro 17. Capítulo 46. pp. 268v-269.

Advogados Forenses. El Rei D. Pedro I sendo informado q[ue] havia advogados q[ue] dilatavão os feitos, e fazião p[o]r ambas as p[ar]tes, e davão occasião a malliciosas demandas, mandou q[ue] em seu reino os não houvesse, e

Dsc01274

assim se usou em todo o tempo do seu reinado. Nun. de [Leão?]. Chron. del Rei D. Pedro fol.180v.[1]

[1] LEÃO, Duarte Nunes de. “Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portvgal, Reformadas pelo

[...] *Advocatus*, que em tempos antigos se costumaua nas Igrejas, & mosteiros de assi em Espanha, como nos mais Reynos da Cristandade. Para resgoardo, & amparo dos mosteiros, & Igrejas, & defensão de suas herdades, & e dotaço~es, & privilégios, tomaraõ os fundadores a tutela, & defensão delles, ou a encarregavaõ a alg~u Principe, & caualeiro principal. Estes taes chamauaõ, Auogados, *Aduocati*, por lhe tocar a aduocatura, & patrocínio do tal conuento, cathedral, ou particular Igreja; & se tinha a Igreja jurifdiço~es, o auogado lhe adminiftrava justiça. Por discurso do tempo vieraõ os auogados, & patrocinadores a ser os danificadores dos mesmos bens das Igrejas que patrocinauaõ, leuando grandes salarios, não entrando no principio a auocatura com outro interesse mais, q de amparar as Igrejas, [...] [1]. Em tempo do nosso Rei Dõ Diniz vendose as Igrejas opprimidas dos auogados, se foraõ aliuiãdo delles [...]. (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana, 1650*)

[1] & cõ este zelo a aceitauaõ od Cõdes de Louaina em seus estados, gloriandose deste titulo, como diz Iusto Lipsio

Sendo informado, que auia auogados, que dilatauão os feitos, & fazião por ambas as partes, & dauão occasião a malliciosas demandas, mãdou, q~ em seu reino os não houuesse, &

assi se vsou em todo o tempo do seu reinado

Licencado Dvarte Nvnez do Lião, Desembargador da casa da Supplicação, per mandado del Rei Dom Philippe o primeiro de Portugal, da gloriosa memoria. *Com licença da Sancta Inquisição, & privilegio Real*. Em Lisboa. Impresso por Pedro Crasbeeck. Anno M. DC. [1600]”. Fólio 180, verso.

Afilhado. Os sacerdotes nomeavão antigamente afillados seus aquelles a q[ue] ministravão o sacramento do Baptismo. Por esta causa o Bispo do Porto D. Vicente em seu testamento chama seu afillhado a el Rei D. Dinis, q[ue] baptizára. D. Rodr. da Cunha Cath. part.2.c.12. [1] Fr. E. Brand. Mon. p.5.l.16.c.2.[2]

Bautizou ao novo Infante o bispo do Porto Dom Vicente [...] no testamento que fez quando morreo [...] Afillhado lhe chama pelo aver bautizado [...]. (*Monarquia Lusitana, 1650, pp. 4f-4v*)

[1]CUNHA, D. Rodrigo da Cunha (1577-1643). Cathalogo, e Historia dos Bispos d Porto. Offerecida a Diogo Lopes de Souza, Conde de Miranda, & Gouernador da Relação, & Casa do Porto, & feu districto: do Confelho de fua Magestade. Por D. Rodrigo da Cunha, Bifpo do Porto. No Porto. Por Ioaõ Rodriguez Impreffor de fuá Senhoria. Com as licenças necefsarias. Anno. 1623.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioaõ o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Agricultura. Em tempo del Rei D. Dinis, alg[uns] Mosteiros, Igrejas, e Lavradores q[ue] trazião casaes, q[ue] forão em outro tempo de fidalgos, querião conservallos na isenção em q[ue] elles os possuem. Tambem m[ui]tos Fidalgos pobres, q[ue] chegarão a servir officios mechanicos, conservarão os m[es]mos foros, e honravão suas herdades, q[ue] el Rei prohibio isentando som[en]te aquelles q[ue] fossem lavradores, e lavrassem herdades proprias, privilegiando nesta p[ar]te a agricultura justam[en]te como exercicio, q[ue] não faz perder a nobreza, em q[uan]to se não exercitar servindo a outros p[or] jornaleiro, ou em herdades alheias: e ainda q[ue] falla el Rei condicionalm[en]te, dizendo se conservassem os taes lavradores Fidalgos com as herdades honradas, se assim tinha sido costume em tempó dos Reis passados ajuntou esta condicional, não tanto p[or] duvidar, mas por segurança; p[or] q[ue] nas inquirições del Rei D. Affonso seu pai se acha expressada esta preeminencia aos Fidalgos q[ue] p[or] pobres lavravão herdades proprias. Com razão se estima a agricultura p[or] ministerio nobre, sendo o principal beneficio de q[ue] depende a sustenção[?] da vida humana, e como tal exercitada p[or] m[ui]tos q[ue] igualm[en]te apertarão o sceptro e o arado, com tanto louvor de Plínio, q[ue] diz respondião então melhor as searas, por se ver beneficiadas p[or] mãos nobres. Aos lavradores geralm[en]te concederão os Romanos g[ran]des preeminencias nas suas leis agrarias, e as nossas Ordenações do Reino. Fr. F. Brand. part.5. Liv.16 cap. 8º[1]

Nas primeiras Cortes q[ue] el Rei D. Fernando celebrou no anno de 1371 pelo mez de Setembro, a respeito de hum artigo destas Cortes q[ue]

Em tempo del Rei D. Dinis, alguns Mosteiros, Igrejas, e Lavradores que trazião casaes, que forão em outro tempo de fidalgos, querião conservallos na isenção em que elles os possuem. Tambem muitos Fidalgos pobres, que chegarão a servir officios mechanicos, conservarão os mesmos foros, e honravão suas herdades, que el Rei prohibio isentando somente aquelles que fossem lavradores, e lavrassem herdades proprias, privilegiando nesta parte a agricultura justamente como exercicio, que não faz perder a nobreza, em quanto se não exercitar servindo a outros por jornaleiro, ou em herdades alheias: e ainda que falla el Rei condicionalm[en]te, dizendo se conservassem os taes lavradores Fidalgos com as herdades honradas, se assim tinha sido costume em tempo dos Reis passados ajuntou esta condicional, não tanto por duvidar, mas por segurança; por que nas inquirições del Rei D. Affonso seu pai se acha expressada esta preeminencia aos Fidalgos que por pobres lavravão herdades proprias. Com razão se estima a agricultura por ministerio nobre, sendo o principal beneficio de que depende a sustenção da vida humana, e como tal exercitada por muitos que igualmente apertarão o sceptro e o arado, com tanto louvor de Plínio, que diz respondião então melhor as searas, por se ver beneficiadas por mãos nobres. Aos lavradores geralmente concederão os Romanos grandes preeminencias nas suas leis agrarias, e as nossas Ordenações do Reino. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Neste mesmo anno de 1371 estando ElRey em Lisboa celebrou no mez de Setembro as primeiras suas Cortes [p. 130] [...] Sobre o outro artigo das Cortes, que

tocava na falta e carestia de pão, desejando el Rei dar remedio aos damnos futuros; e sendo informado, q[ue] procedia a falha, não tanto das suas doações de terras e reguengos da Coroa, q[uan]to de não se cultivassem p[or] todo o Reino, m[ui]tos q[ue] a ociosid[ad]e, e menos

tocava na falta e carestia de pão, desejando el Rei dar remedio aos damnos futuros; e sendo informado, que procedia a falha, não tanto das suas doações de terras e reguengos da Coroa, quanto de não se cultivassem por todo o Reino, muitos que a ociosidade, e menos applicação dos

aplicação dos paizanos tornava em mato, fez e publicou huma Lei a q[ue] podemos chamar Agrária; a qual se vê no archivo da Câmara de Lisboa em hum Livro antigo q[ue] tem cartas e Provisões dos Reis fo1.50. He dada tambem em Cortes, e na Villa de Santarem aos 26 do mez de Junho Era de Cezar de 1413 – A suma desta lei ver na Part. 8. l.22 c.19 da Monarc. Lusitana p[o]r Fr. Manuel dos Santos [2], e em Duarte Nunes de Leão Chronica deste soberano. [3]

paizanos tornava em mato, fez e publicou huma Lei a que podemos chamar Agrária; a qual se vê no archivo da Câmara de Lisboa em hum Livro antigo que tem cartas e Provisões dos Reis, fo1.50. He dada tambem em Cortes, e na Villa de Santarem aos 26 do mez de Junho Era de Cezar de 1413 [...].(*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de São Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1729] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

[3] LEÃO, Duarte Nunes de. “Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portvgal, Reformadas pelo Licenicado Dvarte Nvnez do Lião, Desembargador da cafa da Supplicação, per mandado del Rei Dom Philippe o primeiro de Portugal, da gloriosa memoria. Com licença da Fancta Inquição, & privilegio Real. Em Lisboa. Impreffo por Pedro Crasbeeck. Anno M. DC. [1600]”.

Aguiar. De Pedro Mendes de Aguiar faz titulo particular o Conde D. Pedro, q[ue] he em numero 62 nomeando seus pais e avós até D. [Guedes?] o vêlho, seu tresavô, de quem diz q[ue] procedem os Gedeãos, e conforme a [computação?] dos tempos. Pero Mendes alcançou o reinado de el Rei D. Affonso Henriques. E assim se mostra ser o appellido de Aguiar hum dos antigos do Reino. Ficou de Pero Mendes m[ui]ta[?] descendencia, como se pode ver em o lugar referido do Conde D. Pedro, e p[o]r casam[en]to toca esta sucessão a m[ui]tas familias Matris de varios appellidos. Do appellido de Aguiar se conserva alg[um]a nobreza, e traz p[o]r Armas em campo de ouro huma aguia vermelha armada de preto estendida, e p[o]r timbre outra aguia. Fr. A. Brand. Mon. part.4 l.14. c.5º.[1]

O julgado de Aguiar pertencente ao districto de Barcellos foi dado pelo Conde D. Henrique a D. Guedes o velho seu companheiro, e delle tomarão o appellido seus descendentes, como se acha nas notas de Alvaro Ferreira de Varn. Plana 343. Vill. Boas, Nobiliarch. c.9. [2]

De Pedro Mendes de Aguiar faz titulo particular o Conde D. Pedro, que he em numero 62 nomeando seus pais e avós até D. Guedes o velho, seu tresavô, de quem diz que procedem os Gedeãos, e conforme a computação dos tempos. Pero Mendes alcançou o reinado de el Rei D. Affonso Henriques. E assim se mostra ser o appellido de Aguiar hum dos antigos do Reino. Ficou de Pero Mendes muita descendencia, como se pode ver em o lugar referido do Conde D. Pedro, e por casamento toca esta sucessão a muitas familias Matris de varios appellidos. Do appellido de Aguiar se conserva alguma nobreza, e traz por Armas em campo de ouro huma aguia vermelha armada de preto estendida, e por timbre outra aguia (*Monarquia Lusitana, 1632*)

O julgado de Aguiar pertencente ao districto de Barcellos foi dado pelo Conde D. Henrique a D. Guedes o velho seu companheiro, e delle tomarão o appellido seus descendentes [...]. (*Nobiliarchia Portvgveza, 1676*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiſſimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mór, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Aio – A criação dos Infantes se commettia sempre a alg[um] aio, q[ue] costumava ser pessoa de grande qualid[ad]e, confiança e merecim[en]to. Às vezes succedeo ter hum Infante dous aios. A el Rei D. Dinis se derão por aios Lourenço Gonçalves Magro, e Nuno Mathuas [o chamado] de Cochim. Fr. Fr. Brand. Mon. Port. 5. Liv. 16. c. 3. [1]

A criação dos Infantes se commettia sempre a algum aio, que costumava ser pessoa de grande qualidade, confiança e merecimento. Às vezes succedeo ter hum Infante dous aios. A el Rei D. Dinis se derão por aios Lourenço Gonçalves Magro, e Nuno Mathuas [o chamado] de Cochim (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Alardo. D. Alardo foi hum fidalgo Francez de nação; a q[ue]m El Rei D. Affonso Henriques deo Villa Verde. A doação foi passada em Janeiro de 1160. Nella concede el Rei a D. Alardo (a q[ue]m nomeia por alcaide) q[ue] posas dar foral p[ar]a se governarem os outros Francezes moradores da d[it]a Villa. Deste appellido Alardo houve e ha alg[um]a descend[enci]a q[ue] se temvir de D. Alardo, e tras p[o]r armas em campo vermelho tres flores de lis em triangulo, e entre ellas hua meia lua de prata, tymbre hum meio Leão armado de vermelho com colleira do m[es]mo. Fr. A. Brand. Monar. part.3. liv.10. c.29.[1]

D. Alardo foi hum fidalgo Francez de nação; a quem El Rei D. Affonso Henriques deo Villa Verde. A doação foi passada em Janeiro de 1160. Nella concede el Rei a D. Alardo (a quem nomeia por alcaide) que posas dar foral para se governarem os outros Francezes moradores da d[it]a Villa. Deste appellido Alardo houve e ha alguma descendencia que se temvir de D. Alardo, e tras por armas em campo vermelho tres flores de lis em triangulo, e entre ellas hua meia lua de prata, tymbre hum meio Leão armado de vermelho com colleira do mesmo. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Alcaçova. A Igreja Collegiada da Alcaçova de Santarem funda se com as esmolos de el Rei D. Affonso Henriques, a commenda da qual, posto q[ue] hoje pertence á ordem de Aviz, foi no principio dos Templarios. Ha nesta Igreja Conegos, Dig.des e mais Ministros, em forma q[ue] p[ar]a Igreja Cathedral lhe não falta mais q[ue] ter Bispo. Fr. A. Brand. Mon. part.3. l.11. c.39. [1] Vej.Capella Real no Paço.

[...] Igreja Collegiada da Alcaçova de Santarem funda se com as esmolos de el Rei D. Affonso Henriques, a commenda da qual, posto que hoje pertence á ordem de Aviz, foi no principio dos Templarios. Ha nesta Igreja Conegos, Dig.des e mais Ministros, em forma que para Igreja Cathedral lhe não falta mais que ter Bispo. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Alçadas. He costume m[ui]to antigo em Portugal mandarem os Reis Alçadas pelo Reino, seg[un]do os [...] dos tempos. Chamamos alçadas huns tribunaes ou casas de justiça, q[ue] constão de presid[enci]a, comp.^a[?] e authorid[ad]e de Ministros: os quaes em forma de Relação discorrem p[o]r todos os Povos com poderes Reaes, como em visita geral a desfazer agravos, castigar insultos, [tolher?] forças e humilhar poderosos, q[ue] mal usão da sua grandeza. Fr. L. de Sousa Vid. de D. Fr Bart. dos Marts.L.4 cap.1. [1]

Estas alçadas costumavão de tres em tres annos correr as comarcas do Reino e devassavão dos corregedores e officiaes de justiça. Mend. Pint. Fern. c.85.[2]

He costume muito antigo em Portugal mandarem os Reis Alçadas pelo Reino, segundo os tempos. Chamamos alçadas huns tribunaes ou casas de justiça, que constão de presidencia, competencia e autoridade de Ministros: os quaes em forma de Relação discorrem por todos os Povos com poderes Reaes, como em visita geral a desfazer agravos, castigar insultos, tolher forças e humilhar poderosos, que mal usão da sua grandeza. (*Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres, 1619*)

Estas alçadas costumavão de tres em tres annos correr as comarcas do Reino e devassavão dos corregedores e officiaes de justiça. (*Peregrinação, 1725*)

[1] GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prègadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na notavel Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

[2] PINTO, Fernão Mendes. Peregrinação Lisboa Oriental na Officinal Ferreyriana. 1725. Com todas as licenças necessárias, e Privilegio Real.

Alcaide dos Dozeis – era aquella q[ue] antig[amen]te tinha cuidado da educação dos Moços Fidalgos chamados então donzeis, q[ue] ordinariam[en]te erão primogenitos das casas illustres q[ue] se creavão no Paço. Este cargo corresponde hoje ao de Mestre Sala. Fr. Man. dos Santos Mon. Lusit. p.8. l.16. f.31. [1]

[...] era aquella que antigamente tinha cuidado da educação dos Moços Fidalgos chamados então donzeis, que ordinariamente erão primogenitos das casas illustres que se creavão no Paço. Este cargo corresponde hoje ao de Mestre Sala. (*Monarquia Lusitana, 1727*)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. *Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423.* Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Alcaide Mor – O nome e off[ici]o de Alcaide Mór he cousa mui antiga nesse Reino, introdozido e usado em todas as Cidades e Villas Grandes, e Fortalezas delle, des do tempo, q[ue] se foi libertado do jugo dos Mouros, q[ue] tantos annos opprimirão a Hespanha. O nome he barbaro, a significação, capitão, o officio he ser cabeça e presid[em]te no minist[éri]o da guerra. Por q[ue] a prim[eir]a coisa q[ue] os Reis fazião em tomando qual[que]r lugar aos Mouros era nomear pessoa de valor e confiança q[ue] o governasse, e vigiasse, e defendesse. E como os Barbaros, q[ue] sustentavão as terras fronteiras, usavão do nome de Alcaide, aquella id[ad]e pouco atilada servia-se também nas suas do nome dos inimigos. Em todos estes lugares ha certos dir[ei]tos, q[ue] são como propinas ou precalços, q[ue] de costume antigo pertencem aos Alcaides mores, q[ue] fazem o titulo alem de honroso, também rendozo; em humas p[ar]tes mais em outras menos, seg[un]do aqualid[ad]e e sítios das guerras Fr. L. de [Compa:] Vid. De R.Fr. [Ba...] de [Ma...] L. 3 c. 26. [1]

O cargo de Alcaide mor he ter prim[eir]o lugar p[ar]a tempo de guerra. He o nome mourisco, responde-lhe de presente o de capitão Mór. Id. Hist. De A. Dom. pas.3.1.6.c.1. [2]

Nos lugares g[ran]des, ou de sítio forte, em q[ue] havia Castello, puzerão os reis alcaides mores; o q[ue] costume, o officio foi introdozido em Hespanha, depois da entrada dos Arabes. Depois da qual sendo o póder dos Reis Christãos m[ui]to pe[quen]o, e não podendo resistir resisitir [sic] sempre no campo, se recolhião às cid[ad]es, e

Dsc 1235

como estas estavam sempre em fronteiras, assim como os tomavão, [lhe nomeavão] capitães p[ar]a q[ue] com os moradores, q[ue] tambem fazião officio de soldados se defendessem e vigiassem perpetuam[em]te, e o m[es]mo fazião os Mouros, pela continua guerra q[ue] lhes os nossos fazião: e daqui veio a haver em todos lugares fortes

O nome & officio de Alcayde mór he cousa muy antiga neste reyno, introduzido & usado em todas as cidades, & villas grandes, & fortalezas delle, des do tempo que se foy libertando do jugo dos Mouros que tantos annos opprimirão Espanha. O nome he barbaro, a significação, Capitão, & o officio he ser cabeça & presidente no ministerio da guerra. Porque a primeira cousa que os Reys fazião em tomando qualquer lugar aos Mouros, era nomear pessoa de valor & confiança que o governasse, vigiasse & defendesse. E como os barbaros que sustentavão as terras fronteiras usavão do nome Alcaydes: aquella idade pouco atilada servia-se tambem nas suas do nome dos inimigos. [...] [1] Em todos estes lugares ha certos direitos que são como propinas, ou precalços, que de costume antigo pertencem aos Alcaydes mōres, que fazem o titulo alem de honroso, tambem rendoso, em h~uas partes mais, & e noutras menos, segundo a calidade & sitio das guerras. (*Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Martyres*)

[...] O cargo de Alcayde Mór he ter primeiro lugar pera em tempo de guerra. He o nome Mourisco, respondelhe de presente o de Capitão Mór. [...] (Historia de S. Domingos)

Nos lugares grandes, ou de sitio forte, em que havia Caftello, poseraõ os Reys Alcaides Mōres; o qual costume, e officio foy introdusido em Espanha, depois da entrada dos Arabes. [...] [2] Porém depois da entrada dos Mouros, sendo o poder dos Reys Chriftoãs muito pequeno, e não podendo resistir sempre no campo, se recolhiaõ às Cidades, e

como estas estavaõ sempre em Fronteiras, assim como as tomavaõ, lhe nomeavaõ Capitaõ, para que com os moradores, que tambem faziaõ officio de soldados, se desendessem, e vigiassem perpetuamente, e o mesmo faziaõ os Mouros, pela continua guerra, que lhe os nossos faziaõ, e daqui veyo haver em todos os lugares fortes Capitaens ordinarios chamados Alcaides; o qual

Capitães ord[inari]os chamados alcaides; o qual nome recebemos dos arabes , e he derivado de Cahad, q[ue]tanto val como gov[ernad]or; e assim sendo o al, o artigo; o m[es]mo he dizer Alcaide q. o Presid[en]te, q[ue] governa; p[o]r q[ue] o Alcaide entre os Mouros tinha juntam[en]te o gov[ern]o da guerra, e da justiça.

No Reg[imen]to de guerra del Rei D. Affonso V há Particular titulo do alcaide mór, no q[ue] se ordenava q[ue] os Alcaides fossem Fidalgos de parte de pai e mãe, e q. vivessem sempre nos seus castellos, e fallecendo lhe succedesse o parente mais chegado, q[ue] estivesse no castello, e q[uan]do este faltasse, então se faria eleição de Alcaide até el Rei prover.

O off[ici]o de Alcaide mór era defender o castello, e têlo sempre provido de gente, armas, e bastimentos, e quando sahisse do castello, o q. nelle ficava, lhe havia de fazer homenagem delle. Os dir[eit]os dos Alcaides mores erão as carceragens, as penas de armas prohibidas, e as dos q[ue] mal vivião, e dos excommungados, forcas, tabelagens, casas de vendas: e nos lugares marítimos, os das barcas, e dos navios, q[ue] se carregassem no porto, conforme as toneladas, dous soldos p[o]r cada huma: e podia prover o alcaide pequeno com seus Escrivães, escolhendo dos apresentados da villa, e podião trazer seu contador diante do corregedor da corte. E além destes dir[eit]os em

Dsc01236

m[ui]tas p[ar]tes tinham grossas rendas de herdades e proprios applicados as alcaidarias. Nas cortes tem lugar os alcaides mores dos castellos del Rei, a q[ue]m dão homenagens, e os mais o fazem aos senhores, de q[ue]m os recebem. As principaes Fortalezas, q[ue] antig[amen]te haviano Reino, erão os do estremo, q[ue] ficavão fronteiras de Castella e Galliza: e o primeiro Rei q[ue] nesta matéria merece louvor he el Rei D. Sancho I e depois delle el Rei D. Dinis, q. cercarão os mais dos lugares do Reino. Sev. de Far. N[...]. [dire.] 2 [parágrafo]12. [3]

Os Alcaides não erão perpetuos, nem os officiaes annexos á geração; mas servião em q[uan]to era

nome recebemos dos Arabes, e he derivado de Cahad, que tanto val, como Governador; e assim sendo o al, o artigo; o mesmo he dizer Alcaide, que o Presidente, que governa; porque o Alcaide entre os Mouros tinha juntamente o governo da guerra, e da justiça.

No Regimento da guerra delRey D. Afonso V. há particular titulo do Alcaide Mór, no qual se ordenava, que os Alcaides fossem Fidalgos da parte de pay, e mãy, e que vivessem sempre nos seus Castellos, e fallecendo algum, lhe succedesse o parente mais chegado, que estivesse no Castello, e quando este faltasse, então se faria eleição de Alcaide, até elRey prover.

O officio de Alcaide Mór era defender o Castello, e telo sempre provido de gente, armas, e bastimentos, e quando sahisse do Castello, o que nelle ficava, lhe havia de fazer homenagem delle. Os direitos dos Alcaides Mores erão as carceragens, as penas das armas prohibidas, e as dos que mal vivião, e dos excommungados, forcas, tabolagens, casas de vendas: e nos lugares marítimos, os das barcas, e dos Navios, que se carregassem no porto, conforme às toneladas, dous soldos por cada huma: e podia prover o Alcaide pequeno com seus Escrivaens, escolhendo os dos apresentados da villa, e podião trazer seu Contador diante do Corregedor da Corte. E além destes direitos, em

muitas partes tinham grossas rendas de herdades, e proprios applicados às Alcaidarias. [...] [3] Nas Cortes tem lugar os Alcaides Mores dos Castellos delRey, a quem dão homenagem, e os mais a fazem aos Senhores, de quem os recebem. As principaes Fortalezas, que antigamente havia no Reyno, erão as do Estremo, que ficavaõ fronteiras de Castella, e Galliza: e o primeiro Rey que nesta materia merece louvor, he ElRey D. Sancho o I. e depois delle ElRey D. Diniz, que cercaraõ os mais dos lugares do Reyno. (*Noticias de Portugal*)

[...] os quaes Alcaides não erão perpetuos, nem os Officiaes annexos à geração; mas servião

mercê del Rei, e fazião resid[ênci]a cada hum no seu castello; e antes de entrarem nelle promettião com juram[en]to de não os entregar se não á pessoa m[es]mo d'el Rei, se o tinham delle, ou aquelle senhor de q[ue]m o recebião; e fazendo o contrario era o m[es]mo crime como se matassem a el Rei; e ficavão infames os Alcaides, e seus descend[ent]es p[ar]a sempre; donde vinha q[ue] esse era o posto de maior honra, q[ue] se praticava em todos os Reinos de Hespanha; e pela conservação desta mesma honra obravão alcaides excessos extraord[inári]os q[ue] temos nas nossas Historias. Q[uan]do os Alcaides sahião fora de suas Villas ou Fortalezas erão obrigados a deixar dentro Tenentes ou substitutos, a q[ue]m tomavão outro sem[elhan]te juram[en]to ou homenagem, antes de sahirem; e o tenente havia de ser huma tal pessoa, q[ue] se tivesse delle a m[es]ma confiança, como

enquanto era mercê delRey, e fazião residencia cada hum no seu Castello; e antes de entrarem nelle promettiaõ com juramento de não os entregarem senaõ a Pessoa mesmo delRey, se o tinhaõ delle, ou àquelle Senhor de quem o recebiaõ; e fazendo o contrario era o mesmo crime como se matassem elRey; e ficavaõ infames os Alcaides, e seus descendentes para sempre; donde vinha que este era o ponto de mayor honra, que se praticava em todos os Reinos de Hespanha; e pela conservação desta mesma honra obravaõ alguns Alcaides excessos extraordinários, que lemos nas nossas Historias: [...] [4] quando os Alcaides sahiaõ fóra das suas Villas, ou Fortalezas, erão obrigados a deixar dentro Tenentes, ou Substitutos, a quem tomavaõ outro semelhante juramento, ou homenagem, antes de sahirem; e o Tenente havia de ser huma tal pessoa, que se tivesse delle a mesma confiança, como

Dsc01237

do prop[ri]o Alcaide mór. Alg[um]as Cid[ad]es e Villas tinham sobre estas substituições seus costumes particulares, de q[ue] as Foraes de cada huma fazia menção; como era na cidade de Lisboa, aonde pelo Foral, o tem[en]te do Castello não podia ser outro q[ue] não fosse natural da cid[ad]e. Da Ordenação do Reino l.1 Tit. 74 [4] e tambem do reg[imen]to antigo da milícia [5] consta a nobreza q. os alcaides mores devião ter. Fr. Man. dos Santos [Mov.?] par. 8 L. 22 c 7. [6]

do proprio Alcaide mór. Algumas Cidades, e Villas tinham sobre estas substituições seus costumes particulares, de que os Foraes de cada huma fazia menção; como era na cidade de Lisboa, aonde, estando pelo Foral, o Tenente do Castello não podia ser outro, que não fosse natural da Cidade. (*Oitava Parte Monarquia Lusitana*)

[1] GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). “Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Martyres Da Ordem dos Prêgadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. *Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas* por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Tomo I. Lisboa, Na Typografia Rollandiana. 1818. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.” Livro III. Capitvlo XXVI. pp. 504-505. Esta edição contém dedicatória de Fr. Luis de Sousa á Cidade e povo de Viana datada de 1619, quando da 1ª edição da obra (INOCENCIO, 1973:328), em que afirma ser Fr. Luis de Granada quem primeiro havia se dedicado a escrever tal obra.

[1] E este perfevera oje sem nenh~ua differença do cargo & nome, mais que na palavra, mór, a qual se acrescentou pera distincção do Alcayde pequeno, que nos primeiros tempos era como sustituto ou tenente, & Capitão do Castello por nomeação & provimento do Alcayde mór pera servir em sua ausencia: & correndo o tempo ficou em genero de offício na Republica, & ufa de vara, & tem lugar em muytas cousas como membro da justiça.

[2] Por quanto os Romanos, como estavaõ senhores pacificos de todas as Provincias do Imperio, só nos confins tinhaõ a Milicia das suas Legioens alojadas em sitios aventejados, mas no campo, e não nos povos; e nestes Exercitos consistiaõ as forças da Republica, e não nas fortificaçoens dos lugares: donde vejo a facilidade, com que os Capitaens destes Exercitos se rebellavaõ, e fazião senhores do Imperio; porque como não havia lugares fortificados, em que os vencidos fe reparassem, roto hum

[2] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis. “Terceira Parte da Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Conquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em effilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767 [1678, 1ª ed. (INOCENCIO, 1973:328)].” Parte III. Livro VI. Capitulo I. p. 379.

[3] SEVERIM DE FARIA, Manuel. “Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.” Discurso II, Parágrafo XII, Dos Fronteiros do Reyno, e Alcaldes Mòres das Fortalezas, pp. 59-61.

[4] “Ordenações e Leis do Reino de Portugal, Recopiladas per Mandado delRey D. *Filippe o Primeiro. Decima Edição, segundo a de Coimbra de 1824.* Tomo I. Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade. 1833. Com Privilegio Real.” Livro Primeiro, Título LXXIV, *Dos Alcaldes Móres.*, pp.317-325.

[5] Regimento Antigo da Milícia, ou da Milícia Antiga, localizado no Arquivo de Alcobaça. Não consta na passagem aqui transcrita, mas está presente em outras da parte VIII da Monarquia Lusitana, aqui referida, por exemplo, à altura do livro XXII, capítulo XLVIII, p.373.

[6] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. *Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423.* Lisboa na Officina da Musica. 1729. Livro XXII. Capitulo VII. Nomea ElRey os Officiaes da Cafa Real, e provê de novos Alcaldes as Vilas, e Fortalezas do Reino. [...]. pp. 48-49.

Exercito, ficava logo o vencedor senhor absoluto de tudo. O mesmo estilo tiveraõ os Godos, e as outras Naçoens do Norte, que senhorearaõ Espanha.

[3] Pera mòr segurança dos lugares maritimos mandava o Regimento, que tanto que chegasse qualquer Navio Estrangeiro, o Alcaide pequeno, e Seus Escrivaõ fossem a elle, e escrevessem as armas, que trazia; e antes que se partissem, tornassem a fazer a mesma visita, para ver se levavaõ algumas mais do Reyno, que as que trouxeraõ, e os que eraõ comprehendidos, as perdiaõ para o Alcaide Mòr, e de tudo o dito muita parte està ainda em sua observancia.

[4] como foy o Alcaide mor de Coimbra Martim de Freitas em tempo delReys D. Sancho II. E Nuno Gonçalves de Faria por este mesmo Castello de Faria, que agora lhe deu ElRey D. Fernando: e

Alcaide Pequeno. A palavra, mór se accrescentou a Alcaide para distinção do Alcaide pequeno, q[ue] nos primeiros tempos como substituto ou Ten[en]te e Capitão do Castelo p[o]r nomeação e provimento do alcaide mor p[ar]a servir em sua ausencia: e correndo o tempo ficar em genero de officio na [Republica?],e usava de vara, e tem lugar em m[ui]tas coisas como membro da justiça. Fr. L. de Sousa V. de D. Fr. Bart das Mort. L.3. c.23.
[1]

Para maior segurança dos lugares maritimos mandava o Reg[imen]to, q[ue] tanto q[ue] chegasse q[ua]lq[ue]r navio estr[angeir]o, o Alcaide pequeno e seu escrivão fossem a elle, e escrevessem as armas, q[ue] trazia, e antes q[ue] partissem tornassem a fazer a m[es]ma visita, p[ar]a ver se levavão alg[um]as mais do Reino, q[ue] as q[ue] trouxerão, e os q[ue] erão comprehendidos, as perdião p[ar]a o alcaide mor, e de tudo o dito m[ui]ta p[ar]te está ainda em sua observancia. Sev. de Far. Not. disc. 2 [parágrafo] 12. [2]

El Rei D. Manuel deo o Officio de alcaide pequeno da Cid[ad]e de Lisboa a João de Nova, em satisfação de seus serviços, p[o]r ser a alcaidaria de Lisboa naquelle tempo hum dos principaes cargos della, e andarem em [homens?]Fidalgos, p[o]r ser huma só vára de a Cid[ad]e. João de Barros. Dec.1. l.5. cap.10.[3]

[...] A palavra mór se accrescentou a Alcaide para distinção do Alcaide pequeno, que nos primeiros tempos como substituto ou Tenente e Capitão do Castelo por nomeação e provimento do alcaide mor para servir em sua ausencia: e correndo o tempo ficar em genero de officio na Republica,e usava de vara, e tem lugar em m[ui]tas coisas como membro da justiça.

Para maior segurança dos lugares maritimos mandava o Regimento, que tanto que chegasse qualquer navio estrangeiro, o Alcaide pequeno e seu escrivão fossem a elle, e escrevessem as armas, que trazia, e antes que partissem tornassem a fazer a mesma visita, para ver se levavão algumas mais do Reino, que as que trouxerão, e os que erão comprehendidos, as perdião para o alcaide mor, e de tudo o dito muita parte está ainda em sua observancia.

El Rei D. Manuel deo o Officio de alcaide pequeno da Cidade de Lisboa a João de Nova, em satisfação de seus serviços, por ser a alcaidaria de Lisboa naquelle tempo hum dos principaes cargos della, e andarem em homens Fidalgos, por ser huma só vára de a Cidade.

[1] GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prêgadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na notavel Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres

do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[3] Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto. Nova edição offerecida a Sua Magestade D. Maria I. Rainha Fidelissima &c. &c. &c. Lisboa. Na Regia Officina Typografica. Anno MDCCLXXVIII [1778]. Com Licença da Real Meza Cenforia, e Privilegio Real.

Alcunhas. Tomarão-se alg[um]s appellidos ou sobrenomes de alcunhas, q[ue] se puzerão a varias pessoas de animaes da terra, peixes e aves, assim como Perdigão, Pegas, Falcão, Touro, Coelho, Raposa, Sardinha, Salema. Das cores, como os Pretos, Trigueiros, Morenos, De alg[um]a qualid[ad]e do corpo, como Barrigas, Calvos, Delgados, feios, Magros, Pestana, Velhos, Unhas. Outros de Instrumentos, como Caldeiras, Calças, Correias, Lemes, Pontes, Outros de arvores, hervas e flores, como os Figueiras, Oliveiras, Pinheiros, Moreiras, Carvalhos, Flores, Rozas, Carrascos[?]. E assim outros. Sev. de Far. Not. disc.3. [parágrafo] 2. [1]

Tomarão-se alguns appellidos ou sobrenomes de alcunhas, que se puzerão a varias pessoas de animaes da terra, peixes e aves, assim como Perdigão, Pegas, Falcão, Touro, Coelho, Raposa, Sardinha, Salema. Das cores, como os Pretos, Trigueiros, Morenos, De alguma qualidade do corpo, como Barrigas, Calvos, Delgados, feios, Magros, Pestana, Velhos, Unhas. Outros de Instrumentos, como Caldeiras, Calças, Correias, Lemes, Pontes, Outros de arvores, hervas e flores, como os Figueiras, Oliveiras, Pinheiros, Moreiras, Carvalhos, Flores, Rozas, Carrascos. (*Noticias de Portugal, 1655*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Alemquer. Os Alanos, valendo se do favor de Hermerico Rei dos Suevos, como diz André de Rezende, Antiquitat. lib.3 fundarão na comarca de Lisboa a Villa da Alemquer. O próprio nome desta Villa foi Alanker Kana, q[ue] tanto vale em lingua Alemã, como o templo dos Alanos: e depois abrandando a pronúncia do vocabulo, e diminuindo-lhe alg[um]as letras, veio a ficar na forma em q[ue] o nomeamos de Alemquer; villa nobre e mui cohecida neste Reino pela fertilid[ad]e de sua Comarca, e p[o]r ser bem dotal das Rainhas de Portugal, desdo tempo del Rei D. Affonso 3 a esta p[ar]te. Fr. Bernd de Brito Mon. Lusit. p.2. l.6. c.4. [1]

[...] Hermerico Rei dos Suevos, como diz o nosso Rezende [nota lateral: Antiquitat. lib.3] fundarão na comarca de Lisboa a Villa da Alemquer. [...] O próprio nome desta Villa foi Alanker Kana, que tanto vale em lingoa Alemam, como o templo dos Alanos: e depois abrandando a pronúncia do vocabulo, e diminuindo-lhe algumas letras, veio a ficar na forma em que o nomeamos de Alemquer; villa nobre e mui cohecida neste Reino pela fertilidade de sua Comarca, e por ser bem dotal das Rainhas de Portugal, desde o tempo delRey D. Affonso Terceiro a esta parte. (*Monarquia Lusitana*, 1609)

[1]BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1609.

Dsc01303

Aleo. Era hum instrumento de páo a modo de hum bastão grosso de dous palmos de comprimento, de q[ue] se diz usavão os antigos no jogo do truque ou da choca. Fr. Ant. da Purif. Chron. dos Eremit. de S. Agostinh. part.2. L.2. e.3 §6. [1]

Veja se Manuel de Faria e Sousa Comment[ari]o a Ègloga I de Camões est.8. p.168.[2]

[...] instrumento de páo a modo de hum bastão grosso de dous palmos de comprimento, de que se diz usavão os antigos no jogo do truque ou da choca.

[1]PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

[2]CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. Lvsiasdas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe Qvarto El Grande. Comentadas por Manvel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cfa Real [...]. Primero i Segundo Tomo. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros.

Alfama. O D. Rafael Bluteau no Vocabulario Portuguez [1] diz q[ue] este he o bairro mais antigo de Lisboa. O nome he arábico q[ue] quer dizer banho de agua quente, conforme explica João de Barros nas antiguid[ad]es do Minho Cap.2. [2] E p[or] q[ue] em Alfama ha g[ran]de copia de águas calidas, e já as havia em tempo dos Mouros, p[or] isso chamarão a este sitio Alfama, q[ue] corresponde às Thermas dos Gregos. Os curiosos podem ver a Duarte Nunes de Leão na Descrição de Portugal cap.12. pág.34. [3] João Bapt. de Castro Mapp. de Port. Tom. 3 part.5. [parágrafo]28 pag.384, n.309, not. 2 no baixo da pag. [4]

O P. D. Rafael Bluteau no Vocab. Portug., diz que este he o bairro mais antigo de Lisboa. O nome he Arabigo, que quer dizer banho de agua quente, conforme explica João de Barros nas antiguidades do Minho cap. 2. E porque em Alfama ha grande copia de aguas calidas, e já as havia em tempo dos Mouros, por isso chamarão este sitio *Alfama*, que corresponde às *Thermas* dos Gregos. Os curiosos podem ver a Duarte Nunes na *Descrição de Portugal* cap. 12. pag. 34. (*Mappa de Portugal, 1758*)

[1] BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. p.240.

[2] BARROS, João de. Antiguidades do Entre Douro e Minho. Capítulo 2.

[3] LEÃO, Duarte Nunes. Descrição do Reino de Portvgal. Per Duarte Nunez de Leão, defembargador da cafa de fuppliação. Dirigido ao illustriſſimo & muito excellente ãor Dom Diogo da Sylva, Duque de Francauilla, Conde de Salinas & Riudeo, Prefidente do confelho da coroa de Portugal. Em Lisboa. Impreffo com licença, por Iorge Rodriguez, Anno. 1610. Cap. 12, p.34.

[4] CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal pelo Padre Joã Bautista de Castro. Quinta Parte / *Recopila em Taboas Topografica as principaes Povoações da Provincia de Eftremadura; e defcreve as partes mais notaveis da Cidade de Lisboa antes, e depois do grande terremoto.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francifco Luiz Ameno. M. DCC. LVIII. Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real. Capítulo II. Da Ciudad.de Lisb. Parágrafo 28. Número 308. Nota 88. p. 633 (rodapé)

Alferes mór, ou Alferes mór d'el Rei. Signifer era o m[es]mo q[ue] Alferes mór, e tinha antig[amen]te maiores preeminencias, q[ue] os depois; p[o]r q[ue] comprehendia m[ui]tas das q[ue] hoje pertencem ao condestavel. Huma da preeminencias do Alferes antigo era q[ue] so elle tinha comedoria particular no acompanh[en]to Real, q[uan]do el Rei visitava asterras do seu Reino.

Porem ha se advertio, q[ue] ha dois officios de Alferes, em q[ue] he bem fazer distincção. Hum dos q[ue] levão o Guião Real nas batalhas; e o outro dos q[ue] propriam[en]te são Alferes Maiores do Reino assim na paz como, na guerra, e nas Cortes e juramentos dos Principes costumão levar a Bandeira Real. Pode ser q[ue] antig[amen]te ambos estes officios, q[ue] agora são distintos andassem unidos, e competissem a huma m[es]ma pessoa. Fr. A. Brand. Mon. p.3.1.9.c.7. [1]

Até o tempo del Rei D. Fernando o Alferes mór del Rei era o general do exercito, e fazia o officio do comdestavel o Marechal, como consta do seu titulo no Reg[imen]to de Guerra. Entre os Ricos Homens era dos prim[eir]os, q[ue] confirmavão as escrituras com o titulo de Signifer Regis. O nome de Alferes he arábico, q[ue] quer dizer tanto como Cavalleiro. Seu off[icio] he ao [p...] ter a Bandeira Real no acto de Levantam[en]to dos Reis, e levalla nos exércitos com a Pessoa Real; mas não estende a Bandeira senão em batalha campal. Sev. de Far. Not. Disc. 2. §.4. [2]

O Officio de Alferes mor em tempo dél Rei D. Dinis era o prim[eir]o e o mais nobre da casa Real; e a causa era q[ue] servia juntam[en]te de Condestavel como declara huma Lei das Partidas nestas

palavras, fallando de todos os officios da Casa Real: E destes el primero, y mas honrado es el Alferes q[ue] avemos. Fr. Fr. Brand. Mon. p.6.1.18.c.6. [3]

Signifer era o mesmo que Alferes mór, e tinha antigamente maiores preeminencias, que os depois; por que comprehendia muitas das que hoje pertencem ao condestavel. Huma da preeminencias do Alferes antigo era que so elle tinha comedoria particular no acompanhamento Real, quando el Rei visitava asterras do seu Reino.

Porem ha se advertio, que ha dois officios de Alferes, em que he bem fazer distincção. Hum dos que levão o Guião Real nas batalhas; e o outro dos que propriamente são Alferes Maiores do Reino assim na paz como, na guerra, e nas Cortes e juramentos dos Principes costumão levar a Bandeira Real. Pode ser que antigamente ambos estes officios, que agora são distintos andassem unidos, e competissem a huma mesma pessoa. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Até o tempo del Rei D. Fernando o Alferes mór del Rei era o general do exercito, e fazia o officio do comdestavel o Marechal, como consta do seu titulo no Regimento de Guerra. Entre os Ricos Homens era dos primeiros, que confirmavão as escrituras com o titulo de Signifer Regis. O nome de Alferes he arábico, que quer dizer tanto como Cavalleiro. Seu officio he ao presente ter a Bandeira Real no acto de Levantamento dos Reis, e levalla nos exércitos com a Pessoa Real; mas não estende a Bandeira senão em batalha campal. (*Noticias de Portugal, 1655*)

O Officio de Alferes mor em tempo del Rey D. Dinis era o primeiro e o mais nobre da casa Real; e a causa era que servia juntamente de Condestavel como declara huma Lei das Partidas nestas

palavras, fallando de todos os officios da Casa Real: *E destes el primero, y mas honrado es el Alferes que avemos.* (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[3] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Alferes Pequeno[1]. Costumão os Alferes mores ter outro Alferes, q[ue] chamão pequeno, a quem entregão a Bandeira q[uan]do estão impedidos p[ar]a a poder levar. Sev. de Far. Not. Dis.2 §4. [2]

Costumão os Alferes mores ter outro Alferes, que chamão pequeno, a quem entregão a Bandeira quando estão impedidos para a poder levar. (*Noticias de Portugal, 1655*)

[1] Consta na mesma página que “Alferes Mór”.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes.

Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc01294

Alfonsim Seg[un]do parece do cap.56 da chronica del Rei D. Fernando não houve mudança na moeda deste Reino até o tempo del Rei D. Aff[ons]o IV o q[ue] com consentim[en]to do Clero e povo, fez os dinh[ei]ros Alfonsis, mandando valer se doze dos outros, no q[ue] ganhou m[ui]to; p[o]r q[ue] vinha a fazer em cada marco de ganho quatro libras e quatro soldos; e estas libras são as q[ue] parece temos agora com o nome del Rei D. Affonso, humas batidas em Lisboa, p[o]r q[ue] tem hum L ao pé do nome del Rei, e outras lavradas no Porto; p[o]r q[ue] tem hum P em lugar de L. Sev. de Far. Not. disc. 4. §24.[1]

Houve huma moeda chamada Dinheiro Alfonsis pelo mandar bater el Rei D. Aff[ons]o IV como se vê da Chronica del Rei D. Fernando cap. 55, e refere se ser m[es]mo lugar q[ue] el Rei D. Affonso mandar, q[ue] nove destes dinheiros valem se hum Soldo, e 20 soldos huma livra das mais antigas de 36. Estes dinheiros erão do m[es]mo peso, q[ue] os velhos, mas na valia lhe levavão os velhos vantagem, pois 9 delles mandou el Rei q[ue] valessem hum soldo. Supposto isto, podemos dizer, q[ue] estes Dinheiros Alfonsis, se os considerarmos seg[un]do o peso valerão da nossa moeda[?] hum Real menos hum decimo; porem se os tomar[mos?] seg[un]do o vallor, q[ue] lhes el Rei deu, valerão da nossa moeda hum Real, e hum quinto de Real; p[o]r q[ue] todo soldo antigo vale dos [...] e quatro quintos de Real, q[ue] são 54 quintos; os quaes repartidos p[o]r 9 vem a cada hum 6 quintos, q[ue] he humReal, e hum quinto de Real, e tanto he a

Dsc01295

sua justa valia, conforme a nossa moeda. Esta parece q[ue] não correo mais q[ue] em tempo del Rei D. Affonso IV e q[ue] tornarão a valer 12 destes dinheiros hum soldo. id. ib [parágrafo] 44. [2]

Alfonsim tomou o nome del Rei D. Affonso IV q[ue] o bateo. Era de cobre, de prata, e de ouro. Tinha de huma p[ar]te o escudo do Reino, e do

Segundo parece do cap.56 da chronica del Rei D. Fernando não houve mudança na moeda deste Reino até o tempo del Rei D. Affonso IV o que com consentimento do Clero e povo, fez os dinheiros Alfonsis, mandando valer se doze dos outros, no que ganhou muito; por que vinha a fazer em cada marco de ganho quatro libras e quatro soldos; e estas libras são as que parece temos agora com o nome del Rei D. Affonso, humas batidas em Lisboa, por que tem hum L ao pé do nome del Rei, e outras lavradas no Porto; por que tem hum P em lugar de L. (*Noticias de Portugal, 1655*)

Houve huma moeda chamada Dinheiro Alfonsis pelo mandar bater el Rei D. Affonso IV como se vê da Chronica del Rei D. Fernando cap. 55, e refere se ser mesmo lugar que el Rei D. Affonso mandar, que nove destes dinheiros valem se hum Soldo, e 20 soldos huma livra das mais antigas de 36. Estes dinheiros erão do mesmo peso, que os velhos, mas na valia lhe levavão os velhos vantagem, pois 9 delles mandou el Rei que valessem hum soldo. Supposto isto, podemos dizer, que estes Dinheiros Alfonsis, se os considerarmos segundo o peso valerão da nossa moeda hum Real menos hum decimo; porem se os tomarmos segundo o vallor, que lhes el Rei deu, valerão da nossa moeda hum Real, e hum quinto de Real; por que todo soldo antigo vale dous e quatro quintos de Real, que são 54 quintos; os quaes repartidos por 9 vem a cada hum 6 quintos, que he humReal, e hum quinto de Real, e tanto he a

sua justa valia, conforme a nossa moeda. Esta parece que não correo mais que em tempo del Rei D. Affonso IV e que tornarão a valer 12 destes dinheiros hum soldo. (*Noticias de Portugal, 1655*)

Alfonsim tomou o nome del Rei D. Affonso IV que o bateo. Era de cobre, de prata, e de ouro. Tinha de huma parte o escudo do Reino, e do

outro a figura do m[es]mo Rei, q[ue] a lavrou com o seo nome na orla. a de cobre valia pouco mais de hum Real de cobre das que hoje correm. A de prata valia quase hum tostão. E a de ouro valia quinhentos e tantos reis. Fr. Ant. da Purif. Chron. dos [Erem.?] part.2.L.7. tit.6. [parágrafo] 6. [3]

outro a figura do mesmo Rei, que a lavrou com o seo nome na orla. a de cobre valia pouco mais de hum Real de cobre das que hoje correm. A de prata valia quase hum tostão. E a de ouro valia quinhentos e tantos reis.

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correaõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2] Idem.

[3]PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

Almadas. Nossos Chronistas dizem q[ue] os Fidalgos do appellido de Almada são descend[en]tes dos Capitães Inglezes, q[ue] se acharão no cerco de Lisboa em 1147 – Poderia ser q[ue] os ditos capitães ficassem [...dados?] na Villa de Almada, já naquelle tempo povoada, e q[ue] os seus descend[en]tes tomassem depois o appellido, ou p[o]r serem da própria villa, ou terem nella alg[um] senhorio – Ha hoje morgados ricos desta família com o appellido de Abranches e de Almadas. Tem p[o]r insignias de sua nobreza em campos de ouro huma banda azul com duas cruces de ouro floridas e vazias enter duas aguias vermelhas estendidas armadas de preto, e p[o]r tymbre huam das aguias do escudo estendidas. Fr. A. Bran. Mon. part.3. l.10. c.29. [1]

O nome Almada he formado he formado[sic] de tres palavras da Lingua Ingleza. Al, ys, made, q[ue] soão o m[es]mo q[ue] dizer: Tudo está feito e acabado. O curso dos annos as cortou e encurtou de sorte q[u]e fazem huma só, q[ue] ficou p[o]r nome a á Villa d'Almada e a huma [...], q[ue] nella e nos fundadores teve sua origem do appellido de Almada. Fr. L. de Sou. Hist. de S. Dom. part.3 l.6. c.8.[2]

[...]descendentes dos Capitães Inglezes, que se acharão no cerco de Lisboa em 1147 – Poderia ser que os ditos capitães ficassem na Villa de Almada, já naquelle tempo povoada, e que os seus descendentes tomassem depois o appellido, ou por serem da própria villa, ou terem nella algum senhorio – Ha hoje morgados ricos desta família com o appellido de Abranches e de Almadas. Tem por insignias de sua nobreza em campos de ouro huma banda azul com duas cruces de ouro floridas e vazias enter duas aguias vermelhas estendidas armadas de preto, e por tymbre huam das aguias do escudo estendidas. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

O nome Almada he formado de tres palavras da Lingua Ingleza. Al, ys, made, que soão o mesmo que dizer: Tudo está feito e acabado. O curso dos annos as cortou e encurtou de sorte que fazem huma só, que ficou por nome a á Villa d'Almada [...], que nella e nos fundadores teve sua origem do appellido de Almada. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Almeidas. Em tempo del Rei D. Sancho I já havia Almeida seg[un]do consta do livro das Inquisições del Rei D. Affonso III fol.34 q[ue] está na Torre do Tombo.He provavel q[ue] este appellido provem de Fernão Martins de Almeida, ao qual se deo a Alcinha de Canellas, p[o]r ser senhor da Quinta de Canellas, como se acha no m[es]mo Livro das Inquisições. Alcançou elle o Reinado de D. Sancho I e pode ser q[ue] del Rei D. Affonso Henriques, pois seu filho João Fernandes de Almeida era do tempo del Rei D. Affonso II e sua nobreza se manifesta pelas quintas privilegiadas q[ue] possuía. Não tem duvida ser esta huma das familias illustres e benemeritas do Reino, da q[ua]l existem varias casas Titulares, e m[ui]tas outras de morgados ricos. Trazem p[o]r armas em campo vermelho seis [Bezantes?] de ouro entre huma [Sobre?] Cruz, e bordaduras de ouro, e p[o]r tymbre huma [..ria?] de vermelho abezuntada de ouro. Fr. A. Bran. [Mon?]. p.3. L.11. c.2. [1]

D. Pelaio Amato ou Amado foi na corte do Conde D. Henrique, pessoa mui principal e conhecido de todos os Senhores de Portugal, e tão querido do prop[ri]o Conde, q[ue] dahi lhe veio o sobrenome de Amado. Era este fidalgo da geração dos Coelhos,q[ue] he a propria de Egas Monis, como se pode ver em Gonçalo Argole de Molina e no Conde D. Pedro. Casou com huma Dama da Rainha D. Thereza, chamada D. Marcia ou [Maninha] Gotteres, houve nella a D. Jociro Paes, e a D. [Ouroana?], q[ue] morreo sendo menina, e do parto desta menina faleceo. Deste Jociro Paes nasceu Paz Gotteres o Almeidão, e o

[nota lateral - Livro das Inquisições del Rei D. Affonso III fol.34] [...] ao qual se deo a Alcinha, por ser tambem senhor da Quinta de Canellas, como se acha no mesmo Livro das Inquisições. [...] Fernão Canellas parece ser o Fernão Martins de Almeida. [...] Alcansou o reinado de Dom Sancho o Primeiro, e pode ser que del Rei Dom Afonso Henriques pois seu filho João Fernandes de Almeida era do tempo del Rei Dom Afonso o Segundo, e sua nobreza se manifesta pelas quintas privilegiadas que possuía. [...] O que não tem duvida ser esta huma das familias illustres e benemeritas do Reyno, da qual existem varias casas Titulares, e muitas outras de Morgados ricos [...] Trazem por armas em campo vermelho seis Bezantes de ouro entre huma dobre Cruz, e bordaduras de ouro, e por tymbre huma Aguia de vermelho abezuntada de ouro. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

D. Pelaio Amato ou Amado foi na corte do Conde D. Henrique, pessoa mui principal e conhecido de todos os Senhores de Portugal, e tão querido do proprio Conde, que dahi lhe veio o sobrenome de Amado. Era este fidalgo da geração dos Coelhos, que he a propria de Egas Monis, como se pode ver em Gonçalo Argole de Molina e no Conde D. Pedro. Casou com huma Dama da Rainha D. Thereza, chamada D. Marcia ou Maninha Gotteres, houve nella a D. Jociro Paes, e a D. Ouroana, que morreo sendo menina, e do parto desta menina faleceo. Deste Jociro Paes nasceu Paz Gotteres o Almeidão, e o

prim[eir]o q[ue] teve este appellido, p[o]r q[ue] cobrou dos Mouros o Castllo de Almeida em Riba de Coa[?], e se achou com el Rei D. Sancho I sendo inda Principe, na batalha dos Campos de Arganhal ou Arganhas, como hoje se chamão. Pas Gotteres de Almeida foi mui privado de el Rei D. Affonso o Gordo, teve hum filho chamado Pero Paes de almeida, q[ue] se foi p[ar]a Cast[el]a com el Rei D. Sancho o capello, e depois delle morrer se tornou a Portugal: teve

primeiro que teve este appellido, por que cobrou dos Mouros o Castllo de Almeida em Riba de Coa, e se achou com el Rei D. Sancho I sendo inda Principe, na batalha dos Campos de Arganhal ou Arganhas, como hoje se chamão. Pas Gotteres de Almeida foi mui privado de el Rei D. Affonso o Gordo, teve hum filho chamado Pero Paes de almeida, que se foi para Castela com el Rei D. Sancho o capello, e depois delle morrer se tornou a Portugal: teve hum filho

hum filho chamado Fernão Pires d'Almeida, q[ue] em tempo del Rei D. Dinis foi Alcaide mor da Villa de Avó, e achou se com el Rei D. Affonso o Bravo na batalha do Salado. Seu filho Pero Fernandes d'Almeida foi da casa del Rei D, Pedro, sendo ainda Príncipe, e servio a D. Ignez de Castro p[o]r ordem sua. filho deste foi Fernão d'Alvares d'Almeida, veador de D. João Mestre de Avis, e Rei q[ue] veio a ser de Portugal. E deste finalm[en]te p[o]r linha diretta vem os Condes (hoje Marquesés) de Abrantes. Fr. B. de Brito [Chr?]. de [C...?]. 1.5 e 6. [2]

O nosso illustre Poeta Jeronymo Corte Real no seu Poema do 2º cerco da [...] canto 3. [3] fallando de d. João de Mascar[enh]as diz

Depois q[ue] o capitão vio começada
a guerra com furor com tal soberba,
As estancias reparte p[o]r fidalgos:
O primeiro dos quaes dom João era
d'Almeida: q[ue] em trabalhos e perigos
Mostrava aquelle esforço e grande preço
Do sangue antigo e puro dando vinho.

Pero d'Andrade Caminha em suas poesias na epístola 56 [4] diz de D. Francisco d'Almeida, prim[eir]o Vice Rei D. Índia:

O illustre D. Francisco aqui se encerra,
Dos illustres Almeidas ramo claro.

chamado Fernão Pires d'Almeida, que em tempo del Rei D. Dinis foi Alcaide mor da Villa de Avó, e achou se com el Rei D. Affonso o Bravo na batalha do Salado. Seu filho Pero Fernandes d'Almeida foi da casa del Rei D, Pedro, sendo ainda Príncipe, e servio a D. Ignez de Castro por ordem sua. filho deste foi Fernão d'Alvares d'Almeida, veador de D. João Mestre de Avis, e Rei que veio a ser de Portugal. E deste finalmente por linha diretta vem os Condes Abrantes. (*Chronica de Cyster, 1602*)

Depois que o capitão vio começada
a guerra com furor com tal soberba,
As estancias reparte por fidalgos:
O primeiro dos quaes dom João era
d'Almeida: que em trabalhos e perigos
Mostrava aquelle esforço e grande preço
Do sangue antigo e puro dando vinho.
(*Successo do Segundo Cerco de Diu, 1784*)

O illustre D. Francisco aqui se encerra,
Dos illustres Almeidas ramo claro
(*Poezias de Pedro de Andrade Caminha, 1791*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] BRITO, Bernardo de (1569-1617). Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade composta por Frey Bernardo de Brito (...) Em Lisboa: por Pedro Crasbeck, 1602.

[3] CORTE-REAL, Jerónimo. FARINHA, Bento Jose de Sousa. Successo do Segundo Cerco de Diu. Estando Dom Joham Mazcarenhas por Capitam da Fortaleza. Anno de 1546. Fielmente copiado da Ediçam de 1574. Por Bento Jose de Sousa Farinha, Professor Regio de Filozofia, e Socio da Academia das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Na Offic. De Simam Thaddeo Ferreira. Anno M. DCC.

LXXXIII [1784]. Com Licença da Real Meza Censoria.

[4] CAMINHA, Pedro de Andrade. *Poezias de Pedro de Andrade Caminha*, mandadas publicar pela Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa Na Officina da Mesma Academia. MDCCXCI. Com licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros.

Dsc01292

Almirante. Este nome Almirante he arabico, seg[un]do [sente?] Scipião [Amidato?], e o mostra D. Sebastião Covarrabias, o qual diz q[ue] Almirante tanto val como Príncipe ou General do Mar. As ceremonias, com q[ue] se este officio antig[amen]te dava, seg[un]do el Rei D. Affonso V no seu Reg[imen]to, da guerra era precedendo a vigilia ord[inari]a na Igreja, q[ue] prim[eir]o em todos os actos graves das cav[aleir]os se fazia, p[o]r offerecerem a Deos suas acções, e com este pio principio terem felice successo. Ao outro dia vestindo se hia da Igreja ao Paço o m[es]mo Almirante acompanhado, e el Rei recebendo-o em sala publica lhe mettia hum anel no dedo da mão direita, e lhe dava huma espada curta, e lhe entregava na esquerda hum Estandarte com as Armas Reaes. E o novo Almirante fazia preito e homenagem a el Rei de o servir bem e lealm[en]te; em que ficava general de todas as Frotas e Armadas do Reino, e tinha jurisdição sobretodos os q[ue] nellas hião embarcados, p[ar]a fazer justiça em todos os casos q[ue] succedessem, e seus mandados se cumprião em q[ual]q[ue]r lugar onde chegava com a armada, no q[ue] p[ar]a ella pertencia: e p[ar]a isso tinha seus servidores, Alcaides, e Meirinhos, Carcereiros e mais Officiaes de justiça, e dos Alcaides se appellava p[ar]a o Alm[iran]te, e do alm[iran]te p[ar]a el Rei: e esta jurisdição começava do dia q[ue] sahia do Porto com a armada, até q[ue] se desembarcava. Os dir[ei]tos q[ue] tinha o Alm[iran]te, erão a quinta p[ar]te do q[ue] cabia a el Rei de todas as prezas, q[ue] tomava aos inimigos, tirando navios, armas, e prizion[eir]osde mercê; o q[ue] q[uan]do el Rei o queria tomar, era obrig[a]do a dar cem livras portuguezas, e dellas tinha o alm[iran]te a q[uin]ta p[ar]te.

O prim[eir]o q[ue] teve este titulo de [fato?] e [...] foi [Misser?] M[ano]el Peçanha. Fidalgo genovez. Este alem do sobr[e]d[it]o se contractou com as seg[ui]ntes condições particulares. Prim[eiramen]te q[ue] el Rei

He este nome *Almirante* Arabigo, segudo sente Scipião Amirato, e o mostra D. Sebastião Covarrabias, o qual diz que Almirante tanto val como Príncipe ou General do Mar. As ceremonias, com que se este officio antigamente dava, segundo el Rei D. Affonso V no seu Regimento, da guerra era precedendo a vigilia ordinaria na Igreja, que primeiro em todos os actos graves dos cavaleiros se fazia, por offerecerem a Deos suas acções, e com este pio principio terem felice successo. Ao outro dia vestindo se hia da Igreja ao Paço o mesmo Almirante acompanhado, e el Rei recebendo-o em sala publica lhe mettia hum anel no dedo da mão direita, e lhe dava huma espada curta, e lhe entregava na esquerda hum Estandarte com as Armas Reaes. E o novo Almirante fazia preito e homenagem a el Rei de o servir bem e lealmente; em que ficava general de todas as Frotas e Armadas do Reino, e tinha jurisdição sobretodos os que nellas hião embarcados, para fazer justiça em todos os casos que succedessem, e seus mandados se cumprião em qualquer lugar onde chegava com a armada, no que para ella pertencia: e para isso tinha seus servidores, Alcaides, e Meirinhos, Carcereiros e mais Officiaes de justiça, e dos Alcaides se appellava p[ar]a o Almirante, e do almirante para el Rei: e esta jurisdição começava do dia que sahia do Porto com a armada, até que se desembarcava. Os direitos que tinha o Alm[iran]te, erão a quinta parte do que cabia a el Rei de todas as prezas, que tomava aos inimigos, tirando navios, armas, e prisioneiros de mercê; o que quando el Rei o queria tomar, era obrigado a dar cem livras portuguezas, e dellas tinha o almirante a quinta parte.

Alem disto se contratou Micer Manoel Paçanha com estas condições particulares. Primeiramente, que elRey

Dsc01293

lhe daria huma Villa, e de presente lhe deo logo o

lhe daria huma Villa, e de presente lhe deo logo o

lugar do Pereira com todos os Dir[ei]tos Reaes, q[ue] nelle tinha, e 3\$ livras em cada hum anno, até lhe dar a d[it]a villa, q[ue] fosse deste rendim[en]to. Q[u]e o Officio de Alm[iran]te andaria sempre nelle, e em seus legitimos descend[en]tes; e q[ue] faltando elles então poderia el Rei eleger p[ar]a o off[ici]o q[ue]m lhe parecesse; e q[ue] [...] el Rei em ex[erci]to p[or] terra, serão obrigados os Alm[iran]tes a acompanhallo, mandando-lhe el Rei, e de outro modo não. E não seria obrig[a]do a se embarcar em pessoa em menos de tres galés; e o Alm[iran]te se obrigar[?] a ter 20 homens praticos no mar, p[ar]aalcaides e arraes das galés, os quaes em q[uan]to andassem nellas, daria el Rei ao Alcaide 12 livras [...] p[or] mez, e ao arraes 8 e agoa e biscouto, fallecendo alg[um] dos d[it]os homens dava ao Alm[iran]te 8 mezes de tempo p[ar]a prover o tal lugar. Este contrato se guardou até o tempo delRei D. João I. Sev. de Far. Not. disc. 2. § 13. [1]

Almirante Mór até o tempo del Rei D. Dinis era o m[es]mo q[ue] general d'Armada de alto bordo, q[ue] o titulo de almirante sem mór conferia ao general das galés, e este era o costume tambem de Castella como se pode ver em Salazar de Mendonça nas suas dignid[ad]es. Fr. A. Brand. Mon. part. 6 l. 18 c. 56. [2]

lugar do Pereira com todos os Direitos Reaes, que nelle tinha, e tres mil livras em cada hum anno, até lhe dar a dita villa, que fosse deste rendimento. Que o Officio de Almirante andaria sempre nelle, e em seus legitimos descendentes; e que faltando elles então poderia elRey eleger para o officio quem lhe parecesse; e que indo el Rey em exercito por terra, serão obrigados os Almirantes a acompanhallo, mandando-lhe el Rei, e de outro modo não. E não seria obrigado a se embarcar em pessoa em menos de tres galés; e o Almirante se obrigou a ter 20 homes praticos no mar, para alcaides e arraes das galés, os quaes em quanto andassem nellas, daria el Rei ao Alcaide doze livras, e meia por mez, e ao arraes 8 e agoa e biscouto, fallecendo algum dos ditos homens dava ao Almirante oito mezes de tempo para prover o tal lugar. Este contrato se guardou até o tempo delRei D. João I. (*Noticias de Portugal, 1655*)

[...]até o tempo delRey Dom Dinis era o mesmo que general d'Armada de alto bordo, que o titulo de almirante sem mór conferia ao general das galés, e este era o costume tambem de Castella como se pode ver em Salazar de Mendonça nas suas dignidades. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. *Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador deftes*

Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Almocadem - O nome de almocadem he Arabico, significa Capitão, e o q[ue] vai a diante. Al he o artigo, mo particula formativa do nome, cadem, he do verbo quedem q[ue] significa adiantar se; p[o]r q[uan]to o off[ici]o dosalmocadens he serem guias e encaminhadores dos exercitos; em Castella trata delles o L. 5 tit. 22 da 2 partida, donde parece se tomou, o titulo q[ue] delles faz o Reg[imen]to da guerra deste Reyno; e diz q[ue] os Almocadens erão antig[amen]te os Coudeis dos Piães: e o modo com q[ue] diz se elegião, era desta maneira. O q[ue] queria ser feito Almocadem, requeria ao Adail, e o fazia certo das qualid[ad]es, q[ue] p[a]ra isso tinha, q[ue] havia de ser pratica da guerra, e noticia da terra, e esforço, ligeireza, e leald[ad]e, e então vistido de festa se lhe dava huma lança com hum pendão pequeno, e chamando outros doze almocadens, punhão duas lanças no chão ao comprimento, e elle se punhá em pé sobre ellas, e o levantavão os outros, quatro vezes da terra p[ar]a as quatro p[ar]tes do mundo, dizendo: Eu foão desafio todos os inimigos da fê, e do meu Senhor el Rei, e da Terra, tendo a lança feita na mão. Sev. da [Cor.?] not. dic. 2.[parágrafo] 6. [1]

Almocadens hum officio ou hum oficial da Hoste; servia de guiar o exercito pelas estradas q[uan]do marchava: foi mais usado na guerra da África; como também Adail, outro oficial q[ue] servia de capitão dos descobridores do campo: ambos nomes arabicos, e q[ue] ainda tinhamo exercicio pelas annos de 1640. Fr. Man. dos Santos Mar. p.8. liv. 22. c.48. [2]

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. "Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de

Tambem o nome de *Almocadem* he Arabigo, e fignifica Capitaõ: e o que vay a diante. *Al*, que o articulo, *mo*, particular (sic) formativa do nome, *Cadem*, he do verbo *Quedem*, que fignifica Adiantar-se; por quanto o officio dos Almocadens he ferem guias, e encaminhadores dos exercitos: em Castella trata delles a l. 5. t. 22. da 2. partida, donde parece fe tomou o titulo, que delles faz o Regimento da guerra defte Reyno; e diz que os Almocadens eraõ antigamente os Coudeis dos piaens: e o modo, com que diz fe elegiaõ, era defta maneira. O que queria fer feito Almocadem, requiria ao Adail, e o fazia certo das qualidades, que para isso tinha, que havia de ser pratica da guerra, e noticia da terra, e esforço, ligeireza, e lealdade: e entãõ veftido de fefta fe lhe dava huma lança com hum pendaõ pequeno; e chamando outos doze Almocadens, punhaõ duas lanças no chaõ ao comprimento, e elle fe punhá em pè fobre ellas, e o levantavaõ os outros, quatro vezes da terra para as quatro partes do mundo, dizendo [...] [1], tendo a lança feita na maõ. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740 2ª ed.*)

Almocadem, [...] [2] hum officio, ou Official da Hoste; fervia de guiar o exercito pelas eftradas quando marchava: foy mais ufado na guerra de Africa; como tambem *Adail*, outro Official, que fervia de Capitaõ dos defcobridores do campo; ambos nomes Arabigos, e que tinhaõ exercicio pelos annos de 1640. (*Oitava Parte da Monarquia Lusitana, 1729*)

[1] as palavras, que já referimos do Adail [a saber: Eu foão [fulano] desafio todos os inimigos da Fé, e do meu Senhor ElRei, e da terra, pp. 52]

[2] que acima fe nomea, era

Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.” Discurso II, Parágrafo VI. Do Adail Môr, e Almocadens, e ceremonias com que eraõ creados, p.43

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. *Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423.* Lisboa na Officina da Musica. 1729. Livro XXII. Capitulo XLVIII. p.382.

Dsc01323

Almoxarife. A palavra Almoxarife Arabica he, e foi m[ui]to usada assim em Castella como em Portugal. Neste Reino se usa ainda, e com ella conhecemos os cobradores das rendas Reaes pelas Comarcas. Fr. F. Brand. Monar. p.6. l.18. c.3.[1]

[...]palavra Almoxarife Arabiga he, e foi muito usada assim em Castella como em Portugal. [...]Neste Reino se usa ainda, e com ella conhecemos os cobradores das rendas Reaes pelas Comarcas. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Princepe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador deſtes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Dsc01321

Alteza. O Inf[ant]e D. Pedro filho del Rei D. João I sendo Reg[en]te do Reino, foi o prim[eir]o q[ue] introduziu fallar se aos Reis de Portugal p[o]r Alteza, sendo até alli varios os seus tratam[en]tos, e o maior q[ue] se lhes dava o de Senhoria. Jos. Soar. da Silva Mem. del Rei D. João I T.1. L.1. c.72. n.435.

[1]

O Infante D. Pedro filho del Rei D. João I sendo Regente do Reino, foi o primeiro que introduziu fallar se aos Reis de Portugal por Alteza, sendo ate alli varios os seus tratamentos, e o maior que se lhes dava o de Senhoria.

[1] SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

Alvarengas. Os deste appellido e outros m[ui]tos Fidalgos, com q[ue]m elles se aparentarão, como se pode ver no tit.26 do Conde D. Pedro procedem de Affonso Viegas, o qual taobem se nomeia Moço Viegas, filho de Egas Moniz. Teve-o de seu g[ran]de matrimonio com D. Theresa Aff[ons]o, filha do Conde D. Affonso das Asturias. Os Alvarengas tem p[o]r armas o campo de veyros, e tres fachtas vermelhas sobre, e p[o]r tymbre hum meio Leão rompente vestido de veyros. Fr. A. Brand. Mon. part. 3. l.10. c.21. [1]

[...]Os deste appellido e outros muitos Fidalgos, com quem elles se aparentarão, como se pode ver no tit.26 do Conde D. Pedro procedem de Affonso Viegas, o qual tao bem se nomeia Moço Viegas, filho de Egas Moniz. Teve-o de seu grande matrimonio com D. Theresa Affonso, filha do Conde D. Affonso das Asturias. Os Alvarengas tem por armas o campo de veyros, e tres fachtas vermelhas sobre, e por tymbre hum meio Leão rompente vestido de veyros. (*Monarquia Lusitana, 1727*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Alvelos. Martim Muniz o illustre Capitão, q[ue] morreo á entrada da porta do Castello de Lisboa q[uan]do os nossos a ganharão aos Mouros no anno de 1147 ([...] seg[un]do refere o Conde D. Pedro titul.53) neto do Conde D.Boris de Cabreira, q[ue] passou a Portugal, seg[un]do parece, em tempo do Conde D. Henrique ou poucos annos antes, Casou com D. Tereja Affonso, de quem houve dous filhos. Do seg[un]do chamado João Martins [Salsa] vem os Alvelos.As suas armas são em campo vermelho cinco estrellas de Ouro de sete pontas cada huma em aspas, e p[o]r timbre hum meio pescoço de Leão Vermelho em huma Estrella das Armas. Fr.A. Brand. [Mona]. p.3. L.10 – c.29. [1]

[...]Martim Muniz o illustre Capitão, que morreo á entrada da porta do Castello de Lisboa quando os nossos a ganharão aos Mouros no anno de 1147 [nota lateral - Conde D. Pedro titul.53] neto do Conde D. Boris de Cabreira, que passou a Portugal, segundo parece, em tempo do Conde D. Henrique ou poucos annos antes, Casou com D. Tereja Affonso, de quem houve dous filhos. Do segundo chamado João Martins Salsa vem os Alvelos. As suas armas são em campo vermelho cinco estrellas de Ouro de sete pontas cada huma em aspas, e por timbre hum meio pescoço de Leão Vermelho em huma Estrella das Armas. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Alvins vej. Barrosos. O solar desta familia foi em hum lugar chamado Alvim situado na Freguezia de S[ão] Paio de Villa Verde, Concelho da Villa Chã, distante pouco mais de 4 legoas da Ponte de Lima na Provincia do Minho; hoje do Senhorio da Casa Real de Bragança. As armas dos Alvins são o escudo esquartelado; nos dous enxadrez vermelho e amarello; e nos contrarios cinco flores de Liz de ouro em campo azul.Fr. Man. dos Santos. Mon. Lus p.8 l.23. c.2. [1]

Da antiga e conhecida nobreza da familia dos Alvins trata com individuação o Conde D. Pedro, Nob. tit. 36 e 45 e outros. Pelo q[ue] toca ao appellido de Alvim se pode ver o tit. 45. e tambem o Marques de Montebello nas notas ao referido Conde, no plano 276. Jose Soar. da [...?] Mem. del Rei D. João I T.2. L.2. Cap.121. p.635. n. 738. [2]

[...]o solar desta familia foi em hum lugar chamado Alvim situado na Freguezia de São Paio de Villa Verde, Concelho da Villa Chã, distante pouco mais de quatro legoas da Ponte de Lima na Provincia do Minho; hoje do Senhorio da Casa Real de Bragança. As armas dos Alvins são o escudo esquartelado; nos dous enxadrez vermelho e amarello; e nos contrarios cinco flores de Liz de ouro em campo azul. (*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. *Monarquia Lusitana* Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

[2] SILVA, José Soares da. *Memorias para a Hiftoria de Portugal*, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

Dsc01310

Amas. As amas de peito q[ue] se davão aos filhos dos Reis, erão mulheres nobres, e as vezes das familias principaes do Reino. F. F. Brand. Mon. p.5. l.16. c.2.[1]

[...]As amas de peito que se davão aos filhos dos Reis, erão mulheres nobres, e as vezes das familias principaes do Reino. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Amadigo. Havia hum modo de honras nocivo a Fazenda Real, q[ue] chamamos de Paramos ou Amadigos. Querendo os Lavradores libertar seus [casaes?] e herdades, pedião a alg[um] Fidalgo, Senhor da mais vizinha Honra, q[ue] lhe desse hum filho a crear a sua mulher. Creava ella em sua casa, e p[or] motivo de ser ama deste tal filho, amparavão os pais delle aquelle casal, e m[ui]tas vezes todo o lugar e vizinhos delle. Isto comtudo se entendia[?] nos q[ue] erão filhos legitimos, que logo se expressava nas Inquirisões, e achando não ser legitimo, se devassava, Mas durou só até o anno de 1290 em q[ue] el Rei D. Dinis totalm[en]te mandou q[ue] delle em diante se não fizessem mais Honras p[or] amadigos, ainda q[ue] os filhos fossem legitimos. Fr. F. Brand. Mon. p.5. l.17. cap.79. [1]

[...]Havia hum modo de honras nocivo a Fazenda Real, que chamamos de Paramos ou Amadigos. Querendo os Lavradores libertar seus casaes e herdades, pedião a algum Fidalgo, Senhor da mais vizinha Honra, que lhe desse hum filho a crear a sua mulher. Creava ella em sua casa, e por motivo de ser ama deste tal filho, amparavão os pais delle aquelle casal, e muitas vezes todo o lugar e vizinhos delle. Isto comtudo se entendia nos que erão filhos legitimos, que logo se expressava nas Inquirições, e achando não ser legitimo, se devassava, Mas durou só até o anno de 1290 em que el Rei D. Dinis totalmente mandou que delle em diante se não fizessem mais Honras por amadigos, ainda que os filhos fossem legitimos. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Amigo. O Conde D. Martim Gil de Sousa em huma das mandas do seu testamento feito a 23 de Novembro de 1312 deixa a seu sobrinho e creado D. Pedro Fernandes de Castro o Castello de Zagalla, Oimbra, Guizo, Maçada, e Villa Martim, ordenando aos Alcaides delles q[ue] p[o]r sua morte os entregassem a Martim Gomes Taveira seu vassallo p[ar]a os dar a seu sobrinho D. Pedro tanto q[ue] passasse de 15 annos, e pedia ao Taveira quizesse ser Mordomo de D. Pedro, e a seus amigos, vassallos, e criados, q[ue] ficassem na comp[anhi]a deste sobrinho p[ar]a o servir e aguar dar como a elle fazião.

Este termo, aguardem, denota não obrigação de famulado, como criados ou vassallos, se não guarda e acompanham[en]to respeitoso, q[ue] m[ui]tos principaes Cavalleiros fazião aos g[ran]des senhores, e validos, p[o]r authorid[ad]e e maior aparato, e a esse respeito os differençou de criados e vassallos, chamando lhes amigos, com cujo sequito os maiores Senhores se autorizavão. Fr. F. Brand. Mon.p.6. L.18. c.43. [1]

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Princepe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licen;cas neceffarias. Livro XVIII. Capitulo XLIII. p.189.

1312 [nota na lateral] (p.186).

[...] morreo nefte próprio anno, e fez feu teftamento a 23. de Novembro [...] (p.186).

[...] mandas do testamento do Conde, deixaua a feu fobrinho, & criado D. Pedro Fernandes de Caftro os Caftellos de Zagala, Oimbra, Guizo, Maçada, & Villamartim, ordenando aos Alcaides deles que por fua morte os entregaffem a Martins Gomes Taveira feu vaffalo para os dar a feu fobrinho D. Pedro tanto que paffaffe de 15. annos, & pedia a Taveira quiffeffe fer Mordomo de D. Pedro, & a feus amigos, vaffallos e criados que ficaffem na companhia deste fobrinho para o fervir, & aguardar como a ele fazião (p.189).

Efte termo, aguardem, denota não obrigação de famulado, como criados, ou vaffallos, fenaõ goarda, & acompanhamento respeitofõ que muitos principaes Cavaleiros fafiaõ aos grandes Senhores, & validos, por autoridade, & maior aparato, & a effe respeito os differençou de criados, & vaffallos chamando-lhe amigos, com cujo fequitoos maiores Senhores fe autorifavaõ. (*Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, 1672*)

Amo antig[amen]te queria dizer Aio: g[ran]de lugar na Casa Real. Far. e Sous. Comment. á Lus. Cant. 3 est. 35. c. 151. E. [1]

Amo propriam[en]te o marido da mulher q[ue] dava o Leite, posto que alg[um]as vezes se equivocasse com o nome de Aio. Jos. Soa. da Sil. Mem. del Rei D. J. o I Tom. 1 L.1. c.7. n.73. [2]

[...]amo propriamente o marido da mulher que dava o Leite, posto que algumas vezes se equivocasse com o nome de Aio. [...]

[1]CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. *Lvsiadas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe Qvarto El Grande. Comentadas por Manvel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cfa Real [...]. Primero i Segundo Tomo. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros.*

[2]SILVA, José Soares da. *Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.*

Amortização. As Igrejas e Communid[ad]es se chamavão em Direito Mãos mortas, a respeito de q[ue] as heranças, q[ue] recebem ficam nellas como sepultadas, e não passam a outros herdeiros, q[ue] he a causa de se lhes prohibir q[ue] não herdem, e a tal Lei chamão Lei contra as Mãos Mortas: e em conseq[ue]nci[a] á relaxação e dispensa desta Lei se dá nome de amortização; donde vem q[ue] o Direito de amortização he o q[ue] no Reino de Valença pagão os Ecclesiasticos pelo favor de poder comprar bens de raiz, e adquirir heranças, que lhes erão prohibidas.

No anno de 1291, estando a Corte na cid[ad]e de Coimbra, considerando os Nobres, q[ue] hia o estado secular empobrecendo a respeito da m[ui]ta fazenda e bens de raiz, q[ue] as Religiões herdavão p[or] via das pessoas q[ue] nellas professavão, e prevendo q[ue] se devolvesse aos Ecclesiasticos a maior p[ar]te da fazenda, com q[ue] os seculares ficarião exhaustos e athenuados; fizeram huma junta, em q[ue] entrou o Inf[ant]e D. Affonso, irmão del Rei D. Dinis, e D. Nuno Gonçalves, com os mais des Ricos Homens e Fidalgos. Nella se resolveo propor a el Rei a imp[ortanci]a deste neg[oci]o, pedindo remedio ao damno q[ue] se esperava, e engrandecendo cada hum a diminuição em q[ue] se achava o Reino, menos poderoso p[or] ajudar a el Rei na guerra, do q[ue] havia sido em tempos passados, a resp[ei]to da g[ran]de fazenda, q[ue] tinha acrescido ás Religiões p[or] usadas heranças. Consultou el Rei o caso como D. Martim Gil seu Alferes, e com os mais da sua Corte e Conselho,

e achando ser serviço seu, e proveito do Reino [anullar?]a demazia das heranças aos Ecclesiasticos, promulgou naquella Cid[ad]e a 21 de Março a Lei q[ue] se segue:

“Porem ponho e faço tal Lei, e tal Constituição em meu Reino para todo sempre, q[ue] [pella] tal, ou outras gentes, quer homens, quer mulheres, de meu Reino entrarem em

As Igrejas e Communidades se chamavão em Direito Mãos mortas, a respeito de que as heranças, que recebem ficam nellas como sepultadas, e não passam a outros herdeiros, que he a causa de se lhes prohibir que não herdem, e a tal Lei chamão Lei contra as Mãos Mortas: e em consequencia á relaxação e dispensa desta Lei se dá nome de amortização; donde vem que o Direito de amortização he o que no Reino de Valença pagão os Ecclesiasticos pelo favor de poder comprar bens de raiz, e adquirir heranças, que lhes erão prohibidas. [...]

No anno de 1291, estando a Corte na cidade de Coimbra, considerando os Nobres, que hia o estado secular empobrecendo a respeito da muita fazenda e bens de raiz, que as Religiões herdavão por via das pessoas que nellas professavão, e prevendo que se continuasse aquelle estilo, em breve se devolvesse aos Ecclesiasticos a maior parte da fazenda, com que os seculares ficarião exhaustos e athenuados; fizeram huma junta, em que entrou o Infante D. Affonso, irmão del Rei D. Dinis, e D. Nuno Gonçalves, com os mais des Ricos Homens e Fidalgos. Nella se resolveo propor a el Rei a importancia deste negocio, pedindo remedio ao damno que se esperava, e engrandecendo cada hum a diminuição em que se achava o Reino, menos poderoso por ajudar a el Rei na guerra, do que havia sido em tempos passados, a respeito da grande fazenda, que tinha acrescido ás Religiões por usadas heranças. Consultou el Rei o caso como D. Martim Gil seu Alferes, e com os mais da sua Corte e Conselho,

e achando ser serviço seu, e proveito do Reino anular a demazia das heranças aos Ecclesiasticos, promulgou naquella Cidade a 21 de Março a Lei que se segue:

“Porem ponho e faço tal Lei, e tal Constituição em meu Reino para todo sempre, que pella tal, ou outras gentes, quer homens, quer mulheres, de meu Reino entrarem em ordens, que á morte

ordens, q[ue] á morte delles, as ordens não [venhão?] citar possessões, nem as possão vender, nem dar, nem alhear, nem em outra maneira fazer dellas contas q[ue] se faça engano, porque as ajão as ordens, mas se alg[um] destes, alg[uma] cousa quizer dar passa alma, venda o terço de seus herdamentos, e das possessões, e as duas partes fiquem a seus herdeiros. E vendão o terço a taes pessoas, q[ue] nunca se possão tornar ás ordens. E esses herdamentos e possessões fiquem sempre a taes pessoas, q[ue] não sejam frades, nem freiras, nem donas de orden[aça]m [?]. E os q[ue] não [Ouverem] herdeiros [letimos]. ordenhem e fação de seus herdamentos e possessões aquelle q[ue] tiverem p[o]r bem, em tal guiza e em tal maneira, q[ue] depois não fiquem esses herdamentos as ordens. (L. das Leis ant. f.20. L. 2. del Rei D. Dinis p.7.)

Esta he a Lei tão celebrada neste Reino, e observada até o tempo presente, em q[ue] ig[ualmen]te he prohibido as Religiões herdarem bens de raiz, obrigando-as as ordenações, a q[ue] vendão os taes bens dentro de hum anno. Na d[it]a Lei se justifica logo o intento, q[ue] não era outro mais q[ue] acudir á eminente ruina do estado dos nobres, e mais para se continuassem as Igrejas nas heranças: maiormente q[ue] se alcançou p[o]r informações estarem sobradam[en]te dotados os Mosteiros e Igrejas, como o m[es]mo Reialto relata: E considerando q[ue] com mui ricos, e mais asentadas, e abundados assi em herdam[en]tos, como em possessões como em outros deveres de guisa q[ue] pedem mui bem servir a Deus.

Dsc01316

Ainda q[ue] el Rei D. Dinis publicasse a lei sobred[it]a, não foi elle o prim[eir]o q[ue] em Portugal a introduzio: geralm[en]te a fez praticar El Rei D. Affonso II, q[ue] foi o prim[eir]o dos nossos Reis, q[ue] fez Leis geraes p[ar]a o Reino (L. Concordata del Rei D. Dinis art. 2) Por q[ue] poderia (diz elle) comprar tantas heranças, q[ue] fosse em prejuizo da coroa, e vassallos della: pelo q[ue] julgarão q[ue] nenhuma casa de Religiosos possa comprar herança alguma sem Licença del Rei, excepto q[ue] as poderão adquirir por anniversarios, e outro modo sem preço. E tiramos poder aos Clerigos de comprar

delles, as ordens não venhão citar possessões, nem as possão vender, nem dar, nem alhear, nem em outra maneira fazer dellas contas que se faça engano, porque as ajão as ordens, mas se algum destes, alguma cousa quizer dar passa alma, venda o terço de seus herdamentos, e das possessões, e as duas partes fiquem a seus herdeiros. E vendão o terço a taes pessoas, que nunca se possão tornar ás ordens. E esses herdamentos e possessões fiquem sempre a taes pessoas, que não sejam frades, nem freiras, nem donas de ordenaçam . E os que não ouverem herdeiros letimos. ordenhem e fação de seus herdamentos e possessões aquelle que tiverem por bem, em tal guiza e em tal maneira, que depois não fiquem esses herdamentos as ordens. [...] (nota lateral - L. das Leis ant. f.20. L. 2. del Rei D. Dinis p.7.)

Esta he a Lei tão celebrada neste Reino, e observada até o tempo presente, em que igualmente he prohibido as Religiões herdarem bens de raiz, obrigando-as as ordenações, a que vendão os taes bens dentro de hum anno. Na dita Lei se justifica logo o intento, que não era outro mais que acudir á eminente ruina do estado dos nobres, e mais para se continuassem as Igrejas nas heranças: maiormente que se alcançou por informações estarem sobradamente dotados os Mosteiros e Igrejas, como o mesmo Reialto relata: E considerando que com mui ricos, e mais asentadas, e abundados assi em herdam[en]tos, como em possessões como em outros deveres de guisa q[ue] pedem mui bem servir a Deus.

Ainda que el Rei D. Dinis publicasse a lei sobredita, não foi elle o primeiro que em Portugal a introduzio: geralmente a fez praticar El Rei D. Affonso II, que foi o primeiro dos nossos Reis, q[ue] fez Leis geraes para o Reino (nota lateral - L. Concordata del Rei D. Dinis art. 2) Por que poderia comprar tantas heranças, q[ue] fosse em prejuizo da coroa, e vassallos della: pelo que julgarão que nenhuma casa de Religiosos possa comprar herança alguma sem Licença del Rey, excepto que as poderão adquirir por anniversarios, e outro modo sem preço. E tiramos poder aos Clerigos de comprar

heranças, e fazer dellas o q[ue] lhe aprouver (L. ant. das Leis f. 2 L. ainda anda o foral de Santarém fol. 26. Esta foi dada pelo d[it]o Rei no anno de 1211 primeiro do seu reinado.

El Rei D. Dinis mandou em Lisboa a 20 de julho de 1286, q[ue] Clerigos nem ordem comprassem bens de raiz, como era ja prohibido pelos Reis antepassados, e os q[ue] tivessem comprado no tempo de seu Reinado vendessem dentro de hum anno, (L. das Leis fl. 52.)

Vendo se atolhados os Ecclesiasticos princip[almen]te os clerigos, e sendo p[o]r Lei prohibido aos tabeliães q[ue] lhes não fizessem cartas de venda de bens de raiz, e as q[ue] fizessem, não fossem valiosas, buscarão traça com q[ue] evadira a prohinição, e foi q[ue] compravão p[o]r [inossente?] pessoa, e depois disto lhe fazião doação da tal fazenda, ou recebia em troca q[ual]q[ue]r cousa, q[ue] depois tornava ao clérigo, e neste caso os Tabelliães fazião cartas de escambo, ou doação, e ficavão livres da pena da Lei, q[ue] lhes prohibia fazer cartas de compra, e os Clérigos ficavão seguros, p[o]r q[ue] recebião p[o]r doação e não compravão. Este effugio da Lei foi contraminado nas cortes q[ue] el Rei D. Fernando fez em Lisboa no anno de 1371, e em dous dos ar-

heranças, e fazer dellas o que lhe aprouver (nota lateral - L. ant. das Leis f. 2 L. ainda anda o foral de Santarém fol. 26.) Esta foi dada pelo dito Rei no anno de 1211 primeiro do seu reinado. [...]

El Rei D. Dinis mandou em Lisboa a 20 de julho de 1286, que Clerigos nem ordem comprassem bens de raiz, como era ja prohibido pelos Reis antepassados, e os que tivessem comprado no tempo de seu Reinado vendessem dentro de hum anno, (nota lateral - L. das Leis fl. 52.)

Vendo se atolhados os Ecclesiasticos principalmente os clerigos, e sendo por Lei prohibido aos tabeliães que lhes não fizessem cartas de venda de bens de raiz, e as que fizessem, não fossem valiosas, buscarão traça com que evadira a prohinição, e foi que compravão por inocente pessoa, e depois disto lhe fazião doação da tal fazenda, ou recebia em troca qualquer cousa, que depois tornava ao clérigo, e neste caso os Tabelliães fazião cartas de escambos, ou doação, e ficavão livres da pena da Lei, que lhes prohibia fazer cartas de compra, e os Clérigos ficavão seguros, por que recebião por doação e não compravão. Este effugio da Lei foi contraminado nas cortes que el Rei D. Fernando fez em Lisboa no anno de 1371, e em dous dos ar-

Dsc01317

artigos geraes, q[ue] se propuzerão mandou aquelle Rei prohibir aos Tabelliães q[ue] não fizessem as taes cartas, assim como lhes erão prohibidas as de venda. E ordenou mais q[ue] p[ar]a os Ecclesiasticos, os quaes com licensas sua fizessem compras semelhantes, se fizesse hum livro particular na Chancellaria, em q[ue] se lançassem as cartas de licenças, e q[ue] q[uan]do comprassem as herdadas, assistisse o Almoxarife del Rei e Escrivão do lugar, p[ar]a saber se excedia a quant[i]a q[ue] se lhe [deixava?]. Fr. F. Brand. Mon. p.5. l.17. c.78. [1]

artigos geraes, que se propuzerão mandou aquelle Rei prohibir aos Tabelliães que não fizessem as taes cartas, assim como lhes erão prohibidas as de venda. E ordenou mais que para os Ecclesiasticos, os quaes com licensas sua fizessem compras semelhantes, se fizesse hum livro particular na Chancellaria, em que se lançassem as cartas de licenças, e que quando comprassem as herdadas, assistisse o Almoxarife del Rei e Escrivão do lugar, para saber se excedia a quantia que se lhe deixava. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, &

Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na
Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Anadel. Nas historias deste Reino ha menção de Anadeis, ainda q[ue] não excede o tempo del Rei D. Fernando. Pelo q[ue] parece entrarão estes officios no Reino juntam[en]te com o de Condestable e Marechal, ao q[ue] ajuda o m[es]mo nome q[ue] dizer ser Inglez. O mais antigo q[ue] se acha com este titulo, he Affonso Furtado de Mendonça, e em tempo del Rei D. João I seu filho Affonso Furtado. Aos anadeis pertencia ser capitão de Besteiros, assim de cavallo, como da garrucha de Couto e do Monte[?], q[ue] chamavão da Fraldilha, e tãobem dos Espingardeiros, os quaes cargos durarão até o tempo d'el Rei D. Manoel (Goes Chr. del Rei D. Man. parte 1. c.26) q[ue] só deixou os dos Espingardeiros, e os de Fraldilha, e extiguiou os mais á petição do Reino estando em Cortes. Sev. de Far. Not. disc. 2 § 5.[1]

[...]nas historias deste Reino ha menção de Anadeis, ainda que não excede o tempo del Rei D. Fernando. Pelo que parece entrarão estes officios no Reino juntamente com o de Condestable e Marechal, ao que ajuda o mesmo nome que dizer ser Inglez. O mais antigo que se acha com este titulo, he Affonso Furtado de Mendonça, e em tempo del Rei D. João I seu filho Affonso Furtado. Aos anadeis pertencia ser capitão de Besteiros, assim de cavallo, como da garrucha de Couto e do Monte, que chamavão da Fraldilha, e tãobem dos Espingardeiros, os quaes cargos durarão até o tempo d'el Rei D. Manoel (nota de rodapé - Goes Chr. del Rei D. Man. parte 1. c.26) que só deixou os dos Espingardeiros, e os de Fraldilha, e extiguiou os mais á petição do Reino estando em Cortes. (*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corrao nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

ANDRADES

Dsc01329

Andrades vej. Freires.

Animaes nos escudos. O uso de pintar ou esculpir cada hum em seu escudo o animal ou figura, q[ue] melhorlhe parecia se ficou continuando sem interrupção nos povos da Europa seus successores. E daqui vierão Leões, as aguias, os [touro?], serpentes, q[ue] trazem as Familias illustres em seus brazões, e particularm[en]te as deste Reino. As q[ue] usão de Leões são as seguintes.

Belchioris, illustres Florentinos q[ue] vierão povoar a Ilha da Madeira, e dahi passarão a este Reino. Alves, Arnais, ou Ernais, Barrosos, Betancor, Britos, Carados, Campos, Castello Branco, Cerqueira, Charrea, Conestagio, Esmeraldos, Gondim, Gramaxo, Gravas, Groymis, Morel, Neto, Ossem, Paios, Pó, Ribeira, Rulão, Salvages, Santarém, Serrão, Simões, Toscanos, Valladares, Valentes, Unhas, Vogados. Os q[ue] trazem aguias são:

[Abul?], Abreu, Azevedos, Borados, Bovedilha, Carregueiro, Curabodes?, Coronéis, Correias, Dagrãa, Guivar, Jame, Lemes (Marmeletas sem Pés) Manvel, Medeiros, Montarroyos, Ourem, Penha, Proença, Rodrigues, Sampayo, Tinoco, Villa Nova.

As q[ue] trazem serpes são: Alfaros, Brandões, d'Inglaterra, Coras, Dragos, Meudais, Montinhos, Rebalados, Reboredos, Regras, Serpes, Villas Boas.

Os q[ue] trazem Lobos são: Ayalas, Lobos, Villas Lobos.

As q[ue] trazem outros animaes são: Os Carneiros hum gato caçando, os garcezes huma onça, os Leões entre sete estrellas entre Libréis negros armados de prata alludindo a fidelid[ad]e destes

[...]O uso de pintar ou esculpir cada hum em seu escudo o animal ou figura, que melhorlhe parecia se ficou continuando sem interrupção nos povos da Europa seus successores. E daqui vierão Leões, as aguias, os touros, serpentes, que trazem as Familias illustres em seus brazões, e particularmente as deste Reino. As que usão de Leões são as seguintes.

Belchioris, illustres Florentinos que vierão povoar a Ilha da Madeira, e dahi passarão a este Reino. Alves, Arnais, ou Ernais, Barrosos, Betancor, Britos, Carados, Campos, Castello Branco, Cerqueira, Charrea, Conestagio, Esmeraldos, Gondim, Gramaxo, Gravas, Groymis, Morel, Neto, Ossem, Paios, Pó, Ribeira, Rulão, Salvages, Santarém, Serrão, Simões, Toscanos, Valladares, Valentes, Unhas, Vogados. Os que trazem aguias são:

Abul, Abreu, Azevedos, Borados, Bovedilha, Carregueiro, Curabodes, Coronéis, Correias, Dagrãa, Guivar, Jame, Lemes (Marmeletas sem Pés) Manvel, Medeiros, Montarroyos, Ourem, Penha, Proença, Rodrigues, Sampayo, Tinoco, Villa Nova.

As que trazem serpes são: Alfaros, Brandões, d'Inglaterra, Coras, Dragos, Meudais, Montinhos, Rebalados, Reboredos, Regras, Serpes, Villas Boas.

Os que trazem Lobos são: Ayalas, Lobos, Villas Lobos.

As que trazem outros animaes são: Os Carneiros hum gato caçando, os garcezes huma onça, os Leões entre sete estrellas entre Libréis negros armados de prata alludindo a fidelidade destes

animaes, Os Osorios dous Touros, os de Valdez hum Elefante. Sev. de Far. Not. disc. 3 [parágrafo] 4. [1]

Quando se diz q[ue] no escudo vai hum animal armado de alg[um]a côr ou metal, he o m[es]mo q[ue] dizer q[ue] o tal animal há de ter as unhas, lingua, e cornos (se os tiver) daquella côr, ou metal, de q[ue] se diz ser armado. E há de

animaes, Os Osorios dous Touros, os de Valdez hum Elefante. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

Quando se diz que no escudo vai hum animal armado de alguma côr ou metal, he o mesmo que dizer que o tal animal há de ter as unhas, lingua, e cornos (se os tiver) daquella côr, ou metal, de que se diz ser armado. E há de advertir se, que

advertir se, q[ue] q[uan]do vai o animal de cor em campó de cir, se o animal he armado de metal não se encontrão as regras da armaria. Villa Boas. Nob.Cap. 27. [2]

quando vai o animal de cor em campo de cir, se o animal he armado de metal não se encontrão as regras da armaria. (*Nobiliarchia Portugueza*, 1676)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2] VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiffimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Annel de Benção. Conta se de D. Fernando Annes de Lima, filho de João Fernandes de Lima, progenitor da nobilissima família dos Limas, q[ue] vio huma vez pelejar huma cobra com duas doninhas, sobra lhes entrar na cova onde tinhão os filhos: as quaes ora juntas, ora revezando se sustentavão a batalha e defendião a porta. E das feridas se remedeavão espojando se em huma moita de saramagos, q[ue] alli estava, e mastigando delles, e logo tornavão á peleja [comp...]. Porem como em fim fossem vencidas e afugentadas: aquelle capitão q[ue] assistia curioso, desejando ver em q[ue] parava a briga, compadeceu se da p[ar]te mais fraca, e matou a cobra com o bastão. E voltando p[ar]a a barraca q[ue] tinha em campo contra os Mouros, contou alli o sucesso aos camaradas. Eis q[ue] no meio da pratica veio huma das doninhas p[or] meio da g[en]te, trazendo na bocca huma pedra preciosa, e [assim?] p[or] aos pés do seu libertador. A qual elle engastada em hum annel, deixou com a sua benção na Casa dos Limas, morgado q[ue] he dos Viscondes de Villa Nova de Cerveira, onde he estimado, e chamado p[or] essa causa: o annel da benção. Fr. Pedro de S. Francisco, na explicação do salmo 50. Villas Boas na Nobiliarchia Portugueza c.10.6. P Mel Bern. Flor. Tom 2. p.158, se remette a estes tit. citados na margem. [1]

[...] Conta-fe de D. Fernando Anes de Lima, filha de Joaõ Fernandes de Lima, progenitor da nobiliffima familia dos Limas, que vio hua vez peleja hua cobra com duas doninhas, fobre lhes entrar na cova onde tinhaõ os filhos: as quaes hora juntas, hora revezando-fe, fufentavam a batalha, & defendiaõ a porta. E das feridas fe remediavão espójando-fe em hua mouta de faramagos, que ali eftava, & maftigando delles, & logo tornavaõ á peleja confortadas. Porém como emfim foffem vencidas, & afugentadas: aquelle Capitaõ, que affiftia curiofo, defejando ver em que parava a briga, compadeceufe da parte mais fraca, & matou a cobra com o baftaõ. E voltando para a barraca que tinha em campo contra os Mouros, contou alli o fucceffo aos camaradas. Eif que no meyo da pratica veyo hua das doninhas por meyo da gente, trazendo na bocca uma pedra preciosa, & a foy pôr aos pés do feu libertador. A qual elle engaftada em hum annel, deixou com a fua benção na caza dos Limas, morgado que he dos Vifcondes de Villa nova de Cerveira, onde he eftimado, & chamado por efa caufa, O Annel da benção. [nota lateral: Fr. Pedro de S. Francisco, na explicação do Pfal. 50. / Villasboas, na Nobiliarchia Portugueza, c. 10.]

[1]Todas as outras referências constam em BERNARDES, P. Manoel. Nova Floresta, ou Sylva de varios apophthegmas, e ditos fentenciofos efpirituaes, & moraes; Com Reflexoens, Em que o util da doutrina fe acompanha com o vario da erudição, affim divina, como humana: Offerecida, & dedicada A' Soberana Mãe Da Divina Graça Maria Santissima Senhora Nossa, pelo Padre Manoel Bernardez da Congregação do Oratorio de Lisboa. Segvndo Tomo. Lisboa. Na Officina de Valentim da Costa Deslandes. Impreffo de S. Mageftade. Com todas as licenças neceffarias, & Privilegio Real. Anno M.DCC.VIII. [1708].

Annos uzuaes e annos emergentes. Annos uzuaes são os q[ue] se contão com certeza, e p[or] certame desde o primeiro de janeiro até o ultimo de Dezembro, e p[o]r este uzo chamamos uzuaes. Os emergentes, são os q[ue] se começam a contar depois de entrar o anno ordinário, p[o]r alg[um] acontecimento, desde hum dia certo, até outro tal dia do anno seguinte, ou até o fim do corrente, contando se p[o]r anno, ainda q[ue] diminuto, ou defeituoso, os mezes ou dias q[ue] precedem ou se seguem a qualq[ue]r anno emergente; estilo commum[en]te observado na Chronologia da vida e morte dos Principes, contando se sempre os annos desde o tempo em q[ue] começam a reinar até o em q[ue] vem a morrer; sendo o m[es]mo anno da vida e morte de cada hum ordinariam[en]te dous annos (q[uan]do não seja anno de alg[um]) hum q[ue] se conta até o fim da vida de hum Principe, e então desde o principio do reinado do outro. José Soa. da Silv. Memor. d'el Rei D. J. I. t.1. l.1. c.10, n.95.

[1]

[...]Annos uzuaes são os que se contão com certeza, e por certame desde o primeiro de janeiro até o ultimo de Dezembro, e por este uzo chamamos uzuaes. Os emergentes, são os que se começam a contar depois de entrar o anno ordinário, por algum acontecimento, desde hum dia certo, até outro tal dia do anno seguinte, ou até o fim do corrente, contando se por anno, ainda que diminuto, ou defeituoso, os mezes ou dias que precedem ou se seguem a qualquer anno emergente; estilo commumente observado na Chronologia da vida e morte dos Principes, contando se sempre os annos desde o tempo em que começam a reinar até o em que vem a morrer; sendo o m[es]mo anno da vida e morte de cada hum ordinariamente dous annos (quando não seja anno de algum) hum que se conta até o fim da vida de hum Principe, e então desde o principio do reinado do outro.

[1] SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

Dsc01332

Anuduva era serviço q[ue] se fazia nas cavas e muralhas dos Castellos para a sua reformação. Fr. Fº Brand. Mon. p.5. L.16. c.28.[1] [...]era serviço que se fazia nas cavas e muralhas dos Castellos para a sua reformação[...]. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Aposentador mór. O off[ici]o de apozentador mor, he do Reinado del Rei D. João I sendo elle aindasó Mestre de Aviz, pouco mais de hum anno depois da morte del Rei D. Fernando. Não parece porem alheia da razão a conjectura de q[ue] ja tendo havido este off[ici]o no reinado preced[en]te, pelo o g[ran]de embaraço em q[ue] se achava então o Mestre, lhe não dava lugar p[ar]a a criação de novos officios. A principal occupação e obrigação do apozentador mór, he prevenir o alojam[en]to dos Reis nas jornadas, e resolver as duvidas, q[ue] se [aparecem?] sobre a apozentadoria das pessoasq[ue] seguem a Corte. O prim[ei]r[o] nome deste off[ici]o parece ter sido de Pousador mór. D. L. Cast. de Lima. Geogr. Hist. t.1.p.337.[1]

[...]O officio de apozentador mor, he do Reinado del Rei D. João I sendo elle aindasó Mestre de Aviz, pouco mais de hum anno depois da morte del Rei D. Fernando. Não parece porem alheia da razão a conjectura de que ja tendo havido este officio no reinado precedente, pelo o grande embaraço em que se achava então o Mestre, lhe não dava lugar para a criação de novos officios. A principal occupação e obrigação do apozentador mór, he prevenir o alojamento dos Reis nas jornadas, e resolver as duvidas, que se aparecem sobre a apozentadoria das pessoas que seguem a Corte. O primeiro nome deste officio parece ter sido de Pousador mór.

[1] LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

Apostólicos. El Rei D. Affonso II em huma sua Lei nomeia os sumos Pontifices Apostoligos, e ainda q[u]e hoje, se não usa as palavras, naquelle tempo era em toda a Christandade usada. Chamavão aos Papas apóstolicos, p[o]r ser este nome, Papa, geral a todos os Bispos, como observa Georgio Colveneris (in Scholiis ad cap.12.Lib.I Floduordi.) e outros m[ui]tos e o de Apostolico p[o]r antonomazia ficava mais apropriado ao Sumo Pontifice. Mas a razão maispropria parece ser, q[ue] apropriarão ao Summo Pontifice o nome Apostolico, p[ar]a demonstrar q[ue] era elle Apostolico e canonicam[en]te eleito, e não intro[...][...] scismatico como dá a entender o capitulo, siquis, na primeira p[ar]te [...], distincção 79 fallando do Pontífice não eleito canonicam[en]te. Non Papavel apostolicus, sed apostolicus habiatur. Fr. F. Brand. Mon. p.5.l.16.c.73.

[1]

[...]El Rei D. Affonso II em huma sua Lei nomeia os sumos Pontifices Apostoligos, e ainda que hoje, se não usa as palavras, naquelle tempo era em toda a Christandade usada. Chamavão aos Papas apóstolicos, por ser este nome, Papa, geral a todos os Bispos, como observa Georgio Colveneris (nosta lateral - in Scholiis ad cap.12.Lib.I Floduordi.) e outros muitos e o de Apostolico por antonomazia ficava mais apropriado ao Sumo Pontifice. Mas a razão maispropria parece ser, que apropriarão ao Summo Pontifice o nome Apostolico, p[ar]a demonstrar que era elle Apostolico e canonicamente eleito, e não intro[...][...] scismatico como dá a entender o capitulo, siquis, na primeira parte [...], distincção 79 fallando do Pontífice não eleito canonicam[en]te. Non Papavel apostolicus, sed apostolicus habiatur. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc01337

Appellidos. Fr. Manuel dos Santos, Chronista mór destes Reinos na Monarquia Lusitana, part. 8. 1.23 cap.25 adverte q[ue] não obstante a vulgarid[ad]e de alg[un]s appellidos, assim como Carregueiro, Barreteiro, Canelas, Rombo, e outros, q[ue] hoje pelavariad[ad]e, ou vaidade dos appellidos modernos, parecem real soantes, antig[amen]te não forão assim, o q[ue] prova em docum[en]tos, q[ue] no lugar citado podem ver se. [1]

[...]não obstante a vulgaridade de alguns appellidos, assim como Carregueiro, Barreteiro, Canelas, Rombo, e outros, que hoje pelavariadade, ou vaidade dos appellidos modernos, parecem real soantes, antigamente não forão assim, o que prova em documentos, que no lugar citado podem ver se. (*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Dsc01339

Arabi mór. Como os judeus q[ue] vivião em Portugal até ao tempo del Rei D. Manuel p[o]r q[ue]m forão destes reinos expulsos, se governarão sempre por leis particulares, civis e criminaes, commetterão os nossos Reis a execução destas leis a hum magistrado da sua m[es]ma nação e crença, o qual se nomeava Arabi mór ou maior. Usava elle de Sello das armas de Portugal, com as letras que dizião Sello do arabi mor de Portugal. Tinha repartidas as Comarcas por seus ouvidores, q[ue] também tinham sellos particulares com o nome de cada hum do seu disticto. No Porto residia o q[ue] governava os judeos de Entre Douro e Minho: Na Terra de Moncorvo, o da Comarca de Trasdsmontes: e, Viseu e Covilhã, assistião os da Beira, daquem e dalem da Serra da Estrella: Em Santarem o da Estremadura: Em Evora o do Alemtejo: e em Faro o do Algarve. Alem destes Ministros superiores, havia em cada Villa hum arabi annual.

Alguns dos q[ue] exercerão o cargo de arabi mór, recusarão igualm[en]te outros officios publicos, e forão pessoas de m[ui]ta consideração, valia e fazenda em diff[eren]tes Reinados. No de D. Dinis, Arabi maior foi Ministro da Fazenda ou Almoxarife do d[it]o Rei, da Rainha D. Brites, sua Mãe, hum filho do referido Judas, a q[ue]m sucedeu no Arabiado mór. chamava se Guedelhas, e o m[es]mo Rei D. Dinis lhe deu duas Torres em Beja p[ar]a fazer casas. Moyses Navarro arabi mór em tempo del Rei D. Pedro I e sua mulher D. Salva instituirão hum Morgado de

[...]Como os judeus que vivião em Portugal até ao tempo del Rei D. Manuel por quem forão destes reinos expulsos, se governarão sempre por leis particulares, civis e criminaes, commetterão os nossos Reis a execução destas leis a hum magistrado da sua mesma nação e crença, o qual se nomeava Arabi mór ou maior. Usava elle de Sello das armas de Portugal, com as letras que dizião Sello do arabi mor de Portugal. Tinha repartidas as Comarcas por seus ouvidores, que também tinham sellos particulares com o nome de cada hum do seu disticto. No Porto residia o que governava os judeos de Entre Douro e Minho: Na Terra de Moncorvo, o da Comarca de Trasdsmontes: e, Viseu e Covilhã, assistião os da Beira, daquem e dalem da Serra da Estrella: Em Santarem o da Estremadura: Em Evora o do Alemtejo: e em Faro o do Algarve. Alem destes Ministros superiores, havia em cada Villa hum arabi annual.

Alguns dos que exercerão o cargo de arabi mór, recusarão igualmente outros officios publicos, e forão pessoas de muita consideração, valia e fazenda em differentes Reinados. No de D. Dinis, Arabi maior foi Ministro da Fazenda ou Almoxarife do dito Rei, da Rainha D. Brites, sua Mãe, hum filho do referido Judas, a quem sucedeu no Arabiado mór. chamava se Guedelhas, e o mesmo Rei D. Dinis lhe deu duas Torres em Beja para fazer casas. Moyses Navarro arabi mór em tempo del Rei D. Pedro I e sua mulher D. Salva instituirão hum Morgado de

Dsc01340

m[ui]ta quintas e fazendas no Termo de Lisboa, concedendo-lhe El Rei em terras com o appellido de Navarro. Fr. Fr. Brand. Mon. p.6. l.18. c.4. [1]

muita quintas e fazendas no Termo de Lisboa, concedendo-lhe El Rei em terras com o appellido de Navarro. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de

Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

ARAUTO

Dsc01341

Arauto – vej. Reis de armas.

Arcebispado de Lisboa. El Rei D. João I levantou a Igreja de Lisboa a Metropolitana por Breve do Papa Bonifácio IX no anno de Christo de 1390 havendo dantes sido Bispado sufraganeo primeiro a Mérida, depois a Braga, de q[ue]m foi sufraganeo até o Papa Bonifácio a fazer Metropolitana e Arcebispado, a instancia del Rei D. João como refere Auberto Nirao (Lib. 1. e, 17 de [statu]Relig.) e Duarte Nunes de Leão na sua genealogia em Castelhana na sua Vida del Rei D. João. D. Rod. da Cunha. Cat. de Bisp de Port. part. 2. c. 23 p. 218. [1]

O Papa sobred[it]o lhe sugeitou por sufraganeos tres Bispados, a saber Évora, e Badajoz q[ue] então era da Coroa de Portugal, e Sylves no Algarve. E foi o primeiro Arcibispo D. João Escudeiro. Fr. Luiz de Sousa Hist. de S. Dom. p.1. L.6. c. 39. [2]

A ereção do Arcebispado de Lisboa dizem outros escritores, se fizera ou no anno de 1393, ou depois de passado o de 1396, e isto precisam[en]te se passou, pois neste anno se tomou Badajoz aos Castelhanos, e os Authores todos q[ue] fallão neste Arcebispado de Lisboa lhe fazem suffraganeo o Bispado de Badajoz, e os de Evora e Sylves, e mal podia ser lhe sugeito, o q[ue] ainda se achava em outro domínio, como tambem antes pertencia ao de Mérida, e depois ao de Braga o Bispado de Lisboa. Joz. Soar. da Silv. Memor. del Rei D. J. I. T.2. L.2. c.105. n.605. [3]

[...]El Rei D. João I levantou a Igreja de Lisboa a Metropolitana por Breve do Papa Bonifácio IX no anno de Christo de 1390 havendo dantes sido Bispado sufraganeo primeiro a Mérida, depois a Braga, de quem foi sufraganeo até o Papa Bonifácio a fazer Metropolitana e Arcebispado, a instancia del Rei D. João como refere Auberto Nirao (Lib. 1. e, 17 de [statu]Relig.) e Duarte Nunes de Leão na sua genealogia em Castelhana na sua Vida del Rei D. João.

lhe sugeitou por sufraganeos tres Bispados, a saber Évora, e Badajoz que então era da Coroa de Portugal, e Sylves no Algarve. E foi o primeiro Arcibispo D. João Escudeiro.

anno de 1393, ou depois de passado o de 1396, e isto precisamente se passou, pois neste anno se tomou Badajoz aos Castelhanos, e os Authores todos que fallão neste Arcebispado de Lisboa lhe fazem suffraganeo o Bispado de Badajoz, e os de Evora e Sylves, e mal podia ser lhe sugeito, o que ainda se achava em outro domínio, como tambem antes pertencia ao de Mérida, e depois ao de Braga o Bispado de Lisboa.

[1]CUNHA, D. Rodrigo da Cunha (1577-1643). Cathalogo, e Historia dos Bispos d Porto. Offerecida a Diogo Lopes de Souza, Conde de Miranda, & Governador da Relação, & Casa do Porto, & feu districto: do Confelho de fua Magestade. Por D. Rodrigo da Cunha, Bifpo do Porto. No Porto. Por Ioaõ Rodriguez Impreffor de fuá Senhoria. Com as licenças necefsarias. Anno. 1623.

[2]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[3] SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I.

do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

Dsc01343

Ardingo, certo magistrado da antiga Lusitania. Este nome nas historias antigas dava se a hum officio, q[ue] naquelles tempos respondia ao q[ue] hoje chamamos Desembargador do Paço. Fr. A. da Purif. Chron. part. 1. L.3. tit. 1. § 1. [1]

[...]certo magistrado da antiga Lusitania. Este nome nas historias antigas dava se a hum officio, que naquelles tempos respondia ao que hoje chamamos Desembargador do Paço.

[1]PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

Dsc01346

Argamil. Desta Villa distante 7 leg. ao Nascente de Coimbra, são Condes os Bispos da d[it]a Cid[ad]e, p[o]r mercêdel Rei D. Affonso V. feita a D. João Galvão e seus successores de Juro e herdade em 1472 grandeza, entre os Prelados de Portugal. O sob[redit]o Bispo falleceu eleito Arcebispo de Braga em 11 d'Agosto de 1485 antes de tomar posse. [1]

[1]Sem referência bibliográfica.

Armada. A armada Ordinária q[ue] antig[amen]te havia neste Reino p[ar]a defesa da Costa, era de tres gales, e sinco navios, como se vê na Historia del Rei D. Aff[on]so IV (Chr. del Rei D. Affons[o] IV. de Duarte Nunes) ainda q[ue] El Rei D. Pedro favoreceu a El Rei de Castella em dez gales p[o]r al[um]as vezes; de modo q[ue] este numero, pouco mais ou menos era o ord[inari]o. – Por q[ue] como os inimigos q[ue] p[o]r mar então havião, erão de pouca imp[ortanci]a, não procuravão os Reis trazer contra elles maiores forças. Com tudo andando el Rei D. Fernando de Portugal de guerra com Castella, armou 32 galés, e 30 náos (Chron. del Rei D. Fern. p[o]r D. Nunes). Mas quem fez maior numero de velas no mar, foi el Rei D. João I, o qual sendo ainda defensor do Reino, mandou vir da cid[ad]e do Porto humma armada de 33 velas, em q[ue] entravão 18 Náos, e 17 Galés (Chr. del Rei D. João I p.l. c. 131.) e depois na tomada de Ceita foi o numero maior, pois só do Porto sahirão 70 velas, em q[ue] entravão 17 galés. Na tomada de Alcácer, passou el Rei D. Affonso V. a África com 220 velas, e na de Arzila 338. Daqui em diante como o com[and]o das terras se foi abrindo, assim se foi accrescentando este poder, de modo q[ue] não somente defenderão os nossos Reis as Costas marítimas de seus Reinos, mas mandarão poderosas armadas a soccorer os estranhos.

Porem o q[ue] mais admira he o aband[on]o com q[ue] as Leis deste Reino tinhão provido os armazens de Lisboa p[ar]a com toda a presteza poderem lançar ao mar huma Armada poderosa q[uan]do lhes conviesse, como se vê dos exemplos seg[ui]ntes.

Os Mouros de Granada cercarão a Cid[ad]e de Ceita (Chr. do Cond. D. Ped. c.68) em huma armada de 64 vélas, em q[ue] entravão 11 galés. Soube El Rei D. João I p[o]r recado de Tarifa q[ue] sahira esta

[...]A armada Ordinária que antigamente havia neste Reino para defesa da Costa, era de tres gales, e sinco navios, como se vê na Historia del Rei D. Aff[on]so IV (Chr. del Rei D. Affonso IV. de Duarte Nunes) ainda que El Rei D. Pedro favoreceu a El Rei de Castella em dez gales p[o]r algumas vezes; de modo que este numero, pouco mais ou menos era o ordinario. – Por que como os inimigos que por mar então havião, erão de pouca importancia, não procuravão os Reis trazer contra elles maiores forças. Com tudo andando el Rei D. Fernando de Portugal de guerra com Castella, armou 32 galés, e 30 náos (Chron. del Rei D. Fern. por D. Nunes). Mas quem fez maior numero de velas no mar, foi el Rei D. João I, o qual sendo ainda defensor do Reino, mandou vir da cidade do Porto humma armada de 33 velas, em que entravão 18 Náos, e 17 Galés (Chr. del Rei D. João I p.l. c. 131.) e depois na tomada de Ceita foi o numero maior, pois só do Porto sahirão 70 velas, em que entravão 17 galés. Na tomada de Alcácer, passou el Rei D. Affonso V. a África com 220 velas, e na de Arzila 338. Daqui em diante como o comando das terras se foi abrindo, assim se foi accrescentando este poder, de modo que não somente defenderão os nossos Reis as Costas marítimas de seus Reinos, mas mandarão poderosas armadas a soccorer os estranhos.

Porem o que mais admira he o abandono com que as Leis deste Reino tinhão provido os armazens de Lisboa para com toda a presteza poderem lançar ao mar huma Armada poderosa quando lhes conviesse, como se vê dos exemplos seguintes.

Os Mouros de Granada cercarão a Cidade de Ceita (Chr. do Cond. D. Ped. c.68) em huma armada de 64 vélas, em que entravão 11 galés. Soube El Rei D. João I por recado de Tarifa que sahira esta

armada sobre Ceita e mandou em Lisboa aprontar o soccorro com tanta brevid[ad]e, q[ue] q[uan]do o Conde D. Pedro de Menezes avisou a

armada sobre Ceita e mandou em Lisboa aprontar o soccorro com tanta brevidade, que quando o Conde D. Pedro de Menezes avisou a

el Rei, já a embarcação de Ceita achou no caminho o nosso soccorro, tão poderoso q[ue] rendeo a armada inimiga a descere[m] a Cid[ad]e.

Q[uan]do os Mouros cercando a Fortaleza de Gorciosa (Chr. de el Rei D. J. II de Pina c. 38 ar.1499) q[ue] el Rei D. João II mandou fazer sobre o Rio de Larache, e mandou el Rei soccorrer no m[es]mo dia, e depois quasi p[o]r horas até fazer pazes com o Aubixeque.

Destes exemplos e de vários outros posteriores se vê q[ue] as forças marítimas deste Reino, forão das maiores da Europa qui erão mar dellas; p[o]r q[ue] assim como a natureza deo a Lisboa aquelle excellente Porto e sitio, com q[ue] a fez rainha do mar oceano, como lhe chamão varios authores; assim também a proveo em seu territorio de g[ran]de copia de madeira p[ar]a embarçaõens, como se vê nas Pinhas de Leiria até Mondego, e em todas as ribeiras do Tejo, Sadar e Setúbal, a q[ue] tambem ajuda toda a mais costa do Porto até Vianna, donde e do Algarve tem sahido m[ui]tas vezes g[ran]des armadas. Sev. de Far. Not. Disc. 2 § 16. [1]

el Rei, já a embarcação de Ceita achou no caminho o nosso soccorro, tão poderoso que rendeo a armada inimiga a descere[m] a Cidade.

Quando os Mouros cercando a Fortaleza de Gorciosa (Chr. de el Rei D. J. II de Pina c. 38 ar.1499) que el Rei D. João II mandou fazer sobre o Rio de Larache, e mandou el Rei soccorrer no mesmo dia, e depois quasi por horas até fazer pazes com o Aubixeque.

Destes exemplos e de vários outros posteriores se vê que as forças marítimas deste Reino, forão das maiores da Europa qui erão mar dellas; por que assim como a natureza deo a Lisboa aquelle excellente Porto e sitio, com que a fez rainha do mar oceano, como lhe chamão varios authores; assim também a proveo em seu territorio de grande copia de madeira para embarçaõens, como se vê nas Pinhas de Leiria até Mondego, e em todas as ribeiras do Tejo, Sadar e Setúbal, a que tambem ajuda toda a mais costa do Porto até Vianna, donde e do Algarve tem sahido muitas vezes grandes armadas. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Armador mór. O titulo de armeiro mór he o m[es]mo q[ue] o de armador mór, de q[ue] se usava em tempo mais antigo; de sorte q[ue] o primeiro armeiro mor, q[ue] achamos com este titulo he D. Duarte da Costa, no Reinado del Rei D. João III. A obrigação deste off[ici]o, como consta do Reg[imen]to dado p[or] el ReiD. Manuel, não só era ter a seu cargo as armas da Pessoa Real p[ar]a o exercicio da guerra, mas prover em q[ue] houvesse officiaes, q[ue] trabalhassem armas em diversas p[ar]tes do Reino, e dar-lhe os privilegios q[ue] no m[es]mo Reg[imen]to se apontão.

Vasco annes Corte Real, he o primeiro Armador mor de q[ue] temos noticia no Reinado del Rei D. Affonso V. D. L. Caet. de Lima Geog. Hist. Tom. Ipág. 341. [1]

[...]O titulo de armeiro mór he o mesmo que o de armador mór, de que se usava em tempo mais antigo; de sorte que o primeiro armeiro mor, que achamos com este titulo he D. Duarte da Costa, no Reinado del Rei D. João III. A obrigação deste officio, como consta do Regimento dado por el ReiD. Manuel, não só era ter a seu cargo as armas da Pessoa Real para o exercicio da guerra, mas prover em que houvesse officiaes, que trabalhassem armas em diversas partes do Reino, e dar-lhe os privilegios que no mesmo Regimento se apontão.

Vasco annes Corte Real, he o primeiro Armador mor de que temos noticia no Reinado del Rei D. Affonso V.

[1]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. Joaõ o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

Dsc01352

Armas das Famílias. Depois q[ue] entrou em Roma o gov[ern]o dos Cesares, foi necess[ari]o a corte contarem se os ex[érci]tos, e havellos sempre nas custas do Império, multiplicando se as Legiões foi necess[ári]o também dar lhes novos nomes e insignias. E como os Romanos estavam já mais polidos, não escolherão estes nomes e sinaes a caso, mas com m[uit]a consideração, denotando em cada hum delles alg[um] bom pensamento. E p[o]r q[ue] cada soldado fosse conhecido de q[ue] cohorte era, mandarão q[ue] logo nas officinas de armas, q[uan]do se fazião os escudos, lhe pintassem ou esculpisssem no meio a imagem da m[es]ma Cohorte, e pela p[ar]te de dentro escrevião o nome do sold[ad]o, e a cohorte e centúria de q[ue] era. Tudo isto diz claram[en]te Vegesio. L.2. c.18.

Deste costume, diz Guido Pancirolo (*in not. atriusque Juper.*) se introduzirão as Armas q[ue] agora temos. Por q[ue] vindo depois a professarem a Milícia os filhos e netos dos m[es]mos Capitães e sold[ad]os, usavão sempre das prop[ri]as insígnias, e depois q[ue] se perdeu o Imp[éri]o se ficou continuando o m[es]mo uso, pondo seg[un]dp aquella imitação cada hum no escudo o animal ou figura, q[ue] melhor lhe parecia, denotando sempre com estes hiroglyticos, alg[um]a coisa de valor, constancia ou virtude, p[o]r onde se alcança a honra militar. Sev. de Far. Not. de Por. disc.3 § 4. [1]

Alem das armas Reaes de Portugal, q[ue] emanarão da batalha de Ourique, he mais provavel q[ue] alli tiverão pricipio outras alg[um]as de diversas famílias nesta occasião. Costume he m[ui]to antigo nos Reinos da Christand[ad]e tomavam-se as armas nas batalhas mais insignes, ou p[o]r feitos illustres, q[ue] nellas fizerão os particulares q[ue] as tomão, ou p[o]r alg[um] signal maravilhoso, ou outra alg[um]a occasião notavel. Fr. Ant.

Dsc01354

Brand. Monarq. p.8. l.10. c.7. [2]

Na conservação das Armas da Nobreza puzeraão os Reis m[ui]to cuidado, entendendo

[...]Depois que entrou em Roma o governo dos Cesares, foi necessario a corte contarem se os exércitos, e havellos sempre nas custas do Império, multiplicando se as Legiões foi necessário também dar lhes novos nomes e insignias. E como os Romanos estavam já mais polidos, não escolherão estes nomes e sinaes a caso, mas com muita consideração, denotando em cada hum delles al[um] bom pensamento. E por que cada soldado fosse conhecido de que cohorte era, mandarão que logo nas officinas de armas, quando se fazião os escudos, lhe pintassem ou esculpisssem no meio a imagem da mesma Cohorte, e pela parte de dentro escrevião o nome do soldado, e a cohorte e centúria de que era. Tudo isto diz claramente Vegesio. L.2. c.18.

Deste costume, diz Guido Pancirolo (*in not. atriusque Juper.*) se introduzirão as Armas que agora temos. Por que vindo depois a professarem a Milícia os filhos e netos dos mesmos Capitães e soldados, usavão sempre das proprias insígnias, e depois que se perdeu o Império se ficou continuando o mesmo uso, pondo segundo aquella imitação cada hum no escudo o animal ou figura, que melhor lhe parecia, denotando sempre com estes hiroglyticos, alguma coisa de valor, constancia ou virtude, por onde se alcança a honra militar.

Alem das armas Reaes de Portugal, que emanarão da batalha de Ourique, he mais provavel que alli tiverão pricipio outras algumas de diversas famílias nesta occasião. Costume he muito antigo nos Reinos da Christandade tomavam-se as armas nas batalhas mais insignes, ou por feitos illustres, que nellas fizerão os particulares que as tomão, ou por algum signal maravilhoso, ou outra alguma occasião notavel.

Na conservação das Armas da Nobreza puzeraão os Reis muito cuidado, entendendo que forão

q[ue] forão ganhadas pelo valor dos fidalgos deste reino, na recuperação delle. E como a grandeza e segurança de seus Est[ad]os consistia no valor dos nobres p[o]r galardão e agradecim[en]to de tantos serviços procurarão conservar as armas de cada Família. Foi este intento tão antigo nos Reis de Portugal, q[ue] se conta na Chronica d'el Rei D. Fernando cap.30 q[ue] mandou fazer hum rico param[en]to todo bordado aljofres com as armas dos Fidalgos de Portugal, de modo q[ue] não tiverão menos cuidado da conservação de seus brazões q[ue] dos appellidos; querendo q[ue] só aquelles, a q[ue]m de direito tocavão fossem honrados com ellas. Para isto ordenarão os Reis de Armas em cujos livros mandavão pintar as insignias de todas as linhagens do Reino. Sev. de Far. obi supra. § 18. [3]

Tacito (annal. 11.14) nos instrue q[ue] os escudos ou broqueis dos alemães erão meram[en]te de cime ou de taboas m[ui]to delgadas Viminum textus vil ténues et fecatus colere tabulas. Ag[um]as vezes usavão delles pintados de huma só cór, e outra vezes de diversas cores, sem nenhuma ordem. Cluvier crê ser esta a origem das pallas, das fachas, das bandas, dos xadrezes, das lisonjas e das outras partições do brazão na armaria. Pretende q[ue] os Principes e Generaes não se contentavão em pintar os seus escudos de diff[er]entes cores, mas que fora disto os carregavão da figura de alg[um] animal Accrescento q[ue] pelo adiante os Principes permittiraõ aos outros Nobres o tomar huma porção das suas armarias, ou dando alg[um]a porção das suas armarias ou mudando-lhes os brazões, ou mutilando-lhes os animaes, e q[ue] disto provem aspartes de animaes, as azas, as cabeças, [etc]. Tudo isto parece verosimil. Porem Cluvier não tem razão em crer q[ue] antig[amen]te estes signaes distinctivos se transmittiaõ de pai ao filho. Originalm[en]te erão pessoas, e continuarão a selo p[o]r longo tempo. O uso das armarias heredit[ari]as não passa alem do undecimo ou decimo seculo. M. d'Abbe de La Bleterie. Trad. Compl. de Facit. Moeurs des Germains, remarq. 18. p.455 Tom 1. ed. 1772. [4]

ganhadas pelo valor dos fidalgos deste reino, na recuperação delle. E como a grandeza e segurança de seus Estados consistia no valor dos nobres por galardão e agradecimento de tantos serviços procurarão conservar as armas de cada Família. Foi este intento tão antigo nos Reis de Portugal, que se conta na Chronica d'el Rei D. Fernando cap.30 que mandou fazer hum rico paramento todo bordado aljofres com as armas dos Fidalgos de Portugal, de modo que não tiverão menos cuidado da conservação de seus brazões que dos appellidos; querendo que só aquelles, a quem de direito tocavão fossem honrados com ellas. Para isto ordenarão os Reis de Armas em cujos livros mandavão pintar as insignias de todas as linhagens do Reino.

[...]os escudos ou broqueis dos alemães erão meramente de cime ou de taboas muito delgadas *Viminum textus vil ténues et fecatus colere tabulas*. Agumas vezes usavão delles pintados de huma só cór, e outras vezes de diversas cores, sem nenhuma ordem. Cluvier crê ser esta a origem das pallas, das fachas, das bandas, dos xadrezes, das lisonjas e das outras partições do brazão na armaria. Pretende que os Principes e Generaes não se contentavão em pintar os seus escudos de diffentes cores, mas que fora disto os carregavão da figura de algum animal Accrescento que pelo adiante os Principes permittiraõ aos outros Nobres o tomar huma porção das suas armarias, ou dando alguma porção das suas armarias ou mudando-lhes os brazões, ou mutilando-lhes os animaes, e que disto provem aspartes de animaes, as azas, as cabeças, [etc]. Tudo isto parece verosimil. Porem Cluvier não tem razão em crer que antigamente estes signaes distinctivos se transmittiaõ de pai ao filho. Originalmente erão pessoas, e continuarão a selo por longo tempo. O uso das armarias hereditarias não passa alem do undecimo ou decimo seculo.

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal

Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffárias.

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1729] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

[3]Noticias de Portugal, 1740.

[4]BLETERIE, M. Abbé de la. Traduction de la vie d'Agricola, et des moeurs des Germains, Par M. l'Abbé de la Bleterie [...] Description de la Germanie et des moeurs de ses habitans. Remarques sur la Germanie, de Tacite. Remarque 18. Tom 1. ed. 1772.

Dsc01355

Armas Reaes de Portugal. O Conde D. Henrique, e seu filho o Inf[ant]e D. Affonso trazião p[o]r armas huma cruz, a q[ue] chamão Potentea, p[o]r ter a hastea do alto a baixo mui longa q[ue] atravessa de p[ar]te a parte.

El Rei D. Affonso em a occasião da batalha de Ourique em 1139 tomou p[o]r armas as sinco quinas, e p[o]r senão a memória da insígnia da cruz, ordenou os escudos em forma de cruz, os quaes erão feitos ao comprido a modo de juntar de lanças, com q[ue] a sagrada cruz mais propriam[en]te se afigurava. Quiz el Rei significar não só a cruz sagrada em a posição dos cinco escudos, mas com o numero delles as cinco chagas de Christo Nosso Redemptor, e o preço p[o]r q[ue] foi vendido aos judeos, em os dinheiros q[ue] mandou por em cada hum dos Escudos. Costumava-se a trinta dinheiros em cada hum dos escudos: e p[o]r q[ue] este numero alem de grande, não tinha lugar m[ui]tas vezes pela incapacid[ad]e do sitio, se ordenou pelo tempo adiante, q[ue] em cada Escudo se metessem sinco dinheiros, em q[ue] o num[er]o de trinta dinheiros se podia encher contando duas vezes o escudo do meio.

El Rei D. Affonso p[ar]a ficar lembrança da g[ran]de victoria q[ue] alcançou dos Mouros, mandou no principio atravessar quatro cordões no escudo, dois em cruz de meio a meio, e dois em aspa de canto a canto, fazendo de outro cercadura, e p[o]r elles pendurou m[ui]tos escudos, posto q[ue] quatro, q[ue] ficão dentro do escudo, e do Chefe da Cordadura são notavelm[en]te maiores, e feitos a modo de adagas ou pontas de lança. Estes parecem q[ue] alhudem aos cinco Reis vencidos, os mais serão de outras pessoas principaes, ou os q[ue] el

[...]O Conde D. Henrique, e seu filho o Infante D. Affonso trazião por armas huma cruz, a que chamão Potentea, por ter a hastea do alto a baixo mui longa que atravessa de parte a parte.

El Rei D. Affonso em a occasião da batalha de Ourique em 1139 tomou por armas as sinco quinas, e por senão a memória da insígnia da cruz, ordenou os escudos em forma de cruz, os quaes erão feitos ao comprido a modo de juntar de lanças, com que a sagrada cruz mais propriamente se afigurava. Quiz el Rei significar não só a cruz sagrada em a posição dos cinco escudos, mas com o numero delles as cinco chagas de Christo Nosso Redemptor, e o preço por que foi vendido aos judeos, em os dinheiros que mandou por em cada hum dos Escudos. Costumava-se a trinta dinheiros em cada hum dos escudos: e por que este numero alem de grande, não tinha lugar muitas vezes pela incapacidade do sitio, se ordenou pelo tempo adiante, que em cada Escudo se metessem sinco dinheiros, em que o numero de trinta dinheiros se podia encher contando duas vezes o escudo do meio.

El Rei D. Affonso para ficar lembrança da grande victoria que alcançou dos Mouros, mandou no principio atravessar quatro cordões no escudo, dois em cruz de meio a meio, e dois em aspa de canto a canto, fazendo de outro cercadura, e por elles pendurou muitos escudos, posto que quatro, que ficão dentro do escudo, e do Chefe da Cordadura são notavelmente maiores, e feitos a modo de adagas ou pontas de lança. Estes parecem que alhudem aos cinco Reis vencidos, os mais serão de outras pessoas principaes, ou os que el

Dsc01356

Rei p[o]r sua mão alcançou. Este modo do Escudo se vê em alg[uns] sellos daquelle tempo; porem não era universalm[en]te usado, p[o]r q[uan]to em outros se achão as sinco Quinas som[en]te com os círculos ou dinheiro dentro. Fr. A. Brand. Mon. part. 3. l.10. c.7. [1]

El Rei D. Affonso III ajuntou ao escudo

Rei por sua mão alcançou. Este modo do Escudo se vê em alguns sellos daquelle tempo; porem não era universalmente usado, por quanto em outros se achão as sinco Quinas somente com os círculos ou dinheiro dentro.

El Rei D. Affonso III ajuntou ao escudo Real das

Real das Quinas a Orla dos Castellos p[o]r causa das terras do Algarve p[o]r elle ganhadas aos mouros em 1267. Este Rei foi o prim[ei]ro q[ue] teve o titulo de Rei de Portugal e dos Algarves; e assim se ajuntarão logo ás armas de Portugal seus castellos dourados em campo vermelho em razão deste novo accrescentam[en]to dos algarves. Desta Orla já havia usado El Rei D. Sancho I pela m[es]ma occasião das terras do Algarve, q[ue] no seu tempo conquistára. Id. ibid. part. IV. l. 15. c. 34.[2]

Quinas a Orla dos Castellos por causa das terras do Algarve por elle ganhadas aos mouros em 1267. Este Rei foi o primeiro que teve o titulo de Rei de Portugal e dos Algarves; e assim se ajuntarão logo ás armas de Portugal seus castellos dourados em campo vermelho em razão deste novo accrescentamento dos algarves. Desta Orla já havia usado El Rei D. Sancho I pela mesma occasião das terras do Algarve, que no seu tempo conquistára.

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

ARMEIRO MOR

Dsc01357

Armeiro mór – Vej. armador mór.

Arnáo. Guilherme Arnáo foi hum illustre Cav[aleir]o Inglez, q[ue] vindo a este Reino a Rainha D. Felippa, com o seu Pai o Duque de Lencastre a casar com el Rei D. João o I trazia a cargo o gov[erno] de sua casa, como seu Vedor, e Mordomo-mor. Por morte da Rainha acertou se com o Infante D. Pedro seu filho, seg[un]do q[ue] m[ui]to sestimava, p[o]r achar nelle valor de animo, junto com g[ran]de prud[ênci]a, e conselho; e p[o]r tal o honrou e o adiantou em fazenda depois q[ue] teve o gov[ern]o do Reino na menori[d]ad[e] del Rei D. Affonso V seu sobrinho q[ue] ficou menino p[o]r morte de seu pai el Rei D. Duarte. E deo-lhe a Villa de Carnache dos Alhos, com as terras de Almalaguez, e Sovereiro. Mas custarão-lhe caro estas honras (como he ordinario) a Guilherme Arnáo; p[o]r q[ue] obrigado dellas não pode acabar consigo o animo honra-do, e agradecido deixar de o seguir no infelis successo, q[ue] indignam[en]te chamarão naquella id[ad]e Batalha de Alfarrobeira: e nelle acabou com seu senhor e amigo. Ficarão-lhe dois filhos, Lançarote e Bernardo. Lançarote q[ue] era mais velho, ainda q[ue] perdeu as terras do Pai, q[ue] forão p[o]r sua morte confiscadas, achou em Coimbra casamento rico e honrado, com huma filha de João Pagem: e delle procedem os deste appellido Arnáo, em Portugal. Nos q[ue] antigam[en]te escreverão se acha q[ue] têmão estes irmãos sua descendencia dos Condes de Aro, ou Arondel em Inglaterra, e q[ue] a essa conta trazia o Pai p[o]r armas quatro Leões negros em campo de Prata, com seo elmo corado.

Fr. L. da Cons. Hist de S. Doming. p.2 L.2. c.8.

[1]

[...]illustre Cavaleiro Inglez, que vindo a este Reino a Rainha D. Felippa, com o seu Pai o Duque de Lencastre a casar com el Rei D. João o I trazia a cargo o governo de sua casa, como seu Vedor, e Mordomo-mor. Por morte da Rainha acertou se com o Infante D. Pedro seu filho, segundo que muito sestimava, por achar nelle valor de animo, junto com grande prudência, e conselho; e por tal o honrou e o adiantou em fazenda depois que teve o governo do Reino na menoridade del Rei D. Affonso V seu sobrinho que ficou menino por morte de seu pai el Rei D. Duarte. E deo-lhe a Villa de Carnache dos Alhos, com as terras de Almalaguez, e Sovereiro. Mas custarão-lhe caro estas honras (como he ordinario) a Guilherme Arnáo; por que obrigado dellas não pode acabar consigo o animo honrado, e agradecido deixar de o seguir no infelis successo, que indignamente chamarão naquella ida[e] Batalha de Alfarrobeira: e nelle acabou com seu senhor e amigo. Ficarão-lhe dois filhos, Lançarote e Bernardo. Lançarote que era mais velho, ainda que perdeu as terras do Pai, que forão por sua morte confiscadas, achou em Coimbra casamento rico e honrado, com huma filha de João Pagem: e delle procedem os deste appellido Arnáo, em Portugal. Nos que antigamente escreverão se acha que têmão estes irmãos sua descendencia dos Condes de Aro, ou Arondel em Inglaterra, e que a essa conta trazia o Pai por armas quatro Leões negros em campo de Prata, com seo elmo corado.

[1]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Arrabalde. Antig[amen]te nas povoações q[ue] era muradas, chamavão Villa ao interior da povoação, q[ue] hia dos muros a dentro, e ao restante fora dos muros chamavão Arrabalde; e ao todo em commum, cidade; p[o]r este modo em Coimbra, ao q[ue] vai da porta de Medina até o Castello chamavão Villa, e ao q[ue] vai da calçada p[ar]a o Mondego, e Real Mosteiro de Santa Cruz, chamavão arrabalde, e assim nas mais cid[ad]es e Lugares do Reino. Fr. Man. dos Santos Mon. p.8. l.22. c.30.[1]

[...]Antigamente nas povoações que era muradas, chamavão Villa ao interior da povoação, que hia dos muros a dentro, e ao restante fora dos muros chamavão Arrabalde; e ao todo em commum, cidade; por este modo em Coimbra, ao que vai da porta de Medina até o Castello chamavão Villa, e ao que vai da calçada para o Mondego, e Real Mosteiro de Santa Cruz, chamavão arrabalde, e assim nas mais cidades e Lugares do Reino. (*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de São Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Dsc01365

Arraial, arraial, vozes com q[ue] antigamente se acclamavão os nossos Reis, e depois, como hoje se usa, se mudarão em Real Real. [1]

[1]Sem referência bibliográfica.

Arruelas são circulos redondos q[ue] m[ui]tos tem p[ar]a significarem escudos; p[o]r q[uan]to foi costume entre os antigos tomarem p[o]r sinal do inimigo vencido o escudo ou Elmo. Porem Gonçalo Argote de Molina no Liv. I da Nob. da Andaluzia cap.103 diz q[ue] El Rei Arthur da Inglaterra, q[uan]do instituiu os Cav[aleir]os da Tabola redonda, que he o mesmo q[ue] meza redonda, deo por armas a Sanazir o Forte (q[ue] erahum dos mais valorosos) treze arruelas, significando na figura da arruela a mesa redonda, e o numero de treze p[o]r serem os outros tantos os cav[aleir]os; p[o]r q[ue] doze forão escolhidos á honra dos doze apostolos, e o decimo terceiro era o m[es]mo Rey Arthur. Depois o Imperador Carlos Magno fez outra comp[anhi]a de doze cav[aleir]os, a q[ue] chamou Pares, q[ue] quer dizer iguaes, e p[o]r isso também comião em meza redonda, onde não ha cabeceira (Hist. de Avil. parte 4 § 1).Pelo q[ue] m[ui]tos Fidalgos, ou p[o]r descenderem destes cav[aleir]os, ou p[o]r se mostrarem sem[elhan]tes a eles no valor e merecimento, tomarão p[o]r armas as m[es]mas arruelas, variando no num[er]o,mas de ordinario erão seis, p[o]r q[ue] parece, q[ue] usando do vocabulo *Par*, q[ue] não som[en]te significa igual, mas tambem dous, sendo as arruelas de pares m a s seis prestavão p[o]r doze. Daqui parece tiverão principio as treze arruelas, e as seis dos Castros, e as seis dos Mellos e Almeidas as quaes estão metidas entre duas cruces dobradas, q[ue] tambem denotão o m[es]mo nome de *Par*. As Familias q[ue] trazem Arruelas são Almeidas, Castros, Doutiz, Ferraz, Gouveas, com cruz dobrada, Mellos, Taveiras, Teives. Sev. de Far.Not. disc. 3 § 11.[1]

[...]são circulos redondos que muitos tem para significarem escudos; por quanto foi costume entre os antigos tomarem por sinal do inimigo vencido o escudo ou Elmo. Porem Gonçalo Argote de Molina no Liv. I da Nob. da Andaluzia cap.103 diz que El Rei Arthur da Inglaterra, quando instituiu os Cavaleiros da Tabola redonda, que he o mesmo que meza redonda, deo por armas a Sanazir o Forte (que erahum dos mais valorosos) treze arruelas, significando na figura da arruela a mesa redonda, e o numero de treze por serem os outros tantos os cavaleiros; por que doze forão escolhidos á honra dos doze apostolos, e o decimo terceiro era o mesmo Rey Arthur. Depois o Imperador Carlos Magno fez outra companhia de doze cavaleiros, a que chamou Pares, que quer dizer iguaes, e por isso também comião em meza redonda, onde não ha cabeceira (rodapé - Hist. de Avil. parte 4 § 1). Pelo que muitos Fidalgos, ou por descenderem destes cavaleiros, ou por se mostrarem semelhantes a eles no valor e merecimento, tomarão por armas as mesmas arruelas, variando no numero, mas de ordinario erão seis, por que parece, que usando do vocabulo *Par*, que não somente significa igual, mas tambem dous, sendo as arruelas de pares m a s seis prestavão por doze. Daqui parece tiverão principio as treze arruelas, e as seis dos Castros, e as seis dos Mellos e Almeidas as quaes estão metidas entre duas cruces dobradas, que tambem denotão o mesmo nome de *Par*. As Familias que trazem Arruelas são Almeidas, Castros, Doutiz, Ferraz, Gouveas, com cruz dobrada, Mellos, Taveiras, Teives.

[1]Todas as demais referências constam em SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcetada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular,

Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao
Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito
de S. Pedro, Prothonotario Apostolico de S. Santidade,
Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da
Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na
Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL.
[1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc01373

Artilharia. No cerco q[ue] el Rei D. João I de Castella fez á Villa de Almada no anno de 1384, sendo Regedor, e Protector de nosso Reino o Inf[ant]e Mestre de Aviz, depois Rei de Portugal D. João de boa memoria, pela primeira vez offereceu polvora, e peças de artilharia, a q[ue] chamarão no principio Trens, e pouco depois Bombardas. A peça de Bombarda de q[ue] se servirão os castelhanos, tinha de pezo cinco quinceas, mas a primeira pedra q[ue] a tirou não fez damno p[or] cahir m[ui]to baixa, e ao seg[un]do tiro arreventou a peça, informes ainda os artilheiros no uso da polvira, e no exercicio de atirar. Fr. Man. dos Sant. Mon. part. 8. l. 23. c. 21. [1]

Na batalha de Aljubarrota puzerão os castelhanos na frente da vanguarda 16 peças ou bombardas com bolas de pedra: coisa nova em toda a Hespanha, mas dispararão só huma vez, póde ser ainda p[or] pouco uso daquelle ministerio. Id. Ibid. c.40. [2]

El Rei D. João II foi o primeiro q[ue] inventou, e achou, estando em Setubal, em caravellas e navios de trazer bombardas mui grossas. Garc. de Rez.Chron. d'el Rei D. João II. [3]

O prim[eir]o q[ue] usou artilharia no mar foi João Gonçalves Zargo, ainda q[ue] não teve occasião de combater com ella; e assim o primeirp tambem q[ue] exercitou no sitio de Lisboa, foi João Rodrigues de Sá, porem ainda então não tinha a proporção devida q[ue] depois lhe aperfeiçoara; tirava ballas de pedra, e até aos nossos tempos se conservava huma destas peças na Terra de s. Julião da Barra. Jos. Soar. da Silv.

[...]No cerco que el Rei D. João I de Castella fez á Villa de Almada no anno de 1384, sendo Regedor, e Protector de nosso Reino o Infante Mestre de Aviz, depois Rei de Portugal D. João de boa memoria, pela primeira vez offereceu polvora, e peças de artilharia, a que chamarão no principio Trens, e pouco depois Bombardas. A peça de Bombarda de que se servirão os castelhanos, tinha de pezo cinco quinceas, mas a primeira pedra que a tirou não fez damno por cahir muito baixa, e ao segundo tiro arreventou a peça, informes ainda os artilheiros no uso da polvira, e no exercicio de atirar. (*Monarquia Lusitana, 1727*)

Na batalha de Aljubarrota puzerão os castelhanos na frente da vanguarda 16 peças ou bombardas com bolas de pedra: coisa nova em toda a Hespanha, mas dispararão só huma vez, póde ser ainda por pouco uso daquelle ministerio. (*Monarquia Lusitana, 1727*)

El Rei D. João II foi o primeiro que inventou, e achou, estando em Setubal, em caravellas e navios de trazer bombardas mui grossas.

O primeiro que usou artilharia no mar foi João Gonçalves Zargo, ainda que não teve occasião de combater com ella; e assim o primeirp tambem que exercitou no sitio de Lisboa, foi João Rodrigues de Sá, porem ainda então não tinha a proporção devida que depois lhe aperfeiçoara; tirava ballas de pedra, e até aos nossos tempos se conservava huma destas peças na Terra de s. Julião da Barra.

Dsc01375

Mem. del Rei D. Jo. I. T. 2. l. 2. c. 137. n. 807. [4]

Manuel Thomaz na [Insular?] a L. ?. est. 83. [5] diz;

Bem he verdade que este Lusitano
Primeiro foi no mar com nome eterno
Que usou da dura frota de Vulcano,

E o salitrado aljofar do Inferno.

[1]SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleiçaõ delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

[2]Idem.

[3]REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bõdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofa principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

[4]SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

[5]THOMAZ, Manoel. Insulana. Poema. Anvers 1635.

Dsc01368

Asna, he na Armaria huma figura triangular,
formada com o agudo p[ar]a cima; sem[elhan]te
o de q[ue] usão os q[ue] fabricão, para sustentar
o tecto das casas na forma q[ue] se chama de
asnaria. [1]

[1]Sem referência bibliográfica.

Aspas. As cruces em aspas se trazem nas armas p[o]r devoção de S. André, como mostra Gonçalo Argote l.1. c.7. na conquista de Barça, a qual cid[ad]e se tomou no dia deste santo. E os Navarros dão a m[es]ma origem às aspas que m[ui]tas familias daquelle Reino trazem. Com a m[es]ma razão podemos entender q[ue] as aspas q[ue] os Mirandas, Azevedos, Rochas e outros Fidalgos deste Reino trazem em suas armas, se tomarão por devoção do santo na conquista da Cid[ad]e de Beja, a qual foi ganhada aos Mouros, p[o]r alg[un]s capitães del Rei D. Affonso Henriques em 29 de Nov[embr]o de 1162, vespera de S. André, no anno 35 seu reinado. Fr. A. Brand. Mon. p.3 L.10. c.7.

As Familias, q[ue] trazem Aspas são Araujos, Azevedos, Filippes, Gago, [Guariços], Miranda, Palameque, [Oioscos?], Ovelhas. A aspa dos Mirandas pode vir pela razão já d[it]a senão he em memoria do seu solar de Miranda, q[ue] está em Asturias, junto a S. André. Sev. de Far. Not.Disc. 3 [parágrafo] 7.[1]

As cruces em aspas se trazem nas armas por devoção de S. André [Gonçalo Argote l.1. c.7.] na conquista de Barça, a qual cidade se tomou no dia deste santo. E os Navarros dão a mesma origem às aspas que muitas familias daquelle Reino trazem. Com a mesma razão podemos entender que as aspas que os Mirandas, Azevedos, Rochas e outros Fidalgos deste Reino trazem em suas armas, se tomarão por devoção do santo na conquista da Cidade de Beja, a qual foi ganhada aos Mouros, por alguns capitães del Rei D. Affonso Henriques em 29 de Novembro de 1162, vespera de S. André, no anno 35 seu reinado. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

As Familias, que trazem Aspas são Araujos, Azevedos, Filippes, Gago, Guariços, Miranda, Palameque, Oroskos, Ovelhas. A aspa dos Mirandas pode vir pela razão já dita senão he em memoria do seu solar de Miranda, que está em Asturias, junto a S. André. (*Noticias de Portugal, 1655*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio

Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com
todas as Licenças neceffarias.

Dsc01363

Assignatura dos Bispos nas doações Reaes. Q[uan]do hum ou dois Bispos confirmam nas antigas Escrituras, se pode crer q[ue] o fazem p[o]r estar pessoalm[en]te no lugar, em q[ue] se faz a escritura; q[uan]do entrão nomeados todos, era estilo do notario nomealos, pela outorga geral q[ue] davão aos Reis p[ar]a dispor dos Bens da Coroa, e fazer merçê delles, e isso m[es]mo p[ar]a outros actos de semelhante qualid[ad]e. Tambem dos Ricos Homens se entende outro tanto. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.17. c.61 [1]

[...]Quando hum ou dois Bispos confirmam nas antigas Escrituras, se pode crer que o fazem por estar pessoalmente no lugar, em que se faz a escritura; quando entrão nomeados todos, era estilo do notario nomealos, pela outorga geral que davão aos Reis para dispor dos Bens da Coroa, e fazer merçê delles, e isso mesmo para outros actos de semelhante qualidade. Tambem dos Ricos Homens se entende outro tanto. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc01370

Assumpção de N[ossa] Senhora. O Papa S. Damazo, Portuguez, instituiu no anno de Christo 364 na Igreja Catholica esta g[ran]de celebr[idad]e. El Rei D. João I do nome em Portugal augmenta o m[es]mo culto neste Reino, fazendo dedicar as Igrejas Cathedrais á gloriosa Assumpção da Augustissima Senhora. P. Fr. de S. Mar. An. His. Tom. 2. p.520. n.1.[1]

[...]O Papa S. Damazo, Portuguez, instituiu no anno de Christo 364 na Igreja Catholica esta grande celebridade. El Rei D. João I do nome em Portugal augmenta o mesmo culto neste Reino, fazendo dedicar as Igrejas Cathedrais á gloriosa Assumpção da Augustissima Senhora.

[1]SANTA MARIA, P. Francisco de. Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abraviada De peffoas grandes, e coufas notaveis de Portugal [...] Offerecido a elRey D. Joaõ V. Nosso Senhor [...] Composto pelo Padre Mestre Francisco de S. Maria [...] Tomo Segundo. [...] Lisboa. Na Officina, e à cufta de Domingos Gonsalves. M. DCCXLIV. [1744] Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real.

Astrolabio, instrum[en]to utilissimo á navegação, e Invenção de subtil juizo e sabio, Cam. Lusiad. cant. 5 est. 25 [1] foi descoberto p[o]r dois Por-tuguezes, os Mestres Rodrigo e Joseph, judeus e medicos d'El Rei D. João II e p[o]r Martim da Bohemia, natural daquella p[ar]te, e discipulo de João de Monte Regio, [invitado?] pelo dito Rei. Barros, Dec. 1. l. 4. c. 2. [2] Sour. de Maced. Flor. de Hesp. part. 1. c. 8. [exceller.] 7 [3], e outros q[ue] ahi allega.

25.

Astrolabio,
Invenção de subtil juizo, e sábio

(*Lusiadas*)

[...]em tempo delRey D. João o Segundo foi per elle encomendado este negocio a Mefre Rodrigo, e a Mefre Jofepe Judeo, ambos feus Medicos, e a hum Martim de Boemia natural daquellas partes, o qual fe gloreava fer difcipulo de Joanne Monte Regio[...]

(*Da Asia*)

[1]CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. Lusiadas de Luis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe Quarto El Grande. Comentadas por Manvel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cfa Real [...]. Primero i Segundo Tomo. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez A costa de Pedro Coello, Mercador de libros.

[2]BARROS, João de. Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto. Nova edição offerecida a Sua Magestade D. Maria I. Rainha Fidelissima &c. &c. &c. Lisboa. Na Regia Officina Typografica. Anno MDCCLXXVIII [1778]. Com Licença da Real Meza Cenforia, e Privilegio Real.

[3]MACEDO, Antonio de Sousa de. Flores de España Excelencias de Portugal. En que brevemente se trata lo mejor de sus historias, y de todas las del mundo desde su principio hasta nuestros tempos, y se descubren muchas cosas nuevas de provecho, y curiosidade. Primera Parte. A la Magestad del Rey Catholico de las Españas Don Phelipe IIII. nuestro Señor. Por Antonio de Sousa de Macedo su moço Fidalgo, y Cavallero del habito de Christo. En Lisboa. Con todas las licencias necessarias. Impressas por Iorge Rodriguez. Año 1631.

Dsc01376

Athaides. o lugar de Thaigilde, q[ue] fica entre Arrifana de sousa e Canavezes, he o solar dos Athaides,e de seu proprio nome a huma geração tão antiga e benemerita da coroa deste Reino, e de q[ue] houve nelle as duas casas titulares de Athouguia e Castanheira, e outras ricas e nobres, posto q[ue] não tenham titulo. Fr. Berd. de Brit. Mon. p. 2. l. 6. c. 11.[1]

[...]o lugar de Thaigilde, que fica entre Arrifana de sousa e Canavezes, he o solar dos Athaides,e de seu proprio nome a huma geração tão antiga e benemerita da coroa deste Reino, e de que houve nelle as duas casas titulares de Athouguia e Castanheira, e outras ricas e nobres, posto que não tenham titulo. (*Monarquia Lusitana, 1609*)

[1] BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1609.

Aureo. Foi moeda, q[ue] correo no tempo del Rei D. Sancho II pelos annos 1240, como se achao em escrituras publicas. O R. P. Fr. Francisco de Santa Maria em hum Tratado, q[ue] fez das moedas de Portugal, e anda encorporado no tom[o] 4 da Historia Genealogica da Casa Real a pag. 261 he de parecer q[ue] esta moeda fosse daquellas m[es]mas dobras de Ouro, q[ue] fez lavrar elRei D. Sancho I com a sua figura armado a cavallo, com a espada na mão, e a Letra: Sancius Rex Portugaliae de huma banda, e da outra os cinco escudos em cruz, q[ue] nos chamamos quinas, e dentro em cada hum cinco dinheiros não mais, e a Letra à roda: [do?] nomine Patris, et Filii, et spiritus Sancti Amen. (Monarq. Lusit. L.10. cap. 7.)e tendo esta tal moeda, valia o tal Aureo pouco mais de cento e vinte reis da nossa moeda corrente, e he a mais antiga, q[ue] se acha no Reino. João Baptista de Cair. Mapp. de Portug. tom. I. part. 1. cap. 12p. 179. n. 7. [1]

6 Aureo. Foy moeda, que correo no tempo delRey D. Sancho II. pelos annos 1240, como se acha em escrituras publicas. O Reverendo Padre Fr. Francisco de Santa Maria em hum Tratado, que fez das moedas de Portugal, e anda incorporado no tom. 4. da Historia Genealogica da Casa Real a pag. 261. he de parecer, que esta moeda fosse daquellas mesmas dobras de ouro, que fez lavrar ElRey D. Sancho I. com a sua figura armado a cavallo, com a espada na mão, e a Letra: Sancius Rex Portugaliae de huma banda, e da outra os cinco escudos em Cruz, que nós chamamos quinas, e dentro em cada hum cinco dinheiros não mais, e a letra à roda: In nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti Amen; (1) [rodapé: (1)*Monarq. Lusitan. liv. 10. cap. 7.*] e sendo esta tal moeda, valia o tal Aureo pouco mais de cento e vinte reis da nossa moeda corrente, e he a mais antiga, que se acha no Reino. (Mappa de Portugal, pp.179-180, 1762)

[1] O trecho encontra-se à página 179 da seguinte edição, que parece assim ser a que usou Pedro José da Fonseca. Todavia o número correto é o 6, não 7: de CASTRO, João Batista de. *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno* pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

Auto de Fé. Atemorizados os judeos da Inquisição de Castella, vierão refugiar se para este Reino de Portugal m[ui]tos em numero, com permissão q[ue] tiverão del Rei D. João II e com condição de viverem, os q[ue] ja erão bautizados, como bons christães: porem havendo noticia depois, de q[ue] o fazião pelo contrario, tornando a observar a Lei de Moyses, e os mais ritos judaicos, o Mestre Fr. Braz de Evora, q[ue] neste tempo, como Provincial da Ordem dos Pregadores, exercitava o cargo de Inquisidor Geral deste Reino, conforme as Bullas dos Sumos Pontifices Bonifacio IX e Innocencio IV com outro Religioso da sua Ordem, graduado em Theologia, fez hum auto da Fe dos m[ui]tos réos, q[ue] se acharão comprehendidos no crime de heresia, e destes forão m[ui]tos relaxados á justiça secular, e queimados, outros condemnados a carcere perpetuo, e outros castigados com diversas penitencias, conforme as suas culpas. Fr. Pedr. [Mont.?] Hist. da Inquis. tom. 2. p.2. L.2. cap. 62. pag. [484?]. [1]

[...]Atemorizados os judeos da Inquisição de Castella, vierão refugiar se para este Reino de Portugal muitos em numero, com permissão que tiverão del Rei D. João II e com condição de viverem, os que ja erão bautizados, como bons christães: porem havendo noticia depois, de q[ue] o fazião pelo contrario, tornando a observar a Lei de Moyses, e os mais ritos judaicos, o Mestre Fr. Braz de Evora, que neste tempo, como Provincial da Ordem dos Pregadores, exercitava o cargo de Inquisidor Geral deste Reino, conforme as Bullas dos Sumos Pontifices Bonifacio IX e Innocencio IV com outro Religioso da sua Ordem, graduado em Theologia, fez hum auto da Fe dos muitos réos, que se acharão comprehendidos no crime de heresia, e destes forão muitos relaxados á justiça secular, e queimados, outros condemnados a carcere perpetuo, e outros castigados com diversas penitencias, conforme as suas culpas.

[1]MONTEIRO, Frei Pedro. Historia da Sancta Inquisição do Reyno De Portugal, e fuas Conquiftas. Primeira Parte. Da origem das Sanctas Inquisições da christandade, e da Inquisição antiga que houve n'este reino, com os seus Inquisidores geraes. Offerecida ao mui alto , e poderoso Rey D. João V. Nosso Senhor. Composta pelo padre Fr. Pedro Monteiro Ulyssiponense, Doutor, e Mefre na Sagrada Theologia, Consultor da Santa Inquisição, Prégador do numero do Senhor Infante D. Francisco, Examinador Synodal do Arcebispado de Lisboa, das Igrejas do Infantado, e das do grande Priorado do Crato, e Academico do numero da Academia Real, Religiofo da Sagrada Ordem dos Prégadores. Livro Segundo, *Da Santa Inquisição, que houve nefte Reyno defde o Senhor Rey D. Affonfo II. até o governo do Senhor Rey D. Joaõ III., e nos mais de Heftpanha até o del Rey Catholico D. Fernando, e dos Concilios Geraes, fcifmas, e herefias, que por eftes tempos houveraõ na Igreja.* Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. M.DCC.L.[1750].

Alvasil he palavra q[ue] nos ficou dos Árabes, era antig[amen]te nas Villas e Cid[ad]es o m[es]mo q[ue], Vereador, off[ici]o q[ue] não tinham senão os Nobres, e pessoas principaes. Os alvasis do Senado de Lisboa, i com respondião aos vereadores de agora, mas com extensão na jurisdição. Era hum do civil, e outro no crime. Os Ministros daquelle Senado, forão sempre até o tempo del Rei D. Felipe II de castella e I de Portugal eleitos dos moradores da Cid[ad]e, assim cidadõens como Fidalgos. Fr. F. Brand. Monar. part.6 l.19. c.31. [1]

Alvasis gerais dos feitos crime. no archivo da Câmera ou Senado de Lisboa ha hum Livro antigo de merces e doações Reaes, e nella a f[olha] 14 há uma carta d'el Rei D. Affonso IV. dada [em] Lisboa hum 2 f[ei]r[a] 10 de Junho era de 1369(anno de Christo 1331) e na d[it]a carta se nomeia Martim Annes Alborrique, e João Esteves Paes e Azua Alvasis geraes dos feitos do crime q[ue] correspondem hoje aos Corregedores do crime da Corte, mas com diff[er]en[ça], q[ue] naquella id[ad]e os Corregedores não erão Ministros de letras, mas homens Fidalgos, prudentes e anciãos. Fr. Man. dos Sant. Mon p.8. l.23. c.25.[2]

[...]he palavra que nos ficou dos Árabes, era antigamente nas Villas e Cidades o mesmo que, *Vereador*, officio que não tinham senão os Nobres, e pessoas principaes. Os alvasis do Senado de Lisboa, i com respondião aos vereadores de agora, mas com extensão na jurisdição. Era hum do civil, e outro no crime. Os Ministros daquelle Senado, forão sempre até o tempo del Rei D. Felipe II de castella e I de Portugal eleitos dos moradores da Cidade, assim cidadõens como Fidalgos. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

no archivo da Câmera ou Senado de Lisboa ha hum Livro antigo de merces e doações Reaes, e nella a folha 14 há uma carta d'el Rei D. Affonso IV. dada em Lisboa hum 2 feira 10 de Junho era de 1369 (anno de Christo 1331) e na dita carta se nomeia Martim Annes Alborrique, e João Esteves Paes e Azua Alvasis geraes dos feitos do crime que correspondem hoje aos Corregedores do crime da Corte, mas com differença, que naquella idade os Corregedores não erão Ministros de letras, mas homens Fidalgos, prudentes e anciãos. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleiçã delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da

Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e
Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Avelar. Diogo Gonçalves foi filho de Gonçalo Oseques q[ue] fundou o Mosteiro de Cete casou com D. Urraca Mendes, irmã de D. Fernão Mendes de Bragança, cunhado del Rei D. Aff[ons]o Henriques. Deste fid[alg]o procedem p[o]r femea, os do appellido de Avelar, os quaes tem p[o]r armas em campo de oiro tres faxas vermelhas, esobre cada huma tres estrellas de prata; e p[o]r timbre tres espadas fincadas no elmo com os capacetes de ouro e as penhas de vermelho em roquete. Fr. A. Brand. Mon. part. 3. L. 10. c.4. [1]

[...]Diogo Gonçalves foi filho de Gonçalo Oseques que fundou o Mosteiro de Cete casou com D. Urraca Mendes, irmã de D. Fernão Mendes de Bragança, cunhado del Rei D. Affonso Henriques. Deste fidalgo procedem por femea, os do appellido de Avelar, os quaes tem por armas em campo de oiro tres faxas vermelhas, esobre cada huma tres estrellas de prata; e por timbre tres espadas fincadas no elmo com os capacetes de ouro e as penhas de vermelho em roquete. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc01380

Avís. A Ordem de Avis he a primeira das militares, q[ue] os nossos Reis fundarão. Sobre a sua instituição e antiguidade fallão variam[en]te os authores. O D^e. Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cister L.5. c.11 [1] em ter p[ar]a si q[ue] esta ordem se não instituiu antes do anno de 1162 fundado em huma escriptura antiga, com tudo confessa, q[ue] m[ui]to antes se tinham consederado os cavalleiros desta ordem de gastar a vida na guerra dos Mouros, arriscando se huns pelos outros, guardando entre si certos Estatutos, q[ue] a boa cortezia e primor do sangue lhes ensinava. Donde resultou tratar el Rei D. Affonso Hemriques, para maior firmeza e credito destes principios, q[ue] professassem vida Religiosa como fizerão: de sorte q[ue] florescendo já dantes esta milícia, deste tempo em diante sóm[en]te se pode constar como Religião formada. Nomeia o Author p[or] prim[eir]o Mestre desta Ordem D. Pedro Affonso, q[ue] se diz ser filho do Conde D. Henrique.

A Ordem de Avis foi huma das q[ue] mais se assignalou na obsevancia regular, e sabendo os Cavall[eir]os della a m[ui]ta perfeição, com q[ue] vivião em Castella os Religiosos de Calatrava, se unirão com elles em forma de irmand[ad]e ordenando certos Estatutos entre si, comoserem visitados os de Avís pelos Mestres de Calatrava, e admittirem seu voto na eleição dos Mestres de huma e outra p[ar]te, em q[ue] não só permanecerão alguns sempre com g[ran]de reputação, mas vierão a ser chamados huns e outros Cav[aleir]os de Calatrava.

O primeiro assento (seg[un]do tradição) dos Cav[aleir]os de Avis foi em Coimbra, donde se mudarão para Evora depois do anno de 1166 em q[ue] se ganhou

Dsc01381

aos Mouros esta cidade. Aqui [...] tiverão Convento. Convento, de q[ue] permanece ainda a Igreja de S. Miguel da Freria. Nomeavão se Cav[aleir]os da nova Milicia ou de Freria de Evora, até q[ue] feita união com os de Calatrava, e depois mudando o Convento a Aviz, retiverão este nome, ainda q[ue] aos principios se

esta ordem se não instituiu antes do anno de 1162 fundado em huma escriptura antiga, com tudo confessa, que muito antes se tinham consederado os cavalleiros desta ordem de gastar a vida na guerra dos Mouros, arriscando se huns pelos outros, guardando entre si certos Estatutos, que a boa cortezia e primor do sangue lhes ensinava. Donde resultou tratar el Rei D. Affonso Hemriques, para maior firmeza e credito destes principios, que professassem vida Religiosa como fizerão: de sorte que florescendo já dantes esta milícia, deste tempo em diante sómente se pode constar como Religião formada. Nomeia o Author por primeiro Mestre desta Ordem D. Pedro Affonso, que se diz ser filho do Conde D. Henrique.

A Ordem de Avis foi huma das que mais se assignalou na obsevancia regular, e sabendo os Cavalleiros della a muita perfeição, com que vivião em Castella os Religiosos de Calatrava, se unirão com elles em forma de irmandade ordenando certos Estatutos entre si, comoserem visitados os de Avís pelos Mestres de Calatrava, e admittirem seu voto na eleição dos Mestres de huma e outra parte, em que não só permanecerão alguns sempre com grande reputação, mas vierão a ser chamados huns e outros Cavaleiros de Calatrava.

O primeiro assento (segundo tradição) dos Cavaleiros de Avis foi em Coimbra, donde se mudarão para Evora depois do anno de 1166 em que se ganhou

aos Mouros esta cidade. Aqui [...] tiverão Convento. Convento, de que permanece ainda a Igreja de S. Miguel da Freria. Nomeavão se Cavaleiros da nova Milicia ou de Freria de Evora, até que feita união com os de Calatrava, e depois mudando o Convento a Aviz, retiverão

chamavão humas vezes de Ordem de aviz, e outros de Calatrava.

A causa de se mudar o convento de Evora, foi q[ue] como em tempo del Rei D. Affonso II os lugares vizinhos de Evora estivessem ja livres de Mouros, e a m[es]ma Cid[ad]e por sua grandeza efrequencia popular não fosse tão accommodada p[ar]a a observancia daqueles cav[aleir]os, pareceo conveniente mudallos p[ar]a lugar mais separado e vizinho ás terras dos inimigos. Era Mestre então desta Milicia D. Fernão de Annes, conforme a computação commun. O qual buscando lugar accommodado p[ar]a fundar Convento da Ordem o achou, não longe da antiga Villa de Vaiamonte, com hum lugar alto; e p[o]r q[ue] subindo a ella se levantarão duas aguias, ou (como se escreve na Regra Ordenada em tempo do Mestre D. Jorge) se achou huma aguia, q[ue] alli creava, ficou ao Lugar o nome de Avis, q[ue] he o nome generico de Aguia.

O Habito, de q[ue] ao principio usarão os Cav[aleir]os desta Milicia, era hum Escapulario pequeno com capello, da feição, q[ue] hoje trazem os Noviços da Ordem de Cister. Este trajo se mudou na cruz verde com remates de flor de Liz, de q[ue] usão Huns atribuem esta mudança á concessão do Papa Innocencio VI outros á de Bonifacio IX: e foi elle mais conforme á razão, pelo impedimento, q[ue] causava aquelle

Dsc01382

Habito antigo ao exercicio da guerra.

Os sellos e Insignias desta Ordem forão tambem diff[eren]tes em varios tempos. Algum tempo se trazia nas Bandeiras a Insignia de hum homem armado, posto em hum cavallo acobertado, com a Lança encristada, e tres cruces das q[ue] usa hoje no escudo, peito, e ancas do cavallo. Tambem tiverão hum sello, em q[ue] havia hum castello com tres torres, a do meio mais alta, e nella huma cruz da ordem com duas aguias nos lados inferiores. E a Chancellaria da Ordem usa dá cruz só com huma letra q[ue] diz: Sigillum Ordinis Militiae de Avis. Nas constituições ordenadas em tempo do Mestre D. Jorge se declarou q[ue] fosse de côr branca o campo em q[ue] havia de andar a insignia da ordem por ser mais proprio de N. Senhora: e pela

este nome, ainda que aos principios se chamavão humas vezes de Ordem de aviz, e outros de Calatrava.

A causa de se mudar o convento de Evora, foi que como em tempo del Rei D. Affonso II os lugares vizinhos de Evora estivessem ja livres de Mouros, e a mesma Cidade por sua grandeza efrequencia popular não fosse tão accommodada para a observancia daqueles cavaleiros, pareceo conveniente mudallos para lugar mais separado e vizinho ás terras dos inimigos. Era Mestre então desta Milicia D. Fernão de Annes, conforme a computação commun. O qual buscando lugar accommodado para fundar Convento da Ordem o achou, não longe da antiga Villa de Vaiamonte, com hum lugar alto; e por que subindo a ella se levantarão duas aguias, ou (como se escreve na Regra Ordenada em tempo do Mestre D. Jorge) se achou huma aguia, que alli creava, ficou ao Lugar o nome de Avis, que he o nome generico de Aguia.

O Habito, de que ao principio usarão os Cavaleiros desta Milicia, era hum Escapulario pequeno com capello, da feição, que hoje trazem os Noviços da Ordem de Cister. Este trajo se mudou na cruz verde com remates de flor de Liz, de que usão Huns atribuem esta mudança á concessão do Papa Innocencio VI outros á de Bonifacio IX: e foi elle mais conforme á razão, pelo impedimento, que causava aquelle

Habito antigo ao exercicio da guerra.

Os sellos e Insignias desta Ordem forão tambem differentes em varios tempos. Algum tempo se trazia nas Bandeiras a Insignia de hum homem armado, posto em hum cavallo acobertado, com a Lança encristada, e tres cruces das que usa hoje no escudo, peito, e ancas do cavallo. Tambem tiverão hum sello, em que havia hum castello com tres torres, a do meio mais alta, e nella huma cruz da ordem com duas aguias nos lados inferiores. E a Chancellaria da Ordem usa dá cruz só com huma letra que diz: Sigillum Ordinis Militiae de Avis. Nas constituições ordenadas em tempo do Mestre D. Jorge se declarou que fosse de côr branca o campo em que havia de andar a insignia da

m[es]ma razão se ordenou, q[ue] fosse a côr do manto branca, vendo-se em huma coisa e outra respeito e sujeição, q[ue] a Religião deve á Virgem Sacratissima, como filha da Ordem Cisterciense, da qual a m[es]ma Senhora he advogada. Mais se ordenou, q[ue] á imitação das casas da sagrada ordem de Cister fosse a invocação do convento de avis de N. Senhora da Assumpção.

Costumava se naquelles principios assim os freires Clerigos, como os Leigos, sahir a campo a pelejar contra os Mouros. Porem como pelo discurso do tempo se fosse multiplicando o numero de Religiosos das Ordens militares, puderão fazer distinção entre Freires deputados ao serviço do côro, e soldados da milicia, ficando a huns a administração do culto Divino, e aos outros o exercicio das Armas. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. l. 11. c. 2. [2]

Dsc01383

El Rei D. Aff[ons]o Henriques fez alg[um]as mercês a Ordem de Avis, e ao seu Mestre Gonçalo Viegas, p[o]r q[ue] estando em Coimbra em o anno de 1176 lhe deo a Villa de Coruche, e huns Alçoves na Cid[ad]e de Evora; e estando em 1181 tambem em Coimbra lhe doou m[ui]tas herdades, figueiraes e vinhas no termo de Evora. (Torre do Tombo Liv. das Terras velhas de [Lisb.], antig. p.70). El Rei D. Sancho I em 1183 lhe fez doação de Mafra (Arc. de Avis, Escrt. [orig.] Id. ibid. l. 12. c.33. [3])

A Ordem de Avis p[o]r concessão de Innocencio VII no anno de 1404 alcançou a cruz verde de q[ue] usão. Fr. F. Brand. Mon. part. 6. l.19. c. 6. [4]

El Rei D. João I mandou enlaçar com a cruz de Avis as armas de Portugal; nas quaes a d[it]a cruz permaneceu até o tempo del Rei D. João II q[ue] a mandou tirar. Fr. José da Purific. Cat. dos Mestres da Ord. de Avis. Coll. dos Docum. da Acad. Real de Hist. Port. C..de 30 – de 1722. N. 16. [5]

Os cavalleiros desta Ordem de Evora, onde residirão m[ui]tos annos, passarão o convento a Avis, p[ar]a ajudarem a libertar aquella Comarca do poder dos Mouros, de q[ue] ainda estavam apoderados; o q[ue] elles fizeram com m[ui]to valor, ajudando a lançar fora os

ordem por ser mais proprio de N. Senhora: e pela mesma razão se ordenou, que fosse a côr do manto branca, vendo-se em huma coisa e outra respeito e sujeição, que a Religião deve á Virgem Sacratissima, como filha da Ordem Cisterciense, da qual a mesma Senhora he advogada. Mais se ordenou, que á imitação das casas da sagrada ordem de Cister fosse a invocação do convento de avis de N. Senhora da Assumpção.

Costumava se naquelles principios assim os freires Clerigos, como os Leigos, sahir a campo a pelejar contra os Mouros. Porem como pelo discurso do tempo se fosse multiplicando o numero de Religiosos das Ordens militares, puderão fazer distinção entre Freires deputados ao serviço do côro, e soldados da milicia, ficando a huns a administração do culto Divino, e aos outros o exercicio das Armas.

El Rei D. Affonso Henriques fez algumas mercês a Ordem de Avis, e ao seu Mestre Gonçalo Viegas, por que estando em Coimbra em o anno de 1176 lhe deo a Villa de Coruche, e huns Alçoves na Cidade de Evora; e estando em 1181 tambem em Coimbra lhe doou m[ui]tas herdades, figueiraes e vinhas no termo de Evora. (nota lateral - Torre do Tombo Liv. das Terras velhas de Lisb., antig. p.70). El Rei D. Sancho I em 1183 lhe fez doação de Mafra (nota lateral - Arc. de Avis, Escrt. orig.)

A Ordem de Avis por concessão de Innocencio VII no anno de 1404 alcançou a cruz verde de que usão.

El Rei D. João I mandou enlaçar com a cruz de Avis as armas de Portugal; nas quaes a dita cruz permaneceu até o tempo del Rei D. João II que a mandou tirar.

Os cavalleiros desta Ordem de Evora, onde residirão muitos annos, passarão o convento a Avis, para ajudarem a libertar aquella Comarca do poder dos Mouros, de que ainda estavam apoderados; o que elles fizeram com muito valor,

Arabes des de Coruche até Landroal e Jurumenha, em gratificação do qual lhe derão os Reis 18 Villas, e 48 commendas, q[ue] pelas avaliações antigas rendião passando de 36 contos. Sever. de Far. Not. disc. 2. § 16. [6]

ajudando a lançar fora os Arabes des de Coruche até Landroal e Jurumenha, em gratificação do qual lhe derão os Reis 18 Villas, e 48 commendas, que pelas avaliações antigas rendião passando de 36 contos.

[1]BRITO, Bernardo de (1569-1617). Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade composta por Frey Bernardo de Brito (...) Em Lisboa: por Pedro Crasbeck, 1602.

[2]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[3]Idem.

[4]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Governador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[5]PURIFICAÇÃO, Fr. José da. Catalogo dos Mestres da Ordem de Avis. In: *Collecçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, que neste anno de 1722. fe compuzeraõ, e fe imprimiraõ por ordem dos feus Cenfores, dedicada a elRey Nosso Senhor, seu augustissimo protector, E ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma Academia. Lisboa Occidental, Na Officina de Pascoal da Sylva, Impreffor de Sua Mageftade, e da Academia Real. M. DCCXXII.

[6]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nesta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nesta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro,

Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na
Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de
Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio
Isidoro da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com
todas as Licenças neceffarias.

Aza. A Cav[alari]a ou Ordem militar da Ala ou da Aza foi instituída p[o]r el Rei D. Affonso Henriques, ganhada p[o]r elle contra os Mouros a victoria do campo¹ de Ouriques em 1139 – Estando o Rei a divida grande, com q[ue] o Deos estava p[o]r aquelle beneficio, e lhe deu as graças, e com demonstração singular gratificou hum favor extr[ordinari]o do Ceo, q[ue] nesta occasião experimentou, e foi este. Andando o valoroso Rei no mais [fervoroso?] da batalha se vio a seu lado hum braço com aza, pelejando com espada, q[ue] se julgo assist[enci]a do glorioso archanjo S. Miguel, a quem se encommendára, favorecendo o, e obrigando-o Ceo com este socorro. Reconhecido El Rei D. Aff[ons]o disto, dizem q[ue] instituiu huma cav[alari]a com a insignia da Aza, q[ue] he signal com q[ue] [sintão] os Anjos, e daqui se intitulou a Cav[alari]a em Ordem da Ala ou Aza: não permaneceo m[ui]to. Fr. A. Brand. Mon. part. 3. l.11. c. 22. [1]

A Cavalaria ou Ordem militar da Ala ou da Aza foi instituída por el Rei D. Affonso Henriques, ganhada por elle contra os Mouros a victoria do campo de Ouriques em 1139 – Estando o Rei a divida grande, com que o Deos estava por aquelle beneficio, e lhe deu as graças, e com demonstração singular gratificou hum favor extraordinario do Ceo, quE nesta occasião experimentou, e foi este. Andando o valoroso Rei no mais fervoroso da batalha se vio a seu lado hum braço com aza, pelejando com espada, que se julgo assistencia do glorioso archanjo S. Miguel, a quem se encommendára, favorecendo o, e obrigando-o Ceo com este socorro. Reconhecido El Rei D. Affonso disto, dizem que instituiu huma cavalaria com a insignia da Aza, que he signal com que sintão os Anjos, e daqui se intitulou a Cavalaria em Ordem da Ala ou Aza: não permaneceo muito. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

1 Consta na margem: “falso”.

Azambuja. A villa de Azambuja chamada antigam[en]te Villa Franca se povoou em tempo del Rei D. Sancho I. Fez El Rei doação della a D. Rolim Cav[aleir]o de Flandres, e a outros cavalleiros da sua companhia: he a data no mez de Janeiro do anno de 1200. (Torr. do Tomb. Liv. de foraes de Leit. nona f. 10.). Já adverti em outro lugar (Ma. Lus. p. 3. l. 10. c. 29.) [1] como este Fidalgo não era o D. Rolim, q[ue] nossas historias contava assistir na tomada de Lisboa, mas q[ue] devia ser seu filho ou parente, o qual acudio á conquista de Silves. Deste parecer sou ainda pelas razões, q[ue] propuz, e não he necess[ari]o repetillas. Nem aos descendentes destes Fidalgos, quaes são os Rolins e Mouras, deste Reino, fica menor gloria de não ser este o D. Rolim, q[ue] veio a Lisboa, pois se convence q[ue] não humas, mas m[ui]tas vezes ajudarão seus antepassados aos primeiros Reis deste Reino nas maiores necessid[ad]es, e occasiões de honra. Fr. A. Brand. Mon. p.4. l. 12. c. 31. [2]

Em tempo defte Rey se pouou a villa da Azambuja, chamada antiguamente Villa Franca. Fez elRey doação della a Dõ Rolim Cavaleiro de Flandres, & e a outros flamencos de sua companhia. He a data do mes de ianeiro do anno de mil & duzentos [nota lateral: *Torre do Tombo li. dos foraes de leitura nona fol. 10.*] Ia aduerti em outro lugar, como este fidalgo não era o Dom Rolim que nossas historias contaõ assistir na tomada de Lisboa, mas que deuia ser seu filho ou parente, o qual acudio a conquista de Sylves. Deste parecer fou ainda pellas razoes que propus, & não he necessario repitilas. Nem aos decendentes destes fidalgos, quais são os Rolins, & Moura deste Reyno, fica menor gloria de não ser este o Dom Rolim que veyo a Lisboa, pois se conuence, que não hua mas muitas vezes ajudaraos seus antepassados aos primeiros Reys deste Reyno nas mayores necessidades, & ocasioes de honra. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]Esta referência não consta no texto original de onde foi retirado o trecho acima, ela foi incluída por Pedro José da Fonseca quando compilou o presente verbete: BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc01387

Azaqui. Dos bens assim de gados como de frutos davão os Mouros dous direitos a El Rei; hum a q[ue] chamavão Alfitra, outro Azaqui, q[ue] vinha a ser a dizima e quarentena de tudo o q[ue] possuíão. Fr. Fr. Brand. Mon. part. 6. l.18. c.51. [1]

Dos bens assim de gados como de frutos davão os Mouros dous direitos a El Rei; hum a que chamavão Alfitra, outro Azaqui, que vinha a ser a dizima e quarentena de tudo o que possuíão. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Princepe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Azevedos. D. Paio Godins, foi filho de Godinho Viegas neto de Egas Gozendes, primo de D. Affonso Hermigues, o prim[eir]o q[ue] vai nomeado no catalogo do Conde D. Pedro, e hum dos Fidalgos Companheiros de Gonçalo Mendes da Maya o Lidador, e q[ue] seguião a sua bandeira contra os Mouros em tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques. Adverte o Conde D. Pedro tit. 52 q[ue] de Paio Godins procedem os Azevedos, de cujo Appellido he em Portugal a Casa dos [Almirantes], e dos Senhores de S. João de Rei. Os Azevedos tem p[o]r armas o escudo esquartellado, o prim[eir]o de ouro, e huma aguia de Prata estendida, o seg[un]do de azul com cinco estrellas de prata em aspa, e bordadura de vermelho cheia de aspas de oiro, e assim os contrarios, e p[o]r timbre huma Aguia do Escudo com huma Estrella das armas no peito. Fr. A. Bran. Mon. part. 3. L.11. c.17. [1]

Da Familia ou Arvore dos Azevedos [...] a ve o Nobiliario do Conde D. Pedro tit. 40. tem o seu solar na quinta de Azavedo, territorio da Villa de Barcellos na Provincia do Minho, onde ainda se vê a torre antiga com letras goticas de q[ue]m a fundou. Fr. Man. dos Santos. Mon. p.8. L. 23.c. 33. [2] da a esta Familia outra dirivação, onde se pode buscar o q[ue] sobre isto [escreve?] largamente.

D. Paio Godins, foi filho de Godinho Viegas neto de Egas Gozendes, primo de D. Affonso Hermigues, o primeiro que vai nomeado no catalogo do Conde D. Pedro, e hum dos Fidalgos Companheiros de Gonçalo Mendes da Maya o Lidador, e que seguião a sua bandeira contra os Mouros em tempo del Rei D. Afonso Henriques. Adverte o Conde D. Pedro tit. 52 que de Paio Godins procedem os Azevedos, de cujo Appellido he em Portugal a Casa dos Almirantes, e dos Senhores de S. João de Rei. Os Azevedos tem por armas o escudo esquartellado, o primeiro de ouro, e huma aguia de Prata estendida, o segundo de azul com cinco estrellas de prata em aspa, e bordadura de vermelho cheia de aspas de oiro, e assim os contrarios, e por timbre huma Aguia do Escudo com huma Estrella das armas no peito. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

Da Familia ou Arvore dos Azevedos [...] a ve o Nobiliario do Conde D. Pedro tit. 40. tem o seu solar na quinta de Azavedo, territorio da Villa de Barcellos na Provincia do Minho, onde ainda se vê a torre antiga com letras goticas de quem a fundou.

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423.

BACINETE

Dsc01393

Bacinete. Soldados de bacinete se chamavão antigam[en]te os q[ue] vestião as peças todas de armas, das quaes a primeira era o bacinete ou capacete. [1]

[1]Sem referência bibliográfica.

Balsão. Alem da bandeira Real, e outras das cid[ad]es e villas, q[ue] forão presentes na batalha de Aljubarrota tinham os Cav[aleir]os de distincção tambem suas bandeiras menos solemnes, a q[ue] chamavão Balsões; com suas divisas, e motes particulares ao gosto de cada hum; e o m[es]mo Rei D. João de boa memoria tambem tinha o seu balsão com seu mote, e divisa; q[ue] era hum ramo de espinheiro, ou çarça, e esta letra Francesa: Il me plait pour bien. Fern. Lopes. Chron. del Rei D. João I. [...] cap. 38. [1]*

[...]Além da bandeira Real, e outras das Cidades, e Villas, que eraõ presentes, tinham os Cavalleiros de distincção tambem suas bandeiras menos solemnes, a que chamavão *Balsões*; com suas divisas, e motes particulares ao gosto de cada hum; e o mesmo tambem tinha o seu balsão com seu mote, e divisa; que era hum ramo de espinheiro, ou çarça, e esta letra Francesa: *Il me plait pour bien*. (*Oitava Parte da Monarquia Lusitana*, p. 749, 1729)

[1] LOPES, Fernão, 1380?-1460. Chronica Del Rey D. Ioam I. De Boa Memoria, E dos Reys de Portvgal o Decimo. Primeira Parte. Em Qve se contem A Detensam Do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade Del Rey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez. Anno del644. Em Lisbôa. Com todas as licenças necessárias. A custa de Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S.

*O autor referencia aqui a Crônica del Rei D. João I de Fernão Lopes, todavia o trecho transcrito não se encontra no livro referido, mas, sim, noutra obra, sendo que essa última traz a citação “Lopes cap. 38” na margem. O trecho encontra-se, de fato, em: SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

Banda he termo da armaria, e atrevessa o escudo de canto a outro parte fronteira, e pelo contrario Contrabanda. Banda adentada he a q[ue] leva ao redor humas pontas agudas.

He hum listão entre duas linhas, q[ue] atravessa o escudo das armas de canto a canto. As bandas tiverão origem dos alemães, q[ue], como affirmão alg[uns] authores, costumavão trazer listrados os escudos de cores, e se prezavão m[ui]to disso. Sev. de Far. Not. disc. 3 [parágrafo] 5. [1]

Banda he listaõ entre duas linhas, que atravessa o escudo de canto a canto [p. 94]

As Barras, Faxas, Bandas & Escaques, tiverão origem dos Alemaes, que como affirmaõ alg~us Authores costumavaõ trazer listrados os escudos de cores, & se prezavaõ muito disto. [...] [p. 93] (*Noticias de Portugal, 1655*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Bandeiras. Gonçalo Pires Bandeira, não se houve na batalha do Touro com grande valor, mas vendo que hum cav[aleir]o castelhano levava presa a Bandeira Real de Portugal, investio com elle, e lha tomou das mãos, e a libertou; (Chron. del Rei D. João II de Duarte Nun.)[1] e p[o]r este feito insigne el Rei D. João II lhe deu p[o]r armas huma Bandeira branca com Leão nella de prata, denotando na bandeira a Real, q[ue] libertára, e no Leão o valor e esforço, q[ue] neste caso mostrára. E assim lhe deu também o appellido de Bandeira, com q[ue] hoje seus descendentes se nomeião. Sev. de Far. Not. disc. 3. [parágrafo] 16. [2]

Gonçalo Pires Bandeira, não fô fe houve na batalha do Touro com grande valor, mas vendo, que hum Cavalleiro Castelhana levava presa a Bandeira Real de Portugal, investio com elle, e lha tomou das mãos, e a libertou; (34.) [rodapé: “(34.) Chron. de D. Joaõ II. de Duarte Nun.”][1] e por este feito insigne ElRei D. Joaõ II lhe deu por armas huma Bandeira branca com hum Leão nella de prata, denotando na bandeira a Real, que libertára, e no Leão o valor, e esforço, que neste caso mostrára. E affim lhe deu também o appellido de Bandeira, com que hoje seus defcendentes fe nomeiaõ. (*Noticias de Portugal, 1740, 2ª ed.*)

[1] LEÃO, Duarte Nunes de. *Chronica delRey D. João II*. Não se conhece nenhuma crônica de D. João II vinda das mãos de Duarte Nunes de Leão. É possível que se trate de um engano no tocante ao nome do rei, querendo referir-se às “Cronicas Del Rey Dõ Ioam De Gloriosa Memoria o I. [...]”, de 1643; ou no tocante ao nome do cronista: são conhecidas as crônicas de D. João II por Rui de Pina e Garcia de Resende, que correram manuscritas e impressas.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. “Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraõ nesta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nesta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias”. Discurso III, Parágrafo XVI, Armas tomadas por cafos particulares, p. 105.

Bandos. Os Bandos e Lianças erão m[ui]to ordin[ari]os antig[amen]te em Hespanha, e ainda se permittião outros termos violentos para decisão das demandas e querelas, q[ue] pelo discurso do tempo moderou a justiça com introducção de Leis mais razoaveis e politicas, e o maior poder dos Reis sobre os Vassallos fez tambem refrear estas demazias. Como tão observante da justiça, não soffreo o nosso Rei D. Dinis q[ue] se acabasse o seu reinado sem desareigar tão barbaro costume, e assim estando em Coimbra a 11 de janeiro do anno de 1314, mandou p[o]r lei em todo o Reino sob pena de morte q[ue] taes bandos e lianças se não fizessem. Fr. F. Brand. Mon. p. 5 l. 16. c. 45.[1]

Erão mui ordinarios naqueles tempos em Hespanha estes bandos, e lianças de humas famílias contra outras, e ainda se permittião outros termos violentos para decisão das demandas, e querelas, que pelo discurso do tempo moderou a justiça com introducção de leis mais razoáveis, e politicas, e o maior poder dos Reis sobre os vassallos fez tambem refrear estas demasias. Como tão observante da justiça, não soffreo o nosso Rey D. Dinis que se acabasse o seu reinado sem desareigar tão barbaro costume, e assi estão em Coimbra a onze de Janeiro do anno de mil trezentos, e quatorze, mandou por lei em todo o Reyno sob pena de morte que taes bandos e lianças se não fizessem. (*Monarquia Lusitana*, p.90, 1650)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Barão – Esta palavra se deriva de *Baro*, nome latino q[ue] conforme a melhor significação, q[ue]r dizer homem prud[en]te e grave. Em Portugal introduzio este titulo el Rei D. Aff[ons]o 5, q[ue] deu a João Fernandes da Sylveira, depois q[ue] veio da Italia, onde foi acompanhando a Imperatriz D. Leonor mulher de Frederico III. Neste Reino he titulo particular, e se diz ter obrigação de sahir em lugar del Rei a desafio, em caso q[ue] seja chamado a campo. *Sev. de Far. Not. disc.* 3. [parágrafo] 26.[1]

Barão se derivou de *Baro*, nome latino, que confôrme à melhor significação, quer dizer homem prudente e grave. [...] Em Portugal introduzio este Titulo ElRey D. Afonso V. que deu a João Fernandes da Sylveira, depois que veyo da Italia, onde foy acompanhando a Imperatriz Dona Leonor mulher de Frederico III. E assim neste Reyno he titulo particular, e se diz ter obrigação de sahir em lugar delRey a desafio, em caso que seja chamado a campo. (*Noticias de Portugal, pp.139-140, 1655, 1740*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Barbas. D. Mem Paes Mogudo de Sandim foi hum dos Fidalgos Portuguezes nomeados pelo Conde D. Pedro, q[ue] se acharão no cerco de Sevilha em 1248. Delle trata o Conde no Tit. 40. e mostra como delle procedem os Ervilhões, os Barbas, e Coresmas, alem de outra descendencia p[o]r meio de casam[en]tos, q[ue] seus netos tiverão, emparentando com casas mui principaes. Os Barbas tem p[o]r armas em campo de prata huma cruz de preto florida e vazia, e huma orla de dois ramos Era florida, e p[o]r timbre hum meio Mouro vestido de verde com barba longa, q[ue] tem hum ramo de era na mão. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. l.15. c.3. [1]

Alg[uns] nobiliarios assinaõ alg[uns] Barbas e Povoas descend[en]tes de D. Alardo Francez de nação, a q[ue]m el Rei D. Affonso Henriques deo Villa Verde. Id ibid. part. 3 L. 10, c. 29. [2]

CAPIT. III. *Dos fidalgos Portugueses no meados pelo Conde Dom Pedro que se acharaõ no cerco de Sivilha, [...]* Dom Mem Paes Mogudo de Sandim. Deste fidalgo trata o Conde no tit. 40. e mostra como delle procedem os Ervilhões, os Barbas, e Coresmas, alem de outra descendencia por meyo de casamentos, que seus netos tiverão, emparentando cõ casas mui principaes. Os Barbas tem por armas em campo de prata hua cruz de preto florida, e vazia, e hua orla de dous ramos Era florida, e por timbre hu meio Mouro vestido de verde cõ barba longa, que tem hum ramo de Era na mão. (*Quarta Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

Dom Alardo foi outro fidalgo deste tempo Frances de nação, a quem el Rey Dom Afonso de Villa verde. [...] Tambem alguns nobiliários assinaõ algus Barbas, e Povoas descendentes de D. Alardo. (*Terceira Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

Barbozas. D. Sancho Nunes de Barboza foi hum dos Fidalgos q[ue] na Guerra dos Mouros, seguia a Bandeira de Gonçalo Mendes da Maya o Lidador. Era filho, ou (como parece mais provavel) descend[en]te do Conde D. Nuno de Cella Nova, e sobrinho de D. Rozendo, seg[un]do diz o Conde D. Pedro tit. 21. Procede delle p[o]r via de seu filho Nuno Sanches a casa de Barbosa, tão illustre no tempo antigo, e em o presente quasi diminuida ou acabada. São suas armas em campo de prata huma banda azul com tres crescentes de ouro contra dois Leões de purpura batalhantes armados de prata, e p[o]r timbre meio Leão de purpura com crescente das armas na espadua armado de prata. Fr. A. Brand. Mon. p.3. l. 11. c.17. [1]

[...] Gonçalo Mendes da Maya o Lidador, e os fidalgos que seguiaõ a sua bandeira na guerra dos Mouros, [...]. Dom Sancho Nunez de Barbosa era filho do Conde Dom Nuno de Cellanova, e sobrinho de D. Rosendo, segundo diz o Conde Dom Pedro [nota lateral: Conde D. Pedro. tit. 21.]. [...] [1] Procede delle [...] [2] por via de seu filho Nuno Sanches á casa de Barbosa tão illustre no tempo antigo, e em o presente quasi diminuida, ou acabada. São suas armas em campo de prata hua banda azul com tres cresc~etes de ouro contra dous Leões de purpura batalhantes armados de prata, e por timbre meio Leão de purpura com crescente das armas na espadoa armado de prata. (*Monarquia Lusitana*, p. 232, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

[1] Porem nisso ha dificuldade, por quanto o Conde Dom Nuno morreo no anno de mil e vinte, como temos notado de algumas escrituras antigas, e assi nos parece mais provável que seria Sancho nunes seu filho, ou descendente. [2] (alem da successaõ do Conde Dom Vasco, de que fica dito)

Barbuda. quando el Rei D. Fernando fez a guerra a Castella servirão a el Rei D. Henrique o nobre m[ui]tos Soldados Francezes, q[ue] vinhão armados de celladas, a q[ue] elles chamavão Barbudas; e trazião lanças com pendões, q[ue] chamavão graves, e trazião consigo Pagens p[ar]a as celadas q[ue] chamavão Pilares; e querendo el Rei D. Fernando deixar memoria desta sua empreza, fez estas insignias nas moedas, q[ue] mandou lavrar de novo (Chron. del Rei D. Fern. c. 56. e Chron. del Rei D. João I part. 2. c. 50). A Barbuda era moeda do tamanho de quatro vinténs, ainda q[ue] mais delgadas; de huma p[ar]te tem huma celada com huma coroa em cima; e o peito de malha; e a roda este letreiro: Si Dominus mili adjutor, non timebo; e da outra p[ar]te huma cruz das da Ordem de Christo, q[ue] toma todo o vão; nos quatro cantos da Cruz quatro castellos; e no meio da cruz hum escudinho com as quinas, e a letra: Fernandus Rex Portugaliae. Era Barbuda moeda de prata muito ligada de Lei de tres Dinheiros, e el Rei lhe poz preço de 20 soldos, q[ue] erão huma livra de 36 réis dos nossos. A Barbuda de 20 soldos abateo o m[es]mo Reia valia, mandando q[ue] valesse 14, e p[o]r fim q[ue] só 2 Soldos, e 4 dinheiros, q[ue] vem a ser quatro reis dos nossos. Sev. de Far. Not. discours. 4. [parágrafo] 26.[1]

Quando ElRey D. Fernando fez a guerra a Castella servirão a ElRey D. Henrique o Nobre muitos Soldados Franceses, que vinhão armados de celadas, a que elles chamavão *Barbudas*; e trazião lanças com pendoens, que chamavão *Graves*, e trazião consigo Pagens para as celadas que chamavão *Pilares*; e querendo ElRey D. Fernando deixar memoria desta sua empreza, fez estes nomes, e insignias nas moedas, que mandou lavrar de novo (28.) [rodapé: *Chron. delRey D. Fern. c. 56. e Chron. delRei D. João I part. 2. c. 50*].

A Barbuda era moeda do tamanho de quatro vinténs, ainda que mais delgada; de huma parte tem huma celada com huma coroa em cima, e o peito de malha, e à roda este letreiro: *Si Dominus mihi adjutor, non timebo*; e da outra parte huma cruz das da Ordem de Christo, que toma todo o vão; nos quatro cantos da Cruz quatro Castellos; e no meyo da cruz hum escudinho com as Quinas, e a letra: *Fernandus Rex Portugaliae*.

Era Barbuda moeda de prata muito ligada de ley de tres Dinheiros, e ElRey lhe poz preço de 20. soldos, que erão huma livra de 36. Réis dos nossos. [...] e a Barbuda de 20. soldos valesse 14 [...] valesse só dous, e 4 dinheiros, que vem a ser quatro reis dos nossos. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc01409

Barbudas. Deste appellido se acha noticia no Livro dos registos del Rei Affonso III. As armas dos Barbudas são cinco Estrellas vermelhas em aspa em campo de ouro, e p[o]r timbre dous braços de Leão de Ouro em aspa. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. L. 15. c. 46. [1]

Do livro dos registos delRey D. Afonso III sabemos de muitos apelidos [...].

As armas dos Barbudas são cinco estrellas vermelhas em aspa em câpo de ouro, e por timbre dous braços de Leão de ouro em aspa. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc01413

Barra, he hum Listão q[ue] toma o Escudo de Alto abaixo. Os q[ue] trazem Barra, são: Aragão, Barraiola, [Contreiras?], França, Godinho, Guimarães, Nobregas, Patalins. Patts, Refoios. Sev. de Far. Not. disc. 3. [parágrafo] 5. [1]

[...]he hum Listão que toma o Escudo de Alto abaixo. Os que trazem Barra, são: Aragão, Barraiola, Contreiras, França, Godinho, Guimarães, Nobregas, Patalins. Patts, Refoios. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc01406

Barregão. Este appellido he conhecido nas chronicas de Portugal, e se acha em Pessoas mui sinaladas. Porem nesses nossos tempos, se usa pouco ou até do todo esquecido. Fr. A. Brand. Mon. p.3. l. 11. c.34. [1]

Este appellido he conhecido nas chronicas de Portugal, e se acha em Pessoas mui sinaladas. Porem nesses nossos tempos, se usa pouco ou até do todo esquecido. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc01411

Barreiros. –

Barretos. D. Nuno Soares o velho, descend[en]te de D. Arnaldo de Bayam(?), p[o]r via de D. Goido Araldes, foi hum dos Fidalgos q[ue] na guerra contra Mouros seguio a Bandeira de Gonçalo Mendes da Maia o Lidador, como se vê no Conde D. Pedro tit. 21. De NunoSoares alem de outros procedem os Barretos, de q[ue] he alg[um]as casas principaes, e per casamentos m[ui]ta da nobreza de Portugal e Castella. Os Barretos tem p[o]r armas o campo de arminhos, e p[o]r timbre uma meia Donzella vestida de arminhos com cabelo e sem braços. Fr. F. Brand.Mon. part. 3. L.10. c. 17. [1]

Os Barretos tomarão as armas dos arminhos, p[o]r serem descend[en]tes dos Senhores de Cachim. q[ue] forão Fidalgos m[ui]to principaes deste Reino; os quaes p[o]r contraposição do nome do solar, q[ue] tinham de Chacim, q[ue] quer dizer porco, p[o]r denotarem sua pureza em toda a materia contra a immudicia do porco uzarão de arminhos no Escudo. Tomarão os Barretos estas armas p[o]r descenderem de Nuno Martins de Chacim, e de D. Maria Rodrigues Chacim sua filha com q[ue] casou Martim Fernandes de Barreto, como consta do Conde D. Pedro tit. 30 e 39 § ultim. Sev. de Far. Not. disc. 3§ 15. [2]

D. Nuno Soares o velho, descendente de D. Arnaldo de Bayam, por via de D. Goido Araldes, foi hum dos Fidalgos que na guerra contra Mouros seguio a Bandeira de Gonçalo Mendes da Maia o Lidador, como se vê no Conde D. Pedro tit. 21. De NunoSoares alem de outros procedem os Barretos, de que he algumas casas principaes, e per casamentos muita da nobreza de Portugal e Castella. Os Barretos tem por armas o campo de arminhos, e por timbre uma meia Donzella vestida de arminhos com cabelo e sem braços. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Os Barretos tomarão as armas dos arminhos, por serem descendentes dos Senhores de Cachim. que forão Fidalgos muito principaes deste Reino; os quaes por contraposição do nome do solar, que tinham de Chacim, que quer dizer porco, por denotarem sua pureza em toda a materia contra a immudicia do porco uzarão de arminhos no Escudo. Tomarão os Barretos estas armas por descenderem de Nuno Martins de Chacim, e de D. Maria Rodrigues Chacim sua filha com que casou Martim Fernandes de Barreto, como consta do Conde D. Pedro tit. 30 e 39 § ultim. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da

Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Barros. Alvaro de Barros Senhor do Morgado de Moreira, junto a Braga, q[ue] dizem ser fundador do Mosteiro de Raquim, da Congregação de S. João Evangelista, foi neto de Martim Martins de Barros, hum dos mais antigos Fidalgos, q[ue] se acham desta linhagem, os quaes tomarão o appellido do lugar de Barros entre Douro e Minho, e naquella comarca possuem ainda alg[uns] morgados, e antig[amen]te tiverão lugares com jurisdição. Destes foi hum Nuno Fernandes de Barros, a quem el Rei D. Pedro deo a terra de Perogello, e Gonçalo Nunes de Barros, q[ue] p[o]r mercê d'el Rei D. João I foi senhor de Castro d'Airo, de juro e herdade. Do sobredito Alvares de Barros foi filho Lopo de Barros, pai do g[ran]de Historiador João de Barros, bastante p[o]r seu engenho p[ar]a illustrar m[ui]tas familias. Sev. de Far. Disc. Vari Vida de J. de Barros. [1]

Forão os do appellido Barros senhores do solar de Arsede, e o seu proprio, (conforme o Marquez de Monte Bello no memorial de sua familia fol. 17.) a freguezia de Barros era Terra de Argalados(?) da Provincia Vateramnense. Jorge Cardos. Agiol. Lusit. Tom. 2. p. 373. c. 1. [2]

Alvaro de Barros Senhor do Morgado de Moreira, junto a Braga, que dizem ser fundador do Mosteiro de Raquim, da Congregação de S. João Evangelista, foi neto de Martim Martins de Barros, hum dos mais antigos Fidalgos, que se acham desta linhagem, os quaes tomarão o appellido do lugar de Barros entre Douro e Minho, e naquella comarca possuem ainda alguns morgados, e antigamente tiverão lugares com jurisdição. Destes foi hum Nuno Fernandes de Barros, a quem el Rei D. Pedro deo a terra de Perogello, e Gonçalo Nunes de Barros, que por mercê d'el Rei D. João I foi senhor de Castro d'Airo, de juro e herdade. Do sobredito Alvares de Barros foi filho Lopo de Barros, pai do grande Historiador João de Barros, bastante por seu engenho para illustrar muitas familias. (*Discursos Varios Politicos, 1624*)

Forão os do appellido Barros senhores do solar de Arsede, e o seu proprio, (conforme o Marquez de Monte Bello no memorial de sua familia fol. 17.) a freguezia de Barros era Terra de Argalados da Provincia Vateramnense. (*Agiologio Lusitano, 1652-1666*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Discvrsos Varios Politicos por Manuel Severim de Faria Chantre, & Conego da Santa Sé de Evora. Com as licenças necefsarias. Em Evora Impreffos por Manuel Carvalho Impreffor da Vniverfidade. Anno 1624.

[2]CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Barrosos. Dos Gedeães falla o Conde D. Pedro, e delles faz titulo particular, q[ue] he o 30 em ordem, tomando o principio em D. Gimes Mendes, cunhado de Gonçalo de Sousa, Privado do Inf[ant]e D. Affonso Henriques. Foi D. Affonso Mendes hum dos companheiros de Gonçalo Mendes da Maia o Lidador, e delle ficou mui ampla dos cond.^a(?). Entre seus descend[en]tes nomeia o Conde D. Pedro Barrosos (dos quaes vem Freires e Alvins) Bastos e Cogominhos, todos Fidalgos conhecidos, posto q[ue] alg[uns] delles posteriorm[en]te com diminuição da antiga Nobreza.- As armas dos Barrosos são em campo vermelho cinco Leões de prata faxados de duas faxas de purpura cada hum, huma pelo pescoço, e outra pela barriga, empequetadas de ouro postos em aspa, e p[o]r timbre um dos Leões das Armas. Fr. A. Br. Monar. part. 3. L. 11. c.17. [1]

[...]Dos Gedeães falla o Conde D. Pedro, e delles faz titulo particular, que he o 30 em ordem, tomando o principio em D. Gimes Mendes, cunhado de Gonçalo de Sousa, Privado do Infante D. Affonso Henriques. Foi D. Affonso Mendes hum dos companheiros de Gonçalo Mendes da Maia o Lidador, e delle ficou mui ampla dos condição. Entre seus descendentes nomeia o Conde D. Pedro Barrosos (dos quaes vem Freires e Alvins) Bastos e Cogominhos, todos Fidalgos conhecidos, posto que alguns delles posteriormente com diminuição da antiga Nobreza.- As armas dos Barrosos são em campo vermelho cinco Leões de prata faxados de duas faxas de purpura cada hum, huma pelo pescoço, e outra pela barriga, empequetadas de ouro postos em aspa, e por timbre um dos Leões das Armas. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

BASTOS

Dsc01420

Bastos. – Vej. Barrosos.

Dsc01415

Batida era huma como Torre; ou reparo de madeira q[ue] fabricavão em igual ou maior altura do castello aou muros inimigos p[ar]a dalli atirarem os braseiros seguros e amparados dos tiros oppostos. Pr. Man. dos Santos. Mon.p. 8. L. 23. c.35.[1]

[...] era huma como Torre; ou reparo de madeira que fabricavão em igual ou maior altura do castello aou muros inimigos para dalli atirarem os braseiros seguros e amparados dos tiros oppostos (*Monarquia Lusitana, 1727*)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Behetria. Nos livros da chancellaria dos Reis D. Pedro, D. Fernando e D. João de boa memória se vê confirmarem estes Principes certas eleições, q[ue] fazião alg[un]s Povos do Reino em Fidalgos q[ue] os governassem como senhores seus e da terra; os quaes povos, villas ou cid[ad]es, q[ue] assim elegião a estes senhores, chamavão Behetrias; nome hoje pouco conhecido, e as Behetrias extinctas de todo.

Houve antigam[em]te p[o]r toda a Hespanha certos Povos, Villas, e Cid[ad]es livres de outro senhorio, e q[ue] não reconhecião sugeição a Principe alg[um]; mas ellegião quem os governasse, mais como cabeça política, do q[ue] não como senhor natural, chamavão a estes povos, Behetrias; e erão differentes das Republicas; p[o]r q[ue] nas Republicas he de m[ui]tos ou nobres ou populares; e nas Behetrias mandava só hum como Principe; e este ou era eleito dos naturaes da terra, ou, se mais querião, o podião buscar de fora: daqui he q[ue] os Autores declarando q[ue] coisa fosse Behetria, a destacam assim: He hum povo livre, q[ue] póde escolher senhor as vezes q[ue] lhe convier; assim Garibay na Historia geral da Hespanha Part. II livro 14 cap.27 [1]. o Author do Agiologio Lusitano tomo I p.103[2]. Mariana na sua Historia geral Livro 16 cap.17 [3]. e dos juristas Covarrubias no Tesouro da Lingua Castilhana [4]: palavras de Mariana no lugar citado En castilhala vieja algunos pueblos teniam costumbre de tiempo imemoria, de á volutad, mudar los Señores, que quisessen: uns delles podiam elegir señor entre toda la gente; otros pueblos lo escogiam de un particular, y señalado linage; los [unos], y los otros, p[o]r esta razon se dizian Behetrias; que parece Behetria, q[ue] quiere dezir Buena compania, y hermandades de Hetaeria, qui em griego quiere dezir com-

Nos livros da Chancellaria dos Reis D. Pedro, D. Fernando, e D. João de Boa memoria fe ve confirmarem estes Principes certas eleições, que fazião alguns povos do Reino em Fidalgos, que os governaffem, como senhores feus, e da terra; aos quaes povos, Villas, ou Cidades, que afim eligião a estes Senhores, chamavão *Behetrias*; nome hoje pouco conhecido; e as Behetrias extinctas de todo: [...] [1].

Houve antigamente por toda Hefpanha certos povos, Villas, e Cidades, livres de outro Senhorio, e que não reconhecião fugeição a Principe algum; mas eles elegião quem os governaffe, mais como cabeça política, do que não como Senhor natural; chamavão a estes povos *Behetrias*; e erão differentes das Republicas, que vemos hoje; porque nas Republicas o governo he de muitos, ou nobre, [...] [2], populares, [...] [3]; e nas Behetrias mandava fô hum como Principe; e este ou era eleito entre os naturaes da terra, ou, fe mais queria, o podião bufcar de fóra: daqui he que os Autores, declarando que coufa foffe *Behetria*, a definem affim: *He um povo livre, que pòde efcolher Senhor as vezes, que lhe convier* [4]; affim Garibay na hiftoria geral de Hespanha Part. II. livro 14. cap.27. O Autor do Agiologio Lusitano tom. I. pag.103. Mariana na sua hiftoria geral livro 16. cap.17. e dos Juriftas Covarrubias no Thefouro da língua Caftelhana: palavras de Mariana no lugar citado: *En Caftilha la vieja algunos pueblos teniam coftumbre de tiempo immemorial de á fua voluntad mudar los Señores que quifieffen: unos dellos podian elegir Señor entre toda la gente; otros pueblos le efcogian de un particular, y feñalado linage; los unos y los otros por eſta razon fe dezian Behetrias, que parece, Behetria, quiere decir buena compania, y hermandad, de Hetaeria, que en Griego quiere dezir*

compania: y és com dezir; gobierno popular con igualdad, y como entre hermanos. [etc.]

Tiverão principio estas Behetrias em Hespanha na invasão geral dos Mouros, os quaes ainda q[ue] destruirão m[ui]tas cid[ad]es, degolarão inumeraveis catholicos, martyrizarão m[ui]tos santos; porem moderado já a prim[eir]a junta de vencedores bárbaros, permittião q[ue] vivessem na terra os Christãos conquistados pagando os Principes Mouros semelhantes tributos aos dos Reis Godos, ou outros impostos novam[en]te com mais ou menos tirania, seg[ui]ndo em a condição do Regulo, q[ue] os dominava: outros catholicos fugirão em grande num[er]o para as montanhas das Astúrias, e de Navarra, e ahi ajudados visivelm[en]te na batalha de Cangas da piedosa e poderosa a mão de Deos, derão felice principio á restauração da terra, acclamando p[or] seu prim[eir]o Principe e libertador ao Sup[er]ior D. Pelaio, q[ue] foi o prim[eir]o Rei Catholico, q[ue] houvê em Hespanha depois de extincta a Monarchia Gothica: o seu titulo a principiode rei de Gijon, depois de oviedo, ultim[amen]te de Leão; e andando o tempo se forão ordenando outros novos reinos, e Reis, como o de Navarra, q[ue] primeiro se chamão de Sobrarve; os quaes Reis engrossando o seu poder com novas terras, q[ue] conquistavão, juntam[en]te davão novo animo, e novo brio aos catholicos, q[ue] vivião mais dentro das terras dos Mouros, p[ar]a tambem elles se libertarem, dando sua mão huns para o outros, e oppondo-se assim unidos ao inimigo commum. Destes povos pois, q[ue] dentre os infieis se libertavão por si m[es]mos do jugo dos barbaros se constituirão as Behetrias, elegendo esses povos alg[um] maior q[ue] os governasse; outras vezes chamando alg[um] Principe seu vizinho, q[ue] os mantivesse debaixo da sua defesa, como Protector delles, e não como Rei; mas a tal protecção não era hereditária;

compañia, y es como dezir; gobierno popular con igualdad, y como entre hermanos, &c. [5]

Tiveraõ principio estas *Behetrias* em Hefpanha na invafaõ geral dos Mouros; os quaes, ainda que deftruirão muitas Cidades, degollaraõ innumeraveis Catholicos, martyrizaraõ muitos Santos; porém moderada já a primeira furia de vencedores barbaros, permittiaõ que viveffem na terra os Chriftaõs conquiftados, pagando aos Principes Mouros femelhantes tributos aos dos Reys Godos, ou outros impoftos novamente com mais, ou menos tyrannia, fegundo era a condição do Regulo, que os dominava: outros Catholicos fugiraõ em grande numero para as montanhas de Afturias, e de Navarra, e ahi ajudados vifivelmente na batalha de Cangas da piedofa, e poderofa maõ de Deos, deraõ felice principio à restauração da terra, aclamando por feu primeiro Principe, e libertador ao Infante D. Pelayo, que foi o primeiro Rey Catholico, que houve em Hefpanha depois de extincta a Monarchia Gothica: o feu titulo foi a principio o de Rey de Gijon, depois de Oviedo, e ultimamente de Leaõ; e andando o tempo fe foraõ ordenando outros novos Reinos, e Reys, como o de Navarra, que primeiro fe chamou de Sobrarve; os quaes Reis engroffando o feu poder com bnovas terras, que conquiftavaõ, juntamente davaõ novo animo, e novo brio aos Catholicos, que viviaõ mais dentro das terras dos Mouros, para tambem eles se libertarem, dando fe a maõ huns povos a outros, e opondo-fe affim unidos ao inimigo comum. Deftes povos pois, que de entre os infieis fe libertaraõ per fi mefmos do jugo dos bárbaros, fe constituirão as Behetrias, elegendo effes povos algum mayor, que os governaffe; outras vezes chamando algum Principe feu vifinho, que os mantiveffe debaixo da fua defeza, como Protector delles, e não como Rey; mas a tal protecção não era hereditaria;

sinão q[eu] por morte de hum Protector elegião outro livrem[em]te, ou nomeavão o filho do defuncto, se os beneficios recebidos do pai o habilitavão. No nosso Reino de Portugal forão as Behetrias a maior p[ar]te das suas Villas, e povoações: assim o entende o D[outo]r João Pinto Ribeiro no seu Tratado das Injustas Successões de Castella, impresso no anno de 1642. [5]

El [rabiscado] Rei de Portugal o Inf[ant]e D. Affonso Henriques forão todas as terras deste Reino postas debaixo da sua coroa, em q[ue] tambem entrarão as Behetrias, com tudo salvo a sugeição maior e mais alta ao novo Principe, alg[um]as ainda ficarão conservando as prerrogativas principaes so seu ser antigo; e huma das q[ue] conservarão, foi, q[ue] o Rei não podia fazer doação a alg[um] donatário da villa em terra q[ue] era Behetria; mas o povo do tal lugar elegia senhor a seu arbítrio, q[ue] os defendesse, e conservasse nos seus privilegios; e a esta eleição confirmava el Rei. As Behetrias q[ue] havião era então: o Couto de Rezende, o Couto de Britiande; o de Canavezes; o de Tuyas; de Louredo velho; Gontingem; Santo Isidoro, Tixem; Paços de Goyelo; Mejão frio; Amarante; Varzea da Cerra; Omisio; Campo benfeito, como consta do livro da Chancellaria dos reis D. Fernando, D. João I, e D. Duarte; e nos Livros dos Direitos Reaes del Rei D. João II. Fr. Man. dos Santos. M[on]. part.8.L.22.c.35. [6]

Era antigo uso de alg[uns] povos o eleger senhores, já com pleno alvedrio, já com limitação de familias (preheminencia q[ue] a guerra dos Mouros trouxe consigo) e este modo de eleição chamavão elles de Beattirias dirivado aquelle nome dos bemfeitores. I. Nun. da Cunha epithom. p.12. [7]

fenão que por morte de hum Protector elegião outro livremente, ou nomeavaõ o filho do defuncto, fe os beneficios recebidos do pay o habilitavaõ. [...] [6].

No noffo Reyno de Portugal foraõ as Behetrias a maior parte das fuas Villas, e povoaçoens: affi o entende o Doutor João Pinto Ribeiro no seu Tratado das Injuftas fuceffoens de Caftela, impreffo no anno de 1642. [...] [7].

[...] as terras de Portugal foraõ poftas debaixo da fua coroa, em que também entràraõ as Beherias, com tudo, flva a fogueição mayor, e mais alta ao novo Principe, algumas ainda ficàraõ confervando as prerrogativas principaes do feu fer antigo; e huma das que confervaraõ foi; que o Rey não podia fazer doação a algum Donatario da Villa, ou terra, que era Behetria; mas o povo do tal lugar elegia senhor a feu arbítrio, que os defendeffe, e conservaffe nos feus privilegios; e a efta eleição confirmava ElRei. As Behetrias, que havião, eraõ eftas:: o Couto de Rezende; o Couto de Britiande; o de Canavezes; o de Tuyas; de Louredo o velho; Gontingem, Santo Isidoro, Tixem; Paços de Goyelo; Mejão frio; Amarante; Varzea da Serra; Omifio; Campo bem feito, [...] [8]. No livro I. da Chancellaria d'El-Rey D. Fernando [referência do livro e relato das eleições] [...]. No primeiro livro da Chancellaria d'El-Rey D. João I de boa memoria [referência do livro e relato das eleições] [...]. No livro I. dos Direitos Reaes [referência do livro e relato das eleições] [...]. [...] livros da Chancellaria d'El-Rey D. João I. e D. Duarte; [...].

[...] Era antigo ufo de al~us povos, o eleger fenhores, já cõ pleno alvedrio, já cõ limitação de familias (preheminencia ~q a guerra dos Mouros trouxe configo:) a efte modo de eleição chamavão elles behatrias, derivado aquelle do nome dos b~efeitores. (*Epitome da vida, 1666*)

Veja se a Chronografia Portg[uesa] do P[adre] Ant[oni]o Carvalho da Costa tomo 1. L.1 trat.7. c.6.p.377 [8]

[1] GARIBAY Y ZAMALLOA, Estevan de. Compendio Historial de las Chronicas y universal Historia de todos los Reynos de España, donde se escriben las vidas de los reyes de Castilla, y Leon. Prosiguese tambien la sucession de los Imperadores Occidentales y Orientales. Compuesto por Estevan de Garibay y Çamalloa, de nacion Cantabro, vezino de la villa de Mondragon, de la Provincia de Guipuzcoa. Tomo Segundo. Año 1628. Con Licencia. Impresso en Barcelona, Por Sebastian de Cormellas. Livro Decimo-quarto, Capitulo XXVII, pp. 297.

[2] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomo I. Que compreende os dous primeiros meses de Janeiro, & Fevereiro, Com seus commentarios. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1744, Tomo I, p.103. (cita Garibay e Covarrubias)

[3] MARIANA, Juan de. Historia General de España Compuesta, Emendada y Añadida por el Padre Juan de Mariana de la Compañia de Jesus, com el Sumario y Tablas. Decimaquinta Impression. Tomo Segundo. En Madrid por Andres Ramirez. Año M. D. CC. LXXXII [1782]. Livro 16, Cap.17, p. 43

[4] COBARRUVIAS-OROZCO, Sebastian de. Tesoro de la Lengva Castellana, o Española. Dedicado a Filipe III. Madri: Luis Sanchez, 1611. Copia parte da mesma passagem aqui transcrita sem citar seu autor, Juan de Mariana.

[5] RIBEIRO, João Pinto. Injustas successões dos reis de Castella e de Leão e isenção de Portugal. Em Lisboa: impresso por Paulo Craesbeeck. Impressor, & Livreyro das tres Ordens Militares: impesso à custa de Lourenço de Queirós Livreyro do Estado de Bargaça [sic], 1642.

[6]O trecho todo, até aqui, inclusive as referências bibliográficas citadas, foram retirados de SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. *Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a*

[1] fe e por esta razão me pareceu dar aqui noticia do que foraõ no tempo antigo.

[2] como em Veneza

[3] como em Holanda

[4] Formulação sentencial análoga a essa somente vemos no *Agiologio Lusitano*.

[5] En Cañtilha la vieja algunos pueblos teniam coftumbre de tiempo immemorial de á fua voluntad mudar los Señores que quifieffen: unos dellos podian elegir Señor entre toda la gente al que les pareciafe les venía mas á cuento, otros pueblos le efcogian de un particular y feñalado linage: los unos y los otros por esta razon fe decian Behetrias, que parece Behetria quiere decir buena compañía y hermandad, de Hetaeria, que en Griego quiere decir compañía, y es como decir gobierno popular com igualdad y como entre hermanos; [...] (*Historia General de España*)

[6] Foi celebre neste genero a Cidade Epifcopal de Alburrafin, situada dentro dos limites de Aragoã; porque fe confervou por muitos seculos nesta liberdade de elegerem fem dependência dos Reis vifinhos; mas antes os Senhores por elles eleitos communicavaõ com os Reis de Aragoã com odo igual a igual; a qual regalia teve fim não ha muitos anos.

[7] e diz mais, que por este principio de serem Behetrias, ou Povos livres, puderaõ com inteira justiça elegerem Rey nas cortes antigas de Lamego ao Santo Principe D. Affonso Henriques, e transferir nelle, e em seus descendentes o direito da Regalia fem offensa de outro domínio, que não tinhaõ em Portugal os Reis de Leão: veja-se o seu discurso: e fuposto depois de já eleito o Rey aquelle Principe

[8] encontrar algumas mais, as direi, as referidas contaõ dos lugares seguintes

Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do-anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729. Livro XXII. Capitulo XXXV.

[7] CUNHA, João Nunes da, 1619-1668. Epitome da vida, e acçoens de Dom Pedro entre os reys de Castella o primeiro deste nome... / Escrito por João Nunez da Cunha... - Lisboa : na offi cina [sic] de Antonio Craesbeeck de Mello, 1666, p.12

[8] COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712. Tomo 1. Livro 1. Tratado 7. Cap. 6. p.377.

Dsc01422

Belem. Mosteiro de Belem. Na Ermida q[ue] o Infante D. Henrique fundou em [Restello?] da invocação de N. Senhora de Belem, q[uan]do o descobrim[en]to da India se começou, ordenou q[ue] estivessem Freires da Ordem de Christo, q[ue] administrassem os Sacram[en]tos aos q[ue] trabalhavão nestas conquistas, e q[ue] cada [...blado?] dissessem p[o]r ellehum missa, e ao lavar das mão o sacerdote se virasse p[ar]a o povo, e em alta voz pedisse hum Pater [Noster?], e huma Ave Maria pela alma delle Inf[ant]e, e pelos Cav[aleir]os da dita Ordem, e p[o]r aquelles a q[ue] elle era obrigado. El Rei D. Manuel, tanto q[ue] veio Vasco da Gama a 20 d'Agosto de 1499 fundou no lugar da Ermida hum sumptuoso templo como o mosteiro. Esta casa deo el Rei aos Religiosos de S. Jeronymo, pela singular devoção, q[ue] lhe tinha, e a escolheo p[o]r sepultura sua e de seus descendentes. Mariz, Dial. de Var. Hist. dial. 4. c.13. f.225. [1]

Na sobr[edit]a capella estavam som[en]te 4 ou 5 religiosos da Ordem de Christo, de q[ue] o Inf[an]te D. Henrique era administrador, p[ar]a sacramentar os navegantes, e lhe dizer missa, se p[o]r causa do tempo, se detivessem alli alg[uns] dias. El Rei D. Manuel deo p[o]r autorid[ad]e apostolica, e a ennobreceo depois, e a fez no estado em q[ue] agora está, depois q[ue] vio Vasco da Gama em Portugal, com boas novas do intento, q[ue] pretendia, q[ue] era o descobrim[en]to da India. E p[o]r q[ue] o Inf[ant]e D. Henrique tinha dado esta Ermida aos religiosos de Christo, com as terras e propried[ad]es adjacentes

Dsc01423

[dotadas?] ao convento de Thomar, cabeça da d[it]a Ordem:el Rei D. Manuel deo p[o]r authorid[ad]e Apostolica ao d[it]o Convento a Conceição de Lisboa, q[ue] havia tomado aos Judeos, q[ue] fora casa de sua sinagoga. Man. Corr. Comment. aos Lusiad. cant. 10. est. 12. f. 265. [2]

Na Ermida que o Infante D. Henrique fundou em Restello da invocação de N. Senhora de Belem, quando o descobrimento da India se começou, ordenou que estivessem Freires da Ordem de Christo, que administrassem os Sacramentos aos que trabalhavão nestas conquistas, e que cada prelado dissessem por ele hum missa, e ao lavar das mão o sacerdote se virasse para o povo, e em alta voz pedisse hum Pater Noster, e huma Ave Maria pela alma delle Infante, e pelos Cavaleiros da dita Ordem, e por aquelles a que elle era obrigado. El Rei D. Manuel, tanto que veio Vasco da Gama a 20 d'Agosto de 1499 fundou no lugar da Ermida hum sumptuoso templo como o mosteiro. Esta casa deo el Rei aos Religiosos de S. Jeronymo, pela singular devoção, que lhe tinha, e a escolheo por sepultura sua e de seus descendentes. (*Dialogos de varia Historia*, 1672)

[...] estavam somente 4 ou 5 religiosos da Ordem de Christo, de que o Infante D. Henrique era administrador, para sacramentar os navegantes, e lhe dizer missa, se por causa do tempo, se detivessem alli alguns dias. El Rei D. Manuel deo por autoridade apostolica, e a ennobreceo depois, e a fez no estado em que agora está, depois que vio Vasco da Gama em Portugal, com boas novas do intento, que pretendia, que era o descobrim[en]to da India. E por que o Infante D. Henrique tinha dado esta Ermida aos religiosos de Christo, com as terras e propriedades adjacentes

doadas ao convento de Thomar, cabeça da dita Ordem:el Rei D. Manuel deo por authoridade Apostolica ao di]o Convento a Conceição de Lisboa, que havia tomado aos Judeos, que fora casa de sua sinagoga.

[1] MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz *Dedicados Ao S.Õr Diogo Soares Lxa.* Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffor Da [Cavapral] Anno 1672.

[2] CAMÕES, Luis de; CORREA, Manoel. Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens. Principe da Poesia Heroica. Commentados pelo Licenciado Manoel Correa, Examinador synodal do Acebispado de lisboa, e cura da igreja de s. sebastião da Mouraria, natural da cidade de Elvas. Dedicados ao Doctor D. Rodrigo d'Acunha, Inquisidor Apostolico do Sancto Officio de Lisboa. Per Domingos Fernandez seu Livreyro. Com licença do S. Officio, Ordinario, y Paço. Em Lisboa. Por Pedro Crasbeeck. Anno 1613.

Berredo. No livro del Rei D. Affonso III (Torre do Tomo (?) fol.46 p.2. ha huma escritura, na qual se acha q[ue] D. Tareja Rodrigues de Oriteiros (?), mulher q[ue] fora de Lourenço Martins de Berredo, e ja Monja de Arouca, dava a sua cunhada D. Tareja Martins, irmã de D. Lourenço Martins o q[ue] lhe ficára devendo de sua fazenda. Daqui se vê não só a amtiguid[ad]e do appellido de Berredo, mas sua nobreza, a qual hão conservado alg[um]as casas, q[ue] ainda ha deste appellido, [...?] em parentesco com os Pereiras,e com outros Fidalgos illustres. Tem p[o]r armas em campo azul hum Baluarte de Prata ardendo em fogo, assentado sobre uma rocha, e p[o]r timbre a mesma torre (?) das armas. Fr. A. Brand. [clan?] p.4. L.15. c. 46.[1]

[...] livro delRey D. Affonso III [nota lateral - Torre do Tomo fol.46 p.2] Dona Tareja Rodrigues de Briteiros molher que fora de Lourenço Martins de Berredo, e ja Monja de Arouca, dava a sua cunhada D. Tareja Martins, irmã de D. Lourenço Martins o que lhe ficára devendo de sua fazenda. Daqui se vê não só a antiguidade do appellido de Berredo, mas sua nobreza, a qual hão conservado algumas casas, que ainda ha deste appellido liadas em parentesco com os Pereiras,e com outros Fidalgos illustres. Tem por armas em campo azul hum Baluarte de Prata ardendo em fogo, assentado sobre uma rocha, e por timbre a mesma torre das armas. (*Monarquia Lusitana, 1632, p.252v*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Betâncor. Hum Fidalgo Frances chamado Monsieur João de Betancor, em tempo del Rei D. Henrique o III de Castella, veio a Hespanha em tenção de conquistar as Ilhas das Canarias, e subjugou tres, q[ue] forão Lançarote, Forte-ventura, e a Ferro. E voltando a se reformar deixou alli hum seu sobrinho chamado Maciot (?) Betancor. Este vendo q[ue] passavão tempos sem acudir seu tio a tão grande empreza como lhe deixára, a qual não podia sustentar, posto q[ue] em ausencia com ajuda de alg[uns] castelhanos conquistára a Gomeira, [concertou?] com o Inf[ant]e D. Henrique sobre o q[ue] nellas tinha, e elle passou se á Ilha da Madeira, onde assentou sua vivanda. Aqui com o q[ue] houve do Inf[ant]e, q[ue] forão as suboarias, e outras vendas na Ilha, e depois como sua industria ganhou tanto q[ue] casou huma só filha q[ue] teve chamada D. Maria Betancor, com Ruy Gonçalves da Camera Capitão da Ilha de S. Miguel, filho de João Gonçalves, primeiro capitão da Ilha da Madeira da p[ar]te do Funchal; e p[o]r q[ue] não houve filhos della, herdárão Henrique de Betancor, e Gaspar de Betancor sobrinhos deste Maciot de Betancor a sua herança, da qual seus herdeiros possuem boa p[ar]te, os quaes são Fidalgos mui honrados, e tem o seu appellido de Betancor. João de Barr. Asia, Dec.1. L.1. c. 12.[1]

Hum Fidalgo Frances chamado Monsieur João de Betancor, em tempo del Rei D. Henrique o III de Castella, veio a Hespanha em tenção de conquistar as Ilhas das Canarias, e subjugou tres, que forão Lançarote, Forte-ventura, e a Ferro. E voltando a se reformar deixou alli hum seu sobrinho chamado Maciot Betancor. Este vendo que passavão tempos sem acudir seu tio a tão grande empreza como lhe deixára, a qual não podia sustentar, posto que em ausencia com ajuda de alguns castelhanos conquistára a Gomeira, concertou com o Infante D. Henrique sobre o que nellas tinha, e elle passou se á Ilha da Madeira, onde assentou sua vivanda. Aqui com o que houve do Infante, que forão as suboarias, e outras vendas na Ilha, e depois como sua industria ganhou tanto que casou huma só filha que teve chamada D. Maria Betancor, com Ruy Gonçalves da Camera Capitão da Ilha de S. Miguel, filho de João Gonçalves, primeiro capitão da Ilha da Madeira da parte do Funchal; e por que não houve filhos della, herdárão Henrique de Betancor, e Gaspar de Betancor sobrinhos deste Maciot de Betancor a sua herança, da qual seus herdeiros possuem boa parte, os quaes são Fidalgos mui honrados, e tem o seu appellido de Betancor. (*Da Asia, 1778*)

[1] Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto. Nova edição offerecida a Sua Magestade D. Maria I. Rainha Fidelissima &c. &c. &c. Lisboa. Na Regia Officina Typografica. Anno MDCCLXXVIII [1778]. Com Licença da Real Meza Cenforia, e Privilegio Real.

Dsc01425

Bispo Conde. El Rei D. Affonso V p[o]r hum Padrão passado aos 25 de Setembro do anno de 1473, fez mercê a D. João Galvão, Bispo de Coimbra, do titulo de Conde de Argamil para elle, e p[ar]a seus successores no Bispado de Coimbra. Franc. Leit. Ferr. Catal. dos Bisp. de Coimbra num. 66. p. 150. [1]

El Rei D. Affonso V por hum Padrão passado aos 25 de Setembro do anno de 1473, fez mercê a D. João Galvão, Bispo de Coimbra, do titulo de Conde de Argamil para elle, e para seus successores no Bispado de Coimbra.

[1] FERREIRA, Francisco Leitão. *Catalogo chronologico dos bispos de Coimbra*. In: Collecção dos documentos e memórias da Academia Real da Historia Portugueza. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva. Anno de 1724.

Bispos em Portugal. Os Bispos em Hespanha se fazião antigam[en]te p[o]r eleição das Catedraes vacantes, e não apresentados pelos Principes; e daqui nascia serem Bispos sem differença Castelhanos em Portugal, Portugueses em Castella, dos quaes contão muitos os Escritores. Bastem p[ar]a exemplo os seguintes: Em 1383 ao Arcebispo D. Pedro Tenorio Portuguez; e poucos annos adiante o foi de Coimbra e Braga D. João Garcia Henrique Castelhana: no tempo del Rei D. Dinis forão Bispos em Tuy D. João Fernandes Souto Maior (?); e em Valencia D. Giraldo ambos Portugueses. De Lisboa foi mandado p[ar]a Bispo de Cuenca D. Estevão, e do Porto p[ar]a Jaen, D. Fernando Ramires, tambem Portuguezes; D. Simão de Sousa natural de Coimbra, foi Bispo de Tuy, e de Badajoz, e assim outros. Monar. Lus. part. 5. L. 17. c. 36 – Part. 6. L. 18. c. 49. [1] Sandoval nos Bispos de Tui fol. 166.

Nas dioceses passava o m[es]mo, q[ue] a de Tui entrava pelas terras de Portugal m[ui]to, e a de Braga estendia se não pouco p[o]r dentro da Galliza: a de Badajoz mettia se p[o]r Alentejo dentro, e a de Evora p[o]r Castella ou Estremadura Castelhana; e permanecerão estas misturas até o tempo em q[ue] governou a este Reino o Inf[ant]e D. Pedro na menor id[ad]e do seu genro, e sobrinho el Rei D. Affonso V. Fr. Man. dos Santos Monar. Lus. part. 8. L. 23. c. 1. [2]

O privilegio de nomear e apresentar nos Bispados, afirma o Doutor Gabriel Pereira de Castro (de manu regia num. 76. f. 234) q[ue] fora concedido aos nossos Reis em tempo d’el Rei D. Affonso V. [3]

Os Bispos em Hespanha se fazião antigamente por eleição das Catedraes vacantes, e não apresentados pelos Principes; e daqui nascia serem Bispos sem differença Castelhanos em Portugal, Portugueses em Castella, dos quaes contão muitos os Escritores. Bastem para exemplo os seguintes: Em 1383 ao Arcebispo D. Pedro Tenorio Portuguez; e poucos annos adiante o foi de Coimbra e Braga D. João Garcia Henrique Castelhana: no tempo del Rei D. Dinis forão Bispos em Tuy D. João Fernandes Souto Maior; e em Valencia D. Giraldo ambos Portugueses. De Lisboa foi mandado para Bispo de Cuenca D. Estevão, e do Porto para Jaen, D. Fernando Ramires, tambem Portuguezes; D. Simão de Sousa natural de Coimbra, foi Bispo de Tuy, e de Badajoz, e assim outros. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

Nas dioceses passava o mesmo, que a de Tui entrava pelas terras de Portugal muito, e a de Braga estendia se não pouco por dentro da Galliza: a de Badajoz mettia se por Alentejo dentro, e a de Evora por Castella ou Estremadura Castelhana; e permanecerão estas misturas até o tempo em que governou a este Reino o Infante D. Pedro na menor idade do seu genro, e sobrinho el Rei D. Affonso V. (*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte

VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleiçaõ delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

[3]CASTRO, Gabriel Pereira. *De manu regia tractatus in quo omnium Legum Regiarum quibus, Regi Portugalliae in causis ecclesiasticis cogniti est ex iure* (2 tomos). Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1622-1625

Botelhos. Em o Livro das Inquisições del Rei D. Affonso III foll. 87 no titulo da Freguezia de armis, [juisado ?] de Montelongo, de faz memoria de Pero Botelho, q[ue] possuia sete casas naquelle lugar. São os Botelhos descendentes de Paio Mogudo de Sandim, de quem o Conde D. Pedro trata em o titulo 46. Trazem os Botelhos p[o]r armas duas copas de cobertas de preto, e p[o]r timbre huma das copas, e outros trazem em campo de ouro quatro bandas de vermelho. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. L. 15 Cap. 43. [1]

Os deste appellido possuem Morgado em Alcacer do Sal, e se tem p[o]r descendentes de alg[uns] dos principais conquistadores desta Villa. ib. p. 3. L. 10 c.37.[2]

Em o Livro das Inquisições del Rei D. Affonso III fol. 87 no titulo da Freguezia de armis, juisado de Montelongo, de faz memoria de Pero Botelho, que possuia sete casas naquelle lugar. São os Botelhos descendentes de Paio Mogudo de Sandim, de quem o Conde D. Pedro trata em o titulo 46. Trazem os Botelhos por armas duas copas de cobertas de preto, e por timbre huma das copas, e outros trazem em campo de ouro quatro bandas de vermelho. (*Monarquia Lusitana, Quarta Parte, 1632*)

Os deste appellido possuem Morgado em Alcacer do Sal, e se tem por descendentes de alguns dos principais conquistadores desta Villa. (*Monarquia Lusitana, Terceira Parte, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Bouças. Santo Christo de ... Em Matozinhos, Lugar Maritimo distante huma legoa da Cid[ad]e do Porto, he venerada a devota e respeitosa imagem chamado de Santo Christo de Bouças. Esta Imagem he a mais antiga q[ue] ha em Portugal, e dizem ser feita pelo nobre Decurião Nicodemos, Discipulo de Christo e achada milagrosam[en]te p[o]r huns pescadores toda coberta de limo no sitio do Espinheiro onde a expulsarão os as ondas. Desta sagrada Imagem tratão Cunha, Catalog. dos Bispos do Porto part. 2. cap. 45 – Fr. Luiz dos dos Anjos no Jardim de Portugal n. 182. Cardoso no Agiologio Lusitano Tom 3. p. 615. O P[adr]e Carvalho da Costa Corograf. de Port. t. 1. p. 361. O P[adr]e Manuel Fernandes Alma instruida t. 2. p. 772 João Bap. de Castro Mapp. de Port. tom. 2. part. 3. c. 7. [parágrafo] 1.pag. 226. n.1.[1]

Em Matozinhos, Lugar Maritimo distante huma legoa da Cidade do Porto, he venerada a devota e respeitosa imagem chamado de Santo Christo de Bouças. Esta Imagem he a mais antiga q[ue] ha em Portugal, e dizem ser feita pelo nobre Decurião Nicodemos, Discipulo de Christo e achada milagrosamente por huns pescadores toda coberta de limo no sitio do Espinheiro onde a expulsarão os as ondas (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1] CASTRO, João Batista de. *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Segundo. Parte III. Nesta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

[1] As referências às outras obras contam em *Mappa de Portugal, 1762.*

BRAGANÇA

Dsc01432

Bragança. vej. Casa de Bragança.

Dsc01434

Brandões. No archivo do Mosteiro de Lorvão existe huma escritura de doação feita ao dito mosteiro em junho de 1130, à qual um dos assistentes se nomeia – Fernandes Brandão. Dos Brandões ha tradição q[ue] vierão da Inglaterra, e q[ue] dois Irmãos do tempo do Conde D. Henrique jazem sepultados em Grijó. Falla o Conde D. Pedro em Brandões no tit. 44 e mostra como Martim Brandão o velho casou com Tareja Fernandes, neta de Diogo Gançaves o Famoso, q[ue] morreo na batalha de Ourique, e assim trata de outros do m[es]mo appellido. As principaes Casas e Morgados desta família forão na Cid[ad]e de Evora, aonde p[o]r falta de sucessão andão já em outras familias, com o Porto, aonde ainda permanecem. Se o Fernão Brandão ou Brandiano (como o nomeia a escritura de Lorvão) foi ascendente de Martim Brandão e dos mais, não se pode determinar; posto q[ue] se faz m[u]ito provavel q[ue] o seria, pois pelo tempo adiante se achão do m[es]mo nome, he prop[ri]o das gerações tomar-se ordinariamente o nome do primeiro ascend[en]te. Trazem os Brandões p[o]r Armas em campo azul cinco Brandões de ouro accezos em aspa; e p[o]r timbre tres brandões do [riscado] em roquete e atados com hum torçal de ouro. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 9. c. 24. [1]

Em outra escritura original tambem do archivo de Arouca, feita em Agosto de 1148, q[ue] he o primeiro de D. Affonso III se achou [presente?] Pedro Martins Brandão. Este fidalgo era sem duvida filho de Martins Brandão, de quem o Conde D. Pedro falla no tit. 44, e parece ser Martim Brandão o velho, conforme a coputação dos tempos. Porem ha Fidalgos do m[es]mo appellido descendentes de Duarte Brandão, Cav[aleir]o da Gamotea[?], e

Dsc01435

Capitão de g[ran]de nome e fama, o qual vindo da Inglaterra a este Reino em tempo del Rei D. Affonhso V o m[es]mo Rei o honra p[o]r natural, como consta do privilegio q[ue] está na Torre do Tombo (Liv. 2. da Estremadura p. 48) e lhe fez g[ran]des mercês. Trazem seus descendentes p[o]r armas em campo azul dous dragões de ouro

[...]No archivo do Mosteiro de Lorvão existe huma escritura de doação feita ao dito mosteiro em junho de 1130, à qual um dos assistentes se nomeia – Fernandes Brandão. Dos Brandões ha tradição que vierão da Inglaterra, e que dois Irmãos do tempo do Conde D. Henrique jazem sepultados em Grijó. Falla o Conde D. Pedro em Brandões no tit. 44 e mostra como Martim Brandão o velho casou com Tareja Fernandes, neta de Diogo Gançaves o Famoso, que morreo na batalha de Ourique, e assim trata de outros do mesmo appellido. As principaes Casas e Morgados desta família forão na Cidade de Evora, aonde por falta de sucessão andão já em outras familias, com o Porto, aonde ainda permanecem. Se o Fernão Brandão ou Brandiano (como o nomeia a escritura de Lorvão) foi ascendente de Martim Brandão e dos mais, não se pode determinar; posto que se faz muito provavel que o seria, pois pelo tempo adiante se achão do mesmo nome, he proprio das gerações tomar-se ordinariamente o nome do primeiro ascendente. Trazem os Brandões por Armas em campo azul cinco Brandões de ouro accezos em aspa; e por timbre tres brandões em roquete e atados com hum torçal de ouro. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[...] agosto de 1148, que he o primeiro de D. Affonso III se achou presente Pedro Martins Brandão. Este fidalgo era sem duvida filho de Martins Brandão, de quem o Conde D. Pedro falla no tit. 44, e parece ser Martim Brandão o velho, conforme a coputação dos tempos. Porem ha Fidalgos do mesmo appellido descendentes de Duarte Brandão, Cavaleiro da Gamotea, e

Capitão de grande nome e fama, o qual vindo da Inglaterra a este Reino em tempo del Rei D. Affonhso V o mesmo Rei o honra por natural, como consta do privilegio que está na Torre do Tombo (nota lateral - Liv. 2. da Estremadura p. 48) e lhe fez grandes mercês. Trazem seus descendentes por armas em campo azul dous

batalhantes com os pescoços e rabos repassados huns pelos outros, e p[o]r timbre os m[es]mos dragões. Id. ibid. p. 4. L. 15. c. 36.[2]

dragões de ouro batalhantes com os pescoços e rabos repassados huns pelos outros, e por timbre os mesmos dragões. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Breves Pontificias. Costumava se antig[amen]te nestes Reinos, q[ue] todos os Breves, e restrictos, Letras ou Bullas, q[ue] de Roma viessem, não se fizesse p[or] elles obra alg[um]a sem prim[ei]ro serem vistas e examinadas pelo chancellor Mór, e as q[ue] achava serem verdadeiras, e direitam[en]te expedidas dava licença q[ue] se publicassem, e se darem á execução; e isto era com tão e bom respeito p[or] se escusarem falsidades com q[ue] as p[ri]meir[as] não se recebessem enganosa[m]te perda e damno. E principalm[en]te p[ara] q[ue] em tempo de cismas havendo mais de hum Papa, como m[ui]tas vezes se vio, não se havia de obedecer nestes Reinos se não ao P[adr]e Santo de Roma. E o Papa Innocencio VIII com o Collegio dos Cardeaes, p[or] lhe parecer isto coisa grave, e alg[um] tanto desobediencia e quebra de sua authorid[ad]e, no anno de 1487 mandarão requerer a el Rei D. João II q[ue] não usasse mais de tal costume. E El Rei p[or] lhe obedecer como catholico Principe, e com prazer o fez assim como lho mandarão pedir. De que o Papa e cardeaes houverão m[ui]to prazer, m[ui]to contentamente, e com m[ui]tos louvores d'el Rei lho mandarão m[ui]to agradecer, e depois p[ar]a cá sempre se fez assim. Garc. de Resend. Chr. d'el Rei D. João II c. 65.[1]

Costumava se antigamente nestes Reinos, que todos os Breves, e restrictos, Letras ou Bullas, que de Roma viessem, não se fizesse por elles obra alguma sem primeiro serem vistas e examinadas pelo chancellor Mór, e as que achava serem verdadeiras, e directamente expedidas dava licença que se publicassem, e se darem á execução; e isto era com tão e bom respeito por se escusarem falsidades com que as primeiras não se recebessem enganosamente perda e damno. E principalmente para que em tempo de cismas havendo mais de hum Papa, como muitas vezes se vio, não se havia de obedecer nestes Reinos se não ao Padre Santo de Roma. E o Papa Innocencio VIII com o Collegio dos Cardeaes, por lhe parecer isto coisa grave, e algum tanto desobediencia e quebra de sua authoridade, no anno de 1487 mandarão requerer a el Rei D. João II que não usasse mais de tal costume. E El Rei por lhe obedecer como catholico Principe, e com prazer o fez assim como lho mandarão pedir. De que o Papa e cardeaes houverão muito prazer, m[ui]to contentamente, e com muitos louvores delRey lho mandarão muito agradecer, e depois para cá sempre se fez assim.

[1] REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bôdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofa principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefino auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

Briteiros. Deste appellido trata o Conde D. Pedro, no tit. 21 e 23 e mostra como houve delle alg[uns] Ricos Homens, o q[ue] se prova tambem das escripturas do tempo del Rei D. Sancho II e dos annos seg[ui]ntes – Gomes Mendes Briteiros, que assistia com o d[it]o Rei, era filho de Mem Pires de [Longos?], e de D. Marinha Gomes, filha de D. Gomes Mendes Gedeão. Tiverão entre outros filhos Rui Gomes de Briteiros taobem Rico Homem, q[ue] he o prim[eir]o em q[ue] falla o Conde no tit. 23, e casou com a filha de D. João Pires da Maia. Tece o m[es]mo [t.?] a descend[enci]a destes Fidalgos liada com parentesco com as mais illustres Familias do Reino; e ás vezes com a casa Real; p[o]r q[ue] D. João Mendes de Briteiros foi casado com D. Orraca Affonso, filha del Rei D. Affonso III de Portugal. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. l. 14. c. 5. [1]

Este appellido q[ue] no tempo de agora anda esquecido, se acha em pessoas de m[ui]ta qualid[ad]e no Reinado de D. Dinis. – Nas Escrituras do anno 1303, do seg[ui]nte e outros adiante, assim como no foral da Villa Boa de Monte Negro confirmão juntam[en]te tres Ricos Homens do sobredito appellido. Erão elles; Mem Rodrigues de Briteiros, D. João Rodrigues de Briteiros, e João Mendes de Briteiros. O seu solar he Freguezia de S. Salvador de Briteiros do Julgado de Guimarães. Fr. Fr. Brand. [Mon.] part. 6. l. 18. c. 6. [2]

Fr. Luiz de Sousa faz memoria de João Affonso de Briteiros, Fidalgo da illustre e antiga geração deste Reino, q[ue] depois de Viuvo tomou o habito de Religioso Leigo da Ordem Dominicana em o Convento de Guimarães. Hist. de S. Dom. p. 1. l. 4. c. 14. [3]

Deste appellido trata o Conde D. Pedro, no tit. 21 e 23 e mostra como houve delle alguns Ricos Homens, o que se prova tambem das escripturas do tempo del Rei D. Sancho II e dos annos seguintes – Gomes Mendes Briteiros, que assistia com o dito Rei, era filho de Mem Pires de Longos, e de D. Marinha Gomes, filha de D. Gomes Mendes Gedeão. Tiverão entre outros filhos Rui Gomes de Briteiros taobem Rico Homem, que he o primeiro em que falla o Conde no tit. 23, e casou com a filha de D. João Pires da Maia. Tece o mesmo titulo a descendencia destes Fidalgos liada com parentesco com as mais illustres Familias do Reino; e ás vezes com a casa Real; por que D. João Mendes de Briteiros foi casado com D. Orraca Affonso, filha del Rei D. Affonso III de Portugal (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Este appellido que no tempo de agora anda esquecido, se acha em pessoas de m[ui]ta qualidade no Reinado de D. Dinis. – Nas Escrituras do anno 1303, do seguinte e outros adiante, assim como no foral da Villa Boa de Monte Negro confirmão juntamente tres Ricos Homens do sobredito appellido. Erão elles; Mem Rodrigues de Briteiros, D. João Rodrigues de Briteiros, e João Mendes de Briteiros. O seu solar he Freguezia de S. Salvador de Briteiros do Julgado de Guimarães. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[...] depois de Viuvo tomou o habito de Religioso Leigo da Ordem Dominicana em o Convento de Guimarães [...] (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lusitana, Que Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Governador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[3] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Britiandos. Fr. Luiz de Sousa nomeando Francisco Pereira de Britiandos diz q[ue] era de illustre e antigo sangue Portuguez. Vid. de D. Fr. Bart. dos Mart. L. 6. c. 10. [1]

A antiga cid[ad]e de Britunia na Provincia interanese junto a Viana de Caminha. Varios nomes achamos q[ue] teve, a saber Brutunium, Britunium, Britonia, Britinia, e Betunica, de cujas ruinas querem nossos authores se erigir se depois o nobre lugar de Britiandos, conservando ainda em p[ar]te seu nome, onde residem, e tem seu solar os Senhores deste appellido, aos quaes parece deo nome. Jorg. Cardos. Agiol. Lus. tom. 2. p. 23. c. 1. [2]

Francisco Pereira de Britiandos diz que era de illustre e antigo sangue Portuguez. (*Vida de D. Fr. Batolameu dos Martyres, 1619*)

A antiga cidade de Britunia na Provincia interanese junto a Viana de Caminha. Varios nomes achamos que teve, a saber Brutunium, Britunium, Britonia, Britinia, e Betunica, de cujas ruinas querem nossos authores se erigir se depois o nobre lugar de Britiandos, conservando ainda em parte seu nome, onde residem, e tem seu solar os Senhores deste appellido, aos quaes parece deo nome. (*Agiologio Lusitano,)*

[1]GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prègadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na (?) Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

[2]CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Brito – Os q[ue] tem seu o appellido de Brito – o m[es]mo q[ue] Briteiros derivão-os desta Familia com successão continuada de D. Sueiro de Brito em q[ue] falla o Conde D. Pedro no tit. 64. Cuja descendencia não he de reprovar, posto q[ue] seja difficultoso tecella seguidam[en]te p[or] tanto numero de annos. Ha deste appellido alg[um]as casa e morgados em varias p[ar]tes do Reino, o de S. Estevão de Beja era o mais distincto. Trazem os Britos p[or] armas em campo vermelho nove lisonjas em tres pallas, em cada huma hum leão de purpura, e p[or] timbre o leão das Armas com lisonjas de prata. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. L. 14 c. 5. [1]

Aos Briteiros deo nome a freguezia de S. Locaia de Briteiros no arcebispado de Braga, e aos Britos a ribeira e freguezia de Brito, q[ue] está entre o rio Ave, e a Portela dos Leitões, huns e outros fidalgos prin-cipaes neste Reino. Jorg. Cardos. Agiol. Lusit. tom. 2. p. 25. c. 1. [2]

O appellido ou sobrinome de Brito, he especialm[en]te Portuguez, p[or] q[ue] o solar deste familia, alias nobilissima, he na ribeira de Brito, entre o rio Ave, e a Portela dos Leitos, na celebre Provincia de Entre-Douro e Minho, como escreve o Doutissimo Antonio de Villas Boas e S. Paio na sua Nobiliarchia Portugueza c. 29. Entre os desta Familia dos Britos he celebre o morgado de S. Estevão no Termo de Beja com 370 moios de pão de renda, q[ue] esteve na casa dos Viscondes de Villa Nova de Cerveira, e hoje na casa dos Condes dos Arcos, como escrevem o m[es]mo Villas Boas ubi supra, e o P. Ant[onio] Carvalho da Costa na sua Corografia Portugueza tom. 2. L. 2. [mat.?] 2. cap. 1.; huma e outra casa das illustrissimas deste Reino.

O Conde D. Pedro no seu nobiliario tit. 64 a esta familia dos Britos lhe da principio em D. Oeiro de Brito. D. João Baptista [Lavanha?] nas notas

ao Conde D. Pedro p. 353 diz q[ue] o nome deste Cav[aleir]o era o de Soeiro de Brito, q[ue] foi

[...]Os que tem seu o appellido de Brito – o mesmo que Briteiros derivão-os desta Familia com successão continuada de D. Sueiro de Brito em que falla o Conde D. Pedro no tit. 64. Cuja descendencia não he de reprovar, posto que seja difficultoso tecella seguidamente por tanto numero de annos. Ha deste appellido algumas casa e morgados em varias partes do Reino, o de S. Estevão de Beja era o mais distincto. Trazem os Britos por armas em campo vermelho nove lisonjas em tres pallas, em cada huma hum leão de purpura, e por timbre o leão das Armas com lisonjas de prata. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

Aos Briteiros deo nome a freguezia de S. Locaia de Briteiros no arcebispado de Braga, e aos Britos a ribeira e freguezia de Brito, que está entre o rio Ave, e a Portela dos Leitões, huns e outros fidalgos principaes neste Reino. (*Agioologio Lusitano*, 1652-1666)

O appellido ou sobrinome de Brito, he especialm[en]te Portuguez, porque o solar deste familia, alias nobilissima, he na ribeira de Brito, entre o rio Ave, e a Portela dos Leitos, na celebre Provincia de Entre-Douro e Minho, como escreve o Doutissimo Antonio de Villas Boas e S. Paio na sua Nobiliarchia Portugueza c. 29. Entre os desta Familia dos Britos he celebre o morgado de S. Estevão no Termo de Beja com 370 moios de pão de renda, que esteve na casa dos Viscondes de Villa Nova de Cerveira, e hoje na casa dos Condes dos Arcos, como escrevem o m[es]mo Villas Boas ubi supra, e o P. Ant[onio] Carvalho da Costa na sua Corografia Portugueza tom. 2. L. 2. mat. 2. cap. 1.; huma e outra casa das illustrissimas deste Reino.

846 O Conde D. Pedro no seu nobiliario [nota lateral: tit. 64] a esta familia dos Britos lhe da principio em D. Oeiro de Brito. [...]

847 D. João Baptista [Lavanha?] nas notas

ao Conde D. Pedro [nota lateral: p. 353] diz que o nome deste Cavaleiro era o de Soeiro de Brito,

hum dos Ricos Homens no tempo del Rei D. Affonso VI de Castella: o m[es]mo escreve o Marques de Monte Bello nas m[es]mas notas p. 353, e acrescenta q[ue] como estes Cav[aleir]os tiverão o seu prim[eir]o assento nos Arcos de Val-de-vez, ha m[ui]tas casa com este appellido p[o]r aquelles lugares. E sendo D. Oeiro, ou Soeiro de Brito ja rico Homem (primeira nobreza daqueles tempos) no tempo de d. affonso VI basta a esta Familia tão nobre e esclarecida antiguid[ad]e, sem inquietarmos fabulas. Alex. Ferr. Memor. dos Templar. part. 1. tom. 2. [...?] 2. pag. 753 n. 843, p. 755 n. 846 e 847. [3]

que foi hum dos Ricos Homens no tempo del Rei D. Affonso VI de Castella: o mesmo escreve o Marques de Monte Bello nas mesmas notas [nota lateral: p. 353], e acrescenta que como estes Cavaleiros tiverão o seu primeiro assento nos Arcos de Val-de-vez, ha muitas casa com este appellido por aquelles lugares. E sendo D. Oeiro, ou Soeiro de Brito ja rico Homem (primeira nobreza daqueles tempos) no tempo de d. affonso VI basta a esta Familia tão nobre e esclarecida antiguidade, sem inquietarmos fabulas. (*Memorias, e Noticias Historicas da Celebre Ordem Militar dos Templarios na Palestina, pp.753-755, 1735*)

(Na margem esquerda) NB. o A. não teve presente o Elogio de Fr. Bernardo de Brito donde, em melhor versam se deve tirar mais alg[um]a cousa q[ue] aqui de para os Briteiros.

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

[3]FERREIRA, Alexandre. *Memorias, e Noticias Historicas da Celebre Ordem Militar dos Templarios na Palestina*, Para a historia da admiravel Odem de Nosso Senhor Jesu Christo em Portugal. Tomo Segundo da Parte Primeira. Dedicadas a ElRey Nosso Senhor D. Joaõ V. escritas pelo Doutor Alexandre Ferreira, (...) Lisboa Occidental, Na Oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M.DCC.XXXV. (1735) Com todas as licenças necessarias.

Bugalhos. Rui Paes Bugalhos e seus irmãos se appellidarão Bugalhos, sendo alcunha esta, q[ue] ficou em appellido, p[o]r q[ue] a sua ascendencia era dos de Balsar, e Evora, e Esperada de q[ue] o Conde D. Pedro fez o tit. 71. Este Fidalgo Ruy Paes Bugalho fou m[ui]to privado del Rei D. Dinis, e seu vassallo, e o foi tambem do Inf[ant]e D. Affonso irmão del Rei. Em Santarem casou hum irmão de Ruy Paes, como diz o Conde D. Pedro, e na propria Villa residio tambem elle p[o]r ser Açoeiro del Rei D. Dinis. Com este titulo de Açoeiro seu o nomeia o referido Rei, confirmando-lhe no anno de 1290 huma casa q[ue] o Inf[ant]e D. Affonso seu Irmão lhe dera em Arronches. O Solar desta familia he a quinta de [Espesade?] na Freguezia de Santiago de [Costoxas] do Julgado da Maia, a qual com duas aldeas, q[ue] estão em Espesade de Jusão, e em Espesade de Sujão em tempo del Rei D. Dinis trazia honradas Rui Paes Bugalho, e sua Irmã D. Tareja Paes Bugalhos por serem da sua avoenga. Fr. F. Brand. Mon. p. 6. l. 18. c. 2. [1]

[...]Rui Paes Bugalhos e seus irmãos se appellidarão Bugalhos, sendo alcunha esta, que ficou em appellido, por que a sua ascendencia era dos de Balsar, e Evora, e Esperada de que o Conde D. Pedro fez o tit. 71. Este Fidalgo Ruy Paes Bugalho fou muito privado del Rei D. Dinis, e seu vassallo, e o foi tambem do Infante D. Affonso irmão del Rei. Em Santarem casou hum irmão de Ruy Paes, como diz o Conde D. Pedro, e na propria Villa residio tambem elle por ser Açoeiro del Rei D. Dinis. Com este titulo de Açoeiro seu o nomeia o referido Rei, confirmando-lhe no anno de 1290 huma casa que o Infante D. Affonso seu Irmão lhe dera em Arronches. O Solar desta familia he a quinta de Espesade na Freguezia de Santiago de Costoxas do Julgado da Maia, a qual com duas aldeas, que estão em Espesade de Jusão, e em Espesade de Sujão em tempo del Rei D. Dinis trazia honradas Rui Paes Bugalho, e sua Irmã D. Tareja Paes Bugalhos por serem da sua avoenga. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Governador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Bulhões. o appellido de Bulhões parece estrang[eir]o e não he fora de caminho crer q[ue] ficarão neste Reino de alg[um] Francez illustre parente do inclito Duque de Lorena Gotfredo, posto q[ue] se não possa afirmar com a segurança necess[ari]a, p[o]r falta de escrituras q[ue] são as verd[adeir]as guias nestas antiguid[ad]es. Dos bulhões persevera ainda alg[um]a nobreza e traz p[o]r armas e campo de prata huma cruz chão de vermelho, em cada ponta tres bolotas de verde com os casculhos de ouro, e p[o]r timbre huma espada de vermelho, e a cada banda tres bolotas como as das armas. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. L. 14 c. 13. [1]

[...]o appellido de Bulhões parece estrangeiro e não he fora de caminho crer q[ue] ficarão neste Reino de algum Francez illustre parente do inclito Duque de Lorena Gotfredo, posto que se não possa afirmar com a segurança necessaria, por falta de escrituras que são as verdadeiras guias nestas antiguidades. Dos bulhões persevera ainda alguma nobreza e traz por armas e campo de prata huma cruz chão de vermelho, em cada ponta tres bolotas de verde com os casculhos de ouro, e por timbre huma espada de vermelho, e a cada banda tres bolotas como as das armas. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Bulla da Cruzada. El Rei D. João I na madrugada do dia da Batalha de Aljubarrota na Missa tomou do Arcebispo Primaz o sinal da Cruz, q[ue] havia concedido contra os scismaticos castelhanos o Papa Urbano VI e foi huma cruz vermelha de seda q[ue] poz no peito; e á imitação del Rei puzerão os mais semelh[ant]es cruces, a q[ue] se seguio a benção Pontificaldo Arcebispo, em q[ue] publicou a indulgensia da cruzada solemnem[en]te. Fernão Lopes Chron del Rei D. João I cap. 42. [1]

El Rei D. Duarte em o começo do anno de 1436 se foi a Estremoz, onde veio a elle p[o]r Delegado do Papa Eugenio IV, D. Gomes Portuguez, q[ue] então era D. Abbade em Florença, e depois p[o]r seus merecimentos foi Prior de Santa Cruz de Coimbra; o qual entre outras cousas com q[ue] veio, trouxe a el Rei a Bulla da Cruzada contra os Infieis, a qual no Concilio de Ferrára o Conde de Ourem requerera e se concedeo. Rui de Pina, Chr. d'el Rei D. Duarte c. 13. [2]

O Papa innocencio VIII no anno de 1485 concedeo a El Rei D. João II a cruzada p[ar]a a guerra de Africa, com g[ran]des indulg[enci]as e remissões de pecados aos q[ue] p[ar]a ella contribuirem certa soma logo taxada seg[un]do a qualid[ad]e das pessoas e possibilid[ad]es das fazendas de cada hum. Id. Chron. del Rei D. J. II c. 20. [3]

O Papa Gregorio XIII eleito em 1572, e morto em 1585 concedeo as indulg[enci]as da cruzada aos Reinos de Portugal p[ar]a [sahidio?] dos soldados da Africa, q[ue] armados sempre e em vela naquellas fronteiras defendem as p[ar]tes da Hespanha e da Christand[ad]e contra a invasão dos Mouros.

El Rei D. João I na madrugada do dia da Batalha de Aljubarrota na Missa tomou do Arcebispo Primaz o sinal da Cruz, que havia concedido contra os scismaticos castelhanos o Papa Urbano VI e foi huma cruz vermelha de seda que poz no peito; e á imitação del Rei puzerão os mais semelhantes cruces, a que se seguio a benção Pontificaldo Arcebispo, em que publicou a indulgensia da cruzada solememente. (*Chronica delRey D. João I, 1644*)

El Rei D. Duarte em o começo do anno de 1436 se foi a Estremoz, onde veio a elle por Delegado do Papa Eugenio IV, D. Gomes Portuguez, que então era D. Abbade em Florença, e depois por seus merecimentos foi Prior de Santa Cruz de Coimbra; o qual entre outras cousas com que veio, trouxe a el Rei a Bulla da Cruzada contra os Infieis, a qual no Concilio de Ferrára o Conde de Ourem requerera e se concedeo. (*Chronica delRey D. Duarte, 1790*)

O Papa innocencio VIII no anno de 1485 concedeo a El Rei D. João II a cruzada para a guerra de Africa, com grandes indulgencias e remissões de pecados aos que para ella contribuirem certa soma logo taxada segundo a qualidade das pessoas e possibilidades das fazendas de cada hum. (*Chronica delRey D. João II, 1792*)

[1]LOPES, Fernão, 1380?-1460. Chronica Del Rey D. Ioam I. De Boa Memoria, E dos Reys de Portvgal o Decimo. Primeira Parte. Em Qve se contem A Detensam Do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade Del Rey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez. Anno del644. Em Lisbôa. Com todas as licenças necessárias. A custa de Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S.

[2]PINA, Ruy de. Chronica d'elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos

Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[3]PINA, Ruy de. Chronica d'ElRei Dom João II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

Dsc01445

Cabelleira. O uso das cabelleiras parece haver começado entre os Portuguezes no Reinado del Rei D. João III. Na comedia Eufrozina, act. I scn. 1 [1] a qual o seu Author offerece ao Principe D. João filho do dito Rei, diz hum actor mancebo, protestando ser pouco afeiçoado a modas: e o sabeis mais de mi, q[ue] se viêra em tempo de cabelo copado, não me houvereis de tomar cem cabelleira p[o]r mais calvo q[ue] fora”.

Proemio ao Principe. N. S. (p.2).

Sabey mays de mi, que fe viera em t~epo de cabelo copado, nã me ouuerays de tomar com cabeleyra por mais calvo que fora. (*Comedia Eufrosina, 1560*)

[1] VASCONCELOS, Jorge Ferreira de, 1515-1585. *Comedia Eufrofina. De nouo reuifta, & em partes acresc~etada. Impreffa em Coimbra. Por Ioã de Barreyra, Imprefor da Vniuerfidade; Aos dez de Mayo. M. D. LX. [1560]. Ato I. Cena I. p.14.*

Cabello. O usar de variedade na forma do cabelo em diff[eren]tes tempos se vio em Portugal como em Castella, e he materia q[ue] como qualquer outro costume pode ser admittido e todas as nações lhe dão approvação, salvo se a demasiada curiosid[ad]e lhe não afeiar a respeitavel magestade, q[ue] com estes artificios se pretende acrescentar nos rostos dos homens. Assim o uso do cabelo comprido, como o dos topetes levantados foi apadrinhado em duas das maiores cabeças da Europa, o Imperador Carlos V, e seu filho D. João da Austria. Usou o Imperador de guedelhas e cabelo comprido até o anno de 1529 no qual p[o]r causa de huma enferm[ad]e cortou o cabelo; e logo p[o]r se lhe conformarem os mais da corte, o cortarão tambem. De topete levantado usou D. João da Austria ajudando, como dizem, com levantar o cabelo, o ar, e a gravid[ad]e do rosto, q[ue] p[o]r não ter a testa espaçosa e alta; ficava menos airoso com o cabelo cahido e sobreposto. Por outra enferm[ad]e, q[ue] el Rei Francisco da França teve cortou o cabelo, e tambem seus vassallos o imitarão como escreve Henrique Engelgrave allegando a Famiano Strada, e outros no [parágrafo] 3 da sexta Dominga depois da Pascoa.

Nos principios de Portugal se usava de cabelo comprido com melenas, e assim se acha a figura do rosto ao natural del Rei D. Affonso Henriques em huma doação q[ue] fez a D. Gonçalo de Sousa de certa herdade, com obrigação de a deixar ao Mosteiro de Pombeiro, na qual conservada no cartorio daquela casa, sobre as firmas del Rei e da Rainha, estão os rostos de ambos retratados, e o del Rei com o cabelo e guedelhas compridas.

Neste tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques devia ser costume geral em Hespanha o cabelo comprido, mas ainda q[ue] se costumava, não deixava p[o]r ser julgado p[o]r menos modesto do q[ue] convem á severid[ad]e Hespanhola. Por esta causa os Cavaleiros q[ue] instituirão naquelle tempo a ordem militar e

O usar de variedade na forma do cabelo em differentes tempos se vio assi em Portugal como em Castella, e he materia que como qualquer outro costume pode ser admitida, e todas as naçoens lhe dão approvação, salvo se a demasiada curiosidade lhe não afeiar a respeitavel magestade, que com estes artificios se pretende acrescentar nos rostos dos homens. Assim o uso do cabelo comprido, como o dos topetes levantados foi apadrinhado em duas das maiores cabeças de Europa, o Emperador Carlos V, e seu filho D. Ioão de Austria, usou o Emperador de guedelhas, e cabelo comprido até o anno de 1529. no qual por causa de huma enfermidade cortou o cabelo, e logo por se lhe cõformar~e os mais da corte, o cortarão tamb~e. De topete levãtado usou D. João de Austria ajudãdo, como dizem, com levantar o cabelo, o ar, e a gravidade do rosto, que por não ter a testa espaçosa, e alta, ficava menos airoso com o cabelo cahido e sobreposto. Por outra enfermidade, que El Rey Francisco da França teve, cortou o cabelo, e tambem seus vassallos o imitarão, como escreve Henrique Engelgrave alegando a Famiano Strada, e outros no [parágrafo] 3 da sexta Dominga depois da Paschoa.

Nos principios de Portugal se usava cabelo comprido com melenas, e assi se acha a figura do rosto ao natural del Rey D. Afonso Henriques em hua doação que fes a D. Gonçalo de Sousa de certa herdade, com obrigação de a deixar ao Mosteiro de Pombeiro, na qual conservada no cartorio daquela casa, sobre as firmas d'el Rey, e da Rainha, estão os rostos de ambos retratados, e o d'el Rey com o cabelo e, guedelhas cõpridas.

[...]

Neste tempo del Rei D. Afonso Henriques devia ser costume geral em Hespanha o cabelo comprido, mas ainda que se costumava, não deixava de ser julgado por menos modesto do que convem á severidade Espanhola. Por esta causa os Cavaleiros que instituirão naquelle tempo a ordem Militar e Cavalaria de Santiago, offerecendose a servir a Deos naquelle modo de

Cav[alari]a de Santiago, offerecendo se a servir a Deos naquelle modo de vida, pelejando pela fé contra os Mouros, se reformarão nos trajos e vestidos custosos, e juntam[en]te não permitirão entre si o uso de guedelhas, e cabelo comprido, moderação, q[ue] lhes louva m[ui]to o Cardeal Alberto, na regra e estatutos q[ue] p[or] mandado do Papa Alex[andr]e III deo á nova Cav[alari]a confirmada então p[or] aquelle Pontifice. Vestibus que praetiosis, longorum que capillorum usui renuntiavere (L. da Ord. de S. Thiago. Tribun. da Meza da Consciencia, e Ordens fol. 303.

Em fim Portugal se não despedio das guedelhas e cabelo comprido, p[or] q[ue] usava em tempo d'el Rei D. João II o qual p[or] luto na morte do Principe seu filho cortou o cabelo, como se pode ver na sua Chronica. Fr. F. Brand. Monar. part. 6 l. 18. c. 34. [1]

(B. m[ui]to ha q[ue] accrescentar aqui – só na Nobiliarchia apparecem especies [dignos?]) [2]

vida, pelejando pela fé contra os Mouros, se reformarão nos trajos e vestidos custosos, e juntam[en]te não permitirão entre si o uso de guedelhas, e cabelo cõprido, moderação, que lhes louva muito o Cardeal Alberto na regra e statutos que por mandado do Papa Alexandre III deu á nova Cavalaria confirmada então por aquelle Pontifece. *Vestibus que praetiosis, longorum que capillorum usui renuntiavere.* [nota lateral: *L. da Ordem de S. Tiago Tribunal da Mesa da Consciencia, e Ordens fol. 303*]

[...] Em fim Portugal se não despedio das guedelhas e cabelo comprido, porque se usava em tempo del Rei D. João o II o qual por luto na morte do Principe seu filho cortou o cabelo, como se pode ver na sua Chronica. (*Monarquia Lusitana, pp.143-144, 1672*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaca, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiao de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2] Esta anotação foi feita pelo copista e não consta no Manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa.

Cabo de S. Vicente. Aquella ponta de terra montruosa q[ue] hoje chamamos Cabo de S. Vicente, antig[amen]te se chamava Promontorio Sagrado, p[o]r estar alli o sepulcro de Tubal primeiro Pai da nossa nação, e tambem o de Hercules, hum dos mais famosos e amados Reis da Lusitania. P. Vieira. Serm. tom. 4. p. 406. n. 435. [1] Veja-se Promontorio sacro.

Aquella ponta de terra monstruosa, q' hoje chamamos Cabo de S. Vicente, antigamente se chamava Promontorio sagrado, por estar alli o sepulcro de Tubal primeiro Pay da nossa Nação, e tambem o de Hercules, hum dos mais famosos, e amados Reis da Lusitania. (*Sermoens do P. Antonio Vieira*, p. 406, n. 435, 1685)

[1] VIEIRA, P. Antonio. Sermoens do P. Antonio Vieira, da companhia de Jesu, Prêgador de Sua Magestade. Quarta Parte. Em Lisboa. Na Officina de Miguel Deslandes. A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mecador de Livros. M.DC.LXXXV [1685]. Com todas as licenças, e Privilegio Real.

Paginação e número indicados por Pedro José da Fonseca são os mesmo encontrados na edição supracitada, o que nos leva a crer ter sido mesmo essa a edição consultado pelo compilador do verbete.

Cabraes. Os desta familia tem p[ara] si q[ue] ficarão em Hespanha do tempo dos gregos, e q[ue] suas armas (q[ue] são duas cabras passantes armadas de purpura e de preto, e por timbre huma das cabras do escudo) as tomou Carano Rei da Grecia, seg[un]do escreve Solino, q[uan]do o Oraculo de Apollo lhe mandou q[ue] puzesse a cabeça de seus Estados no lugar onde o guiasse humas cabras. Porem sem fazer contas tão atrasadas, e vindo ao q[ue] toca ao nosso Reino, não ha duvida, como se mostra p[or] escrituras, q[ue] no reinado de D. Affonso III occuparão os Cabraes Lugares mui honrados e nelles permanecem o senhorio de Belmonte; e de outras m[ui]tas terras, com huma das preeminencias mais notaveis q[ue] pode ser ha em m[ui]tas p[ar]tes do mundo, o qual he não darem homenagem a El Rei dos Castellos, se lhes entregar, como se ainda hoje conserva na Casa de Belmonte. Fr. A. Brand. Monar. part. 4. L. 15. c. 36. [1]

Os desta familia tem pera si, q' ficarão em Espanha do t~epo dos Gregos, e que suas armas (que são duas cabras passantes armadas de Purpura, e de preto, e por timbre hua das cabras do escudo) as tomou Carano Rey da Grecia, segundo escreve Solino, e Iustino, quando o Oraculo de Apolo lhe mandou que possesse a cabeça de seus estados no lugar aonde o guiasse huas cabras. Porem sem fazermos contas tão atrasadas, e vindo ao que toca a nosso Reyno, não ha duvida que nestes t~epos antigos em q' corre a nossa historia ocuparaõ os Cabrais lugares muy honrados, como iremos vendo, e nelles permaneceo o senhorio de Belmonte, e de outras muitas terras com hua das preeminencias mais notaveis que pode ser ha em muita parte do mundo, a qual he não darem omenagem a elRey dos Castellos, se lhe entregaõ, como se inda hoje conserva na casa de Belmonte. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Caçador mór. O Officio de Caçador mór foi diverso do off[ici]o de Monteiro mór. O prim[eir]o respeitava à caça de volataria, e o seg[un]do a caça de montaria, e ambos se unirão com o tempo no Officio de monteiro mór. Este Officio de Caçador mór nos parece ser o m[es]mo q[ue] o de Falconeiro mór, de q[ue] falla a Chronica del Rei D. Fernando, apontando nelle a João Gonçalves até o anno de 1370, e ao depois Giraldo Fernandes...O Regim[en]to dos Caçadores mores foi dado p[o]r el Rei D. Sebastião no anno de 1568 e quasi todo resp[eit]a aos falcões...

Gonçalo Annes he o prim[eir]o Caçador mór de q[ue] achamos memoria, e teve este off[ici]o no reinado del Rei D. Affonso V pelos annos de 1449 como consta da Chancellaria deste Principe. D. L. Caet. de Lima, Geog. Hist. t. 1. p. 345. [1]

O Officio de Caçador mór foy diverso do officio de Monteiro mór. O primeiro respeitava à caça de volataria, e o segundo a caça de montaria; e ambos se unirão com o tempo no Officio de Monteiro mór.

Este Officio de *Caçador mór* nos parece ser o mesmo, que o de *Falconeiro mór*, de que falla a Chronica delRey D. Fernando, apontando nelle a *João Gonçalves*, até o anno de 1370. e ao depois a *Giraldo Fernandes*. [...] O Regimento dos Caçadores mores foy dado por ElRey D. Sebastião no anno de 1568. e quasi todo respeita aos falcoens [...].

Gonçalo Annes, he o primeiro Caçador mór de que achamos memorias, e teve este Officio no reynado delRey D. Affonso o V. pelos annos de 1449. como consta da Chancellaria deste Principe. (*Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, 1734*)

[1]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. Joaõ o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

Çaga, vem a ser o m[es]mo q[ue] retaguarda no ex[erci]to. No foral de Estremoz por el Rei D. Diniz à Villa de Aljazar a 12 de Nov[embr]o de 1280 entre outros privilegios concedidos a seus moradores he um delles q[ue] os Cav[aleir]os desta Villa não teriam a çaga no exer[ci]to del Rei – Milites de Aljozul non tenant çagam in exercitu Regis. (Liv. 1. d’el Rei D. Dinis fol. 33. Era o privilegio, q[ue] não tivessem o lugar da retaguarda por ser menos perigoso, e occupado sempre da gente de menos confiança. E assim em outros m[ui]tos foraes. Com a vinda dos Inglezes em tempo d’el Rei D. Fernando se variarão os nomes, e reduzirão a maior policia a milicia. Fr. F. Brand. Mon. p. 5 – l. 16. c. 29. [1]

Em Estremoz deu foral á villa de Aljazar a doze de Novembro [nota lateral: 1280], e entre outros privilegios que concede a seus moradores, he hu delles, que os cavaleiros desta Villa não teriam a çaga no exercito delRey. *Milites de Aljazul non teneant çagam in exercitu Regis*. [nota lateral: Liv. I. del Rey D. Dinis fol. 33]. [...] vem a ser o mesmo que *retagoarda*. Era o privilegio que não tivessem o lugar da retagoarda, por ser menos perigoso, e occupado sempre da gente de menos confiança. [...] No foral [...] diz o mesmo [...] Da mesma maneira no foral [...] com a vinda dos Inglezes em tempo delRey Dom Fernando se variarão os nomes, e reduzirão a maior policia a milicia. (*Monarquia Lusitana*, pp. 57-57v, 1650)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Çalemas. Na era de 1231 q[ue] o anno de Christo de 1193 em o mez de Julho Martim Martins, com seu filho, vende ao Abbade de Lorvão D. Affonso huma herdade no Lugar de Saas e nesta escritura está o nome de Pero Çalema entre outros q[ue] assignão (Livro das Doações de Lorvão fol. 7). Os Çalemas tem p[o]r armas em campo verde hum Castello de Ouro coberto e lavrado, e portas de preto; huma bordagem azul com sete peixes, Çalemas de prata, e p[o]r timbre o m[es]mo Castello das armas. *Fr. A. Brand. Mon. part. 4 l.12. c. 23.* [1]

Os Çalemas possuem morgado em Alcacer do Sal, ganhado pelos Portuguezes aos Mouros em 1158 e se tem p[o]r descend[en]tes dos principaes conquistadores.*id. ibid. p.3. l. 20. c.39.* [2]

Na era de 1231 que o anno de Christo de 1193 em o mez de Julho Martim Martins, com seu filho, vende ao Abbade de Lorvão D. Affonso huma herdade no Lugar de Saas e nesta escritura está o nome de Pero Çalema entre outros que assignão (Livro das Doações de Lorvão fol. 7). Os Çalemas tem por armas em campo verde hum Castello de Ouro coberto e lavrado, e portas de preto; huma bordagem azul com sete peixes, Çalemas de prata, e por timbre o mesmo Castello das armas. (*Quarta Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

Os Çalemas possuem morgado em Alcacer do Sal, ganhado pelos Portuguezes aos Mouros em 1158 e se tem por descendentes dos principaes conquistadores. (*Terceira Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Calheiros. D. Nuno Soares o velho, descend[en]te de D. Arnaldo de Bayam p[o]r via de D. Goido Araldes seu filho, foi hum dos comp[anheir]os de Gonçalo da Maia na Guerra contra os Mouros em tempo del Rei D. Affonso Henriques. De Nuno Soares procedem alem de outros os Calheiros, e Carpinteiros como adverte particularm[en]te o Conde D. Pedro tit. 21. Os Calheiros tem p[o]r armas em campo azul cinco Vieiras de prata, e ao pé tres estrellas do seg[un]do em faxa de cinco pontas cada huma, e as Vieiras estendidas de preto, e p[o]r timbre dois Bordões de prata em aspa com huma vieira das armas atadas com hum Torçal azul, ferrados de azul. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 11. c. 17. [1]

D. Nuno Soares o velho, descendente de D. Arnaldo de Bayam por via de D. Goido Araldes seu filho, foi hum dos companheiros de Gonçalo da Maia na Guerra contra os Mouros em tempo del Rei D. Affonso Henriques. De Nuno Soares procedem alem de outros os Calheiros, e Carpinteiros como adverte particularmente o Conde D. Pedro tit. 21. Os Calheiros tem por armas em campo azul cinco Vieiras de prata, e ao pé tres estrellas do segundo em faxa de cinco pontas cada huma, e as Vieiras estendidas de preto, e por timbre dois Bordões de prata em aspa com huma vieira das armas atadas com hum Torçal azul, ferrados de azul. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc01459

Çaloios – Este nome de Çaloio ficou em todo termo de Lisboa, q[uan]do foi tomada ao Mouros, os m[es]mos Mouros p[o]r moradores q[ue] d’antes erão. Nem podia ser menos, q[ue] hum Rei de tão pequeno Reino, com q[ue] começou tamanhas conquistas q[ue] foi povoando, podesse ter povoadores p[ar]a tudo, de pessoas Portuguezas, e mais ficar com exercito bastante.

Pois nem os Reis Catholicos, na conquista do Reino de Granada, o puderão logo povoar sendo já senhores da maior p[ar]te da Hespanha, e p[o]r isso deixarão os m[es]mos Mouros, nos m[es]mos Lugares em suas fazendas, com pagarem o m[es]mo q[ue] dantes pagavão aos Reis Mouros, e antes chamavão Mudejares, q[ue] quer dizer tributarios. E o m[es]mo se fez no termo de Lisboa, deixando el Rei D. Affo[ns]o Henriques como se diz na sua chronica) ficar os Mouros della em suas fazendas e lugares pagando o m[es]mo q[ue] aos seus Reis Mouros, q[ue] he o quarto de todas as suas novid[ad]es, como vedes hoje o pagão, e antes chamavão não Mudejares como os de Ronda e Granada, senão çaloios, q[ue] era o nome mais nobre resp[ei]t[?]o delles, q[ue] quer dizer gente de çalaa, e daquella seita de Mouros, e o m[es]mo foi no Reino de Algarve, em tempo del Rei D. Dinis. E o q[ue] entre nos significava Christão seja Portuguez ou Italiano, ou d’outra nação, he entre elles [miscellaneo?], de maneira q[ue] çaloio quer dizer Mouro. Não p[o]r ser da Mauritania se não daquella seita; p[o]r onde estes çaloios não ha duvida serem e procederem destes q[ue] el Rei D. Aff[ons]o Henriques deixou p[o]r todo o termo de Lisboa, e logo tambem o mostram p[o]r q[ue] são m[ui]to barbaros, porem de tal se forão fazendo Christãos, e esquecendo

Dsc01460

sua progenia, q[ue] nem memoria tem disso, mais q[ue] a retenção do nome çaloios. Mig. Leitão d’Andr. Misc.Dial. 12. p.341. [1]

Este nome de Çaloio ficou em todo termo de Lisboa, quando foi tomada ao Mouros, os mesmos Mouros por moradores que d’antes erão. Nem podia ser menos, que hum Rei de tão pequeno Reino, com que começou tamanhas conquistas que foi povoando, podesse ter povoadores para tudo, de pessoas Portuguezas, e mais ficar com exercito bastante.

Pois nem os Reis Catholicos, na conquista do Reino de Granada, o puderão logo povoar sendo já senhores da maior parte da Hespanha, e por isso deixarão os mesmos Mouros, nos mesmos Lugares em suas fazendas, com pagarem o mesmo que dantes pagavão aos Reis Mouros, e antes chamavão Mudejares, que quer dizer tributarios. E o mesmo se fez no termo de Lisboa, deixando el Rei D. Afonso Henriques como se diz na sua chronica) ficar os Mouros della em suas fazendas e lugares pagando o mesmo que aos seus Reis Mouros, que he o quarto de todas as suas novidades, como vedes hoje o pagão, e antes chamavão não Mudejares como os de Ronda e Granada, senão çaloios, que era o nome mais nobre resp[ei]t[?]o delles, que quer dizer gente de çalaa, e daquella seita de Mouros, e o mesmo foi no Reino de Algarve, em tempo del Rei D. Dinis. E o que entre nos significava Christão seja Portuguez ou Italiano, ou d’outra nação, he entre elles miscellaneo, de maneira que çaloio quer dizer Mouro. Não por ser da Mauritania se não daquella seita; por onde estes çaloios não ha duvida serem e procederem destes que el Rei D. Afonso Henriques deixou por todo o termo de Lisboa, e logo tambem o mostram porque são muito barbaros, porem de tal se forão fazendo Christãos, e esquecendo

sua progenia, que nem memoria tem disso, mais que a retenção do nome çaloios. (*Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande, 1629*)

[1]ANDRADE, Miguel Leitão de. *Miscellanea do sitio de*

N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande : apparecimto. De sua
sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa (...)
com mtas. curiosidades e poezias diversas por Mighel
Leitão d^aAndra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629.

Calvario. – Era certa moeda de ouro de 22 quilates e também chamavão cruzados, q[ue] mandou lavrar el Rei D. João III com o valor de 400 reis, q[ue] depois subio a 600 reis. Tinha de huma p[ar]te a cruz sobre o monte Calvario, q[ue] daqui tomou o nome com a letra em roda: In hoc signo vinces: da outra banda o escudo Real coroadado, e a letra: Juam III Port. et Alogary. R. D. Guin. – Juar. Bap. de Castr. Mapp. de Port. tom. 1. part. 1 cap. 12. p. 180 n. 8. [1]

Era certa moeda de ouro de 22 quilates e também chamavão cruzados, que mandou lavrar el Rei D. João III com o valor de 400 reis, que]depois subio a 600 reis. Tinha de huma parte a cruz sobre o monte Calvario, que daqui tomou o nome com a letra em roda: In hoc signo vinces: da outra banda o escudo Real coroadado, e a letra: Juam III Port. et Alogary. R. D. Guin. (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1]CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

Calvos. Do appellido de Calvo he memoria em alg[um]as escrituras do Mosteiro de Lorvão. Em huma passada no mez de Fev[ereir]o de 1216 q[ue] he o anno de 1178 Martim Calvo com os seus enteados Pedro e Paio largão ao Abbade D. Pai e seu convento certa herdade q[ue] possuem no lugar de Larzana junto ao monte Buzaco no territorio de Coimbra p[ar]a a p[ar]te do Botão. Os desse appellido tem p[or] Armas o campo esquartellado, ao prim[eir]o de vermelho cinco Fivellas de parata em aspa; ao seg[un]do cinco vieiras de prata, e sobre tudo hum escudo de ouro, com hum Lobo pardo de sua côr; e p[or] timbre o m[es]mo Lobo pardo das armas. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. l.12. c.33. [1]

Do appellido de Calvo he memoria em algumas escrituras do Mosteiro de Lorvão. Em huma passada no mez de Fevereiro de 1216 que he o anno de 1178 Martim Calvo com os seus enteados Pedro e Paio largão ao Abbade D. Pai e seu convento certa herdade que possuem no lugar de Larzana junto ao monte Buzaco no territorio de Coimbra para a parte do Botão. Os desse appellido tem por Armas o campo esquartellado, ao primeiro de vermelho cinco Fivellas de parata em aspa; ao segundo cinco vieiras de prata, e sobre tudo hum escudo de ouro, com hum Lobo pardo de sua côr; e por timbre o mesmo Lobo pardo das armas (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc01469

Camareiro Mór. Este officio da Caza Real parece ter principiado em João Rodrigues de Sá, q[ue] chamarão o das galés, p[o]r q[ue] até aquelle tempo os Reposteiros mores exercitavão o off[ici]o de Camareiros móres. Estimou tanto el Rei D. João I a João Rodrigues de Sá, que confirmando o Officio de Camareiro mór, p[o]r morte d'elle a seu filho Fernão de Sá no anno de 1425 diz q[ue] p[ar]a conservar a boa memoria de tão honrado Cav[aleir]o em seus filhos e descend[en]tes fazia esta mercê: accrescentou hum elogio de João Rodrigues merecedor de se trasladar no lugar presente p[o]r credito da familia de Sá, benemerita de m[ui]tas do Reino. São as palavras del Rei D. João as q[ue] se seguem, declarando serviços do defunto. (L.4 d'el Rei D. João I fol. 113.

Des do começo da guerra, q[ue] houvemos com el Rei D. João, e com outros Reis de Castella, até seu finamento, assim em começo do cerco de Lisboa, e da batalha Real, como em todo[los?] mesteres[?] em quanto durou, e ainda na tomada de Cepta, e p[o]r nos parazer sua nobre fama de cavallaria, non t[...?] somente ser galardeada a elle em sua vida, mas ainda depois de sua morte, polo del, a seus filhos, e q[ue] em elles polo seu, seja conservada, e accrescentada, e lembrada sua boa memoria e fama, e p[o]r darmos bons exemplos a todos para terem vontade de bem fazerem e servirem, e obrarem de bons feitos. Com palavras tão merecidas manifestou el Rei D. João a gratificação Real, q[ue] nelle respladeceo, honrem a memoria de tão leal vassallo, e estimulem a todos com incitam[en]tos de generosos. Fr. F. Brand. Mon. p. 5. l. 17. c. 20. [1]

O prim[eir]o camareiro mor de q[ue] fallão as memorias,

Dsc01470

he João Fernandes, no reinado del Rei D. Affonso III pore não duvidando de q[ue] já houvesse este Officio em Portugal, como consta q[ue] o houve em Hespanha do tempo dos Godos, não continuava ao q[ue] parece, no reinado del Rei D. Dinis; pois assinando varios

[...]Este officio da Caza Real parece ter principiado em João Rodrigues de Sá, que chamarão o das galés, por que até aquelle tempo os Reposteiros mores exercitavão o officio de Camareiros móres. Estimou tanto el Rei D. João I a João Rodrigues de Sá, que confirmando o Officio de Camareiro mór, por morte d'elle a seu filho Fernão de Sá no anno de 1425 diz que para conservar a boa memoria de tão honrado Cavaleiro em seus filhos e descendentes fazia esta mercê: accrescentou hum elogio de João Rodrigues merecedor de se trasladar no lugar presente por credito da familia de Sá, benemerita de muitas do Reino. São as palavras del Rei D. João as que se seguem, declarando serviços do defunto. (nota lateral - L.4 d'el Rei D. João I fol. 113.)

Des do começo da guerra, que houvemos com el Rei D. João, e com outros Reis de Castella, até seu finamento, assim em começo do cerco de Lisboa, e da batalha Real, como em todo los mesteres em quanto durou, e ainda na tomada de Cepta, e por nos parazer sua nobre fama de cavallaria, non tão somente ser galardeada a elle em sua vida, mas ainda depois de sua morte, polo del, a seus filhos, e que em elles polo seu, seja conservada, e accrescentada, e lembrada sua boa memoria e fama, e por darmos bons exemplos a todos para terem vontade de bem fazerem e servirem, e obrarem de bons feitos. Com palavras tão merecidas manifestou el Rei D. João a gratificação Real, que nelle respladeceo, honrem a memoria de tão leal vassallo, e estimulem a todos com incitamentos generosos. *(Monarquia Lusitana, 1650)*

O primeiro camareiro mor de que fallão as memorias,

he João Fernandes, no reinado del Rei D. Affonso III pore não duvidando de que já houvesse este Officio em Portugal, como consta que o houve em Hespanha do tempo dos Godos, não continuava ao que parece, no reinado del Rei D. Dinis; pois assinando vários

officiaes mores nas escrituras do seu tempo, se não acha entre elles o titulo de Camareiro Mór. Nos reinados dos Reis seus seus (sic) successores encontrão os nomes de diff[eren]tes Camareiros mores q[ue] houve começando em o del Rei D. Pedro I. D. Luiz Caetan. de Lima Geog Hist. tom I. p.347. [2]

Houve tabem em m[ui]tos reinados o Officio de Camareiro Mór nas casas dos Principes e dos Infantes. Id. ibid. p.352. [3]

officiaes mores nas escrituras do seu tempo, se não acha entre elles o titulo de Camareiro Mór. Nos reinados dos Reis seus successores encontrão os nomes de differentes Camareiros mores que houve começando em o del Rei D. Pedro I. (*Geografia Historica, 1734*)

Houve tabem em muitos reinados o Officio de Camareiro Mór nas casas dos Principes e dos Infantes. (*Idem*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

[3]Idem.

CAMERAS

Dsc01467

Cameras. Vej. Zarco.

Camões. Em Portugal tem principio a Familia deste appellido em Vasco Pires de Camões, q[ue] da Galiza passou a servir el Rei D. Fernando de Portugal no anno de 1370. De q[ue]m fosse filho não consta; mas sabe se q[ue] era pessoa tão assinalada, q[ue] logo lhe deo el Rei as villas de Sardoal e Punhete, Marão, Amendua, Concelho de Gestaço, e as terras, q[ue] em Aviz e Estremoz forão da Infanta D. Beatriz; e o fez do seu Conselho; e o q[ue] he mais lhe confiou a Alcaidaria mór de Portalgre, e Alenquer, Lugares notaveis, e cargo de grande confiança e estimação em todos os tempos, e naquelles m[ui]to mais. Seguio depois as p[ar]tes de Castella, e perdendo se em Aljubarrota, lhe ficarão som[en]te alg[um]as terras em Alentejo, onde hoje permanecem Cavall[eir]ros seus successores. Alg[um]as Casas titulares conservam tambem ainda agora este illustre appellido.

Dos Livros dos Brazões juntos p[o]r el Rei D. Manuel, se vê q[ue] as armas dos Camões e Portugal são huma Serpe q[ue] vai passando p[o]r entre dois penhascos de prata em campo verde. Far. e Sous. Vid. de Camões no principio do Lusiad. tom.1. c. 18 B. e Col. 20 C. [1]

Pode tambem ver-se Manuel Severim de Faria nos seus Discursos varios Vida de Luiz de Camões [2]; e Fr. Man. dos Santos, Nov. Lusit. part. 8 .22.c. 23-26-32-44- e Liv. 23. c. 8 [3] e em outros lugares.

[1] CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. *Lvsiadas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe Qvarto El Grande. Comentadas por Manvel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cafa Real [...]. Primero i Segundo Tomo. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros. Vida del Poeta, p. 18-20.*

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Discvrso Varios Politicos por Manuel Severim de Faria Chantre, & Conego da Santa Sé de Evora. Com as licenças necefsarias. Em Evora Impreffos por Manuel Carvalho Impreffor da Vniverfidade. Anno 1624. Vida de Luiz de Camões.*

[3] SANTOS, Frei Manoel dos. *Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos.*

En Portugal tiene principio la familia deste apelido[1] en Vafco Perez de Camo~es, que defde Galicia pafso a fervir al Rey don Fernando de Portugal, el año 1370. [2] De quien fueffe hijo no conftas [3], pero fabefe, que era perfona tan feñalada, que luego le diò el Rey las villas de Sardoal, Puñete, Marão, Amendoa, Concejo de Geftaço, i las tierras que en Avis, i Eftremoz, fueron de la Infante doña Beatriz: i le hizo de fu Concejo; i lo que es mas. le fiò la Alcaydia mayor de Portalegre, i Alenquer, lugares notables, i cargo de gran confiança, i eftimacion en todos tiempos, i en aquellos mucho mas. Siguio despues las partes de Caftilla [4] i perdiendofe en Aljubarrota, le quedaron folamente algunas tierras en Alentejo; adonde oy permaneffen Caualleros fuceffores fuyos (n. IIII. p.18 B).

Del libro de blafones juntos por el Rey don Manuel fe vê que las armas de los Camoens en Portugal fon una fierpe de oro, que vâ paffando entre dos peñafcos de plata en campo verde (n. VI. p.20 C). (*Lvsiadas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España, 1639*)

[1] (con alguna corrupcio, pues dezimos Camoens)

[2] por ventura obligado de las mifmas caufas que obligaron fu gente à perder aquel primer feñorio, i paffarfe a Rubianes.

[3] mas facil~ete pare que lo devia fer, o hermano, de effe Ruy Fernandez, con quien empieça la mamoria defta familia:

[4] (effas eran las buenas)

Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729. Livro 22, caps. 23, 26, 32 e 44; Livro 23, cap. 8.

Dsc01472

Campolide, na visinhança de Lisboa tomou este nome p[o]r causa dos m[ui]tos e g[ran]des combates, q[ue] no anno de 1384 em q[ue] el Rei de Castella D. João I sitiou a sobred[it]a Cid[ad]e, q[ue] valerosam[en]te defendeo o Mestre de Aviz, depois Rei de Portugal D. João I.
[1]

[1]Sem referência bibliográfica.

Dsc01474

Cancioneiro Geral com privilegio em Portuguez que ajuntou e fez imprimir Garcia de Rezende

No fim: Começou-se em Almeyrim e acabou-se na muito nobre e sempre Leal Cidade de Lixboa. Por Berman de Cãpos alemã bombardeyro del Rey nosso senhor e compremydor. Aos XXVIII dias de Setembro da era de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quinhentos e XVI annos.=fol.

Esta obra entra qui por ser huma das mais antigas do prélo portuguez. Della se dá sufficiente informação no Catalogo dos authores e Obras, que se lerão,e de que se tomarão as autoridades para a composição do Diccionario da Lingoa Portugueza. Veja se pag. 79. col. 2. [1]

Como porem alli deixou de advertir se um erro da Bibliotheca Lusitana tom.1 pag. 26 col. 1. [2]se adverte neste lugar; vem a ser: “No Cancioneiro de que foi collector Garcia de Rezende estão alguns versos de Affonso de Albuquerque a fol. 169, 170, e 176 dos quaes se manifesta q[ue] tão versado foi na Poesia como na Historia.”

As trovas, que estão nos sobreditos lugares do Cancioneiro, de nenhum modo podem ser deste Affonso de Albuquerque, a quem o A. da B. L. as attribue. Primeiramente o da pag. 169 V. col. 2. he de D. Affonso de Albuquerque, irmão de D. Garcia de Albuquerque, de quem he a trova, q[ue] em antes sobre o m[es]mo assumpto, e de quem ha varias outras no referido Cancioneiro, o q[ue] se mostra da resposta, q[ue] João Gomes de Abreu dirigio as sobreditos Fidalgos, e aos demais. (Cancion.fol. 171. col.1) [3] Ne, o supposto Affonso de Albuquerque teve Dom, nem irmão algum; e alem disto como consta do argumento das m[es]mas trovas (Cancion. fol. 169 col.2) forão ellas todas feitas sobre materia graciosa e cortezã, segundo o uso daquelle tempo, q[uan]do

Dsc01475

el Rei em Çaragoça, q[ue] foi no anno de 1498 (Goes Chron. Liv. 1. cap. 30) dois antes de haver nascido o supposto Affonso de Albuquerque.

Mas [nesse?] tanto fora necessario averiguar p[ar]a não cahir no sobredito erro se meram[en]te se advertira q[ue] o g[ran]de Affonso de Albuquerque falleceo no anno de 1515 e q[ue] seu filho mudára o nome de Braz em o de Affonso, p[o]r ordem del Rei D. Manuel, depois de chegar ao Reino a noticia da morte de seu pai, e q[ue] sendo impresso o Cancioneiro em 1516 era sem duvida não lhe pertencerem as trovas q[ue] nelle se achão.

O m[es]mo convem à trova da pag. 170 col. 3 feita a respeito do m[es]mo assumpto com outras dos mesmos q[ue] compuzerão as primeiras.

Assim he q[ue] a trova da pag. 176 co. 1. diz ser de Affonso de Albuquerque, e não tem Dom; mas pode ser o m[es]mo q[ue] o antecedente, como he provavel, ou quando sêja outro, he certo não ser o supposto na B. L. pois q[ue] foi feita a certo Fidalgo, q[ue] se diz ser hum dos capitães q[ue] hião a Torques com o Conde de Tarouca, como consta do titulo da primeira do Conde de Vimioso (Cancion. fol.175. col. 3.) e esta armada sahio do porto de Belém a 15 de Junho de 1501. (Goes, Chron. L. 1.cap. 51).[4]

[1]FONSECA, Pedro José da. Dicionario da Lingoa Portugueza publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, Officina da mesma Academia, 1793

[2]MACHADO, Diogo Barbosa. Biblioteca Lusitana : histórica, crítica e cronológica. Lisboa: Occidental na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759.

[3]REZENDE, Garcia de. Cancioneiro geral: cum preuilegio [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalgo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do principe]. - Almeyrym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa: per Hermã de Câmpos, 28 Sete[m]bro 1516.

[4]GOIS, Damião de, 1502-1574. Crónica de Dom Manuel / por Damião de Góis. - Lisboa : Off. de Miguel Manescal da Costa, 1749.

Canonicas em S. Cruz de Coimbra. Ja em tempo de S. Theotonio, seg[un]do se colhe de alg[um]as escrituras, havia recolhim[en]to de Mulheres Religiozas, q[ue] se chamavão Canonicas, em Santa Cruz de Coimbra. De huma escriptura feita na Era de 1212 q[ue] he o anno de 1174, consta clarissima[en]te q[ue] vivião ellas junto ao Mosteiro dos Religiosos de Santa Cruz. M[ui]to tempo permanecerão em Santa Cruz estas Religiozas, se se houver de dar credito a alg[um]as memorias daquella casa; p[o]r q[ue] dizem se extinguirão em a ultima reformação, feito no reinado del Rei D. João III. Mas parece q[ue] desta continuação e permanencia se houvera de conservar tradição mais sabida em o Reino, da qual não consta. Fr. A. Brand. Mon. p.3. l.10. c.44.[1]

[...]Ja em tempo de S. Theotonio, segundo se colhe de algumas escrituras, havia recolhimento de Mulheres Religiozas, que se chamavão Canonicas, em Santa Cruz de Coimbra. De huma escriptura feita na Era de 1212 que he o anno de 1174, consta clarissimaente que vivião ellas junto ao Mosteiro dos Religiosos de Santa Cruz. Muito tempo permanecerão em Santa Cruz estas Religiozas, se se houver de dar credito a algumas memorias daquella casa; por que dizem se extinguirão em a ultima reformação, feito no reinado del Rei D. João III. Mas parece que desta continuação e permanencia se houvera de conservar tradição mais sabida em o Reino, da qual não consta. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc01476

Canonização. S. Rozendo foi o prim[eir]o Santo Portuguez, canonizado com as delig[enci]as e ceremonias novamente introduzidas e praticadas na Igreja. O Papa Celestino III celebrou esta solenid[ad]e em 9 de Outubro de 1195 passados 218 annos depois do falecim[en]to do d[it]o Santo. Os mais antigos o havião sido p[o]r acclamação dos povos, p[o]r haverem dado a vida em obsequio e defesa da Fé. P. Franc. de S. Mar. An. Hist. tom. 3. p. 149. n. 1. [1]

Nono de Outubro. [...] Neste dia, anno 1195. Canonifou folenemente o Summo Pontifice Celestino III. ao gloriofo São Rozendo, noffo Portuguez, duzentos e dezoito annos depois de fua morte, pelo continuos, e portentofos milagres, com que refplandecia, e fe fazia celebrado em toda a Chriftandade. Foi o primeiro Santo Portuguez Canonifado com as diligencias, e ceremonias, novamente introduzidas, e praticadas na Igreja: Os mais antigos o havião fido por acclamação dos povos, ou por haverem dado a vida em obfequio, e defenfa da Fé. (*Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abraviada De peffoas grandes, e coufas notaveis de Portugal, 1744*)

[1] SANTA MARIA, P. Francisco de. Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abraviada De peffoas grandes, e coufas notaveis de Portugal [...] Offerecido a elRey D. João V. Nosso Senhor [...] Composto pelo Padre Mestre Francisco de S. Maria [...] Tomo Terceiro. [...] Lisboa. Na Officina, e à cufta de Domingos Gonsalves. M. DCCXLIV. [1744] Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real. p.149, n.1.

Dsc01482

Capella Real no Paço. El Rei D. Dinis ordenou a 10 de Jan[eir]o de 1299 q[ue] nos seus Paços do Castello de Lisboa na Capella de S. Miguel, q[ue] era a dos Reis, se rezassem cada dia as horas canonicas, e houvesse missa quotidiana, ainda q[ue] os Reis estivessem ausentes. Este louvavel costume introduzio o sobred[it]o Rei na capella destes Paços, com outorga do Bispo D. João Martins de Soalhães, q[ue] antes presidia na Cathedral de Lisboa (L. del Rei D. Duarte p.133) Continuou tão louvavel introdução até o tempo del Rei D. Duarte, no qual foi outra vez renovada p[or] se ter esquecido, appresentando el Rei naquella Capellania ahum Aff[ons]o Vicente criado de seu irmão o Inf[ant]e D. Henrique no anno de 1497. Succedeo-lhe el Rei D. Aff[ons]o seu filho, e herdando a devoção de tal pai, procurou accrescentar o culto de sua capella com maior num[er]o de capellães e cantores p[ar]a celebrarem os divinos officios, e cantarem as horas canonicas solemnem[en]te. p[ar]a este fim impetrou hum Breve do Papa Eugenio IV expedido no anno de 1439 e mandou vir hum cerimonial dos Reis da Inglaterra, p[or] onde se despusessem, e regulassem seus capellães nas materias, q[ue] entre nós podessem acomodar se. Isto q[ue] el Rei D. João II ordenando q[ue] nos Paços de Evora, anno de 149[4?] a capella na forma com q[ue] depois esteve nos Paços de Lisboa, q[ue] no apparato, numero de capellães, e perfeição nos divinos officios, representavão a magestade de qulq[ue]r cathedral.

A m[es]ma pontualid[ad]e com q[ue] el Rei D. Dinis instituiu

[...]El Rei D. Dinis ordenou a 10 de Janeiro de 1299 que nos seus Paços do Castello de Lisboa na Capella de S. Miguel, que era a dos Reis, se rezassem cada dia as horas canonicas, e houvesse missa quotidiana, ainda que os Reis estivessem ausentes. Este louvavel costume introduzio o sobredito Rei na capella destes Paços, com outorga do Bispo D. João Martins de Soalhães, que antes presidia na Cathedral de Lisboa (nota lateral - L. del Rei D. Duarte p.133) Continuou tão louvavel introdução até o tempo del Rei D. Duarte, no qual foi outra vez renovada por se ter esquecido, appresentando el Rei naquella Capellania ahum Affonso Vicente criado de seu irmão o Infante D. Henrique no anno de 1497. Succedeo-lhe el Rei D. Affonso seu filho, e herdando a devoção de tal pai, procurou accrescentar o culto de sua capella com maior numero de capellães e cantores para celebrarem os divinos officios, e cantarem as horas canonicas solemnemente. para este fim impetrou hum Breve do Papa Eugenio IV expedido no anno de 1439 e mandou vir hum cerimonial dos Reis da Inglaterra, por onde se despusessem, e regulassem seus capellães nas materias, que entre nós podessem acomodar se. Isto que el Rei D. João II ordenando q[ue] nos Paços de Evora, anno de 149[4?] a capella na forma com que depois esteve nos Paços de Lisboa, que no apparato, numero de capellães, e perfeição nos divinos officios, representavão a magestade de qualquer cathedral.

A mesma pontualidade com que el Rei D. Dinis instituiu

Dsc01483

Cappellão perpetuo na capella de Alcaçar ou Castello de Lisboa nos Paços dos Reis, o ordenou tambem na de S. Miguel do Alcaçar ou Alcaçova de Santarem (Original da Torre do Tombo) na qual não havia capellão, q[ue] cada dia rezasse as horas canonicas, e disesse Missa. Para maior authorid[ad]e desta Capella, q[ue] he dos Reis, a instituiu el Rei D. Dinis, com missa quotidiana pelas almas de todos os Reis deste Reino. Foi isto feito na m[es]ma Villa de

Cappellão perpetuo na capella de Alcaçar ou Castello de Lisboa nos Paços dos Reis, o ordenou tambem na de S. Miguel do Alcaçar ou Alcaçova de Santarem (Original da Torre do Tombo) na qual não havia capellão, que cada dia rezasse as horas canonicas, e disesse Missa. Para maior autoridade desta Capella, que he dos Reis, a instituiu el Rei D. Dinis, com missa quotidiana pelas almas de todos os Reis deste Reino. Foi isto feito na mesma Villa de Santarem

Santarem a 4 de Março de 1299. Esta capella de S. Miguel de Santarem mandou edificar el Rei D. Aff[ons]o Henriques, q[uan]do no anno de 1171 desbaratou em Santarem a [Alboroque?] Rei de Sevilha com assistencia do Archanjo S. Miguel. Fr. F. Brand. Mon. part. 5. l. 17. c. 48. [1]

a 4 de Março de 1299. Esta capella de S. Miguel de Santarem mandou edificar el Rei D. Affonso Henriques, quando no anno de 1171 desbaratou em Santarem a Alboroque Rei de Sevilha com assistencia do Archanjo S. Miguel. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Capellão Mór. Como a Corte e resid[enci]a dos Reis Suevos era na Cid[ad]e de Braga, junto aos muros da qual estava o mosteiro Dumiense, cujo Bispo não tinha outras [ovelhas?] senão a gente q[ue] seguia a Corte...podemos dizer com fundamento, q[ue] esta ordem de ter capellão mór, q[ue] visite os cortezãos, e faça os Pontificaes na Capella Real, a a tomarão os Reis de Portugal, dos Reis Suevos seus antecessores: e não he pequena honra p[ar]a os Capellães Móres deste Reino, saber q[ue] são successores de tão santo e douto Prelado, como S. Martinho, q[ue] foi o prim[eir]o q[ue] teve esta dignid[ad]e, e o Bispado de Dume, a q[ue]m era annexa. Fr. Bernad. de Brit. Monarc. Lusit. p. 2. l. 6. c. 14.

[1]

[...]Como a Corte e residencia dos Reis Suevos era na Cidade de Braga, junto aos muros da qual estava o mosteiro Dumiense, cujo Bispo não tinha outras ovelhas senão a gente que seguia a Corte [...] podemos dizer com fundamento, que esta ordem de ter capellão mór, que visite os cortezãos, e faça os Pontificaes na Capella Real, a a tomarão os Reis de Portugal, dos Reis Suevos seus antecessores: e não he pequena honra para os Capellães Móres deste Reino, saber que são successores de tão santo e douto Prelado, como S. Martinho, que foi o primeiro que teve esta dignidade, e o Bispado de Dume, a quem era annexa. (*Monarquia Lusitana*, 1609)

[1]BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1609.

Capitão Mór do Reino ou Capitão Mór do Mar, denotão hum só Off[ici]o, como se vê das Escritura, ainda q[ue] pareção póstos diff[eren]tes. a sua criação he do reinado del Rei D. Fernando, até cujo tempo se não encontrão memorias deste posto, e o prim[ei]ro Capitão Mór, q[ue] houve, assim do Reino como do Mar, foi Gonçalo Ferreiro. D. L. Caet. de Lima Geogr. Hist. Tom. I p.388. [1]

[...]denotão hum só Offício, como se vê das Escritura, ainda que pareção póstos diferentes. a sua criação he do reinado delRei D. Fernando, até cujo tempo se não encontrão memorias deste posto, e o primeiro Capitão Mór, que houve, assim do Reino como do Mar, foi Gonçalo Ferreiro. (*Geografia Historica, 1734*)

[1]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffárias.

Dsc01492

Cardeal. Nestor Gil, filho de D. Julião, Chancellor Mór del Rei D. Affonso II de Conego de Vizeu, foi assumpto a Cardeal da Santa Igreja Romana, e foi o primeiro, q[ue] se vio dentro deste Reino elevado aquella dignid[ad]e. P. Franc. de S. Mar. An. Hist. tom. 1. p.509. [1]

[...]Nestor Gil, filho de D. Julião, Chancellor Mór delRei D. Affonso II de Conego de Vizeu, foi assumpto a Cardeal da Santa Igreja Romana, e foi o primeiro, que se vio dentro deste Reino elevado aquella dignidade.

[1]SANTA MARIA, P. Francisco de. Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abraviada De peffoas grandes, e coufas notaveis de Portugal. [...] Offerecido a elRey D. João V. Nosso Senhor [...] Composto pelo Padre Mestre Francisco de S. Maria [...] Tomo primeiro. [...] Lisboa. Na Officina, e à cufta de Domingos Gonsalves. M. Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real.

CARPIR SOBRE OS FINADOS

Dsc01494

Carpir sobre os finados., era uso antigam[en]te praticado, q[ue] a camara de Lisboa prohibio em tempo d'el Rei D. João I seg[un]do refere Fernão Lopes na Chronica deste Rei part. 2. c. 4. [1] p[o]r estas palavras: “E p[o]r q[ue] o carpir sobre os finados he costume deshonesto, e descende dos Gentios, sendo especie de idolatria defesa p[o]r Deos em seus mandamentos: p[o]r onde ordenarão q[ue] homens, nem mulheres nem se carpisse, nem depennasse, nem bradasse sobre algum finado, posto q[ue] fosse padre, ou madre, nem filho, nem hirmão, ou marido, ou mulher, nem p[o]r outra nenhuma perda, nem nojo: mas trouxesse seu dó, e chorassem honestamente: e quem o contrario fizesse, q[ue] pagasse certa pena de dinheiro, e tivesse o finado oito dias em sua casa.

E porque o carpir sobre os finados é costume deshonesto e descende dos gentios, sendo especie de idolatria defesa por Deus em seus mandamentos, porém ordenaram que homem nem mulher não se carpisse, nem depenasse, nem bradasse sobre algum finado, posto que fosse padre ou madre, nem filho nem irmão, ou marido ou mulher, nem por outra nenhum perda nem nojo, mas trouxessem seu dó e chorassem honestamente, e quem o contrario fizesse que pagasse certa pena de dinheiro, ou tivesse o finado oito dias em sua casa. (*Chronica de El-Rei D. João I, 1644*)

[1] O trecho encontra-se, de fato, na parte II, capítulo XLI, e não IV, como está referido, p. 159 de LOPES, Fernão, 1380?-1460. Chronica Del Rey D. Ioam I. De Boa Memoria, E dos Reys de Portvgal o Decimo. Primeira Parte. Em Qve se contem A Detensam Do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade Del Rey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez. Anno de1644. Em Lisbôa. Com todas as licenças necessárias. A custa de Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S.

Chancellor mór, q[ue] antigam[en]te se pronunciava Chançarel, em latim se dizia Cancellarius, entre nós [rasurado] Chançarel d'el Rei, tinha p[o]r obrigação primeira do seu officio obstar os effeitos de qual[ue]r resolução ou sentença dos Magistrados, no caso de ser ella contraria às Leis do Reino. O mais pertencente a seu cargo pode ver-se nas ordenacoes d'el Rei D. Affonso V. L.1.tit.2. e nas antigas d'el rei D. Manuel Liv.1.tit.2. D'el ReiD. Affonso era cancellario em tempo da batalha do Ourique Mestre Alberto (Monar. Lusit. part.3.1.10.c.5. [1]) As Rainhas e Infantes tinham tamb[em] seus Chancereis.

O prim[eir]o Chancellor mór deste Reino foi hum Estrº. chamado Alberto em tempo d'el Rei D. Affonso Henriques. Depois deste foi Vasco Martins de Sousa no Reinado d'el Rei D. Diniz. Dahi em diante se continuou este officio em pessoas de g[ran]de [suposição?]e letras, e tiverão tambem D. Fernando da Guerra, e o S[enho]r D. Álvaro filho de D. Fernando II Duque de Bragança, e bisneto d'el Rei D. João I. Villas Boas, Nobiliarch. c.14. [2]

[...]antigamente se pronunciava Chançarel, em latim se dizia Cancellarius, entre nós Chançarel delRey, tinha por obrigação primeira do seu officio obstar os effeitos de qualuer resolução ou sentença dos Magistrados, no caso de ser ella contraria às Leis do Reino. [...]Ordenacoes delRey D. Affonso V. L.1.tit.2. e nas antigas delRey D. Manuel Liv.1.tit.2. D'el ReiD. Affonso era cancellario em tempo da batalha do Ourique Mestre Alberto (*Monarquia Lusitana, 1632*)

O primeiro Chancellor mór deste Reino foi hum Estremadurenho chamado Alberto em tempo delRei D. Affonso Henriques. Depois deste foi Vasco Martins de Sousa no Reinado del Rei D. Diniz. Dahi em diante se continuou este officio em pessoas de grande suposição e letras, e tiverão tambem D. Fernando da Guerra, e o S[enho]r D. Álvaro filho de D. Fernando II Duque de Bragança, e bisneto d'el Rei D. João I.

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiffimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mór, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Concubina. Nos seculos antigos não soava tão torpemente o nome concubina, como soa nos presentes; por q[ue] cpncubina não era só a mulher q[ue] servia culpavelm[en]te ao appetite alheio, mas tambem a mulher legitima se chamava concubina. A differença consistia ou por q[ue] esta se tomava p[o]r mulher sem as solemnidades juridicas de escrituras dotaes, ou p[o]r ser de inferior nascimento ao do marido. Por tanto neste sentido se devem entender o Arcebispo de Toledo D. Rodrigo Ximenes, L. 6. c. 2. e o Bispo de Oviedo D. Pelayo no fim da sua historia, q[uan]do nomeião concubina a D. Ximena Nunes de Gusmão, legitima mulher del Rei D. Affonso VI Rei de Leão e de Castella, pais da Rainha D. Theresa mãe do nosso primeiro Rei D. Affonso Henriques. D. Jose Barbos. Catal. das Rainh. p. 15.[1]

[...] nos feculos antigos não foava tão torpemente o nome de concubina, como fôa nos prefentes; porque concubina não era fô a mulher, que fervia culpavelmente ao appetite alheio, mas tambem a mulher legitima fe chamava concubina (p.15). [...] comparou as concubinas as verdadeiras, e legitimas mulheres, quando cafavaõ sem a folemnidade jurídica de efcrituras dotaes (p.17) [...] à palavra Latina Concubina, fe dava à legitima mulher, quando não era de tão grande nascimento, como o do marido (p.17). [...] Neste sentido devemos interpretar o concubinato de D. Ximena com ElRey D. Affonso, de que fazem expreffa memoria aquelles dous Prelados de Toledo [O Arcebifpo D. Rodrigo no cap. 21. do liv. 6. [...] (p. 15)], e Oviedo [Diz o Bifpo D. Pelayo no fim da fua Hiftoria [...] (p.16)] [...] (p.18). (*Catalogo Chronologico, Hiftorico, Genealogico e Critico das Rainhas de Portugal e Seus Filhos, 1727*)

[1] BARBOSA, Joze. *Catalogo Chronologico, Hiftorico, Genealogico e Critico das Rainhas de Portugal e Seus Filhos*, Ordenado por D. Joze Barbosa, Clerigo Regular, Academico Real da Historia Portugueza, e Chronifta da Sereniffica Cafa de Bragança. Lisboa Ocidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXVII [1727]. Com as licenças necessárias. pp.15-18

Cruzes de S. Jorge. Estas cruzes são as q[ue] tomão os escudos de alto a baixo, e da ilharga. Introduzirão-se p[o]r devoção do Santo, p[o]r ser advogado da Milícia, e particularm[en]te o invocação os Inglezes e Portuguezes na peleja. As q[ue] ha em Portugal desta forma, parece se devião tomar na batalha, q[ue] em 1217 se deo em Alcacer do Sal aos quatro Reis Mouros, q[ue] o vinhão descercar (Chron. del Rei D. Affonso II c. 7.) p[o]r q[ue] antes da peleja virão os nossos no ceo hum homem mui resplandecente com hum cruz vermelha nos peitos; em memoria do qual ha de crer, q[ue] os q[ue] presente se achavão, tomarão p[o]r insignia este divino signal na m[es]ma forma, em q[ue] lhes appareceo. As Familias, q[ue] trazem Cruzes de S. Jorge, são Almeidas, Atouguia, Beja Frades, Loja[?], Mello, Páo, Sarzildes, Veigas. Sev. de Far. Not. disc. 3. [parágrafo] 6. [1]

Estas cruzes são as que tomão os escudos de alto a baixo, e da ilharga. Introduzirão-se por devoção do Santo, por ser advogado da Milícia, e particularmente o invocação os Inglezes e Portuguezes na peleja. As que ha em Portugal desta forma, parece se devião tomar na batalha, que em 1217 se deo em Alcacer do Sal aos quatro Reis Mouros, que o vinhão descercar (Chron. del Rei D. Affonso II c. 7.) por que antes da peleja virão os nossos no ceo hum homem mui resplandecente com hum cruz vermelha nos peitos; em memoria do qual ha de crer, que os q[ue] presente se achavão, tomarão por insignia este divino signal na mesma forma, em que lhes appareceo. As Familias, que trazem Cruzes de S. Jorge, são Almeidas, Atouguia, Beja Frades, Loja[?], Mello, Páo, Sarzildes, Veigas. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

CRUZES EM ASPAS

Dsc01656

Cruzes em aspa – Veja Aspas.

Cunhas. Faz memoria o Conde D. Pedro tit. 39 de D. Guterre, e de D. Paio Guterres seu filho, dizendo, q[ue] vierão da Gasconha a Portugal com o Conde D. Henrique. Louva m[ui]to as obras de valor do pai e filho, sua bondade, e g[ran]de entendim[en]to; e particulariza como Paio Guterres edificou o Mosteiro de S. Simão da Junqueira, o de Souto, e o de Vilella. A sua familia he uma das mais ricas e principaes, q[ue] ha na Hespanha; p[o]r q[ue], alem do q[ue] tem em Portugal, q[ue] são m[ui]tos morgados de grossas rendas, em Castella se derivão p[o]r varonia do Conde Martim Vasques da Cunha (o qual passou aquelle Reino em tempo d'el Rei D. João o I) as g[ran]des casas dos Marquezes de Vilhena, Duques de Escalona, as do Duque de Ossunoo, e de seu irmão Lopo Vasques, o dos Condes de Baen dias, e outras q[ue] dellas procedem, posto q[ue] ao menos conservão o appellido de Cunhas.

Os Cunhas tem p[o]r armas em campo de Ouro nove Cunhas de Azul de ferro firmadas, pontas em tres pallas, e p[o]r timbre hum meio grypho de ouro acunhado de azul, com as azas acunhadas de Ouro. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. l. 8. c. 30. [1]

Ha quem julgue (Sandoval na casa dos Cunhas) se dirivão as armas dos Cunhas de certas cadeias de ferro fortem[en]te acunhadas, ordenadas na foz do Tejo p[o]r Paio Guterres, o qual fez raras demonstracções de seu esforço no cerco de Lisboa, q[uan]do foi ganhada aos Mouros em 1147. Se bem a outros parece se tomarão as armas dos Cunhas, q[ue] foi mettendo-as em o muro este capitão, q[uan]do se ganhou a cidade no q[ue] se não pode afirmar coisa certa. Id. Ibid. L. 10. c. 28. [2]

Faz memoria o Conde D. Pedro tit. 39 de D. Guterre, e de D. Paio Guterres seu filho, dizendo, que vierão da Gasconha a Portugal com o Conde D. Henrique. Louva muito as obras de valor do pai e filho, sua bondade, e grande entendimento; e particulariza como Paio Guterres edificou o Mosteiro de S. Simão da Junqueira, o de Souto, e o de Vilella. A sua familia he uma das mais ricas e principaes, que ha na Hespanha; porque, alem do que tem em Portugal, que são muitos morgados de grossas rendas, em Castella se derivão por varonia do Conde Martim Vasques da Cunha (o qual passou aquelle Reino em tempo d'el Rei D. João o I) as grandes casas dos Marquezes de Vilhena, Duques de Escalona, as do Duque de Ossunoo, e de seu irmão Lopo Vasques, o dos Condes de Baen dias, e outras que dellas procedem, posto que ao menos conservão o appellido de Cunhas.

Os Cunhas tem por armas em campo de Ouro nove Cunhas de Azul de ferro firmadas, pontas em tres pallas, e por timbre hum meio grypho de ouro acunhado de azul, com as azas acunhadas de Ouro. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Ha quem julgue (Sandoval na casa dos Cunhas) se dirivão as armas dos Cunhas de certas cadeias de ferro fortemente acunhadas, ordenadas na foz do Tejo por Paio Guterres, o qual fez raras demonstracções de seu esforço no cerco de Lisboa, quando foi ganhada aos Mouros em 1147. Se bem a outros parece se tomarão as armas dos Cunhas, que foi mettendo-as em o muro este capitão, quando se ganhou a cidade no que se não pode afirmar coisa certa. (*Idem*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno

1632.
[2]Idem.

Curutelo foi huma familia muito antiga, e illustre da qual o Nob. do Conde tit. 51 faz menção. Tem o seu solar na Provincia do Minho na Freguezia de S. Julião do Freixo, pouco distante da Villa de Viana. Na era de Cesar de 1304 e anno do Nascimento de Christo de 1266 era Alcaide mor da Praça de Elvas Fernão Martins Curutelo. Consta de huma sua doação feita ao Convento de S. Domingos daquela cid[ad]e no archivo do m[es]mo Convento; e no Livro da chancellaria del Rei D. Pedro I fol. 108 se acha feita merce na Era de 1403 a Nuno Viegas de Curutelo das rendas do Lugar de S. Paio no Almoxarifado de Valença do Minho. Gonçalo Fernandes de Curutelo he hum dos Fidalgos, q[ue] assistirão no Braço da Nobreza em as Cortes de Coimbra de 1385. Fr. Man. dos Sant. Mon. p. 8. L. 23. c. 33. [1]

foi huma familia muito antiga, e illustre da qual o Nob. do Conde tit. 51 faz menção. Tem o seu solar na Provincia do Minho na Freguezia de S. Julião do Freixo, pouco distante da Villa de Viana. Na era de Cesar de 1304 e anno do Nascimento de Christo de 1266 era Alcaide mor da Praça de Elvas Fernão Martins Curutelo. Consta de huma sua doação feita ao Convento de S. Domingos daquela cidade no archivo do mesmo Convento; e no Livro da chancellaria del Rei D. Pedro I fol. 108 se acha feita merce na Era de 1403 a Nuno Viegas de Curutelo das rendas do Lugar de S. Paio no Almoxarifado de Valença do Minho. Gonçalo Fernandes de Curutelo he hum dos Fidalgos, que assistirão no Braço da Nobreza em as Cortes de Coimbra de 1385. (*Monarquia Lusitana*, 1729)

[1]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

Dsc01665

Cuvilheira, ou cubicularia. Na Casa Real o off[ici]o de Cuvilheira, derivado ao q[ue] parece da palavra latina, Cubiculam, q[ue] ha rigor, servia aos Reis, Rainhas e Infantes de guardar seus vestidos, roupas, e limpeza do adorno de taes pessoas, e dos aneiar com perfumes, e cheiros p[ar]a regalo. Fr. F. Brand. Mon. p. 6. l. 18. c. 40. [1]

Na Casa Real o officio de Cuvilheira, derivado ao que parece da palavra latina, Cubiculam, que ha rigor, servia aos Reis, Rainhas e Infantes de guardar seus vestidos, roupas, e limpeza do adorno de taes pessoas, e dos aneiar com perfumes, e cheiros para regalo. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Dapifer. O officio de Dapifer, ainda q[ue] parece ser o de Trinchante, todavia considerada bem a etymologia do nome deduzindo o a ferendis dapibus, q[ue] no latim quer dizer trazer as iguarias, mais se deixa ver q[ue] era o Veador da Casa, p[o]r q[ue] trazia as iguarias á meza Real, p[o]r ão de Moços Fidalgos, e assistia com hum canna de bengala na mão em hum dos cantos da casa, e n'outro o Mordomo mór, e depois o Mestre sala, e Trinchante com hum toalha lançada ao hombro descobria as m[es]mas iguarias, e as administrava á Pessoa Real. Este off[ici]o era removivel antig[amen]te, e p[o]r isso se veem g[ran]des mudanças e varied[ad]es nelle. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.9. c. 5.[1]

O officio de *Dapifer*, ainda que pareça fer o de Trinchante, todavia considerada bem a etymologia do nome, deduzindoo à *ferendis dapibus*, que no latim quer dizer trazer as igoarias, mais fe deixa uer que era o Veador da cafa, porque trazia as igoarias á mefa Real, per mãos de moços fidalgos, & afsiftia com h~ua cana de bengala na mão em hum dos cantos da cafa, & noutro o Mordomo mór, & defpois o Mefre fala, ou Trinchante com h~ua toalha lançada ao hombro defcobria as mefmas igoarias, e as adminiftrava á peffoa Real. [...] Todos efte officios eraõ remouieis naquelle tempo, & afsi vemos grandes mudanças, & variedades nelles. (*Terceira Parte da Monarchia Lvsitana*, pp. 72v-73f, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernanrdo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632. Livro IX, Capítulo V, Dos officios principaes da cafa Real, conuem a faber Maiordomus, Dapifer, & Signifer: Tocãofe alguãs antiguidades, pp. 72verso-73frente.

Dsc00041

Demandas. Em todos os foraes, ou nos mais delles, q[ue] antig[amen]te se davão aos povos alem de se lhes limitar o q[ue] estes havião de pagar aos senhorios das terras, se davão leis particulares q[ue] dispunhão o modo da justiça, q[ue] se havia de guardar no crime e cível, e p[o]r estas leis se governou o Reino até o tempo del Rei D. Aff[ons]o II q[ue] foi o prim[eir]o (de q[ue] nos consta) q[ue] fez ordenações e leis geraes, as quaes se conservão ainda na Torre do Tombo. O modo com q[ue] se julgavão as causas, conformando-se com a ordem dos foraes de cada huma das terras, era fazer-se junta da gente principal daquella terra ante o Governador, Conde, Rico Homem, ou Adiantado, q[ue] naquelle tempo se chamava às vezes Tiunfado. e pelos mais votos se tomava assento no q[ue] convinha fazer-se. Fr. A. Brand. Mon. Lusit. p. 3. l. 9. c. 12.[1]

Em todos estes foraes, ou nos mais delles, alem de se limitar o que os povos auião de pagar aos senhorios destas terras, se dauão leys particulares que dispunhão o modo da justiça que se auia de guardar no crime, & ciuel, & por estas leis se governou o Reyno até o tempo del Rei D. Afonso Segundo, que foi o primeiro (de que nos consta) que fez ordenações, & leis geraes, as quaes se conseruaõ ainda na Torre do Tombo[...] [1]. O modo com que se julgauão as causas, conformandose com a ordem dos foraes de cada h~ua das terras, era fazer-se junta da gente principal daquella terra ante o Gouvernador, Conde, Rico Homem, ou Adiantado, que naquelle tempo se chamaua às vezes, *Tiumphado*, & pellos mais votos se tomava assento no que conuinha fazer-se. (*Terceira Parte da Monarchia Lvsitana*, p. 83, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernanrdo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

[1] & relataremos em seu lugar proprio.

DENODADOS VOTOS

Dsc00043

Denodados votos.... Era uso antig[amen]te e assim na batalha da Aljubarrota, fazerem os soldados e Cav[aleir]os ao entrar nas batalha, certos votos, a q[ue] chamavão denodados, isto he, de valor audaz, p[o]r q[uan]to se empenhavaõ pelos taes votos os Cav[aleir]os a fazerem acções extraordin[ari]as, indices de valor não vulgar. Fr. Man. dos Santos Mon. part. 8. L. 23. c. 38. [1]

[...] era uso naquella idade fazerem os soldados, e Cavalleiros ao entrar nas batalha certos votos, a que chamavaõ *denodados*, isto he, de valor audaz, porquanto se empenhavaõ pelos taes votos os Cavalleiros a fazerem acções extraordinarias indices de valor não vulgar. (*Oitava Parte da Monarquia Lusitana*, p. 749, 1729)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS NA COSTA CONTRA O SUL EM AFRICA

Dsc00045

Descobrim[en]tos Maritimos na costa contra o sul em Africa. Proseguio el Rei D. João com acesa vontade os descobri[men]tos da costa d'Africa centro o sul, q[ue] o Inf[ant]e D. Henrique, irmão do seu Avo el Rei D. Duarte animosa e venturosam[en]te começara: estendia já o espirito aventar-se p[o]r esta via poderia abrir caminho p[ar]a a India Oriental. Mandava navios huns traz outros, q[ue] lhe forão descobrindo della tanto adiante, q[ue] fundando povoações e fortalezas em lugares accomodados, e sujeitando-lhe alg[uns] Reis e Senhores de g[ran]des Provincias, ajuntou com m[ui]ta razão aos titulos antigos de sua coroa, o titulo de Senhor de Guiné, debaixo do qual quiz comprehender toda a estendida costa da Africa, e Ethiopia Occidental, q[ue] corre des do mar atlantico até o Cabo da Boa Esperança: e passa alem da Linha Equinocial, contra o Polo antartico, poucos menos grãos dos q[ue] são os q[ue] estamos desta banda do artico, q[ue] he hum num[er]o infinito de legoas, se as contarmos p[o]r costa, assim como a terra vai, ora cortando o mar com g[ran]des pontas, e promontorios, ora recolhendo e abrindo se em largas e estendidas enseadas. E não he g[ran]de o encarecim[en]to; pois pelas regras da navegação, contados os grãos, q[ue] ha des dos 39 e 2 terços em q[ue] está Lisboa da p[ar]te do norte, até á 35 em q[ue] jaz o Cabo da Boa Esperança da banda do sul, fazem somma 74 grãos e 2 terços, q[ue] leva cada grão em rumo direito, quero dizer, navegando de Norte a Sul, lançaõ 1320 legoas: e tantas corria o navio, q[ue] sahe de Lisboa ate emparelhar o rosto do cabo, q[uan]do taes tempos tivesse; q[ue] navegassem sempre por rumo direito. Assim foi trabalho mais q[ue] de homens o daquelles primeiros navegantes, pelo numero de legoas, quasi sem numero, q[ue] de força navegarão, costeando cabos e enseadas, sem se alargarem no mar p[o]r falta de instrumentos nauticos, q[ue] depois in-

Dsc00046

ventou a necessid[ad]e e o engenho: mas ainda foi de mais gloriosa constancia de q[ue]m o

Proseguia elRei Dom Joaõ com acesa vontade os descobrimentos daquela costa contra o sul, que o Infante D. Henrique, irmão do seu avô elRei Dom Duarte animosa e vinturosamente começara: estendia já o espirito aventar se por esta via poderia abrir caminho pera a India Oriental. Mandava navios, huns traz outros, que lhe foraõ descobrindo della tanto adiante, que fundando povoaçoens, e fortalezas em lugares accomodados, e sujeitandoselhe alguns Reys, e Senhores de grandes Provincias, ajuntou com muita rezão aos titulos antigos de sua Coroa, o titulo de Senhor de Guiné, debaixo do qual quiz comprehender toda a estendida costa da Africa, e Ethiopia Occidental, que corre desdo mar Atlantico até o Cabo da Boa Esperança: e passa alem da linha Equinocial, contra o Polo antartico, poucos menos grãos dos que são os em que estamos desta banda do Artico, que he hum numero infinito de legoas, se as contarmos por costa, assim como a terra vay, ora cortando o mar com grandes pontas, e promontorios, ora recolhendo, e abrindose em largas e estendidas enseadas. E não he grande o encarecimento; pois pollas regras da navegação, contados os grãos, que ha desdos trinta, e nove, e dous terços, em que está Lisboa da parte do Norte, até os trinta, e sinco em que já o Cabo de Boa Esperança da banda do sul, fazem somma de setenta, e quatro grãos, e dous terços, [...] [1] que leva cada grão em rumo direito, quero dizer, navegandose de Norte a Sul, lançaõ mil, trezentas, e vinte legoas: e tantas corria o navio, que sahe de Lisboa ate emparelhar o rosto do cabo, quando taes tempos tivesse, que navegassem sempre por rumo direito. Assi foy trabalho mais, que de homens o daquelles primeiros navegantes, pollo numero de legoas, quasi sem numero, que de força navegavaõ, costeando cabos e enseadas, sem se alargarem no mar por falta de instrumentos nauticos, que depois

inventou a necessidade e o engenho: mas ainda foy de mais glória a constancia de quem o

mandava, q[ue] erã os nossos Principes, q[ue] com largueza nas despezas da navegação, com fazer g[ran]des mercês aos q[ue] se arriscavã, com não desconfiar nas difficuld[ad]es, e aturando-as p[o]r longo discurso de annos, em fim vencerão o q[ue] de seu parecia impossivel e invencivel. Fr. L. de Sousa. Hist. de S. Dom. p. 2. L. 6 c. 6.[1]

mandava, que erã os nossos Principes, que com largueza nas despezas da navegaçã, com fazer grandes mercês aos que se arriscavaõ, com não desconfiar nas difficuldades, e aturandoas por longo discurso de annos, em fim venceraõ o que de seu parecia impossivel, e invencivel. (*Segunda Parte da Historia de S. Domingos, pp.395-396, 1767*)

[1] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Segunda Parte da Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[1]os quais multiplicados por dezasete legoas, e dous terços,

Desembargo do Paço – El Rei D. João II no anno de 1494 Ordenou q[ue] certos letrados com alg[uns] do Cons[elh]o entendessem em todas as coisas do governo do Reino, e com justiça as despachassem: deixando som[en]te alg[um]as q[ue] ao proprio Rei se havião de requerer. E p[ar]a q[ue] tudo se assinasse sem a sua doença lhe ser impedim[en]to mandou talhar em ouro dous signaes seus, g[ran]de e pequeno, e com elles em sua presença, qualq[ue]r official ou criado o fazia. E esta ordem de letrados, parece q[ue] he hoje o Tribunal dos Desembargadores do Paço; e q[ue] este foi o seu principio: p[or] q[ue] não achamos posto em memoria, q[ue] alg[um] Rei neste Reino assim o costumasse. Mariz. Deal. de Var. Hist. dial. 4 c. 10 f. 189*. [1]

1494[nota lateral] [...] neste mesmo anno ordenou tambem que certos letrados com alg~us do cõselho entendessem em todas as cousas do governo do Reyno, & com justiça as despachassem: deixando somente alg~uas que ao proprio Rei se havião de requerer. E pera que tudo se assinasse sem a sua doença lhe ser impedimento, mandou talhar em ouro dous sinaes seus, grande, & pequeno, & com elles em sua presença, qualquer official ou criado o fazia. E esta ordem de letrados, parece que he hoje o Tribunal dos Desembargadores do Paço; e que este foy o seu principio, porque não achamos posto em memoria, que algum Rey nestes Reinos, assi o costumasse. (*Dialogos de Varia Historia, p. 253, 1672*)

[1] MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz Dedicados Ao S.Õr Diogo Soares Lxa. Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffor Da [Cavapral] Anno. 1672.

*O trecho se encontra no fôlio 253 da primeira edição da desses Diálogos. Não foi possível localizar em qual edição da obra o trecho se encontra no fôlio 189.

Dsc00049

Dessas. Vej[a]. Eça.

Dsc00052

Dinheiro Alfonsim. Vej[a]. Alfonsim.

Dinheiro. Este nome se corrompeo de Dinarius, moeda Romana, a qual se deo este nome, p[o]r valer dez Assis. E ainda hoje em Hespanha ha em Valença certa moeda, a q[ue] chamão Dinheiro, 23 dos quaes valem hum Real de prata castelhano. Estes nossos de Portugal antigos valião até o tempo del Rei D. João I doze delles hum soldo daquelles, q[ue] 20 fazião a livra mais antiga, como consta da Chronica del Rei D. Fernando cap.55. Nem obsta o q[ue] diz a Orden[ação velha Liv. 4 tit. 1. [parágrafo] 17 em q[ue] afirma q[ue] o soldo valia 10 Dinheiros, e 4 quintos de Dinheiro, p[o]r q[ue] a Ordenação falla pouco mais ou menos; e não havia q[ue] se fizesse moeda miuda, q[ue] ao justo não viesse a montar o soldo em 11 ou 12 ou 14. Pelo q[ue] se vê claram[en]te q[ue], mais havião de ser os Dinheiros q[ue] dez: e pela Chronica já dita consta q[ue] erão 12, e assim mesmo dos Livros das contas dos anniversarios do Cabido de Evora a 20 de Nov[embr]o de 1464. De modo q[ue] o justo preço deste Dinheiro era hum Ceitil menos hum decimo.

Houve outros Dinheiros, 12 dos quaes valião hum soldo de 25 livrinhas, como se prova pelas escrituras antigas, e cada dinheiro destes valia duas Livrinhas, e um duodecimo de Livrinha, e assim 12 dinheiros destes valião hum soldo de 25 Livrinhas, e na nossa moeda valia este Segundo Dinheiro meio ceitil, e hum quadrigessim[o] segundavo de Real. Sev. de Far. Not. disc. 4. [parágrafo] 44. [1]

O Nome, *Dinheiro*, se corrompeo de *Denarius*, Moeda Romana, a quem se deo este nome, por valer dez *Assis*. E ainda hoje em Hespanha ha em Valença certa moeda, a que chamão *Dinheiro*, 23 dos quaes valem hum Real de prata Castelhana. Estes nossos de Portugal antigos valião até o tempo delRey D. João I doze delles hum Soldo daquelles, que 20 fazião a Livra mais antiga, como consta da Chronica delRey D. Fernando cap.55. Nem obsta o que diz a Ordenação já dita [parágrafo] 17 em que afirma que o Soldo valia dez Dinheiros, e 4 quintos de Dinheiro, porque a Ordenação falla pouco mais, ou menos; e não avia que se fizesse Moeda miuda, que ao justo não viesse a montar o Soldo em 11 ou 12 ou 14. Pelo que se ve claramente, que mais avião de ser os Dinheiros, que dez: e pela Chronica já dita consta que erão doze, e assim mesmo dos Livros das contas dos Anniversarios do Cabido de Evora a 20 de Novembro de 1464. De modo que o justo preço deste Dinheiro era hum Seutil menos hum decimo.

Ouve outros Dinheiros, doze dos quaes valião hum Soldo de 25 Livrinhas, como se prova pelas Escrituras antigas, e cada dinheiro destes valia duas Livrinhas, e um duodecimo de Livrinha: e assim 12 Dinheiros destes valião hum Soldo de 25 Livrinhas, e na nossa moeda valia este Segundo Dinheiro meyo Seutil, e hum quadrigesimo segundavo de Real. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraerão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio

Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com
todas as Licenças neceffarias.

DIVISA

Dsc00054

Divisa – Veja se Empresa.

Dizimas ou Dizimos, isto he aquella porção de todos os fructos das terras, q[ue] os Fieis devem pagar p[ar]a sustentação dos Ministros da Igreja, he de crer q[ue] os Sumos Pontífices p[ar]a a recuperação da Hespanha o largarão aos Reis p[ar]a ajuda da guerra contra os Mouros, assim como agora a tem nas Conquistas Ultramarinas os Reis de Portugal p[or] concessões Pontificias. Em Aragão diz Beuter, q[ue] p[or] concessão de Alexandre II e Gregorio VII possuem os Dizimos os Reis daquela Coroa. Em Portugal não ha duvida q[ue] do tempo do Conde D. Henrique erão as dizimas Ecclesiasticas dos Reis desta Coroa, e dellas fazião doação p[or] devoção a varias Igrejas particulares e cathedraes como de fazenda propria, contentando-se os Bispos e Parochos com as dotações, q[ue] os Fundadores lhes fazião, e doações outras de bens, e herdades. Continuou se p[or] m[ui]tos annos adiante em Portugal e Castella a levarem assim os Reis, como os Padroeiros seculares as Dizimas sobred.^{as}. Depois do Concilio de Trento, cujos Decretos Portugal acceitou primeiro q[ue] nenhum outro Reino da Christandade se regulou esta materia em conformid[ad]e das Dicações deste sagrado Concilio. Fr. F. Brand. Mon. p. 6. L. 18. c. 58. [1]

[...] que os Summos Pontífices para a recuperação d Espanha as largarão aos Reys para ajuda da guerra contra os Mouros, assi como agora as tem nas Conquistas Ultramarinas os Reys de Portugal por concessões Pontificias. Em Aragão diz Beuter, que por concessão de Alexandre II e Gregorio VII as possuirão os Reys daquela Coroa. [...]

Em Portugal não ha duvida que do tempo do Conde Dom Henrique erão as dizimas Ecclesiasticas dos Reys desta Coroa, e dellas fazião doação por devação a varias Igrejas particulares, e Cathedraes, como de fazenda propria, contentandose os Bispos, e Parochos com as dotações que os fundadores lhes fazião, e doações outras de bens, e herdades. [...]

Continuouse por muitos annos adiante em Portugal, e Castella, o levarem assi os Reys, como os Padroeiros seculares as dizimas sobreditas. [...]

[...] depois do sagrado Concilio de Trento, cujos decretos Portugal acceitou primeiro que nenhum outro Reyno da Christandade, não ha ja motivo para estas controversias. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Dó – El Rei D. Duarte por fallecim[en]to de seu Pai el Rei D. João o 1º tomou dó de preto, e os Inf[ant]es tomarão borel, seg[uin]do sempre ate então se costumou: p[o]r q[ue] depois em tempo d’el Rei D. Manoel geralm[en]te se determinou q[ue] p[o]r nenhum Rei, nem Principe, nem p[o]r outra alg[um]a Pessoa se trouxesse em seus Reinos borel sob certa pena, e assim se comprio. Rui de Pin. Chr. del Rei D. Duarte. c. 2. [1]

[...] tomou doo de preto, e hos Infantes tomaram burel, seguindo sempre atee aqui se costumou: por que depois, em tempo d’ElRey Dom Manoel, por cujo mandado esta Cronica se compoz, geeralmente determinou, e mandou, que por nenhu~u Rey, nem Principe, nem per outra algua pessoa se nom trouxesse em seus Regnos burel sob certa pena, e asy se comprio. (*Chronica d’elRey D. Duarte, p.78, 1790*)

[1]PINA, Ruy de. Chronica d’elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

Doações Reaes. Em hum protesto feito pela Rainha S. Isabel em Fev[ereir]o de 1297 nos Paços de Coimbra em nome, e como mãe do Inf[ant]e herdeiro, conforme se acha em Escritura original da Torre do Tombo, he m[ui]to p[ar]a notar se dizer a sobredita Rainha Santa, q[ue] era costume neste Reino não se alhear da Coroa castello alg[um] sem consentimento e consulta dos Ricos Homens, e Prelados delle. E ainda podemos conjecturar q[ue] o estilo de Hespanha em confirmarem nas escrituras e doações sem consentimento delles, principalm[en]te em materia de alheação consideravel de bens da coroa. Pelo tempo adiante se divolveo aos Reis maior soberania. Fr. F. Brand. Mon. p. 5. l. 17. c. 85. [1]

Nas doações antigas os filhos legitimos dos Reis confirmão em primeiro lugar, e logo os Officiaes Maiores; convem a saber Alferes mór, Mordomo mór, e depois delles os senhores de terras, q[ue] erão os Ricos Homens, e mais Fidalgos principaes. Os filhos bastardos confirmavão abaixo dos officiaes maiores, entre os outros Ricos Homens. Por maneira q[ue] os Alferes mores, e Mordomos dos Reis erão antepostos aos filhos bastardos. Id. Ibid. L. 16. c. 19. [2]

Nas doações Reaes ordinariam[en]te todos os q[ue] firmão de qualq[ue]r modo são pessoas de qualid[ad]e, e da casa e serviço do Rei. Fr. A. Brand. Mon. p. 3 L. 14. c. 30. [3]

Era antigam[en]te costume escreverem se nas Doações Reaes os nomes dos Inf[an]tes tanto q[ue] nascião p[or] maior authorid[ad]e das Escripturas, como se tem usado em m[ui]tas. Id. Ib. part. 4. L. 12. c. 3. [4]

[nota lateral: 1297] [...]protestos da rainha S. Isabel [...] [p.247] [...]hu protesto a seis de Fevereiro nos Paços de Coimbra em nome, e como mãy do Infante herdeiro, [...]conforme o achei em escritura original da Torre do Tombo [...]. [p.248f] [...]He tambem muito para notarse o dizer a Rainha Santa Isabel, q[ue] era costume neste Reyno não se alhear da Coroa castello algum sem consentimento, e consulta dos Ricos Home~s, e Prelados delle. E ainda podemos conjecturar que o estilo de Hespanha em confirmarem nas escrituras, e doações [...] [1] sem consentim~eto deles, principalmente em materia de alheação consideravel de bens da coroa. Pelo tempo adiante se divolveo aos Reys maior soberania. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[...]nas doações antigas, em que os filhos legitimos dos Reys confirmão em primeiro lugar, e logo os officiaes maiores; convem a saber, Alferes mór, Mordomo mór, e depois delles os senhores de terras, que erão os Ricos homens, e mais fidalgos principaes. Os filhos bastardos confirmavão abaixo dos officiaes maiores, entre os outros Ricos homens, [...].

Por maneira que os Alferes mōres, e Mordomos dos Reys erão antepostos aos filhos bastardos. [...] (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[...]nas doações Reais ordinariamente todos os que firmão de qualquer modo são pessoas de qualidade, e da casa e serviço dos Reys. (*Terceira Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

[...]era estylo de se escreverem nas doações Reaes os nomes dos Infantes tão que nasciaõ por mayor autoridade das escrituras, o que temos notado (alem destes lugares) em outros muitos de varias escrituras. (*Quarta Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]O trecho encontra-se, de fato, no capítulo 35 do livro 17 de BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[1]Reaes os ricos Home~s, e Prelados, procedia de não terem os Reys liure poder para as doações

[2] Idem.

[3] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lusitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[4] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dobra. Moeda de Ouro. Ha varias castas dellas, humas Portuguezas, outras Castelhanas, outras Berbericas, outras d'el Rei D. Pedro. As dobras cruzadas valião 147 reis, e as meias dobras, q[ue] tambem lavrou, a metade desta quantia, hoje pezarão 600 reis. Das dobras Castelhanas, humas se chamavão valedias, ou da banda, e assim lhe chama a Ordenação velha L. 4. tit. 1. Valedias, p[o]r q[ue] valião e corrião em Portugal: da banda, p[o]r q[ue] forão lavradas p[o]r el Rei D. Affonso XI de Castella, q[ue] venceu a batalha do salado, e tinhão de huma p[ar]te a banda, insignia da ordem militar, q[ue] o m[es]mo Rei instituiu, e valião então 216 reis. Outras se chamavão de D. Branca, lavradas em Sevilha, valem as q[ue] hoje se conservão 600 reis. Outras se dizião Sevilhanas, mandou as lavrar em Sevilha, donde tomarão o nome, el Rei D. Affonso o sabio: tinhão de huma p[ar]te el Rei armado a cavalo, com a espada na mão e letra q[ue] dizia: Dominus mihi adjutor: e da outra as armas de Castella, e Leão, com o leteiro Alf. Rex Castellae et Leg. pezão o m[es]mo q[ue] as dobras da banda. As Berbericas, chamavão propriam[en]te Mouriscas. Valião 270 reis, hoje pegarão 600 reis (Chron. del Rei D. Pedro cap. 11.) D. Rodrig. da Cunha Hist. Eccl. de Lisb. p. 2. c. 20. n. 13. [1] Vej. Moeda

13 *Dobra*. Moeda de Ouro. Auia varias castas dellas, huas *Portuguezas*, outras *Castelhanas*, outras *Berbericas*. Das *Portuguezas*, huas chamavaõ Cruzadas, outras delRey *D. Pedro*. As dobras cruzadas valião 270 reis. As delRey *D. Pedro* valião 147 reis, e as meyas dobras, q' tambem lavrou, a metade desta contia, hoje pezarão 600 reis. Das dobras *Castelhanas*, huas se chamarão *valedias*, ou *da banda*, e assi lhe chama a Ordenação velha [nota lateral: L. 4. tit. 1.]; *Valedias*, porque valião e corrião em Portugal: *da banda*, porque forão lavradas por el Rei *D. Affonso* XI de Castella, que venceu a batalha do Salado, e tinhão de hua parte a *banda*, insignia da ordem militar, que o mesmo Rey instituiu, [...][1]; valião entam 216 reis. Outras se chamavão de *D. Branca*, lavradas em Sevilha, valem as que hoje se conservão 600 reis. Outras se dezião *Sevilhanas*, mandouas lavrar em Sevilha, donde tomarão o nome, elRey *D. Affonso* o sabio: tinhão de hua parte elRey armado a cavalo, com a espada na mão, e letra q' dizia: *Dominus mihi adjutor*; e da outra as armas de Castella, e Leão, com o leteiro, *Alfons. R Castellae, & Leg.* pezão o mesmo que as dobras da *banda*. As *Berbericas*, chamavão propriamente *Mouriscas*, valião 270 reis, hoje pezaràm 600 reis [nota lateral: Chron. delRey D. Ped. c. 11.] (*Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa, 1642*)

[1]CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e açoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão...* / por D. Rodrigo da Cunha. - Em Lisboa : por Manoel da Sylua, 1642. - 300 f. ; 2º (28 cm)

[1] de quem fallamos nos nossos commentarios ao decreto

Dom. O titulo de Dom deriva se da palavra latina Dominus, a qual [...nceando-a?] nós, mal convertemos na de Senhor, sendo assim q[ue] esta palavra, Senhor, he vocabulo tambem latino corrupto, q[ue] val tanto como senior, q[ue] quer dizer o mais velho. O nome Dominus, do qual se abreviou o Dom, se deriva do verbo Dominur, dominaris, q[ue] quer dizer mandar, o q[ue] alg[uns] applicão som[en]te aos q[ue] tem governo despotico de alg[um]a familia ou casa. Este titulo ou foi rarissimo em Hespanha, ou de todo se não praticou antes da entrada dos Mouros. Em D. Palayo, e nos mais Reis de Leão, e [Oviedo?], se começou a introduzir, e ficou estavel. Delles se derivou primeiro a seus filhos, depois aos descendentes, e dahi a alg[um]as Familias mais illustres. Em o Reino de Portugal se guardou inviolavelm[en]te o m[es]mo estilo, e tirados os Reis e seus filhos legitimos todos os mais de Dom, posto q[ue] fossem Ricos Homens, e g[ran]des Senhores. Isto nos assegurão as doações originaes daquelle tempo, em as quaes não ha os erros das Chronicas, nem dos Livros das Linhagens, q[ue] depois se trasladarão. Se em alg[um]as escrituras dos primeiros tempos da Monarquia se acha o titulo de Dom em os nomes dos Senhores q[ue] [contestarão?], pode inferir se q[ue] os Ricos homens se nomeavão então p[o]r cortezia dos q[ue] fazião as Escrituras, e nos annos seg[uin]tes haveria pra isso já alg[um] privilegio, senão o he q[ue] o uso foi [cobrando?] forças, com q[ue] se admittio aquelle estilo.

Em as gerações particulares se foi introduzindo o Dom, ou p[o]r se derivarem do sangue Real, ou p[o]r privilegio dos Reis; mas foi este dado com tanta limitação, até os tempos del Rei D. Affonso o V q[ue] não só nos Fidalgos, mas em senhores principalissimos não havia o uso delle. Daqui em diante se ampliou o Dom notavelm[en]te. Conservão se com tudo alg[um]as Familias illustres, e ainda senhores Titulares, sem Dom no q[ue] vemos neste Reino de Portugal

menos abuso, q[ue] em todos os outros da

[...]O titulo de Dom deriva se da palavra latina *Dominus*, a qual falceando-a nós, mal convertemos na de Senhor, sendo assim que esta palavra, Senhor, he vocabulo tambem latino corrupto, que val tanto como senior, que quer dizer o mais velho. O nome Dominus, do qual se abreviou o Dom, se deriva do verbo Dominur, dominaris, que quer dizer mandar, o que alguns applicão somente aos que tem governo despotico de alguma familia ou casa. Este titulo ou foi rarissimo em Hespanha, ou de todo se não praticou antes da entrada dos Mouros. Em D. Palayo, e nos mais Reis de Leão, e Oviedo, se começou a introduzir, e ficou estavel. Delles se derivou primeiro a seus filhos, depois aos descendentes, e dahi a algumas Familias mais illustres. Em o Reino de Portugal se guardou inviolavelmente o mesmo estilo, e tirados os Reis e seus filhos legitimos todos os mais de Dom, posto que fossem Ricos Homens, e grandes Senhores. Isto nos assegurão as doações originaes daquelle tempo, em as quaes não ha os erros das Chronicas, nem dos Livros das Linhagens, que depois se trasladarão. Se em algumas escrituras dos primeiros tempos da Monarquia se acha o titulo de Dom em os nomes dos Senhores quecontestarão, pode inferir se que os Ricos homens se nomeavão então por cortezia dos que fazião as Escrituras, e nos annos seguintes haveria pra isso já algum privilegio, senão o he que o uso foi cobrando forças, com que se admittio aquelle estilo.

Em as gerações particulares se foi introduzindo o Dom, ou por se derivarem do sangue Real, ou por privilegio dos Reis; mas foi este dado com tanta limitação, até os tempos del Rei D. Affonso o V que não só nos Fidalgos, mas em senhores principalissimos não havia o uso delle. Daqui em diante se ampliou o Dom notavelmente. Conservão se com tudo algumas Familias illustres, e ainda senhores Titulares, sem Dom no que vemos neste Reino de Portugal

Hespanha. Fr. A. Brand. Mon. part. 3. L. 11. c.19. [1]

D. Alvaro Pires de Castro antes de ser feito condestavel, e Conde de Arraiolos, não se chamava de Dom p[o] ser [bastardo?]. Rui de Pin. Chr. d'el Rei D. Affonso IV c. 61. [2]

O Titulo de Dom nem sempre se dava às mesmas filhas dos Reis, se erão illegitimas. Maria Affonso chama el Rei D. Dinis a huma sua filha bastarda (Torre do Tombo L. 3. del Rei D. Dinis fl. 34 e 36) e el Rei de Castella D. Affonso o sabio tambem o não dá a outra sua filha, como se pode ver em seu [testamento]. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L. 8. c. 19. [3]

Na ordem de Christo somente ao Mestre e Commendador mór se dava o titulo de Dom, e não no mais costume usado sempre na ordem. Fr. F. Brand. Mon. p. 6. L. 19. c. 10. [4]

No anno de 1485 p[o]r g[ran]des merecim[en]tos e assinados serviços, q[ue] Gonçalo Vaz de Castello Branco, Vedor da Fazenda tinha feitos a el Rei D. Affonso V e fez a el Rei D. João II seu filho, assim no segredo e conselho de g[ran]des feitos, em q[ue] foi sempre bom e fiel cav[aleir]o, el Rei p[o]r sua honra, e galardão deo, e accrescentou a elle, e a seus filhos, e a todos os q[ue] delle descenderem o titulo de Dom, e dahi em diante se chamou D. Gonçalo, e lhe deo mais [ascentamento?] de Conde, e Bandeira quadrada. Rui de Pina. Chron. del Rei D. João II c. 21. [5]

Garcia de Resende, Chronista d'el Rei D. João II, e q[ue] alcançou todo o seu Reinado, o immediato, e ainda alg[um] tanto do subseq[uen]te, nota a este respeito as alterações, q[ue] o tempo havia feito nesta materia, dizendo na Miscellanea a fl. 168 col. 2 [6] o seg[ui]nte:

Os Reis p[o]r accrescentar
As pessoas em valia,
Por lhos serviços pagar,
Vimos a huns o Dom dar,

Dsc00063

E a outros fidalguia:
Já se os Reis não hão mister
Pois tornar Dom quem o quer,
E armas nobres tambem.
Toma quem armas não tem,
E dá o Dom á Mulher.

menos abuso, que em todos os outros da Hespanha (*Monarquia Lusitana*, 1632)

D. Alvaro Pires de Castro antes de ser feito condestavel, e Conde de Arraiolos, não se chamava de Dom po ser bastardo. (*Chronica de ElRey Dom Afonso IV*, 1653)

O Titulo de Dom nem sempre se dava às mesmas filhas dos Reis, se erão illegitimas. Maria Affonso chama el Rei D. Dinis a huma sua filha bastarda (nota lateral - Torre do Tombo L. 3. del Rei D. Dinis fl. 34 e 36) e el Rei de Castella D. Affonso o sabio tambem o não dá a outra sua filha, como se pode ver em seu testamento. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

Na ordem de Christo somente ao Mestre e Commendador mór se dava o titulo de Dom, e não no mais costume usado sempre na ordem. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

No anno de 1485 por grandes merecimentos e assinados serviços, que Gonçalo Vaz de Castello Branco, Vedor da Fazenda tinha feitos a el Rei D. Affonso V e fez a el Rei D. João II seu filho, assim no segredo e conselho de grandes feitos, em que foi sempre bom e fiel cavaleiro, el Rei por sua honra, e galardão deo, e accrescentou a elle, e a seus filhos, e a todos os que delle descenderem o titulo de Dom, e dahi em diante se chamou D. Gonçalo, e lhe deo mais ascentamento de Conde, e Bandeira quadrada. (*Chronica delRey D. João II*, 1792)

Os Reis por accrescentar
As pessoas em valia,
Por lhos serviços pagar,
Vimos a huns o Dom dar,

E a outros fidalguia:
Já se os Reis não hão mister
Pois tornar Dom quem o quer,
E armas nobres tambem.
Toma quem armas não tem,
E dá o Dom á Mulher. (*Livro das obras*

O primeiro filho bastardo do Rei, q[ue] em Portugal teve Dom, e as chronicas antigas assim nomeão, foi D. João, filho d'el Rei D. Pedro, o qual em idade de 7 annos, foi Mestre de Aviz, e depois veio a ser Rei de Portugal o primeiro do nome. Até então os bastardos, como qualq[ue]r do povo, tinham o nome do baptismo, e com elle o de seu pai ou avós, em differença dos legitimis. Mariz, Dialog. de [...?] Hist. dial. 3. c. 5. fol. 116. [7]

Em alg[um]as Escrituras antigas o Dons q[ue] precede ao nome dos q[ue] as confirmão, [ou?] são testemunhas, mostra ser cortezia do Escrivão, e não titulo de Dom. Fr. Luiz de Sous. Hist. de S. Dom. p. 1. L.1. c. 21. [8]

Os Ricos homens alem da insignia de [Pendão?] e Caldeira, podião tambem (como diz o Doutor Salazar de Mendonça) uzar el alto pronombre de Dom, cosa q[ue] não era permitida mas q[ue] a los Reis, Infantes, y Prelados. De maneira q[ue] ficavão sendo como Infantes, Godos do nome de Rei e q[ue] elles usavam. O qual Dom se foi bastardando como vedes. Miguel Leitão d'Andrade. Miscell. Dial. 19 p. 536. [9]

A respeito do attributo de Dom antes dos nomes das Pessoas veja se na sobredita Miscellanea o m[es]mo Miguel Leitão de Andrada Dial. 20. p. 618. [10]

de Garcia de Resende ,1554)

O primeiro filho bastardo do Rei, que em Portugal teve Dom, e as chronicas antigas assim nomeão, foi D. João, filho d'el Rei D. Pedro, o qual em idade de 7 annos, foi Mestre de Aviz, e depois veio a ser Rei de Portugal o primeiro do nome. Até então os bastardos, como qualquer do povo, tinham o nome do baptismo, e com elle o de seu pai ou avós, em differença dos legitimis. (*Dialogos de Varia Historia, 1672*)

Em algumas Escrituras antigas o Dons que precede ao nome dos que as confirmão, ou são testemunhas, mostra ser cortezia do Escrivão, e não titulo de Dom. (*Historia de S. Domingo, 1767*)

Os Ricos homens alem da insignia de Pendão e Caldeira, podião tambem (como diz o Doutor Salazar de Mendonça) uzar el alto pronombre de Dom, cosa q[ue] não era permitida mas que a los Reis, Infantes, y Prelados. De maneira que ficavão sendo como Infantes, Godos do nome de Rei e que elles usavam. O qual Dom se foi bastardando como vedes. (*Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande, 1629*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]PINA, Rui de. Chronica de ElRey Dom Afonso o Qvarto do nome, e setimo dos Reys de Portvgal. Assi como a deixov escrita Ruy de Pina Guardamor da Torre do Tombo, & Chronista mòr do mesmo Reyno. Tirada a luz por industria de Paulo Craesbeek, E na sua offcina impressa, & à sua custa. EM LISBOA. Com todas as licenças. Ano 1653.

[3]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana, 1632.

[4]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia

Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[5]PINA, Ruy de. Chronica d'ElRei Dom João II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

[6]REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bõdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofõ principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

[7]MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz *Dedicados* Ao S.Õr Diogo Soares Lxa. Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffors Da Cavapral Anno1672.

[8]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[9]ANDRADE, MiguelLeitão de (1553-1630). Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande : apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa... com mtas. curiozidades e poezias diversas / por Mighel Leitão d^aAndra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629.

[10]Idem.

Dsc00064

Dona. O nome de Donas se dava geralm[en]te no tempo antigo ás Religiosas. No Mosteiro de S. Domingos de Donas de Santarem vemos conservado o nome antigo de Donas. Este Mosteiro começou pelos annos de 1287 a respeito da Religião do Patriarcha S. Domingos a q[ue] se sugeitarão as Encelladas ou Emparedadas, q[ue] alli vivião, e com cujos estatutos e observancia hoje passarão. Fr. Fr. Brand. Monar. part. 5. L. 16 c.65. [1]

O nome de Donas reduzido à sua verdadeira significação tem seu principio no latino Dominas, q[ue] he o m[es]mo q[ue] senhora, com o qual geralm[en]te erão tratadas as mulheres moças e donzellas, e mais em especial as nobres entre as Romanas mais cortezãas. Parece de Authores antigos em m[ui]tas partes...

Donde fica claro e entendido q[ue] o titulo de Donas, q[ue] nossos antepassados derão em Santarem às suas emparedadas, antes e depois de recolhidas no novo mosteiro, q[ue] hoje conservão suas successoras, he frase de gente cortezã, e q[ue] sabia tratar com respeito a virtude e nobreza. Fr. Luiz de Sousa Hist. de S. Dom[in]gos part. 1. L. 5. c. 22. [2]

Donas no Paço se intitularão as Senhoras Viuvras de alta qualid[ad]e, que se empregarão no Real Serviço. Á imitação destas tambem nas cazas dos Fidalgos se dava este m[es]mo nome a mulheres de maior id[ad]e q[ue] se tinham p[ar]a authorid[ad]e de alguém, e guarda das criadas.

Donas nunca se disserão moças donzellas, senão mulheres casadas, ou viuvras ou religiosas, e [Figueirado?] de Donas parece seria fazenda de alg[um] Mosteiro de Donas, q[ue] então havia, como ainda hoje vemos S. Domingos de Donas em Santarem, e de Santos em Lisboa, e em Salamanca S, Pedro de donas, eoutros m[ui]tos p[or] Portugal e Castella, ale das q[ue] vierão a ser de Frades, q[ue] chamão de Dom, como a ellas chamavão Donas. Miguel Leitão de And. Misc.

O nome de Donas se dava geralmente no tempo antigo ás Religiosas. No Mosteiro de S. Domingos de Donas de Santarem vemos conservado o nome antigo de Donas. Este Mosteiro começou pelos annos de 1287 a respeito da Religião do Patriarcha S. Domingos a que se sugeitarão as Encelladas ou Emparedadas, que alli vivião, e com cujos estatutos e observancia hoje passarão. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

O nome de Donas reduzido à sua verdadeira significação tem seu principio no latino Dominas, que he o mesmo que senhora, com o qual geralmente erão tratadas as mulheres moças e donzellas, e mais em especial as nobres entre as Romanas mais cortezãas. Parece de Authores antigos em muitas partes[...]

Donde fica claro e entendido que o titulo de Donas, que nossos antepassados derão em Santarem às suas emparedadas, antes e depois de recolhidas no novo mosteiro, que hoje conservão suas successoras, he frase de gente cortezã, e que sabia tratar com respeito a virtude e nobreza. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

Donas no Paço se intitularão as Senhoras Viuvras de alta qualidade, que se empregarão no Real Serviço. Á imitação destas tambem nas cazas dos Fidalgos se dava este mesmo nome a mulheres de maior idade que se tinham para autoridade de alguém, e guarda das criadas.

Donas nunca se disserão moças donzellas, senão mulheres casadas, ou viuvras ou religiosas, e Figueirado de Donas parece seria fazenda de algum Mosteiro de Donas, que então havia, como ainda hoje vemos S. Domingos de Donas em Santarem, e de Santos em Lisboa, e em Salamanca S, Pedro de donas, eoutros muitos por Portugal e Castella, ale das que vierão a ser de Frades, que chamão de Dom, como a ellas chamavão Donas. (*Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande, 1629*)

Dsc00066

Dialog. 1. p.29 e 30. [3]

Os nomes de Dom e Dona se podem ser

largam[en]te explicados p[o]r José Soares da Silva, Memor. do Rei D. J. o I. T. 1. L. 1. c. 3 e 4. [4]

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[3]ANDRADE, Miguel Leitão de. Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa... com mtas. curiozidades e poezias diversas / por Mighel Leitão d^aAndra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629.

[4]SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

DONZEL

Dsc00067

Donzel Vej[a]. Alcaide dos Donzeis.

Donzella. No serviço da Casa Real se nomeavão assim antig[amen]te o q[ue] hoje se diz Dama do Paço. Donzella se deriva de Domina ou Dona q[ue] significa mulher q[ue] tem casa e estado; e p[o]r tanto donzella val mulher, q[ue] não tem ainda nada disto, e também se diz Domicella, p[o]r q[ue] p[o]r essas m[es]mas [cosas?] vivia encerrada em casa:e principalm[en]te na corte Portugueza se chamavão Donas Donas (sic) às mulheres casadas, e Donzellas as q[ue] o não erão. Vej. Faria e Sousa. Com. á Lusiad. tom. 2. canc. 3. estr. 134. col. 206 e [seqq?]. [1]

No serviço da Casa Real se nomeavão assim antigamente o que hoje se diz Dama do Paço. Donzella se deriva de Domina ou Dona que significa mulher que tem casa e estado; e por tanto donzella val mulher, que não tem ainda nada disto, e também se diz Domicella, por que por essas mesmas cosas vivia encerrada em casa:e principalmente na corte Portugueza se chamavão Donas às mulheres casadas, e Donzellas as que o não erão. (*Lvsíadas de Lvis de Camoens, 1639*)

[1]CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. *Lvsíadas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe Qvarto El Grande. Comentadas por Manvel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cfa Real [...]. Primero i Segundo Tomo. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros.*

Dsc00071

Ducado moeda antiga. Os Duques q[ue] era [nome?] de governo da guerra e exercitos, e não de estado, como diz João [Marianna?] na sua chronica fol. 333 podião bater moeda p[ar]a soldados, e delles se chamavão ducados ás moedas. Mig. Leit. de And. Misc. em Dial. 18. p. 527. [1]

Os Duques que era nome de governo da guerra e exercitos, e não de estado, como diz João Marianna na sua chronica fol. 333 podião bater moeda para soldados, e delles se chamavão ducados ás moedas. (*Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande, 1629*)

[1]ANDRADE, Miguel Leitão de. *Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa... com mtas. curiosidades e poezias diversas / por Mighel Leitão d^aAndra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629.*

Dsc00073

Ducatão. Moeda de ouro, a qual el Rei D. Sebastião q[uan]do foi a Guarda em mandou lavrar com o valor de quarenta mil reis, valor de trinta, e outra de dez cruzados. Fr. Man. dos Santos. Hist. [Sebast...?] p. 488. [1]

[...]Moeda de ouro, a qual elRei D. Sebastião quando foi a Guarda em [...] mandou lavrar com o valor de quarenta mil reis, valor de trinta, e outra de dez cruzados. (*Historia Sebastica, 1735*)

[1]SANTOS, Frei Manoel dos. Historia Sebastica, contem a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastiaõ, Rey de Portugal, e os successos memoraveis do Reyno, e Consquistas no seu tempo, dedicada a elRey N. Senhor D. Joaõ V. Author Fr. Manoel dos Santos, Benedictino Cisterciense, Professor no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre Jubilado em Theologia, Chronista de Sua Mageftade, e deſtes Reynos, e da fua Ordem de S. Bernardo. Lisboa Occidental, No Officina de Antonio Pedrozo Galgram. M. DCC. XXXV [1735]. Com todas as licenças neceſſarias. Á cuſta de Francifco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental.

Duque. Este nome deriva-se da palavra Dux, q[ue] em Latim significa guia ou capitão. Os Godos imitando os Imperadores Romanos, puzerão em suas fronteiras Capitães geraes com o nome latino de Duces ou Duques; os quaes governarão os seus territorios, e Provincias como agora fazem os [Vices?] Reis, e delles fallão muitas Leis do Fuero Juzgo. Vindo depois Carlos Magno a Italia, e vencendo o ultimo Rei dos Longobardos, tomou p[ar]a si a maior p[ar]te das Provincias; e deo os Ducados della aquelles principaes, q[ue] o ajudarão a ganhar a terra; porem com mais liberdade q[ue] os Reis Longobardos, p[or] q[ue] não som[en]te os deo estes senhores em sua vida, como então m[ui]tos tinham; mas p[ar]a seus descendentes com condição q[ue] lhe guardassem fidelid[ad]e, e reconhecessem vassalagens. Os imperadores q[ue] succederão a Carlos Magno, e à sua imitação os Reis de França e Inglaterra derão tambem este titulo a m[ui]tos.

De Inglaterra veio esta dignidade a Hespanha m[ui]tos annos adiante em tempo d'el Rei D. João o I quando D. João Duque de Lencastre, filho seg[un]do del Rei D. Duarte, passou a Hespanha [apostando?] o Reino de Castella p[or] sua mulher q[ue] era filha d'el Rei D. Pedro de Castella o cruel. Pelo q[ue] o nosso Rei D. João I seu genro à sua imitação deo a m[es]ma dignidade de Duque aos Inf[an]tes D. Pedro e D. Henrique seus filhos, q[uan]do veio de tomar Ceita; e forão os primeiros q[ue] houve neste Reino.

As ceremonias com q[ue] se esta dignid[ad]e dava em Portugal não se acha em nossas historias. Porem seg[un]do Scipião Amirato (Nobreza de Napoles tit. dos Duques) e se collige do Regim[en]to dos Reis de Armas deste Reino: vem o novo Duque acompanhado dos principaes Fidalgos da Corte, seus amigos e parentes, precedendo diante os Reis de Armas, de

[...]Este nome deriva-se da palavra Dux, que em Latim significa guia ou capitão. Os Godos imitando os Imperadores Romanos, puzerão em suas fronteiras Capitães geraes com o nome latino de Duces ou Duques; os quaes governarão os seus territorios, e Provincias como agora fazem os Vices Reis, e delles fallão muitas Leis do Fuero Juzgo. Vindo depois Carlos Magno a Italia, e vencendo o ultimo Rei dos Longobardos, tomou p[ar]a si a maior parte das Provincias; e deo os Ducados della aquelles principaes, que o ajudarão a ganhar a terra; porem com mais liberdade que os Reis Longobardos, porque não somente os deo estes senhores em sua vida, como então muitos tinham; mas para seus descendentes com condição que lhe guardassem fidelidade, e reconhecessem vassalagens. Os imperadores que succederão a Carlos Magno, e à sua imitação os Reis de França e Inglaterra derão tambem este titulo a muitos.

De Inglaterra veio esta dignidade a Hespanha muitos annos adiante em tempo d'el Rei D. João o I quando D. João Duque de Lencastre, filho segundo del Rei D. Duarte, passou a Hespanha apostando o Reino de Castella por sua mulher que era filha d'el Rei D. Pedro de Castella o cruel. Pelo que o nosso Rei D. João I seu genro à sua imitação deo a m[es]ma dignidade de Duque aos Infantes D. Pedro e D. Henrique seus filhos, quando veio de tomar Ceita; e forão os primeiros que houve neste Reino.

As ceremonias com que se esta dignidade dava em Portugal não se acha em nossas historias. Porem segundo Scipião Amirato (Nobreza de Napoles tit. dos Duques) e se collige do Regimento dos Reis de Armas deste Reino: vem o novo Duque acompanhado dos principaes Fidalgos da Corte, seus amigos e parentes, precedendo diante os Reis de Armas, de

musica de Menestreis, e [lerão-lhe?] huma bandeira, e coronel os [maiores?] Fidalgos, q[ue] o acompanhão; chegando ao Paço, entrão na sala

musica de Menestreis, e lerão-lhe huma bandeira, e coronel os maiores Fidalgos, que o acompanhão; chegando ao Paço, entrão na sala

Real, onde el Rei está em seu Throno, e lhe fazem huma pratica em seu louvor; dando as razões p[o]r q[ue] el Rei lhe concede aquella dignid[ad]e: depois pondo se o novo Duque de joelhos diante d'el Rei, lhe mette a bandeira na mão, e lhe põe o coronel na cabeça; feito isto, se torna outra vez a cavallo com as insignias postas na cabeça até sua casa.

Neste Reino se teve sempre esta dignid[ad]e em m[ui]to e se não deo senão a filhos e netos dos Reis, ou a parentes chegados à Casa Real. Sev. de Far. Not. disc. 3. [parágrafo] 23. [1]

Os Duques tem assento na Capella Real em cadeira raza em [coxim?], junto ao lugar onde el Rei está. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L.11. c12. [2]

O titulo de Duque em Latim Dux, não foi antig[amen]te em Hespanha como se vê em m[ui]tas doações antigas tão honrado como o de Conde; mas como Dux em Latim, significa Capitão, e o nosso Conde D. Henrique se presava tanto de o ser bom, a este fim usava delle em alg[um]as Escrituras, e não como alg[uns] quizerão p[o]r titulo de grandeza. Fr. Bern. de Brit. Chron. de Cister. L. 2. c. 2. [3]

El primer Duque (diz Manoel de Faria e Sousa) de los q[ue] conservam sua casa en España con mas antigüidad es el de Bragança; p[o]r q[ue] este titulo fue dado en los tiempos del Rei D. Juan el I i los otros muchos años despues. [E...?] Port. tom 3. p. 4. cap. 9. n. 98 p. 376. [4]

Real, onde el Rei está em seu Throno, e lhe fazem huma pratica em seu louvor; dando as razões por que el Rei lhe concede aquella dignidade: depois pondo se o novo Duque de joelhos diante del Rei, lhe mette a bandeira na mão, e lhe põe o coronel na cabeça; feito isto, se torna outra vez a cavallo com as insignias postas na cabeça até sua casa.

Neste Reino se teve sempre esta dignidade em muito e se não deo senão a filhos e netos dos Reis, ou a parentes chegados à Casa Real. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

Os Duques tem assento na Capella Real em cadeira raza em coxim, junto ao lugar onde el Rei está. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

O titulo de Duque em Latim Dux, não foi antigamente em Hespanha como se vê em muitas doações antigas tão honrado como o de Conde; mas como Dux em Latim, significa Capitão, e o nosso Conde D. Henrique se presava tanto de o ser bom, a este fim usava delle em algumas Escrituras, e não como alguns quizerão por titulo de grandeza. (*Chronica de Cister, 1602*)

El primer Duque de los que conservan sua casa en España con mas antigüedad es el de Bragança: porque este titulo fue dado en los tiempos del Rey D. Juan el I. i los otros muchos años despues. (*Europa Portuguesa, 1680*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia

Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[3]BRITO, Bernardo de (1569-1617). Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade composta por Frey Bernardo de Brito (...) Em Lisboa : por Pedro Crasbeek, 1602.

[4] O trecho encontra-se à página 376 da seguinte edição, que parece assim ser a que usou Pedro José da Fonseca: FARIA E SOUSA, Manuel. Europa Portuguesa. Segunda Edicion correte, ilustrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que és labor nueva. Por su autor Manuel de Faria, y Sousa Cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real. Tomo III. Dedicale Antonio Craesbeeck de Mello al Serenissimo Principe Don Pedro Regente,y Gobernador de Portugal, &c. Lisboa. con las licencias necessarias, y Privilegio Real. A costa d'Antonio Craesbeeck de Mello Impressor de S. Alteza. Año 1680. Vendese en su Casa en la Calle de los Espingarderos en Valverde

Dsc00077

Duroos. Diogo Gonçalves foi hum dos Fidalgos Portuguezes, q[ue] se achou na batalha do Campo de Ourique. Era filho de Gonçalo Oveques, o q[ue] fundou o Mosteiro de Cete. Casou com D. Urraca Mendes, irmã de Fernando Mendes de Brangança, cunhada del Rei D. Aff[ons]o Henriques. Deste Fidalgo (conforme diz o Conde D. Pedro titulo 34) descendem p[o]r Varonia os Duroos. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L.10. c.4. [1]

[...]Diogo Gonçalves foi hum dos Fidalgos Portuguezes, que se achou na batalha do Campo de Ourique. Era filho de Gonçalo Oveques, o que fundou o Mosteiro de Cete. Casou com D. Urraca Mendes, irmã de Fernando Mendes de Brangança, cunhada del Rei D. Affonso Henriques. Deste Fidalgo (nota lateral - Conde D. Pedro titulo 34) descendem por Varonia os Duroos. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Eça. O Inf[an]te D. João filho del Rei D. Pedro o I e da Rainha [posthuma] D. Ignez Pires de Castro deixou em Portugal de sua primeira mulher D. Maria Telles de Menezes, hum filho a q[ue] chamarão D. Fernando de Eça, em razão de huma Villa em Galiza deste nome, da qual elle foi senhor. Casou m[ui]tas vezes, e teve de diversas mulheres 42 filhos; mas de todos só se acha noticia certa de 4.; D. João, D. Fernando, D. Garcia, e D. Catharina de Eça. Esta senhora foi Religiosa perpetua do Real Mosteiro de Lorvão da Ordem de S. Bernardo.

Estes Eças descendentes do Inf[an]te D. João, os quaes se devem escrever com Ç, tem p[o]r armas as Quinas Reaes Portuguesas, cercado o escudo com hum cordão de S. Francisco, e timbre huma aguia azul aberta, estendidas as azas, armada de ouro, com cinco besantes de prata no peito.

O Author da Nobiliarchia Portugueza [1] faz menção de outros Essas; e q[ue] estes seg[un]dos tem o seu solar em Essa huma Villa pouco distante da Aranda do Douro, e tem p[o]r armas em campo de ouro huma cruz vermelha floreteada, orla de ouro com caldeiras negras; e segunda orla branca com aspas de ouro.

Tambem Pedro Salazar de Mendonça na Historia do Cardeal D. João Taveira cap. 6 [2] faz menção de outros Essas ou Dessas, descendentes de Affonso Gomes Dessa, hum fidalgo castelhano, dos q[ue] descerão a Portugal, p[o]r não quererem conhecer a El Rei D. Henrique II de Castella;

o qual Affonso Gomes casou neste Reino, e teve hum filho, q[ue] foi ao depois contador mor da Rainha D. Beatriz filha d'el Rei D. Fernando, mulher d'el Rei D. João I de Castella, e em razão do d[it]o off[ici]o, acompanhou a Rainha, a viver na cid[ad]e de Toro. Fr. Man. dos Santos part. 8. L. 22. c. 34.[3]

Os filhos del Rey D. Pedro, e da Rainha posthuma D. Ignes Pires de Castro [...] [p. 243] Deixou em Portugal o Infante D. Joaõ de fua primeira mulher D. Maria Telles de Menezes hum filho, a que chamàraõ Dom Fernando de Eça por razão de huma Villa em Galiza deste nome, da qual ele foy Senhor; cazou muitas vezes, e teve de diverfas mulheres quarenta, e dous filhos; mas de todos fõ achey noticia certa de quatro; D. Joaõ, D. Fernando, D. Garcia, e D. Catarina de Eça: ehta Senhora foy Religiofa, e Abadeffa perpetua do Real Mosteiro de Lorvão da Ordem de S. Bernardo [...] [p. 255] Eftes Eças, defcendentes do Infante D. Joaõ, os quaes devem fe efcrever com Ç, tem por Armas as Quinas Reaes Portuguezas, cercado do efcudo com hum cordão de S. Francisco; e timbre huma Aguia azul aberta, eftendidas as azas, armada de ouro, com finco befantes de prata no peito. O Autor da Nobiliarchia Portugueza faz menção de outros Effas; e que eftes fegundos tem o feu foliar em Effa, huma Villa pouco diftante de Arand do Douro; e tem por armas em campo de ouro huma Cruz vermelha floreteada, orla de ouro com caldeiras negras; e fegunda orla branca com afpas de ouro. Tambem Pedro Salazar de Mendonça na hiftoria do Cardeal D. Joaõ Taveira [nota marginal: "Cap. 6"] faz menção de outros Effas, ou Deffas, defcendentes de Affonso Gomes Deffa, hum Fidalgo Castelhana, dos que defceraõ a Portugal, por não quererem conhecer a ElRei D. Henrique II. de Castella;

o qual Affonso Gomes cafou nefte Reino, e teve hum filho, que foy ao depois Contador mòr da Rainha D. Beatriz filha delRei D. Fernando, mulher delRei D. João I. de Castella, e por razão do dito officio, acompanhou a Rainha, e viveu na cid[ad]e de Toro. [pp. 255-256] (*Oitava Parte da Monarquia Lusitana, 1729*)

[1] SAMPAYO, António de Villas Boas e (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiſſimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre,

Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676. (com múltiplas reedições; republicada com correcção na Officina Ferreyriana, Lisboa Occidental, 1727).

[2] SALAZAR Y MENDOZA, Pedro de (1549-1629). Chronico de el Cardenal don Iuan Tauera. Por el doctor Pedro de Salazar y Mendoça, Adminiftrador de fu Hofpital: y en el impreffo. Con privilegio. Toledo: Pedro Rodrigues, 1603.

[3] SANTOS, Frei Manuel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. *Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423.* Lisboa na Officina da Musica. 1729. Livro XXII, Capítulo XXXIV, p. 243 e pp. 255-256.

Emparedadas e Encelladas – Nos primeiros tempos da Monarchia Chamavão se Emparedadas certas mulheres, q[ue] se recolhião em alg[um]as casas a fazer penitencia; e tambem as nominavão Encelladas, e a seus recolhim[en]tos cellas. Fr. F. Brand. Mon. part. 5. L. 12. c. 36. [1]

Quem desejar mais individual noticia das pessoas de hum e outro sexo, q[ue] viverão emparedadas neste Reino, e seguirão esta penitente vida em diff[eren]tes horas pode recorrer ao Agiologio Lusitano, tom I p. 59. col. 2. e segg. Letr. d. [2]

[...]Emparedadas chamauão naquella idade as molheres ~q se recolhião em alg~uas casas a fazer penitencia, & tambem as nomeauão encelladas, & a seus recolhimentos Cellas. (*Quarta Parte da Monarchia Lvsitana*, p. 65, 1632)

[1]A referência à parte da Monarquia Lusitana em que o trecho está incorreta. O trecho, de fato, se encontra na quarta parte, e, não, na quinta: BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomo I. Que comprehende os dous primeiros meses de Janeiro, & Fevereiro, Com seus commentarios. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652.

Dsc00083

Empreza. Sempre foi costume dos Principes declarem ao mundo seus pensamentos p[o]r meio de divisas ou empresas q[ue] cada hum toma. Aqui se referem as Aguias, os Gryfos, as Fenix, os Leões rompentes, os Tigres, as Pantheras, as Columnas, os Diamantes, as Pyramides, e todas as mais q[ue] vemos acompanhar as armas dos Reis e Reinos. Fr. Luiz de Sous. Hist. de S. Domingos part. 2. L.5. c. 1. [1]

[1] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Segunda Parte da Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[...]Sempre foy costume dos Principes[1] declarem ao mundo seus pensamentos por meyo de divisas, que cada hum toma. Aqui se referem as Aguias, os Gryfos, as Fenix, os Leoens rompentes, os Tigres, as Panteras, as Columnas, os Diamantes, as Piramides, e todas as mais que vemos acompanhar as armas dos Reys, e Reynos. (*Segunda Parte da Historia de S. Domingos, pp.343-344, 1760*)

[1]e inda hoje não está esquecido,

ENCOUTOS

Dsc00081

Encoutos, era a pena pecuniaria, imposta a quem [...]era a pena pecuniaria, imposta a quem quebrava esta ou aquella lei. Franc. Leitão Ferr. quebrava esta ou aquella lei (*Notícias Not. Chron.* n. 252. p. 104.[1] *Cronológicas*, 1729)

[1] FERREIRA, Francisco Leitão. Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729.

Engenhoso. Foi moeda de Ouro q[ue] fez lavrar el Rei D. Sebastião no anno de 1562 com o valor de 500 reis. Tinha de huma p[ar]te a cruz com a letra: In hoc signo vinces; e da outra banda o escudo do Reino com a letra: Sebastian I Rex Portugal. Chamou-se esta moeda de Engenhoso p[o]r assim se chamar João Gonçalves natural de Guimarães, q[ue] fez o cunho: Ordenou elle de sorte, q[ue] as moedas sahião fundidas de pezo, e com hum circulo ao redor p[ar]a não se poderem cercear. Barbos. Remiss. à ord. tit. 21. [...?] 4. p. 30. João Bap. de Castro Mapp. de Portugal tom. 1. part. 1. cap. 12. pag. 184. n. 20. [1]

[1] CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal pelo Padre Joaõ Bautista de Castro. Tomo Primeiro. Parte I. e II. [...] Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francifco Luiz Ameno. M. DCC. LXII [1762]. Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.

Engenhoso. Foy moeda de ouro, que fez lavrar elRei D. Sebastiaõ no anno de 1562 com o valor de 500 reis. Tinha de huma parte a cruz com a letra: *In hoc signo vinces*; e da outra banda o escudo do Reino com a letra: *Sebastian. I. Rex Portugal*. Chamou-se esta moeda do Engenhoso, por assim se chamar João Gonçalves, natural de Guimarães, que fez o cunho. Ordenou elle de sorte, que as moedas sahião fundidas de pezo, e com hum circulo ao redor para não se poderem cercear.[3](*Mappa de Portugal, p.184, 1762*)

[3][nota-de-rodapé] Barbos. Remiss. à Ord. tit. 21. [?] IV.4. p. 30.

Dsc00089

Era de Cesar, p[o]r q[ue] se declarão as datas nas doações e escrituras antigas até o Reinado d'el Rei D. Diniz, leva de excesso à de Christo 38 annos. Deve porem advertir se como nota o Chronista mór Fr. Francisco Brandão, Mon. p. 6 L. 18. c. 36 [1] q[ue] com a palavra Era, ainda depois do referido tempo, se fazião ambos os computos, ou de Era de Cesar, ou de Anno de Christo, observação confirmada pelos mais ajustados computistas, e q[ue] pudera com varias Escrituras evidentem[en]te comprovar-se.

Não se costumava ainda no tempo d'el Rei D. João I p[o]r Era nas cartas missivas, como se fez depois. Este uso veio a este Reino de Castella, depois q[ue] se começaram a tratar o casam[en]to d'el Rei D. Duarte, sendo Inf[an]te, e do In[fan]te D. Pedro, p[o]r q[ue] ambos estes casamentos erão da Casa de Aragão; porem assim a Rainha D. Leonor, como a Infanta D. Isabel ambas se crearão em Castella; e ainda p[o]r q[ue] assim el Rei de Navarra como os Inf[an]tes D. Henrique e D. Pedro erão em Castella, e com elles e com el Rei d'Aragão tratou o casam[en]to de sua irmã, como era razão. Houverão naquelles dias razões de virem a este Reino m[ui]tas cartas missivas, de q[ue] os Escrivões tomarão costume de pôr a Era, e foi no anno de 1427 do Nascim[en]to de Christo. Gomes Ean. de Azar. Chron. do Cond. D. Pedro c. 22. [2]

A computação dos annos, q[ue] primeiramente em Portugal se contavão p[o]r Eras, se mudou, mandando el Rei D. João o I q[ue] em seus Reinos se não contasse mais pela Era de Cesar, senão p[o]r annos do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, o q[ue] foi no anno de 1422 correndo a Era de Cesar em 1460, como aponta a Ordenação velha deste Reino no L. 4. tit. 51 D. Rod. da Cunha Cat. dos Bispos do Porto par. 2. c. 26. p. 243 [3] – Veja se Fr. Bern. de Brito Mon. Lus.

Dsc00090

p.1. L. 4. c. 29. [4]* Fr. Luiz de Sousa Hist. de S. Doming. part. 1. L. 6. c. 25, 26 a 39. [5]**

com a palavra, Era, ambos os computos se faziaõ, ou de Era de Cesar, ou de anno de Christo, observação confirmada pelos mais ajustados computistas, e que pudera com varias Escrituras comprovar com evidencia; [1][...] (*Monarquia Lusitana*, 1672)

[...] nem se costumavam naquele tempo poer Era nas cartas missivas, como fizeram depois. O qual uzo veio a este Regno de Castella, depois que se começaram a tratar os casamentos d'ElRey Eduarte sendo Infante, e do Infante Dom Pedro, porque ambos estes casamentos eram da Caza d'Aragão; pero assy a Raynha Dona Leanor, como a Infanta D. Izabel ambas se criaram em Castella e ainda porque assy ElRey de Navarra, como os Infantes Dom Enrique, e Dom Pedro eram em Castella, e com elles, e com ElRey d'Aragão seu Irmaõ se tratou o casamento de sua irmãa, como era razão. Ouverom naquelles dias razaõ de virem a este Regno muitas Cartas missivas, de que os Escripvães tomarom costume de pôr a Era, e foi no anno de mil quatrocentos e vinte e sete do Nascimento de Christo; [...]. (*Chronica do Conde D. Pedro de Meneses*, pp. 1792)

[...] se mudou a computação dos annos, que ate então se contavão por Eras, mandando elRey D. Ioaõ primeiro, q' em seus Reynos senão contase maes pella Era de Cezar, senaõ por annos do nascim~eto de Nosso Senhor Iesu Christo, o que foi no anno de 1422. correndo a Era de Cezar em 1460. como aponta a Ordenação velha deste Reyno no *liv. 4. tit. 51. [...]* (*Cathalogo, e Historia dos Bispos d Porto*, p. 243, 1623)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lusitana, Que Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2] O trecho encontra-se no Livro 2, Capítulo 22, ZURARA, Gomes Eanes de (1410/20-1474). Chronica do Conde D. Pedro de Meneses. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

[3] A paginação indicada na referência corresponde à seguinte edição: CUNHA, D. Rodrigo da Cunha (1577-1643). Cathalogo, e Historia dos Bispos d Porto. Offerecida a Diogo Lopes de Souza, Conde de Miranda, & Gouernador da Relação, & Casa do Porto, & feu districto: do Confelho de fua Magestade. Por D. Rodrigo da Cunha, Bispo do Porto. No Porto. Por Ioaõ Rodriguez Impreffor de fuá Senhoria. Com as licenças necefsarias. Anno. 1623.

[4] BRITO, Frei Bernardo. Primeira Parte da Monarquia Lusitana, contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo / por Frei Bernardo de Brito. Impressão: Mosteiro de Alcobaça, 1597. *Aqui se encontra notícia de escrituras antigas contendo a datação em “Era” e explicação sobre a correspondência em “Anno de Christo”.

[5] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767. **Aqui se encontra mais notícias sobre o uso da datação a que se refere o presente verbete.

[1] O trecho encontra-se em BRANDÃO, Fr. Francisco. *Sexta Parte da Monarquia Lusitana*, 1672, Livro 18, que trata do reinado de D. Dinis. Em BRITO, Frei Bernardo. *Primeira Parte da Monarquia Lusitana*, 1597, Livro 4, Capítulo 29 encontra-se informada a diferença de 38 entre a datação em “Era de Cesar” e “Anno de Christo”.

Eremitica vida. Huma das coisas q[ue] mais illustrão o Reyno de Portugal, he haver se dado nelle princípio à vida Eremitica, q[ue] tem sido de tanto proveito e ornam[en]to à Igreja Catholica. Foi o prim[eir]o q[ue] instituio esta vida hum santo varão, chamado Felix, o qual viveo em hum monte junto a Rates, em tempo do prim[eir]o Arcebispo de Braga S. Pedro de Rates, o qual (como he notorio) foy discipulo do Apostolo Santiago, e floreceo pelos annos de Christo 45. De Felix e seu modo de vida faz menção o Breviario de Braga na vida do m[es]mo S. Pedro. Este instituto da Vida Eremitica floreceo depois p[or] todas as p[ar]tes da Christand[ad]e, e parece q[ue] se derivou de Portugal, p[or] q[u]anto em todas as Provincias se acha q[ue] uzarão do m[es]mo nome e habito, q[ue] trouxerão os Eremitas Portuguezes antigos, e se conserva nos Religiosos da Serra de Ossa. Fr. F. Brand. Mon. p. 3. L. 8. c. 32. [1]

Huma das cousas que mais illustrão o Reyno de Portugal, he auerse dado nelle princípio á vida heremitica, que tem sido de tanto proveito e ornamento à Igreja Catholica. Foy o primeiro que instituio esta vida hum Santo varão chamado Felix, o qual viveo em hum môte junto a Rates, em tempo do primeiro Arcebispo de Braga S. Pedro, o qual (como he notorio) foy discipulo do Apostolo Santiago, e floreceo pelos annos de Christo 45. De Felix, e seu modo de vida faz me~ção o Breviario de Braga na vida do mesmo S. Pedro. Este instituto da vida heremitica floreceo depois por todas as partes da Christandade, e parece que se derivou de Portugal, por quanto em todas as Provincias se acha que usarão do mesmo nome, e habito que trouxerão os Hermitães Portuguezes antigos, e se cõservou nos Religiosos da Serra d'Ossa. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio.Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00093

Escanção, Oficial da Casa Real, e primava nas escrituras em latim, denominando-se Escanscanus ou Scancianus. Lançava o vinho na copa. Este nome hoje corre em alg[um]as p[ar]tes, principalm[en]te na terra de entre Douro e Minho nos banquetes q[ue] se fazem. Fr. A. Brand. Mon. p. 4. L. 13. c.24. [1]

[...] alguns officiaes da casa delRey [...] Escanscanus, q' he Escanção, e lançava o vinho na copa, nome que ainda hoje corre em algumas partes, principalmente na terra de entre Douro e Minho nos banquetes que se fazem. (*Monarquia Lusitana*, p.111v, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00095

Escaques – he hum Escudo pintado com as casas do taboleiro do Xadrez, ou em p[ar]te ou em todo. As Familias q[ue] trazem Escaques, são: Aboins, Alcaforado, Altro, Areas, Avinhal, Barbança, Barbuda, Bermudes, Buzios, Cotrim Dante, Espindola, Fafes, Folgueiro, Fuseiro, Gamas, Godins, Magalhães, Maracote, Negreiros, Pavia, Peixoto, Porto Carreiro, Pretto, Quadros, Raposos, Sá, Sandes, Severim, Souto Maior, Toledo, Velasques, Utre, Xarce de Valença. Sev. de Far. Not. de Port. disc. 3. [parágrafo] 5. [1]

Escaques he hum Escudo pintado com as casas do taboleiro do Xadrez, ou em parte ou em todo.

As que trazem Escaques, são: Aboins, Alcaforado, Altro, Areas, Avinhal, Barbança, Barbuda, Bermudes, Buzios, Cotrim Dante, Espindola, Fafes, Folgueiro, Fuzeiro, Gamas, Godins, Magalhaens, Maracote, Negreiros, Pavia, Peixoto, Porto Carreiro, Pretto, Quadros, Raposos, Sã, Sandes, Severim, Souto Mayor, Toledo, Velasques, Utre, Xarce de Valença. (*Noticias de Portugal*, p. 90, 1655, 1740)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Escolas. A instituição das Universidades, q[ue] tomarão este nome, no principio do seculo decimo terceiro, não obstante alg[um]as estarem quasi formadas, conservarão até este tempo o nome de Escolas. El Rei D. Dinis fundou as de Lisboa no anno de 1291. Os sallarios dos Lentes e mais despezas se pagavão pelos Abbades de Alcobaça, e das Ordens de S. Bento, Prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, com mais certa cota de dinheiro, q[ue] os Escolares p[ar]a isso davão. Assinou se bairro particular em q[ue] morassem os escolares, q[ue] foi da Porta do Sol e Santo André em diante, p[o]r toda a freguezia de Alfama; e lia se nas escolas da moeda velha no dito bairro q[ue] el Rei lhe deu. E pelas m[ui]tas discuções q[ue] entre os moradores da Cid[ad]e e os escolares succedião m[ui]tas vezes, o m[es]mo Rei D. Diniz a trasladou p[ar]a Coimbra em 1308. Depois de passados alg[uns] annos, el Rei D. Fernando, a trasladou daqui p[ar]a Lisboa no anno de 1375 onde esteve nos propios bairros e casa da moeda velha, até q[ue] o Inf[an]te D. Henrique, filho del Rei D. João I lhe fez doação das proprias casas em q[ue] vivia, e a dotou de g[ran]des rendas, e ennobreceo com sabios Mestres, e g[ran]des privilegios e liberdades, q[ue] florescerão nelas g[ran]des engenhos. Aqui se conservarão até q[ue] el Rei D. João III fundou a Universid[ad]e de Coimbra. [Maris.?] Dial. de Ver. Hist. dial. 5. c. 3. fol. 354. [1]

[...]Rey Dom Dinis fundou as escolas, primeiramente em Lisboa, em o anno do Senhor mil, e duzentos, e noventa, e hum: [...]. E que se pagavão então os sallarios dos lentes, e mais despesas, pelos Abbades de Alcobaça, e dos da Ordem de S. Bento, e Prior do Mosteiro de S. Cruz de Coimbra, com mais certa cotta de dinheiro, que os escolares pera isso davão. E que lhes assinou barrio particular em que morassem os escolares, que foy da Porta do Sol, e S. André em diante, por toda a freguezia de Alfama; e liase nas escolas da moeda velha no dito barrio, que elRey lhe deu. E polas muitas discençoens, que entre os moradores da Cidade, e os Escolares succedião muitas vezes, o mesmo Rey Dom Diniz a trasladou pera esta Cidade Coimbra anno do Senhor mil, e trezentos, e oito [...] Depois de passados algus annos, [...] elRey Dom Fernando, bisneto do primeiro instituidor, a trasladou desta cidade a Lisboa, junto ao anno do Senhor mil, e trezentos, e setenta, e cinco: onde esteve nos propios barrios, e casas da Moeda velha. Té, que no anno mil, e quatrocentos, e trinta, e hum, o Infante Dom Henrique, famosíssimo entre os Princepes de seu tempo, e filho delRey Dom João Primeiro; lhe fez doação das proprias casas em que vivia; e a dotou de grandes rendas, e ennobreceo com sabios Mestres, e grandes privilegios, e liberdades, com que florescerão nelas grandes engenhos. [...] (*Dialogos De Varia Historia*, 1672)

[1] MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz Dedicados Ao S.Õr Diogo Soares Lxa. Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffor Da [Cavapral] Anno. 1672.

Dsc00098

Escrituras antigas – O [...] João Pedro Ribeiro na 1ª das suas Dissertações Chronologicas p. 42. n. 7. adverte o seg[ui]nte: Nos Cartorios de Portugal, q[ue] tenho examinado, apparecem rarissimos documentos de letra puram[en]te Franceza antes da Era de 1160, q[ue] se possão reconhecer p[o]r originaes. Desde esta Epoca he q[ue] a semigothica ou Gothica redonda, se principia fazer mais rara até se perder della o uso pela Era de 1190.” [1]

[Rodapé](7)Nos Cartorios de Portugal, que tenho examinado, apparecem rarissimos Documentos de letra puramente Franceza, antes da Er. 1160, que se possão reconhecer por Originaes. Desde esta Epoca he que a Semigothica ou Gothica redonda, se principia A fazer mais rara, até se perder della o uso pela Era 1190. (*Dissertações Chronologicas, 1810*)

[1]RIBEIRO, João Pedro (1758-1839). Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro. Tomo I. Lisboa Na Typographia da mesma Academia 1810.

Escrivão da Puridade. El Rei D. Fernando logo q[ue] no anno de 1367 houve dado satisfação aos funeraes de seu pai defunto occupou se a compor a sua casa. Entre outros officiaes, seg[un]do consta do L[ivr]o 2 fol. 22 e 49 da sua chancellaria, nomeou Escrivão da Purid[ad]e a João Gonçalves Teixeira, o qual teve o off[ici]o em q[uan]to viveo el Rei. Fr. Man. dos Santos. Mon. p. 8 L. 22. c. 7. [1]

Em huma doação, q[ue] lhe fez o m[es]mo Rei D. Fernando com data de Janeiro de 1383 em Santarem q[ue] se acha no sobredito Livro 2 da Chancellaria, he nomeado precedente João Gonçalves Teixeira Chancellor do Sello secreto. Id. ibid. c. 51. [2] As Rainhas, os Inf[an]tes e os Fronteiros Mores tinham Escrivão de Purid[ad]e.

Do tempo em q[ue] foi creado este off[ici]o, e qual fosse o seu Regim[en]to não descobri noticia.

O primeiro Off[ici]o, na materia de apurar papeis da Casa Real, era o de Escrivão da Purid[ad]e. Punha lhe as vistas, e tinha em seu poder o molde da firma do Rei, com q[ue] assinavão, instrum[en]to introduzido p[or] el Rei D. João II p[ar]a se alliviar nos despachos no tempo de sua doença. Era off[ici]o de g[ran]de valia na Corte de nossos Reis, pela entrada, q[ue] tinham com elles, e pelo m[ui]to q[ue] pedia na expedição das mercês. Vill. Boas Nobiliarch. c. 14. [3]

A antiguid[ad]e mais segura q[ue] temos deste off[ici]o he do Reinado del Rei D. Pedro o I pelos annos de 1362. Neste anno era Gonçalo Vaz de [Goys?] seu Escrivão da Purid[ad]e, como conta de huma carta do m[es]mo Rei D. Pedro; feita em [Portel?] a 20 de Dezembro da Era de 1400, q[ue] corresponde ao anno de Christo de 1362, q[ue] deixamos assentada. D. L. Caet. de [rasurado?] Lima Geog. Hist. t. 1. p. 413. [4]

Alem dos Escrivães da Puridade dos Reis se achão tambem Escrivães da Puridade das Rainha, e dos Inf[an]tes. Id. ibid. p. 418. [5]

El Rei D. Fernando logo que no anno de 1367 houve dado satisfação aos funeraes de seu pai defunto occupou se a compor a sua casa. Entre outros officiaes, segundo consta do Livro 2 fol. 22 e 49 da sua chancellaria, nomeou Escrivão da Puridade a João Gonçalves Teixeira, o qual teve o officio em quanto viveo el Rei. (*Monarquia Lusitana, 1729*)

Em huma doação, que lhe fez o mesmo Rei D. Fernando com data de Janeiro de 1383 em Santarem que se acha no sobredito Livro 2 da Chancellaria, he nomeado precedente João Gonçalves Teixeira Chancellor do Sello secreto. (*Monarquia Lusitana, 1729*)

Do tempo em que foi creado este officio, e qual fosse o seu Regimento não descobri noticia.

O primeiro Officio, na materia de apurar papeis da Casa Real, era o de Escrivão da Puridade. Punha lhe as vistas, e tinha em seu poder o molde da firma do Rei, com que assinavão, instrumento introduzido por el Rei D. João II para se alliviar nos despachos no tempo de sua doença. Era officio de grande valia na Corte de nossos Reis, pela entrada, que tinham com elles, e pelo muito que pedia na expedição das mercês. (*Nobiliarquia Portuguesa, 1676*)

A antiguidade mais segura que temos deste officio he do Reinado del Rei D. Pedro o I pelos annos de 1362. Neste anno era Gonçalo Vaz de Goys seu Escrivão da Puridade, como conta de huma carta do mesmo Rei D. Pedro; feita em [Portel?] a 20 de Dezembro da Era de 1400, que corresponde ao anno de Christo de 1362, que deixamos assentada. (*Geografia Histórica, 1734*)

Alem dos Escrivães da Puridade dos Reis se achão tambem Escrivães da Puridade das Rainha, e dos Infantes. (*Geografia Histórica, 1734*)

[1]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia

Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

[2]Idem.

[3]VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentissimo Senhor Dom Joam da Sylva Marqvez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

[4]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. Joaõ o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

[5]Idem.

Dsc00104

Escudeiro. Este nome de Escudeiro só os Reis e Príncipes usam delle, q[ue] com os mais são companheiros, e daqui se fizeram elles, q[ue] hoje em diante se costuma em m[ui]tas p[ar]tes e nesta nossa Hespanha, e especialm[en]te em Castella, os Irmãos acompanhar e servir seus irmãos, e huns parentes outros parentes, e serem mantidos delles, e daqui se vai de pai a filho, e de filho a neto, e mandando o parentesco, e ficando lhe o de Escudeiros, nascendo todos de m[ui]tas vezes os mais afinados em sangue vem acompanhar outros de menos qualid[ad]e, p[o]r q[ue] tinham mais q[ue] elles. Franc. de [Mar?] Dial. 1. [1] Veja se Cavalleiro.

Este nome de Escudeiro só os Reis e Príncipes usam delle, que com os mais são companheiros, e daqui se fizeram elles, que hoje em diante se costuma em muitas partes e nesta nossa Hespanha, e especialmente em Castella, os Irmãos acompanhar e servir seus irmãos, e huns parentes outros parentes, e serem mantidos delles, e daqui se vai de pai a filho, e de filho a neto, e mandando o parentesco, e ficando lhe o de Escudeiros, nascendo todos de muitas vezes os mais afinados em sangue vem acompanhar outros de menos qualidade, por que tinham mais que elles. (*Dialogos de Varia Historia, 1672*)

[1]MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz *Dedicados* Ao S.Õr Diogo Soares Lxa. Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffor Da [Cavapral] Anno 1672.

Dsc00101

Escudo de Ouro, moeda que el Rei D. Duarte mandou fazer de ouro de 18 quilates, de q[ue] 50 fazião peso de hum marco. Rui de Pina Chr. del Rei D. Duarte c. 7. [1]

Estes Escudos por serem de ouro mui baixo, em Rei-nos Estranhos se [tornavão?] com g[ran]de quebra, e m[ui]to [pejo?]. Id. Chr. del R. D. Aff[ons]o 5. c. 138. [2]

Tinhão 90 reis de valia. Mandou os desfazer el Rei D. Manuel, p[o]r q[ue] pela m[ui]ta liga, q[ue] tinhão, erão mal recebidos, principalm[en]te dos Estr[angeir]os. Fr. A. da Purif. Chr. dos Erem.part. 2. L. 7. c. 6. [parágrafo] 6. [3]

[...]moeda que el Rei D. Duarte mandou fazer de ouro de 18 quilates, de que 50 fazião peso de hum marco. (*Chronica delRey D. Duarte, 1790*)

Estes Escudos por serem de ouro mui baixo, em Rei-nos Estranhos se [tornavão?] com grande quebra, e muito [pejo?]. (*Chronica delRey D. Affonso V, 1790*)

Tinhão 90 reis de valia. Mandou os desfazer el Rei D. Manuel, porque pela muita liga, que tinhão, erão mal recebidos, principalmente dos Estrangeiros.

[1]PINA, Ruy de. Chronica d'elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[2]PINA, Ruy de. Chronica d'elRey D. Affonso V. In: Idem.

[3]PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquissima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

Escudo Real. El Rei D. João II no anno de 1485 ordenou e innovou alg[um]as cousas no Real Escudo de suas armas. A prim[eir]a mudança q[ue] fez, foi q[ue] tirou do d[it]o Escudo a Cruz Verde da Ordem de Aviz, q[ue] nelle p[o]r g[ran]de erro, como p[ar]te d'armas substanciaes andava já incorporada, p[o]r q[ue] el Rei D. João o I, seu Bisavo, antes q[ue] devidam[en]te e p[o]r authorid[ad]e Apostolica se intitulasse Rei dos Reinos de Portugal e do Algarve, era Mestre de Avis: e depois de ser Rei tomou p[o]r devoção da Ordem assentar o d[it]o Escudo de Portugal sobre a Cruz verde, com as pontas della fora do Escudo p[o]r não parecer da essencia delle, como ainda em suas obras Reaes, e mui excellente sepultura hoje em dia parece. E depois p[o]r negligencia, e pouco aviso dos Pintores, e officiaes; foi p[o]r longo tempo, e p[o]r erro mettido dentro do Escudo; e p[o]r tirar este inconveniente, q[ue] parecia [labeo?] e magoa d'armas, El Rei a mandou tirar de todo. Outro sim p[o]r q[ue] dos cinco Escudos, q[ue] fazem cruz, os dois das ilhargas jazião derribados, com as pontas atravez p[ar]a a cruz, o q[ue] era contra a regra direita d'Armas, e parecia significar alg[um]a g[ran]de quebra, ou voto recebido contra si em batalha [campal?]; o q[ue] não era; el Rei outro sim p[o]r tirar esta suspeita, e achague manda assentar todos os Escudos direitos e com as pontas p[ar]a fundo, como devida e naturalm[en]te devem andar, e assim andão agora. Ruy de Pina. Chr. d'el Rei D. J. II. c. 19. [1]

Q[uan]do se diz q[ue] Escudo enxaquetado, jaquelado, ou empequetado he o m[es]mo q[ue] dizer se, q[ue] he de enxadrez das cores q[ue] se declaração. Escudo franchado he partido em facha. [2]

El Rei D. João II no anno de 1485 ordenou e innovou algumas cousas no Real Escudo de suas armas. A primeira mudança que fez, foi que tirou do dito Escudo a Cruz Verde da Ordem de Aviz, que nelle por gande erro, como parte d'armas substanciaes andava já incorporada, porque el Rei D. João o I, seu Bisavo, antes que devidamente e por autoridade Apostolica se intitulasse Rei dos Reinos de Portugal e do Algarve, era Mestre de Avis: e depois de ser Rei tomou por devoção da Ordem assentar o dito Escudo de Portugal sobre a Cruz verde, com as pontas della fora do Escudo por não parecer da essencia delle, como ainda em suas obras Reaes, e mui excellente sepultura hoje em dia parece. E depois por negligencia, e pouco aviso dos Pintores, e officiaes; foi por longo tempo, e por erro mettido dentro do Escudo; e por tirar este inconveniente, que parecia labeo e magoa d'armas, El Rei a mandou tirar de todo. Outro sim porque dos cinco Escudos, que fazem cruz, os dois das ilhargas jazião derribados, com as pontas atravez para a cruz, o que era contra a regra direita d'Armas, e parecia significar alguma grande quebra, ou voto recebido contra si em batalha [campal?]; o que não era; el Rei outro sim por tirar esta suspeita, e achague manda assentar todos os Escudos direitos e com as pontas para fundo, como devida e naturalmente devem andar, e assim andão agora. (*Chronica delRey D. João II, 1792*)

[1]PINA, Ruy de. Chronica d'ElRei Dom Joaão II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaão I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaão II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

[2]O trecho não possui referência de fonte e no Manuscrito da ACL encontra-se separado em verbete próprio com o nome de “ESCUDO”. Um verbete com esse nome encontra-se no índice de ambos os manuscritos (Ms. IHGB e Ms. ACL).

ESCUDO*

Quando se diz que Escudo enxaquetado, jaquelado, ou empequetado he o mesmo que dizer se, que he de enxadrez das cores que se declarão. Escudo franchado he partido em facha.
[1]

[1]O trecho não possui referência de fonte.

*O presente verbete encontra-se no Manuscrito do IHGB como parágrafo final do verbete “ESCUDO REAL”; já no Manuscrito da ACL encontra-se separado em verbete próprio com o nome de “ESCUDO”. Um verbete chamado apenas “ESCUDO” encontra-se no índice de ambos os manuscritos (Ms. IHGB e Ms. ACL). Transcrevemos aqui direto desse último.

Esmoler mor. Este off[ici]o da Casa Real andou de tempo immemorial em Abbades de Alcobaça. E como coisa tão averiguada o assenta assim o D[outo]r Jorge de Cabbedo no seu Tratado: De patronatibus Regia Corona cap. 22. n. 4. Como os Abbades p[o]r occupados no gov[ern]o do seu mosteiro não podião continuar, a assistir na Corte, appresentavão aos Reis hum Religioso daquela Casa, o qual servia na ausencia delles; ao tal appresentado confirmava el Rei e se servia com titulo de Esmoler, simplesm[en]te, retendo os Abbades o titulo de Esmoleres maiores como titulo inseparavel daquela Abbadia. Fr. F. Brand. Mon. p. 5. L. 17. c. 19. [1]

Este officio da Casa Real andou de tempo immemorial em Abbades de Alcobaça. E como coisa tão averiguada o assenta assim o Doutor Jorge de Cabbedo no seu Tratado: *De patronatibus Regia Corona*. [...] Como os Abbades por occupados no governo do seu mosteiro não podião continuar, a assistir na Corte, appresentavão aos Reis hum Religioso daquela Casa, o qual servia na ausencia delles; ao tal appresentado confirmava elRei e se servia com titulo de Esmoler, simplesmente, retendo os Abbades o titulo de Esmoleres maiores como titulo inseparavel daquela Abbadia. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00109

Espada. Ordem militar da... Esta ordem foi instituída p[or] el Rei D. Affonso V no anno de 1459, tomando p[or] divisa huma torre com huma espada no alto, e admittindo 27 Cav[aleir]os em contemplação das armas q[ue] tinha q[uan]do foi conquistar Fez. Nobil. Port. cap. 18. Hist. Gen. de las [Religões?] Ordens Militares p. 6. tom 8. c. 42. col. 70. Hist. Gen. da Casa Real Port. tom. 1. p. 9. João Bap. de Castro. Mapp. de Portug. tom. 2. p. 3. c.2 [parágrafo] 5. f. 47 n. 2. [1]

Esta ordem foi instituída por el Rei D. Affonso V no anno de 1459, tomando por divisa huma torre com huma espada no alto, e admittindo 27 Cavaleiros em contemplação das armas que tinha quando foi conquistar Fez. (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1]CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nesta segunda edição revisto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta descrição Geografica do Reino de Portugal com o que toca à sua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

Dsc00113

Espada. O costume de trazer espada, praticado na Hespanha toda até pelos artifices e lavradores, foi nella introduzido em todos os Estados q[ue] os Povos Germanos aqui formarão. se a Magistratura e outras profissões [honrosas?] não tem esta distinção tudesca ou gotica he p[o]r q[ue] nos seculos da ignorancia forão exercitadas pelos Clerigos, aos ques não foi permittido trazerem armas, 1º p[or] q[ue] a doçura e santidade do seu estado lhes prohibe servirem se dellas; 2º p[o]r q[ue] o clero conservou os costumes dos Romanos, os cabelos curtos, os vestidos compridos, a que somente mudarão a cór [etc]. He sabido q[ue] os Romanos não trazião espada senão na guerra, e q[uan]do viajavão. [1]

[1]A fonte de onde retirou o trecho acima não é referida por Pedro José da Fonseca.

Espadas Portuguezas. Os antigos Portuguezes desde o tempo dos Romanos usarão de Espadas curtas e largas, no jogo das quaes sempre forão g[ran]des mestres, e quasi p[o]r nativa inclinação trazem saberem cortar da espada, melhor q[ue] todas as mais nações: como sentio bem Strabo L. 3; q[uan]do lhe chama pugili gladiatores, q[ue] significa esgrimidores de espadas curtas como sempre usarão. E sendo en [primeiro?] diz Fr Bernardo de Brito, Mon. Lusit. p. 1. L.2. c.25 [1] me lembra, q[ue] de maravilha se cingia em Portugal espada, q[ue] passasse de quatro palmos e meio, das quaes se achão inda agora na Beira muitas, e todas de fios tão extremados, e tão cortadoras, q[ue] são bastantes a romper de corte huma saia de malha dobre e hum gibal estufado, e fazer ferida q[ue] possa dar proveito a cirurgiões,, como eu vi não ha muitos annos. Com outras e outras menos compridas bastarão nossos antepassados a fazer o nome portuguez celebrado no mundo, e dilatarem suas terras tanto, q[uan]to nós neste tempo deixamos [perder?] com sete palmos de [espeto?], q[ue] ás vezes he tão comprida a espada, como o corpo a q[ue] anda cingida.

Os antigos Portuguezes desde o tempo dos Romanos usarão de Espadas curtas e largas, no jogo das quaes sempre forão grandes mestres, e quasi por nativa inclinação trazem saberem cortar da espada, melhor que todas as mais nações: como sentio bem Strabo L. 3; quando lhe chama pugili gladiatores, que significa esgrimidores de espadas curtas como sempre usarão.

que de maravilha se cingia em Portugal espada, que passasse de quatro palmos e meio, das quaes se achão inda agora na Beira muitas, e todas de fios tão extremados, e tão cortadoras, que são bastantes a romper de corte huma saia de malha dobre e hum gibal estufado, e fazer ferida que possa dar proveito a cirurgiões,, como eu vi não ha muitos annos. Com outras e outras menos compridas bastarão nossos antepassados a fazer o nome portuguez celebrado no mundo, e dilatarem suas terras tanto, quanto nós neste tempo deixamosperder com sete palmos de espeto, que ás vezes he tão comprida a espada, como o corpo a que anda cingida.

(Monarquia Lusitana, 1597)

[1]BRITO, Frei Bernardo. Primeira Parte da Monarquia Lusitana, contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo por Frei Bernardo de Brito. Impressão: Mosteiro de Alcobaça, 1597.

Espadim. Fez El Rei D. Aff[ons]o V humas moedas de cobre chamadas Espadins do tamanho de Real de huma p[ar]te tem no meio huma mão com huma Espada com a ponta p[ar]a baixo, e pela roda esta letra: Alphonsus Dei Gratia Rex, e da outra p[ar]te o Escudo Real sobre a Cruz d'Avis, e as letras dizem: Adjutorium nostrum in veracine? Domini.

Esta moeda mandou lavrar el Rei D. Aff[ons]o V em memoria da Ordem da Espada, q[ue] instituiu p[ar]a a conquista de Fez (Fr. Hieron. Romano Repbl. Chro) na mais alta Torre da qual se dizia q[ue] estava huma Espada engastada p[or] hum antigo dos Mouros, [ue] quem p[or] valor das armas dalli a tirasse, havia de ser senhor do mundo. Sev. de Far. Not. disc. 4. [parágrafo] 29. [1]

El Rei D. João II mandou lavrar tambem Espadins d'ouro da lei dos justos, e da metade da valia, q[ue] erão 300 reis, e tinha de huma p[ar]te as m[es]mas armas, e titulos q[ue] os justos, e da outra huma mão com huma espada nua com a ponta p[ar]a cima ; e p[or] letra: Dominus protector vitae meae, a quo trepidabo.

Outros Espadins fez bater prateados, q[ue] valião 4 reis. Id. ibid. [parágrafo] 30. [2]

Estes Espadins mandou fazer deste nome, p[or] devoção e em lembrança da conquista d'Africa, q[ue] sempre com a Espada na mão se fez e prosequio p[or] honra e exaltamento da Fé Christã. Rui de Pina. Chron. del Rei D. João II c. 19. [3]

Fez El Rei D. Afonso V humas moedas de cobre chamadas Espadins do tamanho de Real de huma parte tem no meio huma mão com huma Espada com a ponta para baixo, e pela roda esta letra: *Alphonsus Dei Gratia Rex*, e da outra parte e o Escudo Real sobre a Cruz d'Avis, e as letras dizem: *Adjutorium nostrum in veracine Domini*.

Esta moeda mandou lavrar el Rei D. Afonso V em memoria da Ordem da Espada, que instituiu para a conquista de Fez (Fr. Hieron. Romano Repbl. Chro.) na mais alta Torre da qual se dizia que estava huma Espada engastada por hum antigo dos Mouros, que quem por valor das armas dalli a tirasse, havia de ser senhor do mundo. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

El Rei D. João II mandou lavrar tambem Espadins d'ouro da lei dos justos, e da metade da valia, que erão 300 reis, e tinha de huma parte as mesmas armas, e titulos que os justos, e da outra huma mão com huma espada nua com a ponta para cima ; e por letra: *Dominus protector vitae meae, a quo trepidabo*.

Outros Espadins fez bater prateados, que valião 4 reis. (*Idem*)

Estes Espadins mandou fazer deste nome, por devoção e em lembrança da conquista d'Africa, que sempre com a Espada na mão se fez e prosequio por honra e exaltamento da Fé Christã. (Chronica delRey D. João II, 1792)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio

Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2]Idem.

[3]PINA, Ruy de. Chronica d'ElRei Dom João II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

ESPIRITO SANTO*

Dsc00115

Espirito Santo

*Sem texto. No índice consta “Espirito Santo –
Vej. Festa do

Dsc00117

Essas – Vej. Eça.

ESTAÇOS

Dsc00119

Estaços. A geração dos Estaços (diz Fr. Luis de Sousa) q[ue] foi antig[amen]te nobre e conhecida na Cid[ad]e de Evora. Hist. de S. Dom[ing]os p. 3. L.3. c. 21.[1] [...]foi antigamente nobre e conhecida na Cidade de Evora. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Estais de Lisboa. No tempo das Cortes em 1439 entre outras liberd[ad]es, q[ue] o Inf[an]te D. Pedro Regente em nome del Rei D. Affonso V concedeo ao Povo de Lisboa, foi q[ue] nesta cid[ad]e não houvesse apozentadorias; e q[ue] se fizessem Estais no Rocio, em q[ue] el Rei pudesse alojar sua gente. Nun. de Leão. Chron. d'el Rei D. Aff. V. c. 8. [1]

A palavra Estáo deriva se da Latina Stabulum, q[uan]do significa estalagem, hospedaria, albergaria [etc]. Os Estáis de Lisboa são antigam[en]te situados na p[ar]te oriental do Rocio desta cidade. Delles se conservou até o terremoto de 1755 huma continuada arcada antiquissima, a qual principiando no adro da Igreja de S. Domingos hia finalizar na Betesga, q[ue] he hoje a ultima travessa do m[es]mo lado Oriental antes de se entrar na Rua Augusta. [2]

[...]No tempo das Cortes em 1439 entre outras liberdades, que o Infante D. Pedro Regente em nome del Rey D. Affonso V concedeo ao Povo de Lisboa, foi que nesta cidade não houvesse apozentadorias; e que se fizessem Estais no Rocio, em que el Rei pudesse alojar sua gente. (*Chronica delRey D. Afonso V,*)

[1]LEÃO, Duarte Nunes de. “Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portvgal, Reformadas pelo Licenicado Dvarte Nvnez do Lião, Desembargador da cafa da Supplicação, per mandado del Rei Dom Philippe o primeiro de Portugal, da gloriosa memoria. Com licença da Fancta Inquifição, & privilegio Real. Em Lisboa. Impreffo por Pedro Crasbeeck. Anno M. DC. [1600]”.

[2]Sem referência bibliográfica.

Estrangeiros admittidos para Povoadores. El Rei D. João o I teve a proveitosa politica de admittir Estrangeiros [confidentes?] e naturalizados no Reino p[ar]a melhor povoação e cultura sua. Pelos annos de Christo de 142[9?] veio Lamberto de Horques, Alemão com sua mulher, e filho, e obrigação de conduzir mais gente p[ar]a povoar. El Rei lhe deu logo o Castello de [rasurado?]Lavar junto a Monte Mór com termo de dez legoas de comprido, e tres de largo, com franqueza e liberd[ad]es de tributos p[o]r espaço de vinte annos; dizia el Rei q[ue] faria estas franquezas: “querendo p[o]r embora a nossa benevolencia e liberalidade, em especial acerca dos Estrangeiros, como he nosso costume.” (Liv. 4 del Rei D. J. o I fol. 123) Fr. Fran. Brand. Mon. part. 6. L. 18. c. 4. [1]

Já antes pelos annos de 1199 havião entrado em Portugal m[ui]tos Francezes p[ar]a servir na guerra dos Mouros, e povoarem a terra q[ue] necessitava de habitantes. El Rei D. Sancho I os accommodou logo, assinando-lhes logo sitios e povoações, com q[ue] se avisinhassem. E assim o mandou p[o]r conta sua [fita?] em Coimbra a 26 de Maio do sobred[it]o anno. Estes Francezes forão os primeiros povoadores de Sesimbra e Montalvo. Id. ibid. p. 5. L. 16. c. 51. [2]

[...]El Rei D. João o I teve a proveitosa politica de admittir Estrangeiros confidentes e naturalizados no Reino para melhor povoação e cultura sua. Pelos annos de Christo de 1429 veio Lamberto de Horques, Alemão com sua mulher, e filho, e obrigação de conduzir mais gente para povoar. El Rei lhe deu logo o Castello de Lavar junto a Monte Mór com termo de dez legoas de comprido, e tres de largo, com franqueza e liberd[ad]es de tributos por espaço de vinte annos; dizia el Rei que faria estas franquezas: “querendo por embora a nossa benevolencia e liberalidade, em especial acerca dos Estrangeiros, como he nosso costume.” [nota lateral - Liv. 4 del Rei D. J. o I fol. 123] (*Monarquia Lusitana, 1672*)

Já antes pelos annos de 1199 havião entrado em Portugal muitos Francezes para servir na guerra dos Mouros, e povoarem a terra que necessitava de habitantes. El Rei D. Sancho I os accommodou logo, assinando-lhes logo sitios e povoações, com que se avisinhassem. E assim o mandou por conta sua fita em Coimbra a 26 de Maio do sobredito anno. Estes Francezes forão os primeiros povoadores de Sesimbra e Montalvo (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Eferita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Estrellas. He provavel q[ue] as Estrellas pintadas nos escudos das armas tivessem principio na batalha de Ourique, p[or] motivo de haverem tomado aos Mouros alg[um]as bandeiras os Fidalgos das familias q[ue] usão da insignia sobredita. Ale da Lua, usão ordinariam[en]te os Mouros de cinco Estrellas, q[ue] tem Estrellas, a q[ue] chamão errantes. Os Fonsecas as tem em suas armas por as trazerem nas bandeiras el Rei de Lamego, a q[ue]m os primeiros desta geração captiverão e ganharão a Cid[ad]e. E dahi as tomarão tambem os Coutinhos, q[ue] delles descendem. As Familias q[ue] as trazem, são Alvellos, Avellares, Berredos, Barbudas, Caçoto, Coutinhos, Freitas, Leaes, Macedo, Munizes Perestrellos, Rojas, Salazares, Tavares. Sev. Not. disc. 3. § 1 [1] e Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 10. c. 7. [2]

[...]He provavel que as Estrellas pintadas nos escudos das armas tivessem principio na batalha de Ourique, por motivo de haverem tomado aos Mouros algumas bandeiras os Fidalgos das familias que usão da insignia sobredita. Ale da Lua, usão ordinariamente os Mouros de cinco Estrellas, que tem Estrellas, a que chamão errantes. Os Fonsecas as tem em suas armas por as trazerem nas bandeiras el Rei de Lamego, a q[ue]m os primeiros desta geração captiverão e ganharão a Cidade. E dahi as tomarão tambem os Coutinhos, que delles descendem. As Familias que as trazem, são Alvellos, Avellares, Berredos, Barbudas, Caçoto, Coutinhos, Freitas, Leaes, Macedo, Munizes Perestrellos, Rojas, Salazares, Tavares. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.*

[2] BRANDÃO, Frei Antonio. *Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.*

Estremadura. Antigamente se chamavão, Extrema Dorii, as commarcas q[ue] estavam perto da [corrente?] do Douro, donde se derivou o nome de Estremadura, q[ue] impropriad[en]te se veio accomodando a terras q[ue] [nenhum?] respeito, nem visinhança tem com o Douro e suas Ribeiras. Fr. Bernard. de Brito Mon. Lusit. p. 2. L. 7. c. 16 fol. 326 [1]

[...]Antigamente se chamavão, *Extrema Dorii*, as commarcas que estavam perto da corrente do Douro, donde se derivou o nome de Estremadura, que impropriamente se veio accomodando a terras que nenhum respeito, nem visinhança tem com o Douro e suas Ribeiras. (*Monarquia Lusitana*, 1609)

[1] BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1609.

Estribeiro Mór. Este Off[ici]o da Casa Real corresponde ao de Condestavel, derivando este nome da dicção Latina Comes Estavel, q[ue] era hum off[ici]o entre os Romanos em tempo dos Imperadores. Acclamado em Coimbra aos 6 de Abril de 1385 el Rei D. João I a primeira acção foi compor a Casa Real de Officiaes Maiores, e nomeou Estribeiro mór Garcia Aff[ons]o. Fr. Man. dos Santos. Mon. part. 8. L. 23. c. 32. [1]

Commum[en]te se attribue a criação do off[ici]o de Estrib[eir]o Mór ao reinado del Rei D. Aff[ons]o V porem na sua m[es]ma Chancellaria se encontrão memorias authenticas, de q[ue] os Principes e Inf[an]tes de Portugal costumavão ter Estribeiros móres nos reinados preced[en]tes.

Destas memorias consta, q[ue] o Off[ici]o de Estribeiro Mór do Principe era ao menos do reinado del Rei D. Duarte, e ig[ualmen]te[?] consta, q[ue] no gov[ern]o del Rei D. Duarte tambem houve Estribeiro mór del Rei, e teve esta occupação Fernão da Silva, como diz expressam[en]te a chronica do Conde D. Pedro de Menezes; e com o m[es]mo título de Estribeiro mor o nomeia D. Luiz de Salazar Chronista mor da Hespanha, no seg[un]do volume da Casa dos Silva. E q[uan]do não houvesse estes documentos, o torna os Principes Estribeiros mores, era conjectura m[ui]to forte p[ar]a se entender, q[ue] os Reis os tinham tambem no seu serviço; pois q[ue] à sua imitação he q[ue] se davão aos Principes os off[icia]es p[ar]a as suas Casas. D. Luiz Caetano de Lima. Geogr. Hist. tom. 1. p. 433. [2]

[...]Este Officio da Casa Real corresponde ao de Condestavel, derivando este nome da dicção Latina *Comes Estavel*, que era hum officio entre os Romanos em tempo dos Imperadores. Acclamado em Coimbra aos 6 de Abril de 1385 el Rei D. João I a primeira acção foi compor a Casa Real de Officiaes Maiores, e nomeou Estribeiro mór Garcia Afonso. [...] (*Monarquia Lusitana, 1727*)

Commumente se attribue a criação do officio de Estribeiro Mór ao reinado del Rei D. Affonso V porem na sua mesma Chancellaria se encontrão memorias authenticas, de que os Principes e Infantes de Portugal costumavão ter Estribeiros móres nos reinados precedenes.

Destas memorias consta, que o Officio de Estribeiro Mór do Principe era ao menos do reinado del Rei D. Duarte, e igualmente consta, que no governo del Rei D. Duarte tambem houve Estribeiro mór del Rei, e teve esta occupação Fernão da Silva, como diz expressamente a chronica do Conde D. Pedro de Menezes; e com o mesmo titulo de Estribeiro mor o nomeia D. Luiz de Salazar Chronista mor da Hespanha, no segundo volume da Casa dos Silva. E quando não houvesse estes documentos, o torna os Principes Estribeiros mores, era conjectura muito forte para se entender, que os Reis os tinham tambem no seu serviço; pois que à sua imitação he que se davão aos Principes os officiaes para as suas Casas. (*Geografia histórica, 1734*)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. *Monarquia Lusitana Parte VIII*. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

[2] LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

Eulogia era o pão bento q[ue] aos domingos nas Igrejas se costumava dar aos Fiéis p[ar]a os conservar unidos em paz e carid[ad]e; do qual falla o direito canonico na primeira p[ar]te do Decreto cap. 8 distinção 12. Na cathedral de Evora, e seu Bispado se costumou este uso largos annos; mas entrando no gov[ern]o desta Igreja o Bispo D. Luiz pelos annos de 1464 [tornou?] a renovar o antigo costume deste pão bento, e da paz q[ue] se dava naquelles dias. Na torre do Tombo em humma gaveta, q[ue] tem p[o]r titulo gaveta dos proprios dos hospitaes, ha hum caderno em pergaminho das Constituições deste Bispado diz na constituição 29 estas palavras: E isto mandamos, [nom?] porque façamos mandado novo, mas p[o]r q[ue] removemos o bom e santo costume antigo de dar a dita paz, e pão de carid[ad]e aos Fieis christãos, como se antigam[en]te sempre costumou, o qual hora vemos esquecido, por causa de muitos q[ue] nom querem tomar a dita paz, e pão de caridade, pensando q[ue] por alli escapão às penas do peccado dos grandes odios em jejum com seus proximos.” Este pão bento chamavão na primitiva Igreja, Eulogia, e no Collectaneo dos synodos da Igreja Grega, q[ue] copilou o nosso S. Martinho de Dume junto a Braga, se diz num. 70 as fol. 757 do 2 volum. diz Concílios antigos, q[ue] nenhum catholico acceittasse o tal pão, ou eulogia da mão de alg[um] Hereje, p[o]r q[ue] em tal caso, mais serão maldições que benções “Maledictiones maqui quam benedictiones [santa?]. Fr. F. Brand. Mon. p. 6. L. 13. c. 24. [1]

[...]era o pão bento que aos domingos nas Igrejas se costumava dar aos Fiéis para os conservar unidos em paz e caridade; do qual falla o direito canonico na primeira parte do Decreto cap. 8 distinção 12. Na cathedral de Evora, e seu Bispado se costumou este uso largos annos; mas entrando no governo desta Igreja o Bispo D. Luiz pelos annos de 1464 tornou a renovar o antigo costume deste pão bento, e da paz que se dava naquelles dias. Na torre do Tombo em humma gaveta, que tem por titulo gaveta dos proprios dos hospitaes, ha hum caderno em pergaminho das Constituições deste Bispado diz na constituição 29 estas palavras: E isto mandamos, nom porque façamos mandado novo, mas por que removemos o bom e santo costume antigo de dar a dita paz, e pão de caridade aos Fieis christãos, como se antigamente sempre costumou, o qual hora vemos esquecido, por causa de muitos que nom querem tomar a dita paz, e pão de caridade, pensando que por alli escapão às penas do peccado dos grandes odios em jejum com seus próximos. Este pão bento chamavão na primitiva Igreja, *Eulogia*, e no *Collectaneo* dos synodos da Igreja Grega, que copilou o nosso S. Martinho de Dume junto a Braga, se diz num. 70 as fol. 757 do 2 volum. diz Concílios antigos, que nenhum catholico acceittasse o tal pão, ou *eulogia* da mão de algum Hereje, por que em tal caso, mais serão maldições que benções *Maledictiones maqui quam benedictiones santa*. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaga, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiao de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Exercito antigo. Antes do tempo d'el Rei D. Fernando ao q[ue] nós hoje dizemos Exercito, chamavão os antigos Hoste, derivando o nome das palavras latinas Hostis ou Hostimes; as quaes querem dizer: o inimigo q[ue] offende com armas; o inimigo declarado, q[ue] faz a guerra no campo. Constava a Hoste de quatro partes: dianteira, çaga, costaneiras direita e esquerda: o gov[ern]o absoluto sobre todos, q[uan]do o Rei não era presente, tocava ao Alferes mór, e q[uan]do era presente governava o Alferes mór a dianteira; e p[o]r esta razão o seu off[ic]i[o] era o mais estimado na campanha, assim como hoje o de General.

As sobreditas quatro partes erão as de q[ue] se compunhão os exercitos; e a çaga por ser lugar de menos perigo era menos estimada. A palavra Çaga, [...?] Gaspar Sanches sobre o Profeta Micheas, q[ue] se derivasse da voz hebraica Sahbir, q[ue] val tanto como o q[ue] vai a traz de outro q[ue] o precede; e daqui era q[ue] nos Foraes antigos, q[ue] davão os nossos Reis aos seus povos concedião a alg[uns] p[o]r mercê de g[ran]de honra, q[ue] nunca na Hoste fossem na çaga.

Ao romper da batalha invocavão neste Reino ao glorioso Martyr S. Vicente, Padroeiro de Lisboa; e se era a guerra contra Mouros appellidavão no g[ran]de Apostolo S. Thiago ao uso commum da Hespanha: nunca a hoste se mudava de hum lugar p[ar]a outro, sem prim[ei]ro dizerem huma missa, q[ue] ouvião todos. Consta do Regim[en]to da Milicia, q[ue] reformou e melhorou el Rei D. Aff[ons]o V (Reg[imen]to da Milicia antiga. § no Archivo de Alcobaça).

A gente da Hoste era como hoje, de pé e de cavallo; mas pelejavão com outras armas na falta das de fogo, q[ue] ainda não havia; os de cavallo erão o nervo do exercito, assim como hoje a Inf[an]tar[ia]; e delles erão os mais estimados os q[ue] pelejavão em lanças de riste; e ainda superiores a estes, outros a quem El Rei pagava quantias, q[ue] erão certas rendas com obrigação de servirem na guerra, e trazerem consigo tantos soldados, armados conforme era a quantia q[ue] re-

Antes do tempo del Rey D. Fernando ao que nós hoje dizemos *Exercito*, chamavão os antigos *Hoste*, derivando o nome das palavras latinas *Hostis* ou *Hostimes*; as quaes querem dizer: o inimigo que offende com armas; o inimigo declarado, que faz a guerra no campo. Constava a *Hoste* de quatro partes: dianteira, çaga, costaneiras direita e esquerda: o governo absoluto sobre todos, quando o Rei não era presente, tocava ao Alferes mór, e quando era presente governava o Alferes mór a dianteira; e por esta razão o seu officio era o mais estimado na campanha, assim como hoje o de General.

[...]quatro partes erão, de que se compunhão os exercitos; e a çaga por ser lugar de menos perigo, era menos estimado. [...]A palavra Çaga, quer Gaspar Sanches sobre o Profeta Micheas, que se derivasse da voz hebraica Sahbir, que val tanto como o que vai a traz de outro que o precede; e daqui era que nos Foraes antigos, que davão os nossos Reis aos seus povos concedião a alguns por mercê de grande honra, que nunca na Hoste fossem na çaga.

[...]Ao romper da batalha invocavão neste Reino ao glorioso Martyr S. Vicente, Padroeiro de Lisboa; e se era a guerra contra Mouros appellidavão no grande Apostolo S. Thiago ao uso commum da Hespanha: nunca a hoste se mudava de hum lugar para outro, sem primeiro dizerem huma missa, que ouvião todos. Consta do Regimento da Milicia, que reformou e melhorou el Rei D. Affonso V [nota lateral - Regimento da Milicia antiga. § no Archivo de Alcobaça]. [...]

A gente da Hoste era como hoje, de pé e de cavallo; mas pelejavão com outras armas na falta das de fogo, que ainda não havia; os de cavallo erão o nervo do exercito, assim como hoje a Infanteria; e delles erão os mais estimados os que pelejavão em lanças de riste; e ainda superiores a estes, outros a quem El Rei pagava quantias, que erão certas rendas com obrigação de servirem na guerra, e trazerem consigo tantos soldados, armados conforme era a quantia que recebião;

cebião; a estes chamavão Lanças; p[or] onde q[uan]do nas historias se ler q[ue] hião na Hoste tantas mil Lanças, entendese soldados a cavallo, q[ue] pelejavão com lanças, p[or] q[ue] os de pé usavão de dardos, fundas bestas, [vir o tões], páos [testados?], e outra semelhantes, a q[ue] chamavão arma toste, armas de arremesso; p[or] q[ue] toste quer dizer de pressa.

Nem todos os q[ue] pelejavão a Cav[al]o erão Cav[aleir]os, p[or] q[ue] este nome de cav[aleir]o era significativo, não de maior nobreza; mas de maior dignid[ad]e; e se subia no grão de cav[aleir]o p[or] outros ser inferior, a q[ue] chamavão Escudeiro; assim como na Universid[ad]e o grão de Bacharel he menos q[ue] o de Doutor, mas nem pelo ser significa menores Letras; nem o grão de Doutor maior nobreza, senão maior excell[enci]a ou preferencia.

As Lanças parte erão d'el Rei, parte dos senhores de terras, e outros dos Conselhos ou Villas; mas a todos depois q[ue] entravão em campanha pagava el Rei soldo; e a obrigação das Villas, e dos Senhores era terem os taes promptos e armados para servirem q[uan]do El Rei os chamasse. A gente de pé era a esta proporção.

Na Hoste de mais da Bandeira Real, tambem as Villas e as Cidades, e os Senhores levavão cada hum a sua, ao pé das quaes pelejavão os seus adherentes; e guardavão entre si suas preferencias, no caminho, no alojar, e no pelejar aom alg[um]a semelhança ao q[ue] usão hoje os Off[icia]es mecanicos nas procissões geraes do Reino; ou os Procuradores populares nas Cortes, e era materia de privilegio, q[ue] os reis concedião ter a bandeira de Santarem, verbi gratia na Hoste este ou aquelle lugar entre as outras.

Até o tempo d'el Rei D. Fernando não dizem as Historias o numero certo das Lanças, de q[ue] constava a Hoste d'el Rei; mas no governo seguinte d'el Rei D. João I se mandou q[ue] houvesse sempre effectivas 3500, e el Rei D. Fernando p[ar]a q[ue] deu numero não fosse em diminuição, já antes hvia feito huma Lei geral, para q[ue]

a estes chamavão lanças; por onde quando nas historias se ler que hião na Hoste tantas mil Lanças, entendese soldados a cavallo, que pelejavão com lanças, por que os de pé usavão de dardos, fundas, bestas, virotões, paos tostados, e outra semelhantes, a que chamavão *arma toste*, armas de arremesso; por que *toste* quer dizer *depressa*. Nem todos os que pelejavão a Cavalo erão Cavaleiros, por que este nome de cavaleiro era significativo, não de maior nobreza; mas de maior dignidade; e se subia no grão de cavaleiro por outros ser inferior, a que chamavão Escudeiro; assim como na Universidade o grão de Bacharel he menos que o de Doutor, mas nem pelo ser significa menores Letras; nem o grão de Doutor maior nobreza, senão maior excellencia ou preferencia.

As Lanças parte erão d'el Rei, parte dos senhores de terras, e outros dos Conselhos ou Villas; mas a todos depois que entravão em campanha pagava el Rei soldo; e a obrigação das Villas, e dos Senhores era terem os taes promptos e armados para servirem quando El Rei os chamasse. A gente de pé era a esta proporção:

na Hoste de mais da Bandeira Real, tambem as Villas e as Cidades, e os Senhores levavão cada hum a sua, ao pé das quaes pelejavão os seus adherentes; e guardavão entre si suas preferencias, no caminho, no alojar, e no pelejar aom alguma semelhança ao que usão hoje os officios mecanicos nas procissões geraes do Reino; ou os Procuradores populares nas Cortes, e era materia de privilegio, que os reis concedião ter a bandeira de Santarem, *Verbigratia* na Hoste este ou aquelle lugar entre as outras.

[...]Até o tempo delRey D. Fernando não dizem as Historias o numero certo das Lanças, de que constava a Hoste delRey; mas no governo seguinte delRey D. João I se mandou que houvesse sempre effectivas tres mil e quinhentas; e agora elRey D. Fernando para que deu numero não fosse em diminuição, já antes hvia feito huma Lei geral, para que

não podessem servir na governança da Republica os q[ue] não sustentavão Cavallo; e q[ue] nenhum Fidalgo [aquantiado?] entre as Lanças, q[ue] era obrigado a dar, methesse das outras em q[ue] servião os Capellaes. Da gente de pé não havia numero certo; o Santo Rei D. Aff[ons]o Henriques teve 12[...?] na batalha de Ourique; el Rei D. João I q[uan]do foi sobre Ceuta levou 20[...?] e seu neto el Rei D. Aff[ons]o V Levou 30[...?] sobre Arzilla.

Por este modo era o governo da Milicia em Portugal antigam[en]te em Portugal; e desejando el Rei D. Fernando melhorallo, e conformar se com os mais da Europa mudou os nomes às p[ar]tes componentes do exercito; p[o]r q[ue] a Dianteira mandou q[ue] se chamasse Vanguarda, e a Çaga Retaguarda, e às Costaneiras Alas. Fr. Man. dos Santos. Mon. p. 8. L. 22. c. 48. [1]

não podessem servir na governança da Republica os que não sustentavão Cavallo; e que nenhum Fidalgo aquantiado entre as Lanças, que era obrigado a dar, methesse das outras em que servião os Capellaes. Da gente de pé não havia numero certo; o Santo Rei D. Affonso Henriques teve doze mil na batalha de Ourique; el Rei D. João I quando foi sobre Ceuta levou vinte mil e seu neto el Rei D. Affonso V Levou trinta mil sobre Arzilla.

Por este modo era o governo da Milicia em Portugal antigamente em Portugal; e desejando el Rei D. Fernando melhorallo, e conformar se com os mais da Europa mudou os nomes às partes componentes do exercito; por que a Dianteira mandou que se chamasse Vanguarda, e a Çaga Retaguarda, e às Costaneiras Alas[...] (*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. *Monarquia Lusitana* Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Eychão ou Uchão, q[ue] em Latim se assinava Eychanus he o off[ici]o q[ue] havia já em tempo d'el Rei D. Affonso II na Casa Real, como se vê em huma Escritura de 1222. Tinha cuidado da Ucharia, onde se guardavão as aves, e caça, e mais carnes p[ar]a a Mesa Real, e parece ser o Dispenseiro. Fr. A. Brand. Mon. p. 4. L. 13. c. 24.[1]

[...]em Latim se assinava *Eychanus* he o officio que havia já em tempo del Rey D. Affonso II na Casa Real, como se vê em huma Escritura de 1222. Tinha cuidado da Ucharia, onde se guardavão as aves, e caça, e mais carnes para a Mesa Real, e parece ser o Dispenseiro. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Façanha. A palavra, Façanha, de q[ue] usa o Conde D. Pedro tit. 55 [parágrafo] 6 e se acha assim m[es]mo em Escrituras antigas, e nas Ordenações do Reino, deo occasião a curiosos quererem saber, q[ue] significasse propriam[en]te naquelle tempo, q[ue] tanto se usava della. Duarte Nunes de Leão na Chronica del Rei D. Aff[ons]o IV p. 167 diz: ser hum juizo sobre alg[um] feito notavel e duvidoso, q[ue] por authorid[ad]e de quem o fez, e dos q[ue] o approvão e louvarão, ficou delle hum direito introduzido p[ar]a imitar e seguir como lei, q[uand]o outra vez acontecesse”. O Doutor Jorge de cabbedo nos seus arestos num. 106 diz q[ue] neste mesmo sentido falla a Ordenação Liv. 2. tit. 35. [parágrafo] 26 naquellas palavras. q[ue] formalm[en]te são tiradas da velha, Liv. 2. tit. 17. [parágrafo] 24. Não embargante quaesquer direitos canonicos, façanhas, estilos, [etc]. como se dissera, sem embargo de quaesquer determinações em casos notaveis dadas. accrescenta com tudo q[ue] mais se inclina ser, Façanha, no antigo, o m[es]mo q[ue] opinião altercada, como se quizera dizer a ordenação, sem embargo de quaesquer opiniões, ainda q[ue] altercadas: e affirma do Doutor Manoel da Costa, famoso jurisconsulto da Unversid[ad]e de Coimbra, q[ue] neste sentido explicava a palavra Façanha: accrescentando no cabo de opiniões celebres, & altercadas, com peso derezoens, e doutores: Isto he o q[ue] propriam[en]te se chama façanhas.

Por ventura q[ue] mais conforme ao Conde, as escrituras antigas, e ainda à Ordenação, he Façanha hum tal e tão generoso feito, q[ue] assim pela estranheza, e valor em q[ue] foi obrado, como pela authorid[ad]e da pessoa, q[ue] o obrou, e daquellas q[ue] o louvarão, e celebrarão, mereceo e alcançou hum prudencial juizo, de ser tido e havido p[or] Lei, onde concorressem iguais ou semelhantes circumstancias. de maneira, q[ue] não seja Façanha, o juizo q[ue] ao feito illustre se segue, se não o m[es]mo feito, e acção, a q[ue]m segue

A palavra, *Façanha*, de que usa o conde, & se acha assi mesmo em Escrituras antigas, & nas ordenações do reyno, deo occasião a curiosos quererem saber, que significasse propriamente naquelle tempo, que tanto se usava della. Duarte Nunes de Leão na Chronica del Rei D. Afonso o IV. p. 167 diz, *Ser hum juizo sobre algum feito notável, & duvidoso, que por autoridade de qu~e o fez, & dos que o approvão, & louvarão, ficou delle hum direito introduzido para imitar, & seguir como lei, quando outra vez acontecesse.* O Doutor Jorge de Cabedo nos seus arestos, num. 106. Diz, que neste mesmo sentido falla ordenação, liv. 2. tit. 35. [parágrafo] 26 naquellas palavras, que formalmente são tiradas da velha, liv. 2. tit. 17. [parágrafo] 24. *Não embargante quaesquer direitos canonicos, civis, costumes, façanhas, estylos, &c.* como se dissera, sem embargo de quaesquer determinações em casos notaveis dadas. Accrescenta com tudo ~q mais se inclina ser, *Façanha*, no antigo, o mesmo que *opinião altercada*, como se quizera dizer a ordenação, sem embargo de quaesquer opiniões, ainda que altercadas: e affirma do Doutor Manoel da Costa, famoso jurisconsulto da vniversidade de Coimbra, que neste sentido explicava a palavra *Façanha*, Accrescentando no cabo de opiniões celebres, & altercadas, com peso derezoens, e doutores: *Isto he o que propriamente se chama façanha.*

Por ventura, ~q maes conforme ao conde, as escrituras antigas, & ainda à ordenação, he *Façanha*, h~u tal, & tam generoso feito, que assi pela estranheza, e valor em que foy obrado, como pela autoridade da pessoa, que o obrou, & daquelas, que o louvarão, e celebrarão, mereceo e alcançou hum prudencial juizo, de ser tido e auido por ley, onde concorressem iguais, ou semelhantes circumstancias. De maneira, que não seja *Façanha*, o juizo que ao feito illustre se segue, senão o mesmo feito, & acção, a q[ue]m segue

como em lei, e determinação. E neste sentido correm melhor os tres exemplos, com q[ue] allega Duarte Nunes de Leão, o de Martim Vasques da Cunha, e de Rui Paes Viegas, e Paio Rodrigues, o do Marechal de França, Mossen Beltrão de Gueselim, e as palavras da Chronica d'el Rei D. Pedro cap. 14 en 5 q[ue] traz Cabedo: Y tuvieron todos, q[ue] fizo el Cavallero lo que devia hazer, y a es hazaña en Castilla que ainsí se devia hazer. Refere as Fr. Prudencio de Sandoval na Chronica d'el Rei D. Aff[ons]o o VII de Castella p. 284 D. Rodrigo da Cunha, Hist. Eccl. de Lisb. p. 2. c. 70. n. 6 e 7.[1]

[1] CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa : vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florescerão... / por D. Rodrigo da Cunha. - Em Lisboa : por Manoel da Sylva, 1642. - 300 f. ; 2º (28 cm)

o juízo, que pelas fontes dõnde nasceo, ficou como em ley, e determinação. E neste sentido correm melhor os tres exemplos, com que allega Duarte Nunes de Leão, este de Martim Vasques da Cunha, & de Rui Paes Viegas, & Payo Rodrigues, o do Marichal de França, Moffen Beltrão de Guesclim, & as palavras da Chronica del Rey Dom Pedro o cruel de Castela (cap. 14 en. 5)[nota lateral], que traz Cabedo: *Y tuuieron todos, que fizo el cauallero lo que devia hazer, y aun es hazaña en Castilla, que ainsí se deuia hazer.* Refereas Fr. Prudencio de Sandoual na Chronica del Rei D. Afõso o VII de Castella (p. 284)) [nota lateral] (*Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa, pp.205-206, 1642*)

[1] tit. 55 [parágrafo] 6 [nota lateral]

FACHA

Dsc00137

Facha – na Armaria lançada de hum lado a outro do
Escudo.

Fafes. O primeiro capitão companheiro do Conde D. Henrique he D. Fafes Luz seu Alferes, de quem diz o Conde D. Pedro tit. 39 q[ue] foi Rico Homem m[ui]to bom e honrado: palavras com q[ue] qualifica grandem[en]te sua nobreza, e pessoa. Casou neste Reino com D. Froilhe Viegas, filha de Egas Paes de Penagate, o q[ue] fundou o mosteiro de Renduffe. Della teve dous filhos, q[ue] forão também Ricos Homens, e dos insignes Cav[aleir]os daquelle tempo. Do prim[eir]o q[ue] teve nome D. Godinho Fafes procedem os Fafes. O seg[un]do filho de Fafes Luz se chamou Egas Fafes, q[ue] casou com D. Urraca Mendes de Sousa, e tiverão entre outros filhos o insigne Capitão Gonçalo Viegas Mestre da Ordem de Avis, em tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques; e entre outros seus descendentes, q[ue] refere o Conde D. Pedro tit. 39 vierão os Fidalgos do appellido de Teixeira, cuja successão (seg[un]do os Nobiliarios) se conserva em p[ar]te nos Correas Baharens.

Os Fafes trazem p[o]r armas o campo partido em palla o primeiro esquartelado de ouro, e vermelho de tres esquaques em faxas, e outros tantos em palla; e o segundo de azul e prata de outras tantas peças esquaquetadas, e p[o]r timbre hum sol de ouro. Fr. Ant. Brand. Mon. p. 3. l. 8. c. 30. [1]

A nobre familia dos Fafes he tão antiga neste Reino q[ue] se lhe não sabe principio. O Conde D. Pedro tit. 38 a principia em D. Godinho Fafes, rico homem, filho primogenito de D. Fafes Luz, Alferes mór do Conde D. Henrique. Se bem já achamos outro mais antigo do m[es]mo nome em tempo d'el Rei D. Garcia, Cav[aleir]o mui principal. Jorg. Cardos. Agiol. Lus. tom. 2. p. 620. col. 1. Letr. [b] [2]

O primeiro capitão companheiro do Conde Dom Henrique he Dom Fafes Luz seu Alferes, de quem diz o Conde D. Pedro [nota lateral: tit. 39], que foy Rico hom~e muito bom, e honrado, palavras cõ que califica grandemente sua nobreza, e pessoa. Casou neste Reyno com Dona Froilhe Viegas, filha de Egas Paes de Penagate, o que fundou o mosteiro de Rendufe. Della teve dous filhos, que forão também Ricos home~s, e dos insignes cavaleiros daquelle tempo. Do primeiro, que teve noue (sic) Dom Godinho Fafes procedem os Fafez. [...] O segundo filho de Fafez Luz se chamou Dom Egas Fafez, que casou com Dona Urraca Mendez de Sousa, e tiverão entre outros filhos o insigne Capitão Gõçalo Viegas Mestre da Orde~ de Avis, em t~epo del Rey D. Afonso Henriques, e entre outros seus desc~edentes, que refere o Conde D. Pedro [nota lateral: tit. 39] vierão os fidalgos do appellido de Teixeira, cuja successão (segundo os nobiliarios) se conserva em parte nos Correas Baharens.

Os Fafes tem por armas o câpo partido em palla, o primeiro esquartellado de ouro, e vermelho de tres esquaques em faxa, e outros tantos em palla, e o segundo de azul e prata de outras tâtas peças esquaquetadas, e por timbre hum Sol de ouro. (*Monarquia Lusitana*, pp. 57f-57v, 1650)

A nobre familia dos Fafes he tam antiga neste reino, q' se lhe não sabe principio. O Conde D. Pedro tit. 38 a principia em D. Godino Fafez, rico home, filho primogenito de D. Fafez Luz, Alferes mór do Conde D. Henrique. Se bem já achamos outro mais antigo do mesmo nome em tempo delRei D. Garcia, cavalleiro mui principal. (*Agiologio Lusitano*, 1652-1666)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S.

Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

FALCOEIRO MÓR

Dsc00139

Falcoeiro Mór – Vej. Caçador Mór.

Dsc00141

Familiares do Santo officio. O Beato Fr. Gil segundo Prior Provincial da Ordem dos Pregadores de todos os Conventos da Provincia da Hespanha, foi o primeiro Inquisidor em Portugal. Nelle creou os Familiares do Santo Officio, chamados da Milicia de Christo, q[ue] seu Santissimo Patriarcha S. Domingos havia instituido com approvação do Sumo Pontifice HonorioIII. Costumavão estes morar em huma rua proxima ao convento de S. Domingos de Lisboa, q[ue] até o presente dia conserva o nome de ser chamada a de S. Pedro Martyr. Fr. Pedr. [Mont?] Hist. da Santa Inquisi. tom. 2. p. 1. L. 2. cap. 7. p. 60.[1]

Fr. Soeiro Gomes [...] havia sido o primeiro Provincial desta Provincia de Hespanha [...] fô o Meftre Fr. Gil podia fupprir a fua falta. [nota lateral: "He eleito o Beato Gil Prior Provincial da Ordem dos Prégadores de todos os Conventos da Provincia de Hespanha."] [p.58]. [...] Affim o executou tambem como Inquifidor o Santo [p.59]. [...] Tambem creou o Santo Inquifidor os feus Familiares, chamados de Milicia de Christo, que feu Santiffimo Patriarca S. Domingos havia intituido com approvaçã do Sumo Pontifice, [1]. Costumavaõ efte morar em huma rua proxima a efte convento de Lisboa, que até o prefente dia confervou o nome de ser chamada a de S. Pedro Martyr.[p.60] (*Historia da Sancta Inquisição do Reyno De Portugal, e fuas Conquiſtas, 1750*)

[1] MONTEIRO, Frei Pedro. Historia da Sancta Inquisição do Reyno De Portugal, e fuas Conquiſtas. Primeira Parte. Da origem das Sanctas Inquiſições da chriſtandade, e da Inquiſição antiga que houve n'efte reino, com os seus Inquiſidores geraes. Offerecida ao mui alto , e poderoso Rey D. João V. Noſſo Senhor. Compoſta pelo padre Fr. Pedro Monteiro Ulyſſiponense, Doutor, e Meſtre na Sagrada Theologia, Conſultor da Santa Inquiſição, Prégador do numero do Senhor Infante D. Francisco, Examinador Synodal do Arcebiſpado de Lisboa, das Igrejas do Infantado, e das do grande Priorado do Crato, e Academico do numero da Academia Real, Religioſo da Sagrada Ordem dos Prégadores. Livro Segundo, *Da Santa Inquiſição, que houve neſte Reyno defde o Senhor Rey D. Affonſo II. até o governo do Senhor Rey D. Joaõ III., e nos mais de Hespanha até o del Rey Catholico D. Fernando, e dos Concilios Geraes, ſcifmas, e hereſias, que por efteſ tempos houveraõ na Igreja.* Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. M.DCC.L.[1750]. *Com todas as licenças neceſſarias.* Capitulo VI [é não VII], pp.58-60.

[1] como deixamos eſcrito no Livro I.

Dsc00143

Faria. Em tempo del Rei D. Affonso III se acha este appellido em huma Escripura do anno de 1275. As Armas dos Farias são em campo vermelho huma torre de prata com as portas e frestas de preto entre sinco flores de liz de prata, tres em chefe, e duas em facha, e p[o]r timbre a m[es]ma torre com huma flor de liz em cima. Fr. A. Brand. Mon. p. 4. L. 15. c. 46. [1]

Lopo Felix da Vega Carpio no Elogio de Manoel de Faria e Sousa, q[ue] anda impresso no princípio do commento à Lusíada pelo m[es]mo Faria e Sousa, tom I [parágrafo] 17 diz: “En los tiempos de don Fernando, Rei X de Portugal, era Alcayde del Castillo, o fuerça chamado de Faria, Nuño Gonçalez de Faria, a quien las cronicas dan el nombre de Bueno. Siendo inopinadamente preso por los Castellanos, gobernados del Adelantado Pedro Rodriguez Sarmiento, i temiendo que su hijo, que en su lugar quedó en el castillo, le entregaria si ellos sin llevar le consigo le suesten a referir sú desgracia, los persuadio que le llevassen, porque el le mandaria, que les hiziesse luego la entrega d’el. Creyeron le, i llevaron le. Pero él en vuelto en sus prisiones amonestó desde abaxo rigorosamente al hijo, q[ue] aunque alli le viesse hazer pedaços no entregasse la fortaleza a sus enemigos, advertindo le, q[ue] se avia hecho traer delles alli un engano para hazer le esta amonestaçion de padre, de soldado, i de Alcayde verdadero con su Principe, i con su honra. Hizieron le luego pedaços los enemigos, y desde entonces, tomaram sus descendientes por armas la torre, i al pie della un hombre despedaçado. Y despues reformando se los Blasones en tiempo del Rei don Manuel, se quedaram con el que oy trãe, que es la torre de plata entre dos lises, i tres en cima en campo roxo.” [2]

Dsc00144

Os de Faria trazem as Flores de Lis sobre o Castello, p[o]r q[uan]to em cima do monte, donde o Castello de Faria está, permanece ainda hoje huma igreja antiga de g[ran]de devoção, e romagem, q[ue] chamão Nossa Senhora da Branqueira, a qual fundarão alli huns Monges

As Armas dos Farias são em campo vermelho h~ua torre de prata com as portas, & frestas de preto entre 5. flores de Lis de prata, 3. em chefe, & duas em facha, & por timbre a mesma torre com h~ua flor de Lis em cima. (*Qvarta Parte da Monarchia Lvsitana*, p.253, 1631)

“En los tiempos de don Fernando, Rei X de Portugal, era Alcayde del castillo, o fuerça llamada de Faria, Nuño Gõçalez de Faria, a quien las Cronicas dan el renombre de Bueno. Siendo inopinadamente preso por los Castellanos, gobernados del Adelantado Pedro Rodriguez Sarmiento, i temiendo que su hijo, que en su lugar quedó en el castillo, le entregaria si ellos sin llevarle consigo le suesten a referir sú desgracia, los persuadio que le llevassen, porque el le mandaria, que les hiziesse luego la entrega dèl. Creyeronle, i llevaronle. Pero él en vuelto en sus prisiones amonestó desde abaxo rigurosamente al hijo, que aunque alli le viesse hazer pedaços no entregasse la fortaleza a sus enemigos; advertindole, que se avia hecho traer delles alli un engano para hazerle esta amonestaçion de padre, de soldado, i de Alcayde verdadero con su Principe, i con su honra. Hizieronle luego pedaços los enemigos, y desde entonces, tomaram sus descendientes por armas la torre, i al pie della un hombre despedaçado. I despues reformandose los blasones en tiempo del Rei don Manuel, se quedaram con el que oy traé, que es la torre de plata entre dos lises, i tres encima en campo roxo.” (*Lvsiadas de Lvis de Camoens*, 1639)

Os de Faria trazem as Flores de Lis sobre o Castello, por quanto em cima do monte, donde o Castello de Faria está, permanece ainda hoje huma igreja antiga de grande devoção, e romagem, que chamão Nossa Senhora da Branqueira, a qual fundarão alli huns Monges

Bentos q[ue] forão os primeiros q[ue] de França vierão a Portugal, e alli tiverão hum celebre Mosteiro, e p[o]r estes Monjes Francos puzerão nas armas Flores de Lis Francezas. Sev. de Far. disc. 3 [parágrafo] 12. [3]

O sobr[edit]o Alcaide mor Nuno Gançaves de Faria era natural da Villa de Barcellos, casado com D. Teresa de Meira, filha de Gonçalo Paes de Meira, senhor de Colares e outras terras; teve della dous filhos, Gonçalo Nunes de Faria, e Alvaro de Faria. O prim[er]o foi o q[ue] deixou no Castello o pai, q[uan]do sahio a buscar os Gallegos; mas tomando habito Ecclesiastico depois das pazes foi Abbade da Igreja Parochial de S[an]ta Eulalia do Rio covo. O seg[un]do herdou a casa de seus pais, e foi armado cav[aleir]o na batalha de Aljubarrota pela mão Real do S^o Rei D. João I a quem seguia e servio valoroso como filho de tão honrado pai.

Deo-lhe el Rei D. Fernando p[o]r armas hum castello, ou torre em campo vermelho com hum homem morto ao pé do castello, e memoria da fidelissima constancia do Alcaide mór Nuno Gonçaves; das quaes armas usarão seus descendentes até o tempo d'el Rei D. manuel, q[ue] mandou reformar a Armaria p[o]r todo o Reino, e dispuzerão q[ue] as armas destes Farias fossem: em campo vermelho huma torre de prata, com portas e frestas de preto, entre sinco flores de Lis de prata; tres em chefe e duas entre faxa, e o timbre a m[es]ma torre. As flores de lis erão as armas antigas da Familia, p[o]r isso as conservarão na reforma, e significavão serem os farias Portuguezes oriundos do Reino de França. A torre he a mesmas, e pela mesma razão, q[ue] a deo el Rei D. Fernando. Fr. Man. dos Santos. Mon. p. 8. L.22. c. 24. [4]

Bentos, que forão os primeiros, que de França vierão a Portugal, e alli tiverão hum celebre Mosteiro, e por serem estes Monjes Francos, e de França, puzerão nas armas Flores de Lis Francezas. (*Noticias de Portugal, p.98, 1655*)

O Alcaide mór defunto Nuno Gançaves de Faria era natural da mesma Villa de Barcellos, cazado com D. Teresa de Meira, filha de Gonçalo Paes de Meira Senhor de Colares, e outras terras; teve della dous filhos, Gonçalo Nunes de Faria, e Alvaro de Faria. O primeiro foy o que deixou no Castello o pay, quando sahio a buscar os Gallegos; mas tomando habito Ecclesiastico depois das pazes, foy Abbade da Igreja Parochial de Santa Eulalia do Rio covo. O segundo herdou a casa de seus pais, e foy armado Cavalleiro na batalha de Aljubarrota pela mão Real do Senhor Rei D. João I. a quem seguia, e servio valeroso como filho de tão honrado pay.

Deulhe ElRei D. Fernando por armas hum Castello, ou Torre em campo vermelho com hum homem morto ao pé do Castello, e memoria da fidelissima constancia do Alcaide mór Nuno Gonçaves; das quaes armas usarão seus descendentes até o tempo delRei D. manuel, q[ue] mandou reformar a Armeria por todo o Reino, e dispuzerão, que as armas destes Farias fossem: em campo vermelho huma torre de prata, com portas, e frestas de preto, entre cinco flores de Lis de prata; tres em chefe e duas entre faxa, e o timbre a mesma torre. As flores de lis erão as armas antigas da Familia, por isso as conservarão na reforma, e significão serem os farias Portuguezes oriundos do Reino de França. A torre he a mesma, e pela mesma razão, que a deo el Rei D. Fernando. (*Oitava Parte da Monarquia Lusitana, 1729*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. Lvsias de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe Qvarto El Grande. Comentadas por Manvel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cfa Real [...]. Primero i Segundo

Tomo. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros.

[3] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corrao nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[4] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e successos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

Dsc00148.

Farinhas. D. Aniam de Estrada, natural das Asturias, e hum dos companheiros do Conde D. Henrique, teve dous filhos. Do seg[un]do destes filhos, chamado martim Aniam ou Anaya procedem os farinhas. Trazem estes p[o]r armas em campo azul nove [bezantes?] de prata em aspa, entre quatro cruces de ouro floridas vazadas do campo, e p[o]r timbre hum molho de trigo de seis Espigas em aspa, tres p[o]r cada banda, atadas com hum torçal azul. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. l. 8. c. 30; [1]

Os do appellido de goes tomarão tomarão [sic] tambem o de Farinhas pela Honra de Farinha Podre, q[ue] se annexou ao senhorio da villa de Goes. A cujo respeito os q[ue] seguião o appellido de farinhas mudarão tambem as Armas, usando nellas de nove bolas de prata em aspa em campo azul, entre quatro cruces de Ouro floreateadas, q[ue] he das armas dos Pereiras e Forjozes, q[ue] parece tomarão pelo casamento de D. Elvira Forjaz com D. Gonçalo Dias o Cide hum de seus ascendentes, e p[o]r timbre seis espigas de trigo atadas com hum torçal azul tres em banda e tres em contrabanda. Fr. F. Brand. Mon. p. 5. l. 16. c. 45. [2]

[...]D. Aniam de Estrada, natural das Asturias, e hum dos companheiros do Conde D. Henrique, teve dous filhos. Do segundo destes filhos, chamado martim Aniam ou Anaya procedem os farinhas. Trazem estes por armas em campo azul nove besantes de prata em aspa, entre quatro cruces de ouro floridas vazadas do campo, e p[o]r timbre hum molho de trigo de seis Espigas em aspa, tres por cada banda, atadas com hum torçal azul. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

Os do appellido de goes tomarão tambem o de Farinhas pela Honra de Farinha Podre, que se annexou ao senhorio da villa de Goes. A cujo respeito os que seguião o appellido de farinhas mudarão tambem as Armas, usando nellas de nove bolas de prata em aspa em campo azul, entre quatro cruces de Ouro floreateadas, que he das armas dos Pereiras e Forjozes, que parece tomarão pelo casamento de D. Elvira Forjaz com D. Gonçalo Dias o Cide hum de seus ascendentes, e por timbre seis espigas de trigo atadas com hum torçal azul tres em banda e tres em contrabanda. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00149

Faxa. Em o Escudo de armas he Faxe hum listão q[ue] atravessa ao largo. Sever. de Far. Not. disc. 3 § 5. [1]

[...]Em o Escudo de armas he Faxe hum listão que atravessa ao largo (*Noticias de Portugal, 1655*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Feó. Em o anno de 1174 apparece o appellido de Feo em escripturas de huma venda, q[ue] fazem ao Abbade de Lorvão D. João Gonçalo Paradella, e sua mulher D. Urraca de certa herdade em Moinhos Ruivos, termo de Montemor, p[o]r q[ue] entre outros assigna Mendo Feo. Aos Feos senhores do Morgado de Monte Redondo, derão p[o]r armas em campo azul tres Bandas vermelhas perfiladas de Ouro, e p[o]r timbre hum leão de prata bandado, e armado de vermelho rompente. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 11. c. 34. [1]

Em o próprio anno de mil e cento e setenta e quatro [...].

Finalmente apparece o appellido de Feo em escrituras de hua venda que fazem ao Abbade de Lorvão Dom João Gonçalo Paradella, e sua molher D. Orraca de certa herdade e Moinhos Ruivos, termo de Montemor, por que entre outros assigna Mendo Feo. Aos Feos senhores do Morgado de Monte Redondo derão por armas em campo azul tres bandas vermelhas perfiladas de ouro, e por timbre hum Leão de prata bandado, e armado de vermelho rompente. (*Monarquia Lusitana*, p.260v, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Festa do Espirito Santo. Por ser senhora de Cintra e dos seus Paços a Rainha Santa Isabel devia ella admittir dentro delles o celebrar se a Festa do Espirito Santo, q[ue] na Villa de Alenquer, q[ue] tambem era sua, instituio com boda, e ceremonias de Imperador, como se usa, e não sem [presumpções?] mysteriosas; p[o]r q[ue] annos adiante no anno de 1484 el Rei D. João o II concedeo aos confrades do Espirito Santo de Cintra, q[ue] cortassem lenha p[ar]a a dita Festa, a qual fazião na sala dos Infantes dos Paços de Cintra, como sempre fora costume, isto concedeo p[o]r q[ue] o mateiro os impedia. Em Santarem a 27 de maio o concedeo el Rei D. João, e seu primo e successor el Rei d. Manuel o confirmam no anno de 1497 como se pode ver no Liv. 2 da Estremadura fol. 278. Fr. F. Brand. Mon. p. 6. L. 18. c. 42. [1]

Por ser senhora de Sintra, e destes Paços a Rainha Santa Isabel, devia ella admittir dentro delles o celebrarse a Festa do Spirito Santo, que na Villa de Alanquer, que tambem era sua instituio com boda, e ceremonias de Emperador, como se usa, e não sem presunçoens misteriosas; porque annos adiante no anno de 1484. El Rey D. Ioão o II. concedeo aos Confrades do Espirito Santo de Sintra, que cortassem lenha para a dita Festa, a qual fazião na sala dos Infantes dos Paços de Sintra, como sempre fora costume, isto concedeo porque o mateiro os impedia. Em Santarem a 27 de Mayo o concedeo El Rey Dom Ioão, e seu primo, e successor El Rey D. Manoel o confirmam no anno de 1497 como se pode ver no livro 2 da Estremadura fol. 278. (*Monarquia Lusitana*, p.185, 1672)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaca, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Feudo. O Feodum formado na baixa latinid[ad]e he formado de od. possessão ou fazenda, e feo, soldada, paga; o q[ue] designava que o Feudo era huma especie de salario dado em recompensa de alg[um] serviço. Wachter, gloss. german. voce feodum, pag. 35. [1]

El Rei D. Affonso Henriques, logo q[ue] ganhou a batalha (sic) de Ourique, quiz como obediente filho da Igreja Romana que o Summo Pontifice Innocencio II desse nisso sua confirmação, e com exemplo de sugeição e zelo raro da Christandade fez seu Reyno feudatario à sé Apostolica, e ao Apostolo S. Pedro, pagando elle e successores o censo e tributo annual de 4 onças de Ouro. He feita a carta de doação nos Idos (aos 13) de Dezembro da Era de 1180. (He o anno de Christo de 1142) Continuavão depois os Reis de Portugal com a paga deste censo até o fim do Reinado d'el Rei D. Affonso III. Julgarão os seguintes Reis ficava o Reino mais soberano sem esta dependencia; o tiverão q[ue] a offerta della, fora mais de devoção q[ue] obrigatoria.

Não se pode porem propriam[en]te chamr feudatario o Reino de Portugal, ainda q[uan]do pagava a pensão à sé Apostolica; p[or] q[uan]to a propriedade e dominio foi sempre dos Reis de Portugal, e não pertencia aos Summos Pontifices. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 10. c. 10 e 11. [2]

Os reis de Portugal antecessores del Rei D. Dinis, os mais delles pedião confirmação do Reino aos Papas de Roma, de q[ue] pode induzir se subordinação no temporal a elles. Mas nesta materia se ha de ter a consideração na qualidade dos feudos, e sua origem; q[ue] se forem de reinos, cujo dominio temporal pertencia à Igreja, tolerados depois os Invasores e occupadores delles, ficarão sempre co a subordinação aos Ponti-

fices devida e compreendida em alg[um]a conhecida da p[ar]te dos respondentes, sendo essencial e obrigatoria: mas nos Reinos, qual o de Portugal, e outros q[ue] voluntariam[en]te p[or] devota submissão se obrigarão não havendo outra dep.^a; o procurar a confirmação dos papas

[...] *feodum* est fundus stipendiarius, sic dictus ab *od* substantia, fundus, possessio, et *feo* stipendium, salarium, merces [...] (*Glossarium Germanicum*, p.441, 1737)

[...] Rey Dom Afonso Henriques [...] do tempo q' ganhou a batalha de Ourique: e quis ainda como obediente filho da Igreja Romana, que o Summo Pontifice desse nisto sua confirmação, e cõ exemplo de sogeição, e zelo raro da Christandade fez seu Reyno feudatario à Sé Apostolica, e ao Apostolo S. Pedro [...] com censo, e tributo annal (sic) de quatro onças de ouro [...]. Foi feita a presente carta de firme doação nos Idos de Dezembro da Era de 1180. (he anno de 1142.) [*capítulo 10, pp.136f-136v*].

[...][1]

[...]ficava o Reyno mais soberano sem esta dependência, ou tiverão que offerta della fora mais de devação que obrigatoria. Não se pode porem propriamente chamr feudatario o Reyno de Portugal, ainda quando pagava a pensão à Sé Apostolica, [...][2]; por quanto a propriedade e dominio delle foi sempre dos Reys Portugueses, e não pertencia aos Summos Pontifices. [*capítulo 11, p.138v*]. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

Os reis de Portugal antecessores del Rei D. Dinis, os mais delles pedião confirmação do Reino aos Papas de Roma, de que pode induzir se subordinação no temporal a elles. [...]Mas nesta materia se ha de ter a consideração na qualidade dos feudos, e sua origem; que se forem de Reynos, cujo dominio temporal pertencia a Igreja, tolerados depois os invasores, e occupadores delles, [...][3], ficarão sempre co a subordinação aos Pontifices

devida e correspondida em alguma conhec~eça [...][4] da parte dos respondentes, sendo essencial, e obrigatoria: mas nos Reynos, qual o de Portugal, e outros que voluntariamente por devota submissão se obrigarão, não havendo

não conduz p[ar]a a justa successão dos seus Reis, mas só demonstra nelles a filial obediencia, da qual derivão, alem de se obrigar voluntariam[en]te, acceitar tambem a confirmação de seu titulo, como filhos da igreja obedientes p[o]r voto; voluntaria submissão, e não como feudatarios depend[en]tes e devedores. Fr. F. Brand. Mon. p. 6. L. 19. c. 46 e [ulti.?). [3]

Não contente el Rei D. Affonso Henriques de sugeitar seu Reino à Igreja Romana, quiz tambem reconhecer com semelhante obrigação o Mosteiro de Claraval, e a Virgem Mãi de Deus Protectora delle. O Doutor Fr. Bernardo de Brito Chron. de Cister l. 3. c. 6 refere como se pagou alg[uns] annos alto censo ao Mosteiro de claraval; e no fim veio a faltar em o mesmo tempo (seg[un]do parece) q[ue] deixou de se pagar o q[ue] pertencia à Igreja de S. Pedro de Roma. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 10. c. 12. [4]

outra dependencia o procurar a confirmação dos Papas não conduz para a justa successão de seus Reys, mas só demostra nelles a filial obediencia, da qual derivão, alem de se obrigar voluntariamente, acceitar tambem a confirmação de seu titulo, como filhos da igreja obedientes por voto, voluntaria submissão, e não como feudatarios dependentes e devedores. [*capítulo 46, pp.493-494*]. (*Monarquia Lusitana, 1672*) [...]Não contente este inclito Principe de sogeitar seu Reyno à Igreja Romana, quis tambem reconhecer cõ semelhante obrigação o Mosteiro de Claraval, e a Virge~ Mãy de Deos protectora delle. [...] [*p.139v*].

Affirma o Doutor Frey Bernardo de Brito, que [...] [nota lateral: *Brito Chronica de Cister lib. 3.*] [...] Refere o mesmo autor como sepagou alguns annos este censo ao Mosteiro de Claraval, e no fim veyo a faltar em o mesmo t~epo (segundo nos parece) que deixou de se pagar o que pertencia à Igreja de Saõ Pedro de Roma [...] [*pp.141f-141v*]. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]O trecho parece ter sido traduzido do latim para o português por Pedro José da Fonseca, latinista que era. Na edição que pudemos consultar da obra, referida a seguir, o trecho não se encontra à página 35. A causa disso pode ser um engano do compilador ou o fato de haver utilizado outra edição que não esta: WACHTERI, Johannis Georgii. *Glossarium Germanicum, continens Origines & Antiquitates totius Linguae Germanicae, et Omnium Pene Vocabulorum, Vigentium et Desitorum. Opus Bipartium et Quinque Indicibus Instructum Johannis Georgii Wachteri.* Lipsiae, Apud Joh. Frid. Gleditschii B. Filium, MDCCXXXVII [1737].

[2]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[3] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças

[1]Ainda que elRey Dom afonso tive o int~eto de fazer perpetua a sogeição de Portugal á igreja Romana, não pode impedir ao tempo suas mudanças, n~e a alguns de seus descendentes o pouco cuidado de dar satisfação a sua promessa. Iulgãrão estes Principes

[2]como ja advertimos

[3]quaes saõ alguns que de presente domina elRey Catholico

[4]quase ludibriosa

neceffarias.

[4]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia
Lvsitana,1632.

Fidalgo de Linhagem. El Rei D. Pedro I foi g[ran]de creador de Fidalgos de Linhagem, p[o]r q[ue] naquelle tempo não se costumava ser vassallo, se não filho, neto ou bisneto de Fidalgo de Linhagem, e p[o]r usança havião então a quantia, q[ue] agora chamão maravedis, dar se no berço logo q[ue] o filho do Fidalgo nascia e não outro alg[um]. Este Rei acrescentou m[ui]to na quantia dos Fidalgos depois morte del Rei seu Pai. Fern. Lopes. Chron. del Rei D. Pedro c.1. [1]

No tempo del Rei D. Duarte, e no del Rei João II foi requerido sempre em cortes, q[ue] no estado de vassallo se não admittisse se não Fidalgo de Linhagem. Nas de Lisboa do anno de 1455 prometteo el Rei D. Affonso, satisfazendo a esta proposta dos povos, q[ue] lhe queixavão de haver abatido o Lugar de vassallo em gente de inferior qualid[ad]e: Som taes pessoas que fazem vergonça nos vossos vassallos, q[ue] o som per linhagem, prolongada criação vossa, e de vossos irmãos, e tios. Porem, senhor, pedimos a V[ossa] Senhoria que ponha tal ordenança que taes pessoas não filhe por Vassallos, salvo se por linhagem, ou seer filho, ou neto de vassallo, segundo já per el Rei vosso Padre, cuja alma Deos tem, em seu tempo foi ordenado.

Com as continuas guerras d'Africa e Castella, necessitou el Rei D. Aff[ons]o o V m[ui]to dos povos, e daqui procedeo q[ue] p[ar]a lhes satisfazer os serviços, admittio a vassallos m[ui]tos mecanicos. Não sofrerão os Nobres estes abatim[en]to do explendor dos Vassallos e ultimam[en]te instarão a el Rei D. João o II nas Cortes de Viana, q[ue] reduzisse a vassalagem ao estado antigo, e desse esta preeminencia a pessoas só Nobres, e de Linhagem: Faze certo numero de vassallos homens fidalgos e de nobre criaçom, em q[ue] bem caiba tal honra, como antigam[en]te se soia fazer.

Conformando-se el Rei D. João com o Requerim[en]to, ordenou q[ue] houvesse 4 mil vassallos com as qualid[ad]es de nobres apontadas, os quaes se intitularão vassallos d'el Rei como sempre se usara, e não poderião ser vassallos de outro alg[um] senhor, ou Rico

[...]foi grande Criador de Fidalgos de Linhagem, porque naquelle tempo não se costumava ser vassallo, se não filho, neto ou bisneto de Fidalgo de Linhagem, e por usança havião então a quantia, que agora chamão maravediz, darse no berço logo que o filho do Fidalgo nascia e não outro algum.

Este Rei accrescentou muito nas quantias dos Fidalgos depois morte delRey seu pay [...]. (*Chronica del Rey D. Pedro I, p. 50, 1735*)

[...]em tempo delRey Dom Duarte, como no de Dom Ioão o Segundo, foi requerido sempre em Cortes, que ao estado de vassallo, senão admittisse senão fidalgo de linhagem. Nas de Lisboa do anno de mil quatrocentos e sincoenta e sinco prometteo elRey D. Afonso, satisfazendo a esta proposta dos povos, q se lhe queixavão de aver abatido o lugar de vassallo em gente de inferior qualidade. *Som taes pessoas que fazem vergonça nos vossos vassallos, que o são per linhagem prolongada criação vossa, e de vossos irmãos, e tios. Porem Senhor pedimos a V. Senhoria, que ponha tal ordenança que taes pessoas não filhe por vassallos, salvo se por linhagem, ou seer filho, ou neto de vassallo, segun já por elRey vosso Padre, cuja alma Deos tem, em seu tempo foi ordenado.*

Com as continuas guerras d'Africa e Castella, necessitou elRey Dom Afonso o Quinto muito dos Povos, e daqui procedeo que para lhes satisfazer os serviços, admittio a vassallos muitos mecanicos. Não sofrerão os Nobres estes abatimento do explendor dos Vassallos e ultimamente instarão a elRey Dom Ioão o Segundo nas Cortes de Viana já citadas, que reduzisse a vassalagem ao estado antiguo, e desse esta preheminencia a pessoas só nobres, e de linhagem: *Fazé certo numero de vassallos homens fidalgos, e de nobre criaçom, em que bem caiba tal honra, como antigamente se soia fazer.*

Conformandose elRey Dom Ioão com o Requerimento, ordenou que houvesse quatro mil vassallos com as qualidades de nobreza apontadas, os quaes se intitularão vassallos delRey como sempre se usara, e não poderião ser vassallos de outro algum senhor, ou Rico

Dsc00159

Os 2 mil destes erão armados a cavallos, aos quaes os Reis havião de dar, alem dos privilegios antigos, 2500 reis de quantia, os outros 2 mil erão de pé armados, e a estes se não dava quantia e logravão só dos privilegios. Erão piqueiros os de pé armados, e os de cavallo lanças de homens de armas, milicia mais consideravel por sua qualid[ad]e e bondade. Alem destes vassalos serem obrigados a estar sempre prestes com armas e cavallos, havia outra milicia sempre prestes, q[ue] era a dos espingardeiros de cavallo, besteiros de cavallo, e besteiros de pé, repartidos pelas comarcas do Reino, com seus privilegios, e forma de acostamentos p[ar]a as occasiões da guerra. Fr. F. Brand. Mon. part. 5. L. 16. c. 16. [2]

Os dous mil destes erão armados a cavalos, aos quaes os Reys avião de dar, alem dos privilegios antiguos, dous mil e quinhentos reis de quantia, os outros dous mil erão de pé armados, e a estes se não dava quantia, e logravão só dos privilegios. Erão piqueiros os de pé armados, e os de cavalo lanças de homens de armas, milicia mais consideravel por sua qualidade, e bondade. Alem destes vassalos serem obrigados a estar sempre prestes com armas, e cavalos, avia outra milicia sempre prestes, que era a dos espingardeiros de cavalo, besteiros de cavalo, e besteiros de pé, repartidos pelas comarcas do Reyno, com seus privilegios, e forma de acostamentos para as occasiões da guerra. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] LOPES, Fernão, 1380?-1460. Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escreeveo Fernão Lopes... / copiada fielmente do seu original antigo...pelo Padre Jozé Pereira Bayam. - Lisboa Occidental : Na Offic. de Manoel Fernandes Costa, 1735.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Fidalgo. A palavra Fidalgo, he hespanhola antiga, e val o m[es]mo q[ue] o filho de al[gue]m: p[o]r q[ue] como aos homens baixos, e de má procedim[en]to chamamos de filhos de ninguem; assim pelo contrario aos de sangue esclarecido e nobre, q[ue] procedião como taes, chamavão antigam[en]te filhos dalgo, q[ue] he filho de alguem, palavra q[ue] então se praticava (como pode ver se com clareza nas escrituras e doações daquelle tempo) do qual com pouca corrupção se derivou o titulo de fidalgo, q[ue] hoje se usa, e toma a m[es]ma significação. Villas Boas. Nobiliarch. c. 16. [1]

[...]A palavra Fidalgo, he hespanhola antiga, e val o mesmo que o filho de alguem: por que como aos homens baixos, e de má procedimento chamamos de filhos de ninguem; assim pelo contrario aos de sangue esclarecido e nobre, que procedião como taes, chamavão antigamente filhos dalgo, que he filho de alguem, palavra que então se praticava (como pode ver se com clareza nas escrituras e doações daquelle tempo) do qual com pouca corrupção se derivou o titulo de fidalgo, que hoje se usa, e toma a mesma significação (*Nobiliarquia Portuguesa, 1676*)

[1] VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentissimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Fidalguias da Beira. Posto q[ue] a maior p[ar]te da Provincia da Beira fosse primeiram[en]te povoada no an. de 501 antes de J. Christo pelos Barbaros q[ue] vivião entre Setubal e o Tejo, como refere Fr. Bernardo de Brito part. 1. L. 2. c. 2. [1] com tudo o dito Chronista faz a este [proposito?] a seguinte advertencia: “Nem me julguem os naturaes da Beira p[o]r suspeito, em lhe dar tão barbaro principio, p[o]r q[ue] de q[uan]tas nações entrarão e possuirão este Reino da Lusitania, so elles se podem chamar naturaes da terra, e Portuguezes verdadeiros: porque os do Alemtejo tiverão sua origem de gente Franceza; os de entre Douro e Minho, forão pela maior p[ar]te Gregos da camCampanha (sic) de Diomedes, e doutros q[ue] alli arribarão: só estes Barbaros, e os [Turdulos.?] antigos, erão dos [Chaldeos?], q[ue] [T...bal?] trouxe à Lusitania, e em tempo dos Romanos, e doutras nações q[ue] dominarão este Reino, destruindo as Cid[ad]es fortes, e povoando m[ui]tas outras de novo, só com os da Beira não entemdião m[ui]to, nem se misturavão com elles, de modo q[ue] lhe perturbassem[?] successão antiga: perpetuando-os nesta quietação as poucas riquezas da terra, e a pobreza com q[ue] a gente della se tratava. De maneira, q[ue] se alg[uns] portuguezes se podem com razão prezar de taes; e se alg[um]as fidalguias tem raízes bem lançadas; nenhuma a meu ver podem competir com as da Beira: e o conhecia bem el Rei D. Affonso o III Conde q[ue] foi da Bollonha, q[uan]do chamava a Beira [Lugar?] de sangue nobre.” [2]

a maior parte da Provincia da Beira fosse primeiramente povoada no an. de 501 antes de J. Christo pelos Barbaros que vivião entre Setubal e o Tejo (*Monarquia Lusitana*, 1597)

Nem me julguem os naturaes da Beira por suspeito, em lhe dar tão barbaro principio, porque de quantas nações entrarão e possuirão este Reino da Lusitania, so elles se podem chamar naturaes da terra, e Portuguezes verdadeiros: porque os do Alemtejo [...] tiverão sua origem de gente Franceza; os de entre Douro e Minho, forão pela maior parte Gregos da Campanha de Diomedes, e doutros que alli arribarão: só estes Barbaros, e os [Turdulos.?] antigos, erão dos [Chaldeos?], que [T...bal?] trouxe à Lusitania, e em tempo dos Romanos, e doutras nações que dominarão este Reino, destruindo as Cidades fortes, e povoando muitas outras de novo, só com os da Beira não entemdião muito, nem se misturavão com elles, de modo que lhe perturbassem[?] successão antiga: perpetuando-os nesta quietação as poucas riquezas da terra, e a pobreza com que a gente della se tratava. De maneira, que se alguns portuguezes se podem com razão prezar de taes; e se algumas fidalguias tem raízes bem lançadas; nenhuma a meu ver podem competir com as da Beira: e o conhecia bem el Rei D. Affonso o III Conde que foi da Bollonha, quando chamava a Beira [Lugar?] de sangue nobre. (*Idem*)

[1]BRITO, Frei Bernardo. Primeira Parte da Monarquia Lusitana, contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo / por Frei Bernardo de Brito. Impressão: Mosteiro de Alcobaça, 1597.

[2]Idem.

Dsc00162

Fieis de Deos. Dá-se este nome aos montes de pedras, q[ue] lanção os Viandantes nas estradas sobre os lugares, q[ue] se diz fora sepultado alguém violentam[en]te morto. Este costume teve principio na comarca de Dentre Douro e Minho, onde o introduzirão os gregos seus prim[ei]ros povoadores. Fr. Bernardo de Brito o refere desta maneira: “Os q[ue] erão senteceados à morte, levavão-nos fora dos lugares, e junto dos caminhos publicos os apedrejavão, deixando-os cobertos de pedras; e depois q[uan]tos passavão, tinham p[o]r costume accrescentar-lhe alg[um]as como nos agora fazemos nos montes de pedras, q[ue] vulgarm[en]te se chamão fieis de Deos, levantados em lugares hermos, onde matão alg[u]a pessoa; o qual rito nos ficou desta gente Grega. Mon. Lus. part.1. liv. 2. cap. 3.[1]

[...]Os que erão senteceados à morte, levavão-nos fora dos lugares, e junto dos caminhos publicos os apedrejavão, deixando-os cobertos de pedras; e depois quantos passavão, tinham por costume accrescentar-lhe algumas como nos agora fazemos nos montes de pedras, que vulgarmente se chamão fieis de Deos, levantados em lugares hermos, onde matão alguma pessoa; o qual rito nos ficou desta gente Grega. (*Monarquia Lusitana*, 1597)

[1] BRITO, Frei Bernardo. Primeira Parte da Monarquia Lusitana, contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo por Frei Bernardo de Brito. Impressão: Mosteiro de Alcobaça, 1597.

Figueiredos. Nos tempos q[ue] em Hespanha se pagou o infame tributo das cem Donzellas Christães aos Reis Mouros de Cordova, se mandavão outros recolher em Asturias, Portugal e Galliza, pelos moradores Christãos, q[ue] obedecião aos Reis de [Oviedo?], o qual tributo durou até o anno de Christo 788. Nestes tempos pois no lugar chamado Figueiredo das Donas, tres legoas da cidade de Viseu, junto ao Conselho de Lafões, se sabe por tradiçãõ immemorial, q[ue] forão livres seis donzellas destas q[ue] se davão aos mouros p[o]r hum Cav[aleir]o Christão, a quem a lastima de os ver em tal estado obrigou a desistir o perigo da vida pelo interesse da sua liberd[ad]e. Foi pois o caso q[ue] sendo p[ar]te daquellas terras, q[ue] ficão ao longo do rio [Volga?], e pelas Vallas de Arouca, Tamega, e Douro, povoada de Christãos, q[ue] desde as entradas d'el Rei D. Affonso o Catholico, e D. Fruelo seu filho, fivavão na obediencia dos Reis de Asturias, sem os Mouros os tornarem a conquistar tão cedo, ou p[o]r mui asperas, ou pouco ricas, lhe foi tambem repartido o numero das donzellas, q[ue] havião de pagar aos Mouros, como fazião todos os mais de Asturias, e Galliza, e tendo já recolhidas seis, q[ue] conforme a tradiçãõ vulgar, devião ser das nobres, as puzera os Mouros em certa casa forte, cujas ruinas se veem em nosso tempo no proprio lugar de Figueredo, inda q[ue] já mui damnificadas, em q[uan]to se ajuntavão as mais q[ue] restavão do numero p[ar]a se partirem com todas na volta de Cordova, e ou fosse como alg[uns] dizem, andando à caça, a cousa sabida, succedeo encontrallas no pomar da casa, em q[ue] as guardavão, hum cavalleiro, q[ue] dizem se chamava Goesto Ansur, e como a tristeza de todas [publicasse?] a magoa de seus animos; e elle (se já o não sabia) se inteirasse da cousa, determinou aventurar a vida não deixar seguir tão lastimosa ventura. Sentirão os guardas a nova gente q[ue] fallava, e acudindo a impedir a conversação, o animoso christão com alg[uns] q[ue] o acompanhavão, deo nos inimigos, onde pelejou tão valorosam[en]te, q[ue] depois de se lhe quebrar a espada, destroncou o ramo de huma Figueira com q[ue] acabou de vencer desbaratou

Nos tempos que em Hespanha se pagou o infame tributo das cem Donzellas Christães aos Reis Mouros de Cordova, se mandavão outros recolher em Asturias, Portugal e Galliza, pelos moradores Christãos, que obedecião aos Reis de Oviedo, o qual tributo durou até o anno de Christo 788. Nestes tempos pois no lugar chamado Figueiredo das Donas, tres legoas da cidade de Viseu, junto ao Conselho de Lafões, se sabe por tradiçãõ immemorial, que forão livres seis donzellas destas que se davão aos mouros por hum Cavaleiro Christão, a quem a lastima de os ver em tal estado obrigou a desistir o perigo da vida pelo interesse da sua liberdade. Foi pois o caso que sendo parte daquellas terras, que ficão ao longo do rio Volga, e pelas Vallas de Arouca, Tamega, e Douro, povoada de Christãos, que desde as entradas d'el Rei D. Affonso o Catholico, e D. Fruelo seu filho, fivavão na obediencia dos Reis de Asturias, sem os Mouros os tornarem a conquistar tão cedo, ou por mui asperas, ou pouco ricas, lhe foi tambem repartido o numero das donzellas, que havião de pagar aos Mouros, como fazião todos os mais de Asturias, e Galliza, e tendo já recolhidas seis, que conforme a tradiçãõ vulgar, devião ser das nobres, as puzera os Mouros em certa casa forte, cujas ruinas se veem em nosso tempo no proprio lugar de Figueredo, inda que já mui damnificadas, em quanto se ajuntavão as mais que restavão do numero para se partirem com todas na volta de Cordova, e ou fosse como alguns dizem, andando à caça, a cousa sabida, succedeo encontrallas no pomar da casa, em que as guardavão, hum cavalleiro, que dizem se chamava Goesto Ansur, e como a tristeza de todas publicasse? a magoa de seus animos; e elle (se já o não sabia) se inteirasse da cousa, determinou aventurar a vida não deixar seguir tão lastimosa ventura. Sentirão os guardas a nova gente que fallava, e acudindo a impedir a conversação, o animoso christão com alguns que o acompanhavão, deo nos inimigos, onde pelejou tão valorosamente, que depois de se lhe quebrar a espada, destroncou o ramo de huma Figueira com que acabou de vencer desbaratou os poucos que lhe ficavão, e pôr em salvo as seis donzellas,

os poucos q[ue] lhe ficavão, e pôr em salvo as seis donzellas, q[ue] já estavam entregues na mãos dos Barbaros; e p[o]r succeder esta fa-

que já estavam entregues na mãos dos Barbaros; e por succeder esta fa-

Dsc00165

çanha dentro do pomar, onde havia m[ui]tas figueiras (q[ue] ainda não faltão naquella terra) e ser o ramo destroncado da Figueira, instrum[en]to de tamanha obra, tomou Guesto Ansur, p[o]r divisa sinco folhas de figueira, em lembrança das sinco donzellas, pondo outra p[o]r timbre do elmo, q[ue] faz o numero de seis, e querem alg[uns] q[ue] fosse esta huma dellas, com quem se casou, e q[ue] p[o]r ventura foi causa da liberd[ad]e das mais. E como fosse ordin[ari]o na Lingua Portugueza antiga, e em certas coisas o seja inda agora, chamar a m[ui]tas arvores juntas arvoredo, e m[ui]tas vinhas vinhedo; assim a m[ui]tas figueiras chamavão figueiredo, donde ficou o nome ao lugar, e ao Cavalleiro q[ue] alli fez obra tão digna de lembrança; e porque podia haver, e de feito havia outros lugares neste Reino como o proprio nome, o diffrençarão dos mais com o sobre nome q[ue] dura até agora de Figueiredo das Donas, q[ue] então valia tanto como Senhoras, e era appellido só de gente m[ui]to nobre, e não tão vulgar como o tempo o tem feito. Fr. Bern. de Brito Mon. p. 2. l. 7. c. 9. [1]

O Lugar de Figueiredo da Comarca de Viseu he o solar desta familia, a qual tem p[o]r Armas em campo vermelho cinco folhas de figueira verdes em aspa; perfiladas de oiro, timbre dous braços de leão vermelho em aspa, com duas folhas das armas na mão. Carv. Cost. Corogr. Port. tom. 2. [...?] 8. c. 7. p. 357. [2]

çanha dentro do pomar, onde havia muitas figueiras (que ainda não faltão naquella terra) e ser o ramo destroncado da Figueira, instrumento de tamanha obra, tomou Guesto Ansur, por divisa sinco folhas de figueira, em lembrança das sinco donzellas, pondo outra por timbre do elmo, que faz o numero de seis, e querem alguns que fosse esta huma dellas, com quem se casou, e que por ventura foi causa da liberdade das mais. E como fosse ordinario na Lingua Portugueza antiga, e em certas coisas o seja inda agora, chamar a muitas arvores juntas arvoredo, e muitas vinhas vinhedo; assim a muitas figueiras chamavão figueiredo, donde ficou o nome ao lugar, e ao Cavalleiro que alli fez obra tão digna de lembrança; e porque podia haver, e de feito havia outros lugares neste Reino como o proprio nome, o diffrençarão dos mais com o sobre nome que dura até agora de Figueiredo das Donas, que então valia tanto como Senhoras, e era appellido só de gente muito nobre, e não tão vulgar como o tempo o tem feito. (*Monarquia Lusitana*, 1609)

O Lugar de Figueiredo da Comarca de Viseu he o solar desta familia, a qual tem por Armas em campo vermelho cinco folhas de figueira verdes em aspa; perfiladas de oiro, timbre dous braços de leão vermelho em aspa, com duas folhas das armas na mão. (*Corografia Portuguesa*, 1706-1712)

[1]BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck, 1609.

[2]COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, &

outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] /
Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na
officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua
Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.

Figueiroas. He mui crível q[ue] alg[um] descendente de Goesto Ansur, o prim[eir]o q[ue] em Portugal tomou o sobre nome de Figueiredo, pas-sando a Galliza, desse principio aos Fidalgos do appellido de Figueiroa com pouca corrupção do nome Portuguez. He deste appellido em Castella m[ui]tas casas nobres, em particular o Ducado de Fereia, e tem p[o]r aquelle de Galliza, justo a...que devia povoar alg[uns] dos descendentes do dito Goesto Ansur. *Id. ibid.* [1]

Do cavall[eir]o Guesto Ansur, e quiçais da villa de Figueiró procedem as illustres e nobres gerações de Figueiroas, Figueiredos, e Figueiras de Portugal e Castella, q[ue] hoje trazem as m[es]mas Armas. Posto q[ue] alg[uns] as trazem com duas folhas p[o]r timbre em duas mãos de Leão com unhas de sangue. *Miguel Leit. d'Andr. Miscell. Dial.* 1. p. 26 [2]

He mui crível que algum descendente de Goesto Ansur, o primeiro que em Portugal tomou o sobre nome de Figueiredo, passando a Galliza, desse principio aos Fidalgos do appellido de Figueiroa com pouca corrupção do nome Portuguez. He deste appellido em Castella muitas casas nobres, em particular o Ducado de Fereia, e tem por aquelle de Galliza, justo a que devia povoar alguns dos descendentes do dito Goesto Ansur. (*Monarquia Lusitana, 1609*)

Do cavalleiro Guesto Ansur, e quiçais da villa de Figueiró procedem as illustres e nobres gerações de Figueiroas, Figueiredos, e Figueiras de Portugal e Castella, que hoje trazem as mesmas Armas. Posto que alguns as trazem com duas folhas por timbre em duas mãos de Leão com unhas de sangue. (*Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande, 1629*)

[1]BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck ,1609.

[2]ANDRADE, Miguel Leitão de. Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa[...] com mtas. curiozidades e poezias diversas por Mighel Leitão d^aAndra[...] Em Lxa.: por Matheus Pinheiro, 1629.

Filhamento. Os Titulos de Escudeiros e Cavalleiros se [costumavão?] neste Reino, até q[ue] el Rei D. Affonso V escolhendo de huns e outros, os q[ue] lhe pareceo, para as assistencias e serviço da Casa Real, mandando os matricular em Livro para elles deputado, deo principio aos Filhamentos e titulos de Fidalgos nos Livros d'el Rei. Aos escritos neste Livro chamavão Moços Fidalgos [rasurado] cujo accrescentam[en]to então era a Escudeiros Fidalgos, e Cav[aleir]os fidalgos. E desta, falla o Regim[en]to dos acontiadados, q[ue] traz Cabbado 2. p. [d?]. 109 n. 2. q[ue] diz assim: Cavalleiros, Escudeiros, q[ue] posto q[ue] não sejam vassallos, sejam homens fidalgos de padre e madre, e por nossas cartas sejam havidos p[or] fidalgos. El Rei D. Sebastião deo o Regim[en]to dos [Filhamentos?] de q[ue] hoje se usa no anno de 1572. Villas Boas. Nob. Port. c. 17. [1]

Os Titulos de Escudeiros e Cavalleiros se costumavão neste Reino, até que el Rei D. Affonso V escolhendo de huns e outros, os que lhe pareceo, para as assistencias e serviço da Casa Real, mandando os matricular em Livro para elles deputado, deo principio aos Filhamentos e titulos de Fidalgos nos Livros d'el Rei. Aos escritos neste Livro chamavão Moços Fidalgos cujo accrescentamento então era a Escudeiros Fidalgos, e Cavaleiros fidalgos. E desta, falla o Regimento dos acontiadados, que traz Cabbado 2. p. 109 n. 2. que diz assim: Cavalleiros, Escudeiros, que posto que não sejam vassallos, sejam homens fidalgos de padre e madre, e por nossas cartas sejam havidos por fidalgos. El Rei D. Sebastião deo o Regimento dos Filhamentos de que hoje se usa no anno de 1572. (*Nobiliarquia portuguesa, 1676*)

[1]VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentissimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Firmas Antigas. Fr. Ant. Brandão Mon. Lus. p. 3. L. 10. c. 5. [1] satisfazendo a duvida, q[ue] podia oppor se ao authenticico docum[en]to, em q[ue] el Rei D. Aff[ons]o Henriques confirmou debaixo do juramento a visão de S. C. antes da batalha de Ourique, diz: Não deve causar duvida nelle (juramento) estarem todas as firmas de huma m[es]ma letra, p[or] q[ue] antigam[en]te não punhão seu sinal os q[ue] confirmavão, e erão testemunha, como alem da experiencia de pergaminhaos originaes, tenho advertido de se nomearem m[ui]tas vezes as Igrejas Cathedraes q[ue] estavam vagas, as quaes claro he q[ue] não fazião estas firmas.”

satisfazendo a duvida, que podia oppor se ao authenticico documento, em que el Rei D. Afonso Henriques confirmou debaixo do juramento a visão de S. C. antes da batalha de Ourique, diz: Não deve causar duvida nelle (juramento) estarem todas as firmas de huma mesma letra, por que antigamente não punhão seu sinal os que confirmavão, e erão testemunha, como alem da experiencia de pergaminhaos originaes, tenho advertido de se nomearem muitas vezes as Igrejas Cathedraes que estavam vagas, as quaes claro he que não fazião estas firmas. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Fogaças. Em huma Escritura original, q[ue] está na Torre do Tombo em a qual o Inf[an]te D. Affonso Henriques dá ao Mosteiro de S. Romão de Neiva hum seu reguengo com tudo o q[ue] lhe pretencia, se acha este appellido em Pedro Fogaça, entre outros dos Grandes, q[ue] confirmão. Trazem os Fogaças p[o]r Armas o campo [franchado?] no prim[eir]o de vermelho cinco fachas de ouro, no seg[un]do de ouro huma fogaça de azul [gretada?] de prata, e assim os contrarios; p[o]r timbre hum feixe de lenha ardendo. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 9. c. 30. [1]

Em huma Escritura original, que está na Torre do Tombo em a qual o Infante D. Affonso Henriques dá ao Mosteiro de S. Romão de Neiva hum seu reguengo com tudo o que lhe pretencia, se acha este appellido em Pedro Fogaça, entre outros dos Grandes, que confirmão. Trazem os Fogaças por Armas o campo franchado no primeiro de vermelho cinco fachas de ouro, no segundo de ouro huma fogaça de azul gretada de prata, e assim os contrarios; por timbre hum feixe de lenha ardendo. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Fonsecas. Em huma escritura do tempo do conde D. Henrique feita em 1102 a qual existe no Mosteiro de Salzeda da Ordem de Cister, se faz menção de D. Garcia Rodrigues. Deste Fidalgo q[ue] tambem confirma como Rico Homem, no Foral de Ferreira, concebido pela Rainha D. Tereja em 1126 e em huma doação feita pela m[es]ma Rainha em 1128 ha tradicção q[ue] descende hum ramo dos Fonsecaas. Deste appellido não ficou casa titular neste Reino (posto q[ue] ha alg[um]a nobreza) por se passar a Castella a principal descendencia no tempo d'el Rei D. João o I. La fundarão a casa dos Marquezes de Orelhana, e outros morgados e casas ricas. Trazem os Fonsecaas p[o]r armas cinco Estrellas de vermelho com cinco pontas cada huma postas em aspas, e p[o]r timbre hum Touro vermelho com os cornos e unhas dourados, e huma Estrella de ouro na espadua. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 8. c. 21. [1]

Os Fonsecaas possuem morgado em Alcacer do Sal, q[ue] em 1158 el Rei S. Affonso Henriques ganhou aos Mouros. E p[o]r isso como outras de diff[er]entes appellidos se tem p[o]r descend[en]tes dos principaes conquistadores da d[it]a Villa. Id. ibid. L. 10. c. 39. [2]

Em huma escritura do tempo do conde D. Henrique feita em 1102 a qual existe no Mosteiro de Salzeda da Ordem de Cister, se faz menção de D. Garcia Rodrigues. Deste Fidalgo que tambem confirma como Rico Homem, no Foral de Ferreira, concebido pela Rainha D. Tereja em 1126 e em huma doação feita pela mesma Rainha em 1128 ha tradicção que descende hum ramo dos Fonsecaas. Deste appellido não ficou casa titular neste Reino (posto que ha alguma nobreza) por se passar a Castella a principal descendencia no tempo d'el Rei D. João o I. La fundarão a casa dos Marquezes de Orelhana, e outros morgados e casas ricas. Trazem os Fonsecaas por armas cinco Estrellas de vermelho com cinco pontas cada huma postas em aspas, e por timbre hum Touro vermelho com os cornos e unhas dourados, e huma Estrella de ouro na espadua. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

Os Fonsecaas possuem morgado em Alcacer do Sal, que em 1158 el Rei S. Affonso Henriques ganhou aos Mouros. E por isso como outras de diff[er]entes appellidos se tem por descendentes dos principaes conquistadores da dita Villa. (*Idem*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] Idem.

Foral erão as leis particulares p[o]r q[ue] se governavão as terras. Davão Foraes não só os Reis e Príncipes, soberanos, senão também alg[uns] Fidalgos, a q[ue]m os Príncipes concedião a povoação de alg[um]a terra. O prim[eir]o, de q[ue] se acha noticia he o de Sernancelhe, Villa na comarca da Beira dado por dois g[ran]des senhores em 26 de Outubro de 1124 governando este Reino a Rainha D. Theresa. (Torre do Tombo L[ivro]. dos Foraes [velhos?] fol. 23) Pelos annos adiante forão dando Foraes os Infantes do Reino, os Prelados Ecclesiasticos, e os Fidalgos particulares, como se mostra provado na Monarchia Lusitana. Fr A. Brand. Mon. p. 3. L. 9. c. 12. [1]

[...]erão as leis particulares porque se governavão as terras. Davão Foraes não só os Reis e Príncipes, soberanos, senão também alguns Fidalgos, a quem os Príncipes concedião a povoação de alguma terra. O primeiro, de que se acha noticia he o de Sernancelhe, Villa na comarca da Beira dado por dois grandes senhores em 26 de Outubro de 1124 governando este Reino a Rainha D. Theresa. (Torre do Tombo L. dos Foraes velhos fol. 23) Pelos annos adiante forão dando Foraes os Infantes do Reino, os Prelados Ecclesiasticos, e os Fidalgos particulares (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Fortes. Moeda de prata, lavrou-a el Rei D. Diniz, e juntam[en]te meios Fortes: Tem de huma p[ar]te a Commenda de Christo, com a letra Dionysius Rex Portugal et Algarbior. da outra as Armas do Reino, e letra: Adjutorium nostrum in nomine Domini. Valião dous [vintens?] e meio Forte [...?]. Outros Fortes e Meios Fortes assim m[ui]tos de prata lavrou el Rei D. Fernando, em preço de 29 reis; os quaes depois abaixou a 16 reis. (Chr.d'el Rei D. João I part. 1. c 49 [rasurado] D. Rodrigo da Cunha Hist. Eccles. de Lisb. p. 2. c. 20. n. 17. [1]

Fez el Rei D. Fernando huma moeda, q[ue] chamou Fortes q[ue] valião 20 soldos, q[ue] são 29 reis, e 2 ceitis, e meios Fortes q[ue] valião 14 reis e meio e hum ceitil. Por mandado do dito Rei tiverão depois os Fortes a valia de 10 soldos, q[ue] são 16 reis, e 4 ceitis. Sev. de Far. Not. disc. 4. [parágrafo] 24. [2]

Moeda de prata, lavrou-a el Rei D. Diniz, e juntamente meios Fortes: Tem de huma parte a Commenda de Christo, com a letra *Dionysius Rex Portugal et Algarbior.* da outra as Armas do Reino, e letra: *Adjutorium nostrum in nomine Domini.* Valião dous vintens e meio Forte. Outros Fortes e Meios Fortes assim muitos de prata lavrou el Rei D. Fernando, em preço de 29 reis; os quaes depois abaixou a 16 reis. (*Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa, 1642*)

Fez el Rei D. Fernando huma moeda, que chamou Fortes que valião 20 soldos, que são 29 reis, e 2 ceitis, e meios Fortes que valião 14 reis e meio e hum ceitil. Por mandado do dito Rei tiverão depois os Fortes a valia de 10 soldos, que são 16 reis, e 4 ceitis. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e açcoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão[...] por D. Rodrigo da Cunha. Em Lisboa: por Manoel da Sylva, 1642.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc00181

Frades. Tem seu solar em Olivença, Villa da Provincia do Alemtejo, onde ha muitos desta familia. O Conde D. Pedro no seu Nobiliario diz q[ue] esse appellido antigam[en]te foi nome deduzido de hum Cav[aleir]o chamado Frade Fradique: achavão se estes na restauração de Setubal, e como fosse gente principal, hião cruzados com a cruz de S. Jorge, q[ue] tomarão p[o]r armas sobre hum rio de prata, e como a restauração da Villa fosse em dia de S. André, em sua memoria tomarão p[o]r timbre huma aspa vermelha do m[es]mo santo, adornada com huma Estrella de prata com outras mais condecorações o escudo. Carvalh. da Costa. Corogr. Port. tom. 2. [Int?] 8. p. 611. [1]

Tem seu solar em Olivença, Villa da Provincia do Alemtejo, onde ha muitos desta familia. O Conde D. Pedro no seu Nobiliario diz que esse appellido antigamente foi nome deduzido de hum Cavaleiro chamado Frade Fradique: achavão se estes na restauração de Setubal, e como fosse gente principal, hião cruzados com a cruz de S. Jorge, que tomarão por armas sobre hum rio de prata, e como a restauração da Villa fosse em dia de S. André, em sua memoria tomarão por timbre huma aspa vermelha do mesmo santo, adornada com huma Estrella de prata com outras mais condecorações o escudo. (*Corografia Portugueza, 1706-1712*)

[1]COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.

Dsc00179

Francos. Os deste apelido são descendentes de D. Roberto de La Corni. natural de Flandres, a quem el Rei D. Affonso Henriques deo o Senhorio de Atouguia, p[o]r q[ue] foi como elle em a tomada de Lisboa. Fr. F. Brand. Mon. p. 5. l. 17. c. 3. [1]

[...]Os deste apelido são descendentes de D. Roberto de La Corni. natural de Flandres, a quem el Rey D. Affonso Henriques deo o Senhorio de Atouguia, por que foi como elle em a tomada de Lisboa (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

F[r]atrisa. A Ordem do Hospital não teve antigam[en]te neste Reino Mosteiro de Freiras, ainda q[ue] tinha Fratrisas, q[ue] trazião o seu habito, e destas as q[ue] professavão os votos da Religião, e obediencia aos Prelados da Ordem, vivião em suas casas. O prim[eir]o Convento de Religiosas da Ordem do Hospital de S. João, ou de Malta, q[ue] houve em Portugal, se edificou na cidades de Evora, em tempo d’el Rei D. Manuel no anno de 1519. Permaneceo o Convento destas Religiosas em Evora, até q[ue] o Inf[an]te D. Luiz, q[ue] governava o Priorado do Crato, o mandou p[ar]a a Villa de Estremoz, em q[ue] agora o vemos. Fr. F. Brand. Mon. p. 5. l. 16. c. 75. [1]

[...]A Ordem do Hospital não teve antigamente neste Reino Mosteiro de Freiras, ainda que tinha *Fratrisas*, que trazião o seu habito, e destas as que professavão os votos da Religião, e obediencia aos Prelados da Ordem, vivião em suas casas. O primeiro Convento de Religiosas da Ordem do Hospital de S. João, ou de Malta, que houve em Portugal, se edificou na cidades de Evora, em tempo del Rey D. Manuel no anno de 1519. Permaneceo o Convento destas Religiosas em Evora, até que o Infante D. Luiz, que governava o Priorado do Crato, o mandou p[ar]a a Villa de Estremoz, em que agora o vemos. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Freiras. O prim[eir]o Mosteiro de Freiras, q[ue] das ordens mendicantes houve em Portugal foi o de S. Felix de Religiosas Dominicanas no sitio q[ue] chamão Valle de Chellas, junto á Cid[ad]e de Lisboa, ao Norte della, em distancia de quasi huma legua. Antes havia sido convento de cavalleiros da Ordem do Hospital. Teve principio no anno de 1224, sendo Prelado da Ordem dos Pregadores D. Fr. Sueiro Gomes, prim[eir]o Provincial q[ue] ella teve neste Reino. Conservou se neste estado até o anno de 1295 no qual passou p[ar]a a jurisdição do ordin[ari]o de Lisboa. Fr. L. de Sousa Hist. de S. Dom. p. 1. L. 1. c. 23. [1]

[...]O primeiro Mosteiro de Freiras, que das ordens mendicantes houve em Portugal foi o de S. Felix de Religiosas Dominicanas no sitio que chamão Valle de Chellas, junto á Cidade de Lisboa, ao Norte della, em distancia de quasi huma legua. Antes havia sido convento de cavalleiros da Ordem do Hospital. Teve principio no anno de 1224, sendo Prelado da Ordem dos Pregadores D. Fr. Sueiro Gomes, primeiro Provincial que ella teve neste Reino. Conservou se neste estado até o anno de 1295 no qual passou para a jurisdição do ordinario de Lisboa. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fuecchos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Freitas. Diogo Gonçalves foi filho de Gonçalo Oueques, o que fundou o Mosteiro de Cete. Casou com D. Urraca Mendes irmã de Fernão Mendes de Bragança, cunhado del Rei D. Aff[ons]o Henriques. Deste Fidalgo (conforme diz o Conde D. Pedro tit. 34) descendem os Freitas p[o]r varonia. As suas armas são em campo vermelho cinco Estrellas de ouro em aspa, de seis pontas cada huma, e p[o]r timbre dous [brazos?] em aspa. Fr. A Brand. Mon. p. 3. L. 1v. c. 4. [1]

[...]Diogo Gonçalves foi filho de Gonçalo Oueques, o que fundou o Mosteiro de Cete. Casou com D. Urraca Mendes irmã de Fernão Mendes de Bragança, cunhado del Rey D. Afonso Henriques. Deste Fidalgo (conforme diz o Conde D. Pedro tit. 34) descendem os Freitas por varonia. As suas armas são em campo vermelho cinco Estrellas de ouro em aspa, de seis pontas cada huma, e por timbre dous brazos em aspa. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Freires. Vej. Barrosos. As Armas dos Freires são em campo verde huma banda vermelha [acutilada?] de ouro, q[ue] tem duas cabeças de [rasurado] serpa do mesmo, e por timbre dous pescoços de serpa retorcidos, armados de vermelho batalhantes postos em fugida. São hoje os Freires Condes de Bobadella, alem de outros morgados. Chamão se promiscuam[en]te Freires e Andrades. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 11. c. 17. [1]

Hum destes morgados he em Alcacer do Sal, e p[o]r tanto se tem p[o]r descendentes dos principaes conquistadores em tempo del Rei D. Affonso Henriques. Id. ibid. L. 10. c. 39. [2]

Os Freires de Andrade trazem no Escudo de suas armas a Banda da Ordem Militar da Banda de Castella de q[ue] forão cavalleiros. Sev. de Far. Not. disc. 3. § 6. [3]

Gaspar Alvares de Lousada, Escrivão e Reformador da Torre do Tombo, na illustração q[ue] fez da Familia dos Oinheiros diz: “D. Thereza mãe del Rei D. João o I e avó do primeiro Duque de Bragança, consta da chronica q[ue] era Gallega, e he certo q[ue] era da Casa de Somoza, q[ue] he nobilissima em Galliza, e q[ue] era muito chegada a D. Nuno Freire de Andrada, g[ran]de privado del Rei D. Pedro, do qual descende a casa de Bobadella, e os Senhores de Soza, junto de Aveiro, do appellido de Freires de Andrade; e p[o]r ser D. Nuno este, lhe entregou el Rei a seu filho D. João, a quem queria m[ui]to, havido na d[it]a D. Theresa, assim foi seu Aio, como diz a chronica” José Soares da Silv. Mem. del Rei D. J. o I. t. 1. L. 1. c. 2. n. 11. [4]

Sobre a antiga e conhecida nobreza do appellido de Andrade pode ver se o q[ue] escreve Affonso Lopes de Haro na seg[un]da p[ar]te do seu Nobiliario cap. 19 q[ue] começa a pag. 135. [5]

Miguel Leitão de Andrade na Miscellanea Dial. 10 desde pag. 179 até o. 285[6] transcreve o q[ue] Gonçalo Argote de Molina, no seu livro da nobreza de Andaluzia fol. 111 e outros A[utores] q[ue] com elle conformão, e se lê na Historia de Santiago nos cap. 19, 18 e 24 e na pag. 285 diz: “Na torre do Tombo

[...]As Armas dos Freires são em campo verde huma banda vermelha acutilada de ouro, que tem duas cabeças de serpa do mesmo, e por timbre dous pescoços de serpa retorcidos, armados de vermelho batalhantes postos em fugida. São hoje os Freires senhores de Bobadella, alem de outros morgados. [...]chamão-se promiscuamente Freires e Andrades. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[...]Hum destes morgados he em Alcacer do Sal, e por tanto se tem por descendentes dos principaes conquistadores em tempo del Rei D. Affonso Henriques. (*Monarquia Lusitana, 1632*) Os Freires de Andrade trazem no Escudo de suas armas a Banda da Ordem Militar da Banda de Castella de que forão cavalleiros. (*Noticias de Portugal, 1655*)

[...]Gaspar Alvares de Lousada, Escrivão e Reformador da Torre do Tombo, na illustração que fez da Familia dos Oinheiros diz: “D. Thereza mãe del Rei D. João o I e avó do primeiro Duque de Bragança, consta da chronica que era Gallega, e he certo que era da Casa de Somoza, que he nobilissima em Galliza, e que era muito chegada a D. Nuno Freire de Andrada, grande privado del Rei D. Pedro, do qual descende a casa de Bobadella, e os Senhores de Soza, junto de Aveiro, do appellido de Freires de Andrade; e por ser D. Nuno este, lhe entregou el Rei a seu filho D. João, a quem queria muito, havido na dita D. Theresa, assim foi seu Aio, como diz a chronica” (*Memorias para a Hiftoria de Portugal, 1730*)

e n'hum livro q[ue] da nobreza escreveo João Rodrigues de Sá tratando das armas e brazão dos Freires e Andrades diz desta maneira:

A banda q[ue] atravez tende
sobre esmeraldas luzentes,
Com cabeças de serpentes
Freires d' Andrade compreende
De Galliza descendentes,

Em q[ue] lá tinha lugar
Pera se mais nomear
E nos Reinos de Castella
Nós de Soza e Bobadella
Não se devem calar.

E porém na Torre do Tombo, e n'hum livro que da nobreza escreveo João Rodrigues de Sá, tratando das armas e brazão dos Freires e Andradas diz desta maneira.

A banda que atravez tende,
Sobre esmeralda luzente,
Com cabeças de serpente,
Freire de Andrade compreende
Da Galiza descendente.

Em que lá tenha lugar,
Pera se mais nomear,
E nos Reinos de Castella,
Nos de Sosa e Bobadella,
Não se devem de calar.

E posto q[ue] em alg[uns] brazões antigos achei q[ue] trazião p[o]r orla: Sicut serpentes, a saber sabios valentes. [7]

E posto que em alguns brazões antigos achei que trazião por orla Sicut Serpentes, a saber, sábios valentes, [...] [1]

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] Idem.

[3] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[4] SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as

[1] [...]e já possa ser que de aqui tomassem os Hollandezes a empreza que trazem nas suas moedas: Diomedis Rohore, Ulissis concilio.

licenças neceffarias.

[5]Esse trecho consta em José Soares da Silva. HARO, Alonso Lopez. Nobiliario Genealogico de los Reyes y titulos de España. Dirigido a la Magestad del Rey Don Felipe Quarto nuestro señor. Compuesto por Alonso Lopez de Haro, criado de su Magestad, y ministro en su Real Consejo de las Ordenes. Con Privilegio. En Madrid por Luis Sanchez Impressor Real. Año M. DC. XXII.

[6]ANDRADE, Miguel Leitão de. Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa.[...] com mtas. curiosidades e poezias diversas por Mighel Leitão d^aAndra[...] Em Lxa.: por Matheus Pinheiro, 1629.

[6]Esse trecho todo e suas referências constam em Miguel Leitão Andrade.

Frizante. Foi moedas de prata q[ue] corrião no tempo de nossos primeiros Reis, mas não se sabe de q[ue] valor era. A Monarch. Lusit. p. 3. in Append. n. 16 [1] faz menção desata Moeda. João Bap. de Castr. Mapp. de Port. tom. 1. part. 1. cap. 12. p. 185. n. 24. [2]

Moeda de prata, q[ue] começou com o Reino. Della se cha menção na escritura de fundação do Convento de S. João de Tarouca, q[ue] nada na 3 p[ar]te da Mon. Lus. no Appendice n. 16 [3]. Não se sabe q[ue] valor tinha. Fr. A. da Purificação. Chron. dos Erem. p.2. L. 7. tit. 6. § 6. [4]

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nesta segunda edição revisto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

[3] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[4] PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

Frojaz. Em a doação de Correlham feita pelo Conde D. Henrique à Igreja de Santiago, cuja data he a 9 de Dez[embr]o de 1097 confirma entre os Ricos Homens Rodrigo Frojaz, o qual não ha duvida ser da illustre familia dos de Pereira, assim pelo appellido de Frojaz tão ordinario nos desta casa, como pelo lugar de Rico Homem devido à sua nobreza, e de seus antepassados. Faz o Conde D. Pedro tronco desta familia ao Conde D. Mendo, o qual seg[un]do alg[uns] Autores era descendente dos Reis Longobardos da Italia, e outrem em Hespanha, reinando em Leão el Rei D. Affonso o I Seus descendentes forão senhores do estado de Trastamara, e o possuirão com o titulo de Conde, continuando nesta grandeza até o principio de Portugal, p[ar]a onde se veio Gonçalo Rodrigues Forjaz, p[o]r desgostos q[ue] teve com el Rei de Leão, sendo Rei D. Sancho o I de q[ue]m foi bem recebido e herdado neste Reino; e seu neto o Conde D. Gonçalo foi hum dos g[ran]des Senhores, q[ue] nelle houve, e venturoso na successão, q[ue] deixou, pois seu bisneto o g[ran]de Condestavel de Portugal fundou a Casa de Bragança verdadeiram[en]te Real, pois não só vem dos Reis p[o]r muitas vias, mas della procedem quasi todos os Reis e Principes da Christandade. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. L. 8. c. 3. [1]

[...]Em a doação de Correlham feita pelo Conde D. Henrique à Igreja de Santiago, cuja data he a 9 de Dezembro de 1097 confirma entre os Ricos Homens Rodrigo Frojaz, o qual não ha duvida ser da illustre familia dos de Pereira, assim pelo appellido de Frojaz tão ordinario nos desta casa, como pelo lugar de Rico Homem devido à sua nobreza, e de seus antepassados. Faz o Conde D. Pedro tronco desta familia ao Conde D. Mendo, o qual [...]era descendente dos Reis Longobardos da Italia, e outrem em Hespanha, reinando em Leão el Rei D. Affonso o I Seus descendentes forão senhores do estado de Trastamara, e o possuirão com o titulo de Conde, continuando nesta grandeza até o principio de Portugal, para onde se veio Gonçalo Rodrigues Forjaz, por desgostos que teve com el Rei de Leão, sendo Rei D. Sancho o I de quem foi bem recebido e herdado neste Reino; e seu neto o Conde D. Gonçalo foi hum dos grandes Senhores, que nelle houve, e venturoso na successão, que deixou, pois seu bisneto o grande Condestavel de Portugal fundou a Casa de Bragança verdadeiramente Real, pois não só vem dos Reis por muitas vias, mas della procedem quasi todos os Reis e Principes da Christandade. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Fronteiro Mór. Este officio de Fronteiro Mór, hoje menos conhecido p[or] não ter uso na Milicia moderna. Corresponde ao Governador das Armas Provincial; assim como o Officio de Condestavel, q[ue] tabem hoje não tem exercicio, corresponde ao General, não da Provincia, mas do Exercito: os seus poderes, e authorid[ad]e se declarão em huma carta de provimento do m[es]mo officio, q[ue] passou el Rei D. Affonso V ao Marquez de Montemor em occasião, q[ue] o nomeou Fronteiro do Alemtejo: está na Torre do Tombo Liv. 1. extras fol. 159. “Mandava el Rei, em conformid[ad]e do costume antigo q[ue] os Alcaides Mores das Fortalezas obedecessem ao Fronteiro Mór; e q[ue] entrando este em qualq[uer] Castello levantava as homenagens aos Alcaides p[ar]a ser subordinado o d[it]o Castello ao dito Fronteiro em q[uan]to residisse nelle; q[ue] os Almoxarifes da Provincia lhe devião as munições, q[ue] pedisse; e as justiças dos lugares, os Anadeis, e Condeis, sendo requeridos, obrigarião a ir ao seu chamado os Cavalleiros, Escudeiros Fidalgos, Cidadãos, Conselhos, homens de armas, besteiros e homens de pé; q[ue] instando a necessid[ad]e, lhe darião os Almoxarifes o dinheiro q[ue] pudesse, [etc].” Era mais o Fronteiro Mór na expedição da justiça Presid[ent]e ou sobrejuiz das appellações dentro da sua Provincia: era obrigado a visitalla p[ar]a effeito de castigar os malfeitores; e tambem a defendella sendo necess[ari]a a guerra defensiva: mas a offensiva não podia fazella sem licença especial d’el Rei. Fr. Man. dos Santos. Mon. p. 8. L. 23. c. 17.[1]

[...]Este officio de Fronteiro Mór, hoje menos conhecido por não ter uso na Milicia moderna. Corresponde ao Governador das Armas Provincial; assim como o Officio de Condestavel, que tabem hoje não tem exercicio, corresponde ao General, não da Provincia, mas do Exercito: os seus poderes, e autoridade se declarão em huma carta de provimento do mesmo officio, que passou el Rey D. Affonso V ao Marquez de Montemor em occasião, que o nomeou Fronteiro do Alemtejo: está na Torre do Tombo Liv. 1. extras fol. 159. “Mandava el Rei, em conformidade do costume antigo que os Alcaides Mores das Fortalezas obedecessem ao Fronteiro Mór; e que entrando este em qualquer Castello levantava as homenagens aos Alcaides p[ar]a ser subordinado o d[it]o Castello ao dito Fronteiro em quanto residisse nelle; que os Almoxarifes da Provincia lhe devião as munições, que pedisse; e as justiças dos lugares, os Anadeis, e Condeis, sendo requeridos, obrigarião a ir ao seu chamado os Cavalleiros, Escudeiros Fidalgos, Cidadãos, Conselhos, homens de armas, besteiros e homens de pé; que instando a necessidade, lhe darião os Almoxarifes o dinheiro que pudesse, [etc].” Era mais o Fronteiro Mór na expedição da justiça Presidente ou sobrejuiz das appellações dentro da sua Provincia: era obrigado a visitalla para effeito de castigar os malfeitores; e tambem a defendella sendo necessaria a guerra defensiva: mas a offensiva não podia fazella sem licença especial del Rey. (*Monarquia Lusitana, 1727*)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. *Monarquia Lusitana* Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleiçã delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Fronteiro ou Tenente d'alguma terra se denominava o senhor della nas antigas escrituras. Fr. A. Brand. Mon. p. 3 L. 9. c. 2. [1]

Desde o Reinado del Rei D. Affonso IV se achão memorias de Fronteiros; e o seu chronista Rui de Pina afirma no cap. 3. fallando das preparações, q[ue] elle fez contra seu irmão Affonso Sanches, q[ue] provira logo os estremos de Portugal com gentes e Fronteiros, entre os quaes foi Gonçalo Vaz, Mestre de Aviz, o qual estava p[o]r Fronteiro de Onguella, junto a Albuquerque. D. L. Caet. de Lima. Geogr. Hist. tom. 1. p. 440. [2]

[...]Fronteiro ou Tenente d'alguma terra se denominava o senhor della nas antigas escrituras (*Monarquia Lusitana*, 1632)

Desde o Reinado del Rei D. Affonso IV se achão memorias de Fronteiros; e o seu chronista Rui de Pina afirma no cap. 3. fallando das preparações, que elle fez contra seu irmão Affonso Sanches, que provira logo os estremos de Portugal com gentes e Fronteiros, entre os quaes foi Gonçalo Vaz, Mestre de Aviz, o qual estava por Fronteiro de Onguella, junto a Albuquerque. (*Geografia histórica*, 1734)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

Furtados. Da Provincia de Alava veio a este Reino Fernão Furtado (Cond. D. Pedr. tit. 36. [parágrafo] 22) O tempo e a occasião por q[ue] se mudou para o Reino estranho se não alcança com certeza. O mais provavel he, q[ue] acompanhou a Rainha D. Brites, mãe del Rei D. Dinis, bisneto p[o]r sua mãe de D. Diogo de Haro senhor de Biscaia, e q[ue] p[o]r parente veio em sua companhia, e ficou bem acceito a el Rei D. Affonso III q[ue] o deo p[o]r vassallo a seu filho. Senão he q[ue] como os Mendonças servirão a el Rei D. Affonso o sabio contra o Infante D. Sancho seu filho este como parente os seguio, e depois de reinar D. Sancho, se passou a Portugal.

Fosse qualq[uer] destes o motivo, Fernão Furtado, segundo o q[ue] escreve Garcia de Salazar, a quem segue Pedro Geronimo de Aponte, e depois Sandoval, era Senhor de Mondibil em Alava. Casou em Portugal, como diz o Conde D. Pedro, com D. Guiomar Affonso, filha de Giraldo Affonso de Rezende, e de D. Thereza Soldar, filha de D. Sueiro Reymondo da Vila de [Avisela?], e de D. Urraca Viegas, filha de D. Egas Gomes Barroso. Desta senhora lhe nascerão hum filho p[o]r nome affonso Furtado, e huma filha p[o]r nome Leonor Furtado. Parece q[ue] o filho se satisfiz com as heranças q[ue] teve em Portugal, e assim a Irmã Leonor Furtado casou em Alava, e herdou o senhorio de Mendibil. Foi seu Marido Diogo Lopes de Mendonça, o qual foi filho seg[un]dode Lopo [Iñiges?] undecimo na successão da Casa de Mendonça. Repartirão Leonor Furtado e seu Marido os senhorios em dous filhos, o mais velho q[ue] foio Lopo Dias de Mendonça, cujo solar he naquella Provincia duas legoas da Cidade de Victoria. O seg[un]do filho ficou com o senhorio de Mendibil, e antepoz o appellido de Furtado p[o]r esta [causa?], chamando-se Diogo Hurtado de Mendonça.

O filho de Fernão Furtado, q[ue] ficou em Portugal casou com Maria Gonçalves, filha de Gonçalo Rodrigues de moreira, e de D. [Maior?] Martins, filha de Martim Fernandes, aquelle q[ue] entregou o Castello de Leiria a el Rei D. Affonso III sendo Alcaide Mor delle. Tiverão

[...]Da Provincia de Alava veio a este Reino Fernão Furtado [nota lateral - Cond. D. Pedr. tit. 36. § 22] O tempo e a occasião por que se mudou para o Reino estranho se não alcança com certeza. O mais provavel he, que acompanhou a Rainha D. Brites, mãe del Rei D. Dinis, bisneto por sua mãe de D. Diogo de Haro senhor de Biscaia, e que por parente veio em sua companhia, e ficou bem acceito a el Rei D. Affonso III que o deo por vassallo a seu filho. Senão he que como os Mendonças servirão a el Rei D. Affonso o sabio contra o Infante D. Sancho seu filho este como parente os seguio, e depois de reinar D. Sancho, se passou a Portugal.

Fosse qualquer destes o motivo, Fernão Furtado, segundo o que escreve Garcia de Salazar, a quem segue Pedro Geronimo de Aponte, e depois Sandoval, era Senhor de Mondibil em Alava. Casou em Portugal, como diz o Conde D. Pedro, com D. Guiomar Affonso, filha de Giraldo Affonso de Rezende, e de D. Thereza Soldar, filha de D. Sueiro Reymondo da Vila de Avisela, e de D. Urraca Viegas, filha de D. Egas Gomes Barroso. Desta senhora lhe nascerão hum filho por nome affonso Furtado, e huma filha por nome Leonor Furtado. Parece que o filho se satisfiz com as heranças que teve em Portugal, e assim a Irmã Leonor Furtado casou em Alava, e herdou o senhorio de Mendibil. Foi seu Marido Diogo Lopes de Mendonça, o qual foi filho segundo de Lopo Iñiges undecimo na successão da Casa de Mendonça. Repartirão Leonor Furtado e seu Marido os senhorios em dous filhos, o mais velho que foio Lopo Dias de Mendonça, cujo solar he naquella Provincia duas legoas da Cidade de Victoria. O segundo filho ficou com o senhorio de Mendibil, e antepoz o appellido de Furtado por esta causa, chamando-se Diogo Hurtado de Mendonça.

O filho de Fernão Furtado, que ficou em Portugal casou com Maria Gonçalves, filha de Gonçalo Rodrigues de moreira, e de D. Maior Martins, filha de Martim Fernandes, aquelle que entregou o Castello de Leiria a el Rey D. Affonso III sendo Alcaide Mor delle. Tiverão filhos Rui

filhos Rui Furtado, D. [Senhorinha?], e D. Leonor Furtado. A esta D. Leonor sendo ainda viva a mãe no anno de 1342 confirmou el Rei D. Affonso IV

Dsc00199

IV a honra de Louredo, sendo Procurador Alvaro Furtado.

Rui Furtado casou com Leonor Martins, filha de Martim Gil de Vilella, e teve entre outros filhos a Fernão Furtado e Aff[ons]o Furtado, os quaes el Rei D. Aff[ons]o IV mandou dar [rações?] no Convento de Mancellos. Accrescetarão os Furtados a este appellido o de Mendonça, p[o]r se lhe derivarem ambos do prim[eir]o Furtado, q[ue] de Alava veio. Todos assim Furtados como Mendoças neste Reino recohencem p[o]r tronco ao vassallo do Inf[an]te D. Dinis Fernão Furtado. não he pequena gloria deste cav[aleir]o procederem delle ainda q[ue] p[o]r femea as g[ran]des casas de Infantado em Castella, e de Aveiro em Portugal, aquella p[o]r D. Diogo Furtado de Mendonça seu sexto neto p[o]r via de D. Leonor sua filha, e esta p[o]r D. Anna de Mendonça, quarta neta delle pela varonia de Aff[ons]o Furtado seu filho. Fr. F. Br. Mon. p. 5. l. 16. c. 17. [1]

Os Furtados tem p[o]r armas o escudo franjado de verde e ouro, sobre o verde huma banda roxa perfilada com ouro, e sobre o ouro hum S negro, e p[o]r timbre huma aza de aguiã de ouro estendida com o S das Armas nella. Fr. A. Brand. Mon. p. 3. l. 10. c. 8. [2]

A illustre Familia dos Furtados e Mendoças pela melhor opinião descende de D. Fernando Furtado, filho da Rainha D. Urraca (q[ue] era filha del Rei D. Aff[ons]o III de Leão) e do Conde D. Gomes Gonçalves Salvadores, Conde e Senhor de Bureva, e outros Estados, descendente dos antigos Condes de Castella. Este D. Fernando Furtado confirma huma doação ao Convento de S. João de Tarouca de Frades Bernardos no anno de 1140 – El Rei D. Affonso Henriques o fez Rico Homem e lhe deo p[ar]a elle e seus descendentes o senhorio da Honra de Pedroso, Julgado de Penafiel de Sousa. Carvalho. Corogr. Port. Tom.2. trat. 6. c. 4. n. 563.[3]

Furtado, D. Senhorinha, e D. Leonor Furtado. A esta D. Leonor sendo ainda viva a mãe no anno de 1342 confirmou el Rei D. Affonso IV

IV a honra de Louredo, sendo Procurador Alvaro Furtado.

Rui Furtado casou com Leonor Martins, filha de Martim Gil de Vilella, e teve entre outros filhos a Fernão Furtado e Afonso Furtado, os quaes el Rei D. Afonso IV mandou dar rações no Convento de Mancellos. Accrescetarão os Furtados a este appellido o de Mendonça, por se lhe derivarem ambos do primeiro Furtado, qu] de Alava veio. Todos assim Furtados como Mendoças neste Reino recohencem por tronco ao vassallo do Infante D. Dinis Fernão Furtado. não he pequena gloria deste cavaleiro procederem delle ainda que por femea as grandes casas de Infantado em Castella, e de Aveiro em Portugal, aquella por D. Diogo Furtado de Mendonça seu sexto neto por via de D. Leonor sua filha, e esta por D. Anna de Mendonça, quarta neta delle pela varonia de Afonso Furtado seu filho. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[...]Os Furtados tem por armas o escudo franjado de verde e ouro, sobre o verde huma banda roxa perfilada com ouro, e sobre o ouro hum S negro, e por timbre huma aza de aguiã de ouro estendida com o S das Armas nella. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[...]A illustre Familia dos Furtados e Mendoças pela melhor opinião descende de D. Fernando Furtado, filho da Rainha D. Urraca (que era filha del Rei D. Afonso III de Leão) e do Conde D. Gomes Gonçalves Salvadores, Conde e Senhor de Bureva, e outros Estados, descendente dos antigos Condes de Castella. Este D. Fernando Furtado confirma huma doação ao Convento de S. João de Tarouca de Frades Bernardos no anno de 1140 – El Rey D. Affonso Henriques o fez Rico Homem e lhe deo para elle e seus descendentes o senhorio da Honra de Pedroso, Julgado de Penafiel de Sousa. (*Corografia Portuguesa, 1706-1712*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[3]COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.

Dsc00200

Gagos. No livro dos registros del Rei D. Affonso II se acha este appellido. Os Gagos tem p[o]r armas de nobreza em campo vermelho huma aspa de prata entre tres crescentes de Lua, e em chefe huma Estrella de ouro, e p[o]r timbre hum Leão pardo de prata com huma estrella vermelha na testa. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.65. C.46.[1]

Do liuro dos registros delRey D. Afonso III fabemos de muitos apelidos [...] Gago [...].

Os gagos tem por armas de nobreza em campo vermelho h~ua aspa de prata entre tres crefcentes de Lua, & em chefe h~ua eftrella de ouro, & por timbre hum Leaõ pardo de prata com h~ua eftrella vermelha na tefta.

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632. Livro LXV, Capítulo XLVI, p.253verso.

GALILÉ ou GALILEA. Nos porticos, ou alpendres das Igrejas se fabricavão antigamente em geral os enterros por reverencia dos templos e santuários. Em Portugal do tempo d'elRei D. Dinis adiante esfriou este costume, aindaque seu filho D. Affonso Sanches o observou. Aos enterros, que estavam nos porticos ou alpendres das Igrejas, chamavão naquelles tempos Galilés, e parece ser palavra introduzida desde a primitiva Igreja para se protestar o mysterio da resureição, e a isto encaminha o nome de Galiléa, que dizer transmigração, que val tanto como dizer, passagem de hum lugar para outro, ou o que agora ao intento vem mais proprio, passagem ou transmutação de hum a outro estado, do estado passivel e mortal ao glorioso e impassivel, que se o resuscitar fôra só reviver seria remeação ao primeiro estado, e não transmigração a outro mais sublime. Como pois na resureição se espera mudança, e passagem ao estado glorioso, na sepultura e enterro, em que os Christãos se depositavão mortos, entregavão os corpos, não para se perpetuarem alli desfeitos em cinza, mas hospedados como de passagem para se melhorar depois gloriosos e impassiveis na resurreição futura, e assim como o proprio nome do lugar testemunhavão a certeza daquella felicidade que esperavão, chamando lhe Galilé ou Galiléa. Fr. F. Brand. Mon. Part. 5. L. 16. C. 78.[1]

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

*O presente verbete não se encontra no Manuscrito do IHGB, parece não ter sido copiado, ou foi perdido quando da encadernação do mesmo. Todavia, consta no Manuscrito da ACL. Transcrevemos aqui direto desse último.

Nos porticos, ou alpendres das Igrejas se fabricavão antigamente em geral os enterros por reverencia dos templos e santuários; [...] Em Portugal do tempo delRey Dom Dinis adiante esfriou este costume, aindaque seu filho Dom Afonso Sanches o observou, [...] [1].

Aos enterros que estavam nos porticos ou alpendres das Igrejas, chamavão naquelle tempo: *Galilees*, e ao meu ver foi palavra introduzida desde a primitiva Igreja, para se protestar o mysterio da resureição, e a isto encaminha o nome de *Galilea*, que dizer, transmigração, que val tanto como dizer, passagem de hum lugar para outro, ou o que agora ao int~eto vem mais proprio, passagem ou transmutação de hum a outro estado, do estado passível, e mortal ao glorioso, e impassivel, que se o resuscitar fora só reviver, seria remeação ao primeiro estado, e não transmigração a outro mais sublime; [...] Como pois na resureição se espera mudança, e passage~ ao estado glorioso, na sepultura e enterro, em q' os Christãos se depositavão os mortos, entregavão os corpos, não para se perpetuar~e aly desfeitos em sinza, mas hospedados como de passag~e para se melhorar depois gloriosos, e impassiveis na resurreição futura, e assi cõ o proprio nome do lugar da sepultura testemunhavão a certeza daquella felicidade que esperavão, chamandolhe *Galilé* ou *Galilea*. (*Monarquia Lusitana*, pp.156v-157f, 1650)

[1] como veremos

Galvões. Os deste appellido tem p[o]r armas hum Escudo partido em palla, a primeira de prata com huma Aguia negra estendida de costas, com coroa de ouro na cabeça, bico e unhas azueis, no peito huma lua crescente de ouro, a segunda de vermelho com seis costas de prata em faxa, firmadas nas Linhas do escudo. Jorg. Cardos. Agiol. Lus. tom.3. p.496. col. 1. letr. G. [1]

Eraõ as armas de sua eminencia [D. Paio Galvão] hum [...][1] escudo partido em palla, a primeira em prata como a própria Aguia negra na mesma postura, bico, & vnhas azuis, no peito h~ua Lũa crescente de ouro, a segunda de vermelho com seis costas de prata em faxa, firmadas nas Linhas do escudo. (*Agiologio Lusitano, 1758*)

[1] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomo I. Que comprehende os dous primeiros meses de Janeiro, & Fevereiro, Com seus commentarios. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1744.*

[1] Escudo vermelho, com atravessada banda de prata, & nella huma Aguia negra estendida de costas, cõ coroa de ouro na cabeça, brazão (s~e duvida) dos antigos Galvões deste Reino, que os modernos trazem o

Dsc00202

Gança he termo antiquado de q[ue] usa frequentem[en]te o Conde D. Pedro no seu nobiliario [1], dizendo filho de gança ou havido de gança, isto he, illegitimo, nascido fora do matrimonio.

Gança he termo antiquado de q[ue] usa frequentem[en]te o Conde D. Pedro no seu nobiliario, dizendo filho de gança ou havido de gança, isto he, illegitimo, nascido fora do matrimonio. (*Nobiliario do Conde D. Pedro, 1640*)

[1] CONDE D. PEDRO. Nobiliario de D. Pedro Conde de Barcellos, Hijo del Rey D. Dinis de Portugal, ordenado e ilustrado com notas y indices por Juan Bautista Lavaña, Coronista Mayor del Reyno de Portugal. En Roma . Por Estevan Paolinis M.D.C.X.L. [1640]

GANHADINHEIRO ou Ribeirinho se chamava o moço de trabalho, que acquire o seu sustento levando cargas e transportando o que lhe mandão, de huma parte para outra. Duarte Nunes de Leão na Chronica delRei D. Fernando fol. 238. refere que o dito rei fizera huma Lei, na qual mandava que nos lugares, onde costuma haver ganhadinheiros ou ribeirinhos, que se não podiao escusar, ordenassem numero certo dos que se não podiao escusar, e os outros constrangessem a servir. [1]

Nos lugares onde se costuma haver ganhadinheiros ou ribeirinhos, que se não podiao escusar, mandava que ordenassem numero certo, dos que se não podiao escusar, e os outros constrangessem a servir.

[1] O trecho encontra-se à página 238 da seguinte edição, que parece assim ser a que usou Pedro José da Fonseca: LEÃO, Duarte Nunes de. Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portvgal, Reformadas pelo Licenicado Dvarte Nvnez do Lião, Desembargador da cafa da Supplicação, per mandado del Rei Dom Philippe o primeiro de Portugal, da gloriosa memoria. Com licença da Fancta Inquifição, & privilegio Real. Em Lisboa. Impreffo por Pedro Crasbeeck. Anno M. DC. [1600].

*O presente verbete não se encontra no Manuscrito do IHGB, parece não ter sido copiado, ou foi perdido quando da encadernação do mesmo. Todavia, consta no Manuscrito da ACL. Transcrevemos aqui direto desse último.

GASCOS. Este appellido de Gasco ou Gascom se acha em duas escrituras, huma de 1285, e outra de 1302 em dous Cavalleiros da Ordem de Santiago. Isto por conjecturar que veio esta familia dos Reinos de Castella, e que forão providos nas Comendas da dita Ordem pelos Mestres Castelhanos estes dous Cavalleiros, e que delles ou de parentes que com elles virião, descendem os que hoje em Portugal se appellidão Gascos. Trazem por armas os Gascões nos Reinos de Castella hum escudo partido partido (sic) em pala, e na parte direita huma Aguia de ouro em campo azul, e na esquerda hum Castello de prata em campo vermelho com sete flores de Liz ao redor do Castello. As flores de Liz devião usar por serem Franceses, que da cidade de Leão de Espoleto os [ilegível] originarios o Licenciado [Fran(?)]cisco Cascales Disc. 17. na [Histo(?)]ria de Murcia. Fr. F. Brand. Mon. part. 5. L. 17. c. 62. [1]

[...]escritura [...] que he o anno de mil duzentos e oitenta e sinco [...] [p.297f] O ver este appellido de Gasco, ou Gascom em dous cavaleiros da Ordem de Sãtiago, me faz cõjecturar que veio esta familia dos Reynos de Castella, e que forão providos nas Comendas sobreditas pelos Mestres Castelhanos estes dous Cavalleiros; e que delles ou de parentes que com elles virião, descendem os que oje em Portugal se appellidão Gascos. Trazem por armas os Gascões nos Reynos de Castella hu escudo partido em pala, e na parte direita hua aguia de ouro em câpo azul, e na esquerda hu Castello de prata em câpo vermelho com sete flores de Lis ao redor do Castello. As flores de Lis devião usar por serem Franceses, que da cidade de Leão de Espoleto os faz originarios o Licenciado Frãcisco Cascales na historia de Murcia. [nota lateral: Discurso 17.] [p.297v] (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1]O trecho encontra-se, de fato, no capítulo 61 de BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

*O presente verbete não se encontra no Manuscrito do IHGB, parece não ter sido copiado, ou foi perdido quando da encadernação do mesmo. Todavia, consta no Manuscrito da ACL. Transcrevemos aqui direto desse último.

GAZUA chamão os Mouros aquella vingança pública que tomão dos que deixão a Lei do seu Mafãmede, porque crêm que salvão as almas quando áquelle dão alguma ferida ou pedrada, com que lhe tirem sangue. Duart. Nun. do Leão, Descripç. de Portug. cap. 61. pag. 97. [1]

[...]gazua, que elles chamão aquella vingança publica que tomam dos que deixão a lei do seu Mafamede, porque crem q' salvam aas almas quando aaquelle dam alguma ferida ou pedrada, com que lhe tirem sangue. (*Descrição do Reino de Portugal, p. 97, 1610*)

[1] O trecho encontra-se à página 97 da seguinte edição, que parece assim ser a que usou Pedro José da Fonseca: LEÃO, Duarte Nunes. *Descrição. Do Reino de Portvgal. Per Duarte Nunez de Leão, defembargador da cafa de fupplicação. Dirigido ao illustrifsimo & muito excellente fñor Dom Diogo da Sylva, Duque de Francauilla, Conde de Salinas & Riudeo, Prefidente do confelho da coroa de Portugal. Em Lisboa. Impreffo com licença, por Iorge Rodriguez, Anno. 1610.*

*O presente verbete não se encontra no Manuscrito do IHGB, parece não ter sido copiado, ou foi perdido quando da encadernação do mesmo. Todavia, consta no Manuscrito da ACL. Transcrevemos aqui direto desse último.

Dsc00214

Gedeãos. Dos Gedeãos faz o Conde D. Pedro titulo particular q[ue] he o 30; em ordem, tomando o principio em D. Gomes Mendes, cunhado de Gonçalo de Sousa, privado de Inf[an]te D. Aff[ons]o Henriques. E posto q[ue] o appellido de Gedeãos seja desusado, ficou de D. Gomes mui ampla successão, e della procedem outros appellidos de varias Familias illustres. Fr. A. Brand. Monar. p.4. L.11. c.17. [1]

Dos Gedeãos faz titulo particular, que he o 30. em ordem, tomando o principio em Dõ Gomes Mendez, cunhado de Gonçalo de Sousa, [...][1]. E posto que o appellido de Gedeãos seja desusado, ficou de D. Gomes mui ampla decendencia; [...]. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]O trecho encontra-se, de fato, na parte 3, livro 11, capítulo 17 de BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[1]de que atras falamos

Genealogia Real Portuguesa. Em hum sermão da nossa Rainha Santa Isabel diz o P[adr]e Ant[oni]o Vieira q[ue] esta santa não só foi filha de Rei, mulher de Rei, e mãe de Rei: mas q[ue] filha? q[ue] mulher, q[ue] mãe? Filha de hum Rei, em quem estavam unidos os Brazões de todos os Reis da Europa, Pedro seg[un]do de Aragão: mulher de hum Rei, q[ue] foi arbitro dos Reis em todos os pleitos, q[ue] tiverão em seu tempo as Coroas de Hespanha, Dionisio de Portugal. Mãe de hum Rei, Aff[ons]o IV, de q[ue] descendem todos os Monarchas da Christand[ad]e, não seja de Isabel. Vieir. Serm. tom.2. p.3.[1]

[...]Isabel não só foy filha de Rey, mylher de Rey, e mãy de Rey: mas que filha? que mulher, que mãy? Filha de hum Rey, em quem estavam unidos os Braçoens de todos os Reis da Europa, Pedro Segundo de Aragão: mulher de hum Rey, que foi arbitro dos Reys em todos os pleitos, que tiverão em seu tempo as Coroas de Hespanha, Dionysio de Portugal. Mãe de hum Rey, Afonso Quarto, de que descendem todos os Monarchas da Christandade, [...] não seja de Isabel. (*Sermoens do P. Antonio Vieira, 1682*)

[1]VIEIRA, P. Antonio. Sermoens do P. Antonio Vieira, da companhia de Jesu, Prêgador de Sua Magestade. Segunda Parte. Em Lisboa. Na Officina de Miguel Deslandes. E à sua custa, e de Antonio Leyte Pereyra, Mecador de Livros. M.DC.LXXXII [1682]. Com todas as licenças, e Privilegio Real.

Gentil. El Rei D. Fernando fez uma moeda, q[ue] chamou Gentil (Chr. del Rei D. João I. p. c. 49) q[ue] mandou valesse 4 libras e meia, e depois outra q[ue] valia 3 e meia, e depois outros gentis q[ue] valião 3 libras e 5 soldos. Pelo q[ue] contando as Livras a 36 reis, p[or] q[ue] erão das antigas, valião os prim[eir]os Gentis 162 reis; e os seg[un]dos 144 reis, e os terceiros 126 reis e os quartos 116 reis; e isto porem a respeito do pouco q[ue] valia então o marco da prata. Sev. de Faria. Not. de Port. disc. IV [parágrafo] 26.[1]

ElRei D. Fernando fez uma moeda, que chamou Gentil (27)[1] que mandou valesse quatro libras, e meya, e depois outra que valia três, e meya, e depois outros Gentis que valião tres libras, e cinco soldos. Pelo que contando as libras a 36. reis, porque erão das antigas, valião os primeiros Gentis 162. Reis, e os segundos 144. reis, e os terceiros 126. Reis, e os quartos 116. reis; e isto porém a respeito do pouco que valia então o marco da prata. (*Noticias de Portugal*, pp. 171-172, 1655)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[1] (Chr. del Rei D. João I. p. c. 49) [nota-de-rodapé, p.172]

Gineta. Q[uan]do os Godos e Suevos entrarão na Hespanha, toda a força de seus Esquadrões consistia na Cav[alari]a. Seu modo de pelejar era tumultuario e ligeiram[en]te com arremettidas impetuosas, de q[ue] se retiravão q[uando] lhe não sahia bem o accommettim[en]to: e não falta quem imagine q[ue] o modo de pelejar à gineta com lança e [adaga?] foi invenção sua, prim[eir]o q[ue] dos Arabes da Barbaria: e q[ue] antes elles o tomarão dos godos, q[uan]do lhe ganharão Hespanha, q[ue] nós delles, como alg[uns] se persuadem, convencidos de serem os Mouros armados nesta forma, não vendo q[ue] foi lição apprendida de Christãos no tempo q[ue] senhorearão da Hespanha, e q[ue] a levarão della com alg[um] modo de policia q[ue] entre si usão. Fr. Bern. de Brito Mon. Lus. par. 2. L.6 c.1. [1]

[...]Quando os Godos e Suevos entrarão na Hespanha, toda a força de seus Esquadrões consistia na Cavalaria. Seu modo de pelejar era tumultuario e ligeiramente com arremettidas impetuosas, de que se retiravão quando lhe não sahia bem o accommettimento: e não falta quem imagine que o modo de pelejar à gineta com lança e adaga foi invenção sua, primeiro que dos Arabes da Barbaria: e que antes elles o tomarão dos godos, quando lhe ganharão Hespanha, que nós delles, como alguns se persuadem, convencidos de serem os Mouros armados nesta forma, não vendo que foi lição apprendida de Christãos no tempo que senhorearão da Hespanha, e que a levarão della com algum modo de policia que entre si usão. (*Monarquia Lusitana*, 1609)

[1]BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1609.

Ginetes (Capitão de ginetes). Este cargo e nome achamos em Portugal desdo tempo del Rei D. Affonso V: foi o prim[eir]o q[ue] o teve Gonçalo Rodrigues de Sousa, e responde no off[ici]o q[ue] faz seg[un]do a linguagem q[ue] hoje se usa na milícia a general de Cav[alari]a do Reino. Fr. L. de Sousa Vid. de D. Fr. Bart. dos Mart. L.5. c.24. [1]

Este cargo, & nome de Capitão dos Ginetes achamos em Portugal des do tempo delRei D. Afonso o Quinto: foy o primeiro que o teve Gõçalo Rodrigues de Sousa, & responde no officio que faz, segundo a lingoagem que oje se usa na milícia, a general de Cavallaria do reyno. (*Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres, p.236, 1619*)

[1] GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prègadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na (?) Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

Godinhos. Os deste appellido vem de Godinho Fafes, Rico Homem, filho de Fafes Sarrazins de Lanhoso, o q[ue] morreo em Agoa de Maias diante del Rei D. Garcia de Portugal. Trazem os Godinhos p[o]r armas o escudo partido em palla, primeiro [esquaquetado?] de ouro vermelho de duas peças em faxa; e oSeg[undo] [esquaquetado?] de ouro e azul de outras duas peças em faxa: fazem em todo ambas as pallas de vinte peças, e p[o]r tymbre huma Hydra de ouro de tres cabeças, a do meio maior, q[ue] as outras, e seu [resguardo?] armado de vermelho, e azas estendidas de azul. Fr. A. Brand. Mon. part.3. L. 8. c.30. [1]

Os deste appellido vem de Godinho Fafes, Rico Homem, filho de Fafes Sarrazins de Lanhoso, o que morreo em Agoa de Maias diante del Rei D. Garcia de Portugal. Trazem os Godinhos por armas o escudo partido em palla, primeiro esquaquetado de ouro vermelho de duas peças em faxa; e oSegundo esquaquetado de ouro e azul de outras duas peças em faxa: fazem em todo ambas as pallas de vinte peças, e por tymbre huma Hydra de ouro de tres cabeças, a do meio maior, que as outras, e seu resguardo armado de vermelho, e azas estendidas de azul. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00218

Goes. D. Aniam da Estrada, hum dos Fidalgos Companheiros do Conde D. Henrique, foi natural das Asturias, e se achou com aquelle Principe nas emprezas do seu tempo, e p[or] sua morte seguio as bandeiras victoriosas del Rei D. Aff[ons]o Henriques, de quem diz o Conde D. Pedro tit. 59 q[ue] houve o Senhorio de Goes em todos seus termos, m[ui]tos dos quaes elle fez povoar a deduzio á cultura. Porem acha se averiguado q[ue] a doação de Goes foi feita pela Rainha D. Tareja, e pelo Inf[an]te seu filho a D. Aniam Trestariz ou Vestrariz, q[ue] he outro Fidalgo do m[es]mo tempo de q[ue]m falla o m[es]mo Conde no fim do titulo 59. Mas como em os descendentes de D. Aniam da Estrada se perpetuasse o Senhorio de Goes, pouco importa a qual dos dois se fizesse a primeira doação. Chamarão se estes Senhores de Goes do m[es]mo appellido, até q[ue] p[or] casam[en]to se unirão aos Silveiras. Os Goes tem p[or] armas em campo azul cadernas de crescentes do prata postas em duas pallas, e p[or] tymbre um Drago azul armado de prata com uma quaderna das armas nos peitos. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.8. c.30. [1]

He de saber q[ue] a villa e Senhorio de Goes em seus termos e Lugares foi dada pela Rainha D. Theresa juntam[en]te com o Inf[an]te D. Affonso seu filho a hum Cav[aleir]o nobilissimo chamado D. Anaia Vestrariz ca-

D. Aniam da Estrada, hum dos Fidalgos Companheiros do Conde D. Henrique, foi natural das Asturias, e se achou com aquelle Principe nas emprezas do seu tempo, e por sua morte seguio as bandeiras victoriosas del Rei D. Affonso Henriques, de quem diz o Conde D. Pedro tit. 59 que houve o Senhorio de Goes em todos seus termos, muitos dos quaes elle fez povoar a deduzio á cultura. Porem acha se averiguado que a doação de Goes foi feita pela Rainha D. Tareja, e pelo Infante seu filho a D. Aniam Trestariz ou Vestrariz, que he outro Fidalgo do mesmo tempo de quem falla o mesmo Conde no fim do titulo 59. Mas como em os descendentes de D. Aniam da Estrada se perpetuasse o Senhorio de Goes, pouco importa a qual dos dois se fizesse a primeira doação. Chamarão se estes Senhores de Goes do mesmo appellido, até que por casamento se unirão aos Silveiras. Os Goes tem por armas em campo azul cadernas de crescentes do prata postas em duas pallas, e por tymbre um Drago azul armado de prata com uma quaderna das armas nos peitos. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

He de saber que a villa e Senhorio de Goes em seus termos e Lugares foi dada pela Rainha D. Theresa juntamente com o Infante D. Affonso seu filho a hum Cavaleiro nobilissimo chamado D. Anaia Vestrariz ca-

Dsc00219

[delle?], p[or] q[ue] n'um tempo se appellidarão Anaias p[or] respeito de D. Anião primeiro possuidor; depois tomarão o appellido de Goes e Farinhas, aquelle pela Villa, de q[ue] erão senhores, e este pela Honra de Farinhas Podre, q[ue] se lhe annexou. Fr. Fr. Brand. Mon. p. 5. L.16. c.45 [1]

delle, por que n'um tempo se appellidarão Anaias por respeito de D. Anião primeiro possuidor; depois tomarão o appellido de Goes e Farinhas, aquelle pela Villa, de que erão senhores, e este pela Honra de Farinhas Podre, que se lhe annexou. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S.

do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciençia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00222

Governador da Casa do Cível de Lisboa. El Rei D. João II em 1485 deo a D. Gonçalo Vaz de Castello Branco, Vedor da Fazenda, pelas experiencias passadas de sua bondade e saber, a governação da Justiça na casa do Cível de Lisboa. E foi o prim[eir]o a q[ue] este titulo de Governador foi dado e delle se intitulou. Ruy de Pina. Chron. del Rei D. João II. c.21. [1]

El Rei D. João II em 1485 deo a D. Gonçalo Vaz de Castello Branco, Vedor da Fazenda, pelas experiencias passadas de sua bondade e saber, a governação da Justiça na casa do Cível de Lisboa. E foi o primeiro a que este titulo de Governador foi dado e delle se intitulou. (*chronica delRey D. João II,*)

[1]PINA, Ruy de. Chronica d'ElRei Dom Joaõ II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

GOVERNADOR DA CASA E RELAÇÃO DO PORTO

Dsc00223

Governador da Casa do Cível, e Relação do Porto. – Veja se Relação do Porto.

Governo Feudal – Em todos os Foraes antigos, ou nos maes delles, alem de se limitar o q[ue] os Povos havião de pagar aos senhorios das terras, se davão leis particulares, q[ue] dispunhão o modo da justiça q[ue] se havia de guardar no crime e civil: e p[or] estas leis se governou o Reino até o tempo del Rei D. Aff[ons]o II q[ue] foi o primeiro (de q[ue] nos consta) q[ue] fez ordenações e Leis particulares. O modo, em q[ue] se julgavão as coisas, conformando se com a ordem dos Foraes de cada huma das terras, era fazer se junta da gente principal daquela terra ante o Governador, [Conde?] Rico Homem, ou adiantado, q[ue] naquelle tempo se chamava às vezes – Triunphados, e pelos [mais?] votos se tomava assento no q[ue] convinha fazer se. Fr. A. Brandão Mon. Lus. p.3. L. 9. c.7. [1]

Em todos os Foraes antigos, ou nos maes delles, alem de se limitar o que os Povos havião de pagar aos senhorios das terras, se davão leis particulares, que dispunhão o modo da justiça que se havia de guardar no crime e civil: e por estas leis se governou o Reino até o tempo del Rei D. Afonso II que foi o primeiro (de que nos consta) que fez ordenações e Leis particulares. O modo, em que se julgavão as coisas, conformando se com a ordem dos Foraes de cada huma das terras, era fazer se junta da gente principal daquela terra ante o Governador, [Conde?] Rico Homem, ou adiantado, que naquelle tempo se chamava às vezes – Triunphados, e pelos mais votos se tomava assento no que convinha fazer se. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Gramaxos[1]. Este appellido se acha no Livro dos registros del Rei D. Affonso III. Os Gramaxos trazem p[o]r armas o campo vermelho, e um Leão de ouro rompente armado de prata entre quatro maletas de ouro assentadas em os quatro cantos do escudo, e por timbre meio Leão das armas com huma maleta vermelha nas unhas. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. L.15 c. 46.
[2]

[1] O verbete “Gramaxos” segue-se ao verbete “Góes”, não estando em folha separada.

[2] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[...]se acha no Livro dos registros del Rei D. Afonso o Terceiro. [...]trazem por armas o campo vermelho, e um Leão de ouro rompente armado de prata entre quatro maletas de ouro assentadas em os quatro cantos do escudo, e por timbre meio Leão das armas com huma maleta vermelha nas unhas. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Grandes de Portugal – O titulo de Grande he hoje a preeminencia mais estimada q[ue] ha nos Reinos de Castella, se bem não incluye elle maior excellencia q[ue] a dos Ricos Homens, e Condes antigos. Começou-se a praticar alli em tempo d’el Rei D. Filippe I e depois se renovou com o Reinado do Imperador Carlos V em maior firmeza. E a occasião foi, q[ue] com os [titulos?] de Flandres e Alemanha, aonde se não costuma estarem cobertos os Grandes diante das Pessoas Reaes, tomassem mal serem os Hespanhoes tratados p[or] diff[eren]te estilo, ordenarão aquelles Principes, q[ue] tambem os Titulos de Hespanha estivessem descobertos, pois não precedião aos de outros Reinos, estado, nem qualid[ad]e. – Porem pelo tempo adiante mandarão cubrir alg[uns], q[ue] parece se avantajavão em Casa e Estado, e erão cabeças de algumas Familias illustres. Porem no Reino de Portugal, como ficou mais tempo com Reis particulares, e naturaes da Hespanha, se conservou sempre o costume antigo de se cobrirem todos os Titulos diante de seus Reis, e terem assento na capella Real, ainda q[ue] com differença entre os Duques, Marquezes e Condes; p[or] q[ue] aos Duques se dá cadeira raza com coxim junto do lugar, onde el Rei está; os Marquezes tem cadeiras mais apartadas, sem coxim; e finalm[en]te os Condes tem banco em q[ue] se assentão. Fr. A. Brandão Mon. part.3. L.11. c.12. [1]

O titulo de Grande he hoje a preeminencia mais estimada que ha nos Reinos de Castella, se bem não incluye elle maior excellencia que a dos Ricos Homens, e Condes antigos. Começou-se a praticar alli em tempo d’el Rei D. Filippe I e depois se renovou com o Reinado do Imperador Carlos V em maior firmeza. E a occasião foi, que com os titulos de Flandres e Alemanha, aonde se não costuma estarem cobertos os Grandes diante das Pessoas Reaes, tomassem mal serem os Hespanhoes tratados por differente estilo, ordenarão aquelles Principes, que tambem os Titulos de Hespanha estivessem descobertos, pois não precedião aos de outros Reinos, estado, nem qualidade. – Porem pelo tempo adiante mandarão cubrir alguns, que parece se avantajavão em Casa e Estado, e erão cabeças de algumas Familias illustres. Porem no Reino de Portugal, como ficou mais tempo com Reis particulares, e naturaes da Hespanha, se conservou sempre o costume antigo de se cobrirem todos os Titulos diante de seus Reis, e terem assento na capella Real, ainda que com differença entre os Duques, Marquezes e Condes; por que aos Duques se dá cadeira raza com coxim junto do lugar, onde el Rei está; os Marquezes tem cadeiras mais apartadas, sem coxim; e finalmente os Condes tem banco em que se assentão. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Grave – era o nome de uma moeda, q[ue] el Rei D. Fernando mandou cunhar. Dos Graves 120 fazião hum marco, e valião 15 soldos, q[ue] vem a ser 21 real dos nossos, e tinhão p[o]r divisa huma lança sobre os [cunhos?]. O m[es]mo Rei, ordenou q[ue] os graves de 15 soldos dos Dinheiros Alfonsis, não valessem mais de 7 e ultima[en]te q[ue] só corressem pelo valor de 14 Dinheiros, q[ue] são 2 reis e 2 [ceitis?]. Sev. Not. Not. disc. 4. [parágrafo] 26.

Grave era moeda de prata pouco menor q[ue] hum meio tostão, mas de menos prata, p[o]r ser mais singella. Tem na primeira face um F antigo mettido em hum escudo, q[ue] representa um R. grande: a primeira letra do nome del Rei D. Fernando, q[ue] a mandou lavrar. Sobre o F tem uma coroa, de hum e outro lado do escudo, esta huma cruz da Milicia de Christo, e debaixo hum M. Ao escudo e F atravessa hum remessão, com seu pendão na ponta, a q[ue] os Francezes chamão grave, e daqui tomou o nome. A letra da orla diz: Si Dominus mitri adjutor. Na outra face tem a Cruz de S. Jorge, mettida em hum escudo entre quatro castellos com a letra: Fernandus Rex Portug. Valião 21 reis dos nossos. D. Rodrigo da Cunha Hist. Eccl. de Lisb. part. 2. c.2. num. 17. [1]

era o nome de uma moeda, que el Rei D. Fernando mandou cunhar. Dos Graves 120 fazião hum marco, e valião 15 soldos, que vem a ser 21 real dos nossos, e tinhão por divisa huma lança sobre os cunhos. O mesmo Rei, ordenou que os graves de 15 soldos dos Dinheiros Alfonsis, não valessem mais de 7 e ultimaente que só corressem pelo valor de 14 Dinheiros, que são 2 reis e 2 ceitis. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

Grave era moeda de prata pouco menor que hum meio tostão, mas de menos prata, por ser mais singella. Tem na primeira face um F antigo mettido em hum escudo, que representa um R. grande: a primeira letra do nome del Rei D. Fernando, que a mandou lavrar. Sobre o F tem uma coroa, de hum e outro lado do escudo, esta huma cruz da Milicia de Christo, e debaixo hum M. Ao escudo e F atravessa hum remessão, com seu pendão na ponta, a que os Francezes chamão grave, e daqui tomou o nome. A letra da orla diz: *Si Dominus mitri adjutor*. Na outra face tem a Cruz de S. Jorge, mettida em hum escudo entre quatro castellos com a letra: *Fernandus Rex Portug.* Valião 21 reis dos nossos. (*Historia Ecclesiastica de Lisboa, 1642*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2]CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão[...] por D. Rodrigo da Cunha. Em Lisboa: por

Manoel da Sylva, 1642.

Guarda mór d'El Rei. No Officio de Guarda mór del Rei, diz Gaspar Alvares Louzada, q[ue] era o primeiro depois do de Mordomo mór; e queixando-se de não ter encontrado na Torre do Tombo as suas preeminencias, se contenta em referir as noticias q[ue] ficavão de alg[uma]s pessoas q[ue] ainda virão exercitar o d[it]o Officio. Estas são , q[ue] o Guarda mor dormia à porta da camara del Rei, a q[ue]m tinha obrigação de ver depois de deitado, indo em companhia do [sumilhar?], sem a qual cerimonia se não corria a cortina; e q[ue] tambem era o prim[eir]o, q[ue] entrava de manhã na d[it]a Camara. Não obstante a difficuld[ad]e q[ue] ha em averiguar semelh[an]tes materias, diremos com memorias authenticas, q[ue] a Guarda, cujo capitão se chamava Guarda mór, se compunha de 24 Fidalgos pessoas de nobreza conhecida, e assim se praticava nos reinados del Rei D. Manuel, e del Rei D. João III...

O Guarda mór humas vezes era chamado som[en]te guarda mór, outras guarda mór da camara, outras guarda mór da Corte, e outras finalm[en]te Capitão dos Cavalleiros da Guarda da Camara. Entre as obrigações dos guardas, huma era o de dormir no Paço, e alg[un]s delles na m[es]ma casa do guarda mór. Em alg[um]as memorias lemos, q[ue] no Reinado del Rei D. Affonso Henriques se dá a D. Mendo Muniz O titulo de Guarda mór...

O primeiro, de q[ue] ha mais clara noticia, foi Gonçalo Mendes, em tempo del Rei D. Sancho I.

O Author da Nobiliarchia Portugueza cap.12 se engana q[uan]do diz q[ue] Diogo de Miranda no reinado del Rei D. Henrique fora o ultimo q[ue] exerceo este off[ic]io, pois q[ue] elle chegou até ao reinado del Rei D. João IV

No Officio de Guarda mór del Rei, diz Gaspar Alvares Louzada, que era o primeiro depois do de Mordomo mór; e queixando-se de não ter encontrado na Torre do Tombo as suas preeminencias, se contenta em referir as noticias que ficavão de algumas pessoas que ainda virão exercitar o dito Officio. Estas são , que o Guarda mor dormia à porta da camara del Rei, a quem tinha obrigação de ver depois de deitado, indo em companhia do sumilher, sem a qual cerimonia se não corria a cortina; e que tambem era o primeiro, que entrava de manhã na dita Camara. Não obstante a difficuld[ad]e que ha em averiguar semelh[an]tes materias, diremos com memorias authenticas, que a Guarda, cujo capitão se chamava Guarda mór, se compunha de 24 Fidalgos pessoas de nobreza conhecida, e assim se praticava nos reinados del Rei D. Manuel, e del Rei D. João III...

O Guarda mór humas vezes era chamado somente guarda mór, outras guarda mór da camara, outras guarda mór da Corte, e outras finalmente Capitão dos Cavalleiros da Guarda da Camara. Entre as obrigações dos guardas, huma era o de dormir no Paço, e alguns delles na mesma casa do guarda mór. Em algumas memorias lemos, que no Reinado del Rei D. Affonso Henriques se dá a D. Mendo Muniz O titulo de Guarda mór...

O primeiro, de que ha mais clara noticia, foi Gonçalo Mendes, em tempo del Rei D. Sancho I.

O Author da Nobiliarchia Portugueza cap.12 se engana quando diz que Diogo de Miranda no reinado del Rei D. Henrique fora o ultimo que exerceo este off[ic]io, pois q[ue] elle chegou até ao reinado del Rei D. João IV

e o ultimo q[ue] o teve foi Pedro de Mendonça Furtado. D. L. Castr. de Lima, Geogr. Hist. tom.1. p. 444.e segg. [1]

e o ultimo que o teve foi Pedro de Mendonça Furtado. (*Geografia Historica*, 1734)

histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...]
Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D.
Joaõ o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de
Lima [...] Tomo Primeiro, Em que se trata de Portugal.
Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da
Sylva, Impreſſor da Academia Real. M. DCC. XXXIV.
[1734] Com as licenças neceſſarias.

Dsc00229

Guedelha – Vej[a]. Cerda.

Guedes – El Rei D. João I fez mercê do senhorio da Villa de Murça na comarca de Tralesmontes a Gonçalo Vasques Guedes o primeiro em Portugal deste appellido. El Rei D. Dinis havia dado Foral á dita Villa em 20 d’Abril de 1304. Fr. Franc. Brand. Mon. part.6. L.19. c.8. [1]

O m[es]mo Rei D. João I q[uan]do Regedor e Protector do Reino, como consta no Livro I da sua Chancellaria, já fizera ao sobredito Gonçalo Vasques Escudeiro, seu vassallo em Lisboa aos 24 de Julho de 1384 p[o]r grandes serviços dos lugares de Lamas, Areeiro, Orelhão com seus termos para descendentes ligitimos. Fr. Manuel dos Santos Mon. part.8 L.23. c.23. [1]

El Rei D. João I fez mercê do senhorio da Villa de Murça na comarca de Tralesmontes a Gonçalo Vasques Guedes o primeiro em Portugal deste appellido. El Rei D. Dinis havia dado Foral á dita Villa em 20 d’Abril de 1304. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[...]Rei D. João I quando Regedor e Protector do Reino, como consta no Livro I da sua Chancellaria, já fizera ao sobredito Gonçalo Vasques Escudeiro, seu vassallo em Lisboa aos 24 de Julho de 1384 por grandes serviços dos lugares de Lamas, Areeiro, Orelhão com seus termos para descendentes ligitimos. (*Monarquia Lusitana, 1728*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciençia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Dsc00238

Guerra guerreada – se dizia antigamente o q[ue] fazião correndo e talando a campanha do inimigo, e incendiando os lugares abertos da fronteira contraria.[1]

[1] Sem referência bibliográfica.

Dsc00235

Guerra. Usava se antigamente publicar a guerra tres dias antes q[ue] se começasse, e neste meio tempo era caso de aleivozia commetter os inimigos. Fr. A. Brand. Mon. part. 3. L.10. c.22. [1]

[...]usava se antigamente publicar a guerra tres dias antes que se começasse, e neste meio tempo era caso de aleivozia commetter os inimigos. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

GUETE

Dsc00237

Guete. Vej. Judeus.

Dsc00241

Gusmões – D. Alvaro Pires de Gusmão foi hum dos companheiros de Gonçalo Mendes da Maya o Lidador em tempo del Rei D. Affonso Henriques. Falla o Conde D. Pedro neste fidalgo no tit.17 aonde trata da Familia dos Gusmões. He esta geração huma das mais illustres e estendidas, q[ue] ha em Hespanha, como he notorio; p[o]r q[ue] alem das tres casas grandes q[ue] são dos Duques de Medina Sidonia, dos Condes de Olivares, dos Duques de Medina de las Torres ha outras Titulares, e varios senhores sem titulo, e houve della m[ui]tos Ricos Homens antigam[en]te, como mostra p[o]r Escrituras D. Fr. Prudencio de Sandoval, no Tratado particular, q[ue] fez desta casa. Suas armas são hum escudo partido em aspas com duas caldeiras jaquetadas de ouro e sangue, em campo azul, e nos outros dous angulos cinco arminhas negras em campo prata. Fr. A. Brand. Mon. part.3. L. 11. c.17. [1]

[...]D. Alvaro Pires de Gusmão foi hum dos companheiros de Gonçalo Mendes da Maya o Lidador em tempo del Rei D. Affonso Henriques. [...]Falla o Conde D. Pedro neste fidalgo no tit.17 aonde trata da Familia dos Gusmões. He esta geração huma das mais illustres e estendidas, que ha em Hespanha, como he notorio; por que alem das tres casas grandes que são dos Duques de Medina Sidonia, dos Condes de Olivares, dos Duques de Medina de las Torres ha outras Titulares, e varios senhores sem titulo, e houve della muitos Ricos Homens antigamente, como mostra por Escrituras D. Fr. Prudencio de Sandoval, no Tratado particular, que fez desta casa. Suas armas são hum escudo partido em aspas com duas caldeiras jaquetadas de ouro e sangue, em campo azul, e nos outros dous angulos cinco arminhas negras em campo prata. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

O nosso primeiro Rei pai de tanto monarcha Christão foi filho do Conde D. Henrique, e da Rainha D. Theresa, filha del Rei D. Affonso VI de Leão, e da sua Mulher a Rainha D. Ximena Menes de Gusmão. A Rainha D. Beatriz mulher d'el Rei D. Affonso III de Portugal foi filha d'el Rei D. Affonso o sabio, e de d. Maior Guilhen de Gusmão. O Sr. Rei D. João IV era terceiro neto do Duque de Bragança D. Jaime e de sua mulher a Duqueza F. Leonor de

Dsc00242

Mendonça filha de D. João de Gusmão III Duque de Medina Sidonia.[2]

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]Sem referência bibliográfica.

Henriques – As Alcaçovas he huma boa villa a 5 legoas de Evora, de q[ue] são senhores os do Appellido illustre de Henriques, descendentes de hum dos filhos do Conde de Gijon, q[ue] sendo neto del Rei D. Henrique de Castella, e d’el Rei D. Fernando de Portugal, derão a este Reino grandes e honradas Casas: esta com o nome de Henriques; as mais com o de Noronhas, tomado do lugar de Noruenha em Asturias, de q[ue] o Conde fora Senhor. Fr. Luiz de Sousa Hist. de S. Dom. p.3. L.3. c.20 – Vej. Noronhas. [1]

As Alcacevas he huma boa villa a sinco legoas d’Evora, de que saõ Senhores os do appellido illustre de Henriques, descendentes de hum dos filhos do Conde de Gigion, que sendo netos d’elRei D. Henrique II. de Castella, e d’elRei D. Fernando de Portugal, deraõ a este Reyno grandes, e honradas casas: Esta com o nome de Henriques; as mais com o de Noronhas, tomado do lugar de Noruenha em Asturias, de que o Conde fora Senhor. (*Terceira Parte da Historia de S. Domingos, p. 213, 1767*)

[1] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Terceira Parte da Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Heranças de bens de raiz prohibidas aos Ecclesiasticos. El Rei D. Dinis, estando em Coimbra, promulga a 21 de Março de 1291, huma Lei Ordenando q[ue] os Ecclesiasticos não herdassem bens de raiz. “Esta he, diz Fr. Francisco Brandão, a lei tão celebrada neste Reino, e observada até o tempo presente, em q[ue] igual[en]te he prohibido as Religiões herdarem bens de raiz, obrigando-as as Ordenações, a q[ue] vendão os taes bens dentro de hum anno. Fr. F. Brand. Mon. P.5. L.17. c.7. [1]

[Título do capítulo] Da lei que elRey D. Dinis fez, ordenando que os Ecclesiasticos não herdaffem bens de raiz.

[nota lateral: “1291”][p.187]

[...] promulgou naquella Cidade a vinte & hum de Março a lei [...]

Efta he a lei taõ celebrada nefte Reyno, & obferuada até o t~epo prefente, em que igualm~ete he prohibido às Religio~es herdarem b~es de raiz, obrigandoas as Ordenaçõ~es, a que vendaõ os taes bens dentro de hum anno. [p.187verso] (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650. Livro XVII, Capitulo VII, p.

Dsc00247

Homenagem. A ação de fazer a homenagem dos castellos antigam[en]te se acha expressa na q[ue] fez Ayres Cabral pelo Infante D. Aff[ons]o a el Rei D. Dinis, seu irmão, entregando-lhe este o castello de Portalegre aos 15 de Dez[embr]o de 1287. Eisaqui as palavras da Escritura: E Ayres Cabral disse entom ao Infante D. Affonso senhor mandas de mim vós q[ue] faça menagem do Castello de Portalegre a El Rei D. Dinis vosso irmão? E Dom Affonso disse, mando. El Rey Dom Dinis disse entom. Ayres Cabral fasedesme menagem do Castello de Portalegre q[ue] se o Infante Dom Affonso me passasse estas posturas, ou cada huma dellas, sendo affrontado por tres vezes, e non no emendar e cumprir assi como aquelles q[ue] hy som metudos mandassem, e p[o]r bem tivessem, e como contudo he nesta carta compridam[en]te q[ue] vos recudades dar a mim esse Castello de Portalegre, senom q[ue] sejades ende traedor, assi como quem mata senhor, ou erra em Castello? E Ayres Cabral disse faço. E el Rei disse: eu assi o recebo. E entom o infante fez menagem a Ayres Cabral q[ue] o nom forçasse, nem desapoderasse do ditto Castello, nem o enganasse p[o]r si, nem p[o]r outrem, de guiza q[ue] el nom podesse cumprir e aguardar a el Rei Dom Dinis o menagem sobredito. Fr. F. Brand. Mon. part.5. L.16. c.66. [1]

El Rei D. João II ordenou depois q[ue] se dessem desta maneira: El Rei assentado, e o Alcaide em joelhos diante d'elle com ambas as mãos juntas mettidas entre as mãos d'el Rei, propria assim até se acabarem as palavras da homenagem, as quaes

Dsc00248

e mais formalid[ad]es delles se podem ver na chronica do referido Rei, composta p[o]r Garcia de Rezende c.27. [2]

[1] O trecho encontra-se, de fato, no capítulo 56 de BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge

1287 [nota lateral] [...] elRey Dõ Dinis ao infante Dom afonso seu irmão [...] quinze do mez de Dezembro [...] escritura. *E Ayras Cabral disse entom ao Infante D. Afonso. Senhor mandadesme vos que faça menagem do Castello de Portalegre a elRei D. Dinis vosso irmão? E Dom Afonso disse, mando. ElRey D. Dinis disse entom. Ayras Cabral fasedesme menagem do Castello de Portalegre que se o Infante Dom Affonso me passasse estas posturas, ou cada huma dellas, seendo afrontado por tres vezes, & nom no emendar e cumprir assi como aquelles que hy som metudos mandassem, & por bem tivessem, & como contudo he em esta carta compridamente, que vos recudades dar a mim esse Castello de Portalegre, senom que sejades ende traedor, assi como quem mata senhor, ou erra em Castello? E Ayras Cabral disse, faço. E elRei disse: & eu assi o recebo. E entom o infante fez menagem a Ayras Cabral que o nom forçasse, nem desapoderasse do ditto Castello, nem o enganasse por si, nem por outrem, de guiza que el nom podesse cumprir, & agoardar a ElRei Dom Dinis o menagem sobredito. (Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana, pp.130-131, 1650)*

[...] e ordenou que se dessem nesta maneira: el-rey assentado e o alcaide em joelhos diante d'elle com as mãos ambas juntas metidas antre as mãos d' el-rey, estevesse assi até se acabarem has palavras da amenajem has quaes sam estas. [1] (*Chronica delRey D. João II, 1554*)

[1] O trecho encontra-se no capítulo 27 (“De como se começou e ouve principio o caso do duque de Bragança”) da Crônica composta por Garcia de Resende sobre o reinado de D. João II. O capítulo seguinte chama-se “A maneyra em que se as menajens dam” e, de fato, traz as palavras e formalidades do ritual de homenagem.

de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2] REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bõdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofo principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554

Dsc00249

Honras. O nome de Honra he mui usado em escrituras antigas, e attribue se a certos lugares privilegiados, os quaes permanecião de baixo do amparo dos Fidalgos principaes, e estes tinham a seu cargo defender e amparar os moradores delles, os quaes erão obrigados a certo foro em cada hum anno. E p[o]r q[ue] alg[uns] Fidalgos com occasião destas Honras usurpavão as vezes terras, q[ue] lhes não pertencião, derão occasião nos Reis mandarem devassar dellas. E neste sentido se ha de entender, q[uan]do se achar escrito q[ue] alg[um] Rei mandou devassar das Honras, e não cuidar q[ue] estas devassas se fazião das fidalguias usurpadas, como Duarte Nunes, e Gaspar Estaço se persuadirão. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.9. c.8. [1]

Honras chamavão antigam[en]te aquellas terras, q[ue] os nobres tinham, aonde estavam suas casas ou solares. Tinhaõ nellas jurisdicção e direitos havidos p[o]r costume antigo, de q[ue] estavam de posse os senhores, e outras vezes q[ue] os mesmos vizinhos lhes offerecião p[ar]a q[ue] os amparassem e defendessem. A instituição das Honras era ou p[o]r carta del Rei, ou p[o]r marcos e balizas, ou p[o]r pendão Real, q[ue] nellas se levantava q[uan]do se dava a posse, ou p[o]r senhorio antigo, q[ue] os senhores dellas tinham, se bem q[ue] em seu primeiro principio devião ser instituidas em aquellas solemnidad[es]. Tambem bastava entrar no senhorio das herdades ou casaes hum Fidalgo conhecido p[ar]a fazer Honra dellas p[o]r respeito de sua pessoa, ainda q[ue] não houvesse outra solemnidad[e]. Os Fidalgos porem q[ue] assim honravão e isentavão as casas de sua morada, e a quem se permittião preeminencias semelhantes, erão os bem conhecidos p[o]r taes, q[ue] nisto amiudavão

Dsc00250

com todo o escrupulo os Inquisidores, p[o]r não ser tão facil esta crença naquelles tempos.

Outros modos havia de fazer Honras, de q[ue] a Fazenda e jurisdicção Real se seguia igual detrimento, todos os quaes el Rei D. Diniz annullou em sua corte e relatou em huma Carta,

O nome de honra he mui usado em escrituras antigas, & atribuiase a certos lugares privilegiados, os quaes permanecião debaxo do amparo dos Fidalgos principaes, & estes tinham a seu cargo defender e amparar os moradores delles, os quaes erão obrigados a certo foro em cada h~u anno. E porq alguns fidalgos cõ occasião destas honras vsurpavão as vezes terras que lhe não pertencião, derão occasião nos Reys mandarem devassar dellas. E neste sentido se ha de entender, quãdo se achar escrito que algu Rey mandou devassar das honras, & não cuidar que estas devassas se fazião das fidalguias usurpadas, como Duarte Nunes, & Gaspar Estaço se persuadirão. (*Terceira Parte da Monarchia Lvsitana, 1632*)

[...] Chamavaõ *honras* aquellas terras, que os nobres tinham, aonde estavam suas casas ou solares: tinhaõ nellas jurisdicção, & direitos avidos por costume antigo, de que estavam de posse os senhores, & outras vezes que os mesmos vizinhos lhes offerecião para que os amparassem e defendessem. A instituição das hõras era ou por carta delRei, ou por marcos e balizas, ou por pendão Real, que nellas se levantava quando se dava a posse, ou por senhorio antigo, que os senhores dellas tinham, se b~e em seu primeiro principio deuião ser instituidas com algumas daq'llas solemnidades. Tambem bastava entrar no senhorio das herdades, ou casaes hum Fidalgo conhecido para fazer honra dellas por respeito de sua pessoa, aindaque não ouuesse outra solemnidade. [...] Os Fidalgos porem que assim honravão e izentavão as casas de sua morada, e a quem se permittião preheminencias semelhantes, erão os bem conhecidos por taes, que nisto amiudavão

com todo o escrupulo os Enqueredores, por não ser tão facil esta crença naquelles tempos [p.157v].

Outros modos auia de fazer honras, de que à fazenda, & jurisdicção Real se seguia igoal detrimento, todos os quaes elRei Dõ Diniz annullou em sua Corte, & relatou em hua Carta,

da qual os pontos principaes compendiados são os seg[ui]ntes: No tocante a jurisdição m[ui]tos fazião Ouvidores e Porteiros nas Honras, q[ue] tinham, e com isto impedião q[ue] o Juiz de Fora conhecesse das causas. Se os lavradores lhes pagavão algum censo de suas herdades, p[or] lhes ser assim foreiras as isentavão. Se compravão alg[um]as herdades nos reguengos del Rei, fazião dellas Honra, e não pagavão a el Rei os direitos. Se alg[uns] conventos ou Igrejas emprasavão ou davão emprestimos casaes a Fidalgos, honravão-nos elles p[ar]a sempre: mas limitou el Rei q[ue] fosse só na vida delle. Outros p[or] q[ue] os lavradores lhes acudião com alg[uns] donativos, honrav]ao-lhes os lugares, q[ue] fazião seus p[or] esta reconhecença, e levavão delles os direitos devidos a el Rei. Alg[uns] Mosteiros, Igrejas e Lavradores q[ue] trazião casaes, q[ue] forão em outro tempo de Fidalgos, querião conservallos na isenção em q[ue] elles os possuião. Tam bem m[ui]tos Fidalgos pobres q[ue] chegarão a exercer officios mecanicos conservavão os m[es]mos foros, e honravão suas herdades, q[ue] el Rei prohibio, isentando som[en]te aquelles q[ue] fossem Lavradores, e lavrassem herdades proprias. Finalm[en]te m[ui]tos q[ue] erão vizinhos da Villa, cujo Foral os privilegiava de alg[uns] direitos, estendião o privilegio a toda a fazenda, q[ue] tinham fora do termo da m[es]ma Villa. El Rei atalhou a isto, conservando só as pessoas, q[ue] podião p[or] sua qualid[ad]e honrar as herdades, q[uan]do não encontrassem o seu direito.

Pelo g[ran]de dispendio q[ue] sentiãa ao rendas Reaes com o accrescentam[en]to das Honras antigas, e ereção de outras de novo, mandou el Rei D. Diniz devassar dellas, e igualm[en]te p[ar]a melhor execução da justiça ordenou q[ue] os seus Ministros entrassem nas Honras, e pudessem assim nellas, como nos coutos prender homisiados, e malfeitores, q[uan]do os senhores repugnassem, o q[ue] reformou depois no anno de 1302 p[or] carta geral a todas as justiças do Reino. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.79 e 80. [2]

que irá trasladada no appendice, cõpendiando agora os pontos dela. No tocante a jurisdição m[ui]tos fazião Ouvidores, & Porteiros nas honras que tinham, & com isto impedião que o juiz de terra conhecesse das causas. Se os lavradores lhes pagavão algum censo de suas herdades, por lhes ser assim foreiras as izentavão. Se compravão algumas herdades nos reguengos delRey, fazião dellas honra, & não pagavão a elRei os direitos. Se alguns conventos ou Igrejas emprasavaõ, ou davão emprestemo casaes a Fidalgos, honravãonos elles para sempre: mas limitou elRey que fosse só na vida delle. Outros porque os lavradores lhes acudião com alguns donativos, hõravaõlhe os lugares, que fazião seus por esta reconhecença, e levavão delles os direitos devidos a elRei [...] Alguns Mosteiros, Igrejas, & lavradores que trazião casaes, que forão em outro tempo de Fidalgos, querião conservalos na isenção em 'q' elles os possuião. Tamb~e muitos fidalgos pobres, que chegarão a servir officios mecânicos, conservavão os mesmos foros, & honravão suas herdades, que elRei prohibio, isentando somente aquelles que fossem lavradores, & lavrassem herdades próprias [...] Finalmente muitos que erão vizinhos da Villa, cujo foral os privilegiava de alguns direitos, estendião o privilegio a toda a fazenda, que tinham fora do termo da mesma Villa. ElRei atalhou a isto, conservando só as pessoas, q' podião por sua qualidade honrar as herdades, quando não encontrasse a seu direito.

Pelo grande dispendio que sentiãa ao rendas Reaes com o accrescentam~eto das honras antigas, & erecção de outras de novo, mandou elRey D. Diniz devassar dellas, & igualmente para melhor execução da justiça ordenou, q' os seus Ministros entrassem nas honras, & pudessem assi nellas, como nos coutos prender homisiados, & malfeitores, quando os senhores repugnassem, o que reformou depois no anno de mil trezentos & dous por carta gèral a todas as justiças do Reyno. (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo

Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noſſo ſenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deſterro de Lisboa da Ordem de S. Bernarndo, & Coronifta môr de Portugal. Com todas as licenças neceſſarias. Impreſſa em Lisboa em o Moſteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreſſor delRey. Anno 1632.

[2] O trecho encontra-se, de fato, nos capítulos 69 e 70 de BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageſtade delRey D. João o Quarto Noſſo Senhor. XUIII. dos naturaes deſta Coroa. Eſcrita pelo Doutor Frei Franciſco Brandão, Monge de Alcobaça, Chroniſta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Conſciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceſſarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Hospital das Caldas da Rainha. A Rainha D. Leonor mulher del Rei D. João II erigio o famoso Hospital das Caldas, q[ue] p[o]r sua fundadora, se chama da Rainha, obra de grande utilid[ad]e para enfermos pobres, e o dotou de m[ui]tas rendas, e affirma no compromisso do m[es]mo Hospital, q[ue] p[ar]a comprallas chegára a vender as suas joias. D. Franc. de S. Mar. [An.?] Hist. tom.3. p.354. num.6. [1]

[...]Rainha Dona Leonor, mulher de ElRey Dom João II. [...]p.353/. [...]Erigio o famoso Hospital das Caldas, que por sua fundadora, se chamaõ da Rainha, obra de grande utilidade para enfermos pobres, e o dotou de muitas rendas, e affirma no Compromisso do mesmo Hospital, que para comprallas chegara a vender as suas joias: [...]p.354/. (*Anno Historico, 1744*)

[1]O trecho encontra-se à página 354 da seguinte edição, que parece assim ser a que usou Pedro José da Fonseca: SANTA MARIA, P. Francisco de. Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abraviada De peffoas grandes, e coufas notaveis de Portugal [...] Offerecido a elRey D. Joaõ V. Nosso Senhor [...] Composto pelo Padre Mestre Francisco de S. Maria [...] Tomo Terceiro. [...] Lisboa. Na Officina, e à cufta de Domingos Gonsalves. M. DCCXLIV. [1744] Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real.

Hospital de S. Eloi em Lisboa – D. Domingos Annes Jardo Chancellor mór del Rei D. Diniz, Bispo de Evora, e depois de Lisboa, sendo Bispo de Evora ainda só eleito fez este Hospital. Na freguezia de S. Bartholomeu de Lisboa tinha casas proprias e nellas o fundou. El Rei lhe passou a licença p[ar]a esta fabrica a 27 d’Agosto de 1284. A sua principal tenção foi depois do serviço de Deos, e christã piedade a cultura tambem e exercicio das letras, de q[ue] naquelle tempo havia grande falta neste Reino. Ordenou elle os estatutos deste Hospital no anno de 1291 depois q[ue] em Lisboa havia [Univ[er]sid[ad]e, e logo no principio da fundação, lhe deo invocação dos santos Paulo, Eligio e Clemente. Mandou q[ue] se sustentassem dez sacerdotes, q[ue] celebrassem os officios divinos, e dissesem Missas quotidianas p[or] sua alma, e dos Reis D. Affonso III e D. Diniz; e do restante se sustentassem pobres honrados, e seis estudantes mais, dous dos quaes juristas ou Theologos serão de porção de 50 livras p[or] anno, aos quatro ouvintes de grammatica, Logica, e Medicina se darião somente a 25 livras. Conforme a isto he q[ue] estes estudantes residão, seg[un]do parece, dentro no Hospital, foi este o primeiro collegio, q[ue] em Portugal houve deputado p[ar]a estudos. Até os tempos d’el Rei D. Affonso V se conservou o Hospital na primeira instituição, e em seu tempo se deu aos religiosos de S. João Evangelista, q[ue] então começavão a florescer neste Reino, e a razão de se chamarem vulgarmente estes Religiosos de S. Eloi, he p[or] ser

Dsc00258

um dos principaes conventos seus o de Lisboa, ampliado no Hospital do Bispo D. Domingos, hum dos santos nomeados na sua instituição. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.49. [1]

[1]O trecho encontra-se, de fato, ao capítulo 39 de BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta

[...]Na freguezia de Sam Bartholameu de Lisboa tinha casas proprias, e determinou fazer nelas hum Hospital, [...] [1]; [nota lateral: 1284] a vinte e sete de Agosto lhe passou elRey a licença para esta fabrica. [...]

A tenção principal [...] foi depois do serviço de Deos, e christã piedade, a cultura tambem, e exercicio das letras, de que naquelle tempo havia grande falta neste Reyno. Ordenou elle os estatutos deste Hospital no anno de mil duzentos e noventa e hum, depois que em Lisboa havia Universidade, e logo no principio da fundação lhe deu invocação dos Santos, Paulo, Eligio, e Clemente, [...]. Mandou que se sustentassem dez Sacerdotes, que celebrassem os officios divinos, e dissesem Missas quotidianas por sua alma, e dos dous Reys q’ temos nomeado; e do restante se sustentassem pobres honrados, e seis estudantes mais, dous dos quaes juristas, ou Theologos serão de porção de cincoenta livras per anno, aos quatro ouvintes de Grammatica, Logica, e Medicina se darião somente a vinte e sinco livras. Conforme a isto, se he que estes estudantes residão, segundo parece, de~tro no hospital, foi este o primeiro Collegio que em Portugal houve deputado para estudos. [...] Até os tempos delRey Dom Afonso Quinto se conservou o hospital na primeira instituição, e em seu tempo se deu aos Religiosos de São Ioão Evangelista, que então começarão a florescer neste Reyno, [...] que a razão de se chamarem vulgarmente estes Religiosos de Santo Eloy, he por ser

um dos principaes Conventos seus o de Lisboa, ampliado no Hospital do Bispo Dom Domingos, hum dos santos nomeados na sua instituição. [pp. 96v-97v] (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1]em que deixasse hu testemunho perpetuo de sua piedade, e generosos pensamentos

Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Hospital grande de Lisboa. El Rei D. João II a 15 de mais do anno de 1492 mandou presente si, principiar e fundar os primeiros alicerces do Hospital grande de Lisboa na Horta de S. Domingos da advocação e nome de todos os Santos; debaixo dos quaes elle p[o]r sua mão, p[o]r honra de tão santo, tão grande, e tão piedoso edificio, lançou muitas moedas de ouro. Ruy de Pina Chron. d'el Rei D. João II c.5[?]. [1]

O Papa Innocencio VIII em 1485 concedeo licença e authorid[ad]e ao sobredito Rei p[ar]a poder reduzir em hum todos os Hospitaes de Lisboa, e assim os de Santarem. Id. *ibid.* c.20. [2]

Neste anno a quinze dias de Maio, mandou ElRey presente sy, principiar, e fundar os primeiros alicerces (sic) do Esprital grande de Lixboa na Orta de Sam Domingos, da avocaçam e nome de Todosos Sanctos, de baixo dos quaes elle por sua mão, por honra de tam sancto, tam grande, e tam piedoso Edificio, lançou muitas moedas d'ouro.

[...]Papa Innocencio octavo [...] cousas que se concederam [...] Licença, e authoridade a ElRey para poder reduzir em hu, todoslos Espritaes de Lixboa, e assy os de Santarem. (*Chronica d'ElRei Dom Joaõ II, 1792*)

[1]O trecho encontra-se no capítulo 56 de PINA, Ruy de. *Chronica d'ElRei Dom Joaõ II*. In: *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II*. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

[2]Idem.

HOSTE

Dsc00251

Hoste se chamava antigamente em Portugal o
Exercito. Vej. Exercito.

IGREJAS

Dsc00259

Igrejas – O nosso primeiro Rei D. Affonso
Henriques edificou 150 Igrejas. Sous. de
Macedo. Geneal. Reg. Lusitan. p.1. [1]

Alphonsus Henricus [p.8]
[...] aedificavit Deo 150 templa [...] [p.9]
(*Genealogia regum Lusitaniae*, 1643)

[1] MACEDO, Antonio Sousa de (1606-1682)
*Genealogia regum Lusitaniae. Serenissimo
Principi Theodosio Principi Lusitaniae, &c.
Serenissimi, ac Potentissimi Regis Ioannis IV,
primogenito. D. Per Antonium de Sousa de
Macedo, Senatorum in Lusitaniae supremo
justitiae Senatu, &c. Londini, Ex Officina
Richardi Hearn, 1643. Primeira Parte, pp. 08-09.*

Impressão. O livro de *Vita Christi*, composto p[o]r Ludolfo da Saxonia Carthusiano, traduzido do Latim em linguagem Portuguesa, p[o]r ordem da Senhora D. Isabel, Duqueza de Coimbra, mulher do Inf[an]te D. Pedro, foi impresso em Lisboa, em folha, e letra Gothica, de matrizes mui perfeitas, no anno de 1495, p[o]r Nicoláo da Saxonia, e Valentim de Moravia, cuja primeira p[ar]te se acabou de imprimir aos 14 de Agosto, e a segunda aos 7 de setembro, nos fins do Reinado del Rei D. João II deste nome; a terceira p[ar]te aos 20 de Novembro, e a quarta aos 14 de Dezembro daquelle m[es]mo anno, estando já no Real Throno el Rei D. Manoel.

Na explicação, q[ue] o erudito jurisconsulto Pedro Affonso de Vasconcellos faz à Rubrica *De Renunciatione* logo no principio, *Part. 2. pag. 104* se lê q[ue] os primeiros caracteres da Impressão, q[ue] se virão, e servirão em toda a Hespanha, depois q[ue] João Cuthemberg poz em exercicio o seu invento na Cid[ad]e de Moguncia, forão os q[ue] estiverão em Leiria, Patria do m[es]mo Vasconcellos; em honra da qual diz elle, q[ue] não quiz calar esta noticia, q[ue] lhe foi participada p[o]r pessoas q[ue] assim o tinham ouvido da propria boca do G[ra]nde Pedro Nunes, Cosmografo mór do Reino, e Mathematico insigne, e de outros homens doutos; e se esta memoria he verdadeira, deve reconhecer se posterior a impressão em Sevilha do livro intitulado a *Floretum Sancti Mathaei*, q[ue] se estampou no anno de 1491 p[o]r Paulo de Colonia, e seus socios, e do q[ue] faz esta menção o Diccionario de Moreri, no tom 4 da Edição novissima de Paris a pag. 819 *coll. 1. verb. Imprimerie. Leit. Fer. Not. Chron.* Num. 290. e 291. [1]*

[...]porque o *Vita Christi*, composto por Ludolfo da Saxonia Carthusiano, traduzido de Latim em linguagem Portuguesa, por ordem da Senhora D. Isabel, Duqueza de Coimbra, mulher do Inf[an]te D. Pedro, foy impresso em Lisboa, em folha, e letra Gothica, de matrizes muy perfeitas, no anno de 1495. por Nicolao de Saxonia, e Valentino de Moravia, cuja primeira parte se acabou de imprimir aos 14 de Agosto, e a segunda aos 7 de Setembro, nos fins do reynado delRey D. João o II deste nome; a terceira parte aos 20 de Novembro, e a quarta aos 14 de Dezembro, daquelle mesmo anno, estando já no Real Throno ElRey D. Manoel [...]/p.136/.

[...]o erudito Jurisconsulto Pedro Affonso de Vasconcellos [...]/p.135/.

Tambem leyo na explicação, que o sobredito Pedro Affonso faz à Rubrica *De Renunciatione*, logo no principio, *Part. 2. pag. mihi 104*, que os primeiros caracteres da Impressão, que se virão, e servirão em toda a Hespanha, depois que João Cuthemberg poz em exercicio o seu invento na Cidade de Moguncia, forão os que estiverão em Leiria, Patria do mesmo Vasconcellos; em honra da qual diz elle, que não quiz calar esta noticia, que lhe foy participada por pessoas, que assim o tinham ouvido da propria boca do grande Pedro Nunes, Cosmografo mór do Reyno, e Mathematico insigne, e de outros homens doutos: [...]; e se esta memoria he verdadeira, deve se reconhecer posterior a Impressão em Sevilha do livro intitulado a *Floretum Sancti Mathaei*, que se estampou no anno de 1491 por Paulo de Colonia, e seus Socios, e do que faz esta menção o Diccionario de Moreri, no quarto tomo da edição novissima de Pariz, a pag. 819, col.1. verbo: *Imprimerie. [p.136](Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, tomo IV, 1738)* [1]

[1]FERREIRA, Francisco Leitão. Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729.

[1]SOUSA, Antonio Caetano de (1674-1759). Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, desde sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança. Justificada com instrumentos, e Escritores de inviolável fê, e oferecida a ElRey D. João V. Nosso Senhor por D. Antonio Caetano de Sousa, Clerigo Regular, e Academico do numero da

Academia Real. Tomo IV. Lisboa Occidental, Na Officina
de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real.
M.DCC.XXXVIII. Com todas as licenças necessarias.

Immunidade Ecclesiastica. El Rei D. Dinis respeitou tanto a immunid[ad]e Ecclesiastica, q[ue] não consentio se obrigasse aos Clerigos pagar p[ar]a fontes, sendo q[ue] he uma das materias, com q[ue] os Realistas reconhecem poder nos Principes p[ar]a os obrigar, como Membros e partes da Republica, em cuja utilid[ad]e se fazem as taes obras. No anno de 1308 mandou el Rei fazer uma fonte em Lisboa, e logo eximio os Ecclesiasticos. [Sé?] de ..L.1 de Alvaras e privilegios de Reis. 30. Fr. F. Brand. Mon. part. 5. l.17. [1]

[1] E respeitou elRey Dom Dinis tanto a immunidade Ecclesiastica, que não consentio se obrigasse aos clerigos pagar para fontes, sendo que he hua das matérias em que os Realistas reconhecem poder nos Principes para os obrigar, como Membros, & partes da Republica, em cuja vtilidade se fazem as taes obras. No anno de mil & trezentos & oito mandou elRei fazer hua fonte em Lisboa, & logo eximio os Ecclesiasticos. (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana*, p.189f, 1650)

[1] O trecho encontra-se no livro 17, capítulo 8 de BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00264

Indios – Mandou El Rei D. Manuel no anno de 1499 lavrar esta moeda de prata com o valor de 33 reis em memoria do descobrimento da India. Tinha de huma p[ar]te a cruz da Ordem de Christo com o letreiro: In hoc signo vinces; e da outra p[ar]te as armas do reino com a letra: Primus Emanuel. Joã Bap. de Castr. Map. de Port. tom. I. part. 1. cap.12 pag. 186. num 27. [1]

Mandou ElRei D. Manuel no anno de 1499 lavrar esta moeda de prata com o valor de 33 reis em memoria do descobrimento da India. Tinha de huma parte a cruz da Ordem de Christo com o letreiro: *In hoc signo vinces*; e da outra parte as armas do reino com a letra: *Primus Emanuel*. (*Mappa de Portugal*, 1762)

[1] CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifta, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica*. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real*.

Industria dos antigos Portuguezes. “Não podemos culpar os antigos Portuguezes, diz o Chronista Mor Fr. Francisco Brandão de pouco industriosos, elles inventarão m[ui]tos engenhos d’agua p[ar]a papel, ferro, e outros serviços necess[ari]os, e cultivarão a terra com toda a dilig[enci]a, plantando fructos estrang[eir]os como arroz, e cannaveaes d’açucar de q[ue] houve m[ui]tos, e de tudo isto tenho visto escrituras authenticas. Mon. part.5 L.16 c.40. [1]

E não podemos culpar aos antigos de pouco industriosos, elles inventarão muitos engenhos de agoa para papel, ferro, & outros serviços necessarios, & cultiuauão a terra cõ toda a diligencia, plantando, & semeado frutos estrangeiros, como arroz, & canaveaes de açúcar, de q’ ouue muitos, & de tudo isto tenho visto escrituras authenticas. (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsitana*, p.80v, 1650)

[1] O trecho encontra-se, de fato, no capítulo 31 de BRANDÃO, Fr. Francisco. *Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana*. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

INFANÇOIA

Dsc00269

Infançoa. Antigamente chamava-se as Ricas Donas, e Senhoras Principaes Infançoas, e não p[or] serem filhas de Infantes, e netas de Reis. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.34. [1] [...]chamavão as ricas donnas, e senhoras principaes, *infançoas*, e não por ser a dona Brites filha de Infanta, e neta de Rey, [...]. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Infanções. He coisa certa ser a dignid[ad]e de Infanção inferior á de Rico Homem, p[o]r q[ue] de Infanções erão alg[uns] promovidos a Ricos Homens, como aconteceu a Rui Gomes de Britteiros, de q[ue]m trata o Conde D. Pedro tit. 23. E mais p[o]r q[ue] el Rei D. Affonso III nas Cortes de Guimarães celebradas em 1256 tratando do acompanh[am]to, q[ue] havião de trazer os Fidalgos, q[uan]do viessem à Corte, avantaja m[ui]to o dos Ricos Homens ao dos Infanções, pois concede q[ue] o Rico Homem venha acompanhado com gente de cavallo; sem permittir ao Infanção mais q[ue] tres lacaios sem escudeiro alg[um] de cavallo. Donde se infere a preferencia q[ue] fazia a dignid[ad]e de Rico Homem à de Infanção. O q[ue] confirma el Rei D. Affonso o Sabio, Part.1. tit.1. l.3. e outros Autores. Fr. Ant. Brand. Mon. part.3. l.9. c.13. [1]

Q[uan]to a origem do nome Infanção, parece mui provavel o q[ue] escreve Vidal Canhelas Bispo de Huescas Autor antigo de Aragão (Annaes de Aragão de Zurita L.2. c.64) o qual affirma, q[ue] assim como os filhos dos Reis, q[ue] não herdavão se chamavão Infantes; assim os filhos dos Fidalgos q[ue] não herdavão as Casas e Morgados de seus pais lhes chamava o vulgo à sua imitação, Infanções, e o m[es]mo a seus descendentes, o q[ue] tambem affirma Gonçalo Argote de Molina na Nobreza de Andaluzia l c.77 q[ue] os Infanções erão filhos dos Ricos Homens. E assim mesmo Escolano na Hist. de Valença, Dec. l.15.c.27. Pelo q[ue] ainda q[ue] lhes faltavão as riquezas e grandeza p[o]r não serem os principaes de sua Casa não deixavão de ser m[ui]to privilegiados e honrados. A esta opinião favorece m[ui]to el Rei D. Affonso, q[uan]do, fallando dos Infanções nas suas Partidas (Part. 2 tit.1 Ç.13.) diz: E como quer que estos vengan antigamente de buena liñage, e hayan grandes heredamientos, però nó son en cuenta destos grandes Señores,

que de suso o diximos. E bem se vê serem boa

[...]he cousa certa ser a dignidade de Infanção inferior à de Rico homem, porque de Infanções erão algus promovidos a Ricos homens, como aconteceu a Ruy Gomes de Britteiros de que~ trata o Conde Dom Pedro tit. 23. E mais porque elRey Dom Afonso Terceiro nas Cortes de Guimarães celebradas na era de 1294 que he anno de 1256. tratando do acompanhamento que avião de trazer os fidalgos, quãdo viessem à Corte, avantaja muito o dos Ricos home~s ao dos Infanções, pois concede que o Rico homem venha acompanhado com gente de cavalo sem permitir ao Infanção mais que tres lacaios, sem escudeiro algum de cavalo. Donde se infere a preferencia q' fazia a dignidade de Rico home~ á de Infançam. O que confirma el Rey D. Afonso o Sabio, e outros Autores. [nota lateral: Par.2. tit.1. l.3.] (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[...]parece mui provavel o que escreve Vidal Canhelas Bispo de Huescas Autor antigo de Aragão, (66.) [rodapé: (66.)*Annaes de Aragão de Çurita l.2. c.64*] de quem Jeronymo Çurita faz muita conta, o qual affirma, que assim como os filhos dos Reys, que não herdavão, se chamavão Infantes; assim os filhos dos Fidalgos que não herdavão as Casas, e Morgados de seus pays, lhes chamava o vulgo à sua imitação, Infançoens, e o mesmo a seus descendentes; o que tambem affirma Gonçalo Argote de Molina, dizendo na Nobreza de Andalusia. l. c.77. que os Infançoens erão filhos dos Ricos homens. E assim mesmo Escolano (67.) [rodapé: (67.)*Hist. De Valenc. Dec. l. l. 5. C. 27.*] na Historia de Valença. Pelo que ainda, que lhes faltavão as riquezas, e grandeza, por não serem os principaes de sua Casa, não deixavão de ser muito privilegiados, e honrados. A esta opinião favorece muito ElRey D. Afonso, quando fallando dos Infançoens nas suas Partidas, (68.) [rodapé: *Part. 2 t. I. l. 13.*] diz: *E como quer que estos vengan antigamente de buena liñage, e hayan grandes heredamientos, però nó son en cuenta destos grandes Señores,*

que de suso o diximos. E bem se vê serem boa

linhagem, pois casavão suas filhas com Ricos Homens, e os Reis lhes davão com facilid[ad]e o m[es]mo titulo, e os avantajavão aos Cav[aleir]os ordinarios. Pelo q[ue] m[ui]tos impetravão dos Reis os privilegios e titulo de Infanções; o q[ue] os Reis concedião sem mais ceremonias, q[ue] passar-lhes disso suas cartas. Sever. de Far. Not. disc. 3 [parágrafo] 22. [2]

Vassalo del Rei era o nome generico, e comprehendia tambem os Ricos Homens e os Senhores de Terras, e os q[ue] servião a el Rei com certo acostamento, s[em] maiores e menores, q[ue] agora responde a fidalgo cavalleiro accrescentado, e a cavalleiro fidalgo e infanções. E ainda q[ue] Cabedo 2. p. decis. dá a estes vassallos del Rei primeiro lugar q[ue] aos Infanções, tenho p[ar]a mim q[ue] diferiãõ pouco: ainda q[ue] nas doações do Duque lhe chama el Rei nosso vassallo, tambem o diz a homens ordinarios m[ui]to menores. Por q[uan]to Infanções erão homens nobres, q[ue] agora dizemos fidalgos ou hidalgos, senhores de terras, posto q[ue] pequenos, sem a jurisdicção dos Ricos Homens, ou Requengos Reaes, ou prazos da coroa, ou Alcaides mores. Mig. Leit. d'Andr. Miscell. Dial. 18. p. 514. [3]

linhagem, pois casavão suas filhas com Ricos Homens, e os Reys lhes davão com facilidade o mesmo titulo, e os avantajavão aos Cavalleiros ordinarios. Pelo que muitos impetravão dos Reys os privilegios, e titulo de Infançoens [...]; o que os Reys concedião sem mais ceremonias, que passarlhes disso suas cartas. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

Vassallo delRey era nome generico, e comprehendia tambem estes ricos home~s, e os senhores de terras, e os que servião elRey com certo acostamento, s. mayores, e menores, que agora responde a fidalgo cavaleiro acrescentado: e a cavaleiro fidalgo, e infanções. E ainda que Cabedo [nota lateral [p. 511]: *Cab. 2 p. decis.*] dà a estes vassallos delRey primeiro lugar que aos infanções, tenho pera mi, que diffirião pouco: ainda que nas doações do Duque de Bragança, lhe chama el Rey nosso vassallo; tambem o diz a homens ordinarios muyto menores. Por quanto infanções, erão home~s nobres, que agora dizemos fidalgos, ou hidalgos, senhores de terras, posto que piquenos, sem a jurisdicção dos ricos home~s, ou Reguengos Reais, ou prazos da Coroa, ou alcaides mores. (*Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande, 1629*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio

Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[3]ANDRADE, Miguel Leitão de. Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa... com mtas. curiozidades e poezias diversas / por Mighel Leitão d^aAndra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629.

Infante – Era estilo antigo nomearem-se os Infantes nas doações e escrituras tanto q[ue] nascião. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. Liv. 15. c.28. [1]

Fr. Luiz de Sousa nomeando a senhora D. Constança Sanches filha bastarda del Rei D. Sancho I diz q[ue] aquella idade lhe chamava Infanta, e q[ue] não era erro grande, q[u]ando às legitimas dava o nome de Rainhas. Hist. de S. Doming. part.1. L.3. c.4. [2]

O Chronista mor Fr. Antonio Brandão, Mon. Lus. tom.3. L.8. c.12. [3] mostra porem o pouco fundamento com q[ue] o P[adr]e Fr. Luiz de Sousa no sobredito lugar dá o referido titulo a D. Constança Sanches.

O Sº Rei D. Affonso Henriques, assim durante o gov[ern]o de sua mãe, como depois de a ter della desapossado em junho de 1128, se intitulou constantem[en]te Infans até Nov[embro] da Era de 1174, e dahi em diante Princeps até a epoca da batalha do campo de Ourique, em Julho do an[o] 1139. Chron. Gothorum ou Lusitana, Mon. Lusit. part. 3. p. 370. [4]

[...]era estilo antigo nomearemse os Infantes nas doações e escrituras tanto que nascião [...]. (*Quarta Parte da Monarquia Lusitana*, 1632)

[...]senhora dona Constança Sanches filha bastarda del Reiy dom Sancho primeiro, que aquella idade chamava Infante, e não era o erro grande, quando às legitimas dava o nome de Rainhas. (*Historia de S. Domingos*, 1767)

[...]o Senhor D. Affonso Henriques, assim durante o governo de Sua Mãe, como depois de a ter dele desapossado em Junho de 1128 (Er. 1166) (3) [(3) *Chronica Gothorum* ou *Lusitana* na *Monarch. Lus. P. III. Append. 1. p. m. 370.*] se intitulou constantemente *Infans*, até Nov. Da Er. 1174. (1) [longa nota de rodapé sobre documentos que contém a palavra *Princeps*] e dahi em diante *Princeps*, até a época da Batalha do Campo de Ourique, em julho do anno 1139 (Er. 1177). [...].

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. *Quarta Parte da Monarquia Lusitana* que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). *Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal*. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronista dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[3]BRANDÃO, Frei Antonio. *Terceira Parte da Monarchia Lvsitana*. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, &

Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[4]Pedro José da Fonseca omite a fonte de onde retirou o trecho, que encontra-se, de fato, em RIBEIRO, João Pedro (1758-1839). Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro. Tomo I. Lisboa Na Typographia da mesma Academia 1810. Sobre essas *Dissertações*: “[...] saíram: o 1.º tomo em 1810; o 2.º em 1811; fez-se outra edição em 1857, o 3.º (*Parte I e II*) em 1813; o 4.º (*Parte I*), 1819, (*Parte II*), 1829; e o 5.º em 1836.” [*]. Sobre o autor João Pedro Ribeiro: “[...] 1798, ano em que foi eleito a 13 de Fevereiro sócio efectivo da Academia Real das Ciências” [**]. A partir dessas referências fica clara a ligação entre Pedro José da Fonseca e João Pedro Ribeiro.

[*]Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VI, págs. 263-265.

[**]Idem.

Invocação dos Santos nas Batalhas. Os Portuguezes primeiram[en]te nas batalhas contra Mouros sempre invocarão Santiago como os mais Hespanhoes, nas batalhas porem contra Castelhanos invocavão a S. Vicente. A invocação a S. Jorge se introduzio em Portugal pelos Inglezes, q[uan]do com o Duque de Lambrix Edmundo Infante de Inglaterra vierão em ajuda del Rei D. Fernando, e se ficou conservando, p[o]r q[ue] el Rei D. João em 1381 tomou a este Santo p[o]r Patrão e advogado do Reino, q[uan]do com santo valor o libertou. Fr. F. Brand. Mon. part. 6. l.19. c.14. [1]

Veja se o Agiologio Lusit. tom.2. pag.690 [cl.?] 1. Letr. [C?]. [2]

Os Portuguezes primeiramente nas batalhas contra Mouros sempre invocarão Santiago como os mais Hespanhoes, nas batalhas porem contra Castelhanos invocavão a S. Vicente. A invocação a S. Jorge se introduzio em Portugal pelos Inglezes, quando com o Duque de Lambrix Edmundo Infante de Inglaterra vierão em ajuda del Rei D. Fernando, e se ficou conservando, porque el Rei D. João em 1381 tomou a este Santo por Patrão e advogado do Reino, quando com santo valor o libertou. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2]CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Janeiras e Mayas – erã cantigas supersticiosas, q[ue] se usavão antigam[en]te no 1º dia de Janeiro, e de Maio. A camera de Lisboa as vedou em tempo del Rei D. João I. Fer. Lopes Chron. del Rei D. J. I. part.2. c.4. [1]

Consta do proprio assento ou termo publico do Senado escrito em hum Livro antigo do Archivo da Camera fol. 113 ib: “segunda feira vespera de Santa Maria de Agosto depois de comer q[ue] forão 14 d’Agosto era 1423 na Camera estando todos juntamente accordarão q[ue]... Nem tambem se cantem Janeiras, nem Maías, nem se lance cal às portas sob titulo de Janeiro; nem se furtem aguas, nem se lancem sortes, se bitem aguas, nem se faça outra alg[um]a obra, nem observancia, como se antes fazia; e q[ue] tambem p[ar]a Maías e Janeiras ninguem empreste bestas, vestidos ou joias”. Fr. Man. dos Santos Mon. part. 8. L.23. c.38. [2]

[...] na Cidade, & nem seu termo [...] nenhu nom cantasse janeiras, nem mayas (*Chronica delRey D. João I, 1644*)

[...] consta do proprio assento, ou termo publico do Senado escrito em hum livro antigo do Archivo da Camera fol. 113. *ib*: “Segunda feira vespera de Santa Maria de Agosto depois de comer, que foraõ 14. de Agosto era 1423. na Camara estando todos juntamente; accordaraõ, que [...] Nem tambem se cantem Janeiras, nem mayas, nem se lance cal às portas sob titulo de Janeiro; nem se furtem aguas, nem se lancem sortes, se bitem aguas, nem se faça outra alguma obra, nem observancia, como se antes fazia; e que tambem para mayas, e Janeiras ninguem empreste bestas, vestidos, ou joyas [...]”. (*Oitava Parte da Monarquia Lusitana, pp.758-759, 1729*)

[1] LOPES, Fernão, 1380?-1460. *Chronica Del Rey D. Ioam I. De Boa Memoria, E dos Reys de Portvgal o Decimo. Primeira Parte. Em Qve se contem A Detensam Do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade Del Rey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez. Anno del644. Em Lisbôa. Com todas as licenças necessárias. A custa de Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S.*

[2] O trecho encontra-se, de fato, no capítulo 39 de SANTOS, Frei Manoel dos. *Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.*

Jantar del Rei. Era costume de nossos Reis visitar quasi todos os annos o Reino. Q[uan]do pois fazião as taes jornadas, se lhes dava em cada villa o gasto p[ar]a a sustentação da gente q[ue] o acompanhavão; era porem isto q[uan]do elles como supremos Ministros da justiça a hião administrar, q[ue] só neste caso se lhe contribuia, e a esta contribuição chamavão o jantar del Rei. Na torre do Tombo ha hum livro, em q[ue] estão taxados os jantares de todas as Cidades, Villas, Mosteiros, cabidos e Ordens Militares. Que se pagasse na occasião em q[ue] elles hião fazer justiça declarou el Rei D. Dinis em hum dos manifestos, q[ue] publicou contra o Inf[an]te D. Affonso seu filho, q[uan]do se levantou contra elle, lhe usurpava esta colheita. Não sendo (diz el Rei) senão p[ar]a jantar do Rei, q[uan]do vão pelas terras fazer justiça. Este jantar era certa imposição de mantimentos p[ar]a a casa e pessoa del Rei, q[uan]do hia fazendo justiça pelo Reino. Fr. Fran. Brand. Mon. p.5. L.16. c.27. [1]

[...]Era costume de nossos Reys naqueles tempos visitar quasi todos os annos o Reyno [...].

Quando os Reys assi fazião as taes jornadas, se lhe dava em cada villa o gasto para a sustentação da gente que o acompanhava: era porem isto quando elles como supremos Ministros da justiça a hião administrar, que só neste caso se lhe contribuia, e a esta contribuição chamavão, *o jantar delRey*. Na torre do Tombo ha hum livro em que estão taxados os jantares de todas as Cidades, Villas, Mosteiros, Cabidos, e Ord~es militares. Que se pagassem na occasião em que elRey hia fazer justiça, declarou o nosso Rey Dõ Dinis em hum dos manifestos que publicou contra o Infante D. Afonso seu filho, quando se levantou contra elle, lhe usurpava esta colheita. *Não sendo* (diz elRey) *senão para jantar do Rey, quando vão pellas terras fazer justiça*. [...] assi que o jantar era entre nos certa imposição de mantimento para a casa, e pessoa delRey, quando hia fazer justiça pello Reyno. (*Monarquia Lusitana*, pp. 53f-53v, 1650)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00281.

Judeos. Os judeos desde tempos muito antigos, e antes ainda q[ue] Jesu Christo nosso salvador viesse ao mundo, se achão de vivenda estabelecidos na Hespanha. Espalhados p[o]r diversas terras desta provincia, e sugeitos sempre ao dominio daquelles povos, q[ue] em revoluções p[o]r conquista a possuirão e senhorearão. Os q[ue] em Portugal existião, q[uan]do este ganhado aos Mouros, se erigio sobre si em Reino, obtiverão do nosso primeiro Soberano a conservação daquellas residencias, em q[ue] precedentemente vivião.

Depois tanto chegarão elles a se introduzir no favor dos seguintes Reis, q[ue] algumas vezes os preferião nos officios publicos aos christãos. Disto reprehendeo o Papa Gregorio IX publicam[en]te a el Rei D. Sancho II no [Decretal?] ex speciali, titulo de Judeis et sarracenis mandando o admoestar pelos Bispos de Astorga e Lugo a q[ue] remedeasse hum tal abuso. Mais lhe determinava q[ue] dando rendas Reaes a Judeo ou Mouro, constituisse hum superintendente Christão, q[ue] acudisse às vexações, q[ue] os taes costumavão fazer aos Ecclesiásticos, e em geral aos Christãos no rigor da exacção e execução, e forma da cobrança.

No tempo del Rei D. Dinis parece se continuava ainda autorizar os judeos em officios publicos, p[o]r q[ue] no 27 artigo dos 40 q[ue] em Roma derão os Ecclesiasticos contra o d[it]o Rei no anno de 1289 lhe arguirão q[ue] provia os judeos nestes officios, e sobre este favor lhes permittia andar sem sinaes, nem divisas, conforme o Concílio geral tinha ordenado, e q[ue] ulti[amen]te não permittia q[ue] os obrigassem a pagar dizimos, o q[ue] tudo então prometteo reformar, ajustando se aos Canones.

O favor de ser admittido ao serviço dos Reis lograrão os Judeos até o tempo del Rei D. Duarte, o qual fez huma lei, p[o]r q[ue] mandou q[ue] nenhum Judeo ou

Os judeos desde tempos muito antigos, e antes ainda que Jesu Christo nosso salvador viesse ao mundo, se achão de vivenda estabelecidos na Hespanha. Espalhados por diversas terras desta provincia, e sugeitos sempre ao dominio daquelles povos, que em revoluções por conquista a possuirão e senhorearão. Os que em Portugal existião, quando este ganhado aos Mouros, se erigio sobre si em Reino, obtiverão do nosso primeiro Soberano a conservação daquellas residencias, em que precedentemente vivião.

Depois tanto chegarão elles a se introduzir no favor dos seguintes Reis, que algumas vezes os preferião nos officios publicos aos christãos. Disto reprehendeo o Papa Gregorio IX publicamente a el Rei D. Sancho II no Decretal ex speciali, titulo de Judeis et sarracenis mandando o admoestar pelos Bispos de Astorga e Lugo a que remedeasse hum tal abuso. Mais lhe determinava que dando rendas Reaes a Judeo ou Mouro, constituisse hum superintendente Christão, que acudisse às vexações, que os taes costumavão fazer aos Ecclesiásticos, e em geral aos Christãos no rigor da exacção e execução, e forma da cobrança.

No tempo del Rei D. Dinis parece se continuava ainda autorizar os judeos em officios publicos, por que no 27 artigo dos 40 que em Roma derão os Ecclesiasticos contra o dito Rei no anno de 1289 lhe arguirão que provia os judeos nestes officios, e sobre este favor lhes permittia andar sem sinaes, nem divisas, conforme o Concílio geral tinha ordenado, e que ultiamente não permittia que os obrigassem a pagar dizimos, o que tudo então prometteo reformar, ajustando se aos Canones.

O favor de ser admittido ao serviço dos Reis lograrão os Judeos até o tempo del Rei D. Duarte, o qual fez huma lei, por que mandou que nenhum Judeo ou

Dsc00282

Mouro pudesse ser official d'el Rei, Rainha, Infantes, titulares, e Prelados, a qual lei confirmou seu filho el Rei D. Affonso V e anda

Mouro pudesse ser official d'el Rei, Rainha, Infantes, titulares, e Prelados, a qual lei confirmou seu filho el Rei D. Affonso V e anda

nas suas Ordenações.

No tempo del Rei D. Dinis pagavão os Judeos tirbuto como se costumava no tempo de seus antecessores. Seu filho el Rei D. Affonso IV variou o estilo e assentou com os judeos, q[ue] em lugar dos serviços particulares, com q[ue] lhe acudião, lhe pagassem 50\$ libras p[o]r anno; isto era alem do tributo ordinario, q[ue] pagavão. Este tributo ordinario taxou el Rei D. Affonso o IV nos Paços de Vallada a 10 de Nov[embr]o de 1340 e anda nas ordenações del Rei D. Affonso V.

Os Judeos de Portugal erão ao certo mais ricos q[ue] os de Castella; p[o]r q[ue] se todos vivião de contratos e rendas, em Castella lhes não permittião possuir bens de raiz, como se vê nas Cortes de Madrid no anno de 1329 em q[ue] el Rei D. Affonso XI mandou q[ue] os não consentissem ter taes bens, assim já fora mandado p[o]r seu pai e avó, e bisavó. Destas Cortes tras a copia Fr. Alonso Fernandes na Historia de [Placencia?] lib. I. c.19. Em Portugal todavia tinhão elles esta franqueza, e el Rei D. Pedro moderando outros modos de proceder q[ue] com os taes judeos se usavão ordenou, q[ue] q[uan]do alg[un]s delles comprassem bens de raiz aos Christãos, ou lhe aforassem, ou [emprazassem?], arrendassem ou escambassem, presente o Juiz do lugar, ou dois Tabelliães se lhes passasse a carta de compra e venda, jurando elles primeiro q[ue] procedião sem engano.

Era tanto o q[ue] possuião os judeos, q[ue] Moyzes Navarro, Arabi mór em tempo del Rei D. Pedro e sua mulher D. Salva instituirão hu grosso morgado de m[ui]tas quintas e fazendas no termo de Lisboa, concedendo-lhe el Rei q[ue] os possuidores conservassem o appellido de Navarro (Lib. del Rei D. Pedro fol.77) El Rei D. João o I no anno de 1404 mandou q[ue] todo judeo, q[ue] não escrevesse p[o]r dia de S. Marialva todos os [fructos] e bens de raiz, q[ue] tinha, os

Dsc00283

perdesse p[ar]a o rendeiro. Tendo bens q[ue] chegassem à valia de seis mil reaes, pagava cada hum cento e vinte a el Rei, como declaração as ordenações del Rei D. Manuel Liv. 4. tit. 1. Em tempo de outros Reis se lhe variavão os tributos.

nas suas Ordenações.

No tempo del Rei D. Dinis pagavão os Judeos tirbuto como se costumava no tempo de seus antecessores. Seu filho el Rei D. Affonso IV variou o estilo e assentou com os judeos, que em lugar dos serviços particulares, com que lhe acudião, lhe pagassem 50\$ libras por anno; isto era alem do tributo ordinario, que pagavão. Este tributo ordinario taxou el Rei D. Affonso o IV nos Paços de Vallada a 10 de Novembro de 1340 e anda nas ordenações del Rei D. Affonso V.

Os Judeos de Portugal erão ao certo mais ricos que os de Castella; por que se todos vivião de contratos e rendas, em Castella lhes não permittião possuir bens de raiz, como se vê nas Cortes de Madrid no anno de 1329 em que el Rei D. Affonso XI mandou que os não consentissem ter taes bens, assim já fora mandado por seu pai e avó, e bisavó. Destas Cortes tras a copia Fr. Alonso Fernandes na Historia de Placencia lib. I. c.19. Em Portugal todavia tinhão elles esta franqueza, e el Rei D. Pedro moderando outros modos de proceder que com os taes judeos se usavão ordenou, que quando alguns delles comprassem bens de raiz aos Christãos, ou lhe aforassem, ou emprazassem, arrendassem ou escambassem, presente o Juiz do lugar, ou dois Tabelliães se lhes passasse a carta de compra e venda, jurando elles primeiro que procedião sem engano.

Era tanto o que possuião os judeos, que Moyzes Navarro, Arabi mór em tempo del Rei D. Pedro e sua mulher D. Salva instituirão hu grosso morgado de muitas quintas e fazendas no termo de Lisboa, concedendo-lhe el Rei que os possuidores conservassem o appellido de Navarro (Lib. del Rei D. Pedro fol.77) El Rei D. João o I no anno de 1404 mandou que todo judeo, que não escrevesse por dia de S. Marialva todos os fructos e bens de raiz, que tinha, os

perdesse para o rendeiro. Tendo bens que chegassem à valia de seis mil reaes, pagava cada hum cento e vinte a el Rei, como declaração as ordenações del Rei D. Manuel Liv. 4. tit. 1. Em tempo de outros Reis se lhe variavão os tributos.

O Arabi mór era o supremo magistrado, a q[ue] os Reis conferião poder e jurisdição p[ar]a administrar privativam[en]te justiça aos Judeos. As suas causas civis e criminaes se julgavão na conformid[ad]e das m[ui]tas leis e ordenações, q[ue] havia sobre o modo do seu proceder, mercadejar, e contractar, o estilo dos seus Rabelliões e Rabinos, e dos litigios entre si, e entre os Christãos. O Arabi Maior tinha repartidas as comarcas p[or] seus ouvidores, e alem destes Ministros superiores havia em cada villa hum arabi [annual?].

O juram[en]to dos Judeos em causas proprias, ou entre Christãos, era no modo seg[ui]nte como se pode ver no Livro, em q[ue] estão os Foraes de Beja, e os costumes antigos daquela Cid[ad]e, fol.19 Costume he q[ue] os Judeos dessem juras pelos cinco livros de Moyses, q[ue] elles chamão Toura, dentro a synagoga presente a parte, e o Arabi q[ue] o esconjure, e hum Porteiro do Conselho q[ue] diga a justiça, e como aquelle judeo jurou, e o juiz saiba do judeo a verdade.

O chamarem ao Pentateuco Toura, ignorase donde o derivarão, senão he do beserro, em q[ue] idolatrarão, a historia do qual crime anda escrita no Exodo, e o crime ainda continuado em alg[un]s, p[or] cuja cousa são vulgarm[en]te conhecidos p[or] veneradores do beserro. Daqui talvez se introduzio no Reino obrigar aos judeos q[uan]do sahião a esperar os Reis vindo de fora, e entrando nas villas e Cidades a q[ue] fossem com as tourinhas, q[ue] he hum costume q[ue] ainda hoje

O Arabi mór era o supremo magistrado, a que os Reis conferião poder e jurisdição para administrar privativamente justiça aos Judeos. As suas causas civis e criminaes se julgavão na conformidade das muitas leis e ordenações, que havia sobre o modo do seu proceder, mercadejar, e contractar, o estilo dos seus Rabelliões e Rabinos, e dos litigios entre si, e entre os Christãos. O Arabi Maior tinha repartidas as comarcas por seus ouvidores, e alem destes Ministros superiores havia em cada villa hum arabi annual.

O juramento dos Judeos em causas proprias, ou entre Christãos, era no modo seguinte como se pode ver no Livro, em que estão os Foraes de Beja, e os costumes antigos daquela Cidade, fol.19 *Costume he que os Judeos dessem juras pelos cinco livros de Moyses, que elles chamão Toura, dentro a synagoga presente a parte, e o Arabi que o esconjure, e hum Porteiro do Conselho que diga a justiça, e como aquelle judeo jurou, e o juiz saiba do judeo a verdade.*

O chamarem ao Pentateuco Toura, ignorase donde o derivarão, senão he do beserro, em que idolatrarão, a historia do qual crime anda escrita no Exodo, e o crime ainda continuado em alguns, por cuja cousa são vulgarmente conhecidos por veneradores do beserro. Daqui talvez se introduzio no Reino obrigar aos judeos quando sahião a esperar os Reis vindo de fora, e entrando nas villas e Cidades a que fossem com as tourinhas, que he hum costume que ainda hoje

Dsc00284

se conserva, derivado daquelle na occasião de festas p[ar]a alvoroçar e entreter o povo. Q[uan]do os Judeos sahião nesta forma, se lhes prohibia com penas gravissimas levar armas; e em particular lho prohibio el Rei D. João I no anno 1402, p[or] q[ue] se armavão brigas em q[ue] havia mortos e feridos. Entrando a Rainha D. Leonor, viuva del Rei D. Fernando em Santarem, diz a Chronica del Rei D. João I part.1. cap.31 q[ue] a vierão receber as mulheres daquela villa, e os judeos com as Touras. A primeira vez q[ue] el Rei D. João II veio a Lisboa depois da morte do Principe seu filho, escreve

se conserva, derivado daquelle na occasião de festas para alvoroçar e entreter o povo. Quando os Judeos sahião nesta forma, se lhes prohibia com penas gravissimas levar armas; e em particular lho prohibio el Rei D. João I no anno 1402, porque se armavão brigas em que havia mortos e feridos. Entrando a Rainha D. Leonor, viuva del Rei D. Fernando em Santarem, diz a Chronica del Rei D. João I part.1. cap.31 que a vierão receber as mulheres daquela villa, e os judeos com as Touras. A primeira vez que el Rei D. João II veio a Lisboa depois da morte do Principe seu filho, escreve Rui de Pina que não

Rui de Pina q[ue] não sahião os judeos com as Touras, nem os ouros co a sua dança p[o]r serem demonstrações de alegria, q[ue] então faltavão naquelles Principes.

Governarão-se os judeos p[o]r leis particulares, todas as quaes ou as mais dellas andão recompiladas na 2 p[ar]te das Ordenações del Rei D. Affonso V, e nas del Rei D. Manuel, alem de outras espalhadas pelas Chancellarias dos Rei antecedentes. No anno de 1507 estando el Rei D. manael em Thomar, como ja naquelle tempo se tinham convertido os Judeos deste Reino, ou baptizado, ordenou este Rei q[ue] dalli adiante fossem tratados misticam[ente] os Christãos, e governados pelas m[es]mas leis, e se não fizessem p[ar]a elles outras ordenações como a gente distante e separada.

Por este modo governarão elles civilm[en]te nesta agora como procedião na Religião. Huma differença se praticava com os Mouros e Judeos, e vem a ser q[ue] aos Mouros lhes davão vivenda nos arrabaldes fora das Cidades, e Villas e aos Judeos permitião viver dentro das Cid[ad]es, ainda q[ue] fechados nas judiarias e em guardas.

Vivião os judeos em sua lei e ceremonias, conservados com m[ui]ta iguald[ad]e da justiça, e tanto q[ue] p[o]r se lhes não fazer gravame, mandou el Rei D. João I em seu tempo, q[ue] nos

sahião os judeos com as Touras, nem os ouros co a sua dança por serem demonstrações de alegria, que então faltavão naquelles Principes.

Governarão-se os judeos por leis particulares, todas as quaes ou as mais dellas andão recompiladas na 2 parte das Ordenações del Rei D. Affonso V, e nas del Rei D. Manuel, alem de outras espalhadas pelas Chancellarias dos Rei antecedentes. No anno de 1507 estando el Rei D. manael em Thomar, como ja naquelle tempo se tinham convertido os Judeos deste Reino, ou baptizado, ordenou este Rei que dalli adiante fossem tratados misticamente os Christãos, e governados pelas mesmas leis, e se não fizessem para elles outras ordenações como a gente distante e separada.

Por este modo governarão elles civilmente nesta agora como procedião na Religião. Huma differença se praticava com os Mouros e Judeos, e vem a ser que aos Mouros lhes davão vivenda nos arrabaldes fora das Cidades, e Villas e aos Judeos permitião viver dentro das Cidades, ainda que fechados nas judiarias e em guardas.

Vivião os judeos em sua lei e ceremonias, conservados com muita igualdade da justiça, e tanto que por se lhes não fazer gravame, mandou el Rei D. João I em seu tempo, que nos

Dsc00285

Sabbados, q[ue] erão de guarda entre aquella gente, nas Paschoas e outras celebrid[ad]es de seu rito, não pudessem as justiças Reaes proceder contra elles, nem corressem as causas, em q[ue] ellas erão partes, pois em dias sem[elhan]tes não podião assistir nas audiencias (L.10 da Estremadura fol.198).

Estando o m[es]mo Rei em Coimbra no anno de 1392 lhe appresentou seu Physico Moyses, Arabi Maior, q[ue] então era dos Judeos, em nome de todos elles huma Bulla do Papa Bonifácio IX em q[ue] vinha incerta outra de Clemente VI seu antecessor, expedida esta em Avinhão a 5 de Julho do anno 6 de seu Pontificado, q[ue] he o de Christo de 1247 e outra em Roma a 2 de Julho do primeiro anno de seu Pontificado, q[ue] he o de 1389 na qual Bulla de Clemente se prohibia em favor dos Judeos,

Sabbados, que erão de guarda entre aquella gente, nas Paschoas e outras celebridades de seu rito, não pudessem as justiças Reaes proceder contra elles, nem corressem as causas, em que ellas erão partes, pois em dias semelhantes não podião assistir nas audiencias (L.10 da Estremadura fol.198).

Estando o mesmo Rei em Coimbra no anno de 1392 lhe appresentou seu Physico Moyses, Arabi Maior, que então era dos Judeos, em nome de todos elles huma Bulla do Papa Bonifácio IX em que vinha incerta outra de Clemente VI seu antecessor, expedida esta em Avinhão a 5 de Julho do anno 6 de seu Pontificado, que he o de Christo de 1247 e outra em Roma a 2 de Julho do primeiro anno de seu Pontificado, que he o de 1389 na qual Bulla de Clemente se prohibia em favor dos Judeos, que

q[ue] nenhum Christão os violentasse a receber Baptismo, q[ue] lhes não impedissem suas festas e solemnidad[es], q[ue] lhes não violassem seus cemiterios, e q[ue] lhes não impuzessem tributos novos fora daquelles, q[ue] se costumavão nas Províncias, aonde residião; tudo o qual já estava mandado p[or] outros Sumos Pontífices passados, q[ue] com accordo da pastoral vigilancia usavão estas franquezas e permissões à nação Hebreia; e el Rei mandou p[or] provisão sua de 17 de Julho, q[ue] se lhes fosse guardando pontualm[en]te.

O fim destes favores e permissões era p[ar]a q[ue] com a communicacão se affeioassem os Judeos à nossa Fé, e a este fim se lhes mandava fazer sermões em certos dias, humas vezes nas synagogas, e outras os mandavão vir aos adros fora das nossas Igrejas. Junto ao Alpendre da Igreja de Santa Maria dos Olivaes da Villa de Thomar havia humas casas de vigarios com hum pulpito de pedra pela banda de fora, o qual servia de fazerem em dias determinados as praticas aos Judeos e Mouros, como alcançou p[or] informação dos antigos

Dsc00286

Pedro Alvares Secco indo fazer o Tombo daquella Igreja nos ultimos annos del Rei D. João III. Este costume, q[ue] havia em Thomar, se usava em todo o mais Reino.

Q[uan]do se consentio alg[un]s Judeo ou Mouro era tratado com m[ui]to respeito, e igualm[en]te castigado q[ue]m o [doentava?]. Huma lei q[ue] anda no Livro dos foraes e costumes de Beja fol. 12 diz assim: Costume he q[ue] quem chamar ao q[ue] he de outra lei, e se volver Christão, pague sessenta soldos ao Alcaide. Aos q[ue] se convertião deo el Rei D. João I no anno de 1422 estando no primeiro de Novembro em Portugal, privilegio q[ue] ainda q[ue] tivesse quantia da fazenda p[ar]a poder no cavallo, e servir com elle, conforme o Regim[en]to das Coudelarias, elles todavia não fossem obrigados. Se o q[ue] se convertia, tornava outra vez a retroceder, e voltar ao Judaismo, era lei já do tempo del Rei D. Affonso o II q[ue] se não tornasse a Fé, sendo admoestado, perdesse a vida, e el Rei D. Affonso V accrescentou q[ue] se o tal Apostata houvesse

nenhum Christão os violentasse a receber Baptismo, que lhes não impedissem suas festas e solemnidades, que lhes não violassem seus cemiterios, e que lhes não impuzessem tributos novos fora daquelles, que se costumavão nas Províncias, aonde residião; tudo o qual já estava mandado por outros Sumos Pontífices passados, que com accordo da pastoral vigilancia usavão estas franquezas e permissões à nação Hebreia; e el Rei mandou por provisão sua de 17 de Julho, que se lhes fosse guardando pontualmente.

O fim destes favores e permissões era para que com a communicacão se affeioassem os Judeos à nossa Fé, e a este fim se lhes mandava fazer sermões em certos dias, humas vezes nas synagogas, e outras os mandavão vir aos adros fora das nossas Igrejas. Junto ao Alpendre da Igreja de Santa Maria dos Olivaes da Villa de Thomar havia humas casas de vigarios com hum pulpito de pedra pela banda de fora, o qual servia de fazerem em dias determinados as praticas aos Judeos e Mouros, como alcançou por informação dos antigos

Pedro Alvares Secco indo fazer o Tombo daquella Igreja nos ultimos annos del Rei D. João III. Este costume, que havia em Thomar, se usava em todo o mais Reino.

Quando se consentio alguns Judeo ou Mouro era tratado com muito respeito, e igualmente castigado quem o doentava. Huma lei que anda no Livro dos foraes e costumes de Beja fol. 12 diz assim: *Costume he que quem chamar ao que he de outra lei, e se volver Christão, pague sessenta soldos ao Alcaide.* Aos que se convertião deo el Rei D. João I no anno de 1422 estando no primeiro de Novembro em Portugal, privilegio que ainda que tivesse quantia da fazenda para poder no cavallo, e servir com elle, conforme o Regimento das Coudelarias, elles todavia não fossem obrigados. Se o que se convertia, tornava outra vez a retroceder, e voltar ao Judaismo, era lei já do tempo del Rei D. Affonso o II que se não tornasse a Fé, sendo admoestado, perdesse a vida, e el Rei D. Affonso V accrescentou que se o tal Apostata houvesse sido sempre Christão, este sem proceder

sido sempre Christão, este sem proceder admoestação, fosse logo morto. No modo em q[ue] os filhos, q[ue] se convertião à Fé, havião de herdar os pais Judeos, ha ordenações excellentes e ajustadas destes Reis ambos.

Se o convertido era casado, obrigava o el Rei D. João I (L.4 deste Rei fol.64) à instancia dos Judeos, e p[or] conselho do Bispo de Lisboa D. Gil Alma, q[ue] desse guete a sua mulher. Era guete instrumento publico feito em Hebraico, tirado do formulario de suas constituições, pelo qual se dava p[or] desquite da mulher, e ella ficava livre p[ar]a poder casar com outro, q[ue] sem o guete, a não queria acceitar, reputando-a p[or] casada ainda com o 1º marido. El Rei D. Affo[ns]o 5 ordenou q[ue] o judeo, q[ue] se fez Christão, conservasse a mulher hum anno, e q[ue] se neste tempo ella não quizesse acceitar a lei de Christo, elle então cumprido o anno, lhe desse o guete.

P[ar]a q[ue] não excedessem os judeos suas permissões, havia

admoestação, fosse logo morto. No modo em que os filhos, que se convertião à Fé, havião de herdar os pais Judeos, ha ordenações excellentes e ajustadas destes Reis ambos.

Se o convertido era casado, obrigava o el Rei D. João I (L.4 deste Rei fol.64) à instancia dos Judeos, e por conselho do Bispo de Lisboa D. Gil Alma, que desse guete a sua mulher. Era guete instrumento publico feito em Hebraico, tirado do formulario de suas constituições, pelo qual se dava por desquite da mulher, e ella ficava livre para poder casar com outro, que sem o guete, a não queria acceitar, reputando-a por casada ainda com o primeiro marido. El Rei D. Affonso Quinto ordenou que o judeo, que se fez Christão, conservasse a mulher hum anno, e que se neste tempo ella não quizesse acceitar a lei de Christo, elle então cumprido o anno, lhe desse o guete.

Para que não excedessem os judeos suas permissões, havia

Dsc00287

guardas nas judiarias, postos p[or] el Rei, era lhes prohibido com graves penas o andar fora das judiarias depois do [tanger?] as ave marias, deixando-lhes o dia livre suas negociações e contratos. Em particular acudio el Rei D. Pedro (L. del Rei D. Pedro f.124) a impedir q[ue] as mulheres christãs tivessem conversação com os Judeos e Mouros, advertidos p[or] alg[um]s zelosos q[ue] p[ar]ceavam ellas com pessoas destas leis. O q[ue] sabido mandou com pena de morte q[ue] nenhuma mulher christã fosse à judiaria, salvo a comprar mercadorias em compahia de dois homens christãos, sendo casada, e de hum sendo viuva ou solteira, as quaes seriam sem suspeita. a m[es]ma pena de morte impoz ao Judeo ou Mouro, q[ue] recolhesse mulher christã em sua casa.

No tempo do Papa Innocencio III em q[ue] os Judeos e Mouros vestião o m[es]mo trajo q[ue] os Christãos, ao menos em alg[um]as Provincias, havia maior motivo p[ar]a os Christãos peccarem em elles, q[ue] foi a causa daquelle Pontifice os obrigar a trazer divisas e sinaes diff[er]entes como consta da Estravagante, In nonnullis.

guardas nas judiarias, postos por el Rei, era lhes prohibido com graves penas o andar fora das judiarias depois do tanger as ave marias, deixando-lhes o dia livre suas negociações e contratos. Em particular acudio el Rei D. Pedro (L. del Rei D. Pedro f.124) a impedir que as mulheres christãs tivessem conversação com os Judeos e Mouros, advertidos por alguns zelosos que p[ar]ceavam ellas com pessoas destas leis. O que sabido mandou com pena de morte que nenhuma mulher christã fosse à judiaria, salvo a comprar mercadorias em compahia de dois homens christãos, sendo casada, e de hum sendo viuva ou solteira, as quaes seriam sem suspeita. a mesma pena de morte impoz ao Judeo ou Mouro, que recolhesse mulher christã em sua casa.

No tempo do Papa Innocencio III em que os Judeos e Mouros vestião o mesmo trajo que os Christãos, ao menos em algumas Provincias, havia maior motivo para os Christãos peccarem em elles, que foi a causa daquelle Pontifice os obrigar a trazer divisas e sinaes differentes como consta da Estravagante, In nonnullis.

Daquele tempo em diante devião em Portugal andar tambem em sinaes Mouros e Judeos, q[uan]do não aja a sem o seu proprio trage elles só consta q[ue] andassem com sinal desdo tempo de el Rei D. Affonso IV q[ue] p[o]r acção propria deste Rei lho cantou Affonso Giraldes nas rimas q[ue] fez da batalha de Sallado, em q[ue] se achou, e assim não devia el Rei D. Dinis satisfazer nessa p[ar]te o promettido no artigo 27 referido acima.

E fez bem aos criados seus,
E grão honra aos criados,
e fazer a todos os Judeos
Trazer sinaes divisados.
E os Mouros Almexias,
Que os pudessem conhecer;
Todas estas corteziias
Este Rei mandou fazer.

Daquele tempo em diante devião em Portugal andar tambem em sinaes Mouros e Judeos, quando não aja a sem o seu proprio trage elles só consta que andassem com sinal desdo tempo de el Rei D. Affonso IV que por acção propria deste Rei lho cantou Affonso Giraldes nas rimas que fez da batalha de Sallado, em que se achou, e assim não devia el Rei D. Dinis satisfazer nessa parte o promettido no artigo 27 referido acima.

E fez bem aos criados seus,
E grão honra aos criados,
e fazer a todos os Judeos
Trazer sinaes divisados.
E os Mouros Almexias,
Que os pudessem conhecer;
Todas estas corteziias
Este Rei mandou fazer.

Dsc00288

Pelo dissenso do tempo se forão os Judeos descuidando destas divisas e sinaes, e fazendo se queixa a el Rei D. João I q[ue] a maior p[ar]te delles os não trazião, e q[ue] alguns q[ue] os trazião era só com duas pernas ou tres, e estes dois cozidos e encubertos p[ar]a se não [cairem?], mandou q[ue] todos os Judeos de seu senhorio trouxessem sinaes vermelhos de seis pernas tão grandes, como o seu [selo?] redondo, os quaes porião no peito acima da boca do estomago e nas roupas exteriores q[ue] trouxessem sobre os vestidos, e q[ue] andassem as taes divisas patentes e descobertas, sob a pena q[ue] alli impunha. Foi isto em Evora a 20 de Fev[er]e[r]jo de 1391. Com estas divisas continuarão até o tempo del Rei D. Manuel, em q[ue] forão baptizados. Fr. F. Brand. Mon. part. 6.L.18.cd.4 e 5. [1]

Em tempo d'el Rei D. Sancho II era costume darem os Judeos p[ar]a cada náou galé, q[ue] el Rei armava huma ancora, e huma aamarra, q[ue] assim constou da Inquirição q[ue] el Rei D. Dinis fez sobre isto, q[uan]do reformou a milícia naval, e a entregou ao Almirante Paçagni. Ib Ibid. p.5. L.16. c.12. [2]

El Rei D. Fernando estando em Lisboa aos 17 de Julho de 1371 isentou os judeos da d[it]a Cid[ad]e de servirem de melhor galés, e acarritar biscouto, ou em outro qualquer

Pelo dissenso do tempo se forão os Judeos descuidando destas divisas e sinaes, e fazendo se queixa a el Rei D. João I que a maior parte delles os não trazião, e que alguns que os trazião era só com duas pernas ou tres, e estes dois cozidos e encubertos para se não cairem, mandou que todos os Judeos de seu senhorio trouxessem sinaes vermelhos de seis pernas tão grandes, como o seu selo redondo, os quaes porião no peito acima da boca do estomago e nas roupas exteriores que trouxessem sobre os vestidos, e que andassem as taes divisas patentes e descobertas, sob a pena que alli impunha. Foi isto em Evora a 20 de Fevereiro de 1391. Com estas divisas continuarão até o tempo del Rei D. Manuel, em que forão baptizados. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

Em tempo d'el Rei D. Sancho II era costume darem os Judeos para cada náou galé, que el Rei armava huma ancora, e huma aamarra, que assim constou da Inquirição que el Rei D. Dinis fez sobre isto, quando reformou a milícia naval, e a entregou ao Almirante Paçagni. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

El Rei D. Fernando estando em Lisboa aos 17 de Julho de 1371 isentou os judeos da dita Cidade de servirem de melhor galés, e acarritar biscouto, ou em outro qualquer ministerio pertencente aos

ministerio pertencente aos armazens, e náos, e ordenou a Pedro Affonso Veador da sua Fazenda, e a João Lobato Almoxarife das Tarecenas, q[ue] os não obrigassem a servir. Fr. Man. dos Santos. Mon. part.8. L.22. c.18. [3]

Estranharão m[ui]to os povos ao d[it]o Rei D. Fernando q[ue] admitisse Judeos no serviço da casa Real, e q[ue] lhes confiasse as Rendas Reaes, sendo elle o prim[ei]ro Rei, q[ue] introduzio a novid[ad]e em Portugal. A Rainha D. Leonor, q[uan]do p[o]r morte d'el Rei regeo este Reino, tirou os off[ici]os de Almoxarife e Rhesoureiro d'Alfandega de Lisboa aos Judeos a quem os dera o defunto Rei, e assim m[es]mo as rendas Reaes. Id. ibid. L.23. c.3. [4]

El Rei D. João I em 2 de set[embr]o de 1385 deo privileg[i]os à Villa de Santarem, p[o]r nenhum Mouro nem Judeo pudesse

armazens, e náos, e ordenou a Pedro Affonso Veador da sua Fazenda, e a João Lobato Almoxarife das Tarecenas, que os não obrigassem a servir. (*Monarquia Lusitana, 1729*)

Estranharão muito os povos ao dito Rei D. Fernando que admitisse Judeos no serviço da casa Real, e que lhes confiasse as Rendas Reaes, sendo elle o primeiro Rei, que introduzio a novidade em Portugal. A Rainha D. Leonor, quando por morte d'el Rei regeo este Reino, tirou os officios de Almoxarife e Rhesoureiro d'Alfandega de Lisboa aos Judeos a quem os dera o defunto Rei, e assim mesmo as rendas Reaes. (*Idem*)

El Rei D. João I em 2 de set[embr]o de 1385 deo privilegios à Villa de Santarem, por nenhum Mouro nem Judeo pudesse

Dsc00289

ter off[ici]o publico, nem ser rendeiro na mesma villa. Id. ibid. e [idi?]. [5]

Ao sobr[edit]o Rei D. Fernando se queixarão os Judeos da Villa de Leiria, q[ue] os Christãos da terra os agravavão, e fazião g[rand]es desprezos na occasião da semana santa: mandou el Rei q[ue] as Justiças o impidão, e defendão aos judeos; e a estes q[ue] naquelles dias não possam sahir de casa: e a pessoa q[ue] os agravar, pague 10 libras p[o]r cada vez. Torres Novas 29 de março de 1378 – Id. ibid. c.32. [6]

Os Judeos e Mouros de Lisboa não trazião divisa, ne querião pagar os dizimos das terras q[ue] compravão aos Christãos. O Papa Gregorio IX p[o]r informação do Bispo da Cid[ad]e D. Sueiro Viegas II do nome os obrigou a ambas as coisas. D. Rod. da Cunha. Hist. Eccl. de Lisb. part.2. c.26. num.9. fol.120. col. 4. [7]

Os judeos castelhanos q[ue] de Portugal não sahirão nos termos limitados, mandou el Rei D. João II em 1493 tomar p[o]r captivos seg[un]do a condição, e lhos tomou os filhos e filhas pequenos, q[ue] assim erão captivos, e os mandou ternar todos christãos, e viviam todos à ilha de S. Thomé, p[ar]a q[ue] sendo afastados dos pais e suas doutrinas, e de q[ue]m lhes pudesse fallar na lei de Moysés fossem bons Christãos, e tambem p[ar]a q[ue] crescendo e casando se pudesse com elles povoar a d[it]a

ter officio publico, nem ser rendeiro na mesma villa. (*Idem*)

Ao sobredito Rei D. Fernando se queixarão os Judeos da Villa de Leiria, que os Christãos da terra os agravavão, e fazião grandes desprezos na occasião da semana santa: mandou el Rei que as Justiças o impidão, e defendão aos judeos; e a estes que naquelles dias não possam sahir de casa: e a pessoa que os agravar, pague 10 libras por cada vez. Torres Novas 29 de março de 1378 (*Idem*)

Os Judeos e Mouros de Lisboa não trazião divisa, ne querião pagar os dizimos das terras que compravão aos Christãos. O Papa Gregorio IX por informação do Bispo da Cidade D. Sueiro Viegas II do nome os obrigou a ambas as coisas. (*Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa, 1642*)

Os judeos castelhanos que de Portugal não sahirão nos termos limitados, mandou el Rei D. João II em 1493 tomar p[o]r captivos segundo a condição, e lhos tomou os filhos e filhas pequenos, que assim erão captivos, e os mandou ternar todos christãos, e viviam todos à ilha de S. Thomé, para que sendo afastados dos pais e suas doutrinas, e de quem lhes pudesse fallar na lei de Moysés fossem bons Christãos, e tambem para que crescendo e casando se pudesse com elles povoar a d[it]a ilha, que por esta dahi em diante

ilha, q[ue] p[o]r esta dahi em diante foi em
crescim[en]to. Garc. de Rez. Chr. del Rei D. J. II
c.178. [8]

Manoel de faria e Sousa na Europa
Portuguesa, tom.2 part.3. cap.4. n.49 e 50. [9]
refere em doudas reflexões a entrada dos judeos
em portugal pela numerosa expulsão em q[ue]
sahirão de Castella no anno de 1492. Q[uan]to
sobre isto escreve merece lêr-se. Porem aqui
som[en]te o seg[ui]nte pelas suas m[es]mas
palavras: “El Rey (D. Juan II de Portugal)
experimentando al año seguinte...que
[vanamente?] se cansaria quien pensasse reducir
aquelles coraciones endurecidos en la obtination
de sus honores los publicó a todos p[o]r esclavos
de Portugal, que

foi em crescimento. (*Chronica delRey D. João*
II, 1554)

“El Rey (D. Juan II de Portugal) experimentando
al año seguinte...que vanamente se cansaria quien
pensasse reducir aquellos coraciones endurecidos
en la obtination de sus honores los publicó a
todos por esclavos de Portugal, que

DSC 00290

era el partido con que aviam quedado. Toma les
como hazienda ya propia los hijos de edad
inocente, e los hizo passar todos a las isla de San
Thomé en education catolica, adonde p[o]r la
falta de la dotrina de sus padres la [ignorancia?],
y firmes en nuestra Religion, fuossem adelante
cultores de aquella Isla. Minister era que
estiviessem muy en los primeiros passos de la
inocencia para impor se este bueno pensamiento,
por q[ue] hujos desta gente dede los braços de
sus madres ya son Rabinos. Tan anticipados en la
diligencia y arte con que los enseñan. Era
tambien minister q[ue] tras elles no passasse
encubintamente alguns de sus mayores a hazerlos
recuerdo de su origen todo esto era bien difficil
de vedar se. Pero las deligencias de nuestro
Principe [p..?] las que podia dar de si el gobierno
humano, y la vigilancia mental. No sin dolor
dizimos esta memoria p[o]r aver se mudado con
nuestras familias (que asta este tiempo no
conocia esta gente como muchos años antes la
conocia los Castelaños) una tan impia, y p[o]r
aver sido en los tiempos del mayor Reys, para
deixassem ellos de ser muchos en lo más
precioso y estimable”.

Agora p[ar]a darmos a conhecer a
qualid[ad]e dos judeos, q[ue] entrarão neste
Reino (em tempo del Rei D. João II) dizemos
q[ue] todos eles erão gente vil; mas tão soberbos,
e os seus [C...?] tão atrevidos, q[ue] conforme
escreve D. Agostinho Manoel, Vid. del Rei D.

era el partido con que aviam quedado. Toma les
como hazienda ya propia los hijos de edad
inocente, e los hizo passar todos a las isla de San
Thomé en education catolica, adonde por la falta
de la dotrina de sus padres la ignorancia, y firmes
en nuestra Religion, fuossem adelante cultores de
aquella Isla. Minister era que estiviessem muy en
los primeiros passos de la inocencia para impor
se este bueno pensamiento, por que hujos desta
gente dede los braços de sus madres ya son
Rabinos. Tan anticipados en la diligencia y arte
con que los enseñan. Era tambien minister que
tras elles no passasse encubintamente alguns de
sus mayores a hazerlos recuerdo de su origen
todo esto era bien difficil de vedar se. Pero las
deligencias de nuestro Principe las que podia dar
de si el gobierno humano, y la vigilancia mental.
No sin dolor dizimos esta memoria por aver se
mudado con nuestras familias (que asta este
tiempo no conocia esta gente como muchos años
antes la conocia los Castelaños) una tan impia, y
por aver sido en los tiempos del mayor Reys,
para deixassem ellos de ser muchos en lo más
precioso y estimable”. (*Europa Portuguesa,*
1679)

João II pag.270 mandarão dizer a seus companheiros as seguintes palavras: La tierra es buena, la gente bollas, el agora es nuestra, bien podeis venir, q[ue] todo lo será. Fr.Pedro Mont. Hist da Santa Inquis. tom.2. part. 1. cap.62. p.425. [10]

La tierra es buena, la gente bollas, el agora es nuestra, bien podeis venir, que todo lo será. (*Historia da Santa Inquisição, 1750*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lusitana, Que Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Governador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lusytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[3]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

[4]Idem.

[5]Idem.

[6]Idem.

[7]CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa : vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florescerão... / por D. Rodrigo da Cunha. - Em Lisboa : por Manoel da Sylva, 1642.

[8]REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bôdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianissimo: muito alto & muito poderofa principe el rey dom Ioam ho fegundo deste nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a este liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, coftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

[9]FARIA E SOUSA, Manuel. Europa Portuguesa. Segunda Edicion correte, ilustrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que és labor nueva. Por su autor Manuel de Faria, y Sousa Cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real. Tomo II. Dedicalo Antonio Craesbeeck de Mello al Serenissimo Principe Don Pedro Regente, y Gobernador de Portugal, &c. Lisboa. con las licencias necessarias, y Privilegio Real. A costa d'Antonio Craesbeeck de Mello Impressor de S. Alteza. Año 1679. Vendese en su Casa en la Calle de los Espingarderos en Valverde

[10]MONTEIRO, Frei Pedro. Historia da Sancta Inquisição do Reyno De Portugal, e fuas Conquiſtas. Primeira Parte. Da origem das Sanctas Inquiſições da christandade, e da Inquisição antiga que houve n'este reino, com os seus Inquisidores geraes. Offerecida ao mui alto , e poderoso Rey D. João V. Nosso Senhor. Composta pelo padre Fr. Pedro Monteiro Ulyssiponense, Doutor, e Meſtre na Sagrada Theologia, Consultor da Santa Inquisição, Prégador do numero do Senhor Infante D. Francisco, Examinador Synodal do Arcebifpado de Lisboa, das Igrejas do Infantado, e das do grande Priorado do Crato, e Academico do numero da Academia Real, Religiofo da Sagrada Ordem dos Prégadores. Livro Segundo, *Da Santa Inquisição, que houve nefte Reyno defde o Senhor Rey D. Affonfo II. até o governo do Senhor Rey D. Joaõ III., e nos mais de Heſpanha até o del Rey Catholico D. Fernando, e dos Concilios Geraes, fcifmas, e hereſias, que por eſtes tempos houveraõ na Igreja.* Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. M.DCC.L.[1750].

Judiaria. Quando portugal conquistado aos Mouros pelos Christãos, se constituiu Monarquia, os Judeos q[ue] a este tempo aqui residião de vivenda, a ficarão conservando em condição de q[ue] se lhe determinaria lugar certo, em q[ue] assistirião dentro das Villas e Cidades fechados e com guardas. Cada hum destes lugares se ficou chamando Judiaria. A de Lisboa esteve a principio no bairro da pedreira entre o Carmo e Trindade, p[or] q[ue] dando el Rei D. Dinis casar naquelle sirio ao Almirante Peçanha declará ser alli; o terreiro da Pedreira, la moravão os Judeos. Em seu tempo já era mudada p[ar]a o bairro da Conceição, aonde perseverou até se extinguir. Outra judiaria havia tambem junto a S. Pedro de Alfama, como se vê do privilegio, q[ue] el Rei D. Affonso V deo a João Vogado seu Escrivão da Fazenda, isentando-lhe de apozentadoria as cazas q[ue] elle fez da Porta da barreira até a Torre de S. Pedro q[ue] he sobre a judiaria d'Alfama, foi isto no anno de 1457. Fr. F. Brand. Mon. part.6. L.18. c.5. [1]

Quando portugal conquistado aos Mouros pelos Christãos, se constituiu Monarquia, os Judeos que a este tempo aqui residião de vivenda, a ficarão conservando em condição de que se lhe determinaria lugar certo, em que assistirião dentro das Villas e Cidades fechados e com guardas. Cada hum destes lugares se ficou chamando Judiaria. A de Lisboa esteve a principio no bairro da pedreira entre o Carmo e Trindade, porque dando el Rei D. Dinis casar naquelle sirio ao Almirante Peçanha declará ser alli; o terreiro da Pedreira, la moravão os Judeos. Em seu tempo já era mudada para o bairro da Conceição, aonde perseverou até se extinguir. Outra judiaria havia tambem junto a S. Pedro de Alfama, como se vê do privilegio, que el Rei D. Affonso V deo a João Vogado seu Escrivão da Fazenda, isentando-lhe de apozentadoria as cazas que elle fez da Porta da barreira até a Torre de S. Pedro que he sobre a judiaria d'Alfama, foi isto no anno de 1457. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Juiz de Fora. Juizes de Fora são Ministros q[ue] el Rei põe nas Villas maiores e de m[ui]to povo p[ar]a bom expediente da Justiça. O nome de Fora, passa já em titulo, dado q[ue] no principio foi só dado p[ar]a se differençarem dos Juizas Ordinarios das villas pequenas e de menos qualid[ade]es nas quaes são eleitos do corpo do povo e pelo m[es]mo povo. estes são idiotas e annuaes, servem sem estipendio presente, e sem esperança de premio futuro. Vivem livres da sugeição de resid[enci]a particular, mas não de castigo, se são comprehendidos e culpa. Os de Fora são letrados, o serviço he triennal, levão salario da fazenda Real, e vão subindo a cargos maiores, segundo a qualid[ad]e do serviço, e a conta q[ue] dão he em resid[enci]a estrita, q[ue] se lhes toma p[or] Ministros superiores. E acontece chegarem p[or] seus degrãos e merecimentos aos maiores officios q[u]e no Reino estão deputados p[ar]a este genero de letras. Fr. L. de Sous. Vid. de D. Fr. Barth. dos Marty. L.3. c.10. [1]

Juizes de Fora são Ministros que el Rei põe nas Villas maiores e de muito povo para bom expediente da Justiça. O nome de Fora, passa já em titulo, dado que no principio foi só dado para se differençarem dos Juizas Ordinarios das villas pequenas e de menos qualidades nas quaes são eleitos do corpo do povo e pelo mesmo povo. estes são idiotas e annuaes, servem sem estipendio presente, e sem esperança de premio futuro. Vivem livres da sugeição de residencia particular, mas não de castigo, se são comprehendidos e culpa. Os de Fora são letrados, o serviço he triennal, levão salario da fazenda Real, e vão subindo a cargos maiores, segundo a qualidade do serviço, e a conta que dão he em residencia estrita, que se lhes toma por Ministros superiores. E acontece chegarem por seus degrãos e merecimentos aos maiores officios que no Reino estão deputados para este genero de letras. (*Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres, 1619*)

[1]GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prêgadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na (?) Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

Dsc00296

Juiz dos Feitos del Rei era o m[es]mo q[ue] Juiz da Coroa ou dos Feitos da Fazenda. Jos. Soares da Sil. Mem. del Rei D. J. o I tom.1. L.1. c.4 num.33. [1]

era o mesmo que Juiz da Coroa ou dos Feitos da Fazenda. (*Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I, 1730*)

[1]SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

JUIZO DE DEOS

Dsc00298

Juizo de Deos. Veja-se Combate Judicial.

Justo. El Rei D. João II mandou lavrar novas moedas no anno de 1485 (Chr. del Rei D. João II c.56). A prim[eir]a foi huma de ouro, q[ue] chamarão Justo de lei, de 22 quilates, e pezo de 600 reis, e de huma p[ar]te tem nella o Escudo Real já com as Quinas direitas sem a Cruz d'Aviz, e foi esta a primeira vez, em q[ue] assim appareceo o Escudo Real depois d'el Rei D. João I o qual como foi Mestre d'Aviz, poz o Escudo Real no meio daquella Ordem, e as letras dizem: Joannes secundus R. Portugal Algar. Dominus Guiné; o qual titulo tomou tambem no m[es]mo anno, de outra p[ar]te estava el Rei armado, assentado em cadeira Real com huma espada na mão, eas letras à roda dizião: Justus et palma florebit. o justo florecerá como a palma, deste letreiro parece lhe devão a esta moeda o nome de Justo. Sev. de Far. Not. disc.4. § 30. [1]

El Rei D. João II mandou lavrar novas moedas no anno de 1485 (Chr. del Rei D. João II c.56). A primeira foi huma de ouro, que chamarão Justo de lei, de 22 quilates, e pezo de 600 reis, e de huma parte tem nella o Escudo Real já com as Quinas direitas sem a Cruz d'Aviz, e foi esta a primeira vez, em que assim appareceo o Escudo Real depois d'el Rei D. João I o qual como foi Mestre d'Aviz, poz o Escudo Real no meio daquella Ordem, e as letras dizem: *Joannes secundus R. Portugal Algar. Dominus Guiné*; o qual titulo tomou tambem no mesmo anno, de outra parte estava el Rei armado, assentado em cadeira Real com huma espada na mão, eas letras à roda dizião: *Justus et palma florebit*. o justo florecerá como a palma, deste letreiro parece lhe devão a esta moeda o nome de Justo. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

LA CERDA

Dsc00300

La cerda. Vej. Cerda.

Lago – Em huma Escritura datada no 1º de Novembro de 1296 se acha o appellido de Lago. Os q[ue] delle usavão quer Jeronymo de Quintana nas Grandezas de Madrid lib. 2. cap.99 [1] q[ue] o derivassem da Villa de Lago em Galliza. Em Madrid os havia em tempo del Rei D. João o I e em Portugal consta q[ue] em tempo d’el Rei D. Dinis tem bom lugar. Fr. F. Brand. Mon. part. 5. L.17. c.34.[1]

[Nota lateral: “1296”] [p.245frente]
Eftaua elRey ainda por eftas partes no primeiro de Nouembro [...] lhe deraõ o couto de Randim, de que fez a carta [...] foraõ testemunhas [...] Martim Gomes do Lago. Os do appellido de Lago quer Ieronimo de Quintana nas Grandezas de Madrid lib. 2. cap. 99. que o deriuaffem da villa de Lago em Galiza. Em Madrid os auia em tempo delRei D. Ioão o I, & em Portugal achamos, que em tempo delRei Dõ Dinis tinhaõ bom lugar [p.246verso]. (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana*, 1650)

[1] QUINTANA, Jeronymo de. A la muy antigua, noble y coronada villa de Madrid : historia de su antigüedad, nobleza y grandeza / por el licenciado Geronimo de Quintana [...] Madrid : En la Imprenta del Reyno: [vendese este libro en casa del autor, en el Hospital de la Latina de Madrid], 1629. Livro 2, Capítulo 99.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650. Livro XVII, Capítulo XXXIV, pp. 245-246.

Lanças, ou Lanceiros. O nome de vassallo parece se limitou no nosso Portugal aos q[ue] servião com lanças a pé, e aos Cav[aleir]os q[ue] usavão de lanças de armas. Chamarão-se Vassallos aos Cav[avaleir]os até o tempo q[ue] os Inglezes entrarão em Castella nas pretensões do Duque de Alencastro, e nos soccorros q[ue] derão a Portugal naquelles tempos. Então se introduzio chamar lanças aos homens de armas, q[ue] em Hespanha chamavão Cavalleiros. Destes cavalleiros, lanças ou homens de armas escolhião os Reis, Infantes, e Ricos Homens aquelles q[ue] lhes parecião de mais valor e confiança p[ar]a os acompanhar nas guerras em guarda particular de suas pessoas e pendões, consignando-lhes q[uan]do os acceitavão p[or] vassallos, quantias e tenças bastantes a sustentar o luzimento daquelle posto. Depois do tempo del Rei D. Fernando até el Rei D. Manuel se ampliou o titulo de Vassallos aos aquantiados, e se veio limitar aos Lanceiros. F. Fr. Brand. Mon. p.5. L.16. c.16.[1]

[...] Parece todavia que no nosso Portugal se limitou este nome de Vassalo aos que servião com lanças a pé, & aos caualeiros que usavão de lanças de armas. [...] Chamauãose cauavaleiros até o tempo que os Ingreses entrarão em Castella nas pert-eções do Duque de Alencastro, & nos soccorros que derão a Portugal naquelles tempos [...] se introduzio chamar lanças aos homens de armas, que em Hespanha chamauaõ caualeiros. Destes caualeiros, lanças, ou hom~es de armas escolhião os Reys, Infantes, & Ricos Homens aquelles que lhes parecião de mais valor, & confiança para os acompanharem nas guerras em guarda particular de suas pessoas, & pendões consignãdolhe quando os acceitauaõ por vassallos, quantias, & tenças bastâtes a sustentar o luzimento daquelle posto. [...] Depois do tempo delRei Dõ Fernando até elRei Dom Manoel se ampliou o titulo de vassallos aos aquantiados, & se veio limitar aos lanceiros, [...] (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana*, pp.31v-32v, 1650)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Leal, moeda q[ue] el Rei D. Duarte fez, e se lhe dava o nome de leaes de onze dinheiros de q[ue] 84 pagavão hum marco. Rui de Pina Chr. del Rei D. Duarte c.7. [1]

Leal, moeda de prata da volta de 12 reis, q[ue] bateo el Rei D. João II em memoria dos q[ue] lhe forão Leaes nos desgastes q[ue] teve com seu cunhado D. Diogo Duque de Viseu. Tinha de huma p[ar]te a letra Leal p[o]r baixo de huma cruz de Christo, e da outra o Escudo do Reino com o nome do Rei na Orla. Fr. A. da Purif. Chron. dos Erem. part. 2. tit.6 [parágrafo] 6. [2]

[...]moeda que el Rei D. Duarte fez, e se lhe dava o nome de leaes de onze dinheiros de que 84 pagavão hum marco (*Chronica delRey Dom Duarte, 1790*)

[...]moeda de prata da volta de 12 reis, que bateo el Rei D. João II em memoria dos que lhe forão Leaes nos desgastes que teve com seu cunhado D. Diogo Duque de Viseu. Tinha de huma parte a letra *Leal* por baixo de huma cruz de Christo, e da outra o Escudo do Reino com o nome do Rei na Orla. (*Chronica dos Eremitas, 1642*)

[1]PINA, Ruy de. Chronica d'elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[2]PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquissima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

Dsc00307

Lei Mental – assim dita, p[o]r q[ue] sem ser publicada p[o]r el Rei D. João I e só mentalm[en]te concebida, foi p[o]r elle observada e posta em execução. Seu filho el Rei D. Duarte no prim[eir]o anno de seu reinado, q[ue] foi o de 1434 a publicou a 5 de Abril em santarem aonde fizera Cortes. Por outra do m[es]mo Rei, datada em Lisboa aos 30 de Junho do referido anno se expedem e resolvem as duvidas, q[ue] sobre a prim[eir]a lei se suscitavão. Esta 2ª lei se acha na Ordenação antiga d’el Rei D. Manuel L.2. tit. 17 desde o [parágrafo] 7 até o [parágrafo] 27. Pela Lei Mental se regulou e restringio a forma em q[ue]os Donatarios, isto he, os q[ue] p[o]r mercê soberana possuem bens da Coroa, exercendo sobre elles domínio e jurisdição civil, podem gozállos em vida, e delles dispor em seu testamento.

[1] O trecho não possui referência à obra de que é oriundo, mas a forma de composição, a ortografia e a sintaxe nos levam a crer que tenha sido tirado da Monarquia Lusitana.

Leis. El Rei D. Affonso II foi quem fez as primeiras Leis geraes p[ar]a o gov[ern]o do Reino, e boa administração da justiça em 1211 primeiro anno do seu Reinado. Na Torre do Tombo ha o traslado destas leis. Fr. A. Brand. Mon. part. 4. L.13. c.21. [1]

O nosso Portugal nunca desde seu principio se governou se não pelas leis estabelecidas pelos Reis deste Reino, assim geraes como particulares; as geraes q[ue] ordenarão p[ar]a o Reino todo, e as particulares, q[ue] davão a cada villa ou Cidade, em particular, q[ue] erão os seus Foraes, usanças e costumes, como então lhes chamavão. As ordenações q[ue] agora temos, mandadas copiar lº p[or] el Rei D. Affonso V e aperfeiçoados pelos Reis subseq[uen]tes, se admittem as Leis dos Imperadores, he com a limitação do L.3. tit. 64. em q[ue] se manda julgar as materias, q[ue] não trazem peccado pelas leis dos Imperadores, ainda q[ue] os canones dispunhão o contrario; e nas q[ue] são de peccado, pela doutrina dos Canones sagrados, declarando logo q[ue] se houver Lei ou costume deste Reino, p[or] elles se julgou, p[or] q[ue] as dos Imperadores só são admittidas pela boa razão, com q[ue] se fundão. F. F. Brand. Mon. part.5. L.16. c. 84. [2]

El Rei D. João 2 era mui justo, e amigo da justiça, e nas execuções della mui temperado, sem fazer differença de pessoas altas nem baixas; nunca p[or] seus desejos, nem vontade a deixou inteiram[en]te de cumprir; e todas as leis q[ue] fazia compriatão perfeitamente, como se fora sугeito a ellas. Defendeo as sedas, e nunca mais as vestio; defendeo as mulas, e sendo m[ui]to doente nunca mais em mula cavalgou, defendeo os jogos, e nunca jogou jogo [de peso?]. Garc. de Rez. Chr. del R. D. J. II no principio.[3]

[...]E assi o primeiro Rey que nos parece pos em ordem Leys gèraes pera todo o Reyno, foy elRey Dom Afonso o Segundo. [...]governo de seus Reynos, e administração da justiça [...]. Ha na Torre do Tombo o treslado destas Leys [...].

No anno primeiro que reinou [...]. (Monarquia Lusitana, p.106, 1632)

O nosso Portugal nunca desde seu principio se governou senão pelas leis estabelecidas pelos Reys deste Reyno, assi geraes, como particulares; as geraes que ordenarão para o Reyno todo, e as particulares, que davão a cada Villa, ou Cidade em particular, que erão os seus foraes, usanças, e costumes, como então lhes chamavão. As ordenações que agora temos, mandadas copiar primeiro por elRey D. Afonso Quinto, e aperfeiçoados pelos Reys subsequentes; se admittem as leys dos Emperadores, he com a limitação do livro 3. tit. 64. em que se manda julgar as materias, que não traze~ peccado, pelas leis dos Emperadores, aindaque os canones disponhão o contrario; e nas que são de peccado, pela doutrina dos Canones sagrados, declarando logo, que se ouver ley ou costume deste Reyno, por elles se julgue, porque as dos Emperadores só são admittidas pela boa razão em q' se fundão. *(Monarquia Lusitana, 1650)*

[...]era muy justo e amigo da justiça e nas execuções della te~pado (sic), sem fazer defer~ença de pessoas altas n~e baixas: n~uca por seus desejos, n~e vontade ha deixou inteiram~ete de cõprir: e todaslas leys q' fazia cõpria tam perfeitamente, como se fora sojeito a ellas. Defendeo as sedas, e n~uca mais as vestio; defendeo as mulas, e sendo muito do~ete nunca mais em mula cavalgou defendeo os jogos e n~uca jugou jogo defeso [...].*(Chronica delRey D. João II, 1554)*

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa

em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impressor del Rey. Anno 1632.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lusytana. Que contem a hystoria dos primeiros 23. annos Del Rei D. Dinis. Offerecida à Real Magestade del Rey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Escrita pelo Doutor Frei Francisco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronista Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Consciencia, & Ordens. Com todas as licenças neccessarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[3] REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Resende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bõdades: magnanimo efforço, excelentes costumes & manhas & muy craros feitos do christianissimo: muito alto & muito poderoso principe el rey dom Ioão ho segundo deste nome: & dos Reis de Portugal ho trezeno de gloriosa memoria: começado de seu nascim~ento & toda sua vida ate ha ora de sua morte: cõ outras obras ~q adiante se fezu~e. Vay mais acresc~etado nouamente a este liuro h~ua Miscellanea ~e trouas do mesmo auctor & h~ua variedade de hystorias, costumes, casos, & cousas que em seu t~empo accõtecerã. 1554.

Dsc00309

Leites. A nobre, e antiga familia dos Leites traz sua origem de tres irmãos fidalgos, q[ue] vierão do Reino de França, com o Conde D. Henrique, tronco dos Reis de Portugal; o prim[ei]r[o] ficou em Galliza, onde fez casa; o seg[un]do, entre Douro e Minho, onde tem o seu solar, e a quinta do Barroão, situada no Concelho de Cabeceiras de Basto, com seu Morgado. Carvalh. da Costa *Corogr. Portug.* tom.2. trat.8. c.11. p.621. [1]

A nobre, e antiga familia dos Leites traz sua origem de tres irmãos fidalgos, que vierão do Reino de França, com o Conde D. Henrique, tronco dos Reis de Portugal; o primeiro ficou em Galliza, onde fez casa; o segundo, entre Douro e Minho, onde tem o seu solar, e a quinta do Barroão, situada no Concelho de Cabeceiras de Basto, com seu Morgado. (*Corografia Portugeza, 1706-1712*)

[1]COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.

Leitões. Diogo Gonçalves q[ue] se achou na batalha da Campo de Ourique foi filho de Gonçalo Oveques o q[ue] fundou o Mosteiro de Cete. Casou com D. [Maria?] Mendes, irmã de D. Fernando Mendes de Bragança, cunhado del Rei D. Aff[ons]o Henriques. Deste fidalgo (conforme o Conde D. Pedro no tit. 34) descendem p[o]r fema os Leitões. As suas armas são tres faxas de vermelho em campo de prata, e p[o]r tymbre hum Leão de Prata com huma faxa de vermelho. Fr. A. Brand Mon. p.3. L.10. c.4. [1]

Julgo appellido dos Leitões e principios desta familia trata com particular individuação como propria Miguel Leitão de Andrada na Misc. Dial. 19 desde pag. 608 até pag.618. [2]

Fr. Luiz de Sousa, Hist. de S. Domingo part.3. l.6. c.7. fallando de hum religioso da sua ordem, diz: “Era Fr. Estevão (Leitão) m[ui]to nobre p[o]r geração e parentes, sem embargo q[ue] de presente não ha casa importante deste appellido.” [3]

Diogo Gonçalves foi filho de Gonçalo Oveques o que fundou o mosteiro de Cete. Casou com Dona Vrraca Mendes irmã de Dom Fernão Mendes de Bragança, cunhado del Rey Dom Afonso Henriques. Deste fidalgo (conforme o Conde Dom Pedro no titulo 34.) descendem [...] [1] por fema os Leitões, [...]. As suas armas [...]. [...] são tres faxas de vermelho em campo de prata, e por timbre hum Leão de prata com hua faxa de vermelho. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[...] Era Frey Estevão muito nobre por geração, e parentes, sem embargo, que de presente não ha Casa importante no Reyno deste appellido. (*Historia de S. Domingos*, 1767)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] ANDRADE, Miguel Leitão de. Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa... com mtas. curiosidades e poezias diversas / por Mighel Leitão d^a Andra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629.

[3] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[1] os Freitas por varonia, e os Duroos;

Lemos. Os progenitores da casa e familia dos Lemos em Portugal, trazem sua origem da Galliza dos Senhores de Lemos, Condes de Amarante, q[ue] são cabeça della em Castella, e os senhores de Trofa em Portugal, q[ue] trazem p[o]r Armas em campo vermelho cinco cadernas de luas crescentes de ouro com aspa apontadas. Timbre huma Aguia vermelha, armada de prata, assentada sobre hum ninho de sua côr com huma caderna nos peitos. Carvalh. da Costa. Corog. Port. tom.2 c.12. p.160. [1]

[...]progenitores desta casa, e familia dos Lemos em Portugal, que trazem sua origem d Galiza dos senhores de Lemos, Condes de Amarante, que são cabeça della em Castella, e os senhores de Trofa em Portugal, que trazem por Armas em campo vermelho cinco cadernas de Luas crescentes de ouro com aspa apontadas, Timbre hua Aguia vermelha, armada de prata, assentada sobre hum ninho de sua cor com hua caderna nos peytos. (*Corografia Portuguesa, p. 160, 1706-1712*)

[1]O trecho encontra-se, de fato, no capítulo 22 de COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.*

Dsc00315

Limas. D. Bermudo foi genro do Conde D. Henrique, e da rainha D. Theresa, casado com D. Urraca sua filha mais velha. Ficou descendencia de D. Bermudo, e da Infanta de Portugal, seg[un]do refere o Conde D. Pedro, q[ue] forão duas filhas. A seg[un]da destas filhas se chamou D. Theresa, e foi casada (seg[un]do diz o Conde D. Pedro) com Fernão de Airas Batitella, dos quaes nasceo João Fernandes o bom de Lima, e delle procedêrão outros Fidalgos deste appellido, do qual ha hoje (alem de outras casas e morgados, q[ue] não tem titulo) a Casa dos Marquezes de Ponte de Lima, antes Viscondes de Villa Nova de Cerveira. He digno de notar-se, q[ue] no contrato celebrado entre os Reis de Castella e Portugal, D. Fernando IV e D. Dinis I anno de 1297 q[ue] entre os Fidalgos q[ue] os Reis trouxerão consigo p[ar]a firmarem o d[it]o contrato, vinha da p[ar]te del Rei de Castella D. Fernando Fernandes de Lima, e da del Rei de Portugal D. João Fernandes de Lima ambos Ricos Homens, q[ue] não he pequeno indicio de nobreza, e faz m[ui]to em abono dos Fidalgos dos Limas, floresceo ella em ambos os Reinos em lugares tão levantados. Da nobreza de D. Bermudo trata o Conde D. Pedro no tit.13. Os Limas tem p[o]r Armas o escudo partido em tres pallas. A prim[ei]ra de Aragão, e as duas esquarteladas dos Silva e Souto Maior, e p[o]r Tymbre o Leão das Armas. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.9. c.23. [1]

Os Limas trazem o Leão em suas Armas p[o]r serem descendentes de huma irmã del Rei D. Aff[ons]o Henriques, filha da Rainha D. Theresa, e nela del Rei D. Affonso Vi de Leão. Sev. de Far. Not. disc. 3. [parágrafo] 15. [2]

Manuel de Faria e Sousa nas suas notas ao

Dsc00316

Nobiliario do Conde D. Pedro, Plana 94 p.632 col.1. diz: “La Familia de los Limas es muy antigua, por que el año 1033 en uu privilegio del Monasterio de Oña, dado por el Rey don

[...]Dom Bermudo foi genro da Rainha de Portugal Dona Tareja casado com Dona Urraca sua filha mais velha [...].

Ficou descendencia de Dom Bermudo, e da Infanta de Portugal, segundo refere o Conde Dom Pedro, que forão duas filhas, [...]. A segunda filha de Dom Bermudo, e da Infanta Dona Urraca se chamou Dona Tareja, e foi casada (segundo diz o Conde Dom Pedro) com Fernão de Airas Batitella, dos quais nasceo Ioão Fernandez o bom de Lima, e delle procederão outros Fidalgos deste appellido; do qual ha hoje em Portugal (sem outras casas, e morgados que não tem titulo) a casa dos Viscondes de Villa nova de Cerveira, [...]. Hua cousa em o contrato celebrado entre os Reys de Castella e Portugal Dõ Fernando Quarto, e Dom Diniz primeiro anno de mil duzentos e noventa e sete, q’ faz muito em abono dos fidalgos da familia dos lima, e he que entre os Grandes que os Reys trouxerão consigo para firmarem aquelle cõtrato vinha da parte delRey de Castella Dom Fernão Fernandez de Lima, e da del Rey de Portugal Dom Ioão Fernandez de Lima, ambos Ricos homens, que não he pequeno indicio de nobreza florescer em ambos os Reinos em lugares tão levantados. Os Limas tem por armas o escudo partido em tres pallas. A primeira de Aragão e as duas esquarteladas dos Silvas, e Souto Mayor, e por timbre o Leão das Armas.

Da nobreza de Dom Bermudo trata o Conde Dom Pedro no titulo 13. [...](*Monarquia Lusitana*, pp.104v-105, 1632)

Os Limas trazem o Leão, por serem descendentes de huma irmã delRey D. Afonso Henriques, filha da Rainha Dona Theresa, e neta delRey D. Affonso VI de Leão [...](*Noticias de Portugal*, pp.101-102, 1655-1740)

La Familia de los Limas es muy antigua, por que el año 1033 en uu privilegio del Monasterio de Oña, dado por el Rey don Bermudo Tercero de

Bermudo Tercero de Leon, confirma como Rico Home D. Diego Nuñez Baticela, q[ue] por los tiempos parece ser abuelo de don Fernando Aires Baticella, en quien el Conde empieça esta familia”. [3]

Jeronymo Corte Real no Poema do segundo cerco de Dio, cant. 16, nomeando huns Fidalgos q[ue] tinão o sobrenome de Lima, diz:

Apellido

Que a tantos deo glorioso [immortal?] nome. [4]

Leon, confirma como Rico home don Diego Nuñez Baticela, que por los tiempos parece ser abuelo de don Fernando Aires Baticela, en quien el Conde empieça esta familia. (*Nobiliario del Conde de Barcelos*, p. 632, 1646)

[...] apelido,

Que a tantos deu glorioso, imortal nome. (*Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, p.241, 1784)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lusitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, industria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nesta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nesta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[3] O trecho encontra-se à página 632 da seguinte edição, que parece assim ser a que usou Pedro José da Fonseca: CONDE D. PEDRO. Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal, traducido casigado y con nuevas ilustraciones por Manuel de Faria y Sousa, 1646.

[4]CORTE-REAL, Jerónimo. FARINHA, Bento Jose de Sousa. Sucesso do Segundo Cerco de Diu. Estando Dom Joham Mazcarenhas por Capitam da Fortaleza. Anno de 1546. Fielmente copiado da Edição de 1574. Por Bento Jose de Sousa Farinha, Professor Regio de Filozofia, e Socio da Academia das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Na Offic. De Simam Thaddeo Ferreira. Anno M. DCC. LXXXIII [1784]. Com Licença da Real Meza Censoria.

Limoeiro de Lisboa. Esta cadeia ou carcere de malfeitores, chamada limoeiro, e a casa da supplicação alli contigua ate o anno de 1755[1], foi obra sumptuosa q[ue] mandou fazer el Rei D. Manuel (Goes Chron. del Rei D. Mauel part. 4. c.85) e seg[un]do escreve o Chronista mór Fr. Francisco Brandão, Mon. Lus. part. [5]. liv.17 cap.57. aqui habitarão as Commendadeiras de santos pelos annos de 1405 q[uan]do estes Paços erão do Infante D. Duarte, filho del Rei D. João I. [2]

Esta cadeia, ou carcere de malfeitores, chamada Limoeiro, e a Casa da Supplicação alli contigua, foy obra sumptuosa, que mandou fazer ElRey D. Manoel, e segundo escreve o chronista mór Fr. Francisco Brandão, aqui habitarão as Commendadeiras de Santos pelos annos de 1405, quando estes Paços erão do Infante D. Duarte, filho de ElRey D. João I, (1) [rodapé: Goes Chron. De ElRei D. Manoel part. 4. cap. 85. Monarq. Lusit. liv. 17. cap. 57.] (*Mappa de Portugal*, p. 371, n. 288, 1762)

[1]Essa informação não consta na fonte utilizada por Pedro José da Fonseca na composição deste verbete. É adição do próprio compilador e parece se referir ao Terremoto de Lisboa de 1755.

[2]O trecho em sua inteireza encontra-se em obra muito usada por Pedro José da Fonseca na composição deste *Diccionario*. Todavia, no presente verbete, o compilador não faz citação de sua fonte: CASTRO, João Batista de. *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica*. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real*.

Lingua latina. El Rei D. Dinis, mandou q[ue] os processos e actos judiciais se escrevessem em lingoa vulgar, e não na latina, como era costume. O intento foi à imitação do seu avô el Rei D. Affonso o sabio, que ordenára o m[es]mo nos Reinos de Castella, a fim de melhorar a lingua materna, ainda q[ue] em ser zelosa a tenção de ambos sahio infructuosa nos effeitos; p[o]r q[ue] sem consederavel melhora na lingua propria se perdeo o uso vulgar da latina tão necess[ari]a. Fr. F. Brand. Mon. p.5. l.16. c.3.

[Inpposto?] el Rei D. Dinis ordenou q[ue] neste Reino se não fizessem escrituras senão na lingua vulgar algumas vezes todavia em materias graves se processava na latina, guardando os Notarios d'el Rei, e os mais do Reino o estilo nas cousas vulgares, e processos ordinarios; mas raras vezes depois daquella prohibição se achou escrituras latinas. Id. ibid. L.17. c.37. [1]

El Rei D. Dinis, mandou que os processos e actos judiciais se escrevessem em lingoa vulgar, e não na latina, como era costume. O intento foi à imitação do seu avô el Rei D. Affonso o sabio, que ordenára o mesmo nos Reinos de Castella, a fim de melhorar a lingua materna, ainda que em ser zelosa a tenção de ambos sahio infructuosa nos effeitos; porque sem consederavel melhora na lingua propria se perdeo o uso vulgar da latina tão necessaria. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[Inpposto?] el Rei D. Dinis ordenou que neste Reino se não fizessem escrituras senão na lingua vulgar algumas vezes todavia em materias graves se processava na latina, guardando os Notarios d'el Rei, e os mais do Reino o estilo nas cousas vulgares, e processos ordinarios; mas raras vezes depois daquella prohibição se achou escrituras latinas. (*Idem*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00320

Lingoa Portuguesa. Em Portugal, e no mais resto de Hespanha não ha p[ar]a estranhar o acharem vozes estrangeiras, pois essas duas boccas do oceano, p[o]r onde os dois celebrados rios Tejo e Douro recolhem a troco de cristalinas aguas, as riquezas da Asia e da America, podem referir a varied[ad]e de nações estranhas, a q[ue] derão entrada, depois daquella fatal secca, q[ue] durando 26 annos infestou toda Hespanha até o de 930 antes de Christo. Os Galles Celtas, os Rhodios, Gregos, Phrygios, Fenices, Caldeos, Persas, Hebreos, Alemães, Carthaginezes, e Romanos povoarão em diversos tempos esta Provincia. E depois destes os Godos, Mouros, Suevos e Alanos. E em tempos mais modernos, m[ui]tas familias de Alemães, Inglezes, e Francezes daquella armada, q[ue] assistio a el Rei D. Aff[ons]o Henriques na tomada de L[isbo]a, ficarão neste Reino, e povoarão Almada, Atouguia, [Lourinhã?], Arruda, Villa Verde, Azambuja, Castanheira, e Villa Franca. Com tanta communicacão de gentes estrangeiras se adulterou a lingua antiga de Hespanha, e se admittirão m[ui]tos vocabulos de nações diversas, e houve tempo em q[ue] se fallavão em Hespanha, alem das naturaes, a lingua Grega, Latina, Arabica, Caldaica e Hebraea, como refere Saavedra na Corona Gotica 147. E esta he a razão de acharem em a nossa lingua misturadas tantas vozes estranhas. Villas Boas. Nobiliarch. Port. c.7. [1]

A Lingua Portuguesa se parece tanto co a latina. E os q[ue] entendem o latim vem isto calaram[en]te, p[o]r q[ue] de todas as Linguas dea Europa, tirando a Toscana (inda q[ue] tambem anda m[ui]to corrupta) a Portuguesa tira mais ao Latim. E mais pura fora, seo os Mouros não entrarão em Portugal. Assim o tem Francisco Tamara no livro I dos Costumes de todas as gentes cap.7. E Pedro de magalhães em hum Dialogo q[ue] fez em defensão e

Em Portugal, e no mais resto de Hespanha não ha para estranhar o acharem vozes estrangeiras, pois essas duas boccas do oceano, por onde os dois celebrados rios Tejo e Douro recolhem a troco de cristalinas aguas, as riquezas da Asia e da America, podem referir a variedade de nações estranhas, a que derão entrada, depois daquella fatal secca, que durando 26 annos infestou toda Hespanha até o de 930 antes de Christo. Os Galles Celtas, os Rhodios, Gregos, Phrygios, Fenices, Caldeos, Persas, Hebreos, Alemães, Carthaginezes, e Romanos povoarão em diversos tempos esta Provincia. E depois destes os Godos, Mouros, Suevos e Alanos. E em tempos mais modernos, muitas familias de Alemães, Inglezes, e Francezes daquella armada, que assistio a el Rei D. Affonso Henriques na tomada de Lisboa, ficarão neste Reino, e povoarão Almada, Atouguia, Lourinhã, Arruda, Villa Verde, Azambuja, Castanheira, e Villa Franca. Com tanta communicacão de gentes estrangeiras se adulterou a lingua antiga de Hespanha, e se admittirão muitos vocabulos de nações diversas, e houve tempo em que se fallavão em Hespanha, alem das naturaes, a lingua Grega, Latina, Arabica, Caldaica e Hebraea, como refere Saavedra na Corona Gotica 147. E esta he a razão de acharem em a nossa lingua misturadas tantas vozes estranhas. (*Nobiliarchia Portugueza, 1676*)

A Lingua Portuguesa se parece tanto co a latina. E os que entendem o latim vem isto calaramente, por que de todas as Linguas dea Europa, tirando a Toscana (inda que tambem anda muito corrupta) a Portuguesa tira mais ao Latim. E mais pura fora, seo os Mouros não entrarão em Portugal. Assim o tem Francisco Tamara no livro I dos Costumes de todas as gentes cap.7. E Pedro de magalhães em hum Dialogo que fez em defensão e

Dsc00321

louvor da lingua Portuguesa; o qual está no fim da sua biografia: e João de Barros na sua Gramatica Portuguesa, em hum Dialogo q[ue]

louvor da lingua Portuguesa; o qual está no fim da sua biografia: e João de Barros na sua Gramatica Portuguesa, em hum Dialogo que fez

fez em louvor da m[es]ma lingua. Manoel Corr. Comment. aos Lusiad. cant.1 est.33. fol.19. [2]

Trabalhou el Rei D. Dinis por enriquecer a Lingua Portuguesa e a este fim mandou traduzir nella muitos livros escritos mesmo que hoje não falla.

As Lingoas de galliza e Potugal ambas erão antigam[en]te quasi huma m[es]ma nas palavras e nas [dip...?]e pronunciação, q[ue] as outras p[ar]tes da hespanha não tem.da qual lingoa Gallega a Portuguesa se avantajou tanto, q[uan]to na copia e elegancia della vemos. O q[ue] causou p[or] em Portugal haver Reis e Corte, q[ue] he a officina, onde os vocabulos se forjão, e valem, e donde manão p[ar]a os outros homens, o q[ue] nunca houve em Galliza. Era a Lingoa Portuguesa na sahida daquelle captiveiro dos Mouros mui rude, e mui curta e falta de palavras e coisas p[or] o misero estado, em q[ue] a terre estivera, o q[ue] lhe conveo tomar de outras gentes, como fez. Pelo q[ue] sua [menénice?] foi no tempo del Rei D. Affonso VI de Castella, e do Conde D. Henrique até o del Rei D. Dinis de Portugal q[ue] teve alg[um]a policia e foi o prim[eir]o, q[ue] poz as leis em ordem, e mandou fazer copilação dellas, e compoz m[ui]tas coisas em metro à imitação dos Poetas Proençaes. Nun. de Leao, Orig. da Ling. Portug. c.6. [3]

P[ar]a formar conceito do estado em q[ue] se conserva a Lingoa Portuguesa ainda em tempo del Rei D. João I se transcrevem fielm[en]te aqui as seg[ui]ntes [coplas?] de seu filho o Inf[an]te D. Pedro, tiradas do cancioneiro Geral de Garcia de Resende, fol. [col?]. [4]

Em louvor de Joam de Mena

Nom vos será grão louvor
por seres de mim louvado
que nom [sam?] tam sabedor
em trovas que vos dey grado.

Dsc00322

Mas mio desejo de grado
A mayor praz de me louvar
e vos o podeis o tomar
tal gaejando vos he dado.
Sabedor e bem fallante
gracyoso em dyzer
Coronysta abastante

em louvor da mesma lingua. (*Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens, 1613*)

Trabalhou el Rei D. Dinis por enriquecer a Lingua Portuguesa e a este fim mandou traduzir nella muitos livros escritos mesmo que hoje não falla.

As Lingoas de galliza e Potugal ambas erão antigamente quasi huma mesma nas palavras e nas diposições e pronunciação, que as outras partes da hespanha não tem da qual lingoa Gallega a Portuguesa se avantajou tanto, quanto na copia e elegancia della vemos. O que causou por em Portugal haver Reis e Corte, que he a officina, onde os vocabulos se forjão, e valem, e donde manão para os outros homens, o que nunca houve em Galliza. Era a Lingoa Portuguesa na sahida daquelle captiveiro dos Mouros mui rude, e mui curta e falta de palavras e coisas por o misero estado, em que a terre estivera, o que lhe conveo tomar de outras gentes, como fez. Pelo que sua menénice foi no tempo del Rei D. Affonso VI de Castella, e do Conde D. Henrique até o del Rei D. Dinis de Portugal que teve alguma policia e foi o primeiro, que poz as leis em ordem, e mandou fazer copilação dellas, e compoz muitas coisas em metro à imitação dos Poetas Proençaes (*Origem da Lingoa Portuguesa, 1606*)

Em louvor de Joam de Mena

Nom vos será grão louvor
por seres de mim louvado
que nom [sam?] tam sabedor
em trovas que vos dey grado.

Mas mio desejo de grado
A mayor praz de me louvar
e vos o podeis o tomar
tal gaejando vos he dado.
Sabedor e bem fallante
gracyoso em dyzer
Coronysta abastante

em poesyas trazer
ou de novo as fazer
há compre com grã maestrya
de comparar melhorya
dos outros deveys aver.
Da mor trovador sentydo
com a quem seu mal sentyo
e o ouve bem servydo
e os seus segredos vyo
e de todo de partyo
muy formoso e muy bem
como pode dyzer quem
vossas copras ler ou vyo.
De louvar quem a vos praz
aconselhar lealmente
desto sabeys vos assaz
e fazeylo sajesmente
e assentar 100 presente
creo nom terdes ygual
de conssoar outro tal
julgueo quem o bem sente.
Tym
Por todo esto sou contente
das vossas obras que vejo
e as nom vystas desejo
fazey me dellas presente.
Outro testemunho contemporaneo dava em

em poesyas trazer
ou de novo as fazer
há compre com grã maestrya
de comparar melhorya
dos outros deveys aver.
Da mor trovador sentydo
com a quem seu mal sentyo
e o ouve bem servydo
e os seus segredos vyo
e de todo de partyo
muy formoso e muy bem
como pode dyzer quem
vossas copras ler ou vyo
De louvar quem a vos praz
aconselhar lealmente
desto sabeys vos assaz
e fazeylo sajesmente?
e assentar 100 presente
creo nom terdes ygual
de conssoar outro tal
julgueo quem o bem sente.
Tym
Por todo esto sou contente
das vossas obras que vejo
e as nom vystas desejo
fazey me dellas presente.
(*Cancioneiro Geral*, 1516)

Dsc00323

prosa sobre o m[es]o objecto huma carta do
Condestavel D. Nuno Alvares Prer[eir]a, escrita a
sua neta D. Isabel, cuja carta de sua letra e sinal
existe no cartorio do convento do Carmo de
Lisboa, e treslada com exacção José Soares da
Silva nas Memorias del Rei D. João I tom.2. L.2.
cap.153. num.883. [5]

[1]VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiffimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

[2]CORREA, Manoel. Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens. Principe da Poesia Heroica. Commentados pelo Licenciado Manoel Correa, Examinador synodal do Acebispado de lisboa, e cura da igreja de s. sebastião da

Mouraria, natural da cidade de Elvas. Dedicados ao Doctor D. Rodrigo d'Acunha, Inquisidor Apostolico do Sancto Officio de Lisboa. Per Domingos Fernandez seu Livreyro. Com licença do S. Officio, Ordinario, y Paço. Em Lisboa. Por Pedro Crasbeeck. Anno 1613.

[3]LEAO, Duarte Nunes de, fl. 1530-1608. Origem da lingua portuguesa per Duarte Nunez de Lião, Desembargador da Casa da Supplicação, natural da inclyta cidade de Evora: dirigida a el Rei Dom Philippe o II. de Portugal nosso Senhor. Em Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck, 1606.

[4]REZENDE, Garcia de. Cancioneiro geral: cum preuilegio [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do principe]. - Almeyrym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa: per Hermã de Cãmpos, 28 Sete[m]bro 1516.

[5]SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

Lisonja na armaria he huma figura de quatro angulos, forma se com hum angolo p[ar]a cima e outro p[ar]a baixo. E p[o]r q[ue] alg[un]s appellidos tem p[o]r Armas o escudo de lisonjas, p[ar]a as formar não ha mais q[ue] lançar [riscos?] em banda e contra bandas ao escudo, e os brancos, q[ue] resultão dos riscos encontrados, he o q[ue] se cham lisonja e se lhe daria a côr, q[ue] disser o brazão. A diff[erên]ça, q[ue] tendo Enxadrez, he q[ue] p[ar]a a lisonja se lanção os riscos em banda e contrabanda, e p[ar]a o enxadrez em facha e palla. Vill. Boas, Nob. c.27. [1]

na armaria he huma figura de quatro angulos, forma se com hum angolo para cima e outro para baixo. E por que alguns appellidos tem por Armas o escudo de lisonjas, para as formar não ha mais que lançar riscos em banda e contra bandas ao escudo, e os brancos, que resultão dos riscos encontrados, he o que se cham lisonja e se lhe daria a côr, que disser o brazão. A diferença, que tendo Enxadrez, he que para a lisonja se lanção os riscos em banda e contrabanda, e para o enxadrez em facha e palla. (*Nobiliarchia Portugueza, 1676*)

[1]VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentissimo Senhor Dom Joam da Sylva Marqvez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Livra de dez soldos. Assim como el Rei D. Duarte mandou pagar pelas duas diferenças de livras mais notaveis e antigas a 700 livrinhas p[o]r huma, e a 500 livrinhas p[o]r outra; assim p[ar]a entenderem bem, e evitarem embaraços, reduzirão outras quaes quer especies de livras a este genero de livrinhas. Depois das livras abtigas se lavrou huma moeda, q[ue] chamarão livra de dez soldos, a qual era de cobre, e tinha a decima p[ar]te da livra maior e mais g[ran]de de 700. E assim valião dez livras de dez soldos 700 livrinhas. chamava se de dez soldos, p[o]r q[ue] q[uan]do se bateo, se lavrarão huns soldos, de dez dos quaes fazião esta livra. Prova se isto p[o]r m[ui]tas escrituras antigas. Esta livra de dez soldos, a resp[ei]to da moeda hora corrente, visto q[ue] a livra g[ran]de valia 36 reis, esta q[ue] he a sua decima p[ar]te, valeria a r e meio e tres quintos de real. Sev. de Far. Not. disc. 4. [parágrafo] 41. [1]

Assim como el Rei D. Duarte mandou pagar pelas duas diferenças de livras mais notaveis e antigas a 700 livrinhas por huma, e a 500 livrinhas por outra; assim para entenderem bem, e evitarem embaraços, reduzirão outras quaes quer especies de livras a este genero de livrinhas. Depois das livras abtigas se lavrou huma moeda, que chamarão livra de dez soldos, a qual era de cobre, e tinha a decima parte da livra maior e mais grande de 700. E assim valião dez livras de dez soldos 700 livrinhas. chamava se de dez soldos, porque quando se bateo, se lavrarão huns soldos, de dez dos quaes fazião esta livra. Prova se isto por muitas escrituras antigas. Esta livra de dez soldos, a respeito da moeda hora corrente, visto que a livra grande valia 36 reis, esta que he a sua decima parte, valeria a r e meio e tres quintos de real. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Livra Pequena. consta p[o]r escrituras antigas, q[ue] havia livras, cada huma das quaes valia som[en]te dez livrinhas das pequenas, e assim ficavão valendo estas livras, conforme a nossa moeda, cada huma meio real, e seis setimos de ceitil

Outra moeda havia de cobre chamada de tres livras e meia, p[o]r q[ue] valia tres livras e meia destas de dez livrinhas, q[ue] agora dissemos. E assim valia esta moeda 35 livrinhas das pequenas, e ficavão valendo da nossa moeda hum Real e meio, e hum ceitil, e quatro quintos de ceitil.

As ultimas e mais pequenas livras forão estas a q[ue] chamamos livrinhas. Esata forão tão diminuidas, e de tão pouco valor; q[ue] como fica dito, mandou el Rei D. Duarte, q[ue] se pagassem 700 dellas p[o]r huma das mais antigas ate o anno de 1395, e 500 p[o]r cada huma das livras antigas do d[it]o anno p[o]r diante. O q[ue] cada huma destas livrinhas valia o rep[artid]o[?] do nosso Real, se pode prover desta moeda, 700 destas valião huma livra antiga, q[ue] dissemos tinha 36 reis p[o]r 700 p[ar]tes e o q[ue] vier a cada p[ar]te, isso sera o q[ue] valia cada livrinha. Para esta repartição se fazer mui commoda, faremos prim[ei]ro cada real dos 36 em 20 p[ar]tes, q[ue] montão 720 p[ar]tes. Estas partidas p[o]r 700 livrinhas, vem a cada huma 20 p[ar]tes de real, e dous sentavos de 20 p[ar]tes de Real. Estas livrinhas parece q[ue] já não as havia em tempo del Rei D. Duarte, porem p[ar]a mui commodid[ad]e reduzião a ellas todas as [contas?], como hoje fazemos dos Reaes, não havendo ja quasi nenhuns entre nós. E assim durou contar se p[o]r elles m[ui]tos annos adiante. Sev de Far Not de Port. disc.4. [parágrafo] 42. [1]

consta por escrituras antigas, que havia livras, cada huma das quaes valia somente dez livrinhas das pequenas, e assim ficavão valendo estas livras, conforme a nossa moeda, cada huma meio real, e seis setimos de ceitil

Outra moeda havia de cobre chamada de tres livras e meia, por que valia tres livras e meia destas de dez livrinhas, que agora dissemos. E assim valia esta moeda 35 livrinhas das pequenas, e ficavão valendo da nossa moeda hum Real e meio, e hum ceitil, e quatro quintos de ceitil.

As ultimas e mais pequenas livras forão estas a que chamamos livrinhas. Esata forão tão diminuidas, e de tão pouco valor; que como fica dito, mandou el Rei D. Duarte, que se pagassem 700 dellas por huma das mais antigas ate o anno de 1395, e 500 por cada huma das livras antigas do dito anno por diante. O que cada huma destas livrinhas valia o repartido do nosso Real, se pode prover desta moeda, 700 destas valião huma livra antiga, que dissemos tinha 36 reis por 700 partes e o que vier a cada parte, isso sera o que valia cada livrinha. Para esta repartição se fazer mui commoda, faremos primeiro cada real dos 36 em 20 partes, que montão 720 p[ar]tes. Estas partidas por 700 livrinhas, vem a cada huma 20 partes de real, e dous sentavos de 20 partes de Real. Estas livrinhas parece que já não as havia em tempo del Rei D. Duarte, porem para mui commodidade reduzião a ellas todas as contas, como hoje fazemos dos Reaes, não havendo ja quasi nenhuns entre nós. E assim durou contar se por elles muitos annos adiante. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes.

Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Livra, he a moeda de q[ue] se acha mais antiga relação, como se vê da Ordenação [velha?] liv. 4 tit. 1. Esta moeda parece q[ue] era de prata, como ainda hoje o he em França e Alemanha, donde os officiaes da moeda parece vierão a este Reino; e à sua imitação a devião introduzir cá os nossos Reis, como fizeram outras m[ui]tas cousas à semelhança de Inglaterra e França, além de trazer de lá principio o Conde D. Henrique, e m[ui]tos dos seus com elle, e assim nos ficarão m[ui]tas cousas da lingoa e costumes dos Francezes. O nome de Livra he latino, e significa peso de onze onças, desta quantid[ad]e lavrarão os Romanos a prim[ei]ra moe-da como diz Plinio lib. 33 cap.3 e o tem [Covarruvias?]de [Numismote?], Gregor, [Agricha?], [Budem?], e Leto, Onde parece q[ue] do libra latino se derivou o nome as livras das outras Provincias, e a estas de Portugal.

Todas as livras q[ue] se lavrarão até o anno de 1395 em q[ue] reinava el Rei D. João I forão da m[es]ma valia. Portanto mandou el Rei D. Duarte, p[o]r ordenação, q[ue] pelas livras até este anno se pagassem 20 Reaes Brancos dos prim[ei]ros os quaes reaes brancos, como diz a d[it]a ordenação liv. 4. tit. 1. § 17 valia cada dez seitis, e quatro quintos de ceitil: e assim 20 Reaes destes brancos vem a montar 216 ceitis q[ue] a seis ceitis o Real tornão agora 36 Reaes dos nossos; e tanto valia cada livra até este tempo.

Porem vendo se el Rei D. João I apertados pelos m[ui]tos gastos das guerras, fez lavrar as livras de menor pezo; e com tudo lhes deo a m[es]ma valia, como tambem fizeram antigam[en]te os Romanos, seg[un]do Plinio no lugar referido; p[o]r q[ue] sendo a sua 1ª livra de doze onças de peso e valor, depois necessid[ad]es as mandarão lavrar de duas onças de pezo, e depois de huma onça som[en]te, mas toda (sic) com a valia de q[ue] onças. E assim ficou a [hipoteca?] ganhando tanto dinheiro q[ue] se desempenhou. O m[es]mo

he a moeda de que se acha mais antiga relação, como se vê da Ordenação velha liv. 4 tit. 1. Esta moeda parece que era de prata, como ainda hoje o he em França e Alemanha, donde os officiaes da moeda parece vierão a este Reino; e à sua imitação a devião introduzir cá os nossos Reis, como fizeram outras muitas cousas à semelhança de Inglaterra e França, além de trazer de lá principio o Conde D. Henrique, e muitos dos seus com elle, e assim nos ficarão muitas cousas da lingoa e costumes dos Francezes. O nome de Livra he latino, e significa peso de onze onças, desta quantidade lavrarão os Romanos a primeira moe-da como diz Plinio lib. 33 cap.3 e o tem Covarruvias de Numismote, Gregor, Agricha, Budem, e Leto, Onde parece que do libra latino se derivou o nome as livras das outras Provincias, e a estas de Portugal.

Todas as livras que se lavrarão até o anno de 1395 em que reinava el Rei D. João I forão da mesma valia. Portanto mandou el Rei D. Duarte, por ordenação, que pelas livras até este anno se pagassem 20 Reaes Brancos dos primeiros os quaes reaes brancos, como diz a d[it]a ordenação liv. 4. tit. 1. § 17 valia cada dez seitis, e quatro quintos de ceitil: e assim 20 Reaes destes brancos vem a montar 216 ceitis que a seis ceitis o Real tornão agora 36 Reaes dos nossos; e tanto valia cada livra até este tempo.

Porem vendo se el Rei D. João I apertados pelos muitos gastos das guerras, fez lavrar as livras de menor pezo; e com tudo lhes deo a mesma valia, como tambem fizeram antigamente os Romanos, segundo Plinio no lugar referido; porque sendo a sua primeira livra de doze onças de peso e valor, depois necessidades as mandarão lavrar de duas onças de pezo, e depois de huma onça somente, mas toda com a valia de q[ue] onças. E assim ficou a hipoteca ganhando tanto dinheiro que se desempenhou. O mesmo

se conta del Rei D. Henrique de Castella o Nobre no 4 livro da sua Hist[ori]a cap.10; Pelo q[ue] deste meio se quiz valer o nosso Rei d. João p[o]r

se conta del Rei D. Henrique de Castella o Nobre no 4 livro da sua Historia cap.10; Pelo que deste meio se quiz valer o nosso Rei d. João por que

q[ue] valendo as Livras, como [dissemos?] 20 Reaes brancos das prim[eir]as q[ue] fazem dos nossos 36 Reaes, estas seg[un]das livras q[ue] mandou bater não tinham do verdadeiro peso, mais q[ue] 25 reis, e 3 ceitis.

A estes dous gen[er]os de Livras chamão nas escrituras do tempo del Rei D. Duarte p[ar]a cá, antigas, à diff[er]enç[as] das outras, q[ue] depois se lavrarão de m[ui]to menor valia. de maneira q[ue] vierão a tanta diminuição, q[ue] pelas prim[eir]as livras antigas se mandarão pagar 700 livrinhas pequenas até o anno de 1395 e deste anno p[or] diante se mandarão pagar p[or] estas 2^{as} livras antigas 500 livras das pequenas. Sever. de Far. Not. dis. 4 [parágrafo] 40. [1]

No tempo del Rei D. Dinis corrião em Portugal moedas com o nome de livras, de cujo metal, e [esotrinseco?], [enextrinseco?] valor nada se sabe agora com certeza, em razão de q[ue] tiverão m[ui]tas e mui desvariados preços, pela diversid[ad]e e mudança, q[ue] o curso do tempo foi no dinh[eir]o introduzindo, até q[ue] el Rei D. Duarte, provendo de remedio no damno q[ue] disso resultava ao publico em os contratos, foros, e [em parizam.^{tos}?]; fez huma lei acerca da valia das livras antigas, pela qual mandou, q[ue] desde o anno de Christo de 1394 em diante se pagassem quinhentas livras das pequenas p[or] cada huma livra antiga; e q[ue] do d[it]o anno de 1395 p[ar]a traz se pagassem p[or] cada huma livra, outro sim antiga, setecentas das pequenas.

E quiz q[ue] a este resp[ei]to, casa huma destas livras, p[or] q[ue] mandava se pagassem 700, valessem 20 reaes brancos, dos primarios q[ue] corrião nesse tempo; e q[ue] cada real branco valesse hum soldo, com q[ue] p[or] este orçamento, cada livra das desde o anno De 1395 p[ar]a traz ficando valendo 20 soldos; e q[ue] dez reaes pretos valessem hum real branco; e hum preto valesse hum dinheiro. E q[uan]to a livra, q[ue] se havia de pagar a 500 p[or] desde o dito anno de 1395 em diante, ordenou q[ue] valessem 14 reaes brancos, e 2 pretos, e 4 quartos de hum preto.

Isto nos diz a ordenação do Reino antiga, no Livro 4 tit. 1. Da Declaração das Livras, e das outras moedas. Leit. Ferreira. Not. Chron. num. 286-287. [2]

Vej. [...?] D. Rafael Bluteau no seu vocab.

valendo as Livras, como dissemos 20 Reaes brancos das primeiras que fazem dos nossos 36 Reaes, estas segundas livras que mandou bater não tinham do verdadeiro peso, mais que 25 reis, e 3 ceitis.

A estes dous generos de Livras chamão nas escrituras do tempo del Rei D. Duarte para cá, antigas, à differenças das outras, que depois se lavrarão de muito menor valia. de maneira que vierão a tanta diminuição, que pelas primeiras livras antigas se mandarão pagar 700 livrinhas pequenas até o anno de 1395 e deste anno por diante se mandarão pagar por estas segundas livras antigas 500 livras das pequenas. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

No tempo del Rei D. Dinis corrião em Portugal moedas com o nome de livras, de cujo metal, e esotrinseco, enextrinseco valor nada se sabe agora com certeza, em razão de que tiveram muitas e mui desvariados preços, pela diversidade e mudança, que o curso do tempo foi no dinheiro introduzindo, até que el Rei D. Duarte, provendo de remedio no damno que disso resultava ao publico em os contratos, foros, e emprazamentos; fez huma lei acerca da valia das livras antigas, pela qual mandou, que desde o anno de Christo de 1394 em diante se pagassem quinhentas livras das pequenas por cada huma livra antiga; e que do dito anno de 1395 para traz se pagassem por cada huma livra, outro sim antiga, setecentas das pequenas.

E quiz que a este respeito, casa huma destas livras, por que mandava se pagassem 700, valessem 20 reaes brancos, dos primarios que corrião nesse tempo; e que cada real branco valesse hum soldo, com que por este orçamento, cada livra das desde o anno De 1395 para traz ficando valendo 20 soldos; e que dez reaes pretos valessem hum real branco; e hum preto valesse hum dinheiro. E quanto a livra, que se havia de pagar a 500 por desde o dito anno de 1395 em diante, ordenou que valessem 14 reaes brancos, e 2 pretos, e 4 quartos de hum preto.

Isto nos diz a ordenação do Reino antiga, no Livro 4 tit. 1. *Da Declaração das Livras, e das outras moedas.* (*Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra, 1729*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2]FERREIRA, Francisco Leitão. Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729.

[3]BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

Livraria. El Rei D. Affonso V foi o prim[eir]o Rei destes Reinos q[ue] ajuntou bons livros, e fez livraria em seus Paços. Rui de Pina Chr. del Rei D. Aff. V c.213. [1]

Em toda Hespanha, antes q[ue] houvesse Universid[ad]es nellas, se fazião livrarias publicas nas Sés Cathedraes, e Igrejas Parochiaes, p[ar]a estudarem os q[ue] se occupavão nas letras de q[ue] m[ui]tos exemplos nas historias deste Reino, e fora delle. Fr. E. Brand. Mon. part. 5. l.16. c.82. [2]

El Rei D. Affonso V foi o primeiro Rei destes Reinos que ajuntou bons livros, e fez livraria em seus Paços. (*Chronica delRey D. Affonso V, 1790*)

Em toda Hespanha, antes que houvesse Universidades nellas, se fazião livrarias publicas nas Sés Cathedraes, e Igrejas Parochiaes, para estudarem os que se occupavão nas letras de que muitos exemplos nas historias deste Reino, e fora delle. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] PINA, Ruy. Chronica d'elRey D. Affonso V. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Lobeira. No livro dos Registros del Rei D. Affonso III e em outras Escrituras daquelle tempo ha noticia do appellido de Lobeira. Trazem os desta geração p[o]r Armas de Nobreza cinco flores de Liz em aspa em campo de ouro, e huma bordadura [rasurado] cheia de lobos de ouro. Fr.Ant. Brand. Mon. p.4. L.15. c.46. [1]

Em huma escritura do anno de 1262 confirma com outros João Lobeira (L.6. dos Foraes velhos da Leit. nova fol.146) Este Fidalgo presume se q[ue] era da Galliza, onde esta Familia dos Lobeiras he conhecida derivado oappellido do Castello e terra de Lobeira vizinho da Cid[ad]e de Orense. O certo porem he q[ue] este João Lobeiraera natural Portuguez, filho de Pero Soares de Alvim, irmão de D. Mem Soares de Mello ou Alvim, como se pode vêr no livro do Conde D. Pedro tit.30. Teve este filho natural João Lobeira, ao qual legitimou el Rei D. Affonso III declarando seu filho natural do sobred[it]o Pero Soares de Alvim, e q[ue] a rogo seu legitimava p[ar]a herdar em todos seus bens, e q[ue] o fazia p[o]r lhe constar dos seus honrados procedim[en]tos, e haver servido em sua corte largo tempo. (Liv. del Rei D. Aff. III fol.114) Por via de seu pai não tinha o appellido de Lobeira, e assim pode ser q[ue] p[o]r via de mãe lhe pertencesse, e q[ue] seria ella parenta do Bispo D. Ayres, o qual applicou m[ui]ta delig[enci]a pelo habilitar p[o]r herdeiro. O testam[en]to do Bispo se fez no anno de 1258 e a legitimação foi concedida em Lisboa a 6 de Maio de 1272.Tinha João Lobeira g[ran]de lugar na Corte pelo valim[en]to de seu tio D. Mem Soares de Alvim ou Mello g[ran]de valido d'el Rei D. Aff[ons]o III e p[o]r esta causa entrava com elle na firma das escrituras.

Deste João Lobeira descendem os q[ue] ha em Portugal deste appellido, q[ue] seu pai teve de mulher legitima outros filhos e descendencia. Tem os Lobeiras p[o]r Ar-

No livro dos Registros del Rei D. Affonso III e em outras Escrituras daquelle tempo ha noticia do appellido de Lobeira. Trazem os desta geração por Armas de Nobreza cinco flores de Liz em aspa em campo de ouro, e huma bordadura cheia de lobos de ouro. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Em huma escritura do anno de 1262 confirma com outros João Lobeira (L.6. dos Foraes velhos da Leit. nova fol.146) Este Fidalgo presume se que era da Galliza, onde esta Familia dos Lobeiras he conhecida derivado oappellido do Castello e terra de Lobeira vizinho da Cidade de Orense. O certo porem he que este João Lobeiraera natural Portuguez, filho de Pero Soares de Alvim, irmão de D. Mem Soares de Mello ou Alvim, como se pode vêr no livro do Conde D. Pedro tit.30. Teve este filho natural João Lobeira, ao qual legitimou el Rei D. Affonso III declarando seu filho natural do sobredito Pero Soares de Alvim, e que a rogo seu legitimava para herdar em todos seus bens, e que o fazia por lhe constar dos seus honrados procedimentos, e haver servido em sua corte largo tempo. (Liv. del Rei D. Aff. III fol.114) Por via de seu pai não tinha o appellido de Lobeira, e assim pode ser que por via de mãe lhe pertencesse, e que seria ella parenta do Bispo D. Ayres, o qual applicou muita deligencia pelo habilitar por herdeiro. O testamento do Bispo se fez no anno de 1258 e a legitimação foi concedida em Lisboa a 6 de Maio de 1272.Tinha João Lobeira grande lugar na Corte pelo valimento de seu tio D. Mem Soares de Alvim ou Mello grande valido d'el Rei D. Afonso III e por esta causa entrava com elle na firma das escrituras.

Deste João Lobeira descendem os que ha em Portugal deste appellido, que seu pai teve de mulher legitima outros filhos e descendencia. Tem os Lobeiras por

mas em campo de ouro sinco flores de liz azuis em aspa huma bandeira azul cheia de lobos de ouro, e p[o]r timbre hum lobo das armas com

armas em campo de ouro sinco flores de liz azuis em aspa huma bandeira azul cheia de lobos de ouro, e por timbre hum lobo das armas com huma flor de liz na espadua.Poderá ser que a

humana flor de liz na espadua. Poderá ser q[ue] a Mãe fosse dos Lobeiras da Galliza, e q[ue] p[or] ser tão nobre deixassem appellidos q[ue] p[or] p[ar]te do pai lhe competiã; e usasse o da Mãe p[or] se differençar dos outros irmãos. Fr. E. Brand. Mon. p.6. L.18. c.33. [2]

Mãe fosse dos Lobeiras da Galliza, e que por ser tão nobre deixassem appellidos que por parte do pai lhe competiã; e usasse o da Mãe por se differençar dos outros irmãos. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Dsc00335

Lobos. Das Familias dos Silveiras ha duas casas Titulares, q[ue] são a do Barão de Alvito, titulo dos mais antigos do Reino, e a dos Condes de Sarzedas, porem ambas usão em prim[ei]ro lugar do appellido de Lobo. As Armas dos Lobos são cinco lobos pretos, armados de vermelho em aspa, e huma bordadura de azul, cheia de Aspas de S. André de ouro, e o m[es]mo timbre dos Lobos com huma aspa na espadua. Fr. A. Brand. Mon. n. 3. L.10. c.10. [1]

O Barão de Alvito he presentem[en]te Marques de Alvito, e Conde de Oriola. O titulo de Conde de Sarzedas se extinguiu.

Das Familias dos Silveiras ha duas casas Titulares, que são a do Barão de Alvito, titulo dos mais antigos do Reino, e a dos Condes de Sarzedas, porem ambas usão em primeiro lugar do appellido de Lobo. As Armas dos Lobos são cinco lobos pretos, armados de vermelho em aspa, e huma bordadura de azul, cheia de Aspas de S. André de ouro, e o mesmo timbre dos Lobos com huma aspa na espadua (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00337

Luas. As meias proprias dos Mahometanos, q[ue] ajuntavão a seus escudos os Amaraes, Barbosas, Homens, Sousas, e outros m[ui]tos, humas postas em cadernas, e outras soltas, he mui conforme ao bom discurso, q[ue] da g[ran]de batalha de campo de Ourique tiverão principio, p[or] ocasião de alg[um]as bandeiras, q[ue] Fidalgos daquellas familia tomassem aos Mouros, e as mandarião pintar em seus escudos em signal de troféo, e perpetua memoria de seu esforço. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.7 [1]

As meias proprias dos Mahometanos, que ajuntavão a seus escudos os Amaraes, Barbosas, Homens, Sousas, e outros muitos, humas postas em cadernas, e outras soltas, he mui conforme ao bom discurso, que da grande batalha de campo de Ourique tiverão principio, por ocasião de algumas bandeiras, que Fidalgos daquellas familia tomassem aos Mouros, e as mandarião pintar em seus escudos em signal de troféo, e perpetua memoria de seu esforço. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Lusitania. Os q[ue] tem qualq[ue]r noticia da historia Romana, sabem q[ue] em lugar do nome de Portugal, se dava antig[amen]te o de Lusitania a esta Provincia; os quaes nomes não correspondem entre si inteiram[en]te; p[o]r q[ue] Portugal comprehende hoje varias terras, q[ue] pertencião a antiga Lusitania; e esta se estendia a outros Povos q[ue] estão fora da demarcação de Portugal. Este m[es]mo nome q[ue] ja tinha no tempo dos Romanos, ou fosse tirado de Elisa ou de Luso, continuou depois da entrada das nações septentrionaes em Hespanha, succedidos pelos annos de 412 sem q[ue] o alterasse a conquista dos Suevos, q[ue] occupavão nelle huma tão g[ran]de p[ar]te, e da m[es]ma sorte se conservou de baixo da dominação dos Mouros, até o Reinado del Rei D. Fernando o Magno, fallecido no anno 1067.

Pendente o gov[er]no deste Principe, assentão commumente os historiadores, se trocou o nome de Lusitania pelo de Portugal, p[o]r q[ue] vindo elle na occasião da sua morte a repartir entre seus filhos os seus Dominios, assignou o Reino de Cast[el]a a el Rei D. Sancho, de Leão a el Rei D. Affonso, e as terras de Portugal e Galliza a el Rei D. Garcia. A razão q[ue] o moveo a el Rei D. Fernando a fazer esta mudança foi, p[o]r q[ue] havendo [escrito?] em reputação a Cid[ad]e do Porto, se extendia ja o seu nome a varias terras daquella Provincia; e assim lhe pareceo comprehendellas todas de baixo do nome de Portugal, tirado de huma Povoação tão illustre. D. L. Caet. de Lima, Geogr. Hist. tom.1 p.[189?]. [1]

Os que tem qualquer noticia da historia Romana, sabem que em lugar do nome de Portugal, se dava antigamente o de Lusitania a esta Provincia; os quaes nomes não correspondem entre si inteiramente; porque Portugal comprehende hoje varias terras, que pertencião a antiga Lusitania; e esta se estendia a outros Povos que estão fora da demarcação de Portugal. Este mesmo nome que ja tinha no tempo dos Romanos, ou fosse tirado de Elisa ou de Luso, continuou depois da entrada das nações septentrionaes em Hespanha, succedidos pelos annos de 412 sem que o alterasse a conquista dos Suevos, que occupavão nelle huma tão grande parte, e da mesma sorte se conservou de baixo da dominação dos Mouros, até o Reinado del Rei D. Fernando o Magno, fallecido no anno 1067.

Pendente o governo deste Principe, assentão commumente os historiadores, se trocou o nome de Lusitania pelo de Portugal, porque vindo elle na occasião da sua morte a repartir entre seus filhos os seus Dominios, assignou o Reino de Castela a el Rei D. Sancho, de Leão a el Rei D. Affonso, e as terras de Portugal e Galliza a el Rei D. Garcia. A razão que o moveo a el Rei D. Fernando a fazer esta mudança foi, por que havendo escrito em reputação a Cidade do Porto, se extendia ja o seu nome a varias terras daquella Provincia; e assim lhe pareceo comprehendellas todas de baixo do nome de Portugal, tirado de huma Povoação tão illustre. (*Geografia Historica, 1734*)

[1]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

Luto. O luto q[ue] antigam[en]te se costumava, era burel branco, e este uso chegou até o tempo del Rei D. Manuel, sendo o prim[eir]o luto negro, q[ue] se ou introduzio neste Reino, o que se vestio na morte da Senhora D. Filippa neta daquelle Rei. E p[o]r ser tão usado até então o burel branco, [estranhou?] em Santarem Gonçalo Vasques de Azevedo ao Conde de Oure, vir vestido de negro ao funeral d’el Rei D. Fernando, e o fez vestido de burel, como diz a Chronica del Rei D. João I p.1. c.8. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.19. c.44. [1]

Por morte d’el Rei D. Affonso V (diz Garcia de Resende) o Principe vestio todo de burel, como então era costume, se encerrou tres dias em tantas lagrimas, e tanta tristeza, q[uan]to hum tão singular filho p[o]r hum virtuoso pai podia ter... E toda a gente foi vestida de burel, [alfafegar?] luto, e vaso. Por outra ocasião de g[ran]de magoa p[ar]a el Rei D. João II diz q[ue] estivera elle nos dias encerrado, vestido de pannos pretos com capuzes cerrados, e [barrete?] redondo. Chron. del Rei D. João II c.21 e 45. [2]

O luto que antigamente se costumava, era burel branco, e este uso chegou até o tempo del Rei D. Manuel, sendo o primeiro luto negro, que se ou introduzio neste Reino, o que se vestio na morte da Senhora D. Filippa neta daquelle Rei. E por ser tão usado até então o burel branco, estranhou em Santarem Gonçalo Vasques de Azevedo ao Conde de Oure, vir vestido de negro ao funeral d’el Rei D. Fernando, e o fez vestido de burel, como diz a Chronica del Rei D. João I p.1. c.8. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

Por morte d’el Rei D. Affonso V (diz Garcia de Resende) o Principe vestio todo de burel, como então era costume, se encerrou tres dias em tantas lagrimas, e tanta tristeza, q[uan]to hum tão singular filho p[o]r hum virtuoso pai podia ter... E toda a gente foi vestida de burel, alfafegar luto, e vaso. Por outra ocasião de grande magoa para el Rei D. João II diz que estivera elle nos dias encerrado, vestido de pannos pretos com capuzes cerrados, e [barrete?] redondo. (*Chronica del Rey D. João II, 1792*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2]PINA, Ruy de. Chronica d’ElRei Dom Joaõ II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

Luxo. El Rei D. Duarte logo q[ue] começou a governar p[ar]a bo exemplo de os G[ran]des Nobres de seu Reino, não fazerem despezas demaziadas em vestidos e arreios sobejos, ordenou q[ue] p[ar]a a vestidos de sua pessoa se não comprassem, em cada hum anno, mais de 500 dobras em pannos assim de lã como de seda. Rui de Pina Chr. d'el Rei D. Duarte c.7. [1]

El Rei D. João II pelos m[ui]tos e demasiados gastos q[ue] sua corte, e e todo Reino se fazião em sedas e brocados, chaparias, [borlados?], e [caustilhas?]: e pela g[rand]e perda q[ue] o Reino, e seus naturaes, nisso recebião, e p[o]r [encejar?] tamanha despezas, defendeo, e fez ordenança em 1486 q[ue] em todos os seus Reinos e senhorios, nenhuma pessoa, assim como mulher de q[ua]esq[ue]r estudo e condição, q[ue] fossem, dahi em diante não vestissem mais coisa alg[um]a das sobreditas; som[en]te os homens poderião trazer gibões, carapuças e pantufos de seda, e as mulheres sainhas, e cintas, e bordaduras de seus vestidos. Garc. de Resend. Chron. d'el Rei D. João II c.63. [2]

El Rei D. Duarte logo que começou a governar para bo exemplo de os Grandes Nobres de seu Reino, não fazerem despezas demaziadas em vestidos e arreios sobejos, ordenou que paraa vestidos de sua pessoa se não comprassem, em cada hum anno, mais de 500 dobras em pannos assim de lã como de seda. (*Chronca delRey D. Duarte, 1790*)

El Rei D. João II pelos muitos e demasiados gastos que sua corte, e e todo Reino se fazião em sedas e brocados, chaparias, borlados, e caustilhas: e pela grande perda que o Reino, e seus naturaes, nisso recebião, e por encejar tamanha despezas, defendeo, e fez ordenança em 1486 que em todos os seus Reinos e senhorios, nenhuma pessoa, assim como mulher de quaesquer estudo e condição, que fossem, dahi em diante não vestissem mais coisa alguma das sobreditas; somente os homens poderião trazer gibões, carapuças e pantufos de seda, e as mulheres sainhas, e cintas, e bordaduras de seus vestidos. (*Chronca delRey D. João II, 1554*)

[1]PINA, Ruy de. Chronica d'elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[2]REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bôdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofa principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

Maceira. Lourenço Gomes de Maceira foi filho de D. Gomes Pires de Maceira, em q[ue] dá principio o Conde D. Pedro em o tit.54 e mostra procederem delles, p[o]r linha femenina, os Cunhas, os Pimenteis e outros Fidalgos. Os descendentes deste Fidalgo p[o]r linha masculina nomea o Conde com o appellido de Pintalho, q[ue] devia ser alcunha, e hoje se não usa, e de Maceiras de q[ue] ainda vemos reliquias; mas mal se pode derivar ou tecer a descendencia do tronco antigo. Fr. A. Brand. part.4. l.15. c.3.[1]

[...]Lourenço Gomes de Maceira, foy filho de D. Gomes Pires de Maceira, em qu~e dá principio o Conde Dom Pedro em o titulo 54. & mofta procederem delles, por linha femenina, os Cunhas, os Pimenteis & outros fidalgos. Os defcendentes defte fidalgo por linha mafculina nomea o Conde com o appellido de Pintalho; que deuia fer alcunha, & hoje fe não vfa; & de Maceiras, de que ainda vemos relíquias: mas mal fe pode deriuar ou tecer a decendencia do tronco antigo. (*Quarta Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632. Livro XV, Capítulo III, p.175

Machados. Diogo Gonçalves foi filho de Gonçalo Oveques, o q[ue] fundou o Mosteiro de Cete. Casou com D. Urraca Mendes de Bragança cunhada del Rei D. Aff[on]so Henriques. Deste Fidalgo (conforme diz o Conde D. Pedro no tit. 34) descendem p[o]r femea os Leitões, entre o quaes se achão dous irmãos Mestres da Ordem de Christo; e p[o]r huma irmã delles os Machados.

Tambem se diz q[ue] os Machados procedem de Mem Muniz de Candarei, o qual com hum machado quebrou as portas de Santarem q[uan]do esta Villa foi ganha-da aos Mouros p[o]r el Rei D. Aff[ons]o Henriques, no anno de 1147. O Conde D. Pedro tit.53 faz descendentes os Machados p[o]r femea do Conde D. Osorio de Cabreira. Ha delles a Casa de entre Homem e Cavado, e tem p[o]r Armas em campo vermelho cinco machados de prata com os cabos de Ouro postos em aspa, e p[o]r timbre dous machados das Armas em aspa atadas com hum torçal verde. As quaes parece se tomarão pela occasião referida. Fr. A. Brand. Mon. p.3. 1.9. c.4. e 24. [1]

Nuno Rodrigues de Vasconcellos, e Estevão Martins Machado, q[ue] andavão no serviço de Affonso Sanches, filho d'el Rei D. Dinis, erão Fidalgos m[ui]to parentes de sua mulher D. Theresa, p[o]r ser daquela familia Maria Paes Ribeira, bisavó della, e p[o]r esta causa se accommodarão em sua casa. Parece ser Estevão Martins Machado filho de Martim Machado vassallo q[ue] tinha sido de D. Mendo, o qual era Senhor no Julgado de S. João do Rei da Freguezia de S. Martinho de Moçul, depois de a possuir de Martim Paes Ribeira, [rasurado] sobrinho de D. Maria Moniz, da qual os Machados procedem, e p[o]r esta causa deo a quinta do Outeiro daquela Freg[uezi]a a Martim Machado; q[ue] era seu vassallo, de q[ue] se achou noticia nas inquirições d'el Rei D. Dinis. Não ficou a quinta honrada, p[o]r q[ue] não era de sua ascend[enci]a, nem outra q[ue] Fernão Martins Machado de novo fizera no lugar do Paaço do julgado de Lanhoso, Freg[uesi]a de S. Trega, na qual Estevão Machado se creára. As Honras destes Fidalgos, q[ue] lhes vinhão p[o]r

Diogo Gonçalves foi filho de Gonçalo Oveques, o que fundou o mosteiro de Cete. Casou com D. Urraca Mendes irmã de Dom Fernão mendes de Bragança, cunhado del Rey Dom Afonso Henriques. Deste Fidalgo (conforme diz o Conde D. Pedro no titulo 34) descendem [1] por femea os Leitões, entre o quaes se achão dous irmãos Mestres da Ordem de Christo, & por hua irmã delles os Machados. (*p.125v*)

Tambem se diz, que os Machados procedem de Mem Muniz de Candarei, o qual com hu machado quebrou as portas de Santarem nesta ocasião. O Conde D. Pedro [tit.53 – nota lateral] faz descendentes os Machados por femea do Conde D. Osorio de Cabreira, ha delles a casa de entre Homem & Cavado, & tem por Armas em campo vermelho sinco machados de prata com os cabos de ouro postos em aspa, & por timbre dous machados das Armas em aspa atadas com hum torçal verde. As quais parece se tomarão pela ocasião referida. (*Terceira Parte da Monarchia Lvsitana, 1632*)

Nuno Rodrigues de Vasconcellos, & Estevão Martins Machado, que andavão no serviço de Affonso Sanches, erão Fidalgos muito parentes de sua mulher D. Tareja, por ser daquela familia D. Maria Paes Ribeira bisavo della, & por esta causa se accommodarão em sua casa. Parece ser Estevão Martins Machado filho de Martim Machado vassallo que tinha sido de Dom Mendo, o qual era Senhor no Julgado de S. João do Rei da Freguezia de S. Martinho de Moçul, depois de a possuir de Martim Paes Ribeira, sobrinho de D. Maria Muniz, da qual os Machados procedem; & por esta causa deu a quinta do Outeiro daquela Freguezia a Martim Machado, que era seu vassallo, de que se achou noticia nas inquirçoens d'elRei D. Dinis; não ficou a quinta honrada, porque não era de sua ascendência; nem outra que Fernão Martins Machado de novo fizera no lugar do Paaço do julgado de Lanhoso, Freguesia de S. Trega, na qual Estevão Machado se criára. As Honras destes Fidalgos, que lhes vinhão por avoenga, muitas que lhes entrarão pelos Vasconcellos, se

avoenga, m[ui]tas q[ue] lhes entrarão pelos Vasconcellos, se

Dsc00345

conservarão como foi a quinta de Berredo no valle de Iaráz, Freguezia de S. Julião de Cevalas julgado de Lanhoso, q[ue] tinha sido de D. Martim Paes Ribeira. São hoje machados senhores de Entre Homem e Cavado, aonde os Vasconcellos seus parentes têm m[ui]tas Honras. Pero Machado, Fidalgo da Casa del Rei D. Aff[ons]o V com consentimento seu , alcançou o senhorio, e rendas della p[o]r quinhentas coroas, q[ue] deu a D. Maria de Azevedo, viuva de Alvaro Biedma, as quaes se lhe devião do casam[en]to, q[ue] el Rei D. João I prometteo a seu marido. Foi isto na Cidade de Evora a 9 de Abril de 1450 e p[o]r esta via se continuou o senhorio em seus descendentes, q[ue] são os Marquezes de Montabelo resid[en]tes em Castella, e o Marquez Felix Machado, assim nas notas do Conde D. Pedro, como e particular memorial q[ue] deu a estampa acclarou largam[en]te sua ascend[enci]a. Fr. F. Br. Mon. p.6. l.18. c.61.

Conservarão, como foi a quinta de Berredo no valle de Iaráz Freguezia de S. Julião de Cevalas julgado de Lanhoso, que tinha sido de D. Martim Paes Ribeira. São hoje os Machados senhores de Entre Homem, e Cavado, aonde os Vasconcellos seus parentes têm muitas honras. Pero Machado, Fidalgo da Casa del Rei D. Afonso V. com consentim~eto seu , alcançou o senhorio, e rendas della por quinhentas coroas, que deu a D. Maria de Azevedo, viuva de Alvaro Biedma, as quaes se lhe devião do casamento, que el Rei D. João I prometeo a seu marido. Foi isto na Cidade de Evora a 9 de Abril de 1450 e por esta via se continuou o senhorio em seus descendentes, que são os Marquezes de Montabelo residentes em Castella, e o Marquez Felix Machado, assi nas notas do Conde D. Pedro, como e particular memorial que deu á estampa acclarou largamente sua ascendencia. (*Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, 1672*)

[1] os Freitas por varonia, & os Duroos;

[1] O trecho encontra-se, de fato, no livro 10 de BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernarndo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licen;cas neceffarias.

Madeiras. João Martins Madeira, Alcaide Mor de Faro, he o prim[eir]o deste appellido q[ue] se offerece nas escrituras. Devião os Fidalgos desta Familia appellidar se de Madeira, p[o]r serem naturaes da Freg[uesi]a de S. João da Madeira no julgado da Feira, e assim tiverão Honras pelas freg[uesi]as mais vizinhas daquelle julgado, e nas circunvizinhas. Aff[ons]o Martins Madeira, no anno de 1290 constou q[ue] tinha honrada casa de Heidaia na Freg[uesi]a de S. Salvador de Getim do Julgado de Gaia (Liv. 1 da Inquir. del Rei D. Din. fol.12,14 e 21). Elle m[es]mo com João Nogueira honrarão tambem Lagoa, q[ue] era devassa na Freg[uesi]a de S. André de Escariz da terra da Feira, e na de S. Maria de Esmoris do m[es]mo Julgado, huma quinta de Aff[on]so Martim Madeira, e disse q[ue] sempre a vio honrada, com esta certeza jurou huma das testemunhas. Outra quinta honrada se achou tambem no Lugar de Santa Maria do Monte no couto de Santa Maria de Arouca, julgado Sever, a Mem Soares de Madeira, parente q[ue] devia ser dos dous nomeados, e contemporaneos todos do sobred[it]o anno. Delles procedem os q[ue] hoje conservão o appellido, de q[ue] no tempo d'el Rei D. João I Aff[ons]o Madeira teve bom com este Principe, de q[ue] foi vassallo, e delle recebeo m[ui]tos lugares. (L. del Rei D. J. I fol.156 e 161. e Liv. 2. f.32) q[ue] el Rei tirou a Aff[ons]o Gomes da Silva, e a Aires Gonçalves de Figueiredo, e restituindo os outra vez a estes Fidalgos, deo em satisfação a Aff[on]so Madeira terra e julgado de Fermedo p[ar]a successores. Por não ter eff[eit]o esta mercê lhe deo El Rei outras herdades no Algarve em Marim termo de Faro, q[ue] foi a causa de casar elle naquelle Reino com huma irmã de Martim Arraes o de Lagos, e em seus descendentes q[ue] p[o]r aquelle casam[en]to misturarão os appellidos de Arraes e Mendonças com o de Madeira.

O Morgado de Marim se unio depois aos Fidalgos do appellido D'êça p[o]r possuirem justam[en]te o morgado dos Eças. Outros ramos, q[ue] ha de Madeiras, devem ter a m[es]ma origem daquelles tres Cav[aleir]os, q[ue] nomeamos, ainda q[ue] com menos igualdade se

[...]João Martins Madeira, Alcaide m[or] de Faro he o primeiro deste appellido, que se ofereceu nas escrituras; devião os fidalgos desta Familia appellidarse de Madeira, por serem naturaes da Freguesia de S. João da Madeira no julgado da Feira, e assi tiverão honras pelas freguesias mais vizinhas daquelle julgado, e nos circumvisinhos. Affonso Martins Madeira, que parece ser irmão de João Martins Madeira, neste proprio anno [1290 – nota lateral] constou que tinha honrada a casa de Heydaya na Freguesia de S. Salvador de Getim do Julgado de Gaia [Lib. I. das Inquirições delRei D[om] Dinis fol. 12. 14. e 21. – nota lateral] Elle mesmo c[on] João Nogueira honrarão tambe hua lagoa, que era devassa na Freguesia de S. André de Escaris, da terra da Feira, e na de S. Maria de Esmoris do mesmo Julgado, hua quinta de Affonso Martim Madeira, e disse que sempre a vio honrada, com esta certeza jurou hua das testemunhas. Outra quinta honrada se achou tambem no Lugar de Santa Maria do Monte no couto de Santa Maria de Arouca, julgado Sever, a Mem Soares de Madeira, parente que devia ser dos dous nomeados, e contemporaneos todos neste anno de que escrevemos. Delles procedem os que hoje conservão o appellido, de que em t[em]po delRei D. João I Afonso Madeira teve bom com este Principe, de que foi vassalo, e delle recebeo muitos lugares. [L. 1 delRey Dom João fol.156. e 165. e lib. 2. fol. .32. – nota lateral] que elRey tirou a Afonso Gomes da Silva, e a Aires Gonçalves de Figueiredo, e restituindoos outra vez a estes fidalgos, deu em satisfação a Afonso Madeira a terra, e julgado de Fermedo para successores. Por não ter effeito esta mercê lhe deo El Rei outras herdades no Algarve em Marim termo de Faro, que foi a causa de casar elle naquelle Reyno com hua irmã de Martim Arrais o de Lagos, e em seus descendentes, que por aquelle casam[en]to misturarão os appellidos de Arrais, e Mendoças c[on] o de Madeira [...].

[...] Outros ramos, que ha de Madeiras, devem ter a mesma origem daquelles tres cavaleiros, que nomeamos, ainda q' com menos igualdade se

conservação. Tem p[o]r armas em campo vermelho, cinco cabeças de aguia em aspa, e p[o]r timbre meia aguia vermelha armada de ouro. Fr. F. Brand. Mon. p.5. l.16. c.70. [1]

conservação. Tem por armas em campo vermelho, cinco cabeças de aguia de ouro em aspa, e por timbre meia aguia vermelha armada de ouro. (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00348

Madre Silva. A Ordem Militar da Madre Silva tem princípio no Reinado del Rei D. João I em huns Moços Fidalgos, q[ue] com beneplacito del Rei tomarão p[o]r divisa a Madre Silva, e se distinguão em acções valerosas. Nob. Port. p.172. Esperanc. Hist. [S... ?] L.1. c.36. João Bap. de Castro Map. de Port. tom.2. part.3.cap.2. [parágrafo] 5.pag.48 num.5. [1]

A Ordem da Madre Silva. Teve principio no reinado delRei D. João I. em huns Moços Fidalgos, que com beneplacito delRei tomarão por divisa a Madre-Silva, e se disinguião em acções valerosas (2) [*nota-de-rodapé:* (2) Nobiliarq. Portug. Pag. 172. Esperança, Histor. Serafic. liv. I. cap. 36.]. (*Mappa de Portugal, 1764*)

[1] CASTRO, João Batista de. *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno* pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Segundo. Parte II. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXIII. [1764]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real*

Magnates e Proceres. Com este nome Magnates e Proceres se achão no princípio da Monarqu[ui]a neste Reino em escrituras antigas os Ricos Homens daquelle tempo. No juram[en]to del Rei D. Aff[ons]o Henriques sobre a visão do salvador do Mundo no campo de Ourique se chamão Magnates: Cum reliquis Magnatibus Regni mei. Em humas cortes q[ue] el Rei D. Aff[ons]o III celebrou em Leiria no anno de 1254 se nomeão Proceres: Celebrauit Curiam apud Leirenem mense Marty cum Episcopis, atque Procerenibus. Isto he q[ue] fez el Rei Cortes em Leiria no mez de Março com os Bispos e Grandes (Arc. Real L. dos foraes, e doações del Rei D. Aff[ons]o III fol.6) Hum titulo e outro dá el Rei D. Sancho II aos Ricos Homens do seu Reinado em a doação da Villa de Mertola, feita a D. Paio Peres Correa, Commendador de Alcacere (depois foi Mestre da Ordem de Santiago), e são as suas palavras: Notum sit omnibus has litteras inspecturis, quod ego Sancius secundus Dei gratia Portugalliae Rex de mea bona, et libera voluntate, et de consensu, et auctoritate meorum Procerum, et Magnatum etc. Quer dizer: Seja notorio a todos os q[ue] virem esta carta, q[ue] eu D. Sancho II p[o]r graça de Deos, Rei de Portugal de minha boa e livre vontade, e de consentim[en]to e authorid[ad]e de meus Proceres e Magnates etc (no m[es]mo Lib. fol.147. Mostra esta Escritura ser feita em Lisb[oa] a 16 de Jan[eir]o de 1277, q[ue] he o anno de Christo de 1249. Fr. Ant. Brand. Mon. part.3. L.8. cap.21. [1])

[...]com estes nomes de Proceres, e Magnates acho eu nomeados em escrituras antigas os ricos homes daquelle tempo. No juramento del Rey Dom Afonso Henriques sobre a visão do Salvador do mundo no campo de Ourique se chamão Magnates, *Cum reliquis Magnatibus Regni mei.* Em huas Cortes que el Rey Dom Afonso Terceiro celebrou em Leiria no anno de 1254. se nomeão Proceres. *Celebrauit Curiam apud Leirenem mense Marty cum Episcopis, atque Procerenibus.* Isto he que fez el Rey Cortes em Leiria no mes de Março com os Bispos, e Grandes [nota lateral: *Archivo Real no li. dos foraes e doações del Rey Afonso 3. fol.6*] Hum titulo, e outro dá el Rey Dom Sancho Segundo aos Ricos homens do seu Reyno em a doação da villa de Mertola, feita a Dom Paio Peres Correa Com~edador de Alcacer (depois foy Mestre da Ordem de Santiago) e são as suas palavras. *Notum sit omnibus has litteras inspecturis, quod ego Sancius Secundus Dei gratia Portugalliae Rex de mea bona, et libera voluntate, et de consensu, et auctoritate meorum Procerum, et Magnatum etc.* Quer dizer: Seja notorio a todos os que virem esta carta, que eu Dom Sancho Segundo por graça de Deos Rei de Portugal, de minha boa, e livre vontade, e de consentimento, e autoridade de meus Proceres e Magnates, etc [nota lateral: *No mesmo livro fol.147.*] Mostra esta escritura ser feita em Lisboa a 16. de Ianeiro da Era de 1277. que he anno de Christo de 1249. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Magriço – Alvaro Gonçalves Coutinho, hum dos doze Cav[aleir]os, q[ue] no reinado del Rei D. João I forão a Inglaterra desafrontar as Damas Inglezas era chamado Magriço, p[o]r alcunha: “oy és appellido de caballero honrado en Entre Duero i Miño, como descendiecea deste gran Cabalero, apesar de una suerte de grandes, que piensam que el ser honrado, o Caballero, consta de [...mer?] mucho”. Man.de Far e Sous. Comment. á Lusiad. tom 3. cant.6. est.53. col.119. c. [1]

[...]Que llamava Magriço: esto era sobreappellido, que llamamos alcuña; i oy es appellido de Cavalieros honrados en Entre Duero i Miño, como descendiecea deste gran Cavallero, apesar de una suerte de grandes, que piensam que el ser honrado, o Cavallero, consta de comer mucho.” (*Lvsiadas de Lvis de Camoens, p.119, 1639*)

[1]CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. *Lvsiadas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe IV. El Grande. Comentadas por Manuel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cafa Real. [...]. Tomos Terceiro i Quarto. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez, impreffor. A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros.*

Magros. Lourenço Gonçalves Magro, filho bastardo de Gonçalo Viegas Magro, e terceiro neto do g[ran]de Egas Monis, foi aio do Inf[ant]e D. Dinis depois Rei. Delle pelo appellido de Magro pretendem descend[enci]a os q[ue] ha neste Reino. Em tempo del Rei D. João I temos noticia de Vasco Magro, e depois na Chronica del Rei D. João II sendo Principe, se nomeão Gil Magro, e Rui Gil Magro. Este Rui Gil Magro foi Anadel mór tambem dos Espingardeiros da Camera d'el REi D. Manuel. [E?] seu filho Egas Lourenço Magro, Deão de Lisboa, como lhe chama o Conde D. Pedro, ou Chantre de Braga, como o livro velho o intitula a folhas 18 ficou o senhorio da Villa de Arega, que depois vendeo ao pai delle p[o]r ser aio seu, e ainda q[ue] annos adiante fez geral revogação das merces q[ue] fizera nos principios do seu reinado, conservou todavia a Lourenço Gonçalves no senhorio de Arega, como consta da ratificação feita nas Pias a 9 de Nov[embr]o de 1286.(Liv. 1 d'el Rei D. Dinis fol. 186) Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.3. [1]

Da criação DelRey D. Dinis. [...] teve por ayo Lourenço Gonçalves Magro, filho bastardo de Gonçalo Viegas Magro, e terceiro neto do grande Egas Monis [...]. [...]Delle pelo appellido de Magro pretendem descendencia os que ha neste Reino. Em tempo delRey Dom João Primeiro temos noticia de Vasco Magro, e depois na Chronica delRey Dom João segundo, sendo Principe, se nomeão Gil Magro, e Rui Gil Magro. Este Rui Gil Magro foi Anadel mór dos besteiros da câmara do mesmo Rey, e Andel mór tambem dos espingardeiros da Camara delRey Dom Manoel: a seu filho Egas Lourenço Magro Deão de Lisboa, como lhe chama o Conde Dõ Pedro, ou Chantre de Braga, como o livro velho o intitula a folhas 18. ficou o senhorio da villa de Arega, que depois vendeo ao Bispo Dom João de Britto. Deu elRey Dom Dinis esta Villa ao pay dele por ser ayo seu, e aindaque annos adiante fez gèral revogação das merces que fizera nos principios do seu reinado, cõservou todavia a Lourenço Gõçalves no senhorio de Arega, como consta desta ratificação feita nas Pias a nove de Novembro de mil duzentos e oit~eta e seis. [nota lateral: *L. i delRey Dõ Dinis fol. 186.*] (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Maias ou Amaias. Pero Paes, a q[ue]m o Conde D. Pedro dá o titulo de Alferes de Portugal e Leão, era filho de Paio Soares Çapata, e de D. Chamoia Gomes, filha de Conde D. Gomes Nunes, q[ue] jaz em Pombeiro, e neto p[o]r varonia de D. Sueiro Mendo o Bom da Maia, irmão mais velho de Gonçalo Mendes da Maia o Lidador, descendentes p[o]r linha masculina d'el Rei D. Ramiro de Leão o seg[un]do deste nome. Foi Pero Paes hum dos Fidalgos Portugueses, q[ue] se acharão na batalha do Campo de Ourique. Casou com D. Elvira Viegas, filha de Egas Monis. Seus descend[en]tes conservarão alg[un]s annos o appellido de Maia ou Amaia. São as armas dos Maias em campo vermelho, huma aguia de preto, armada de prata e ouro; e p[o]r timbre a m[es]ma aguia das armas voando. *F. Ant. Brand. Mon. p.3. l.10 c.4. [1]*

Pretenderão os Imp[erado]res da Alemanha, q[ue] todos os Reis da Europa se reconhecessem p[o]r seus vassallos; e havendo em Roma hum Cav[aleir]o Alemão, q[ue] pelas armas descendia este direito, seg[un]do o Conde D. Pedro (tit. 22 del Rei D. Ramiro) conta, D. Sueiro Mendes da Maia entrou com este Alemão em desafio, e vencendo-o libertou o Dir[ei]to da Hespanha do feudo q[ue] pretnidia o Imp[eri]o. E dizem os de Amaia seus descendentes, q[ue] p[o]r este caso tomára D. Sueiro p[o]r armas a aguia negra do Imp[eri]o q[ue] era a q[ue] o Cav[aleir]o Alemão defendia. *Sev. de Far. Not. disc. 3 [parágrafo] 16. [2]*

Pero Paes, a quem o Conde dá o titulo de Alferes de Portugal, e Leão, era filho de Paio Soares Çapata, e de Dona Chamoia Gomes, filha de Conde D. Gomes Nunes, que jaz em Pombeiro, e neto por varonia de D. Sueiro Mendes o Bom da Maia, irmão mais velho de Gonçalo Mendes da Maia o Lidador descendentes por linha masculina del Rey Dom Ramiro de Leão o segundo deste nome. Foi Pero Paes casado com Dona Elvira Viegas, filha de Egas Monis, seus descendentes conservarão alguns annos o appellido de Maia, ou Amaia. São as armas dos Maias em campo vermelho, hua Aguia de preto armada de prata, e ouro; e por timbre a mesma Aguia das armas voando. (*Monarquia Lusitana, pp.124f-124v, 1632*)

Pretenderão os Emperadores da Alemanha, que todos os Reis da Europa se reconhecessem por seus vassallos; e havendo em Roma hum Cavalleiro Alemão, que pelas armas descendia este Direito, segundo o Conde D. Pedro conta, (33.) [rodapé: (33.) *Conde D. Ped. tit. 22. delRey Ramiro*], D. Sueiro Mendes da Maya o Bom entrou com este Alemão em desafio, e vencendo-o libertou o Direito de Hespanha do feudo, que pretnidia o Imperio. E dizem os de Amaia seus descendentes, que por este caso tomàra D. Sueiro por armas a Aguia negra do Imperio, que era a que o Cavaleiro Alemão defendia. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as

Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nesta Provincia do tempo dos Romanos até o presente, e se referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illustres Portuguezes. Nesta segunda Impreſſão acrescentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceſſarias.

Dsc00357

Maias – Vej[a]. Janeiras

Malta. O primeiro Mestre da Ordem Militar de S. João do Hospital, chamado Raimundo Podio nos Estatutos q[ue] fez depois da sua eleição, ordenou p[ar]a habito dos Cav[aleir]os hum manto preto com cruz de téla branca de oito pontas, chamada *Otrogana*, no nosso idioma, e commum estylo *Malta*; significava aquelle manto a tunica em q[ue] cingia o Baptista aquelle corpo, estatua de penitencia; as oito pontas da cruz as oito bem aventuras, em q[ue] Christo decifrou ao apostolado o premio eterno. He aquelle hum como roupão de mangas largas se vem estreitando até os bocaes, e se prendem atraz. A cruz lhe fica sobre o lado esquerdo, e delle pende hum cordão, tecido de seda preta e branca, em q[ue] se veem bordados os mysterios da Paixão. Fr. Luc. de S. Cath. Malt. Port. L.1. cap.2. num.9. p.110. [1]

Primeiro Mestre da Ordem Militar [...]Raymundo de Podio [...]p.109] [...]Ordenou para seu habito hum manto preto com cruz de téla branca, de oito pontas, chamada Otrogana; no nosso idioma, e commum estylo Malta; significava aquelle manto a tunica em que cingia o Bautista aquelle corpo, estatua de penitencia; as oito pontas da Cruz, as oito Bemventuranças, em que Christo decifrou ao apostolado o premio eterno. He aquelle hum como roupão de mangas largas, que se vem estreitando até os bocaes, e se prendem atraz. A Cruz lhe fica sobre o lado esquerdo, e delle pende hum cordão, tecido de seda preta, e branca, em que se vem bordados os mysterios da Paixão. (Memorias da Ordem Militar de S. Joaõ de Malta, 1734)

[1]SANTA CATHARINA, Fr. Lucas de. *Memorias da Ordem Militar de S. Joaõ de Malta, oferecidas a ElRey Nosso Senhor D. Joaõ o V. o Magnifico, Como Augustissimo Protector da Academia Real*, por Fr. Lucas de S. Catharina, da Ordem dos Pregadores, seu Chronista, e Academico da Academia Real. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M. DCC. XXXIV [1734]. Com todas as licenças necessárias.

Dsc00359

Manoeis. D. Henrique Manoel de Vilhena foi conde de Cea e Cintra; consta das Historias e Nobiliarios; era filho natural de D. João Manoel, filho d'el Rei D. Fernando III de Leão e Castella: veio a este Reino com a Infanta D. Constança sua meia irmã; q[uan]do casou com el Rei D. Pedro I Ao depois nas revoltas, q[ue] se seguirão p[o]r morte del Rei D. Fernando voltou a Castella. As armas dos Manoeis são em campo esquartelado ao prim[eir]o de vermelho com um coto de aguia de ouro com mão, e na mão huma espada guarnecida de ouro; ao seg[un]do hum leão batalhante azul: tobre o coto das armas com a espada. Fr. Man. dos Santos Mon. p.8. l.22. c.51.

[1]

[...]D. Henrique Manoel de Vilhena foi conde de Cea e Cintra; consta das Historias e Nobiliarios; era filho natural de D. João Manoel, filho d'el Rei D. Fernando III de Leão e Castella: veio a este Reino com a Infanta D. Constança sua meia irmã; quando casou com el Rei D. Pedro I Ao depois nas revoltas, que se seguirão por morte del Rei D. Fernando voltou a Castella. As armas dos Manoeis são em campo esquartelado ao primeiro de vermelho com um coto de aguia de ouro com mão, e na mão huma espada guarnecida de ouro; ao segundo hum leão batalhante azul: tobre o coto das armas com a espada. (*Monarquia Lusitana*, 1729)

[1]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

Dsc00361

Mantellatas. Havia em tempo d'el REi D. Dinis em Lisboa, Torres Vedras, Villa Viera, e alg[um]as outras p[ar]tes deste Reino alg[um]as Freiras da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho chamadas Mantellatas. Vivião estas fora da clausura em suas casas, e fazião voto solemne de Religião, e como subditas dos Prelados da dita Ordem costumavão receber delles, ou de outros Religiosos p[o]r elles deputados p[ar]a isso, os sacramentos não só da Confissão e Communhão, em todo o tempo do anno, mas tambem o da Estrema Unção q[uan]do lhes era necess[ari]o. Fr. A. da Purif. Chr. dos Erem. part. 2. L.7. tit.2 §.1 [1]

Havia em tempo del REi D. Dinis em Lisboa, Torres Vedras, Villa Viera, e algumas outras partes deste Reino algumas Freiras da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho chamadas Mantellatas. Vivião estas fora da clausura em suas casas, e fazião voto solemne de Religião, e como subditas dos Prelados da dita Ordem costumavão receber delles, ou de outros Religiosos por elles deputados para isso, os sacramentos não só da Confissão e Communhão, em todo o tempo do anno, mas tambem o da Estrema Unção quando lhes era necessario. (*Crónica da Antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, 1642*)

[1]PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

MÃOS MORTAS

Dsc0063

Mãos Mortas – Vej. Amortização.

Maravidi, he moeda q[ue] os Mouros introduzirão em Hespanha, cujos authores dizem q[ue] forão os Almoravidas, q[ue] cá vierão: de maneira q[ue] antes observa o Mestre Ambrosio de Morales p.3. tit.13. q[ue] se não acha menção desta moeda, nem da conta dos Maravedis nas Memorias de Castella, e q[ue] pelo contrario de então p[ar]a cá foi tão ordinaria em Castella a conta dos Maravedis, q[ue] p[or] elles se fazião todas as computações de preço das coisas e das moedas, o q[ue] ainda hoje permanece; p[or] q[ue] p[ar]a significar a valia do Real de prata, dizem q[ue] tem 36 maravedis, e o dobrão de ouro 960 maravidis; computando o maravidi pela valia do nosso Real de cobre; porém cá em Portugal, ainda q[ue] se usou desta moeda, parece q[ue] não foi mais q[ue] a de ouro, 60 das quaes fazião hum marco. Pelo q[ue] seg[un]do o preço, vinhão a montar hoje à 500 reis; com tudo este nome de Maravidis se veio a entender tambem ás moedas de ouro Portuguezas; de maneira q[ue] se diz na chronica del Rei D. Sancho I q[ue] deixou a seu filho el Rei D. Aff[ons]o 10 mil maravidis. Sev. de Far. Not. dis. 4. §.21. [1]

Os Maravidis se erão de ouro, e da valia antiga, de q[ue] não ficou clareza, tinha cada hum 500 reis; p[or] q[ue] 60 fazião hum marco de ouro, e em seu lugar succederão, seg[un]do parece as moedas de cruz do m[es]mo valor e pezo. Fr. L. de S. Hist. de S. Dom. p.1. l.2. c.2. [2]

Os Maravidis tinham tanto valor em tempo del Rei D. Sancho I q[ue] no seu testam[en]to deixou o d[it]o Rei 10 mil maravidis p[ar]a se edificar hum convento da Ordem de Cister, e outros 10 mil p[ar]a fundação de hum Hospital de Leprosos. Vieir. Serm. [tomo?] 6. p.302. [3]

[...]he moeda que os Mouros introduzirão em Hespanha, cujos authores dizem que forão os Almoravidas, que cá vierão: de maneira que antes observa o Mestre Ambrosio de Morales p.3. tit.13. que se não acha menção desta moeda, nem da conta dos Maravedis nas Memorias de Castella, e que pelo contrario de então para cá foi tão ordinaria em Castella a conta dos Maravedis, que por elles se fazião todas as computações de preço das coisas e das moedas, o que ainda hoje permanece; por que para significar a valia do Real de prata, dizem que tem 36 maravedis, e o dobrão de ouro 960 maravidis; computando o maravidi pela valia do nosso Real de cobre; porém cá em Portugal, ainda que se usou desta moeda, parece que não foi mais que a de ouro, 60 das quaes fazião hum marco. Pelo que segundo o preço, vinhão a montar hoje à 500 reis; com tudo este nome de Maravidis se veio a entender tambem ás moedas de ouro Portuguezas; de maneira que se diz na chronica del Rei D. Sancho I que deixou a seu filho el Rei D. Afonso 10 mil maravidis. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

Os Maravidis se erão de ouro, e da valia antiga, de que não ficou clareza, tinha cada hum 500 reis; porque 60 fazião hum marco de ouro, e em seu lugar succederão, segundo parece as moedas de cruz do mesmo valor e pezo. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

Os Maravidis tinham tanto valor em tempo del Rei D. Sancho I que no seu testamento deixou o d[it]o Rei 10 mil maravidis para se edificar hum convento da Ordem de Cister, e outros 10 mil para fundação de hum Hospital de Leprosos. (*Sermoens de P. Antonio Vieira, 1690*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do

tempo dos Romanos até o presente, e se referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Conquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fucessos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[3]VIEIRA, P. Antonio. Sermoens do P. Antonio Vieira [...] da Companhia do Jesu, Visitador da Provincia do Brasil, Prégador de Sua Magestade. Sexta Parte, Lisboa : Officina de Miguel Deslandes, 1690. Com todas as licenças, e Privilegio Real.

Marichal. A seg[un]da dig[nida]de da hoste (q[ue] assim se chamava antig[amen]te em Portugal ao Ex[erci]to) depois de Condestable era Marichal. Seu nome affirmão ser Tudesco, e q[ue] se corrompeo de Marigal, q[ue] significa justiça da Corte, e Casa Imperial (Scip. Amaric. no App. da nobreza de Napol. tit. Mariscali) Pontano diz q[ue] na lingua Franceza quer dizer Mestre de Campo, e ambas estas significações cahem bem ao off[ici]o q[ue] neste Reino faz. Esta dignid[ad]e creou el Rei D. Fernando de novo em Portugal (em 1382) juntam[en]te com a de Condestabl, á imitação do Rei da Inglaterra, q[uan]do cá andava o Conde de Cabrix ou Cambrigde. E foi o prim[eir]o Marischal Gonçalo Vaz de Azevedo. Ao Marichal pelo Regim[en]to da guerra repartir ao alojam[en]to de seu exercito, depois q[ue] pelo apozentador do Condestable for assinado o lugar, onde se houver de assentar; e p[ar]a isso tem tambem o Marichal seu apozentador, e provê de outros p[ar]a as cavalgadas; manda ter cuidado das vélas ao tempo de comer, assim de dia como de noite.

Tem o Marichal Brevidor diante do qual se podem pôr todas as acções civeis e crimes no exercito, te, assim m[es]mo Meirinho, Carcereiro, prisões, Aguazis p[ar]a exercitarem justiça; a alçada he nos feitos civis até 3 reaes brancos : daqui p[ar]a cima ha appellação p[ar]a o Codestable. Nos crimes não pode executar penas de sangue ou açoutes: todas as execuções da justiça se mandão fazer p[or] seus ministros, e os pregões se dão em nome seu, e do Condestable. As gajes q[ue] tinha, erão das presas das cavalgadas, q[ue] se fazião, todas as cavalgadas das selladas e castradas. De cada tenda ou loja de Mercador, Regatão, Barbeiro, Açalador 12 reaes brancos cada somma. Todas as penas, q[ue] p[or] via de graça ou mercê mandar el Rei pagar no exercito aos condemnados, perdoando-se lhe a pena principal; assim mesmo a carceragem, e armas, q[ue] se tomarem aos q[ue] forem presos na cadeia, do seu ouvidor, e as decimas dos prisoneiros do ex[erci]to, q[ue] sendo foragidos depois de huma noite e dia [são?] [da-?]

[...]A segunda dignidade da hoste (que assim se chamava antigamente em Portugal ao Exercito) depois de Condestable era Marichal. Seu nome affirmão ser Tudesco, e que se corrompeo de Marigal, que significa justiça da Corte, e Casa Imperial (Scip. Amaric. no App. da nobreza de Napol. tit. Mariscali) Pontano diz que na lingua Franceza quer dizer Mestre de Campo, e ambas estas significações cahem bem ao officio que neste Reino faz. Esta dignidade creou el Rei D. Fernando de novo em Portugal (em 1382) juntamente com a de Condestabl, á imitação do Rei da Inglaterra, quando cá andava o Conde de Cabrix ou Cambrigde. E foi o prim[eir]o Marischal Gonçalo Vaz de Azevedo. Ao Marichal pelo Regimento da guerra repartir ao alojamento de seu exercito, depois que pelo apozentador do Condestable for assinado o lugar, onde se houver de assentar; e para isso tem tambem o Marichal seu apozentador, e provê de outros para as cavalgadas; manda ter cuidado das vélas ao tempo de comer, assim de dia como de noite.

Tem o Marichal Brevidor diante do qual se podem pôr todas as acções civeis e crimes no exercito, te, assim mesmo Meirinho, Carcereiro, prisões, Aguazis para exercitarem justiça; a alçada he nos feitos civis até 3 reaes brancos : daqui para cima ha appellação para o Codestable. Nos crimes não pode executar penas de sangue ou açoutes: todas as execuções da justiça se mandão fazer por seus ministros, e os pregões se dão em nome seu, e do Condestable. As gajes que tinha, erão das presas das cavalgadas, que se fazião, todas as cavalgadas das selladas e castradas. De cada tenda ou loja de Mercador, Regatão, Barbeiro, Açalador 12 reaes brancos cada somma. Todas as penas, que por via de graça ou mercê mandar el Rei pagar no exercito aos condemnados, perdoando-se lhe a pena principal; assim mesmo a carceragem, e armas, que se tomarem aos que forem presos na cadeia, do seu ouvidor, e as decimas dos prisoneiros do exercito, que sendo foragidos depois de huma noite e dia são

nados ao campo. Sev. de Far. Not. disc.2 §.3. [1]

Depois do Condestabel a seg[un]da pessoa da Hoste era o Marichal: he nome Tudesco corrupto de Marigal, q[ue] significou justiça da Corte, creou-o de novo el Rei D. Fernando, e lhe deo Regim[en]to, q[ue] anda incorporado no Reg[imen]to geral da Milicia antiga debaixo do titulo de Condestavel. Fr. Man. dos [Sant.?] Mon. p.8. liv.22. c.48. [2]

Os referidos titulos de Marichal e Condestavel podem ver se trasladados no lugar acima citado da Monarquia Lusitana.

O lecionado Manoel Correa, Comment. aos Lusiad. cant.6. est.43. fol.175. etv. [3] diz q[ue] o prim[eir]o Marichal fora Gonçalo Vasques Coutinho, pai de D. Vasco Coutinho conde de Marialva, e de Alvaro Gonçalves Coutinho, d'alcunha o Magrisso. Man. de Far e Sousa. Comment. a Lusiad. 23. cant.6. est.50. col.113. c.he nisto conforme ao precedente autor. [4]

danados ao campo. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

Depois do Condestabel a segunda pessoa da Hoste era o Marichal: he nome Tudesco corrupto de Marigal, que significou justiça da Corte, creou-o de novo el Rei D. Fernando, e lhe deo Regimento, que anda incorporado no Regimento geral da Milicia antiga debaixo do titulo de Condestavel. (*Monarquia Lusitana, 1729*)

o primeiro Marichal fora Gonçalo Vasques Coutinho, pai de D. Vasco Coutinho conde de Marialva, e de Alvaro Gonçalves Coutinho, d'alcunha o Magrisso. (*Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens,)*

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos atè o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

[3]CORREA, Manoel. Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens. Principe da Poesia Heroica. Commentados pelo Licenciado Manoel Correa, Examinador synodal do Acebispado de lisboa, e cura da igreja de s. sebastião da Mouraria, natural da cidade de Elvas. Dedicados ao Doctor D. Rodrigo d'Acunha, Inquisidor Apostolico do Sancto Officio de Lisboa. Per Domingos Fernandez seu Livreyro. Com licença do S. Officio, Ordinario, y Paço. Em Lisboa. Por Pedro Crasbeeck. Anno 1613.

[4]CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. Lvsíadas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe IV. El Grande. Comentadas por Manuel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cafa Real. [...]. Tomos Terceiro i Quarto. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez, impreffor. A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros.

Mestre Sala. Querem alg[un]s antiquarios, q[ue] o off[ici]o de Mestre Sala tenha a m[es]ma antiguid[ad]e, q[ue] a fundação do Reino; e assim apontão alg[un]s Mestre Salas no Reinado dos dois prim[ei]ros Principes...

Não duvidando da verd[ad]e das Escrituras q[ue] allegão, somos obrigados a dizer, q[ue] tendo havido Mestres Salas nos dois prim[ei]ros reinados, ficou esquecido este off[ici]o, p[or] alg[un]s 200 a[n]os até o reinado do Rei D. João I no qual novam[en]te o encontramos.

No reinado pois deste Principe he nomeado Diogo Alvares Paes, Mestre Sala del Rei pelo Chronista Fernão Lopes par.3 p.156 do qual diz q[ue] se achou na tomada de Ceuta. Continuou também no reinado seguinte. D. L. Caet. de Lima. Geog. Hist. tom.1 p.470*

Querem alguns Antiquarios, que o Officio de Meftre Sala tenha a mefma antiguidade, que a fundação do Reyno; e affim apontaõ alguns Meftres Salas nos reynado dos dous primeiros Principes [...]

Não duvidando da verdade deftas Efcrituras somos obrigados a dizer, que tendo havido Meftres Salas nos dous primeiros reynados, ficou efquecido efte Officio, por alguns duzentos annos, até o reynado delRey D. João o I. no qual novamente o encontramos.

No reynado pois defte Principe he nomeado *Diogo Alvares Paes*, Meftre Sala delRei pelo Chronifta Fernão Lopes, part. 3. pag. 156. do qual diz, que fe achou na tomada de Ceuta. Continuou tambem no reynado seguinte. (*Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, 1734*)

*LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias. pp.470-472.

Moradia. O Costume dos Reis de Portugal he não som[en]te dar sustentação a seus criados, mas de lhes tomarem p[o]r creados os filhos q[ue] tem, como vem a à id[ad]e de doze annos succedendo a seus pais no foro em q[ue] em sua casa estão, e lhes dão a moradia q[ue] seus pais vencem; e ha p[ar]a isso livro de matricula em q[ue] todos se assentão p[ar]a se saber q[uan]do o filho vence o q[ue] tinha seu pai: e o q[ue] se dá he certa coisa p[o]r mez q[ue] se paga aos quarteis do anno; isto chamão de moradias, p[o]r q[u]e os criados del Rei são moradores de sua casa. De maneira q[ue] todo o homem fidalgo do Reino tem moradia se anda na corte, e com elle seus filhos vindo a idade p[ar]a a vencerem, e os bastardos com alg[um]a diminuição. A m[es]ma maneira se tem com os Moços da Camera, e Cav[aleir]os q[ue] el Rei toma em lugar de seus pais. Duarte Nun. de Leão. Descrip. de Port. c.86 fol.128. [1]

[...]O Costume dos Reis de Portugal he não somente dar sustentação a seus criados, mas de lhes tomarem por creados os filhos que tem, como vem a à idade de doze annos succedendo a seus pais no foro em que em sua casa estão, e lhes dão a moradia que seus pais vencem; e ha para isso livro de matricula em que todos se assentão para se saber quando o filho vence o que tinha seu pai: e o que se dá he certa coisa por mez que se paga aos quarteis do anno; isto chamão de moradias, porque os criados del Rei são moradores de sua casa. De maneira que todo o homem fidalgo do Reino tem moradia se anda na corte, e com elle seus filhos vindo a idade para a vencerem, e os bastardos com alguma diminuição. A mesma maneira se tem com os Moços da Camera, e Cavaleiros que el Rei toma em lugar de seus pais. (*Descrição do Reino de Portugal, 1610*)

[1]LEÃO, Duarte Nunes. Descrição. Do Reino de Portvgal. Per Duarte Nunez de Leão, defembargador da cafa de fuppliação. Dirigido ao illustrifsimo & muito excellente fñor Dom Diogo da Sylva, Duque de Francauilla, Conde de Salinas & Riudeo, Prefidente do confelho da coroa de Portugal. Em Lisboa. Impreffo com licença, por Iorge Rodriguez, Anno. 1610.

Mordomo Mór. Mordomo em latim Maior domus, q[ue] hoje se conhece p[o]r Mordomo mór era na Casa Real. Off[ici]o de maior preeminencia q[ue] todos, como se mostra pelo q[ue] delle no livro 1 del Rei D. Dinis, em q[ue] estão os Reg[imen]tos dos Off[ici]os da Casa: Eis aqui as palavras: Mordomo nosso, quer dizer, como maior homem da Casa del Rei, p[ar]a ordenar q[uan]to ha em seu mantim[en]to. Em alg[um]as terras lhe chamão Senescal, q[ue] quer tanto dizer como official sem o qual se não deve fazer desppeza em casa del Rei. E ainda chamarão os sabedores antigos, assim como, senex, q[ue] quer tanto dizer nem latim; como velho, p[o]r razão q[ue] tem off[ici]o honrado, e calculus, q[ue] significa aq pedra com q[ue] os antigos fazião suas contas; e por onde tanto se mostra p[o]r este nome como official honrado sobre as coisas.

Este off[ici]o era removivel antigam[en]te, e a m[es]ma pessoa se davão em diversos tempos diff[eren]tes das tros principais da casa Real, e o q[ue] era huma vez Alferes se acha em outra p[ar]te Mordomo, e o q[ue] era Dipifer ou Mordomo da Casa tornara a ser Alferes ou Mordomo da Corte, como se prova p[o]r escrituras daquelles tempos. Fr. A. Brand. Mon. p.3 L.9. c.4. [1]

O 1º Mordomo mor neste Reino foi Gonçalo Rodrigues em tempo del Rei D. Affonso Henriques. Foi-se continuando este off[ici]o em pessoas da 1ª nobreza, senhores de terras, Ricos Homens, e parentes dos Reis. Em tempo del Rei D. Dinisfoi Mordomo Mor seu filho Affonso Sanches. No del Rei D.Duarte D. Lopo Dias de Sousa, bisneto de de Affonso Dinis, filho del Rei D. Dinis, Mestre da Ordem de Christo, Senhor de Mafra, Xara, Ulmarinho, Ericeira, e outras terras. Del Rei D. João II o foi D. Pedro de Noronha Commendador mor de Santiago, neto de D. Affonso Conde de Gijon, q[ue] era filho d'el Rei D. Henrique o II de Castella.Vil. Boas, Nobiliario c.12. [2]

[...]Mordomo em latim *Maior domus*, que hoje se conhece por Mordomo mór era na Casa Real. Officio de maior preeminencia que todos, como se mostra pelo que delle no livro 1 del Rei D. Dinis, em que estão os Regimentos dos Officios da Casa: Eis aqui as palavras: *Mordomo nosso, quer dizer, como maior homem da Casa del Rei, para ordenar quanto ha em seu mantimento. Em algumas terras lhe chamão Senescal, que quer tanto dizer como official sem o qual se não deve fazer desppeza em casa del Rei. E ainda chamarão os sabedores antigos, assim como, senex, que quer tanto dizer nem latim; como velho, por razão que tem officio honrado, e calculus, que significa aq pedra com que os antigos fazião suas contas; e por onde tanto se mostra por este nome como official honrado sobre as coisas.*

Este officio era removivel antigamente, e a mesma pessoa se davão em diversos tempos differentes das tros principais da casa Real, e o que era huma vez Alferes se acha em outra parte Mordomo, e o que era Dipifer ou Mordomo da Casa tornara a ser Alferes ou Mordomo da Corte, como se prova por escrituras daquelles tempos. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

O 1º Mordomo mor neste Reino foi Gonçalo Rodrigues em tempo del Rei D. Affonso Henriques. Foi-se continuando este officio em pessoas da 1ª nobreza, senhores de terras, Ricos Homens, e parentes dos Reis. Em tempo del Rei D. Dinisfoi Mordomo Mor seu filho Affonso Sanches. No del Rei D.Duarte D. Lopo Dias de Sousa, bisneto de de Affonso Dinis, filho del Rei D. Dinis, Mestre da Ordem de Christo, Senhor de Mafra, Xara, Ulmarinho, Ericeira, e outras terras. Del Rei D. João II o foi D. Pedro de Noronha Commendador mor de Santiago, neto de D. Affonso Conde de Gijon, que era filho d'el Rei D. Henrique o II de Castella. (*Nobiliarchia Portugueza, 1676*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo

Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mör de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiffimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mör, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Moreiras. Do L[ivr]o dos Registros del Rei D. Aff[ons]o III se sabe haver então este appellido. As Armas dos Moreiras são 9 escudinhos de prata em tres pallas, postos em campo vermelho, e em cada hum hua cruz de avis, e p[o]r timbre hum meio Lobo de vermelho, com hum escudinho das armas nos peitos. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.16. c.46.

O seu solar não he a villa de Moreira na comarca da Beira, senão a quinta da Torre e outras na freguezia de Santa Maria de moreira mo julgado de Celorico de Bastos, entre Douro e Minho, de q[ue] as inquisições d'el Rei D. Dinis (L.1 das devaça fol.37) dizem assim: Freguezia de Santa Maria de Moreira a quinta a q[ue] chamão a Torre, q[ue] foi de Pero Peres de Moreira honrada com toda a freg[uezi]a, em q[ue] fizeram quintas Rui Peres, seu filho, e João Moreira, e Martim Moreira. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.68. [1]

[...]Do Livro dos Registros del Rei D. Afonso III se sabe haver então este appellido. As Armas dos Moreiras são 9 escudinhos de prata em tres pallas, postos em campo vermelho, e em cada hum hua cruz de avis, e por timbre hum meio Lobo de vermelho, com hum escudinho das armas nos peitos. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

O seu solar não he a villa de Moreira na comarca da Beira, senão a quinta da Torre e outras na freguezia de Santa Maria de moreira mo julgado de Celorico de Bastos, entre Douro e Minho, de que as inquisições del Rei D. Dinis (L.1 das devaça fol.37) dizem assim: Freguezia de Santa Maria de Moreira a quinta a que chamão a Torre, que foi de Pero Peres de Moreira honrada com toda a freguezia, em que fizeram quintas Rui Peres, seu filho, e João Moreira, e Martim Moreira. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Mouras. Ha tradição como huns Fidalgos antigos, dos quaes descendem os do appellido de Mouras, tomarão a Villa deste Nome na provincia do Alemtejo em 1166 sendo Alcaidessa della huma senhora p[o]r nome Salaquia, matando prim[eir]o o Mouro Farbame, S[en]ho[r] de Aronches, q[ue] se vinha desposar com elle. Esta tradição se confirma com huma escritura da Rainha D. Brites mulher del Rei D. Aff[on]so III pela qual da d[it]a Villa faz doação a Vasco Marins Serrão, a q[ue]m nomeia p[o]r seu parente. Desta escritura se conserva treslado na torre do Tombo no livro das doações del Rei D. Affonso III.

Da m[es]ma Escritura se colhe q[ue] D. Alvaro Rodrigues, e D. Pero Rodrigues avó de Vasco Martins Serrão ganharão Moura.

Não p[ode] haver duvida o ser Vasco Martins Serrão possoa principalissima, q[ue] ainda q[ue] não houvera esta doação da Rainha D. Brites, p[o]r q[uan]to neste Reino casou com a irmã de de Aff[on]so Pires de Farinha, Prior do Hospital, e grão privado d'el Rei D. Affonso, o qual era de tronco illustre, descend[en]te de D.Anaia da Estrada (Cond. D. Ped. tit.59) A conhecida nobreza de taes ascend[en]tes se tem continuado nos q[ue] procedem de Vasco Martins Serrão até o presente, os quaes tomarão o appellido de Moura ou pela conquista desta terra, ou p[o]r terem alg[um] tempo o senhorio della, e forão fundando alg[un]s morgados; o do Castello de Moura, a csa do Marmelar, a Corte do Serrão, o senhorio da Povia e Meadas. E p[o]r casam[en]to de Alvaro Gonçalves de Moura com Urraca Fernandes, Senhora proprietaria de Azambuja, alcançarão o senhorio desta Villa, o qual possuio depois seus descend[en]tes com o appellido de Rolim.

Os Mouras tem p[o]r Armas em campo vermelho 7 Cast[el]os de Ouro em tres pallas, e as tres ficão p[o]r meio, com portas lavradas de preto, e p[o]r timbre hum cast[el]o das armas. Destas m[es]mas insignias usão os Rollins, os quaes são Mouras p[o]r varonia e deixarão as antigas de seus maiores p[o]r serem estas ganhadas em a guerra; p[o]r q[ue] ha tradição q[ue] el Rei D. Aff[on]so III p[o]r alg[um]

[...]Ha tradição como huns Fidalgos antigos, dos quaes descendem os do appellido de Mouras, tomarão a Villa deste Nome na provincia do Alemtejo em 1166 sendo Alcaidessa della huma senhora por nome Salaquia, matando primeiro o Mouro Farbame, Senhor de Aronches, que se vinha desposar com elle. Esta tradição se confirma com huma escritura da Rainha D. Brites mulher del Rei D. Aff[on]so III pela qual da dita Villa faz doação a Vasco Marins Serrão, a quem nomeia por seu parente. Desta escritura se conserva treslado na torre do Tombo no livro das doações del Rei D. Affonso III.

Da mesma Escritura se colhe que D. Alvaro Rodrigues, e D. Pero Rodrigues avó de Vasco Martins Serrão ganharão Moura.

Não pode haver duvida o ser Vasco Martins Serrão possoa principalissima, que ainda que não houvera esta doação da Rainha D. Brites, por quanto neste Reino casou com a irmã de de Afonso Pires de Farinha, Prior do Hospital, e grão privado d'el Rei D. Affonso, o qual era de tronco illustre, descendente de D.Anaia da Estrada (Cond. D. Ped. tit.59) A conhecida nobreza de taes ascendentes se tem continuado nos que procedem de Vasco Martins Serrão até o presente, os quaes tomarão o appellido de Moura ou pela conquista desta terra, ou por terem algum tempo o senhorio della, e forão fundando alguns morgados; o do Castello de Moura, a csa do Marmelar, a Corte do Serrão, o senhorio da Povia e Meadas. E por casamento de Alvaro Gonçalves de Moura com Urraca Fernandes, Senhora proprietaria de Azambuja, alcançarão o senhorio desta Villa, o qual possuio depois seus descend[en]tes com o appellido de Rolim.

Os Mouras tem por Armas em campo vermelho 7 Castelos de Ouro em tres pallas, e as tres ficão por meio, com portas lavradas de preto, e por timbre hum castelo das armas. Destas mesmas insignias usão os Rollins, os quaes são Mouras por varonia e deixarão as antigas de seus maiores por serem estas ganhadas em a guerra; por que ha tradição que el Rei D. Afonso III por algum serviço sinalado, que na conquista do Algarve lhe fez alguém desta Familia (que devia

serviço sinalado, q[ue] na conquista do Algarve ser Vasco Marins Serrão)
lhe fez alg[uem] desta Familia (q[ue] devia ser
Vasco Marins Serrão)

Dsc00448

o honrou com lhe dar p[ar]te das Armas Reaes o honrou com lhe dar parte das Armas Reaes
daquelle Reino, q[ue] são os Castellos. Fr. A. daquelle Reino, que são os Castellos.
Mon. p.3 L.11. c.12. [1] (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia
Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde
Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso
Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe
terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por
Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S.
do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, &
Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças
necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S.
Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno
1632.

Mouros. Do tempo d'el Rei D. Aff[ons]o o I o qual libertou e conquistou a terra dos Mouros q[ue] a habitavão e possuião de longos a[no]s, e principalm[en]te depois da tomada de Lisboa, Almada, Palmela, e outros lugares, q[ue] succedeo no an[o] 1147 permittio aquelle Rei nestas e em outras terras conquistadas, viver os Mouros vencidos com os m[es]mos foros, q[ue] tinham q[uan]do senhoreados dos Reis Pagãos. Daqui procedeo q[ue] o foral e leis q[ue] el Rei deo aos Mouros forros de L[isbo]a, Almada, Palmela e Alcacer com as addições q[ue] lhe accrescentarão, seg[un]do q[ue] o tempo d foi pedindo, servissem fora do directorio a todos os Mouros q[ue] nas mais Villas de Portugal havia. Em Coimbra a 8 de Março de 1270 lhe concedeo el Rei D. Aff[ons]o a Carta de foro, q[ue] mais parece confirmação da outra 1^a. Com estes 1.^{os} Estatutos se forão governando em suas Mourarias separadas, guardando nellas as m[es]mas restrições q[ue] guardavão os judeos, regulado tudo quasi na maior p[ar]te, como o q[ue] o dir[ei]to canonico dispõe no tit. de Judeis et Sarracenis, variando ou ampliando fora do essencial, alg[um]as coisas q[ue] ao Est[ad]o Real e politico tocavão conforme as circuns[tanci]as hião pedindo.

El Rei D. Aff[ons]o ordenou q[ue] havendo demanda, ou quixa de Christão contra Mouro, o requeresse diante das justiças da Cid[ad]e de L[isbo]a, e sendo a queixa de Mouro conta Christão o levasse diante do Alcaide Mouro p[ar]a decidir a causa. Porem el Rei D. João I instituiu alg[un]s Juizes particulares Christãos em L[isbo]a e outros lugares, q[ue] geralm[en]te [ouvião?] abas as p[ar]tes, os quaes forão conservados p[or] seu neto el Rei D. Aff[ons]o V nos lugares em q[ue] os havia, deixando usar do costume antigo nas mais p[ar]tes, em q[ue] não havia estes juizes. Por vezes os Min[istr]os Reaes se estendião na jurisdição em defraudo das prim[ei]ras leis concedidas aos Mouros, elles porem recorrião logo aos Reis em Cortes com queixa, ou dilatandose as cortes, na presença de m[es]mo Rei propunhão a causa, e conferidas as ordenações prim[ei]ras debaixo de cuja fé forão

[...]Do tempo delRey D. Afonso o I o qual libertou e conquistou a terra dos Mouros que a habitavão e possuião de longos anos, e principalmente depois da tomada de Lisboa, Almada, Palmela, e outros lugares, que succedeo no ano 1147 permittio aquelle Rei nestas e em outras terras conquistadas, viver os Mouros vencidos com os mesmos foros, que tinham quando senhoreados dos Reis Pagãos. Daqui procedeo que o foral e leis que el Rei deo aos Mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcacer com as addições que lhe accrescentarão, segundo que o tempo d foi pedindo, servissem fora do directorio a todos os Mouros que nas mais Villas de Portugal havia. Em Coimbra a 8 de Março de 1270 lhe concedeo el Rei D. Afonso a Carta de foro, que mais parece confirmação da outra 1^a. Com estes 1.^{os} Estatutos se forão governando em suas Mourarias separadas, guardando nellas as mesmas restrições que guardavão os judeos, regulado tudo quasi na maior parte, como o que o direito canonico dispõe no tit. de *Judeis et Sarracenis*, variando ou ampliando fora do essencial, algumas coisas que ao Estado Real e politico tocavão conforme as circunstancias hião pedindo.

El Rei D. Afonso ordenou que havendo demanda, ou quixa de Christão contra Mouro, o requeresse diante das justiças da Cid[ad]e de Lisboa, e sendo a queixa de Mouro conta Christão o levasse diante do Alcaide Mouro para decidir a causa. Porem el Rei D. João I instituiu alguns Juizes particulares Christãos em Lisboa e outros lugares, que geralmente ouvião abas as partes, os quaes forão conservados por seu neto el Rei D. Affonso V nos lugares em que os havia, deixando usar do costume antigo nas mais p[ar]tes, em que não havia estes juizes. Por vezes os Ministros Reaes se estendião na jurisdição em defraudo das primeiras leis concedidas aos Mouros, elles porem recorrião logo aos Reis em Cortes com queixa, ou dilatandose as cortes, na presença de mesmo Rei propunhão a causa, e conferidas as ordenações primeiras debaixo de cuja fé forão asmittidos, se lhes fazião cumprir pontualmente.

asmittidos, se lhes fazião cumprir pontualm[en]te.

Em tempo del Rei D. Aff[ons]o IV houve no Reino g[ran]de aperto sobre as juridicções em todos os estados, e não foi m[ui]to então sentirem os Mouros quebra nos seus usos antigos. Alle Mouro Fysico del Rei com procuração de todos lhe apresentou a queixa, a q[ue] el Rei deferio logo mandando p[o]r conta, dada em Estremoz a 17 de Fev[ereir]o de 1340 q[ue] se vissem os privileg[i]os, e mais foros antigos, e lhes fossem guardados em todo o Reino.

Nos trages se lhes permittião aljubas, balandrais, e capuzes conservou ao estilo Mourisco, e sobre elles escapularios, e com estas insignias erão differençados dos Christãos, observando se o q[ue] sobre a diff[erenc]a do vestido delles ordenava o Direito canonico. Em tempo del Rei D. Duarte quizerão as justiças de Lisboa impedir o uso de balandrais

Dsc00450

aos Mouros daq[ue]lla cid[ad]e, de q[ue] elles se queixarão a el Rei; e constando ser aq[ue]lla vestidura costumada em terra de Mouros, mandou q[ue] se lhes permittisse, e lhes conservassem todas as mais isenções e privil[egi]os. Deo el Rei a carta na m[es]ma Cid[ad]e a 29 de Nov[embr]o de 1436. Assim como se permittia aos Mouros o uso de vestiduras Mouriscas, com ig[ua]l rigor lhes mandava n[ão] os deixassem, p[ar]a q[ue] em todo o lugar fossem divisados e conhecidos. Por ser isso tão observado alcançarão os da Villa de Moura p[o]r g[ran]de favor del Rei D. Pedro, q[ue] p[o]r lhes serem de impedim[en]to ao serviço aljubas, e alboruzes, permitissem podessem alliviar se delles q[uan]do sahião fora da Villa ao trabalho. A concessão lhe fez aquelle Rei com limitação q[ue] se podessem alliviar das taes roupas, em q[uan]to actualm[en]te trabalhavão, mas q[ue] a ida e vinda fossem vestidos. Estava este Rei então em Portel a 18 de Fev[ereir]o de 1359 como consta da sua chancell[ari]a. Outro privileg[i]o lhe fez guardar o m[es]mo Rei estando em Torres Novas a 14 de Junho de 1366. Delle consta q[ue] os Mouros e Portugal n[ão] erão obrigados a servir na guerra

Em tempo del Rei D. Affonso IV houve no Reino grande aperto sobre as juridicções em todos os estados, e não foi muito então sentirem os Mouros quebra nos seus usos antigos. Alle Mouro Fysico del Rei com procuração de todos lhe apresentou a queixa, a que el Rei deferio logo mandando por conta, dada em Estremoz a 17 de Fevereiro de 1340 que se vissem os privilegios, e mais foros antigos, e lhes fossem guardados em todo o Reino.

Nos trages se lhes permittião aljubas, balandrais, e capuzes conservou ao estilo Mourisco, e sobre elles escapularios, e com estas insignias erão differençados dos Christãos, observando se o que sobre a differença do vestido delles ordenava o Direito canonico. Em tempo del Rei D. Duarte quizerão as justiças de Lisboa impedir o uso de balandrais

aos Mouros daquela cidade, de que elles se queixarão a elRei; e constando ser aquella vestidura costumada em terra de Mouros, mandou que se lhes permittisse, e lhes conservassem todas as mais isenções e privilegios. Deo elRei a carta na mesma Cidade a 29 de Novembro de 1436. Assim como se permittia aos Mouros o uso de vestiduras Mouriscas, com igual rigor lhes mandava não os deixassem, para que em todo o lugar fossem divisados e conhecidos. Por ser isso tão observado alcançarão os da Villa de Moura por grande favor delRei D. Pedro, que por lhes serem de impedimento ao serviço aljubas, e alboruzes, permitissem podessem alliviar se delles quando sahião fora da Villa ao trabalho. A concessão lhe fez aquelle Rei com limitação que se podessem alliviar das taes roupas, em quanto actualmente trabalhavão, mas que a ida e vinda fossem vestidos. Estava este Rei então em Portel a 18 de Fevereiro de 1359 como consta da sua chancellaria. Outro privilegio lhe fez guardar o mesmo Rei estando em Torres Novas a 14 de Junho de 1366. Delle consta que os Mouros e Portugal não erão obrigados a servir na guerra nossos Reis, só servião de armar e guardae as

nossos Reis, só servião de armar e guardae as tendas Reaes, e seus thesouros, dormindo junto das tendas p[ar]a vigia.

Governavão os Mouros geralm[en]te p[o]r Alcaides, q[ue] elegião em Cid[ad]es, Villas, e Lugares aonde tinham resid[enci]a, a q[ue] são adjuntos tabelliães e outros Min[istr]os com dep.^a porem as justiças Reaes nas casas q[ue] convinha; deixavão-lhes celebrar as festas conforme ao Alcorão nas suas Mesquitas; mas n[ão] se esquecião os Reis de os favorecer p[ar]a a reducção do Christianismo, antes concederão favores, e isenções aos convertidos à nossa Santa Fé; q[ua]l foi o del Rei D. João o I pelo q[ua]l concedeo aos Mouros convertidos q[ue] n[ão] fossem pbrigados a ter cav[al]o nem armas, ainda que tivessem a quantia bast[ant]e q[ue] as leis apontão p[ar]a os moradores deste Reino terem obrigação som[en]te. Additarão tambem assim como aos Judeos, pena de morte ao Mouro, q[ue] depois de Christão, sendo admoestado, senão reduzia à verd[adeir]a crença.

Os Emolum[en]tos q[ue] os Reis tiravão dos Mouros deste Reino liquidou bem el Rei D. Dinis em 1315, informando p[o]r Tabellião, e licenciado no direito dos Mouros em Lisboa, e p[o]r outros Letrados da m[es]ma nação, a saber Mestre Bucar, Brafome capellão, Mafamede d'Avis, e Farús, q[ue] são os de melhores noticias p[ar]a informantes desta materia, q[ue] ratificarão com o juram[en]to entre elles costumado. Os tributos e dir[ei]tos q[ue] pagavão são os m[es]mos q[ue] pagavão aos Reis Mouros q[ua]ndo senhorearão o Reino. Conforme ao costume delles, são os Mouros todos obrigados cada anno no 1º dia de Maio manifestar diante dos Ministros huma lista dos cabedais, q[ue] tinham p[ar]a conforme a elle se ter conhecim[en]to do q[ue] havião de pagar, e vinha a ser o tributo e reconhecença em 4 maneiras.

Pagavão o dir[ei]to q[ue] chamavão de cabeça, q[ue] se dava no 1º dia de Jan[ei]ro e vinha a ser p[o]r cada Mouro ou Moura q[ue] nacia seis dinh[ei]ros de moeda antiga, e chegando a id[ad]e q[ue] podessem ganhar sua vida pagavão vinte soldos de moeda antiga no m[es]mo dia. Dos bens assim de gados como de fructos davão dois dir[ei]tos a el Rei, hu q[ue]

tendas Reaes, e seus thesouros, dormindo junto das tendas para vigia.

Governavão os Mouros geralmente por Alcaides, que elegião em Cidades, Villas, e Lugares aonde tinham residencia, a que são adjuntos tabelliães e outros Ministros com dep.^a porem as justiças Reaes nas casas que convinha; deixavão-lhes celebrar as festas conforme ao Alcorão nas suas Mesquitas; mas não se esquecião os Reis de os favorecer para a reducção do Christianismo, antes concederão favores, e isenções aos convertidos à nossa Santa Fé; qual foi o del Rei D. João o I pelo qual concedeo aos Mouros convertidos que não fossem pbrigados a ter cavalo nem armas, ainda que tivessem a quantia bastante que as leis apontão para os moradores deste Reino terem obrigação somente. Additarão tambem assim como aos Judeos, pena de morte ao Mouro, que depois de Christão, sendo admoestado, senão reduzia à verdadeira crença.

Os Emolumentos que os Reis tiravão dos Mouros deste Reino liquidou bem el Rei D. Dinis em 1315, informando por Tabellião, e licenciado no direito dos Mouros em Lisboa, e por outros Letrados da mesma nação, a saber Mestre Bucar, Brafome capellão, Mafamede d'Avis, e Farús, que são os de melhores noticias para informantes desta materia, que ratificarão com o juramento entre elles costumado. Os tributos e direitos que pagavão são os mesmos que pagavão aos Reis Mouros quando senhorearão o Reino. Conforme ao costume delles, são os Mouros todos obrigados cada anno no 1º dia de Maio manifestar diante dos Ministros huma lista dos cabedais, que tinham para conforme a elle se ter conhecimento do que havião de pagar, e vinha a ser o tributo e reconhecença em 4 maneiras.

Pagavão o direito que chamavão de cabeça, que se dava no 1º dia de Janeiro e vinha a ser por cada Mouro ou Moura que nacia seis dinheiros de moeda antiga, e chegando a idade que podessem ganhar sua vida pagavão vinte soldos de moeda antiga no mesmo dia. Dos bens assim de gados como de fructos davão dois direitos a el Rei, hu que chamavão alfitra, outro

chamavão alfitra, outro Azaqui, q[ue] vinha a ser a dizima, e quarentena de tudo o q[ue] possuião. E p[o]r q[ue] entre os Mouros he usança herdarem os Reis a seus vassallos em certos casos, entravão nossos Reis aquinhoados tambem como herdeiros destes vassallos nos casos, e com as condições q[ue] suas leis, e ordenações o permitirem; e este era o 4º dir[ei]to q[ue] pagavão q[ue] computado tudo vinha a fazer huma quantia m[ui]to consideravel. Fr. F. Brand. Mon. p.6. l.18. c.51. [1]

El Rei D. Pedro I mandou em Lisboa q[ue] nenhuma mulher de q[ua]l q[ue]r estado, q[ue] fosse, não entrasse dentro do arrabalde dos Mouros, de dia nem de noite, sob pena de ser enforcada; e manda q[ue] q[ua]l q[ue]r Judeo ou Mouro q[ue] depois do sol posto fosse achado pela cid[ad]e, q[ue] com pregão publico fosse açoutado p[o]r ella. Fernão Lopes Chr. del Rei D. Pedro cap.5. [2]

Azaqui, que vinha a ser a dizima, e quarentena de tudo o que possuião. E por que entre os Mouros he usança herdarem os Reis a seus vassallos em certos casos, entravão nossos Reis aquinhoados tambem como herdeiros destes vassallos nos casos, e com as condições que suas leis, e ordenações o permitirem; e este era o 4º direito que pagavão que computado tudo vinha a fazer huma quantia muito consideravel. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

El Rei D. Pedro I mandou em Lisboa que nenhuma mulher de qual quer estado, que fosse, não entrasse dentro do arrabalde dos Mouros, de dia nem de noite, sob pena de ser enforcada; e manda que qual quer Judeo ou Mouro que depois do sol posto fosse achado pela cidade, que com pregão publico fosse açoutado por ella. (*Chronica delRey D. Pedro, 1735*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deſtes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2]LOPES, Fernão, 1380?-1460. Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escereveo Fernão Lopes... / copiada fielmente do seu original antigo...pelo Padre Jozé Pereira Bayam. - Lisboa Occidental : Na Offic. de Manoel Fernandes Costa, 1735.

Dsc00456

Namorados. A ala dos Namorados na batalha de Aljubarrota foi assim chamada p[o]r q[ue] constava de soldados aventureiros, todos mancebos alegres, os quaes conforme ao seu appellido tinham a bandeira verde, com certa divisa e mote, q[ue] expremia o seu desenfado. O Alferes era Alvaro Annes de Sernache, e os capitães Rui Mendes de Vasconcellos, e Mem Rodrigues seu irmão.(1)

(1)Sem referência bibliográfica.

Dsc00458

Nápoles. Na Villa de Almeida, da Provincia da Beira, Bispado de Lamego, houve familia dos Nápoles, q[ue] he mui esclarecida, e vive p[ar]a as p[ar]tes de Viseu, e tem nesta villa m[ui]tas fazendas, casas, e moinhos, e nas suas vizinhanças; e tem p[o]r escudo nas m[es]mas casas huma garça entre ondas de hum rio, ou mar. D. Luiz Cardos. Diccion. Geogr., tom.1 p.338. col.2.[1]

ALMEYDA, ou Almeida. Nobre Villa na Provincia da Beira, Bispado de Lamego, [...] (p. 335)

Houve a familia dos Nápoles, que he muy esclarecida, e vive para as partes de Viseu, e tem nesta villa muitas fazendas, casas, e moinhos, e nas suas vizinhanças; e tem por escudo nas mesmas casas huma garça entre ondas de hum rio, ou mar. (p. 338)(*Diccionario Geografico, 1747*)

[1]CARDOSO, Luís, C.O. ?-1762. Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas / que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregação do Oratorio de Lisboa.... - Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751.

Nazareth, Nossa Senhora de ...A sagrada e veneravel Imagem da Virgem Maria, q[ue] sendo trazida da cidade de Nazareth resplandece em tempo dos godos com milagres no Mosteiro de Cauliniana junto à cid[ad]e de Merida, foi trazida a esta ultima parte do mundo pelo Monje Romano, tendo-lhe comp[anhi]a el Rei D. Rodrigo no anno de Christo 714, em q[ue] aconteceu a perda geral da Hespanha, e como o Monje morresse, ficou aqui escondida e huma pequena choça posta entre entre dous escabrosos penedos, p[o]r espaço de 479 annos, e sendo depois achada p[o]r D. Fuas Roupinho Capitão do Porto de Mós, no anno de 1182, como elle proprio testifica em sua doação; succedeo q[ue] arremecendo inconsideradam[en]te o cav[aleir]o no alcance de hum cervo q[ue] lhe fugia (e p[o]r ventura era fingido) e indo já p[ar]a cahir na ultima ponta deste despenhadeiro, invocando o nome da Virgem, foi livre da queda e mãos da morte, e lhe dedicou esta prim[eir]a ermida. Finalm[en]te foi trasladada p[o]r el Rei D. Fernando de Portugal a esse outro templo maior, q[ue] elle mandou levantar desde os prim[eir]os fundam[en]tos, no a[n]o do Senhor de 1377. Fr. Bernad. de Brit. Mon. Lus. p.2. l.7. c.4 f.279 c.2.

O templo fundado p[o]r el Rei D. Fernando mandou accrescentar e forrar a Rainha D. Leonor mulher del Rei D. João II e p[o]r devoção del Rei D. Manuel foi cercado de alpendres. Depois selhe fez huma capella mór de boa fabrica à custa de esmolos, e rendim[en]to da confraria. Id. ibid. fol.278. col.4. [1]

A sagrada e veneravel Imagem da Virgem Maria, que sendo trazida da cidade de Nazareth resplãdece em t~epo dos Godos cõ milagres no Mosteiro de Cauliniana junto á cidade de Merida, foi trazida a esta ultima parte do mundo pello monje Romano, tendolhe companhia elRei Dom Rodrigo, no anno de Christo, setec~etos e catorze, em que aconteceu a perda géral de Hespanha, e como o monje morresse, e elRey se partisse, ficou aqui escondida e hua piquena choça posta entre entre estes dous escabrosos penedos, por espaço de quatrocentos e setenta e nove annos, e s~edo depois achada por D. Fuas Roupinho Capitão de Porto de Mós, no anno de mil e c~eto e oit~eta e dous, como elle proprio testifica em sua doação; succedeo que arremessando inconsideradamente o cavallo no alcance de hu cervo que lhe fugia (e por v~etura era fingido) e indo já para cayr na ultima ponta deste despenhadeiro, invocando o nome da Virgem foi livre da queda e mãos da morte, e lhe dedicou esta primeira ermida. Finalmente foi trasladada por elRei D. Fernãdo de Portugal a essoutro templo maior, q' elle mãdou levantar desde os primeyros fundamentos, no anno do Senhor de mil e trezentos e setenta e sete.

Dom Fernãdo de Portugal lhe fundou a casa em que está ao presente, acres~etada, e forrada pella Raynha Dona Lianor molher delRey Dom Ioão o seg~udo, e cercada de alpendres por elRey Dõ Manoel. E agora em nossos t~epos se fez hua capella mór de boa fabrica á custa de esmolos, e rendimento da cõfraria. (*Monarquia Lusitana, 1609*)

[1] BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1609.

Dsc00461

Negros. Diniz Fernandes, Escudeiro, q[ue] fora del Rei D. João o I descobrio o cabo, chamado verde, e trouxe a Portugal os prim[eir]os Negros no anno 1460.[1]

[1] Este verbete não possui referência que nos possa levar à obra de onde foi tirado.

Nettos. O appellido de Netto acha-se em huma Escritura do Mosteiro de Lorvão, feita na era de 1206 q[ue] he o anno do senhor 1168 na qual Eldora Gonçalves e outros faze venda ao Abbade João de certa herdade em Salas termo de Coimbra, e entre outros q[ue] assignão, he hum delles Pero Netto (Liv. das Doaç. de Lorvão fol.7) Tratando de sua successão e linha continuada, he cousa dificultosa. Em Castella parece q[ue] se conservou mais esta geração, p[o]r q[ue] em Salamanca e outras p[ar]tes ha Fidalgos deste appellido. Os Nettos tem p[o]r armas o escudo partido em pallas vermelho e azul, e sobre tudo hum leão de ouro rompente armado de prata, e huma bordadura de ouro com quatro flores de Liz e quatro Folhas de Figueira, e p[o]r timbre o m[es]mo Leão das armas, e huma Folha de figueira na pata. Fr.A. Brand. Mon. p.3. L.11.c.34.[1]

Outro appellido he o de Netto, em hua escritura de Lorvão da Era de mil 1206 que he o anno do Senhor de 1168. na qual Eldora Gonçalves e outros faze v~eda ao mesmo Abbade Ioão de certa herdade em Salas termo de Coimbra, e etre outros q' assignão he hu delles Pero Netto (Livro antigo das doações de Lorvão fol.7. – nota lateral) Tratar de sua successão e linha continuada, he cousa dificultosa. Em Castella parece que se conservou mais esta geração, porque em Salamanca, e outras partes ha Fidalgos deste appellido. Os Nettos tem por armas o escudo partido em palla vermelho e azul, e sobre tudo hu leão de ouro rompente armado de prata, e hua bordadura de ouro com quatro flores de Lis de azul, e quatro folhas de figueira, e por timbre o mesmo Leão das armas, e hua folha de figueira na testa. (*Monarchia Lvsitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernanrdo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

Nobiliario – Esta obra por ser de tal Author, e huma das mais antigas, escritas em nossa lingoagem, tem aqui lugar. Primeiram[en]te se põe o titulo, com q[ue] se imprimio, depois o juizo, q[ue] della cumpre formar se no actual estado em q[ue] se acha, e p[o]r conclusão huma succinta noticia do valor da d[it]a Obra, e do egregio merecim[en]to de seu preclarissimo Escritor.

Nobiliario de D. Pedro Conde de Barcellos, Hijo del Rey D. Dinis de Portugal, ordenado e ilustrado com notas y indices por Juan Bautista Lavaña, Coronista Mayor del Reyno de Portugal. En Roma . Por Estevan Paolinis M.D.X.L. [fol.?] [1]

O Chronista mor Fr. Fr[ancis]co Brandão, M. Lus. p.5 L.17. c.5 [2] diz: A escritura da maior utilid[ad]e q[ue] temos em Hespanha, he o livro das Linhagens, q[ue] anda em nome do Conde D. Pedro, filho del Rei D. Dinis, principe a q[ue]m toda a nobreza está juntam[en]te devedora pelo g[ran]de cuidado e estudo, com q[ue] descobrio os principios das familias com seus solares e descend[enci]as, e relatando tudo com verdade singella, e liberdade desapixonada. Na brecvid[ad]e que seguio, não deixa de circunstanciar m[ui]tas cousas, q[ue] aclarão os successos daquelles, e ainda as inclinações e procedim[en]tos dos principes e cavalleiros particulares, censurando os vicios dos mal procedidos, e louvando os q[ue] merecerão ser abonados; e assim fica aquelle tratado geneologico quasi hum sumário historial de tudo o succedido nos Reinos da Hespanha, de q[ue] as historias colherão noticias mais imp[ortan]tes...

He pois o terceiro livro, q[ue] em Portugal se escreveo de gerações, o q[ue] fez D. Pedro, filho del Rei D. Dinis, tão vulgarizado p[o]r toda Hespanha, q[ue] a poucos curiosos falta nas livrarias. Deo lhe g[ran]de credito o conservar se na Torre do Tombo, e mandar el Rei D. Filippe II de Castella tirar em publica forma hum traslado delle, q[ue] se guarda na Livraria do Escorial, e foi occasião de naquelles Reinos, se ver em maior conhecim[en]to deste nobiliario. Não he este o puro e legitimo livro do filho del Rei D. Dinis D. Pedro, mas acrescentado em

A escritura da maior utilidade que temos em Hespanha, he o livro das Linhagens, que anda em nome do Conde D. Pedro, filho del Rei D. Dinis, principe a quem toda a nobreza está juntamente devedora pelo grande cuidado e estudo, com que descobrio os principios das familias com seus solares e descendencias, e relatando tudo com verdade singella, e liberdade desapixonada. Na brecvidade que seguio, não deixa de circunstanciar muitas cousas, que aclarão os successos daquelles, e ainda as inclinações e procedimentos dos principes e cavalleiros particulares, censurando os vicios dos mal procedidos, e louvando os que merecerão ser abonados; e assim fica aquelle tratado geneologico quasi hum sumário historial de tudo o succedido nos Reinos da Hespanha, de que as historias colherão noticias mais importantes...

He pois o terceiro livro, que em Portugal se escreveo de gerações, o que fez D. Pedro, filho del Rei D. Dinis, tão vulgarizado p[o]r toda Hespanha, que a poucos curiosos falta nas livrarias. Deo lhe grande credito o conservar se na Torre do Tombo, e mandar el Rei D. Filippe II de Castella tirar em publica forma hum traslado delle, que se guarda na Livraria do Escorial, e foi occasião de naquelles Reinos, se ver em maior conhecimento deste nobiliario. Não he este o puro e legitimo livro do filho del Rei D. Dinis D. Pedro, mas acrescentado em algumas partes, alterado em outras, e differenciado na contextura

DSC00466

p[o]r repatições de titulos e paragrafos, q[ue] não havia no original, mudança q[ue] se attribue ao Chronista Fernão Lopes. Outros o attribuem ao Doutor João das Regras, contemporaneos hum e outro del Rei D. João o I seu irmão D. Fernando, e de seu pai el Rei D. Pedro, e q[ue] ainda alcançarão o Reinado del Rei D. Duarte, q[ue] foi o tempo, em q[ue] Fernão Lopes escreveo a Chronica del Rei D. João o I: mas a mim me parece foi o accrescentador do Conde, não Fernão Lopes; p[o]r q[ue] costumando referir-se na Chronica del Rei D. João o I às outras q[ue] tinha escritas com estas palavras: Como deixamos escrito, ou como escrevemos em tal lugar: q[uan]do todavia falla da familia do Condestable, remette o leitor ao Livro das Linhagens como a escritura alheia, e não diz como escrevemos. Veja se o capit. 33 da prim[ei]ra Parte daquella Chronica em prova disto. Menos me parece q[ue] o Doutor João das Regras he o autor da obra, q[ue] pois ella he tanto em abono da familia dos Pereiras, p[o]r respeito do Condestable, não havia de occupar se em o servir Joãos das Regas, homem q[ue] foi notoriam[en]te seu desaffeioado, como o m[es]mo Fernão Lopes confessa nos capitulos 53 e 87.

Que esteja variado e accrescentado o livro, de q[ue] fallamos, não pode duvidar se, p[o]r m[ui]tas razões, q[ue] obrigão a confessallo assim, e são patentes a qualq[ue]r q[ue] tenha mediana lição delle. Principalm[en]te se vê accrescentado, no q[ue] escreve da morte del Rei D. Aff[ons]o IV, a q[ue] não podia chegar o Conde D. Pedro, q[ue] morreo antes delle quatro annos, no de 1353, q[ue] neste anno fez o Conde testamento, ou no de 1354 como assenta o livro antigo dos obitos do mosteiro de Carquere, e a morte del Rei D. Aff[ons]o succedeo no anno de 1357, e assim m[es]mo mal podia o Conde fallar de Gonçalo Mendes, q[ue] foi privado del Rei D. Pedro, filho del Rei D. Aff[ons]o: huma e outra cousa foi accrescentada, e assim outras. Outra demonstração he de ser accrescentado este livro p[o]r pessoa diff[eren]te no titulo 35, q[ue]

por repatições de titulos e paragrafos, que não havia no original, mudança que se attribue ao Chronista Fernão Lopes. Outros o attribuem ao Doutor João das Regras, contemporaneos hum e outro del Rei D. João o I seu irmão D. Fernando, e de seu pai el Rei D. Pedro, e que ainda alcançarão o Reinado del Rei D. Duarte, que foi o tempo, em que Fernão Lopes escreveo a Chronica del Rei D. João o I: mas a mim me parece foi o accrescentador do Conde, não Fernão Lopes; por que costumando referir-se na Chronica del Rei D. João o I às outras que tinha escritas com estas palavras: Como deixamos escrito, ou como escrevemos em tal lugar: q[uan]do todavia falla da familia do Condestable, remette o leitor ao Livro das Linhagens como a escritura alheia, e não diz como escrevemos. Veja se o capit. 33 da primeira Parte daquella Chronica em prova disto. Menos me parece que o Doutor João das Regras he o autor da obra, que pois ella he tanto em abono da familia dos Pereiras, por respeito do Condestable, não havia de occupar se em o servir Joãos das Regas, homem que foi notoriam[en]te seu desaffeioado, como o mesmo Fernão Lopes confessa nos capitulos 53 e 87.

Que esteja variado e accrescentado o livro, de que fallamos, não pode duvidar se, por muitas razões, que obrigão a confessallo assim, e são patentes a qualquer que tenha mediana lição delle. Principalmente se vê accrescentado, no que escreve da morte del Rei D. Affonso IV, a que não podia chegar o Conde D. Pedro, que morreo antes delle quatro annos, no de 1353, que neste anno fez o Conde testamento, ou no de 1354 como assenta o livro antigo dos obitos do mosteiro de Carquere, e a morte del Rei D. Affonso succedeo no anno de 1357, e assim mesmo mal podia o Conde fallar de Gonçalo Mendes, que foi privado del Rei D. Pedro, filho del Rei D. Affonso: huma e outra cousa foi accrescentada, e assim outras. Outra demonstração he de ser accrescentado este livro por pessoa diferente no titulo 35, que começa desta

Nobiliario

maneira: Diz o Conde D. Pedro no seu Livro [etc] de maneira q[ue] o accrescentador cita ao Conde D. Pedro, e a su livro, como cousa diff[eren]te deste. Diff[eren]te he não em tudo, mas no modo da repartição dos titulos e paragrafos, e alg[um]as [...cenças?] conservando o mais texto, em q[ue] induzio coisas indignas de se admittirem p[o]r do Conde, q[ue] será forçoso averiguar o seu tempo. A certeza q[ue] o accrescentador usóu com o Conde, em lhe não usurpar todo o trabalho, deixou bem [pencionado?] com os pontos, q[ue] p[o]r esta via lhe lançou às costas.

Finalm[en]te o livro corre p[o]r do Conde D. Pedro, filho del Rei D. Dinis. Geralm[en]te he louvado o Conde p[o]r este trabalho, e authorizado com elogios dos Nobiliaristas da Hespanha, e autores classicos de Historia, a q[ue] servio de guia nas materias principalm[en]te de gerações e nobreza. O nosso Portuguez Gaspar Barreiros, bem conhecido p[o]r sua erudição, escrevia da nobreza, e determinava ampliar o Nobiliario do Conde, de q[ue] fez hum elogio naquella obra manuscripta. Andre de Resende se persuade q[ue] era este o intento de Barreiros, e assim o declára na epistola a Quebedo. Fôra de m[ui]ta utilid[ad]e aquella illustração de gaspar Barreiros. Hoje vemos estampado o Livro do Conde em Roma e Madrid com algumas annotações, e varia repartição dos titulos.

Persuado me ser o Conde D. Pedro autor deste livro, o q[ue] Conde de Barcellos, e não o outro Pero Affonso seu irmão. Está em prova o livro da Torre, conservando se com o titulo do Conde D. Pedro, e nãp de seu irmão Pero Affonso, e na m[es]ma forma outro manuscrito antiquissimo, q[ue] veio às mãos do Chantre de Evora Manuel de Severim de Faria deposito benemerito de todos os thesouros da antiguid[ad]e, e mostra haver sido Garcia Mendes

maneira: Diz o Conde D. Pedro no seu Livro [etc] de maneira que o accrescentador cita ao Conde D. Pedro, e a su livro, como cousa diff[eren]te deste. Differente he não em tudo, mas no modo da repartição dos titulos e paragrafos, e algumas licenças conservando o mais texto, em que]induzio coisas indignas de se admittirem por do Conde, que será forçoso averiguar o seu tempo. A certeza que o accrescentador usóu com o Conde, em lhe não usurpar todo o trabalho, deixou bem pencionado com os pontos, que por esta via lhe lançou às costas.

Finalmente o livro corre por do Conde D. Pedro, filho del Rei D. Dinis. Geralmente he louvado o Conde por este trabalho, e authorizado com elogios dos Nobiliaristas da Hespanha, e autores classicos de Historia, a que servio de guia nas materias principalmente de gerações e nobreza. O nosso Portuguez Gaspar Barreiros, bem conhecido por sua erudição, escrevia da nobreza, e determinava ampliar o Nobiliario do Conde, de que fez hum elogio naquella obra manuscripta. Andre de Resende se persuade que era este o intento de Barreiros, e assim o declára na epistola a Quebedo. Fôra de muita utilidade aquella illustração de gaspar Barreiros. Hoje vemos estampado o Livro do Conde em Roma e Madrid com algumas annotações, e varia repartição dos titulos.

Persuado me ser o Conde D. Pedro autor deste livro, o que Conde de Barcellos, e não o outro Pero Affonso seu irmão. Está em prova o livro da Torre, conservando se com o titulo do Conde D. Pedro, e nãp de seu irmão Pero Affonso, e na mesma forma outro manuscrito antiquissimo, que veio às mãos do Chantre de Evora Manuel de Severim de Faria deposito benemerito de todos os thesouros da antiguidade, e mostra haver sido Garcia Mendes

Prior de Alcaçova, primo com irmão do m[es]mo Conde D. Pedro...

Correrão razões no Conde de Barcellos D. Pedro p[ar]a poder sahir à luz com esta obra genealogica, p[o]r q[ue] temos certeza de ser homem inclinado a estudos, seg[un]do vemos em seu testamento, em q[ue] deixa a el Rei de Castella o seu livro das cantigas, e q[ue]m tinha composto hum cancionero, q[ue] podia ser apresentando a hum Rei, pessoas era com noticias de boas letras...

O R[everen]do João Rap. Mapp. de Port. tom.2. p.4. cap.2.§ 11 p.338 n.34 [3] diz: O original do Conde se conservou no Archivo Real da Torre do Tombo, e he m[ui]to mais breve do q[ue] os transcriptos, q[ue] andão impressos juntam[en]te com as notas de João Bautista Lavanha, Manoel de Faria e Sousa, Alvaro Ferreira de Vera, e Felix Machado. Alguns Autores Castelhanos de conhecida intellig[enci]a tambem o annotarão, e taes forão Jeronymo Zurita, Ambrosio de Morales, João Rodrigues de Sá [*] e outros, q[ue] todos tiverão sempre a esta obra p[o]r estimavel, e a seu Autor de relevante merecim[en]to e credito.

[*]Not. João Rodrigues de Sá he Portuguez. Veja se a obra citada ibid. p.335 n.22.

[1]CONDE D. PEDRO, LAVAÑA, Juan Bautista. Nobiliario de D. Pedro Conde de Bracelos Hijo del Rey D. Dionis de Portugal, ordenado y ilustrado con notas y indices por Ivan Bautista Lavaña Coronista Mayor del Reyno de Portugal. En Roma, Por Estevan Paolinio M.D.C.X.L. [1640] Con licencia de los Superiores.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[3]CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaão Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nesta segunda edição revisto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as*

Prior de Alcaçova, primo com irmão do mesmo Conde D. Pedro

Correrão razões no Conde de Barcellos D. Pedro para poder sahir à luz com esta obra genealogica, por que temos certeza de ser homem inclinado a estudos, segundo vemos em seu testamento, em que deixa a el Rei de Castella o seu livro das cantigas, e quem tinha composto hum cancionero, que podia ser apresentando a hum Rei, pessoas era com noticias de boas letras.

O original do Conde se conservou no Archivo Real da Torre do Tombo, e he muito mais breve do que os transcriptos, que andão impressos juntamente com as notas de João Bautista Lavanha, Manoel de Faria e Sousa, Alvaro Ferreira de Vera, e Felix Machado. Alguns Autores Castelhanos de conhecida intelligencia tambem o annotarão, e taes forão Jeronymo Zurita, Ambrosio de Morales, João Rodrigues de Sá e outros, que todos tiverão sempre a esta obra por estimavel, e a seu Autor de relevante merecimento e credito. (*Mappa de Portugal, 1762*)

licenças neceffarias, e Privilegio Real.

Dsc00469

Nobregas – Do Livro dos Registros del Rei D. Aff[ons]o III consta haver já o appellido de Nobrega. Tem estes p[o]r Armas de Nobreza o campo de ouro e quatro pallas de vermelho, e p[o]r timbre hum meio Leão de ouro com huma palla vermelha. Fr. A. Brand. Mon. p.4 L.15 c.46. [1]

Do liuro dos registros delRey D. Afonso III. Sabemos muitos appellidos, [...] Nobrega, [...].

Os Nobreza tem por armas de nobreza o campo de ouro, e quatro pallas de vermelho, e por timbre hum meyo Leão de ouro com hua palla vermelha. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Nobreza. Familia he huma ordem de descend[enci]a q[ue] trazendo seu prinsi[pi]o de hua pessoa, se vai continuando e estendendo de filhos a netos de maneira q[ue] faz hua parentella ou linhagem; a q[ua]l da antig[uida]de e clareza das coisas feitas he chamasa Nobre.

Esta palavra nobre he latina, e se derivou de nobiles; que tanto val como notavel e conhecido. Seg[un]do Scipião Amirato em Discursos q[ue] faz antes das Fam[ili]as de Napoles, e de outras q[ue] melhor sobre esta mat[eri]a escreverão, se mostra q[ue] a Nobreza consta de duas p[ar]tes som[en]te q[ue] são antiguid[ad]e , e clareza. A antiguid[ad]e se mostra nas Fam[ili]as contando nellas pelos tempos passados m[ui]tos grãos, idades, ou gerações; e conforme a melhor opinião, tanto val hua id[ad]e moralm[en]te[?] fallando, como 34 a[no]s de tempo. P[o]r q[ue] p[o]r estes a[no]s [?] começo os fi[lh]os a succeder aos pais; e assim q[uan]to maior num[er]o destas successões, ou id[ad]es mostrar cada huma de not[ici]as de sua Fam[ili]a ainda q[ue] não conte os grãos successivos de pai a filho, tantas id[ad]es ou gerações mais mostrará. Os grãos são as successões continuadas de pai a filho, sem interrupção. Sendo duas Familias antigas, huma q[ue] mostre mais grãos continuados de pai a filho, eoutra menos; porem q[ue] haja della mais antiga memoria p[o]r chronicas ou outros docum[en]tos certos, será esta tida p[o]r mais antiga, ainda q[ue] continue menos successões.

A antiguid[ad]e das Fam[ili]as da Hesp[anh]a he das maiores da Europa, p[o]r q[ue] seconservou sempre com seus Reis, q[ue] são das mais antigas dellas. E assim dos Godos p[ar]a cá se ha de tomar a sua principal origem; posto q[ue] tambem dos Romanos venhão alg[um]as das illustres linhagens da Hesp[anh]a, pois a possuirão tantos seculos. E ainda q[ue] os Rom[an]os forão expellidos pelas Nações do Norte, q[ue] aborrecião grandem[en]te o nome Latino, todavia ficarão m[ui]tos em Itália, França e Hesp[anh]a, como parece claro das Leis de Fuero juzgo, q[ue] delles fallão.

Depois da entrada dos Arabes em Hesp[anh]a foi Portugal hum dos prim[ei]ros

Familia he huma ordem de descendencia que trazendo seu principio de hua pessoa, se vai continuando e estendendo de filhos a netos de maneira que faz hua parentella ou linhagem; a qual da antiguidade e clareza das coisas feitas he chamasa Nobre.

Esta palavra nobre he latina, e se derivou de *nobiles*; que tanto val como notavel e conhecido. Segundo Scipião Amirato em Discursos que faz antes das Familias de Napoles, e de outras que melhor sobre esta materia escreverão, se mostra que a Nobreza consta de duas partes somente que são antiguidade , e clareza. A antiguidade se mostra nas Familias contando nellas pelos tempos passados muitos grãos, idades, ou gerações; e conforme a melhor opinião, tanto val hua idade moralmente fallando, como 34 anos de tempo. Porque por estes anos começo os filhos a succeder aos pais; e assim quanto maior numero destas successões, ou idades mostrar cada huma de noticias de sua Familia ainda que não conte os grãos successivos de pai a filho, tantas idades ou gerações mais mostrará. Os grãos são as successões continuadas de pai a filho, sem interrupção. Sendo duas Familias antigas, huma que mostre mais grãos continuados de pai a filho, eoutra menos; porem que haja della mais antiga memoria por chronicas ou outros documentos certos, será esta tida por mais antiga, ainda que continue menos successões.

A antiguidade das Familias da Hespanha he das maiores da Europa, porque seconservou sempre com seus Reis, que são das mais antigas dellas. E assim dos Godos para cá se ha de tomar a sua principal origem; posto que tambem dos Romanos venhão algumas das illustres linhagens da Hespanha, pois a possuirão tantos seculos. E ainda que os Romanos forão expellidos pelas Nações do Norte, que aborrecião grandemente o nome Latino, todavia ficarão muitos em Itália, França e Hespanha, como parece claro das Leis de Fuero juzgo, que delles fallão.

Depois da entrada dos Arabes em Hespanha foi Portugal hum dos primeiros Reinos, que se recuperou pelos Christãos; e os

Reinos, q[ue] se recuperou pelos Christãos; e os [primei]ros Fidalgos, q[ue] Leão, Asturias e Galliza, o vierão povoar, forão em tempo del Rei D. Ramiro, como se vê do Conde D. Pedro. Porem dando depois el Rei D. Fernando o I de Leão esta Provincia a D. Garcia seu filho entrarão outros m[ui]tos de novo com a sua corte, e ultim[amen]te com a Rainha D. Theresa mulher do Conde D. Henrique; ao qual acompanharão tambem alg[un]s Fidalgos Francezes; alem dos quaes vierão outros, q[ue] ficarão no Reino, p[o]r se acharem nas tomadas de L[isbo]a [Silves?], e Alcacer do Sal, q[ue] se conquistarão com o favor das Armadas das Provincias do Norte, q[ue] hião à conquista da Terra Santa. Entrarão depois alg[um]as Familias de Castella no tempo do nosso Rei D. Pedro, e m[ui]tas mais nos del Rei D. Fernnado pela pertença que teve de se fazer senhor daquelle Reino a servir el Rei D. João I assim nas guerras de Castella, como na tomada de Ceuta, vierão m[ui]tos Fidalgos de França e Inglaterra, q[ue] ficando no Reino derão principio a alg[um]as linhagens delle.

Tormarão a entrar novas Familias de Cast[el]a em tempo del Rei D. Aff[ons]o V q[uan]do se veio daquelle Reino, deixando a pretenção q[ue] tinha delle p[o]r p[ar]te da Excellente Senhora. E como todas as Rainhas de Portugal vierão Fidalgos, assim dos Reinos de Aragão, como

Dsc00472

de Castella, e da Inglaterra, de q[ue] ha linhagens illustres no Reino. E ultim[amen]te depois da descoberta da India vierão alg[um]as familias nobres da India em razão do commercio. Estas são as antiguid[ad]es q[ue] com certeza se podem dar as linhagens de Portugal.

A clareza, q[ue] como se disse, he outra 2^a p[ar]te da nobreza, se mostra pelas dignid[ad]es, ou honras, q[ue] os daquelle Appellido alcançarão na Republica, como são os Estados Titulares, ou Senhorios de [Terras?], Off[ici]os Mores da Casa Real, governos, cargos supremos militares e civis. Fazem tambem calareza as dignid[ad]es grandes Ecclesiasticas, como Pontificados, Cardilados, e Bispados; e assim m[es]mos as Letras, o valor e leald[ad]e, liberalid[ad]e, justiça, e sibretudo a santid[ad]e

primeiros Fidalgos, que Leão, Asturias e Galliza, o vierão povoar, forão em tempo del Rei D. Ramiro, como se vê do Conde D. Pedro. Porem dando depois el Rei D. Fernando o I de Leão esta Provincia a D. Garcia seu filho entrarão outros muitos de novo com a sua corte, e ultimamente com a Rainha D. Theresa mulher do Conde D. Henrique; ao qual acompanharão tambem alguns Fidalgos Francezes; alem dos quaes vierão outros, que ficarão no Reino, por se acharem nas tomadas de Lisboa Silves, e Alcacer do Sal, que se conquistarão com o favor das Armadas das Provincias do Norte, que hião à conquista da Terra Santa. Entrarão depois algumas Familias de Castella no tempo do nosso Rei D. Pedro, e muitas mais nos del Rei D. Fernnado pela pertença que teve de se fazer senhor daquelle Reino a servir el Rei D. João I assim nas guerras de Castella, como na tomada de Ceuta, vierão muitos Fidalgos de França e Inglaterra, que ficando no Reino derão principio a algumas linhagens delle.

Tormarão a entrar novas Familias de Castela em tempo del Rei D. Afonso V quando se veio daquelle Reino, deixando a pretenção que tinha delle por parte da Excellente Senhora. E como todas as Rainhas de Portugal vierão Fidalgos, assim dos Reinos de Aragão, como

de Castella, e da Inglaterra, de que ha linhagens illustres no Reino. E ultimamente depois da descoberta da India vierão algumas familias nobres da India em razão do commercio. Estas são as antiguidades que com certeza se podem dar as linhagens de Portugal.

A clareza, que como se disse, he outra segunda parte da nobreza, se mostra pelas dignidades, ou honras, que os daquelle Appellido alcançarão na Republica, como são os Estados Titulares, ou Senhorios de Terras, Officios Mores da Casa Real, governos, cargos supremos militares e civis. Fazem tambem calareza as dignidades grandes Ecclesiasticas, como Pontificados, Cardilados, e Bispados; e assim mesmos as Letras, o valor e lealdade,

pois excedendo todas as grandezas humanas, se levanta as divinas. E assim q[uan]do qualq[ue]r destas coisas he insigne, não ilustra menos a Família, q[ue] m[ui]tos titulos.

Tem a clareza sobre a antiguid[ad]e, seg[un]do Scipião Amirato, q[ue] ainda q[ue] seja moderna, val mais q[ue] a antiguid[ad]e sem ella. Pelo q[ue] estando hua Família Titulada, ainda q[ue] seja conhecida de pouco tempo, fica preferida a outra mais antiga, se esta então não alcançou não semelhante dignid[ad]e. Em iguais Titulos de dignid[ad]e será mais clára a família q[ue] tiver, maior numero, e a maior dignid[ad]e (ainda q[ue] menor em numero) vence a multidão das menores. De modo q[ue] val hu Ducado p[o]r m[ui]tos Condado, e huma livre, mais q[ue] todos os avassallados.

Ha neste Reino 5 grãos de Nobreza, seg[un]do a Ord. L.5 tit.139. O prim[eir]o, são os vassallos, q[ue] tem cavallo; o 2º os Escudeiros; o 3º os cav[aleir]os; p 4ºos Fidalgos de cotta d'Armas e gerações, q[ue] tem insignias de nobreza; o 5 he dos Fidalgos, q[ue] tem assentam[en]to e foro na Casa d'el Rei. Entre estes tambem ha diff[erên]ça p[o]r q[ue] as Leis do Reino fazem menção de tres gen[er]os de solar, q[ue] são solar conhecido, solar com jurisdicção, e solar g[ran]de. Os de solar conhecido, seg[un]do o Dr. Antonio Francisco no Tratado da Nobreza, são aquelles q[ue] tem a nobreza se Avós, e Bisavós; de modo q[ue] se não pode por em duvida ser o tal appellido Nobre, e de fidalguia antiga. Os de solar com jurisdicção são os senhores de terras, q[ue] p[o]r doação Real as possuem, e governão com suas jurisdicções. Os de solar g[ran]de, são os Duques, Marquezes, Condes, Viscondes, e Barões de Titulo, q[ue] são verdadeiram[en]te g[ran]des, e p[o]r esta causa os chama a ordenação de Fidalgos de g[ran]de solar. Os Reis deste Reino fizeram sempre tanto caso da Nobreza, q[ue] só delle se servirão, assim nos cargos de Estado, como nos da Justiça, Fazenda, e Milicia; e no serviço da Casa Real não são admitidos se não os nobres. Sev. de Far. Not. de Port. disc.3 §1. [1]

liberalidade, justiça, e sibretudo a santidade pois excedendo todas as grandezas humanas, se levanta as divinas. E assim quando qualquer destas coisas he insigne, não ilustra menos a Família, que muitos titulos.

Tem a clareza sobre a antiguidade, segundo Scipião Amirato, que ainda que seja moderna, val mais que a antiguidade sem ella. Pelo que estando hua Família Titulada, ainda que seja conhecida de pouco tempo, fica preferida a outra mais antiga, se esta então não alcançou não semelhante dignidade. Em iguais Titulos de dignidade será mais clára a família que tiver, maior numero, e a maior dignidade (ainda que menor em numero) vence a multidão das menores. De modo que val hu Ducado por muitos Condado, e huma livre, mais que todos os avassallados.

Ha neste Reino 5 grãos de Nobreza, segundo a Ord. L.5 tit.139. O primeiro, são os vassallos, que tem cavallo; o segundo os Escudeiros; o terceiro os cavaleiros; p quarto os Fidalgos de cotta d'Armas e gerações, que tem insignias de nobreza; o quinto he dos Fidalgos, que tem assentamento e foro na Casa d'el Rei. Entre estes tambem ha differença porque as Leis do Reino fazem menção de tres generos de solar, que são solar conhecido, solar com jurisdicção, e solar grande. Os de solar conhecido, segundo o Dr. Antonio Francisco no Tratado da Nobreza, são aquelles que tem a nobreza se Avós, e Bisavós; de modo que se não pode por em duvida ser o tal appellido Nobre, e de fidalguia antiga. Os de solar com jurisdicção são os senhores de terras, que por doação Real as possuem, e governão com suas jurisdicções. Os de solar grande, são os Duques, Marquezes, Condes, Viscondes, e Barões de Titulo, que são verdadeiramente grandes, e por esta causa os chama a ordenação de Fidalgos de grande solar. Os Reis deste Reino fizeram sempre tanto caso da Nobreza, que só delle se servirão, assim nos cargos de Estado, como nos da Justiça, Fazenda, e Milicia; e no serviço da Casa Real não são admitidos se não os nobres. *Noticias de Portugal, 1655, 1740)*

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes

commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Nogueiras. El Rei D. Aff[ons]o II fez doação da quinta de Nogueira a Mendo de Paes, q[ue] diz ser seu Aio. Tibi Mendo Pelagii nutritori meo facio donationem de villa quae vocatur Nogueira, (Cart. de S. Crus de Coimbra) He a data os 3 do Calendas de Agosto, da Era de 1249, q[ue] são o 30 de Julho do anno de 1211, o prim[ei]r[o] do seu reinado.

Do senhorio desta Villa, ou quinta he mui provavel q[ue] se derivou o appellido de Nogueira nos descend[ent]es, ou, succes[sor]es de Mendo Paes, pois he certo q[ue] os sobrenomes, q[ue] se tomavão das terras, como este, não era tanto p[o]r viverem nella os q[ue] usavão delle, como p[o]r terem alg[um] senhorio ou jurisdição na m[es]ma terra, e às taes terras chamão solar, nome deduzido da palavra latina, solum, q[ue] quer dizer chão ou assento. Em hum testam[en]to cujo original se conserva no Mosteiro de Almoester de Monjas de S. Bernardo, em q[ue] dispõe de seus bens Fernão Nunes, e sua mulher D. Elvira Pires, assina com o nome de Miles q[ue] he Cav[aleir]o ou Fidalgo Martim Martins de Nogueira. E he a sua data em a Era de 1288, q[ue] corresponde ser an[o] de 1250.

Ha deste appellido Morgados, o principal dos quaes está incluído na casa dos Viscondes de Villa Nova de Cerveira, hoje Marquezes de Ponte de Lima. São as Armas dos Nogueiras em campo de ouro huma banda empequetada de prata, e verde, cinco peças em fxa, sobre tudo huma correa vermelha, e p[o]r timbre hum pescoço de serpe de ouro empequetado de verde com hum ramo de nogueira na boca, com ouriços de nozes de sua m[es]ma côr. Fr. A. Bra. Mon. p.4. L.13. c.14. [2]

No anno de 1297 se acha o appellido de Nogueira em pessoas de m[ui]ta qualid[ad]e. A 7 de Fev[ereir]o fez doação D. Sancha Pires de Pereira, viuva de Rui Pires de Nogueira da metade de hum casal q[ue] tinha, com D. Margarida Pires de Portocarreiro no lugar, q[ue] chamão Nogueira do Julgado de Sever, a sua sobrinha D. Fruilhe Annes Redonda Monja de Arouca. Gonçalo Annes Nogueira seu pai nomeia o Conde D. Pedro tit.44 p[o]r este tempo, e diz

Em primeiro lugar se me oferece a doação da quinta de nogueira, que elRey D. Afonso fez a Mendo Paes, que diz ser seu Ayo. *Tibi Mendo Pelagij nutritori meo facio donationem de villa quae vocatur Nogueira.* [nota lateral: *Cartorio de santa Cruz de Coimbra.*] He a data a 3 das Calendas de Agosto, da Era de mil e duzentos e quar~enta e nove, que são a 30. de Iulho do anno de 1211. o primeiro de seu reinado.

Do senhorio desta Villa, ou Quinta he muy provavel que se derivou o appellido de Nogueira nos descendentes, ou successores de Mendo Paes, pois he certo q' os sobrenomes que se tomavão das terras como este, não era tanto por viverem nella os que usavão delles, como por terem algum senhorio, ou jurdição (sic) na mesma terra, e às taes terras chamão, Solares, nome deduzido da palavra Latina, *solum*, q' quer dizer chão, ou assento. Em hum testamento cujo original se conserva no Mosteiro de Almoester de Monjas de S. Bernardo, em que dispõe de seus be~s Fernão Nunez, e sua molher Dona Elvira Pirez assina com o nome de, *miles*, que he Cavaleiro, ou fidalgo Martim Martins de Nogueira. E he a sua data em a Era de 1288. que responde ao anno de 1250.

Ha deste appellido Morgados, o principal dos quaes está incluído na casa dos Viscondes de Villa nova de Cerveira Condes de Arco. São as Armas dos Nogueiras em campo de ouro hua banda empequetada de prata e verde, sinco peças em fxa, sobre tudo hua correa vermelha, e por timbre hum pescoço de Serpe de ouro empequetado de verde cõ hum ramo de nogueira na boca com oriços de nozes de sua mesma côr. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Neste mesmo anno acho tambem o appellido de Nogueira em pessoas de muita qualidade. A sete de Fevereiro fez doação Dona Sancha Pires de Pereira, viuva de Ruy Pires de Nogueira, da ametade de hum casal que tinha, com Dona Margarida Peres de Portocarreiro no lugar q' chamão Nogueira do julgado de Sever, a sua sobrinha D. Fruilhe Annes Redonda, monja de Arouca. Gonçalo Annes Nogueira seu pay nomea o Conde D. Pedro [nota lateral: *Tit.44.*]

q[ue] D. Guiomar Gonçalves Nogueira estava casada com Gonçalo Pires Fasião e Avellar. Era ella filha de Gonçalo Annes, e neta de João Nogueira.

por este tempo, e diz que D. Guiomar Gonsalves Nogueira estava casada com Gonçalo Pires Fasião e Avelal. Era ella filha de Gonsale Annes, e neta de João Nogueira.

Dsc00474

Devião de tomar este appellido do senhorio daquelle lugar de Nogueira. Hoje se conserva este appellido e principal morgado, q[ue] he o de S. Lourenço de Lisboa, unido aos Brittos no casam[en]to de Violante Nogueira proprietaria delle, com João Affonso de Brito, e agora encorporando com o de S. Estevão de Beja, q[ue] he dos Britos, aos Viscondes de Villa Nova da Cerveira, presentem[en]te Marquezes de Ponte de Lima, pelo casam[en]to de Luiz de Britto com a Viscondeça D. Ignez de Lima: e assim retem os appellidos de Lima, Nogueira, e Britto, p[o]r femeas dous, e o de Britto p[o]r varonia. Fr. Fr. Brand. Mon. p.5. L.17 c.42. [2]

Devião de tomar este appellido do senhorio daquelle lugar de Nogueira. Oje se conserva este appellido, e principal morgado, que he o de São Lourenço de Lisboa, unido aos Brittos no casamento de Violante Nogueira proprietaria delle cõ Ioão Afonso de Britto, e agora emcorporado com o de Santo Estevão de Beja, que he dos Brittos aos Viscondes de Villanova de Cerveira pelo casamento de Luis de Britto com a Viscondessa Dona Ines de Lima: e assi retem os appellidos de Lima, Nogueira, e Britto, por femeas os dous, e o de Britto por baronia. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Nomaes. Hum dos Fidalgos Portuguezes, q[ue] se acharão co cerco de Sevilha em 1248 nomeados pelo Conde D. Pedro foi D. Rui Nunes das Asturias. Casou com D. Elvira de Palmira da casa dos Pereiras, em a qual o Conde começa o titulo 33 Seus descend[en]tes se chamarão de Nomaes, e entre elles he mui conhecido Rui de Martins Nomaes, Alferes do Infante de castella D. Henrique, filho del Rei D. Fernando, o qual favorecendo as p[ar]tes de Manfredo Rei de Napoles e Cecilia teve huma cruel batalha com os Francezes, na qual o m[es]mo Rei ficou morto, e o Inf[an]te captivo, e o Alferes Rui Martins satisfazendo a sua obrigação, e off[ici]o perdeo a vida. De Rui Nunes ficou descend[enci]a, a qual se unio à familia dos Cunhas, e a outras. Fr. A. Brand. Mon. p.5 L.15. c.3. [1]

Dos fidalgos Portuguezes nomeados pelo Conde Dom Pedro que se acharaõ no cerco de Sivilha [...] [p.173v]

Dom Ruy Nunes das Asturias foy casado com Dona Elvira de Palmira da casa dos Pereiras, em a qual o Conde Dom Pedro começa o titulo 33. seus descendentes se chamarão de Nomaes, e elles he muy conhecido Ruy Martins de Nomaes Alferes do Infante de Castella Dom Henrique, filho delRey Dom Fernando, o qual favorecendo as partes de Manfredo Rey de Napoles e Cecilia teve hua cruel batalha com os Franceses, na qual o mesmo Rey ficou morto, e o Infante cativo, e o Alferes Ruy Martinz satisfazendo a sua obrigação e officio perdeo a vida. De Ruy Nunes ficou descendencia, a qual se unio à familia dos Cunhas, e a outras. *[p.176v] (Quarta Parte da Monarquia Lusitana, 1632)*

[1]O trecho encontra-se, de fato, em BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00477

Nomeada, moeda de prata do tamanho de hum meio tostão com hum Escudo do Reino de huma banda, e o nome do Rei em circuito. Em humas de D. João o I em outras de D. Duarte. No reverso huma cruz de S. Jorge com a letra: Dominus adjutor fortis. Corria esta moeda em tempo del Rei D. Duarte não achamos q[ue] valia tinha. Fr. Ant. da Purif. Chron. dos Erem. part. 2 L.7. tit.6 §6. [1]

moeda de prata do tamanho de hum meio tostão com hum Escudo do Reino de huma banda, e o nome do Rei em circuito. Em humas de D. João o I em outras de D. Duarte. No reverso huma cruz de S. Jorge com a letra: *Dominus adjutor fortis*. Corria esta moeda em tempo del Rei D. Duarte não achamos que valia tinha.

[1]PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

Noronhas. D. Aff[ons]o Conde de Gijon e Noronha, filho natural del Rei D. Henrique de Cast[el]a casou co a infanta D. Isabel filha tambem natural do nosso Rei D. Fernando, cujo casam[en]to foi origem de Familias nobilissimas em toda Hespanha. Nascerão dos inf[an]tes Condes de Noronha estes filhos: D. Pedro de Noronha, D. João, D. Fernando, D. Sancho, D. Henrique, D. Constança, D. Beatriz, e outros, de q[ue] não ha certeza se forão legitimos.

O 1º filho D. Pedro de Noronha foi Arcebispo de Lisboa; teve estes filhos D. João de Noronha, D. Pedro de Noronha, D. Fernando, D. Leão, D. Isabel, D. Ignez, e D. Leonor de Noronha. O D. João de Noronha 1º filho do Arcebispo, foi Alcaíde mór de Obidos; casou com D. Filippa de Castro, filha de D. Alvaro Gonçalves de Ataíde Conde de Atouguia, de q[ue]m deixou descend[enci]a. D. Pedro de Noronha, filho 2º do Arcebispo, foi senhor do Cadaval, e mordomo mór del Rei D. João II, e commendador mór da Ordem de Santiago; casou com D. Catharina de Tavora, filha de Martinho de Tavora Reposteiro mór del Rei D. Aff[ons]o V da qual deixou filhos. D. Fernando de Noronha 3º filho do Arcebispo, foi gov[ernad]or da Casa da Princeza D. Joanna chamada a Excelente Senhora: casou com D. Constança de Castro, filha de Gonçalo de Albuquerque Senhor de Villa Verde deixarão filhos. A filha do Arcebispo D. Isabel casou com o Marquez de Monte mór, Condestavel de Portugal; e a outra filha do m[es]mo Arcebispo D. Ignez de Noronha casou com D. João de Almeida Conde de Abrantes; e a 3ª filha D. Leonor de Noronha foi mulher de D. Lopo de Alburq[uerqu]e Conde de Penamacor, Camareiro mór del Rei D. Aff[ons]o V.

O 2º filho do Inf[an]te Conde de Gijon D. João do Noronha morreo sua geração em Africa; e o 3º D. Fernando de Noronha casou com D. Brites de Menezes, 1º Conde de V. Real; e p[or] causa da mulher foi este D. Fernando seg[un]do Conde daquela Villa. Foi cav[aleir]o de Nobilissimo procedim[en]to e mui valeroso. Teve de sua mulher D. Brites de Menezes, entre outros a D. Pedro de Menezes e Noronha, ao qual fez Marq[ue]z de V. Real el Rei D. João II co

D. Afonso Conde de Gijon e Noronha, filho natural del Rei D. Henrique de Castela casou co a infanta D. Isabel filha tambem natural do nosso Rei D. Fernando, cujo casamento foi origem de Familias nobilissimas em toda Hespanha. Nascerão dos infantes Condes de Noronha estes filhos: D. Pedro de Noronha, D. João, D. Fernando, D. Sancho, D. Henrique, D. Constança, D. Beatriz, e outros, de que não ha certeza se forão legitimos.

O primeiro filho D. Pedro de Noronha foi Arcebispo de Lisboa; teve este filhos D. João de Noronha, D. Pedro de Noronha, D. Fernando, D. Leão, D. Isabel, D. Ignez, e D. Leonor de Noronha. O D. João de Noronha 1º filho do Arcebispo, foi Alcaíde mór de Obidos; casou com D. Filippa de Castro, filha de D. Alvaro Gonçalves de Ataíde Conde de Atouguia, de q[ue]m deixou descendencia. D. Pedro de Noronha, filho segundo do Arcebispo, foi senhor do Cadaval, e mordomo mór del Rei D. João II, e commendador mór da Ordem de Santiago; casou com D. Catharina de Tavora, filha de Martinho de Tavora Reposteiro mór del Rei D. Afonso V da qual deixou filhos. D. Fernando de Noronha terceiro filho do Arcebispo, foi governador da Casa da Princeza D. Joanna chamada a Excelente Senhora: casou com D. Constança de Castro, filha de Gonçalo de Albuquerque Senhor de Villa Verde deixarão filhos. A filha do Arcebispo D. Isabel casou com o Marquez de Monte mór, Condestavel de Portugal; e a outra filha do mesmo Arcebispo D. Ignez de Noronha casou com D. João de Almeida Conde de Abrantes; e a terceira filha D. Leonor de Noronha foi mulher de D. Lopo de Albuquerque Conde de Penamacor, Camareiro mór del Rei D. Afonso V.

O segundo filho do Infante Conde de Gijon D. João do Noronha morreo sua geração em Africa; e o terceiro D. Fernando de Noronha casou com D. Brites de Menezes, primeiro Conde de V. Real; e por causa da mulher foi este D. Fernando segundo Conde daquela Villa. Foi cavaleiro de Nobilissimo procedimento e mui valeroso. Teve de sua mulher D. Brites de Menezes, entre outros a D. Pedro de Menezes e

g[ran]de solemnidad[ad]e no an[o] 1489.

D. Brites de Noronha a filha do Inf[an]te Conde de Gijon casou com Rui Pereira dos de Riba de Visella. Tiverão quatro filhos; D. Constança, q[ue] foi condeça de Abranches; D. Isabel, q[ue] foi Duqueza do Infantado em Castella; D. Beatriz q[ue] foi Senhora de Moron; e D. Maria, q[ue] foi condeça de Montorio no Reino de Napoles: esta casou com Pedro Lallo Camponesco, Conde de Montorio, da qual

Dsc00480

teve a Victoria Camponesca, q[ue] casou com João Ant[oni]o Carafa; filho de Diomedes, Conde de Matalon; e destes nasceo, entre outros, o Papa Paulo IV chamado prim[eir]o João Pedro Carafa: de sorte, q[ue] foi bisneto este Pontifice de Portuguezes Pereiras de Riba de Visella. Basta tocar aqui esta noticias o mais veja-se nas Genealogistas, aonde escrevem das Casas de Villa Real, de Monsanto ou Cascaes, de Linhares, e Villa Verde, dos Arcos, q[ue] todos são descend[ent]es dos dois Inf[an]tes referidos.

Tomarão o appellido de Noronha pela Villa de Noronha nas Asturias. As suas armas são hum escudo esquartelado; ao 1º as quinas Reaes de Portugal; ao 2º as armas Reaes de Castella manteladas de prata com dois leões de purpura batalhantes; e bordadura composta de oiros e veiros. Fr. Man. dos Santos. Mon. p.8. l.22. c.25. [1]

Os Noronhas e Henriques p[or] serem descend[en]tes de D. Aff[ons]o filho natural del Rei D. henrique, o Nobre Rei de Castella, e D. Isabel filha natural del Rei D. Fernando de Portugal trazem o escudo quarteado das Armas de Portugal e Castella. Sev. de Far. Not. disc.3 §15. [2]

O appellido de Noronhas tem p[or] authores dois Reis. Hum D. Henrique de Castella; e outro D. Fernando de Portugal, dos quaes foi filho e genro hum Conde de Gijon Senhor de Noronha, author delle, e de g[ran]des casas neste Reino. Fr. Luiz de Sousa Hist. de S. Doming. p.2 l.1 c.8. [3]

Noronhas, y Meneses andan juntos; y los primogenitos de la Casa de Villa Real llaman Noroñas en tanto que no le heredan; y Meneses

Noronha, ao qual fez Marquez de V. Real el Rei D. João II co grande solemnidade no ano 1489.

D. Brites de Noronha a filha do Infante Conde de Gijon casou com Rui Pereira dos de Riba de Visella. Tiverão quatro filhos; D. Constança, que foi condeça de Abranches; D. Isabel, que foi Duqueza do Infantado em Castella; D. Beatriz que foi Senhora de Moron; e D. Maria, que foi condeça de Montorio no Reino de Napoles: esta casou com Pedro Lallo Camponesco, Conde de Montorio, da qual

teve a Victoria Camponesca, que casou com João Antonio Carafa; filho de Diomedes, Conde de Matalon; e destes nasceo, entre outros, o Papa Paulo IV chamado primeiro João Pedro Carafa: de sorte, que foi bisneto este Pontifice de Portuguezes Pereiras de Riba de Visella. Basta tocar aqui esta noticias o mais veja-se nas Genealogistas, aonde escrevem das Casas de Villa Real, de Monsanto ou Cascaes, de Linhares, e Villa Verde, dos Arcos, que todos são descendentes dos dois Infantes referidos.

Tomarão o appellido de Noronha pela Villa de Noronha nas Asturias. As suas armas são hum escudo esquartelado; ao primeiro as quinas Reaes de Portugal; ao segundo as armas Reaes de Castella manteladas de prata com dois leões de purpura batalhantes; e bordadura composta de oiros e veiros. (*Monarquia Lusitana, 1729*)

Os Noronhas e Henriques por serem descendentes de D. Aff[ons]o filho natural del Rei D. henrique, o Nobre Rei de Castella, e D. Isabel filha natural del Rei D. Fernando de Portugal trazem o escudo quarteado das Armas de Portugal e Castella. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

O appellido de Noronhas tem por authores dois Reis. Hum D. Henrique de Castella; e outro D. Fernando de Portugal, dos quaes foi filho e genro hum Conde de Gijon Senhor de Noronha, author delle, e de grandes casas neste Reino. (*História de S. Domingos, 1767*)

Noronhas, y Meneses andan juntos; y los primogenitos de la Casa de Villa Real llaman Noroñas en tanto que no le heredan; y Meneses despues de herdala. (*Lusiadas de Luis de*

despues de herdala. Far. e Sous. Comment. à Camoens, 1639)
Eglog. I de Cam. est. 8 p.164 col.2. [4]

[1]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[3]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[4]CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. Lvsiasdas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe Qvarto El Grande. Comentadas por Manvel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cfa Real [...]. Primero i Segundo Tomo. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros.

Novaes. Pero Novaes o Velho em q[ue] se principia o tit. 65 do Conde D. Pedro, foi Rico Homem e teve o Cast[el]o de Cerveira em tempo del Rei D. Sancho II como consta do Foral de Elvas. Em seus descend[en]tes se acho o appellido de Novaes, os quaes contrahirão casam[en]to com familias mui illustres. Os Novaes tem p[o]r Armas em campo azul cinco novellos de prata e aspa, e p[o]r timbre huma aspa azul com dois novellos das armas nas pontas mais altas. Fr. A. Brand. Mon. part.2 L.1[5?] c.3. [1]

Tem estes Fidalgos seu solar no julgado de Vermoin, na Freg[uesi]a de S. Salvador de Novaes, aonde está a quinta de Novaes cabeça e solar delles. Fr. F. Brand. p.5. l.16. c.17. [2]

Pero Novaes o Velho em que se principia o tit. 65 do Conde D. Pedro, foi Rico Homem e teve o Castelo de Cerveira em tempo del Rei D. Sancho II como consta do Foral de Elvas. Em seus descendentes se acho o appellido de Novaes, os quaes contrahirão casamento com familias mui illustres. Os Novaes tem por Armas em campo azul cinco novellos de prata e aspa, e por timbre huma aspa azul com dois novellos das armas nas pontas mais altas. (*Monarquia Lusitana, 1609*)

Tem estes Fidalgos seu solar no julgado de Vermoin, na Freguesia de S. Salvador de Novaes, aonde está a quinta de Novaes cabeça e solar delles. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck, 1609.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Numeros antigos. Em todos os Livros ant[igos], e principal[en]te nas doações, e pergaminhos escrevia se o num[er]o mil com a letra M e às vezes com huma cruz nesta forma T. O num[er]o 50 ordinariam[en]te se acha escrito deste modo [símbolo] e sobre tudo a letra X valia humas vezes dez, e outras quarenta: q[uan]do valia dez se escrevia como ordinariam[en]te se faz nesta man[eir]a X porem, q[uan]do valia 40 se ajuntava às duas pontas de cima huma virgula ou plica desta forma X' ou destrouta. Entendo q[ue] ao principio se principiou a ajustar hum L à letra X como ainda hoje se costuma, e pelo discurso do tempo, e descuido dos q[ue] escrevião se veio a corromper na virgula q[ue] dizem, ajuntando se em forma q[ue] parece huma só letra. Fr. Ant. Brand. Mon.Lus. p.3 Prologo. [1]

Em todos os Livros antigos, e principalente nas doações, e pergaminhos escrevia se o numero mil com a letra M e às vezes com huma cruz nesta forma T. O numero 50 ordinariamente se acha escrito deste modo [símbolo] e sobre tudo a letra X valia humas vezes dez, e outras quarenta: quando valia dez se escrevia como ordinariamente se faz nesta maneira X porem, quando valia 40 se ajuntava às duas pontas de cima huma virgula ou plica desta forma X' ou destrouta [símbolo]. Entendo que ao principio se principiou a ajustar hum L à letra X como ainda hoje se costuma, e pelo discurso do tempo, e descuido dos que escrevião se veio a corromper na virgula que dizem, ajuntando se em forma que parece huma só letra. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00493

Officios da Casa Real. Ainda no tempo d'el Rei D. Fernando não erão hereditarios os officios da Casa Real; mas o novo Rei escolhia a seu arbitrio de entre a grandeza do Reino as pessoas, q[ue] havião de sevillos, se não queria conservar a familia do antecessor. Fr. Man. dos Sant. Mon. p.8. l.22. c.7. [1]

Ainda no tempo delRei D. Fernando não erão hereditarios os officios da Casa Real; mas o novo Rei escolhia a seu arbitrio de entre a grandeza do Reino as pessoas, que havião de sevillos, se não queria conservar a familia do antecessor. (*Monarquia Lusitana*, 1729)

[1]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

Oliveiras. Em 20 de Dez[embr]o de 1204 deo El Rei D.Dinis ao Arcebispo de Braga D. Martinho p[o]r motivo da sua pessoa, e não como Arcebispo todos os padroados de santa Maria de Guimarães, e da terra de Panoias do Arcebispado de Braga, e o de S. Pedro de Elvas q[ue] era então do Bispado de Evora, e alem disto a herdade no termo desta Cid[ad]e, q[ue] agora he cabeça de grandioso morgado dos Oliveiras, instituido p[o]r neste Arceb[ispo] (L.3 del Rei D. Dinis fol.35) Não foi a mercê graciosa, senão satisfatoria, em troca da Villa da Vidigueira, de que o Arceb[ispo] era S[enho]r (L.4 del Rei D.Dinis p.15)

[continua o parágrafo sem quebra]

Com a troca que o Arcebispo fez da d[it]a Villa pela herdade em q[ue] agora está situado o Morgado de Oliveira teve elle occasião p[ar]a o instituir logo dous annos ~~depois~~ adiante no de 1306 em 13 d'Agosto estando no Mosteiro de S. Fran[cis]co de Lisboa (L.8 de Odiana f.4) como consta do teor do seu testam[en]to, em q[ue] especifica as clausulas da instituição. Teve este Arceb[ispo] hum filho bastardo, q[ue] chamou D. Rodrigo de Oliveira Bispo q[ue] de Lamego, o q[ue] instituiu outro Morgado junto a Evora, q[ue] he o de Val de sobrados. Ambos estes morgados possui. conforme a vontade dos instituidores, Pero Pires de Oliveira irmão mais velho do Arceb[ispo], em cujos descend[en]tes continuou até o presente.

São os Fidalgos Oliv[eir]as origin[ari]os de entre Douro e Minho, e de alg[un]s delles e Honras suas, ha memorias nos Livros das Inquirições e devaças del Rei D. Dinis. Presume se que tiverão solar na Freg[uesi]a de Santiago de Oliveira do Cons[elh]o de Lanhoso, na qual se conservão os vestigios da Torre antiga, aonde vivião os Fidalgos deste appellido. Como o Arceb[ispo] D. Martinho era desta familia, p[ar]a memoria della deo o nome de Oliveira à herdade q[ue] agora lhe deo el Rei D. Dinis, p[ar]a assim nos possuidores, como no novo solar do morgado se perpetuasse o appellido da sua varonia. E digo q[ue] lhe deo este nome, p[o]r q[ue] a herdade se chamava da Avelheira, como consta da escriptura

Da chegada á el Rey D. Dinis [Título do capítulo] / 1304 [nota lateral] [p.68]

[...] Dezembro [...] Em 20. do mes deu El Rey ao Arcebispo de Braga D. Martinho por rafaõ de fua peffoa, & não como Arcebispo, todos os padroados de Santa Maria de Guimaraens, & da terra de Panoyas do Arcebispadado de Braga, & o de S. Pedro de Eluas, que então era do Bispado de Euora, & alem difto a herdade no termo desta Cidade, que agora he cabeça de grandiofo morgado dos Oliveiras intituido por este Arcebispo [*“L.3. d’el Rey D. Dinis fol.34.”* e *“Ib fol.35.”*, notas laterais]. Não foi a merce graciosa, fenão satisfatoria, em troca da Villa da Vidigueira, de que o Arcebispo era Senhor [*“L.4. d’el Rey D. Dinis fol.15.”*, nota lateral]. [p.69]

Com a troca que o Arcebispo D. Martinho de Oliveira fes da Villa de Vidigueira pela herdade em que agora eftá fituado o Morgado de Oliueira, teve elle occafião para o intituir logo dous annos adiante no de 1306. em 13. de Agofto eftando no Mosteiro de S. Francisco de Lisboa [*“L.8 de Odiana fol.4.”*, *nota lateral*], como confita do theor do seu testamento, em que especifica as clausulas da instituição [...] [1]. Teue este Arcebispo hum filho bastardo que chamarão D. Rodrigo de Oliueira Bispo que foi de Lamego, o qual instituiu outro morgado junto a Euora, que he o de Val de fobrados. Ambos estes morgados poffui, conforme a vontade dos intituidores, Pero Pires de Oliueira irmão mais velho do Arcebispo, [...] [2]

São os Fidalgos Oliueiras originarios de entre Douro, & Minho, & de alguns deles, & honras fuas, ha memoria nos liuros das inquirçoens, e deuaços d’el Rey D. Dinis. Prefumefe que tiuerão o folar na Freguefia de Santiago de Oliueira do Confelho de Lanhoso, na qual se conferuão os vestigios da Torre antiga, aonde viuião os Fidalgos deste appellido. Como o Arcebispo D. Martinho era desta familia, por memoria della deu o nome de Oliueira à herdade que agora lhe deu El Rei D. Dinis, para que affi nos poffuidores, como no nouo folar do morgado se perpetuaffe o appellido da fua varonia. E digo que lhe deu este nome, porque a herdade fe chamava da Aueleira, como confita da efcriptura

da troca q[ue] el Rei fez; assim q[ue] dos [primei]ros tomou o morgado o nome, e não elles do sitio do morgado. *[continua sem quebra]*

Tem os Oliveiras p[o]r Armas huma Oliveira verde em campo vermelho, com azeitonas de Ouro, e raizes de prata, e p[o]r timbre a m[es]ma Oliveira. No Livro dos blasões que se conserva na Torre do Tombo as folhas 35 se vê este dos Oliveiras. *Fr. F. Brand.* Mon. p.6. L.18. c.17. [1]

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deſtes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Conſciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672], Livro XVIII, Capítulo XVII, pp.69-72.

da troca que El Rei fes; affi que dos Senhores tomou o morgado o nome, & não elles do fitio do morgado.

Tem os Oliueiras por Armas huma oliueira verde em campo vermelho, com azeitonas de ouro, & raizes de prata, & por timbre a mesma oliueira. No liuro dos blaões que fe conferua na Torre do Tombo às folhas 35. fe vé efte dos Oliueiras. [pp.71-72] (*Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, 1672*)

[1] forão feus teſtamenteiros [...]

[2] & por não ter filhos, entrou na fucceſſão outro irmão Mem Pires de Oliueira, em cujos defcendentes por varonia fe continuou a poſſe até o prefente [...]

OMENAGEM

Dsc00490

Omenagem. Vej. Homenagem.

ORDE DA CAVALLARIA DE AVIS

Dsc00488

Orde da Cavallaria de Avis – Vej. Avis.

ORDEM DA CAVALLARIA DA ALA

Dsc00486

Ordem da Cavallaria da Ala – Vej. Ala.

ORDEM DE CAVALLARIA DE SANTIAGO

Dsc00484

Ordem de Cavallaria de Santiago. Vej. Santiago.

Ordem de Christo. Depois da extinção da Ordem do Templo, cuja instituição se principiou em 1308, e decretada a reservação dos bens della neste Reino em 1312 no Concilio de Viena, determinou el Rei D.Dinis instituir em Portugal a ordem de cav[alari]a debaixo da invocação de Jesu Christo. Para justificação do seu zelo nesta p[ar]tes, alem dos bens e terras q[ue] tinham sido dos Cav[aleir]os do Templo, largou a Villa de Castro Marim no Reino do Algarve, que era da coroa, e dispoz q[ue] nella se assentasse o convento desta Ordem, p[or] ser forte p[ar]a sitio, com bom castello e muralha, e estar fronteira a Andaluzia, e Estreito de Gibraltar, donde assim p[or] mar, como p[or] terra, se podia fazer guerra aos Mouros de Granada e Africa, q[ue] inquietavão nossos mares, ou guerreavão Castella, e persistião na teima de senhorear Hespanha.

O Papa João XXII concedeo ao sobred[it]o Rei o erigir em seu Reino a nova Ordem de Cav[alari]a com as condições e clausulas, q[ue] na Bulla desta ereção se achão declaradas. He a Bulla passada em Avinhão aos 14 de Março de 1319, e logo q[ue] el Rei em Santarem a acceitou em 5 de maio do m[es]mo anno quizera dar execução ou nella ordenado; porem p[or] [ao g[ran]de?] embaraço o n[ão] pode fazer sen[ão] no mez de Nov[embr]o. Erão dous os pontos principaes q[ue] se requerião p[ar]a a ereção da nova ordem, o 1º a incorporação das terras e bens da Cav[alari]a do Templo adjudicados p[ar]a a da Ordem de Christo, e como el Rei estava de posse dellas, convinha fazer plena restituição de tudo. O 2º era crear novo mestre, no qual como cabeça se incorporasse aquelle patrimonio, e a acceitasse novos Cav[aleir]os, com q[ue] se fizesse corpo de Religião.

Ao 1º q[ue] dependia só da resignação del Rei, deo elle cumprim[en]to em L[isbo]a a 24 de Junho p[or] carta firmada de sua Mão Real. Q[uan]to ao 2º entrando o mez de Nov[embr]o deo ordem a se tomar juntam[en]te e lançar Habito ao Mestre, q[ue] vinah nomeado na Bulla, a saber D. Gil Martins Mestre actual, q[ue] então era da Cav[alari]a e ordem de Avis. A sua

Depois da extinção da Ordem do Templo, cuja instituição se principiou em 1308, e decretada a reservação dos bens della neste Reino em 1312 no Concilio de Viena, determinou el Rei D.Dinis instituir em Portugal a ordem de cavalaria debaixo da invocação de Jesu Christo. Para justificação do seu zelo nesta partes, alem dos bens e terras que tinham sido dos Cavaleiros do Templo, largou a Villa de Castro Marim no Reino do Algarve, que era da coroa, e dispoz que nella se assentasse o convento desta Ordem, por ser forte para sitio, com bom castello e muralha, e estar fronteira a Andaluzia, e Estreito de Gibraltar, donde assim por mar, como por terra, se podia fazer guerra aos Mouros de Granada e Africa, que inquietavão nossos mares, ou guerreavão Castella, e persistião na teima de senhorear Hespanha.

O Papa João XXII concedeo ao sobred[it]o Rei o erigir em seu Reino a nova Ordem de Cavalaria com as condições e clausulas, que na Bulla desta ereção se achão declaradas. He a Bulla passada em Avinhão aos 14 de Março de 1319, e logo que el Rei em Santarem a acceitou em 5 de maio do mesmo anno quizera dar execução ou nella ordenado; porem por [ao grande] embaraço o não pode fazer senão no mez de Novembro. Erão dous os pontos principaes que se requerião para a ereção da nova ordem, o 1º a incorporação das terras e bens da Cavalaria do Templo adjudicados para a da Ordem de Christo, e como el Rei estava de posse dellas, convinha fazer plena restituição de tudo. O 2º era crear novo mestre, no qual como cabeça se incorporasse aquelle patrimonio, e a acceitasse novos Cavaleiros, com que se fizesse corpo de Religião.

Ao 1º que dependia só da resignação del Rei, deo elle cumprimento em Lisboa a 24 de Junho por carta firmada de sua Mão Real. Quanto ao 2º entrando o mez de Novembro deo ordem a se tomar juntamente e lançar Habito ao Mestre, que vinah nomeado na Bulla, a saber D. Gil Martins Mestre actual, que então era da Cavalaria e ordem de Avis. A sua profissão

profissão solemnizou el Rei na Villa de Santarem com toda a grandeza e Magestade aos 10 dias do m[es]mo mez de Nov[embr]o.

He a invocação desta Cav[alari]a, a da ordem de Jesus Christo, a insignia he a cruz vermelha quasi quadrada, fendida no meio com outra branca, esta inclusa na outra. Alg[un]s queriam q[ue] se desse esta forma da cruz p[ar]a responder, e conformar o sinal ao sinalado. E vem a ser, q[ue] como a ordem de Christo se erigio das reliquias da

Dsc00496

da Ordem do Templo de Salomão, q[ue] era figura do Corpo, e humanid[ad]e de Christo Templo vivo, do qual emanou sangue e agua, quizerão nesta instituição conservar nas cores da divisa, e cruz da nova ordem o significado com as cores branca e vermelha, symbolo do Mesmo Senhor Crucificado de cujo lado sahio agoa e sangue, e o corpo do qual elle m[es]mo disse ser Templo vivo, como declára hum dos Evangelistas. Outros não se alongando deste pensam[en]to, dizem q[ue] a cruz branca e vermelha denota a humanidade santissima de Christo banhada do sangue da redempção; e q[ue] no branco se demonstra a pureza dos Cav[aleir]os q[ue] a profissão, e no robicundo o sangue q[ue] devem derramar na defensão da Fé, e exaltação do nome de Christo, de cuja invocação he a Cav[alari]a q[ue] profissão.

O Mestre D. Gil Martins fez as prim[ei]ras Constituições neste Reino em 1321 conformando se com as de Calatrava. Cinco annos depois no de 1326 fez outras o seg[un]do Mestre D. João Lourenço e assim forão continuando os successores additando e innovando as coisas conforme o tempo requeria. Conservou se na forma sobred[it]a até o an[o] 1443 em o q[ue] sendo gov[ernad]or da Ordem o Inf[ant]e D. Henrique filho del Rei D. João o I e o 1º e principal ampliador della se fizeram novas constituições. El Rei D. Manoel as confirmou pela sé Apostoloca e fez mais outras q[ue] se guardão até o presente. P Papa Julio II concedeo esta donfirmiação p[o]r Bulla sua dada em Roma a 12 de Julho de 1505.

O d[it]o Rei D. Manuel q[ue] succedeo no Mestrado de Christo ao Duque de Viseu seu

solemnizou el Rei na Villa de Santarem com toda a grandeza e Magestade aos 10 dias do mesmo mez de Novembro.

He a invocação desta Cavalaria, a da ordem de Jesus Christo, a insignia he a cruz vermelha quasi quadrada, fendida no meio com outra branca, esta inclusa na outra. Alguns queriam que se desse esta forma da cruz para responder, e conformar o sinal ao sinalado. E vem a ser, que como a ordem de Christo se erigio das reliquias da

da Ordem do Templo de Salomão, que era figura do Corpo, e humanidade de Christo Templo vivo, do qual emanou sangue e agua, quizerão nesta instituição conservar nas cores da divisa, e cruz da nova ordem o significado com as cores branca e vermelha, symbolo do Mesmo Senhor Crucificado de cujo lado sahio agoa e sangue, e o corpo do qual elle mesmo disse ser Templo vivo, como declára hum dos Evangelistas. Outros não se alongando deste pensamento, dizem que a cruz branca e vermelha denota a humanidade santissima de Christo banhada do sangue da redempção; e que no branco se demonstra a pureza dos Cavaleiros que a profissão, e no robicundo o sangue que devem derramar na defensão da Fé, e exaltação do nome de Christo, de cuja invocação he a Cavalaria que profissão.

O Mestre D. Gil Martins fez as primeiras Constituições neste Reino em 1321 conformando se com as de Calatrava. Cinco annos depois no de 1326 fez outras o segundo Mestre D. João Lourenço e assim forão continuando os successores additando e innovando as coisas conforme o tempo requeria. Conservou se na forma sobredita até o ano 1443 em o que sendo governador da Ordem o Infante D. Henrique filho del Rei D. João o I e o 1º e principal ampliador della se fizeram novas constituições. El Rei D. Manoel as confirmou pela sé Apostoloca e fez mais outras que se guardão até o presente. P Papa Julio II concedeo esta donfirmiação por Bulla sua dada em Roma a 12 de Julho de 1505.

O dito Rei D. Manuel que succedeo no Mestrado de Christo ao Duque de Viseu seu

irmão, no capitulo q[ue] fez no an[o] 1503 ordenou q[ue] houvesse 30 habitos com commendas de 20[mil?] reis p[ar]a os moradores dos lugares de Africa, q[ue] alli vivião continuam[en]te, e a razão declara dizendo: Porq[ue] naquellas Partes seja visto pelos Mouros inimigos da nossa Santa Fé Catholica, o sinal da nossa Ordem, e saibão como p[ar]a a guerra delles foi fundada (L. das Comendas fol.101 e na [de fin.?] 64). Depois forão 37 as Comendas daquelles lugares. E supposto q[ue] estavam em [...]de prover as Comendas sem guerra invasiva, o m[es]mo Rei sentindo o contr[ari]o, separou 11 Com[en]das vellhas, e as mais q[ue] se fizessem nas Ilhas de S. Miguel e S. Maria, e as destionou p[ar]a fronteiras, q[ue] do Reino fossem servir 4 a[no]s nos m[es]mos lugares contra os inimigos da cruz de Christo, declarando na definição 51 que p[ar]a isto foi a Ordem principalmente instituida. Esta Ordenação fez no an[o] de 1513.

Dsc00497

Ordem de Christo

Ha na Ordem esta diff[erên]ça de comendas novas e velhas. As velhas são aquellas q[ue] se erigirão dos bens dos Templários applicados à Ordem logo em sua instituição, e outras q[ue] se accrescentarão até o anno de 1514. As novas são as q[ue] accrescerão dos 20mil cruzados q[ue] o Papa Leão X concedeo a el Rei D. Man[u]el naquelle anno em rendas de Igrejas e Mosteiros; e estas não ha duvida q[ue] se hão de vencer em guerra invasiva nas conquistas, p[or] q[ue] forão concedidas, declarando q[ue] tinha guerra não só em Africa, senão também em Guné, Arabia, Persia e India. E advirta se em louvado zelo del Rei D. Manoel, e de q[uan]to promoveo a Ordem de Christo, de q[ue] foi administrador, q[ue] achando a Ordem com stenta comendas a deixou com 450.

O 1º Convento em q[ue] a Ordem teve assento foi Castro Marim, conforme a Bulla da Instituição. Alli começaram a viver os novos habitantes, assim Freires Cavalleiros, como Sacerdotes em comund[idad]e sem ter coisa prop[ri]a aprontados p[ar]a a guerra como em fronteira, e os Sacerdotes Freires lhas administravão os sacram[en]tos, e celebravão os

irmão, no capitulo que fez no ano 1503 ordenou que houvesse 30 habitos com commendas de 20[mil?] reis para os moradores dos lugares de Africa, que alli vivião continuamente, e a razão declara dizendo: Porque naquellas Partes seja visto pelos Mouros inimigos da nossa Santa Fé Catholica, o sinal da nossa Ordem, e saibão como para a guerra delles foi fundada (L. das Comendas fol.101 e na de fin. 64). Depois forão 37 as Comendas daquelles lugares. E supposto que estavam em [...]de prover as Comendas sem guerra invasiva, o mesmo Rei sentindo o contrario, separou 11 Comendas vellhas, e as mais que se fizessem nas Ilhas de S. Miguel e S. Maria, e as destionou para fronteiras, que do Reino fossem servir 4 anos nos mesmos lugares contra os inimigos da cruz de Christo, declarando na definição 51 que para isto foi a Ordem principalmente instituida. Esta Ordenação fez no an[o] de 1513.

Ha na Ordem esta differença de comendas novas e velhas. As velhas são aquellas que se erigirão dos bens dos Templários applicados à Ordem logo em sua instituição, e outras que se accrescentarão até o anno de 1514. As novas são as que accrescerão dos vinte mil cruzados que o Papa Leão X concedeo a el Rei D. Manuel naquelle anno em rendas de Igrejas e Mosteiros; e estas não ha duvida que se hão de vencer em guerra invasiva nas conquistas, por que forão concedidas, declarando que tinha guerra não só em Africa, senão também em Guné, Arabia, Persia e India. E advirta se em louvado zelo del Rei D. Manoel, e de quanto promoveo a Ordem de Christo, de que foi administrador, que achando a Ordem com stenta comendas a deixou com 450.

O 1º Convento em que a Ordem teve assento foi Castro Marim, conforme a Bulla da Instituição. Alli começaram a viver os novos habitantes, assim Freires Cavalleiros, como Sacerdotes em comunidade sem ter coisa propria aprontados para a guerra como em fronteira, e os Sacerdotes Freires lhas administravão os sacramentos, e celebravão os

divinos Off[ici]os. Em breve variarão os Mestres este modo de vida, repartindo as Comendas pelos Freires Cavaleiros, e tirando dellas os gastos para a comunid[ad]e, assim dos sacerdotes e Freires, q[ue] celebravão os divinos off[ici]os, como p[ar]a os Cav[aleir]os q[ue] guardavão o castello e Noviços q[ue] tomavão o habito, e assim mesmo p[ar]a esmolos e provim[en]tos da sacristia, enfermaria, vestuario, sendo superintend[en]te delles o Comendador mór, q[ue] distribuia as rendas applicadas a estes minesterios. Depois não havendo guerra, e crescendo a Ordem, alliviarão aos Comendadores daquellas contribuições, e deixarão naquelle Convento os Ecclesiasticos e Noviços com bast[ant]e sustentação.

De Castro Marim se mudou o convento p[ar]a Castel de Vide, sendo Mestre D. Estevão Gonçalves Leitão, IV em ordem dos desta Cav[alari]a. A troca foi celebrada em Leiria a 6 de Nov[embr]o de 1372 governado a Ordem o VI Mestre D. Nuno Rodrigues Freire Andrada Souto Maior, Chancellor mór del Rei D. Fernando.

He mui conforme a razão q[ue] logo q[ue] o Convento se mudou de Castro Marim, o situarão em Thomar p[o]r m[ui]tas razões congruentes e verisimas: 1º Por haver sido Thomar Com[andan]te e Cabeça da ordem do Templo, da q[ue] esta de Christo foi erigida. 2º Por estar no coração do Reino, donde podião os Mestres acudir a tudo concernente à ordem. 3º Pela disposição do sitio, capa-

Dsc00498

cid[ad]e do edificio, em q[ue] se podia accomodado tudo o q[ue] convinha a hua Religião militar de tanta estimação e valia. Deste tempo adiante ficou Thomar cabeça da Ordem, como o Inf[ant]e D. Henriques diz na definição (L.9. c.27) (Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.19. c.1. e seg[uintes]. [1])

Concluido o Concilio de Basilea entre as coisas q[ue] se requerão (sic) p[o]r p[ar]te do nosso Rei D. Duarte, outorgou o Papa Eugenio IV q[ue] os Comend[ador]es e Cav[aleir]os das Ordens de Christo e Aviz, futuros e presentes pudessem casar: e esta graça p[o]r fallecim[en]to[?] de dinheiro senão expedio; e depois em tempo d'el Rei D. Manuel, e p[o]r sua

divinos Officios. Em breve variarão os Mestres este modo de vida, repartindo as Comendas pelos Freires Cavaleiros, e tirando dellas os gastos para a comunidade, assim dos sacerdotes e Freires, que celebravão os divinos officios, como para os Cavaleiros que guardavão o castello e Noviços que tomavão o habito, e assim mesmo para esmolos e provimentos da sacristia, enfermaria, vestuario, sendo superintendente delles o Comendador mór, que distribuia as rendas applicadas a estes minesterios. Depois não havendo guerra, e crescendo a Ordem, alliviarão aos Comendadores daquellas contribuições, e deixarão naquelle Convento os Ecclesiasticos e Noviços com bastante sustentação.

De Castro Marim se mudou o convento para Castel de Vide, sendo Mestre D. Estevão Gonçalves Leitão, IV em ordem dos desta Cavalaria. A troca foi celebrada em Leiria a 6 de Novembro de 1372 governado a Ordem o VI Mestre D. Nuno Rodrigues Freire Andrada Souto Maior, Chancellor mór del Rei D. Fernando.

He mui conforme a razão que logo que o Convento se mudou de Castro Marim, o situarão em Thomar por muitas razões congruentes e verissimas: 1º Por haver sido Thomar Comandante e Cabeça da ordem do Templo, da que esta de Christo foi erigida. 2º Por estar no coração do Reino, donde podião os Mestres acudir a tudo concernente à ordem. 3º Pela disposição do sitio,

capacidade do edificio, em que se podia accomodado tudo o que convinha a hua Religião militar de tanta estimação e valia. Deste tempo adiante ficou Thomar cabeça da Ordem, como o Infante D. Henriques diz na definição (L.9. c.27) (*Monarquia Lusitana, 1672*)

Concluido o Concilio de Basilea entre as coisas que se requerão por parte do nosso Rei D. Duarte, outorgou o Papa Eugenio IV que os Comendadores e Cavaleiros das Ordens de Christo e Aviz, futuros e presentes pudessem casar: e esta graça por fallecimento de dinheiro senão expedio; e depois em tempo delRei D. Manuel, e por sua intercessão e requerimento foi

intercessão e requerim[en]to foi pelo Papa Alexandre VI concedida, e tirada, e houve eff[ei]to. Rui de Pin. Chron. del Rei D. Duarte. c.8. [2]

Chegou (diz Fr. Luiz de Sousa) o num[er]o das Com[en]das (da ordem de Christo) p[o]r lista q[ue] temos em nossas mãos a 428 correntes e liquidas, afora mais outras 100 litigiosas. E passa o rendim[en]to das correntes, seg[un]do o q[ue] tem subido no tempo presente (pelos annos de 1620) de 300 [mil?] cruzados em cada hum anno. Hist. de S. Dom. p.1 L.2. c.4 [3]

pelo Papa Alexandre VI concedida, e tirada, e houve efeito. (*Chronica delRei D. Duarte, 1790*)

Chegou o numero das Comendas (da ordem de Christo) por lista que temos em nossas mãos a 428 correntes e liquidas, afora mais outras 100 litigiosas. E passa o rendimento das correntes, segundo o que tem subido no tempo presente (pelos annos de 1620) de 300 mil cruzados em cada hum anno. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lusitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Serenissimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Governador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2]PINA, Ruy de. Chronica d'elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[3]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efito, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Ordem de S. João do Hospital. Esta Ordem de Cav[alari]a, q[ue] vulgarm[en]te chamão de Malta teve entrada em Portugal, no tempo q[ue] o governava a Rainha D. Theresa mãe del Rei D. Aff[ons]o Henriques pelos a[no]s de 1223 pouco mais ou menos, e pelo tempo adiante foi adquirindo g[ran]de reputação e rendas. Fora ella fundada em Jerusalem poucos a[no]s antes da do Tempo (sic) na forma seg[uinte]. Havia naquella cid[ad]e hum Hospital antigo, no q[ua]l com licença do Califa do Egypto se curavão os Christãos pobres, q[ue] vinhão das p[ar]tes occidentaes visitar os santos Lugares. Depois q[ue] se ganhou esta terra aos [suficis?], hum singular [varão?] administrador deste Hospital, p[o]r nome Gerardo, deo ordem com q[ue] houvessem alg[un]s sold[ad]os p[ar]a defensão dos peregrinos, os quaes com g[ran]de cuidado começavão a vigiar o cam[inh]o que corre do mar, até a Santa Cid[ad]e. Forão elles com isto crescendo em reputação, e bons successos e assim facilme[n]te alcançarão do Papa Pascoal II a fundação de sua nova Religião, a isenção do Hospital (o q[ue] havia de ser cabeça della) e de hum Most[eir]o chamado Nossa Senhora Latina, a q[ue] antes estava sugeito. O m[es]mo Gerardo foi o 1º Mestre, e a nova Religião acceitou a Regra de S. Agostinho. Cresceo esta Religião, e adquirio m[ui]tas rendas em todos os Reinos da Christandade, e principalm[ent]e depois q[ue] se extinguiu a ordem dos Templarios. Prim[eir]o fez seu assento na palestina, depois na Ilha de Rhodes, e ultim[amen]te em Malta. Fr. A. Brand. Mon. p.3 L.9. c.11. [1]

A resolução mais assentada q[ue] nesta materia se pode tirar dos Authores, q[ue] refuta o succedido neste tempo, he q[ue] a origem da ordem militar de Malta, foi no Pontificado de Urbano II q[ue] principiou pelos annos de 1088 em q[ue] tambem a teve a expedição da santa Cid[ad]e; e attendendo aos Authores, q[ue] dizem q[ue] poucos annos antes, q[ue] esta fosse ganhada se deo principio ao Mosteiro e Hospital, ganhando a cid[ad]e em 5 ou 7 de Junho de 1099 bem se infere, q[ue] a fundação do Hospital e berço da Ordem, devia ser em 1095 ou 1096 dando se tres ou quatro a[no]s p[ar]a a fundação

Esta Ordem de Cavalaria, que vulgarmente chamão de Malta teve entrada em Portugal, no tempo que o governava a Rainha D. Theresa mãe del Rei D. Affonso Henriques pelos anos de 1223 pouco mais ou menos, e pelo tempo adiante foi adquirindo grande reputação e rendas. Fora ella fundada em Jerusalem poucos anos antes do Tempona forma seguinte. Havia naquella cidade hum Hospital antigo, no qual com licença do Califa do Egypto se curavão os Christãos pobres, que vinhão das partes occidentaes visitar os santos Lugares. Depois que se ganhou esta terra aos suficis, hum singular varão administrador deste Hospital, por nome Gerardo, deo ordem com que houvessem alguns soldados para defensão dos peregrinos, os quaes com grande cuidado começavão a vigiar o caminho que corre do mar, até a Santa Cidade. Forão elles com isto crescendo em reputação, e bons successos e assim facilmente alcançarão do Papa Pascoal II a fundação de sua nova Religião, a isenção do Hospital (o que havia de ser cabeça della) e de hum Mosteiro chamado Nossa Senhora Latina, a que antes estava sugeito. O mesmo Gerardo foi o 1º Mestre, e a nova Religião acceitou a Regra de S. Agostinho. Cresceo esta Religião, e adquirio muitas rendas em todos os Reinos da Christandade, e principalmente depois que se extinguiu a ordem dos Templarios. Primeiro fez seu assento na palestina, depois na Ilha de Rhodes, e ultimamente em Malta. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

A resolução mais assentada que nesta materia se pode tirar dos Authores, que refuta o succedido neste tempo, he que a origem da ordem militar de Malta, foi no Pontificado de Urbano II que principiou pelos annos de 1088 em que tambem a teve a expedição da santa Cidade; e attendendo aos Authores, que dizem que poucos annos antes, que esta fosse ganhada se deo principio ao Mosteiro e Hospital, ganhando a cidade em 5 ou 7 de Junho de 1099 bem se infere, que a fundação do Hospital e berço da Ordem, devia ser em 1095 ou 1096 dando se tres ou quatro a[no]s p[ar]a a fundação da casa, e assento da

da casa, e assento da Reitoria; tempo bastante p[ar]a q[ue]m edificava sem pompa, e queria socorrer com pressa. Fr. Luc. de Sant. Catharina. Malt. Portug. L.1. col.1. n.7. p.108. [2]

O 1º Convento de Religiosas da Ordem do Hospital de S. João ou de Malta, q[ue] houve em Portugal, se edificou na cid[ad]e de Evora no an[o] de 1519 Isabel Fernandes huma nobre mulher desta cid[ad]e, e particular affeição desta Ordem lhe deo principio.

Dsc00500

Prior do Crato D. Diogo de Almeida as admittio nomeando p[o]r Prioreza a isabel Fernandes. Permaneceo o Convento destas Religiosas em Evora, até q[ue] o Inf[an]te D. Luiz governava o Priorado do Crato o mandou p[ar]a a Villa de Estremoz. F. F. Brand.Mon. p.5. L.16. c.75. [3]

São as Commendas q[ue] nesta coroa (de Portugal) tem a Religião de Malta 25, mas como são tres as classes das pessoas, q[ue] se achão nellas, q[ue] vem a ser Cav[aleir]os de justiça, Capellães conventuaes, e serventes de armas pertencem 22 Commendas aos Cav[aleir]os, e 3 aos Capellães, e serventes. Das suas Commendas distribuem os Cav[aleir]os em duas ordens de pessoas, q[ue] pertencem a Religião, como são Capellães de obediencia e serventes de Estagio, ou Officio e com aquelles, dando-lhe alg[um]a Igreja da Comenda, estes, dando-lhe nella alg[um]a pensão, com licença de Grão Mestre. Fr. Luc. de S. Catharina. Malt. Portug. L.2. c.16 p.385. n.223. [4]

Tem também a Ordem 3 Balliados. Balliados o m[es]mo vem a ser q[ue] comenda administrada p[o]r Grão Cruz, e [...] depois do Magistério. Ballios se nomeião os q[ue] administão os Balliados, q[ue] val o m[es]mo no Francez idioma antigo) q[ue] Gov[ernador]es ou administradores de Com[en]das, de q[ue] veio a chamar na ordem Balias. Os Balliados pertencentes a Portugal, são o de Leça, q[ue] he rendoso; o de Acre q[ue] he ad honorem; e alternativam[en]te com Castella a g[ran]de Chancell[ari]a, e Balliado de Negroponte.

Reitoria; tempo bastante para quem edificava sem pompa, e queria socorrer com pressa. (*Memorias da Ordem Militar de S. Joaõ de Malta, 1734*)

O primeiro Convento de Religiosas da Ordem do Hospital de S. João ou de Malta, que houve em Portugal, se edificou na cidade de Evora no ano de 1519 Isabel Fernandes huma nobre mulher desta cidade, e particular affeição desta Ordem lhe deo principio.

Prior do Crato D. Diogo de Almeida as admittio nomeando por Prioreza a Isabel Fernandes. Permaneceo o Convento destas Religiosas em Evora, até que o Infante D. Luiz governava o Priorado do Crato o mandou para a Villa de Estremoz. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

São as Commendas que nesta coroa (de Portugal) tem a Religião de Malta 25, mas como são tres as classes das pessoas, que se achão nellas, que vem a ser Cavaleiros de justiça, Capellães conventuaes, e serventes de armas pertencem 22 Commendas aos Cavaleiros, e 3 aos Capellães, e serventes. Das suas Commendas distribuem os Cav[aleir]os em duas ordens de pessoas, que pertencem a Religião, como são Capellães de obediencia e serventes de Estagio, ou Officio e com aquelles, dando-lhe alguma Igreja da Comenda, estes, dando-lhe nella alguma pensão, com licença de Grão Mestre. (*Memorias da Ordem Militar de S. Joaõ de Malta, 1734*)

Lvsytana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]SANTA CATHARINA, Fr. Lucas de. Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta, oferecidas a ElRey Nosso Senhor D. João o V. o Magnifico, Como Augustissimo Protector da Academia Real, por Fr. Lucas de S. Catharina, da Ordem dos Pregadores, seu Chronista, e Academico da Academia Real. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M. DCC. XXXIV [1734]. Com todas as licenças necessárias.

[3]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francisco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronista Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[4]SANTA CATHARINA, Fr. Lucas de. Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta, oferecidas a ElRey Nosso Senhor D. João o V. o Magnifico, Como Augustissimo Protector da Academia Real, por Fr. Lucas de S. Catharina, da Ordem dos Pregadores, seu Chronista, e Academico da Academia Real. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M. DCC. XXXIV [1734]. Com todas as licenças necessárias.

Ordem dos Templários. Fundou-se esta Ordem em o an[o] de 1118 na S. Cid[ad]e de Jerusalem. Forão seus prim[eir]os Instituidores dois Cav[aleir]os nobres chamados Hugo e Jofre, os quaestomarão p[o]r devoção elles e outros novos comp[anheir]os de amparar os peregrinos, q[ue] passavão a Jerusalem de varias p[ar]tes da Christand[ad]e; e de segurar os cam[inh]os de ladrões, e gente faccinoroza. Tomarão em o 1º principio assento junto ao Templo de Jerusalem, donde lhes resultou o nome de templários. S. Bernanrdo lhes ordenou constituições, p[o]r q[ue] se governavão. O Reino de Portugal foi huma das q[ue] prim[eir]o, e com mão mais liberal deo entrada a estes Cav[aleir]os. Já no an[o] de 1126 se achão de assento nella, e com terras prop[ri]as, das quaes fazia concertos e escrituras. D. Galdim foi o 1º q[ue] teve o titulo de Mestre em Portugal todo tempo de sua vida, não p[o]r ser o Grão Mestre da Ordem, q[ue] este resid[i]a em Jerusalem, mas p[o]r ser o principal dos Cav[aleir]os Templários deste Reino a q[ue]m se mais obedecião. Era de nação Portuguez, natural da Cid[ad]e de Braga, de fidalguia antiga, como se pode ver em o tit. [66?] do Conde D. Pedro. Foi valeroso nas armas, como dá testemunho o m[es]mo Author. E de hua pedra, q[ue] está no Convento de Thomar sobre a capella do Mestre D. Lopo Dias de Sousa consta q[ue] D. Galdim passou à Terra Santa, e se achou com o Grão Mestre na tomada de Ascalon, e em outros feitos de armas insignes, p[o]r espaço, de 5 a[no]s, aonde deo boas mostras de seu valor. Fundou os cast[el]os de Thomar, Pombal, Ceras, Monsanto e Almourol, como se relata em a m[es]ma pedra, e em p[ar]te verifica o Conde D. Pedro. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.9. c.11.

Os Mestres do Templo q[ue] forão neste Reino, ou erão eleitos pelos Freires della em capitulo geral, ou os recebão enviados da Palestina pelo Grão Mestre; mas se vinha lá do Ultramar, não era admittido sem consentim[en]to dos Reis de Portugal. O nosso Rei D. Dinis mandou fazer huma inquirição sobre os Templários, p[ar]a saber q[ue] dep[oiment]os tinham dos Reis deste reino, e achou q[ue] q[uan]do o Mestre vinha d'alem mar feito, q[ue]

Fundou-se esta Ordem em o ano de 1118 na S. Cidade de Jerusalem. Forão seus primeiros Instituidores dois Cavaleiros nobres chamados Hugo e Jofre, os quaestomarão por devoção elles e outros novos companheiros de amparar os peregrinos, que passavão a Jerusalem de varias partes da Christandade; e de segurar os caminhos de ladrões, e gente faccinoroza. Tomarão em o 1º principio assento junto ao Templo de Jerusalem, donde lhes resultou o nome de templários. S. Bernanrdo lhes ordenou constituições, por que se governavão. O Reino de Portugal foi huma das que primeiro, e com mão mais liberal deo entrada a estes Cavaleiros. Já no ano de 1126 se achão de assento nella, e com terras proprias, das quaes fazia concertos e escrituras. D. Galdim foi o 1º que teve o titulo de Mestre em Portugal todo tempo de sua vida, não por ser o Grão Mestre da Ordem, que este residia em Jerusalem, mas por ser o principal dos Cavaleiros Templários deste Reino a quem se mais obedecião. Era de nação Portuguez, natural da Cidade de Braga, de fidalguia antiga, como se pode ver em o tit. 66 do Conde D. Pedro. Foi valeroso nas armas, como dá testemunho o m[es]mo Author. E de hua pedra, que está no Convento de Thomar sobre a capella do Mestre D. Lopo Dias de Sousa consta que D. Galdim passou à Terra Santa, e se achou com o Grão Mestre na tomada de Ascalon, e em outros feitos de armas insignes, por espaço, de 5 anos, aonde deo boas mostras de seu valor. Fundou os castelos de Thomar, Pombal, Ceras, Monsanto e Almourol, como se relata em a mesma pedra, e em parte verifica o Conde D. Pedro. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Os Mestres do Templo que forão neste Reino, ou erão eleitos pelos Freires della em capitulo geral, ou os recebão enviados da Palestina pelo Grão Mestre; mas se vinha lá do Ultramar, não era admittido sem consentimento dos Reis de Portugal. O nosso Rei D. Dinis mandou fazer huma inquirição sobre os Templários, para saber que depoimentos tinham dos Reis deste reino, e achou *que quando o Mestre vinha d'alem mar*

nom entrarião em Portugal, senon provesse a el Rei (L.3. dos dir[ei]t[os] Reaes f. 58). Q[uan]do tambem os Mestres se ausentavão fora do Reino, era com consentim[en]to dos Reis, e deiando hum loco tenente qual el Rei ordenava. Fr. E. Brand. Mon. p.5. l.16. c.21. [1]

feito, que nom entrarião em Portugal, senon provesse a el Rei (L.3. dos direitos Reaes f. 58). Quando tambem os Mestres se ausentavão fora do Reino, era com consentimento dos Reis, e deiando hum loco tenente qual el Rei ordenava. (Monarquia Lusitana, 1650)

Dsc502

Teve a Ordem do Templo des de seus principios, alem dos Freires Cav[aleir]os, outros Freires Sacerdotes, como as outras Ordens Militares, p[ar]a q[ue] estes no convento e cabeça da Religião administrassem os sacramentos aos Cav[alaeir]os, e servissem nas Igrejas annexas à mesma Ordem. Estes vivião particularmente recolhidos na Igreja de Thomar em communid[ad]e. Não só os homens se inclinarão a servir a DEOS nesta milícia; sendo q[ue] também as mulheres, e em breve tempo entrarão tantas na profissão da d[it]a Ordem, q[ue] foi necess[ari]o fazer lhes hum Recolhim[en]to em Thomar, aonde estas Freiras viverão com g[ran]de edificação do pvo (L. dos Mestrados fol.31 e 32 a 162). O Covento ou Recolhim[en]to das Freiras do Templo estava seg[un]do parece dentro do Castello de Thomar. Ib. Ibid. c.47. [2]

Teve a Ordem do Templo des de seus principios, alem dos Freires Cavaleiros, outros Freires Sacerdotes, como as outras Ordens Militares, para que estes no convento e cabeça da Religião administrassem os sacramentos aos Cavaleiros, e servissem nas Igrejas annexas à mesma Ordem. Estes vivião particularmente recolhidos na Igreja de Thomar em comunidade. Não só os homens se inclinarão a servir a DEOS nesta milícia; sendo que também as mulheres, e em breve tempo entrarão tantas na profissão da dita Ordem, que foi necessario fazer lhes hum Recolhimento em Thomar, aonde estas Freiras viverão com grande edificação do pvo (L. dos Mestrados fol.31 e 32 a 162). O Covento ou Recolhimento das Freiras do Templo estava segundo parece dentro do Castello de Thomar. *(Idem)*

A extinção desta Ordem se concluiu na sessão do Concilio de Vienna, o q[ua]l se celebrou a 2 de Maio de 1312. Do seu patrimonio erigio el Rei D. Dinis em Portugal a Cav[alari]a e Ordem de Christo no an[o] de 1318.

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.
[2]Idem.

Ordenações do Reino, El Rei D. Duarte p[o]z m[ui]to seu cuidado nas cousas da justiça, q[ue] em seus dias mandou inteiram[en]te guardar, e entendeo em mandar corrigir e abbreviar as Ordenações do Reino, e em seus dias não se acabarão. El Rei D. Aff[ons]o V seu filho as mandou depois reformar em 5 livros, q[ue] p[o]r serem confuzas, em alg[um]as p[ar]tes minguadas, El Rei D. Man[u]el as mandou abbreviar e declarar em singular ordenança e perfeição. Rui de Pina Chron. Del Rei D. Duarte. c.7. [1]

No anno de 1505 mandou el Rei D. M[anu]el reformar as Leis e Ordenações antigas do Reino, e accrescentar nellas alg[um]as coisas q[ue] lhe parecerão necess[ari]as, as quaes já tinha reformado o inf[an]te D. Pedro q[uan]do governou o Reino p[o]r el Rei D. Aff[ons]o V. Mariz. Dial. de [va...?] Hist. Dial. 4. c.19 p.300. [2]

Destas Ordenações forão compostas no reinado del Rei D. João I pelo Dr. João das Regras, de q[ue]m D. José Barboza diz q[ue] basta dellas a menor p[ar]te p[ar]a eterno testemunho do seu grande intellecto”. Catal. das Rainh. p.336. n.357. [3]

A prim[ei]ra edição das Ordenações del Rei D. Manoel sahio à luz, e se acabou em Lisboa aos 11 dias de Março de 1521 na officina de Jacob Crembeger, Alemão, Impressor de Livros.

El Rei D. Duarte poz muito seu cuidado nas cousas da justiça, que em seus dias mandou inteiramente guardar, e entendeo em mandar corrigir e abbreviar as Ordenações do Reino, e em seus dias não se acabarão. El Rei D. Afonso V seu filho as mandou depois reformar em 5 livros, que por serem confuzas, em algumas partes minguadas, El Rei D. Manuel as mandou abbreviar e declarar em singular ordenança e perfeição. (*Chronica del Rei D. Duarte, 1790*)

No anno de 1505 mandou el Rei D. Manuel reformar as Leis e Ordenações antigas do Reino, e accrescentar nellas algumas coisas que lhe parecerão necessarias, as quaes já tinha reformado o infante D. Pedro quando governou o Reino por el Rei D. Afonso V. (*Dialogos de Varia Historia, 1672*)

basta dellas a menor parte para eterno testemunho do seu grande intellecto. (*Catalogo Chronologico, Hiftorico, Genealogico e Critico das Rainhas de Portugal e Seus Filhos, 1727*)

[1]PINA, Ruy de. Chronica d’elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv. [2]MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz *Dedicados Ao S.Õr Diogo Soares Lxa.* Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffor Da [Cavapral] Anno. 1672.

[2]MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis

De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se
Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz *Dedicados*
Ao S.Õr Diogo Soares Lxa. Por Anto Craesbeeck De Mello
Impreffor Da [Cavapral] Anno. 1672.

[3]BARBOSA, Joze. Catalogo Chronologico, Hiftorico,
Genealogico e Critico das Rainhas de Portugal e Seus
Filhos, Ordenado por D. Joze Barbosa, Clerigo Regular,
Academico Real da Historia Portugueza, e Chronifta da
Sereniffica Cafa de Bragança. Lisboa Ocidental, Na
Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da
Academia Real. M. DCC. XXVII [1727]. Com as licenças
necessárias.

Dsc00507

Orfãos de Lisboa. A Rainha D. Brites mulher d'el Rei D. Aff[ons]o III edificou em Lisboa o Hospital dos Meninos Orfãos, o qual tempos adiante dotou a Rainha D. Catharina mulher del Rei D. João o III. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.18. c.9. [1]

A Rainha D. Brites mulher delRey D. Affonso III edificou em Lisboa o Hospital dos Meninos Orfãos, o qual tempos adiante dotou a Rainha D. Catharina mulher del Rei D. João o III. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Princepe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Dsc00505

Ourigues. Este appellido q[ue] se deixou de Aboins, era patronimico de Ourigo ou Eigo, tomado de D. Ourigo, avó de D. João de Aboim, p[or] cujo ref[erid]o seu pai se appellidou D. Pedro Ourigues, e assim os mais descen[den]tes, q[ue] tomou o appellido da Freg[uesi]a aonde nasceo: quasi todos os Aboins e Ouriguisavizinhão em Santarem. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.65. [1]

Este appellido que se deixou de Aboins, era patronimico de Ourigo ou Eigo, tomado de D. Ourigo, avó de D. João de Aboim, por cujo referido seu pai se appellidou D. Pedro Ourigues, e assim os mais descendentes, que tomou o appellido da Freguesia aonde nasceo: quasi todos os Aboins e Ouriguisavizinhão em Santarem. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00509

Oussia. Esta palavra Oussia era costumada antigam[en]te, e com ella nomeavão a capella mór dos templos, corrompendo, ao q[ue] parece, da palavra grega, Ossia, que significa cousa santa, e p[o]r estar de ordinario nas capellas maior o sacrario, lhe davão nome de ligar santo, ou santuario com a palavra oussia. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.17. c.50.[1]

Esta palavra Oussia era costumada antigamente, e com ella nomeavão a capella mór dos templos, corrompendo, ao que parece, da palavra grega, Ossia, que significa cousa santa, e por estar de ordinario nas capellas maior o sacrario, lhe davão nome de ligar santo, ou santuario com a palavra oussia. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

OUVIDOR

Dsc00511

Ouvidor. Tem nome de Ouvidores os Ministros da Justiça maiores q[ue] os senhores particulares nas terras de seus estados. Fr. L. de Sous. Vid. de D. Fr. Bart. dos Mart. L.3. c.10. [1]

Tem nome de Ouvidores os Ministros da Justiça maiores que os senhores particulares nas terras de seus estados. (*Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Martyres, 1619*)

[1]GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prêgadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na (?) Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

PACEIRO MOR*

Paceiro mor. Este officio era o mesmo que supeintendnete dos paços e casas Reaes, e em cada hum dos paços residia hum Paceiro que os guardava. Fr. F. Brand. Mon. Part. 5. L. 46. C. 52. [1]

[...]Este officio era o mesmo que supeintendnete dos paços e casas Reaes, e em cada hum dos paços residia hum Paceiro que os guardava. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

*Não consta no Ms.IHGB. Transcrevemos do Ms.ACL

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Pachecos. Em huma Escritura do Mosteiro de Arouca do anno de 1090 se acha nomeado Fernão Geremias com sua mulher Ermesenda Garcia: e este Fidalgo pelo q[ue] se colhe da computação dos annos deve ser o ascend[en]te dos Pachecos, de q[ue] falla o Conde D. Pedro tit.50 posto q[ue] elle lhe dá outra mulher, da qual tira os filhos q[ue] aponta. Houve capitães mui insignes desta Familia, da qual ficou em Castella (p[o]r se passarem de Portugal a este Reino os filhos do g[ran]de Diogo Lopes Pacheco, a m[es]ma descend[enci]a q[u]e a dos Cunhas, p[o]r q[uan]to hum filho do Conde Martim Vasques da Cunha casou com a filha herdeira de João Fernandes Pacheco, senhor de Belmonte, dos quaes procedem os Duques de Escalona, Marquezes de Vilhena, e os Duques de Ossuna, e aqueles conservão o appellido de Pacheco.

São as Armas dos Pachecos em campo de ouro duas caldeiras de preto em palla, cada huma com tres fachas de ouro e vermelho viradas, e contraviradas, e nas azas de cada caldeira quatro cabeças de serpes de ouro, duas p[ar]a dentro da caldeira, e duas p[ar]a fora com as linguas vermelhas, e p[o]r timbre hum pescoço de serpe de ouro com duas cabeças batalhantes tambem de ouro. Fr. A. Brand. Mon. p.3 L.8. c.31.

Em h~ua efcritura do mosteiro de Arouca do anno de 1098. acho nomeado Fernão Geremias com fua molher Ermeferisa Garcia, & efte fidalgo pello que fe colhe da computação dos annos deue fer o afcend~ete dos Pachecos, de qu~e falla o Conde Dom Pedro [*“Conde D. Pedro tit.50.”*, nota lateral] pofto que elle lhe dá outra molher, da qual tira os filhos que aponta. Ouue Capita~es mui infignes defta familia, da qual ficou em Caftella (por fe pffarem de Portugal a efte Reyno os filhos do grãde Diogo Lopes Pacheco) a mefma decendencia que afsinamos dos Cunhas, por quanto hum filho do Conde Martim Vafques da Cunha cafou com a filha herdeira de Ioão Fernãdez Pacheco, fenhor de Belmonte, dos quais proced~e os Duques de Efcalona, Marquefes de Villena, & os Duques de Offuna, & aquelles conferuão o appellido de Pacheco.

Saõ as Armas dos Pachecos em campo de ouro duas caldeiras de preto em palla, cada h~ua cõ tres faxas de ouro, & vermelho veiradas, & contrauiradas, & nas azas de cada caldeira quatro cabeças de Serpes de ouro, duas para dentro da caldeira, & duas para fora com as lingoas vermelhas, & por timbre hum pefcoço de Serpe de ouro com duas cabeças batalhãtes tambem de ouro. (*Terceira Parte da Monarchia Lvsitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Caftella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernarndo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632. Livro VIII, Capítulo XXXI, pp.59verso

Padrão de medidas de Páo – O 1º Padrão de Medidas, q[ue] no Reino de Portugal houve de páo, foi na Villa de Guimarães, o qual ainda hoje se conserva na Igreja de S. Miguel do Castello; e nos foraes antigos diz, q[ue] nos pagamentos tantas teigas a nós, e a nossos herdeiros, ou mordomos pelo padrão de pedra, q[ue] está em S. Miguel, e em todos os privilegios, q[ue] depois dos de Guimarães, q[ue] forão os prim[eir]os deste Reino outorgados a Lisboa, e a outras Cid[ad]es e Villas diz nelles assim, e pela maneira, q[ue] os temos concedido a nossa mui nobre, e sempre Leal Villa de Guimarães. Ant. de Carvalh. de Cast. Chron. Portug. tom.1. L.1. [trat.?] 1. cap.30 f.104.

O primeiro padraõ de medidas, que no Reyno de Portugal houve de pao, foy na Villa de Guimaraens, o qual ainda hoje fe conferva na Igreja de S. Miguel do Castello; & nos foraes antigos diz, que nos paga tantas teigas a nós, & a noffos herdeiros, ou mordomos pelo padrão de pedra, que eftá em S. Miguel, & em todos os Privilegios, que depois dos de Guimaraens, que foraõ os primeiros defte Reyno outorgados a Lisboa, & a outras Cidades, & Villas, diz nelles affim, & pela maneira, que os temos concedido à noffa mui nobre, & fempre leal Villa de Guimaraens.

[1] COSTA, António Carvalho da (1650-1715). Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712. Tomo I, Livro I, Tratado I, Capítulo XIX [e não XXX], p.104.

Padrinhos dos Infantes no Baptismo. Os Reis elegião antigam[en]te p[ar]a padrinhos de seus filhos no Baptismo aquelles de seus vassallos, a q[ua]l julgavão melhor convir huma tão distincta prerrogativa. Del Rei D. Dinis foi padrinho D. Egas Lourenço da Cunha, hum dos principais Ricos Homens desta nobilissima familia. Della escreveu o Conde D. Pedro tit. 55 o q[ue] basta p[ar]a tão principal Cav[aleir]o, declarando os procedim[en]tos, e riqueza, q[ue] o fizerão capaz de ser compadre de hum Rei tão poderoso. E este Dom Egas Lourenço foe muito honrado, e de grão fazenda, e foe padrinho del Rei Dom Dinis, a que DEOS perdoe. Fr. Fr. Brand. Mon. p.4. L. 16. c.2. [1]

Foi padrinho Dom Egas Lourenço da Cunha, hum dos principais Ricos homens desta nobilissima familia. [...] Delle escreveu o Conde Dom Pedro em duas regras [Tit. 55 – nota lateral], o que basta para autorizar tão principal Cavalleiro, declarando os procedime~tos, e riqueza, que o fizerão capaz de ser compadre de hum Rey tão poderoso. *E este Dom Egas Lourenço foe muito honrado, e de grão fazenda, e foe padrinho delRey Dom Dinis, a que Deos perdoe.* (Monarquia Lusitana, 1632)

[1] O trecho encontra-se, de fato, na Quinta Parte da Monarquia Lusitana de BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00516

Padroado. Gozão m[ui]tos Senhores de Portugal de privilegios antigos dos Sumos Pontífices, pelos quaes tem faculd[ad]e de nomearem Ministros em m[ui]tas Igrejas: nomeados apresentam se aos Prelados, e os Prelados são obrigados a acceitallos, como seão idoneos. Fr. L. de Sous. Vid. de D. F. Bart. dos Martyr. L.3. c.8. [1]

[...] Gozão muytos Senhores de Portugal de privilegios antigos dos S~umos Pontífices, pollos quaes tem faculdade de nomearem ministros em muitas Igrejas: nomeados apresentaõse aos Prelados, e os Prelados são obrigados a aceytallos, como seão idoneos. (*Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres, 1619*)

[1] GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prêgadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na (?) Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

Padroeiros das Igrejas e Mosteiros.

Antigam[en]te era estilo dos q[ue] fundavão alg[um]a Igreja ou Mosteiro, terem se p[o]r senhores della, em forma q[ue] não gosavão do Padroado, mas rendas e fazenda q[ue] applicavão. E os filhos e descend[en]tes destes prim[ei]ros fundadores continuavão do m[es]mo modo, aproveitando-se dos bens, q[ue] seus pais e antepassados deixarão às Igrejas. E como estes pelo discurso do tempo se fossem multiplicando em g[ran]de num[er]o vierão a limitar certos dias, e ainda a taxar as rações e comedorias, q[ue] os Fidalgos havião dos Mosteiros, p[o]r q[ue] daqui se conhecia como seus antepassados forão os Fundadores, e Dotadores, e se manifestava sua nobreza e pied[ad]e. Vierão pelo discurso dos annos estes Padroeiros (q[ue] tambem se chamavão Naturaes) a fazer g[ran]des violencias e extorções às Igrejas, indo a ellas m[ui]tas vezes com suas familias, e fazendo lhes g[ran]des gastos demasiados, donde resultava não se poderem sustentar as pessoas religiosas, q[ue] estavam nellas deputadas p[ar]a o culto Divino, e darem disto queixas aos Reis e aos Sumos Pontífices.

Por esta causa tratarão alg[un]s dos nossos Reis de pôr taxa aos gastos; mas como os costumes introduzidos são maos de tirar, não poderão conseguir seu intento: maiorm[en]te p[o]r q[ue] nem assim ficavam livres de oppressão as Igrejas; p[o]r q[ue] como os Padroeiros erão m[ui]tos, p[o]r pouco q[ue] cada hum levasse, se ficavão defraudando grandem[en]te as rendas Ecclesiasticas. Por onde foi necess[ari]o metterem os Sumos Pontífices a mão neste neg[oci]o, e p[o]r vezes fulminarem excomunhões, e porem interdictos: até q[ue] em tempo del Rei D. Dinis se celebrou huma notavel Concordata sobre este ponto, e outros em q[ue] havia diff[er]enças entre o Estado Secular e Ecclesiastico, com q[ue] em p[ar]te se reformarão estes abusos das comedorias dos Mosteiros, as quaes de todo se vierão a tirar neste Reino em tempo del Rei D. João II. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.11. c.20. [1]

[...] antigamente era estylo dos que fundavão alguma Igreja, ou Mosteiro, teremse por senhores della, em forma que não só gosavão do padroado, mas das rendas, e fazenda que lhe applicavão. E os filhos, e descendentes destes primeiros fundadores continuavão do mesmo modo, aproveitando-se dos bens que seus pais, e antepassados deixarão ás Igrejas. E como estes pelo discurso do tempo se fossem multiplicando em grande numero [...] vierão a limitar certos dias, e ainda a taxar as rações que auiaõ de auer das ditas casas. Eraõ muy estimadas essas rações e comedorias, que os Fidalgos avião dos Mosteiros; porq' daqui se conhecia como seus antepassados forão os fundadores, e dotadores, e se manifestava sua nobreza, e piedade.

Vierão pello discurso dos annos estes padroeiros (que tambem se chamavão naturaes) a fazer grãdes violências, e extorções ás Igrejas, indo a ellas muitas vezes com suas familias, e fazendolhe gastos demasiados, donde resultava não se poderem sustentar as pessoas Religiosas, q' estavaõ nellas deputadas para o culto divino, e darem disso queixas aos Reys e aos Sumos Pontífices.

[...]

Por esta maneira tratarão tâbem outros Reys antes e depois delRey Dom afonso o Quarto de pôr taixa aos gastos; mas como os costumes introduzidos são maos de tirar, não poderão conseguir seu intento: mayormente que nem assi ficavam livres de oppressão as Igrejas; porque como os Padroeiros erão muitos, por pouco que cada hum levasse, se ficavão defraudando grandemente as rendas Ecclesiasticas. Por onde foy necessario metterem os Sumos Pontífices a mão neste negocio, e por vezes fulminarem excomunhões, e porem interdictos, até que em tempo delRey Dom Dinis se celebrou hua notavel concordata sobre este ponto, e outros, em que havia differenças entre o estado secular, e Ecclesiastico, com que em parte se reformarão estes abusos das comedorias dos Mosteiros, as quaes de todo se vierão a tirar neste Reyno em tempo delRey Dõ Ioão o Segundo [...] (*Monarchia Lvsitana*, 1632)

El Rei D. Dinis a 4 d'Agosto de 1307 estando em Lis[bo]a q[ue] acerca dos Padroeiros dos Mosteiros e Igrejas, e suas comedorias e [apensões?] ordenou q[ue] as leis de seu pai se guardassem nesta p[ar]te; e p[o]r q[ue] nas taxas e limitações das pessoas havia alg[um]as duvidas, mandou a Pero Esteves de Beja seu Meirinho Mór de Entre Douro e Minho, q[ue] p[ar]a o jantar de hum Rico Homem darião doze pães de dous dinheiros, e seis para a ceia: p[ar]a o Infanção

Dsc00521

seis ao jantar e tres á ceia. Alem de outras obrigações, davão certa pensão os Mosteiros ao filho do Padroeiro q[uan]do tomava o grão de Cav[alari]a, e isso m[es]mo as filhas q[uan]do se casavão; e p[o]r q[ue] m[ui]tas vezes se pedião as taes imposições, sem se effetuar o casm[en]to, nem se receber o grão de Cav[alari]a, mandou el Rei q[ue] se não pagasse Cav[alari]a aos filhos dalgo, senão depois de serem Cav[aleir]os, nem casam[en]tos a donzellas senão depois de casadas, e q[uan]do não conviessem na quantia a taxasse o Meirinho Mór arbitrariam[en]te. Estas e outras mudanças se forão assentando p[ar]a alliviar os Ecclesiasticos dos gravames injustos dos Padroeiros, e conservar o assentado no tocante a este ponto nos 40 artigos da Concordata de Roma. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.18. c.2[9?]. [2]

Ordenou pois El Rei D. Dinis a 4. De Agosto [1307 – nota lateral] estando em Lisboa que as leis de seu pay se guardassem nesta parte; e porque nas taixas, e limitação das pessoas avia alguas duvidas, mandou a Pero Esteves de Beja seu Meirinho mór de Entre Douro, e Minho, que para o jantar de hum Rico Homem darião doze paens de dous dinheiros, e seis para a ceia: para o Infanção

seis ao jantar, e tres à cea; [...] Alem de outras obrigações, davão certa pensão os Mosteiros ao filho do padroeiro quando tomava o grao de Cavalaria, e isso mesmo as filhas quando casauao; e porque muitas vezes se pedião as taes imposições, sem se effeituvar o casmento, nem se receber o grao da Cavalaria, mandava El Rey que se não pagasse Cavalaria aos filhos dalgo, senão depois de serem Cavaleiros, nem casamentos a donzellas, senão depois de casadas, e quando não conviessem na quantia, a taixasse o Meirinho mór arbitrariamente. Estas, e outras mudanças se forão apontando para alliviar os Ecclesiasticos dos gravames injustos dos padroeiros, e conservar o assentado no tocante a este ponto nos quarenta artigos da Concordata de Roma. (*Monarchia Lvsitana*, 1672)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deferro de Lisboa da Ordem de S. Bernanrdo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

[2] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da

Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licen;cas
neceffarias.

Dsc00522

Palavra de Rei. El Rei D. Duarte foi pontualissimo em guardar a sua palavra, e observantissimo da verd[ad]e, nem se soube q[ue] faltasse a ella jamis, nem ainda em coisas de pouca importancia, razão p[o]r q[ue] em seu tempo, p[ar]a se encarecera certeza de hua cousa passou a proverbio, dizer se: Palavra de Rei. F. Franc. de S. Maria [Maior?] Hist. tom.3. p.37 n.1. [1]

El Rei D. Duarte foi pontualissimo em guardar a sua palavra, e observantissimo da verdade, nem se soube que faltasse a ella jamis, nem ainda em coisas de pouca importancia, razão por que em seu tempo, para se encarecera certeza de hua cousa passou a proverbio, dizer se: Palavra de Rei. (*Anno Historico, 1744*)

[1]SANTA MARIA, P. Francisco de. Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abraviada De peffoas grandes, e coufas notaveis de Portugal [...] Offerecido a elRey D. Joaõ V. Nosso Senhor [...] Composto pelo Padre Mestre Francisco de S. Maria [...] Tomo Terceiro. [...] Lisboa. Na Officina, e à cufta de Domingos Gonsalves. M. DCCXLIV. [1744] Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real.

PALLA

Dsc00524

Pallas, termo de Armaria, he huma facha lançada do alto até o fundo do escudo.

PÃO BENTO

Dsc00526

Pão Bento – Vej. Eulogia.

Parentes p[o]r afinidade. Estlo ha mui usado em Hespanha de se nomearem os parentes p[o]r affinid[ad]e com os nomes proprios dos q[ue] são conjunctos p[o]r consaguinid[ad]e: assim vemos q[ue] os cunhados se chamão irmãos, os sogros chamão filhos aos genros, e estes pais aos q[ue] os são de suas mulheres. Assim o costumava fazer (deixando outros exemplos) a el Rei D. João VII o Catholico Rei D. Fellippe II p[o]r ser casado com sua filha a Princeza D. Maria, como se observa de alg[um]as cartas de sua mão, q[ue] existem na Torre do Tombo. Fr. A. Brand. p.3. L.8. c.2. [1]

Estlo ha mui usado em Hespanha de se nomearem os parentes por afinidade com os nomes proprios dos que são conjunctos por consaguinidade: assim vemos que os cunhados se chamão irmãos, os sogros chamão filhos aos genros, e estes pais aos que os são de suas mulheres. Assim o costumava fazer (deixando outros exemplos) a el Rei D. João VII o Catholico Rei D. Fellippe II por ser casado com sua filha a Princeza D. Maria, como se observa de algumas cartas de sua mão, que existem na Torre do Tombo. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

PASSAVANTE

Dsc00530

Passavante. Vej. Reis de Armas

Passos. No Convento de Graça em Lis[bo]a se venera a Imagem do Senhor Jesu dos Passos, q[ue] tem feito g[ran]de prodigios. Sucedeu na sua compra hum mysterio memoravel; p[o]r q[ue] andando o g[ran]de servo de DEOS Luiz Alveres de Andrade com o piedoso intento de estabelecer nesta corte pelos annos de 1587 a devoção dos Passos, como com eff[ei]to estabeleceo, veio à sua casa hum Estr[angeir]o, q[ue] trazia varias cabeças de imagens p[ar]a vender, e entre ellas a devotissima do Senhor Jesus a qual comprou o d[it]o devoto p[o]r tres cruzados, preço com q[ue] alg[un]s contemplativos querem q[ue] fosse vendido o divino Original. He tida esta Imagem p[o]r hua de maior veneração, q[ue] tem esta Corte, e assim he servida com hum grandiosa irmand[ad]e, em q[ue] entra a maior p[ar]te da nobreza. Cardos. Agiol. Lusit. tom.2 p.409 [1] e João Bapt. de Castro Mappa de Portug. tom.2 p.3 cap.7. §.1. pag. 231. n.14. [2]

No Convento de Graça em Lisboa se venera a Imagem do Senhor Jesu dos Passos, que tem feito grande prodigios. Sucedeu na sua compra hum mysterio memoravel; porque andando o grande servo de DEOS Luiz Alveres de Andrade com o piedoso intento de estabelecer nesta corte pelos annos de 1587 a devoção dos Passos, como com effeito estabeleceo, veio à sua casa hum Estrangeiro, que trazia varias cabeças de imagens para vender, e entre ellas a devotissima do Senhor Jesus a qual comprou o dito devoto por tres cruzados, preço com que alguns contemplativos querem que fosse vendido o divino Original. He tida esta Imagem por hua de maior veneração, que tem esta Corte, e assim he servida com hum grandiosa irmandade, em que entra a maior parte da nobreza.

[1]CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

[2]CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifta, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

Dsc00534

Patacão. Era moeda de cobre com o valor de dez reis, q[ue] mandou fazer el Rei D. João III. Tinha de hua p[ar]te o escudo Real coroadado ncom o nome del Rei, e da outra p[ar]te a Letra X com a inscripção: Rex Quintus decimus. Havia tambem meios patações com a letra V q[ue] valião cinco reis. El Rei D. Sebastião reduzio esta moeda ao valor de tres reis. João Bap. de Castr. Mapp. de Port. tom.1 p.1 cap.12. f.187 n.34. [1]

Era moeda de cobre com o valor de dez reis, que mandou fazer el Rei D. João III. Tinha de hua parte o escudo Real coroadado ncom o nome del Rei, e da outra parte a Letra X com a inscripção: *Rex Quintus decimus*. Havia tambem meios patações com a letra V que valião cinco reis. El Rei D. Sebastião reduzio esta moeda ao valor de tres reis. (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1]CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifta, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica*. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real*.

Patronimicos. Os nomes forão inventados entre os homens p[ar]a distinção delles, porem crescendo o num[er]o da gente, e faltando nomes singulares p[ar]a cada hum vierão a ser m[ui]tos homens de hum m[es]mo nome. Pelo q[ue] p[ar]a evitar confusão, accrescentarão os sobrenomes, ajuntando os nomes dos pais aos seus, e p[o]r isso se chamarão patronímicos; destes usarão mais os Gregos q[ue] os Romanos; mas nem p[o]r isso tiverão os Latinos menor num[er]o de nomes, q[ue] erão prenome, nome, cognome, e agnome. Com o Imp[eri]o Romano entrarão em Hesp[anh]a seus costumes; e assim usarão desta forma de nomes; porem vindo os Godos, e extinguindo quasi de todo os Romanos nella, se tornarão a introduzir os nomes proprios singulares sem sobrenome alg[um], q[ue] durarão até a entrada dos Arabes, depois da qual se começarão a usar os patronimicos, Dias, Esteves, Fernandes, Gonçalves etc. q[ue] se derivarão de Diogo, Estevão, Fernando, Gonçalo. Sev. de Far. Not. disc.3. §2.[1]

[...]Os nomes forão inventados entre os homens para distinção delles, porem crescendo o numero da gente, e faltando nomes singulares para cada hum vierão a ser muitos homens de hum mesmo nome. Pelo que para evitar confusão, accrescentarão os sobrenomes, ajuntando os nomes dos pais aos seus, e por isso se chamarão patronímicos; destes usarão mais os Gregos que os Romanos; mas nem por isso tiverão os Latinos menor numero de nomes, que erão prenome, nome, cognome, e agnome. Com o Imperio Romano entrarão em Hespanha seus costumes; e assim usarão desta forma de nomes; porem vindo os Godos, e extinguindo quasi de todo os Romanos nella, se tornarão a introduzir os nomes proprios singulares sem sobrenome algum, que durarão até a entrada dos Arabes, depois da qual se começarão a usar os patronimicos, Dias, Esteves, Fernandes, Gonçalves etc. que se derivarão de Diogo, Estevão, Fernando, Gonçalo. (*Noticias de Portugal, 1740*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraoã nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc00554

Pé Terra. Moeda de Ouro, q[ue] fez lavrar el Rei D. Fernando com o valor de 216 reis. João Bap. de Castr. Mapp. de Port. tom.1. p.1. cap.12. p.188. n.36.[1] [...]Moeda de Ouro, que fez lavrar el Rei D. Fernando com o valor de 216 reis. (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1] CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

Dsc00537

Peças. Moedas de Ouro. Andão na casa do Inf[an]te D. Pedro Duque de Coimbra L.2. f.16. em tempo del Rei D. João II se desfizerão. Fr. A. da Purificação. Chron. dos Erem. p.2. L.7. tit.6. §.7. [1]

Moedas de Ouro. Andão na casa do Infante D. Pedro Duque de Coimbra L.2. f.16. em tempo del Rei D. João II se desfizerão. (*Crónica da Antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, 1642*)

[1]PURIFICAÇÃO, Frei Antonio da. Crónica da Antiquíssima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Lisboa, 1642.

Dsc00539

Pegado. Deste appellido ha memoria em tempo del Rei D. Affonso p[o]r huma Escritura do anno de 1353 (L. de demarcações e pazes fol.54) he o de hua das familias nobres de Elvas. O morgado dos Pegado dizem q[ue] he o prim[eir]o q[ue] naquella cid[ad]e se instituio. Foi o instituidor Fernando Esteves Pegado, q[ue] sem falha era filho de estevão Martins Pegado, de q[ue] faz lembrança a sobred[it]a Escritura, e de q[ue]m tomou tambem o patronimico. Tem p[o]r armas os Pegados em campo de Ouro quatro quotiças de vermelho em banda, e p[o]r timbre tres settas de Ouro em roquete atadas com hum terçal vermelho com ferro de sua côr, e pennas vermelhas. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.17. c.59. [1]

Deste appellido ha memoria em tempo del Rei D. Affonso por huma Escritura do anno de 1353 (L. de demarcações e pazes fol.54) he o de hua das familias nobres de Elvas. O morgado dos Pegado dizem que he o primeiro que naquella cidade se instituio. Foi o instituidor Fernando Esteves Pegado, que sem falha era filho de estevão Martins Pegado, de que faz lembrança a sobredita Escritura, e de quem tomou tambem o patronimico. Tem por armas os Pegados em campo de Ouro quatro quotiças de vermelho em banda, e por timbre tres settas de Ouro em roquete atadas com hum terçal vermelho com ferro de sua côr, e pennas vermelhas. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00541

Peixotos são do tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques, ou de seu filho D. Sancho, como se pode ver em o Conde D. Pedro tit. 29. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.15. c.46. [1]

Peixotos são do tempo del Rei D. Afonso Henriques, ou de seu filho D. Sancho, como se pode ver em o Conde D. Pedro tit. 29. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00543

Pelourinho de Lisboa. Neste sitio havia antigam[en]te o costume de assistirem varios homens em suas mesas p[ar]a escrever cartas e petições às pessoas, q[ue] tinham dellas necessidade. Lembra se disto Damião de Goes na Descrição de Lisboa, q[ue] publicou na lingua latina no anno de 1554.O m[es]mo affirma Christovão Rodrigues de Oliveira como se lê no seu Sum[ari]o impresso no an[o] de 1551. João Bap. de Castro Mapp. de Port. tom.3. p.5. c.2. §24. n.280 not.3. da pag.365. [1]

Neste sitio havia antigamente o costume de assistirem varios homens em suas mesas para escrever cartas e petições às pessoas, que tinham dellas necessidade. Lembra se disto Damião de Goes na Descrição de Lisboa, que publicou na lingua latina no anno de 1554.O mesmo affirma Christovão Rodrigues de Oliveira como se lê no seu Sumario impresso no ano de 1551. (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1]CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nesta segunda edição revisto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta descrição Geografica do Reino de Portugal com o que toca à sua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

Dsc00545

Penalvas. He dos mais antigos appellidos deste Reino o de Penalva, pois já se acha em escritura do tempo del Rei D. Sancho I, e não consta q[ue] até agora o haja em alg[um] Reino da Christand[ad]e, quiça seria tomado do Conselho deste nome tão antigo como o m[es]mo Reino, na comarca e Bispado de Viseu, proximo à Ribeira d'Alva, de 30 vizinhos, o qual andava na casa da Sortelha. Jorg. Card. Agiol. Lusit. tom.2. p.344. col.2. Letr. c. [1]

He dos mais antigos appellidos deste Reino o de Penalva, pois já se acha em escritura do tempo del Rei D. Sancho I, e não consta que até agora o haja em algum Reino da Christandade, quiça seria tomado do Conselho deste nome tão antigo como o mesmo Reino, na comarca e Bispado de Viseu, proximo à Ribeira d'Alva, de 30 vizinhos, o qual andava na casa da Sortelha. (*Agiologio Lusitano, 1652-1666*)

[1]CARDOSO, Jorge, 1606-1669. *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.*

Pendão e Caldeira era preeminencia particular dos Ricos Homens na nossa Hesp[anh]a em geral, e de tão antigo derivada, q[ue] dando el Rei de Navarra Inhigo Ximenes Arista o Valle de Larrea, e huma torre q[ue] alli tinha edificado, a Ignacio de La Lane seu Alferes mór, lhe concedia p[ar]a [caminho?] de Soberania, q[ue] podesse usar das insignias de pendão e caldeira. Foi isto no anno de 839 como Sandoval refere na Historia dos Bispos de Pamplona fol. 17. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.18. c.20. [1]

Pendão e Caldeira era preeminencia particular dos Ricos Homens na nossa Hespanha em geral, e de tão antigo derivada, que dando el Rei de Navarra Inhigo Ximenes Arista o Valle de Larrea, e huma torre que alli tinha edificado, a Ignacio de La Lane seu Alferes mór, lhe concedia para caminho de Soberania, que podesse usar das insignias de pendão e caldeira. Foi isto no anno de 839 como Sandoval refere na Historia dos Bispos de Pamplona fol. 17. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Pereiras. Em a doação da Correlhã feita pelo Conde D. Henrique à Igreja de Santiago, cuja data he a de 9 de Dezembro do anno do Senhor de 1097. Confirma entre os Ricos Homens Rodrigo Forjaz, o qual não ha duvida ser da illustre familia dos Pereiras, assim pelo appellido de Forjaz, tão ordin[ari]o nos desta casa, como pelo lugar do Rico Homem devido à sua nobreza. Veja-se Forjaz. Os Pereiras tem p[o]r armas em campo vermelho hua cruz de prata florida, vazia do campo, e p[o]r timbre huma cruz vermelha florida e vazia entre dous cotos de azas de Anjos. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.8. c.31. [1]

Desta antiquissima Familia, e sua ascend[enci]a do Conde D. Gonçalo Pereira, da qual trata o Nobiliario do Conde D. Pedro tit. 7 p.57. [2] na Impressão de Roma, illustrado p[o]r Lavanha pode ver se a Monarquia Lusit Part. 8 L.23. c.20. [3]

O prim[eir]o q[ue] usou deste appellido foi Rui Gonçalo Pereira, o qual tomou do lugar deste nome, de q[ue] tambem foi o 1º Senhor, e q[ue] se continuou nos seus descend[en]tes. [A forma?] das Armas se diz ser feita com allusiva reflexão ao successo milagroso da cruz q[ue] appareceu naquelle lugar sobre hua Pereira, q[uan]do Aff[ons]o I Rei de Leão, ainda q[ue] com inferior poder, estava p[ar]a dar batalha ao Rei Mouro na conquista de Galliza, de q[ue]m com tal feliz annuncio alcançou huma insigne victoria. Jos. Soares da Silva. Mem. del Rei D. João I. tom.2. L.2. c.115. n.698. [4]

Em a doação da Correlhã feita pelo Conde D. Henrique à Igreja de Santiago, cuja data he a de 9 de Dezembro do anno do Senhor de 1097. Confirma entre os Ricos Homens Rodrigo Forjaz, o qual não ha duvida ser da illustre familia dos Pereiras, assim pelo appellido de Forjaz, tão ordinario nos desta casa, como pelo lugar do Rico Homem devido à sua nobreza. Veja-se Forjaz. Os Pereiras tem por armas em campo vermelho hua cruz de prata florida, vazia do campo, e por timbre huma cruz vermelha florida e vazia entre dous cotos de azas de Anjos. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

O primeiro que usou deste appellido foi Rui Gonçalo Pereira, o qual tomou do lugar deste nome, de que tambem foi o 1º Senhor, e que se continuou nos seus descendentes. [A forma?] das Armas se diz ser feita com allusiva reflexão ao successo milagroso da cruz que appareceu naquelle lugar sobre hua Pereira, quando Afonso I Rei de Leão, ainda que com inferior poder, estava para dar batalha ao Rei Mouro na conquista de Galliza, de quem com tal feliz annuncio alcançou huma insigne victoria. (*Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I, 1730*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]CONDE D. PEDRO. Nobiliario de D. Pedro Conde de Barcellos, Hijo del Rey D. Dinis de Portugal, ordenado e illustrado com notas y indices por Juan Bautista Lavaña, Coronista Mayor del Reyno de Portugal. En Roma . Por

Estevan Paolinis M.D.C.X.L. [1640]

[3]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

[4]SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

Pereiro, S. Julião de...Esta Ordem militar teve p[o]r Autor a hum Ermitão Portuguez chamado Amando no tempo do Conde D. Henrique, o qual vivia em huma pequena Ermida junto das praias do rio Coa, e da Villa de Pereiro, termo do Pinhal, q[ue] aconselhou a ereção da Cav[alari]a a hum nobre mancebo p[o]r nome D. Sueiro, q[ue] foi seu prim[eir]o superior. Passou se esta Religiosa Milicia p[ar]a Castella, e existe hoje com o titulo de Alcantara. Mon. Lus. L.10. c.37. [B...?] Lusit. tom.1 p.178. Praça Univ. de las sciencias pag. [...?] 129n.222. Britto Chron. de Cister L.5. c.3. Mariz Dial. 2. João Bap. de Castro Mapa de Port. tom.2. p.3. c.2 §5. f.48. n.4. [1]

[...]Esta Ordem militar teve por Autor a hum Ermitão Portuguez chamado Amando no tempo do Conde D. Henrique, o qual vivia em huma pequena Ermida junto das praias do rio Coa, e da Villa de Pereiro, termo do Pinhal, que aconselhou a ereção da Cavalaria a hum nobre mancebo por nome D. Sueiro, que foi seu primeiro superior. Passou se esta Religiosa Milicia para Castella, e existe hoje com o titulo de Alcantara. (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1]Texto e demais referências bibliográficas constam em CASTRO, João Batista de. *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

Dsc00552

Pestanas. São os deste appellido descend[ent]es dos 1^{os} conquistadores de Evora, e se tem precederem de Giraldo sem pavor o insigne Capitão q[ue] ganhou aquella cid[ad]e, delles vem os Silveiras. Suas Armas são tres faxas de vermelho em campo de prata. Fr. A. Brand. Mon. p.4. l.15. c.46. [1]

[...]São os deste appellido descendentes dos primeiros conquistadores de Evora, e se tem precederem de Giraldo sem pavor o insigne Capitão que ganhou aquella cidade, delles vem os Silveiras. Suas Armas são tres faxas de vermelho em campo de prata. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00556

Pilarte era certa moeda, q[ue] el Rei D. Fernando mandou bater de prata da lei de dois dinheiros, e valião 5 soldos, q[ue] são da nossa moeda 13 reis, e 2 ceitis. Sev. de Far. Not. disc. 4. §26. [1]

Chamavão se Pilartes, p[o]r terem huma [remissão?], q[ue] em Latim se chama Pilam. Outros dizem q[ue] em memoria dos Pagens q[ue] trazião as celladas, ou barbudas, dos soldados Estrangeiros, q[ue] o vierão ajudar, os quaes o Francez chama Pilartes. D. Rod. da Cunha Hist. Eccl. de Lisb. p.2. c.21.n.8.[2]

[...]era certa moeda, que el Rei D. Fernando mandou bater de prata da lei de dois dinheiros, e valião 5 soldos, que são da nossa moeda 13 reis, e 2 ceitis. (*noticias de Portugal, 1740*)

Chamavão se *Pilartes*, por terem huma remissão, que em Latim se chama *Pilam*. Outros dizem que em memoria dos Pagens que trazião as celladas, ou barbudas, dos soldados Estrangeiros, que o vierão ajudar, os quaes o Francez chama *Pilartes*. (*Historia Ecclesiastica, 1642*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2] CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e açoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão[...] por D. Rodrigo da Cunha. Em Lisboa: por Manoel da Sylva, 1642.

Pimenteis. Martim Fernandes de Nomaes, diz o Conde D. Pedro no tit.35 ser ascend[en]te dos Pimenteis. Escreve se nos livros da Nobreza, q[ue] o solar desta Familia he em Galliza, na torre e fortaleza antiga de Nomaes, donde passarão á conquista de Portugal dos 1os Reis. O 1º a q[ue]m nomea com o appellido de Pimentel o Conde D. Pedro, he D. Vasco Pimentel Meirinho maior; de Portugal, e Grão Privado del Rei D. Aff[ons]o III. Cahio de sua privança, e passou ao Reino de Castella, levando consigo 250 de Cav[aleir]o, de bons Fidalgos, como dá conta o Inf[an]te D. Sancho, e fez obras de capitão insigne. Seus filhos tornarão a Portugal, aonde permanecerão no favor dos Reis, e em lugares devidos à sia nobreza. Até q[ue] em tempo del Rei D. João o I se foi p[ar]a Cast[el]a D. João Aff[ons]o Pimentel, senhor de Vinhaes e Bragança, p[o]r seguir as p[ar]tes da Rainha D. Brites mulher del Rei de Castela. E lá em remuneração de seus g[ran]des serviços, e do m[ui]to q[ue] perdeu em Portugal foi feito Conde de Benavente no an[o] de 1398 e delle procedem os Senhores desta g[ran]de casa, e os mais q[ue] della se derivão. São as Armas dos Condes o escudo em quarteis, no 1º e ultimo tres faxas de sangue em campo de ouro, nos outros dous sinco vieiras de prata em campo verde; e pelo tempo adiante se ac-crescentou a orla das Armas Reaes de Castella e Leão.

Com tido as armas proprias dos Pimenteir são as cinco vieiras de prata em campo verde, e huma bordadura de prata cheia de cruces, e p[o]r timbre meio Touro vermelho com os cornos e unhas de prata e huma vieira das armas na testa.

Em Portugal ha alg[un]s Fidalgos do appellido de Moraes e Pereira, q[ue] seg[un]do os Nobiliarios se derivão dos Pimenteis. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.15. c.3. [1] Claros Pimenteis os denomi-na o Doutor Antonio Ferr. Poem. Lusit. [Epit...?] p.18. [2]

Os Lunas são familia nobilissima, e p[ar]a o seu esplendor lhe basta o ser ramo da dos Pimenteis descend[en]tes de Cayo Carpo, natural da Maya, e Claudia Loba, natural do Porto, q[ue] alcançarão os tempos do Apostolo Santiago

[...]Martim Fernandes de Nomaes, diz o Conde D. Pedro no tit.35 ser ascendene dos Pimenteis. Escreve se nos livros da Nobreza, que o solar desta Familia he em Galliza, na torre e fortaleza antiga de Nomaes, donde passarão á conquista de Portugal dos primeiros Reis. O primeiro a quem nomea com o appellido de Pimentel o Conde D. Pedro, he D. Vasco Pimentel Meirinho maior; de Portugal, e Grão Privado del Rei D. Affonso III. Cahio de sua privança, e passou ao Reino de Castella, levando consigo 250 de Cavaleiro, de bons Fidalgos, como dá conta o Infante D. Sancho, e fez obras de capitão insigne. Seus filhos tornarão a Portugal, aonde permanecerão no favor dos Reis, e em lugares devidos à sia nobreza. Até que em tempo del Rei D. João o I se foi para Castela D. João Affonso Pimentel, senhor de Vinhaes e Bragança, por seguir as partes da Rainha D. Brites mulher del Rei de Castela. E lá em remuneração de seus grandes serviços, e do muito que perdeu em Portugal foi feito Conde de Benavente no ano de 1398 e delle procedem os Senhores desta grande casa, e os mais que della se derivão. São as Armas dos Condes o escudo em quarteis, no 1º e ultimo tres faxas de sangue em campo de ouro, nos outros dous sinco vieiras de prata em campo verde; e pelo tempo adiante se accrescentou a orla das Armas Reaes de Castella e Leão.

Com tido as armas proprias dos Pimenteir são as cinco vieiras de prata em campo verde, e huma bordadura de prata cheia de cruces, e por timbre meio Touro vermelho com os cornos e unhas de prata e huma vieira das armas na testa.

Em Portugal ha alguns Fidalgos do appellido de Moraes e Pereira, que segundo os Nobiliarios se derivão dos Pimenteis. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Os Lunas são familia nobilissima, e para o seu esplendor lhe basta o ser ramo da dos Pimenteis descendentes de Cayo Carpo, natural da Maya, e Claudia Loba, natural do Porto, que alcançarão os tempos do Apostolo Santiago

Dsc00558

Maior. Spexerus in Theatro Nobilit. Europ. p.1. fol. 83 Fr. Luiz dos Anjos no Jardim de Portugal fol.11 D. Mauro Ferrer. L.2. da Vida do Apostolo Santiago, c.2. e Livro 3 c.11. Estes Aut[ores] se achão citados pelo P. Man. Bernard. Florent. tom.2. p.141. na margem. [3]

Desta Familia e suas armas pode ver se o q[ue] escreve Jorge Cardoso, Nobiliar. tom.3 f.252. co.2. Letr. [?][4]

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] FERREIRA, Antonio. FONSECA, Pedro José da. Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira. Segunda impressão emendada, e accrescentada com a vida, e comedias do mesmo poeta. Tomo I. Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno M DCC LXXI (1771) Com licença da Real Meza Censoria. Á custa dos Irmãos Du-Beux, á Cruz de Páo.

[3] BERNARDES, P. Manoel. Nova Floresta, ou Sylva de varios apophthegmas, e ditos fentenciofos efpirituaes, & moraes; Com Reflexoens, Em que o util da doutrina fe acompanha com o vario da erudição, affim divina, como humana: Offerecida, & dedicada A' Soberana Mãe Da Divina Graça Maria Santissima Senhora Nossa, pelo Padre Manoel Bernardes da Congregaçã do Oratorio de Lisboa. Segvndo Tomo. Lisboa. Na Officina de Valentim da Costa Deslandes. Impreffo de S. Mageftade. Com todas as licenças neceffarias, & Privilegio Real. Anno M.DCC.VIII. [1708].

[4] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Pinheiro. Em 15 de Maio da era de 1292 q[ue] a cahir no an[o] de 1254 fez el Rei D. Aff[ons]o II doação a Pedro Martins d[it]o Pinheiro, e a sua mulher Maria Affonsa de hum assento de casas em Santarem, e diz q[ue] as comprára el Rei D. Sancho de boa memoria, e estavam junto ao Postigo de Elvira Moniz (Torre do Tombo, L. del Rei D. Aff[ons]o 3 f.4 p.2.).Ha deste appellido os Alcaides mores de Barcellos, e outros Fidalgos no Reino. Trazem p[o]r Armas cinco Pinheiros de verde em aspa. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.15. c.46. [1]

[...]Em 15 de Maio da era de 1292 que a cahir no ano de 1254 fez el Rei D. Affonso II doação a Pedro Martins dito Pinheiro, e a sua mulher Maria Affonsa de hum assento de casas em Santarem, e diz que as comprára el Rei D. Sancho de boa memoria, e estavam junto ao Postigo de Elvira Moniz (nota lateral - Torre do Tombo, L. del Rei D. Aff[ons]o 3 f.4 p.2.). [...]Ha deste appellido os Alcaides mores de Barcellos, e outros Fidalgos no Reino. [...]Trazem por Armas cinco Pinheiros de verde em aspa. era huma como Torre; ou reparo de madeira que fabricavão em igual ou maior altura do castello aou muros inimigos para dalli atirarem os braseiros seguros e amparados dos tiros oppostos (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Pintos. Hum ramo dos Sousas dizem q[ue] são os Fidalgos do appellido de Pinto, o qual começou em D. João Garcia de Sousa, neto do Conde D. Mendo, e bisneto de Gançalo de Sousa. Foi chamado Pinto p[o]r suas m[ui]tas perfeições naturaes e gentileza. Seis descendén]tes conservarão este appellido deixando o de Sousa. Ha delles os Senhores de Ferreiros e Tendais, Alcades mores de Chaves, e outros Morgados. Isto dizem alg[un]s Escriitores de Nobiliarios. O contr[ari]o tem p[ar]a si pessoas [doutas?], p[o]r acharem Pintos antes de D. João Garcoa, e lhes parecer não ficar delle descend[enci]a; Pelas inquirições d'el REi D. Affonso III consta q[ue] em tempo q[ue] vivia D. João Garcia tinham Honras como Fidalgos Estevão Pinto e seus filhos em terra de Basto, e Domingos Pires Pinto era juiz de Gaia, e corria com a fazenda d'el Rei D. Aff[ons]o III na Cid[ad]e do Porto. O Conde D. Pedro diz, q[ue] Vasco Pinto de Riba de Bestança, e seus irmãos descencião de D. Egas Mendes, filho de Mem de Gundar. As Armas dos Pintos são cinco crescentes de Luas vermelhas em aspa, e p[o]r timbre hum Leão pardo de prata, armado de vermelho com huma crescente das armas na espada. Fr. A. Brand. Mon. p.3 l.8. c.31.[1]

[...]Hum ramo dos Sousas dizem que são os Fidalgos do appellido de Pinto, o qual começou em D. João Garcia de Sousa, neto do Conde D. Mendo, e bisneto de Gançalo de Sousa. Foi chamado Pinto por suas muitas perfeições naturaes e gentileza. Seis descendentes conservarão este appellido deixando o de Sousa. Ha delles os Senhores de Ferreiros e Tendais, Alcades mores de Chaves, e outros Morgados. Isto dizem alguns Escriitores de Nobiliarios. O contrario tem para si pessoas doutas, por acharem Pintos antes de D. João Garcoa, e lhes parecer não ficar delle descendencia; Pelas inquirições del Rei D. Affonso III consta que em tempo que vivia D. João Garcia tinham Honras como Fidalgos Estevão Pinto e seus filhos em terra de Basto, e Domingos Pires Pinto era juiz de Gaia, e corria com a fazenda del Rei D. Affonso III na Cidade do Porto. O Conde D. Pedro diz, que Vasco Pinto de Riba de Bestança, e seus irmãos descencião de D. Egas Mendes, filho de Mem de Gundar. As Armas dos Pintos são cinco crescentes de Luas vermelhas em aspa, e por timbre hum Leão pardo de prata, armado de vermelho com huma crescente das armas na espada. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Plebeus Miles. O nome Latino *Miles*, o qual significa sold[ad]o se toma nas escrituras antigas p[o]r sold[ad]o de cav[al]o, e consequentem[en]te p[o]r pessoa de qualid[ad]e. Muitos exemplos o confirmão, hum só bastará tomado do Foral de Leiria dado p[o]r el Rei D. Aff[ons]o Henriques em o an[o] de 1142 no qual em o qual em respeito da gente nobre e plebea estão estas palavras: Miles de Leirena [stet?] pro meliore milite de toda terra Regis in judicio, et peon pro meliore peone. Isto he: q[ue] ao Cav[aleir]o de Leiria se guardaria em juizo o foro do melhor c[avaleir]o do Reino, e ao peão do melhor sold[ad]o de pé. (Torre do Tombo e Archivo de S. Cruz de Coimbra L.2. f.40). Assim q[ue] o nome *miles*, se contra-põe ao de sold[ad]o de pé, e denota Nobreza. Porem como nem todo os Cav[aleir]os podião descender de geração antiga de Nobreza conhecida, pois com a varied[ad]e da guerra se levanta cada dia m[ui]tos, e davão principio a casas illustres, se fazia diff[erença] entre od Cav[aleir]ps de antiga Nobreza, e os q[ue] não descendião de sangue illustre, nomeando se aquelles somente Cav[aleir]os p[o]r natureza como se vê em outros lugares do sobred[it]o Foral. Fr. A. Brand. Mon. p.3. l.10. c.42. [1]

[...]O nome Latino *Miles*, o qual sinifica soldado se toma nas escrituras antigas por soldado de cavalo, e consequentemente por pessoa de qualidade. Muitos exemplos o confirmão, hum só bastará tomado do Foral de Leiria dado por el Rei D. Affonso Henriques em o ano de 1142 no qual em o qual em respeito da gente nobre e plebea estão estas palavras: *Miles de Leirena stet pro meliore milite de toda terra Regis in judicio, et peon pro meliore peone.* Isto he: que ao Cavaleiro de Leiria se guardaria em juizo o foro do melhor cavaleiro do Reino, e ao peão do melhor soldado de pé. (Torre do Tombo e Archivo de S. Cruz de Coimbra L.2. f.40). Assim que o nome *miles*, se contrapõe ao de soldado de pé, e denota Nobreza. Porem como nem todo os Cavaleiros podião descender de geração antiga de Nobreza conhecida, pois com a variedade da guerra se levanta cada dia muitos, e davão principio a casas illustres, se fazia diferença entre od Cav[aleir]ps de antiga Nobreza, e os q[ue] não descendião de sangue illustre, nomeando se aquelles somente Cavaleiros por natureza como se vê em outros lugares do sobredito Foral. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Pobres de Lisboa. Q[uan]do el Rei D. Aff[ons]o Henriques ganhou a Cid[ad]e de Lisboa aos Mouros, repartindo o senhorio e districto della pelos Cav[aleir]os e soldados q[ue] o acompanharão naquella entrada, ordenou q[ue] a Camera e Cons[elh]o repartisse todos os annos o campo de valada aos moradores, q[ue] p[or] sua pobreza não tivessem herdades, p[ar]a q[ue] assim concorressem de fora mais povoadores, sem adivertir o eceio de entrar de novo em terra, onde não tínão fazenda de q[ue] sustentar se. Assim se foi continuando p[or] todo o reinado del Rei D. Aff[ons]o, fazenda os officiaes da Camara de Lisboa lista todos os annos dos visinhos pobres, q[ue] havia pelas Freg[uezi]as, aos quaes davão quinhões naquelle campo q[ue] elles cultivavão.

Os Nobres q[ue] conhecerão a fertilid[ad]e do campo, desejos (sic) de se aquinhoarem com os pobres, começarão a entrarem partilha com elles, e ou fosse q[ue] com consentim[en]to dos do Cons[elh]o, ou o q[ue] mais certo he, com violencia tomarão tanta p[ar]te do campo, q[ue] lhes foi necess[ari]o aos do gov[ern]o da Comarca fazer queixa a el Rei D. Sancho I e acudir ao defraudo dos pobres (Camera de Lisb. 2. dos [misticos?] de Reis f.29). Mandou elle p[or] carta dada em Santarem a 7 de Dez[embr]o do an[o] de 1208 q[ue] se conservasse aquelle bom costume, e tornasse a repartição do campo de vallada ao arbitrio do Cons[elh]o de Lisboa, conforme a sua instituição prim[ei]ra. Nesta forma continuarão até q[ue] insistindo outra vez os poderosos apossando se de g[ran]de p[ar]te deste campo em tempo del Rei D. Aff[ons]o II tornou o Cons[elh]o de L[isbo]a a fazer queixa a este Rei, e elle a mandor q[ue] o tal campo fosse adjudicados aos pobres de Lisboa, e a repartição delle ao Cons[elh]o da m[es]ma Cid[ad]e, exceptuando hua D. Constança sua parenta q[ue] alli tinha já occupado hua boa herdade: Et istam amorem facio D. Constancia, [...?] servitio quod maritus [s...?] milis facit, et quod opsa est [Dna?] cum qua habeo debitam. Foi isto estando el Rei em Santarem no mez de Abril do anno de 1228. Devião os poderosos insistir outra vez em se

[...]Quando elRey D. Affonso Henriques ganhou a Cidade de Lisboa aos Mouros, repartindo o senhorio e districto della pelos Cavaleiros e soldados que o acompanharão naquella entrada, ordenou que a Camera e Conselho repartisse todos os annos o campo de valada aos moradores, que por sua pobreza não tivessem herdades, para que assim concorressem de fora mais povoadores, sem adivertir o eceio de entrar de novo em terra, onde não tínão fazenda de que sustentar se. Assim se foi continuando por todo o reinado del Rei D. Affonso, fazenda os officiaes da Camara de Lisboa lista todos os annos dos visinhos pobres, que havia pelas Freguezias, aos quaes davão quinhões naquelle campo que elles cultivavão.

Os Nobres que conhecerão a fertilidade do campo, desejosos de se aquinhoarem com os pobres, começarão a entrarem partilha com elles, e ou fosse que com consentimento dos do Conselho, ou o que mais certo he, com violencia tomarão tanta parte do campo, que lhes foi necessario aos do governo da Comarca fazer queixa a el Rei D. Sancho I e acudir ao defraudo dos pobres (Camera de Lisb. 2. dos misticos de Reis f.29). Mandou elle por carta dada em Santarem a 7 de Dezembro do ano de 1208 que se conservasse aquelle bom costume, e tornasse a repartição do campo de vallada ao arbitrio do Conselho de Lisboa, conforme a sua instituição primeira. Nesta forma continuarão até que insistindo outra vez os poderosos apossando se de grande parte deste campo em tempo del Rei D. Affonso II tornou o Conselho de Lisboa a fazer queixa a este Rei, e elle a mandor que o tal campo fosse adjudicados aos pobres de Lisboa, e a repartição delle ao Conselho da mesma Cidade, exceptuando hua D. Constança sua parenta que alli tinha já occupado hua boa herdade: *Et istam amorem facio D. Constancia, pro servitio quod maritus suus milis facit, et quod opsa est Domina cum qua habeo debitam.* Foi isto estando el Rei em Santarem no mez de Abril do anno de 1228. Devião os poderosos insistir outra vez em se intrometter na posse do campo da valada não obstante tantas

intrometter na posse do campo da valada não obstante tantas

Dsc00564

resoluções dos Reis, q[ue] parece podia com elles mais o desejo de tão boa propried[ad]e, e assim foi necess[ari]o mover-lhes o Cons[elh]o demanda diante del Rei D. Dinis, q[ue] inclinado ao direito dos pobres como em causa de pied[ad]e, sentenceou em final a demanda em favor delles e do Cons[elh]o. Com esta sentença q[ue] el Rei deo a 6 deste mez, se continuou aquella piedosa determinação del Rei D. Aff[ons]o Henriques com os pobres, q[ue] cortando os tempos se vê hoje de todo esquecida, tanto prevalece contra a pied[ad]e o interesse. Fr. F. Brand. Mon. p.5. l.16. c.46. [1]

resoluções dos Reis, que parece podia com elles mais o desejo de tão boa propriedade, e assim foi necessario mover-lhes o Conselho demanda diante del Rei D. Dinis, que inclinado ao direito dos pobres como em causa de piedade, sentenceou em final a demanda em favor delles e do Conselho. Com esta sentença que el Rei deo a 6 deste mez, se continuou aquella piedosa determinação del Rei D. Affonso Henriques com os pobres, que cortando os tempos se vê hoje de todo esquecida, tanto prevalece contra a piedade o interesse. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Polícia de Lisboa e do Reino. O concurso de Est[rangeir]os em tempo del Rei D. Fernando, p[o]r motivo do com[erci]o então mui florecente no Reino, era grandissimo em L[isb]oa. P[ar]a segurança e boa publica deo o d[it]o Rei as seg[ui]ntes provid[enci]as, como refere Fernão Lopes na Chronica del Rei D. João I part. I. c.2. [1] dizendo: “E receando os vizinhos de Lisboa, q[ue] ainda não era cercada, murada, q[ue] gentes de desvairados misturas, e tantas podião fazer alg[un]s damnos, e roubos na Cid[ad]e, ordenarão q[ue] cada noite certos homens de pe, e de cav[al]o guardassem as ruas, q[ua]nd[os] taes navios (de estrangeiros) jazião ante ella”...

“E p[o]r q[ue] L[isb]oa he g[ran]de Cid[ad]e de m[ui]tas e desvairadas gentes, e ser [purgada?] de furtos, e roubos , e de outros maleficios, q[ue] com ella fazião, os quaes presumião, q[ue] são feitos p[o]r homens, q[ue] não vivião com senhores, nem hão bens , nem rendas, nem outros misteres, e jogão, egastão em g[ran]de avondança[?]; porem mandava el Rei, q[ue] em cada Freg[uesi]a houvesse dous Homens bons, q[ue] cada mez inquirissem, e soubessem q[ue] vivenda fazião os q[ue] vivião em ella, e os q[ue] se com elles recolhião de q[ue] fama são; e se achavão alg[um], q[ue] usavão como não devião, fazião no saber em segredo a Estevão Vasques, e Aff[ons]o Furtado, seus Escudeiros, a q[ue] disto tinha dado carrego; e elles o mandavão prender p[o]r seus homens, e entregavão á justiça p[ar]a se fazer delles cumprim[en]to da justiça; dizendo q[ue] sua vontade era, q[ue] pessoas q[ue] mister não houvessem, nem vivessem com Senhores continuam[en]te q[ue] taes como estes não morassem nas villas e lugares do seu Reino; e q[ue] pois elle era [...endo?] de manter seus povos em dir[ei]to, e justiça, q[ue] não recebendo elles damno, e sem razão, se elle hi não tornasse, q[ue] daria o Deos delle grave conta: não consentia, q[ue] nenhum Senhor, nem Fidalgo aconteasse em bairro, em q[ue] pousa-se, nenhum malfeitor; mas mandava q[ue] os prendessem dentro dos bairros la se contavão, pondo g[ran]des pemas aquelles, q[ue] os defender quizessem: Fidalgo nenhum nem outra pessoa,

[...]E receando os vizinhos de Lisboa, que ainda não era cercada, murada, que gentes de desvairados misturas, e tantas podião fazer alguns damnos, e roubos na Cidade, ordenarão que cada noite certos homens de pe, e de cavalo guardassem as ruas, quando taes navios (de estrangeiros) jazião ante ella [...]

[...]E por que Lisboa he grande Cidade de muitas e desvairadas gentes, e ser purgada de furtos, e roubos , e de outros maleficios, que com ella fazião, os quaes presumião, que são feitos por homens, que não vivião com senhores, nem hão bens , nem rendas, nem outros misteres, e jogão, egastão em grande avondança; porem mandava el Rei, que em cada Freguesia houvesse dous Homens bons, que cada mez inquirissem, e soubessem que vivenda fazião os que vivião em ella, e os que se com elles recolhião de que fama são; e se achavão algum, que usavão como não devião, fazião no saber em segredo a Estevão Vasques, e Affonso Furtado, seus Escudeiros, a que disto tinha dado carrego; e elles o mandavão prender por seus homens, e entregavão á justiça para se fazer delles cumprimento da justiça; dizendo que sua vontade era, que pessoas que mister não houvessem, nem vivessem com Senhores continuamente que taes como estes não morassem nas villas e lugares do seu Reino; e que pois elle era teúdo de manter seus povos em direito, e justiça, que não recebendo elles damno, e sem razão, se elle hi não tornasse, que daria o Deos delle grave conta: não consentia, que nenhum Senhor, nem Fidalgo aconteasse em bairro, em que pousa-se, nenhum malfeitor; mas mandava que os prendessem dentro dos bairros la se contavão, pondo grandes pemas aquelles, que os defender quizessem: Fidalgo nenhum nem outra pessoa, mandava que não pousasse em Lisboa quando elle hi não fosse, salvo com aquelles, que tivessem casas, e estalagens por

mandava q[ue] não pousasse em Lisboa q[uan]do elle hi não fosse, salvo com aquelles, q[ue] tivessem casas, e estalagens p[or] pousadas; aos quaes mandara, q[ue] pagassem p[or] pousadas razoados preços, e mandava às justiças q[ue] lhes fizessem pagar; p[or] q[ue] sua vontade era q[ue] não pousassem p[or] outra guiza, posto q[ue]

Dsc00566

varios ahi tivessem, e p[ar]a se isto melhor fazer, mandou q[ue] todos os Bispos, e Mestres das Ordens, e Comendadores, e quaesq[ue]r outras pessoas a q[ue] houvesse de dar aposentadoria, q[ue] tivessem casas nas villas e lugares de seu senhorio, q[ue] as corregessem todas até certo tempo; de guiza. q[ue] que pudessem em ellas pousar; e q[ue] fossem logo requeridos seus donos dellas e seus procuradores, q[ue] as corregessem todas até certo tempo; e se os senhores dellas ou seus procuradores fossdem aelle negligentes, mandava aos juizes q[ue] de seus bens dessem mantimento à taes, q[ue] os fizessem correger, e se os juizes punhão em elle tardança, mandava ao Corregedor da Commarca, q[ue] pelos bens dos Juizes as fizessem correger; e se o corregedor era negli-gente, mandava el Rei, q[ue] se corregessem pelos bens do corregedor; e desta guiza erão todos [aguçosos?] a pôr em obra o q[ue] el Rei mandava; e os poderosos tinham casas onde pousassem, relevando o povo de m[ui]tas sem razões q[ue] antes disto padecião”.

pousadas; aos quaes mandara, que pagassem por pousadas razoados preços, e mandava às justiças que lhes fizessem pagar; por que sua vontade era que não pousassem por outra guiza, posto que

varios ahi tivessem, e para se isto melhor fazer, mandou que todos os Bispos, e Mestres das Ordens, e Comendadores, e quaesquer outras pessoas a que houvesse de dar aposentadoria, q[ue] tivessem casas nas villas e lugares de seu senhorio, que as corregessem todas até certo tempo; de guiza. que que pudessem em ellas pousar; e que fossem logo requeridos seus donos dellas e seus procuradores, que as corregessem todas até certo tempo; e se os senhores dellas ou seus procuradores fossdem aelle negligentes, mandava aos juizes que de seus bens dessem mantimento à taes, que os fizessem correger, e se os juizes punhão em elle tardança, mandava ao Corregedor da Commarca, que pelos bens dos Juizes as fizessem correger; e se o corregedor era negligente, mandava el Rei, que se corregessem pelos bens do corregedor; e desta guiza erão todos aguçosos a pôr em obra o que el Rei mandava; e os poderosos tinham casas onde pousassem, relevando o povo de muitas sem razões que antes disto padecião

[1]LOPES, Fernão, 1380?-1460. Chronica Del Rey D. Ioam I. De Boa Memoria, E dos Reys de Portvgal o Decimo. Primeira Parte. Em Qve se contem A Detensam Do Reyno até ser eleito Rey. Offerecida A Magestade Del Rey Dom Ioam o IV. N. Senhor De Miracvlosa Memoria. Composta por Fernam Lopez. Anno del644. Em Lisbôa. Com todas as licenças necessárias. A custa de Antonio Alvarez Impressor Del Rey N. S.

Porcalho. Em huma Escritura datada de 2 d'Agosto de 1158 (L. das doaç. d'Arouca n.79) se acha nomeado Rui Viegas Porcalho. Daqui se colhe q[ue] havia este appellido, o qual posto q[ue] não seja mui usado, nem bem soante, andou em Cav[aleir]os e gente principal, como se vê em o Commendador de Aviz Vasco Porcalho, q[ue] tantos excessos fez pela p[ar]te de Castella, em tempo del Rei D. João o I. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.15. c.46.[1]

[...]Em huma Escritura datada de dous de Agosto de 1158 (nota lateral - L. das doaç. d'Arouca n.79) se acha nomeado Rui Viegas Porcalho. Daqui se colhe que havia este appellido, o qual posto que não seja mui usado, nem bem soante, andou em Cavaleiros e gente principal, como se vê em o Commendador de Aviz Vasco Porcalho, que tantos excessos fez pela parte de Castella, em tempo delRey D. João o Primeiro. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

PORCO PRETO EM BRAGA

Dsc00569

Porco Preto em Braga – Veja-se Montaria do
Porco preto.

Dsc00571

Porteiro mór. Official da Casa Real. Mem Rodrigues confirma com este titulo, e de Vicemaiores (Portarius maior, et Vice-maiordomus) na doação, q[ue] el Rei D. Dinis, estando em Santarem fez a 11 de Jan[eir]o de 1820 da Quinta de Monjapão em termo de Pormo de Torres Vedras à Infante D. Branca sua irmã. He a Escritura VII no fim da V Parte da Monarchia Lusit. [1], e tirada como alli se declára do cartorio da Sé de Lisboa Liv. dos Priv.^{os} dos Reis fol.13.

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Portugal. O nome de Portugal tira a sua origem de hua povoação na foz do Rio Douro chamada Cale dos antigos, e [Gaya?] dos modernos, com alg[um]a corrupção. Como esta povoação estivesse em hum sitio eminente, o q[ue] fazia a sua serventia trabalhosa, tratarão alg[un]s daquelles moradores de edificar hua nova Povoação da outra p[ar]te do rio, q[ue] ao depois se chamou Portucale, ou Porto de Cale, p[or] estar defronte do lugar deste nome, e ser verdadeiro porto sobre o Douro. Esta nova povoação cresceu tanto com o tempo, q[ue] veio a formar a famosa cid[ad]e do Porto, e della passou o nome de Portucale a toda a Provincia.

Não consta o anno certo deste novo estabelecim[en]to, mas pode se dizer com toda probabilidad[ad]e, não haver sido antes do anno de 163 pois q[ue] demarcando se no Itinerario attribuido ao Imp[er]ad[or] Antonino Pio as jornadas e principaes caminhos da Hespanha, só se faz menção nelle do lugar de Cale, e não do de Portucale, o q[ue] he huma conjectura m[ui]to forte, de q[ue] ainda não estivesse fundado naquelle tempo.

A mais antiga memoria do nome Portugal Portucale, he do anno de 338 em q[ue] se celebrou o Concílio Eliberitano, chamado assim da Cid[ad]e Eliberi, ou Elvira, cujo Bispado, depois de arruinada esta Povoação, se transferio p[ar]a a Cid[ad]e de Granada. Neste Concilio, conforme a ordem do Imp[er]ad[or] Constantino Magno, referida pelo Mouro Razes, Chronista do Miramolim de Marrocos, a q[ue]m seguem André de Rezende, Marianno, e outros Authores, se regularão as dignid[ad]es das Igrejas de Hesp[anh]a, e se assinoua Cid[ad]e de Portucale aos Bispos de Braga. D. Luiz Caet. de Lima, Geogr. Hist. tom.1. p.186. [1]

O nome de Portugal tira a sua origem de hua povoação na foz do Rio Douro chamada Cale dos antigos, e Gaya dos modernos, com alguma corrupção. Como esta povoação estivesse em hum sitio eminente, o que fazia a sua serventia trabalhosa, tratarão alguns daquelles moradores de edificar hua nova Povoação da outra parte do rio, que ao depois se chamou Portucale, ou Porto de Cale, por estar defronte do lugar deste nome, e ser verdadeiro porto sobre o Douro. Esta nova povoação cresceu tanto com o tempo, que veio a formar a famosa cidade do Porto, e della passou o nome de Portucale a toda a Provincia.

Não consta o anno certo deste novo estabelecimento, mas pode se dizer com toda probabilidade, não haver sido antes do anno de 163 pois que demarcando se no Itinerario attribuido ao Imperador Antonino Pio as jornadas e principaes caminhos da Hespanha, só se faz menção nelle do lugar de Cale, e não do de Portucale, o que he huma conjectura muito forte, de que ainda não estivesse fundado naquelle tempo.

A mais antiga memoria do nome Portugal Portucale, he do anno de 338 em que se celebrou o Concílio Eliberitano, chamado assim da Cidade Eliberi, ou Elvira, cujo Bispado, depois de arruinada esta Povoação, se transferio p[ar]a a Cidade de Granada. Neste Concilio, conforme a ordem do Imperador Constantino Magno, referida pelo Mouro Razes, Chronista do Miramolim de Marrocos, a quem seguem André de Rezende, Marianno, e outros Authores, se regularão as dignidades das Igrejas de Hespanha, e se assinoua Cidade de Portucale aos Bispos de Braga. (*Geografia Historica*, 1734)

[1] LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que se trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreſſor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceſſarias.

Dsc00574

Portuguez de Ouro, moeda q[ue] el Rei D. João II mandou lavrar do ouro mais fino das minas de S. Jorge, do valor de sete mil reis. D. Franc. Man. [...]moeda que el Rei D. João II mandou lavrar do ouro mais fino das minas de S. Jorge, do valor de sete mil reis. [...] Dial. 2.[f?]⁵⁷.^[1]

[1]MELLO, D. Francisco Manoel de. Apologos Dialogaes, compostos per D. Francisco Manoel de Mello, varam digno daquella estimaçam que o mundo, em quanto vivo, fez da sua pessoa, e depois de morto conserva ao seu nome. Obra posthuma, e a mais Politica, Civil e Gallante que fez seu Author. Offerecida ao Preclarissimo Senhor D. Antonio Estevam da costa, Armador mór de S. Magestade, etc. per Mathias Pereyra da Sylva. Lisboa Occidental, Na Oficina de Mathias Pereyra da Sylva e Joam Antunes Pedrozo. M. DCC. XXI. Com todas as licenças necessarias.

Dsc00576

Potentéa. O Conde D. Henrique, e seu filho o Inf[an]te D. Aff[ons]o, antes da batalha de Ourique trazião p[o]r armas huma cruz, a q[ue] chamavão potentéa, p[o]r ter a hastea de alto a baixo mais longa q[ue] a outra q[ue] atravessão de p[on]ta a p[on]ta. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.7. [1]

[...]o Conde D. Henrique, e seu filho o Infante D. Affonso, antes da batalha de Ourique trazião por armas huma cruz, a que chamavão potentéa, por ter a hastea de alto a baixo mais longa que a outra que atravessão de ponta a ponta. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00578

Pousador. Off[ici]o da Casa Real se diz hoje Apozentador mór. O Inf[an]te Mestre d'Aviz, levantando o cerco de Lisboa posto p[o]r el Rei D. João I de Castella, deo a Estevão Lourenço seu Pousador os bens q[ue] tinha em Almada Gonçalo Vasques de Azevedo. Lisboa 2 de set[embr]o de 1384. Fr. Man. dos Santos Mon. p.8. L.23. c.26. [1]

[...]Officio da Casa Real se diz hoje Apozentador mór. O Infante Mestre de Aviz, levantando o cerco de Lisboa posto por elRey D. João o Primeiro de Castella, deo a Estevão Lourenço seu Pousador os bens que tinha em Almada Gonçalo Vasques de Azevedo. Lisboa dous de se[embro] de 1384. (*Monarquia Lusitana, 1727*)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. *Monarquia Lusitana* Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Pranteadeiras. O costume das Pranteadeiras, q[ue] erão mulheres conduzidas a preço certo p[ar]a acompanharem os defuntos, e assistir-lhes, chorando e pranteando, durou até o tempo do nosso Rei D. João o I assim em Portugal como em Castella. Extinguiu a Camera de Lisboa com outros abusos conservados geralm[en]te em Hespanha do tempo da gentild[ad]e, e derivado este tambem dos Hebreos conforme ao q[ue] refere o Profeta Amos no cap.5 v.16. et vocabunt agricolam ad luctam, fallando dos abusos de Jerusalem q[ue] então estranhava. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.19. c.44.

Costumavão antigam[en]te em toda Hesp[anh]a prantear os defuntos ao modo gentilico; e havia p[ar]a este eff[ei]to nos povos maiores certas mulheres, à q[ue] chamavão pranteadeiras, as quaes se alugavão como de off[ici]o p[ar]a chorar e prantear os mortos até os levarem à sepultura; e de [continuo?] com os clamores, q[ue] brandavão, e lastimas q[ue] espalhavão ao vento, era tambem costume dizerem os louvores do defunto, as acções de valor, se as havia obrado na guerra, ou de prud[enci]a e virtude, se lhe forão conhecidas na paz; e q[uan]to aos Reis era ponto de brio dizerem o bom tratam[en]to, q[ue] fizera a seu povo; q[ue] não o vexára com tributos; q[ue] methera tanto dinheiro no thesouro, e q[uan]to o accrescentára sobre o herdado, o qual noticia se lhes dava p[ar]a o intento pelo Ministro q[ue] presidia sobre o Erario. Fr. Man. dos Santos Mon. p.8. l.22. c.52. [2]

[...]O costume das Pranteadeiras, que erão mulheres conduzidas a preço certo para acompanharem os defuntos, e assistir-lhes, chorando e pranteando, durou até o tempo do nosso Rei D. João o Primeiro assim em Portugal como em Castella. Extinguiu a Camera de Lisboa com outros abusos conservados geralmente em Hespanha do tempo da gentildade, e derivado este tambem dos Hebreos conforme ao que refere o Profeta Amos no cap.5 v.16. *et vocabunt agricolam ad luctam*, fallando dos abusos de Jerusalem que então estranhava. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

Costumavão antigamente em toda Hespanha prantear os defuntos ao modo gentilico; e havia para este effeito nos povos maiores certas mulheres, à que chamavão pranteadeiras, as quaes se alugavão como de officio para chorar e prantear os mortos até os levarem à sepultura; e de continuo com os clamores, que brandavão, e lastimas que espalhavão ao vento, era tambem costume dizerem os louvores do defunto, as acções de valor, se as havia obrado na guerra, ou de prudencia e virtude, se lhe forão conhecidas na paz; e quanto aos Reis era ponto de brio dizerem o bom tratamento, que fizera a seu povo; que não o vexára com tributos; que methera tanto dinheiro no thesouro, e quanto o accrescentára sobre o herdado, o qual noticia se lhes dava para o intento pelo Ministro que presidia sobre o Erario. (*Monarquia Lusitana*, 1727)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição

delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de São Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Prata. Por Ordenação del Rei D. Aff[ons]o V feita nas Cortes de Coimbra no mez de set[embr]o de 1472 se determina q[ue] a prata em pasta, ou quebrada e velha não corra, nem valha neste Reino em mór preço q[ue] 1:700 reis o marco, q[ue] era o preço q[ue] então pouco mais ou menos valia, e q[ue] sempre razoadam[en]te nos tempos passados a prata quebrada valeo. Liv. vermelho del Rei D. Aff[ons]o V n.16. [1]

El Rei D. João II deo novo crescim[en]to à valia da prata, q[ue] mandou geralm[en]te q[ue] o marco della dahi em diante valesse 2:2.80 reaes. Rui de Pina. Chron. del Rei D. J. II. c.19. [2]

Por Ordenação del Rei D. Affonso V feita nas Cortes de Coimbra no mez de setembro de 1472 se determina que a prata em pasta, ou quebrada e velha não corra, nem valha neste Reino em mór preço que 1:700 reis o marco, que era o preço que então pouco mais ou menos valia, e que sempre razoadamente nos tempos passados a prata quebrada valeo. (*Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V, 1793*)

El Rei D. João II deo novo crescimento à valia da prata, que mandou geralmente que o marco della dahi em diante valesse 2:2.80 reaes. (*Chronica d'ElRei Dom Joaõ II, 1792*)

[1]Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo III. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCIII. [1793] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

[2]PINA, Ruy de. Chronica d'ElRei Dom Joaõ II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

Dsc00585

Preceptoria. Chamavão antig[amen]te aos Prelados Comendadores e aos Conventos ou Hospitales, preceptorias, ou comendas, q[ue] com esta palavra Preceptoria se nomeião nas Bullas Pontificias quaesquer comendas das Ordens militares, e aos Commendadores, Preceptores. Fr. E. Brand. Mon. p.5. L.17. c.63.[1]

[...]chamavão antig[amente] aos Prelados Comendadores e aos Conventos ou Hospitales, preceptorias, ou comendas, que com esta palavra Preceptoria se nomeião nas Bullas Pontificias quaesquer comendas das Ordens militares, e aos Commendadores, Preceptores (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efçrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

PRESTEMO

Dsc00583

Prestemo quer dizer tença vitalicia ou ad nutum

[1]

[1] Sem referência bibliográfica.

Dsc00587

Prestimonio chamamos a alg[um]as rendas de Igrejas, q[ue] com o habito de Christo davão os Marquezes de Villa Real, Duques de Caminha, a q[ue]m lhes parecia, e logrão titulo de comendas, e os q[ue] as possuem tem as m[es]mas preeminencias, q[ue] os del Rei. Ant. Carv. da Cost. Corog. Port. tom.1 liv.2. trat.6 cap.7. p.376. [1]

[...]Prestimonio chamamos a algumas rendas de Igrejas, que com o habito de Christo davão os Marquezes de Villa Real, Duques de Caminha, a quem lhes parecia, e logrão titulo de comendas, e os que as possuem tem as mesmas preeminencias, que os del Rei. (*Corografia Portuguesa, 1706-1712*)

[1] COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.

Prestito. O P. Fr. Antonio da Purificação na Chron. dos Erem. de S. Agost. da Prov. de Portugal p.2. l.7. tit. 1. §6 f.218 e 219 fazendo memoria do Prestito com q[ue] a Universid[ad]e de Lisboa costumava ir ao Conv[en]to de Nossa Senhora da Graça refere e traslada a verba do testam[en]to do Inf[an]te D. Henrique, conforme a copia authentica, q[ue] se guardava no Cartorio do m[es]mo Convento...Por virtude deste testam[en]to, e p[ar]a cumprim[en]to delle, diz o m[es]mo P[adr]e Purificação, q[ue] forão sempre os Reitores da Universid[ad]e de Lisboa, com os Lentes e Estud[an]tes della em corpo de Comunid[ad]e, em Procissão à Igreja do Convento de Nossa Senhora da Graça, na festa da Annunciação da Senhora, q[ue] he a 25 de Março, a celebrar a Missa e pregação na forma q[ue] o Inf[an]te dispoz no d[it]o testam[en]to. E q[ue] p[ar]a q[ue] ninguém faltasse a esta precisa obrigação, se ordenára p[or] hum Estatuto especial, q[ue] os Lentes e Estudantes, presentes e futuros se obrigassem de baixo de juram[en]to, a se acharem naquella Procissão, sob pena de serem riscados do Livro da matricula da d[it]a Universid[ad]e, e desencorporados della.

E p[or] q[uan]to o mencionado Estatuto fora feito em lingua latina, e dizia q[ue] todos fossem obrigados a intervir na solemnid[ad]e sobred[it]a sub prostito juramento, i. h. dando-se lhes juram[en]to de o fazerem assim, escreve o m[es]mo A[utor?], q[ue] daqui vierão p[or] antonomazia a chamar-lhe Prestito, como se dissessem, solemnid[ad]e, a q[ue] erão obrigados a assistir debaixo de juram[en]to dado, p[or] q[ue] isto querem dizer as palavras, sub prostito juramento. E q[ue] este foi o prim[ei]ro e unico Prestito ou Procissão da Universid[ad]e, em q[uan]to esteve em Lisboa. Leit.Ferreir. Not. Chron. [num.?] 803-804.[1]

[...]a Universidade de Lisboa costumava ir ao Convento de Nossa Senhora da Graça refere e traslada a verba do testamento do Infante D. Henrique, conforme a copia authentica, que se guardava no Cartorio do mesmo Convento [...]por virtude deste testamento, e para cumprimento delle[...]

[...]forão sempre os Reitores da Universidade de Lisboa, com os Lentes e Estudantes della em corpo de Comunidade, em Procissão à Igreja do Convento de Nossa Senhora da Graça, na festa da Annunciação da Senhora, que he a 25 de Março, a celebrar a Missa e pregação na forma que o Infante dispoz no dito testamento. E que para que ninguém faltasse a esta precisa obrigação, se ordenára por hum Estatuto especial, que os Lentes e Estudantes, presentes e futuros se obrigassem de baixo de juramento, a se acharem naquella Procissão, sob pena de serem riscados do Livro da matricula da dita Universidade, e desencorporados della.

[...]Estatuto fora feito em lingua latina, e dizia que todos fossem obrigados a intervir na solemnidade sobredita *sub prostito juramento*, i. h. dando-se lhes juramento de o fazerem assim[...]

[...]por antonomazia a chamar-lhe Prestito, como se dissessem, solemnidade, a que erão obrigados a assistir debaixo de juramento dado, por que isto querem dizer as palavras, *sub prostito juramento*. E que este foi o primeiro e unico Prestito ou Procissão da Universidade, em q[uan]to esteve em Lisboa.

[1]FERREIRA, Francisco Leitão. Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729.

Principe. Em Portugal não se fazia antig[amen]te diff[erên]ças entre os filhos dos nossos Reis, nomeando-se sempre nas Escrituras até o tempo do Inf[an]te D. Dinis, ou Reis todos, ou Infantes, e assim as filhas Infantas ou Rainhas. Com o titulo de Reis q[ue] se dava aos filhos dos Reis em Hespanha, se declarava i dir[ei]to de herdar, q[ue] elles tinham, com a preferencao e antelação dos mais velhos; e q[uan]do se quiz expressar mais este dir[ei]to hereditario, q[ue] proxim[amen]te confere ao filho primogenito, lhe chamarão filho prim[eir]o herdeiro, ou Inf[an]te. Como tambem nas Cortes de Lamego assentarão os nossos Portuguezes, q[ue] não só os filhos varões dos Reis de Portugal, senão q[ue] tambem as filhas herdassem p[o]r dir[ei]to hereditario esta coroa em falta de filhos, costumou logo o nosso prim[eir]o Rei D. Aff[ons]o de equiparar aos filhos e filhas nesta p[ar]te, nomeando herdeiros de seu Reino a huns e outros. Na carta do Conto do Mosteiro de Tamarães em termo de Ourem se vê isto claro (Cart. de Alcob. L.3. dos dourados f.111). Deo se ella estando el Rei em Leiria no mez de Março de 1172, e diz q[ue] a fazia: [Hua?] cum filio meo Rege D. Sancio, et filia mea Regina D. Tharesia Regina mei coheredibus, juntam[en]te com meu filho el Rei D. Sancho, e a Rainha D. Tharesa, minha filha, herdeiros ambos do meu Reino. Tempos adiante vierão os nossos Reis a reservar p[ar]a si o titulo de Reis, nomeando a seus filhos com o de Infantes, e com diff[erên]ça ao mais velho: Infante filho prim[eir]o herdeiro. Em Catella ja se usava este modo de nomear os primogenitos.

O principiar no Inf[an]te D. Dinis o titulo de filho primeiro herdeiro, entende se q[ue] se originou p[o]r respeito das cortes de Lamego, as quaes no reinado del Rei D. Aff[ons]o III seu pai se praticarão e examinarão com toda a formalid[ad]e. Estatuou se no 3º artigo daquellas Cortes, q[ue] morrendo el Rei se filhos, o Inf[an]te seu irmão succedesse seo Reino; mas q[ue] o filho de tal successor transversal não succederia sem nova eleição dos tres Estados...Principiou o Reino hereditário de Pai a filho, continuou do tempo do 1º Rei D. Aff[ons]o

[...]Em Portugal não se fazia antigamente differenças entre os filhos dos nossos Reys, nomeando-se sempre nas Escrituras até o tempo do Infante D. Dinis, ou Reis todos, ou Infantes, e assim as filhas Infantas ou Rainhas. Com o titulo de Reis que se dava aos filhos dos Reis em Hespanha, se declarava i direito de herdar, que elles tinham, com a preferencao e antelação dos mais velhos; e quando se quiz expressar mais este direito hereditario, que proximamente confere ao filho primogenito, lhe chamarão filho primeiro herdeiro, ou Infante. Como tambem nas Cortes de Lamego assentarão os nossos Portuguezes, que não só os filhos varões dos Reis de Portugal, senão que tambem as filhas herdassem por direito hereditario esta coroa em falta de filhos, costumou logo o nosso primeiro Rei D. Affonso de equiparar aos filhos e filhas nesta parte, nomeando herdeiros de seu Reino a huns e outros. Na carta do Conto do Mosteiro de Tamarães em termo de Ourem se vê isto claro (nota-lateral - Cart. de Alcob. L.3. dos dourados f.111). Deo se ella estando el Rei em Leiria no mez de Março de 1172, e diz que a fazia: *Hua cum filio meo Rege D. Sancio, et filia mea Regina D. Tharesia Regina mei coheredibus,* juntam[en]te com meu filho el Rei D. Sancho, e a Rainha D. Tharesa, minha filha, herdeiros ambos do meu Reino. Tempos adiante vierão os nossos Reis a reservar para si o titulo de Reis, nomeando a seus filhos com o de Infantes, e com differença ao mais velho: Infante filho primeiro herdeiro. Em Catella ja se usava este modo de nomear os primogenitos.

O principiar no Infante D. Dinis o titulo de filho primeiro herdeiro, entende se que se originou por respeito das cortes de Lamego, as quaes no reinado del Rei D. Affonso III seu pai se praticarão e examinarão com toda a formalidade. Estatuou se no terceiro artigo daquellas Cortes, que morrendo elRey se filhos, o Infante seu irmão succedesse seo Reino; mas que o filho de tal successor transversal não succederia sem nova eleição dos tres Estados [...]Principiou o Reino hereditário de Pai a filho, continuou do tempo do Primeiro Rei D. Affonso

até el Rei D. Sancho II pela deposição do qual entrou no governo, e depois delle morto, tomou a posse p[or]r sucessão hereditária seu irmão el Rei D. Aff[ons]o III em virtude daquelles estabelecimentos. O Pontifice Innocencio IV o declarou assim no Capitulo Grandi aprovando nisto e conformando se com as leis do Reino e Cortes de Lamego.

Dsc00591

Como na pessoa del Rei D. Aff[ons]o III se instituiu nova linha transversal, e o filho do transversal não era admittido na sucessão hereditaria, necessitava o Inf[an]te D. Dinis de nova eleição, p[ar]a delle se deduzir outra nova hereditaria. para jurarem em Cortes ao nosso Inf[an]te nascido no an[o] 1261 supplicou o Reino ao Papa no anno seguinte de 1262, q[ue] o legitimasse, e dispensasse com o casam[en]to de seu pai, p[or]r q[ue] não o podião admittir sem ser legitimo. Deferida Legitimação o jurarão e acceitarão p[or]r successor em Cortes. P[ar]a mostrar el Rei o direito de succeder a q[ue] estava admittido o Inf[an]te, e como nelle se tinha radicado juridicam[en]te a herança pretendeo q[ue] com o titulo de seu ditado o publicasse, e p[or]r essa razão se introduzio o titulo de filho primeiro e herdeiro, o qual correo até o tempo del Rei D. Fernando; p[or]r morte do qual sendo eleito transversalm[en]te, o foi El Rei D. João I o deo tambem a seu 1º filho o Infante D. Aff[ons]o, e p[or]r morte deste prim[ei]ro filho o continuou no Inf[an]te D. Duarte, q[ue] succedeo no Reino, o qual p[or]r ver estabelecida e confirmada linha, q[ue] em seu pai principiára, variou o ditado com seu filho, a q[uem] deo o titulo de Principe, e até agora nos primeiros filhos de nossos Reis se conserva. Fr. F. Brand. Mon. p.5. l.16. c.10. [1]

O nome de Princeipe, em latim Princeps, foi antigam[en]te geral, q[ue] se podia accomodar a qualq[ue]r senhor de vassallos, e em nossa lingua Portugueza q[uan]do queremos engrandecer hum senhor nobre lhe chamamos Principe. Fr. Bernard. de Brit. Chron. de Cister L.2. c.2. [2]

até el Rei D. Sancho II pela deposição do qual entrou no governo, e depois delle morto, tomou a posse por sucessão hereditária seu irmão el Rei D. Affonso III em virtude daquelles estabelecimentos. O Pontifice Innocencio IV o declarou assim no Capitulo Grandi aprovando nisto e conformando se com as leis do Reino e Cortes de Lamego.

Como na pessoa del Rei D. Affonso terceiro se instituiu nova linha transversal, e o filho do transversal não era admittido na sucessão hereditaria, necessitava o Infante D. Dinis de nova eleição, para delle se deduzir outra nova hereditaria. para jurarem em Cortes ao nosso Infante nascido no anno 1261 supplicou o Reino ao Papa no anno seguinte de 1262, que o legitimasse, e dispensasse com o casamento de seu pai, por que não o podião admittir sem ser legitimo. Deferida Legitimação o jurarão e acceitarão por successor em Cortes. Para mostrar el Rei o direito de succeder a que estava admittido o Infante, e como nelle se tinha radicado juridicamente a herança pretendeo que com o titulo de seu ditado o publicasse, e por essa razão se introduzio o titulo de filho primeiro e herdeiro, o qual correo até o tempo del Rei D. Fernando; por morte do qual sendo eleito transversalmente, o foi El Rei D. João I o deo tambem a seu 1º filho o Infante D. Affonso, e por morte deste primeiro filho o continuou no Infante D. Duarte, que succedeo no Reino, o qual por ver estabelecida e confirmada linha, que em seu pai principiára, variou o ditado com seu filho, a quem deo o titulo de Principe, e até agora nos primeiros filhos de nossos Reis se conserva. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

O nome de Princeipe, em latim *Princeps*, foi antigamente geral, que se podia accomodar a qualquer senhor de vassallos, e em nossa lingua Portugueza quando queremos engrandecer hum *senhor* nobre lhe chamamos Principe. (*Cronica de Cister, 1602*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2] BRITO, Bernardo de (1569-1617). Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade composta por Frey Bernardo de Brito (...) Em Lisboa: por Pedro Crasbeeck, 1602.

Dsc00593

Priorado do Crato. No q[ue] toca ao Reino de Portugal se pode assentar a Epoca do Priorado do Crato no anno de 1340 pouco mais ou menos, p[o]r q[ue] com o titulo de seu Prior se acha ja neste anno D. Alvaro Gonçalves Pereira, acompanhando a el Rei D. Aff[ons]o IVq[uan]do passou a Castella à celebre batalha do Sallado. (Mon. Lus. tit.7. l.9. p.11. [1] Europa Portugueza tit.2. p.2. c.3. [2]). Assim fica infallivel, q[ue] se deveo a creação do Priorado no Crato, ao Grão Mestre Elion de Villa Nova, q[ue] foi elevado ao Magisterio (da Ordem da Cav[alari]a do Hospital de Jerusalem) no anno de 1323, e falleceo no de 1346. Com este Mestre, e com aquelle Rei começou o Crato a lograr o titulo de Priorado neste Reino. Fr. Luc. de Santa Cath. Malt. Portug. L.2. c.1. p.225. num.8. [3]

Modernam[en]te se imprimio huma eruditissima Dissertação sobre este assumpto; obra em tudo correspond[en]te em merecim[en]to ás demais de seu preclaro e insigne Autor. Todos seus escritos dirigidos sempre a instrução geral dos nossos compatriotas o constituem benemerito do eterno agradecim[en]to nacional. Seu dig[nissi]mo sobrinho herdeiro tanto dos seus vastos conheci[men]tos literarios, como do zelo da util illustração lusitana deo á luz a d[it]a obra com o seg[ui]nte titulo: Dissertação Hostorico-juridica sobre os direitos e jurisdição do Grão Priorado do Crato, e do seu Provisor, ordenada por Pascoal José de Mello Freire, p[ar]a o seu uso particular no anno de [...?] LXXXVI. Obra posthuma, publicada p[o]r Francisco [rasurado] Freire de Mello, sobrinho do Author, e Deputado da [junta?] da Real Casa e Estado do Infantado, Inquisidor do Santo Officio da Inquisição de Lisboa. Primeira edição correcta e annotada pelo m[es]mo Editor, e à sua custa. Lisboa [...?] CCCVIII. Na Impressão Regia

Dsc00594

No mez de Nov[embr]o. Com licença [?].[4]

Daqui nasce o louvor daqui s'estende

Por todo o mundo; em toda a parte val;

O q[ue] huma vezhe bom, nada o offende.

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lusitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]FARIA E SOUSA, Manuel. Europa Portuguesa. Segunda Edicion correte, ilustrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas, que és labor nueva. Por su autor Manuel de Faria, y Sousa Cavallero de la Orden de Christo, y de la Casa Real. Tomo III. Dedicalo Antonio Craesbeeck de Mello al Serenissimo Principe Don Pedro Regente, y Gobernador de Portugal, &c. Lisboa. con las licencias necesarias, y Privilegio Real. A costa d'Antonio Craesbeeck de Mello Impressor de S. Alteza. Año 1680. Vendese en su Casa en la Calle de los Espingarderos en Valverde

[3]SANTA CATHARINA, Fr. Lucas de. Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta, oferecidas a ElRey Nosso Senhor D. João o V. o Magnifico, Como Augustissimo Protector da Academia Real, por Fr. Lucas de S. Catharina, da Ordem dos Pregadores, seu Chronista, e Academico da Academia Real. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M. DCC. XXXIV [1734]. Com todas as licenças necessárias.

[4]FREIRE, Pascoal José de Melo, 1738-1798. Dissertação historico-iuridica sobre os direitos e iurisdicção do Grão-Prior do Crato, e do seu provisor, ordenado por Pascoal José de Mello Freire, para o seu uso particular no anno de 1786. Obra postuma, publicada por Francisco Freire de Mello, sobrinho do Autor, e Deputado da Junta da Real Casa e Estado do Infantado, Inquisidor do Santo Officio da Inquisição de Lisboa. Primeira edição Correcta e annotada pelo mesmo Editor, e á sua custa. Lisboa 1809. Na Impressão Regia. No Mez de Novembro. Com licença.

[5]FERREIRA, Antonio. FONSECA, Pedro José da. Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira. Segunda impressão emendada, e accrescentada com a vida, e comedias do mesmo poeta. Tomo I. Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno M DCC LXXI (1771) Com licença da Real Meza Censoria. Á custa dos Irmãos Du-Baux, á Cruz de Páo.

Privado del Rei. D. Egas Lourenço da Cunha, hum dos principaes Ricos Homens desta nobilissima Familia, foi padrinho no baptismo del Rei D. Dinis. Mereceu D. Egas Lourenço a graça del Rei D. Aff[ons]o III, e era tão notorio seu valim[en]to q[ue] nas Escrituras publicas firmava com o titulo de Privado del Rei. Doou el Rei a João Soares [Coelho?] a Villa de Souto de Riba de Homem, e entre outros confirmão a doação, os q[ue] se seguem. Dom Mem Soares privado del Rei confirma. Dom Egas Lourenço da Cunha privado del Rei confirma (L.1. do Alem Douro fol.216). depois de D. Egas e Mem Soares não se tem achado em Escritura publica, q[ue] firmassem com titulo de Privado dos Reis deste Reino, mais q[ue] o Doutor João das Regras, o qual em huma Escritura de annexação de muitas Igrejas q[ue] el Rei D. João o I fez á ordem de Aviz no anno 1394 vai nomeado desta maneira entre os mais Fidalgos: O Doutor João das Regras privado del Rei. Fr. F. Brand. Mon. p.5. l.16. c.2. [1]

[...]D. Egas Lourenço da Cunha, hum dos principaes Ricos Homens desta nobilissima Familia, foi padrinho no baptismo delRey D. Dinis. Mereceu D. Egas Lourenço a graça del Rei D. Affonso III, e era tão notorio seu valimento que nas Escrituras publicas firmava com o titulo de Privado del Rei. Doou el Rei a João Soares Coelho a Villa de Souto de Riba de Homem, e entre outros confirmão a doação, os que se seguem. *Dom Mem Soares privado del Rei confirma. Dom Egas Lourenço da Cunha privado del Rei confirma* (nota lateral - L.1. do Alem Douro fol.216). depois de D. Egas e Mem Soares não se tem achado em Escritura publica, que firmassem com titulo de Privado dos Reis deste Reino, mais que o Doutor João das Regras, o qual em huma Escritura de annexação de muitas Igrejas que el Rei D. João o I fez á ordem de Aviz no anno 1394 vai nomeado desta maneira entre os mais Fidalgos: *O Doutor João das Regras privado del Rei. (Monarquia Lusitana, 1650)*

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Procissões de Lisboa. Reinando el Rei D. João I em Portugal, p[or] delig[enci]a de Fr. Vicente de L[isbo]a, Religioso Dominicano, fundador do Convento de Benfica, o 1º da Observancia neste Reino, e morto em 1401 se trocarão em santas e devotas procissões, as profanid[ad]es q[ue] o povo de Lisboa mantinha de festejar certos dias do anno p[or] titulo recebido de Idolatria, com outros máos costumes, q[ue] enfim p[or] sua industria ficarão desterrados de todo Reino. Tambem instituiu e deo principio ás procissões da Semana Santa, q[ue] depois ficarão à conta das Irmand[ad]es da Misericordia. Fr. L. de Sous. Hist. de S. Dom. p.2. L.2. c.5. [1]

[...]Reinando el Rei D. João I em Portugal, por deligencia de Fr. Vicente de Lisboa, Religioso Dominicano, fundador do Convento de Benfica, o primeiro da Observancia neste Reino, e morto em 1401 se trocarão em santas e devotas procissões, as profanidades que o povo de Lisboa mantinha de festejar certos dias do anno por titulo recebido de Idolatria, com outros máos costumes, que enfim por sua industria ficarão desterrados de todo Reino. Tambem instituiu e deo principio ás procissões da Semana Santa, que depois ficarão à conta das Irmandades da Misericordia. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefina Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

PROCISSÕES DO ENTERRO E RESSUREIÇÃO DO SENHOR

Dsc00604

Procissões do Enterro e Ressurreição do Senhor. O P[adr]e Paulo de Portalegre da Congregação de S. João Evangelista, em tempo del Rei D. João II, q[ue] o mandouduas vezes a Roma a neg[oci]os de Suma imp[or]tancia. Compoz alem de outras obras hum Itinerario da Terra Santa, aonde o levou o seu fervor e devoção. De Jerusalem trouxe a piedosa cerimonia da Procissão do Enterro de Christo em sexta feira da Semana Santa, e da manhã da Ressurreição, sendo o 1º, q[ue] as fez praticar nas Igrejas da sua Congregação, e à sua imitação as praticão as Cathedraes deste Reino. P. Franc. de S. Mar. Ano. Hist. tom.2. n.6. p.472.[1]

[...]O Padre Paulo de Portalegre da Congregação de S. João Evangelista, em tempo delRey D. João II, que o mandou duas vezes a Roma a negocios de Suma importancia. Compoz alem de outras obras hum Itinerario da Terra Santa, aonde o levou o seu fervor e devoção. De Jerusalem trouxe a piedosa cerimonia da Procissão do Enterro de Christo em sexta feira da Semana Santa, e da manhã da Ressurreição, sendo o primeiro, que as fez praticar nas Igrejas da sua Congregação, e à sua imitação as praticão as Cathedraes deste Reino.

[1]SANTA MARIA, P. Francisco de. Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abraviada De peffoas grandes, e coufas notaveis de Portugal [...] Offerecido a elRey D. João V. Nosso Senhor [...] Composto pelo Padre Mestre Francisco de S. Maria [...] Tomo Segundo. [...] Lisboa. Na Officina, e à cufta de Domingos Gonsalves. M. DCCXLIV. [1744] Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real.

Promontorio Sacro no Algarve se chamou antigam[en]te o q[ue] hoje se nomeia Cabo de S. Vicente. El Rei D. Aff[on]so Henriques lhe mandou o prim[eir]o nome p[o]r nelle se achar o corpo deste Santo Martyr, no anno de 1183. Na Chronica del Rei D. Aff[ons]o Henriques se mostra claram[en]te ser aquelle corpo do Bemaventurado Santo, q[ue] alg[un]s sem razão quizerão contradizer. O P[adr]e Antonio Vieira, Sermon. t.4 p.406 [1] diz: Aquella ponta de terra montuosa, q[ue] hoje chamamos Cabo de S. Vicente, antigam[en]te se chamava Promontorio sagrado, p[or] estar alli o sepulcro de Tubal primeiro Pai de nossa nação, e tambem o de Hercules, hum dos mais famosos e amados Reis da Lusitania.

Aquella ponta de terra montuosa, que hoje chamamos Cabo de S. Vicente, antigamente se chamava Promontorio sagrado, por estar alli o sepulcro de Tubal primeiro Pai de nossa nação, e tambem o de Hercules, hum dos mais famosos e amados Reis da Lusitania.

[1] VIEIRA, P. Antonio. Sermoens do P. Antonio Vieira, da companhia de Jesu, Prêgador de Sua Magestade. Quarta Parte. Em Lisboa. Na Officina de Miguel Deslandes. A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mecador de Livros. M.DC.LXXXV [1685]. Com todas as licenças, e Privilegio Real.

Protores. Por causa da administração da justiça, em q[ue] tinham principal p[ar]te os Alcaides mores, q[uan]do são excluidos della expressan[en]te lhe chamar os Foraes e doações antigas, Protiores, q[ue] p[or] ser titulo proprio dos Ministros da justiça, pareceo a alg[un]s não competir aos Alcaides móres, a q[ue] incumbem mais propriam[en]te as materias de guerra: mas como elles naquelle tempo huma coisa e outra coisa exercitavão, e tinham o principal lugar na justiça, com o titulo de Protores os nomeavão, e na m[es]ma forma os [S.^{res}?] de terras pela maior superintend[enci]a q[ue] tinham no gov[ern]o dellas. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.72.

Era de oppressão m[ui]tas vezes este gov[ern]o dos Alcaides móres, p[or] q[ue] tendo os presidios, e outras jurisdicções da Alcaidaria mór, fazião alg[um]as vexações aos Cons[elheir]os, e de ordin[ari]o havia contendas sobre as jurisdicções. El Rei D. Dinis querendo atalhar sem[elhan]tes desavenças, e favorecer Villa Real, q[ue] povoára declarou no foral q[ue] fosse governada p[or] dous Juizes, e q[ue] o Alcaide mór não tivesse p[ar]te na justiça. O m[es]mo privilegio deo a Portalegre no anno de 1299. id. ibid. [1]

[...]Por causa da administração da justiça, em que tinham principal parte os Alcaides mores, quando são excluidos della expressamente lhe chamar os Foraes e doações antigas, Protiores, que por ser titulo proprio dos Ministros da justiça, pareceo a alguns não competir aos Alcaides móres, a que incumbem mais propriamente as materias de guerra: mas como elles naquelle tempo huma coisa e outra coisa exercitavão, e tinham o principal lugar na justiça, com o titulo de Protiores os nomeavão, e na mesma forma os senhores de terras pela maior superintendencia que tinham no governo dellas.

Era de oppressão muitas vezes este governo dos Alcaides móres, por que tendo os presidios, e outras jurisdicções da Alcaidaria mór, fazião algumas vexações aos Conselheiros, e de ordinario havia contendas sobre as jurisdicções. El Rei D. Dinis querendo atalhar semelhantes desavenças, e favorecer Villa Real, que povoára declarou no foral que fosse governada por dous Juizes, e que o Alcaide mór não tivesse parte na justiça. O mesmo privilegio deo a Portalegre no anno de 1299. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]Idem.

PROVEDORES DE COMARCA

Dsc00600

Provedores de Comarca são Ministros Reaes, a cujo cargo está olhar pele beneficio geral das terras, e juntam[en]te pelo patrimonio Real. Fr. L. de Sous. Hist. de S. Dom. p.1. L.4. c.6.[1]

[...]Provedores de Comarca são Ministros Reaes, a cujo cargo está olhar pele beneficio geral das terras, e juntamente pelo patrimonio Real. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Dsc00597

Provincial. Este titulo começou em Portugal na Religião de S. Domingos, e foi instituido no 2º Capitulo geral q[ue] o santo Patriarcha celebrou em Bolonha no anno de 1221. Neste capitulo forão com formalid[ad]e eleitos Provinciaes p[ar]a [todas?] as Provincias q[ue] então havia na ordem. Para a de Hespanha foi eleito D. Fr. Sueiro Gomes, Portuguez de nação. A Provincia Dominicana de Hespanha, comprehendia todos os Reinos dos Pyreneos p[ar]a dentro, com todos os conventos q[ue] nelles havia. Fr. L. de Sous. Hist. de S. Dom. p.1. L.1. c.18. [1]

[...]Este titulo começou em Portugal na Religião de S. Domingos, e foi instituido no segundo Capitulo geral que o santo Patriarcha celebrou em Bolonha no anno de 1221. Neste capitulo forão com formalidade eleitos Provinciaes para todas as Provincias que então havia na ordem. Para a de Hespanha foi eleito D. FR. Sueiro Gomes, Portuguez de nação. A Provincia Dominicana de Hespanha, comprehendia todos os Reinos dos Pyreneos para dentro, com todos os conventos que nelles havia. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Quantia. Era certa renda q[ue] os Reis antigam[en]te pagavão aos Senhores de terras, e à Villas e Castellos, com obrigação de servirem na guerra, e trazerem consigo tantos soldados armados, conforme era a quantia q[ue] recebião. Das quantias dos Fidalgos, e do genero de armas, com q[ue] pelejavão, e erão obrigados a ter os acontiadados p[ar]a servirem na guerra, pode ver se o q[ue] se diz na Monarchia Lusitana, part. 6. L.18. c.33 e 45 [1]. Fr. Man. dos Santos. Mon. p.8. L.22. c.48 [2].

El Rei D. Pedro I accrescentou nas quantias aos Fidalgos e Vassallos , p[o]r q[ue] o Vassallo nã havia antes, de sua quantia mais de sessenta e cinco livras, e el Rei D. Pedro lhe poz cento, q[ue] erão quinze dobras cruzadas, dobras Mouriscas; e p[o]r esta quantia havia de ter o Vassallo bom cavallo de receber, e Loriga com seu almafre; e p[o]r sua morte ficava o cavallo, e a Loriga a el Rei devoluto, e dava-o el Rei a q[ue]m sua mercê era, de modo q[ue] com aquelle cavallo, e armas, posta contra em outro Vassallo, ficava sempre o conto dos Vassallos certo, e não mingoado. Fern. Lopes. Chron. del Rei D. Pedro cap.13 [3].

[...] a quem ElRey pagava quantias, que eraõ certas rendas com obrigação de servirem na guerra, e trazerem comfigo tantos Soldados armados, conforme era a quantia, que recebiaõ [...]. (*Oitava Parte da Monarquia Lusitana, 1729*)

[...] coftumauão os Reys dar terras, & quantias aos fidalgos com obrigação [...][cap.33, p.139]

[...] ordenando que todos os obrigados a ter cavallos de quantia de mil liuras [...] od que tiueffem duas mil liuras de quantia [...]. Os que tiueffem cinco mil liuras [...]. etc.[cap.45, p.197] (*Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, 1672*)

Accrefcentou nas quantias aos Fidalgos, e Vaffallos [1], porque o Vaffallo nã havia antes, de fua quantia mais de feffenta e cinco livras, e ElRei D. Pedro lhe poz cento, que eraõ quinze dobras cruzadas, dobras Mourifcas; e por eſta quantia havia de ter o Vaffallo hum cavallo bom de receber, e loriga com feu almafre; e por fua morte ficava o cavallo, e a loriga a ElRei devoluto, e dava-o ElRei a quem fua mercè era; de modo que com aquelle cavallo, e armas, poſta contra em outro Vaffallo, ficava fempre o conto dos Vaffallos certo, e não mingoado. (*Chronica del Rey D. Pedro I*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deſtes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672]. Livro XVIII, Capitulo XXXIII, p.139 e Capitulo XXXXV, p.197.

[2] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729. Livro XXII, Capitulo

[1] como diffemos affima

XLVIII, p.373.

[3] LOPES, Fernão, 1380?-1460. Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escereveo Fernão Lopes... / copiada fielmente do seu original antigo...pelo Padre Jozé Pereira Bayam. - Lisboa Occidental : Na Offic. de Manoel Fernandes Costa, 1735. Capítulo XIII, pp.133-134.

Dsc00609

Quatro Vinténs. Mandou lavrar esta moeda de prata el Rei D. João III q[ue] de huma p[ar]te tem o nome do Rei com coroa, e o numero LXXX, e na orla a letra: Rex Portug. et Algarb. Da outra p[ar]te tem a cruz de S. Jorge com a sabida inscripção: In hoc signo vinces. João Bap. de Castro. Map. de Port. tom.2. c.12. p.189 n.39. [1]

39 *Quatro Vintens*. Mandou lavrar esta moeda de prata ElRei D. João III. que de huma parte tem o nome do Rei com coroa, e o numero LXXX, e na orla a letra: *Rex Portug. et Algarb.* Da outra parte tem a Cruz de S. Jorge com a sabida inscripção: *In hoc signo vinces.* (*Mappa de Portugal Antigo, e Moderno, 1762*)

[1] CASTRO, João Batista de. *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. Nesta segunda edição revisto, e augmentado pelo seu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.* Capítulo XII, p.189, n.39.

Dsc00607

Querós. Nas Asturias de Oviedo ha hum solar dos Fidalgos, q[ue] se chamão Queiros (e não falta quem diga serem todos huns com os Queirós de Portugal) q[ue] trazem p[o]r Armas cinco cabeças de donzellas, p[o]r outras cinco que salvarão do poder dos Mouros. Fr. Bernard. de Brit. Mon. p.2. L.7. c.9.[1]

Nas Afturias de Ouiedo ha h~u foliar dos fidalgos, ~q fe chamão Quiros (& não falta qu~e diga fer~e todos h~us com os Queirós de Portugal) ~q traz~e por armas cinco cabeças de dõzellas, por outras cinco que faluarão do poder dos Mouros. (*Segunda Parte da Monarquia Lusitana, 1609*)

[1] BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1609. Livro VII, Capítulo IX, p.297.

Rabuda. O motivo de se apropriar em particular o nome de Rabuda à Rainha D. Brites, mulher del Rei D. Aff[ons]o II não foi p[o]r defeito, nem p[o]r desprezo, senão (seg[un]do parece) p[o]r q[ue] devia ser a prim[eir]a, q[ue] em Portugal introduzio as cottas de rabo ou caudatas; e como na frugalid[ad]e antiga do Reino naquella idade se estranhasse o trage p[o]r não costumado, derão titulo de Rabuda à introductora delle. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.18. c.9.[1]

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador destes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672]. Livro XVIII, Capítulo IX, p.

Quanto ao motivo de fe apropriar em particular à Rainha D. Brittes aquelle nome, nem foi por defeito, nem por des[prezo], fenão (fegundo entendo) porque deuia fer a primeira que em Portugal introduzio as cottas de rabo, ou caudatas, [1]; e como na frugalidade do noffo Portugal naquella idade fe eftranhasse o trage por não costumado, derão titulo de rabuda à introductora delle. (*Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, 1672*)

[1] vestidura de que vzàraõ até o tempo de noffos pays as maiores Princezas, & Senhora

Rainha. O nome de Rainha se da a D. Theresa, sendo seu marido Conde, he p[o]r ser naquelle tempo cousa mui usada dar se a todas as filhas de Reis nome de Rainha, inda q[ue] o não fossem, sendo D. Theresa filha d'el Rei D. Aff[ons]o VI de direito lhe vinha este titulo. Fr. Bern. de Brit. Chron. de Cister. L.2. c.2. [1]

Fr. Luiz de Sousa, nomeando a Infanta D. Sancha, filha do nosso Rei D. Sancho I accrescenta: Rainha lhe chamavão as Histórias antigas, q[ue] era o titulo, com q[ue] então se tratavão as filhas dos Reis. Hist. de S. Dom. p.1. L.1. c.11.[2]

[...] Quanto ao nome de Raynha, que se dá a Dona Theresa, sendo seu marido Cõde, era naquelle tempo cousa muy vsada darse a todas as filhas de Rey nome de Raynha, inda que o não fossem, e sendo Dona Theresa filha del Rey Dom Afonso o Sexto, de direyto lhe vinha o titulo [...] (*Primeira parte da Chronica de Cyster, 1602*)

[...] infante dona Sancha (Rainha lhe chamão as Historias antigas, que era o titulo, com que então se tratavão as filhas dos Reys) [...] (*Primeira parte da Historia de S. Domingos, 1767*)

[1] BRITO, Bernardo de, O. Cist. 1569-1617. Primeyra parte da Chronica de Cister : onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade / composta por Frey Bernardo de Brito... - Em Lisboa : por Pedro Crasbeek, 1602.

[2] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Dsc00613

Ratinhos. Os gentios chamarão Ratinhos aos Catholicos da Provincia de Entre Douro e Minho, pela morte q[ue] em Rates se deo a S. Pedro Patriarcha, o Apostolo desta Christand[ad]e. Outros querem se derivasse dos fecundos partos das mulheres desta Provincia, de q[ue] se tem em tão breves annos povoado quasi todas as mais Provincias do Reino, e m[ui]tos lugares em Africa, Angola, Sofala, e outros na Asia, India e America. P. Ant. Carv. de Cost. Corog. Port. tom.1 trat.5. c.4. p.336.[1]

[...] chamarão os Gentios Ratinhos aos Catholicos desta Provincia pela morte que em Rates se deu a S. Pedro Patriarcha, ou Apostolo desta Christandade. Outros querem se derivasse dos fecundos partos das mulheres desta Provincia, de que se t~e em tão breves annos povoado quasi todas as mais Provincias do Reyno, e muitos lugares em Africa, Angola, Sofala, e outros na Asia, India, e America. (*Corografia Portuguesa, 1706-1712*)

[1] COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.

Reaes Brancos. Q[uan]do el Rei D. João I quiz tomar Ceita, mandou lavar os 1.^{os} Reaes Brancos, q[ue] cada hum delles valia dez Reaes de tres livras e meia, e 62 fazião um marco.

Depois q[ue] as livras chegarão a g[ran]de diminuição, mandou el Rei D. Duarte lavar outra moeda mais grossa, q[ue] chamarão Reaes Brancos; os quaes erão de cobre com liga de outro metal q[ue] os fazia mais brancos, do q[ue] os nossos Reaes de cobre, tal, e p[or] isso se chamarão brancos, como se collige da Orden. antig.L.4. tit.1 §16. Mandou el Rei D. Duarte q[ue] cada Real branco destes valessem hum soldo dos antigos, e assim cada hum delles valia 35 livrinhas, e 20 Reaes brancos fazião huma livra antiga das 700 a este resp[ei]to valia cada Real destes da nossa moeda 10 seitis, e quatro quintos de seitel, pois 20 delles valião 36 q[ue] he huma livra das maiores. Sev. de Far. Not. disc. 4 §27 c.28. [1]

Depois disto no an[o] de 1446 se baterão outros Reaes brancos, alem dos q[ue] temos d[it]o, q[ue] bateo el Rei D. Duarte, os quaes ainda q[ue] a m[es]ma valia, erão de menor peso, e quantid[ad]e de metal.

E no de 1453 se baterão outros Reaes brancos de menor peso q[ue] os 1.^{os}, e os seg[un]dos, mas da m[es]ma valia.

E finalm[en]te no ano de 1462 se fizeram outros Reaes brancos, q[ue] tinha a m[es]ma valia, q[ue] os acima d[it]os, sendo de m[ui]to menor peso q[ue] nos prim[ei]ros, 2.^{os} e 3.^{os}. Desta diversid[ad]e de Reaes nascerão g[ran]des queixumes; p[or] q[ue] as pessoas, q[ue] tinham contratado antes do anno de 1446 dizião q[ue] se lhes não satisfazião os Reaes brancos, q[ue] lhes devião p[or] quaes q[ue]r outros Reaes brancos modernos dos 2.^{os} ou 3.^{os} ou 4.^{os}; p[or] q[ue] sempre se lhes ficava defraudando a divida. De maneira q[ue] se hum homem tinha aforado no an[o] de 1440 humas casas p[or] 20 Reaes brancos, não querião acceitar no anno de 1463 20 Reaes brancos dos ultimos; dizendo q[ue] q[uan]do elle aforára p[or] 20 Reaes erão outros, q[ue] pesavão mais. Querendo el Rei D. Aff[on]so V acudir a estas duvidas, ordenou em Evora no an[o] de 1473 q[ue] pelos 1.^{os} Reaes

Depois que as Livras chegarão a grande diminuição, mandou ElRey D. Duarte lavar outra moeda mais grossa, que chamarão *Reaes Brancos*; os quaes erão de cobre com liga de outro metal que os fazia mais brancos, do que os nossos Reaes de cobre, tal, e por isso se chamarão brancos, como se collige da Ord. (29.) §16 [rodapé: Ord. Antig. t. I. l. 4.]. Mandou ElRey D. Duarte que cada Real branco destes valessem hum Soldo dos antigos, e assim cada hum delles valia 35. Livrinhas, e 20. Reaes brancos fazião huma Livra antiga das 700. a este respeito valia cada Real destes da nossa moeda dez seitijs, e quatro quintos de seitel, pois 20. delles valião 36. que he huma livra das mayores.

Depois disto no anno de 1446 se baterão outros Reaes brancos, alem dos que temos dito, que bateo ElRey D. Duarte, os quaes ainda que a mesma valia, erão de menor peso, e quantidade de metal.

E no de 1453 se baterão outros Reaes brancos de menor peso que os primeiros, e os segundos, mas da mesma valia.

E finalmente no ano de 1462 se fizeram outros Reaes brancos, que tinha a mesma valia, que os acima ditos, sendo de muito menor peso que nos primeiros, segundos, e terceiros. Desta diversidade de Reaes nascerão grandes queixumes; por que as pessoas, que tinham contratado antes do anno de 1446 dizião que se lhes não satisfazião os Reaes brancos, que lhes devião por quaesquer outros Reaes brancos modernos dos segundos, ou terceiros, ou quartos; porque sempre se lhes ficava defraudando a divida. De maneira que se hum homem tinha aforado no anno de 1440 humas casas por 20 Reaes brancos, não queria aceitar no anno de 1463 20 Reaes brancos dos ultimos; dizendo que quando elle aforara por 20 Reaes, erão outros, que pesavão mais. Querendo ElRey D. Afonso V acudir a estas duvidas, ordenou em Evora no anno de 1473 que pelos primeiros Reaes Brancos

Branços se pagassem a razão de 18 pretos, q[ue] então corrião, os quaes Pretos valião tres quintos de ceitil; e assim vinha a ter cada Real destes brancos dez ceitis, e tres quartos de ceitil como temos dito.

Pelos 2.^{os} Reaes brancos mandou el Rei pagar 14 dos

Dsc00618

ultimos, com q[ue] vinha a ter cada hum destes dous Reaes brancos, a valia de hum Real, e dous ceitis, e dous quintos de ceitil.

Pelos 3.^{os} Reaes brancos mandou el Rei se pagassem 12 Pretos dos ultimos; e assim valia da nossa moeda cada hum delles hum Real, e hum ceitil, e hum quinto de ceitil; o q[ue] se achará multiplicando os tres quintos de ceitil, q[ue] dizemos val cada Preto, pelos 12 Pretos q[ue] val cada Real, virão a montar 36 quintos, os quaes feitos em ceitis vem a somar 7 ceitis, e hum quinto de Ceitil, q[ue] he o q[ue] temos dito.

Pelos 4 e ultimos Reaes brancos mandou el Rei pagar somente 10 Pretos, q[ue] vem a montar 6 ceitis, e assim tinhão a m[es]ma valia, q[ue] hoje tem hum Real dos nossos; p[or] q[ue] multiplicando dez vezes tres quintos de ceitil, q[ue] valião aquelles Pretos, são 30 quintos de ceitil, os quaes feitos em [riscado] de ceitil fazem 6 ceitis, q[ue] he o q[ue] val o nosso Real, q[ue] agora corre.

Passados alg[un]s annos mandou el Rei D. João II lavar outros Reaes de cobre sem liga alg[um]a, e assim perderão o nome de brancos, e se chamão Reaes correntes; e estes são os q[ue] ao presente correm neste Reyno, q[ue] cada hum delles val.6. ceitis. *Id. ib.* §44. [2]

se pagassem a razão de 18 pretos, que então corrião, os quaes Pretos valião tres quintos de Seitil; e assim vinha a ter cada Real destes brancos dez Seitis, e tres quartos de Seitil como temos dito.

Pelos segundos Reaes brancos mandou ElRey pagar 14 dos

ultimos, com que vinha a ter cada hum destes dous Reaes brancos, a valia de hum Real, e dous Seitis, e dous quintos de Seitil.

Pelos terceiros Reaes brancos mandou El Rey se pagassem doze pretos dos ultimos; e assim valia da nossa moeda cada hum delles hum Real, e hum Seitil, e hum quinto de Seitil; o que se achará multiplicando os tres quintos de Seitil, que dizemos val cada Preto, pelos doze pretos, que val cada Real, virão a montar 36 quintos, os quaes feitos em Seitis vem a somar 7 Seitis, e hum quinto de Seitil, que he o que temos dito.

Pelos quartos, e ultimos Reaes brancos mandou ElRey pagar somente dez pretos, que vem a montar seis Seitis, e assim tinhão a mesma valia, que hoje tem hum Real dos nossos; porque multiplicando dez vezes tres quintos de Seitil, que valião aquelles Pretos, são trinta quintos de Seitil, os quaes feitos em Seitis, fazem seis Seitis; que he o que val o nosso Real, que agora corre.

Passados alguns anos, mandou ElRey D. João o II lavar outros Reaes de cobre sem liga alguma; e assim perderão o nome de brancos, e se chamão Reaes correntes; e estes são os que ao presente correm neste Reyno, que cada hum delles vale seis Seitis. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. *Noticias de Portugal* Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro,

Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2] O trecho encontra-se, de fato, no parágrafo 42 de Idem.

Reaes Pretos. Q[uan]do el REi D. Euarte mandou bater os Reaes bracos, parece q[ue] mandou juntam[en]te bater outra moeda, a q[ual] chamou Pretos; dez dos quaes valião hum Real Branco; p[o]r q[ue] já q[ue] se mudavão os soldos em Reaes bracos, pareceo conveniente, q[ue] se mudassem os Dinheiros em Pretos; e este nome de Preto, parece q[ue] foi posto p[o]r diff[erên]ça dos Brancos, e devião tambem ser mais pretos, p[o]r q[ue] não terião a liga de metal, ou de estanho, como tinham os bracos. A valia q[ue] estes prim[eir]os Pretos tinham, conforme a nossa moeda, he a mesma de hum ceitil, e quatro cincoenta avos de seutil. Porq[ue] a Ord[enação] antiga L.4. tit.1. §16 diz q[ue] hum Real destes Brancos valia dez seitis, e quatro quintos de seutil; e como dez Pretos valião hum Real Branco, bem se infere, q[ue] hum Preto destes prim[eir]os tinha hum seutil; e o q[ue] lhe cabia dos quatro quintos de seutil, q[ue] são quatro sincoentavos de seutil. Sev. de Far. Not. disc. 4 §28. [1]

Com os 2^{os} Reaes bracos se baterão tambem 2^{os} pretos; dez dos quaes valião hum dos Reaes bracos 2^{os}.

Prova se isto, p[o]r q[ue] el Rei D. Aff[ons]o V mandou pagar 18 pretos p[o]r hum Real branco 1^o, se durassem os 1^{os} pretos não se podia ordenar esta lei; pois os seu prim[eir]o preço foi valerem dez delles hum Real branco 1^o. Por esta razão se collige, q[ue] houve outros pretos de 2^{os} e 3^{os} Reaes bracos; porem estes conforme o q[ue] fica d[it]o, não erão Reaes tão bons, como os prim[eir]os. E assim os dez pretos dos 1^{os} valerão mais q[ue] hum Real branco destes 2^{os} e 3^{os}, e dez pretos destes 4^{os} e ultimos, não chegavão a valia destes 2^{os} e 3^{os} Reaes bracos, e p[o]r isso mandou el Rei pagar estes Reaes a razão de 14 e 12 pretosdestes ultimos. Logo de força havemos de dizer, q[ue] assim como se batião novos Reaes bracos, se batião logo novos pretos. Resta agora resolver q[ue] valia cada preto destes, conforme a nossa moeda. Isto fica claro pelo q[ue] dissemos, q[ue] cada Real destes tinha. Os 1^{os} valião 10 ceitis, e 4 quintos de ceitil, os 2^{os} Reaes bracos valião 8 ceitis, e 2 quintos de ceitil, p[o]r o seu preto valia

Quando elRey D. Duarte mandou bater os Reaes bracos, parece que mandou juntamente bater outra moeda, a qual chamou Pretos; dez dos quaes valião hum Real Branco; por que já que se mudavão os soldos em Reaes bracos, pareceo conveniente, que se mudassem os Dinheiros em Pretos; e este nome de Preto, parece que foi posto por differença dos Brancos, e devião tambem ser mais pretos, por que não terião a liga de metal, ou de estanho, como tinham os bracos. A valia que estes primeiros Pretos tinham, conforme a nossa moeda, he a mesma de hum ceitil, e quatro cincoenta avos de seutil. Porque a Ordenação antiga L.4. tit.1. §16 diz que hum Real destes Brancos valia dez seitis, e quatro quintos de seutil; e como dez Pretos valião hum Real Branco, bem se infere, que hum Preto destes primeiros tinha hum seutil; e o que lhe cabia dos quatro quintos de seutil, que são quatro sincoentavos de seutil. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

Com os 2^{os} Reaes bracos se baterão tambem 2^{os} pretos; dez dos quaes valião hum dos Reaes bracos 2^{os}.

Prova se isto, por que el Rei D. Affonso V mandou pagar 18 pretos por hum Real branco 1^o, se durassem os 1^{os} pretos não se podia ordenar esta lei; pois os seu primeiro preço foi valerem dez delles hum Real branco 1^o. Por esta razão se collige, que houve outros pretos de 2^{os} e 3^{os} Reaes bracos; porem estes conforme o que fica dito, não erão Reaes tão bons, como os primeiros. E assim os dez pretos dos 1^{os} valerão mais que hum Real branco destes 2^{os} e 3^{os}, e dez pretos destes 4^{os} e ultimos, não chegavão a valia destes 2^{os} e 3^{os} Reaes bracos, e por isso mandou el Rei pagar estes Reaes a razão de 14 e 12 pretosdestes ultimos. Logo de força havemos de dizer, que assim como se batião novos Reaes bracos, se batião logo novos pretos. Resta agora resolver que valia cada preto destes, conforme a nossa moeda. Isto fica claro pelo que dissemos, que cada Real destes tinha. Os 1^{os} valião 10 ceitis, e 4 quintos de ceitil, os 2^{os} Reaes bracos valião 8 ceitis, e 2 quintos de ceitil, por o seu preto valia 4 quintos de ceitil, e 2 cincoentavos

4 quintos de ceitil, e 2 cincoentavos de ceitil, os 3^{os} Reaes brancos valião 7 ceitis, e hum quinto de ceitil, p[o]r essa razão valia o seu preto 3 quintos de ceitil, e 6 cincoentavos de ceitil. Os

de ceitil, os 3^{os} Reaes brancos valião 7 ceitis, e hum quinto de ceitil, por essa razão valia o seu preto 3 quintos de ceitil, e 6 cincoentavos de ceitil. Os

Dsc00621

quartos e ultimos Reaes brancos valião 6 ceitis, pela qual razão valia o seu preto 3 quintos de Ceitil. Id. ib. §44. [2]

quartos e ultimos Reaes brancos valião 6 ceitis, pela qual razão valia o seu preto 3 quintos de Ceitil. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcetada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2^a ed.] Com todas as Licenças neceffarias.
[2]Idem.

Reaes. El Rei D. João I sendo Defensor do Reino, como se vê no cap.49 e 50 da 1ª p[ar]te da sua Chronica, mandou lavrar Reaes de prata de lei de 9 Dinheiros, q[ue] 72 delles fazião hum marco; e depois mandou lavrar outros de lei de 6 dinheiros, e depois outros de 5, ficando sempre na m[es]ma valia e ganhando a mais.

Depois mandou o m[es]mo Rei, sendo ainda Defensor, lavrar Reaes de lei de hum Dinh[eir]o, q[ue] valia cada hum dez soldos, e depois destes mandou fazer outros Reaes de 3 livra, e meia, e dez Dinheiros e meio, e o m[es]mo se vê do cap.5 da 2ª p[ar]te da sua Chronica. Sev. de Far. Not. discurs.4. §27. [1]

El Rei D. João II lavrou Reaes de cobre da valia das q[ue] agora correm. Destes Reses ha alg[un]s, em q[ue] está esculpido o Pelicano dando a beber aos filhos o sangue de seu peito, q[ue] foi a empresa deste Rei com a letra: Pela Lei, e pela grei: dando a entender q[ue] derramaria o sangue em defesa da Fé, e de seus vassallos. Id. Ibid. §30. [2]

O Arcebispo D. Rodrigo da Cunha diz q[ue] os Reaes de tres livras, e meia erão moeda de cobre, q[ue] valião real e meio, e hum ceitil, e quatro quintos de ceitil, e q[ue] se chamava de tres livras e meia, p[or] q[ue] tantas tinha das Livras pequenas, q[ue] era outra moeda de cobre, do valor de meio real, e seis setimos de ceitil. Hist. Eccl. de Lisb. p.2. c.20. n.30. fol.105. col.2. [3]

ElRei D. João I sendo Defensor do Reyno, como se vê no cap. 49. e 50. da I p. da sua Chronica, mandou lavrar Reaes de prata de ley de 9 Dinheiros, que 72 delles fazião hum marco; e depois mandou lavrar outros de ley de 6 Dinheiros, e depois outros de 5, ficando sempre na mesma valia e ganhando a mais.

Depois mandou o mesmo Rey, sendo ainda Defensor, lavrar Reaes de ley de hum Dinheiro, que valia cada hum dez soldos, e depois destes mandou fazer outros Reaes de tres livra, e meya, e dez Dinheiros, e meyo, e o mesmo se vê do cap. 5 da 2 p. da sua Chronica.

[...] tambem lavrou Reaes de cobre da valia das que agora correm. Destes Reses ha alguns, em que está esculpido o Pelicano dando a beber aos filhos o sangue de seu peito, que foy a empresa deste Rey com a letra: *Pela ley, e pela grey*: dando a entender, que derramaria o sangue em defesa da Fé, e de seus vassallos. (*Noticias de Portugal, 1655*)

Livra de tres livras & meya. Moeda de cobre. Valia real e meio, e hu ceitil, e 4 quintos de ceitil. Chamava de *tres livras e meya*, por q' tâtas tinha das livras [...] [n.30] *Livra de dez livras pequenas.* Era outra moeda de cobre, valia meio real, e seis setimos de ceitil. [n.29] (*Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa, 1642*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com

todas as Licenças neceffarias.

[2] Idem.

[3]CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa : vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão... / por D. Rodrigo da Cunha. - Em Lisboa : por Manoel da Sylva, 1642. - 300 f. ; 2º (28 cm)

Rebellos. Martim Paes foi filho de Paio Delgado, o qual seg[un]do diz o Conde D. Pedro tit.36 foi bom cav[aleir]o, e honrado, e se achou com el Rei D. Affonso I na tomada de Lisboa. De Martim Delgado diz o m[es]mo Conde q[ue] verão os Cav[aleir]os q[ue] chamavão os Rebellos. Trazem estes p[o]r Armas em campo azul tres faxas de ouro, sobre cada huma sua flor de lis vermelha posta em banda, e p[o]r timbre meio leão pardo de ouro armado de azul, com huma flor de lis de vermelho na testa. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.29. [1]

Os Rebellos tem seu solar em Rebello de Riba de Paiva, e delles falla o Conde D. Pedro no tit. 42. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.53. [2]

Martim Paes foi filho de Paio Delgado, o qual segundo diz o Conde D. Pedro tit.36 foi bom cavaleiro, e honrado, e se achou com el Rei D. Affonso I na tomada de Lisboa. De Martim Delgado diz o mesmo Conde que verão os Cavaleiros que chamavão os Rebellos. Trazem estes por Armas em campo azul tres faxas de ouro, sobre cada huma sua flor de lis vermelha posta em banda, e por timbre meio leão pardo de ouro armado de azul, com huma flor de lis de vermelho na testa. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Os Rebellos tem seu solar em Rebello de Riba de Paiva, e delles falla o Conde D. Pedro no tit. 42. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta môr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Rebolos. Vasco Martins Rebolo, cav[aleir]o mui principal era parente mui chegado do Papa João XXI natural de L[isbo]a. Teve Vasco Martins Rebolo p[o]r irmão, a d. Gil Rebolo Deão da Sé de Lisboa, q[ue] sem duvida foi provido p[o]r seu parente o Papa João. Em tempo del Rei D. Aff[ons]o III esteve este Deão em comp[anhi]a do Pontifice em Avinhão, e terçou com g[rande] affecto nas controversias q[ue] aquelle Rei teve com os Ecclesiasticos. Falleceo o Deão Gil Rebolo, e deixou p[o]r testamenteiro a seu irmão Vasco Martim Rebolo. Este Cav[aleir]o, q[ue] em outras doações da Sé de Lisboa se acha ter sido Alvasil da Cid[ad]e, q[ue] he o m[es]mo q[ue] Vereador, off[ici]o q[ue] não tínão senão os Nobres, fez seu testamento no anno 1299.

Os Rebolos são de Lisboa, e procedem de D. Martim Paes, filho de Paes Delgado, como o Conde D. Pedro diz no titulo 68. João Baptista Lavanha no Conde D. Pedro, q[ue] se imprimio em Roma confunde estas duas Familias (de Rebellos e Rebolos) p[o]r q[ue] não vio o original da Torre do Tombo, q[ue] mostra serem diversos. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.53. [1]

Vasco Martins Rebolo, cavaleiro mui principal era parente mui chegado do Papa João XXI natural de Lisboa. Teve Vasco Martins Rebolo por irmão, a d. Gil Rebolo Deão da Sé de Lisboa, que sem duvida foi provido por seu parente o Papa João. Em tempo del Rei D. Afonso III esteve este Deão em companhia do Pontifice em Avinhão, e terçou com grande affecto nas controversias que aquelle Rei teve com os Ecclesiasticos. Falleceo o Deão Gil Rebolo, e deixou por testamenteiro a seu irmão Vasco Martim Rebolo. Este Cavaleiro, que em outras doações da Sé de Lisboa se acha ter sido Alvasil da Cidade, que he o mesmo que Vereador, officio que não tínão senão os Nobres, fez seu testamento no anno 1299.

Os Rebolos são de Lisboa, e procedem de D. Martim Paes, filho de Paes Delgado, como o Conde D. Pedro diz no titulo 68. João Baptista Lavanha no Conde D. Pedro, que se imprimio em Roma confunde estas duas Familias (de Rebellos e Rebolos) por que não vio o original da Torre do Tombo, que mostra serem diversos. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Rebotins. O Conde D. Pedro no tit.41 escreve dos Rebotins larg[amen]te e declara q[ue] o 1º q[ue] teve este appellido foi Rui Paes Rebotim, pai de Mem Rodrigues, o qual era neto de D. Paio Soares Romeu. No tit. 21 deixa d[it]o, q[ue] de Gonçalo Paes Taveira descendem os Rebotins e outras familias; mas a d[ire]ta descend[enci]a he p[o]r via Aff[ons]o Paes Deão de Braga meio irmão de Gonçalo Paes Taveira, cujo filho foi Rui Paes Rebotim, pai de Mem Rodrigues Rebotim Fidalgo honrado no tempo del REi D. Dinis, de q[ue]m o liv. do Conde D. Pedro falla no tit. 38. Fr. F. Brand. Mon. p.6. l.18. c.21. [1]

O Conde D. Pedro no tit.41 escreve dos Rebotins largamente e declara que o 1º que teve este appellido foi Rui Paes Rebotim, pai de Mem Rodrigues, o qual era neto de D. Paio Soares Romeu. No tit. 21 deixa dito, que de Gonçalo Paes Taveira descendem os Rebotins e outras familias; mas a direta descendencia he por via Afonso Paes Deão de Braga meio irmão de Gonçalo Paes Taveira, cujo filho foi Rui Paes Rebotim, pai de Mem Rodrigues Rebotim Fidalgo honrado no tempo del REi D. Dinis, de quem o liv. do Conde D. Pedro falla no tit. 38. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Princepe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Regedor das justiças. El Rei D. João I q[ue] instituiu o Tribunal da Casa da Supp[lica]ção lhe deo p[o]r Regedor a seu sobrinho D. Fernando da Guerra, ao depois Bispo do Porto, e Arcebispo de Braga, neto do Inf[an]te D. João, q[ue] era hu dos filhos del Rei D. Pedro I, e da Rainha D. Ignez de Castro, e se conservou no d[it]o cargo até a sua morte. Na sua 1^a origem se chamou Presid[en]te da Casa da supplicação, o q[ue] agora se chama Regedor das Justiças. Vej. Cabedo, Decis. part.1. D. Luiz Caet. de Lim., Geogr. Hist. tom.1. p.271. [1]

El Rei D. João I que instituiu o Tribunal da Casa da Supplicação lhe deo por Regedor a seu sobrinho D. Fernando da Guerra, ao depois Bispo do Porto, e Arcebispo de Braga, neto do Infante D. João, que era hu dos filhos del Rei D. Pedro I, e da Rainha D. Ignez de Castro, e se conservou no dito cargo até a sua morte. Na sua 1^a origem se chamou Presid[en]te da Casa da supplicação, o que agora se chama Regedor das Justiças. Vej. Cabedo. Decis. part.1. (Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, 1734)

[1]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

Dsc00626

Reguengos. Informado el REi D. Sinis pelos do seu Cons[elh]o q[ue] nas terras de sua regalia, q[ue] chamamos requengos, compravão fazendas pessoas de Ordens Religiosas, Clerigos e Fidalgos, mandou confirmando a Lei, q[ue] seu pai tinha feito nesta materia, q[ue] nenhum (sic) das pessoas sob[redit]as fizesse as taes compras, p[o]r q[ue] se [instavão?] dos direitos em prejuizo da fazenda real, e q[ue] compra de fazenda som[en]te a vendessem dentro de hum anno a pessoa não privilegiada. Estava el Rei então em Coimbra, corria o mes de junho, a 15 do qual no anno de 1311 se publicou esta ordenação. Fr. F. Brand. Mon. Lus. p.6. L.18. c.37. [1]

Informado elRey D. Sinis pelos do seu Conselho que nas terras de sua regalia, que chamamos requengos, compravão fazendas pessoas de Ordens Religiosas, Clerigos e Fidalgos, mandou confirmando a Lei, que seu pai tinha feito nesta materia, que nenhuma das pessoas sobreditas fizesse as taes compras, porque se instavão dos direitos em prejuizo da fazenda real, e q[ue] compra de fazenda somente a vendessem dentro de hum anno a pessoa não privilegiada. Estava el Rei então em Coimbra, corria o mes de junho, a 15 do qual no anno de 1311 se publicou esta ordenação. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Reis de Armas. Começarão estes officios em tempo del Rei D. João o I p[or] q[ue] até então, pelas poucas mudanças q[ue] houve em Portug[a]l; erão tidos os Nobres conhecidos, e pacificam[en]te possuia cada hum as heranças e honras, q[ue] de seus passados alcançara. Porem como p[or] morte del Rei D. Fernando se seguirão tão longas e tão aturadas guerras, sobre a successão desta coroa, sustentando huns as p[ar]tes da Rainha D. Brites, filha do morto Rei D. Fernando, e mulher del Rei D. João de Castella, e outros as do Mestre de Avis, e Rei D. João I de Portugal, foi tanta a varied[ad]e e alteração das coisas, q[ue] com razão diz o Chronista Fernão Lopes na 1ª p[ar]te c.163 da Chron. do d[ito] Rei, q[ue] começou então neste Reino, com certo modo a setima id[ad]e do mundo; p[or] q[ue] grão p[ar]te das Familias Nobres, q[ue] seguirão a opinião de Castella, ficarão extinctas, e acabadas de tudo, e alg[um]as q[ue] sustentarão as p[ar]tes del Rei D. João I forão de novo levantadas a g[ran]de lugar. Estes, como não erão dantes conhecidas, p[ar]a se accreditarem com o povo, tomar[am] em m[ui]tas p[ar]tes Appellidos e Armas de outras familias antigas, q[ue] lhes não pertencião. E assim diz o m[es]mo A[uthor]. q[ue] no dia da batalha de Aljubarrota estavam as Bandeiras de Aventureiros cheias de varias armas e insignias, q[ue] a m[ui]tos não competião. Pelo q[ue] considerando el REi D. João I depois de ter o Reino pacifico, como a confusão desta materia era de grão prejuizo à Nobreza, movido dos exemplos dos Reis da Inglaterra, com q[ue]m estava apparentado, introduzio o off[ici]o dos Reis d'Armas; e de então p[ar]a cá os ha em Portugal. *Sever. de Far. Not. disc.3 §.18. [1]*

El Rei D. Manuel vendo depois q[ue] ainda esta materia não estava em sua perfeição, fez com g[ran]de solemnidad[ad]e nos Paços da Rib[eir]a tres Reis d'Armas com seus arautos e Passavantes, e deo compridos Regim[en]tos aos off[icia]es d'Armarias p[ar]a a conservação da Nobreza, e Armas das Familias, de modo q[ue] não houvesse mais a confusão antiga. *Id. Ib. [2]*

Ha tres especies de off[icia]es de Armarias, os 1^{os} Menores são chamados

Começarão estes officios em tempo del Rei D. João o I por que até então, pelas poucas mudanças que houve em Portugal; erão tidos os Nobres conhecidos, e pacificamente possuia cada hum as heranças e honras, que de seus passados alcançara. Porem como por morte del Rei D. Fernando se seguirão tão longas e tão aturadas guerras, sobre a successão desta coroa, sustentando huns as partes da Rainha D. Brites, filha do morto Rei D. Fernando, e mulher del Rei D. João de Castella, e outros as do Mestre de Avis, e Rei D. João I de Portugal, foi tanta a variedade e alteração das coisas, que com razão diz o Chronista Fernão Lopes na 1ª parte c.163 da Chron. do dito Rei, que começou então neste Reino, com certo modo a setima idade do mundo; por que grão parte das Familias Nobres, que seguirão a opinião de Castella, ficarão extinctas, e acabadas de tudo, e algumas que sustentarão as partes del Rei D. João I forão de novo levantadas a grande lugar. Estes, como não erão dantes conhecidas, para se accreditarem com o povo, tomar[am] em muitas partes Appellidos e Armas de outras familias antigas, que lhes não pertencião. E assim diz o mesmo Author. que no dia da batalha de Aljubarrota estavam as Bandeiras de Aventureiros cheias de varias armas e insignias, que a mui os não competião. Pelo que considerando el REi D. João I depois de ter o Reino pacifico, como a confusão desta materia era de grão prejuizo à Nobreza, movido dos exemplos dos Reis da Inglaterra, com quem estava apparentado, introduzio o officio dos Reis d'Armas; e de então para cá os ha em Portugal. *(Noticias de Portugal, 1655, 1740)*

El Rei D. Manuel vendo depois que ainda esta materia não estava em sua perfeição, fez com grande solemnidade nos Paços da Ribeira tres Reis d'Armas com seus arautos e Passavantes, e deo compridos Regimentos aos officiaes d'Armarias para a conservação da Nobreza, e Armas das Familias, de modo que não houvesse mais a confusão antiga. *(Idem)*

Ha tres especies de officiaes de Armarias, os 1^{os} Menores são chamados Passavantes, os

Passavantes, os quaes tem o nome da principal Villa da sua Provincia. Estes antig[amen]te tinham p[o]r off[ici]o andar p[o]r varias Provincias vendo os usos e costumes dellas. Os 2 se chamavão Arautos, e erão ordinariam[en]te os interpretes dos Reis, e os q[ue] levavão os seus recados na

Dsc00629

na guerra, de q[ue] ha assas de exemplos na Hesp[anh]a del Rei D. Aff[ons]o V e na de Carlos V Imp[erad]or de Castella: p[ar]a o q[ue] de todas as g[en]tes tiverão salvo conducto. Tomão o nome da principal Cid[ad]e do Reino. Ultimam[en]te são os Reis d'Armas que se intitulão do nome da Provincia.

Neste Reino ha tres Officiaes de cada Provincia, cada hum de sua especie. Os nomes de q[ue] usão são Reis de Armas Portugal, Arauto Lisboa, Passavante Santarem; Reis de Armas Algarve, Arauto Silves, Passavante Lagos; Rei de Armas India, Arauto Goas, Passavante Cochim.

Quaes sejão as obrigações, q[ue] neste Reino o Regim[en]to [dado?] p[o]r el Rei D. Manoel impõe aos Reis, se achão nas Not. de Portugal escritas p[o]r Manoel de Sev[erim] e Far[ia], disc.3 §.19 [3] se acha tambem o modo com q[ue] o d[it]o Rei D. Manuel poz os nomes aos sobred[it]os Off[icia]es, as ceremonias q[ue] neste acto se praticarão, e os juram[en]tos q[ue] prestarão, com a declaração dos seus encargos.

quaes tem o nome da principal Villa da sua Provincia. Estes antigamente tinham por officio andar por varias Provincias vendo os usos e costumes dellas. Os 2 se chamavão Arautos, e erão ordinariamente os interpretes dos Reis, e os que levavão os seus recados na

na guerra, de que ha assas de exemplos na Hespanha del Rei D. Afonso V e na de Carlos V Imperador de Castella: para o que de todas as gentes tiverão salvo conducto. Tomão o nome da principal Cidade do Reino. Ultimamente são os Reis d'Armas que se intitulão do nome da Provincia.

Neste Reino ha tres Officiaes de cada Provincia, cada hum de sua especie. Os nomes de que usão são Reis de Armas Portugal, Arauto Lisboa, Passavante Santarem; Reis de Armas Algarve, Arauto Silves, Passavante Lagos; Rei de Armas India, Arauto Goas, Passavante Cochim. (*Idem*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2]Idem.

[3]Idem.

RELAÇÃO DE LISBOA

Dsc00632

Relação de Lisboa. Vej. supplicação.

Relação do Porto. El Rei D. Sancho II creou e estabeleceu em Santarem a Relação e Casa do Civil, donde a mudou p[ar]a Lisboa el Rei D. João I a requerim[en]to q[ue] lhe fizerão as cortes de Coimbra celebradas aos 10 de Abril de 1385. E, L[isbo]a se conservou até q[ue] el Rei D. Felipe I de Portugal a extinguiu, e assentou na Cid[ad]e do Porto outra p[o]r elle creada, q[ue] começou a ter exercicio em 4 de Jan[eir]o de 1583.

El Rei D. João II pela confiança, q[ue] tinha da bond[ad]e e bom saber de D. Gonçalo Vas de Castello Branco lhe deo em 1485 a governança da Casa do Civil de Lisboa, e elle foi o prim[eir]o, q[ue] teve titulo de Gov[ernad]or. Garc. de Rezend. Chron. del Rei D. João II. c.58 [1]

Deve-se advertir q[ue] o titulo de gov[ernad]or não he da sua prim[eir]a criação, pois o q[ue] hoje se chama Gov[ernad]or da Casa do Civel do Porto, se chamou antigam[en]te Regedor da Justiça; e com este titulo foi conhecido Pedro Vaz de Mello, pelos annos de 1461 reinando em Portugal D. Aff[ons]o V. O prim[eir]o q[ue] teve o titulo de governador foi Gonçalo Vaz de Cast[el]o Branco, Senhor de Villa Nov a de Portimão, no reinado do m[es]mo Rei D. Aff[ons]o, ou del Rei D. João II seu filho, a q[ue]m servia tambem de Vedor da Fazenda, e de Escrivão da [Purid.º?], conjectura o jurisconsulto Jorge Cardoso (Decis. part.1) ter sido afim de q[ue] os Presid[en]tes das duas Relações não fossem chamados ambos com o m[es]mo titulo. D. L. Caet. de Lima. Geogr. Hist. tom.1 p.275. [2]

El Rei D. Sancho II creou e estabeleceu em Santarem a Relação e Casa do Civil, donde a mudou para Lisboa el Rei D. João I a requerimento que lhe fizerão as cortes de Coimbra celebradas aos 10 de Abril de 1385. E, Lisboa se conservou até que el Rei D. Felipe I de Portugal a extinguiu, e assentou na Cid[ad]e do Porto outra por elle creada, que começou a ter exercicio em 4 de Janeiro de 1583.

El Rei D. João II pela confiança, que tinha da bondade e bom saber de D. Gonçalo Vas de Castello Branco lhe deo em 1485 a governança da Casa do Civil de Lisboa, e elle foi o primeiro, que teve titulo de Governador. (*Chronica delRey D. João II, 1554*)

Deve-se advertir que o titulo de governador não he da sua primeira criação, pois o que hoje se chama Governador da Casa do Civel do Porto, se chamou antigamente Regedor da Justiça; e com este titulo foi conhecido Pedro Vaz de Mello, pelos annos de 1461 reinando em Portugal D. Afonso V. O primeiro que teve o titulo de governador foi Gonçalo Vaz de Castelo Branco, Senhor de Villa Nov a de Portimão, no reinado do mesmo Rei D. Afonso, ou del Rei D. João II seu filho, a quem servia tambem de Vedor da Fazenda, e de Escrivão da Puridade, conjectura o jurisconsulto Jorge Cardoso (Decis. part.1) ter sido afim de que os Presidentes das duas Relações não fossem chamados ambos com o mesmo titulo. (*Geografia Histórica, 1734*)

[1]REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bôdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofó principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefimo auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

[2]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceffarias.

Rendas do Reino em tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques. O D[outo]r Fr. Bernardo de Brito Chronista geral, fallando da fundação do Mosteiro de Alcobaça na Chronica de Cister L.3. c.21. [1] escreve sobre este particular o seg[ui]nte: “A obra do Mosteiro hia em g[ran]de crescim[en]to, pela delig[enci]a q[ue] el Rei punha em a fazer, gastando liberalissimam[en]te q[uan]to era necess[ari]o p[ar]a sua grandeza. E com (sic) serem as rendas de seu Reino tão limitadas naquelle tempo, q[ue] não passavão de 11 contos, e 116 mil reis, conforme a huns rascunhos da receita e defeza, q[ue] vi do seu tempo, sustentava continua guerra contra Mouros, sem faltarem pagas ord[enad]as à gente de guerra, e fundava Mosteiros tão sumptuosos, e todos quasi em hum tempo, como erão Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora, S. João de Tarouca, com m[ui]tos outros, q[ue] ha pelo Reino, e os dotava de tantas rendas, q[ue] tem alg[un]s delles hoje muito mais do q[ue] então lhes rendia Portugal: e com tpodos estes gastos deixou q[uan]do morreo a seu filho D. Sancho hum thesouro de mais de oitocentos e vinte mil cruzados, em moeda de ouro, q[ue] era naquelle tempo huma soma de dinh[eir]o amoedado, q[ue] tinham poucos Reis Christãos.”

A obra do Mosteiro hia em grande crescimento, pela deligencia que el Rei punha em a fazer, gastando liberalissimamente quanto era necessario para sua grandeza. E com serem as rendas de seu Reino tão limitadas naquelle tempo, que não passavão de 11 contos, e 116 mil reis, conforme a huns rascunhos da receita e defeza, que vi do seu tempo, sustentava continua guerra contra Mouros, sem faltarem pagas ordenadas à gente de guerra, e fundava Mosteiros tão sumptuosos, e todos quasi em hum tempo, como erão Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fora, S. João de Tarouca, com muitos outros, que ha pelo Reino, e os dotava de tantas rendas, que tem alguns delles hoje muito mais do que então lhes rendia Portugal: e com tpodos estes gastos deixou quando morreo a seu filho D. Sancho hum thesouro de mais de oitocentos e vinte mil cruzados, em moeda de ouro, que era naquelle tempo huma soma de dinheiro amoedado, que tinham poucos Reis Christãos. (*Chronica de Cister, 1602*)

[1]BRITO, Bernardo de (1569-1617). Primeyra parte da Chronica de Cister: onde se contam as cousas principais desta religiam com muytas antiguidades, assi do Reyno de Portugal como de outros muytos da christandade composta por Frey Bernardo de Brito (...) Em Lisboa: por Pedro Crasbeek, 1602.

Rendas ou Terras da Coroa. As pessoas a q[ue]m os Reis antigos davão rendas ou terras da coroa, e jurisdições, erão todos Fidalgos de antiga e conhecida nobreza: a razão advertio o Doutor João Pinto Ribeiro em hum tratado particular, q[ue] imprimio sobre os titulos da nobreza do Reino, e seus privilegios; e vem a ser; p[o]r q[ue] havia lei, q[ue] defendia, e mandava, q[ue] não se dessem as terras e jurisdições Reaes, senão a Fidalgos antigos e conhecidos . Temos a prova desta verd[ad]e em El Rei D. Fernando; p[o]r q[uan]to sendo Diogo Lopo Pacheco Senhor do Lugar de Sendomil na Beira, e desejando fazer della doação a Lourenço Gil seu criado, dispensou na Lei D. Fernando a favor de Lourenço Gil, p[ar]a q[u]e podesse ter eff[eit]o a mercê, q[ue] lhe fazia o amo. A Carta se conservou na sua Chancell[ari]a no Liv.1. fol.45. He dada em Coimbra aos 15 de set[embr]o, era de 1407.Fr. Man. dos Santos Mon. p.8. L.22. c.9. [1]

As pessoas a quem os Reis antigos davão rendas ou terras da coroa, e jurisdições, erão todos Fidalgos de antiga e conhecida nobreza: a razão advertio o Doutor João Pinto Ribeiro em hum tratado particular, que imprimio sobre os titulos da nobreza do Reino, e seus privilegios; e vem a ser; por que havia lei, que defendia, e mandava, que não se dessem as terras e jurisdições Reaes, senão a Fidalgos antigos e conhecidos . Temos a prova desta verdade em El Rei D. Fernando; por quanto sendo Diogo Lopo Pacheco Senhor do Lugar de Sendomil na Beira, e desejando fazer della doação a Lourenço Gil seu criado, dispensou na Lei D. Fernando a favor de Lourenço Gil, para que podesse ter effeito a mercê, que lhe fazia o amo. A Carta se conservou na sua Chancellaria no Liv.1. fol.45. He dada em Coimbra aos 15 de setembro, era de 1407. (*Monarquia Lusitana*, 1729)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

Reposteiro mór. El Rei D. Aff[ons]o II estando em L[isbo]a no 1º de Maio da era de 1255 q[ue] he o anno do Senhor de 1217dez doação de certa herança a Pedro Garcia, a q[ue]m nomeia seu Reposteiro mor: tibi Petro Garcia meo Repositorio maiori. (Cart. de S. Cruz de Coimbra, fol.63). E he a 1ª vez q[ue] se encontra como esta dignid[ad]e nas Escrituras, e ainda o nome de maior, q[ue] hoje vemos beste, e em outros off[ici]os da Casa Real, era mui desusado antig[amen]te. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.13. c.14. [1]

Os Reposteiros Mores até o tempo del REi D. João o I exercitavão o off[ici]o de Camareiros mores. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.17. c.20. [2]

Presentem[en]te he o reposteiro mór o q[ue] descobre a cadeira del REi nas funcções publicas, e assiste junto della em q[uan]to el REi se não levanta. Tem os Reposteiros mores pela ordenação, L.3. tit.4 o m[es]mo privilegio q[ue] os Alferes mores, etc. p[ar]a poderem trazer os seus contendores à Corte, posto q[ue] os reos sejam moradores no districto da Casa do Porto. D. L. Caet. de Lima. Geogr. Hist. tom.1. p.503. [3]

El Rei D. Afonso II estando em Lisboa no primeiro de Maio da era de 1255 que he o anno do Senhor de 1217dez doação de certa herança a Pedro Garcia, a quem nomeia seu Reposteiro mor: tibi Petro Garcia meo Repositorio maiori. (Cart. de S. Cruz de Coimbra, fol.63). E he a 1ª vez que se encontra como esta dignidade nas Escrituras, e ainda o nome de maior, que hoje vemos beste, e em outros officios da Casa Real, era mui desusado antigamente. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

Os Reposteiros Mores até o tempo del REi D. João o I exercitavão o officio de Camareiros mores. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

Presentemente he o reposteiro mór o que descobre a cadeira del REi nas funcções publicas, e assiste junto della em quanto el REi se não levanta. Tem os Reposteiros mores pela ordenação, L.3. tit.4 o mesmo privilegio que os Alferes mores, etc. para poderem trazer os seus contendores à Corte, posto que os reos sejam moradores no districto da Casa do Porto. (*Geografia Historica*, 1734)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[3]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. Joaõ o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que fe trata de Portugal.

Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da
Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXXIV.
[1734] Com as licenças neceffarias.

Reposteiro. Off[ici]al no serviço do Paço, cujo exercicio determina o Regim[en]to, q[ue] fez entrando em Cintra, el REi D. Aff[ons]o V a 12 de Nov[embr]o de 1471 acerca de alg[um]as coisas de boa Ordenança de sua casa, e serviço seu. No fim deste Regim[en]to se ordena q[ue]: “Os Reposteiros virão logo tambem q[ue] fôr manhã a tomar suas guardas, e aquelle, ou aquelles, q[ue] errar sua guarda quando fôr sua, perderá a [ração?] de 15 dias, e mais haverá huma duzia de pancadas, q[ue] lhe o Vedor dará.” Liv. vermel. num.14. p.443. [1]

Oficial no serviço do Paço, cujo exercicio determina o Regimento, que fez entrando em Cintra, elRey D. Afonso V a 12 de Novembro de 1471 acerca de algumas coisas de boa Ordenança de sua casa, e serviço seu. No fim deste Regimento se ordena que: “Os Reposteiros virão logo tambem que fôr manhã a tomar suas guardas, e aquelle, ou aquelles, que errar sua guarda quando fôr sua, perderá a ração de 15 dias, e mais haverá huma duzia de pancadas, que lhe o Vedor dará. (*Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V, 1793*)

[1]Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo III. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCIII. [1793] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

Ribeiras ou Ribeiros. O appellido de Ribeira ou Ribeiro (q[ue] tudo parece hum) he mui antigo, pois se usava já em tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques, e de D. Sancho I. Os de Ribeira conforme os Nobiliarios, e alg[um]as Hist[ori]as, são descendentes del Rei D. Ramiro ultimo de Leão, e ha em Cast[el]a deste appellido e familia Casas mui principais; os Duques de Alcalá, os Marquezes de Malpica, os Condes de la Torre, e m[ui]tos outros Senhores de Terras. Trazem p[o]r Armas tres faxas verdes em campo de ouro. Em Portugal não ha casa titular dos Ribeiros ou de Ribeira, mas conservão se alg[un]s Morgados, e p[o]r casam[en]to tocão alg[um]as Familias illustres do Reino. Trazem p[o]r Armas o escudo esquartelado, o 1º de Aragão, o segundo dos Vasconcellos, e assim os contrarios, e p[o]r timbre hum lirio florido, Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.13. c.14. [1]

O appellido de Ribeira ou Ribeiro (que tudo parece hum) he mui antigo, pois se usava já em tempo del Rei D. Afonso Henriques, e de D. Sancho I. Os de Ribeira conforme os Nobiliarios, e algumas Historias, são descendentes del Rei D. Ramiro ultimo de Leão, e ha em Castela deste appellido e familia Casas mui principais; os Duques de Alcalá, os Marquezes de Malpica, os Condes de la Torre, e muitos outros Senhores de Terras. Trazem por Armas tres faxas verdes em campo de ouro. Em Portugal não ha casa titular dos Ribeiros ou de Ribeira, mas conservão se alguns Morgados, e por casamento tocão algumas Familias illustres do Reino. Trazem por Armas o escudo esquartelado, o 1º de Aragão, o segundo dos Vasconcellos, e assim os contrarios, e por timbre hum lirio florido (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Rico Homem. Alg[um]as pessoas doudas (Jeron. Blanc. Comment. de Arag. tit. de Optimat.) se persuadem q[ue] o nome de Ricos Homens (o qual se começou a usar em Hesp[anh]a em tempo dos Godos) se attribuiu prim[ei]ro aos q[ue] descendem de sangue Real, p[or] q[uan]to entre os Godos houve m[ui]tos Reis, cujos nomes acabavão nesta dicção, ricos, como Amalóricos, Euricos, Theodoricos, etc. e depois se foi ampliando a outros nobres, q[ue] em paz e guerra se mostravão mais assinalados. Outros A[uthores] (ib. ubi supra) se não canção em derivar a ethymologia deste nome, mais q[ue] de riqueza, o qual em todas as id[ad]es foi sempre authorizada (Gudião c.2. na genealog. da Casa de Ossuna). Tivesse o nome de Ricos Homens q[ual]q[ue]r destes principios, o certo he q[ue] p[or] elle se significava antigam[en]te huma g[ran]de excell[enci]a mui som[en]te a da grandeza, q[ue] hoje tanto se estima em Hesp[anh]a. E já com estes nomes de Proceres e Magnates se achão nomeados em Escrituras os Ricos Homens daquelle tempo.

El Rei D. Aff[ons]o o Sabio declara no livro das Partidas, lei 10 tit.25 p.4 q[ue] Ricos Homens seg[un]do o cistume de Hesp[anh]a, erão Barões ou Condes. Mas não parece q[ue] estas Dig[nida]des tinhão a m[es]ma iguald[ad]e, como nem os nomes erão, pois havia Ricos Homens sem ser Condes, e nas doações, em q[ue] confirmão os Ricos Homens, precedem os Condes, como se vê nas Escrituras: e p[or] outra p[ar]te Barões erão os q[ue] possuião Baronias, e podia succeder haver alg[un]s Senhores de terras sem a preeminencia de Ricos Homens, como bem advertio Jeronymo Blancas (ubi supra). Com tudo como aos Ricos Homens erão dadas Baronias, q[ue] erão terras de q[ue] colhião rendas p[ar]a sustentação de seus vassallos; e a dignid[ad]e de Condes parece q[ue] incluia a de Ricos Homens, com razão disse el Rei q[ue] os Ricos Homens erão Barões ou Condes.

Chamavão-se Ricos Homens de pendão e Caldeira, p[or] q[ue] trazião pendões nas guerras, a q[ue] obedecião m[ui]tos nobres seus vassallos; e a caldeira era p[or] resp[ei]to do mantim[en]to q[ue] lhes davão. Erão do Cons[elh]o dos Reis, e

Algumas pessoas doudas (Jeron. Blanc. Comment. de Arag. tit. de Optimat.) se persuadem que o nome de Ricos Homens (o qual se começou a usar em Hespanha em tempo dos Godos) se attribuiu primeiro aos que descendem de sangue Real, por quanto entre os Godos houve muitos Reis, cujos nomes acabavão nesta dicção, ricos, como Amalóricos, Euricos, Theodoricos, etc. e depois se foi ampliando a outros nobres, que em paz e guerra se mostravão mais assinalados. Outros Authores (ib. ubi supra) se não canção em derivar a ethymologia deste nome, mais que de riqueza, o qual em todas as idades foi sempre authorizada (Gudião c.2. na genealog. da Casa de Ossuna). Tivesse o nome de Ricos Homens qualquer destes principios, o certo he que por elle se significava antigamente huma grande excellencia mui somente a da grandeza, que hoje tanto se estima em Hespanha. E já com estes nomes de Proceres e Magnates se achão nomeados em Escrituras os Ricos Homens daquelle tempo.

El Rei D. Afonso o Sabio declara no livro das Partidas, lei 10 tit.25 p.4 que Ricos Homens segundo o cistume de Hespanha, erão Barões ou Condes. Mas não parece que estas Dignidades tinhão a mesma igualdade, como nem os nomes erão, pois havia Ricos Homens sem ser Condes, e nas doações, em que confirmão os Ricos Homens, precedem os Condes, como se vê nas Escrituras: e por outra parte Barões erão os que possuião Baronias, e podia succeder haver alguns Senhores de terras sem a preeminencia de Ricos Homens, como bem advertio Jeronymo Blancas (ubi supra). Com tudo como aos Ricos Homens erão dadas Baronias, que erão terras de que colhião rendas para sustentação de seus vassallos; e a dignidade de Condes parece que incluia a de Ricos Homens, com razão disse el Rei que os Ricos Homens erão Barões ou Condes.

Chamavão-se Ricos Homens de pendão e Caldeira, por que trazião pendões nas guerras, a q[ue] obedecião muitos nobres seus vassallos; e a caldeira era por respeito do mantimento que lhes

p[or] seu parecer se fazião as coisas de mais import[anci]a da Republica. Tinhão authorid[ad]e p[ar]a ajudar com seus Vassallos os Reis estranhos, q[uan]do no Reino não era necess[ari]a a sua assist[enci]a; e o q[ue] mais he podião fazer guerra a seus Reis proprios em certas casos, sem disso resultar damno, ou infamia a seus parentes. Seus vassallos e particularm[en]te os lavradores de

davão. Erão do Conselho dos Reis, e por seu parecer se fazião as coisas de mais importancia da Republica. Tinhão autoridade para ajudar com seus Vassallos os Reis estranhos, quando no Reino não era necessaria a sua assistencia; e o que mais he podião fazer guerra a seus Reis proprios em certas casos, sem disso resultar damno, ou infamia a seus parentes. Seus vassallos e particularmente os lavradores de

Dsc00641

suas terras tinhão g[ran]des isenções, p[or] q[ue] convinha não faltarem as rendas aquelles q[ue] sempre devião estar preparados p[ar]a as guerras com g[ran]de num[er]o de Vassallos; mas não erão obrigados a ir a ellas, senão q[uan]do el Rei ia em pessoa, o q[ue] seria ordinariam[en]te pelas m[ui]tas em q[ue] os Reis daquelle tempo se achavão. Finalm[en]te era tanta a authorid[ad]e de Ricos Homens, q[ue] seus filhos erão chamados alg[um]as vezes Inf[ant]es, como os filhos dos prop[ri]os Reis, e aos descendend[en]tes dos Ricos Homens querem alg[un]s q[ue] se attribuisse o nome de Infanções, q[ue] he diminutivo de Infantes, em q[ue] se denotava outra dignid[ad]e preminente do tempo antigo, posto q[ue] inferior a de Ricos Homens.

Durou este em nosso Reino, como se alcança das Escrituras, até o tempo del Rei D. Aff[ons]o V, em q[ue] se multiplicarão notavelm[en]te os titulos de Duques, Marquezes e Condes, q[ue] hoje permanecem, e assim foi esquecendo o de Ricos Homens, q[ue] tanto se continuara no outro tempo. Não se derivava esta preminencia m[ui]tas vezes pelos descendentes, mas erão necess[ari]os merecim[en]tos pessoaes, ou favor do principe; com tudo nos filhos de Egas Moniz se acha sem interrupção. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.8. c.21. [1]

O nome de Ricos Homens, diz el Rei D. Aff[ons]o, se lhes deo, p[or] q[ue] alem da riqueza temporal, forão tambem ricos partes naturaes. Porem isto he moralizar; e assim parece mais certo o q[ue] diz Fr. Hieronymo Roman (Repub. 2. p. L.4. c.16) o qual afirma, q[ue] no tempo daquelles prim[ei]ros Reis, q[ue] succederão a D. Pelayo pelas miserias em q[ue] todos estavão, bão havia Titulos, e a cada hum se

suas terras tinhão grandes isenções, por que convinha não faltarem as rendas aquelles que sempre devião estar preparados para as guerras com grande numero de Vassallos; mas não erão obrigados a ir a ellas, senão quando el Rei ia em pessoa, o que seria ordinariamente pelas muitas em que os Reis daquelle tempo se achavão. Finalmente era tanta a authoridade de Ricos Homens, que seus filhos erão chamados algumas vezes Infantes, como os filhos dos proprios Reis, e aos descendentes dos Ricos Homens querem alguns que se attribuisse o nome de Infanções, que he diminutivo de Infantes, em que se denotava outra dignidade preminente do tempo antigo, posto que inferior a de Ricos Homens.

Durou este em nosso Reino, como se alcança das Escrituras, até o tempo del Rei D. Affonso V, em que se multiplicarão notavelmente os titulos de Duques, Marquezes e Condes, que hoje permanecem, e assim foi esquecendo o de Ricos Homens, que tanto se continuara no outro tempo. Não se derivava esta preminencia muitas vezes pelos descendentes, mas erão necessarios merecimentos pessoaes, ou favor do principe; com tudo nos filhos de Egas Moniz se acha sem interrupção. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

O nome de Ricos Homens, diz el Rei D. Afonso, se lhes deo, por que alem da riqueza temporal, forão tambem ricos partes naturaes. Porem isto he moralizar; e assim parece mais certo o que diz Fr. Hieronymo Roman (Repub. 2. p. L.4. c.16) o qual afirma, que no tempo daquelles primeiros Reis, que succederão a D. Pelayo pelas miserias em que todos estavão, bão havia Titulos, e a cada hum se dava o nome das coisas, com que servia aos Principes, e ajudava

dava o nome das coisas, com q[ue] servia aos Principes, e ajudava na guerra contra os Mouros, chamando Escudeiros aos q[ue] pelejavão com espoadas e escudo, e Cav[aleir]os aos q[ue] servião a Cav[al]o. E aquelles q[ue] pelas riquezas de bens se avantajavão aos outros, mantendo à sua custa gente de guerra os intitulavão Ricos Homens. Estes depois forão os Mestres de Campo, e Generaes na guerra, q[ue] só podião fazer gente e trazella a seu cargo, e não reconhecião outro capitão senão o m[es]mo Rei. Era este nome de Rico Homem, seg[un]do se collige dos Foraes de [Sobreira?], pelos quaes em seu principio se governarão os Navarros e Aragonezes, generico, e o dava o povo a q[ue]m lhe parecia. Porem depois q[ue] os Reis vierão a maior crescim[en]to, e magestade, tomarão p[ar]a si o concedello. E assim vem nos Livros das Linhagens do Conde D. Pedro tit.75 como el Rei D. Aff[ons]o fez Rico Homem a Rui

Dsc00642

Gomes de Briteiros, e lhe deo Pendão e Caldeira. E na Chronica del Rei D. Aff[ons]o IV se faz menção de como concedeo este titulo e insignias a Lopo Fernandes Pacheco. E nas de Castella se lê, q[ue] D. Aff[ons]o Fernandes Coronel, em ser Senhor de m[ui]tas Villas, desejava o titulo de Rico Homem, e o alcançou d'el REi D. Pedro.

Fazião os Reis este acto com g[ran]de solemnidad[e], p[or] q[ue] o q[ue] havia de receber tal titulo, velava prim[ei]ro as armas, com as ceremonias da Cav[alari]a p[ar]a ser armado Cav[aleir]o, q[ue] era o fundam[en]to sobre q[ue] todas as dignid[ades] militares antigam[en]te assentavão. Depois o levavão com g[ran]de acompanham[en]to aonde el Rei estava, e posto de joelhos diante delle lhe entregava hum pendão ou bandeira em sinal, q[ue] o fazia general, e lhe dava poder p[ar]a capitanear e governar a gente na guerra. No pendão hião pintados humas caldeiras, pelas quaes se demonstrava, q[ue] podia trazer gente na guerra, e sustentala. Destes Ricos Homens ficou parece o costume de darem aos Condes, e Titulos, q[ue] depois aos Ricos Homens succederão, como quer el Rei D. Aff[ons]o o Sabio, as Bandeiras, q[uan]do com solemnidad[e] de lhes dava a investidura de suas dignid[ades], como o sente

na guerra contra os Mouros, chamando Escudeiros aos que pelejavão com espoadas e escudo, e Cavaleiros aos que servião a Cavalo. E aquelles que pelas riquezas de bens se avantajavão aos outros, mantendo à sua custa gente de guerra os intitulavão Ricos Homens. Estes depois forão os Mestres de Campo, e Generaes na guerra, que só podião fazer gente e trazella a seu cargo, e não reconhecião outro capitão senão o mesmo Rei. Era este nome de Rico Homem, segundo se collige dos Foraes de [Sobreira?], pelos quaes em seu principio se governarão os Navarros e Aragonezes, generico, e o dava o povo a quem lhe parecia. Porem depois que os Reis vierão a maior crescimento, e magestade, tomarão para si o concedello. E assim vem nos Livros das Linhagens do Conde D. Pedro tit.75 como el Rei D. Aff[ons]o fez Rico Homem a Rui

Gomes de Briteiros, e lhe deo Pendão e Caldeira. E na Chronica del Rei D. Afonso IV se faz menção de como concedeo este titulo e insignias a Lopo Fernandes Pacheco. E nas de Castella se lê, que D. Afonso Fernandes Coronel, em ser Senhor de muitas Villas, desejava o titulo de Rico Homem, e o alcançou d'el REi D. Pedro.

Fazião os Reis este acto com g[ran]de solemnidade, por que o que havia de receber tal titulo, velava primeiro as armas, com as ceremonias da Cavalaria para ser armado Cavaleiro, que era o fundamento sobre que todas as dignidades militares antigamente assentavão. Depois o levavão com grande acompanhamento aonde el Rei estava, e posto de joelhos diante delle lhe entregava hum pendão ou bandeira em sinal, que o fazia general, e lhe dava poder para capitanear e governar a gente na guerra. No pendão hião pintados humas caldeiras, pelas quaes se demonstrava, que podia trazer gente na guerra, e sustentala. Destes Ricos Homens ficou parece o costume de darem aos Condes, e Titulos, que depois aos Ricos Homens succederão, como quer el Rei D. Afonso o Sabio, as Bandeiras, quando com solemnidade de lhes dava a investidura de suas dignidades, como o sente Garibay (p.1. L.10. c.4). As Caldeiras, que o Pendão levava por divisa tiveram sua origem do

[Garibay?] (p.1. L.10. c.4). As Caldeiras, q[ue] o Pendão levava p[or] divisa tiverão sua origem do pouco dinh[eir]o q[ue] então havia em Hespanha, p[or] cuja causa se não dava aos soldados soldo de dinheiro, mas mantim[en]to. E como p[ar]a o poder guizar[a ranta gente erão necess[ari]os g[ran]des vasos, usavão destas caldeiras de notavel grandeza, como ainda hoje se vê nos conventos da Batalha da Batalha r Alcobaça, onde ficarão al[gum]as da victoria de Aljubarrota. Continuou-se o Titulo de Ricos Homens neste Reino p[or] m[ui]tos a[no]s, e ainda el Rei D. Man[o]el faz menção delles, e das Ricas Damas, q[ue] erão suas mulheres. Porem nas Ordenações (L.1. tit.56. §22 e L3 t. 5.) he mais nome generico, q[ue] não particular Titulo; e com tudo hoje está de todo extincto succedendo em seu lugar outros Titulos. Sever. de Far. Not. disc.3 §20. [2] Dos Ricos Homens pode também ver se o q[ue] diz Miguel Leitão de Andrada. Miscell. Dial. 18. p.512. c.535. [3]

El Rei D. Aff[ons]o III pai del Rei D. Dinis, nas cartas q[ue] fez em Guimarães, no Março da era de 1299 q[ue] são annos de Christo 1261 ordena q[ue] só em dois casos pudesse, os

Dsc00643

Ricos Homens vir a Corte: o 1º, a chamado del Rei, e o 2º, q[uan]do tivessem alg[um] neg[oci]o de imp[ortanci]a, q[ue] tratar elle; accrescenta: Todo o Rico Homem, q[ue] tiver cinco mil livras, venha a casa del Rei com cinco cavalleiros; e o q[ue] tiver seis mil livras, venha com seis [etc.]. E desta quantia não passa pelo q[ue] parece era a maior fazenda de hum Rico Homem 2\$400 cruzados, contando a 8 vinteis p[or] livra. D. Rod. da Cunh. Hist. Eccl. de Lisb. p.2. c.20. n.24. [4]

Os Ricos Homens em tempos antigos tinham tanto lugar diante dos Reis q[ue] achando se na Corte assinavão com elles as Cartas de privilegios e mercês: e assinavão não como testemunhas, ou ministros, senão como consentidores, e quasi como companheiros. Por q[ue] assinando, se declarava q[ue] informavão elles o q[ue] el Rei concedia. E bem se deixa entender, q[ue] o confirmar he hum certo auto, como de poder igual. E p[or] isso era ordin[ari]o confirmarem juntam[en]te o Principe herdeiro do

pouco dinheiro que então havia em Hespanha, por cuja causa se não dava aos soldados soldo de dinheiro, mas mantimento. E como para o poder guizar a ranta gente erão necessarios grandes vasos, usavão destas caldeiras de notavel grandeza, como ainda hoje se vê nos conventos da Batalha da Batalha r Alcobaça, onde ficarão algumas da victoria de Aljubarrota. Continuou-se o Titulo de Ricos Homens neste Reino por muitos anos, e ainda el Rei D. Manoel faz menção delles, e das Ricas Damas, que erão suas mulheres. Porem nas Ordenações (L.1. tit.56. §22 e L3 t. 5.) he mais nome generico, que não particular Titulo; e com tudo hoje está de todo extincto succedendo em seu lugar outros Titulos. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

El Rei D. Afonso III pai del Rei D. Dinis, nas cartas que fez em Guimarães, no Março da era de 1299 que são annos de Christo 1261 ordena que só em dois casos pudesse, os

Ricos Homens vir a Corte: o 1º, a chamado del Rei, e o 2º, quando tivessem algum negocio de importancia, que tratar elle; accrescenta: *Todo o Rico Homem, que tiver cinco mil livras, venha a casa del Rei com cinco cavalleiros; e o que tiver seis mil livras, venha com seis etc.* E desta quantia não passa pelo que parece era a maior fazenda de hum Rico Homem 2\$400 cruzados, contando a 8 vinteis por livra. (*Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa, 1642*)

Os Ricos Homens em tempos antigos tinham tanto lugar diante dos Reis que achando se na Corte assinavão com elles as Cartas de privilegios e mercês: e assinavão não como testemunhas, ou ministros, senão como consentidores, e quasi como companheiros. Por que assinando, se declarava que informavão elles o que el Rei concedia. E bem se deixa entender, que o confirmar he hum certo auto, como de poder igual. E por isso era ordinario confirmarem juntamente o Principe herdeiro do Reino, e os Infantes que havia. (*Historia de S. Domingos,*

Reino, e os Inf[an]tes q[ue] havia. Fr. Luiz de 1767)
Sous. Hist. de S. Dom. p.1. L.1. c.1. [5]

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Deferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Moiteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[3]ANDRADE, Miguel Leitão de. Miscellanea do sitio de N. Sª. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa.[...] com mtas. curiozidades e poezias diversas por Mighel Leitão dªAndra[...] Em Lxa.: por Matheus Pinheiro, 1629.

[4]CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e açoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão[...] por D. Rodrigo da Cunha. Em Lisboa: por Manoel da Sylva, 1642.

[5]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Rochas. Os Rochas são de sua origem Francezes (e entendo pelo q[ue] escreve Moreri let. R. do Condado de Roche, no de Borgonha) fizeram assento em Viana, illustre Villa da Provincia do Minho, Arcebispado Primacial de Braga, donde tem sahido os m[ui]tos q[ue] ha desta familia neste Reino, huns augmentando a 1ª Nobreza, q[ue] conservarão outros, e m[ui]tos outros diminuirão, como succede às demais Familias. Alex. Ferr. Mem. dos Temp. p.1. tom.1 app.2. p.751. num.840. [1]

Os Rochas são de sua origem Francezes (e entendo pelo que escreve Moreri let. R. do Condado de Roche, no de Borgonha) fizeram assento em Viana, illustre Villa da Provincia do Minho, Arcebispado Primacial de Braga, donde tem sahido os muitos que ha desta familia neste Reino, huns augmentando a 1ª Nobreza, que conservarão outros, e muitos outros diminuirão, como succede às demais Familias. (*Suplemento Historico, ou Memorias, e Noticias Historicas da Celebre Ordem Militar dos Templarios na Palestina, 1735*)

[1]FERREIRA, Alexandre. Suplemento Historico, ou Memorias, e Noticias Historicas da Celebre Ordem Militar dos Templarios na Palestina, Para a historia da admiravel Odem de Nosso Senhor Jesu Christo, Dedicadas a ElRey Nosso Senhor D. Joaõ V. Nosso Senhor. Parte Primeira. Tomo Primeiro. Escrito por Alexandre Ferreira, (...) Lisboa Occidental, Na Oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M.DCC.XXXV. (1735) Com todas as licenças necessarias.

Dsc00646

Rolins. Por casam[en]to de Alvaro Gonçalves de Moura, com Urraca Fernandes Senhora propriet[ari]a de Azambuja alcançarão os de Appellido de Moura o senhorio desta Villa, o qual possuem hoje seus descend[en]tes com appellido de Rolim.Os Rolins usão das m[es]mas Armas q[ue] os Mouras. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.11. c.12. [1] Vej. Mouras.

Por casamento de Alvaro Gonçalves de Moura, com Urraca Fernandes Senhora proprietaria de Azambuja alcançarão os de Appellido de Moura o senhorio desta Villa, o qual possuem hoje seus descendentes com appellido de Rolim.Os Rolins usão das mesmas Armas que os Mouras. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

ROQUETE

Dsc00643

Roquete. Quando no uso da Armaria se diz em roquete he o m[es]mo q[ue] em triangulo.(1)

(1)Sem referência bibliográfica.

Sacavem. Ponte...No tempo q[ue] el Rei D. Aff[ons]o Henriques, 1 de Portugal, cercou Lisboa, e a tomou aos Mouros; estando sobre ella, teve aviso como a vinhão soccorres os Mouros da Comarca de Alenquer. E sabendo q[ue] havião de passar p[o]r esta ponte de sacavem, lhes mandou tomar o passo com gente de cavallo (q[ue] não podia ser m[ui]tos) os quaes achando-já os Mouros, q[ue] quasi todos a tinhão passado, tiverão com elles huma mui perigosa e desigual batalha, p[o]r q[ue] sendo m[ui]to poucos, e os Mouros m[ui]tos, já a não poudarão escusar sem se [perderem?], e delles houverão huma mui assignalada victoria, neste plano. Mig. Leit. de And. Misc. Dial. 2 p.39.[1]

[...] porque no tempo el Rey dõ Affonso Anriques, primeiro de Portugal, cercou Lisboa, & a tomou aos Mouros; eftando fobre ella, teve auifo como a vinhaõ focorrer os Mouros da Comarca de Alenquer. E fabendo que auiaõ de paffar por ehta ponte de Sacauem, lhes mandou tomar o paffo com gente de cavallo (que não podia fer muyta) os quais, achando ja os Mouros, que quafi todos a tinhaõ paffado, tiverão com elles h~ua muyto perigofa & defigual batalha, porque sendo muyto poucos, & os Mouros muytos, já a não puderão efcufar fem fe perderem, & delles ouuerão h~ua muyto fignalada victoria, nefte plano. (*Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande, 1629*)

[1] ANDRADE, Miguel Leitão de (1553-1630). *Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. de sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa... com mtas. curiosidades e poezias diversas / por Mighel Leitão d^aAndra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629. Diálogo II, p.39.*

Dsc00654

Saimento dos Reis. Era antigam[en]te costume fazerem se aos Reaes defunctos dous off[ici]os solemnes, a q[ue] chamavão saimentos, com assistencia dos g[ran]des todos do Reino Seculares e Ecclesiasticos chamados p[o]r cartas circulares, como depois se usava em occasião de Cortes. Fr. Man. dos Santos. Mon. p.8. L.23. c.6. [1]

Era costume naquella idade fazerem aos Reys defuntos dous Officios solemnes, a que chamavão saimentos, com assistencia dos grandes todos do Reino Seculares, e Ecclesiasticos chamados por cartas circulares, que hoje se usa em occasião de Cortes; [...] (*Monarquia Lusitana, 1729*)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e successos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

Dsc00650

Saldanhas. Descendem de D. Sancho Dias de Saldanha, conde de Saldanha, q[ue] viveo pelos annos de 850, e de sua mulher In[fant]a D. Ximena, filha del Rei Fruela de Leão. Carv. Corogr. Port. t.2. c.19. p.152.[1]

Os Saldanhas defcendem de Dom Sancho Dias de Saldanha, Conde de Saldanha, que viveo pelos annos de oytocentos & cincoenta, & de fua mulher Infante D. Ximena, filha delRei Dom Fruela de Leão, de que teve a. (*Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, 1706-1712*)

[1] COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712. Tomo II, Capítulo XIX, P.152

Dsc00081

Encoutos, era a pena pecuniaria, imposta a quem quebrava esta ou aquella lei. Franc. Leitão Ferr. Not. Chron. n. 252. p. 104.[1]

Encoutos, era a pena pecuniaria, imposta a quem quebrava esta ou aquella lei. (*Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra, 1729*)

[1] FERREIRA, Francisco Leitão. Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729.

Salgado. Do appellido de Salgado não faltão pessoas de consideração no reinado del Rei D. Dinis, e de seu filho D. Aff[ons]o. A Pero Salgado seu Thesoureiro fez el Rei D. Dinis estando em Santarem a 13 d'Abril de 1294 mercê de hum chaõ à porta de Leiria. Aff[ons]o Domingues Salgado, Ouvidor dos Feitos del Rei D. Aff[ons]o IV e havia sido hum dos Clerigos del Rei D. Dinis, q[ue] lhe servião no despacho; tinha huma Conezia de Sylves em o anno de 1324. Fr. Alvaro Garcia Salgado foi Commendador da Villar Torpim, sendo da Ordem de Alcantara, e Alferes mór della no tempo do Mestre D. Diogo Sanches, q[ue] sahio eleito pelos annos de 1219. (Rades na Hist. de Alcant. c.5). Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.17. c.19. [1]

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[...] Santarem. Estando nesta Villa a treze de Abril, deu hum chaõ à porta de Leyria a seu tesoureiro Pero Salgado [...] Afonso Domingues Salgado, Ouvidor dos Feitos delRey Dom Afonso Quarto, [1] o qual havia sido hu dos Clerigos delRey D. Dinis, que lhe servião no despacho, e tinha hua Conezia de Silves, [...] Fr. Alvaro Garcia Salgado foi Commendador de Villar Torpim, sendo da Ordem de Alcantara, e Alferes mòr della no tempo do Mestre D. Diogo Sanches, que saio eleito pelos annos de mil duzentos e dezanove. (Rades na Hist. de Alcant. c.5) (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] achamos pelos anos de mil trezentos e vinte e nove,

Salvado. A dois dos Idos de Maio da Era de 1235 q[ue] cahe a 14 do proprio mez do anno do Senhor de 1197 se fez em Coimbra huma notavel troca entre D. Pedro Bispo da m[es]ma Igreja, e D. Aff[ons]o Abbade de Lorvão, pela qual o Bispo largou ao sobred[it]o Abbade, e seus successores a Igreja de Santiago de Souselas, a de S. Martinho de Cambra, pelo direito, q[ue] o Mosteiro tinha na Igreja de S. Martinho de Casal Comba, e p[o]r outras heranças. E entre os q[ue] se acharão presentes (q[ue] forão m[ui]tos) confirma em 1º lugar Pedro Salvado com estas palavras. P. Salvati confirm. (L. das doaç. de Lorvão fol.28). Deste appellido se achão m[ui]tas noticias nas Escrituras desta casa, e deixadas outras, em huma venda, q[ue] faz Martim Pardo à Rainha D. Tareja de certa fazenda em Botãozinho, cuja data he no mez de Agosto da Era de 1245 q[ue] he o anno de 1207 está o nome de João Salvado, e o de Martim Salvado Deão da Sé de Coimbra. El Rei D. Sancho II faz memoria em seu testamento (Torre do Tombo e no Mosteiro de Alcobaça) de Pedro Salvado, a q[ue] deixa particulares legados. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.12. c.33.[1]

A dous dos Idos de Maio da Era de 1235 que cae a 14 do proprio mez do anno do Senhor de 1197. se fez em Coimbra hua notavel troca entre Dom Pedro Bispo da mesma Igreja, e D. Afonso Abbade de Lorvão, pella qual o Bispo largou ao sobredito Abbade, e seus successores a Igreja de Santiago de Souselas, a de S. Martinho de Cambra, pello direito q' o mosteiro tinha na Igreja de S. Martinho de Casal Cõba, e por outras heranças. E entre os que se acharão presentes (q' forão muitos) confirma em primeiro lugar Pedro Salvado com estas palavras. *P. Salvati confirm.* [*Livro das doações de Lorvão e O mesmo livro fol. 28 – notas laterais*]. Deste appellido acho muita noticia nas Escrituras desta casa, e deixadas outras em hua venda que faz Martim Pardo à Rainha Dona Tareja de certa fazenda em Botãozinho, cuja data he no mes de Agosto da Era de 1245 que he o anno de mil duzentos e sete, esta o nome de João Salvado, e o de Martim Salvado Deão da Sé de Coimbra. Adiante veremos como elRey D. Sancho Segundo faz memoria em seu testamento [*Testamento delRey D. Sãcho 2 na Torre do Tombo, e no Mosteiro de Alcobaça – nota lateral*] de Pedro Salvado, a que deixa particulares legados. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00560

Sanches. Salvador Dias Blasques, cavalleiro Biscainho, notavel da cid[ad]e de Victoria, foi casado com Isabel Sanches, filha de Fernão Sanches, fidalgo rico, e principal, q[ue] viveo na Extremadura, cujos descend[en]tes se chamarão do appellido Sanches, ficando entre nós de familia, o q[ue] até então era patronimico. Jorge. Card. Agiol. Lusit. tom.2. p.705. col.2 Letra c.[1]

[...]Salvador Dias Blasques, cavalleiro Biscainho, notavel da cidade de Victoria, foi casado com Isabel Sanches, filha de Fernão Sanches, fidalgo rico, e principal, que viveo na Extremadura, cujos descendentes se chamarão do appellido Sanches, ficando entre nós de familia, o que até então era patronímico.[...] (*Agiologio Lusitano, 1652-1666*)

[1] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.*

Dsc00663

Sandes. Dos Sandes escreve o Conde D. Pedro no tit.45 e mostra descenderem do tronco illustre e antigo dos de Riba de Visella, posto q[ue] lhes dá sua derivação e nome mais moderno q[ue] o principio do Reinado del REi D. Aff[ons]o Henriques. Em huma escritura porem do Mosteiro de Lorvão feita no anno de 1131 se acha o nome de Gonçalo Sandiz (Arch. do Lorv. codice antigo de pergaminho escrito quasi todo de letra gotica 3 fol. antes do fim). Os Sandes tem p[o]r Armas em campo vermelho hum leão de ouro entre quatro flores de lis do mesmo postas em cruz, e elle armado de prata; e p[o]r timbre meio leão de vermelho com huma flor de lis de ouro sobre a cabeça. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.9. c.24. [1]

O appellido de Sande he nobre (seg[un]do diz Fr. Luiz de Sousa) no Reino de Portugal, e nos de Cast[el]ja. Hist. de S. Dom. p.1. L.5. c.38. [2]

Dos Sandes escreve o Conde D. Pedro no tit.45 e mostra descenderem do tronco illustre e antigo dos de Riba de Visella, posto que lhes dá sua derivação e nome mais moderno que o principio do Reinado del REi D. Aff[ons]o Henriques. Em huma escritura porem do Mosteiro de Lorvão feita no anno de 1131 se acha o nome de Gonçalo Sandiz (Arch. do Lorv. codice antigo de pergaminho escrito quasi todo de letra gotica 3 fol. antes do fim). Os Sandes tem por Armas em campo vermelho hum leão de ouro entre quatro flores de lis do mesmo postas em cruz, e elle armado de prata; e por timbre meio leão de vermelho com huma flor de lis de ouro sobre a cabeça. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

O appellido de Sande he nobre no Reino de Portugal, e nos de Castela. (*Historia de S. Domingo, 1767*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronista dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Santiago. Ordem de Cavallaria de... O 1º lugar em q[ue] esta ordem fez seu assento foi o Most[eir]o de S. Loyo, de Conegos Regulares de S. Agostinho em Galliza. A Bulla de sua confirmação foi expedida pelo Papa Alexandre III aos 5 de Julho de 1175 à not[ici]a[?] do Mestre D. Pedro Fernandes.

El Rei D. Fernando de Leão começou a favorecer os seus Cav[aleir]os, e em pouco tempo se derivarão p[o]r outras Provincias da Hesp[anh]a porem com maior grandeza em Leão e Castella, aonde se fundarão e dotarão casas desta ordem m[ui]to ricas. Tambem ao Reino de Portugal coube sua p[ar]te admittindo estes Cva[aleir]os logo em seus principios, reinando ainda o grandioso Rei D. Affonso Henriques. Pela [li...?] deste Principe diz o P[adr]e Fr. Jeronymo Romano, q[ue] alcançou a ordem de S. Thiago [Messagena?] em termo de Beja, Vilarinho, Valmelhor, Montenegro, e outras terras em varias p[ar]tes do Reino. Imitarão a grandeza del Rei D. Aff[ons]o Henriques seus descend[ent]es em particular os Reis D. Sancho I e II em cujo tempo foi esta ordem mui favorecida e dotada; e no del Rei D. Dinis, o qual depois de varias difficuld[ad]es, isentou os Cav[aleir]os della, da obediencia q[ue] até então tiverão aos Mestres de Uclés, alcançando do Sumo Pontifice, q[ue] ellegessem os Cav[aleir]os Portugueses Mestres de entre si, q[ue] os governassem.

Teve esta ordem no q[ue] toca a Portugal, seu prim[ei]r[o] assento na Cid[ad]e de Lisboa no Mosteiro de Santos o Velho, onde permanecerão os Cav[aleir]os até o temó del Rei D. Affonso II em q[ue] se mudarão p[ar]a Alcacer do Sal, q[uan]do se ganhou esta Villa aos Mouros. Daqui se forão (reinando D. Sancho II p[ar]a a Villa de Mertola conquistada novam[en]te pelas [armas?]) deste Principe. Ultimam[en]te se passarão a Palmella, aos 26 d'Out[ubr]o de 1482 havendose dado principio à fabrica da Igreja a 5 de Maio de 1443, sendo Mestre da Ordem o Inf[an]te D. João filho del Rei D. João o I.

O 1º lugar em que esta ordem fez seu assento foi o Mosteiro de S. Loyo, de Conegos Regulares de S. Agostinho em Galliza. A Bulla de sua confirmação foi expedida pelo Papa Alexandre III aos 5 de Julho de 1175 à noticia do Mestre D. Pedro Fernandes.

El Rei D. Fernando de Leão começou a favorecer os seus Cavaleiros, e em pouco tempo se derivarão por outras Provincias da Hesp[anh]a porem com maior grandeza em Leão e Castella, aonde se fundarão e dotarão casas desta ordem muito ricas. Tambem ao Reino de Portugal coube sua parte admittindo estes Cavaleiros logo em seus principios, reinando ainda o grandioso Rei D. Affonso Henriques. Peladeste Principe diz o Padre Fr. Jeronymo Romano, que alcançou a ordem de S. Thiago Messagena em termo de Beja, Vilarinho, Valmelhor, Montenegro, e outras terras em varias partes do Reino. Imitarão a grandeza del Rei D. Affonso Henriques seus descendentes em particular os Reis D. Sancho I e II em cujo tempo foi esta ordem mui favorecida e dotada; e no del Rei D. Dinis, o qual depois de varias difficuldades, isentou os Cavaleiros della, da obediencia que até então tiverão aos Mestres de Uclés, alcançando do Sumo Pontifice, que ellegessem os Cavaleiros Portugueses Mestres de entre si, que os governassem.

Teve esta ordem no que toca a Portugal, seu primeiro assento na Cidade de Lisboa no Mosteiro de Santos o Velho, onde permanecerão os Cavaleiros até o temó del Rei D. Affonso II em que se mudarão para Alcacer do Sal, quando se ganhou esta Villa aos Mouros. Daqui se forão (reinando D. Sancho II para a Villa de Mertola conquistada novamente pelas armas deste Principe. Ultimam[en]te se passarão a Palmella, aos 26 de Outubro de 1482 havendose dado principio à fabrica da Igreja a 5 de Maio de 1443, sendo Mestre da Ordem o Infante D. João filho del Rei D. João o I.

Commendadores q[uan]do hião à guerra. Não se

Commendadores quando hião à guerra. Não se

professou nesta Religião em seu principio a castidade monastica como nas outras, mas som[en]te a conjugal, e assim foi conveniente [deputar?] se Casa p[ar]a recolhimento daquellas senhoras. Ainda persevera em p[ar]te este estylo, não neste Conv[ent]o antigo, mas em Santos o novo, fundado em tempo del Rei D. João II p[ar]a o qual mudarão as Freiras a 5 de setembro do anno de 1492. A Prelada se chma a Commendadeira: he de ord[inari]o Senhora principal, e houve alg[um]as mui chegadas à Casa Real. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.11. c.25. [1]

Os Cav[aleir]os da Ordem de S. Thiago florescerão em Castella com g[ran]de nome, pelejando valerosam[en]te contra os Infieis: e sabendo como El Rei D. Aff[ons]o Henriques estava cercado em Santarem p[o]r el Rei de Sevilha com hum poderoso exercito de Mouros o vierão soccorrer, e se houverão com tanto valor, q[ue] el Rei D. Aff[ons]o, os recebeu em Portugal, fazendo-lhe m[ui]tas doações, e os Cav[aleir]os continuarão na guerra contra os Mouros do Reino, de modo q[ue] ajudarão a os lançar fora de Riba Tejo, e do Campo de Ourique, e ultim[amen]te do Algarve, em cuja remuneração os Reis deste Reino lhes derão 47 Villas e Lugares, e 150 Comendas, q[ue] pelas avaliações antigas rendião mais de 36 contos. Sev. de Faria. Not. disc.2. §.17. [2]

professou nesta Religião em seu principio a castidade monastica como nas outras, mas somente a conjugal, e assim foi conveniente deputar se Casa para recolhimento daquellas senhoras. Ainda persevera em parte este estylo, não neste Convento antigo, mas em Santos o novo, fundado em tempo del Rei D. João II para o qual mudarão as Freiras a 5 de setembro do anno de 1492. A Prelada se chma a Commendadeira: he de ordinario Senhora principal, e houve algumas mui chegadas à Casa Real. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Os Cav[aleir]os da Ordem de S. Thiago florescerão em Castella com grande nome, pelejando valerosamente contra os Infieis: e sabendo como El Rei D. Affonso Henriques estava cercado em Santarem por el Rei de Sevilha com hum poderoso exercito de Mouros o vierão soccorrer, e se houverão com tanto valor, que el Rei D. Affonso, os recebeu em Portugal, fazendo-lhe muitas doações, e os Cavaleiros continuarão na guerra contra os Mouros do Reino, de modo que ajudarão a os lançar fora de Riba Tejo, e do Campo de Ourique, e ultimamente do Algarve, em cuja remuneração os Reis deste Reino lhes derão 47 Villas e Lugares, e 150 Comendas, que pelas avaliações antigas rendião mais de 36 contos. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor

Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro,
Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na
Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de
Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio
Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com
todas as Licenças neceffarias.

Dsc00668

Santiago. O costume de romper as batalhas contra os Mouros com o nome de Santiago na bocca, e chamando p[o]r elle começou em Hesp[anh]a no anno de 834 depois da milagrosa victoria de Clavijo, alcançada p[o]r D. Ramiro Rei de Leão, na qual se diz q[ue] forão mortos 70 [mil?] barbaros. O m[es]mo uso praticarão sempre os Portuguezes, depois q[ue] tiverão Rei proprio, e o conservarão até o anno de 1386 no qual p[ar]a se differençarem dos Castelhanos na batalha de Aljubarrota appellidarão o nome de S. Jorge. [1]

[1]Sem referência bibliográfica.

Dsc00658

Santor. Q[uan]do na frase da Armaria se diz
Santor he o m[es]mo q[ue] em aspa. [1]

[1]Sem referência bibliográfica.

Santos o novo, e Santos o velho. Na perseguição de Diocleciano, sendo Presid[en]te em Portugal Publio Dacimo (seg[un]do as mais provaveis conjecturas) forão martyrizados em Lisboa os santos S. Verissimo, e suas irmãs Maxima e Julia. Feito a execução, temendo os gentios, q[ue] os Christãos furtassem as reliquias p[ar]a as venerarem, atarão seus corpos a g[ran]des pedras, e indo ao meio do Tejo, entre Lisboa e Alcantara os lançarão na p[ar]te mais profunda: isto não obstante a portarão elles prim[eir]o q[ue] os do batel, onde se lhes deo a sepultura. Neste sitio pelo tempo adiante se lhe fez hum templo, a q[ue] se deo o nome dos santos: e posto q[ue] em nossos dias não estejam alli seus corpos, todavia se lhes conserva o nome, e se lhe chama Santos o velho, p[o]r diff[erenc]a de outro templo e mosteiro de freiras Commendadoras da Ordem de S. Thiago, p[ar]a onde os mandou trasladar el Rei D. João II e se chama Santos o novo. Pr. Bern. de Brit. Mon. p.2. L.5. c.23 .[1]

Na perseguição de Diocleciano, sendo Presidente em Portugal Publio Dacimo (segundo as mais provaveis conjecturas) forão martyrizados em Lisboa os santos S. Verissimo, e suas irmãs Maxima e Julia. Feito a execução, temendo os gentios, que os Christãos furtassem as reliquias para as venerarem, atarão seus corpos a grandes pedras, e indo ao meio do Tejo, entre Lisboa e Alcantara os lançarão na parte mais profunda: isto não obstante a portarão elles primeiro que os do batel, onde se lhes deo a sepultura. Neste sitio pelo tempo adiante se lhe fez hum templo, a que se deo o nome dos santos: e posto que em nossos dias não estejam alli seus corpos, todavia se lhes conserva o nome, e se lhe chama Santos o velho, por diferença de outro templo e mosteiro de freiras Commendadoras da Ordem de S. Thiago, para onde os mandou trasladar el Rei D. João II e se chama Santos o novo. (*Monarquia Lusitana*, 1609)

[1]BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck, 1609.

SÃO VICENTE DE FORA

Dsc00672

S. Vicente de Fora – Vej[a]. Martyres.

Dsc00666

Saquitarío ou Zaquitario, em Latim saquitarius, antigo Off[ici]o da Casa Real, de q[ue] ha memoria em huma escriptura do anno de 1222 parece ser o q[ue] tinha a seu cargo a sequetaria, lugar em q[ue] se depositava o pão cosido q[ue] se gastava na Casa Real, Faz em confirmação deste pensamento o costume q[ue] houve (Mon. Lusit. p.3. L.9. c.5.) de se dar pão cosido p[ar]a o gasto da mesa dle Rei q[uan]do andava pelo Reino. Fr. A. Brand. Mon. p.4 L.13. c.24. [1]

em Latim saquitarius, antigo Offício da Casa Real, de que ha memoria em huma escriptura do anno de 1222 parece ser o que tinha a seu cargo a sequetaria, lugar em que se depositava o pão cosido que se gastava na Casa Real, Faz em confirmação deste pensamento o costume que houve (Mon. Lusit. p.3. L.9. c.5.) de se dar pão cosido para o gasto da mesa dle Rei quando andava pelo Reino. (*Monarquia Lusitana, 1632*).

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Sas. Gonçalo de Sá 1º povador da Villa de Mello he o 1º Fidalgo, q[ue] aparece com o appellido de Sá se encontra nos tempos antigos. Entende se q[ue] devia ser natural, e ter a casa na Freg[uesi]a de S. Maria de Sá no julgado de Cea. A quinta de Sá na Freg[uesi]a de S. João de Lourosa, tinha elle p[o]r Honra no julgado de Viseu em tempo del Rei D. Sancho II como se pode ver no 7 livro das inquirições del Rei D. Dinis da leitura antiga. Porem como deste Fidalgo não houve descend[enci]a he necess[ari]o buscar em outra p[ar]te o tronco da familia dos Sás.

He dificultoso descobrir o solar desta familia, p[o]r isso q[ue] ha tantos lugares com o nome de Sá, q[ue] mal se pode apontar verdadeiro. Com tudo visto estar incerto o solar, havendo tantos se declára aqui o q[ue] parece ser de João Rodrigues de Sá, o das Galés, pos delle se derivão todos os Fidalgos deste appellido.

Mem de Sá, Cav[aleir]o Alvasil da Cid[ad]e de Coimbra, q[ue] era o m[es]mo q[ue] Vereador, mas com extenção na administração da justiça, p[o]r queixas deste fidalgo conservou el Rei D. Dinis no anno de 1315 os costumes daquella Cid[ad]e. E Gil Martins, filho de Martim Fernandes de Sá no anno de 1326 q[ue] foi o 2º do reinado del Rei D. Aff[ons]o IV deo ao Mosteiro de S. Tyrso da Ordem de S. Bento o padroado da Igreja de S. Thiago de Burgaes, q[ue] he mui rendosa. A terra de Sá, de q[ue] este fidalgo se appellidava, he a do termo de Guimarães, e Riba de Visella, onde o convento está situado, e em cujo cartorio está a doação.

Deste fidalgo Mem de Sá, e Gil Martins de Sá se poderá presumir a ascend[enci]a da casa dos Condes de Penaguião, chefes dos Sás, senão repugnarão os patronymicos, q[ue] se achão correntes em outros Fidalgos, pai e avó do 1º João Rodrigues de Sá, a saber João Affonso de Sá, e Rodrigue Annes de Sá, avó aquelle, este pai de João Rodrigues, q[ue] p[o]r esta causa teve o nome do avó, e o patronimico do pai.

De João Affonso de Sá ha noticia nas inquirições del Rei D. Aff[ons]o IV fol. ultim. aonde se diz q[ue] o padroado de S. Miguel de [Gimendes?] do julgado de [Vermues?], era do

Gonçalo de Sá 1º povador da Villa de Mello he o 1º Fidalgo, que aparece com o appellido de Sá se encontra nos tempos antigos. Entende se que devia ser natural, e ter a casa na Freg[uesi]a de S. Maria de Sá no julgado de Cea. A quinta de Sá na Freguesia de S. João de Lourosa, tinha elle p[o]r Honra no julgado de Viseu em tempo del Rei D. Sancho II como se pode ver no 7 livro das inquirições del Rei D. Dinis da leitura antiga. Porem como deste Fidalgo não houve descendencia he necessario buscar em outra p[ar]te o tronco da familia dos Sás.

He dificultoso descobrir o solar desta familia, por isso que ha tantos lugares com o nome de Sá, que mal se pode apontar verdadeiro. Com tudo visto estar incerto o solar, havendo tantos se declára aqui o que parece ser de João Rodrigues de Sá, o das Galés, pos delle se derivão todos os Fidalgos deste appellido.

Mem de Sá, Cavaleiro Alvasil da Cid[ad]e de Coimbra, que era o mesmo que Vereador, mas com extenção na administração da justiça, por queixas deste fidalgo conservou el Rei D. Dinis no anno de 1315 os costumes daquella Cidade. E Gil Martins, filho de Martim Fernandes de Sá no anno de 1326 que foi o 2º do reinado del Rei D. Afonso IV deo ao Mosteiro de S. Tyrso da Ordem de S. Bento o padroado da Igreja de S. Thiago de Burgaes, que he mui rendosa. A terra de Sá, de que este fidalgo se appellidava, he a do termo de Guimarães, e Riba de Visella, onde o convento está situado, e em cujo cartorio está a doação.

Deste fidalgo Mem de Sá, e Gil Martins de Sá se poderá presumir a ascendencia da casa dos Condes de Penaguião, chefes dos Sás, senão repugnarão os patronymicos, que se achão correntes em outros Fidalgos, pai e avó do 1º João Rodrigues de Sá, a saber João Affonso de Sá, e Rodrigue Annes de Sá, avó aquelle, este pai de João Rodrigues, que por esta causa teve o nome do avó, e o patronimico do pai.

De João Affonso de Sá ha noticia nas inquirições del Rei D. Aff[ons]o IV fol. ultim. aonde se diz que o padroado de S. Miguel de [Gimendes?] do julgado de [Vermues?], era do

Senhor da quinta de João Aff[ons]o de Sá; de sorte q[ue] quem tinha o senhorio da quinta, tinha também annexo o padroado. Filho deste Aff[ons]o de Sá foi Rodrigues Anes de Sá, ao qual el Rei D. Pedro deo a Alcaldaria mór do Castello de Gaya junto á Cid[ad]e do Porto (L. del Rei D. Pedro fol. 3) El Rei D. Fernando lhe deo depois a renda de Gaya, e de Villa nova junto a Gaya, p[o]r servir com certas lanças como costumava (L. 1. del Rei D. Fernando fol. 124) e p[o]r esta causa entrarão a visinhar os Sás na Cid[ad]e do Porto, donde sahio

Dsc00671

João Rodrigues de Sá, filho deste Rodrigue Annes, na armada q[ue] veio soccorrer Lisboa em tempo del Rei D. João I, e pelo valeroso [recontro?], q[ue] então teve lhe chamarão o das Galés.

El Rei D. João a q[ue]m servio com g[ran]de leald[ad]e lhe deo a Alcaldaria mór do Porto, q[ue] anda em seus descend[ent]es com o senhorio de Sever, Matozinhos e outras heranças, e Villas; e pela muita confiança, q[ue] nelle tinha, o faz Camareiro mór.

As armas dos Sás descreve João Rodrigues de Sá, terceiro do nome, e neto terceiro também do 1º João Rodrigues o das Galés, nestas coplas.

Nos escaques celestriaes
E de prata está mostrado
O nobre, e mui honrado,
E p[o]r batalhas reaes,
Sangue de Sá derramado:
Com q[ue] o [Romãs?] Columnés
Se misturou datravéz
Cada hum de grão primor,
Foste, leal, sem temor
Em combates e gallés.

Allusão a João Rodrigues de Sá o das Gallés, e ao casamento q[ue] os Sás tiverão dos Romanos de Roma; mas aclarando mais as Armas, tem o campo [enpecetado?], ou enxadrezado de prata e azul de seis peças em faxa; e p[o]r timbre meio bufaro empequetado de prata, com huma argola de prata nas ventas. Fr. F. Bra.Mon. p.5. l. 17. c.20. [1]

O Doutor Antonio Ferreira, Poem. Lusit.

Senhor da quinta de João Afonso de Sá; de sorte que quem tinha o senhorio da quinta, tinha também annexo o padroado. Filho deste Affonso de Sá foi Rodrigues Anes de Sá, ao qual el Rei D. Pedro deo a Alcaldaria mór do Castello de Gaya junto á Cid[ad]e do Porto (L. del Rei D. Pedro fol. 3) El Rei D. Fernando lhe deo depois a renda de Gaya, e de Villa nova junto a Gaya, p[o]r servir com certas lanças como costumava (L. 1. del Rei D. Fernando fol. 124) e por esta causa entrarão a visinhar os Sás na Cidade do Porto, donde sahio

João Rodrigues de Sá, filho deste Rodrigue Annes, na armada que veio soccorrer Lisboa em tempo del Rei D. João I, e pelo valeroso [recontro?], que então teve lhe chamarão o das Galés.

El Rei D. João a quem servio com g[ran]de lealdade lhe deo a Alcaldaria mór do Porto, que anda em seus descend[ent]es com o senhorio de Sever, Matozinhos e outras heranças, e Villas; e pela muita confiança, que nelle tinha, o faz Camareiro mór.

As armas dos Sás descreve João Rodrigues de Sá, terceiro do nome, e neto terceiro também do 1º João Rodrigues o das Galés, nestas coplas.

Nos escaques celestriaes
E de prata está mostrado
O nobre, e mui honrado,
E p[o]r batalhas reaes,
Sangue de Sá derramado:
Com q[ue] o [Romãs?] Columnés
Se misturou datravéz
Cada hum de grão primor,
Foste, leal, sem temor
Em combates e gallés.

Allusão a João Rodrigues de Sá o das Gallés, e ao casamento que os Sás tiverão dos Romanos de Roma; mas aclarando mais as Armas, tem o campo [enpecetado?], ou enxadrezado de prata e azul de seis peças em faxa; e por timbre meio bufaro empequetado de prata, com huma argola de prata nas ventas. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Cart. l. 4. [2] diz:

De quem se não conhece, ou em que parte
Dos Sás o nome? onde se não fingem
As proezas, que a fama em mil reparte

De quem se não conhece, ou em que parte
Dos Sás o nome? onde se não fingem
As proezas, que a fama em mil reparte
(*Poemas Lusitanos de Antonio Ferreira, 1771*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]FERREIRA, Antonio. FONSECA, Pedro José da. Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira. Segunda impressão emendada, e accrescentada com a vida, e comedias do mesmo poeta. Pedro José da Fonseca. Lisboa, Na Regia officina typografica, á custa dos irmãos Du-Beux, 1771.

Sciencia dos Ecclesiasticos. Não havia no tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques em Portugal p[or] causa dos tumultos da guerra e pouco uso das letras, a multidão de Ecclesiasticos necess[ari]a, e a esses poucos faltava o ornato das sciencias, e Escrituras; e assim era forçado no provim[en]to dos Bispados, e Dignid[ad]es da Igreja, lançar mão dos Estr[angeir]os benemeritos, a q[ue]m accreditava a sciencia e pureza da vida. Fr. A. Brand. Mon. p.3. 1.10. c.30. [1]

El Rei D. Aff[ons]o V no anno de 1474 e 33 do seu reinado pedio ao Papa Sixto IV mandasse unir à Universid[ad]e de Lisboa, em cada huma das Sés huma conezia, e q[ue] os Arcebispos e Bispos, q[ue] nellas não tivessem mestres idoneos p[ar]a ensinarem Grammatica e Logica, contribuisssem à dita Universid[ad]e com outra tantas rendas, q[u]anto importava a de huma conezia; pois a pouca renda, q[ue] tinha a Universid[ad]e era causa de não haver Mestres capazes, q[ue] ensinassem as sciencias, e os Bispos tão descuidados em satisfazer a sua obrigação, q[ue] nada pagavão a Mestres de Grammatica, de q[ue] resultava q[ue] poucos Parrochos a sabião. Concedeo o Papa esta graça, p[or] huma Bulla expedida em 20 de Dez[embr]o do d[it]o anno, e nomeou executores ao Bispo de Lamego, ao Prior de S. Vicente, e ao Vigario Geral da Villa de Thomar. Leit. Ferr. Not. Chron. da Univ. n.832. [2]

Não havia no tempo del Rei D. Afonso Henriques em Portugal por causa dos tumultos da guerra e pouco uso das letras, a multidão de Ecclesiasticos necessaria, e a esses poucos faltava o ornato das sciencias, e Escrituras; e assim era forçado no provimento dos Bispados, e Dignidades da Igreja, lançar mão dos Estrangeiros benemeritos, a quem accreditava a sciencia e pureza da vida. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

El Rei D. Afonso V no anno de 1474 e 33 do seu reinado pediu ao Papa Sixto IV mandasse unir à Universidade de Lisboa, em cada huma das Sés huma conezia, e que os Arcebispos e Bispos, que nellas não tivessem mestres idoneos para ensinarem Grammatica e Logica, contribuisssem à dita Universidade com outra tantas rendas, quanto importava a de huma conezia; pois a pouca renda, que tinha a Universidade era causa de não haver Mestres capazes, que ensinassem as sciencias, e os Bispos tão descuidados em satisfazer a sua obrigação, que nada pagavão a Mestres de Grammatica, de que resultava que poucos Parrochos a sabião. Concedeo o Papa esta graça, por huma Bulla expedida em 20 de Dezembro do dito anno, e nomeou executores ao Bispo de Lamego, ao Prior de S. Vicente, e ao Vigario Geral da Villa de Thomar. (*Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra, 1729*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]FERREIRA, Francisco Leitão. Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729.

Sé de Lisboa. A mim me parece (q[ue] a sé de L[isbo]a) foi obra de Christãos, e não de Gentios, nem Mouros, nem vejo fundam[en]to em q[ue] se fundem os q[ue] isso cuidão e dizem: Porq[ue] prim[eiramen]te, ella está de oriente a poente, e com [cruzeiro?], como estão todas as Sés da Christandade.

[Item?], se achão m[ui]tos letreiros antiquissimos, e tanto q[ue] alg[un]s se não podem já lêr, nem entender, mais q[ue] serem letras latinas, e nomes de Christãos. Por onde não he obra de Gentios, q[ue] queimavão seus corpos; e tinham outros modos de se enterrar em campos, e não nos templos.

Nem de Mouros, q[ue] também se enterrão nos campos, e não nas Mesquitas. E alem disso, não se acha em toda esta sé letra alg[um]a arabica, antes m[ui]tas pelas bandas de fora, da p[ar]te do Norte e no alto, latinas, nas pedras, como q[ue] erão dos nomes dos pedreiros p[ar]a seus pagam[en]tos...

Por onde em conclusão, dendo como foi esta sé obra de Christãos, e não de Gentios, nem Mouros, como parece claro. E estando os Mouros em Hesp[anh]a desde o anno de 714, em q[ue] vencerão em batalha campal, e acabarão de todo a el Rei Rodrigo, té estes nossos tempos, q[ue] dellas forão acabados de lançar. E não devendo logo m[ui]tos annos de Christo, fazer se tão insigne obra, sendo a Christand[ad]e ainda [isenta?] de [marra?]. Alem do medo das persecuções dos Im peradores. Podemos cuidar q[ue] Constantino 1º Imp[erad]or Christão mandaria cá edeficar esta sé em propagação da Fé Catholica, pelos an[os] de 310 de Christo, té 341 de seu Imp[eri]o. Pois he traçada ao modo da insigne Igreja de Santa Sofia de Constantinopla, p[or] q[ue] também se vem alg[um]as letras, q[ue] parecem gregas, e sabemos q[ue] assim ella, como Santa Elena sua mãe, fundarão nesse oriente, noutras p[ar]tes muitissimas Igrejas. E entre ellas mandarião fundar esta.

E q[uan]do assi não fosse parece seria fundada pelos Suevos q[uan]do reinarão em Galliza e p[ar]te de Portugal, pelos annos de 440, ou pelos Godos, q[ue] aos Suevos lançarão do Reino, e ficarão senhores de toda a Hesp[anh]a,

A mim me parece (que a sé de Lisboa) foi obra de Christãos, e não de Gentios, nem Mouros, nem vejo fundamento em que se fundem os que isso cuidão e dizem: Porque primeiramente, ella está de oriente a poente, e com [cruzeiro?], como estão todas as Sés da Christandade.

[Item?], se achão muitos letreiros antiquissimos, e tanto que alguns se não podem já lêr, nem entender, mais que serem letras latinas, e nomes de Christãos. Por onde não he obra de Gentios, que queimavão seus corpos; e tinham outros modos de se enterrar em campos, e não nos templos.

Nem de Mouros, que também se enterrão nos campos, e não nas Mesquitas. E alem disso, não se acha em toda esta sé letra alguma arabica, antes muitas pelas bandas de fora, da par]e do Norte e no alto, latinas, nas pedras, como que erão dos nomes dos pedreiros p[ar]a seus pagamentos...

Por onde em conclusão, dendo como foi esta sé obra de Christãos, e não de Gentios, nem Mouros, como parece claro. E estando os Mouros em Hespanha desde o anno de 714, em que vencerão em batalha campal, e acabarão de todo a el Rei Rodrigo, té estes nossos tempos, que dellas forão acabados de lançar. E não devendo logo muitos annos de Christo, fazer se tão insigne obra, sendo a Christandade ainda [isenta?] de [marra?]. Alem do medo das persecuções dos Im peradores. Podemos cuidar que Constantino 1º Imp[erad]or Christão mandaria cá edeficar esta sé em propagação da Fé Catholica, pelos anos de 310 de Christo, té 341 de seu Imperio. Pois he traçada ao modo da insigne Igreja de Santa Sofia de Constantinopla, porque também se vem algumas letras, que parecem gregas, e sabemos que assim ella, como Santa Elena sua mãe, fundarão nesse oriente, noutras partes muitissimas Igrejas. E entre ellas mandarião fundar esta.

E quando assi não fosse parece seria fundada pelos Suevos quando reinarão em Galliza e parte de Portugal, pelos annos de 440, ou pelos Godos, que aos Suevos lançarão do Reino, e ficarão senhores de toda a Hespanha,

entre os quaes houve excellentes Reis, como Reccaredo, e outros mui zelosos da Religião Catholica. Posto q[ue] a mim me parece mais verisimil ser obra do Imp[erad]or Constantino, ou de Santa Helena sua mãe. Mig. Leit. de Andr. Miscell. Dial. 2 p.5. [1] Sé de Lisboa ou Santa Maria. Teve p[ar]a si Miguel Leitão de Andrada nas Miscell[ane]as p.56 [2] e convem no m[es]mo A[utor] da Corograffia Portugueza Tom. 3. p.432 [3] q[ue] esta Igreja fora mandada edefficar pelo Imperador Constantino Magno, ou p[o]r sua Mãe Santa Elena, persuadido da antiga construcção do edificio fabricado inteiriorm[en]te com g[ran]de num[er]o de columnas, e varandas à maneira do insigne Templo de Santa Sofia em Constantinopla erecto pelo m[es]mo

entre os quaes houve excellentes Reis, como Reccaredo, e outros mui zelosos da Religião Catholica. Posto que a mim me parece mais verisimil ser obra do Imperador Constantino, ou de Santa Helena sua mãe.

esta Igreja fora mandada edefficar pelo Imperador Constantino Magno, ou por sua Mãe Santa Elena, persuadido da antiga construcção do edificio fabricado inteiriorm[en]te com grande numero de columnas, e varandas à maneira do insigne Templo de Santa Sofia em Constantinopla erecto pelo mesmo

Dsc00676

Imperador. Outros crerão q[ue] tinha sido a Mesquita maior dos Mouros, e q[ue] el Rei D. Aff[ons]o Henriques, q[uan]do ultimam[en]te lhes ganhou Lisboa a mandára purificar pelo Bispo D. Gilberto¹.

Porem de escrituras authenticas se mostra, e de outros testemunhos autoritativos² q[ue] aquelle 1º Monarca Portuguez fabricára este Templo desdos prim[ei]ros alicerces p[ar]a cabeça e resid[enci]a Metropolitana, dedicando-se ao culto de Maria Santissima, onde logo estabeleceo e collocou p[o]r Bispo a D. Gilberto, e este nomeou Conegos, ordenando-lhes vivessem em commu; e em q[uan]to se não fazia dormitorio junto à claustra da m[es]ma Sé, lhes assignou el Rei trinta moradas de casas na rua q[ue] ainda hoje

Imperador. Outros crerão que tinha sido a Mesquita maior dos Mouros, e que el Rei D. Afonso Henriques, quando ultimamente lhes ganhou Lisboa a mandára purificar pelo Bispo D. Gilberto.

Porem de escrituras authenticas se mostra, e de outros testemunhos autoritativos que aquelle 1º Monarca Portuguez fabricára este Templo desdos primeiros alicerces para cabeça e residencia Metropolitana, dedicando-se ao culto de Maria Santissima, onde logo estabeleceo e collocou por Bispo a D. Gilberto, e este nomeou Conegos, ordenando-lhes vivessem em commu; e em quanto se não fazia dormitorio junto à claustra da mesma Sé, lhes assignou el Rei trinta moradas de casas na rua que ainda hoje chamão

¹ Garib. t.4. L.34. c.12. Marinho antig. de Lisb. L.4. c.26. La [Red?] e Hist. de Port. tom.2. L.6. p.102. Cunha nos Bisp. de Lisb. p.2. c.2 n.7.

² Consta da memoria q[ue] o Mestre Estevão Chantre naquelle tempo de Lisboa fez da traladação, e milagres de S. Vicente, a qual se vê transcripta no tom.3. da Mon. Lusit. no Appendice de fim. Escriptura 25 onde fallando del Rei D. Aff[ons]o I diz: Quadit et insuper Ecclesiam, quam ipse ad honorum Dei, et memoriam B. Virginis Maria constituit, et dicavit, [manuque?] propria, sumptuque fundatam edificavit, et beneficiis [amplioribus?] etc. Esta m[es]ma relação verteo em Portuguez o Arcebispo D. Rodrigo da Cunha na 2 p[ar]te do Catalogo dos Bispos de Lisboa c.9. Confirma se mais o sobred[it]o com o Livro Velho chamado dos obitos da m[es]ma Sé, q[ue] allega Jorge Cardoso no tom.3 do Agiol. Lusit. p.674 e o A[utor] do Santuario Mariano tom.7 p.27 de q[ue] tambem faz memoria Brandão na Monarq. Lusit. L.10 c.30. O m[es]mo segue Paes Viegas nos Principios de Portugal L.7. p.27.

chamão dos Conegos³. João Bap. de Castr. Mapp. dos Conegos. (*Mappa de Portugal, 1762*)
de Port. to. 3. p.5. cap.3. §.22. p.334. num. 236.
[4]

[1]ANDRADE, Miguel Leitão de. Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa.[...] com mtas. curiozidades e poezias diversas por Mighel Leitão d^aAndra[...] Em Lxa.: por Matheus Pinheiro, 1629.

[2]Idem.

[3]COSTA, António Carvalho da, 1650-1715. Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... - Lisboa : na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712.

[4]CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica*. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real*.

³ D. Nicol. Chron. dos Conegos Regr. L.5. c.8. Sever. de Faria nos Discursos Varios Disc. 4 p.163. Adverte tambem D. Rodrigo da Cunha na Hist. Ecclesiastica de Lisb. p.2. c.2. n.3 que neste modo de viver houvera varied[ad]e conforme os Prelados, e m[ui]tas vezes segundo o voto dos m[es]mos conegos.

Seabra. João Baptista Lavanha nas notas ao Nobiliario do Conde D. Pedro, Planta 395 [B?] [1] diz: Seabra es lo mismo q[ue] Senbria; los deste appellido so hidalgos Gallegos: fueron señores de Señabria, de q[ue] hazen mucha memoria en la Historia del Rey don Enrique”.

Manuel de Faria e Sousa nas suas notas no m[es]mo Nobiliario Planta 395 Ntot. B pag.722 co.1 [2] censura o Lavaña dizendo: Hablando de los de Seabra, o Senabria, dize con sequedad, que fueron unos hidalgos Gallegos, deviendo dizer Cavalleros; porque va mucho de lo ano a lo otro en Castilla, donde es hidalgo un zapatero, mayormente confessando luego abaxo o que fueron señores, i que se haze dellos mucha memoria en la Chronica del Rei don Enriques”.

Depois trata dos deste appellido, e dos Lozadas, q[ue] delle procedem, e conclue com estes termos, p.725 col.2 [3] “Por ultima ponderacion de lo tocante a Seabras, ó Denabrias, digo que en la Chronica de Gomes Yañes de Azurara, entre los ilustres varones, por calidad, i valor que se halleron en la memorable expugnacion de Ceuta, por el Rey don Juan I se nombram juntos, Diego, Mendo de Seabra que parece eran hemaños. Tal viene a ser esta descendencia de los Sanabrias, por quien passa tan a la ligera aquella Nota, e que p[o]r esso nos ha obligado a este discurso, par q[ue] conste del fundamen-to con que la hemos impugnado”.

Os Seabras procedem de Mem Rodrigues de Senabria q[ue] passou a este Reino do de Cast[el]a em tempo del Rei D. Fernando. Tem p[o]r armas em campo vermelho dois Leões de Ouro batalhantes, e sobre elles um S de prata, orla decadeia de ouro. Ant. de Vill. B. e Sampaio. Nob. Port. cap.44. [4]

Seabra es lo mismo que Senbria; los deste appellido so hidalgos Gallegos: fueron señores de Señabria, de que hazen mucha memoria en la Historia del Rey don Enrique. (*Nobiliario del Conde D. Pedro, 1640*)

Hablando de los de Seabra, o Senabria, dize con sequedad, que fueron unos hidalgos Gallegos, deviendo dizer Cavalleros; porque va mucho de lo ano a lo otro en Castilla, donde es hidalgo un zapatero, mayormente confessando luego abaxo o que fueron señores, i que se haze dellos mucha memoria en la Chronica del Rei don Enriques. (*Nobiliario del Conde D. Pedro, 1646*)

Por ultima ponderacion de lo tocante a Seabras, ó Denabrias, digo que en la Chronica de Gomes Yañes de Azurara, entre los ilustres varones, por calidad, i valor que se halleron en la memorable expugnacion de Ceuta, por el Rey don Juan I se nombram juntos, Diego, Mendo de Seabra que parece eran hemaños. Tal viene a ser esta descendencia de los Sanabrias, por quien passa tan a la ligera aquella Nota, e que por esso nos ha obligado a este discurso, par que conste del fundamento con que la hemos impugnado

Os Seabras procedem de Mem Rodrigues de Senabria que passou a este Reino do de Castela em tempo del Rei D. Fernando. Tem por armas em campo vermelho dois Leões de Ouro batalhantes, e sobre elles um S de prata, orla decadeia de ouro. (*Nobiliarchia Portuguesa, 1676*)

[1]CONDE D. PEDRO; LAVAÑA, Juan Bautista. Nobiliario de D. Pedro Conde de Barcellos, Hijo del Rey D. Dinis de Portugal, ordenado e ilustrado com notas y indices por Juan Bautista Lavaña, Coronista Mayor del Reyno de Portugal. En Roma . Por Estevan Paolinis M.D.C.X.L. [1640]

[2]CONDE D. PEDRO; FARIA E SOUSA, Manuel. Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal, traduzido casigado y con nuevas ilustraciones por Manuel de Faria y Sousa, 1646

[3]Idem.

[4]VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiffimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Sello Real. O Sr. João Pedro Rib[eir]o na sua Observação X de Diplomatica Artigo V p.141 e seguintes impressa em Lisboa em... [1] estabelece a epoca do uso de sellos pend[en]tes nos diplomas do nosso Reino, como posteriores ao reinado do 1º Rei D. Aff[ons]o Henriques. Depois nas suas Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprud[enci]a Ecclesiastica e Civil de Portugal impressas em 1810 [2], emprega toda a dissertação III neste assumpto, intitulado-se: Sobre a Sfragistica Portugueza, ou Tratado sobre o uso dos sellos no nosso Reino. Nella, a q[ue] remettemos o leitor, encontrará este q[uan]to cumpre não desconhecer-se em materia tão interessante à jurisprudencia e Diplomatica Portugueza. Aqui também achará aquella fina prespicacia e investigação crítica, q[ue] sobre maneira accredita em todos os seus escritos o sobred[it]o Author igualm[en]te douto e infatigavel, constituindo o assim credor da mais justa e permanente gratidão dos nossos nacionaes.

[1]RIBEIRO, João Pedro. Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao sistema da Diplomatica Portugueza. Offerecidas ao Serenissimo Principe do Brazil Nosso Senhor e publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Pelo seu socio Joaõ Pedro Ribeiro, Lente de Diplomatica na Universidade de Coimbra. Parte I. Lisboa Na Typografia da mesma Academia. Ano M. DCC. XCVIII. Com licença de S. Magestade.

[2]RIBEIRO, João Pedro. Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal, publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio joão Pedro Ribeiro. Tomo I. Lisboa Na Typographia da mesma Academia 1810.

Dsc00694

Sena. Chamavão os antigos a bandeira Real Sina, p[o]r q[ue] nella hia o sinal, q[ue] havia de seguir os soldados do exercito ou nas Armas do Reino, ou retrato do Principe, ou em outra q[ua]lq[ue]r empreza ou divisa. Vill. Boas Nobiliarc. c.11 [1]

Chamavão os antigos a bandeira Real Sina, por que nella hia o sinal, que havia de seguir os soldados do exercito ou nas Armas do Reino, ou retrato do Principe, ou em outra qualquer empreza ou divisa[...].

[1] VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiffimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

O nome **Senhor** tão usado em nossa Hespanha, se deriva da palavra latina, **Senior**, q[ue] significa velho, p[o]r q[ue] como estes erão os q[ue] em tempo antigo tinhão o gov[er]no dos lugares, e Republicas, como homens de mais experiencia, e melhor discurso. Do nome de Seniores ficou o de Senhores, aos q[ue] hoje mandão, e tem dominio sobre alg[um]as terras, ainda q[ue] sejão mancebos; p[o]r q[ue] o nome de id[ad]e se veio a fazer de senhorio; o q[ue] já tinha acontecido em Roma, p[o]r q[ue] os seniores, a q[ue]m pertencia o governo do povo, se vierão a chamar senadores, e o ajuntamento de todos, se chamou Senado. Em Hesp[anh]a, como se vê nas antigas doações os Fidalgos principaes, q[ue] tinhão o governo de alg[um]as terras, se chamavão seniores. Este nome veio depois a fazer-se tão commum, q[ue] não só se dá, aos q[ue] p[o]r id[ad]e o não merecem, mais ainda aquelles q[ue] nem sobre si proprios tem senhorio. Fr. Bernard. de Brit. Mon. p.2. L.6. c.16. [1]

[...]Senhor tão usado em nossa Hespanha, se deriva da palavra latina, *Senior*, que significa velho, por que como estes erão os que em tempo antigo tinhão o governo dos lugares, e Republicas, como homens de mais experiencia, e melhor discurso. Do nome de *Seniores* ficou o de Senhores, aos que hoje mandão, e tem dominio sobre algumas terras, ainda que sejão mancebos; por que o nome de idade se veio a fazer de senhorio; o que já tinha acontecido em Roma, p[o]r que os *seniores*, a quem pertencia o governo do povo, se vierão a chamar senadores, e o ajuntamento de todos, se chamou Senado. Em Hespanha, como se vê nas antigas doações os Fidalgos principaes, que tinhão o governo de algumas terras, se chamavão *seniores*. Este nome veio depois a fazer-se tão commum, que não só se dá, aos que por idade o não merecem, mais ainda aquelles que nem sobre si proprios tem senhorio. (*Monarquia Lusitana*, 1609)

[1] BRITO, Frei Bernardo de. Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento do nosso salvador Iesu Christo até ser dado em dote ao Conde Dom Henrique, por Frei Bernardo de Brito ; introdução de A. da Silva Rego ; notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves. Impressão: Pedro Craesbeeck – 1609.

Senhorio. Manuel de Faria e Sousa nas suas notas ao Nobiliario do Conde D. Pedro p.659 diz o seg[ui]nte “Verá este Nobiliario lleno de Condes, i mas Condes. Pero (como el mismo se advierte alguna vez) es cierto que entonses se llamava Conde quien queria, como tuviesse algunas tierras de la Corona en señorío. Tambien esto consta deste proprio Libro, como se puede ver en la Plana 15 num.5. Mas aunque por aquella señorío se llamavas Condes; no avia con esso el tratamiento de señorías que tan arrastrado anda oy. Para ellos, i aun para los Reyes, no avia más de Vós a secas; que Vuestra Alteza, Magestad, o Señoría, o Excellencia es vos con aderencia. Aun en tiempo de los Reyes Catolicos era el Vos tan usado solo, eran con la Alteza. Una carta vi de un Embaxador dellos en Inglaterra, que contenia quantas suertes de tratamiento ay: ya vos, ay Señoría, ya Excellencia, ya Merced. Como la Astrea salio mas tarde de Portugal, aun en tiempo del Rey D. Juan el Tercero, que falleció, el anno de 1557 se hablava, e escrevia de Vos, i de Merced, mesclado con Altezas, como he visto en diferentes Escrituras. La Majestad entró en España con Carlos V, como Enperador, noi como Rey: i de alli se quedó a los Reyes. [1]

Verá este Nobiliario lleno de Condes, i mas Condes. Pero (como el mismo se advierte alguna vez) es cierto que entonses se llamava Conde quien queria, como tuviesse algunas tierras de la Corona en señorío. Tambien esto consta deste proprio Libro, como se puede ver en la Plana 15 num.5. Mas aunque por aquella señorío se llamavas Condes; no avia con esso el tratamiento de señorías que tan arrastrado anda oy. Para ellos, i aun para los Reyes, no avia más de Vós a secas; que Vuestra Alteza, Magestad, o Señoría, o Excellencia es vos con aderencia. Aun en tiempo de los Reyes Catolicos era el Vos tan usado solo, eran con la Alteza. Una carta vi de un Embaxador dellos en Inglaterra, que contenia quantas suertes de tratamiento ay: ya vos, ay Señoría, ya Excellencia, ya Merced. Como la Astrea salio mas tarde de Portugal, aun en tiempo del Rey D. Juan el Tercero, que falleció, el anno de 1557 se hablava, e escrevia de Vos, i de Merced, mesclado con Altezas, como he visto en diferentes Escrituras. La Majestad entró en España con Carlos V, como Enperador, noi como Rey: i de alli se quedó a los Reyes. [...]

[1] CONDE D. PEDRO, FARIA E SOUSA, Manuel. Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro hijo del Rey Don Dionis de Portugal, traduzido casigado y con nuevas ilustraciones por Manuel de Faria i Sousa Cavallero dela orden de christo i de la Casa Real Al Sr. D. Francisco Antonio de Alarcon, Cavallero de la Orden de S. Tiago del Conss.º i Camara de su Mag.º i Presidente enel Supremo de Hazienda &. En Madrid Por Alonso de Paredes, M.DC.XL.VI. [1646]

Dsc00681

Senior. Em m[ui]tas doações antigas se nomeão, seniores, os senhores das terras. Huma escritura original do Couto de Fiaes, Mosteiro da Ordem de Cister, junto a Melgaço, do anno de 1157, diz q[ue] era Senhor de Valadares Aires: Senior de Valadares Suario Arias. O m[es]mo se vê em outras m[ai]s escrituras, de sorte o Senhor, e Senior ficão sendo huma m[es]ma coisa. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.11. c.19.

[1]

[...]em muitas doações antigas se nomeão, *seniores*, os senhores das terras. Huma escritura original do Couto de Fiaes, Mosteiro da Ordem de Cister, junto a Melgaço, do anno de 1157, diz que era Senhor de Valadares Aires: *Senior de Valadares Suario Arias*. O mesmo se vê em outras mais escrituras, de sorte o Senhor, e Senior ficão sendo huma mesma coisa[...] (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc01415

Batida era huma como Torre; ou reparo de madeira q[ue] fabricavão em igual ou maior altura do castello aou muros inimigos p[ar]a dalli atirarem os braseiros seguros e amparados dos tiros oppostos. Pr. Man. dos Santos. Mon.p. 8. L. 23. c.35. [1]

[...] era huma como Torre; ou reparo de madeira que fabricavão em igual ou maior altura do castello aou muros inimigos para dalli atirarem os braseiros seguros e amparados dos tiros oppostos (*Monarquia Lusitana, 1727*)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. Monarquia Lusitana Parte VIII. Contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias de Europa: comprehende do anno de Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era do Cesar 1405. até o anno de 1423. Autor Frei Manoel dos Santos Monge no Real Mosteiro de Alcobaça, Mestre jubilado em Theologia, chronista de Sua Magestade, e destes Reinos, e da Ordem de Saõ Bernardo. Lisboa Occidental, na Officina da Musica, Anno M. DCC. XXVII. [1727] Á custa de Francisco da Sylva, Livreiro da Academia Real, e dos Senados de Lisboa Occidental, e Oriental. Com todas as licenças necessárias.

Sepulturas. Foi costume dos Varões famosos da mais alta antiguid[ad]e, mandarem assentar seus moimentos fora das Igrejas nos porticos dellas. O q[ue] começando em resp[ei]to a humild[ad]e Christã, veio a ficar em uso de grandeza, como bem se collige do testam[en]to de S. Aff[ons]o Sanches Senhor de Albuquerque, Medellin, filho d'el Rei D. Dinis, q[ue] mandando se sepultar no seu convento de Santa Clara de Villa do Conde, p[o]r elle fundado e dotado; declara q[ue] seja fora da Igreja; e dá p[o]r motivo não ser convenient5e estar o servo tão honrado, como seu senhor. E não falta q[ue]m affirme, q[ue] as sepulturas dos Reis D. Aff[ons]o Henriques, e D. Sancho seu filho estiverão m[ui]tos annos fora da porta da sua Igreja de Santa Cruz de Coimbra. Fr. L. de Sous. Hist. de S. Dom. p.2. L.2. c.17. [1]

Nas Igrejas não se enterravão senão pessoas constituídas em dignid[ad]es ecclesiasticas, e das seculares as q[ue] erão de grande Estado, os mais enterravão-se nos adros, nos alpendres, e se erão Mosteiros, nos Claustros, tudo em reverencia das Igrejas, pelas não fazerem medonhas, e mal cheirosas com os corpos defuntos. D. Rodrigo da Cunha Hist. Eccl. de Lisb. p.2. c.69. n.4. [2] Vej. Jerony. [Cout?]. Argot., Mem. de Braga tit.2. [?] 1. c. 9 p.633. num.1043 e segg.[3]

Foi costume dos Varões famosos da mais alta antiguidade, mandarem assentar seus moimentos fora das Igrejas nos porticos dellas. O que começando em respeito a humildade Christã, veio a ficar em uso de grandeza, como bem se collige do testamento de S. Affonso Sanches Senhor de Albuquerque, Medellin, filho delRey D. Dinis, que mandando se sepultar no seu convento de Santa Clara de Villa do Conde, por elle fundado e dotado; declara que seja fora da Igreja; e dá por motivo não ser convenient5e estar o servo tão honrado, como seu senhor. E não falta quem affirme, que as sepulturas dos Reis D. Affonso Henriques, e D. Sancho seu filho estiverão muitos annos fora da porta da sua Igreja de Santa Cruz de Coimbra.[...] (*Historia de S. Domingos, 1767*)

Nas Igrejas não se enterravão senão pessoas constituídas em dignidades ecclesiasticas, e das seculares as que erão de grande Estado, os mais enterravãose nos adros, nos alpendres, e se erão Mosteiros, nos Claustros, tudo em reverencia das Igrejas, pelas não fazerem medonhas, e mal cheirosas com os corpos defuntos. (*Historia Ecclesiastica, 1642*)

[1]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). *Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em efitilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.*

[2]CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e aççoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florescerão[...]* por D. Rodrigo da Cunha. Em Lisboa: por Manoel da Sylva, 1642.

[3]ARGOTE, Jeronymo Contador de. *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, dedicadas a elRey D. João o V. Nosso Senhor. Approvadas pela Academia Real, escritas pelo Padre D. Jeronymo Contador de Argote, Clerigo Regular, Academico da mesma Academia. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. M. DCC. XXXII. Com todas as licenças*

necessarias.

Sequeiras. D. Martinho de Anaia, foi filho de D. Anião da Estrada, q[ue] veio das Asturias a Portugal co o Conde D. Henrique. De D. Anião da Estrada trata o Conde D. Pedro no Tit. 59 no qual lugar diz, q[ue] de Martim Anaya procedem os Sequeiras; sendo assim q[ue] em o tit. 55 dos Cunhas nomeia D. Pedro Coronel p[o]r tronco dos Sequeiras. Parece q[ue] D. Anião da Estrada foi senhor de Goes, e da Honra de Sequeira, e este senhorio veio depois a seu filho D. Martinho Anaia, do qual passou aos Coroneis p[o]r casam[en]to de huma sua filha, e assim tomou o appellido de Sequeira a Martim Viegas, filho de Egas Pires Coronel, de q[u]em trata o Conde D. Pedro no tit. 41. E posto q[ue] neste lugar não falla de sua descend[enci]a, nem de seus irmãos p[o]r estar falto em alg[um]as regras, o Livro antigo das Linhagens diz, q[ue] casou com D. Sancha Pires da Veiga, filha de Pero Paes Gravel, e de D. Ouroana Paes Corrêa. Assim q[ue] bem se compadece virem os Fidalgos de Sequeira de D. Martim Anaia, como de principio de [Honra?], e de D. Egas Pires Coronel, como de troco de sua varonia. São as Armas dos Sequeiras, em campo azul cinco vieiras de ouro em aspa estendidas de preto, e p[o]r timbre cinco penachos do prim[eir]o com huma vieira no meio. Ha deste appellido Senhores da Torre de Plama, e outras casas Principaes.Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.4.[1]

[...]D. Martinho de Anaia, foi filho de D. Anião da Estrada, que veio das Asturias a Portugal co o Conde D. Henrique. De D. Anião da Estrada trata o Conde D. Pedro no Tit. 59 no qual lugar diz, que de Martim Anaya procedem os Sequeiras; sendo assim que em o tit. 55 dos Cunhas nomeia D. Pedro Coronel por tronco dos Sequeiras. Parece que D. Anião da Estrada foi senhor de Goes, e da Honra de Sequeira, e este senhorio veio depois a seu filho D. Martinho Anaia, do qual passou aos Coroneis por casamento de huma sua filha, e assim tomou o appellido de Sequeira a Martim Viegas, filho de Egas Pires Coronel, de quem trata o Conde D. Pedro no tit. 41. E posto que neste lugar não falla de sua descendencia, nem de seus irmãos por estar falto em algumas regras, o Livro antigo das Linhagens diz, que casou com D. Sancha Pires da Veiga, filha de Pero Paes Gravel, e de D. Ouroana Paes Corrêa. Assim que bem se compadece virem os Fidalgos de Sequeira de D. Martim Anaia, como de principio de Honra, e de D. Egas Pires Coronel, como de troco de sua varonia. São as Armas dos Sequeiras, em campo azul cinco vieiras de ouro em aspa estendidas de preto, e por timbre cinco penachos do primeiro com huma vieira no meio. Ha deste appellido Senhores da Torre de Plama, e outras casas Principaes. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

SERVIÇO

Dsc00690

Serviço, era hum donativo mui costumado antigam[en]te q[ue] se fazia p[ar]a as despesas dos casmen[en]tos dos filhos dos Reis, assim em Portugal como em Castella. Chamavão-lhe serviço, p[or] ser não obrigatorio, senão gracioso, e voluntario. Os proprios Inf[an]tes pessoalm[en]te o solicitavão visitando as terras. Não só p[ar]a este eff[ei]to. mas p[ar]a outras necessid[ad]es occorrentes, acudião os povos, Conselhos, e Cabidos com semelhantes, p[ar]a q[ue] todos contribuião. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.18. c.30.

[1]

[...]era hum donativo mui costumado antigamente que se fazia para as despesas dos casmenentos dos filhos dos Reis, assim em Portugal como em Castella. Chamavão-lhe serviço, por ser não obrigatorio, senão gracioso, e voluntario. Os proprios Infantes pessoalmente o solicitavão visitando as terras. Não só para este effeito. mas para outras necessidades occorrentes, acudião os povos, Conselhos, e Cabidos com semelhantes, para que todos contribuião. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Princepe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Dsc00685

Severosas. D. Dordia ou Dorothea filha de Egas Monis, Aio del Rei D. Aff[ons]o Henriques, foi mulher de Gonçalo de Sousa, do qual teve duas filhas, huma das ques p[o]r nome de D. Theresa foi casada com D. Vasco Fernandes filho de Fernão Gomes captivo, e neto do Conde D. Gomes de Sobrado, dis quaes vierão os Severosas, e m[ui]ta outra Fidalguia, como se pode ver em o tit. 25 do Conde D. Pedro. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.21.[1]

[...]D. Dordia ou Dorothea filha de Egas Monis, Aio delRey D. Affonso Henriques, foi mulher de Gonçalo de Sousa, do qual teve duas filhas, huma das ques p[o]r nome de D. Theresa foi casada com D. Vasco Fernandes filho de Fernão Gomes captivo, e neto do Conde D. Gomes de Sobrado, dis quaes vierão os Severosas, e muita outra Fidalguia, como se pode ver em o tit. 25 do Conde D. Pedro[...] (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

SIGNITER

Dsc00687

Signiter. Vej. Alferes mór.

Silvas. Por escritura de Braga e Pombeiro se alcança not[ici]a de Paio Guterres o da Silva Rico Homem, como se vê das doações de seu tempo. Seu pai se chamou Guterre Aldrete, em q[ue]m o Conde D. Pedro tit.58 principia a familia dos Silvas, da qual houve em todas as id[ad]es, pessoas mui sinaladas, e ha hoje g[ran]des Casas em Portugal e Cast[el]a. O f[ilh]o de Paio Guterre foi Conde e ultimo Gov[ernad]or do Castello de Santa Olaya. Seu descend[en]te era Aires Gomes da Silva, o qual passando a Castella em tempo del Rei D. João o I fundou as Casas dos Condes de Cifuentes, dos Maquezes de Monte Maior e outros. Em Portugal ficarão os Marqueses de Gouvea, os de Alegrete, e outros Morgados sem titulo, entre os quaes he mui notavel o dos Senhores de Ulme e Chamusca, de q[ue] se derivou em Cast[el]a a g[ran]de Casa dos Duques de Pastraña, a dos Condes de Salinas. Trazem os Silvas p[o]r armas em campo de prata hum leão de purpura armado de azul, e p[o]r timbre o m[es]mo leão das Armas. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.8. c.31. [1]

Os Silvas trazem o Leão p[o]r armas p[o]r serem descend[ent]es del Rei D. Aff[ons]o de Leão, p[o]r q[ue] foi de D. Rodrigo Aff[ons]o da Silva, cuja Mãe era D. Aldonça Martins da Silva, como refere o Conde D. Pedro tit. 58 §.2. das suas Linhagens. Sev. de Far. Not. disc. 3. §.15. [2]

[...]Por escritura de Braga e Pombeiro se alcança noticia de Paio Guterres o da Silva Rico Homem, como se vê das doações de seu tempo. Seu pai se chamou Guterre Aldrete, em quem o Conde D. Pedro tit.58 principia a familia dos Silvas, da qual houve em todas as idades, pessoas mui sinaladas, e ha hoje grandes Casas em Portugal e Castela. O filho de Paio Guterre foi Conde e ultimo Governador do Castello de Santa Olaya. Seu descendente era Aires Gomes da Silva, o qual passando a Castella em tempo del Rei D. João o I fundou as Casas dos Condes de Cifuentes, dos Maquezes de Monte Maior e outros. Em Portugal ficarão os Marqueses de Gouvea, os de Alegrete, e outros Morgados sem titulo, entre os quaes he mui notavel o dos Senhores de Ulme e Chamusca, de que se derivou em Castela a grande Casa dos Duques de Pastraña, a dos Condes de Salinas. Trazem os Silvas por armas em campo de prata hum leão de purpura armado de azul, e por timbre o mesmo leão das Armas. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Os Silvas trazem o Leão por armas por serem descendentes del Rei D. Affonso de Leão, por que foi de D. Rodrigo Affonso da Silva, cuja Mãe era D. Aldonça Martins da Silva, como refere o Conde D. Pedro tit. 58 §.2. das suas Linhagens. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do

tempo dos Romanos até o presente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc00692

Silveiras. Os Silveiras senhores de Goes e Sortelha descendem dos Pastanas, os quaes seg[un]do fama, vem do capitão Giralfo sem Pavor, o qual ganhou Evora aos Mouros em 1166. As Armas dos Silveiras são tres faxas de vermelho em campo de prata, e p[o]r timbre meio urço de prata armado de vermelho [cortado?] em sangue. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.8. c.30. [1] Vej. Goes, Lobos, Pestanas.

[...]Silveiras senhores de Goes e Sortelha descendem dos Pastanas, os quaes segundo fama, vem do capitão Giralfo sem Pavor, o qual ganhou Evora aos Mouros em 1166. As Armas dos Silveiras são tres faxas de vermelho em campo de prata, e por timbre meio urço de prata armado de vermelho cortado em sangue. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Sizas. Não se acha posto em memoria q[ue] antes del Rei D. Aff[ons]o Bravo houvesse direito das Sizas neste Reino. E q[uan]do se começou nelle, nem el Rei, nem os Senhores das terras d'algu[m]a maneira intervinhão nelle, mas os m[es]mos povos, q[uan]do taes necessid[ad]es lhe sobrevinhão, a q[ue] o Erario publico não bastava, lançarão entre si este direito da siza, q[ue] chamvão Grados, nas mercadorias q[ue] se vendião: e elles m[es]mos tomavão contas e fazião. E q[uan]to as necessid[ad]es se acabavão tiravão de todo asa sizas, ou p[ar]te dellas, como elles entendião ser mais seu proveito. E a 1ª de q[ue] se acha memoria foi no tempo del REi D. Aff[ons]o o bravo, q[ue] o pvo de Setubal lançou entre si p[ar]a fazerem o muro de q[ue] está cercada; e chegara a q[ue] se pagava a mil e trezentas dobras cada anno. E a outra siza miuda rendia quinhentas dobras, q[ue] todas se despendião na m[es]ma obra, ate q[ue] em algu[n]s annos se acabou de cercar. Depois em tempo del Rei D. Fernando, pelas necessid[ad]es q[ue] sua imprud[enci]a causou no Reino lançarão os Povos entre si estas sizas da maneira sobred[it]a p[ar]a poderem com os m[ui]tos encargos, q[ue] cada dia sobrevinhão; principalm[en]te a Cid[ad]e de Lisboa, q[ue] desta maneira fez a cerca g[ran]de. E venso os Reis (q[ue] então não tinham minas de ouro, nem de prata) q[ue] estas sizas importavão m[ui]to, desejando q[ue] lhe ficassem perpetuas, mostravão ao povo necessid[ad]es passadas, ou as q[ue] ja se esperavão, e pedião graciosam[en]te p[or] 2 ou 3 an[os] este dir[eit]o, e q[ue] logo o largarião. Mas como desta maneira lhes outorgavão, logo accrescentavão outra necessid[ad]e, e pedião p[or] mais tempo até q[ue] de todo ficarão em posse dellas como estão hoje. Mariz. Dial. de var. hist. dial.4. c.2. p.135.

[1]

Não se acha posto em memoria que antes del Rei D. Affonso Bravo houvesse direito das Sizas neste Reino. E quando se começou nelle, nem el Rei, nem os Senhores das terras dalguma maneira intervinhão nelle, mas os mesmos povos, quando taes necessidades lhe sobrevinhão, a que o Erario publico não bastava, lançarão entre si este direito da siza, que chamvão Grados, nas mercadorias que se vendião: e elles mesmos tomavão contas e fazião. E quanto as necessidades se acabavão tiravão de todo asa sizas, ou parte dellas, como elles entendião ser mais seu proveito. E a 1ª de que se acha memoria foi no tempo del REi D. Affonso o bravo, que o pvo de Setubal lançou entre si para fazerem o muro de que está cercada; e chegara a que se pagava a mil e trezentas dobras cada anno. E a outra siza miuda rendia quinhentas dobras, que todas se despendião na mesma obra, ate que em alguns annos se acabou de cercar. Depois em tempo del Rei D. Fernando, pelas necessidades que sua imprudencia causou no Reino lançarão os Povos entre si estas sizas da maneira sobredita para poderem com os muitos encargos, que cada dia sobrevinhão; principalmente a Cidade de Lisboa, que desta maneira fez a cerca grande. E venso os Reis (que então não tinham minas de ouro, nem de prata) que estas sizas importavão muito, desejando que lhe ficassem perpetuas, mostravão ao povo necessidades passadas, ou as que ja se esperavão, e pedião graciosamente por 2 ou 3 anos este direito, e que logo o largarião. Mas como desta maneira lhes outorgavão, logo accrescentavão outra necessidade, e pedião por mais tempo até que de todo ficarão em posse dellas como estão hoje.

[1] MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz Dedicados Ao S.Õr Diogo Soares Lxa. Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffor Da [Cavapral] Anno 1672.

Soares de Albergaria. De Paio Delgado diz o Conde D. Pedro tit.36. q[ue] foi hum Cav[aleir]o, e honrado, e se achou com el Rei D. Aff[ons]o I na tomada de Lisboa. Fundou o Albergaria q[ue] se dizia de seu nome, a qual seg[un]do boas conjecturas estava na Freg[uesi]a de S. Bartholomeu de Lisboa. Esta possuirão seus descend[en]tes até o tempo del REi D. João o I em q[ue] se deo aos Nogueiras p[o]r se passar a Castella o possuidor. Os Soares d'Albergaria são descend[en]tes de Paio Delgado, e o appellido de Alberg[ari]a tomarão depois p[o]r serem senhores della (Conde D. Pedro tit.30). Trazem p[o]r Armas em campo de prata huma cruz vermelha florida, e vazia, co hum perfil preto, e a bordadura cheia de escudinhos das quinas Reaes; p[o]r timbre huma serpe vermelha. Fr. A. Brand. Mon. part. 3. L.10. c.29. [1]

[...]De Paio Delgado diz o Conde D. Pedro tit.36. que foi hum Cavaleiro, e honrado, e se achou com elRey D. Affonso I na tomada de Lisboa. Fundou o Albergaria que se dizia de seu nome, a qual segundo boas conjecturas estava na Freguesia de S. Bartholomeu de Lisboa. Esta possuirão seus descendentes até o tempo del REi D. João o I em que se deo aos Nogueiras por se passar a Castella o possuidor. Os Soares d'Albergaria são descendentes de Paio Delgado, e o appellido de Albergaria tomarão depois por serem senhores della (nota lateral - Conde D. Pedro tit.30). Trazem por Armas em campo de prata huma cruz vermelha florida, e vazia, co hum perfil preto, e a bordadura cheia de escudinhos das quinas Reaes; por timbre huma serpe vermelha. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Sobrejuiz, em latim superjudex, respondia ao q[ue] presentem[en]te he Desembargador dos Aggravos. Os sobrejuizes erão seis em num[er]o repartidos em tres audiencias. Desembargavão os feitos, q[ue] a elles vinhão de todo o Reino p[o]r appellação, salvo do lugar onde a corte e a Casa da Supplicação se achavão, e 5 legoas ao redor. O q[ue] pertencia ao seu off[ici]o, e o genero de cartas, q[ue] davão, se acha declarado nas ordenações del Rei D. Manoel L.1. tit.32. Com o sobred[it]o tit[ulo] assinavão elles nas doações e escripturas. Fr. F. Brand. Mon. p.5. l.16. c.2.[1]

[...]em latim *superjudex*, respondia ao que presentemente he Desembargador dos Aggravos. Os sobrejuizes erão seis em numero repartidos em tres audiencias. Desembargavão os feitos, que a elles vinhão de todo o Reino por appellação, salvo do lugar onde a corte e a Casa da Supplicação se achavão, e 5 legoas ao redor. O que pertencia ao seu officio, e o genero de cartas, que davão, se acha declarado nas ordenações del Rei D. Manoel L.1. tit.32. Com o sobredito titulo assinavão elles nas doações e escripturas. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00699

Solar. A palavra solar he derivada da latina solum q[ue] quer dizer chão, e cal o m[es]mo, no sentido em q[ue] fallamos, terra, lugar, casa, ou edificio, em q[ue] teve principio alg[um]a familia nobre. Vill. Boas. Nobiliarc. c.16.[1]

[...]A palavra *solar* he derivada da latina *solum* que quer dizer chão, e cal o mesmo, no sentido em que fallamos, terra, lugar, casa, ou edificio, em que teve principio alguma familia nobre. (*Nobiliarchia portuguesa, 1676*)

[1] VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentiffimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Soldo. Havia antig[amen]te antes do anno de 1395 huma moeda miuda a q[ue] chamavão soldos, 20 dos quaes valião huma livra antiga de 36 reis, o q[ue] se collige da Ordenação velha L.4. t.1. §.1 em q[ue] diz q[ue] el Rei D. Duarte mandou pagar 20 Reaes brancos p[or] esta livra mais antiga, e mandou q[ue] cada real branco valesse hum soldo. Bem se infere logo q[ue] 20 soldos era hua livra. O m[es]mo consta do Livro 1º das Sizas, em q[ue] el Rei diz q[ue] lhe pagarão de siza dous slodos p[or] livra. E na addição del REi D. Aff[ons]o V se explica logo, q[ue] esta conta vem a fazer a decima p[ar]te, p[or] q[uanto]to huma livra tinha 20 soldos. Valia este soldo da nossa moeda hum Real e quatro seitis, e quatro quintos de seitel.

Tambem havemos de presuppor q[ue] as outras livras, q[ue] se forão lavrando, como a livra antiga de 500, e a livra de 10 sol-dos, tiverão tambem seus soldos ao m[es]mo [?]. E assim q[uando] se lavrou a livra de 500 se lavrarão os 2os soldos, q[ue] tambem erão 20 p[or] livra. O q[ue] se prova p[or] m[ui]tas escrituras antigas particularm[en]te da Sé de Evora do an[o] de 1442. e do de 1462 nos quaes se contão todas as livras a razão de 500 livrinhas, e assim 20 dellas fazem 500 e os soldos a razão de 25 livrinhas; e assim 20 dellas fazem as 500 livrinhas, e valião estes soldos da nossa moeda hum Real, e dous setimos de Real.

Este nome soldo se tomou dos Latinos, os quaes chamavão solidum, aquillo q[ue] era totalm[en]te perfeito; e p[or] isso derão este nome a certo genero de moedas, q[ue] tinha na valia aquillo q[ue] verdadeiram[en]te pesava. Esta moeda como p[ar]a todo o Imp[eri]o, como as outras de Roma. E assim S. Isidoro nas ethymologias mostra q[ue] corria em Hespanha no seu tempo. Em França ainda hoje ha moeda deste nome, posto q[ue] de diff[eren]te metal e peso; e deste principio não devia ficar o nome de soldo. *Sev. de Far. Not. disc. 4. §.43. [1]*

No tempo del REi D. Pedro I valia hum soldo o m[es]mo q[ue] depois valeo huma moeda de tres reis de cobre a seis ceitis p[or] real. Por q[ue] na redacção e declaração q[ue] el Rei D. Aff[ons]o V depois fez da moeda do Reino [e

Havia antigamente antes do anno de 1395 huma moeda miuda a que chamavão soldos, 20 dos quaes valião huma livra antiga de 36 reis, o que se collige da Ordenação velha L.4. t.1. §.1 em que diz que el Rei D. Duarte mandou pagar 20 Reaes brancos por esta livra mais antiga, e mandou que cada real branco valesse hum soldo. Bem se infere logo que 20 soldos era hua livra. O mesmo consta do Livro 1º das Sizas, em que el Rei diz que lhe pagarão de siza dous slodos por livra. E na addição del REi D. Affonso V se explica logo, que esta conta vem a fazer a decima parte, por quanto huma livra tinha 20 soldos. Valia este soldo da nossa moeda hum Real e quatro seitis, e quatro quintos de seitel.

Tambem havemos de presuppor que as outras livras, que se forão lavrando, como a livra antiga de 500, e a livra de 10 sol-dos, tiverão tambem seus soldos ao mesmo. E assim quando se lavrou a livra de 500 se lavrarão os 2os soldos, que tambem erão 20 por livra. O que se prova por muitas escrituras antigas particularmente da Sé de Evora do ano de 1442. e do de 1462 nos quaes se contão todas as livras a razão de 500 livrinhas, e os soldos a razão de 25 livrinhas; e assim 20 dellas fazem as 500 livrinhas, e valião estes soldos da nossa moeda hum Real, e dous setimos de Real.

Este nome soldo se tomou dos Latinos, os quaes chamavão solidum, aquillo que era totalmente perfeito; e por isso derão este nome a certo genero de moedas, que tinha na valia aquillo que verdadeiramente pesava. Esta moeda como para todo o Imperio, como as outras de Roma. E assim S. Isidoro nas ethymologias mostra que corria em Hespanha no seu tempo. Em França ainda hoje ha moeda deste nome, posto que de differente metal e peso; e deste principio não devia ficar o nome de soldo. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

No tempo del Rey D. Pedro I valia hum soldo o mesmo que depois valeo huma moeda de tres reis de cobre a seis ceitis por real. Por que na redacção e declaração que el Rei D. Affonso V depois fez da moeda do Reino e ainda assentou

ainda?] assentou q[ue] o soldo e real branco q[ue] era o m[es]mo valesse p[o]r dezoito	que o soldo e real branco que era o mesmo valesse por dezoito
--	---

Dsc00702

pretos ou dinheiros q[ue] erãõ outros tantos ceitis. Vej. Orden. del Rei D. Man. L.4. tit.1. Fr. L. de Sous. <u>Hist. de S. Dom.</u> p.1. L.4. c.10. [2]	pretos ou dinheiros que erãõ outros tantos ceitis. (<i>Historia de S. Domingos, 1767</i>)
--	---

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrãõ nefta Provincia do tempo dos Romanos atè o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

Dsc00705

Sotil. O appellido de Sotil era já mui usado em tempo del Rei D. Dinis, e em huma Escripura com data de 6 d'Agosto de 1306 se acha assignado Gonçalo Anes Sotil. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.18. c.24. [1]

O appellido de Sotil era já mui usado em tempo del Rei D. Dinis, e em huma Escripura com data de 6 d'Agosto de 1306 se acha assignado Gonçalo Anes Sotil. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Sousas. A antiguid[ad]e da Fam[ili]a dos Sousas he tão g[ran]de como se pode ver no Conde D. Pedro tit.22. Basta sabermos q[ue] m[ui]to antes de haver Reis em Portugal tinha Condes e Santos q[ue] a illustravão; e q[ue] vindo a faltar descend[enci]a masculina nos principaes ramos desta geração, casou el Rei D. Dinis dois seus irmãos com duas senhoras herdeiras daquelles morgados. Hoje está dividida em m[ui]tos ramos, entre os quaes se conservão as duas casas titulares dos Condes de Miranda (Duques de Lafões) Governadores do Porto, e dos Condes do Prado (Marquezes das Minas) senhores de Beringel, q[ue] no titulo são mais antigos: Os senhores de Gouvea do Tamegas, os Senhores de Alcoentre, e outros Morgados. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.8. c.31. [1]

A 8 de Jan[eir]o do an[o] de 1298 fez testam[en]to D. Constança Mendes de Sousa, sobrinha herdeira do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, filha do seu irmão D. Mem Garcia de Sousa; (L.2. da Estr. fol. 285) e conforme isto parece q[ue] morreo p[o]r estye tempo na Villa de Santarem, aonde fez o testam[en]to. Foi casada esta senhora com D. Pedro Anes de Aboim, Privado del Rei D. Aff[ons]o III ao qual D. Pedro chamarão de Portel, p[o]r serem elle e seu pai senhores e povoadores daquella villa (Conde D. Pedro tit.22, 26 e 36). teve D. Constança Mendes dois filhos, q[ue] não deixarão geração, e duas filhas D. Branca e D. Maria, a D. Branca casou com o Conde D. Pedro, filhop del Rei D. Dinis, e não deixou successão. D. Maria Paes Ribeira de Sousa, a outra filha, casou com Aff[ons]o Donis, meio irmão do nosso Rei D. Dinis, e delles descendem infinita Nobreza com appellido de Sousas. Fr. F. Brand. Mon. Lus. 5 L.17. c.42. [2]

Os de Sousa trazem as Quinas Reaes p[o]r armas, p[o]r casar D. Gonçalo de Sousa com D. Urraca Sanches, q[ue] era sobrinha del REi S. Aff[ons]o Henriques, e assim m[es]mo o Leão, p[o]r descenderem de hum filho bastardo del Rei D. Fernando o Grande de Leão, q[ue] foi o 1º de Castella. Sev. de Far. Not. disc. 3. §.15. [3]

D. Suero Balfajal, he em quem o Conde

A antiguidade da Familia dos Sousas he tão grande como se pode ver no Conde D. Pedro tit.22. Basta sabermos que muito antes de haver Reis em Portugal tinha Condes e Santos que a illustravão; e que vindo a faltar descendencia masculina nos principaes ramos desta geração, casou el Rei D. Dinis dois seus irmãos com duas senhoras herdeiras daquelles morgados. Hoje está dividida em muitos ramos, entre os quaes se conservão as duas casas titulares dos Condes de Miranda (Duques de Lafões) Governadores do Porto, e dos Condes do Prado (Marquezes das Minas) senhores de Beringel, que no titulo são mais antigos: Os senhores de Gouvea do Tamegas, os Senhores de Alcoentre, e outros Morgados (*Monarquia Lusitana, 1632*)

A 8 de Janeiro do ano de 1298 fez testamento D. Constança Mendes de Sousa, sobrinha herdeira do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, filha do seu irmão D. Mem Garcia de Sousa; (L.2. da Estr. fol. 285) e conforme isto parece que morreo por estye tempo na Villa de Santarem, aonde fez o testamento. Foi casada esta senhora com D. Pedro Anes de Aboim, Privado del Rei D. Afonso III ao qual D. Pedro chamarão de Portel, por serem elle e seu pai senhores e povoadores daquella villa (Conde D. Pedro tit.22, 26 e 36). teve D. Constança Mendes dois filhos, que não deixarão geração, e duas filhas D. Branca e D. Maria, a D. Branca casou com o Conde D. Pedro, filhop del Rei D. Dinis, e não deixou successão. D. Maria Paes Ribeira de Sousa, a outra filha, casou com Afonso Donis, meio irmão do nosso Rei D. Dinis, e delles descendem infinita Nobreza com appellido de Sousas. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Os de Sousa trazem as Quinas Reaes por armas, por casar D. Gonçalo de Sousa com D. Urraca Sanches, que era sobrinha del REi S. Afonso Henriques, e assim mesmo o Leão, por descenderem de hum filho bastardo del Rei D. Fernando o Grande de Leão, que foi o 1º de Castella. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

D. Suero Balfajal, he em quem o Conde D.

D. Pedro, Nobil. tit.22 começa a geração dos Sousas. Sahio do illustre tronco

Pedro, Nobil. tit.22 começa a geração dos Sousas. Sahio do illustre tronco

Dsc00708

e antiga casa dos Sousa de Portugal a Virgem S. Senhorinha, p[ar]a mor honra e gloria dos descend[en]tes desta nobilissima familia. Foi filha de Hufo Hufos Belfajal, ou Belfager Conde e Senhor das terras de Viceira, e Basto, e outras m[ai]s de entre Douro e Minho, no Arcebispado de Braga. Primo de S. Senhorinha foi S. Rozendo honra e lustre da m[es]ma familia dos Sousas. D. Rod. da Cunha Hist. Eccl. do Arc. de Braga. p.1. c.116. n.1 c.8. [4]

Da antiga familia dos Sousas pode ver se o Agiol. Lus; [?].2 p.680 letr. [C.?] [5]

Os Sousas Correias trazem p[o]r Armas as correias atravessadas, com dous abraços atados e p[o]r timbre huma.

e antiga casa dos Sousa de Portugal a Virgem S. Senhorinha, para mor honra e gloria dos descendentes desta nobilissima familia. Foi filha de Hufo Hufos Belfajal, ou Belfager Conde e Senhor das terras de Viceira, e Basto, e outras mais de entre Douro e Minho, no Arcebispado de Braga. Primo de S. Senhorinha foi S. Rozendo honra e lustre da mesma familia dos Sousas. *(Primeira Parte, da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, 1634)*

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Eferita pelo Doutor Frei Francisco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mór de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[3]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na

Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[4]CUNHA, Dom Rodrigo da. Primeira Parte, da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoes illustres, que florescerão neste Arcebispado. Por Dom Rodrigo da Cunha Arcebispo, e Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas. Ano 1634. Oferecida a Serenissima Virgem Santa Maria de Braga. Em Braga, com todas as licenças, por Manoel Cardozo mercador de livros.

[5]CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Soveraes. De huma Escritura do an[o] de 1287 consta do appellido de Soveral, ainda hoje continuado em gente nobre em varias p[ar]tes do Reino. Pero Soveral foi filho de Martim Esteves do Avelal, e D. Sancha Gomes de Milheiro da Maia. Casou com D. Maria Lourenço de Portocarreiro, de q[uem] teve filhos, hum dos quaes se appellidou, Soveral, como o pai, q[ue] foi Martins Pires de Soveral, e outros appellidarão do Avellal, e nesta forma continuavão appellidando os descende[en]tes delles, Avelares e Soveraes, promiscuam[en]te, como se pode vêr no Conde D. Pedro tit.44. F. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.64. [1]

De huma Escritura do ano de 1287 consta do appellido de Soveral, ainda hoje continuado em gente nobre em varias partes do Reino. Pero Soveral foi filho de Martim Esteves do Avelal, e D. Sancha Gomes de Milheiro da Maia. Casou com D. Maria Lourenço de Portocarreiro, de quem teve filhos, hum dos quaes se appellidou, Soveral, como o pai, que foi Martins Pires de Soveral, e outros appellidarão do Avellal, e nesta forma continuavão appellidando os descendentes delles, Avelares e Soveraes, promiscuamente, como se pode vêr no Conde D. Pedro tit.44. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

SUPPLICAÇÃO

Dsc00709

Supplicação. Casa da... El Rei D. João I a requerim[en]to do Povo de L[isbo]a a mandou de Santarem onde estava p[ar]a a d[it]a Cid[ad]e de L[isbo]a no an[o] de 1385 prim[eir]o do seu reinado. A Casa da Supplicação acompanhava sempre a Corte, e os Reis p[ar]a onde quer q[ue] elles hião, até q[ue] el Rei D. Filipe I de Portugal determinou q[ue] estivesse fixa em Lisboa e lhe deo Reg[im]ento p[or] lei de julho de 1582. Orden. Nov. L.1. tit.36 e 37.

O sobred[it]o Rei D. João I ordenou q[ue] ps Paços em q[ue] então vivia, q[ue] erão os do Limoeiro, fosse a casa deste Tribunal em q[ue] elle assistia m[ui]tas vezes. Elegeo p[ar]a Regedor D. Fernando de Guerra, q[ue] havia sido Bispo do Porto, e Chancellor mór, e depois Arcebispo de Braga, e era bisneto del Rei D. Pedro, e de D. Ignez de Castro, p[or] q[ue] seu pai D. Pedro da Guerra, era filho do Inf[ant]e D. João, e como tal sobrinho del Rei. Jos. Soar. da Silv. Mem. del Rei D. João I to.1. L.2. c.105. n.601. [1]

Casa da... El Rei D. João I a requerimento do Povo de Lisboa a mandou de Santarem onde estava para a dita Cidade de Lisboa no ano de 1385 primeiro do seu reinado. A Casa da Supplicação acompanhava sempre a Corte, e os Reis para onde quer que elles hião, até que el Rei D. Filipe I de Portugal determinou que estivesse fixa em Lisboa e lhe deo Regimento por lei de julho de 1582. Orden. Nov. L.1. tit.36 e 37.

O sobredito Rei D. João I ordenou que ps Paços em que então vivia, que erão os do Limoeiro, fosse a casa deste Tribunal em que elle assistia muitas vezes. Elegeo para Regedor D. Fernando de Guerra, que havia sido Bispo do Porto, e Chancellor mór, e depois Arcebispo de Braga, e era bisneto del Rei D. Pedro, e de D. Ignez de Castro, porque seu pai D. Pedro da Guerra, era filho do Infante D. João, e como tal sobrinho del Rei. (*Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I, 1730*)

[1]SILVA, José Soares da. *Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.*

Dsc00710

Tabelliães. Em huma Escritura feita em Guimarães nas calendas de Junho da Era de 1257 an[o] de Christo 1219 Martinho Martins primo Tavbelione V. marenense hoc signo apponentis: Deus est veritas, et qui diligit veritacom, diligit Deus, et Deus illum. + Daqui vem a origem do signal publico de q[ue] usão os Tabelliçaes. Catal. dos D.D. Abbades do antigo Mosteiro de Santa Maria de Guimaraes [etc] pelo Bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeck. Num. 30 pag.21. Coll. das Mem[orias] e Docum[en]tos da Real Acad. de Hist. Portug. do an[o] 1726 Cap.de 9 de Nov[embr]o.[1]

Na era de 1257. anno de Christo de 1219 [...] [p.20] [...] feita a efcritura de venda em Guimaraens, nas Calendas de Junho, Efcrivão Martinho Martins, primo Tavbelione Vimarenenfi, hoc signum apponentis: Deus est veritas, & qui diligit veritatem, diligit Deus, & Deus illum. +[1] (daqui vem a origem do signal publico, de que ufaõ os Tabela~es)[...][p.21]. (*Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, 1726*)

[1] Catalogo dos DD. Abbades do antigo Mosteiro de Santa Maria de Guimaraens, e dos DD. Priores do mefmo Mosteiro, e Real Collegiada de Noffa Senhora da Oliveira, compoisto pelo Bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeck. N.XXX. p.21.

In: Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, que nefte anno de 1726. fe compuzeraõ, e fe imprimiraõ por ordem dos feus Cenfores, dedicada a ElRey Nosso Senhor, seu Augustissimo Protector, E oedenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesmo Academia. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC.XXVI [1726]

[1]

Dsc00711

Talento. Corria esta moeda no gov[ern]o del Rei D. Sancho I no anno de 1188, e valia quatro ducados ou cruzados, e era de ouro. João Bap. de Castr. Mapp. de Portug. tom.1. part.1. c.12. pag.190. num.43.[1]

43 *Talento.* Corria esta moeda no governo del Rey D. Sancho I. no anno de 1188, e valia quatro ducados, ou cruzados, e era de ouro. (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1] CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica.* Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real*

Taracenas em Lisboa. Em q[uan]to a Corte esteve em Coimbra, pela foz do Mondego sahião as armadas de fustas e gales; depois q[ue] se ganhou Lisboa nesta Cid[ad]e, pela maior commodidade, se fabricarão as frotas, e edificarão terecenas p[ar]a materiaes dellas. Do tempo d'el Rei D. Sancho I se mundou p[ar]a Lisboa a armada, e como o porto daquella he de tanta capacid[ad]e logo se servirão de navios altos, havendo só fustas no Mondego. Por não estar tão afastado o rio, como agora, q[ue] até S. Justa sabemos chegou a desembarcar o corpo de S. Vicente, situarão os Reis as suas tarecenas na Freg[uezi]a da Magdalena. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.12.[1]

[...]Em quanto a Corte esteve em Coimbra, pella foz do Mondego sahião as armadas de fustas e galès; depois que se ganhou Lisboa, nesta Cidade, pela maior commodidade, se fabricarão as frotas, e edificarão terecenas para materiaes dellas.[...] Do tempo delRey Dõ Sancho Primeiro se mundou para Lisboa a armada [...] Como o porto de lisboa he de tanta capacidade, logo se servirão de navios altos, havendo só fustas no Mondego.[...] Por não estar tão afastado o rio como agora, que até S. Justa sabemos chegou a desembarcar o corpo de S. Vicente, situarão os Reys as suas tarecenas na Freguezia da Magdalena. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Tavares. D. Sueiro Pires Mouro em tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques foi filho de Paio Pires Romeu, descend[en]te de D. Arnaldo de Baião p[o]r seu pai Gosendo Araldes. Sua mãe se chamou Goda Soare, e era filha de Sueiro Mendes o Bom da Maia, irmão de Gonçalo Medes o Lidador. Destes Fidalgos Paio Pires Romeu, e sua mulher D. Goda, diz o Conde D. Pedro, em o titulo 16, q[ue] descenderão alem de outros os Tavares. e he sem duvida p[o]r seu filho Sueiro Mouro, como consta dos tit. 4 e 26.

Dos deste appellido falla o sobredito Conde em titulo particular, e os louva de bons Cav[aleir]os, e diz q[ue] q[ue]r começar em D. Estevão Pires Tavares, donde dá a entender, q[ue] antes delle houve outros, em quem pudera tomar principio. Forão os Tavares muitos annos Alcaides mores de Portalegre, do Açumar. e Alegrete, e alg[um] tempo da Cid[ad]e de Faro. São Senhores da Villa de Mira, com muitas rendas em Aveiro, Ergueira, e na Cidade de Coimbra. Trazem p[o]r armas em campo de ouro cinco estrellas de vermelho de seis pontas em aspa, e p[o]r timbre meio cavallo sellado de côr sanguinha com freio de ouro. Fr. A. Brand. p.3. L.11. c.17 [1] e part. 4. L.15. c.3. [2]

O Morgado dos Tavares tem seu solar no conselho deste nome, em a Comarca de Lamego, cujo Castello se vê hoje de todo arruinado. Jorg. Cardos. Agiol. Lus. tom.3. p.104. col.2 letr.e.[3]

D. Sueiro Perez Mouro foy filho de Paio Pirez Romeu descendente de Dom Arnaldo de Baiam por seu filho Gonsendo Araldes, sua may se chamou Goda Soare, e era filha de Sueiro Mendez o Bom da Maya, irmão de Gonçalo M~edes o Lidador.

Destes Fidalgos Payo Pires Romeu, e sua molher D. Goda, diz o Conde D. Pedro, em o titulo 16, que descenderão os Rebotinz, os Gedeãos, os de Tavares, os Pachecos, e Merlos, e he sem duvida por seu filho Sueiro Mouro, como consta dos tit. 4 e 26. (*parte 3, livro 11, capítulo 17*)

Dos de Tavares fala o Conde Dom Pedro em titulo particular, e os louva de bons Cavaleiros, e diz que quer começar em D. Estevão Pires Tavares, donde dá a entender que antes delle houve outros em quem pudera tomar principio. [...] Forão os Tavares muitos annos Alcaides mores de Portalegre, do Açumar, e de Alegrete, e algum tempo da Cidade de Faro. Hoje são senhores do lugar de Mira com muitas rendas em Aveiro, Ergueira, e na Cidade de Coimbra. Trazem por armas em campo de ouro sinco estrelas de vermelho (*parte 3, livro 11, capítulo 17*) [...] tem cada hua seis pontas, [2] e o timbre he meyo cavalo celado de cór sanguinha cõ freo de ouro. (*parte 4, livro 15, capítulo 3*) (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[...] do Mòrgado dos Tavares, que tem seu solàr no conselho deste nome, em a Comarca de Lamego, cujo Castello se vé hoje de todo arruinado. [...] (*Agiologio Lusitano, 1652-1666*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defferro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

[2] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor

[1] Ia deles dissems em o Capitulo 17. do livro 11.

[2] e não sete,

Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreſſa em Lisboa em o Moſteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreſſor delRey. Anno 1632.

[3] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Taveiras. São direitos descend[en]tes de D. Sueiro Pires Mouro, filho de Paio Pires Romeu, Fidalgos do tempo del Rei D. Aff[ons]o Henr[iqu]es os Taveiras, de cujo appellido foi a Mãe de Santo Antonio. As Armas dos Taveiras são em campo de Ouro nove Torreaux de vermelho, em tres Pallas, e p[o]r timbre meio Leão de ouro armado de vermelho, e arruelado com ruellas vermelhas. Fr. A. Brand. Mon. p.3. l.11.c.17[1]

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lusitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

São tambem direitos descendentes de D. Sueiro Pires e de Paio Pires Romeu os Taveiras, de cujo appellido cõsta ser a mãy de Santo Antonio, [...] [1].

As Armas dos Taveiras são em campo de ouro nove torreaux de vermelho em tres pallas, e por timbre meio Leão de ouro armado de vermelho, e arruelado com ruelas vermelhas. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] grande gloria não sò dos desta família, mas de todo Portugal, e ainda da Christandade.

Tavolado. O Jogo do Tavolado se usava antigam[en]te, p[o]r q[ue] fazião nelle os Cav[aleir]os experiencia de suas forças, e era deste modo. Fabricava se hum Castello de Madeira, em q[ue] se união as tabuas p[o]r tal ordem, q[ue] nem p[o]r si podião cahir, nem deixarião de vir ao chão se fossem movidas com g[ran]de força. Fazião os Cav[aleir]os prova de suas forças com tiros de arremeço, e o q[ue] derribava aquella fabrica levava o preço da festa. Fr. A. Brand. Mon. p.3. l.9. c.8. [1]

O Jogo do Tavolado se usava antigam[en]te, porque fazião nelle os Cavaleiros experiencia de suas forças, e era deste modo. Fabricava se hum Castello de Madeira, em que se união as tabuas por tal ordem, que nem por si podião cahir, nem deixarião de vir ao chão se fossem movidas com grande força. Fazião os Cavaleiros prova de suas forças com tiros de arremeço, e o que derribava aquella fabrica levava o preço da festa. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Tavoras. Da Familia dos Tavoras, e de sua antiguid[ad]e trata largam[en]te o P. Fr. Bernardo de Brito na Hist. de Cister l.3. c.12. e 13 e conforme ao q[ue] alli diz he mui antiga e illustre, p[o]r q[ue] a reduz a el Rei D. Ramiro de Leão o 2º do nome. Houve desta geração a casa titular dos Condes de S. João da Pesqueria q[ue] tem m[ui]tos vassallos, e grossas rendas, e outros Morgados p[o]r varonia: e p[o]r casam[ent]os procede della m[ui]ta p[ar]te da Nobreza do Reino. São suas armas em campo de ouro cinco Faixas de azul ondeadas de agoa, e p[o]r timbre hum Delfim da sua côr sobre huma capella de ramos vermelhos floridos de flores de liz de ouro. Fr. A. Br. Mon. p.3. L.11. c.20. [1]

Da familia dos Tavoras, e de sua antiguidade trata largamente o Padre Frey Bernardo de Brito na historia de Cister [nota lateral: livro 3. c.12. e 13.], e conforme ao que alli diz he muy antiga e illustre, porque a reduz a elRey Dom Ramiro de Leão o segundo do nome. Ha desta geração a casa titular dos Condes de S. João da Pesqueria, que tem muitos vassalos, e grossas rendas, e outros Morgados por varonia, e por casam~etos procede della muita parte da nobreza do Reyno. São suas armas em campo de ouro sinco faixas de azul ondadas de agoa, e por timbre hum Delfim da sua côr sobre hua capella de ramos vermelhos floridos de flores de Lis de ouro. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta môr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00727

Taxas. El Rei D. Aff[ons]o III foi a quem prim[eiramen]te em Portugal taxou preço a todas as coisas q[ue] se comprão e vendem. Fr. E. Brand. Mon. p.5. L.16. c.3. [1]

El Rei D. Afonso III foi a quem prim[eiramen]te em Portugal taxou preço a todas as coisas que se comprão e vendem. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00723

Teives. A geração dos Amaias ou Maias se continuou nos descend[en]tes de Sueiro Mendes da Maia, sem interrupção de varonia, nem diminuição de nobreza, até os tempos del Rei D. João I, a q[ue]m Martim da Maia fez g[ran]des serviços nas guerras q[ue] teve com Castella, p[o]r onde o fez Senhor da Trofa, e Veador da sua fazenda. Foi casado com D. Anna Alfonsa, filha de D. Florencia Alfonso, e de D. Richarte de Teve, Fidalgo Francez, q[ue] alg[un]s imaginão ser filho do Inf[an]te D. Richarte, e neto d[el] REi D. João d'Inglaterra, q[ue] chamarão (ainda q[ue] não com m[ui]ta certeza), e vindo a Portugal em tempo del Rei D. Pedro o herdou na Cid[ad]e do Porto, perto da qual ha inda huma quinta a q[ue] p[o]r sua ficou o nome de Teve. Succederão-lhe no senhorio da Trofa, e off[ici]o de veadores da fazenda seu filho e neto Alvaro Gonçalves da Maia, e Fernão Alvares da Maia, ao ultimo dos quaes se deo em casam[en]to a Villa de Aguiar da Pena, com D. Guiomar de Sá, filha de João Rodrigues de Sá, de q[ue]m houve Alvaro Gonçalves da Maia, q[ue] morreo em vida do pai, casado já com D. Joanna de Teve, bisneta de D. Richarte, e filha de Lopo Aff[ons]o de Teve, de q[ue]m lhe ficou hum filho, q[ue] deixado o sobrenome de Maia, se chamou Diogo Vaz de Teve: e foi a causa desta mudança, p[o]r q[ue] seguindo seu avó as p[ar]tes do Inf[an]te D. Pedro, e morrendo com elle na batalha de Alfarroubeira, lhe confiscou el Rei D. Aff[ons]o V os bens q[ue] tinha moveis, e de raiz, e o publicou p[o]r traidor, e desleal à sua coroa, por huma provisão sua dada em 13 de Nov[embr]o de 1249. E posto q[ue] andando o tempo restituísse as honras e fazendas aos q[ue] se acharão em comp[anhi]a do Inf[an]te, o não fez nunca aos descend[en]tes do Conde de Abranches, nem aos de fernão d'alvares da Maia; cujas terra (p[o]r instancia de

Dsc00724

D. Aff[ons]o prim[eir]o Duque de Bragança) deo a Gomes Muniz de Lemos seu aio, cujos descendentes forão senhores da Trofa. E vemdo se Diogo Vaz de Teve despojado das honras, e

A geração dos Amaias ou Maias se continuou nos descendentes de Sueiro Mendes da Maia, sem interrupção de varonia, nem diminuição de nobreza, até os tempos del Rei D. João I, a quem Martim da Maia fez grandes serviços nas guerras que teve com Castella, por onde o fez Senhor da Trofa, e Veador da sua fazenda. Foi casado com D. Anna Alfonsa, filha de D. Florencia Alfonso, e de D. Richarte de Teve, Fidalgo Francez, que alguns imaginão ser filho do Infante D. Richarte, e neto d[el] REi D. João d'Inglaterra, que chamarão (ainda que não com muita certeza), e vindo a Portugal em tempo del Rei D. Pedro o herdou na Cid[ad]e do Porto, perto da qual ha inda huma quinta a que por sua ficou o nome de Teve. Succederão-lhe no senhorio da Trofa, e officio de veadores da fazenda seu filho e neto Alvaro Gonçalves da Maia, e Fernão Alvares da Maia, ao ultimo dos quaes se deo em casamento a Villa de Aguiar da Pena, com D. Guiomar de Sá, filha de João Rodrigues de Sá, de quem houve Alvaro Gonçalves da Maia, que morreo em vida do pai, casado já com D. Joanna de Teve, bisneta de D. Richarte, e filha de Lopo Afonso de Teve, de quem lhe ficou hum filho, que deixado o sobrenome de Maia, se chamou Diogo Vaz de Teve: e foi a causa desta mudança, porque seguindo seu avó as partes do Infante D. Pedro, e morrendo com elle na batalha de Alfarroubeira, lhe confiscou el Rei D. Afonso V os bens que tinha moveis, e de raiz, e o publicou por traidor, e desleal à sua coroa, por huma provisão sua dada em 13 de Novembro de 1249. E posto que andando o tempo restituísse as honras e fazendas aos que se acharão em companhia do Infante, o não fez nunca aos descendentes do Conde de Abranches, nem aos de fernão d'alvares da Maia; cujas terra (por instancia de

D. Afonso primeiro Duque de Bragança) deo a Gomes Muniz de Lemos seu aio, cujos descendentes forão senhores da Trofa. E vemdo se Diogo Vaz de Teve despojado das honras, e

senhorio da casa da Maia, e este nome tão odioso e abatido p[ar]a com el Rei tomou o sobrenome de Teve, q[ue] hoje conservão seus descend[en]tes em Portugal, e Castella, sendo verdadeiram[en]te Amaias p[o]r varonia. Fr. Bern. de Brito Mon. p.1. L.7. c.26. [1]

senhorio da casa da Maia, e este nome tão odioso e abatido para com el Rei tomou o sobrenome de Teve, que hoje conservão seus descendentes em Portugal, e Castella, sendo verdadeiramente Amaias por varonia. (*Monarquia Lusitana*, 1597)

[1]BRITO, Frei Bernardo. Primeira Parte da Monarquia Lusitana, contém as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de nosso senhor Jesus Cristo / por Frei Bernardo de Brito. Impressão: Mosteiro de Alcobaça, 1597.

Teixeiras. Vej. Correas Bacharens. E Escritura do Mosteiro de Arouca de 23 de Fev[ereir]o de 1262 se nomea D. Estevão Erneliques de Teixeira, o qual com sua mulher D. Orraca Fernandes fez troca com a abbadeça, e convento daquela casa de m[ui]tas herdades. Fr. A. Br. Mon. p.4. L.15. c.46. (L. d'Arouca) n.83) [1]

As Armas dos Teixeiras são em campo azul huma cruz de ouro potente, vazia do campo, e p[o]r timbre meio unicornio de sua côr, com o corno, e unhas de ouro. Id. ibid. p.3. L.8. c.30. [2]

E Escritura do Mosteiro de Arouca de 23 de Fevereiro de 1262 se nomea D. Estevão Erneliques de Teixeira, o qual com sua mulher D. Orraca Fernandes fez troca com a abbadeça, e convento daquela casa de muitas herdades. (*Quarta Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

As Armas dos Teixeiras são em campo azul huma cruz de ouro potente, vazia do campo, e por timbre meio unicornio de sua côr, com o corno, e unhas de ouro. (*Terceira Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

TEMPLARIOS

Dsc00729

Templarios. Vej. Ordem dos Templarios.

Terçaria. Concluidas as pazes entre os Reis de Portugal e Castella a 4 de Set[embr]o de 1479 q[ue] forão perpetuas sem alg[um]a limitação: mas q[ue] cada hum deixasse o titulo do outro: e D. Joanna tambem, nem se chamasse Rainha, nem Princeza, nem Infanta; e outras m[ui]tas clausulas, e condições, e entre ellas, q[ue] o Principe D. Aff[ons]o de Portugal, casasse com D. Isabel Infanta de Castella; e a Senhora D. Joana com D. João Principe de Castella. E q[ue] se puzessem todos em deposito de terceiros, q[ue] p[o]r isso naquelle tempo se chamava terçaria) em poder da Infanta D. Beatriz, mulher de D. Fernando Infante de Portugal. Mariz, Dial. 4 c.9. [1] Vej. Garcia de Resende. Chron. d'el REi D. João II c.20 e 41. [2]

Concluidas as pazes entre os Reis de Portugal e Castella a 4 de Setembro de 1479 que forão perpetuas sem alguma limitação: mas que cada hum deixasse o titulo do outro: e D. Joanna tambem, nem se chamasse Rainha, nem Princeza, nem Infanta; e outras muitas clausulas, e condições, e entre ellas, que o Principe D. Afonso de Portugal, casasse com D. Isabel Infanta de Castella; e a Senhora D. Joana com D. João Principe de Castella. E que se puzessem todos em deposito de terceiros, q[ue] por isso naquelle tempo se chamava terçaria) em poder da Infanta D. Beatriz, mulher de D. Fernando Infante de Portugal. (*Dialogos de Varia Historia*, 1672)

[1]MARIZ, Pedro de. Dialogos De Varia Historia Dos Reis De Portugal Com Os Mais Verdadeiros Retratos Que Se Puderaõ Achar. Ordenados Por Pedro De Mariz *Dedicados* Ao S.Õr Diogo Soares Lxa. Por Anto Craesbeeck De Mello Impreffor Da [Cavapral] Anno 1672.

[1]REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bõdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofõ principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

Theologia. Na instituição da Universid[ad]e de Coimbra p[o]r el Rei D. Dinis em 1290 não se estabeleceo cadeira de Theologia. Naquelles tempos se lia ella na Metropole [...cial?] de Braga p[o]r obrigação, conforme a disposição de Innocencio III no capitulo: Guia de magistris, e he de crer q[ue] em alg[um]as cathedrais do Reino. AQlem disto florescia esta Sciencia nas Religiões, e particularm[en]te nas Familias dos Patriarchas S. Domingos e S. Francisco; de q[ue] naquelle tempo se achão m[ui]tos com titulo de Doutores daquellas Religiões. Por ser isto assim entendeo el Rei D. Dinis, q[ue] não faltava à sua obrigação em não erigir Cadeira de Theologia. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.84. [1]

Na universid[ad]e de Lisboa houve huma só cadeira até o tempo d'el Rei D. Manuel, o qual instituio a cadeira da vespera com vinte mil reis de ordenado. El Rei D. João III ordenou e applicou de suas rendas, e do cardeal Inf[an]te D. Henrique seu irmão, sustentação p[ar]a 72 pessoas, q[ue] em Paris estudassem esta sciencia, e escreveo aos Cabidos, q[ue] cada hum sustentasse hum destes estudantes. (Sé de Lisb. L.1. dos Privil. de Reis fol.111). Id. ibid. c.83. [2]

Na instituição da Universidade de Coimbra por el Rei D. Dinis em 1290 não se estabeleceo cadeira de Theologia. Naquelles tempos se lia ella na Metropole [...cial?] de Braga por obrigação, conforme a disposição de Innocencio III no capitulo: Guia de magistris, e he de crer que em algumas cathedrais do Reino. AQlem disto florescia esta Sciencia nas Religiões, e particularmente nas Familias dos Patriarchas S. Domingos e S. Francisco; de que naquelle tempo se achão muitos com titulo de Doutores daquellas Religiões. Por ser isto assim entendeo el Rei D. Dinis, que não faltava à sua obrigação em não erigir Cadeira de Theologia. (*Monarquia Lusitana*, 1650)

Na universidade de Lisboa houve huma só cadeira até o tempo d'el Rei D. Manuel, o qual instituio a cadeira da vespera com vinte mil reis de ordenado. El Rei D. João III ordenou e applicou de suas rendas, e do cardeal Infante D. Henrique seu irmão, sustentação p[ar]a 72 pessoas, que em Paris estudassem esta sciencia, e escreveo aos Cabidos, que cada hum sustentasse hum destes estudantes. (Sé de Lisb. L.1. dos Privil. de Reis fol.111). (*Idem*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]Idem.

Dsc00734

Titulos de Grandeza. Durou a preeminente dignid[ad]e de Rico Home em Portugal, seg[un]do se adverte das Escrituras antigas até o tempo del REi D. Aff[ons]o V em q[ue] se multiplicarão notavelm[en]te os titulos de Duques, Marquezes, Condes q[ue] hoje permanecem. Fr. A. Brand. Mon. Lusit. p.3. L.8. c.21. [1]

Durou a preeminente dignidade de Rico Home em Portugal, segundo se adverte das Escrituras antigas até o tempo del REi D. Afonso V em q[ue] se multiplicarão notavelmente os titulos de Duques, Marquezes, Condes que hoje permanecem. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Titulo de Reis de Portugal. Pelos annos de 1191 se fizerão pazes entre el Rei D. Aff[ons]o II de Aragão, D. Affonso de Leão, e o nosso Rei D. Sancho I ao qual a escritura dá titulo de Rei de Portugal, e do Algarve: donde se vê a pouca razão com q[ue] o chronista Rui de Pina disse na Chronica del Rei D. Aff[ons]o III q[ue] fora elle o prim[eir]o dos Rei de Portugal, q[ue] se intitulára Rei do Algarve. Foi el Rei D. Sancho tão pontual nesta materia, q[ue] perdendo a Cid[ad]e de Silves, e o rest[an]te do Reino do Algarve pela entrada do Miramolim no anno de 1191 daqui em diante se intitulou só Rei de Portugal, e não do Algarve. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.51. [1]

Recobrado do poder dos Mouros o Algarve p[o]r el Rei D. Aff[ons]o III nelle e seus successores se conservou sem mudança o procedente ditado, até q[ue] el Rei D. Aff[ons]o V em ganhando em Africa aos Infiéis a Villa de Alcacere no anno de 1457 se intitulou: Dom Affonso por graça de DEOS Rei de Portugal e do Algarve, Senhor de Cepta, e d'Alcacere em Africa. Rui de Pina Chron. del REi D. Duarte c.139. [2]

O m[es]mo Rei D. Aff[ons]o V fazendo se depois senhor da cid[ad]e do Tanger em Africa em 1471 innovou e accrescentou o titulo que tinha e se intitulo: Dom Affonso por graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa. Id. ibid. c.17. [3]

El Rei D. João II nova e primeiram[en]te se intitulou e chamou o prim[eir]o senhor da Guiné, incerto em seu titulo desta maneira: Dom Joham por graça de Deos, Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa e senhor da Guinea. id. ibid. Chron. del Rei D. J. II. c.17. [4]

Pelos annos de 1191 se fizerão pazes entre el Rei D. Afonso II de Aragão, D. Affonso de Leão, e o nosso Rei D. Sancho I ao qual a escritura dá titulo de Rei de Portugal, e do Algarve: donde se vê a pouca razão com que o chronista Rui de Pina disse na Chronica del Rei D. Afonso III que fora elle o primeiro dos Rei de Portugal, que se intitulára Rei do Algarve. Foi el Rei D. Sancho tão pontual nesta materia, que perdendo a Cid[ad]e de Silves, e o restante do Reino do Algarve pela entrada do Miramolim no anno de 1191 daqui em diante se intitulou só Rei de Portugal, e não do Algarve. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Recobrado do poder dos Mouros o Algarve por el Rei D. Affonso III nelle e seus successores se conservou sem mudança o procedente ditado, até que el Rei D. Aff[ons]o V em ganhando em Africa aos Infiéis a Villa de Alcacere no anno de 1457 se intitulou: Dom Affonso por graça de DEOS Rei de Portugal e do Algarve, Senhor de Cepta, e d'Alcacere em Africa. (*Chronica delRey D. Duarte, 1790*)

O mesmo Rei D. Afonso V fazendo se depois senhor da cidade do Tanger em Africa em 1471 innovou e accrescentou o titulo que tinha e se intitulo: Dom Affonso por graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa. (*Idem*)

El Rei D. João II nova e primeiram[en]te se intitulou e chamou o primeiro senhor da Guiné, incerto em seu titulo desta maneira: Dom Joham por graça de Deos, Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa e senhor da Guinea. (*Chronica delRey D. João II, 1792*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]PINA, Ruy de. Chronica d'elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[3]Idem.

[4]PINA, Ruy de. Chronica d'ElRei Dom João II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo II. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XCII. [1792] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Censura dos Liv.

Topete. Nas queixas q[ue] del Rei D. Dinis renovarão em Roma os Ecclesiasticos de Portugal, e a q[ue] o m[es]mo Rei respondeo em 1309, em satisfação delles, e não abatendo a [Regalia?] no artigo 9 se propunhão favores, q[ue] elle permittia aos Judeos contra Direito. Hum destes favores era deixallos el Rei trazer topetes como os Christãos, o q[ue] elle mostrou não ser verdade, pois q[ue] isto só podia offender q[uan]do fosse introduzida esta forma, e enfeite do cabelo p[ar]a sinal e diff[erenc]a entre Christãos, Judeos e Mouros, q[ue] os cânones mandavão trazer sinal, sem assentar qual fosse, ficando ao arbitrio dos Principes o apontallo.

He coisa duvidosa q[ue] os Topetes de q[ue] os Portuguezes usavão em tempo del Rei D. Dinis, fossem mais q[ue] p[ar]a [...?], e maior magestade do aspecto, e q[ue] p[or] não ser dexencia admittir os Judeos a igual compustura, e adorno com os Christãos, estranhavão os Ecclesiasticos a el Rei a permissão, q[ue] lhes fazia. Estas compostura de cabelo, q[ue] naquelle tempo del Rei D. Dinis, e em outros se reputou p[or] enfeite e galantaria, entrando o reinado del Rei D. Aff[ons]o seu filho, veio a perder o preço e estimação, prohibindo este Rei p[or] lei expressa q[ue] ninguem trouxesse topete, taxando aos plebeos pena de açoutes, e aos nobres perda da fidalguia. No livro das suas leis e pragmaticas anda esta, q[ue] D. Affonso Giraldes então lhe cantou no poema q[ue] escreveo da batalha do Salado. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.18.

c.34. [1]

[...]Nas queixas que del Rey D. Dinis renovarão em Roma os Ecclesiasticos de Portugal, e a que o mesmo Rei respondeo em 1309, em satisfação delles, e não abatendo a Regalia no artigo 9 se propunhão favores, que elle permittia aos Judeos contra Direito. Hum destes favores era deixallos el Rei trazer topetes como os Christãos, o que elle mostrou não ser verdade, pois que isto só podia offender quando fosse introduzida esta forma, e enfeite do cabelo para sinal e differença entre Christãos, Judeos e Mouros, que os cânones mandavão trazer sinal, sem assentar qual fosse, ficando ao arbitrio dos Principes o apontallo. [...]

He coisa duvidosa que os Topetes de que os Portuguezes usavão em tempo del Rei D. Dinis [...] e maior magestade do aspecto, e que por não ser dexencia admittir os Judeos a igual compustura, e adorno com os Christãos, estranhavão os Ecclesiasticos a elRey a permissão, que lhes fazia. Estas compostura de cabelo, que naquelle tempo del Rei D. Dinis, e em outros se reputou por enfeite e galantaria, entrando o reinado del Rei D. Affonso seu filho, veio a perder o preço e estimação, prohibindo este Rei por lei expressa que ninguem trouxesse topete, taxando aos plebeos pena de açoutes, e aos nobres perda da fidalguia. No livro das suas leis e pragmaticas anda esta, que D. Affonso Giraldes então lhe cantou no poema que escreveo da batalha do Salado. (*Monarquia Lusitana*, 1672)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Governador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaca, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confcienca, & Ordens, Geral que foi da Religiaõ de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

Tornés. Na chronica del Rei D. Pedro cap.11. se diz q[ue] lavrou este Rei huma moeda de prata q[ue] chamavão Torneses, q[ue] 65 fazião hum marco de liga, e peso dos Reaes d'el Rei D. Pedro de Castella.

Outros Torneses fez mais pequenos, q[ue] entrarão n'um marco 130, e de huma banda tinhão as quinas, e da outra o rosto del Rei com coroa; e as letras de hua p[ar]te dizião: Petrus Rex Portugalio, et Algarbi: e do outro Deus adjuva me; q[ue] erão os m[es]mos cunhos, q[ue] tinha nas suas Dobras. Valia o Tornés g[rande] 7 soldos, e o pequeno 3 soldos e meio. Este nome de Torneses parece q[ue] deo el Rei D. Pedro a estas moedas à semelhança de huma moeda Franceza, q[ue] então corria p[or] toda a Europa, e se lavrava em Tones, Cid[ade] da França, e p[or] isso se chamavão soldos Totonenses. Sever. de Far. Not. disc. 4. §.25. [1]

El Rei D. Fernando mandou lavrar outros Torneses, a q[ue] chamarão Petites, palavra franceza, q[ue] significa pequeno; donde se vê, q[ue] da França tomarão o nome, como consta do cap. 56 da Chronica do m[es]mo Rei. Id. ibid. § 26. [2]

Na chronica del Rei D. Pedro cap.11. se diz que lavrou este Rei huma moeda de prata que chamavão Torneses, que 65 fazião hum marco de liga, e peso dos Reaes d'el Rei D. Pedro de Castella.

Outros Torneses fez mais pequenos, que entrarão n'um marco 130, e de huma banda tinhão as quinas, e da outra o rosto del Rei com coroa; e as letras de hua parte dizião: Petrus Rex Portugalio, et Algarbi: e do outro Deus adjuva me; que erão os mesmos cunhos, que tinha nas suas Dobras. Valia o Tornés grande 7 soldos, e o pequeno 3 soldos e meio. Este nome de Torneses parece que deo el Rei D. Pedro a estas moedas à semelhança de huma moeda Franceza, que então corria por toda a Europa, e se lavrava em Tones, Cidade da França, e por isso se chamavão soldos Totonenses. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

El Rei D. Fernando mandou lavrar outros Torneses, a que chamarão Petites, palavra franceza, que significa pequeno; donde se vê, que da França tomarão o nome, como consta do cap. 56 da Chronica do mesmo Rei. (*Idem*)

[1]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[2]Idem.

TORRE DO TOMBO

Dsc00739

Torre do Tombo. Assim chamamos em Portugal ao cartorio geral das memorias do Reino, q[ue] hoje se guarda nos Paços do Castello, passados a elles de huma torre q[ue] estava junto aos Paços da Ribeira, q[ue] p[or] desastre se queimou em tempos passados com perda de m[ui]tos papeis e antiguid[ad]es de import[anci]a. Fr. Luiz de Sous. Vid. de D. Fr. Barth. dos Marty. L.5. c.13.
[1]

Assim chamamos em Portugal ao cartorio geral das memorias do Reino, que hoje se guarda nos Paços do Castello, passados a elles de huma torre que estava junto aos Paços da Ribeira, que por desastre se queimou em tempos passados com perda de muitos papeis e antiguidades de importancia.

[1]GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prègadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na (?) Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

TORTÕES

Dsc00741

Tortões na Armaria são humas figuras como moedas.

Dsc00743

Toscanos. Familia nobre, q[ue] traz p[o]r armas, [...]traz por armas, em campo vermelho hum em campo vermelho hum Leão rampante de prata, armado de azul. Jorge Cardoso Agiol. *(Agiologio Lusitano, 1652-1666)* Lusit. tom.3. p.680. col.Letr. a.[1]

[1] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Tostão. El Rei D. Manoel mandou bater esta moeda em ouro, e em prata. A de ouro era o quarto de ouro dos Portuguezes: a de prata valia cem reis. Tinha de hum lado a cruz da Ordem de Christo com a letra: In hoc signo vinces; e do outro as armas do Reino com a coroa, e o nome do Rei na orladura: Mandou lavrar tambem meios tostões com os m[es]mos cunhos, e letras, e valião cincoenta reis. João Bap. de Castro Mapp. de Port. tom. 1. p.1. c.12. p.190 num.2050. [1]

[...]elRey D. Manoel mandou bater esta moeda em ouro, e em prata. A de ouro era o quarto de ouro dos *Portuguezes*: a de prata valia cem reis. Tinha de hum lado a cruz da Ordem de Christo com a letra: *In hoc signo vinces*; e do outro as armas do Reino com a coroa, e o nome do Rei na orladura: Mandou lavrar tambem meios tostões com os mesmos cunhos, e letras, e valião cincoenta reis. [...] (*Mappa de Portugal, 1762*)

[1]CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica*. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real*.

TOURA, TOURAS, TOURINHOS

Dsc00747

Toura, Touras, Tourinhos, Vej[a]. Judeos.

Traduções. Trabalhou el Rei D. Dinis m[ui]to p[o]r enriquecer a lingua Portugueza, e a este fim mandou traduzir nella m[ui]tos livros escritos em varias lingoas, dos quaes carecemos presentem[en]te. Hum delles foi o das Partidas de D. Aff[ons]o o Sabio, seu avó. Também p[o]r sua ordem se traduzio da lingoa Arabica na Portugueza a Historia do Mouro Razis, Chronista do prim[eir]o Almançor, Rei de Cordova, na qual se deo huma noticia das coisas da Hesp[anh]a antigas mui necess[ari]a. Flavio Jacob Eborensen no seu livro de poesias latinas, impresso no anno de 1596 em Veneza diz q[ue] vio em Roma na Livraria do Cardeal D. Miguel da Silva, nosso Portuguez, hum livro traduzido do arabigo em Portuguez p[o]r Pedro Galvão a inst[anci]a do m[es]mo Rei D. Dinis. Era author do livro Gastão de Fox, Portuguez de nação, mas descend[ent]e de Francezes de Aquitania, Principe dos Theologos do seu tempo, e insigne nas linguas, Franceza, Hebrea, Latina, e Arabiga, na qual escreveo p[o]r ser então vulgar em Hespanha. O livro era repartido em sete partes; mas tres prim[eir]as tratava de Deus, e da imortalid[ad]e da Alma; e nas outras fez huma concord[anci]a dos d[it]os das sibillas entre os Profetas, e discoreo sobre o estado da Bem aventurança e Purgatorio. Diz q[ue] fora eleito Bispo de Evora em tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques, e enviado p[o]r seu Embaixador a Roma, morrera no caminho. O q[ue] diz deste author e seu traductor tem alg[um]as duvidas, com tudo a certeza de ser livro traduzido p[o]r mandado del Rei D. Dinis devia constar da Prefação delle, e abona bem a curiosid[ad]e deste Principe. F. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.3. [1]

A Historia do Mouro Razis de Cordova mandado traduzir p[o]r el Rei D. Dinis a Gil Pires seu capellão, se conservava manuscripta na livraria do Conde do Vimieiro no anno de 1724. Conde de Ericeira continuação dos extractos dos livros do Conde do Vimieiro. Collecç. dos Docum[en]tos da Academ. Real de Hist. Port. de 1724 [...?] de 28 de jan[eiro] N.17. p.9. [2] O m[es]mo Conde de Ericeira, ibid na

Trabalhou el Rei D. Dinis muito por enriquecer a lingua Portugueza, e a este fim mandou traduzir nella muitos livros escritos em varias lingoas, dos quaes carecemos presentemente. Hum delles foi o das Partidas de D. Afonso o Sabio, seu avó. Também por sua ordem se traduzio da lingoa Arabica na Portugueza a Historia do Mouro Razis, Chronista do primeiro Almançor, Rei de Cordova, na qual se deo huma noticia das coisas da Hespanha antigas mui necessaria. Flavio Jacob Eborensen no seu livro de poesias latinas, impresso no anno de 1596 em Veneza diz que vio em Roma na Livraria do Cardeal D. Miguel da Silva, nosso Portuguez, hum livro traduzido do arabigo em Portuguez por Pedro Galvão a instancia do mesmo Rei D. Dinis. Era author do livro Gastão de Fox, Portuguez de nação, mas descendente de Francezes de Aquitania, Principe dos Theologos do seu tempo, e insigne nas linguas, Franceza, Hebrea, Latina, e Arabiga, na qual escreveo por ser então vulgar em Hespanha. O livro era repartido em sete partes; mas tres primeiras tratava de Deus, e da immortalidade da Alma; e nas outras fez huma concordancia dos ditos das sibillas entre os Profetas, e discoreo sobre o estado da Bem aventurança e Purgatorio. Diz que fora eleito Bispo de Evora em tempo del Rei D. Afonso Henriques, e enviado por seu Embaixador a Roma, morrera no caminho. O que diz deste author e seu traductor tem algumas duvidas, com tudo a certeza de ser livro traduzido por mandado del Rei D. Dinis devia constar da Prefação delle, e abona bem a curiosidade deste Principe. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Cons[ult]a[?] de 13 de julho num. 19 p.6. [3] dá do referido livro huma judiciousa informação. E o P. Jeronymo Contador de Argote na Cons[ult]a[?] de 4 de Jan[eir]o de 1731 p.15 [4] mais particularm[en]te faz delle juizo.

El Rei D. João I ordenou q[ue] se trasladassem na lingoa Portugueza as Horas de Nossa Senhora, p[ar]a q[ue] todos as rezassem; e assim mandou trasladar os Evangelhos, e a vida de Christo, e outros livros espirituaes, p[ar]a q[ue] a g[ent]e vulgar não ignorasse as cousas da Fé. Duarte Nunes de Leão Chron. del Rei D. J. I. c.86. [5]

O Inf[an]te D. Pedro, filho do sobred[it]o Rei tirou do latim em lingoagem o Regim[en]to de Principes, q[ue] Fr. Gil Correado compoz, e assim o Livro de Officios de Cicero, e Vegecio da Ré Militari. Rui de Pina Chron. del Rei D. Aff. 5 c.125. [6]

Quiz significar diz (João de Barros) quão necess[ari]as erão nos Principes a Filosofia, e as armas. Paneg. p.325. [7]

A Serenissima Senhora D. Isabel mulher do referido Inf[an]te D. Pedro fez verter do Latim em Portuguez as 4 p[ar]tes do livro intitulado Vita Christi “não aquelle apogripho (assim o advertirão depois os Impressores na Epistola Proencial) da Inf[anci]a do Salvador; mas o ordenado e composto pelo Rev[eren]do Padre Ludolfo Cartesiano, chamado Meditações da vida de Jesus.” Pelo q[ue] se acha impresso no fim da primeira, terceira e quarta p[ar]te desta obra, só consta haver sido seu Traductor p[o]r mandado da d[it]a Princeza, o mui pobre de [virtude] (assim m[es]mo se acha alli denominado) Dom Abbade do Mosteiro de S. Paulo. Este Dom Abbade, seg[un]do memoria de sua propria letra, q[ue] existe no Archivo do Mosteiro de Alcobaça, e transcreve o A[utor] da Bibliotheca Lusitana, rom.1. p.520. coll.1. chamava se Fr. Bernardo de Alcobaça, Monge Cisterciense. Da d[it]a memoria se vem tambem a saber q[ue] o Abbade de Alcobaça Fr. Estevão de Aguiar lhe mandára fazer esta traducção no anno de 1445.

Dsc00751

A Rainha D. Leonor, mulher del Rei S.

El Rei D. João I ordenou que se trasladassem na lingoa Portugueza as Horas de Nossa Senhora, para que todos as rezassem; e assim mandou trasladar os Evangelhos, e a vida de Christo, e outros livros espirituaes, para que a gente vulgar não ignorasse as cousas da Fé. (*Chronica delRey D. João I,*)

O Infante D. Pedro, filho do sobredito Rei tirou do latim em lingoagem o Regimento de Principes, que Fr. Gil Correado compoz, e assim o Livro de Officios de Cicero, e Vegecio da Ré Militari. (*Chronica delRey D. Affonso V,*)

Quiz significar diz quão necessarias erão nos Principes a Filosofia, e as armas.

A Serenissima Senhora D. Isabel mulher do referido Infante D. Pedro fez verter do Latim em Portuguez as 4 partes do livro intitulado Vita Christi “não aquelle apogripho (assim o advertirão depois os Impressores na Epistola Proencial) da Infancia do Salvador; mas o ordenado e composto pelo Reverendo Padre Ludolfo Cartesiano, chamado Meditações da vida de Jesus.” Pelo que se acha impresso no fim da primeira, terceira e quarta parte desta obra, só consta haver sido seu Traductor por mandado da dita Princeza, o mui pobre de [virtude] (assim m[es]mo se acha alli denominado) Dom Abbade do Mosteiro de S. Paulo. Este Dom Abbade, segundo memoria de sua propria letra, q[ue] existe no Archivo do Mosteiro de Alcobaça, e transcreve o Autor da Bibliotheca Lusitana, rom.1. p.520. coll.1. chamava se Fr. Bernardo de Alcobaça, Monge Cisterciense. Da dita memoria se vem tambem a saber que o Abbade de Alcobaça Fr. Estevão de Aguiar lhe mandára fazer esta traducção no anno de 1445.

A Rainha D. Leonor, mulher del Rei S.

João II “considerando como se diz na Epistola Provincial acima citada), quão g[ran]de he o premio daquelles, q[ue] os outrosà salvação das suas almas por virtuosos meios provocão; e disto como nestes Reinos são muitos mais os vulgares, q[ue] os q[ue] a lingoa latina conhecem: querendo aproveitar à salvação dos muitos, p[o]r [na?] vida eterna receber mór galardão, aos taes por Christo ja promettido; mandou estampar, e de forma fazer em lingoa materna, e Portugueza lingagem, como depito por divino favor por obra cumprido, com m[ui]ta despeza da sua fazenda, por serviço de nosso senhor, e proveito commum, as quatro p[ar]tes do livro intitulado Vita Christi.” Quão avultada seria a despeza naquelle tempo, assas o verifica a simples vista da sumptuosa edição. Consta ella de quatro mui grossos volumes, os tres prim[ei]ros em excellente papel da maior marca, e o quarto em pergaminho, todo impresso com formosos e bem talhado character, por dois alemães então os mais insignes na arte typografica, hum chamsdo Valentino de Moravgia, e outro Nicoláo da Saxonia. Publicou-se no anno de 1495 emendado e bem corregido em o modo de [senturiar?], como declarão os Editores da Epist. Proen. do tom. I p[o]r hum Fr. André, Religioso de S.Francisco da Cid[ad]e, pessoa, q[ue] devia então ser de muita conta, e asseado estilo, como parece em hum Prologo, q[ue] fez à Rainha D. Leonor. Isto notou Fr. M[ano]el do Sepulchro, Religioso douto da m[es]ma Provincia na Refeic. Espir. Pol. § 2. n.3 posto q[ue] o testemunho p[o]r elle allegado não seja fora de duvida. O tal Prologo, q[ue] na obra se intitula Epistola Proencial, e diz ser feito pelos Impressores, pode ser o não fizesse o referido Fr. André, que se o escrevera, não he de presumir, q[ue] a si proprio se nomeasse, Veneravel Padre, e douto Religioso, como se acha alli designado. Mas isto q[ue] em tempo de tanto siso, e madureza não erão sem[elhan]tes titulos de mera formalid[ad]e e impostura, e q[ue] pelo m[es]mo motivo a eleição p[ar]a emprego tão importante não podia cahir se não em sugeito conhecim[en]te benemerito, he facil p[o]r tanto conhecer, q[ue] o tal Religioso era, como fica bem conjecturado, pessoa de m[ui]ta conta. A d[it]a correção he, o juizo de q[ue]m q[ue]r q[ue] formou o Prologo, claro e illucido. Alem disto no fim do 1º, 3º e 4º

João II “considerando como se diz na Epistola Provincial acima citada), quão grande he o premio daquelles, que os outrosà salvação das suas almas por virtuosos meios provocão; e disto como nestes Reinos são muitos mais os vulgares, que os que a lingoa latina conhecem: querendo aproveitar à salvação dos muitos, por [na?] vida eterna receber mór galardão, aos taes por Christo ja promettido; mandou estampar, e de forma fazer em lingoa materna, e Portugueza lingagem, como depito por divino favor por obra cumprido, com muita despeza da sua fazenda, por serviço de nosso senhor, e proveito commum, as quatro partes do livro intitulado Vita Christi.” Quão avultada seria a despeza naquelle tempo, assas o verifica a simples vista da sumptuosa edição. Consta ella de quatro mui grossos volumes, os tres primeiros em excellente papel da maior marca, e o quarto em pergaminho, todo impresso com formosos e bem talhado character, por dois alemães então os mais insignes na arte typografica, hum chamsdo Valentino de Moravgia, e outro Nicoláo da Saxonia. Publicou-se no anno de 1495 emendado e bem corregido em o modo de [senturiar?], como declarão os Editores da Epist. Proen. do tom. I por hum Fr. André, Religioso de S.Francisco da Cidade, pessoa, que devia então ser de muita conta, e asseado estilo, como parece em hum Prologo, que fez à Rainha D. Leonor. Isto notou Fr. Manoel do Sepulchro, Religioso douto da mesma Provincia na Refeic. Espir. Pol. § 2. n.3 posto que o testemunho por elle allegado não seja fora de duvida. O tal Prologo, que na obra se intitula Epistola Proencial, e diz ser feito pelos Impressores, pode ser o não fizesse o referido Fr. André, que se o escrevera, não he de presumir, que a si proprio se nomeasse, Veneravel Padre, e douto Religioso, como se acha alli designado. Mas isto que em tempo de tanto siso, e madureza não erão semelhantes titulos de mera formalidade e impostura, e que pelo mesmo motivo a eleição p[ar]a emprego tão importante não podia cahir se não em sugeito conhecimente benemerito, he facil por tanto conhecer, que o tal Religioso era, como fica bem conjecturado, pessoa de muita conta. A dita correção he, o juizo de quem quer que formou o Prologo, claro e illucido. Alem disto no fim do 1º, 3º e 4º volume se declara haver sido cada hum

volume se declara haver sido cada hum delles corrigido e visto com m[ui]ta delig[enci]a p[o]r os Rev[eren]dos Padres da Ordem de S. Francisco de Enxobregas da obsevancia

Dsc00752

chamados menores.

A Senhora D. Felippa, filha do Inf[an]te D. Pedro, e neta del Rei D. João I verteo em Portuguez com m[ui]ta propried[ad]e e eleg[anci]a o livro da Vida solitaria, composto pelo g[ran]de Patriacha de Veneza S. Lourenço Justiniano. Jos. Soares da Silv. Mem. del Rei D. J. I tom.1. L.1. c.74. n.443. [8]

O Inf[an]te D. Pedro, Duque de Coimbra, Marquez de Trivisio, e Cav[aleir]o da Garrotea, filho 2º del Rei D. João II e da Rainha D. Felippa, traduzio em vulgar Tullio de Officis, Vegetio da re militari; e p[o]r seu mandado trasladou do Francez em nossa lingua Pero Lobeiro, Tabellião d'Elvas o livro de Amadis (q[ue] appareceo de varões doutos) he o melhor q[ue] sahio à luz de fabulosas historias. Cardos. Agiol. tom.1 p.410 col. letr. a. [9]

delles corrigido e visto com muita deligencia por os Reverendos Padres da Ordem de S. Francisco de Enxobregas da obsevancia

chamados menores.

A Senhora D. Felippa, filha do Infante D. Pedro, e neta del Rei D. João I verteo em Portuguez com muita propriedade e elegancia o livro da Vida solitaria, composto pelo grande Patriacha de Veneza S. Lourenço Justiniano. (*Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I, 1730*)

O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, Marquez de Trivisio, e Cavaleiro da Garrotea, filho 2º del Rei D. João II e da Rainha D. Felippa, traduzio em vulgar Tullio de Officis, Vegetio da re militari; e por seu mandado trasladou do Francez em nossa lingua Pero Lobeiro, Tabellião d'Elvas o livro de Amadis (que appareceo de varões doutos) he o melhor que sahio à luz de fabulosas historias. (*Agiologio Lusitano, 1652-1666*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]

[3]

[4]

[5]LEÃO, Duarte Nunes de (1530-1608). "Cronicas Del Rey Dõ Ioam De Gloriosa Memoria O I. Deste Nome, E Dos Reys De Portugal O X. E As Dos Reys D. Duarte, E D. Affonso O V: Ao Muito Alto, E Muito Poderoso Rey Dom Joam O IV. Nosso Senhor / Tiradas A Luz Por Ordem Do Ilmo, E Rmo Senhor Dom Rodrigo Da Cunha, Arcebispo de Lisboa: raro exemplo de Prelados, & verdadeiro Pay da Patria. / E Autos Do Levantamento, E Juramentos Del Rey N.S. D. Joam o IV. & do Serenissimo Principe D. Theodosio N.S.: E Proposição Das Cortes. Anno de 1643. Em Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Por Antonio Alvarez, impressor Del Rey N. Senhor".

[6]PINA, Ruy. Chronica d'elRey D. Affonso V. In:

Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[7]BARROS, João de.

[8]SILVA, José Soares da. Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. João I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730]. Com todas as licenças neceffarias.

[9]CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Tratamento com q[ue] se fallava aos Reis. A El Rei D. Duarte davão os Inf[an]tes seus irmãos o tratam[en]to de vossa merce, e da m[es]ma sorte à Rainha. Rui de Pina. Chron. del REi D. Duarte. Cap.10. c.11. [1]

O Chronista mor Rui de Pina no Prologo da Chronica del Rei D. Aff[ons]o V dá a el REi D. Manuel o tratam[en]to de vossa mui Real Senhoria. Da m[es]ja sorte se fallava a el REi D. Aff[ons]o V ea à Rainha sua mulher. Id. Chron. d’el Rei D. Aff[ons]o V c.14. e 41. [2]

O Papa Leão X falla p[o]r Magestade a el Rei D. Manuel, em tempo q[ue] os Reis Christãos não usavão deste titulo. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.15. [3]

Fr. Luiz de Sousa [refasendo?] alg[um]as particularid[ad]es do discurso, com q[ue] a Duqueza, mulher do Sr. D. Jorge Mestre de Santiago e de Avis, Duque de Coimbra [etc.] se despedio de tres filhas suas, e outras tantas sobrinhas, q[ue] forão as 1as, q[ue] se recolherão Religiosas no Mosteiro Dominicano de S. João Baptista na Villa de Setubal aos 24 de Junho de 1524, cujo Mosteiro o Duque seu esposo fundára, aponta o seg[ui]nte: “A honra maior (dizia) da casa de DEOS he, de q[ue]m nella mais se abate, assim nos ficou dito p[o]r bocca do Redemptor. Será logo melhor costume na Religião aquelle, q[ue] menos se parecercom os da terra. Senhoria he titulo vão e falso; por q[ue] ninguem he senhor, senão DEOS, nem nomeado ha de ser entre vós...Troque se a senhoria em hum fallar do bom tempo dos nossos passados, q[ue] até os Reis tratavão com hum vós. Hist. de S. Dom. p.3. L.2. c.9. [4]

[...]A El Rei D. Duarte davão os Infantes seus irmãos o tratamento de Vossa Merce, e da mesma sorte à Rainha. (*Chronica delRey D. Duarte, 1790*)

[...]O Papa Leão X falla por Magestade a el Rei D. Manuel, em tempo que os Reis Christãos não usavão deste titulo (*Monarquia lusitana, 1632*)

[...]A honra maior da casa de Deos he, de quem nella mais se abate, assim nos ficou dito por boca do Redemptor. Será logo melhor costume na Religião aquelle, que menos se parecercom os da terra. Senhoria he titulo vão e falso; por que ninguem he senhor, senão Deos, nem nomeado ha de ser entre vós [...] Troque se a senhoria em hum fallar do bom tempo dos nossos passados, que até os Reis tratavão com hum vós. [...] (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1]PINA, Ruy de. Chronica d’elRey D. Duarte. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[2]PINA, Ruy. Chronica d’elRey D. Affonso V. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. Joaõ I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. Joaõ

II. Publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por José Corrêa da Serra, Secretario da mesma Academia, e Socio de varias outras. Tomo I. Lisboa na Officina da mesma Academia. Anno M. DCC. XC. [1790] Com licença da Real Meza da Commis. Geral sobre o Exame, e Cens. dos Liv.

[3]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[4]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronista dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

TREGOA

Dsc00719

Tregoa. Em tempo del REi D. Aff[ons]o Henrique cada hum podia quebrar a tregoa a seu inimigo, q[uan]do quizesse fazendo-lhe antes saber. Nun. de Leão. Chron. del Rei D. Aff[ons]o Henrique fol.138.[1] [...]Em tempo del Rey D. Affonso Henriques cada hum podia quebrar a tregoa a seu inimigo, quando quizesse fazendo-lhe antes saber. (*Chronica delrey D. Afonso Henriques, 1600*)

[1]LEÃO, Duarte Nunes de. “Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portvgal, Reformadas pelo Licenicado Dvarte Nvnez do Lião, Desembargador da cafa da Supplicação, per mandado del Rei Dom Philippe o primeiro de Portugal, da gloriosa memoria. Com licença da Fancta Inquifição, & privilegio Real. Em Lisboa. Impreffo por Pedro Crasbeeck. Anno M. DC. [1600]”.

Dsc00753

Trinchante mór. Este off[ici]o da Casa Real, he o m[es]mo q[ue] antigam[en]te se chamava Dapifer, está ao presente na familia dos Cunhas, hoje Condes da Cunha. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.9 c.7.[1] [...]Este officio da Casa Real, he o mesmo que antigamente se chamava *Dapifer*, está ao presente na familia dos Cunhas. [...] (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Tron. As chronicas antigas chamão Trons às peças de campanha, q[ue] sem duvida se derivaria de Tonitrus, q[ue] signifivava Trovão, esta palavra Tron, q[ue] até fica sendo paronomaria de Trem, como hoje se chama a todo o genero de artilh[ari]a, e suas carretas, derivada talvez esata m[es]ma palavra do Train Francez, e esta do Trahene latino, q[ue] quer dizer, trazer p[o]r força, e levar a rastos. Jos. Soar. da Silv. Mem. del Rei D. J. I. tom.3. L.3. c.254 n.1414. [1]

[...] chronicas antigas chamão *Trons* às peças de campanha, que sem duvida se derivaria de *Tonitrus*, que signifivava Trovão, esta palavra *Tron*, que até fica sendo paronomaria de *Trem*, como hoje se chama a todo o genero de artilharia, e suas carretas, derivada talvez esata mesma palavra do *Train* Francez, e esta do *Trahene* latino, que quer dizer, trazer por força, e levar a rastos. (*Memorias para a Hiftoria de Portugal, 1730*)

[1] SILVA, José Soares da. *Memorias para a Hiftoria de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres. Dedicada a el Rey D. João V. Nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real de Hiftoria Portugueza. Escritas pelo academico Joseph Soares da Sylva. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental. Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreffor da Academia Real. M. DCC. XXX [1730].* Com todas as licenças neceffarias.

Dsc00757

Trovas. Do q[ue] el Rei D. Dinis aproveitou nos estudos não se alcançou outros vestígios mais q[ue] alg[um]a poesias, a q[ue] se inclinou com maior affecto; e alem de outros he de maior estimas hum cancionero q[ue] escreveo em louvor de nossa Senhora, melhorando neste assumpto o talento, q[ue] em outros empregos tinha divertido. Pode sim falta ter competencia com o cancionero de N. Senhora composto p[o]r el Rei D. Affonso sabio, o qual se guarda na livraria do Escorial. Fr. F. Brandão Mon. p.5. L.16. c.3. [1]

O D[outo]r Antonio Ferreira p[o]r este respeito diz so sobred[it]o Rei D. Dinis.

Este foi pay de Reis, e amor das gentes,
Grande Dinis, Rei nunca assas louvado.
Outros forão n'ua só coisa excellentes:
Este em todas nobreceo seu estado:
Regeo, edificou, lavrou, venceo,
Honrou as Musas, poetou e leo.

Poem. Lusi. p.2. epist.2. f.200. [2]

O Conde de Barcellos D. Pedro, filho bastardo do m[es]mo Rei Dinis foi mui inclinado aos estudos, e em seu testamento deixou a el Rei de Cast[el]a D. Aff[ons]o XI seu sobrinho hum livro q[ue] compoz de cantigas, e quem tinha composto hum cancionero, q[ue] podia se apresentado a hum Rei, pessoa era com noticia de boas letras. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.17. c.5. [3]

O Cancioneiro geral ordenado e emendado p[o]r Garcia de Rezende, impresso em 1516, contem diz João de Barros “obras q[ue] os Fidalgos e Pessoas deste Reino q[ue] tinham veia p[ar]a isso, té aquelle tempo tinham feito”. Dec.1. L.11. c.93. [4]

El Rei D. João II em certa occasião (referia de si o d[it]o Garcia de Rezende) “gabou m[ui]to o trovar de m[ui]to singular manha, e isto p[o]r q[ue] eu fiz huma trova, q[ue] elle vio, e a gabou m[ui]to p[o]r me dar vontade

[...]do que elRey D. Dinis aproveitou nos estudos não se alcançou outros vestígios mais que alguma poesias, a que se inclinou com maior affecto; e alem de outros he de maior estimas hum cancionero que escreveo em louvor de nossa Senhora, melhorando neste assumpto o talento, que em outros empregos tinha divertido. Pode sim falta ter competencia com o cancionero de N. Senhora composto por el Rei D. Affonso sabio, o qual se guarda na livraria do Escorial[...] (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Este foi pay de Reis, e amor das gentes,
Grande Dinis, Rei nunca assas louvado.
Outros forão n'ua só coisa excellentes:
Este em todas nobreceo seu estado:
Regeo, edificou, lavrou, venceo,
Honrou as Musas, poetou e leo.
(*Poemas Lusitanos, 1771*)

[...]O Conde de Barcellos D. Pedro, filho bastardo do mesmo Rei Dinis foi mui inclinado aos estudos, e em seu testamento deixou a elRey de Castela D. Affonso XI seu sobrinho hum livro que compoz de cantigas, e quem tinha composto hum cancionero, que podia se apresentado a hum Rei, pessoa era com noticia de boas letras. [...] (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[...]obras que os Fidalgos e Pessoas deste Reino que tinham veia para isso, té aquelle tempo tinham feito[...] (*Cancioneiro Geral, 1516*)

[...]gabou muito o trovar de muito singular manha, e isto por que eu fiz huma trova, que elle vio, e a gabou muito por me dar vontade

Dsc00758

de o apprender, e saber fazer”. Chron. del Rei D. J. II. c.177. [5]

O m[es]mo Rezende diz tambem:

de o apprender, e saber fazer[...] (*Chronica delRey D. João II, 1554*)

Vimos zombar, apodar,
Mocejar, vimos trovar
Trovas, q[ue] erão p[ar]a ler.
Misc. fol.163 co.,4.[6]

Vimos zombar, apodar,
Mocejar, vimos trovar
Trovas, que erão para ler.
(*Chronica delRey D. João II, 1554*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2] FERREIRA, Antonio. FONSECA, Pedro José da. Poemas Lusitanos do Doutor Antonio Ferreira. Segunda impressão emendada, e accrescentada com a vida, e comedias do mesmo poeta. Tomo I. Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno M DCC LXXI (1771) Com licença da Real Meza Censoria. Á custa dos Irmãos Du-Beux, á Cruz de Pão.

[3] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[4] REZENDE, Garcia de. Cancioneiro geral: cum preuilegio [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do principe]. - Almeyrym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa: per Hermã de Câmpos, 28 Sete[m]bro 1516.

[5] REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bôdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofa principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, coftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

[6]Idem.

Typografia. El Rei D. Manoel mandou vir p[ar]a Lisboa Jaco Crembeger, Alemão Impressor de livros, e p[o]r hua sua carta lhe fez a graça e mercê, e a todos os impressores, q[ue] nos seus Reinos e Senhorios usassem a nobre Arte da Impressão, de q[ue] tivessem aquellas m[es]mas graças, e privilegios, liberdades e honras, q[ue] havião e devião haver os cavalleiros de sua casa Real, p[o]r elle confirmados, posto q[ue] não tivessem armas e cavallos, seg[un]do as Ordenações, e q[ue] p[o]r taes fossem tidos e havidos, em toda p[ar]te; com t[an]to q[ue] possuissem de cabedal duas mil dobras de ouro, e fossem christãos velhos, sem raça de Mouro, nem de Judeo, nem suspeita de alg[um]a heresia, nem incorrido em infamia nem crime de Lesa Magestade.

Foi a d[it]a Carta dada na villa de santarem a 20 dias de Fev[ereir]o, Alvaro da Maia a fez, anno de N. Senhor Jesu Christo de 1508. Está no Real Archivo. Leite. Fer. Not. Chron. num.288.

[1]

[...]elRey D. Manoel mandou vir para Lisboa Jaco Crembeger, Alemão Impressor de livros, e por hua sua carta lhe fez a graça e mercê, e a todos os impressores, que nos seus Reinos e Senhorios usassem a nobre Arte da Impressão, de que tivessem aquellas mesmas graças, e privilegios, liberdades e honras, que havião e devião haver os cavalleiros de sua casa Real, por elle confirmados, posto que não tivessem armas e cavallos, segundo as Ordenações, e que por taes fossem tidos e havidos, em toda parte; com t[an]to que possuissem de cabedal duas mil dobras de ouro, e fossem christãos velhos, sem raça de Mouro, nem de Judeo, nem suspeita de alg[um]a heresia, nem incorrido em infamia nem crime de Lesa Magestade [...].

[...]Carta dada na villa de santarem a 20 dias de Fevereiro, Alvaro da Maia a fez, anno de N. Senhor Jesu Christo de 1508. [...]Está no Real Archivo. [...]

[1]FERREIRA, Francisco Leitão. Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impreffor da Academia Real, 1729.

Dsc00804

Ulveiras. A família dos Ulveiras e Oliveiras he huma só arvore, mas dividida em diversos ramos: são oriundos de Entre Douro e Minho; e tem o seu solar na Freg[uesi]a de Santa Eulaliade Ulveira termo da Villa do Prado. Fr. Man. dos Santos. Mon. Lus. p.8. L.23. c.33. [1]

A família dos Ulveiras e Oliveiras he huma só arvore, mas dividida em diversos ramos: são oriundos de Entre Douro e Minho; e tem o seu solar na Freguesia de Santa Eulaliade Ulveira termo da Villa do Prado. (*Monarquia Lusitana*, 1729)

[1]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

Universid[ad]e. – A 1ª Universid[ad]e de Portugal foi a q[ue] el Rei D. Dinis fundou em Lisboa no anno de 1290. No bairro de Alfama, aonde chamão a pedreira, junto da porta da cruz, se comprarão casarios bastantes, onde se estabelecerão as escolas. Aqui se conservarão 17 annos, até q[ue] em o anno de 1308 o m[es]mo D. Dinis ordenou passalla p[ar]a Coimbra. O Papa Clemente V lhe concedeo a 5 de Março daquelle proprio anno, q[ue] podesse annexar 6 Igrejas do padroado Real, p[ar]a Universid[ad]e, e salarios dos Lentes, e vinha a ser: Ao lente de Leis se davão 600 libras, ao de Cabones, 500 libras, ao de Medicina 200, e tambem 200 ao de Gramatica, ao de Logica 100, e aos de Musica 80. Não havia lentes de Theologia, Mathematica, e Lingoas Grega e Hebraica, e os Religiosos de S. Domingos, e S. Francisco sem estipendio dentro de seus conventos, como costumavão, lião Theologia. As Cadeiras da Universid[ad]e estavam em casas particulares, e depois se vierão a ajuntar nas casas em q[ue] hoje vemos fundado o Collegio Real de S. Paulo, visinhas aos Paços Reaes.

Perservereou a Universid[ad]e na Cid[ad]e de Coimbra até o tempo del Rei D. Fernando, q[ue] a tornou a mudar p[ar]a Lisboa (L.2. del Rei D. Fern. fol25 e 26). O anno certo não consta, mas achão se privilegios, q[ue] lhe deo no anno de 1378 estando este Rei em Coimbra. No anno 1338 determinou el Rei D. Aff[ons]o IV viver em Coimbra, e antes de partir, ordenou q[ue] os estudos se mudassem a Lisboa, p[ar]a q[ue] a gente da corte tivesse mais gasalhados, e os estud[an]tes com o trafego dos cortezãos não fossdem divertidos de seu estudo (L.11 da Estrem. f.255) se então se poz p[or] obra de mais tempo he a mudança das ecollas p[ar]a Lisboa: mas del Rei D. Fernando se sabe p[or] diante collocada nesta cid[ad]e, aonde perseverou até o tempo del Rei D. João o III q[ue] instituiu a q[ue] hoje persevera reformada em Coimbra. Fr. F. Brand. p.5. L.16 c.82 e83. [1]

Nos estatutos antigos, q[ue] estão no cartorio da Universid[ad]e de Coimbra, como el Rei D. Manuel mandou escrever se fez a mudança de Coimbra p[ar]a Lisboa no tempo del

A 1ª Universidade de Portugal foi a que el Rei D. Dinis fundou em Lisboa no anno de 1290. No bairro de Alfama, aonde chamão a pedreira, junto da porta da cruz, se comprarão casarios bastantes, onde se estabelecerão as escolas. Aqui se conservarão 17 annos, até que em o anno de 1308 o mesmo D. Dinis ordenou passalla para Coimbra. O Papa Clemente V lhe concedeo a 5 de Março daquelle proprio anno, que podesse annexar 6 Igrejas do padroado Real, p[ar]a Universidade, e salarios dos Lentes, e vinha a ser: Ao lente de Leis se davão 600 libras, ao de Cabones, 500 libras, ao de Medicina 200, e tambem 200 ao de Gramatica, ao de Logica 100, e aos de Musica 80. Não havia lentes de Theologia, Mathematica, e Lingoas Grega e Hebraica, e os Religiosos de S. Domingos, e S. Francisco sem estipendio dentro de seus conventos, como costumavão, lião Theologia. As Cadeiras da Universidade estavam em casas particulares, e depois se vierão a ajuntar nas casas em que hoje vemos fundado o Collegio Real de S. Paulo, visinhas aos Paços Reaes.

Perservereou a Universidade na Cidade de Coimbra até o tempo del Rei D. Fernando, que a tornou a mudar para Lisboa (L.2. del Rei D. Fern. fol25 e 26). O anno certo não consta, mas achão se privilegios, que lhe deo no anno de 1378 estando este Rei em Coimbra. No anno 1338 determinou el Rei D. Afonso IV viver em Coimbra, e antes de partir, ordenou que os estudos se mudassem a Lisboa, para que a gente da corte tivesse mais gasalhados, e os estudantes com o trafego dos cortezãos não fossdem divertidos de seu estudo (L.11 da Estrem. f.255) se então se poz por obra de mais tempo he a mudança das ecollas para Lisboa: mas del Rei D. Fernando se sabe por diante collocada nesta cidade, aonde perseverou até o tempo del Rei D. João o III que instituiu a que hoje persevera reformada em Coimbra. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Nos estatutos antigos, que estão no cartorio da Universidade de Coimbra, como el Rei D. Manuel mandou escrever se fez a mudança de Coimbra para Lisboa no tempo del

Dsc00807

João o I. Id. ibid. p.6. L.18. c.28. [2]

Q[uan]do no anno de 1320 todos os Mosteiros e Igrejas do Reino se obrigavão a pagar subsidio p[ar]a a guerra dos Mouros, p[o]r Bulla do Pontifice João XXII expedida em Avinhão a 19 de Maio do referido anno, as Igrejas de Soure e Pombal ficarão isentas de subsidio e taixa p[o]r estarem consignadas à Uniiversid[ad]e de Coimbra, q[ue] esta imunid[ad]e guardou às Letras o Pontifice concessor do subsidio e seus Ministros. Id. Ibid. L.19. c.19. [3]

As Universid[ad]es tomarão este nome no principio do seculo decimo terceiro, ainda q[ue] alg[um]as se achassem já quasi formadas, debaixo do simples nome de Escolas. Nomearam-se as Universid[ad]es de estudos, a fim de mostrar q[ue] emprehendião todos, e q[ue] em hua m[es]ma Cid[ad]e se ensinavão todas as artes liberaes, e todas as sciencias, q[ue] era preciso antes ir apprender em diversos lugares. As mais famosas Universid[ad]es, q[ue] se conhecessem, são as de Paris, e a de Bolonha.

João o I. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

Quando no anno de 1320 todos os Mosteiros e Igrejas do Reino se obrigavão a pagar subsidio para a guerra dos Mouros, por Bulla do Pontifice João XXII expedida em Avinhão a 19 de Maio do referido anno, as Igrejas de Soure e Pombal ficarão isentas de subsidio e taixa por estarem consignadas à Uniiversidade de Coimbra, que esta imunidade guardou às Letras o Pontifice concessor do subsidio e seus Ministros. (*Idem*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouvernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[3]Idem.

Dsc00760

Vadios. Fernão Lopes na antiga Chronica manuscrita Cap.1. diz o seg[ui]nte. E p[o]r q[ue] Lisboa he g[ran]de Cid[ad]e de m[ui]tos e desvairados, e se purgada de furtos e roubos, e de outros maleficios, q[ue] em ella fazião, os quaes presumião, q[ue] erão feitos p[o]r homens, q[ue] não vivião com senhores, nem hão bens, nem rendas, nem outros misteres, e jogão e gastão em grande avondança; porem mandara el Rei (D. Fernando) q[ue] em cada Freguezia houvesse dous homens bons, q[ue] cada mez inquirissem, e soubessem q[ue] vivenda fazião os q[ue] vivião em ella, e os q[ue] se com elles recolhião de q[ue] fama erão; e se achavão alg[un]s, q[ue] usavão como não devião, fazião no saber em segredo a Estevão Vasques, e Affonso Furtado, seus Escudeiros, a q[ue] disto tinha dado carregio; e elles o mandavão prender p[o]r seus homens, e entregavão á justiça p[ar]a se fazer delles comprim[en]to da justiça; dizendo q[ue] sua vontade era, q[ue] pessoas q[ue] mister não houvessem, nem vivessem com Senhores continuam[en]te, q[ue] taes como estes não morassem nas villas e lugares do seu Reino; e q[ue] pois elle era theudo de manter seus povos em dir[e]ito, e justiça, q[ue] não recebendo elles damno, e sem razão, se elle hi não tornasse, q[ue] daria a Deos delle grave conta: não consentia, q[ue] nenhum senhor, nem Fidalgo acoutasse em bairro, em q[ue] pousasse, nenhum malfeitor; mas mandava q[ue] os prendessem dentro dos bairros la se coutavão, pondo grandes penas aquelles, q[ue] os defender quizessem”.Fr. Man. dos Santos. Mon. p.8. L.22. c.6.

O sobred[it]o Rei D. Fernando em huma lei dada em Cortes na Villa de Santarem ao 26 de Junho de 1371 Ordena que “os q[ue] se achasse serem vadios, chamando se escudeiros, ou criados del Rei, ou da Rainha, ou dos Infantes, ou de outros quaesquer Senhores, senão fossem conhecidos dos taes senhores,

[...] Fernão Lopes na Chronica antiga manuscrita [...] no Capitulo primeiro: [...] [p.41] “e porque Lisboa he grande Cidade de muitos e defvairadas gentes, e fer purgada de furtos, e roubos, e de outros maleficios, que em ella fazião, os quaes prefumiaão, que eraão feitos por homens, que não viviaão com Senhores, nem haão bens, nem rendas, nem outros mefteres, e jogaão e gaftaão em grande avondança; porém mandara ElRei, que em cada Freguezia houveffe dous homens bons, que cada mez inquiriffem, e soubeffem, que vivenda fazião os que viviaão em ella, e os que fe com elles recolhiaão de que fama eraão; e fe achavaão alguns, que usavaão como não deviaão, fazião no faber em fegredo a Eftevão Vasques, e Affonfo Furtado, feus Efcudeiros, a que difto tinha dado carregio; e elles os mandavão prender por feus homens, e entregavão à justiça para fe fazer delles comprimento da justiça; dizendo que fua vontade era, que peffoas, que mifter não houveffem, nem viveffem com Senhores continuamente, que taes como eftes não moraffem nas Villas, e Lugares de feu Reino; e que pois elle era theudo de manter feus povos em direito, e justiça, que recebendo elles damno, e fem razaão, fe elle hi não tornaffe, que daria a Deos dello grave conta: não confentia, que nenhum Senhor, nem Fidalgo acoutasse em bairro, em que pousasse, nenhum malfeitor; mas mandava que os prendefsem dentro nos bairros hu fe coutavaão, pondo grandes penas aquelles, que os defender quizeffem” [pp.44-45]

He dada tambem em Cortes, e na Villa de Santarem aos 26. do mez de Junho, Era de Cefar 1413. [...] [p.134] [...] “os que fe achaffe serem vadios, chamandofe efcudeiros, ou criados delRey, ou da Rainha, ou dos Infantes, ou de outros quaefquer Senhores, fenaão foffem conhecidos por dos taes Senhores, nem

Dsc00761

mostrassem Certidão de andarem em seu serviço, serão prezos pelas justiça dos lugares, e constringidos a servir na lavoura, ou em outro

mostraffem Certidão de andarem em feu serviço, feriaão prezos pelas Justiça dos Lugares, e confrangidos a fervir na lavoura, ou em outro

mister; o m[es]mo se faria aos q[ue] andassem pela terra em traje de ermitães, serão pela primeira vez açoutados, e sobre os açoutes outra vez constrangidos a q[ue] trabalhassem; e sendo achados 2º vez, serão açoutados com pregão; e ultimam[en]te lançados fora do Reino, p[o]r q[ue] el Rei mandava, e queria q[ue] ninguem no seu Reino fosse vadio; e p[ar]a esta lei melhor se cumprir, os vintaneiros terão cuidado de saber a gente q[ue] havia na terra, e os q[ue] viessem de fora, q[ue] homens erão; e sabido, darião contas ás justiças do lugar; e se alg[um] Fidalgo amparasse a algum vadio, em pena, pagaria 500 libras, e seria degradado do lugar, aonde vivesse, e da Corte 6 legoas; e outros q[ue] não fossem Fidalgos, pagarião 300 libras, e haverião o m[es]mo degredo.” *Id. ibid.* c.17. [1]

mifter; o mefmo fe faria aos que andaffem pedindo pela terra em traje de hermitães; e não querendo eftes trabalhar, feriaõ pela primeira vez açoutados, e fobre os açoutes, outra vez confrangidos que trabalhaffem; e fendo achados fegunda vez ociofos, feriaõ açoutados com pregaõ; e ultimamente lançados fora do Reino; porque ElRey mandava, e queria, que ninguém no feu Reino foffe vadio; e para efta Ley melhor fe cumprir, os vintaneiros teriaõ cuidado de faber a gente, que havia na terra, e os que vieffem de fôra, que homens eraõ; e fabido, dariaõ contas ás Justiças do Lugar: e fe algum Fidalgo amparaffe a algum vadio, em pena, pagaria quinhentas libras, e feria degradado do Lugar, aonde viveffe, e da Corte seis leguas; e outros que não foffem Fidalgos, pagariaõ trezentas libras, e haveriaõ o mefmo degredo.” [p.135-136] (*Oitava Parte da Monarquia Lusitana, 1729*)

[1] SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729. Livro XXII, Capítulo VI, p.41 e pp.44-45; e Capítulo XVII, p.134-136

Valadares. D. Sueiro Aires de Valadares, foi em tempo del Rei D. Aff[ons]o Henriques hum dos comp[anheir]os de Gonçalo Mendes da Maia o lidador. Falla neste Fidalgo o Conde D. Pedro no tit. 25. Hum seu filho casou com D. Elvira, filha de Vasco Gil de Soverosa. Tem os Valladares p[o]r armas, o escudo esquartelado, no 1º de azul hum leão de prata armado de vermelho, o 2º de vermelho e prata de seis peças em faxa, e p[o]r timbre o m[es]mo leão das armas empequetado de vermelho na carranca. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.11. c.17.[1]

Foraõ pessoas taõ insignes Gonçalo mendes maya o lidador, e os fidalgos que seguiaõ a sua bandeira [...] D. Suero Ayres de Valadares. Fala neste Fidalgo o Conde D. Pedro no tit. 25. Hum seu filho casou com D. Elvira, filha de Vasco Gil de Soverosa. Tem os Valladares por armas, o escudo esquartelado, no primeiro de azul hum Leão de prata armado de vermelho, o segundo empequetado e prata de seis peças em faxa, e por timbre o mesmo Leão das armas empequetado de vermelho na carranca. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632

Valedia. Dobras Validias erão moeda de Berberia, q[ue] se batia em Tunez de 23 quilates, e terço de peso, e diz a Ordenação velha, q[ue] valia 12 Reaes brancos dos prim[ei]ros, pelo q[ue] vinha a montar da nossa moeda 216 e destas dobras se faz particular menção na Historia do 1º Capitão de Ceita (Chron. do Conde D. Pedro de Menez. [l. p.?] c.81) onde se falla tambem de outras Dobras Mouriscas com estas palavras: Dobras Validias era moeda Mourisca, e communalmente esta era a moeda de ouro q[ue] se mais corria com estes Reinos, e isto era quasi em todo los tempos dos Reis passados. Sempre os Mouros dalem mar tratávão nestes Reinos de mercadoria comprando pela maior p[ar]te todos annos a fruta do Algarve, o q[ue] não pagavão, senão em ouro; e a maior p[ar]te daquellas Dobras são feitas em Tunes, e erão 23 quilates, e trço de pezo. E outras Dobras trazião aquelles Infieis, a saber Dobras de Prazida; e de Sagilmensa, e de Marrocos, de q[ue] este Reino foi assas fornido, especialmente os Thesouros, como no começo dos feitos deste Rei fica contado, [etc.]. Sever. de Far. Not. disc.4. § 21.[1]

Dobras Validias erão Moeda de Berberia, que se batia em Tunes de 23. quilates, e terço de peso, e diz a Ordenação velha, que valia 12 Reaes brancos dos primeiros, pelo que vinha a montar da nossa moeda 216 e destas dobras se faz particular menção na Historia do primeiro Capitão de Ceita (22) [rodapé: Chron. do Conde D. Pedro de Meneses. I. p.c.81.] onde se falla tambem de outras Dobras Mouriscas com estas palavras: *Dobras Validias era moeda Mourisca, e communalmente esta era a moeda de ouro, que se mais corria com estes Reinos, e isto era quasi em todo los tempos dos Reis passados. Sempre os Mouros dalem mar trataraõ nestes Reynos de mercadoria comprando pela maior parte todos annos a fruta do Algarve, o que não pagavão, senão em ouro; e a maior parte daquellas Dobras são feitas em Tunes, e erão 23 quilates, e trço de pezo. E outras Dobras trazião aquelles Infieis, a saber Dobras de Prazida; e de Sagilmensa, e de Marrocos, de que este Reyno foi assaz fornido, especialmente os tesouros dos Reys, como no começo dos feitos deste Rey fica contado, &c. (Noticias de Portugal, 1655, 1740)*

[1] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Valentes. Diogo Gonçalves, foi filho de Gonçalo Oveques, o q[ue] fundou o Mosteiro de Cete. Casou com D. Urraca Mendes, irmã de D. Fernão Mendes de Bragança, cunhado d'el Rei D. Aff[ons]o Henriques. Deste matrimonio procedem os Fidalgos do appellido de Valentes, como se colhe do Conde D. Pedro no tit. 58. De Diogo Gonçalves, ficou o morgado da Povia, o qual está incluído na illustre casa de Villa Nova da familia dos Castellos Brancos. As Armas dos Valentes, he hum leão de ouro, faxado de tres faxas de azul, em campo vermelho; e p[o]r timbre o m[es]mo Leão das Armas. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.c.4. [1]

Diogo Gonçalves, foi filho de Gonçalo Oveques, o que fundou o Mosteiro de Cete. Casou com Dona Urraca Mendes, irmã de Dom Fernão Mendes de Bragança, cunhado del Rey Dom Afonso Henriques. [...]

São também descendentes de Diogo Gonçalves os fidalgos do appellido de Valentes (como se colhe no livro do mesmo Conde titulo sincoenta e oito) de quem ficou o morgado da Povia, o qual está incluído na illustre casa de Villa nova da familia dos Castellos Brancos. As Armas dos Valentes he hum Leão de ouro, faxado de tres faxas de azul em câpo vermelho; e por timbre o mesmo Leão das armas. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Valles. Pero Fernandes do Valle he hum dos Fidalgos Portuguezes nomeados pelo Conde D. Pedro, q[ue] se achavão no cerco de Sevilha em 1248. Delle trata o Conde no tit. 64, e mostra descender de D. Sesnando, o q[ue] fundou o Mosteiro de Oliveira, e nomeia alg[un]s seus descend[en]tes do appellido de Valle. Tem os Valles p[o]r Armas em campo vermelho tres espadas com os cabos de ouro e punhos de prata, e as pontas p[ar]a baixo, e p[o]r timbre as m[es]mas espadas das armas em roquete fincadas sobre o elmo, e atadas com hum torçal vermelho. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.15. c.3. [1]

Conta o Conde D. Pedro no tit. 64 em q[ue] falla na familia dos Valles, q[ue] Martim do Valle, chamado do Espada, servindo a certo Conde, outro Conde seu inimigo o matou; e Martim do Valle tomando a espada do Conde seu amo, lidou com o matador, e o matou, donde dizem seus descend[en]tes, q[ue] trazem p[o]r armas as tres Espadas, q[ue] são a sua, a do Conde seu amo, e q[ue] tomou ao Conde, a q[ue]m elle venceo; e p[o]r isso foi chamado de Espada. Sever. de Far. Not. disc. 3. § 16. [2]

Desta antiga e nobre familia, de q[ue] trata o Conde D. pedro, no tit. 72 de seu Nobiliario, he solar a Freg[uesi]a do Valle, em terra de Valdevez, junto a monção. Jorg. Cardos. Agiol. Lusit. tom. 3. p.290.col. 1. Letr. C. [3]

Dos fidalgos Portuguezes no meados pelo Conde Dom Pedro que se acharaõ no cerco de Sivilha [...][título do capítulo 11]

Pero Fernandes do Valle: deste fidalgo trata o Conde no tit. 64. e mostra descender de Dom Sesnando o que fundou o Mosteiro de Oliveira, e nomeia alguns seus descendentes do appellido de Valle. Tem os Valles por Armas em campo vermelho tres espadas com os cabos de ouro e punhos de prata, e as pontas para baixo, e por timbre as mesmas espadas das armas em roquete fincadas sobre o elmo, e atadas com hum torçal vermelho. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Conta o Conde D. Pedro no tit. 64 em que falla na Familia dos Valles, que Martim do Valle, chamado do Espada, servindo a certo Conde, outro Conde seu inimigo o matou; e Martim do Valle tomando a espada do Conde seu amo, lidou com o matador, e o matou, donde dizem seus descendentes, que trazem por armas as tres Espadas, que são a sua, a do Conde seu amo, e que tomou ao Conde, a quem elle venceo; e por isso foy chamado de Espada. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[...] (desta do Cõde D. Pedro tratar desta antiga, e nobre Familia, no tit. 72. de seu Nobiliario, cujo solar he a Freguesia do Valle, em terra de Valdevez, j~uto a monção) [...]. (*Agiologio Lusitano, 1652-1666*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da

Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbítero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apostolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[3] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante. Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Varelas. No anno de 1202 se povoarão alg[um]as terras, como consta dos foraes q[ue] se lhe passarão. He a prim[eir]a Guiães em terra de Villa Real. Assina neste Foral entre outros o vigario João Varela. Dos Varelas faz titulo particular o Conde D. Pedro, q[ue] he o ultimo do seu livro, onde mostra como florecião em Portugal e Galliza. São suas armas em campo de prata cinco Bastõesa de verde em banda, e os bastões não chegão ao cabo do Escudo, e p[o]r timbre meio leão de prata rompante, e na mão direita hum bastão. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.12. c.31. [1]

No anno de 1202 se povoarão algumas terras, como consta dos foraes que se lhe passarão. He a primeira Guiães em terra de Villa Real. Assina neste Foral entre outros o vigario João Varela. Dos Varelas faz titulo particular o Conde D. Pedro, q[ue] he o ultimo do seu livro, onde mostra como florecião em Portugal e Galliza. São suas armas em campo de prata cinco Bastõesa de verde em banda, e os bastões não chegão ao cabo do Escudo, e por timbre meio leão de prata rompante, e na mão direita hum bastão. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

[1]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

Dsc00770

Vasconcellos. Mem Moniz o illustre Capitão, q[ue] morreo á entrada da porta de Lisboa, era (seg[un]do refere o Conde D. Pedro tit.53) neto do Conde D. Osorio de Cabreira q[ue] passou a Portugal, segundo parece, em tempop do Conde D. Henrique, ou poucos annos antes: casou com D. Teresa Affonso, de q[ue]m houve dous filhos. Do 1º chamado Pero Martins da Torre, procedem os vasconcellos, e do 2º os Alvelos. Em os Vasconcellos se vê mui continuada a nobreza deste tronco, do qual houve a casa titular dos Condes de Penella, e ha hoje a dos Marquezes de Castello Melhor, os Senhores de Figueiró e Pedrogão, os Alcaides mores de Pombal, os Morgados do Esporão, e outros ramos. Os Vasconcellos tem p[o]r Armas em campo preto tres faixas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho, e p[o]r timbre hum leão preto faixado de tres faixas de armas. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.29. [1]

Os vasconcellos descendem dos de Ribeira, os quaes tomarão p[o]r armas as ondas, allundindo à Ribeira. E como os Vasconcellos succederão no senhorio g[ran]des Ribeiros, e seu illustre sangue, trouxerão tambem as suas armas. Sever. de Far. Not. disc. 3. § 15. [2]

Vid. Pr. Man. dos Santos. Mon. p.8. L.23. c.33. p.686. C.2. e p.695. c.1. [3]

Manoel de Faria e Sousa, explicando o seg[ui]nte lugar da Lusiada cant. 4. est.24.

Outro tambem illustre cavalleiro,
Que a ala direita tem dos Lusitanos,
Apto p[ar]a mandallos e regellos,
diz Valiente Cavallero, qual es los huvo en la numerosa familia, antigua, ilustre de Vasconcellos, el qual se fió de justiça el mejor traço nel campo en esta occasion, e el Poeta, que suele no negar a nadie lo prece suyo, la confiessa en el penultimo verso abundantemente”. Comment. a la Lusiad. tom.2. co.277 [c?]. [4]

Dsc00771

E sobre a estancia 32 do mesmo canto, col. 294 Os torna a dizer o referido Faria e Sousa [5]: “Aqui (na batalha de Aljubarrota), no solamente fueran contra Nuño Alvarez sus

Mem Moniz o illustre Capitão, que morreo á entrada da porta de Lisboa, era (segundo refere o Conde D. Pedro tit.53) neto do Conde D. Osorio de Cabreira que passou a Portugal, segundo parece, em tempop do Conde D. Henrique, ou poucos annos antes: casou com D. Teresa Affonso, de quem houve dous filhos. Do 1º chamado Pero Martins da Torre, procedem os vasconcellos, e do 2º os Alvelos. Em os Vasconcellos se vê mui continuada a nobreza deste tronco, do qual houve a casa titular dos Condes de Penella, e ha hoje a dos Marquezes de Castello Melhor, os Senhores de Figueiró e Pedrogão, os Alcaides mores de Pombal, os Morgados do Esporão, e outros ramos. Os Vasconcellos tem por Armas em campo preto tres faixas veiradas e contraveiradas de prata e vermelho, e por timbre hum leão preto faixado de tres faixas de armas. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Os vasconcellos descendem dos de Ribeira, os quaes tomarão por armas as ondas, allundindo à Ribeira. E como os Vasconcellos succederão no senhorio grandes Ribeiros, e seu illustre sangue, trouxerão tambem as suas armas. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

Outro tambem illustre cavalleiro,
Que a ala direita tem dos Lusitanos,
Apto para mandallos e regellos,
diz Valiente Cavallero, qual es los huvo en la numerosa familia, antigua, ilustre de Vasconcellos, el qual se fió de justiça el mejor traço nel campo en esta occasion, e el Poeta, que suele no negar a nadie lo prece suyo, la confiessa en el penultimo verso abundantemente.

Aqui (na batalha de Aljubarrota), no solamente fueran contra Nuño Alvarez sus hermanos, sino

hermanos, sino otros hermanos contra los suyos: i creo yo, que singularmente alude el Poeta a los Vasconcellos porque peleava Joane Mendez contra sus hermanos, Mem Rodrigues, i Rodriguez Mendez: por quanto estos Cavalleros eran de los de la primera magnitud en la quel siglo.”

O Senhor João Salgado de Araujo, Abbade de Pera, escreveo hu livro da Familia dos Vasconcellos, impresso em Madrid p[or] João Sanches, anno de 1638 [4?]. [6]– Jeronymo Corte Real, no Poema do segundo de Diu, cant. 21 [7], fallando de Diogo Mendes q[ue] se chou com Aff[ons]o de Albuquerque na tomada de Goa diz q[ue] este Fidalgo dos antigos

E nobres vasconcellos descendia

Tambem da sobred[it]a familia trata individualm[en]te Miguel Leitão de Andrada Miscel. Dial. 18. p.519 e 523. [8]

otros hermanos contra los suyos: i creo yo, que singularmente alude el Poeta a los Vasconcellos porque peleava Joane Mendez contra sus hermanos, Mem Rodrigues, i Rodriguez Mendez: por quanto estos Cavalleros eran de los de la primera magnitud en la quel siglo.

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[3]SANTOS, Frei Manoel dos. Oitava Parte da Monarquia Lusitana: contém a história e sucessos memoráveis do reino de Portugal no tempo de el rei D. Fernando, a eleição de el rei D. João I, com muitas noticias da Europa / por Frei Manuel dos Santos. Monarchia Lusitana. Parte VIII. Contém a Historia, e sucessos memoraveis do Reino de

Portugal no tempo delRey D. Fernando: a eleição delRey D. João I. com outras muitas noticias da Europa. Comprehende do- anno de Christo Senhor Nosso 1367, até o de 1385: na era do Cesar 1405 até o anno de 1423. Lisboa na Officina da Musica. 1729.

[4]CAMÕES, Luis de; FARIA E SOUSA, Manuel. Lusiadas de Lvis de Camoens, Principe de los Poetas de España. Al Rey N. Señor. Felipe Qvarto El Grande. Comentadas por Manvel de Faria i Soufa. Cavallero de la Orden de Chrifto, i de la Cfa Real [...]. Primero i Segundo Tomo. Año 1639 Con Priuilegio, En Madrid, Por Ivan Sanchez A cofta de Pedro Coello, Mercador de libros.

[5]Idem.

[6]ARAUJO, João Salgado de. Sumario de la Familia Ilustrissima de Vasconcelos, historiada, y con Elogios. Dirigido a la Ilustrissima Señora doña Ana de Vasconcelos y Meneses, Condesa de Figueyrò, y Señora de las Villas de Pedregon, y Villanueva de Franscoa, Mayorazgo de Esporon, y otras. Por el Doctor Ivan Salgado de Araujo Protonotario Apostolico, Abad de las Iglesias de Pera, Comissario del Santo Oficio. Con Licencia del Consejo, en Madrid, Por Iuan Sanchez. Año M. DC. XXXVIII [1638].

[7]CORTE-REAL, Jerónimo. FARINHA, Bento Jose de Sousa. Successo do Segundo Cerco de Diu. Estando Dom Joham Mazcarenhas por Capitam da Fortaleza. Anno de 1546. Fielmente copiado da Ediçam de 1574. Por Bento Jose de Sousa Farinha, Professor Regio de Filozofia, e Socio da Academia das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Na Offic. De Simam Thaddeo Ferreira. Anno M. DCC. LXXXIII [1784]. Com Licença da Real Meza Censoria.

[8]ANDRADE, Miguel Leitão de (1553-1630). Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande : apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convto. e da See de Lxa... com mtas. curiosidades e poezias diversas / por Mighel Leitão d^aAndra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629.

Vassallo. Este nome vassallo seg[un]do alg[un]s, se derivou da palavra, vasso, q[ue] significa inferior; e sendo assim q[ue] p[o]r esta causa competia a toda a sorte de gente sujeita a alg[um] Principe, contudo em particular apropriação se começou a accomodar só aquelles q[ue] recebião dos Reis alg[un]s favores, como senhorio de terras, tenças, dignid[ad]es, como declarou el Rei D. Aff[ons]o o sabio nas Partidas, dizendo: Vassallos son aquelles, que reciben honra, e buena hecho de los señores, assi como cavallarido, o tierras, o dineros, p[o]r servivio señalado. E p[o]r esta causa naquelle tempo não tinham este titulo senão a gente principalissima, quaes erão os Condes, e Ricos Homens, e Capitães famosos, q[ue] mais se assinalavão no serviço dos Reis, e com q[ue] elles repartião mais largamente do seu , seg[un]do consta de doações e Historias. De sorte q[ue] aos Condes, q[ue] antigam[en]te era o maior titulo, q[ue] havia, competia o titulo de vassallo, e se lhes dava p[o]r honra e preeminencia gr[an]de. E q[ue] se não dava senão a gente de g[ran]de qualid[ad]e declára a Chronica del Rei D. Pedro, q[uan]do diz delle: Foi gr[an]de creador de Fidalgos de linhagem, p[o]r q[ue] naquelle tempo senão costumava ser vassallo senão filho, neto ou bisneto de Fidalgo de linhagem. Não só aos homens mas tambem às mulheres illustres se dava o titulo de vassallos, como se pode ver em doação, q[ue] a Rainha D. Tereja faz ao Mosteiro de Pedroso do lugar de S. Cruz, onde nomeia Ausinda Gonçalves sua vassalla. A data he na era 1117 (Cartorio de Pedroso).

Pelo tempo adiante se extendeo o nome de vassallo, e coube a gente de menos qualid[ad]e, quaes erão os soldados particulares, q[ue] estavam alistados p[ar]a seguir a guerra. Porem não foi isto só do tempo del Rei D. Aff[ons]o V adiante, como alg[un]s querem, mas m[ui]to antes, como se vê do capitulo 9 da I p[ar]te da Chronica del Rei D. João o I. Erão estes soldados (q[ue] chamavão acontiad[os], p[o]r estarem alistados em certo numero) assim de pé como de cavallo, e p[o]r vezes se alistavão neste Reino, p[ar]a constar aos Reis das forças, q[ue] tinham e terem milicia prestes

[...]Este nome vassallo segundo alguns, se derivou da palavra, vasso, que significa inferior; e sendo assim que por esta causa competia a toda a sorte de gente sujeita a algum Principe, contudo em particular apropriação se começou a accomodar só aquelles que recebião dos Reis alguns favores, como senhorio de terras, tenças, dignidades, como declarou el Rei D. Affonso o sabio nas Partidas, dizendo: *Vassallos son aquelles, que reciben honra, e buena hecho de los señores, assi como cavallarido, o tierras, o dineros, por servivio señalado.* E por esta causa naquelle tempo não tinham este titulo senão a gente principalissima, quaes erão os Condes, e Ricos Homens, e Capitães famosos, que mais se assinalavão no serviço dos Reis, e com que elles repartião mais largamente do seu , segundo consta de doações e Historias. De sorte que aos Condes, que antigamente era o maior titulo, que havia, competia o titulo de vassallo, e se lhes dava por honra e preeminencia grande. E que se não dava senão a gente de grande qualidade declára a Chronica del Rei D. Pedro, quando diz delle: *Foi grande creador de Fidalgos de linhagem, por que naquelle tempo senão costumava ser vassallo senão filho, neto ou bisneto de Fidalgo de linhagem.* Não só aos homens mas tambem às mulheres illustres se dava o titulo de vassallos, como se pode ver em doação, que a Rainha D. Tereja faz ao Mosteiro de Pedroso do lugar de S. Cruz, onde nomeia Ausinda Gonçalves sua vassalla. A data he na era 1117 (Cartorio de Pedroso).

Pelo tempo adiante se extendeo o nome de vassallo, e coube a gente de menos qualidade, quaes erão os soldados particulares, que estavam alistados para seguir a guerra. Porem não foi isto só do tempo del Rei D. Affonso V adiante, como alguns querem, mas muito antes, como se vê do capitulo 9 da I parte da Chronica del Rei D. João o I. Erão estes soldados (que chamavão acontiad[os], por estarem alistados em certo numero) assim de pé como de cavallo, e por vezes se alistavão neste Reino, para constar aos Reis das forças, que tinham e terem milicia prestes

para as ocasiões, que se offerecessem. O nome de Vassallo se lhes applicou pela mesma causa, q[ue] aos grandes senhores, e pelos soldos e mercês, q[ue] recebião dos Reis, e pelos serviços, q[ue] lhe fazião. Em o tempo presente parece q[ue] o nome de Vassallos naquella particular significação está extinto, e de especial se fez geral, e comprehende todos os subditos do Reino. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.1. c.3. [1]

Até o tempo del Rei D. João o I (Chron. del Rei D. J. o I p.2. c.71 e 154) costumavão os Reis dar terras e quantias aos Fidalgos com obrigação de sustentar cada hum o num[er]o de himens de armas de lanças de riste a cavallo, conforme seu cabedal, e estes taes homens de armas se chamavão, vassallos del Rei, e daquelles Ricos Homens, e Senhores, q[ue] os sustentavão, titulo q[ue] se não dava nem aos peões, nem aos buteiros de vass[al]o, de q[ue] consultava a milicia daquelle tempo. Entrando a reinar el Rei D. João o I com a revolta das guerras q[ue] teve, não houve lugar p[ar]a conservar e dispor os estilos antigos acerca dos vassallos, e assim servião m[ui]tos como Lança de riste, q[ue] o não erão. No anno de 1386 vindo este Rei do cerco de Chaves, e fazendo alarde na Vilhariça, se achou com 4500 lanças, declarou logo o Chronista Fernão Lopes, q[ue] não erão todos vassallos del Rei, dizendo: Estas Lanças que alli se acharão nom ainda que creou vassallos del Rei como agora som, cá inda neste tempo nem ordenarom com quantias, nem os tomavon da guisa q[ue] outros Reis fazião. O costume de assentar as quantias aos Fidalgos, era até o tempo d'el Rei D. Pedro, logo q[ue] a cada Fidalgo nascia filho varão, e assim quantos filhos lhe nascião, ainda no berço, se lhes levava a carta da quantia. El Rei D. Fernando limitou isto só aos primogenitos, e p[o]r morte delles aos outros q[ue] lhe succedião. El Rei D. João se conformou com o estilo del Rei D. Fernando, estreitando mais a quantia do filho, q[ue] se não desse logo ao nascendo, senão depois de ter id[ad]e p[ar]a servir, e ultimam[en]te assentou q[ue] nenhum senhor, nem Fidalgo tivesse no

para as ocasiões, que se offerecessem. O nome de Vassallo se lhes applicou pela mesma causa, que aos grandes senhores, e pelos soldos e mercês, que recebião dos Reis, e pelos serviços, que lhe fazião. Em o tempo presente parece que o nome de Vassallos naquella particular significação está extinto, e de especial se fez geral, e comprehende todos os subditos do Reino. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Até o tempo del Rei D. João o I (nota lateral - Chron. del Rei D. J. o I p.2. c.71 e 154) costumavão os Reis dar terras e quantias aos Fidalgos com obrigação de sustentar cada hum o numero de himens de armas de lanças de riste a cavallo, conforme seu cabedal, e estes taes homens de armas se chamavão, vassallos del Rei, e daquelles Ricos Homens, e Senhores, que os sustentavão, titulo que se não dava nem aos peões, nem aos buteiros de vassalo, de que consultava a milicia daquelle tempo. Entrando a reinar el Rei D. João o I com a revolta das guerras que teve, não houve lugar p[ar]a conservar e dispor os estilos antigos acerca dos vassallos, e assim servião muitos como Lança de riste, que o não erão. No anno de 1386 vindo este Rei do cerco de Chaves, e fazendo alarde na Vilhariça, se achou com 4500 lanças, declarou logo o Chronista Fernão Lopes, que não erão todos vassallos del Rei, dizendo: *Estas Lanças que alli se acharão nom ainda que creou vassallos del Rei como agora som, cá inda neste tempo nem ordenarom com quantias, nem os tomavon da guisa que outros Reis fazião.* O costume de assentar as quantias aos Fidalgos, era até o tempo del Rei D. Pedro, logo que a cada Fidalgo nascia filho varão, e assim quantos filhos lhe nascião, ainda no berço, se lhes levava a carta da quantia. El Rei D. Fernando limitou isto só aos primogenitos, e p[o]r morte delles aos outros que lhe succedião. El Rei D. João se conformou com o estilo del Rei D. Fernando, estreitando mais a quantia do filho, que se não desse logo ao nascendo, senão depois de ter idade para servir, e ultimamente assentou que nenhum senhor, nem Fidalgo tivesse no

Reino vassallos senão elle, e a este respeito largou livres as terras de Portugal, e assentou de sua fazenda quantias aos vassallos. Fr. F. Brand. Mon. p.6. L.18. c.33. [2]

O m[es]mo Chronista mór F. Fran[cis]co Brandão fallando do Reinado del Rei D. Aff[ons]o III diz o seguinte: Ainda estando no costume dos vassallos daquelle tempo, muitos Cav[aleir]os se fazião vassallos de Principes e Ricos Homens diff[eren]tes, e levavão delles assentam[en]tos e gages, sem necessitar p[ar]a o fazer licença de nenhum delles, só se obrigavão a não serem contra aquelles de q[ue] se fazião vassalloos. Mon. Lus. p.5 L.16. c.14. [3]

Este nome Vassallo, conforme diz Scipião Amirato (principio da Nobreza de Napoles) se derivou de vasso q[ue] significa inferior; e mostra como varias authoridades, q[ue] os vassallos se dizião antigam[en]te vassos p[or] estarem sugeitos a alg[un]s Senhores. Daqui podemos entender q[ue] se introduzio esta palavra em Hesp[anh]a com o Imp[eri]o Gotico, pois a Italia e França trouxeram as Nações do Norte. Debaixo deste nome se comprehenderão antigam[en]te neste Reino m[ui]to diff[eren]tes gen[er]os de pessoas; o q[ue] não advertindo alg[un]s Autores, se uzarão grandem[en]te, cuidando q[ue] só os G[ran]des e Senhores de terras tinham tal Titulo, como affirma Fr. Hieronymo Roman p.2. de Hesp. L.4. cap.16, e em p[ar]te o Doutor Gorge Cabedo 2 p[ar]te decis. 6. dizendo q[ue] o nome de vassallo até o tempo del Rei D. Aff[ons]o V era só de g[ran]des Senhores; mas q[ue] de então p[ar]a cá se deo a homens de g[ran]de qualid[ad]e, chamados vassallos acontiados; sendo assim q[ue] de todos estes gen[er]os de vassallos se faz menção nas chronicas antigas m[ui]tos annos antes d'el Rei D. Affonso V. Para o q[ue] he de saber, q[ue] debaixo deste nome se comprehendião tres generos de gentes, os prim[ei]ros erão Senhores de terras, e Alcaides mores; os 2^{os} Fidalgos, e os ultimos gente rica popular. De todos elles faz menção el Rei D. Aff[ons]o sabio nas Partidas (Part. 4. tit. 25. L.1.) com estas palavras: Vassallos son aquellos, que reciben hinra, e bueno hecho de los señores; e assi como cavalleria, o tierras, o dineros, p[or] servicio señalado que le ayan de fazer. Do

Reino vassallos senão elle, e a este respeito largou livres as terras de Portugal, e assentou de sua fazenda quantias aos vassallos. (*Monarquia Lusitana, 1672*)

Ainda estando no costume dos vassallos daquelle tempo, muitos Cavaleiros se fazião vassallos de Principes e Ricos Homens differentes, e levavão delles assentamentos e gages, sem necessitar para o fazer licença de nenhum delles, só se obrigavão a não serem contra aquelles de que se fazião vassalloos. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Este nome Vassallo, conforme diz Scipião Amirato (principio da Nobreza de Napoles) se derivou de vasso que significa inferior; e mostra como varias authoridades, que os vassallos se dizião antigamente vassos por estarem sugeitos a alguns Senhores. Daqui podemos entender que se introduzio esta palavra em Hespanha com o Imperio Gotico, pois a Italia e França trouxeram as Nações do Norte. Debaixo deste nome se comprehenderão antigamente neste Reino muito diferentes generos de pessoas; o q[ue] não advertindo alguns Autores, se uzarão grandemente, cuidando que só os Grandes e Senhores de terras tinham tal Titulo, como affirma Fr. Hieronymo Roman p.2. de Hesp. L.4. cap.16, e em parte o Doutor Gorge Cabedo 2 parte decis. 6. dizendo que o nome de vassallo até o tempo delRei D. Affonso V era só de grandes Senhores; mas que de então p[ar]a cá se deo a homens de grande qualidade, chamados vassallos acontiados; sendo assim que de todos estes generos de vassallos se faz menção nas chronicas antigas muitos annos antes del Rei D. Affonso V. Para o que he de saber, que debaixo deste nome se comprehendião tres generos de gentes, os primeiros erão Senhores de terras, e Alcaides mores; os segundos Fidalgos, e os ultimos gente rica popular. De todos elles faz menção el Rei D. Affonso sabio nas Partidas (Part. 4. tit. 25. L.1.) com estas palavras: *Vassallos son aquellos, que reciben hinra, e bueno hecho de los señores; e assi como cavalleria, o tierras, o dineros, por servicio señalado que le ayan de fazer.* Do

primeiro gen[er]o de vassallos falla o m[es]mo Rei em outra Partida, especialm[en]te ordenando, q[ue] elles só confirmem as Doações dos Reis; com tudo neste Reino, os G[ran]des e Senhores de terras, e Alcaides mores tinham este titulo como largam[en]te o Padre Fr. Hieronymo Roman; onde vemos, q[ue] a D. Aff[ons]o de Menezes Conde de Barcellos, ao Condestable D. Nuno Alvares Pereira, a Vasques Annes de Castello Branco, a João Cesar, e outros semelhantes derão os Reis este nome. Pelo q[ue] parece claro, q[ue] todos os Senhores q[ue] hoje chamamos de terras, se dizião então Vassallos d'el Rei absolutam[en]te.

O 2º genero de Vassallos se chamavão Acontiados; p[or] q[ue] estavam prestes p[ar]a servir a el Rei com certas lanças na guerra p[or] certa quantia de dinheiro, q[ue] dos Reis havião e p[or] isso se chamavão Acontiados. Delles, e do modo, com q[ue] erão acceitados p[or] vassallos, se faz menção nas Chronicas do Reino, e particularm[en]te no 1º cap. da Chronica del Rei D. Pedro fallando das condições do m[es]mo Rei, diz cap.10: Elle foi grão creador de Fidalgos de Linhagem, p[or] q[ue] naquelle tempo não se costumava ser vassallo, senão filho e neto e bisneto de Fidalgo de Linhagem; e p[or] usança havião os taes a contia, q[ue] agora chamão maravidio, dar se no berço logo q[ue] o Fidalgo nascia, e aoutro nenhum não. Este Rei accrescentou m[ui]to nas contias dos Fidalgos depois da morte del Rei seu Padre, q[ue] não embargante, q[ue] el Rei seu padre D. Aff[ons]o fosse cumprido no dar de m[ui]tas e boas bond[ad]es, tachavão-no porem de ser escuso m[ui]to em grandeza etc. Pelo d[it]o se mostra a qualid[ad]e destes Vassallos, os quaes ainda q[ue] erão Fidalgos differião dos outros Senhores de terras, q[ue] temos. Este costume mostra depois o chronista (Chron. del Rei D. João I p.2. c.13) q[ue] conservou el Rei D. João, mandando dar à Lança do Fidalgo 1[000?] lbras, e à do q[ue] o acompanhava 700 lbras, e q[ue] os filhos não vencessem contia, senão depois de terem id[ad]e p[ar]a poderem servir; e então lhos assentavão nos livros, a respeito do que o pai havia, porem sempre mais pequena, p[ar]a dar

primeiro genero de vassallos falla o mesmo Rei em outra Partida, especialmente ordenando, que elles só confirmem as Doações dos Reis; com tudo neste Reino, os Grandes e Senhores de terras, e Alcaides mores tinham este titulo como largamente o Padre Fr. Hieronymo Roman; onde vemos, que a D. Affonso de Menezes Conde de Barcellos, ao Condestable D. Nuno Alvares Pereira, a Vasques Annes de Castello Branco, a João Cesar, e outros semelhantes derão os Reis este nome. Pelo que parece claro, que todos os Senhores que hoje chamamos de terras, se dizião então Vassallos del Rei absolutamente.

O segundo genero de Vassallos se chamavão Acontiados; por que estavam prestes para servir a elRei com certas lanças na guerra por certa quantia de dinheiro, que dos Reis havião e por isso se chamavão Acontiados. Delles, e do modo, com que erão acceitados por vassallos, se faz menção nas Chronicas do Reino, e particularmente no 1º cap. da Chronica del Rei D. Pedro fallando das condições do mesmo Rei, diz cap.10: *Elle foi grão creador de Fidalgos de Linhagem, por que naquelle tempo não se costumava ser vassallo, senão filho e neto e bisneto de Fidalgo de Linhagem; e por usança havião os taes a contia, que agora chamão maravidio, dar se no berço logo q[ue] o Fidalgo nascia, e aoutro nenhum não. Este Rei accrescentou muito nas contias dos Fidalgos depois da morte del Rei seu Padre, que não embargante, que el Rei seu padre D. Affonso fosse cumprido no dar de muitas e boas bondades, tachavão-no porem de ser escuso muito em grandeza etc.* Pelo dito se mostra a qualidade destes Vassallos, os quaes ainda que erão Fidalgos differião dos outros Senhores de terras, que temos. Este costume mostra depois o chronista (nota lateral - Chron. del Rei D. João I p.2. c.13) que conservou el Rei D. João, mandando dar à Lança do Fidalgo 1000 lbras, e à do que o acompanhava 700 lbras, e que os filhos não vencessem contia, senão depois de terem idade para poderem servir; e então lhos assentavão nos livros, a respeito do que o pai havia, porem sempre mais pequena, para dar lugar aos accrescentamentos ordinarios. O

lugar aos accrescentam[en]tos ordinarios.O 3º gen[er]o de Vassallo erão tirados de cada povo conforme à contia das fazendas (Chron. del Rei D. Fernando)

terceiro genero de Vassallo erão tirados de cada povo conforme à contia das fazendas (Chron. del Rei D. Fernando)

Dsc00776

p[o]r razão das quaes erão obrigados a ter cavallos e armas; e tiverão origem das Listas, q[ue] os Reis mandavão fazer de toda gente do Reino, conforme se costumou em todos os g[ran]des Estados, e o usarão os Romanos, elegendo p[ar]a isso os seus Censores. Nestas listas se assentavão os nomes dos moradores de cada povo, e a fazendas, e renda de cada hum, e a respeito dellas se mandava p[o]r lei, q[ue] os q[ue] tivessem tanta contia de fazenda, fossem obrigados a ter cavallo, e certas armas. O tempo, em q[ue] este genero de vassallos teve origem, não consta das Historias, porem já na Chronica del Rei D. Fernando se faz menção delles. Pelo q[ue] se enganou o Dou-tor Jorge de Cabedo (ubi supra) cuidando q[ue] no tempo del Rei D. Aff[on]so V começara. Fizerão se estas listas no Reino p[o]r muitas vezes, e particularmente em tempo del Rei D. Fernando, D. João I, D. Aff[on]so V D. Manuel, e de então cá ficarão p[o]r lei expressa. O Doutor Antonio Francisco (Comp. da Nobr. verb. Vassallo) diz q[ue] estes Vassallos tem o 1º grão de Nobreza; fazendo a Ordenação sempre esta distinção: Se foi Vassallo, e dahi p[ar]a cima, ou se for pião [etc]. Com tudo o nome de Vassallo, parede q[ue] nesta particular significação está extincto, de especial se faz geral, e comprehende hoje todos os subditos do Reino, assim grandes como pequenos. Sever. de Far. Notic. disc. 3. §.21. [4]

Fr. Luiz de Sousa fallando do reinado del Rei D. Duarte diz: O titulo de Vassallo del Rei então se dava só a homens de boa qualid[ad]e. Hist. de S. Doming. p.2. L.4. c.1. [5]

Miguel Leitão d'Andrada tambem explica o q[ue] era vassallo, na sua Miscellanea, Dial. 18. p.514. [6]

por razão das quaes erão obrigados a ter cavallos e armas; e tiverão origem das Listas, que os Reis mandavão fazer de toda gente do Reino, conforme se costumou em todos os grandes Estados, e o usarão os Romanos, elegendo para isso os seus Censores. Nestas listas se assentavão os nomes dos moradores de cada povo, e a fazendas, e renda de cada hum, e a respeito dellas se mandava por lei, que os que tivessem tanta contia de fazenda, fossem obrigados a ter cavallo, e certas armas. O tempo, em que este genero de vassallos teve origem, não consta das Historias, porem já na Chronica del Rei D. Fernando se faz menção delles. Pelo que se enganou o Doutor Jorge de Cabedo (ubi supra) cuidando que no tempo del Rei D. Affonso V começara. Fizerão se estas listas no Reino por muitas vezes, e particularmente em tempo del Rei D. Fernando, D. João I, D. Affonso V D. Manuel, e de então cá ficarão por lei expressa. O Doutor Antonio Franciscodiz que estes Vassallos tem o primeiro grão de Nobreza; fazendo a Ordenação sempre esta distinção: *Se foi Vassallo, e dahi para cima, ou se for pião [etc].* Com tudo o nome de Vassallo, parede que nesta particular significação está extincto, de especial se faz geral, e comprehende hoje todos os subditos do Reino, assim grandes como pequenos.

O titulo de Vassallo del Rei então se dava só a homens de boa qualidade. (*Historia de S. Domingos, 1767*)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonfo Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Caftella noffo fenhor. Por

Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mòr de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2]BRANDÃO, Fr. Francisco. Sexta Parte da Monarchia Lvsitana, Qve Contem a Historia dos Vltimos vinte & três annos delRey D. Dinis. Offerecida Ao Sereniffimo Principe D. Pedro N. S. Regente, & Gouernador deftes Reynos, &c. Escrita pelo Doutor Fr. Francisco Brandam, Monge de Alcobaça, Efmoler de S. A. Chronista mor de Portugal, Qualificador do S Officio, & Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens, Geral que foi da Religião de S. Bernardo. Lisboa. Na Officina de Ioam da Costa. Anno MD.C.LXXII. [1672] Com todas as licenças neceffarias.

[3]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[4]SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correraõ nefta Provincia do tempo dos Romanos atè o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

[5]CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Conquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fueffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

[6]ANDRADE, Miguel Leitão de (1553-1630). Miscellanea do sitio de N. S^a. da Luz do Pedrogão Grande : apparecimto. De sua sta. imagem, fundação do seu Convyto. e da See de Lxa... com mtas. curiozidades e poezias diversas / por Mighel Leitão d^aAndra... - Em Lxa. : por Matheus Pinheiro, 1629.

VCHÃO

Dsc00777

Vchão. Vej. Eychão.

VEADOR OU VEDOR MÓR DAS OBRAS

Dsc00779

Veador, ou Vedor Mór das Obras. No Reinado del Rei D. Dinis o Off[ici]o de Paceiro mór correndo os annos se mandou este titulo no Veador das obras, com o qual he nomeado Aff[ons]o Gonçalves no reinado del Rei D. João o I.

Continuou este off[ici]o nos reinados seguintes em q[ue] se lhe aggregarão varias preeminencias, q[ue] depois se lhe tornarão a desannexar, e as não logra hoje o Provedor das obras. O seu Regim[en]to he del Rei S. Filipe o I de 12 de Nov[embr]o de 1585 em q[ue] assina D. Miguel de Moura como Escrivão da Purid[ad]e. Deste tempo em diante he q[ue] se mudou o titulo de Veador no de Provedor das Obras. D. L. Caet. de Lima Geogr. Hist. tom.1. p.498. [1]

No Reinado del Rei D. Dinis o Officio de Paceiro mór correndo os annos se mandou este titulo no Veador das obras, com o qual he nomeado Afonso Gonçalves no reinado del Rei D. João o I.

Continuou este officio nos reinados seguintes em que se lhe aggregarão varias preeminencias, que depois se lhe tornarão a desannexar, e as não logra hoje o Provedor das obras. O seu Regimento he del Rei S. Filipe o I de 12 de Novembro de 1585 em que assina D. Miguel de Moura como Escrivão da Puridade. Deste tempo em diante he que se mudou o titulo de Veador no de Provedor das Obras. (*Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, 1734*)

[1]LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757. Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, [...] Dedicada à Sacra, Real, e Augusta Magestade delRey D. João o V. Nosso Senhor. Composta por D. Luiz Caetano de Lima [...] Tomo Primeiro, Em que se trata de Portugal. Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreſſor da Academia Real. M. DCC. XXXIV. [1734] Com as licenças neceſſarias.

Veigas. O celebre Arcebispo (de Braga) D. Lourenço de Lourinhã, q[ue] antes de sacerdote, se chamava Lourenço Vicente, foi da gente mais principal daquela Villa, cujo senhorio teve de juro, e herdade, p[o]r mercê del Rei D. João I. Os nomes de seus pais se ignorão, sendo q[ue] tem tumulto levantado com brazões de nobreza na matris della. São seus descend[en]tes, p[o]r fema os Veigas de Tristão Vaz o Velho, de q[ue] ainda hoje ha illustre progenies, como se vê dos Nobiliarios deste Reino.

Trazem estes Veigas p[o]r Armas o escudo esquartelado, ao prim[eir]o de vermelho com huma aguia estendida, armada de prata, ao 2º de prata com tres flores de lis azuis, e da propria sorte os contrarios. Á diff[er]enç[a] dos outros, q[ue] trazem o escudo, assi m[es]mo esquartelado, com as proprias cores, no 1º a Aguia, e no ultimo as tres flores de Liz em triangulo, e no 2º a Cruz de S. Jorge, acompanhada de quatro flores de liz nos vãos, e assim m[es]mos no que lhe corresponde, como consta dos livros de Armaria da Torre do Tombo. Jorg. Cardos. Agiol. Lusit. tom.3. p.539 col.2. letr. L.[1]

[...]o celebre Arcebispo D. Lourenço de Lourinhã, que antes de sacerdote, se chamava Lourenço Vicente, foi da gente mais principal daquela Villa, cujo senhorio teve de juro, e herdade, por mercê del Rei D. João I. Os nomes de seus pais se ignorão, sendo que tem tumulto levantado com brazões de nobreza na matris della. São seus descendentes, por fema os Veigas de Tristão Vaz o Velho, de que ainda hoje ha illustre progenies, como se vê dos Nobiliarios deste Reino.

Trazem estes Veigas por Armas o escudo esquartelado, ao primeiro de vermelho com huma aguia estendida, armada de prata, ao 2º de prata com tres flores de lis azuis, e da propria sorte os contrarios. Á differença dos outros, que trazem o escudo, assi mesmo esquartelado, com as proprias cores, no 1º a Aguia, e no ultimo as tres flores de Liz em triangulo, e no 2º a Cruz de S. Jorge, acompanhada de quatro flores de liz nos vãos, e assim mesmos no que lhe corresponde, como consta dos livros de Armaria da Torre do Tombo. [...] (*Agiologio lusitano, 1652-1666*)

[1] CARDOSO, Jorge, 1606-1669. *Agiologio lusitano dos sanctos, e varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas. Consagrado aos gloriosos S. Vicente, e S. Antonio, insignes patronos desta inclyta cidade Lisboa, e a seu illustre Cabido Sede Vacante.* Composto pelo licenciado George Cardoso, natural da mesma cidade. Tomos I, II, III. Em Lisboa. Com todas as Licenças. Na Officina Craesbeekiana, 1652-1666.

Dsc00781

Veiros, na Armaria he huma dicção derivada de vair, palavra Franceza, hoc est Varium. Formão se lançando em huma facha huma rica columbreada, e dando depois a huma p[ar]te e a outra as cores q[ue] declara o braço. [1]

[...]na Armaria he huma dicção derivada de *vair*, palavra Franceza, hoc est *Varium*. Formão se lançando em huma facha huma rica columbreada, e dando depois a huma parte e a outra as cores que declara o braço.

[1]Sem referência, mas essas informações se encontram em SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corraão nefta Provincia do tempo dos Romanos atè o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Velhos. Desta familia como Fidalgos principaes ha m[ui]tas memorias no Conde D. Pedro tit.41 entre os descend[en]tes de D. Goido Araldes, filho de D. Arnaldo de Baiam, cujo bisneto era Nuno Velho Rico Homem, q[ue] se acha nomeado em huma Escritura feita na Era de 1212, anno do Senhor de 1174 (Cart. de S. Cruz de Coimbra). Trazem p[o]r armas os Velhos em campo vermelho cinco Vieiras de ouro em aspa, em paquetadas de prata, e p[o]r timbre hum chapéo pardo com hua Vieira das armas em huma corda. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.44. [1]

Desta familia como Fidalgos principaes ha muitas memorias no Conde D. Pedro tit.41 entre os descendentes de D. Goido Araldes, filho de D. Arnaldo de Baiam, cujo bisneto era Nuno Velho Rico Homem, que se acha nomeado em huma Escritura feita na Era de 1212, anno do Senhor de 1174 (Cart. de S. Cruz de Coimbra). Trazem p[o]r armas os Velhos em campo vermelho cinco Vieiras de ouro em aspa, em paquetadas de prata, e por timbre hum chapéo pardo com hua Vieira das armas em huma corda. (*Monarquia Lusitana*, 1632)

[1]BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

VELLASCOS

Dsc00785

Vellascos. Vej. Castanhedes.

VEREADOR

Dsc00787

Vereador. Vej. Alvasil.

Versos. Por respeito do nosso Rei Dinis se presume , q[ue] introduzirão em Castella escrever os versos em lingua Portugueza; o discreto proceder q[ue] os castelhanos virão neste Principe nas occorrentes em q[ue] tocou aquelle Reino, soccorrendo-o, guerreando-o, e pacificando-o; e generosa liberalid[ad]e com q[ue] soube grangear as vontades de todos, acompanhada da clareza e cortezia, com q[ue] encobria toda a sagacid[ad]e, serão a causa de se lhe sugeitarem a esta imitação. O certo he q[ue] durou o uso das coplas portuguezas em Castella até o tempo de Henrique III seg[un]do escreve Argote de Molina L.2. c. 148. F. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.3. [1]

Por respeito do nosso Rei Dinis se presume , que introduzirão em Castella escrever os versos em lingua Portugueza; o discreto proceder que os castelhanos virão neste Principe nas occorrentes em que tocou aquelle Reino, soccorrendo-o, guerreando-o, e pacificando-o; e generosa liberalidade com que soube grangear as vontades de todos, acompanhada da clareza e cortezia, com que encobria toda a sagacidade, serão a causa de se lhe sugeitarem a esta imitação. O certo he que durou o uso das coplas portuguezas em Castella até o tempo de Henrique III segundo escreve Argote de Molina L.2. c. 148. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes desta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Môr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Dsc00790

Vicente. Moeda de Ouro q[ue] fez lavrar el Rei D. João III co o valor de mil reis. Tinha de huma p[ar]te a imagem de S. Vicente com huma não na mão esquerda, e hum ramo de palma na direita com a letra: Zelator Fideli [usque?] ad mortem: da outra p[ar]te o escudo real com a letra: Joam III Rex Portug. et Algarbe. João Bap. de Castro Map. de Portug. tom.1. l.1. c.12. p. 190 num 46.

[1]

[...]moeda de Ouro que fez lavrar elRey D. João III cõ o valor de mil reis. Tinha de huma parte a imagem de S. Vicente com huma não na mão esquerda, e hum ramo de palma na direita com a letra: *Zelator Fideli usque ad mortem*: da outra parte o escudo real com a letra: *Joam III Rex Portug. et Algarbe. (Mappa de Portugal, 1762)*

[1] CASTRO, João Batista de. Mappa de Portugal Antigo, e Moderno pelo Padre Joaõ Bautista de Castro, Beneficiado na Santa Bafilica Patriarcal de Lisboa. Tomo Primeiro. Parte I. e II. *Nefta segunda edição revifto, e augmentado pelo feu mefmo Author: é contém huma exacta defcripção Geografica do Reino de Portugal com o que toca à fua Hiftoria Secular, e Politica*. Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. M.DCC.LXII. [1762]. *Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real*.

VIDA EREMITICA

Dsc00791

Vida Eremitica. Vej. Eremitica vida.

Dsc00793

Vida Pobre. Este appellido se deu antigam[en]te a todas as Beatas e Emparedadas q[ue] havia pelo Reino, em huns apozentos humildes, donde não sahião mais q[ue] p[ar]a a missa, e commum[en]te erão nomeadas p[or] isso as de vida pobre, ou simplesm[en]te ao nome proprio se lhes ajuntava o epitheto pobre.

[1]Sem referência bibliográfica.

Vieiras. A batalha de Ourique foi dada em dia de S. Thiago, ou na vespera do m[es]mo Santo, como se lê em alg[um]as memorias. As vieiras q[ue] trazem e suas armas os sequeiras, Pimenteis, Camellos e outros Fidalgos, he mui provavel, se alcançarão nesta batalha, p[o]r serem estas as insignias do Apostolo Santiago. Fr. A. Brand. Mon. p.3. L.10. c.7[1]

Conta D. Mauro Ferrer L.2. c.2. e L.3. c.11 na Vida do Apostolo Santiago, q[ue] trazendo os discipulos do Santo seu apostolico corpo em hum Navio, q[uan]do hia p[ar]a Galliza, se estavam fazendo na praia humas g[ran]des festas pela celebração do casam[en]to de hum principal Senhor da terra de Maya, e q[ue] o Cav[al]o em q[ue] andava se metheo pelo mar até chegar ao navio, deixando surpresos a q[uan]tos virão, e m[ui]to mais o Cav[aleir]o p[o]r se achar todo coberto de vieiras a [?] e ao car[reir]o[?]; e dizendo aos discipulos o q[ue] lhe tinha acontecido, elles declararão q[ue] com aquelle mimo quizera Nosso Senhor honrar o corpo do seu apostolo, e depois de o baptizarem, ecoou huma voz do ceo, q[ue] disse como aquellas vieiras havião de ser a insignia do santo: e tornando o cav[aleir]o a terra com tão g[ran]de milagre, foi occasião da conversão de todos. O qual caso alem de se constar no santoval de Alcobaça, se confirma pelos verso de hum hymno, q[ue] canta a Igreja de Oviedo a 25 de Julho, q[ue] diz assim.

Cunctis mare cernentibus,
Ied a [propundo?] ducitur,
Natus Regis submergitur,
Totus plenus conchilibus.

Diz o Author q[ue] daqui vem m[ui]tas familias nobres de Hespanha, trazendo p[o]r este caso Vieiras.

Em razão deste principio os Cavalleiros da Espada. q[ue] se dedicarão a Santiago. logo depois grande victoria de [Clavijo?], trouxerão nas bandeiras p[o]r

[...]a batalha de Ourique foi dada em dia de S. Thiago, ou na vespera do mesmo Santo, como se lê em algumas memorias. As vieiras que trazem e suas armas os sequeiras, Pimenteis, Camellos e outros Fidalgos, he mui provavel, se alcançarão nesta batalha, por serem estas as insignias do Apostolo Santiago. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Conta D. Mauro Ferrer L.2. c.2. e L.3. c.11 na Vida do Apostolo Santiago, que trazendo os discipulos do Santo seu apostolico corpo em hum Navio, quando hia para Galliza, se estavam fazendo na praia humas grandes festas pela celebração do casamento de hum principal Senhor da terra de Maya, e que o Cavalo em que andava se metheo pelo mar até chegar ao navio, deixando surpresos a quantos virão, e muito mais o Cavaleiro por se achar todo coberto de vieiras a si e ao cavalo; e dizendo aos discipulos o que lhe tinha acontecido, elles declararão que com aquelle mimo quizera Nosso Senhor honrar o corpo do seu apostolo, e depois de o baptizarem, ecoou huma voz do ceo, que disse como aquellas vieiras havião de ser a insignia do santo: e tornando o cavaleiro a terra com tão grande milagre, foi occasião da conversão de todos. O qual caso alem de se constar no santoval de Alcobaça, se confirma pelos verso de hum hymno, que canta a Igreja de Oviedo a 25 de Julho, q[ue] diz assim.

Cunctis mare cernentibus,
Sed a profundo ducitur,
Natus Regis submergitur,
Totus plenus conchilibus.

Diz o Autor que daqui vem muitas familias nobres de Hespanha, trazendo por este caso Vieiras.

Por razão deste principio os Cavalleiros da Espada. que se dedicarão a Santiago. logo depois grande victoria de Clavijo, trouxerão nas bandeiras por

sua devoção as vieiras, e ornarão com ellas os Templos, q[ue] ao santo dedicarão. Pelo q[ue]

sua devoção as vieiras, e ornarão com ellas os Templos, que ao santo dedicarão. Pelo que como

como este glorioso Patrão de Hespanha fosse o principal advogado dos soldados p[or] devoção sua tomarão m[ui]tos esta insignia. E assim tenho p[or] mui provavel, q[ue] as Vieiras q[ue] se trazem em Portugal, se tomarão da batalha do campo de Ourique, p[or] se alcançar esta victoria vespera de Santiago, q[ue] p[or] ser em tal dia, a derão os nossos certa confiança de vencim[en]to, e vendo q[ue] el Rei tomava armas novas p[or] memoria deste feito, faria cada hum o m[es]mo.

As Familias q[ue] trazem as Vieiras no escudo são os [Barbaras?], Barbosas, Barradas, Calças, Calvos, Calheiros, Camellos, Marizes, Pimenteis, Rochas, Saraiva, Sequeira, Velhos, Vieiras. Sever. de Far. Not. disc. §8.[2]

este glorioso Patrão de Hespanha fosse o principal advogado dos soldados por devoção sua tomarão muitos esta insignia. E assim tenho p[or] mui provavel, que as Vieiras que se trazem em Portugal, se tomarão da batalha do campo de Ourique, por se alcançar esta victoria vespera de Santiago, que por ser em tal dia, a derão os nossos certa confiança de vencimento, e vendo que el Rei tomava armas novas por memoria deste feito, faria cada hum o mesmo.

As Familias que trazem as Vieiras nos escudos são os Barbosos, Barrosos, Barradas, Calças, Calvos, Calheiros, Camellos, Marizes, Pimenteis, Rochas, Saraiva, Sequeira, Velhos, Vieiras. (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernardo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que correrão nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffão acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificação no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Vintem. Moeda de prata. El Rei D. Aff[ons]o V parece lavrou os primeiros: tem de huma p[ar]te hum A gende gotico, q[ue] he a primeira letra do seu nome, e em cima huma coroa, e à roda: Adjutorium nostrum in nomine Domini. Da outra p[ar]te o escudo Real com letras q[ue] dizem: Alf. V. Regis Portug. Lavrou assim m[es]mo el Rei D. João o II, D. Manoel, D. João III, D. Sebastião [etc]. D. Rodrigo da Cunha Hist. Ecclesias. de Lisb. p.2. c.21. n.26.[1]

El Rei D. João o II fez meios Reaes de prata de Lei de 11 dinheiros, a q[ue] depois chamarão vintéis, p[o]r valerem vinte réis, e fez meios vintéis. Sev. de Far. Not. disc. 4. § 30.[2]

[...]El Rei D. Affonso V parece lavrou os primeiros: tem de huma parte hum A gende gotico, que he a primeira letra do seu nome, e em cima huma coroa, e à roda: *Adjutorium nostrum in nomine Domini*. Da outra parte o escudo Real com letras que dizem: *Alf. V. Regis Portug.* Lavrou assim mesmo el Rei D. João o II, D. Manoel, D. João III, D. Sebastião[...]

[...]elRey D. João o II fez meios Reaes de prata de Lei de onze dinheiros, a que depois chamarão vintéis, por valerem vinte réis, e fez meios vintéis[...] (*Noticias de Portugal, 1655, 1740*)

[1]CUNHA, D. Rodrigo da (1577-1643). Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e açoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florescerão[...] por D. Rodrigo da Cunha. Em Lisboa: por Manoel da Sylva, 1642.

[2] SEVERIM DE FARIA, Manuel. Noticias de Portugal Escritas por Manuel Severim de Faria Chantre, Conego da Sé de Evora. Em que se declaram as grandes commodidades, que tem para crefcer em gente, induftria, commercio, riquezas, e forças militares por mar, e terra, as Origens de todos os apelidos, e Armas das Familias Nobres do Reyno, as Moedas, que corrao nefta Provincia do tempo dos Romanos até o prefente, e fe referem vários Elogios de Principes, e Varoens Illuftres Portuguezes. Nefta segunda Impreffaõ acrefcentada, Pelo Padre D. Jozé Barbosa Clerigo Regular, Academico do Numero da Academia Real. Offerecidas ao Mui Reverendo Doutor Jozé Caldeira Presbitero do Hábito de S. Pedro, Prothonotario Apoftolico de S. Santidade, Beneficiado na Paroquial Igreja de N. Senhora da Purificaçã no lugar de Sacavem. Lisboa Occidental Na Officina de Antonio Isidora da Fonseca. Anno M. DCCXL. [1740, 2ª ed.] Com todas as Licenças neceffarias.

Dsc00798

Viola. O instrum[en]to musico, a q[ue] chamão Viola, he propriam[en]te Portuguez, e q[ue] serve em todos os festejos domesticos e publicos, a cujo som entoão ordinariam[en]te motivos e cantigas patheticas com aquella varied[ad]e, q[ue] pede a intenção do divertim[en]to.[1]

[1]Sem referência bibliográfica.

Dsc00800

Visconde. Val o m[es]mo q[ue] aquelle q[ue] tem as vezes de Conde, como se vê da partida 2. tit. 1. Visconde tanto quiere dizer como official que tiene lugar de Conde. Tambem se nomeava assim o filho maior do Conde, e successor de seu estado, e tinha certa porção no Condado, até q[ue] succedia nelle ao modo dos Principes, e dos Cesares, a respeito dos Reis e Imperadores. Hoje se dá este Titulo em estado de per si. O 1º Visconde q[ue] houve neste Reino, foi D. Leonel de Lima, a q[ue]m el Rei D. Aff[ons]o V fez Visconde de Villa Nova da Cerveira, e Alcaide mór de Ponte de Lima. Tiverão seus successores as m[es]mas preeminencias dos Condes p[or] mercê del Rei D. Felipe III feita ao Visconde. Era D. Leonel de Lima quinto neto de D. Fernando Annes de Lima, Rico Homem del REi D. Fernando o santo. Villas Boas Nobiliarch. c.10. [1]

[...]val o mesmo que aquelle que tem as vezes de Conde, como se vê da partida 2. tit. 1. *Visconde tanto quiere dizer como official que tiene lugar de Conde.* Tambem se nomeava assim o filho maior do Conde, e successor de seu estado, e tinha certa porção no Condado, até que succedia nelle ao modo dos Principes, e dos Cesares, a respeito dos Reis e Imperadores. Hoje se dá este Titulo em estado de per si. O 1º Visconde que houve neste Reino, foi D. Leonel de Lima, a quem elRey D. Affonso V fez Visconde de Villa Nova da Cerveira, e Alcaide mór de Ponte de Lima. Tiverão seus successores as m[es]mas preeminencias dos Condes por mercê del Rei D. Felipe III feita ao Visconde. Era D. Leonel de Lima quinto neto de D. Fernando Annes de Lima, Rico Homem del REi D. Fernando o santo [...] (*Nobiliarquia Portugueza, 1676*)

[1] VILLAS-BOAS E SAMPAYO, António de (1629-1701). Nobiliarchia Portvgveza. Tratado da Nobreza hereditaria, & politica. Offerecida Ao Excellentissimo Senhor Dom Joam da Sylva Marquez de Govvea, Conde de Portalegre, Do Concelho de Eftado do Principe Nosso Senhor, feu Mordomo Mòr, Prefidente do Defembargo do Paço, &c. Escrita por Antonio de Villasboas & Sampayo. Em Lisboa Com todas as licenças necefsarias Na Officina de Francisco Villela. Anno 1676.

Visita dos Reis pelo Reino. Era costume dos nossos antigos Reis, visitar quasi todos os annos o Reino, e apresen-tar se como tal a todos os vassallos, e não persistirem pelo fixo da corte. Naquelles tempos era mais na estreiteza e limitação deste estado, depois com a accessão de tantas conquistas, o expediente das quaes impede estas jornadas fôra da corte, está desculpado o não frequentarem como de antes. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.16. c.27. [1]

O Chronista mór Fr. Antonio Brandão diz a este respeito o seg[ui]nte: “Considero destas Escrituras, e outras daquelle tempo, como el Rei D. Sancho I andava visitando varias terras de seu Reino, ptopried[ad]e de Bom Principe, acudir cam a presença e assist[enci]a q[uan]to for possivel às terras de seus Estados, por q[ue] assim se remedeão as coisas a q[ue] se deve acudir, e se alcança noticia das q[ue] he bom reformar e obviar, a justiça he melhor administrada, e mais reprimidas as influencias do poderoso, q[ue] sempre tem mão contra os pequenos. Isto usava o nosso Rei D. Pedro, e assim vimos em seu tempo raros exemplos, inda q[ue] executados com menos brandura do q[ue] convinha. Mon. p.4. L.12. c.31. [2]

A respeito deste antigo uso diz Garcia de Rezende na Miscellanea fol.163. col.2. [3]

Eaunado os Principes sahião
Dias Santos cavalgavão:
Todos seus povos os vião,
Elles vião e ouvião
Todos quantos lhe fallavão.

Era costume dos nossos antigos Reis, visitar quasi todos os annos o Reino, e apresen-tar se como tal a todos os vassallos, e não persistirem pelo fixo da corte. Naquelles tempos era mais na estreiteza e limitação deste estado, depois com a accessão de tantas conquistas, o expediente das quaes impede estas jornadas fôra da corte, está desculpado o não frequentarem como de antes. (*Monarquia Lusitana, 1650*)

Considero destas Escrituras, e outras daquelle tempo, como el Rei D. Sancho I andava visitando varias terras de seu Reino, ptopriedade de Bom Principe, acudir cam a presença e assistencia quanto for possivel às terras de seus Estados, por que assim se remedeão as coisas a que se deve acudir, e se alcança noticia das que he bom reformar e obviar, a justiça he melhor administrada, e mais reprimidas as influencias do poderoso, que sempre tem mão contra os pequenos. Isto usava o nosso Rei D. Pedro, e assim vimos em seu tempo raros exemplos, inda que executados com menos brandura do que convinha. (*Monarquia Lusitana, 1632*)

Eaunado os Principes sahião
Dias Santos cavalgavão:
Todos seus povos os vião,
Elles vião e ouvião
Todos quantos lhe fallavão.

(*Livro das obras de Garcia de Rezende, 1554*)

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

[2]BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronifta mòr

de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mosteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632.

[3]REZENDE, Garcia de. Livro das obras de Garcia de Reefende, que tracta da vida & grandiffimas virtudes & bôdades: magnanimo efforço, excelentes coftumes & manhas & muy craros feitos do chriftianiffimo: muito alto & muito poderofa principe el rey dom Ioam ho fegundo defte nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriofa memoria: começado de feu nacim~ento & toda fua vida ate ha ora de fua morte: cõ outras obras ~q adiante fe fegu~e. Vay mais acrefc~etado nouamente a efte liuro h~ua Mifcellanea ~e trouas do mefmo auctor & h~ua variedade de hiftorias, cuftumes, cafos, & coufas que em feu t~epo accõtefcerã. 1554.

Vivas. D. Vasco Affonso Mouro Alcaide Mor de Coimbra, q[ue] foi dos dez Fidalgos, q[ue] assinarão as capitulações del Rei D. Dinis com seu irmão o Inf[an]te D. Aff[ons]o, falleceo em 15 de Set[embr]o de 1295. Era o Alcaide D. Vasco filho de Affonso Martins Vivas, e de D. Toda, de todos os quaes se acha memoria no calendario antigo da Sé de Coimbra, no dia apontado, e aos 10 e 13 de Nov[embr]o, declarando q[ue] ambos pai e filho estão sepultados no baixo do lumear da porta do meio daquela cathedral, e q[ue] Aff[ons]o Martins fora sobrejuiz del Rei. Pouco tempo depois servio D. Miguel Vivas (Bispo q[ue] depois foi de Viseu) de clérigo del Rei D. Aff[ons]o IV q[ue] são Desembargadores Ecclesiasticos, q[ue] com el Rei despachavão, e p[or] bons letrados ordinariam[en]te sahião providos nos Bispados. Outras pessoas do appellido de Vivas se achão p[or] aquelles tempos, D. Alda Vasques, filha do Alcaide D. Vasco, casou com Gonçalo Esteves de Avoim, Fidalgo bem conhecido em Santarem, (Conde D. Pedro tit.36 donde se vê a qualid[ad]e dos Vivas naquelle tempo. Fr. F. Brand. Mon. p.5. L.17. c.29. [1])

D. Vasco Affonso Mouro Alcaide Mor de Coimbra, que foi dos dez Fidalgos, que assinarão as capitulações del Rei D. Dinis com seu irmão o Infante D. Afonso, falleceo em 15 de Setembro de 1295. Era o Alcaide D. Vasco filho de Affonso Martins Vivas, e de D. Toda, de todos os quaes se acha memoria no calendario antigo da Sé de Coimbra, no dia apontado, e aos 10 e 13 de Novembro, declarando que ambos pai e filho estão sepultados no baixo do lumear da porta do meio daquela cathedral, e que Afonso Martins fora sobrejuiz del Rei. Pouco tempo depois servio D. Miguel Vivas (Bispo que depois foi de Viseu) de clérigo del Rei D. Afonso IV que são Desembargadores Ecclesiasticos, que com el Rei despachavão, e por bons letrados ordinariamente sahião providos nos Bispados. Outras pessoas do appellido de Vivas se achão por aquelles tempos, D. Alda Vasques, filha do Alcaide D. Vasco, casou com Gonçalo Esteves de Avoim, Fidalgo bem conhecido em Santarem, (Conde D. Pedro tit.36 donde se vê a qualid[ad]e dos Vivas naquelle tempo. (*Monarquia Lusitana, 1650*))

[1]BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. João o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes desta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

Vizinho. Esta palavra, natural ou vizinho de huma cid[ad]e antigam[en]te se comprova ter a pessoa assim denominada privilegio dos vizinhos e cidadãos della, ainda q[ue] nascido e outra. Costumavão os Conselhos das Cidades e Villas principaes, e em particular as de Alemtejo, q[ue] então se povoavão, admittir com pribilegio de vizinhos a muitas pessoas, afim q[ue] entrassem na repartição de seus districtos, e fossem aquinhoados nas herdades e sesmarias dellas. As pessoas q[ue] em particular admittião, erão os Ministros, e Validos dos Principes p[o]r cuja via esperavão melhoram[en]to em seus foros e privilegios, aos quaes tambem tinhão na corte p[ar]a Procuradores de suas causas. Em tempo del Rei D. Aff[ons]o III como tão valido D. João de Aboim, D. Esteve Annes seu Chancerel, e João Muniz seu Thesoureiro forão admittidos pelos Concelhos de Evora, Elvas, Beja, e outras Villas na forma sobred[it]a, como se pode ver em varias escrituras da Torre do Tombo. Preserverou este costume até o tempo del Rei D. Pedro, q[ue] como tão exacto e observante dos termos da justiça, não quiz q[ue] houvesse na Corte pessoa alg[um]a obrigada aos Conselhos, fazendo huma prohibição, a q[ue] ajuntou hum artigo, cujas formaes palavras são estas: Outrosi manda el REi q[ue] nenhum seu privado, nem dos Infantes tenham prestimos dos Infantes, e os q[ue] tiverem percão sua mercê. F. Fr. Brand. Mon. p.5. L.16. c.13. [1]

[...]esta palavra, natural ou vizinho de huma cidade antigamente se comprova ter a pessoa assim denominada privilegio dos vizinhos e cidadãos della, ainda que nascido e outra. Costumavão os Conselhos das Cidades e Villas principaes, e em particular as de Alemtejo, que então se povoavão, admittir com pribilegio de vizinhos a muitas pessoas, afim que entrassem na repartição de seus districtos, e fossem aquinhoados nas herdades e sesmarias dellas. As pessoas que em particular admittião, erão os Ministros, e Validos dos Principes por cuja via esperavão melhoramento em seus foros e privilegios, aos quaes tambem tinhão na corte para Procuradores de suas causas. Em tempo del Rei D. Affonso III como tão valido D. João de Aboim, D. Esteve Annes seu Chancerel, e João Muniz seu Thesoureiro forão admittidos pelos Concelhos de Evora, Elvas, Beja, e outras Villas na forma sobredita, como se pode ver em varias escrituras da Torre do Tombo. Preserverou este costume até o tempo del Rei D. Pedro, que como tão exacto e observante dos termos da justiça, não quiz que houvesse na Corte pessoa alg[um]a obrigada aos Conselhos, fazendo huma prohibição, a que ajuntou hum artigo, cujas formaes palavras são estas: *Outrosi manda el REi q[ue] nenhum seu privado, nem dos Infantes tenham prestimos dos Infantes, e os q[ue] tiverem percão sua mercê.* (Monarquia Lusitana, 1650)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Quinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XUIII. dos naturaes defta Coroa. Efcrita pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciencia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650.

VODO

Dsc00808

Vodo. Costume mui antigo em Portugal, com q[ue] se solemniza o dia de alg[um]a festivid[ad]e ecclesiastica com mesa franca a todos q[ue] a querem. Chamão a isto Vodo ou pela razão de se fazer p[o]r voto (o q[ue] o nome acena) ou p[o]r q[ue] como em voda se parte com todos liberal e abundantem[en]te. Fr. L. de Sous. Hist. de S. Domin. p.1. L.4. c.4.[1]

[...]costume mui antigo em Portugal, com que se solemniza o dia de alguma festividade ecclesiastica com mesa franca a todos que a querem. Chamão a isto Vodo ou pela razão de se fazer por voto (o que o nome acena) ou por que como em voda se parte com todos liberal e abundantemente[...] (*Historia de S. Domingo, 1767*)

[1] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Consquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Partes I, II e III. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767.

VOTOS

Dsc00810

Votos. Na Diocese de Braga da se este nome a hua renda p[ar]a a Mesa Arcebispal, a qual pagão m[ui]tos Diocesanos de tempo antiquissimo, e consta de huma quantid[ad]e de pão, e outros fructos. Fr. L. de Sous. Vid. de D. Fr. Bart. dos Mart. L.4. c.2. [1]

Na Diocese de Braga da se este nome a hua renda para a Mesa Arcebispal, a qual pagão muitos Diocesanos de tempo antiquissimo, e consta de huma quantidade de pão, e outros fructos. (*Vida de D. Fr. Bartolomeu dos Martyres, 1619*)

[1]GRANADA, Fr. Luis; CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Vida de D. Fr. Bartolameu dos Martyres Da Ordem dos Prègadores, Arcebispo e Senhor de Braga, Primàs das Espanhas. Repartida em seis livros com a solenidade de sua tresladação. Por Fr. Luis de Cacegas da mesma Ordem, & Cronista della na Prouincia de Prtugal. Reformada em estilo & ordem, & ampliada em sucessos e particularidades de novo achadas por Fr. Luis de Sousa da mesma Ordem & filho do Conuento de Bemfica. Impressa na (?) Villa de Viana a Custa da mesma Villa por Niculao Carvalho Impressor de S.Mgde. Anno 1619.

X. Em todos os antigos manuscriptos, e principalm[en]te nas Doações e Pergaminhos soltos convem advertir q[ue] a letra valia humas vezes dez, e outras quarenta; q[uan]do valia dez se escrevia como ordinariam[en]te se faz nesta maneira X porem q[uan]do valia quarenta, se juntava às duas pontas de cima hua virgula, ou plica desta forma [~X], destroutra [-X]. Pode ser q[ue] ao principio se começou a ajustar hum L à letra X como ainda hoje se costuma, e pelo discurso do tempo, e descuido dos q[ue] escrevião se veio a corromper na virgula, q[ue] se disse, ajuntando se em forma, q[ue] parece huma só letra. Fr. A. Brand. Mon. p.3. Prologo.[1]

Em todos os liuros manuefcritos, & principalmente nas doação~es, & pergaminhos foltos aduerti [...] a letra X. valia h~uas vezes dez, & outras quarenta: quando valia dez fe efcrevia como ordinariam~ete fe faz nefta maneira. X. porem quando valia 40. fe ajuntava às duas pontas de cima h~ua virgula, ou plica desta forma ~X, deftroutra -X. Entendo ~q ao principio fe começou a ajustar hum L. a letra X. como ainda oje fe coftuma, & pelo difcurso do tempo, & defcuido dos que efcreviaõ fe veio a corromper na virgula que dizemos, ajuntandofe em forma que parece h~ua so letra. (*Terceira Parte da Monarchia Lvsitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Antonio. Terceira Parte da Monarchia Lvsitana. Que contem a Hiftoria de Portugal defdo Conde Dom Henrique, até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques. Dedicada ao Catholico Rey Dom Felipe terceiro de Portugal, & quarto de Castella noffo fenhor. Por Doutor Fr. Antonio Brandão Abbade do Conuento de N. S. do Defterro de Lisboa da Ordem de S. Bernanrdo, & Coronifta mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeck, Impreffor delRey. Anno 1632. Prólogo, p.

Dsc00813

Zagallos. Do livro dos Registros del Rei D. Aff[ons]o III se tem noticia deste appellido. A geração dos Zagallos tras p[o]r armas em campo de ouro duas crescentes de luas, e duas estrellas, e dous torteaux de vermelho, tudo posto em duas pallas, desencontradas as luas, e chefe de cada huma, e p[o]r timbre hum Leão pardo de ouro com huma estrella das armas na testa. Fr. A. Brand. Mon. p.4. L.15. c.46.[1]

Do livro dos Registros del Rei D. Aff[ons]o III [...]

A geração dos Zagallos tras por armas em campo de ouro duas cref~entes de L~uas, & 2. eftrellas, & dous torteaux de vermelho, tudo pofto em duas pallas defencontradas as L~uas, & chefe de cada h~ua, & por timbre hum Leão pardo de ouro com h~ua eftrella das armas na testa. (*Quarta Parte da Monarquia Lusitana, 1632*)

[1] BRANDÃO, Frei Francisco. Quarta Parte da Monarquia Lusitana que contém a história de Portugal desde o tempo de el rei D. Sancho I até todo o reinado de el rei D. Afonso III. Dedicada ao Catholico Rey D. Felipe Terceiro de Portugal, & Quarto de Castella noffo fenhor. Por o Doutor Fr. Antonio Brandão Monge de S. Bernardo, Coronista mór de Portugal. Com todas as licenças necefsarias. Impreffa em Lisboa em o Mofteiro de S. Bernardo por Pedro Craesbeeck, Impreffor delRey. Anno 1632. Livro XV, Capítulo XXXXVI, p.253verso.

Zarco. Em huma Doação feita em Santarem no ultimo dia de Jan[eir]o de 1321 he além de outros testemunha Estevão Pires Zarco voogado na Casa del Rei (L.6. dos Misticos fol.21). Estes appellido se acha mui continuado em varias outras Escrituras daquelles tempos, e em gentes, q[ue] occupava lugares authorizados. Isto confirma bem serem nobres os q[ue] delle usavão, p[o]r serem poucos appellidos q[ue] assim se achão seguidos, usando se então mais os patronimicos. João Gonçalves Zarco, 1º povoador das Ilhas era cavalleiro honrado da casa do Inf[an]te D. Henrique, o qual p[o]r seu valor o occupou naquellas povoações, e descobrim[en]tos. Tinha o appellido derivado de seus avós, e como o Inf[an]te era Mestre da Cav[alari]a de Christo, cujo convento está em Thomar, desta Villa devia ser João Gonçalves, pois se achão nelle de tempo tão antigo pessoas do appellido de Zarco, q[uan]do não fosse de Lisboa, aonde tambem havia o m[es]mo appellido. Em doação, q[ue] lhe fez o Inf[an]te seu senhor, e confirmou el Rei D. Aff[ons]o V se declára haver elle sido o primeiro povoador das Ilhas da Madeira e S. Miguel. Seus filhos se appellidarão tambem Zarcos, como se vê em Doações daquelles tempos; mas com occasião da Villa de Camera de Lobos, q[ue] seu pai fundou no lugar aonde prim[eir]o aportou à Ilha da Madeira, mudarão o appellido em Cameras, q[ue] conservão seus descend[en]tes os Condes de Calheta e Villa Franca, e outros Morgados mais do m[es]mo tempo. Fr. A. Brand. Mon. p.5. L.17. c.2.[1]

Entre as Ilhas dos Açores q[ue] p[o]r outro nome se chamão Terceiras, e jazem no mar Atlantico em dist[anci]a da costa de Portugal de 280 legoas he maior de todas e mais rica, a q[ue] tem o nome de S. Miguel. Foi descoberta como as mais p[o]r mandado do Inf[an]te Mestre da Ordem de Christo, D. Henrique, filho del Rei D. João I e povoada com a delig[enci]a e braço de hum valente e industrioso criado seu; cujos fescend[en]tes do appellido de Cameras possuem hoje o melhor della; entre m[ui]tas boas Villas, q[ue] a Ilha tem, são senhores, do q[ue] em sitio, e nobreza faz vantagem a todas. Chamão-lhe

[...] pelos annos de mil trezentos & vinte & tres, fendo teftemunhas desta doação feita em Santarem o vltimo de Ianeiro [...]Efteuão Pires Zarco vogado na cafa delRey [*“Lib. 6: dos myfticos fol 21.”*, nota lateral] [...]

Sendo taõ continuado este appellido naqueles tempos, & em g~ete que occupava lugares autorizados, confirma bem ferem nobres os que delle vfauaõ, que poucos appellidos achamos afsi feguigos, vfandofe então mais os patronimicos. [...] Ilhas [...] Ioão Gonfalues Zarco primeiro pouoador delas [...] Cavalleiro honrado da cafa do Infante D. Henrique, o qual por feu valor o ocupou naquelas pouoaço~es, & defcubrimentos: tinha o appellido, deriuado de feus auòs, & como o Infante era Mefre da Caualeria de Chrifto, cujo conuento eftà em Tomar, desta Villa deuia fer Ioão Gonfalues, pois achamos nella de t~epo tão antigo peffoas do appellido de Zarco, quando não foffe de Lisboa, aonde tambem auia o mefmo appellido.

Em doação que lhe fez o Infante feu fenhor, & confirmou elRey Dom Affonfo Quinto fe declara auer elle fido o primeiro pouoador das Ilhas da Madeira, & S. Miguel [...]. Seus filhos se appellidaraõ tamb~e Zarcos, como vimos em doação~es daquelle tempo; mas com occafiaõ da villa de Camara de Lobos, que feu pay fundou no lugar aonde primeiro aportou a Ilha da Madeira, mudaraõ o appellido em Camaras, ~q hoje conferuão feus defcendentes os Condes de Calheta, & Villa franca, e outros Morgados mais do mefmo appellido. (*Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana, 1650*)

Entre as Ilhas dos Açores, que por outro nome fe chamaõ Terceiras, e jazem no mar Atlantico em diftancia da costa de Portugal de duzentas, e oitenta legoas, he maior de todas, e mais rica, a que tem nome de S. Miguel. Foy defcuberta, como as mais, por mandado do Infante, e Mefre da Ordem de Christo, D. Henrique, filho d'elRei D. Joaõ I. e povoada com a deligencia, e braço de hum valente, e induftrioso criado feu; cujos defcendentes do appellido de Camara poffuem hoje o melhor della; entre muito boas Villas, que a Ilha tem, faõ Senhores da que em sitio, e nobreza faz ventagem a todas. Chamaõlhe Villa

Fr. L.de Sous. Hist. de S. Dom. p.3. L.2. c.7.[2]

Ao tempo q[ue] João Gonçalves sahio em terra (junto do Funchal) era ella tão coberta de espesso e forte arvoredado, q[ue] não havia outro lugar mais descoberto q[ue] huma g[ran]de lapa, ao modo de camera, abobada, q[ue] se fazia debaixo de huma terra soberba sobre o mar. O chão da qual lapa estava mui sovado dos pés dos lobos marinhos q[ue] alli vinhão retouçar; ao qual lugar elle chamou Camera de Lobos; e tomou este appellido em memoria, q[ue] naquelle lugar foi a prim[eir]a entrada de sua povoação. O qual appellido ficou a todos os seus herdeiros, e alg[un]s se chamão da Camara som[en]te; e però todos trazem p[o]r armas, [se são?] as q[ue] derão a João Gonçalves, jum escudo verde, e hua torre de menagem de prata coberta, e dous lobos de sua côr pegados nella, e na frente do corucheoda torre huma cruz d'ouro. João de Barros Asia Decad. 1. L.1. cap.3.[3]

[...] ao tempo, que João Gonçalves fahio em terra, era ella tão coberta de efpeffo, e forte arvoredado, que não havia outro lugar mais defcuberto que huma grande lapa, ao modo de camara abobada, que fe fazia debaixo de huma terra foberba fobre o mar. O chão da qual lapa eftava mui fovado dos pés dos lobos marinhos, que alli vinham retouçar, ao qual lugar elle chamou Camara de Lobos; e tomou efte appellido em memoria, que naquelle lugar foi a primeira entrada de fua povoação. O qual appellido ficou a todos os feus herdeiros, e alguns fe chamam da Camara fômente: e però todos trazem por armas, se são as que derão a João Gonçalves, hum efcudo verde, e hua torre de menagem de prata cuberta, e dous lobos de fua côr pegados nella, e na ponta do curucheo da torre huma cruz d'ouro. (*Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto, 1778*)

[1] BRANDÃO, Fr. Francisco. Qvinta Parte da Monarchia Lvsytana. Que contem a hiftoria dos primeiros 23. annos DelRei D. Dinis. Offerecida à Real Mageftade delRey D. Ioão o Quarto Noffo Senhor. XVIII. dos naturaes defta Coroa. Efcripta pelo Doutor Frei Francifco Brandão, Monge de Alcobaça, Chronifta Mòr de Portugal, Calificador do S. Officio, Examinador do Tribunal da Confciençia, & Ordens. Com todas as licenças neceffarias. Em Lisboa na Officina de Paulo Craesbeeck. Anno 1650. Livro XVII, Capitulo II, p.

[2] CACEGAS, Fr. Luis; SOUSA, Fr. Luis (Manuel de Sousa Coutinho). Terceira Parte da Historia de S. Domingos Particular do Reino, e das Conquista de Portugal. Por Fr. Luis Cacegas Da mefma Ordem, e Provincia, e Chronifta dela. Reforma em eftilo, e ordem, e amplificada em fuceffos, e particularidades Por Fr. Luis de Sousa Filho do Convento de Bemfica. Lisboa Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. 1767. Livro II, Capitulo VII, p.

[3] Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto. Nova edição offerecida a Sua Magestade D. Maria I. Rainha Fidelissima &c. &c. &c. Lisboa. Na Regia Officina Typografica. Anno MDCCLXXVIII [1778]. Com Licença da Real Meza Cenforia, e Privilegio Real. Decada Primeira. Livro I, Capitulo III, p.32.

[Também vimos: Decada Primeira da Asia de Ioão de Barros: dos feitos qve os Portvgveses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente. Dirigida ao Senado da Camara defta cidade de Lisboa. Em

Lisboa Com todas as licenças neceffárias. Imoressa per
Iorge Rodriguez. Anno 1628. Aa custa de Antonio
Gonçalvez mercador de liuros.]